UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULTADE DE XEOGRAFÍA E HISTORIA
DEPARTAMENTO DE HISTORIA I

Castellum Madiae

Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave

Vol. I

Álvaro de Brito Moreira

TESIS DOCTORAL
DIRIGIDA POR LO PROFESSOR DR. D. CAAMAÑO GESTO
PROFESSOR TITULAR DE ARQUEOLOGIA DE LA UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

SANTIAGO DE COMPOSTELA 2009

Vol. I

O quadro do povoamento entre Leça e Ave
Formação e desenvolvimento do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos

Vol. I
O quadro do povoamento entre Leça e Ave
Formação e desenvolvimento do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos

Resumo / *Resumen*
Agradecimentos / *Agradecimientos*
Introdução

Capítulo I - *Entre Leça e Ave. Enquadramento historiográfico e proposta de investigação*
1. A área em estudo e o seu enquadramento na Proto-história e Romanização. Proposta de investigação……21
1.1. História da investigação na área em estudo……23
1. 2. Problemática……37
1. 3. Metodologia……39

Capítulo II - *Entre Leça e Ave. Caracterização geomorfológica*
2. Entre Leça e Ave. Caracterização geomorfológica……45
2.1. Características ambientais……46
2.2. Estrutura geomorfológica. Clima, hidrologia e solos……48
2.3. Bacias hidrográficas……48
2.4. A rede de drenagem……51
2.5. O meio físico. Unidades Fisiográficas e Zonas Homogéneas……54
2.6. Os solos e a aptidão agrícola da terra……58

Capítulo III - *O substrato indígena*
3. O povoamento proto-histórico……67
3.1. A organização do espaço entre Douro e Ave……68
3.2. A emergência do castro de Alvarelhos como *lugar central* ……71
3.3. O povoamento proto-histórico entre Leça e Ave……75

Capítulo IV - *A romanização da região e a reorganização do espaço*
4. Alvarelhos e a região……83
4.1. A ocupação do espaço. Novas formas de povoamento……86
4.1.1. Povoados (*vici*) / aglomerados urbanos secundários……87
4.1.2. Perduração do *habitat* tradicional…… ……104
4.1.3. As *villae*……113
4.1.4. Os casais……123
4.1.5. Necrópoles……129
4.1.6. Epigrafia funerária……171
4.1.7. Epigrafia votiva……177
4.1.8. Os tesouros monetários……182
4.1.9. As vias de comunicação terrestres……185
4.1.10. Portos e vias de comunicação marítimas e fluviais……192
4. 2. O povoamento. Catálogo das estações……195

Capítulo V – *O aglomerado urbano secundário / vicus de Alvarelhos. Arquitectura, economia e território*
5. Introdução……329
5.1. A intervenção arqueológica. Metodologia e critérios de apresentação……331
5.2. Caracterização geomorfológica e topográfica……333
5.3. Fases de ocupação……335
5.4. A ocupação pré-romana……365
5.5. A ocupação de época romana……370
5.6. O urbanismo. A estrutura urbana e a rede de arruamentos……370
5.7. Áreas públicas……374
5.7.1. *Praça*……374
5.8. Áreas habitacionais……385

5.8.1. Área Habitacional Sudoeste. *Domus do Grafito*……385
5.8.2. Área Habitacional Sudoeste. *Domus do Complexo Artesanal*……395
5.8.3. Área Habitacional Norte. *Domus da Lucerna do Golfinho*……421
5.8.4. Área Habitacional Norte. *Domus Norte*……433
5.8.5. Área Habitacional Sudeste. *Domus da Lucerna do Cavalo*……435
5.8.6. Área Habitacional Sudeste. *Domus da Lucerna Cristã*……449
5.8.7. Área Habitacional Sudeste. *Domus da Colher de Prata*……455
5.8.8. Área Habitacional Sudeste. *Domus do Tesouro*……465
5.8.9. Ocupação medieval. *Igreja e necrópole*……471
5.9. Materiais e técnicas de construção……483
5.10. Estratigrafia e materiais……497
5.10.1. Área Habitacional Sudoeste. *Domus do Grafito*……499
5.10.2. Área Habitacional Sudoeste. *Domus do Complexo Artesanal* | *Domus da Lucerna do Golfinho*……505
5.10.3. Área Pública e Área Habitacional Norte. *Praça* | *Domus da Lucerna do Golfinho* | *Domus Norte*……519
5.10.4. Área Habitacional Sudeste. *Domus da Lucerna do Cavalo*……531
5.10.5. Área Habitacional Sudeste. *Domus da Lucerna Cristã* | *Domus da Colher de Prata*……539
5.10.6. Área Habitacional Sudeste. *Domus do Tesouro*……551
Notas de fim……559

Vol. II
A economia local no quadro da área meridional do convento bracaraugustano

Capítulo VI – *Economia local no quadro da área meridional do convento bracaraugustano*
6. Abastecimento local. Comércio local e inter-provincial……575
6.1. Metodologia e critérios de apresentação……578
6.1.1. Terra sigillata de "tipo itálico". Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……583
6.1.2. Terra sigillata sudgálica. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……595
6.1.3. Terra sigillata hispânica. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……613
6.1.4. Terra sigillata hispânica tardia. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……671
6.1.5. Terra sigillata africana. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……681
6.1.6. Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……705
6.1.7. Lucernas. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……727
6.1.8. Ânforas. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……739
6.1.9. Cerâmica comum. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……763
6.1.10. Cerâmica "tipo bracarense". Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……823
6.1.11. Cerâmica cinzenta fina. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……837
6.1.12. Cerâmica cinzenta fina tardia. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……849
6.1.13. Pesos de tear. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……859
6.1.14. Cerâmica medieval. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……885
6.1.15. Vidros. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……891
6.1.16. Objectos de prata. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico ……941
6.1.17. Objectos de bronze. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……943
6.1.18. Caracterização microestrutural dos objectos de bronze……969
6.1.19. Objectos de ferro. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……981
6.1.20. Caracterização microestrutural dos objectos de ferro……995
6.1.21. Líticos. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……1003
6.1.22. Cossoiros. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……1011
6.1.23. Peças de jogo. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico……1027
6.1.24. Numismática. Seriação, classificação e enquadramento crono-estratigráfico……1037

Capítulo VII – *Considerações finais*
7. Considerações finais……1093

Capítulo VIII – *Fontes documentais e bibliográficas*
8. Bibliografia……1099

Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave

Resumen

Tal como su título indica, el presente proyecto de investigación tiene una delimitación geográfica y cronológica precisa. El espacio abordado se encuentra definido físicamente por dos ríos, cuya orientación este/oeste proporciona los paralelos a partir de los que se acota el área geográfica del estudio. Como marco general, se considera el área meridional del convento bracaraugustano y, en un ámbito más extenso, la circunscripción administrativa en que se integró durante el período de dominación romana.

El horizonte cronológico estudiado abarca fundamentalmente la época romana, pese a abordarse también los últimos momentos de la cultura castreña, especialmente en los aspectos que interfirieron con la implantación de la cultura romana, aquí entendida en su sentido más lato.

El espacio estudiado integra una unidad geohistórica, cuyas características geomorfológicas favorecieron, desde tiempos remotos el desarrollo de las actividades agropecuaria y marítima, que le dieron a esta zona una fisonomía propia, conservada hasta hace relativamente poco tiempo. Con abundantes vestigios prehistóricos, son significativos los megalíticos, así como los poblados y los artefactos de la Baja Edad de Bronce, manifestándose en la Edad de Hierro como un importante foco densamente poblado, que conocería en la época romana una expresión sin parangón en el área del convento bracaraugustano.

Pese a sus características geográficas e históricas, que la individualizan dentro de la región, los criterios adoptados para definir el espacio a estudiar han sido de otro tipo; éstos tienen que ver fundamentalmente con la interpretación del estatuto del "núcleo urbano secundario" de Alvarelhos en la época romana y con su influencia en el desarrollo económico, social, intelectual y cultural de la región. Este espacio, que convenimos en llamar *espacio de atracción económica*, se define a partir de la estructura del poblado, generada por la vía de comunicación a la que está asociado. Ésta desempeña un papel estructurante del territorio, no sólo por su proximidad sino también por la relación dicotómica que impuso entre campo y ciudad, y cuya relación de interdependencia modeló el paisaje físico y humano de toda la región durante la época romana.

Si bien existe una larga historia de descubrimientos arqueológicos y de registro de dos intervenciones puntuales de excavación arqueológica[1], fue apenas en 1992 que el castro de Alvarelhos comenzó a ser excavado de modo sistemático, con criterios y metodologías científicos.

Los resultados científicos de las primeras acciones llevadas a cabo, asociadas a un conjunto de descubrimientos ocurridos a lo largo de los siglos XIX y XX, en particular de algunos tesoros en monedas, permitieron de inmediato vislumbrar las grandes potencialidades científicas y patrimoniales de la estación arqueológica, en especial en lo que se refiere al estudio de la romanización del norte de Portugal, lo cual imprimió contornos indelebles en el proyecto de investigación cuyos resultados aquí se presentan.

En este contexto, hemos delineado un proyecto de estudio que permitiera conjugar dos niveles de abordaje complementarios entre sí.

[1] Realizadas por José Fortes e Rui de Serpa Pinto em 1899 e 1926, respectivamente.

El primero comprende el estudio monográfico de la estación, basado en la excavación arqueológica y en el análisis crono-estratigráfico que implica la interpretación de su ocupación, evolución estructural y urbanística, así como la caracterización de su ergología en los diferentes períodos de ocupación y su contextualización en las estructuras administrativas en que se integró en los diferentes momentos de su historia.

Desde una perspectiva más amplia, en un segundo nivel de abordaje, se desarrolla el estudio del área geográfica circundante, cuyos límites han sido definidos mediante un conjunto de premisas que incluyen, entre otras, el estatuto de la estación en el marco político-administrativo romano del área meridional del convento bracaraugustano, basado en un modelo de asentamiento cada vez más claramente definido, especialmente con respecto a los núcleos urbanos secundarios y a las diferentes realidades de la ocupación rural.

Este abordaje, cuyo objetivo final es comprender el marco de la ocupación y explotación del territorio, se apoya fundamentalmente en el estudio de dos realidades complementarias, que juzgamos decisivas para comprender la cultura romano-galaica.

Por un lado, encontramos el substrato autóctono en sus múltiples aspectos – ya sean el económico, social, religioso, demográfico o cultural –, el cual revela una apertura significativa a las influencias externas sin perder una identidad muy propia, con aspectos que se mantendrán a lo largo de todo el período de la dominación romana y continuarán subyacentes en la sociedad romano-galaica, tanto por permanencia como por fusión.

Por el otro, se puede observar un conjunto de transformaciones estructurales de orden político-administrativa, económica, social y cultural, implementadas por la nueva administración y que transfiguran de modo radical e irreversible el mundo autóctono.

Además de las importantes reformas político-administrativas y de la progresiva implementación de un nuevo modelo económico, uno de los aspectos más visibles y determinantes en el modelado del paisaje económico y social fueron las vías de comunicación, que, como se verá, determinaron las áreas de instalación y fijación de la población, en articulación con la existencia o no de recursos naturales que permitieran explotaciones viables. Pese a la diversidad de los tipos de asentamiento, en este capítulo, los factores de mayor importancia en el espacio entre los ríos Leça y Ave son la naturaleza y características del suelo, la capacidad agrícola de la tierra, la posibilidad de acceso a recursos diferenciados y la proximidad de las vías de comunicación. La conjugación de estos factores constituye el soporte a partir del cual se define la matriz del nuevo modelo de ocupación del territorio, ya sea a través de la diseminación de nuevas unidades agrarias en la zona o del mantenimiento y renovación de algunos poblados autóctonos, cuyo papel en la trama económica y social de la región será particularmente importante, en especial teniendo en cuenta el bajo índice de urbanización existente.

En síntesis, los resultados obtenidos con la implementación del proyecto de estudio de la ocupación romana entre los ríos Leça y Ave permitieron comprender y caracterizar la estructura del asentamiento, identificar los principales factores que interfirieron en el proceso de modelado del nuevo paisaje económico y social y, en alguna medida, identificar los aspectos comunes a otras realidades geográficas, en que la dicotomía "red vial / capacidad de la tierra" parece constituir un denominador durante el proceso de romanización. Este

proceso, multifacético y particularmente complejo, se ha ido revelando como un proceso integrador que se ajustó a las diferencias y particularidades de las diversas culturas con que interactuó, independientemente de su personalidad cultural.

El estudio monográfico de Alvarelhos nos ha permitido analizar la realidad estructural de un determinado tipo de asentamiento, lo que comúnmente se denomina *conglomerado urbano secundario*, por lo general mal estudiado en su realidad estructural y sobre todo en lo relacionado con el papel que desempeñó en la arquitectura del panorama económico y social del noroeste romano. El estudio de los materiales nos ha llevado, en algunos casos, a confirmar tipologías y cronologías y, en otros, a constatar que el panorama de las producciones es más amplio y diversificado de lo que actualmente se conoce, revelando particularidades de carácter regional muy significativas. El encuadramiento estratigráfico de los materiales y su validación cuantitativa nos han permitido también evaluar la importancia económica y cultural de las diversas producciones, así como esbozar un marco de evolución económica e identificar los principales mercados abastecedores de los artículos importados en los diferentes momentos cronológicos.

Por último, y a modo de conclusión, conviene mencionar que, a pesar de dar una noción más clara de la ocupación de este territorio durante la época romana, los resultados obtenidos son aún parciales y deben ser cotejados con estudios monográficos, a fin de clarificar los momentos de transición e individualizar las medidas que constituyeron las verdaderas causas de ruptura con la cultura anterior. Asimismo, los elementos de estudio de la economía regional son todavía escasos, lo cual impide una reconstrucción fiel y completa de la economía doméstica, que nos permita comprender las complejas relaciones de interdependencia entre las varias comunidades, siendo esto, al fin y al cabo, el objetivo último de los trabajos científicos de este tipo.

El título con que hemos identificado nuestro trabajo – *Castellum Madiae. Formación y desarrollo de un "aglomerado urbano secundario" en la ordenación de los asentamientos romanos entre los ríos Leça y Ave* – constituye una referencia a las tres principales líneas de investigación del proyecto, al mismo tiempo que refleja los resultados científicos obtenidos.

En primer plano se encuentra la identificación del castro según el topónimo vernáculo – *Castellum Madiae* – en detrimento de las referencias consagradas en la bibliografía arqueológica (como Castro de Alvarelhos, Castro de S. Marçal o Monte Grande), cuya opción se basa en dos aspectos principales. El primero se relaciona con el propósito de identificar el castro con una realidad que rebasa la naturaleza arqueológica del poblado y abarca una realidad más compleja del punto de vista de la interpretación del territorio, consagrado como una unidad regional descripta como "Terra da Maia". De este modo, se pretende valorizar la referencia a la entidad gentilicia de los *Madequisenses* (habitantes del *Castellum Madiae* – raíz de la circunscripción medieval de "Terra da Maia"), cuyo territorio corresponde, *grosso modo*, al área geográfica interpretada como "área de atracción económica" del conglomerado urbano secundario y cuyo ordenamiento poblacional se organiza en función de su naturaleza. Así se explica el hecho de que Maia continúe siendo la sede del consejo del mismo nombre y el centro de una región que constituye una unidad geo-histórica que en algunos aspectos se mantiene hasta el presente. Al contrario del topónimo medieval *Albarelios*, documentado a partir del año 907 (PMH, DC, n.º 14), relacionado con la onomástica germánica derivada de un antropónimo (*Alvarus* o *Albarus*), *Castellum Madiae* se reporta a una realidad geográfica más restringida, no centrada específicamente en el poblado. Es preciso señalar, sin embargo, que del nombre romano del asentamiento, en caso de haber existido, no quedan rastros, al contrario de su predecesor que, debido a su alcance territorial y social, se

cristalizó en la época medieval en una estructura jurídico-administrativa de ámbito regional, lo que está por tanto más de acuerdo con el verdadero estatuto de *conglomerado urbano secundario* romano.

El segundo aspecto tiene que ver con el hecho de que la transformación del poblado fue promovida por la élite autóctona, constituyendo un proceso de carácter endógeno que documenta de forma paradigmática el elevado índice de asimilación cultural de los Madequisenses e ilustra así la génesis de la sociedad galaico-romana de la región.

El segundo elemento del título – *Formación y desarrollo de un "conglomerado urbano secundario"* – identifica el estudio de la realidad arqueológica desarrollada sobre el castro desde el reinado de Tiberio Claudio hasta mediados del S. V. El urbanismo y las características arquitectónicas de las áreas, tanto públicas como residenciales, se ajustan a la designación de *conglomerado urbano secundario*, que consideramos más apropiada que *vicus*, pese a ser admisible que pueda haber desempeñado las funciones propias de este tipo de asentamiento.

Con respecto a su caracterización, el primer aspecto que vale la pena destacar como elemento distintivo de este tipo de asentamiento, por oposición a las ciudades – núcleo urbano por excelencia – consiste en la ausencia de iniciativa política en su edificación y, como consecuencia, en que no constituyeron lugares de concentración ni de ejercicio político. Predomina el componente endógeno, de raíz indígena, o mejor dicho, galaico-romano, al que se puede añadir la inexistencia de una fundación ritual, una modesta dimensión y la falta de estatuto municipal (MARTINS 1995, 91).

Uno de los aspectos más significativos, y aparentemente común a este tipo de asentamiento, consiste en su génesis de carácter indígena y su formación espontánea, reveladoras de un proceso de maduración endógeno, lo cual da origen a un desarrollo de tipo orgánico y progresivo, cuya "interfaz" arqueológica en el área del convento bracaraugustano resultó en dos tipo de asentamientos estructuralmente distintos, aunque integrables en la misma categoría. El primero corresponde a los asentamientos de valle, implantados directamente sobre las vías, generalmente en las inmediaciones de poblados indígenas de mayor o menor importancia. Estos, por su localización estratégica o por contar con un determinado recurso, proporcionaron las condiciones necesarias para el surgimiento de esos *vici*, en su denominación más apropiada.

El segundo comprende los *conglomerados urbanos secundarios*, derivados de la restructuración de antiguos *castella* indígenas que, gracias a condiciones excepcionales y de forma cumulativa, reunieron los factores necesarios para promover la transformación del asentamiento primitivo. Es en esta categoría que se inscribe el *Castellum Madiae*.

El último elemento del título – *ordenación de los asentamientos romanos entre los ríos Leça y Ave* – se refiere concretamente al estudio del poblamiento de la región. La ordenación territorial se entiende aquí como el proceso a partir del cual se desarrolló la organización del espacio, en particular la interacción hombre / medio físico, que en parte deriva de iniciativas tanto de la administración como privadas. La iniciativa pública significó la construcción de una serie de estructuras articuladoras, fundamentales para el desarrollo territorial, entre los que se destacan la red vial y las respectivas estructuras de apoyo a la circulación. De la iniciativa privada se puede mencionar la identificación del potencial de explotación de los recursos naturales, que condujo al establecimiento y al diseño de la organización del poblado en sus diversas manifestaciones: *aedificiae*, *villae*, *castella*, *vici*, conglomerados urbanos secundarios y unidades

"industriales", cuya articulación definió la coherencia de su localización y de las diferentes funciones que desempeñan: industria, comercio, vivienda o agricultura.

La ocupación romana entre los ríos Leça y Ave dio origen a varios tipos de "conglomerados humanos" de dimensiones y características diferentes. Funciones como la agricultura, la industria, el comercio o los servicios encontraron en los diferentes tipos de asentamiento los argumentos necesarios para su establecimiento, moldeando y alterando su forma de acuerdo con las relaciones de complicidad que desarrollaron entre sí. Constituyeron modos distintos de ocupar el territorio, disímiles en sus conceptos y finalidades, diversos y complejos en sus razones, pero justificándose mutuamente de forma complementaria.

Agradecimientos

Llevar a cabo un proyecto de investigación arqueológica, en particular considerando el marco cultural y la naturaleza de la estación estudiada, resultaría imposible sin el apoyo y el compromiso de muchas personas e instituciones, debido no sólo a la morosidad en las excavaciones arqueológicas y en la elaboración de trabajos de topografía, dibujo y estudio de un enorme volumen de materiales, sino también al formidable esfuerzo financiero que implica. Por otra parte, los requisitos logísticos exigidos para la realización del trabajo, junto con la incertidumbre sobre la obtención de resultados en las intervenciones, constituyen un obstáculo que, sumado al ritmo de desarrollo del trabajo, dificultan la obtención de los resultados científicos buscados.

Si bien las dificultades encontradas en el desarrollo del proyecto de investigación fueron muchas, también lo fueron los apoyos e incentivos para su concretización. Así, queremos dirigirnos de forma franca y sinceramente agradecida a todos aquellos que, de manera más o menos activa, colaboraron y contribuyeron para que el proyecto llegara a buen puerto.

En primer lugar, es fundamental nombrar al Prof. Dr. Caamaño Gesto, quien aceptó orientar este trabajo y nos permitió aprovechar su competencia científica y su vasta experiencia de investigador. A través de las innumerables dudas e interrogantes surgidas durante el trabajo, este académico demostró que el maestro no impone ni modela la orientación de la investigación, sino que, al contrario, con serenidad y exigencia científica, le da el espacio y el tiempo necesario a quien debe aprenderlo todo y le permite desarrollar la suficiente madurez científica para concretizar sus propias ideas.

En segundo lugar, cabe destacar que este trabajo no habría sido posible sin el apoyo incondicional del Ayuntamiento de Santo Tirso, que siempre ha incentivado los trabajos arqueológicos que llevamos a cabo y que, dentro de las naturales limitaciones financieras de una institución de este tipo, siempre proporcionó los medios necesarios para realizar las investigaciones. Una referencia particular merece Sergio Moínhos, ex consejero de cultura del Ayuntamiento, quien, enfrentando numerosas dificultades, posibilitó el arranque del proyecto de *Estudio y Protección del Área Arqueológica de Alvarelhos* mediante la adquisición de algunas parcelas de terreno del área arqueológica. Del mismo modo, el ingeniero Francisco Sá, entonces presidente de la Parroquia de Alvarelhos, constituyó un importante y siempre presente elemento de apoyo local.

Muchas otras instituciones, como la Escola Profesional de Arqueología (Marco de Canaveses), la Facultad de Humanidades de Ourense, la Escuela Superior de Conservación y Restauración de Bienes Culturales de Galicia (Pontevedra), la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Santiago de Compostela, contribuyeron de forma activa en el desarrollo del proyecto, ya fuese participando directamente en las intervenciones arqueológicas a través de sus alumnos y profesores, o poniendo a disposición sus bibliotecas o inclusive propiciando trabajos en el ámbito de la restauración y dibujo de materiales arqueológicos.

En la recolección de materiales e información sobre las estaciones arqueológicas que componen el inventario, hemos contado con la inestimable cooperación de Isabel Silva, del Museo D. Diogo de Sousa, Braga y de Santos Simões, ex. director del Museo de la Sociedad Martins Sarmento, Guimarães. En el trabajo de campo, hemos recibido el apoyo y colaboración de varios investigadores, tales como Joel Cleto y Paulo Costa Pinto para las áreas de los Concejos de Matosinhos y Vila do Conde respectivamente.

En especial, un agradecimiento personal a los que individualmente, dentro y fuera del marco institucional, nos dieron su colaboración directa. Nestor Borges, compañero de trabajo que, mucho más allá de sus funciones profesionales, siempre estuvo disponible para colaborar en numerosas tareas y nos acompañó en algunos trabajos de campo y de gabinete. Lino Augusto, por la congregación de compromisos para hacer arrancar el proyecto. António Correia, por sus enseñanzas de topografía. Con respecto a la clasificación de materiales, varios investigadores nos ayudaron en esta labor, tales como Maria de Belém en el estudio de las ánforas, Teresa Pires de Carvalho en el estudio de las sigillatas, Marcelo Mendes Pinto y Mar Zabaleta en la clasificación de las monedas, a quien rendimos un homenaje póstumo y manifestamos nuestra gratitud.

Unas palabras finales en memoria del Profesor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pionero que, en la década de 1960, diseñó el arquetipo de lo sería nuestra área de investigación con la publicación del trabajo *A romanização das Terras da Maia*, y que siempre nos apoyó durante los primeros años de desarrollo del proyecto a través de innumerables datos y sugerencias para el trabajo de campo y de inestimables y generosas referencias a elementos bibliográficos.

Por último, nuestro sincero reconocimiento a todos aquellos que participaron en las excavaciones y compartieron nuestros esfuerzos.

Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave

Resumo

O presente projecto de investigação, conforme o título sugere, é um estudo de âmbito geográfico e cronológico bem delimitado. O espaço abordado encontra-se fisicamente definido por dois rios, cuja orientação este/oeste, fornece os paralelos a partir dos quais se define a área geográfica em que desenvolve o estudo. Como enquadramento geral é considerada a área meridional do convento bracaraugustano e, num âmbito mais alargado, a circunscrição administrativa em que se integrou no período de domínio romano.

O horizonte cronológico estudado desenvolve-se fundamentalmente em época romana, embora, a título de enquadramento, se aborde o último momento da cultura castreja, especialmente os aspectos que interferiram com a ocupação romana.

O espaço em análise integra uma unidade geo-histórica cujas características geomorfológicas propiciaram, desde temos remotos, o desenvolvimento intensivo da actividade agro-pecuária e marítima que, até à relativamente pouco tempo, lhe conferiram um *fácies* característico. Com abundantes vestígios desde a pré-história recente, onde se identificam numerosos os monumentos megalíticos, assim como os povoados e os achados da época do Bronze Final, manifestou-se na Idade do Ferro como um importante foco de densidade humana que conheceria em época romana uma expressão sem paralelo na área do convento bracaraugustano.

Apesar das suas características geográficas e históricas, que a individualizam na região, os critérios adoptados para definir o espaço a estudar, prendem-se, fundamentalmente, com a interpretação do estatuto do "núcleo urbano secundário" de Alvarelhos, nomeadamente na acção que desenvolveu no domínio económico, social e cultural na região. Este espaço, que convencionamos designar como de – *espaço de atracção económica* –, define-se a partir da estrutura do povoamento propiciada pela via oficial a que está associado, a qual desempenhou um papel modelador do povoamento do território, numa dinâmica de proximidade e pela relação dicotómica entre campo e "cidade", cuja relação de interdependência desenhou a paisagem física e humana de toda a região em época romana.

Apesar de uma longa história de achados arqueológicos fortuitos e do registo de duas intervenções pontuais realizadas em 1899 e 1926, por José Fortes e Rui de Serpa Pinto respectivamente, foi apenas em 1992 que o castro de Alvarelhos (*castellum Madiaea*) começou a ser escavado de forma sistemática com critérios e metodologias científicas.

Os resultados científicos das primeiras acções desenvolvidas, associados aos achados arqueológicos ocorridos ao longo do séc. XIX e XX, em particular os de tesouros monetários, deixaram, desde cedo, antever as grandes potencialidades científicas e patrimoniais da estação arqueológica, especialmente para o estudo da romanização do norte Portugal, facto que marcou, de forma decisiva, os contornos do projecto de investigação cujos resultados aqui se apresentam.

Foi neste contexto que delineamos um projecto de estudo que permitisse a conjugação de dois níveis de abordagem complementares entre si.

O primeiro compreende o estudo monográfico da estação, baseado em escavação arqueológica e análise crono-estratigráfica que comporta a interpretação da sua evolução estrutural, urbanística e arquitectónica, a caracterização da sua ergologia nos diferentes períodos de ocupação e a sua contextualização nas estruturas administrativas em que se integrou nos diferentes momentos da sua história.

Numa perspectiva mais alargada, num segundo nível de abordagem, desenvolve-se o estudo da área geográfica envolvente, cujos limites foram definidos por um conjunto de factores que compreendem, entre outros, o estatuto da estação no quadro político-administrativo romano da área meridional do convento bracaraugustano, alicerçado num modelo de povoamento que se vem paulatinamente definindo com maior clareza, designadamente no que respeita aos núcleos urbanos secundários e às diferentes realidades do povoamento rural.

Esta abordagem, cujo objectivo último visa compreender o quadro da ocupação e exploração do território, assenta, fundamentalmente, no estudo de duas realidades complementares, quanto a nós decisivas para a compreensão da cultura galaico-romana.

Em primeiro lugar, o substrato indígena nas suas múltiplas facetas, sejam elas de natureza económica, social, religiosa, demográfica ou cultural, cuja realidade revela, por um lado, uma abertura significativa na adopção de influências externas e, por outro, uma identidade muito vincada com aspectos que se irão manter ao longo de todo o período de dominação romana e estarão subjacentes na sociedade galaico-romana, ora por permanência ora por fusão.

Em segundo lugar, um conjunto de transformações estruturais de natureza política, administrativa, económica, social e cultural, implementadas pela nova administração que alteraram, de modo profundo e irreversível, o mundo indígena.

Para além das importantes reformas político-administrativas e a progressiva implementação de um novo modelo económico e social que parcialmente sobreviverá à ocupação romana, um dos aspectos mais perenes e determinantes na sua construção foram as vias de comunicação que, como se verá, nesta região, em articulação com a existência ou não de recursos naturais que permitissem a viabilidade das explorações, determinaram as áreas de instalação e fixação da população. Neste capítulo, no espaço geográfico entre Leça e Ave, apesar da diversidade tipológica dos assentamentos, verifica-se que os factores de maior significado para a sua existência foram a natureza e características dos solos, a aptidão agrícola da terra, a possibilidade de acesso a recursos diferenciados e a proximidade às vias de comunicação, constituindo a conjugação destes factores o suporte a partir do qual se define a matriz do novo modelo de ocupação do território, ora com a disseminação de novas unidades agrárias na paisagem, ora com a manutenção e renovação de alguns povoados indígenas, cujo papel no tecido económico e social da região será particularmente importante, devido ao facto do território registar um fraco índice de urbanização.

Em síntese, os resultados obtidos com a implementação do – *Estudo do ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave* –, permitiram compreender e caracterizar a estrutura da paisagem, identificar os principais factores que interferiram no processo de modelação da nova paisagem económica e social e, em certa medida, identificar aspectos comuns com outras realidades geográficas, nas quais a relação dicotómica – rede viária / aptidão agrícola da terra –, parece constituir um denominador comum no processo de ocupação do território. Este processo, multifacetado e particularmente complexo, vem-se paulatinamente revelando como um processo integrador que se ajustou ás diferenças e particularidades das diferentes culturas com as quais interagiu, independentemente da sua personalidade cultural.

O estudo monográfico de Alvarelhos (*castellum Madiae*) – permitiu-nos debruçar sobre a realidade estrutural de um tipo de assentamento que vem sendo vulgarmente designado por *aglomerado urbano secundário*, ainda mal conhecido ao nível estrutural, assim como quanto ao papel que desempenharam na arquitectura da paisagem económica e social do noroeste peninsular. O estudo dos materiais permitiu-nos, em alguns casos, confirmar tipologias e cronologias e, noutros, constatar que o panorama das produções cerâmicas é mais amplo e diversificado do que actualmente se conhece, revelando particularidades de carácter regional muito significativas. O enquadramento estratigráfico dos materiais e a sua ponderação quantitativa permitiu também uma avaliação da importância económica e cultural das várias produções, assim como esboçar um

quadro de evolução económica e identificar os principais mercados abastecedores dos produtos de importação nas diferentes fases de ocupação.
No entanto, apesar dos resultados obtidos permitirem ter uma noção clara da evolução da ocupação na território no decurso da proto-história e romanização, somos conscientes que estes são ainda parcelares, sendo necessário aferir e confirmar dados cronológicos com estudos de carácter monográfico, de forma a clarificar os momentos de transição e individualizar as medidas que constituíram as verdadeiras causas de ruptura entre a cultura indígena e a cultura romana. São também ainda escassos os elementos de estudo da economia regional, não permitindo reconstruir integralmente o quadro da economia local, de forma a compreender as complexas relações de interdependência entre as várias comunidades que, em última análise, devem constituir o objectivo último de trabalhos científicos desta natureza.

O título com que identificamos o nosso trabalho – *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave* –, constitui uma referência às três principais linhas de investigação do projecto, assim como reflecte os resultados científicos obtidos.

Em primeiro plano a identificação do castro a partir da onomástica indígena – *Castellum Madiae* – em detrimento às referências consagradas na bibliografia arqueológica como – castro de Alvarelhos, castro de S. Marçal ou Monte Grande –, cuja opção se fundamenta em dois aspectos básicos. O primeiro relaciona-se com o propósito de identificar o castro com uma realidade que extravasa a natureza arqueológica do povoado, abarcando, assim, uma realidade mais complexa do ponto de vista da interpretação do território, que a história consagrou como uma unidade regional identificada como "Terra da Maia". Assim, pretende-se valorizar a referência à entidade gentilícia dos Madequisenses (habitantes do *castellum Madiae* - raiz da circunscrição medieval da "Terra da Maia") cujo território, *grosso modo,* corresponde à área geográfica interpretada como "área de atracção económica" do *aglomerado urbano secundário*, cujo ordenamento do povoamento se estrutura em função da sua natureza, explicando-se, dessa forma, o facto da *Maia* permanecer como sede de concelho e centro de uma região que constituiu uma unidade geo-histórica que ainda hoje se identifica em alguns aspectos. Ao invés o topónimo medieval – *Albarelios* –, atestado documentalmente a partir de 907 (PMH, DC, n.º 14), relacionado com a onomástica germânica derivado de um antropónimo – *Alvarus* ou *Albarus* –, reporta-se a uma realidade geográfica mais restrita, que não se centra especificamente no povoado, sendo de admitir que o nome romano do assentamento, caso tenha existido, desvaneceu-se, ao contrário do seu predecessor que, pela sua abrangência territorial e social, se cristalizou em época medieval numa estrutura jurídico-administrativa de âmbito regional, sendo, portanto, mais conforme com o verdadeiro estatuto do *aglomerado urbano secundário* romano. O segundo aspecto relaciona-se com o facto da transformação do povoado ter sido promovida pela elite indígena local, constituindo um processo de natureza endógena, que documenta, de forma paradigmática, o elevado índice de assimilação cultural dos *Madequisenses*, ilustrando assim a génese da sociedade galaico-romana da região.

A segunda componente do título – *Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário –,* identifica o estudo da realidade arqueológica que se desenvolveu sobre o castro a partir do reinado de Tibério / Cláudio até meados do séc. V, cujo urbanismo e características arquitectónicas das áreas habitacionais e públicas se ajusta à designação de *aglomerado urbano secundário*, que julgamos mais apropriada à de *vicus*, apesar de se admitir que possa ter desempenhado as funções que são próprias a este tipo de assentamentos.

Do ponto de vista da sua caracterização, o primeiro aspecto que importa realçar enquanto elemento diferenciador deste tipo de assentamento, por oposição às cidades – núcleo urbano por excelência –, consiste na ausência de iniciativa política na sua edificação e, consequentemente, no facto de não constituírem locais de concentração e exercício político, sendo preponderante a sua componente endógena, de raiz indígena, ou melhor, galaico-romana, a que se pode acrescentar a inexistência de uma fundação ritual, com fraca extensão e sem estatuto municipal (MARTINS 1995, 91).
Um dos aspectos de maior significado, aparentemente comum a este tipo de assentamento, consiste na sua génese de natureza indígena e formação espontânea, reveladora de um processo de maturação endógeno que resulta num desenvolvimento de tipo orgânico e progressivo, cujo *interface* arqueológico na área do convento bracaraugustano resultou em dois tipos de assentamentos, estruturalmente distintos, embora integráveis na mesma categoria. O primeiro corresponde aos assentamentos de vale, implantados directamente sobre as vias, geralmente nas imediações de povoados indígenas de maior ou menor importância, cuja localização estratégica ou a existência de um determinado recurso específico propiciou as condições necessárias para o seu surgimento, cuja designação mais apropriada será de *vici*.
O segundo, compreende os *aglomerados urbanos secundários* que resultaram da reestruturação de antigos *castella* indígenas que, por condições excepcionais, de forma cumulativa, congregaram os factores necessários para promoverem a transformação do assentamento primitivo. É nesta categoria que se integra o *castellum Madiae*.

Por último, a componente referente ao – *ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave –,* que se reporta concretamente ao estudo do povoamento da região. O ordenamento do território é aqui entendido como o processo a partir do qual se desenvolveu a organização do espaço, nomeadamente da interacção homem / meio físico, que, em parte, foi subsidiária da iniciativa da administração, nomeadamente através da construção de um conjunto de equipamentos estruturantes, fundamentais para o desenvolvimento do território, nos quais se destaca a estrutura viária e respectivos equipamentos de apoio à circulação e, por outro lado, de carácter privado, designadamente na identificação das potencialidades de exploração dos recursos naturais que conduziu ao estabelecimento e desenho da organização da estrutura do povoamento nas suas múltiplas manifestações – *aedificiae*, *villae*, *castella*, *vici*, aglomerados urbanos secundários e unidades "industriais" –, cuja articulação definiu a coerências da localização e das diferentes funções que comportam – a indústria, o comércio, a habitação ou a agricultura.

A ocupação romana entre Leça e Ave resultou em vários tipos de "aglomerados humanos" de diferentes dimensões e características. As funções como a agricultura ou a indústria, o comércio ou os serviços, encontraram nos diferentes tipos de assentamento os argumentos necessários para o seu estabelecimento, moldando e transformando a sua forma em função das relações de cumplicidade que desenvolveram entre si. Constituíram distintos modos de ocupar o território, dissemelhantes nos seus conceitos e finalidades, sendo todos eles diversos e complexos nas suas razões e justificando-se entre si de forma complementar.

Agradecimentos

A concretização de um projecto de investigação desta natureza, em particular sobre o marco cultural em questão, pela morosidade inerente à realização de escavações arqueológicas, na elaboração de trabalhos de topografia, estudo de uma enorme quantidade de materiais e, fundamentalmente, pelo esforço financeiro envolvido, não é possível sem o contributo e empenho de muitas pessoas e instituições. As exigências logísticas necessárias à realização do trabalho, aliadas à incerteza de obtenção de resultados resultantes das intervenções arqueológicas, constituiram também um obstáculo acrescido que interferiram no ritmo de desenvolvimento do trabalho e, consequentemente, na obtenção dos resultados científicos pretendidos.
Se, por um lado, as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projecto de investigação foram muitas, por outro, os apoios e incentivos à sua concretização não foram menores. Neste momento dirigimo-nos, de forma agradecida a todos que, de forma mais ou menos activa, colaboraram e contribuíram para a sua concretização.
Distingo, em primeiro lugar, o Professor Doutor Caamaño Gesto, que aceitou orientar este trabalho, permitindo-nos usufruir da sua competência científica e enorme experiência de investigador, com quem muito aprendemos pelas inúmeras solicitações e hesitações que demonstramos, revelando-nos que não são os mestres que impõem e modelam a orientação da investigação, mas, ao invés, com serenidade e exigência científica, permitem o tempo necessário a quem tudo tem para aprender para que possam desenvolver a maturidade científica suficiente para concretizar as suas próprias ideias.
A concretização deste projecto não teria sido possível sem o apoio incondicional da Câmara Municipal de Santo Tirso, que sempre apoiou os trabalhos arqueológicos por nós desenvolvidos e que, dentro dos naturais constrangimentos financeiros da instituição, sempre proporcionou os meios necessários à sua concretização. Neste contexto impõe-se uma referência particular ao Dr. Sérgio Moinhos, Vereador do Pelouro da Cultura, que, em 1991, foi quem criou as condições para o arranque do projecto de *Estudo e Salvaguarda da Área Arqueológica de Alvarelhos*, com a concretização da aquisição de algumas parcelas de terreno da área arqueológica. Da mesma forma, o Eng.º Francisco Sá, então Presidente da Junta da Freguesia de Alvarelhos que, localmente, constituiu um elemento de apoio importante e sempre presente.
Muitas outras instituições como a Escola Profissional de Arqueologia, Marco de Canaveses, a Faculdade de Humanidades de Ourense, a Escola Superior de Conservação e Restauro de Bens Culturais da Galiza, Pontevedra, a Faculdade de Geografía e Historia da Universidade de Santiago de Compostela, contribuíram activamente para o desenvolvimento do projecto, ora participando directamente nas intervenções arqueológicas, através dos seus alunos e professores, ora disponibilizando os seus fundos bibliotecários ou mesmo propiciando graciosamente trabalhos no âmbito do restauro e desenho de materiais arqueológicos.
Na recolha de materiais e informação sobre as estações arqueológicas que compõem o inventário contamos com a inestimável colaboração do Museu D. Diogo de Sousa, Braga e do Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães. No apoio ao trabalho de campo beneficiamos da colaboração de vários investigadores, designadamente na área do concelho de Matosinhos do Dr. Joel Cleto, no concelho de Vila do Conde do Dr. Paulo Costa Pinto e no concelho da Maia do Dr. André Tato Ribeiro.
Em especial, de forma personalizada, gostaríamos de agradecer aos que, individualmente, no âmbito das instituições ou fora delas, mais de perto nos prestaram colaboração. Aos colegas de trabalhos, Dr. Nuno Olaio, Dr. Nestor Borges e Dr. José Martins, que sempre se disponibilizaram a auxiliar nas inúmeras tarefas, muito para além das suas funções profissionais. Ao Doutor Lino Augusto pela congregação de vontades para o arranque do projecto. Ao Sr. António Correia pelos ensinamentos na topografia assistida. No âmbito da classificação de materiais foram vários os investigadores que nos ajudaram na classificação tipológica, nomeadamente a Dr.ª Maria de Belém no estudo das ânforas, a Dr.ª Teresa Pires de Carvalho no estudo

das sigillatas, o Dr. Marcelo Mendes Pinto e Mar Zabaleta na classificação das moedas, a quem manifestamos a nossa gratidão.

Uma última palavra para homenagear o saudoso Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida que foi quem, de forma pioneira, na década de sessenta desenhou o arquétipo do que viria a ser o nosso projecto de investigação, com a publicação do trabalho – *A romanização das Terras da Maia* –, que nos apoiou nos primeiros anos de desenvolvimento do projecto, propiciando inúmeras informações e sugestões no trabalho de campo, assim como através de referências bibliográficas que amavelmente disponibilizou.

Por último, a todos quantos participaram nas escavações arqueológicas e que comnosco partilharam tarefas no campo, no laboratório e em gabinete o nosso muito obrigado.

Capítulo I – *Entre Leça e Ave. Enquadramento historiográfico e proposta de investigação*

1. A área em estudo e o seu enquadramento histórico-geográfico. Proposta de Investigação

A forte identidade geográfica do Noroeste Peninsular propiciou o desenvolvimento de uma vasta unidade cultural[2] que se prolongou ao longo do I milénio a.C., à qual se convencionou designar por *Cultura Castreja*, que constituiu o substrato sócio-cultural sobre o qual se desenvolveria o processo de romanização.
Durante a época romana, a sua localização periférica, em face da centralidade mediterrânica, associada à falta de vestígios de grande monumentalidade, por oposição ao sul, consolidou na historiografia do séc. XX a ideia, de que o noroeste teria registado um baixo e tardio índice de romanização. Estudos mais recentes têm vindo a contrariar esta perspectiva revelando um povoamento polinucleado, intenso e diversificado, na sua natureza e dimensão, onde se identificam estruturas urbanas de modelo itálico, embora restringidas às capitais de convento e a alguns casos paradigmáticos e ilustrativos da fusão cultural resultante do "processo de romanização". Efectivamente, as propostas de modelos teóricos explicativos da estrutura, hierarquia e tipologia dos assentamentos de época romana tem encontrado dificuldades, quer a nível conceptual, nomeadamente na definição dos diferentes tipos de assentamento, quer a nível da sua articulação e relação com a estrutura administrativa, essa sim suficientemente conhecida. Na sua origem estará, provavelmente, a escassa informação arqueológica disponível, resultante de uma metodologia científica enquadrada em projectos de âmbito espacial muito alargado, cujos resultados não permitem um conhecimento aprofundado da realidade arqueológica, quer seja referente à sua interpretação crono-estratigráfica, quer seja em relação à estrutura dos povoados, à planta dos edifícios, à cultura material ou mesmo, à densidade populacional e às actividades económicas e respectivas áreas de exploração[3].
Tal facto, quanto a nós, reflecte não só a diversidade de tipos de assentamentos como, provavelmente, a origem e o desenvolvimento dos mesmos, que revelam fortes assimetrias regionais que se explicam por um largo conjunto de factores, como, por exemplo, o diferente índice de concentração de recursos, na maior ou menor proximidade de centros urbanos, da rede viária, de infra-estruturas de apoio ao comércio marítimo, entre outros aspectos estruturantes da organização do território.

Neste sentido, desenvolvemos um projecto de investigação cuja estrutura procurou responder às questões essenciais acima mencionadas que se complementa com uma abordagem concreta do estudo de uma realidade arqueológica interpretativa de uma unidade geo-histórica.
A unidade "geo-histórica" aqui considerada configura uma área geográfica compreendida entre o oceano atlântico a oeste, o rio Ave a norte, o rio Leça a sul e a face oeste da serra de Monte Córdova a leste. Integra os vales interiores do rio Leça, ribeira do Arquinho, ribeira de Paredes e a ampla várzea marítima delimitada a leste pela serra de Santa Eufémia. Este espaço constituiu, desde tempos remotos, um espaço propício à actividade agro-pecuária e marítima, que ainda hoje, apesar da profunda urbanização da área costeira, lhe marca um *facies* característico.

[2] Unidade cultural aqui entendida em sentido lato, uma vez que esta revela particularidades significativas, que alguns autores explicam através da existência de contributos exógenos e alógenos, movimentos demográficos e relações de carácter económico (SILVA 1986, 18).
[3] Exemplos particularmente ilustrativos desta realidade podem ser apreciados em praticamente todos os trabalhos de investigação publicados na área geográfica aqui considerada. Por exemplo, em contraposição ao número particularmente abundante de necrópoles identificadas, algumas delas estudadas, não se conhecem os respectivos *assentamentos* a que, obrigatoriamente, têm que estar associados. Por exemplo, na bacia média do Cávado, onde estão identificadas como prováveis 16 explorações agrícolas ou industriais, 19 sítios como prováveis *villae* não se conhece qualquer planta, com excepção de Dume, recentemente publicado (FONTES 1987, 111-148). O mesmo é válido para o *territorium* da civitas de *Tongobriga*.

Este conceito de "unidade geo-histórica" pretende desenvolver uma abordagem de análise que valorize uma perspectiva integradora do *homem* no *tempo* e no *espaço,* para que a percepção resultante dessa interdisciplinaridade proporcione a criação de um quadro completo e articulado.

A *região* em análise constitui uma unidade definível no espaço que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna ao longo do percurso histórico. Todavia, os elementos internos que lhe dão identidade não são estáticos ao longo do período cronológico em análise, podendo a sua identidade ser delimitada e definida com base num padrão de inter-relações entre elementos dentro dos seus limites. Neste sentido, a região pode ainda ser compreendida como um sistema de movimento interno, que extravasa a noção de espaço organizada de acordo com um sistema ou identificado através de um padrão, uma vez que a região se insere num conjunto mais vasto.

A noção de "unidade geo-histórica" introduz a geografia como *layer* inferior da história que, ao trazer o *espaço* para primeiro plano, considerando-o como sujeito do processo histórico, possibilita a percepção da longa duração, uma "história imóvel" que se desenvolve sobre uma estrutura onde os elementos geomorfológicos, climáticos, geológicos, faunísticos e botânicos se encontram num ambiente no qual se instala o homem, transformando-o e, dessa forma, criando uma identidade mutável. De facto, não se trata de um conceito relacionado com o "determinismo geográfico" mas sim de uma noção de *possibilismo*. Pretende-se, deste modo, realizar uma *espacialização da temporalidade*, que se traduzirá, em última análise, na *espacialização da economia*.

Esta abordagem, quanto a nós, encontra particular interesse para a compreensão das transformações operadas na transição do câmbio de Era, quando, ora por fusão, ora por imposição de uma cultura estranha à realidade indígena, se desenvolvem novos paradigmas civilizacionais que tem lugar a partir de um mesmo território que apenas se altera em função da acção transformadora do *homem*, gerando novas realidades sociológicas e culturais, cujo processo se conhece como "romanização".

Como sintetizou José D' Assunção Barros – (…) *… "o ato de produzir é igualmente o ato de produzir territórios". Cultivar a terra é dominar a terra, é impor-lhe novos sentidos, é apartá-la do espaço indeterminado inclusive frente a outros homens, é exercer um poder e obrigar-se a um controle. Fabricar mercadorias (ou controlar a produção de mercadorias) é invadir um espaço, é adentrar esse complexo campo de forças formado pela produção, circulação e consumo, e tudo isto passa também por exercer um controle sobre o espaço vital dos trabalhadores, sobre o seu tempo. Produzir ideias é se assenhorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras, limites e interdições que foram tão bem estudadas por Michel Foucault*[4]*. Em todos estes casos, enfim, a produção estabelece territórios, redefine espaços. E de todos estes tipos de espaços deve se apropriar o historiador no exercício de seu ofício* (…) (BARROS 2006, 470).

O povoado (*castellum Madiae)* transformado a partir de meados do séc. I, corporizou esta dinâmica, assumindo-se como centro polarizador de grupos provenientes de outras regiões, evidenciando um processo de crescimento resultante do desenvolvimento de uma "economia de mercado" que tinha por base a exploração dos recursos naturais da região e o incremento da actividade comercial, integrado num sistema administrativo alicerçado em infra-estruturas públicas, como, por exemplo, o sistema viário, que constituiu um dos principais factores que esteve na base da sua emergência e desenvolvimento enquanto "aglomerado urbano secundário".

[4] (…) *Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade* (…) (FOUCAULT 1996, 8-9).

1.1. Historia da investigação na área em estudo

A história da Arqueologia da região em análise reflecte os diferentes ritmos de desenvolvimento desta ciência entre nós, registando tendências no estudo preferencial de determinadas áreas culturais nos vários períodos histórico-políticos, nomeadamente no século passado. No que respeita ao marco espácio-temporal que aqui interessa, a história arqueológica do norte de Portugal, ao nível das intervenções científicas programadas, salvo raras excepções, resume-se às últimas três décadas, e mesmo estas pautam-se, na maior parte das vezes, por intervenções pontuais e descontextualizadas.

Efectivamente, o estudo da romanização no norte de Portugal, como fez notar Manuela Martins, mereceu sempre um interesse muito menor comparativamente à Galiza ou, mesmo em relação ao sul do país. Depois dos trabalhos pioneiros de Jerónimo Contador de Argote (ARGOTE 1728-1734), de Martins Capela (CAPELA 1895) e de Alberto Sampaio (SAMPAIO, 1899-1903) os estudos sobre a romanização limitaram-se quase exclusivamente à divulgação de achados fortuitos, à identificação de estações arqueológicas, ao estudo da viação romana e à análise do processo de aculturação dos castros[5].

Após um significativo hiato temporal será apenas a partir dos anos sessenta do séc. XX que se assiste a um maior interesse pelo estudo da romanização, amplamente impulsionado com os trabalhos de Alain Tranoy e Patrick Le Roux sobre a epigrafia do convento bracaraugustano, com o início dos trabalhos arqueológicos de *Bracara Augusta* e com a implementação de alguns projectos monográficos.

Este crescente interesse terá a sua máxima expressão na década de oitenta e início dos anos noventa com a publicação de trabalhos de síntese[6] que, apesar do seu âmbito geográfico limitado, reflectem hoje um conhecimento mais aprofundado da realidade do processo de romanização no norte do Portugal[7].

A década de noventa, no que respeita à investigação do período romano, caracteriza-se pela implementação de um conjunto de projectos de pequena e média dimensão, alguns deles corporizados em provas académicas, que constituem verdadeiramente um novo impulso na investigação e que permitirão, a curto e médio prazo a realização de trabalhos de síntese mais aprofundados[8]. Paralelamente, no final da década de noventa, assistiu-se à publicação de ensaios de teóricos sobre tipologias de assentamentos e modelos de ocupação do território. Estes últimos trabalhos constituem o resultado da utilização dos dados obtidos através de prospecção arqueológica e da compilação de dados bibliográficos que, lamentavelmente, só raramente são apoiados em resultados de escavações arqueológicas com interpretação estratigráfica e validação cronológica.

---

[5] Esta perspectiva é partilhada por vários investigadores e foi também abordada por Manuela Martins que, no estudo da proto-história e romanização da bacia média do Cávado, efectuou uma sinopse história da arqueologia portuguesa pondo claramente em evidência as discrepâncias existentes entre a arqueologia nacional e da vizinha Galiza, particularmente no que respeita ao estudo do período de ocupação romana (MARTINS 1990, 15-39).

[6] Referimo-nos em concreto aos trabalhos desenvolvidos na área de entre Sousa e Tâmega (SOEIRO 1986), na bacia do curso médio do rio Cávado (MARTINS 1990), ao trabalho monográfico desenvolvido na área arqueológica do Freixo, Marco de Canaveses (DIAS 1997), na fachada atlântica do norte de Portugal (ALMEIDA 1996), na bacia superior do rio Sousa (PINTO 1995, 265-291) e, por último, no âmbito exclusivo do povoamento, os trabalhos desenvolvidos na bacia inferior do rio Lima (ALMEIDA 1990) e aos trabalhos no âmbito da circulação monetária (CENTENO 1987).

[7] Referia-se também a implementação de um projecto de grande envergadura, de âmbito nacional, de inventário, classificação e sistematização de todos os vestígios romanos referenciados bibliograficamente, cuja publicação constitui hoje uma referência incontornável para qualquer estudo sobre o período romano (ALARCÃO 1988). Todavia, pela amplitude do trabalho, o inventário revela algumas falhas, nomeadamente com a omissão de alguns vestígios conhecidos, assim como na localização e caracterização de outros.

[8] Os trabalhos desenvolvidos abrangem um alargado leque de temas que abordam o estudo do povoamento e organização do território, de produções cerâmicas, manifestações religiosas e de circulação monetária, entre outros. No âmbito do estudo de materiais merecem referência os trabalhos desenvolvidos em Monte Mozinho (CARVALHO 1994), o estudo do acervo ânforico da fachada atlântica (PAIVA 1994), o estudo da cerâmica tipo "Bracarense" (LEITE 1997), o estudos do mobiliário funerário das necrópoles de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia; Croca, Penafiel; do concelho de Amarante (LOBATO 1996; PINTO 1996; PORTELA 1999). No âmbito do estudo da circulação monetária (PINTO 1996; BARBOSA 1998) e, por último, o povoamento e ordenamento do território (AMARAL 1994; SILVA 1994; DINIS 1993).

De uma forma simplista poder-se-ia dividir em três grandes períodos a história da arqueologia nesta região que, em última análise, reflectem o enquadramento histórico-político nacional no contexto europeu, em associação com os avanços técnicos e científicos que a Arqueologia, enquanto ciência emergente registou ao longo do séc. XX (LEMOS 1987, 5).

O primeiro, em traços gerais, corresponde à segunda metade de oitocentos e início do séc. XX, período em que várias gerações de investigadores animaram e imprimiram um forte rumo à Arqueologia nacional enquadrando o movimento romântico que então animava a Europa Ocidental, influenciada por um conjunto de descobertas de grande significado científico e monumentalidade. Também em Portugal esse entusiasmo se fez sentir tendo-se desenvolvido um grupo de investigadores que integraram a corrente de pesquisa científica internacional, a quem se poderá atribuir a criação dos alicerces das novas disciplinas no domínio das Ciências Sociais, onde a Arqueologia encontrou lugar de destaque. Neste período as investigações arqueológicas abordam, fundamentalmente, o estudo das origens motivadas pelas incertezas de carácter espiritual e filosófico a par da busca de uma identidade nacional que se manifesta em múltiplos planos da sociedade.

A história da Arqueologia na área em estudo conheceu naturalmente as mesmas vicissitudes da Arqueologia no norte de Portugal. Na realidade, nomes pioneiros da arqueologia nacional dos finais do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, que marcaram esta ciência de forma indelével, estiveram presentes e investigaram diferentes realidades arqueológicas nesta região. Neste ambiente, profundamente dinâmico, desenvolveram-se um conjunto significativo de instituições de carácter científico que constituiriam os alicerces do desenvolvimento da Arqueologia nacional. Entre as mais significativas destaca-se o *Instituto de Antropologia do Porto* criado em 1911 e mais tarde, em 1918 a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, que teve origem num grupo de investigadores que colaborou com a revista *Portugália* na transição do século (1899-1906), e, naturalmente a *Sociedade Martins Sarmento*, fundada em 1882.

A par de um largo número de estudiosos, como Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira, Estaço da Veiga, Carlos Ribeiro, José Fortes, Abade Baçal, entre muitos outros, participaram neste movimento inúmeros "arqueólogos" amadores que procuravam conhecer as antiguidades locais e mantinham os arqueólogos informados.

Do primeiro grupo de investigadores que conheceu projecção nacional, registam-se várias acções na região em estudo, quer no que respeita a intervenções directas de escavação quer de recolha e publicação de materiais recolhidos esporadicamente.

Entre os mais significativos trabalhos publicados nos finais do séc. XIX (1895), ainda hoje uma referência incontornável para o estudo da rede viária romana, conta-se o extenso *corpus* de epigrafia viária publicado por Martins Capela[9], que actualmente constitui a única referência para o estudo de alguns marcos miliários já desaparecidos. Na área meridional do convento bracaraugustano, respeitante à via XVI do itinerário de *Antonino*, refere entre Leça e Ave a existência de vários marcos miliários cuja leitura constitui a única referência a partir da qual se efectuam as diferentes propostas interpretativas, uma vez que, com excepção do marco miliário da Quinta do Paiço (4.2. *O povoamento*. Catálogo das estações, n.º 27) nenhum outro exemplar conserva a sua inscrição legível.

[9] Martins Capela nasceu no lugar do Assento, freguesia de S. Paio de Carvalheira, Braga, a 28 de Outubro de 1842. Ao longo da sua vida desenvolveu importantes estudos no âmbito da arqueologia clássica, com claro destaque para a epigrafia viária, área científica em que a sua obra de referência – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal* – viria a granjear um lugar de destaque na bibliografia arqueológica portuguesa. Contudo, os seus estudos extravasaram o domínio da Arqueologia, nomeadamente para a Filosofia onde não foi menos importante e original. Destaca-se ainda o seu papel no ensino, sendo actualmente considerado como o restaurador dos estudos tomísticos em Braga. A sua biografia e bibliografia foram já alvo de atenção por parte de vários historiadores dos quais se destacam J. M. da Cruz Pontes e A. Luís Vaz (PONTES 1976; VAZ 1942).

José Leite de Vasconcelos[10] manteve contactos directos com alguns investigadores locais, entre os quais o Abade Joaquim Fonseca Pedrosa, com o qual se relacionou, merecendo destaque a visita que efectuou a Santo Tirso que se relaciona com a descoberta dos vestígios que atestam a origem romana da cidade.

Efectivamente, a autoria da descoberta da ancestral origem da cidade deve-se ao Abade Pedrosa que, em carta a Martins Sarmento, refere a descoberta de muita telha e fragmentos de olaria romana em desaterros junto ao convento (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de "interesse arqueológico" é efectuada por Leite de Vasconcelos que visitou o local em 9 de Janeiro de 1893. A notícia foi publicada no *Jornal de Santo Thyrso* e dá conta da visita do ilustre arqueólogo à vila de Santo Tirso que, acompanhado do Abade, visitou o local onde outrora existiu o "castro romano"[11], onde recolheu alguns fragmentos de cerâmica romana[12].

Desta visita daria também testemunho José Leite de Vasconcelos no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a *Turiaco*, descoberta na parede da face norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua obra de referência – *Religiões da Lusitânia* (MOREIRA 2005, 9-25).

" *(...) Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tegulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, - como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.(...)"* (VASCONCELOS 1905, 325-326).

Martins Sarmento, seguramente o mais proeminente investigador nortenho do séc. XIX, terá sido o principal estudioso da área geográfica em análise, cuja actividade se desenvolveu por mais de 50 anos, nos quais foi responsável pelo incremento de muitos estudos levados a cabo por colaboradores próximos e arqueólogos amadores. A partir de informações orais sobre epígrafes existentes na Quinta do Paiço, Alvarelhos, em 1878 efectuou uma visita ao denominado *Castro de Alvarelhos* da qual resultou um apontamento de particular relevo para a história do imóvel (SARMENTO 1970, 48-54).

Merecem particular atenção as notas relativas à confirmação do local de aparecimento do marco miliário da Quinta do Paiço, já então copiado por Hübner (*CIL*, II, n.º 4736) e sobre a capela existente no Alto de S. Marçal. No que se refere ao primeiro, encontramos com rigor a menção ao local de aparecimento do monumento epigráfico – (...) *sei pelo ouvir ao Ex. Snr. Leitão, que o marco miliário foi encontrado ao formar os alicerces do torreão que há na Quinta do Paiço, pelo seu cunhado Domingos de Oliveira Maia; este senhor não só o encontrou, como digo, mais além disso mandou vir do Porto quem o dicifrasse, por cuja ocasião se avivaram as letras.* (...).

Em relação á capela de S. Marçal é mencionado que a dita se encontra destelhada, mas ainda com as paredes ao alto, em cuja padieira se pode ler a seguinte inscrição - ESTA OBRA MANDOU ERIDIF/ICAR ABBADESA / DONA ANA DE MENDONSA - e, ao lado da segunda linha, 1605.

José Fortes[13] desenvolveu uma intensa actividade arqueológica na região norte do país tendo intervencionados inúmeros monumentos, nomeadamente o castro de Guifões, Matosinhos (CLETO 1995 -96, 12), a *villa* romana do Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim, assim como publicou várias monografias e notas arqueológicas de relevo (FERREIRA; CARDOSO 1999, 126).

---

[10] José Leite de Vasconcelos nasceu em Ucanha, Tarouca, a 7 de Julho de 1858. Faleceu em Lisboa em 17 de Janeiro de 1941. Fundou em 1887 a "Revista Lusitana", vasto repositório de Etnografia e Filologia portuguesa. Por proposta sua, em 1893, Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, criou o Museu Etnológico, de que passou a ser director. Dois anos mais tarde inicia a publicação da revista, *O Archeólogo Português*, órgão daquela instituição. Foi Professor de Filologia Clássica, Filologia Românica, Arqueologia e Epigrafia na Faculdade de Letras de Lisboa. Etnólogo e Filólogo da maior notabilidade deixou uma vasta obra publicada em vários domínios do conhecimento.

[11] Erradamente identificado por alguns autores com o lugar do Corvilho (CORREIA 2000, 29, nota 99). Efectivamente, os vestígios identificados no lugar do Corvilho correspondem a uma necrópole de cistas, cronologicamente datadal do Bronze Médio/Final, cuja identificação apenas ocorreu em 1915, não sendo, portanto, possível confundir os dois locais, se atendermos à natureza dos vestígios e ao desfasamento das datas.

[12] *Jornal de Santo Thyrso*, n.º 36, 12 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1

[13] José Tomás Ribeiro Fortes Júnior nasceu na cidade do Porto em 1861 e viria a falecer em 1920 na mesma cidade. Magistrado de profissão foi administrador do concelho de Gaia e Governador substituto do Porto.

Entre as múltiplas escavações arqueológicas que realizou conta-se uma pequena intervenção no castro de Alvarelhos da qual resultou a publicação de um pequeno estudo (FORTES 1899) que constitui uma das principais referências bibliográficas da área arqueológica.

Luís Correia de Abreu[14], ilustre pedagogo, natural de Santo Tirso, dedicou grande parte da sua vida ao ensino e à divulgação da cultura. A sua actividade no âmbito da arqueologia, apesar de reduzida, revela uma preocupação que extravasa a do pequeno coleccionador, patente nos inúmeros manuscritos que deixou, entre os quais merece destaque o que se reporta aos vestígios da sua terra natal intitulado – *Descripção das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães.* O seu conteúdo, apesar de pouco rigoroso, conserva informações relevantes, uma vez que algumas delas são as únicas referências conhecidas para os respectivos achados. Entre elas, refira-se a nota alusiva à descoberta de um tesouro monetário ocorrido em 1841 no " Cham das Cruzes ", próximo do lugar de Santa Cruz, Burgães, supostamente tardo-romano "(…) *huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno* (…)". No mesmo local terão ocorrido outros achados, nomeadamente de materiais de construção e cerâmica comum romana. Em data anterior à descoberta do tesouro terá sido recolhida a epígrafe dedicada a *Cosunemeoecus* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 37), que o autor adquiriu em 1847 e recolheu nos jardins da sua casa para, quarenta anos depois, em 1887, o seu filho, António Maria Correia de Abreu, a doar ao Museu da Sociedade Martins Sarmento (CORREIA 2000, nota 37). Por último, importa mencionar a referência à descoberta de sepulturas na freguesia de Burgães, com destaque para a identificada na Quinta da Laje que, de acordo com a sua descrição, poderá corresponder a uma tumulação de época romana – (…) *Dentro da Quinta da Lage no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceo no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos*. (…) (CORREIA 2000, 23).

As fontes para o estudo da actividade de investigação do Abade Pedrosa[15] são escassas e muito limitadas, uma vez que são essencialmente constituídas pela correspondência epistolar mantida com Martins Sarmento, algumas referências indirectas efectuadas por este a propósito de alguns achados arqueológicos da região e por notícias de jornais. De facto, como chegou a ser admitido pelo próprio, num rascunho de carta referida por Augusto Pires de Lima[16], nunca o Abade escreveu ou publicou qualquer estudo sobre arqueologia ou história, apesar das inúmeras iniciativas que empreendeu e que constituíram, em muitos casos, acções cruciais para a preservação e salvaguarda de espólio arqueológico de valor científico e patrimonial assinalável – (…) *O distincto archeologo a quem V. Ex.ª se dirige é tão distincto (é mesmo unico), que nunca escreveu uma linha sobre archeologia, nem sobre outra coisa, a não ser cartas em correspondência com o Dr. Martins Sarmento sobre pesquizas de velharias que ainda se acoitavam por estes sítios e com o venerando Possidónio da Silva, e mais nada.* (…). Enquanto arqueólogo, foi um destacado colaborador de Martins Sarmento, tendo-se distinguindo tanto pelos inúmeros achados que efectuou, como pelas escavações que dirigiu. A actividade arqueológica que desenvolveu centrou-se, fundamentalmente, na década de oitenta e noventa do séc. XIX, momento a partir do qual se regista um afastamento progressivo da arqueologia, certamente relacionada com a morte de Martins Sarmento,

[14] Luís Correia de Abreu nasceu em Burgães, Santo Tirso, em 1804 e faleceu em 1877 na mesma vila.

[15] Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa nasceu em S. Martinho do Bougado, Trofa, a 30 de Novembro de 1848. Faleceu em Santo Tirso a 9 de Fevereiro de 1920. De perfil humanista, desenvolveu ao longo de 40 anos uma intensa actividade em prol do estudo, defesa e valorização do património arqueológico. Com a sua actividade relacionam-se importantes descobertas, escavações arqueológicas e recolha de materiais provenientes de achados fortuitos. Também no âmbito da defesa e valorização do património edificado desenvolveu uma importante actividade, como são exemplo as acções de valorização empreendidas no antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso e na igreja românica de Roriz.

[16] Lamentavelmente, o ilustre historiador que publicou a correspondência epistolar de Martins Sarmento e o Abade Pedrosa não pormenoriza aspectos importantes relativos a esta epístola, nomeadamente a quem se dirigia, a sua data, assim como o restante conteúdo (LIMA 1940, 77, nota 1).

ocorrida em 1899, cujo relacionamento íntimo, teria constituído um forte estímulo para uma intervenção activa na actividade arqueológica da época[17] que, de forma sinóptica, se pode resumir da seguinte forma:

Em 1883, Martins Sarmento visita a cidade de Santo Tirso e, na companhia do Abade Pedrosa, percorre o mosteiro de S. Bento e identifica a lápide romana dedicada a *Turiaco*, que analisa detalhadamente, dando inicio ao processo de desmistificação do epitáfio do "soldado que venceu Viriato", da qual publicaria uma nota, utilizando os documentos fotográficos disponibilizados pelo Abade (SARMENTO 1884, 303-304).

(…) *Nos meados deste ano, indo casualmente a Santo Tirso e visitando um cláustro do seu mosteiro, encontrei embutida numa parede uma inscrição romana, cuja leitura me causou a mais viva surpresa. Nem sequer me lembrava naquele momento que houvesse em Santo Tirso uma inscrição romana. O Sr. Abade Pedrosa, que estava presente avivou-me a memória, dizendo que era esta a lápide, em que os nossos epígrafistas viam o soldado que venceu Viriato* (…) (SARMENTO 1933, 173-174)[18].

No mesmo ano, o Abade Pedrosa mandou limpar e fotografar a inscrição romana integrada na parede norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, remetendo cópias a Martins Sarmento. (…) *Tenho à vista a fotografia da inscrição, que o meu ilustrado amigo mandou tirar, depois que* conseguiu libertar a pedra de toda a caliça que a remendara. (…) (SARMENTO 1933, 173-174).

Em 1885, participa, juntamente com o Abade de Tagilde e Martins Sarmento, na direcção da escavação da necrópole romana de Moure, Vela, no concelho de Guimarães – (…) *Em 1885, pude também fazer algumas escavações, tanto ao nascente, como poente da estrada, sendo auxiliado nestes trabalhos pelos meus amigos, Abade de Santo Tirso e de Tagilde.* (…) (SARMENTO 1933, 252-253).

Em 1885, na sequência dos achados arqueológicos ocorridos no Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso,[19] Martins Sarmento visita novamente o concelho. Os achados, reportados a Martins Sarmento em carta datada de 25 de Maio de 1885, referem um significativo conjunto de achados, assim como as escavações realizadas anteriormente ao aparecimento da necrópole[1].

Em carta datada de 26 de Julho de 1885 (LIMA 1940b, 197, carta II), o Abade Pedrosa refere o aparecimento fortuito de um tesouro monetário no lugar em que estivera com Martins Sarmento depois do referido achado. Na mesma epístola relata ainda que um ourives que vira as moedas constatou que todas eram de cobre e uma delas do imperador Galieno. Pela sequência cronológica da correspondência é provável que o Abade se reportasse às moedas descobertas no Monte dos Saltos, Sequeirô.

Em 1888, realiza-se a descoberta do "*esconderijo de fundidor* " no lugar da Abelheira, cuja intervenção do Abade viria a revelar-se fundamental na salvaguarda e recuperação do espólio, hoje em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento, conforme relata o patrono do Museu (…) *Graças á intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrso, a Sociedade Martins Sarmento fez a aquisição de machados de bronze apparecidos há tempo em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero de machados de bronze subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos d'ouro. A collecção compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos ou quasi (…)* (LIMA 1940, 88)[20].

A primeira referência do Abade à descoberta dos machados regista-se numa carta datada de 7 de Agosto de 1888, já numa fase adiantada do processo de recuperação dos machados (LIMA 1940b, 199-200,carta IV).

[17] Apenas assim se compreende a ausência de ligação do Abade com importantes descobertas ocorridas no concelho de Santo Tirso nas duas primeiras décadas do séc. XX. Constituem um bom exemplo os achados ocorridos em 1914 no lugar do Corvilho, cuja natureza singular seguramente não permitiria que passassem despercebidos ao Abade. O mesmo se poderá dizer do processo desenvolvido pela Junta Nacional de Educação, tendente à classificação do castro do Monte do Padrão, então designado por Castro de Monte Córdova, que viria a ocorrer em 1910.

[18] A nota de Martins Sarmento integra a publicação póstuma sobre o título – *Dispersos* – datada de 5 de Dezembro de 1883.

[19] Martins Sarmento dá conta da sua visita ao Monte dos Saltos, Sequeirô, em missiva dirigida ao Abade Pedrosa datada de Julho 1885 (LIMA 1940, 104-105).

[20] SARMENTO 1933, 323.

Em carta datada de 28 de Outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efectuada às duas mamoas da Ervosa.

(…) *Fui hoje ver a mamôa de que nos fallou o regedor, ou antes as mamôas, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrso, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado* (...)

Em 17 de Dezembro do mesmo ano dá conhecimento da descoberta de uma outra mamoa, eventualmente relacionada com as anteriores[2] - (…) *N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamôa, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamôa, apezar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandal-a abrir, para ver se dá alguma coisa.* (…)

Em 1888, descobre a estação pré-histórica de Monte Córdova onde recolhe vários utensílios líticos, nomeadamente, machados de pedra polida (MOREIRA 2007, MMAP n.º 6, 11).

No mesmo ano desenvolve diligências no sentido de evitar a destruição dos marcos miliários descobertos na Trofa Velha, no momento da reconstrução da ponte sobre o rio Sedões. O facto é relatado por Martins Sarmento em carta dirigida a Emílio Hübner.

Agosto de 1888 (…) *O abade comprou os miliários roubados e não me mandou a cópia pedida, por ter desgostos de família que lhe não permitem entregar-se a estas ocupações.* (…) (CARDOZO 1947, 131)[21].

No decurso do ano de 1890 a troca de correspondência com Martins Sarmento regista importantes referências ao marco miliário de S. Tiago de Antas (LIMA 1940b, 202-203, carta VII).

Em carta datada de 6 de Maio de 1894 informa Martins Sarmento do aparecimento e natureza do espólio numismático descoberto em Alvarelhos – (…) *As moedas, que appareceram no Castro d'Alvarelhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas.* (…). No mesmo ano regista-se a oferta feita pelo Abade à Sociedade Martins Sarmento de um modelo da ara descoberta no castro de Alvarelhos dedicada ao Génio (GUIMARÃES 1901, 56).

A epígrafe foi encontrada num terreno agrícola no monte do castro de Alvarelhos, em data anterior a 1893, momento em que, a partir da Quinta do Paiço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmento, tendo sido posteriormente oferecida ao Museu Etnológico Português, pelo abade Sousa Maia, em 1905, através de Félix Alves Pereira, que nesse ano efectuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho na qual obteve inúmeros materiais arqueológicos, designadamente oriundos de Alvarelhos, através do Abade Sousa Maia[22]. O monumento encontra-se actualmente no Museu Nacional de Arqueologia (MNA / n.º E 16711)[23].

[21] Martins Sarmento ao mencionar – desgostos de família – provavelmente, referir-se-ia à morte da mãe do Abade, Angelina da Fonseca Pedrosa, falecida nesse mesmo ano de 1988.

[22] A carta de agradecimento de Leite Vasconcelos, assim como a promessa de publicação da notícia na revista da instituição, data de 28 de Fevereiro de 1905. Esta viria a ser publicada no vol. X, do *Archeólogo Português*, pp. 381-382, e dá conta do conjunto de materiais então recolhidos, que aqui transcrevemos, limitando-nos, naturalmente, aos achados provenientes de Alvarelhos - (...) *Do Ver.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia, ... um fragmento, de forma especial, pertencente talvez a algum vaso do castro de Alvarelhos....; um capitel romano, do castro de Alvarelhos; um machado de pedra, do castro de Alvarelhos; um denário deste mesmo castro, e uma moeda de cobre hispânica; vários pesos de barro, de Alvarelhos;... um fundo de passador e um bico de bilha de barro, de Alvarelhos;... um bordo de vaso ornamentado, com incisões, de Alvarelhos;... uma ara votiva, do castro de Alvarelhos (...)* (VASCONCELOS 1905, 381-382). Documenta-se o acontecimento no acervo epistolar de José Leite de Vasconcelos, conforme se aprecia em carta endereçada por este ao Abade de Canidelo, em 28 de Fevereiro de 1905 (BRANCO 1963, 37-38).

[23] Veja-se o capítulo relativo às estações arqueológicas de proveniência dos materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa – Castro de Alvarelhos.

Em 1893 José Leite de Vasconcelos visita a cidade de Santo Tirso e, acompanhado pelo Abade Pedrosa, inspecciona o local de implantação da *villa* romana da Devesa. A notícia foi publicada no *Jornal de Santo Thyrso*[24] e dá conta da sua visita ao então designado "castro romano"[25].

Em Maio de 1894 identifica e regista sumariamente o marco miliário de S. Pedro de Avioso, do qual dá conhecimento a Martins Sarmento em carta datada de 11 de Maio – (…) *Na 6ª fui a S. Pedro de Avioso ver o marco milliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, num logar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da carriça e a 19 m ao Poente da estrada de Braga ao Porto. Disse-me o dono da caza, que o prazo d'ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades " bouça da pedra d'Anta". Este marco mede d'alto fora da terra 1,40m, é cylyndrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior próximo á terra 0,60.*

Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas estas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mas dispersas. (...) (LIMA 1940b, 206).

Em 16 de Junho do mesmo ano, o Abade daria conta da visita efectuada aos marcos miliários da Trofa e S. Pedro de Avioso em companhia de Martins Capela (LIMA 1940b, 209).

Em 1894, descobre e salvaguarda os vestígios arqueológicos associados com a *villa* romana de Guilhabreu, Vila do Conde, designadamente os que se relacionam com a necrópole e os achados epigráficos associados. Segundo os registos epistolares o primeiro a intervir no sítio terá sido um coleccionador e proprietário de terras no local, David Ramos, com quem privou, conforme se depreende da leitura da carta dirigida a Martins Sarmento em 15 de Junho de 1894, na qual relata o desenvolvimento das escavações, assim como a natureza dos materiais identificados[26].

Ao Abade Sousa Maia ficou a dever-se a publicação da obra monográfica da freguesia de Guidões, editada em 1913, cujo conteúdo encerra inúmeras referências de interesse arqueológico, apesar de algumas imprecisões na localização e classificação dos achados, alguns deles já desaparecidos.

O segundo período desenvolve-se a partir de finais da década de 20 do século passado até meados da década de 70, momento a partir do qual se criaram as instituições que estruturam e regulamentam actualmente actividade arqueológica nacional. Enquanto o continente europeu mergulhava na guerra, a investigação arqueológica na região conhecia importantes evoluções. Após um início menos promissor, poder-se-á caracterizar este período como um momento de intensa actividade arqueológica, com particular destaque para as décadas de cinquenta e sessenta, no qual se registam importantes trabalhos arqueológicos e se documentam inúmeros achados ocasionais, muitos deles salvaguardados nos museus da região, nomeadamente no Museu de Etnografia e História do Porto. A Mário Cardoso ficar-se-ia a dever

---

[24] *Jornal de Santo Thyrso*, n.º 36, 12 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1.

[25] " (...) *Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tégulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, – como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.* (...) " (VASCONCELOS 1905, 325-326).

[26] (…) *Effectivamete o David é collecionador e tem mais antigualhas na casa do Porto e segundo diz o Abb.e, tem gasto algum dinheiro em excavações.* (…). Quatro meses depois, em 5 de Outubro do mesmo ano, referia-se novamente aos achados de Guilhabreu efectuados por David Ramos *(…) O David Ramos encontrou já á annos num campo a que chamão Villa Boa, da mesma freguezia de Guilhabreu algumas antigualhas romanas, como restos de cerâmica, algumas moedas de cobre, uma talha, mas pequena, mós etc.* (…).

Por último, em Novembro de 1894, quando visita a "colecção" de David Ramos, que relata a Martins Sarmento, em 11 de Novembro desse mesmo ano, refere vários achados, nomeadamente de cerâmicas comuns, vidros, moedas, tesselas e uma escultura em mármore, actualmente desaparecida.

(…) *Vi mais o tronco d'uma Vénus, desde o pescoço á cintura, e mede meio palmo, tem também parte da peanha com pé ainda pegado e o logar do outro, o mármore era bom, muito branco e puro, segundo me disse o David é mármore de Pathmos, o que está, é muito estragado do tempo, a esculptura era excelente. (…)* (LIMA 1940 b, 210).

O local terá eventualmente sido também escavado pelo Abade Sousa Maia no início do séc. XX, enquanto colaborador do Museu Etnológico Português, cujos materiais terão dado entrada na instituição *" (...) espólio funerário, vasos com grafitos e vasos lisos* (…) " (VASCONCELOS 1915, 191; BRANCO 1963, 35). As escavações terão provavelmente continuado até finais da década de 20, uma vez que Serpa Pinto a elas faz referência, ainda que de forma indirecta, em artigo datado de 1928 (PINTO 1929, 159-160).

a publicação *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, dado à estampa em 1935, cujo conteúdo encerra inúmeras referências à epigrafia da região, em particular a Santo Tirso.

Mendes Corrêa, do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, desenvolveu intensas escavações no castro de Guifões, às quais o autor se refere, ainda que de forma breve, nalgumas obras de síntese, nomeadamente a intitulada "*Os povos Primitivos da Lusitânia"*, impressa em 1924, assim como na sua obra de referência "*As origens da cidade do Porto"*, datada de 1935, e no artigo identificado como *Lusitânia Pré-romana* que integra a História de Portugal de Damião Peres.

Em 1939, o padre Agostinho de Azevedo publica "*A Terra da Maia"*, monografia com informação preciosa para os concelhos de Matosinhos, Maia e Vila do Conde, constituindo a única fonte para o conhecimento de muitos vestígios de época romana hoje desaparecidos.

António Cruz, paleógrafo e arqueólogo ocasional, com reduzida bibliografia publicada no domínio da Arqueologia, daria um importante contributo com a publicação da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, que escavou em Maio de 1939 em parceria com Mendes Correia (CRUZ 1940, 203-215).

Entretanto, no início da década de quarenta (1943), António Francisco Ramos, pároco de Lavra, publicava "*Lavra. Apontamentos para a sua monografia"*, onde refere com detalhe os vestígios da *villa* romana de Fontão, que vinham sendo descobertos desde o início do século (4.2. *O povoamento*. Catálogo das estações, n.º 19), merecendo particular atenção a descoberta de (…) *um tanque de granito e umas como que eiras, feitas de barro e burgos* (…), dando assim início à grande descoberta arqueológica do concelho de Matosinhos que iria concretizar-se na década de 60, com a descoberta do "complexo industrial" de produção de preparados de peixe e de processamento de sal da praia de Angeiras, Lavra (CLETO 1995-96, 13).

Em 1958, é dada à estampa a "*Monografia de Matosinhos"* obra que continua a ser a mais completa referência historiográfica do concelho, constituindo um enorme repositório de notas e apontamentos de interesse arqueológico.

A década de cinquenta ficaria ainda marcada pelo importante contributo de Joaquim Neves dos Santos, indiscutivelmente o mais importante investigador do castro de Guifões, com a edição da extensa bibliografia sobre os trabalhos arqueológicos por ele dirigidos. Publicou também trabalhos referentes a outras áreas do concelho de Matosinhos, como, por exemplo "*A Torre de Linhares na Época Romana"* e de especial interesse "*Um mosaico romano de Lavra, Matosinhos"*, dado à estampa em 1963.

Fernando Lanhas e Domingos Pinho Brandão na década de sessenta desenvolveriam um dos mais ambiciosos e importantes trabalhos de investigação do seu tempo cujo trabalho, de significativo rigor cartográfico, viria a ser publicado em parcelas, resultando numa incontornável fonte de consulta para qualquer trabalho de investigação na região. Em particular, para o marco geográfico do nosso estudo, é especialmente importante a parcela 109.4, respeitante a parte do concelho de Matosinhos, Vila do Conde, Maia e Santo Tirso, publicada em 1969 "*Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico*" (LANHAS; BRANDÃO 1969, 295-34).

Rui Serpa Pinto, importante referência da Arqueologia portuguesa da primeira metade do séc. XX, desenvolveria a sua actividade fundamentalmente no norte do país, em particular na região da Póvoa de Varzim de onde era natural. Especial referência para o nosso estudo merece o facto de ter efectuado uma pequena intervenção no castro de Alvarelhos em 1926, de que, lamentavelmente, não deixou registo escrito, tendo chegado até nós a informação através das notas publicadas por Huet Bacelar sob o título "*Inéditos de Serpa Pinto*" (BACELAR, 1984, 122-123).

O trabalho apresentado constitui um texto inédito do autor e dá conta da intervenção arqueológica realizada no "castro luso-romano de Alvarelhos", em Setembro de 1926, no lugar dos Aidos, junto à casa de habitação ainda hoje aí existente. Todavia, o autor que coligiu os apontamentos do arqueólogo nunca publicou as

notas que serviram de redacção à breve introdução, assim como os elementos relativos à escavação. A título de *post srcriptum* menciona apenas que nos apontamentos existe a menção a dois denários imperiais que, posteriormente, foram estudados por Rui Centeno. Para além das referências bibliográficas sobejamente conhecidas de Martins Capela e de Velho Barboza, os elementos de natureza arqueológica referem-se ao aparecimento de materiais na Quinta dos Aidos.

(...) No quintal da casa de Aidos, atraz citada, desenterraram há anos, ao fazer uma plantação, um fragmento de coluna dorica-romana, mós manuais e uma soleira de porta (...).

Este texto constitui uma importante fonte de informação para a historiografia da estação arqueológica de Alvarelhos. O facto de Serpa Pinto a ter intervencionado, ainda que pontualmente, é, de certa forma, revelador da importância do monumento e testemunho de que os inúmeros achados arqueológicos que se produziram ao longo do séc. XX, suscitaram o interesse científico dos mais iminentes arqueólogos.

Para o estudo da área geográfica que nos ocupa merecem ainda destaque os trabalhos publicados no Jornal "*A Voz do Crente"*, da Póvoa de Varzim, no Jornal "*O Povo da Maia"*, onde se regista a descoberta da necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia, e do Jornal "*O Tripeiro*" do Porto. Os restantes trabalhos, nomeadamente os referentes à cividade de Terroso, frequentemente encerram referências importantes a castros da região, assim como a vestígios de época romana descobertos acidentalmente.

Carlos Faya Santarém[27] foi um dos mais insignes historiadores do concelho de Santo Tirso. A sua actividade de investigação abrangeu um amplo leque de áreas de conhecimento no âmbito da Ciências Sociais, cuja obra constitui hoje uma referência incontornável para a abordagem da história de Santo Tirso. Como arqueólogo desenvolveu um importante trabalho de recolha e estudo de materiais arqueológicos que publicou com reconhecida competência. Destacam-se, entre outros, os trabalhos sobre epigrafia latina e portuguesa, a recolha e publicação de materiais arqueológicos provenientes de achados fortuitos, ocorridos por todo o concelho e sobre a viação romana. O seu nome encontra-se relacionado a um significativo conjunto de descobertas arqueológicas no concelho de Santo Tirso, para além de ter desenvolvido um amplo trabalho de recolha de materiais para a constituição de um Museu Arqueológico, cuja colecção tinha sido já iniciada anos antes pelo pioneiro arqueólogo, hoje patrono do Museu Municipal, P.e Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa.

No âmbito da arqueologia, entre o conjunto de trabalhos de maior mérito científico, merecem destaque as escavações arqueológicas realizadas no Monte Padrão, Santo Tirso, na primeira metade da década de cinquenta do séc. XX, cujos resultados foram publicados na revista concelhia "*Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural"* da qual foi director (SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429). Registe-se também o levantamento e estudo da epigrafia romana do concelho, na qual é compilada a informação bibliográfica das peças (SANTARÉM 1956-57, 61-72), à qual foram acrescentadas duas epígrafes inéditas anteriormente recolhidas e publicadas pelo autor, uma votiva, proveniente de S. Bartolomeu, dedicada a *Neneoeco*, e a segunda funerária proveniente de Roriz (SANTARÉM 1953, 397-402). Os trabalhos no âmbito da epigrafia clássica ficariam concluídos com a publicação da epígrafe proveniente de Alvarelhos, consagrada pelos *Madequisenses*, de particular importância para a compreensão do povoamento e das organizações gentilícias da região (SANTARÉM 1977, 161-170). Entre alguns trabalhos de menor envergadura contam-se vários artigos de estudo de peças isoladas, entre os quais se destaca o estudo dos instrumentos líticos recolhidos no Monte da Assunção, Monte Córdova (SANTARÉM 1952a, 105-111; 1956, 69-72), os materiais provenientes da necrópole do Corvilho, Santo Tirso, datada do Bronze Médio/Final (SANTARÉM 1956, 69-72) e,

[27] Carlos Faya Santarém nasceu em 6 de Junho de 1921, em Santo Tirso, e viria a falecer em 7 de Fevereiro de 1989. Ilustre investigador da história local deixou publicada uma vasta obra, em muitos campos pioneira, que hoje constitui uma referência incontornável para a abordagem da história de Santo Tirso. Como arqueólogo desenvolveu um importantíssimo trabalho de recolha, estudo e publicação de materiais, assim como realizou trabalhos de escavação no Monte Padrão. No âmbito editorial destacam-se os trabalhos sobre epigrafia latina e portuguesa, sobre materiais provenientes de achados dispersos e finalmente os trabalhos sobre as intervenções arqueológicas realizadas no castro do Padrão.

por último, já no âmbito da romanização, o estudo de uma escultura em bronze que representa uma Nereida, recolhida no castro de Alvarelhos, em 1952 (SANTARÉM 1954, 31-39), e de uma pulseira de vidro proveniente da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (SANTARÉM 1952 a, 105-111).

O segundo período, balizado sobre a década de vinte e a década de oitenta do séc. XX, caracteriza-se por uma intensa actividade arqueológica que contou com importantes contributos de arqueólogos, historiadores e coleccionadores. Entre os trabalhos mais significativos realizados na região ao nível da prospecção arqueológica e interpretação da estrutura do povoamento numa perspectiva regional, encontra-se o trabalho realizado no final da década de sessenta por Pinho Brandão e Fernando Lanhas publicado em fascículos sob o título – *Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico* – cuja obra, constitui um dos primeiros levantamentos arqueológicos, metodologicamente elaborado como tal, que constitui hoje uma obra de consulta obrigatória.
Com carácter mais pontual regista-se a intervenção de Mendes Correia e António Cruz com a escavação da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, da qual foi publicado um breve, mas significativo artigo.
É neste contexto que se assiste, em 1950, à publicação na revista *Douro Litoral* de um trabalho da autoria de Eugénio de Freitas, sobre as antigas vias de comunicação entre Leça e Ave.
Carlos Alberto Ferreira de Almeida constitui uma referência incontornável no panorama da arqueologia portuguesa, especialmente na região norte[28]. O contributo de maior significado e actualidade para a área em análise aqui considerada encontra-se o estudo sobre a viação medieval entre Douro e Minho, na qual faz uma primeira abordagem sobre a viação romana que constituiu a base de inúmeros trabalhos posteriores (ALMEIDA 1968). O seu contributo para o estudo da região Maiata, que agora abordamos, foi decisivo, constituindo mesmo o arquétipo do projecto que viríamos a desenvolver no presente trabalho.
A romanização das Terras da Maia, editado em 1969, constitui a principal obra de referência para o estudo da proto-história e romanização do marco geográfico a que se reporta o nosso trabalho e, especialmente, para a área arqueológica de Alvarelhos. Para além de algumas considerações sobre o fenómeno da romanização, que à luz dos conhecimentos actuais são discutíveis, a obra constitui a principal compilação de informação de carácter arqueológico feito até ao momento. Assim, de acordo com a estrutura do trabalho do autor, as referências arqueológicas reportam-se à rede viária, epigrafia, povoados romanizados, economia e necrópoles. Relativamente a Alvarelhos, quando trata a viação romana, descreve detalhadamente o percurso da via XVI (Braga-Porto) mencionando o marco miliário da Quinta o Paiço. Relativamente à epigrafia refere a inscrição votiva recolhida em Alvarelhos dedicada ao *Genius* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42) que identifica como um deus tópico, subentendendo-se a localidade ou a gentilidade a que pertencia o dedicante com o povoado.
O povoamento é tratado de forma cuidada e Alvarelhos em particular, sendo criteriosamente mencionados todos os achados ocorridos até à data. Os numerosos vestígios de romanização identificados no castro são então interpretados como sendo o resultado de um crescimento relacionado com a sua localização junto à via romana e com as férteis zonas agrícolas existentes na envolvente ao castro. Por último, as necrópoles do povoado são mencionadas tendo por base referências de outros autores (FORTES 1899, 22) não concretizando a sua localização nem o espólio exumado.
Este trabalho de inventário e catalogação viria a ser complementado com uma abordagem de natureza teórica sobre o estudo do processo de romanização da zona de entre Douro e Ave (ALMEIDA 1970, 3-9), e, mais tarde, por outro sobre as influências meridionais na cultura castreja (ALMEIDA 1974C).

[28] Aproveitamos a oportunidade para, a título póstumo, agradecer a ajuda prestada pelo Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida que, no início da década de noventa do séc. XX, quando iniciamos o projecto de investigação nos disponibilizou inúmeras obras da sua biblioteca particular, facto que constituiu um enorme estímulo e incentivo.

No final década de setenta (1978-79), na sequência de um conjunto de achados numismáticos ocorridos no castro de Alvarelhos, concretamente em 1971, assiste-se à publicação monográfica de catalogação e estudo do acervo numismático então parcialmente recuperado com o título – *Tesouro monetário do castro de Alvarelhos. Estudo numismático – seriação cronológica e histórica –,* da autoria de Joaquim Torres, que consiste um notabilíssimo esforço de classificação que hoje constitui a única referência sobre o achado, uma vez que o tesouro foi dispersado por vários coleccionadores.

O terceiro momento desenvolveu-se a partir do início da década de oitenta e enquadra-se num período de intensa actividade arqueológica registada um pouco por todo o país, incrementada pelos diferentes serviços da administração central e diversas universidades, que contou com o forte apoio dos municípios, então em clara fase de afirmação e valorização dos valores patrimoniais concelhios. Na área de estudo destacam-se as seguintes instituições – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal da Maia[29], Câmara Municipal de Vila do Conde[30], da Câmara Municipal de Santo Tirso[31] e, por último, da Câmara Municipal de Matosinhos[32].
A investigação arqueológica desenvolvida durante este período reflecte a aplicação de novas metodologias de escavação e análise, assim como de implementação de uma forte componente de interdisciplinaridade científica que passa a constituir o denominador comum na abordagem da arqueologia de campo, reflectindo uma maior maturidade científica dos projectos em curso, nomeadamente no âmbito do estudo do povoamento.
Entre os principais investigadores da nova geração encontra-se Manuela Martins que será, porventura, a mais ilustre representante da "nova escola" da Arqueologia do norte de Portugal. Apesar da sua área de investigação inicial se ter centrado na bacia média do rio Cávado, contam-se vários trabalhos de menor envergadura, mas de igual importância científica no marco geográfico e cronológico do nosso estudo. Referimo-nos em particular à intervenção arqueológica realizada no castro do Monte do Padrão, Santo Tirso, concretizada em 1985, que consistiu na execução de 4 sondagens das quais merecem particular destaque as implantadas entre o muro leste da Domus Norte e a muralha (MARTINS 1985, 217-230), pelo facto de terem permitido documentar, pela primeira vez, a ocupação relativa ao período do Bronze Final, o que motivou inúmeras referências ao castro em trabalhos científicos do mesmo horizonte cronológico. No âmbito da romanização destaca-se o ensaio sobre a ocupação romana da região de Braga desenvolvido no âmbito do Congresso Histórico comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio (MARTINS 1995, 73-114), cuja perspectiva de abordagem constituiu o elemento vertebrador do nosso estudo ao nível conceptual e metodológico.
Em 1983 assiste-se também à escavação de parte dos vestígios do complexo industrial de Lavra, promovidos pelo GEAP – *Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto* que contou com a direcção de

[29] O Gabinete de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos foi criado em 1995. No âmbito das suas competências procede ao levantamento e classificação dos elementos relevantes do património histórico-cultural, emite pareceres e elabora programas para a conservação e recuperação do património cultural. No domínio específico da arqueologia desenvolve o projecto de estudo e valorização do castro de Guifões.
[30] O Gabinete Municipal de Arqueologia de Vila do Conde foi criado em 1998 com o objectivo de efectuar a gestão dos sítios arqueológicos classificados no âmbito do Plano Director Municipal, assim como o de desenvolver projectos de musealização dos principais sítios arqueológicos, nomeadamente a Cividade de Bagunte, cujo projecto viria a assumir a designação de – *Projecto de Dinamização Cultural da Cividade de Bagunte*.
[31] O Gabinete Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso foi criado em 25 de Outubro de 1990 e tem como objectivos efectuar a gestão do património arqueológico concelhio, actualizar a carta arqueológica e promover projectos de investigação científica do património arqueológico concelhio. No âmbito das suas competências actualmente desenvolve o *Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização do Castro do Monte do Padrão*.
[32] A gestão do património arqueológica do município da Maia efectua-se através do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, cuja inauguração data de 2001. No âmbito da arqueologia, no enquadramento da revisão do Plano Director Municipal, encontra-se a efectuar o levantamento arqueológico concelhio e coordena as acções de escavação desenvolvidas na sequência de trabalhos de trabalho, nomeadamente de implementação de medidas preventivas e de salvaguarda do património arqueológico.

Fernando Augusto Silva e Isabel Figueiral (SILVA; FIGUEIRAL 1986, 165-181). Posteriormente, já na década de noventa, os trabalhos encontrariam sequência com a direcção de Joel Cleto, cujas acções elevariam a totalidade de tanques de maceração de pescado descobertos para 32 unidades (CLETO; SANTOS 1991, 161-165; CLETO 1995-96a, 23-45).

Teresa Soeiro, cuja investigação arqueológica se identifica sobretudo com Monte Mozinho, Penafiel, abordou pontualmente o estudo de colecções de materiais em depósito em Museus da região norte. Neste âmbito efectuou o estudo dos materiais de bronze provenientes do castro de Alvarelhos, em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa (SOEIRO 1984, 237-243), cuja publicação contribuiu para a divulgação de materiais inéditos provenientes de achados fortuitos ocorridos na estação e para a crescente percepção da importância do povoado durante o período de dominação romana.

Armando Coelho Ferreira da Silva, a partir de finais da década de setenta, desenvolveu um conjunto importante de trabalhos de âmbito científico sobre o território definido pela circunscrição medieval das Terras da Maia, a quem, aliás, se ficou a dever a identificação da onomástica medieval do etnónimo de matriz indo-europeia que viria a nomear o espaço geográfico em estudo a partir da interpretação das organizações gentilícias de entre Leça e Ave (SILVA 1980, 79-90; 1982, 381-339)[33]. Posteriormente, o estudo de síntese, *Cultura castreja no noroeste de Portugal* (SILVA 1986; 2007), integraria inúmeras referências à área de estudo, nomeadamente no que respeita ao povoamento e à caracterização e organização da sociedade indígena. Por último, merece também referência o estudo sobre as Origens *do Porto*, integrado numa abordagem mais alargada sobre a história da cidade (SILVA 1994, 44-117), no qual o autor elabora uma síntese sobre a evolução do povoamento entre Douro e Ave, território que admite como limite geográfico da capital de civitas – *Cale –,* que localiza na cidade do Porto, concretamente no morro da Penaventosa.

No âmbito do estudo do povoamento da proto-história regista-se com particular interesse o estudo de Pereira Dinis, corporizado numa Tese de mestrado – *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.* –, cuja abordagem privilegia uma perspectiva de análise evolutiva do ordenamento do povoamento com base em modelos de exploração do território que nem sempre valorizam as especificidades locais e que devido à falta de informação crono-estratigráfica algumas das propostas não são completamente sustentadas. Todavia, o critério empregue na construção do catálogo dos sítios referenciados e, sobretudo, a análise e confirmação das referências consagradas na bibliografia, cuja demonstração arqueológica não é consistente, faz com que constitua uma das abordagens de maior validade científica para a área de estudo, embora só a considere parcial (margem esquerda do Ave) (DINIS 1993).

Carlos Alberto Brochado de Almeida desenvolveu estudos no âmbito da proto-história e romanização da bacia hidrográfica do rio Lima (ALMEIDA 1990), assim como da fachada atlântica compreendida entre o rio Cávado e o rio Minho (ALMEIDA 1996; 2003), nos quais abordou as principais temáticas relacionadas com a organização do povoamento, a economia, a organização política e a estrutura social e religiosa do período de dominação romana, assim como, pontualmente, efectua uma síntese da evolução dos conceitos metodológicos, particularizando os aspectos menos consensuais. Na área aqui tratada, o seu contributo relaciona-se com o estudo da viação romana, designadamente a *Via Veteris* e, de particular importância para o espaço de entre Leça e Ave, o levantamento arqueológico efectuado no âmbito do Plano Director Municipal do concelho de Vila do Conde (ALMEIDA 1995), em particular o que respeita à área concelhia localizada na margem esquerda do rio Ave.

[33] Como o título sugere, constitui um importante trabalho para o marco geográfico do nosso estudo e particularmente para o castro de Alvarelhos. O autor efectua o estudo de três epígrafes, uma das quais procedente do castro de Alvarelhos, recolhida em 1972, deslocada do seu contexto arqueológico, publicada pela primeira vez por Carlos Faya Santarém (SANTARÉM 1977, 161-170). As outras duas unidades gentilícias mencionadas na epígrafe proveniente da *villa* romana de Guilhabreu são os *Uliaincae* e os *Fidueneae*.

O contributo de Francisco Reimão Queiroga no estudo da área geográfica do Douro Litoral é relativamente diminuto na medida em que a abordagem se limita à análise do povoamento, cujo catálogo reflecte dados de inventário de trabalhos anteriores, cujo rigor, à muito questionado, acrescido da falta de dados resultantes de escavações arqueológicas, resulta num contributo pouco significativo para a clarificação da organização e evolução do povoamento proto-histórico nesta área geográfica concreta (QUEIROGA 1992). No entanto, o resultado dos trabalhos de escavação realizados em assentamentos da área geográfica da face norte da bacia média do rio Ave constitui um forte alicerce de referência para a caracterização da ergologia e cronologia proto-histórica da região.

Rui Centeno, no trabalho de inventário e estudo das ocorrências monetárias no norte de Portugal, são referenciados três tesouros provenientes de Alvarelhos de grande relevância arqueológica (CENTENO 1987). Relativamente ao primeiro tesouro identificado, cronologicamente mais antigo, regista-se a partir de uma referência epistolar entre Martins Sarmento e Abade Pedrosa que menciona o aparecimento de um conjunto de moedas em prata ocorrido em 1983, que seriam posteriormente estudadas por José Fortes (FORTES 1899, 12-13). A segunda referência, relacionada com o aparecimento de um tesouro de 523 denários, encontrado em Abril de 1964, é feita a partir de uma fonte bibliográfica (TORRES 1978-79, 30-31) que, supostamente, terá analisado as moedas na ocasião em que foram recolhidas. A última referência é relativa ao aparecimento de um tesouro de cerca de 5 000 denários e de 9 bolas de prata com um peso total de 3 228,2 gr., duas delas grafitadas com o nome *CESAR*, ocorrido em Maio de 1971, que constitui, sem dúvida, o principal contributo do autor no estudo do acervo numismático do castro, uma vez que efectua algumas correcções à classificação e seriação elaborada por Joaquim Torres, tendo contabilizado como número total de espécimes estudas pelo autor em 3476, a que acrescentou mais cinco moedas, três das quais da sua propriedade (CENTENO 1979, 105-109).

Amílcar Guerra na edição *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* pontualmente referência o castro de Alvarelhos ao tratar a referência 4,112, referente ao *oppidum Abobrica*. O autor refere, sem que seja claro relativamente à sua posição, diferentes interpretações sobre a localização deste *oppidum*. Menciona, por exemplo, López Cuevillas que pretendeu identificar o *oppidum* com Oimbra (CUEVILLAS 1953, 66-67), Lambrino que aproxima o etnónimo e o topónimo do nome antigo do rio Ave, *Avus* (LAMBRINO 1959-60, 5-20) e, por fim, de uma forma genérica, alguns estudiosos portugueses que em determinado momento identificaram *Avobriga* com o castro de Alvarelhos, nomeadamente Joaquim Torres (TORRES 1978-79) e Jorge Alarcão (ALARCÃO 1974, 92).

Mais recentemente o âmbito do seu estudo alarga-se para a análise da toponímia e onomástica indígena referente ao nome do rio Leça (GUERRA 1996) e aos nomes pré-romanos de povos e lugares (GUERRA 1998), onde aborda um conjunto de referências epigráficas identificadas na área de estudo, concretamente as unidades gentilícias dos *Madequisenses*, *Uliaincae* e *Fidueneae*.

Jorge Alarcão desenvolveu uma importante acção de investigação na área de entre Douro e Ave. Numa primeira fase, em parceria com Adília Alarcão, dedicou-se ao estudo dos materiais arqueológicos em depósito em Museus, nos quais se destaca o estudo dos vidros romanos do Museu da Sociedade Martins Sarmento, onde se integram os vidros recolhidos no castro da Retorta, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 77), assim como outras referências de diferente proveniência (ALARCÃO; ALARCÃO 1963, 367-390; 1963a, 175-209; 1964, 5-11). Entre os estudos de âmbito geral, relacionado com as referências inscritas na bibliografia publicada até 1988, conta-se o trabalho de síntese e inventariação publicado com o título *Roman Portugal* (ALARCÃO 1988b), que consiste num complemento à sua obra de referência *Portugal romano* que constituiu a primeira obra de síntese sobre a romanização do território português (ALARCÃO 1973; 1974; 1987a), actualizada ao nível das ocorrências arqueológicas conhecidas e de alguns conceitos metodológicos, integrada na História de Portugal dirigida por Joel Serrão – *O domínio romano* (ALARCÃO 1990). Mais recentemente, de particular interesse para a região, registam-se um conjunto de estudos sobre a estrutura e hierarquização do povoamento romano (ALARCÃO 1995, 387-401; 1995-96, 167-179; 1988, 175-186) e

também relacionados com a distribuição, organização e hierarquização dos cantões proto-históricos (ALARCÃO 2000, 45-50).

Vasco Mantas, em meados da década de noventa, apresenta o resultado do estudo *da Rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, lamentavelmente ainda não publicada (MANTAS 1996). O estudo da via XVI de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* merece do autor especial atenção ao nível da caracterização do seu traçado, da contextualização arqueológica dos vestígios localizados nas imediações e, naturalmente, do estudo dos marcos miliários identificados que, em alguns casos, suscitaram novas leituras e interpretações. Constitui uma abordagem exaustiva de uma das principais vias do território nacional, cujo estudo o autor retomaria quatro anos mais tarde, alargando a perspectiva de análise passando a integrar o estudo dos fenómenos sócio-económicos originados pela própria via, como sejam os relacionados com a administração do território, a economia, e a vertente militar, cultural e social (MANTAS 2000).

Ainda no âmbito do estudo da viação romana importa referir o trabalho conjunto realizado por Rodríguez Colmenero, Santiago Ferrer Sierra e Ruben D. Alvarez Asorey - *Callaeciae et Asturiae Itenera Romana. Miliarios e outras inscricións viarias romanas do noroeste hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, publicado em 2004, que constitui o catálogo mais exaustivo e completo da via *Bracara Augusta – Cale*, onde se incluem vários marcos miliários inéditos. As leituras propostas permitiram percepcionar de forma mais completa o processo de recuperação e posterior manutenção da via, operada a partir do séc. IV que, embora revestidos de aspectos de carácter político-propangandístico, são particularmente elucidativos da retoma económica operada na região a partir da criação da província da *Gallaecia* (COLMENERO; SIERRA; ASOREY, 2004).

Da autoria do coordenador do estudo importa ainda referir um outro trabalho particularmente importante e, quanto a nós, muito pertinente, que se centra na problemática da interveniência do exército nas obras publicas da *Gallaecia*, retomando a questão da presença legionária na área de *Bracara Augusta*, suscitando o problema da eventual permanência de destacamentos militares (*vexillationes*) na região, relacionando o facto com a epígrafe consagrada por *Lucius Valerius Silvanus*, soldado da *legio VI*, a *Turiaco*, recolhida no claustro do mosteiro de Santo Tirso (2.4. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60), à qual acrescentaríamos a epígrafe que alude à mesma legião por nós identificada no intradorso do primeiro arco da margem esquerda da ponte de Negrelos, em S. Martinho do Campo, Santo Tirso, com enquadramento e paralelismo noutras evidências epigráficas inscritas em construções semelhantes promovidas pela mesma legião em quadrantes geográficos distintos[34].

No âmbito do estudo de *Bracara Augusta* importa registar o importante estudo do acervo cerâmico alto-imperial promovido por Rui Morais (MORAIS 2005), cujo *corpus*, constitui a principal referência regional, nomeadamente para a caracterização do comércio provincial e inter-provincial.

Por fim, refira-se o trabalho de Ana Paula Carvalho sobre o povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, que constitui a última abordagem produzida no âmbito do estudo da romanização da região, apesar de apenas parcialmente integrar a região em estudo (CARVALHO 2008). Constitui uma análise da organização e hierarquização do povoamento numa área geográfica muito ampla, cujos vestígios, em muitos casos, resultam de recolhas superficiais e sem enquadramento estratigráfico, desconhecendo-se a amplitude das áreas de dispersão e a correcta caracterização dos assentamentos, sendo, por isso, pouco significativos para uma avaliação cronológica e cultural precisa, factor que acrescenta particular dificuldade na abordagem seguida. Todavia, o resultado final, sobretudo no que respeita à catalogação e sistematização dos vestígios constitui um significativo progresso no conhecimento da ocupação da fachada atlântica da área meridional do noroeste peninsular.

[34] Entre outros exemplos veja-se a marca da legião (*VI Victrix*) na face sul do estribo da Ponte do Diabo, Martorrel-Castellbisbal (RODÁ 1991, 29), e o umbral identificado na Plaza Mayor de Lugo (COLMENERO 1991, 100).

1.2. Problemática

A romanização do noroeste português, conforme reflecte a bibliografia, é rica em quantidade e diversidade de vestígios arqueológicos. Contudo, a avaliação desses mesmos vestígios, com excepção dos acervos numismáticos e epigráficos, que valem por si mesmo, do ponto de vista cronológico tem sido deficiente e pouco fundamentada estratigraficamente, sendo frequente a classificação e datação dos materiais apresentar distorções significativas, ora por se utilizarem tipologias estabelecidas em contextos estranhos à realidade do noroeste peninsular, ora por não se dispor de referências estratigráficas para as produções locais ou regionais associadas a materiais de datação mais precisa. Assim, a falta de estudos monográficos sobre as produções locais e as principais importações, melhor conhecidas e datadas noutras regiões, tem fornecido dados cronológicos que tem vindo a suportar a ideia de uma romanização tardia[35] e de pouca expressão ao nível da cultura material.

Da mesma forma, a quase total ausência de intervenções arqueológicas alicerçadas em projectos de investigação, com excepção das principais cidades, aglomerados urbanos secundários e castros (*Bracara Augusta, Aquae Flaviae, Cale*, *Tongobriga* e Monte Mozinho), tem dificultado o entendimento da organização do mundo rural nas suas múltiplas facetas, seja na composição estrutural dos edifícios, seja na definição das suas áreas de exploração, cronologia e, particularmente, na interpretação do tecido económico e social. Efectivamente, esta lacuna está na origem da fragilidade da fundamentação teórica de algumas abordagens mais generalistas que pretendem definir modelos de organização e exploração do território a partir das cidades e das suas necessidade de abastecimento, uma vez que a visão dicotómica cidade/campo se tem vindo a esbater, para dar lugar a uma visão simbiótica em que a unidade em análise passa a ser o território, no qual se definem áreas urbanas e rurais com relações de interdependência.

Neste sentido, as principais questões de reflexão subjacentes ao desenvolvimento e avaliação dos resultados da nossa proposta de investigação hierarquizam-se em dois planos. O primeiro, de carácter mais geral, prende-se com a análise do processo romanizador e as relações de conflitualidade ou de fusão do mundo romano com o mundo indígena, que se podem hierarquizar em três questões;

1. A primeira relaciona-se com o modelo administrativo imposto com a romanização e a avaliação do seu impacto no mundo indígena.

2. A segunda prende-se com a classificação e hierarquização do povoamento, a definição e a avaliação do seu significado no tecido socio-económico na *Gallaecia* romana.

O problema da classificação e hierarquização do povoamento romano tem sido recentemente abordado por inúmeros investigadores cujas propostas apresentam diferenças interpretativas significativas que, muitas vezes, ultrapassam o âmbito tipológico[36], integrando conceitos com fundamentos teóricos distintos, assim como diferentes parâmetros de ponderação dos vestígios arqueológicos.

3. A última questão relaciona-se com a organização do espaço rural, a exploração dos recursos e sua valorização nos diferentes momentos da história do período de domínio romano.

---

[35] Manuela Martins ilustra este cenário com o exemplo das *villae* romanas do norte de Portugal, cujas datações apresentadas são maioritariamente tardias em contraposição com os resultados das prospecções arqueológicas, a interpretação da epigrafia e a cultura material dos castros que revelam uma rápida e fácil aculturação do mundo indígena (MARTINS 1990, 29-30).

[36] Entre os trabalhos mais recentes para a área meridional do noroeste veja-se; ALARCÃO 1996; 63-85; 1988, 176-186; 1998 c, 89-119; 2000, 45-50: SOEIRO 1984, 23-31; ALMEIDA 1990, 257-294; 1995, 57-58; 1996, 291-437; DIAS 1997, 283-245; MARTINS 1990, 186-235; 1995, 73-114; AMARAL 1993; LEMOS 1993, e para a Galiza; LOSADA 1997, pp. 189-197; 1988, 157-174; 2000, 21-52.

O segundo plano de análise, de carácter mais restrito, relaciona-se com questões de âmbito local e incidem fundamentalmente no modelo de organização e exploração do território e na interpretação da cultura material que se podem estruturar em três áreas de análise;

1. A primeira, de maior significado, relaciona-se com o papel polarizador de um aglomerado urbano secundário na organização do território.

2. A segunda relaciona-se com a organização do espaço rural, analisada em função da existência de recursos e as relações de interdependência com as infra-estruturas de comunicação viárias e portuárias.

3. Por último, a cultura material e a sua validação cronológica.

1.3. Metodologia

A definição da área de estudo do nosso projecto constituiu, sem dúvida, a principal dificuldade com que nos deparamos no início do desenvolvimento do trabalho de investigação, uma vez que sobre a sua fundamentação assentava a coerência científica do trabalho e, consequentemente, os seus resultados. Assim, inicialmente propusemo-nos efectuar um trabalho cujo marco geográfico seria a bacia hidrográfica do rio Ave no âmbito da romanização, enquanto, simultaneamente desenvolvíamos actividade de investigação no âmbito da escavação em dois assentamentos – o castro de Monte Padrão e a área arqueológica de Alvarelhos, ambos no concelho de Santo Tirso. No entanto, com o decurso dos trabalhos e com a obtenção de um conhecimento mais profundo sobre a realidade geográfica[37] e arqueológica da região, aliado a um princípio conceptual e metodológico que privilegiava uma abordagem monográfica, levou-nos a questionar esta delimitação, uma vez que, quando transposta para o estudo de uma determinada cultura, ou período cronológico, como é o caso, não corresponde a nenhuma região específica, com características que a individualizem na região e lhe confiram uma identidade própria, sejam de carácter geográfico, geomorfológico, político, administrativo ou social.

Paralelamente, os trabalhos de escavação desenvolvidos na área arqueológica de Alvarelhos paulatinamente revelavam um assentamento romano de grandes dimensões com características particulares e uma ampla estratigrafia apoiada num conjunto muito significativo e diversificado de materiais que nos permitia encarar, com alguma segurança, a possibilidade de estarmos perante um aglomerado urbano secundário.

Assim, perante esta nova realidade, reforçada pela necessidade de definir uma área de estudo com consistência metodológica à qual poderíamos acrescentar o estudo da cultura material[38] optamos por reformular integralmente o projecto de investigação e enveredar por uma abordagem de carácter monográfico.

"*Castellum Madiae.* Formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave" é uma abordagem de investigação de âmbito geográfico definido com carácter marcadamente monográfico.

Conforme o título sugere, para além do estudo monográfico da estação arqueológica, definimos uma área que consideramos como espaço da sua influência directa que, do ponto de vista conceptual poder-se-á definir como *espaço de atracção económica*, cujo conceito se define a partir de uma suposta influência exercida pelo núcleo urbano, nomeadamente no domínio económico, social e cultural[39].

Os parâmetros considerados relacionam-se com a distância e a velocidade média km/hora tida como razoável para o acesso a mercados. Uma vez equacionados os factores de ponderação para esta realidade concreta, que incluí como núcleos urbanos – *Bracara Augusta* / Alvarelhos / *Cale* –, e as características do troço da via que os une (via XVI do itinerário de *Antonino*), incluindo os factores condicionantes no cálculo da

[37] Referimo-nos concretamente à dimensão espacial que compreenderia a execução de um trabalho desta natureza. O rio Ave desenvolve-se ao longo de 85 km desde a sua nascente, em Vieira do Minho até à foz em Vila do Conde e forma uma bacia hidrográfica na ordem dos 1. 395 km^2. Ao longo do seu curso cruza regiões com características geomorfológicas e climáticas distintas não formando qualquer tipo de unidade física individualizada na região que permita assumir a delimitação de um estudo científico.

[38] A deficiente valorização e estudo dos materiais arqueológicos relativos à época romana, se exceptuarmos os achados numismáticos e algumas produções forâneas como as sigillatas, ânforas e cerâmicas câmpanienses, tem ocasionado deficientes interpretações cronológicas, uma vez que a valorização estratigráfica e o contexto dos materiais não compreende, na maior parte dos casos, as produções locais, que constituem o acervo arqueológico mais abundante e de maior fiabilidade cronológica. Acresce ainda o facto de as estratigrafias ou datações de materiais isolados ou provenientes de contextos funerários serem efectuadas pelo recurso a tipologias definidas em contextos completamente alheios à realidade socio-económica do noroeste. Esta deficiência metodológica foi já referenciada no desenvolvimento de estudos recentes, embora de âmbito cronolópgico diferente do nosso, como é o caso do estudo da proto-história e a romanização da bacia do curso médio do Cávado (MARTINS 1990, 29).

[39] Abordamos de forma desenvolvida este tema no Capítulo IV - 4.1. – *O espaço de atracção económica*.

média por hora, admite-se como *espaço de atracção económica* uma área envolvente de 15 km de raio[40], que, *grosso modo*, corresponde à área compreendida entre Leça e Ave.

Consideramos, no entanto, como segunda área de análise e de enquadramento o hipotético território em que estaria integrado o *aglomerado urbano secundário* – a civitas de *Cale* –, cujo espaço se desenvolve entre Douro e Ave, e, num plano mais abrangente, o convento administrativo em que se inseria – o convento bracaraugustano.

Sobre a área de estudo resultou a primeira parte do trabalho, em que se pretendeu interpretar os vestígios arqueológicos que compõem o catálogo das estações inventariadas equacionando a sua distribuição, função, hierarquização, evolução cronológica e ligação ou relação de interdependência com o "aglomerado urbano secundário" de Alvarelhos. Optamos por abordar o estudo de contextualização e interpretação dos vestígios em diferentes apartados, com o objectivo de optimizar o seu estudo, estabelecendo um confronto mais efectivo em relação a realidades por vezes distintas. Assim, sob o título ***A romanização da região e a reorganização do espaço*** agrupamos os seguintes estudos; 4*. Alvarelhos e região;* 4.1. *A ocupação do espaço. Novas formas de povoamento;* 4.1.1. *Povoados (vici) / aglomerados urbanos secundários;* 4.1.2. *Perduração do habitat tradicional – Tipo B, C;* 4.1.3 *As villae*; 4.1.4. *Os casais*; 4.1.5. *Necrópoles*; 4.1.6 *Epigrafia funerária*; 4.1.7. *Epigrafia funerária*; 4.1.8. *Os tesouros monetários*; 4.1.9. *as vias de comunicação terrestres*; 4.1.10. *Portos e vias de comunicação marítimas e fluviais*; 4.2. *O povoamento – Catálogo das estações* –, onde se desenvolve o estudo da ocupação do território no marco espácio-temporal aqui considerado, tendo sempre em perspectiva as características geomorfológicas da área da sua implantação, assim como a disponibilidade de recursos na envolvente, designadamente, a aptidão agrícola dos solos, uma vez que a actividade agro-pecuária constituiria a principal vocação da maioria dos assentamentos identificados na região.

O catálogo, com oitenta estações inventariadas, resultou de um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica, que julgamos exaustivo, no estudo dos materiais provenientes de todas as estações identificadas,[41] que, na maior parte dos casos, se encontra disperso por diferentes instituições e, fundamentalmente, por trabalhos de prospecção arqueológica que implicaram a verificação *in situ* de todas as estações inventariadas. A sua interpretação e contextualização, apesar das dificuldades técnicas relativas a execução deste tipo de abordagem, assim como as dificuldades interpretativas inerentes, possibilitaram a classificação de todos os vestígios[42] que tem por base uma análise apoiada nos seguintes descritores – historiografia arqueológica (referência e análise bibliográfica / fontes documentais); caracterização física (topografia / dimensão / configuração planimétrica / relação com recursos hidrográficos ou marinhos); caracterização arqueológica (planimetria de estruturas / sistemas defensivos / espólio); implantação e recursos disponíveis (inter-relação entre os assentamentos e a rede viária / caracterização dos solos e aptidão agrícola da terra).

A segunda parte do trabalho respeita exclusivamente ao estudo da área arqueológica de Alvarelhos, cuja metodologia de intervenção e critérios de apresentação damos conta, de forma detalhada, no início do V Capítulo – *O aglomerado urbano secundário de Alvarelhos. Arquitectura, economia e território* –, que, em traços gerais, se poderá caracterizar como uma abordagem monográfica. A escavação arqueológica foi orientada no sentido de documentar estruturalmente os edifícios de forma a possibilitar a sua legibilidade

[40] Os 15 km de raio considerados perfazem naturalmente 30 km de diâmetro, um perímetro de 94, 2478 km e uma área de 706, 8583 km^2.

[41] Considerarmos com particular destaque o estudo dos materiais provenientes das 16 necrópoles identificadas cujo material, com excepção da Necrópole da Forca, se encontrava integralmente inédito, tendo o estudo no conjunto abrangido o total de 138 peças.

[42] A execução de trabalhos de prospecção arqueológica, elaboração de inventário e respectiva cartografia dos sítios no marco espacial a que se reporta este trabalho revelou diferentes níveis de dificuldades – o primeiro, de carácter técnico, relaciona-se com a dificuldade de empreender trabalhos sistemáticos de prospecção arqueológica devido ao elevado índice de ocupação humana da região e à forte divisão da propriedade, com frequência expressa em parcelamentos murados, assim como a intensa actividade agrícola. Neste sentido, na maior parte dos casos não foi possível definir e quantificar com rigor a área de dispersão dos vestígios. A segunda, de maior importância para a interpretação dos resultados prende-se com a natureza dos próprios vestígios e respectiva classificação que, em alguns casos, é feita apenas através da observação do seu local de implantação, área de dispersão e natureza dos materiais e vestígios de estruturas identificadas à superfície.

original, de definir os principais eixos da estrutura do povoado e, fundamentalmente, na obtenção de elementos estratigráficos de suporte para o estudo dos materiais.
O estudo da cultura material representa uma parte significativa do estudo monográfico e teve como objectivo principal, estabelecer uma tabela cronológica e tipológica, documentar os ritmos económicos nas diferentes fases de ocupação, a criação de um *corpus* de apoio à classificação e datação dos materiais provenientes de achados ocasionais das estações da área de estudo, definir produções locais e, fundamentalmente, compreender os principais centros de comércio, tanto a nível provincial como inter-provincial.
Neste sentido, abordamos o estudo de duas formas. A primeira, consiste numa classificação sumária que acompanha a descrição e classificação dos cortes estratigráficos, onde é possível estabelecer a associação dos diferentes materiais num mesmo estrato arqueológico. A segunda, mais desenvolvida, consta do estudo individualizado das diferentes produções, onde, para além de se discutir a problemática das produções (tipologia / cronologia), se apresentam os paralelos regionais.
Completámos o estudo com um conjunto de análises por espectrometria de fluorescência de raios x[43], com o intuito de caracterizar detalhadamente a composição química das produções cerâmicas, metálicas e vidreiras. No caso dos metais o objectivo ultrapassou a simples caracterização das ligas, permitindo, em alguns casos, documentar processos de fabrico.

Objectivos

À semelhança da estrutura do trabalho os objectivos que nortearam o programa de investigação podem dividir-se em dois planos.
O primeiro, de âmbito mais geral, relaciona-se com a problematização da classificação e interpretação dos vestígios integrados numa realidade político-administrativa mais vasta de que se possuí um conhecimento mais amplo e aprofundado, já estruturado em modelos interpretativos e alicerçados em propostas de evolução cronológica.
O segundo, de âmbito mais localizado, pretende interpretar os dados arqueológicos em face de uma realidade arqueológica e de um conjunto de vestígios concretos, inseridos numa área geográfica específica que procuramos dar uma coerência interpretativa à face de um conjunto de aspectos que englobam a conjuntura político-administrativa, a realidade cultural anterior, o meio físico e os novos desígnios socio-económicos da sociedade galaico-romana.
Em suma, pretendemos clarificar um conjunto de questões genéricas que recorrentemente estão subjacentes a trabalhos de investigação nesta área geográfica, que desenvolveremos de forma mais detalhada em cada capítulo correspondente, mas que se poderão enumerar segundo esta hierarquia;

- Qual a realidade arqueológica do *castellum Madiae* e o seu verdadeiro estatuto na hierarquia do povoamento, supostamente organizado a partir de "lugares centrais" que se desenvolveu na fase subsequente à campanha de *Decimus Junius Brutus* (SILVA 1997, 52), ou, segundo outros autores, constituiu o resultado do desenvolvimento de uma dinâmica interna alicerçada num desenvolvimento económico e

[43] As análises foram efectuadas no laboratório da "TecMinho – Associação Universidade. Empresa para o Desenvolvimento" sobre a supervisão técnica do Eng.º Fernando Castro, Director Técnico do laboratório. A análise por espectrometria de fluorescência de Raios X é uma técnica de análise química que utiliza os Raios X que emitem os elementos químicos constituintes dos materiais, em análise, quando irradiados por um feixe electromagnético de energia específica. O feixe de Raios X ao incidir no átomo de uma amostra provoca a formação de uma lacuna numa das camadas internas do átomo que é em seguida preenchida por electrões de camadas mais externas. Desta forma, como cada átomo possui um número determinado de electrões, as suas energias de ligação são características, sendo que estes rearranjos electrónicos resultam numa emissão de um conjunto de riscas de Raios X, que funcionam como a identificação de cada átomo. Para uma abordagem mais detalhada sobre os métodos de análise por espectrometria de fluorescência de Raios X, designadamente as suas variantes e limitações veja-se; GIL; PEREIRA 1981, 12-27.

tecnológico de natureza endógena (MARTINS 1990, 205; 1995, 78), e, em que medida esse posicionamento hierárquico condicionou ou propiciou o seu desenvolvimento em época romana[44].

- Qual o efeito sentido na dinâmica do povoamento da região em época romana após as primeiras reformas administrativas, designadamente com a criação das três capitais de convento, operacionalizadas no câmbio de Era, nomeadamente de *Bracara Augusta*[45] e, posteriormente, com as reformas flavianas[46].

- Qual o padrão de povoamento rural registado na área envolvente ao *aglomerado urbano secundário* e em que medida corresponde a outros modelos conhecidos na área meridional do convento bracaraugustano, nomeadamente no que respeita aos factores condicionantes e/ou propiciatórios para a instalação das unidades de exploração agro-pecuárias ou unidades industriais[47].

- Qual o estatuto do povoado na administração romana e qual o seu papel na dinâmica da economia e sociedade da região. Terá o seu desenvolvimento obedecido a um padrão do tipo orgânico, não programado, de iniciativa da elite indígena local, ou, pelo contrário, constituirá um exemplo de iniciativa da administração com prévia programação a partir da qual se desenvolveu uma estrutura do tipo urbano.

- Qual a correspondência cronológica entre o desenvolvimento de Alvarelhos e a instalação das unidades rurais e quais as suas relações de interdependência.

- Em que medida a interpretação estrutural e o estudo da cultura material é revelador da evolução da economia, e em que medida esta é coincidente com a evolução político-administrativa do convento bracaraugustano.

- Qual o grau de integração do povoado na economia regional, nomeadamente no comércio nas diferentes fases de ocupação.

Apresentação

A apresentação do trabalho encontra-se esquematizada em dois volumes que, por sua vez, se subdividem em VIII capítulos.

---

[44] Esta questão assume particular relevância na medida em que uma das linhas interpretativas, de cariz estruturalista, de modelação hierárquica do território, atribui a Alvarelhos o papel de " lugar central", provido de funções capitalidade ao qual estaria adstrito um grupo étnico. (O princípio baseia-se na equidistância de 25 km entre os povoados, a que corresponderá uma jornada – ex. Sanfins, Briteiros, Alvarelhos, Monte Mozinho). Segundo este princípio, será sobre esta malha de células proto-históricas que se reflectirá uma política de desconcentração do *habitat*, de forma a servir os desideratos de ordem política, militar, administrativa e económica que norteiam a ocupação romana e definem a intervenção sobre o ordenamento do território (SILVA 1986, 26-27, fig. 2). Assim sendo, atendendo à realidade arqueológica de Alvarelhos e Monte Mozinho, mesmo aceitando o princípio da sua capitalidade, a acção da administração romana parece revelar critérios distintos, consoante variam as realidades socio-económicas de cada local e região, assim como o seu posicionamento em relação à nova rede de comunicações cuja estrutura parece influenciar fortemente o novo modelo de povoamento (rede hidrográfica / rede viária), que ambos os casos parecem confirmar.

[45] Sobre a fundação de *Bracara Augusta* parece hoje consensual a sua origem anterior ao câmbio de Era, balizada entre o ano 4 e 1 a.C., embora a decisão da sua construção deva coincidir com a estadia de Augusta na Península, ocorrida entre 16-15 a.C. (MARTINS 1997, 122).

[46] Designadamente a concessão do *ius latii* à Hispânia (TRANOY 1980, 200-203).

[47] A propósito deste conceito veja-se; MARTINS 1995, 100-101. A autora refere apenas estabelecimentos ligados à extracção de barros ou produção de cerâmicas e, eventualmente, um ateliê de lapicídas junto a Prado, Braga. Julgamos tratar-se de um conceito e de uma tipologia interessante, ainda que sujeita a confirmação arqueológica, mas que parece ganhar propriedade para outro tipo de áreas produtivas, nomeadamente para as relacionadas com a actividade piscatória, salínifera, de transformação de pescado ou mesmo ligada à metalurgia.

I - *Entre Leça e Ave. Enquadramento historiográfico e proposta de investigação,* pretende-se efectuar uma abordagem historiográfica da evolução da investigação neste marco espácio-temporal, abordar a sua problemática e apresentar a metodologia desenvolvida.

II – *Entre Leça e Ave. Caracterização geomorfológica* – aborda o estudo das características geomorfológicas e climáticas, assim como os factores condicionantes para a fixação e desenvolvimento das comunidades na proto-história e romanização.

III – *O substrato indígena* é uma abordagem genérica à cultura castreja no marco geográfico em estudo com particular incidência na organização do espaço, hierarquização dos povoados, organização da sociedade e actividades produtivas.

IV – *A romanização da região e a reorganização do espaço* aborda a problemática do processo de romanização na região, a natureza e distribuição dos vestígios arqueológicos e o papel polarizador do *aglomerado urbano secundário*.

V – *O aglomerado urbano secundário / vicus de Alvarelhos. Arquitectura, economia e território* – constitui o núcleo central do trabalho sobre o qual assenta a interpretação do processo romanizador da região a partir do qual se desenvolve o modelo de ocupação do território. São abordados temas relacionados com o urbanismo, arquitectura, materiais e técnicas de construção, cronologia e estratigrafia.

VI – *A economia local no quadro da área meridional do convento bracaraugustano* – corresponde ao estudo dos materiais, caracterização das produções e estudo da autarcia.

VII – *Considerações finais* – são apresentadas as conclusões da investigação arqueológica e apresentadas algumas questões por resolver e hipotéticas linhas de investigação.

VIII – *Bibliografia e fontes documentais* – constitui o conjunto de fontes utilizadas no trabalho.

Capítulo II – Entre Leça e Ave. Caracterização geomorfológica

2. Entre Leça e Ave. Caracterização geomorfológica

Com um comprimento de cerca de 560 km e uma largura que varia entre 112 e 218 km, Portugal continental é um dos países de maior estabilidade de fronteira de toda a Europa e ocupa cerca de um quinto da Península Ibérica. Estende-se a sudoeste numa faixa atlântica com aproximadamente 848 km de comprimento, entre os paralelos 42º e 37º de latitude norte, e numa pequena largura, do meridiano a 9º 30' oeste de Greenwich, no Cabo da Roca, até além do 6º norte, no paralelo de Vimioso.

Esta localização atlântica influencia de forma determinante a fisionomia de todo país, tanto pelas condições naturais que daí advêm, como pelo favorecimento de saída pelo mar, que se constituiu como elemento de fundamental importância histórica.

À identidade histórica de Portugal não corresponde uma unidade geográfica. As grandes unidades estruturais e climáticas nacionais prolongam-se naturalmente em terras de Espanha. O Minho é como que uma continuação da Galiza, com as mesmas tonalidades e características atlânticas; a parte leu, o prolongamento dos planaltos secos de Castela; só as orlas sedimentares da Estremadura e sul do Algarve constituem regiões originais e autónomas, no conjunto da Península Ibérica.

Relativamente à estrutura e formas de relevo, a maior parte da superfície de Portugal é constituída pelo maciço antigo, formado essencialmente por rochas eruptivas e metamórficas – granitos, xistos e quartzitos.

Na área predominantemente granítica, marco espacial onde parcialmente se desenvolve a nossa área de estudo, existem extensas falhas e linhas de fractura que são largamente seguidas por importantes troços de rios. Outros elementos de grande importância no maciço antigo são os relevos de dureza, exemplificados pelas cristas de quartzito, material muito duro, e, portanto, mais resistente à erosão do que os materiais envolventes.

Estas condições morfo-estruturais deram origem a uma dicotomia bem marcada entre o norte e o sul. O norte é montanhoso, de cotas médias elevadas, no qual se distinguem os planaltos de Trás-os-Montes e das Beiras; o Minho possui montanhas que se elevam vigorosamente do mar, muitas vezes em degraus, com cotas na ordem dos 1 400 m – 1 500 m, na sua grande maioria aplanados; o Baixo Minho constitui-se como uma extensa e rígida plataforma litoral, com cotas decrescentes, mas suaves, de sul para norte.

O clima e a rede hidrográfica estão intimamente ligados com os centros de acção dinâmica da atmosfera, nomeadamente o das faixas de circulação de oeste e o das altas pressões subtropicais. As condições gerais da circulação atmosférica, juntamente com a dissimetria do relevo, provocam maiores precipitações nas montanhas do noroeste, especialmente nas vertentes ocidentais, onde se atingem os valores mais elevados, superiores a 3 000 mm por m^2.

Em Portugal continental as temperaturas são mais amenas no sul e no litoral, onde se registam também as menores amplitudes térmicas. Directamente relacionadas ao clima encontram-se os regimes dos solos, a evolução pedológica e a cobertura vegetal que, em última análise, reflectem as variações da pluviosidade, quer no seu total anual, quer nas suas variações ao longo do ano. Desta forma, em termos gerais, poder-se-á afirmar que os rios de caudal forte e regular são os do norte em oposição com os do sul.

O substrato geológico, a cobertura vegetal e as diferenças climáticas associadas ao comportamento erosivo dos solos, originaram no norte solos relativamente fundos nos vales largos, em contraste com as vertentes, em que os solos são proporcionalmente menos espessos devido à inclinação registada.

Entre as espécies vegetais mais características no norte, destacam-se as de folhagem caduca, nomeadamente o carvalho alvarinho e diferentes espécies de tojo. No noroeste é ainda possível apreciar,

embora já em quantidades pouco apreciáveis, bosques de carvalhos negrais e castanheiros, assim como exemplares dispersos pelos campos[48].
A ocupação humana e as actividades artesanais, como nos refere Orlando Ribeiro, conferiram à região do noroeste uma personalidade particular, hoje com uma paisagem profundamente alterada e humanizada (RIBEIRO 1963, 161).

(...) «os *caracteres atlânticos acham-se representados com a máxima força. O Verão, moderado e breve, não desbota a verdura dominante das paisagens. As necessidades da colmeia humana transformaram a terra dos vales baixos, que é exígua, num domínio da policultura. Mas ainda se descobrem traços da antiga economia pastoril, que seria a natural vocação destes lugares. Durante parte do ano, os campos conservam a feição de prados, com árvores em renques que marcam a quadrícula das ervas de pasto.*
O milho de regadio tornou-se, no século XVI, a providência destes lugares. Com o declínio da criação de gado grosso introduziu-se, a partir de então, a oliveira, séculos antes viera a vinha, perdendo-se assim, com o tempo, o regime alimentar antigo, que tinha a manteiga como gordura e a cerveja ou a cidra como bebida fermentada.» (...).
No «*campo / prado*» e nos socalcos construídos nas vertentes de melhor exposição desenvolve-se uma agricultura de tipo intensivo, onde o povoamento é caracteristicamente disperso (...) «*a raridade de povoações juntas....*» onde «... *os moradores viviam por quintas e casais apartados. Uma ou outra vila e cidade não desmentem a regra de dessiminação da gente rural*... » (...) «... *Os termos da dispersão consistem no casal isolado, no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o seu terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal. A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e outra próxima. Salpicando irregularmente a verdura, à beira dos caminhos que se entrecruzam em todas as direcções, as moradias aqui se adensam para logo se dissociarem, sem que nada evoque as verdadeiras aldeias, de casas apinhadas no meio da vastidão dos campos.*» (RIBEIRO 1963, 132).
No entanto, importa referir que, se por um lado, certos factores geográficos tiveram influência na evolução do povoamento, por outro, foram muitos os factores de ordem socio-económica e jurídica que estiveram na base da tradicional dispersão minhota.

2.1. Características ambientais. O clima e a vegetação

A abordagem do estudo do meio físico permitiu-nos verificar que a área geográfica entre Leça e Ave, apesar de relativamente reduzida, constitui um território em que se podem identificar cinco realidades morfológicas distintas, com factores condicionadores da formação e evolução dos solos e da respectiva potencialidade da terra, ocasionados pela diferente geologia e geomorfologia (relevo e condições topográficas).
Assim, em termos genéricos, os factores climatéricos de influência atlântica que caracterizam a zona são os seguintes; temperatura média anual de 14º C; temperatura mínima anual de 10º C na orla costeira diminuindo para o interior para os 8º C. A precipitação média anual varia sensivelmente entre 1600 e 1200 mm por m^2; Humidade relativa anual – o parâmetro de 85 % às 9 horas decresce da orla costeira para o interior para 75% / 77% nas zonas de média altitude para do interior. A nebulosidade média anual oscila entre 5 e 6 décimos; A insolação anual corresponde a uma percentagem acima dos 55 %. A geada revela

[48] Nesta brevíssima e genérica introdução geográfica a Portugal Continental servimo-nos fundamentalmente das seguintes obras; LAUTENSACH 1948; AMARAL; DAVEAU 1982; RIBEIRO 1986; 1987; RIBEIRO; LAUTENSACH 1987-1991; BRITO 1992, 21-67;

um número médio de 20 dias por ano para a área costeira que se encontra delimitada a leste pela Serra da Agrela, e Serra de Valongo e de 20 a 40 dias para o interior. Uma estreita faixa costeira entre o Douro e o Ave não regista dias de geada. Na orla marítima a data média da primeira ocorrência verifica-se somente no primeiro decénio de Dezembro, enquanto na faixa mais interior entre a Serra da Agrela e Monte Córdova normalmente ocorrem entre o segundo decénio de Outubro e o segundo decénio de Novembro. A data média da última ocorrência tem lugar no terceiro decénio de Março.

A evaporação média anual centra-se em valores inferiores a 1000 mm em toda a área de estudo enquanto a evapotranspiração média anual ultrapassa valores da ordem dos 700 mm. Assim, na classificação climática de Thorthwaite teríamos um clima húmido para a faixa litorânea, definida na área em estudo pela Serra da Agrela e um clima muito húmido para a vertente leste da Serra da Agrela, bacia superior do rio Leça, e curso médio do Ave.

Em termos gerais, a caracterização do clima permite-nos proceder à delimitação e definição de zonas climáticas homogéneas em relação aos regimes climáticos mais importantes – o térmico e o da precipitação podendo, desta forma, caracterizar as diferentes realidades físicas anteriormente referenciadas.

Desta forma teríamos como Zona de Clima Litoral, uma área que equivale à zona climática de Invernos suaves, geadas esporádicas e amplitudes térmicas muito reduzidas devido à influência moderadora do oceano uma faixa costeira longitudinal de sensivelmente 5 km, com ligeira projecção para o interior junto ao Leça a que correspondem os seguintes valores – 14º C <Temperatura média anual <16º C; Temperatura média do mês mais quente <20º C e Amplitude média anual <10º C; precipitação média anual 1000 mm <1200 mm.

À Terra Temperada Quente Litoral, que correspondem a altitudes inferiores aos 250 m, caracterizam-se como Zonas Temperadas Quentes com marcada influência atlântica, caracterizada por um Verão mais quente e um alargado período livre de geadas, pertence uma faixa transversal, de sensivelmente 7 km de largura, que atravessa toda a região entre Leça e Ave, definida a oeste pela Zona de Clima Litoral e a oeste pelos limites da Serra de Santa Eufémia onde se encontra implantada a área arqueológica de Alvarelhos, a que correspondem os seguintes valores: 14º C <Temperatura média anual <16º C; Temperatura média do mês mais quente <20º C; precipitação média anual 1000 mm <1200 mm.

A segunda zona climática – Terra Temperada Quente Litoral –, que possui as mesmas características que a anterior, compreende uma faixa transversal do interflúvio, respectivamente nos seus tramos intermédios, que abrange todo o vale da Ribeira de Aldeia, a Veiga de Bougado, os Coronados, as Veigas da Agrela, a freguesia da Lama e a vertente oeste da Serra da Agrela, distinguindo-se da anterior apenas pelo seu maior índice de pluviosidade média anual e de um maior número de dias de geada, a que correspondem os seguintes valores: 14º C <Temperatura média anual <16º C; Temperatura média do mês mais quente <20º C; Precipitação média anual 1000 mm <1600 mm.

A Terra Temperada Quente Atlântica, de pouca expressão espacial na área de estudo, compreende o curso superior do rio Leça e parte da vertente oeste da Serra de Monte Córdova, confinando a norte, sul e oeste com a segunda zona de Terra Temperada / Quente Litoral. Caracteriza-se pela marcada influência atlântica, registando uma diminuição progressiva da amplitude térmica anual e ocupa altitudes compreendidas entre os 250 e 400 m. Os valores médios registados são: 14º C <Temperatura média anual <16º C; Temperatura média do mês mais quente <20º C; Precipitação média anual 1200 mm <1600 mm.

A Terra de Transição abrange todo o planalto de Monte Córdova, local de implantação da área arqueológica de Monte Padrão, assim como o local onde nasce o rio Leça que delimita geograficamente a sul a área do presente trabalho. Corresponde a um clima de transição entre as zonas frias e as zonas quentes, marítima ou continental, a que correspondem os seguintes valores; 12,5º C <Temperatura média anual <14º C; precipitação média anual 1200 mm <1600 mm.

2.2. Estrutura geomorfológica. Clima, hidrologia e solos

A área em estudo compreende uma extensão de 339, 206 km^2, cujos limites se definem a norte pelo rio Ave, a sul/sudeste pelo rio Leça, a leste pela ribeira de S. Tomé de Negrelos e a oeste pelo oceano atlântico. De forma aproximadamente quadrangular, com uma ligeira projecção para nordeste, a região fica compreendida entre os paralelos 8º 23' 50'' e 8º 43' 40'' de longitude oeste e 41º 07' 20'' e 41º 22' 10'' de latitude norte.

A região, actualmente, não forma do ponto de vista orográfico, hídrico, geológico uma unidade geográfica com característica que a individualizem na grande região do Baixo Minho. Na realidade, o espaço comunga das especificidades histórico-geográficas da faixa atlântica do norte de Portugal. Segundo a Carta Regional do Norte de Portugal compreende parcelarmente uma zona de litoral e de montanha. A primeira desenvolve-se no sentido oeste/leste desde a faixa marítima até ao maciço montanhoso denominado por Serra de Monte Córdova que representa o primeiro acidente orográfico digno de nota, a partir do qual se verificam alterações do ponto de vista climatérico, natureza dos solos e características geomorfológicas.

A geomorfologia ou modelado existente na área de estudo compreende apenas duas variantes; modelado granítico e modelado xistento que tiveram como condicionante decisiva para o desenho da sua actual forma a interacção das águas, ventos, temperaturas, amplitudes térmicas e acção dos organismos vivos, uma vez que não se verificam acidentes tectónicos como fracturas, falhas, dobramentos, movimentos de levantamento ou abaixamento de terrenos, assim como não se registaram fenómenos geológicos e geofísicos que conduzissem ao rejuvenescimento do modelado. A única excepção relaciona-se com a elevada taxa ocupação humana registada nas últimas décadas, que é responsável pela alteração do curso normal da evolução geomorfológica e, em muitos casos, pela destruição das formas existentes.

A primeira variante encontra limites físicos bastante nítidos definidos a norte e a sul pelo rio Ave e Leça, respectivamente, o oceano Atlântico a oeste e maciço montanhoso da Serra de Santa Eufémia a leste, que se desenvolve paralelamente à faixa atlântica, que define a faixa marítima e constitui, simultaneamente, o primeiro acidente geográfico, embora de reduzida cota, comparativamente à costa marítima a norte do Ave.

Tendo em consideração os elementos fundamentais do relevo e a componente climática é possível identificar três grandes unidades morfo-climáticas na área de estudo – Terras de Aplanação Litorânea; Terras Chãs Ribeirinhas e Terras de Encosta.

A Terra de Aplanação Litorânea é de uma superfície litoral de abrasão marinha, sensivelmente aplanada ou ligeiramente ondulada, com pendor suave para oeste, que se desenvolve continuamente no interflúvio Leça / Ave por uma faixa longitudinal de sensivelmente 10 km, com ligeira projecção para o interior junto ao rio Leça abrangendo uma parte significativa da área sudoeste do concelho da Maia. As suas cotas elevam-se gradualmente a partir do nível do mar até sensivelmente os 150 m.

2.3. Bacias hidrográficas

As duas principais bacias hidrográficas são constituídas pelos rios Ave e Leça que delimitam a área de estudo a norte e sul, respectivamente.

O rio Ave, à semelhança do rio Douro, apresenta uma orientação dominante leste/oeste. Desenvolve-se ao longo de 94 km, desde a sua nascente na Serra da Cabreira, na freguesia de S. Estêvão de Castelões, concelho de Vieira do Minho, no limite da província do Minho e Trás-os-Montes, a 1200 m de altitude (LEAL; FERREIRA 1873-1928, 233), até à foz no oceano atlântico onde desagua entre Vila do Conde e Azurara. Forma uma bacia hidrográfica com 1 390 km^2 e tem como principais afluentes os rios Este, Pele e Pelhe na sua margem direita e os rios Selho, Vizela, Ribeira de Sedões e Ribeira de Aldeia na margem esquerda. Constitui o principal eixo de drenagem entre a Serra da Cabreira e o oceano atlântico (S.C.E. 1973, 31).

A sua bacia hidrográfica forma uma das mais pequenas redes de drenagem dos principais rios portugueses, apenas comparável às dos rios Cávado e Mira. De configuração bastante assimétrica, apresenta maior desenvolvimento para norte onde se destaca a bacia do rio Este, particularmente extensa no seu trajecto inferior. A sua margem sul constitui uma bacia muito estreita na sua fase inferior, para se ampliar consideravelmente no seu tramo médio onde recebe o rio Vizela, afluente da margem direita, voltando a retrair-se junto da Serra de Monte Córdova, para alargar ligeiramente a sua bacia junto da cidade de Santo Tirso, onde recebe o rio Sanguinhedo, voltando a estreitar-se no seu tramo superior, onde regista apenas uma pequena faixa de cerca de 2/3 km de largura.
Do ponto de vista geológico a sua bacia desenvolve-se essencialmente entre granitos hercínios que ocupam integralmente o curso inicial e médio verificando-se apenas uma intromissão da faixa de xistos grauvaques ordovícios e pós-ordovícios que integram parte da bacia média e final. Os depósitos mais recentes, que criaram terraços fluviais ao longo do rio, são essencialmente formados por cascalheiras de calhaus rolados que se localizam na zona de Santiago de Bougado, Trofa, Retorta e Vila do Conde. Os depósitos mais modernos, de aluvião, por vezes muito extensos, formados por lodos fluviais e depósitos argilosos desenvolvem-se fundamentalmente na bacia média e final e apresentam perfis que acompanham o curso dos principais afluentes (MARTINS; ARAÚJO; HENRIQUES; TOVAR; MOURA; SOTTOMAYOR 1993, fig. 1.4. a).
Os seus principais afluentes na margem direita são os rios Agrela, Pele, Pelhe e Este. Este último é o mais importante e que maior superfície drena. Nasce na Serra do Carvalho a cerca de 460 m de altitude e corre segundo uma orientação nordeste / sudoeste, num percurso de aproximadamente 45 km e desagua no Ave junto à povoação de Touguinhó, a cerca de 4 km da foz do Ave (DINIS 1993, 21). A margem esquerda recebe como principais afluentes o Selho, Sanguinhedo e Vizela[49].
O rio Ave, assim como os principais rios do norte de Portugal, apresenta um regime muito irregular, acompanhando, com um certo atraso, o ritmo anual das precipitações. No Verão sofre invariavelmente de grandes estiagens e no Inverno de grandes cheias, cada vez mais frequentes devido a factores de ordem climatérica, obras de regularização do leito, construções para aproveitamento hidroeléctrico, ausência de revestimento vegetal, declive acentuado e pelo facto do seu leito ser constituído, na sua maioria, por rochas de permeabilidade reduzida ou muito reduzida, respectivamente granitos e xistos. Regista, normalmente os maiores caudais em Janeiro e os índices de maior estiagem em Agosto e Setembro.

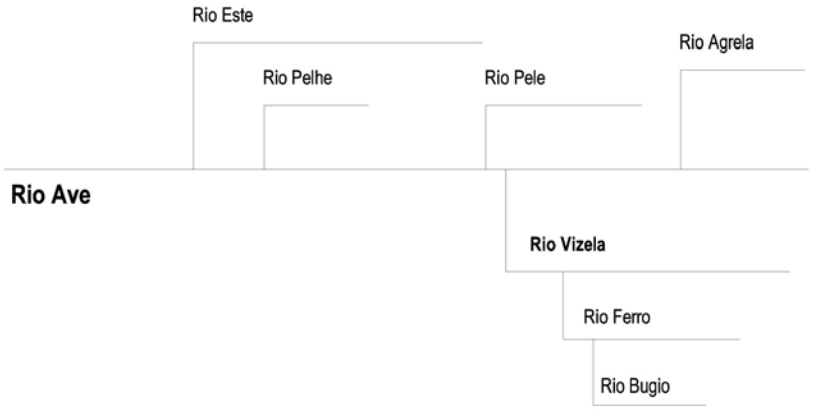
Embora de pequena dimensão foi navegável na antiguidade, tendo sido nomeado como *Avus* por Pompónio Mela, quando refere a localização dos Gróvios, um dos povos que ocupava a área de Entre-Douro-e-Minho, e por Ptolomeu quando localiza um promontório entre os rios Neiva e Ave.

"(...) ... *sed a Durio ad flexexens Grovii fluuntque per cos Avo. Celadus, Naesis, Minius, et cui oblivionis cognomens est Limia...* (...) " (MELA III, 10).

Em época romana a sua importância na rede de cursos água navegáveis a partir da costa atlântica deve ser valorizada no contexto do comércio de longo curso, no abastecimento das povoações limítrofes e mesmo de *Bracara Augusta*, uma vez que, segundo alguns autores, era navegável até às Caldas das Taipas, a cerca de 9 km de Braga, conforme refere Rui Morais, citando Francisco Sande Lemos e Maria Blot (LEMOS 1999; BLOT 2003, 178; MORAIS 2005, 60).

[49] O rio Vizela, principal afluente do rio Ave na margem esquerda, desenvolve-se no sentido nordeste/sudoeste inflectindo, sensivelmente a meio do percurso, para uma orientação leste/oeste. Percorre aproximadamente 50 km desde a sua nascente no Alto de Morgaír, freguesia de Gotim, no concelho de Fafe, a cerca de 472 m, até à confluência com o rio Ave, a cerca de 5 km de Santo Tirso, no lugar de Caniços. Os seus principais afluentes são os rios Ferro e Bugio, ambos situados na sua margem esquerda. A sua bacia hidrográfica drena uma área aproxima de 342 km^2.

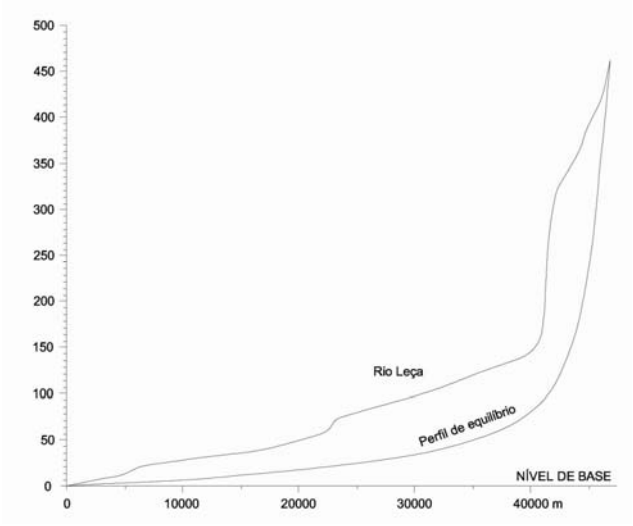
O rio Ave, em época medieval, constituiu uma fronteira administrativa, civil e religiosa de demarcação entre as dioceses do Porto e de Braga.



Esquema simplificado da hierarquização da rede de drenagem do rio Ave

O rio Leça constituiu o limite sul da área de estudo. A sua bacia hidrográfica é de reduzidas dimensões, com cerca de 180 km^2 de área e encontra-se encravada entre bacia do rio Ave a norte e a bacia do Douro a sul e a leste. Nasce no concelho de Santo Tirso, na freguesia de Monte Córdova, no lugar de Redundo, a cerca de 475 m de altitude e desagua no oceano atlântico entre as freguesias de Leça da Palmeira e de Matosinhos, após percorrer 46,750 km.

A análise simplificada do seu perfil longitudinal mostra um rio com um traçado vigoroso, longe do seu perfil de equilíbrio. O seu percurso inferior é muito inclinado e de declive irregular que se prolonga praticamente até à foz (DIAS; RODRIGUES; PRAIA 1995, 42). Geologicamente a bacia é dominada pela existência de rochas graníticas que ocupam a parte central e ocidental. Na periferia dos granitos existem rochas do complexo xisto-grauváquico que representam uma área significativa na rede de drenagem. Os depósitos mais recentes encontram-se sob a forma de terraços fluviais, localizados ao longo das margens que são constituídas essencialmente por areias e cascalheiras de calhaus rolados. Os depósitos modernos de aluvião, mais raros, formados por areias, lodos fluviais e depósitos argilosos, localizam-se essencialmente na bacia média e final (MARTINS; ARAÚJO; MOURA; TOVAR; SOTTOMAYOR 1993, 3).



Perfil longitudinal com indicação do perfil de equilíbrio e da base natural

A área drenada de maior importância é constituída pelos dois afluentes mais importantes – o Ribeiro do Arquinho e o Ribeiro do Leandro, ambos localizados na margem direita.

Esquema simplificado da hierarquização da rede de drenagem do rio Leça

Na documentação medieva surge, com frequência, o hidrónimo *Letia* ou *Laetia,* assim como *Leza* em referência ao rio Leça. A excepção é feita na *Epistola de Expugnatione Olisiponis*, atribuída a Osberno, importante documento medievo, que apresenta a forma *Leticia*. O texto constitui um curioso paralelo à descrição pliniana da zona costeira do noroeste peninsular e apresenta a seguinte sequência de ordenação dos rios da região em estudo, (...) *Post hunc (fluvium Cavaduvam) fluvius Ava supra quem ecclesia beati Tyrsi martiris. Post hunc fluvius Leticia.* (...)
A fórmula aqui apresentada como *Leticia*, deverá, quanto a nós, ser corrigida para *Letia*, conforme aconselham os documentos coevos. Pela posição que ocupa na descrição o rio só poderá corresponder ao rio Leça. Devido a este facto e a outros argumentos, existem autores que vêm a possibilidade de considerar que o mítico rio *Lethes*, identificado até ao momento como o rio Lima e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, possa ser efectivamente o rio Leça, justificando-se o erro por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima, cuja tradição historiográfica perpetuou até aos nossos dias (GUERRA 1996,159).
Esta possibilidade encontra ainda fundamento, ainda que indirecto, num testemunho epigráfico procedente de Braga onde é registado um indivíduo originário, de *Letiobri*, apesar e vários autores proporem como interpretação um nominativo *Letiobri* (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194), esta forma pode enquadrar perfeitamente um grupo de nomes bastante conhecidos na região, para além de que, existem vários paralelos com o elemento afim – *briga*, como, por exemplo, *Avobriga* e *Avobrigenses*, alguns formados a partir do hidrónimo que hoje se identifica como Ave. A possibilidade de se poder identificar o *castellum Letiobris* em relação com o nome do rio levar-nos-ia ao «Castelo de Guifões», castro que se encontra sobranceiro ao Leça, cujo índice de romanização é muito significativo.

2.4. A rede de drenagem

O conjunto de cursos de água existentes entre Leça e Ave desenha um complexo sistema de drenagem da precipitação atmosférica evidenciando a riqueza hídrica da região que se reflecte na fertilidade dos solos e na elevada apetência agrícola da terra, designadamente para a prática da policultura. Neste sentido, para melhor caracterizar a disponibilidade dos recursos e respectivas áreas de exploração, abordamos o estudo dos principais cursos de água, a delimitação geográfica das suas bacias, a orientação do modelado e, fundamentalmente, a hierarquização da própria rede.
A drenagem das águas pluviais é feita de três sentidos; a) para o rio Ave; b) directamente para o oceano atlântico; c) para o rio Leça

A rede de drenagem mais significativa em dimensão e número de cursos de água é constituída pelo rio Ave.

Ribeira do Fojo – Nasce no lugar de Redundo, Monte Córdova, à cota de 465 m e desagua no rio Ave no lugar da Ponte, S. Tomé de Negrelos, após cumprir um percurso de 4 600 m. Revela uma orientação predominante no sentido sul / norte, constituindo um dos principais cursos de drenagem da face norte da serra de Monte Córdova. Apresenta um perfil vigoroso longe do seu perfil de equilíbrio. O seu tramo superior é relativamente alongado apresentando uma quebra de cota acentuada ao nível dos 240 m, para depois desenvolver um perfil mais suave, onde recebe vários pequenos cursos de água que lhe favorecem o caudal. A sua rede de drenagem forma uma bacia de aproximadamente 5,1 km^2.

Ribeira de Rebordões – Nasce no lugar de Cabanas, freguesia de Monte Córdova à cota de 449 m e desagua próximo do lugar de Mourizes, Rebordões, Santo Tirso. Encontra-se na face norte da serra de Monte Córdova e apresenta uma orientação sul/norte. O seu percurso desenvolve-se aproximadamente por 3 000 m e apresenta-se escalonado em dois patamares no seu perfil superior, onde recebe vários pequenos afluentes. A sua rede de drenagem configura uma bacia de aproximadamente 3,6 km^2.

Ribeira de Burgães / Ribeira de Gatim – Nasce na face oeste do lugar de Santa Cruz, Burgães, à cota de 315 m e desagua no lugar de Perlonga, na mesma freguesia. Revela uma orientação leste / oeste e apresenta um curso relativamente sinuoso que se desenvolve aproximadamente por 2 350 m. Com excepção do seu tramo superior o seu curso revela um perfil pouco acentuado. A rede de drenagem configura uma bacia de aproximadamente 2,1 Km^2.

Ribeira do Matadouro – Nasce em na face oeste da serra de Monte Córdova, junto ao santuário de N.ª Senhora da Assunção (Capela Velha), a 410 m de altitude. Apresenta uma orientação sul / norte e o seu caudal é constituído por vários cursos de água. O seu curso tem sensivelmente 4 500 m e, com excepção dos primeiros 1 000 m, apresenta um perfil pouco acentuado. A sua rede de drenagem configura uma bacia hidrográfica de aproximadamente 6,4 km^2.

Rio Sanguinhedo – Constitui um dos mais significativos afluentes da margem esquerda do rio Ave no seu tramo médio. Nasce junto ao lugar de Fonte de Cima, Lamelas, à cota de 280 m e desagua à cota de 34 m no lugar de Argemil, Santo Tirso. A sua orientação predominantemente faz-se no sentido sul / norte registando uma acentuada inflexão para oeste no seu tramo final, junto do lugar da Ponte Velha. O seu percurso, relativamente sinuoso, desenvolve-se sensivelmente por 8 500 m e drena a vertente leste da face norte da Serra da Agrela. A sua rede de drenagem configura uma bacia hidrográfica de aproximadamente 18 km^2.

Ribeira de Ervosa – Nasce no lugar de Coura, freguesia de Covelas, concelho da Trofa, à cota de 295 m e desagua no lugar da Ponte, freguesia de Lousado, concelho de Vila Nova de Famalicão à cota de 28 m. A sua orientação predominante é de sul / norte e o seu curso é particularmente sinuoso, desenvolvendo-se através de vales encaixados ao longo de 4 400 m. Apresenta um perfil suave e relativamente regular.

Ribeiro de Real – É formado pela junção de dois ribeiros, Abelheira e Paradela, que nascem respectivamente no lugar de Rebordal à cota de 190 m e, no lugar da Fonte Má, à cota de 190 m, que se unem no lugar da Coroa. Desagua no Rio Ave à cota de 22 m. No tramo superior desenvolve uma orientação sul / norte e sudeste / noroeste no tramo médio e final, onde percorre a veiga de S. Martinho de

Bougado. Desenvolve-se ao longo de 4 900 m e apresenta um curso relativamente linear e um perfil pouco vigoroso.

Ribeira do Vale de Eirigo – Nasce no lugar da Portela em Covelas, concelho da Trofa, à cota de 115 m e desagua à cota de 22 m perto da Azenha da Barca. Apresenta um perfil muito ligeiro e um curso muito rectilíneo ao longo de 4 500 m.

Ribeiro de Covelas / Rio Trofa – Nasce no lugar de Coura, freguesia de Covelas, concelho da Trofa, à cota de 260 m e desagua junto à Azenha de São, Santiago de Bougado, Trofa, à cota de 20 m. Tem como principais afluentes o ribeiro de Vilar de Luz, o ribeiro do Alto do Rindo – Vale das Maias, o ribeiro de Vale de Lobos e, por último, a ribeira de Vilar. Desenvolve-se inicialmente num sentido norte / sul até ao lugar do Outeiral, onde inflecte sensivelmente 180º para tomar uma orientação sudeste / noroeste. No seu tramo superior, até à cota de 60 m, corre num vale recortado e apresente um perfil muito sinuoso. A partir do lugar de Costa o seu curso estabiliza, assim como o seu perfil. Desenvolve-se ao longo de 11 200 m.

Ribeira do Massaquil – Nasce na Fonte da Rivolta, Arrabalde, freguesia de Alvarelhos, concelho da Trofa. Apresenta um curso longitudinal com um perfil suave que se desenvolve entre as cotas de 130 e 22 m. Com apenas 3 000 m de extensão drena as águas da face oeste da elevação de S. Gens de Cidai, que corresponde ao prolongamento norte da serra da Agrela.

Ribeira da Aldeia – Nasce no Lugar de Matos à cota de 166 m e desagua no rio Ave no lugar do Bicho. Desenvolve o seu percurso num vale interior que tem a oeste a face da serra de Santa Eufémia e a oeste o monte de S. Gens de Cidai. No seu tramo médio e superior tem o seu principal afluente que se junta no lugar de Casais. O seu percurso, com aproximadamente 7 000 m de extensão, revela-se pouco sinuoso, assim como o seu perfil.

Ribeira da Granja – Nasce no sopé do castro Boi, em Vairão, concelho de Vila do Conde à cota de 95 m e desagua no estuário do rio Ave, em Vila do Conde. Apresenta um curso com orientação sudeste / noroeste com aproximadamente 6 000 m de extensão. Na sua margem esquerda recebe o ribeiro de Varziela que, nasce em Vilarinho, Vila do Conde. Apresenta um perfil suave e um curso pouco sinuoso.

Com drenagem directa para o oceano assinalam-se apenas um rio,

Rio Labruge – É formado pela junção do ribeiro de Real, ribeiro de Labruge, ribeira da Laje e ribeira Donda, desenvolvendo-se até à praia Labruge, onde desagua. Constitui o principal sistema de drenagem entre serra de Santa Eufémia e o mar apresentando um comprimento máximo de 12 000 m no sentido leste / oeste e de 9 000 m no sentido norte / sul. A ribeira da Laje nasce no lugar da Aldeia Nova à cota de 160 m e junta-se à ribeira Donda à cota de 42 m, no lugar de Labruge. Apresenta um curso muito sinuoso recebendo inúmeros pequenos afluentes e revela um perfil pouco vigoroso. A ribeira Donda nasce no lugar da Terrobalo, S. Pedro de Avioso, Maia, à cota de 140 m. Desenvolve-se ao longo de 6 200 m no sentido leste / oeste revelando um perfil pouco vigoroso e um curso pouco sinuoso.

O rio Labruge beneficia ainda de um pequeno afluente na sua margem esquerda, localmente designado ribeiro dos Moinhos, que nasce nas Guardeiras, Vila Nova da Telha, Maia.

Com drenagem para o rio Leça destacam-se quatro ribeiros;

Ribeira do Pisão – Constitui o primeiro afluente do rio Leça. Nasce no lugar designado localmente por Monte dos Peixotos à cota de 260 m e desagua no rio Leça no lugar de Pidre, Água Longa. Apresenta uma orientação norte / sul e corre num vale encaixado. Constitui uma bacia de drenagem relativamente pequena. Estende-se ao longo de 5 500 m e apresenta um perfil diferenciado em duas fases, correspondendo a primeira ao seu tramo superior que revela um pendor mais acentuado e, o segundo, mais plano desenvolve-se a partir do lugar de Sobradelo.

Ribeira da Junqueira – Nasce no lugar de Pedrinha, Vilar de Luz, Maia, à cota de 240 m e desagua no rio Leça no lugar de S. Lázaro, a jusante da ponte romana à cota de 90 m. Desenvolve um curso longitudinal com orientação norte / sul de aproximadamente 5 000 m apresentando um perfil pouco vigoroso. Drena uma área relativamente pequena que corresponde à face oeste do monte de S. Miguel o Anjo.

Ribeira do Leandro / Ribeira de Paredes – Nasce no lugar de Monte de Covas, Covelas, Trofa, à cota de 160 m e desagua no lugar de Vilar de Matos à cota de 72 m. Juntamente com o ribeiro do Arquinho constitui o principal eixo de drenagem da veiga dos Coronados. Apesar da sua orientação longitudinal de sentido norte / sul, revela um curso sinuoso mas de perfil pouco acentuado. Estende-se ao longo de 8 000 m atravessando longitudinalmente o concelho da Maia na sua face leste.

Ribeira do Arquinho – Nasce no lugar da Fonte Cega, Guilhabreu, Vila do Conde, à cota de 205 m e desagua no rio Leça no lugar de Terramonte à cota de 42 m. Constitui o afluente mais significativo da margem esquerda do Leça drenando uma vasta área que ultrapassa os 11 000 m de comprimento máximo. Apesar do desenho longitudinal do seu curso, de orientação norte / sul, apresenta um percurso muito sinuoso. O seu perfil é pouco vigoroso permitindo a formação de uma ampla bacia de drenagem que na sua largura máxima atinge os 5 000 m. O seu principal afluente é constituído pela ribeira da Silva Escura que desagua na sua margem esquerda no moinho do Justino.

2.5. O meio físico. Unidades Fisiográficas ou Zonas Homogéneas

A abordagem ao estudo do meio físico teve como objectivo fundamental caracterizar e identificar zonas relativamente homogéneas. Espaços da paisagem com características semelhantes, relativamente aos principais agentes condicionadores de formação e evolução dos solos e aptidão da terra. Ao adoptar esta metodologia, pretende-se isolar áreas que partilhem as mesmas características e que, de certa forma, possam permitir compreender e, eventualmente, hierarquizar os factores que condicionaram a ocupação humana em época romana.

Unidades e Subunidades Cartográficas	Unidades Pedológicas Dominantes	Unidades Pedológicas Subdominantes	Unidades Fisiográficas	Aptidão da Terra
Ah1.1 / A0 F3	Arhn.r	Arhn.r	Lrp2	A0 / F3
Cd2.1 / A2 F1	CMdx.x RGdl.x	ATed.x CMdp.x	Lxp1	A2 / F1
Cd2.4 / A2 F1	CMdx.x RGdl.x	ATed.x CMdp.x	Qxp1	A2 / F1
Cd3.1 / A2 F2	---	---	---	---
Cd4.1 / A2 F1	CMdp.t RGdo.t	CMup.t RGuo.t	Ltp1	A2 / F1
Cu3.1 / A2 F1	CMup.g CMdp.g	RGuo.t CMup.t	Lgp1	A2 / F1
Cu4.1 / A3 F1	CMup.t CMdx.t	RGuo.t CMdp.t	Ltp2	A3 / F1
Fd2.1 / A1 F2	FLdm	FLdg Rgdo.cg	La2	A1 / F2
Fd2.2 / A1 F2	FLdm	FLdg RGdo.cg	Qa1	A1 / F2
Fd3.1 / A1 F3	FLdm CMux.t	CMup.t CMdx.t	Qa2	A1 / F3
Lu1.2 / A0 F3	LPu.x RGul.x	CMux.x LPd.x	Qxo2	A0 / F3

Lu2.1 / A0 F3	LPu.x CMux.x	Rgul.x Cmup.x	Qxs2	A0 / F3
Ru5.1 / A0 F2	RGuo.g	RGu1.g LPu.g	Qgo2	A0 / F2
Ru9.1 / A3 F1	RGuo.g CMup.g	CMdp.g RGul.g	Lg2	A3 / F1
Ru9.2 / A3 F1	RGuo.g CMup.g	CMdp.g RGul.g	Qgs2	A3 / F1
Ru10.1 / A0 F2	RGuo.d	CMup.d LPu.d	Qdo2	A0 / F2
Te1.1 / A3 F2	ATed.x	RGul.x LPu.x	Qxo1	A3 / F2
Te5.1 / A0 F2	ATed.x CMdx.x	RGdl.x CMdp.x	Qxs1	A0 / F2
Te10.1 / A1 F1	ATed.g CMup.g	RGdo.g RGdo.cg	Qgp1	A1 / F1
Te11.1 / A1 F1	ATed.g CMdp.g	RGdo.g RGuo.g	Qgs1	A1 / F1
Te13.2 / A2 F1	ATed.d CMup.d	CMdp.d RGdo.ed	Qds1	A2 / F2
Te14 / A3 F2	ATed.d CMdp.d	RGuo.d CMup.d	Qdo1	A3 / F2

Ponderando os aspectos climáticos, geológicos, geomorfológicos, vegetação natural e o actual uso da terra delimitaram-se áreas aproximadamente homogéneas que correspondem a *Unidades Fisiográficas Básicas* com características semelhantes. Os factores de ponderação apresentados restringem-se às características da área de estudo, embora, para efeitos de interpretação e classificação, tenham também sido considerados as restantes.

Assim, em relação ao *clima* consideraram-se as seguintes situações;
Terras do Litoral (zonas climáticas L)
Terras Temperadas, Quentes e de Transição (zonas climáticas QI, Qa, Q e T)
Terras Temperadas Frias (zonas climáticas F)

A distinção climática corresponde, *grosso modo*, às grandes unidades *morfo-estruturais* – Aplanação Litorânea; Terras Ribeirinhas e de Encosta; Terras de Montanha (Terras de Montanha e Terras de Sub-Montanha).
Desta forma, para a definição das *Unidades Fisiográficas* consideraram-se as seguintes categorias;

Unidades Morfo-climáticas;
L – Terras do Litoral
Q – Terras Ribeirinhas e de Meia Encosta – englobando as Terras Ribeirinhas (R) e as Terras de Encosta (E)
F – Terras sub-montanhosas

Terras do Litoral
Superfície litoral de abrasão marinha, aplanada e pouco deformada, com leve pendor para oeste. Desenvolve-se ininterruptamente entre os rios Leça e Ave ao longo de 24 km, numa faixa relativamente estreita com projecção para sudeste, com 12 e 16 km de largura. As suas cotas elevam-se gradualmente a partir do nível do mar até aos 150 m.

Terras Ribeirinhas e de Meia Encosta
Desenvolvem-se entre as Terras do Litoral e as Terras de Montanha ou, como neste caso, as Terras Sub-montanha do interior. As cotas oscilam entre os 100 m e os 700 m de altitude.
As Terras Chãs Ribeirinhas correspondem às superfícies ligeiramente onduladas adjacentes às Terra Litoral correspondendo a zonas de acumulação e redistribuição de materiais, que se prolongam para o interior ao longo dos vales dos rios, nomeadamente do Ave, Leça e respectivos afluentes – Ribeiro da Trofa, Sanguinhedo e rio Vizela. As Terras de Encosta são superfícies onduladas, expressivas, onde imperam processos erosivos. Desenvolvem-se entre a aplanação Litorânea, as Terras Chãs Ribeirinhas e as de Sub-montanha, correspondendo, portanto, aos relevos fortes interfluviais.

Terras de Sub-montanha

Constituem uma estreita faixa de transição para as terras baixas, constituindo por vezes planaltos de média altitude. Encontram representação apenas numa pequena faixa a que corresponde o planalto da serra de Monte Córdova.

Estas unidades morfo-climáticas foram subdivididas em função da litologia;

a - aluviões recentes
r - areias de dunas
t - sedimentos dítricos
x - xistos
q - rochas quartezíticas
g - granitos
d - granodiorítos

As formas de relevo e as características topográficas, para delimitação das zonas homogéneas (Unidades Fisiográficas Básicas), foram consideradas em função de parâmetros que possibilitaram formar as seguintes classes;

a) Baixas aluvionares, planas ou plano-côncavas. Desenvolvem-se ao longo das margens dos cursos de água englobando frequentemente as bases das encostas. Os declives destas superfícies raramente ultrapassam os 3 - 4%.
c) Cabeceiras de vales, vales secundários e bases de encosta. Os declives atingem normalmente 5 - 6%, chegando, por vezes, até aos 8%.
p) Superfícies planas ou muito suavemente onduladas da Aplanação Litoral e da Zona Ribeirinha. Os declives raramente ultrapassam 5 - 6%, onde os socalcos são raros ou, quando existentes, pouco expressivos.
s) Superfícies de relevo ondulado suave de encostas ou planaltos com predomínio de formas plano-côncavas. Declives inferiores a 15%. O terraceamento em socalcos é muito generalizado, abrangendo a maior parte das áreas cultivadas.
o) Superfícies de relevo ondulado a muito ondulado ou encostas com situações planas ou plano-convexas. Declives dominantes na ordem dos 15 e 25 - 30%. As áreas cultivadas estão terraceadas com socalcos de largura variável em função do declive das encostas.
m) Superfícies de relevo muito ondulado ou acidentado com declives dominantes superiores a 25 - 30%, mas geralmente inferiores a 40 - 45%. As áreas cultivadas são sempre terraceadas em socalcos muito estreitos com muros muito altos.
Classes 1 - de 0 a 5 - 6% - dividida em duas subclasses 1.1 - de 0 a 2 - 3% e 1.2 - de 2 - 3% a 5 - 6%; Classe 2 - de 5 - 6% a 12 - 15%; Classe 3 - de 12 -15% a 25 - 30%; Classe 4 - de 25 - 30% a 40 - 50%; Classe 5 - com mais de 40 - 50%.

Por último, considerou-se também o uso actual da terra pelo facto da sua utilização estar na origem de alterações profundas das características dos solos e da aptidão da terra, designadamente pela construção de patamares e muros de suporte e de outros melhoramentos que incrementaram a espessura do solo.
A – agrícola; F – florestal; I - inculto

Por conseguinte, as Unidades Fisiográficas Básicas – Zonas Homogéneas, que apresentamos no quadro subsequente são designadas por símbolos constituídos por letras e números:

Uma letra maiúscula indicadora da unidade morfo-climática (L, Q ou F); uma letra minúscula indicadora da litologia (a, r, t, x, q, g, ou d); uma letra minúscula referente ao relevo e características topográficas (a, c, p, s, o, ou m); um índice numérico (1 ou 2), indicador do uso da terra – 1 ou sem índice indicador de áreas agricultadas – 2 áreas não agricultadas (incultos ou com aproveitamento florestal).

Assim, a título exemplificativo, o relevo a que corresponde a serra de Santa Eufémia, onde se encontra implantada a estação arqueológica nuclear do nosso trabalho e cuja Unidade Cartográfica da carta de solos é Ru5.1, que, por si só, constitui uma Unidade Fisiográfica, identifica-se com a seguinte leitura Qgo2.

- Unidade morfo-climática Q (Terra de encosta)
- Litologia g (granito)
- Forma de relevo e características topográficas o (Declive na ordem dos 15 a 25 - 30% - Classe 3)
- Indicador do uso da terra 2 (Área não agricultada com aproveitamento florestal)

Unidades Fisiográficas Básicas

Unidades Fisiográficas	Clima	Litologia	Formas de relevo	Classes	Afloramentos	Uso actual da terra
Lrp2	L	r	p	1	-	F/I
Lxp1	L	x	p	1	-	A
Ltp1	L	t	p	1.1	-	A
Lgp1	L	g	p	1	-	A
Ltp2	L	t	p	1	-	F
Lgs1	L	-	-	-	-	-
Lgs2	L	g	s	2.1	-	F
Qxp1	Ql	x	p	1.1	-	A
Qa1	Ql	a	a	1.1	-	A
Qa2	Ql	a	a	1.1	-	A
Qgs2	Ql	g	s	2	-	F
Qdo2	Qa	d	o	3	-	A
Qxo1	Qa/T	x	o	3	-	A
Qxo2	Qa,Q,T	x	o	3	-	F,I
Qxs2	Ql,Qa	x	s	2	-	F
Qxs1	Ql,Qa	x	s	2-1	-	A
Qgp1	Ql	g	p	1.1	-	A
Qgs1	Ql, Qa, T	g	s	2.1	-	A
Qds1	Ql, Qa	d	s	2.1	-	A
Qdo1	Qa	d	o	3	-	A
Qgo2	-	g	o	3	-	F

Da leitura distinguem-se duas realidades distintas definidas e agrupadas em função das unidades morfo-estruturais, em que se distinguem seis Unidades Fisiográficas na primeira – Terra do Litoral, e catorze na segunda – Terras Ribeirinhas e de Meia Encosta.

A Terra Litoral compreende uma faixa paralela à costa com uma ligeira projecção para sudeste acompanhando o perfil desenhado pela serra da Agrela e seus prolongamentos a norte que compreendem a serra de Santa Eufémia e o monte de S. Gens de Cidai. É formada essencialmente por cambissolos húmicos e cambissolos districos. As formações litológicas são de diferente natureza, englobando areias de dunas, sedimentos districos, xistos e granitos.
O relevo e as características topográficas encontram valores na ordem de declives de 5 a 6%, (Classe 1) com excepção do extremo sudeste da freguesia de Mosteirô, Vila do Conde, que corresponde a um dos relevos terminais da serra de Santa Eufémia, na sua vertente sudoeste.

Apesar de terem sido consideradas seis Zonas Homogéneas, segundo os parâmetros estabelecidos, revelam uma grande homogeneidade.

A Terra Ribeirinha e de Meia Encosta encontra aqui uma grande diversidade de comportamentos formando catorze Unidades Fisiográficas ou Zonas Homogéneas. Para uma mais fácil descrição poder-se-ão formar dois grupos em função do relevo e características topográficas. A primeira, Terras Ribeirinhas, são formadas pelos vales dos dois rios e respectivos afluentes que integram as classes 1, nas suas subdivisões de 1.1. e 1.2.. A norte abrangem uma faixa relativamente estreita do vale do Ave, com penetrações na veiga de Bougado, acompanhando o rio Sedões e a leste o rio Sanguinhedo e Ribeira do Matadouro na área envolvente de Santo Tirso. No rio Leça a faixa que o acompanha é mais curta e irregular, revelando, no entanto, prolongamentos mais profundos para norte, acompanhando a Ribeira do Arquinho na área do concelho da Maia, a Ribeira de Paredes, formando a veiga dos Coronados e, mais a norte, já no concelho de Santo Tirso, em Lamelas, Santiago da Carreira e Refojos de Riba D'Ave, formando a veiga da Agrela pelo rio Sanguinhedo.
O segundo grupo integra as classes 2 e 3 e corresponde a praticamente todos os acidentes orográficos formados pela serra da Agrela e seus prolongamentos que atravessam transversalmente toda a área de estudo. Na zona sul, no concelho de Valongo e parte do concelho da Maia, ainda se fazem notar os prolongamentos da serra do Penedo, embora numa fase de dissipação. A sudeste de Santo Tirso, nas freguesias de Monte Córdova, Burgães e Rebordões desenvolve-se o maciço de Monte Córdova de clara ligação para o interior.

2.6. Os solos e a aptidão agrícola da terra

Para uma apreciação genérica da composição dos solos e aptidão agrícola da terra é fundamental que se considerem os diversos factores que concorreram para a sua formação e evolução, como, por exemplo, o material originário, o clima, o relevo, a vegetação e a acção transformadora do homem ao longo dos tempos.
O solo originário da maior parte da região formou-se a partir de materiais resultantes da alteração e desagregação do substrato rochoso subjacente por acção dos diferentes agentes de meteorização, sendo os predominantes, por ordem decrescente, o granito, o xisto e os granodioritos.
A actividade humana na região ao longo dos tempos, embora a ritmos diferenciados, tem intervindo profundamente na composição dos terrenos na topografia e coberto florestal através da agricultura, exploração florestal, pastorícia e mais recentemente pela expansão da área construída.
Entre os principais factores de transformação destacam-se os terraceamentos, operados em toda a região em zonas com declives superiores a 4-5%, com vista à redução dos declives e aumento da espessura dos solos, que possibilitaram uma utilização intensiva da terra com a aplicação de métodos de rega tradicionais e evitando a erosão, potencialmente incrementados a partir da introdução da cultura do milho e a sua expansão cultural a partir do momento em que este passou a ser o alimento básico da população da região do Minho.
Outro tipo de alteração profunda relaciona-se com o aproveitamento das areias de duna para a horticultura intensiva, aproveitando as condições climáticas excepcionais do litoral, com geadas nulas pelo efeito moderador do oceano. Estas alterações resultaram no rebaixamento da superfície do terreno de forma a aproximá-las ao substrato de rochas antigas, formando na área costeira espaços agrícolas muito característicos designados por "maceiras" ou "gamelas".

Mais recentemente, também as plantações florestais têm operado profundas transformações no relevo e composição dos solos, uma vez que a técnica de plantação generalizada em "vala e cômoro", com lavouras profundas, alteram profundamente as características dos solos e a topografia.
O último aspecto a considerar, de particular significado na área de estudo, relaciona-se com a expansão do fenómeno urbano, o crescimento das indústrias, e a construção de infra-estruturas públicas, como as vias de comunicação, aterros sanitários e outro tipo de equipamentos que implicam grandes movimentos de terra e nivelamentos artificiais.

Aptidão da terra para usos agro-florestais

O sistema adoptado para a classificação de terras para os usos diversos (*land suitability evaluation*), utilizado pela empresa Agroconsultores e Geometral na elaboração da Carta de Solos e Carta da Aptidão da Terra da região de Entre-Douro-e-Minho para a Direcção Regional de Agricultura de entre Douro e Minho (DRA de Entre - Douro e Minho, 1995), foi o recomendado pela FAO (FAO, 1976 e 1983).
Os princípios básicos seguidos foram os seguintes:

a) A aptidão da terra foi avaliada e classificada em relação a usos específicos genéricos, como, por exemplo, a agricultura de sequeiro e também para usos mais restritos, nomeadamente a horticultura intensiva.

b) O trabalho desenvolvido foi interdisciplinar envolvendo especialistas de avaliação de terras, de solos, de climatologia, de geomorfologia, de conservação de solos e protecção do ambiente, de produção vegetal e de agro-economia.

c) A avaliação foi feita em função do contexto económico e social da região em estudo.

d) A aptidão da terra refere-se sempre a uma base de sustentação de uso.

e) A definição da aptidão da terra envolveu a comparação entre vários tipos de uso de forma a definir o mais ajustado ao aproveitamento da terra – agrícola, florestal, silvo-pastoril.

Método de Classificação

As *Unidades de Terra* são parcela de território homogéneas no que respeita aos condicionantes da terra – clima, pedologia, litologia, geomorfologia, solos e uso actual da terra.
Para efeitos de avaliação da terra foram considerados os seguintes tipos de usos;

Uso Agrícola (Refere-se ao uso dos sistemas culturais da região)
1. Milho para forragens ou grão e prado invernal para forragens (característico nas zonas de baixa altitude da faixa litoral e das várzeas ribeirinhas, chãs e sopés de encostas adjacentes).
2. Horticultura intensiva (tem maior expressão no litoral devido à menor amplitude de variações térmicas e ausência de geada).
3. Agricultura de espécies perenes (corresponde à vertente das culturas arbustivas do sistema de exploração diversificado das terras de encosta).

Uso florestal

1. Exploração florestal com base em espécies de crescimento rápido – pinheiro bravo e/ou eucalipto (ocupa zonas de baixa e média altitude até 300/400 m).

Para efeitos de caracterização da qualidade da terra e graus de limitações foram considerados os seguintes factores:

Regime de temperaturas
1º Grau – Amplitude térmica reduzida; temperatura média anual 14º C; geadas entre início de Novembro e início de Abril.
2º Grau – Temperatura média anual entre 10,5º C e 12,5º C; geadas entre o início de Outubro e início de Maio.
3º Grau – Temperatura média anual inferior a 10,5º C; geadas de Setembro a Junho.

Condições de enraizamento
1. Espessura igual ou superior a 100 cm
2. Espessura entre 50 e 100 cm
3. Espessura entre 30 e 50 cm
4. Espessura igual ou inferior a 30 cm

Fertilidade
1. Solos com fertilidade elevada
2. Solos com fertilidade mediana
3. Solos com fertilidade baixa ou muito baixa

Drenagens
1. Solos sem excesso de água – declives dominantes superiores a 5 – 6%
2. Solos com excesso de água no solo – declives suaves até 5 – 6%
3. Solos com excesso de água no solo durante períodos relativamente curtos – declives suaves até 5 – 6%
4. Solos com excesso de água no solo durante períodos moderados – declives dominantes até 2 – 3%

Disponibilidade de água no solo
1. Sem défice durante todo o ano ou apenas com um défice médio de um mês (Agosto)
2. Défice médio durante dois meses (Julho e Agosto)
3. Défice elevado durante dois meses (Julho e Agosto)
4. Défice elevado durante dois meses (Julho e Agosto) e médio noutro (Setembro)

Riscos de erosão
1. Terras com risco de erosão nulo ou muito reduzido, sem necessidade de obras de defesa e sem limitações de uso
2. Terras com risco de erosão nulo ou muito reduzido, aptas para a agricultura com necessidades simples de defesa
3. Terras com risco de erosão moderado, sem aptidão para a agricultura
4. Terras com risco de erosão elevado, sem aptidão para a agricultura
5. Terras com risco de erosão muito elevado, sem aptidão para a agricultura

Presença de obstáculos físicos
1. Afloramentos rochosos

1.1. Afloramentos rochosos afectando menos de 25% da área
1.2. Afloramentos rochosos afectando entre 25 e 50%
1.3. Afloramentos rochosos afectando mais de 50 % da área

2. Pedregosidade
2.1. Solos com menos de 50% de materiais grosseiros até 50 cm de profundidade
2.2. Solos com mais de 50% de materiais grosseiros até 50 cm de profundidade

3. Terraços ou socalcos
3.1. Sem socalcos ou com socalcos largos em parte da área
3.2. Com socalcos médios, em parte da área ou largos na maior parte
3.3. Com socalcos médios na maior parte da mancha
3.4. Com socalcos estreitos em toda a mancha

4. Declive ou inclinação do terreno
4.1. Declives dominantes da classe 1 (0 - 5/6%)
4.2. Declives dominantes da classe 2 (5/6 a 12/15%)
4.3. Declives dominantes da classe 3 (12/15 a 25/30%)
4.4. Declives dominantes da classe 4 (25/30 a 40/45 %)
4.5. Declives dominantes da classe 5 (mais de 40/45 %)

Classificação da aptidão da terra

As *Unidades de Terra* correspondem às unidades e subunidades da Carta dos Solos e às Unidades Fisiográficas (Zonas Homogéneas).

A classificação registada obteve-se a partir do confronto da qualidade e características da terra e os requisitos ou exigências dos tipos de uso considerados.
Assim, consideraram-se quatro tipos de classes de aptidão quer para uso agrícola quer para uso silvo-pastoril e florestal: S1 aptidão elevada; S2 aptidão moderada; S3 aptidão marginal; N aptidão nula.

As subclasses correspondem às Unidades de Terra classificadas na mesma classe mas que diferem destas pela natureza dos requisitos mínimos ou limitações determinantes dessa classe. São expressas pela letra ou letras indicativas desses requisitos ou limitações – t) regime de temperaturas; r) condições de enraizamento; f) fertilidade; d) drenagem; h) disponibilidade da água no solo; e) riscos de erosão; o) obstáculos físicos.

Desta forma, a título de exemplificativo, para a mesma situação anteriormente apresentada na interpretação das Unidades Fisiográficas / Zonas Homogéneas correspondente à serra de Santa Eufémia, onde se encontra implantado o *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos, cuja Unidade Cartográfica da carta de solos é Ru5.1, que, por si só constitui uma Unidade Fisiográfica, teríamos a Unidade de Terra identificada pela seguinte composição - Qgo2;

- Unidade morfo-climática Q (Terra de encosta)
- Litologia g (Granito)
- Forma de relevo e características topográficas o (Declive na ordem dos 15 a 25 - 30% - Classe 3).

- Indicador do uso da terra 2 (Área não agricultada com aproveitamento florestal)

A Unidade Cartográfica apresentada na carta de Aptidão da Terra é A0 F2 com a subclasse para o uso agrícola N.e, e para o uso florestal S2.heo.
Unidade Cartográfica para aptidão para a agricultura A0, Subclasse N.e (aptidão agrícola nula – limitações de risco de erosão); Unidade cartográfica aptidão para uso florestal F2, Subclasse S2.heo (aptidão moderada – h) limitações de disponibilidade de água no solo; e) limitações de risco de erosão; o) obstáculos físicos).

Aptidão da Terra para Uso Agrícola e Florestal

Unidades da carta	Símbolos cartográficos	Unidades fisiográficas	Carta de aptidão da Terra	
			Uso Agrícola	Uso Florestal
Ah1.1	A0 F3	Lrp2	N.rh	S3.rh
Cd2.1	A2 F1	Lxp1	S2.rhe	S1
Cd2.4	A2 F1	Qxp1	S2.rhe	S1
Cd3.1	A2 F2	Lgs1	S2.rhe	S1
Cd4.1	A2 F1	Ltp1	S2.rhe	S1
Cu3.1	A2 F1	Lgp1	S2.rh	S1
Cu4.1	A3 F1	Ltp2	S3.f	S1
Fd2.1	A1 F2	La2	S1	S2.d
Fd2.2	A1 F2	Qa1	S1	S2.d
Fd3.1	A1 F3	Qa2	S1	S2.d
Lu1.2	A0 F3	Qxo2	N.rhe	S3.rhe
Lu2.1	A0 F3	Qxs2	N.rhe	S3.rh
Ru5.1	A0 F2	Qgo2	N.e	S2.heo
Ru9.1	A3 F1	Lg2	S3.fh	S1
Ru9.2	A3 F1	Qgs2	S3.f	S1
Ru10.1	A0 F2	Qdo2	N.e	S2.eo
Te1.1	A3 F2	Qxo1	S3.o	S2.o
Te5.1	A0 F2	Qxs1	S2.o	S1
Te10.1	A1 F1	Qgp1	S1	S1
Te11.1	A1 F1	Qgs1	S2.o	S1
Te14.1	A3 F2	Qdo1	S3.o	S2.o

Unidades de Terra de aptidão agrícola elevada

A classificação obtida para a aptidão da terra para usos agrícolas e florestais da área em estudo permite-nos definir como áreas preferenciais ou de maior aptidão agrícola, que, naturalmente, correspondem aos terrenos de melhor aptidão florestal (A1 / F1), as Unidades Fisiográficas ou Zonas Homogéneas que integram a Terra Ribeirinha e de Meia Encosta. Distinguem-se seis unidades de terra distribuídas pelos dois rios e principais afluentes. No concelho de Vila do Conde localizam-se ao longo do rio Ave e no sopé da serra de Santa Eufémia. A área de maior expressão espacial abrange parte da freguesia de Vairão e parte das freguesias de Fornelo, Macieira da Maia e Canidelo. Tem correspondência à Unidade Fisiográfica Qgp1 a que corresponde a Unidade Cartográfica Te10.1. Na sua envolvente norte e oeste desenvolvem-se terrenos de aptidão moderada e aptidão florestal elevada. A zona de contacto da face leste regista terrenos de aptidão agrícola marginal e aptidão florestal moderada. A segunda unidade de terra classificada como de elevada aptidão agrícola e florestal distribui-se pelas freguesias de Guilhabreu, Canidelo e Malta. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgp1 com a correspondência à Unidade Cartográfica Te 10.1. Na sua área envolvente localizam-se terrenos de aptidão agrícola moderada para oeste e aptidão agrícola nula para leste. Nas margens do Ave os terrenos de aptidão agrícola elevada desenvolvem-se numa faixa contínua que acompanha o perfil do rio na freguesia da Retorta e Tougues. Compreende a Unidade Fisiográfica La1 – Unidade Cartográfica Fd2.1 que confina integralmente com terrenos de aptidão agrícola moderada.

No concelho da Trofa, a única Unidade de Terra de aptidão agrícola elevada desenvolve-se ao longo do rio Ave, praticamente desde o limite oeste da freguesia de Santiago de Bougado até ao limite de S. Martinho de Bougado, numa faixa estreita que efectua um ligeiro recorte para sul, acompanhando o rio Sedões a que corresponde a veiga de Santiago de Bougado. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qa2 (Fluvissolos), com equivalência à Unidade Cartográfica Fd3.1. Na sua área envolvente desenvolvem-se unidades de terra com aptidão agrícola moderada e aptidão florestal elevada.
A mancha de Unidade de Terra de aptidão agrícola elevada de maiores dimensões localiza-se nas imediações da área arqueológica de Alvarelhos, concretamente na veiga na Ribeira do Arquinho e parte da Ribeira de Aldeia, afluentes do rio Leça e Ave, respectivamente. A mancha abrange parcialmente as freguesias do Muro e Alvarelhos, no concelho da Trofa e S. Pedro de Avioso, Gemunde, Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Silva Escura, Vermoim, Nogueira e Milheiros, no concelho da Maia. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgp1 – Unidade Cartográfica Te 10.1. Nas suas imediações desenvolvem-se terrenos de aptidão agrícola marginal na face sul e sudoeste. Na restante área de confrontação registam-se terrenos de aptidão agrícola nula, com excepção de parte da freguesia de Alvarelhos, Santa Maria de Avioso e Silva Escura. De proporções ligeiramente inferiores, a veiga dos Coronados, que se desenvolve ao longo do Ribeiro de Paredes, afluente do Leça, apresenta também uma unidade de terra de aptidão agrícola elevada que se desenvolve no concelho da Trofa pelas freguesias de S. Romão e S. Mamede do Coronado, no concelho da Maia pelas freguesias da Folga e S. Pedro de Fins e, por último, já no concelho de Valongo, pelas freguesias de Alfena e Ermesinde. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgp.1 / Unidade Cartográfica Te 10.1. Confronta integralmente com terrenos de aptidão agrícola nula e reduzida. Por último, encontram-se ainda terrenos de aptidão agrícola elevada ao longo das margens do rio Leça em faixas estreitas e descontínuas que, na maior parte dos casos, confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada. Correspondem à Unidade Fisiográfica Qa.1 (Fluvissolos), com correspondência à Unidade Cartográfica Fd2.1.

As terras de aptidão agrícola elevada correspondem percentualmente a sensivelmente 20% da área de entre Leça e Ave. Os seus graus de limitações são particularmente baixos e, genericamente, correspondem a terrenos que não sofreram grandes trabalhos de terraceamento com vista á alteração das suas condições originais. A adição de correctivos orgânicos, calcários e de adubos terá sido, provavelmente, a interferência de maior impacto que teve como resultado o aumento da espessura do solo superficial e, naturalmente, o grau fertilidade. As suas limitações esquematizam-se da seguinte forma;

Graus de limitações das Unidades de terra com aptidão agrícola elevada

Unidades Cartográficas Carta de Solo	Unidades Cartográficas Carta de aptidão da Terra	Unidades Fisiográficas	Graus de limitações t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Fd2.1	A1 F2	La2	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Fd2.2	A1 F2	Qa1	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Fd3.1	A1 F2	Qa2	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Tc10.1	A1 F1	Qgp1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1

Unidades de Terra de aptidão agrícola moderada

Os terrenos classificados como de aptidão agrícola moderada (A2 / F1), constituem cerca de 40% da área. Desenvolvem-se, maioritariamente, pela fachada da Terra Litoral, embora estejam também presentes nas Terras Ribeirinhas e de Meia Encosta.
O conjunto de Unidades de Terra com as características mencionadas desenvolve-se ao longo da faixa litorânea sendo apenas interrompidas por uma unidade de terra de dimensões significativas, de aptidão agrícola marginal que se desenvolve nas freguesias de Vila Chã, Labruge, Modivas, Gião e Fajozes. A faixa

litoral, composta fundamentalmente por arenossolos haplicos apresenta unidades de terra sem aptidão agrícola em praticamente todas as freguesias, com excepção de Labruge e Vila Chã. Na restante parte da fachada litoral são ainda de assinalar algumas unidades de terra que constituem hoje Áreas Sociais das quais não existem elementos relativos à aptidão agrícola da terra. A mancha de maior expressão corresponde a parte do concelho da Maia e de concelho de Matosinhos, abrangendo, respectivamente as freguesias de Vila Nova da Telha, Moreira da Maia, Maia, parte de Vermoim, Gueifães e Águas Santas – para o concelho de Matosinhos, parte da freguesia de Perafita, integralmente as freguesias de Leça da Palmeira, Santa Cruz do Bispo e Leça da Palmeira.

Na Terra Ribeirinha e Meia Encosta, a distribuição das unidades de terra classificadas como de aptidão agrícola moderada são mais escassas e encontram-se distribuídas de forma irregular. De uma forma geral, encontram-se nos limites das unidades de terra de aptidão elevada e ocupam as áreas marginais dos vales das principais linhas de água que formam as redes de drenagem para os dois principais rios. Deste modo, no concelho da Trofa, concretamente no vale da Ribeira da Aldeia encontram-se duas unidades de terra de aptidão moderada, nas freguesias de Guidões, Alvarelhos e Muro. Na sua face norte, junto ao Ave, encontram-se três unidades de terra que envolvem os terrenos de aptidão elevada que correspondem à veiga de Santiago de Bougado.

No concelho da Maia, no vale da Ribeira do Arquinho, apenas se identifica uma pequena mancha que ocupa parte das freguesias de Santa Maria de Avioso e Silva Escura.

No concelho de Santo Tirso as unidades de aptidão agrícola moderada desenvolvem-se de forma uniforme ao longo do rio Ave, com uma ligeira projecção para sul, ao longo do rio Sanguinhedo, sucedendo o mesmo ao no percurso médio do rio Leça, que revela também uma ligeira projecção para norte acompanhando a veiga da Agrela, nomeadamente nas freguesias de Santiago da Carreira e Lamelas. Por último, identifica-se uma mancha significativa em toda a área de características semi-planálticas na freguesia de Monte Córdova que corresponde ao local onde nasce o rio Leça e se desenvolve parte da sua bacia superior. As suas limitações esquematizam-se da seguinte forma;

Graus de limitações das Unidades de terra com aptidão agrícola moderada

Unidades Cartográficas Carta de Solo	Unidades Cartográficas Carta de aptidão da Terra	Unidades Fisiográficas	Graus de limitações t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Te1.1	A2 F1	Qxo1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1
Te2.1	A2 F1	Qxs12	1	1,4	1,3	1	2,4	1,3	1	1	2,1	1,2
Te11.1	A2 F1	Qgs1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Te13.2	A2 F1	Qds1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Cu3.1	A2 F1	Lgp1	1	2	1	2	2	1	1	1	1	1
Cd2.1	A2 F1	Lxp1	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1
Cd2.2	A2 F1	Lxp2	1	2	3	2	2	2	1	1	1	1
Cd2.4	A2 F1	Qxp1	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1
Cd3.1	A2 F1	Lgs1	1	2	1	1	2	2	1	1	2	2
Cd4.1	A2 F1	Ltp1	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1

Unidades de terra de aptidão agrícola marginal

Os terrenos de aptidão agrícola marginal (A3 - F2/F3) desenvolvem-se de forma irregular em pequenas manchas que correspondem apenas a cerca de 10% da área em análise.

Na Terra Litorânea identificam-se quatro unidades de distintas dimensões. A primeira, de maior expressão, localiza-se no concelho de Vila do Conde ocupando parcialmente as freguesias de Vila Chã, Labruge, Modivas, Fajozes e Gião, correspondendo à Unidade Fisiográfica Ltp2. Encontra-se numa área predominantemente de xisto constituída por terrenos de aptidão agrícola moderada, mas cujos níveis de

limitações ultrapassam os parâmetros estabelecidos para ser classificada como tal, nomeadamente no que respeita a condições de enraizamento, fertilidade, drenagem e disponibilidade de água no solo.
Ainda no concelho de Vila do Conde, na freguesia de Macieira da Maia, identifica-se uma pequena mancha nas margens do Ave, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgs2, que, embora se localize junto de unidades de terra de aptidão elevada e moderada, os seus graus de limitações revelam índices bastantes elevados.
As duas restantes unidades de terra de aptidão marginal identificadas na Terra Litorânea encontram-se já no concelho da Maia, nomeadamente nas freguesias Gemunde e Moreira da Maia. Á semelhança das anteriores tem ligação a terrenos de aptidão agrícola elevada e moderada e correspondem às Unidades Fisiográficas Lgs2 e Lxp2.

Na Terra Ribeirinha e de Meia Encosta o seu aparecimento é muito localizado, encontrando-se distribuída em manchas de pequena dimensão com ligação a terrenos de aptidão agrícola elevada ou moderada. No concelho de Vila do Conde identificam-se duas unidades. A primeira, sobranceira ao rio Ave, localiza-se na freguesia de Fornelo e corresponde à Unidade Fisiográfica Qgs2 e revela um conjunto de limitações assinaláveis, nomeadamente no que respeita à topografia, hoje moderada por socalcos. Genericamente com as mesmas características, a segunda unidade identificada desenvolve-se parcialmente por três freguesias – Canidelo, Gião e Malta e corresponde à zona de transição de terrenos de aptidão agrícola nula que compõem a serra de Santa Eufémia e os terrenos de aptidão moderada da Terra Litorânea.
No concelho da Maia apenas se registam duas áreas. A primeira, de maiores dimensões, ocupa parcialmente as freguesias de Milheirós, Águas Santas, Nogueira e S. Pedro de Fins. Desenvolve-se junto ao rio Leça e acompanha parte do vale da Ribeira de Paredes. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgs2 e, apesar de na área envolvente se desenvolverem unidades de terra de aptidão elevada os seus índices de limitações são particularmente altos incluindo aspectos relacionados com a sua topografia. A segunda unidade, de menores dimensões, constitui uma zona intermédia de ligação de uma projecção da serra da Agrela no vale da ribeira de Paredes. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgs2 e partilha do mesmo grau de limitações que a unidade de terra anterior.
No concelho de Santo Tirso identificam-se duas áreas de unidades de terra de aptidão marginal. A primeira localiza-se na ligação da serra de Agrela e o vale do rio Sanguinhedo e constitui uma pequena faixa de perfil longitudinal que se distribui pelas freguesias de S. Paio de Guimarei e Lamelas. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qdo2, cuja limitação mais significativa se relaciona com a sua topografia. Na sua face oeste liga-se a terrenos sem aptidão agrícola e na vertente leste com terrenos de aptidão moderada.
Por último, a unidade de terra de aptidão marginal identificada na freguesia de Monte Córdova corresponde à vertente norte do maciço. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qgs2 e revela graus de limitações elevados em todos os níveis considerados. Tem ligação a terrenos de aptidão moderada na sua face sul e terrenos sem aptidão agrícola na face norte.

Graus de limitações das Unidades de terra de aptidão agrícola marginal

Unidades Cartográficas Carta de Solo	Unidades Cartográficas Carta de aptidão da Terra	Unidades Fisiográficas	Graus de limitações t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Te14.1	A3 F2	Qdo1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1
Te1.1	A3 F1	Qxo1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1
Ru9.2	A3 F1	Qgs2	1	2	3	1	3	2	1	1	1	2
Cu4.1	A3 F1	Ltp2	1	2	3	2	2	1	1	1	1	1
Cd2.2	A3 F1	Lxp2	1	2	3	1	2	3	1	1	1	1

Unidades de terra sem aptidão agrícola

As unidades de terra sem aptidão agrícola (A3 - F1/F2) constituem cerca de 30% da área total de entre Leça e Ave e dividem-se fundamentalmente em três grupos. O primeiro, localizado na Terra Litorânea, desenvolve-se na fachada atlântica e corresponde à distribuição dos arenossolos haplicos cuja Unidade Fisiográfica é Lrp2. A unidade de maiores dimensões encontra-se no concelho de Vila do Conde e abrange parcialmente as freguesias de Azurara, Árvore, Mindelo e Vila Chã. O segundo núcleo constitui uma faixa mais estreita e localiza-se já no concelho de Matosinhos nas freguesias de Lavra e Perafita. Todas as unidades de terra ligam-se na face norte com terrenos de aptidão agrícola moderada e integram no seu interior áreas sociais designadamente os núcleos urbanos de Árvore, Mindelo e Lavra.

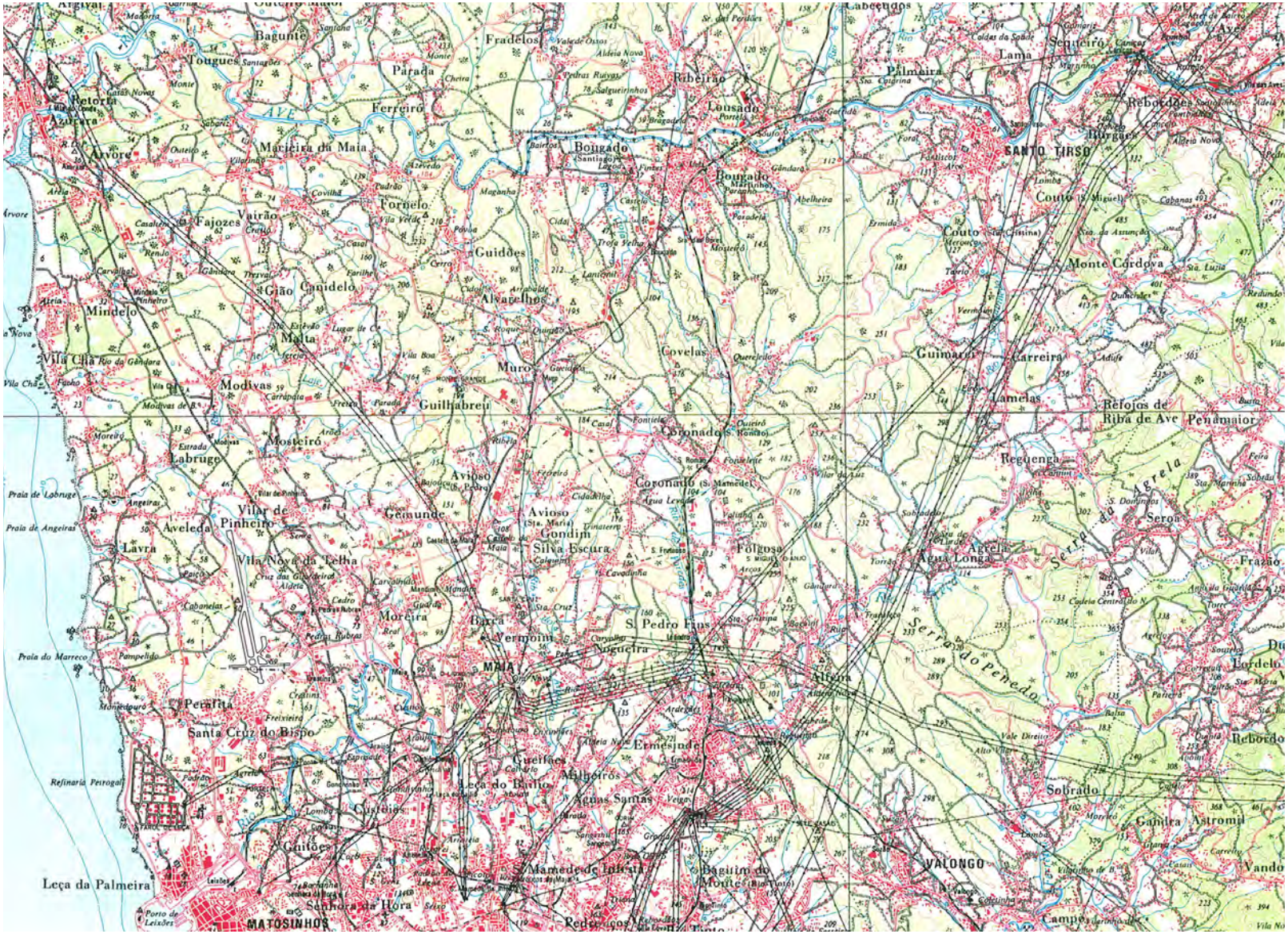
A Terra Ribeirinha e de Meia Encosta é ocupada em grande parte por uma única grande faixa de Unidade de Terra sem aptidão agrícola que se desenvolve transversalmente com orientação noroeste / sudeste que corresponde ao maciço da serra da Agrela e seus prolongamentos sendo constituídos por regossolos umbricos e regossolos dístricos. As Unidades Fisiográficas que a constituem são as Qgs2 e Fgo2 para a serra de Santa Eufémia, no concelho da Trofa e Qxo2 para a serra da Agrela que se desenvolve no concelho da Trofa, Santo Tirso, Maia e Valongo. Em termos gerais, os graus de limitações são extremamente altos, destacando-se, no entanto, a forte incapacidade de enraizamento e a disponibilidade da água no solo como principais factores limitativos.

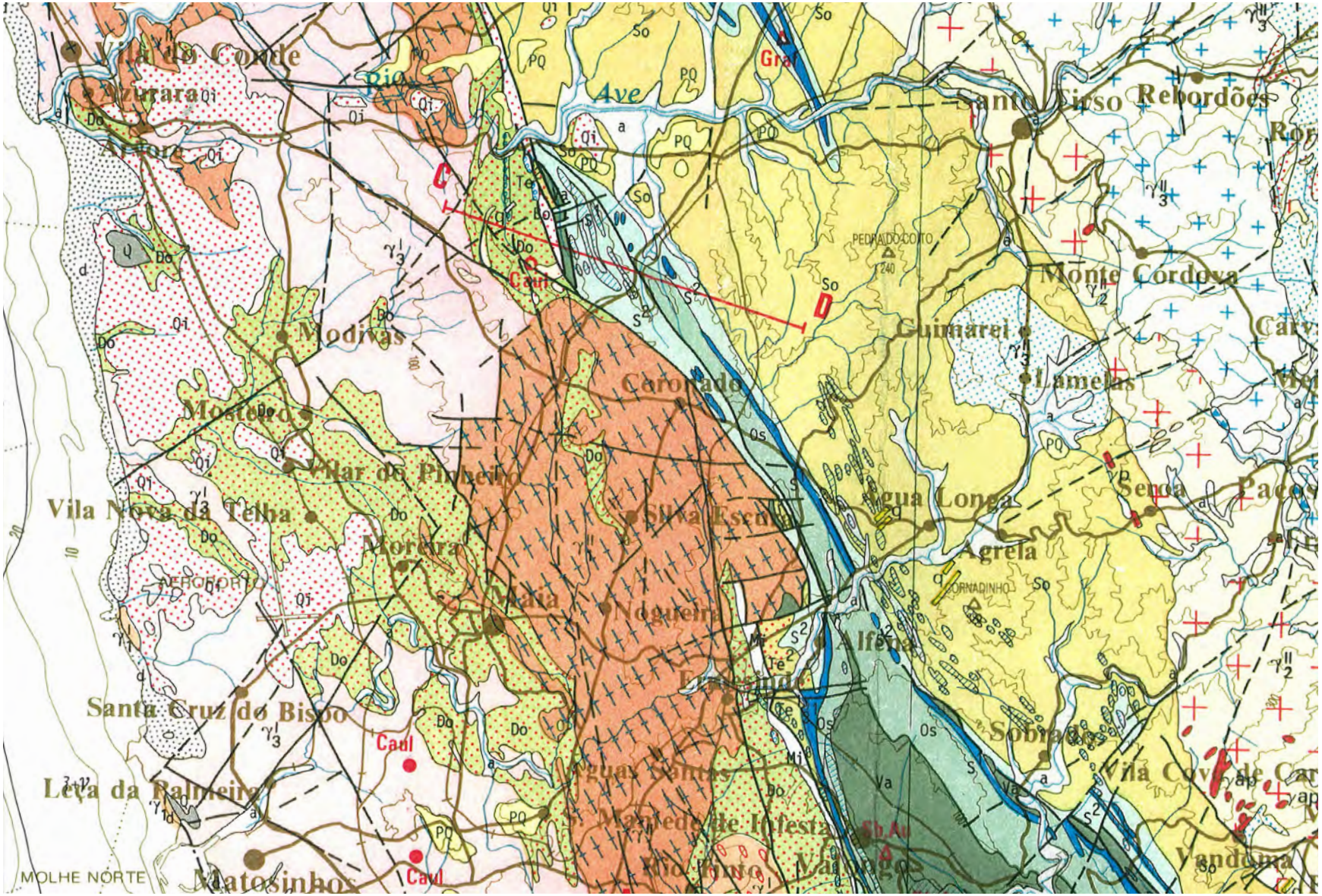
O grupo restante localiza-se no concelho de Santo Tirso no extremo nordeste da área de estudo que corresponde à encosta norte do maciço de Monte Córdova. É constituído por regossolos umbricos e corresponde à Unidade Fisiográfica Qgo2 e Qgs2.

Percentualmente a distribuição da aptidão agrícola da terra faz-se de forma equilibrada revelando uma percentagem positiva de terra com boa aptidão agrícola. A área mais extensa dos melhores terrenos agrícolas regista-se na faixa litoral e na região dos Coronados.

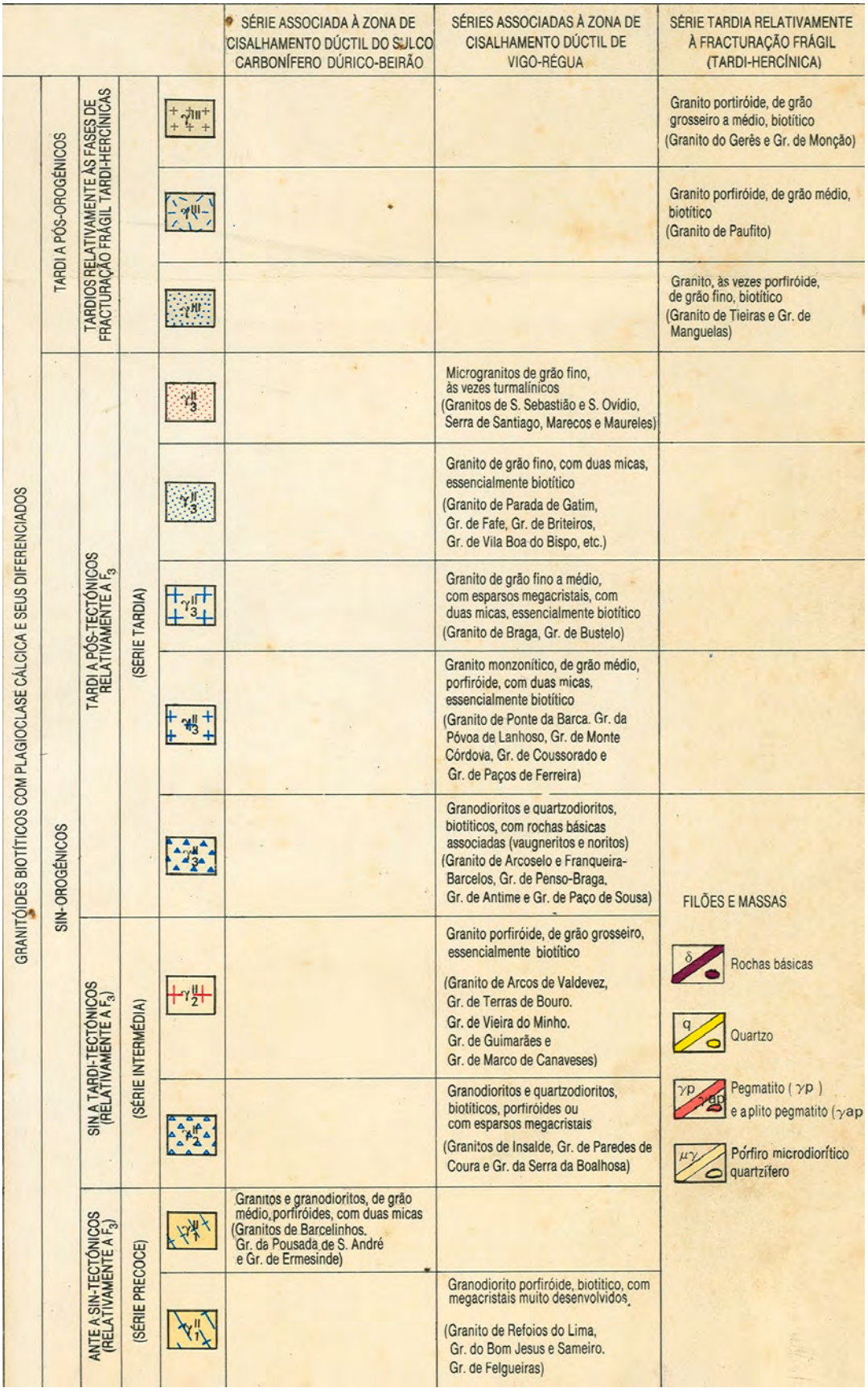
Graus de limitações das Unidades de terra sem aptidão agrícola

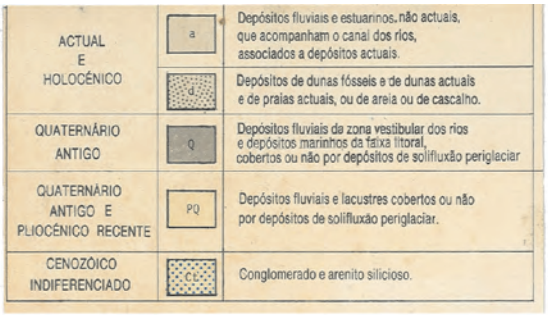
Unidades Cartográficas Carta de Solo	Unidades Cartográficas Carta de aptidão da Terra	Unidades Fisiográficas	Graus de limitações t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Lu1.1	A0 F3	Qxo2	1	4	3	1	4	4	1	1	1	3
Lu2.1	A0 F3	Qxs2	1	4	3	1	4	3	1	1	1	2
Ah1.1	A0 F3	Lrp2	1	4	3	1	4	2	1	1	1	1
Ru5.1	A0 F2	Qgo2	1	2	3	1	3	3	1	1	1	3
Ru10.1	A0 F3	Qdo2	1	2	3	1	3	3	1	1	1	3

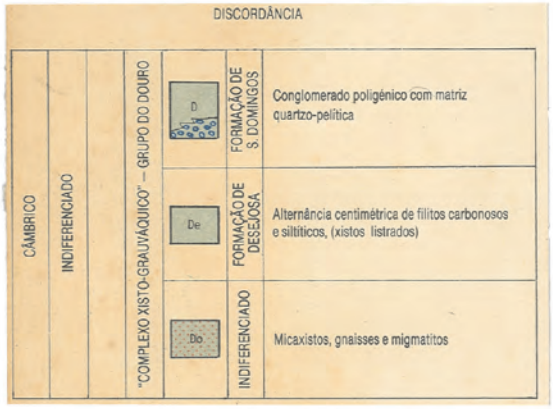

Bagunte
Fradelos
Parada
Tougues
Ferreiró
Ribeirão
Lousado
Lama
Senqueiró
Palmeira
Retorta
Azurara
Árvore
Maricira da Maia
Bougado
Rebordões
Borgaes
SANTO TIRSO
Couto
Fornelo
Fajozes
Vairão
Guidões
Monte Cordova
Couto
Gião
Guidelo
Alvarelhos
Minidelo
Malta
Vila Chã
Covelas
Guimarei
Carreira
Modivas
Guilhabreu
Lamelas
Reboios de Riba de Ave
Penamaior
Coronado
Mosteiró
Labruge
Regueira
Avioso
Coronado (S. Mamede)
Avioso (Sta. Maria)
Vilar de Pinheiro
Gemunde
Gondim
Aveleda
Silva Escura
Folgoso
Lavra
Vila Nova da Telha
Água Longa
Serra da Agrela
Serra do Penedo
Serôa
Frazão
Moreira
Barca
Vermoim
S. Pedro Fins
Nogueira
MAIA
Pedrulla
Santa Cruz do Bispo
Ermesinde
Cucifães
Milheiros
Leça do Balio
Águas Santas
Sobrado
Rebordo
Custóias
Gandra
Astromil
Guifões
VALONGO
Leça da Palmeira
S. Mamede de Infesta
Senhora da Hora
MATOSINHOS
Bagunte do Monte
Campos

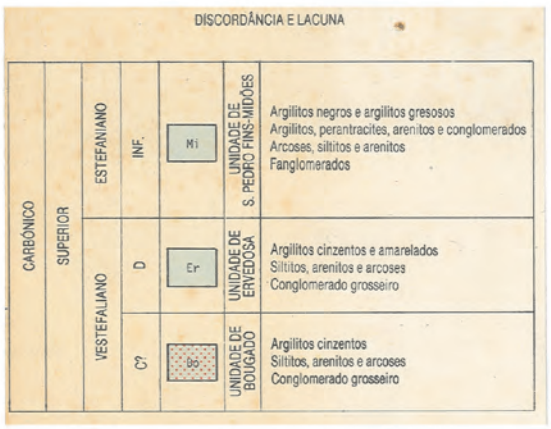

Vila do Conde
Rio Ave
Azurara
Mindoro
Modivas
Mosteiro
Vilar do Pinheiro
Vila Nova da Telha
Moreira
Maia
Ribeira
Santa Cruz do Bispo
Caul
Leça da Palmeira
MOLHE NORTE
Matosinhos
Gra
Caul
Caul
Carcerado
Água Longa
Agrela
Lamelas
Guimarei
Monte Cordova
Rebordões
Senga
Ifeira
Sobrado
Vila Cova de Carros
Vandoma
PEDRALDO COTO
CORNADINHO
AEROPORTO

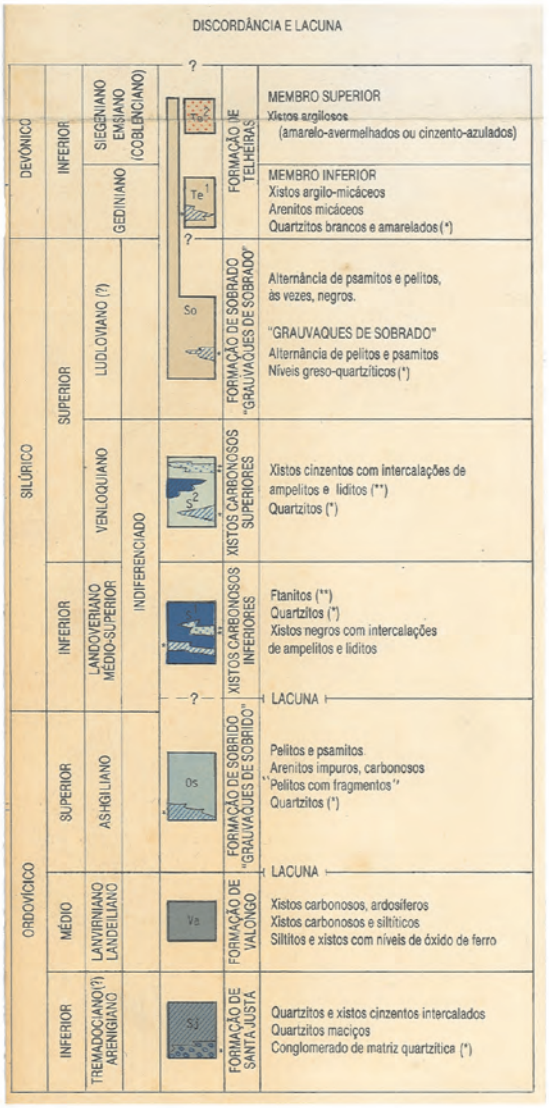
				MACIÇOS ALÓCTONES	ANTIFORMA DE VIANA DO CASTELO-ESPOSENDE	MACIÇO DA PÓVOA DE VARZIM-PORTO	MACIÇO DA GANDRA	MACIÇO DAS SERRAS PENEDA-AMARELA	MACIÇO DE CASTRO LABOREIRO
GRANITOS DE DUAS MICAS HERCÍNICOS	SIN A TARDI-TECTÓNICOS RELATIVAMENTE A F_3	ALÓCTONES	γ^1_4	Granito de grão grosseiro, de duas micas, com raros megacristais (Granito da Serra de Arga)					
			γ^1_4		Granito de grão fino, de duas micas, porfiróide (Granito da Bouça do Frade)				
			γ^1_4			Granito de grão grosseiro, moscovítico, turmalínico (Granito de Gondomar)			
	SIN-TECTÓNICOS RELATIVAMENTE A F_3		γ^1_3					Granito de grão médio, de duas micas, porfiróide (Granito de Mezio)	
			γ^1_3	Granito de grão grosseiro, de duas micas (Granito de Covas W, Gr. de Perre, Gr. de Fragosa, etc.)	Granito de grão grosseiro, de duas micas. (Granito de Carreço e S. Luzia Gr. de Castelo de Neiva)		Granito de grão grosseiro, de duas micas (Granito de Travanca)		
			γ^1_3	Granito de grão médio ou grosseiro, de duas micas (Granito de Gondifelos, Gr. de Pousa, Gr. de Aldreu, etc.)				Granito de grão médio ou grosseiro, de duas micas (Granito da Serra Amarela e Gr. de Riba de Mouro)	
			γ^1_3	Granito de grão médio, de duas micas e com esparsos megacristais (Granito da Serra de Nora e Gr. de V. Nova de Cerveira)		Granito de grão médio, de duas micas e com esparsos megacristais (Granito de Póvoa de Varzim)		Granito de grão médio a grosseiro, de duas micas e com esparsos megacristais (Granito de Soajo e Ínsua)	
			γ^1_3	Granito de grão médio, de duas micas (Granito de Lanhelas, Gr. de Gondarém, Gr. de Covas E, Gr. Serra de Antelas, Gr. da Zona de Cisalhamento V. Nova de Cerveira-Ponte de Lima, Gr. de Lustosa)	Granito de grão médio, de duas micas (Granito de Vila Praia de Âncora, Gr. de S. Lourenço)	Granito de grão médio, às vezes fino de duas micas (Granito do Porto, Gr. de Bagunte, etc.)	Granito de grão médio, de duas micas (Granito de Linhares e de Água Longa)	Granito de grão médio, de duas micas (Granito de Lindoso e Gr. de Várzea)	
		SUB-AUTÓCTONES	$\gamma^1_{3,1}$	Restitos granodioríticos de Bretiandos			Restitos granodioríticos de S. Silvestre (?)		Restitos tonalíticos meso-melanocráticos, às vezes, com megacristais de biotite (Tonalito de Quintela e Fonte Boa)
			γ^1_3		Granito de duas micas, de grão fino, às vezes conservando estruturas primárias (Granito de Moledo e Gr. de Cobertorinho)			Granito de grão fino a médio, de duas micas (Granito da Sr. da Graça, Gr. do Extremo e Gr. de Germil)	Granito de grão fino a médio, de duas micas (Grinto de S. Gregório)
			γ^1_3					Granito de grão médio, de duas micas, às vezes com restitos (Granito de Longos Vales)	Granito de grão médio, de duas micas, às vezes com restitos (Granito de Couço)
			γ^1_3				Granito inomogéneo, de grão médio a fino (Granito de Fontoura e Gr. de S. Julião)	Granito inomogéneo, de grão médio a fino (Granito do Vale do Rio Vez e Gr. do Vale do Rio Mouro)	Granito inomogéneo, de grão médio a fino (Granito de Melgaço, Gr. do Porto Ribeiro e Gr. de Gralheira)
			γ^1_3						Granito de grão fino, biotítico (Granito de Alvaredo)
		AUTÓCTONES	γ^1_{3z}						Migmatitos, gnaisses e granitos nodulares (Migmatitos de Castro Laboreiro, Picos, Vinhas e Facho)
	SIN-TECTÓNICOS - RELATIVAMENTE A F_2	SUB-AUTÓCTONES	γ^1_2				Granito de grão fino, de duas micas (Granito de Taião, Gr. do Monte Faro e Gr. de Vilarinho)		
	ANTE E/OU SIN-TECTÓNICOS RELATIVAMENTE A F_1		γ^1_1			Granito gnáissico, granatífero (Granito de Fânzeres)			
			γ^1_1			Granito gnáissico, às vezes com blastese de albite (Gnaisse ocelado de Foz do Douro, Gr. de Leça da Palmeira, Gr. da Praia do Mareco)			
GNAISSES ANTE-HERCÍNICOS e/ou HERCÍNICOS PRECOCES	PRECÂMBRICO (?) A ORDOVÍCICO(?)		γ^z_{op}				Ortognaisse ocelado do Picoto das Penices		
			γ^z_{op}			Ortognaisses da Foz do Douro	Ortognaisse da Gandra		

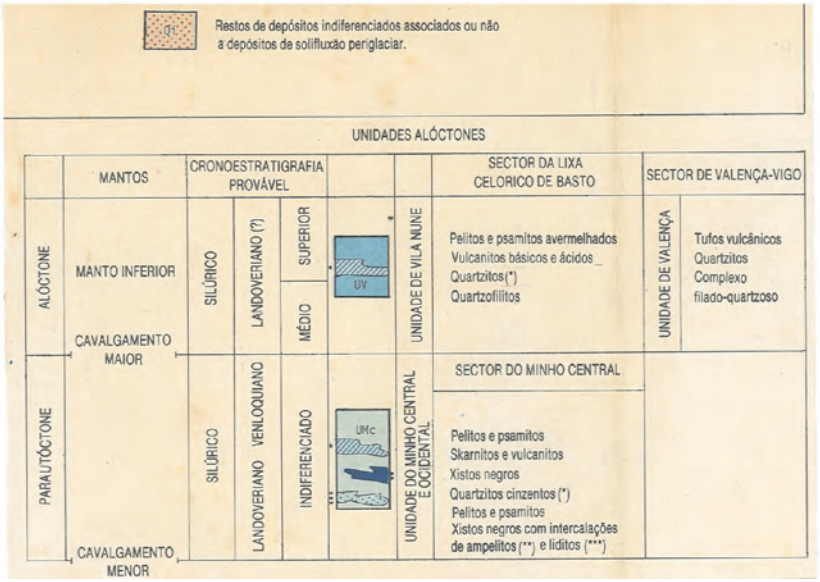

SÉRIE ASSOCIADA À ZONA DE CISALHAMENTO DÚCTIL DO SULCO CARBONÍFERO DÚRICO-BEIRÃO
SÉRIES ASSOCIADAS À ZONA DE CISALHAMENTO DÚCTIL DE VIGO-RÉGUA
SÉRIE TARDIA RELATIVAMENTE À FRACTURAÇÃO FRÁGIL (TARDI-HERCÍNICA)
GRANITÓIDES BIOTÍTICOS COM PLAGIOCLASE CÁLCICA E SEUS DIFERENCIADOS
TARDI A PÓS-OROGÉNICOS
SIN-OROGÉNICOS
TARDIOS RELATIVAMENTE ÀS FASES DE FRACTURAÇÃO FRÁGIL TARDI-HERCÍNICAS
TARDI A PÓS-TECTÓNICOS RELATIVAMENTE A F_3
SIN A TARDI-TECTÓNICOS (RELATIVAMENTE A F_3)
ANTE A SIN-TECTÓNICOS (RELATIVAMENTE A F_3)
(SERIE TARDIA)
(SÉRIE INTERMÉDIA)
(SÉRIE PRECOCE)
Granito portiróide, de grão grosseiro a médio, biotítico (Granito do Gerês e Gr. de Monção)
Granito porfiróide, de grão médio, biotítico (Granito de Paufito)
Granito, às vezes porfiróide, de grão fino, biotítico (Granito de Tieiras e Gr. de Manguelas)
Micrograníticos de grão fino, às vezes turmalínicos (Granitos de S. Sebastião e S. Ovídio, Serra de Santiago, Marecos e Maureles)
Granito de grão fino, com duas micas, essencialmente biotítico (Granito de Parada de Gatim, Gr. de Fafe, Gr. de Briteiros, Gr. de Vila Boa do Bispo, etc.)
Granito de grão fino a médio, com esparsos megacristais, com duas micas, essencialmente biotítico (Granito de Braga, Gr. de Bustelo)
Granito monzonítico, de grão médio, porfiróide, com duas micas, essencialmente biotítico (Granito de Ponte da Barca. Gr. da Póvoa de Lanhoso, Gr. de Monte Córdova, Gr. de Coussorado e Gr. de Paços de Ferreira)
Granodioritos e quartzodioritos, biotíticos, com rochas básicas associadas (vaugneritos e noritos) (Granito de Arcoselo e Franqueira-Barcelos, Gr. de Penso-Braga, Gr. de Antime e Gr. de Paço de Sousa)
Granito porfiróide, de grão grosseiro, essencialmente biotítico (Granito de Arcos de Valdevez, Gr. de Terras de Bouro. Gr. de Vieira do Minho. Gr. de Guimarães e Gr. de Marco de Canaveses)
Granodioritos e quartzodioritos, biotíticos, porfiróides ou com esparsos megacristais (Granitos de Insalde, Gr. de Paredes de Coura e Gr. da Serra da Boalhosa)
Granitos e granodioritos, de grão médio, porfiróides, com duas micas (Granitos de Barcelinhos. Gr. da Pousada de S. André e Gr. de Ermesinde)
Granodiorito porfiróide, biotítico, com megacristais muito desenvolvidos (Granito de Refoios do Lima, Gr. do Bom Jesus e Sameiro. Gr. de Felgueiras)
FILÕES E MASSAS
Rochas básicas
Quartzo
Pegmatito (γp) e aplito pegmatito (γap
Pórfiro microdiorítico quartzífero

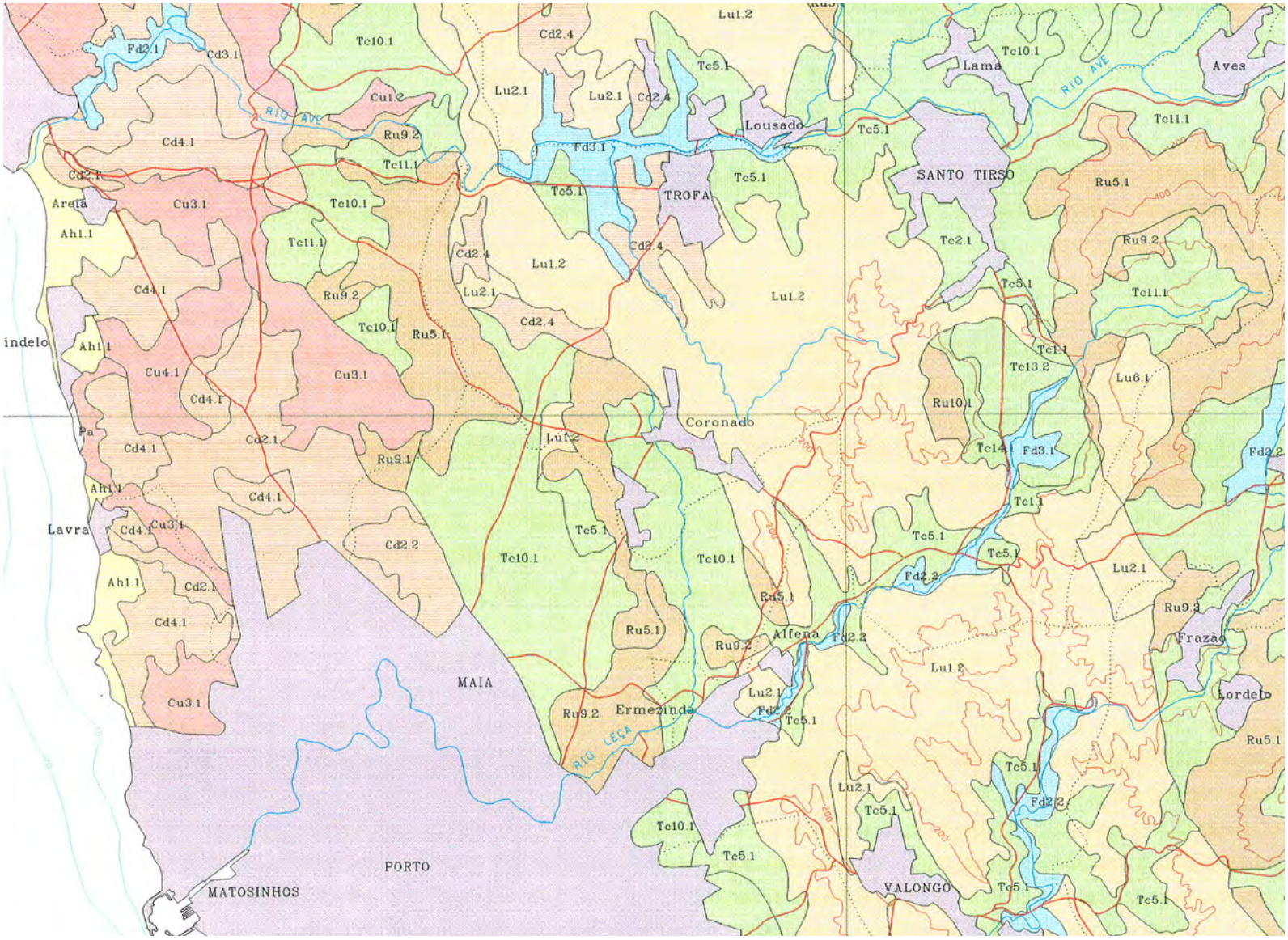

ACTUAL E HOLOCÉNICO
a
Depósitos fluviais e estuarinos, não actuais, que acompanham o canal dos rios, associados a depósitos actuais.
c
Depósitos de dunas fósseis e de dunas actuais e de praias actuais, ou de areia ou de cascalho.
QUATERNÁRIO ANTIGO
Q
Depósitos fluviais da zona vestibular dos rios e depósitos marinhos da faixa litoral, cobertos ou não por depósitos de solifluxão periglaciar
QUATERNÁRIO ANTIGO E PLIOCÉNICO RECENTE
PQ
Depósitos fluviais e lacustres cobertos ou não por depósitos de solifluxão periglaciar.
CENOZÓICO INDIFERENCIADO
C
Conglomerado e arenito silicioso.


DISCORDÂNCIA
CÂMBRICO
INDIFERENCIADO
"COMPLEXO XISTO-GRAUVÁQUICO" – GRUPO DO DOURO
D
FORMAÇÃO DE S. DOMINGOS
Conglomerado poligénico com matriz quartzo-pelítica
De
FORMAÇÃO DE DESEJOSA
Alternância centimétrica de filitos carbonosos e siltíticos, (xistos listrados)
Do
INDIFERENCIADO
Micaxistos, gnaisses e migmatitos


DISCORDÂNCIA E LACUNA
CARBÓNICO
SUPERIOR
ESTEFANIANO
INF.
Mi
UNIDADE DE S. PEDRO FINS-MIÚDOS
Argilitos negros e argilitos gresosos
Argilitos, perantracites, arenitos e conglomerados
Arcoses, siltitos e arenitos
Fanglomerados
VESTEFALIANO
D
Er
UNIDADE DE ERVEDOSA
Argilitos cinzentos e amarelados
Siltitos, arenitos e arcoses
Conglomerado grosseiro
C?
Bo
UNIDADE DE BOUGADO
Argilitos cinzentos
Siltitos, arenitos e arcoses
Conglomerado grosseiro


DISCORDÂNCIA E LACUNA
DEVÓNICO
INFERIOR
SIEGENIANO EMSIANO (COBLENCIANO)
GEDINIANO
Te
FORMAÇÃO DE TELHEIRAS
MEMBRO SUPERIOR
Xistos argilosos
(amarelo-avermelhados ou cinzento-azulados)
MEMBRO INFERIOR
Xistos argilo-micáceos
Arenitos micáceos
Quartzitos brancos e amarelados (*)
SILÚRICO
SUPERIOR
LUDLOVIANO (?)
So
FORMAÇÃO DE SOBRADO "GRAUVAQUES DE SOBRADO"
Alternância de psamitos e pelitos, às vezes, negros.
"GRAUVAQUES DE SOBRADO"
Alternância de pelitos e psamitos
Níveis greso-quartzíticos (*)
VENLOQUIANO
INDIFERENCIADO
Sc
XISTOS CARBONOSOS SUPERIORES
Xistos cinzentos com intercalações de ampelitos e liditos (**)
Quartzitos (*)
INFERIOR
LANDOVERIANO MÉDIO-SUPERIOR
Sc
XISTOS CARBONOSOS INFERIORES
Ftanitos (**)
Quartzitos (*)
Xistos negros com intercalações de ampelitos e liditos
LACUNA
ORDOVÍCICO
SUPERIOR
ASHGILIANO
Os
FORMAÇÃO DE SOBRIDO "GRAUVAQUES DE SOBRIDO"
Pelitos e psamitos
Arenitos impuros, carbonosos
"Pelitos com fragmentos"
Quartzitos (*)
LACUNA
MÉDIO
LANVIRNIANO LANDEILIANO
Va
FORMAÇÃO DE VALONGO
Xistos carbonosos, ardosíferos
Xistos carbonosos e siltíticos
Siltitos e xistos com níveis de óxido de ferro
INFERIOR
TREMADOCIANO(?) ARENIGIANO
Sj
FORMAÇÃO DE SANTA JUSTA
Quartzitos e xistos cinzentos intercalados
Quartzitos maciços
Conglomerado de matriz quartzítica (*)


Qi
Restos de depósitos indiferenciados associados ou não a depósitos de solifluxão periglaciar.
UNIDADES ALÓCTONES
MANTOS
CRONOESTRATIGRAFIA PROVÁVEL
SECTOR DA LIXA CELORICO DE BASTO
SECTOR DE VALENÇA-VIGO
ALÓCTONE
MANTO INFERIOR
SILÚRICO
LANDOVERIANO (?)
SUPERIOR
MÉDIO
UV
UNIDADE DE VILA NUNE
Pelitos e psamitos avermelhados
Vulcanitos básicos e ácidos
Quartzitos (*)
Quartzofilitos
UNIDADE DE VALENÇA
Tufos vulcânicos
Quartzitos
Complexo filado-quartzoso
CAVALGAMENTO MAIOR
PARAUTÓCTONE
SECTOR DO MINHO CENTRAL
SILÚRICO
LANDOVERIANO VENLOQUIANO
INDIFERENCIADO
UMc
UNIDADE DO MINHO CENTRAL E OCIDENTAL
Pelitos e psamitos
Skarnitos e vulcanitos
Xistos negros
Quartzitos cinzentos (*)
Pelitos e psamitos
Xistos negros com intercalações de ampelitos (**) e liditos (***)
CAVALGAMENTO MENOR



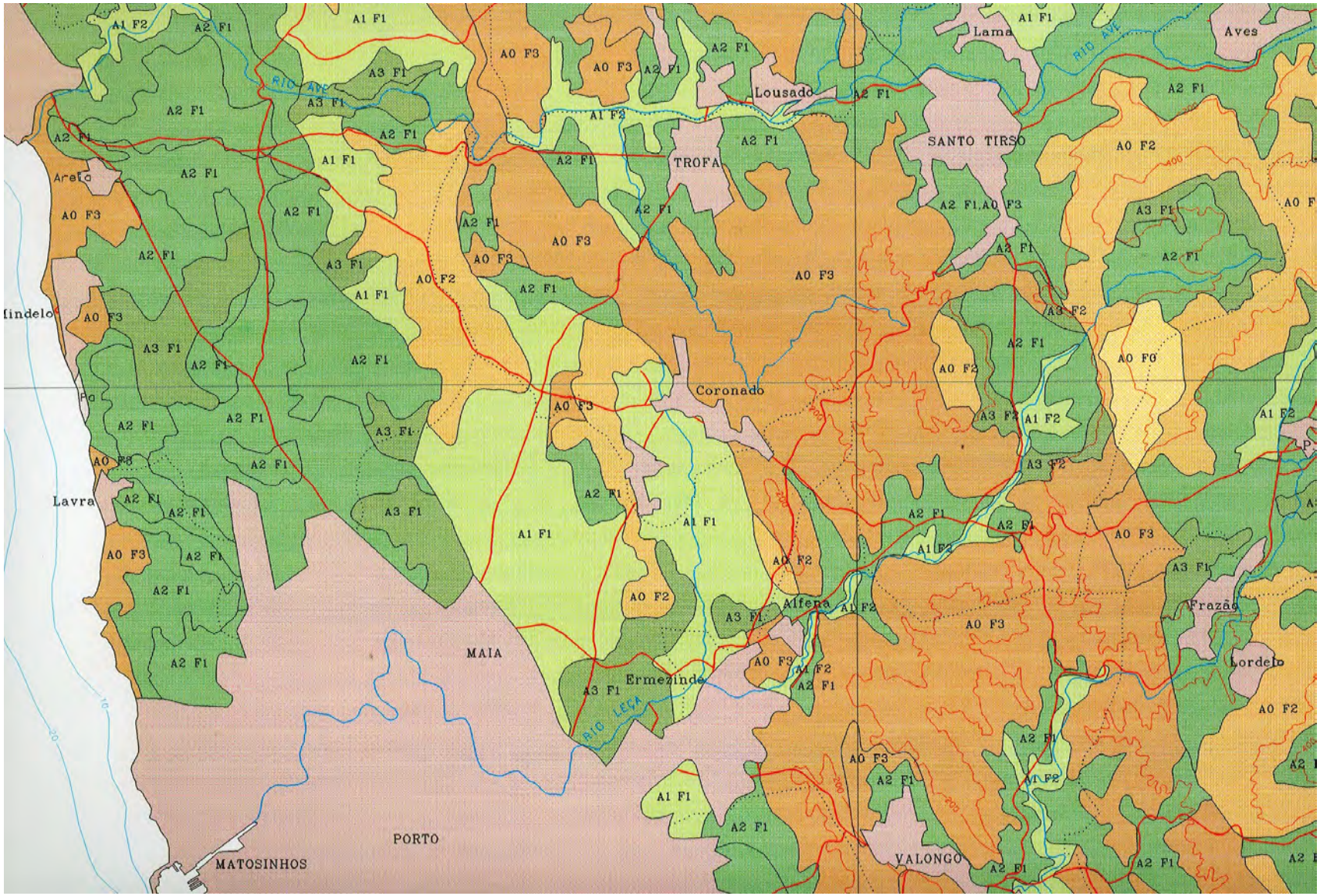
Cartografia - Excerto da carta do Solo - D.R.A. de entre Douro e Minho, folha 9, Esc. 1.000.000 | Estampa VI

LEGENDA

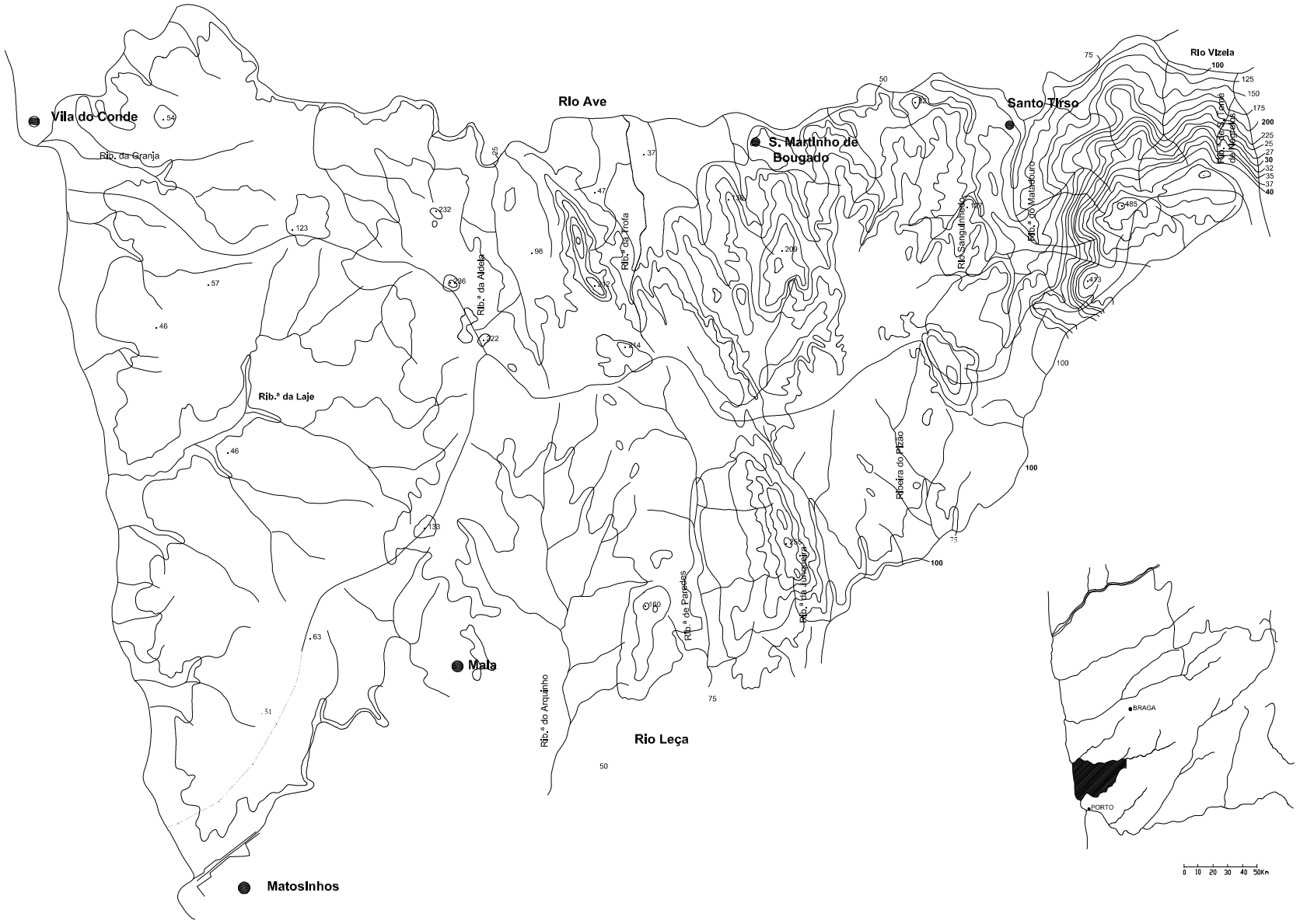
Tc - ANTROSSOLOS CUMULICOS (cumulic anthrosols)
Lu - LEPTOSSOLOS UMBRICOS (umbric leptosols)
Fd - FLUVISSOLOS DISTRICOS (dystric fluvisols)
Ah - ARENOSSOLOS HAPLICOS (heplic arenosols)
Ru - REGOSSOLOS UMBRICOS (umbric regosols)
Rd - REGOSSOLOS DISTRICOS (dystric regosols)
Cu - CAMBISSOLOS HUMICOS (humic cambisols)
Cd - CAMBISSOLOS DISTRICOS (dystric cambisols)

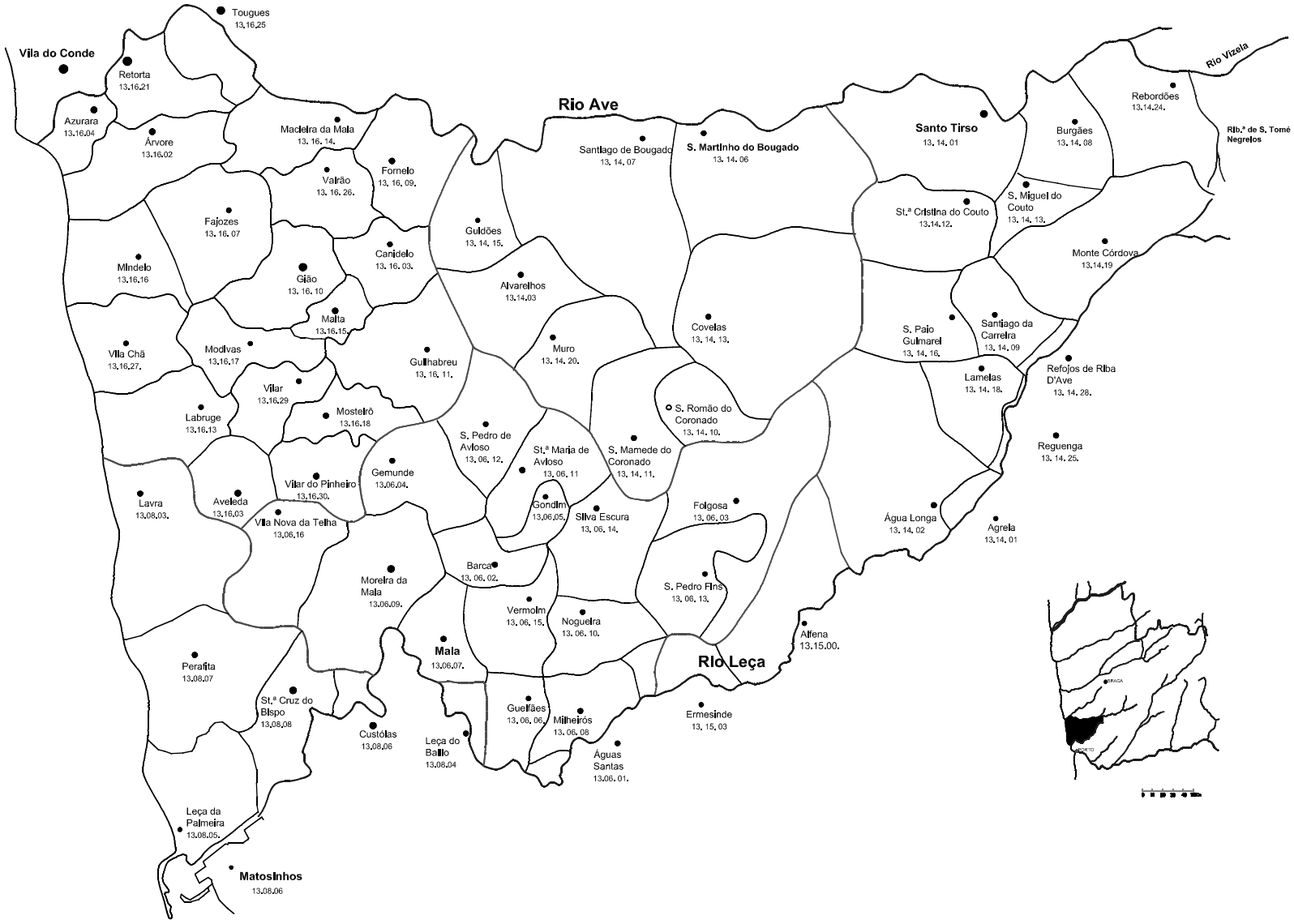
AREAS SOCIAIS
ALBUFEIRAS
PRAIAS E SAPAIS
REDE VIARIA
REDE HIDROGRAFICA
LIMITE DE CONCELHO
CURVAS DE NIVEL
ALBUFEIRA — Alb
PRAIAS — Pa
SAPAIS — Sp

UNIDADES E SUBUNIDADES CARTOGRAFICAS	UNIDADES PEDOLOGICAS DOMINANTES	UNIDADES PEDOLOGICAS SUBDOMINANTES	UNIDADES FISIOGRAFICAS
Tc1.1	ATcd.x	RGul.x LPu.x	Qxo1
Tc1.2	ATcd.x	RGul.x LPu.x	Qxm1
Tc2.1	ATcd.x LPu.x	CMdx.x CMux.x	Qxs12
Tc2.2	Atcd.x LPu.x	RGul.x CMup.x	Qxo12
Tc3.1	ATcd.x RGul.x	LPu.x CMup.x	Fxo1
Tc4.1	ATcd.x CMup.x	RGul.x LPu.x	Fxs1
Tc5.1	ATcd.x CMdx.x	RGdl.x CMdp.x	Qxs1
Tc6.1	ATcd.g LPu.g	RGuo.g RGul.g	Qgm1
Tc7.1	ATcd.g RGuo.g	RGdo.g CMup.g	Fgs1
Tc7.2	ATcd.g RGuo.g	RGul.g LPu.g	Fgo1
Tc7.3	ATcd.g RGou.g	RGdo.g RGul.g	Qgo12
Tc8.1	ATcd.g RGdo.g	RGuo.g LPd.g	Qgo1
Tc9.1	ATcd.g RGdo.cg	RGdo.g CMdp.g	Qgsc
Tc10.1	ATcd.g CMup.g	RGdo.g RGdo.cg	Qgp1
Tc11.1	ATcd.g CMdp.g	RGdo.g RGuo.g	Qgs1
Tc12.1	ATcd.d RGuo.d	CMup.d RGdo.cd	Fds1
Tc13.1	ATcd.d CMup.d	CMdp.d CMdp.t	Qdp1
Tc13.2	ATcd.d CMup.d	CMdp.d RGdo.cd	Qds1
Tc14.1	ATcd.d CMdp.d	RGuo.d CMup.d	Qdo1
Tc15.1	ATcd.t CMdx.t	CMdp.t CMux.t	Qts1
Lu1.1	LPu.x RGul.x	LPd.x CMdx.x	Lxo2
Lu1.2	LPu.x RGul.x	CMux.x LPd.x	Qxo2
Lu1.3	LPu.x RGul.x	LPq.x RGuo.vq	Mxm2
Lu2.1	LPu.x CMux.x	RGul.x CMup.x	Qxs2
Lu3.1	LPu.x CMux.vq	RGul.x CMup.vq	Qqm2
Lu4.1	LPu.q LPu.x	LPq.q RGuo.vq	Mqm2
Lu5.1	LPu.q CMup.vq	RGul.q RGuo.vq	Fqm2
Lu6.1	R LPu.g	RGuo.g RGul.g	Qgmr2
Lu6.2	R LPu.g	RGuo.g RGul.g	Fgmr2
Lu6.3	R LPu.g	RGuo.g RGul.g	Mgor2
Lu6.4	R LPu.g	RGuo.g RGul.g	Mgmr2
Fd1.1	FLda	ARhc.r ARhn.r	La1
Fd2.1	FLdm	FLdg RGdo.cg	La2
Fd2.2	FLdm	FLdg RGdo.cg	Qa1
Fd3.1	FLdm CMux.t	CMup.t CMdx.t	Qa2
Ah1.1	ARhn.r	ARhc.r	Lrp2
Ah2.1	ARhc.r	ARhn.r	Lrp1
Ru1.1	RGul.x LPu.x	CMux.vq LPd.x	Qxm2
Ru1.2	RGul.x LPu.x	CMux.vq LPq.x	Fxo2
Ru1.3	RGul.x LPu.x	CMup.vq RGuo.vq	Fxm2
Ru1.4	RGul.x LPu.x	CMup.x LPq.x	Mxs2
Ru1.5	RGul.x LPu.x	CMup.vq LPq.x	Mxo2
Ru2.1	RGul.g R	RGuo.g LPu.g	Fgsr1
Ru2.2	RGul.g R	LPu.g RGuo.g	Mgsr1
Ru3.1	RGul.g LPu.g	RGuo.g RGdo.cg R	Mgs2
Ru4.1	RGul.g RGdo.cg	RGuo.g ATcd.g	Mgs1
Ru5.1	RGuo.g	RGul.g LPu.g	Qgo2
Ru5.2	RGuo.g	LPu.g RGul.g	Fgo2
Ru5.3	RGuo.g	LPu.g RGul.g	Mgo2
Ru6.1	RGuo.g LPu.g	RGul.g LPd.g	Qgm2
Ru6.2	RGuo.g LPu.g	RGul.g LPq.g R	Fgm2
Ru6.3	RGuo.g LPug	RGul.g LPq.g R	Mgm2
Ru7.1	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Qgor1
Ru7.2	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Qgmr1
Ru7.3	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Fgor1
Ru7.4	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Fgmr1
Ru7.5	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Mgor1
Ru7.6	RGuo.g LPu.g R	RGul.g LPq.g	Mgmr1
Ru8.1	RGuo.g ATcd.g	RGul.g LPu.g	Mgo1
Ru8.2	RGuo.g ATcd.g	LPu.g RGul.g	Qgm21
Ru9.1	RGuo.g CMup.g	CMdp.g RGul.g	Lgs2
Ru9.2	RGuo.g CMup.g	CMdp.g RGul.g	Qgs2
Ru10.1	RGuo.d	CMup.d LPu.d	Qdo2
Ru10.2	RGuo.d	LPu.d CMup.d	Fdo2
Rd1.1	RGdo.cx ATcd.x	CMux.cx FLdm	Qxc
Rd2.1	RGdo.cg ATcd.g	FLdm RGdo.g	Qgc
Rd2.2	RGdo.cg ATcd.g	RGuo.g	Fgc
Rd3.1	RGdo.cd ATcd.d	CMdp.d FLdm	Qdc
Cu1.1	CMux.t RGuo.t	CMup.t CMdx.t	Qtp1
Cu1.2	CMux.t RGuo.t (p)	CMup.t(p) CMup.t	Qtp2
Cu2.1	CMux.t(p) CMdp.g	RGuo.t(p) CMux.t	Qts2
Cu3.1	CMup.g CMdp.g	RGuo.t CMup.t	Lgp1
Cu4.1	CMup.t CMdx.t	RGuo.t CMdp.t	Ltp2
Cd1.1	CMdx.x ATcd.x	RGdl.x CMdx.t	Lxs1
Cd2.1	CMdx.x RGdl.x	ATcd.x CMdp.x	Lxp1
Cd2.2	CMdx.x RGdl.x	CMdp.x LPu.x	Lxp2
Cd2.3	CMdx.x RGdl.x	LPd.x CMdp.x	Lxps2
Cd2.4	CMdx.x RGdl.x	ATcd.x CMdp.x	Qxp1
Cd2.5	CMdx.x RGdl.x	ATcd.x LPd.x	Lxs12
Cd3.1	CMdp.g ATcd.g	CMup.g RGuo.g	Lgs1
Cd4.1	CMdp.t RGdo.t	CMup.t RGuo.t	Ltp1


A1 F2
A2 F1
A1 F1
A0 F3
A3 F1
A0 F2
A3 F2
A1 F2
RIO AVE
RIO LEÇA
Lama
Aves
Lousado
SANTO TIRSO
TROFA
Areia
Coronado
Lavra
Alfena
Frazão
Lordelo
MAIA
Ermezinde
PORTO
MATOSINHOS
VALONGO
200
400

SIMBOLOS CARTOGRAFICOS	APTIDÃO DA TERRA (Classes e Subclasses)		UNIDADES DA CARTA DE SOLOS	UNIDADES FISIOGRAFICAS
	USO AGRICOLA	USO FLORESTAL		
A1 F1	S1	S1	Rd1.1 Rd2.1 Rd3.1 Tc10.1 Tc13.1	Qxc Qgc Qdc Qgp1 Qdp1
A1 F2	S1	S2.d	Fd2.1 Fd2.2 Fd3.1	La2 Qa1 Qa2
A2 F1	S2.o	S1	Tc5.1 Tc11.1 Tc13.2 Tc15.1	Qxs1 Qgs1 Qds1 Qts1
	S2.rh	S1	Cu1.1 Cu3.1	Qtp1 Lgp1
	S2.rhe	S1	Cd2.1 Cd2.4 Cd3.1 Cd4.1	Lxp1 Qxp1 Lgs1 Ltp1
A2 F2	S2.t	S2.t	Rd2.2	Fgc
	S2.to	S2.t	Tc4.1 Tc12.1	Fxs1 Fds1
		S2.o	Tc7.1	Fgs1
	S2.rfh	S2.d	Fd1.1	La1
A3 F1	S3.f	S1	Ru9.2 Cu1.2 Cu4.1 Cd2.2	Qgs2 Qtp2 Ltp2 Lxp2
	S3.fh	S1	Ru9.1	Lgs2
	S3.rho	S1	Cd1.1	Lxs1
A3 F2	S3.o	S2.o	Tc1.1 Tc8.1 Tc14.1	Qxo1 Qgo1 Qdo1
		S2.to	Tc3.1 Tc7.2	Fxo1 Fgo1
	S3.r	S2.r	Ah2.1	Lrp1
A0 F2	N.o	S2.o	Tc1.2 Tc6.1 Cu2.1	Qxm1 Qgm1 Qts2
	N.e	S2.e	Cd2.3	Lxs2
		S2.eo	Ru10.1	Qdo2
		S2.to	Ru5.2	Fgo2
		S2.teo	Ru10.2	Fdo2
		S2.heo	Ru5.1	Qgo2
		S3.e	Ru1.2	Fxo2
		S3.treo	Ru2.1 Ru7.3	Fgsr1 Fgor1
A0 F3	N.t	S3.t	Ru4.1 Ru8.1	Mgs1 Mgo1
	N.eo	S3.eo	Ru1.1 Ru1.3 Ru6.1 Ru6.2 Ru7.2 Ru7.4	Qxm2 Fxm2 Qgm2 Fgm2 Qgmr1 Fgmr1
		S3.rheo	Ru7.1	Qgor1
	N.e N.eo	S3.e S3.eo	Ru8.2	Qgm21
	N.te	S3.t	Ru1.4 Ru2.2 Ru3.1 Ru5.3	Mxs2 Mgsr1 Mgs2 Mgo2
		S3.te	Ru1.5	Mxo2
	N.rh	S3.rh	Ah1.1	Lrp2
	N.reo	S3.reo	Lu5.1	Fqm2
	N.teo	S3.t	Ru7.5	Mgor1
		S3.teo	Ru6.3 Ru7.6	Mgm2 Mgmr1
	N.rhe	S3.rh	Lu2.1	Qxs2
		S3.rhe	Lu1.1 Lu1.2	Lxo2 Qxo2
	N.rheo	S3.reo	Lu3.1	Qqm2
A0 F0	N.reo	N.eo	Lu6.2	Fgmr2
	N.treo	N.eo	Lu6.4	Mgmr2
		N.to	Lu6.3	Mgor2
		N.treo	Lu4.1	Mqm2
		N.rheo	Lu1.3	Mxm2
	N.rheo	N.rheo	Lu6.1	Qgmr2
A2 F1, A1 F1	S2o S1	S1	Tc9.1	Qgsc
A2 F1, A0 F3	S2.o N.rhe	S1 S3.rh	Tc2.1	Qxs12
A3 F1, A0 F2	S3.rho N.e	S1 S2.re	Cd2.5	Lxs12
A3 F1, A0 F3	S3.o N.re	S1 S3.re	Tc2.2	Qxo12
A3 F3, A0 F2	S3.o N.e	S2.o S2.heo	Tc7.3	Qgo12


Vila do Conde
Rio. da Granja
Rio Ave
S. Martinho de Bougado
Santo Tirso
Rio Vizela
Rib.ª da Aldeia
Rib.ª da Trofa
Rib.ª do Matadouro
Rib.ª de Sanguinhedo
Rib.ª de Vale de Lamas
Rib.ª da Laje
Rib.ª do Arquinho
Rib.ª de Paredes
Rib.ª da Lagoa
Ribeira do Pizão
Mata
Rio Leça
MatosInhos
BRAGA
PORTO
0 10 20 30 40 50Km


Tougues
13.16.25
Vila do Conde
Retorta
13.16.21
Azurara
13.16.04
Árvore
13.16.02
Madeira da Mala
13. 16. 14.
Valrão
13. 16. 26.
Fornelo
13. 16. 09.
Fajozes
13. 16. 07
Mindelo
13.16.16
Gião
13. 16. 10
Canidelo
13. 16. 03.
Malta
13.16.15.
Vila Chã
13.16.27.
Modivas
13.16.17
Vilar
13.16.29
Labruge
13.16.13
Mosteiró
13.16.18
Gulhabreu
13. 16. 11.
Vilar do Pinheiro
13.16.30.
Lavra
13.08.03.
Aveleda
13.16.03
Vila Nova da Telha
13.06.16
Gemunde
13.06.04.
Moreira da Mala
13.06.09.
Perafita
13.08.07
St.ª Cruz do Bispo
13.08.08
Custóias
13.08.06
Leça da Palmeira
13.06.05.
Matosinhos
13.08.06
Rio Ave
Santiago de Bougado
13. 14. 07
S. Martinho do Bougado
13. 14. 06
Guldões
13. 14. 15.
Alvarelhos
13.14.03
Muro
13. 14. 20.
Covelas
13. 14. 13.
S. Pedro de Avioso
13. 06. 12.
St.ª Maria de Avioso
13. 06. 11
S. Mamede do Coronado
13. 14. 11.
S. Romão do Coronado
13. 14. 10.
Gondim
13.06.05.
Silva Escura
13. 06. 14.
Barca
13. 06. 02.
Vermoim
13. 06. 15.
Nogueira
13. 06. 10.
Mala
13.06.07.
Guelfães
13. 06. 06.
Milheirós
13. 06. 08
Leça do Balio
13.08.04
Águas Santas
13.06. 01.
Rio Leça
S. Pedro Fins
13. 06. 13.
Folgosa
13. 06. 03
Ermesinde
13. 15. 03
Alfena
13.15.00.
Água Longa
13. 14. 02
Agrela
13.14. 01
Santo Tirso
13. 14. 01
Burgães
13. 14. 08
Rebordões
13.14.24.
Rio Vizela
Rib.ª de S. Tomé Negrelos
St.ª Cristina do Couto
13.14.12.
S. Miguel do Couto
13. 14. 13.
Monte Córdova
13.14.19
S. Paio Gulmarel
13. 14. 16.
Santiago da Carreira
13. 14. 09
Lamelas
13. 14. 18.
Refojos de Riba D'Ave
13. 14. 28.
Reguenga
13. 14. 25.
BRAGA
PORTO

Capítulo III – *O substrato indígena*

3. O povoamento proto-histórico

A investigação dos últimos anos tem sido particularmente profícua em ensaios sobre a organização social dos povos indígenas do noroeste peninsular. A conjugação de fontes literárias, epigráficas e arqueológicas, à luz de novas metodologias tem permitido sucessivas revisões ao quadro do povoamento e organização social dos povos da antiguidade pré-clássica.

O espaço geográfico considerado no presente estudo, de forma a enquadrar geográfica, política e socialmente os habitantes da região de entre Leça e Ave no quadro do povoamento proto-histórico, compreende o território proposto por Armando Coelho para a *civitas* de *Cale* que, segundo o autor, se define pelos seguintes limites; a oeste o oceano atlântico, a sul pelo rio Douro, a norte seguindo a linha definida pelos rios Ave / Vizela, abrangendo a leste o vale do Sousa e Baixo Tâmega (SILVA 1994, 88).

Assumida a organização social castreja estruturada hierarquicamente a partir da *Domus*[50] enquanto núcleo de âmbito familiar integrada numa unidade suprafamiliar designada singularmente por *castellum*[51], que por sua vez integrariam os *populi* ou *civitates*[52] e aceitando a localização dos *Callaeci* na margem direita do rio Douro, com um território mais ou menos coincidente com o anteriormente descrito, importa, numa abordagem de âmbito regional, em primeira análise, enquadrar as diferentes unidades suprafamiliares que integrariam o seu território, e definir quais os *castella* que, eventualmente, tenham desempenhado funções de capitalidade – " lugares centrais" –, nomeadamente no período a que se designa por fase proto-urbana, de forma a compreender nas suas múltiplas repercussões o reordenamento do povoamento registado no período de domínio romano.

Noroeste Peninsular
Populi / Civitates
(Entidade étnica)
|
Castellum / Oppidum / Castro
(Unidade suprafamiliar – gentilitas)
|
Domus
(Unidade familiar)

[50] *Domus* - designa a família em sentido extenso, constituída por várias famílias nucleares (unidade doméstica) ligadas genealogicamente entre si (SILVA 1986, 268).

[51] Armando Coelho, a propósito da evolução do habitat castrejo e sua respectiva organização política e social, ao estabelecer um ordenamento territorial baseado em "metrópoles – lugares centrais", com territórios demarcados e povoados subsidiários adstritos a grupos étnicos, estabelece uma correspondência destes com unidades suprafamiliares (designadas singularmente por *castellum*) constituindo unidades inferiores aos *populi* ou *civitates* (SILVA 1995, 517) não significando, no entanto, que todos os registos epigráficos que identificam o respectivo *Castellum*, tenham vindo a representar, num determinado período, funções de capitalidade e, consequentemente, tenham tido territórios definidos com castros subsidiários adstritos. No seguimento da organização da sociedade proposta pelo autor (SILVA 1986, 272), o castro = *Castellum*, corresponderia a união de vários grupos familiares organizados, constituindo a primeira unidade supra familiar. Em recente trabalho Jorge Alarcão propõe uma outra designação para os territórios dos castros "principais", em cujos territórios haveriam outros castros, eventualmente dependentes política e administrativamente, que designa por "cantão". Este espaço constituiria uma subdivisão dos *populi*, encabeçada por um castro principal em cujo território existiriam vários outros castros (ALARCÃO 2000, 45-50). O termo cantão, constitui hoje, uma divisão territorial de algumas nações europeias, cujo significado político-administrativo extravasa, em muito, o significado atribuído à unidade suprafamiliar que tem vindo a ser identificada como grupo étnico, com correspondência física num castro "lugar central", com território definido e unidades menores politicamente subsidiárias, que julgamos não ser ajustado, uma vez que, substantivamente, não se encontra implícito nesta nova designação uma nova concepção de célula socio-política no quadro da organização social.

[52] Constitui o nível superior da organização suprafamiliar que forma uma entidade étnica a que corresponde um vasto território com vários castros adstritos. Por último, como referência étnica maior, mas sem significado político (SILVA 1986, 285), identifica-se para a região oeste a designação de "Calaicos" que constitui a apropriação do étnico menor (*populi*) identificado para os habitantes da margem direita do rio Douro, cuja última proposta os relaciona com o castro da Vandoma, Paredes (SILVA 1995, 518).

Entre Douro e Ave

Populi / Civitates
(*Callaeci Bracari*)
|
Castellum / Castro
(Unidade suprafamiliar – gentilitas)
(*Madequisenses*, *Fidueneae, Callaeci, Anaeci, Letiobrigenses?*)
|
Domus
(---- /---- /---- /---- /---- /---- /---- /---- /---- /----)

3.1. A organização do espaço entre Douro e Ave

As referências epigráficas conhecidas na região permitem identificar as seguintes unidades suprafamiliares – ***gentilita***s; *Callaeci*, *Madequisenses*, *Letiobrigensis* ?, *Fidueneae, Uliancae* e *Anaeci*.

A presunção da autonomia relativa dos *castella* em relação aos *populi*, que se depreende, para além de factores de carácter arqueológico e geográfico, pela existência de divindades tutelares próprias, tem permitido estabelecer a correspondência dos territórios dos respectivos *castella* (SILVA 1986, 277).

Os *Callaeci* identificam-se a partir da interpretação da ara votiva de Sobreira, Paredes, dedicada a *Calaiciae*, entendida como divindade protectora dos *Callaeci* (TRANOY 1977, 225-233; 1981, 66, 271; SILVA 1986, 277)[53]. A identificação do respectivo *castellum*, no Morro da Sé do Porto (SILVA 1986, 277), tem vindo a ser revista para colocar como local central dos *Callaeci* o castro da Vandoma em Paredes (SILVA 1994, 78; 1995, 518), que, segundo o autor da proposta, teria desempenhado a função de capitalidade no período definido pelas incursões militares de *Decimus Junius Brutus* até às reformas da administração romana, concretamente a partir do reinado dos Flávios. O seu território definir-se-ia a norte pelo limite do território dos *Fidueneae*, designadamente pela linha de cumeeira da serra de Valongo, a leste pelo rio Sousa, onde confrontaria com o território dos *Anaeci,* a sul o rio Douro e a oeste o rio Leça, no limite do território dos *Madequisenses*, e a costa marítima, incluindo a região mineira de Valongo, onde se documenta uma outra referência epigráfica a *Calaecia* (SILVA 1986, 277, nota 163).

Com o mesmo sentido interpretativo, a inscrição votiva dedicada a *Cosunae*, inscrita num afloramento granítico a 500 m da citânia (SILVA 1980, 80-82)[54] identifica a unidade suprafamiliar dos *Fidueneae*, sedeada na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. Uma outra referência aos *Fidueneae* regista-se na inscrição funerária proveniente da necrópole da *villa* romana de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, dedicada a

[53] Ara recolhida na antiga capela de Santa Comba – CALAICIA(*e*) / RVFVS FL/AVI . F(*ilius*) S(*acrum*) C(*uravit*). José Leite de Vasconcelos propôs a seguinte leitura: CALANDIAE / RVFVS FL/AVI · F(*ilius*) / S(*orori*) F(*aciendum*) · C(*uravit*), (VASCONCELOS 1921-1922, 248-249), leitura adoptada por Vives (VIVES 1971-72; *ILER*, n.º 5083b). Hoje, a proposta de Alain Tranoy, que transcrevemos em primeiro lugar, é unanimemente aceite (SILVA 1986, 277; GARCIA 91, 297, n.º 40), identificando-se a divindade *Calaiciae* como divindade protectora dos *Callaeci*.

[54] Armando Coelho, a propósito da leitura e interpretação da epígrafe, efectua a listagem da bibliografia a ela referenciada; ARGOTE 1734, 467; SARMENTO 1883-84, 58; 1895, 141-155; 1933, 175; HOLDER 1896, 1495; GUIMARÃES 1901, 69; VASCONCELOS 1905, 188-189; CUEVILLAS 1933-34, 311; TOVAR; NAVASCUÉS 1950, 182; CORTEZ 1951, 179; PAÇO 1952, 358-359; BOUZA BREY 1957, 257; TOVAR 1960, 114-115; CARDOZO 1972, 35; BLÁSQUEZ 1975, 57, 59; ENCARNAÇÃO 1975, 169-171; SILVA 1980, 80-82; 1986, 274; TRANOY 1981, 373, n.º 15; HÜBNER 1893, 182; 1954, 311.

Lanasus, do castro dos *Fidueneae,* pelos habitantes do castro dos *Ulaincae*, registando-se assim a referência de duas unidades gentilícias, surgindo uma como entidade colectiva à qual o dedicado era alheio (SILVA 1980, 82-84)[55]. A unidade gentilícia integraria um vasto território se pode delimitar geograficamente pela serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte, rio Leça e a serra de Valongo a sul e o alto Ferreira e alto Sousa a leste (SILVA 1986, 277).

Esta proposta baseia-se numa relação de proximidade geográfica, na presunção de uma hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspectos de carácter sócio-cultural, expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41). Assim, *Turiaco* tem vindo a ser interpretado como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade, que, conjuntamente com *Júpiter* e *Cosunea*, esta última divindade explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães e no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na de S. Bartolomeu, formaria uma tríade de divindades superiores relacionadas, respectivamente, com a soberania a força e a fecundidade (SILVA 1999, 64-65).

Assim, a crer na proveniência da epígrafe como originária da *villa* da Quinta da Devesa, como sugeriu Leite de Vasconcelos, esta, hipoteticamente, corresponderia a um estabelecimento alto-imperial, uma vez que a sua datação é indiscutivelmente do período Júlio-Claúdio. A sua implantação, fora dos limites de exploração directa dos principais povoados da região, indicia uma estratégia de exploração intensiva dos vales mais profundos, assim como um propósito de não interferência directa, em conflito de interesses, com os povoados indígenas da região.

O *castellum Letiobri(ga)* tem vindo a ser referenciado no território de Braga a partir da interpretação de uma epígrafe funerária dedicada por *Albura* [56] filha de *Caturo.* A totalidade dos autores que a referem aponta a localização do respectivo *castellum* para as proximidades de Braga, sem no entanto concretizar a sua localização (FIRMAT 1990, 25; TRANOY 1981, 373, n.º 17; 1989-90, 217; SILVA 1986, 274).

No entanto, poder-se-á propor uma localização alternativa para os *Letiobrigenses* a partir da análise do hidrónimo que dá o nome ao rio Leça, sobre o qual se identifica o castro de Guifões. Na documentação medieva surge, com frequência, o hidrónimo *Letia ou Laetia,* assim como *Leza* em referência ao rio Leça.

Desta forma, o testemunho epigráfico procedente de Braga, onde é registado um indivíduo originário de *Letiobris*, apesar de os autores proporem como interpretação um nominativo *Letiobri* (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194), esta forma pode enquadrar um grupo de nomes bastante conhecidos na região[57]. A possibilidade de se identificar o *castellum Letiobris* em relação com o nome do rio Leça levar-nos-ia ao «Castelo de Guifões», castro que se encontra sobranceiro ao rio Leça cujo índice de romanização é inquestionável. No entanto, importa ressalvar que a localização do *castellum letiobrigensis* é problemática, uma vez que não existe uma relação directa entre os achados epigráficos e o respectivo castro.

[55] Veja-se, a propósito; GUIMARÃES 1901, 68, n.º LVIII; HÜBNER 1905-1908, 289; VASCONCELOS 1910, 371-373;CARDOZO 1972, 107; FIRMAT, 1977, 22; SILVA 1980, 82-84; 1986, 274; TRANOY 1981, 373, n.º 23.

[56] Epígrafe encontrada em Braga, no Largo do Paço, mas pode também provir do Campo da Vinha. Encontra-se mutilada no canto inferior direito. Actualmente desaparecida sem que se conheçam as medidas ou características paleográficas – ALBVR/A · CAT/URONIS / F(*ilia*) (*castellum* ?) · LETI/OBRI? · A / NN(*orum*) · LXX / H(*ic*) · S(*ita*) · E(*st*) · – (*CIL*., II, 2430b; TRANOY 1981, 373, n.º 17; 1989-90, 217).

[57] Amílcar Guerra cita a propósito - *Auiliobris*, *Contobris*, *Lanobris* / *Londobris*, *Ercoriobris*, etc. (GUERRA 1996, 155, nota 22).

A gentilitas dos *Madequisenses* é identificada a partir da lápide funerária[58] recolhida na área arqueológica de Alvarelhos, dedicada pela entidade colectiva dos *Madequisenses* a *Ladronus Antonius*, filho de *Camalo*. A fórmula utilizada sugere que o monumento foi erigido pela entidade sedeada no castro à memória de um outro indivíduo alheio a essa realidade sociológica. Alain Tranoy apresenta uma perspectiva na qual a epígrafe constituiria um marco de limite de território dos *Madequisenses*[59], na circunstância estabelecida na presença deste grupo e provavelmente de uma outra colectividade que não é mencionada na epígrafe (TRANOY 1981, 376). Quanto a nós o sentido funerário do monumento, o local do seu aparecimento e a propriedade etimológica do radical *Madequis* em relação à toponímia local limita esta interpretação.

Uma outra perspectiva de análise, quanto a nós melhor fundamentada do ponto de vista etimológico, histórico e arqueológico relaciona e vincula a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* com o castro de Alvarelhos, local em que o monumento foi descoberto (SILVA 1980, 84-90; 1986, 278; 1995, 518).

A interpretação do vocábulo *Madequis* cujo significado de "terra húmida" que formas indo-europeias derivadas do radical *mad* parecem atestar (ERNOUT; MEILLET 1967, 377), etimologicamente concordam com a designação de raiz indo-europeia de *Madia* que é, na essência, o radical encontrado em *Madequis*, concordante com a toponímia medieval[60] para as "Terras da Maia", espaço geográfico que se desenvolve entre Leça e Ave em torno do castro de Alvarelhos cujas características geomorfológica parecem concordar com a designação de "terras húmidas. Assim, quanto a nós, tendo em consideração as características arqueológicas do castro de Alvarelhos é admissível que se vincule a unidade supra familiar dos *Madequisenses* ao castro, derivando a onomástica medieval do etnónimo de matriz indo-europeia para nomear um espaço geográfico que eventualmente corresponderia ao território dos Madequisenses[61], cuja expressão física da sua ascendência política administrativa e militar sobre a região se encontraria reflectida no *ex C(astello) Madiae*, como muito bem podia ser referido em alternativa à forma adjectivada da

---

[58] MADE/QVIS(*enses*) / STATV/ERVNT / LADRO/NO · CA/MALI · F(*ilio*) / ANTONIO / A(*nimo*) · L(*ibentes*) · MO(*numentum*) (...). A bibliografia mais significativa regista as diferentes leituras e interpretações (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 27).

[59] A existência de territórios definidos para os *castella* e respectivas unidades suprafamiliares parece hoje consensual, assumindo-se um princípio de ordenamento do povoamento com base numa hierarquização que reflecte a estrutura de natureza político-administrativa e militar da sociedade proto-histórica. Alain Tranoy defende a existência destes territórios aventando a possibilidade destes possuírem fronteiras com limites físicos, mencionando para o efeito duas epígrafes depositadas no Museu de Chaves, onde se lê PRAEN ..., e uma outra COROC... , cuja função seria concretamente de limite de território (TRANOY 1981, 375).

[60] Da abundante documentação medieva em que é mencionada veja-se; *Madia* – Censual de 1924, 44, 45, 46, 54, 55, 57, 63, 64, 125, 238, 342, 419 / Madya – 60, 65, 344, 419, 421 / Terra de *Madia* – 51, 56, 57, 59, 75, 223, 224, 225, 496 / terra de Madya, 72, 74, 75, 343, 493 / *castellum de Madia*, 71 / *Castelli Madie* - Inquiosítiones (*Portugaliae Monumenta Historica* – 1258), 505 (SILVA 1986, 278, nota 167).

[61] Recentemente Jorge Alarcão adiantou a possibilidade de parte do território a sul do Ave pudesse pertencer aos *Nemetati*, fundamentalmente baseado na ara votiva dedicada a *Neneoecus*, recolhida na capela de S. Bartolomeu, Santo Tirso - DOM(*ino*) DEO / N(*en*)EOEC(*o*) / SEVERV(*s*) / (*s*)ATVRNI/NI [F(*ilius*)] (EX) VO/TO POSV/IT (...) - com a seguinte bibliografia; AZEVEDO 1957, 293-301; BLAZQUEZ 1962, 122, fig. 31; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; ALBALAT 1990, 249, nota 14; MOREIRA 1992, 21 - 22, fot. 5 – e numa outra epígrafe proveniente da Quinta do Corgo, S. Simão, Burgães, Santo Tirso - DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T - com a seguinte bibliografia de referência - COELHO 1887, 365, 369; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149,153; 1958, 105, 109; MATOS 1947, p. 57; TOVAR 1950, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1957, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; C.L., II 2375; CIL II, S, 5552; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; *H.A.E.*, 514; TRANOY, 1981, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6.

Baseando-se no mesmo princípio de que a existência de divindades tutelares próprias possibilitam definir círculos de pertença social, eventualmente correspondentes aos territórios dos *castella*, uma vez identificado o deus *Cosus*, a quem era dedicado o altar, sugere a existência de um *castellum* ou "cantão" com o nome de *Nene* ou *Nenia*, apoiando-se na existência e uma outra epígrafe identificada em Burgães, Santo Tirso (*Cosus Nemedecus*) e na epígrafe de Sanfins para o qual propõe a seguinte leitura - *Cosunae* Ninidi(*tanae*) -, ou Nimidi(*tanae*). Todavia, outra perspectiva de análise valoriza o facto de o epíteto se aproximar com mais propriedade ao topónimo de Nine - "Terra de Niñaes" (circunscrição medieval hoje incluída no concelho de Vila Nova de Famalicão), proposta aliás defendida por outros autores (SILVA 1986, 289), assim como a crer na existência de um território adstrito a cada *populi*, é admissível, que, à semelhança do que sucede em estruturas sociais menores, estes limites fossem definidos por acidentes geográficos, a rede hidrográfica e a orografia, sendo, portanto, difícil de imaginar que o rio Ave não constituisse uma linha divisória de diferentes territórios, nomeadamente entre os *Callaeci* e os *Nemetati*.

inscrição[62]. O seu território limitar-se-ia a norte pelo rio Ave a oeste pelo oceano Atlântico, a sul pelo rio Leça e a leste pela cumeeira da serra da Agrela, coincidindo com o limite do território dos *Fidueneae*.

A entidade gentilícia dos *Uliaincae*, sugerida pela referência C invertido = *Castellum Uiliainca* é identificada a partir da epígrafe de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, a que já anteriormente aludimos a propósito da unidade gentilícia dos *Fidueneae*. Embora nos pareça plausível a sua localização nesta zona, não é possível, por falta de elementos arqueológicos, estabelecer qualquer vínculo com os castros identificados na região estudada. Importa, no entanto, referir que, à semelhança do que sucede para as formas indo-europeias derivadas do radical *mad* com significado de "terras húmidas", também o radical *uli* acumula o mesmo significado de carácter rústico (ERNOUT; MEILLET 1967, 744) que apropriadamente se aplica a toda esta região (SILVA 1980, 90). Noutra perspectiva de análise, poder-se-á eventualmente considerar-se estar perante uma referência onomástica dependente da *gens Iulia*, se considerarmos originariamente a designação *Ulianica* com correspondência a *Iulianica*, como parecem aconselhar as referências arqueológicas identificadas a norte do Ave.

Por último, tendo em consideração o princípio da possibilidade de divindades tutelares próprias permitirem definir círculos de pertença social, eventualmente correspondentes aos territórios dos *castella* (SILVA 1986, 277), a unidade supra familiar dos *Anaeci,* cuja capital tem vindo a ser identificada com Monte Mozinho, Penafiel, com uma área de influência na zona do Baixo Tâmega, é revelada por uma inscrição votiva identificada em Lagares, Penafiel, dedicada aos *Laribus Anaeci(s)* (ALMEIDA; LOPES 1981-82; SILVA 1986, 277; 1995, 518; GARCIA 1991, 360).

Aceite a unidade supra familiar – *Castellum –,* como unidade superior à célula doméstica – *Domus* – como estrutura social que agrupa as famílias e serve de intermediário entre estas e a estrutura superior denominada por – *Populus* –, para além dos registos epigráficos, da base na análise da evidência arqueológica e da informação toponímica e documental são escassos os elementos que se podem acrescentar aos já propostos de forma a completar o povoamento em época proto-histórica.
Jorge Alarcão, a partir do paroquial suévico, sugere (ALARCÃO 2000, 48) a existência do *pagus Lanbrencio*, identificado na diocese de *Portucale* relacionado com um eventual *castellum Labrensi* com sede no castro Boi, Vairão, Vila do Conde, deduzido a partir da localização do castro *Bove* em território *Labrense* (*PMH.DC*, Doc. 281).

3.2. A emergência do castro de Alvarelhos como *lugar central*

O florescimento económico e cultural registado em grande número de povoados ao longo do séc. II a.C. a meados do séc. I da nossa era terá sido acompanhado por profundas alterações na organização do território cuja expressão mais significativa se reflecte na emergência de alguns povoados de grandes dimensões cuja estrutura revela características proto-urbanas, que terão desempenhado funções político-administrativas, militares, económicas e religiosas, constituindo-se em *lugares centrais* providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados nos quais se integravam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras, que alguns autores vêm como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais

[62] Armando Coelho, autor que tem produzido vários ensaios sobre a evolução do povoamento proto-histórico e organizações gentilícias na área meridional da Cultura castreja, inicialmente colocou grandes reservas à localização dos *Madequisenses* com capital no castro de Alvarelhos (SILVA 1980, 88), no entanto tem vindo a rever a sua posição para em definitivo propor a sua localização no coração das "Terras da Maia" com sede em Alvarelhos (SILVA 1986, 278; 1995, 518).

identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Da sua identificação e delimitação dos respectivos territórios resultaram um conjunto significativo de ensaios de modelação e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505-546; MARTINS 1990; ALARCÃO 1987, 35-72; 1992, 62-66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996; TRANOY 1981, 72).

Se a constatação da existência de grandes povoados que registam um crescimento assinalável com remodelações de grande amplitude ao nível das estruturas defensivas e habitacionais, acompanhadas de evoluções técnicas parece ser consensual, compreender os motivos subjacentes ao processo e, consequentemente identificar quais os castros que terão desempenhado funções de capitalidade – *lugares centrais* – é consideravelmente mais difícil.

Este fenómeno tem sido visto por alguns autores como resposta à presença militar hostil (SILVA 1995, 517), e consequentemente, como necessidade de organizar a defesa, da qual resultaria a integração política dos povoados castrejos de menores dimensões e, na sua sequência, à emergência de uma "consciência étnica" (ALARCÃO 1992, 59).

Neste sentido, como refere Armando Coelho (...) *Ter-se-á tratado, na prática, de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores...*" (SILVA 1986, 43)[63] que possibilitassem uma grande concentração demográfica e, como sugere Brochado de Almeida, (...) *assistiu-se à " fundação de vastas aglomerações, situadas em zonas de planalto, providas de sistemas defensivos eficazes e internamente munidas de planos de urbanização, a que normalmente se dá o nome de proto-urbanização "* (ALMEIDA 1996, 168).

Parece pois claro que, para alguns autores, a razão subjacente à transformação da organização do povoamento e reformulação dos grandes castros (*lugares centrais*), registada a partir do séc. II a.C., corresponde a motivações de carácter militar, valorizando-se o crescente contacto com o mundo romano, como principal contribuído para a adopção de novos modelos culturais, nomeadamente da estrutura hipodâmica agora expressa na novas estruturas "proto-urbanas".

Outra perspectiva de análise valoriza as transformações decorrentes da reorganização dos povoados como resultantes da maturação da estrutura socio-económica, potencialmente reveladora da existência de uma hierarquia entre os povoados, desenvolvida em contextos culturais em que a componente cultural indígena é exclusiva, não se admitindo que o florescimento civilizacional seja resultante de um processo decorrente da sua inserção na orbita do mundo romano (MARTINS 1990, 115), ou como resposta a uma ameaça militar.

Independentemente das motivações e dos factores de formação que estão na génese da emergência dos *lugares centrais* (processo endógeno de maturação civilizacional ou, por oposição, reacção militar ao invasor), o facto é que alguns castros se desenvolveram mais que outros tendo eventualmente integrado castros mais pequenos em territórios mais vastos que dominaram política e economicamente, tornando-se pequenas capitais, acompanhando um fenómeno comum a toda a Europa central e ocidental da II Idade do Ferro (Hallstat D e de La Tène) (ALARCÃO 1987, 39). Entre as funcionalidades que terão desempenhado contam-se as funções políticas, económicas e religiosas, tendo-se constituído como motores do ordenamento do espaço regional, cujo factor fundamental consistiu na sua capitalidade política, como referiu Jorge Alarcão – (…) *…o lugar era a residência de um príncipe ou de uma oligarquia capaz de hierarquizar a sociedade, ordenar a actividade económica e retirar dela, por meio de tributos, ou mesmo por uma exploração directa, os benefícios que constituíam o fundamento do prestígio e da importância social* (…).

[63] Armando Coelho sugere que será neste contexto que se compreendem as mudanças de hegemonia verificadas na fase anterior, como a presumível transição de *Cale* para o castro da Vandoma, Paredes, do castro do Padrão, Santo Tirso, para a Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, entre outros (SILVA 1995, 524).

Este processo que regista um crescimento sem precedentes, que se materializa numa arquitectura de pedra de grande monumentalidade, reflecte uma certa homogeneidade cultural, não constituindo um processo evolutivo único. Efectivamente, a rápida pacificação da área meridional do noroeste peninsular parece ter favorecido um florescimento económico particular desta região, que resultou numa crescente complexidade social, especialmente patente no séc. I a.C., momento a partir do qual se verifica uma significativa abertura a influências exógenas, designadamente provenientes do sul da península, revelando um estádio de desenvolvimento assinalável que, apesar de poder ser considerado como um fenómeno relativamente autónomo, tem lugar num quadro de contactos frequentes com o mediterrâneo, facto que constituirá um elemento facilitador do processo de romanização que será mais precoce e mais profunda na área litoral do convento bracaraugustano.
Na perspectiva que valoriza uma raiz endógena do processo de evolução civilizacional e *flourit* cultural, amplamente documentada no registo arqueológico, reveladora de importantes inovações tecnológicas e da ampliação e diversificação das actividades económicas e que se reflecte de maneira especial na ampliação e remodelação das estruturas defensivas dos povoados, este fenómeno justifica-se por razões de prestígio e não por uma efectiva necessidade de defesa (MARTINS; JORGE 1992, 366).

O castro de Alvarelhos (*castellum Madiae*) conheceu no decurso do séc. II a.C. e no séc. I a.C., até à remodelação urbanística do povoado ocorrida na primeira metade do séc. I, concretamente no decurso dos reinados de Tibério e Cláudio, um assinalável crescimento económico, cujo registo arqueológico revela uma profunda integração na economia regional que decorre, quanto a nós, de dois factores fundamentais[64]. O primeiro relaciona-se com a transformação progressiva da economia castreja onde a actividade agrícola e metalúrgica ganha progressivamente peso, expressa na emergência de novos assentamentos de vale e, de forma cumulativa, com o crescente incremento do comércio[65]. Para o desenvolvimento destas duas actividades a localização estratégica do castro revelou-se preponderante, bem patente nas características geomorfológicas da área envolvente, nomeadamente na elevada aptidão agrícola dos solos, assim como na sua localização entre percursos e itinerários de trânsito terrestres, em paralelo com a proximidade do rio Ave e da costa marítima.
Todavia, o crescimento populacional observável, assim como o florescimento económico patente, apesar de reflectirem um aumento assinalável da área de ocupação do castro, este não conheceu um plano de remodelação da estrutura "urbana", assim como um incremento do sistema defensivo que se mantêm restringido a uma única cintura de muralhas que circunda a elevação que configura a acrópole do castro (Monte Grande). Efectivamente, as características topográficas da área de implantação do castro são relativamente atípicas uma vez que ocupa uma pequena elevação que ocupa um dos contrafortes da face oriental da serra de Santa Eufémia, cujo relevo não favorece a instalação de um sistema defensivo, visto

[64] O conhecimento da ocupação pré-romana do castro de Alvarelhos é ainda limitada, tanto ao nível da caracterização da sua ergologia, como da caracterização arquitectónica das estruturas habitacionais e, especialmente do seu sistema defensivo. Todavia, as casas intervencionadas (sete) permitiram caracterizar a cultura material da Fase II. Esta corresponde ao seu auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano. A cerâmica, na fase anterior limitada praticamente a recipientes de perfil em S, modestamente decorados com motivos incisos, amplia o seu reportório de formas registando uma maior adequação na relação forma / função, assim como do ponto de vista técnico se registam significativos progressos. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas passam a ser mas depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros, resultantes de cozeduras oxidantes, de cor bege, rosado e amarelo.
As inovações morfológicas enriquecem o espectro das formas registando-se o aparecimento de talhas, panelas de asa de orelha, panelas de asa interior, etc. As decorações, mais abundantes e complexas, conjugam frequentemente várias técnicas, sendo agora mais frequentes os motivos impressos e as aplicações plásticas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, sendo de salientar a generalização da utilização da mó circular. Os metais conhecem nesta fase uma ampla difusão assim como registam importantes melhorias no seu processo de fabrico, amplamente documentadas na região (MARTINS 1990, 164-165). Todavia, o instrumental metálico identificado em Alvarelhos é relativamente pobre, merecendo apenas destaque a significativa abundância de vestígios relacionados com a actividade metalúrgica.
[65] No plano comercial verifica-se um forte incremento das importações, nomeadamente de ânforas vinárias e, no final do séc. I, de vidros e materiais cerâmicos, concretamente de produções de terra sigillata de tipo itálico e sudgálico.

tratar-se de uma área de ligação para o interior com uma oscilação de cota de apenas cerca de 40 m. Da mesma forma, as faces norte e sul, definidas por duas linhas de água não apresentam qualquer relevância topográfica que beneficie o sistema defensivo do povoado.

Desta forma, as características topográficas e de implantação que caracterizam os grandes castros da área meridional do noroeste português (Sanfins, Mozinho, Vandoma, entre outros), não se encontram presentes em Alvarelhos, atribuições valorizadas na primeira perspectiva de análise como essenciais para os assentamentos que desenvolveram funções de capitalidade, nomeadamente a implantação em espaços estratégicos, em zona de planalto, dotados de um sistema defensivo de grande aparato, assim como de um plano de "urbanização" estruturado em arruamentos.

Quanto a nós, o *Castellum Madiae* constitui-se como *lugar central* no decurso da última fase da ocupação castreja (séc. II a.C. – Tibério /Cláudio | Fase II da cronologia da estação), cujo processo ter-se-á desenvolvido no enquadramento da segunda perspectiva de análise, na qual se valorizaram prioritariamente os aspectos relacionados com o desenvolvimento económico, incrementado num quadro socio-económico particularmente favorável, devido às características da área envolvente da sua implantação, facto que terá também beneficiado o povoado no processo de transformação de *castellum* em *aglomerado urbano secundário*, revelando um processo de crescimento económico inverso à maioria dos castros, designadamente dos grandes *oppida* que foram abandonados a partir de meados do séc. I, na sequência da estratégia implementada pela administração romana que, numa segunda fase de desenvolvimento, após a atribuição do *ius latii*, retirou definitivamente a influência política às estruturas indígenas, de forma a facilitar a implantação do novo modelo económico que teve por base uma exploração intensiva dos recursos, com o consequente incremento da colecta de impostos.

3.3. A organização do povoamento proto-histórico entre Leça e Ave

Embora não constitua um propósito do presente trabalho efectuar a análise da evolução do povoamento proto-histórico, assim como uma abordagem à sua cultura material, pareceu-nos imprescindível esboçar o quadro do povoamento sobre o qual se vai desenvolver todo o processo romanizador.

São oito os castros que integrados no catálogo[3] - 1. Santa Cruz, Gemunde, Maia; 17. Monte Castro, Lavra, Matosinhos; 27. Monte Grande (Castro de Alvarelhos / *Castellum Madiae*), Alvarelhos, Trofa; 41. Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso; 42. Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso; 71. S. Paio, Labruge, Vila do Conde; 77. Retorta, Retorta, Vila do Conde; 78. Castro Boi, Vairão, Vila do Conde.

A escassez de elementos de natureza crono-estratigráfica e da arquitectura das estruturas habitacionais e defensivas, assim como da cultura material da maioria dos povoados identificados, limita em grande medida a análise e interpretação da estrutura do povoamento pré-romano da região[66].
No entanto, a ponderação de elementos de vária ordem, como sejam, a implantação geomorfológica, topográfica, altimétrica, a dimensão dos povoados e a natureza dos solos e aptidão agrícola da terra da área envolvente dos castros, permite identificar quatro grupos de povoados, eventualmente com vocações económicas e momentos de implantação distintos, sem que, no entanto, se possa a partir dessa análise propor uma hierarquia no povoamento da região, uma vez que apenas contamos com elementos de natureza cronológica e cultural de dois deles[67].
De acordo com os critérios enunciados definimos quatro categorias de povoados – A, B, C e D.

No primeiro grupo, enquadram-se os assentamentos de Tipo A. É constituído por povoados cuja implantação ultrapassa a cota dos 420 m de altitude. Apenas se identifica um exemplar, *Morro da Vela*, Monte Córdova, Santo Tirso (4.2. *O povoamento*. *Catálogo das estações*, n.º 41), cuja representação corresponde a apenas 7,6% dos povoados identificados.
A sua implantação num dos contrafortes da face oeste da serra de Monte Córdova confere-lhe um particular destaque na geografia envolvente. Do ponto de vista da sua integração na paisagem, o aspecto de maior destaque será o amplo controlo visual sobre toda a região envolvente que, na face oeste, ultrapassa os 30 / 40 km de distância.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1 com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgo2, pelo que os terrenos da área envolvente do castro não possuem qualquer aptidão agrícola.
As suas características topográficas, a ausência de estruturas defensivas visíveis, assim como a reduzida informação de natureza arqueológica disponível dificulta a sua caracterização, sendo provável que a sua ocupação tenha sido episódica ou circunstancial, cuja tipologia se aproxima mais à de uma atalaia do que a um castro convencional, que terá aproveitado as condições naturais de defesa de um esporão rochoso com um excelente controlo visual da região envolvente.

Os povoados incluídos no grupo Tipo B implantam-se em altitudes que oscilam entre os 420 e 200 m.

---

[66] Os vários estudos científicos que abordam o problema da estrutura e hierarquização do povoamento da II Idade do Ferro do Noroeste Português, invariavelmente, deparam-se com a escassez de elementos de ordem arqueológica, valorizando os aspectos de ordem topográfica e altimétrica como elemento primordial na elaboração de tipologias, como acontece na bacia média do Cávado, ainda que complementados com dados de ordem cultural e cronológica (MARTINS 1990, 206-207; SILVA 1994, 67) ou, de forma mais generalista, com base no "contexto geográfico" (QUEIROGA 1992, 81-82), considerando a sua " integração na paisagem " (DINIS 1993, 159 - 165), ou mesmo, valorizando a sua "localização" e " posicionamento estratégico em relação aos principais acessos" (PINTO 1995, 270).
[67] As limitações das tipologias nos estudos referenciados já foram evidenciadas em estudos anteriores (ALMEIDA 1996, 98).

Do conjunto dos povoados identificados integram este tipo o castro do Padrão, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42), e o castro de Alvarelhos, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27), respectivamente implantados a uma cota de 413 m[68] e 222 m, representando 15,3% dos povoados identificados.

Do ponto de vista da sua implantação geográfica enquadram-se no tipo de povoados localizados em cabeços de média altitude, no rebordo de rechãs e sobranceiros a vales. Topograficamente apresentam boas condições naturais de defesa, com excepção das vertentes de ligação ao interior dos maciços, geralmente de características planálticas ou semi-planálticas.

Pelas condições geomorfológicas dos locais de implantação inscrevem-se em terrenos sem aptidão agrícola, mas, regra geral, apresentam nas imediações terrenos de aptidão agrícola moderada ou elevada.

O castro do Padrão

O Monte Padrão encontra-se implantado sobre um esporão rochoso que constitui um dos contrafortes do maciço montanhoso conhecido por Monte Córdova, correspondendo a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste.

As características topográficas do monte conferem ao povoado excepcionais condições de defesa. Assim, os lados, norte e sul, marcados por duas linhas de água, possuem vertentes acentuadas. A face oeste, de ligação para o vale, desenvolve-se numa vertente abrupta, de difícil acesso. No lado leste a vertente é mais suave e curta criando uma zona de ligação ao maciço montanhoso que apresenta características semi-planálticas.

Visualmente, para norte / noroeste domina o vale do rio Sanguinhedo e da ribeira do Matadouro, ambos afluentes do rio Ave na sua margem esquerda e para sul a veiga de Refojos que integra à bacia hidrográfica do rio Leça.

O castro estrutura-se a partir de uma plataforma superior definida a partir da curva de nível dos 350 m, de planta oval, com cerca de 200 m de comprimento no sentido norte / sul e 100 m no sentido leste / oeste, circundada por uma muralha de planta oval. As plataformas adjacentes e respectivos taludes, perfeitamente demarcados, permitem admitir a existência de mais duas linhas de muralha. Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgo2, e a terrenos sem aptidão agrícola A0.

Apesar de intensamente intervencionado o nosso conhecimento sobre a ocupação do castro no último milénio a.C. e o séc. I d.C., é ainda parcelar, embora seja já possível definir, com alguma segurança, uma tabela cronológica, assim como caracterizar a ergologia de cada uma das fases. O registo estratigráfico que neste capítulo importa valorizar corresponde à Fase III (138-136 | Tibério/Cláudio) sendo, no entanto, de ressaltar que a primeira ocupação do povoado se reporta ao Bronze Final (Fase I).

Nesta fase (Fase III) o enquadramento arqueológico do Padrão far-se-ia no âmbito dos limites definidos como "território" da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. Esta proposta baseia-se numa relação de

[68] Corresponderá ao tipo A da classificação tipológica de Manuela Martins, que inclui neste primeiro grupo os povoados implantados em cotas superiores a 200 m (MARTINS 1990, 207). O Monte Padrão, em grande medida, ajusta-se, às características definidas para este tipo de povoados, designadamente, no que respeita às características defensivas identificadas. Em 61 % dos casos registados neste grupo do estudo da autora, assim como na elevada percentagem de povoados que denotam indícios de romanização (80 %), e ainda a identificação de ocupação do período do Bronze Final, registado em alguns deles e que se confirma também no caso de Monte Padrão. No que respeita ao estudo, Ordenamento *do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, da autoria António Dinis (DINIS 1993), que se debruça parcialmente sobre a área em estudo e que inclui o castro de Monte Padrão e o castro de Alvarelhos, na sua classificação tipológica integrando o grupo 1C, que o autor define como (...) *Os povoados com esta localização, por vezes também assentes em remates de esporão, evidenciam-se bem no relevo, à excepção de um dos lados, onde o destaque é menor. Estão rodeados de boas condições naturais de defesa e dominam pela altura grande parte do espaço circundante. Possuem altitude absoluta acima dos 300 metros e altitude relativa ao vale superior aos 200 metros*. (...). (DINIS 1993, 161).

proximidade geográfica, no posicionamento na hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspectos de carácter sócio-cultural expressas no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, unicamente documentadas na região, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. No caso vertente documentadas pelas epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso[69], Paços de Ferreira e Santo Tirso (SILVA 2007, 444, n.º 735; MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41), cuja interpretação tem vindo a ser feita como sendo uma evocação de uma forma especial de protecção divina relacionada com as actividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade.

A partir de meados do séc. I, à semelhança do registado no castro de Alvarelhos, verifica-se uma profunda alteração estrutural das habitações que marcam o início da Fase IV, que consistiu no abandono da estrutura habitacional tradicional e na construção de edifícios romanos, de plantas complexas que, inclusivamente, ocupam parte do sistema defensivo, marcando a sua perda de operacionalidade (*Supra*, 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42).

O castro de Alvarelhos

O conhecimento da ocupação proto-histórica do castro de Alvarelhos, apesar de intervencionados 2 500 m^2, é relativamente escasso e fragmentário. Os registos estratigráficos que documentam a ocupação da segunda Idade do Ferro restringem-se a um período cronológico que se define entre meados do séc. II a.C. e o primeiro quartel do séc. I, que corresponde à Fase II e Fase IIB. A área de dispersão das ruínas não está definida com clareza, assim como o seu sistema defensivo. A topografia do promontório, pouco convencional para implantação de um castro, assim como as assinaláveis obras levadas a cabo em época romana, dificultam a avaliação da área de dispersão das ruínas e não permitem caracterizar o desenvolvimento urbanístico e respectivos sistemas defensivos desta fase.

Encontra-se implantado num contraforte da face leste da serra de Santa Eufémia que se desenvolve transversalmente à sua orientação do maciço (norte/sul), dispondo-se em patamares naturais em direcção ao vale da Ribeira da Aldeia.

A sua topografia revela um pendor acentuado, atenuado por duas elevações que contrariam o desnível natural em direcção ao vale. A primeira, denominada localmente por Monte Grande, desenvolve uma planta circular com uma cota máxima de 222 m, que apresenta uma plataforma superior relativamente plana, mas pouco extensa. As suas faces sul, norte e leste têm um pendor mais marcado definindo uma linha, hoje ocupada por um caminho, que corresponderá à sua única linha defensiva. A sua face nordeste possui uma vertente mais suave que forma uma plataforma de ligação para o interior do maciço montanhoso de características semi-planálticas.

A segunda elevação, denominada por S. Marçal, frequentemente confundida com o topónimo da estação arqueológica, encontra-se implantada na face sudeste da estação. De pequena dimensão, possui uma configuração cónica com vertentes íngremes, hoje alteradas por um caminho que as circunda até ao topo. Na pequena plataforma superior, aplanada artificialmente, encontrava-se implantada uma pequena capela, hoje totalmente destruída, cujo orágo forneceu o topónimo à elevação.

A zona intermédia que medeia entre os dois promontórios forma uma plataforma bastante extensa de orientação sudoeste / nordeste com uma ligeira projecção para norte, sendo limitada nos seus extremos por duas vertentes sobranceiras às linhas de água que delimitam a estação nas faces nordeste e sudeste que

[69] Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[*osi*?]go T/uriaco / Fid(*uenearum*) Ate/nniens/es / l(*ibenter*) a(*nimo*) p(*osuerunt*) / h(*oc*) m(*onumentum*) / ae(*re*) l(*ecto*)?

marcam topograficamente a planta alongada de toda a estação arqueológica. Genericamente, o assentamento forma uma planta alongada, de perfil irregular, marcado por pendores suaves em todas as suas faces à excepção do lado leste.
Encontra-se implantada na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola (A0). Os materiais recolhidos em contexto de escavação documentam uma ocupação relativa ao Bronze Final (Fase I) sem que, no entanto, seja possível caracterizar com precisão a amplitude da ocupação ou definir espacialmente a sua implantação.
Foram identificadas sete estruturas em que foi possível efectuar um registo estratigráfico que documenta a Fase II[70]. Nesta fase o castro de Alvarelhos (*Castellum Madiae*), capital dos *Madequisenses*, constituiria um "lugar central" cujo território se limitava geograficamente pela fachada marítima a oeste, o rio Ave a norte, o rio Leça a sul e a cumeeira da serra da Agrela a leste.

O Tipo C engloba povoados cujas cotas de implantação são inferiores aos 200 m e, genericamente, podem designar-se de assentamentos de vale. Caracterizam-se pela sua reduzida dimensão e por apresentarem vestígios de uma única linha defensiva. A sua implantação faz-se sobre pequenos outeiros de baixa altitude e estruturalmente apresentam apenas uma plataforma de ocupação. Localizam-se maioritariamente em áreas de terrenos de aptidão agrícola moderada ou elevada, constituindo o grupo mais numeroso com 53,8% do total dos assentamentos identificados.

Integram esta categoria os castros de Santa Cruz, Maia; de Monte Castro, Lavra, Matosinhos; da Retorta, Vila do Conde; e o castro Boi, Vila do Conde.

O castro de Santa Cruz, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 1), encontra-se implantado próximo do ribeiro do Arquinho, afluente do rio Leça na margem esquerda, num pequeno promontório de média dimensão. As suas características topográficas conferem-lhe condições naturais de defesa relativamente modestas, com excepção da vertente leste que possui um pendor acentuado.
O castro actualmente encontra-se parcialmente destruído. Na vertente leste, a mais escarpada, encontra-se uma área de aproximadamente 200 m^2 que não possui ainda ocupação urbana onde são visíveis duas plataformas que, eventualmente, poderão corresponder aos taludes formados pela muralha e respectivas plataformas intermédias. A sua actual configuração não permite perceber a integralmente a composição das suas estruturas defensivas.

O povoado de Monte Castro, Lavra, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 17) encontra-se implantado na margem esquerda do rio Labruge, aproveitando um pequeno promontório de planta oval. Apresenta um *plateau* de planta subcircular definida pela curva de nível dos 20 m, com cerca de 1 ha de área. As suas condições naturais de defesa são modestas, nomeadamente nas vertentes sul e sudeste que constituem a área de ligação à várzea marítima. A existência de um talude, perceptível na topografia da vertente sudeste, poderá corresponder aos vestígios da única muralha que circundaria o castro. Os materiais de superfície evidenciam uma romanização intensa, tendo sido recolhidos vários fragmentos de sigillata hispânica, abundante cerâmica comum e materiais cerâmicos de construção (tégulas e imbrices)

[70] Est. XXXVII ; cortes estratigráficos – Estrutura 1 / Área habitacional Sudeste – Domus do Grafito, (corte 2) Alv. 86 B/S.S. A1 - Transversal, A – A` : camada 2) – Estrutura 2 / Área Pública e Área habitacional Norte – Praça, (corte 2) Alv. 95 /S.S. A4 – Transversal C – C: camada 4 – Estrutura 3 / Área Pública e Área habitacional Norte – Praça, (corte 3) Alv. 98 B1/S.S. A1 – Longitudinal B – B` : camada 1 ? – Estrutura 4 / Área Habitacional Sudeste – Domus da Lucerna do Cavalo, (corte 3) Alv. 97 B1/ S.S. A2 – Transversal A – A` : camada 3 – Estrutura 5 / Área Habitacional Sudeste – Domus do Tesouro, (corte 12) Alv. 92 A – Transversal A – A`: camada 4 – Estrutura 6 / - Área Habitacional Sudeste – Domus do Tesouro, (corte 12) Alv. 92 A – Transversal A – A`: camada 4 .

(LANHAS; BRANDÃO 1968, 326; ALMEIDA 1969, 34, nota 15). A sua implantação sobre numa colina suave, desprovida de condições topográficas que constituam suporte para defesas naturais, assim como os claros indícios de romanização, que atestam a sua ocupação ao longo do séc. I, e eventualmente II, indicam claramente a sua vocação agrícola, como aliás se depreende da análise da área envolvente, à qual correspondem terrenos de aptidão agrícola moderada (A2), provavelmente complementada com a exploração de recursos marinhos uma vez que dista do mar apenas cerca de 1 km.

O castro da Retorta, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 77), está implantado sobre num promontório sobranceiro ao rio Ave, à cota de 40 m, cuja topopgrafia confere condições defensivas razoáveis, particularmente na face voltado ao rio onde possuí uma vertente de declive bastante acentuado. A sua planta apresenta uma configuração ovalada com o seu maior eixo no sentido noroeste / sudeste perfazendo uma superfície aproximada de 1,5 ha.
O sistema defensivo, aparentemente será composto apenas por uma muralha e, possivelmente, por um fosso na face sudeste que corresponde ao local de mais fácil acesso.
Insere-se na Unidade Cartográfica Fd2.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica La2, a que correspondem terrenos de aptidão agrícola elevada, que se destribuem numa ampla extensão da envolvente do castro. O seu posicionamento estratégico na margem do rio Ave, a menos de 1 km da foz, e a disponibilidade de terrenos agrícolas de elevada aptidão, terão contribuído para a sua manutenção durante o período de dominação romana, conforme se depreende da natureza e cronologia dos materiais arqueológicos recolhidos.

Castro Boi, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 78), encontra-se implantado num pequeno morro à cota de 123 m que se destaca isolado na planície costeira, localizado a sudoeste do mosteiro de São Bento de Vairão. As características topográficas do monte conferem-lhe um sistema de defesa razoável, particularmente na sua face oeste, assim como um amplo campo de visão sobre a várzea marítima. A acrópole tem cerca de 1 ha e a sua planta, pelo que hoje é possível apreciar, teria uma configuração ovalada, com a plataforma superior aplanada, circundada por uma muralha. Num nível inferior desenvolver-se-ia uma segunda plataforma envolvida por um talude, que se pode ainda percepcionar na sua face sudoeste, que é a que melhor se conserva. O sistema defensivo é difícil de caracterizar devido à intensa urbanização que sofreu desde o topo do monte até à sua base que alterou a sua topografia original. Inscreve-se na Unidade Cartográfica Te11.1, e na Unidade Fisiográfica Qgs1, a que, por sua vez, correspondem terrenos de aptidão agrícola elevada que se desenvolvem ao longo de uma extensa área na envolvente do castro. O seu posicionamento altamente estratégico, de grande domínio visual sobre a eveolvente, terá constituído um dos principais factores de valorização do assentamento que permitiram a manutenção da ocupação para além da reforma flaviana do inicio do terceiro quartel do séc. I.

O último grupo, que inclui povoados do Tipo D, define-se pela implantação dos povoados a cotas inferiores a 50 m de altitude. Integramos neste grupo apenas um castro, S. Paio, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 71) que representa 7,6% do total dos assentamentos.
A sua singular implantação, sobre um esporão rochoso sobranceiro ao mar, à cota de 30 m, em conjugação com a sua reduzida dimensão e um sistema defensivo simples, composto apenas por um fosso e respectivo talude, colocam-no à margem das estruturas castrejas convencionais, podendo, eventualmente, corresponder a um tipo de assentamento de ocupação sazonal.

Distribuição e valorização cronológica

O número de estruturas castrejas identificadas demonstra uma forte densidade de assentamentos, revelando uma concentração populacional significativa na faixa litoral[71]. A sua distribuição espacial, conjugada com as referências cronológicas disponíveis, pode fornecer uma estrutura significante quanto ao sistema de povoamento e sua evolução.

Os povoados do Tipo A, localizados acima dos 420 m, de que apenas se identifica o Morro da Vela, constituem uma excepção que não deverá ser valorizada neste contexto na medida em que a ocupação registada é pouco significativa não podendo constituir uma referência que permita tipificar um género de assentamento. Os povoados de tipo B, localizados a cotas intermédias (entre 200 e 420 m), implantados em promontório dos contrafortes, no caso de Alvarelhos, ou em esporões no rebordo de maciços mais desenvolvidos, como é o caso do Padrão, com ocupação da Idade do Bronze, constituem o tipo de assentamento de maior desenvolvimento e que, no decurso da romanização, registam uma ocupação efectiva. Estes povoados, provavelmente os mais antigos, revelam um tipo de implantação comum, não ocupando as zonas baixas dos vales, evitando a proximidade dos rios e ribeiros mais importantes, cujos terrenos de maior aptidão agrícola são constituídos por plataformas de aluvião em áreas marginais aos seus territórios de exploração[72]. Neste caso, as áreas de exploração dos respectivos castros encontram-se fisicamente separadas pelos prolongamentos da serra da Agrela a uma distância significativa entre eles.

Os povoados do Tipo C constituem a forma de assentamento mais abundante e, aparentemente, salvo demonstração arqueológica contrária, correspondem a povoados emergentes integrados nos territórios dos castros mais antigos ou em áreas periféricas, constituindo, em certa medida, uma extensão dos povoados de Tipo B, traduzindo a progressiva transformação da economia castreja, na qual a actividade agrícola ganha progressivamente maior peso, implicando a conquista de novos espaços implantados nos vales com a integração em áreas de elevada capacidade agrícola dos solos. A este tipo de povoados corresponderiam territórios de menor dimensão devido ao carácter mais especializado da actividade económica permitindo criar uma malha de povoamento mais densa. Ao contrário dos primeiros, estes assentamentos de baixa altitude revelam uma relação de proximidade com os principais ribeiros e terras de cultivo traduzindo-se na conquista de novos espaços de cultivo e de pastoreio. Este tipo de povoado, integrado num universo eminentemente rural, que reflecte uma certa prosperidade, terá beneficiado do papel polarizador do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos e do incremento económico da região, na qual as vias que cruzavam o território terão desempenhado um papel crucial na consolidação de uma estrutura socio-económica bem adaptada às idiossincrasias da região.

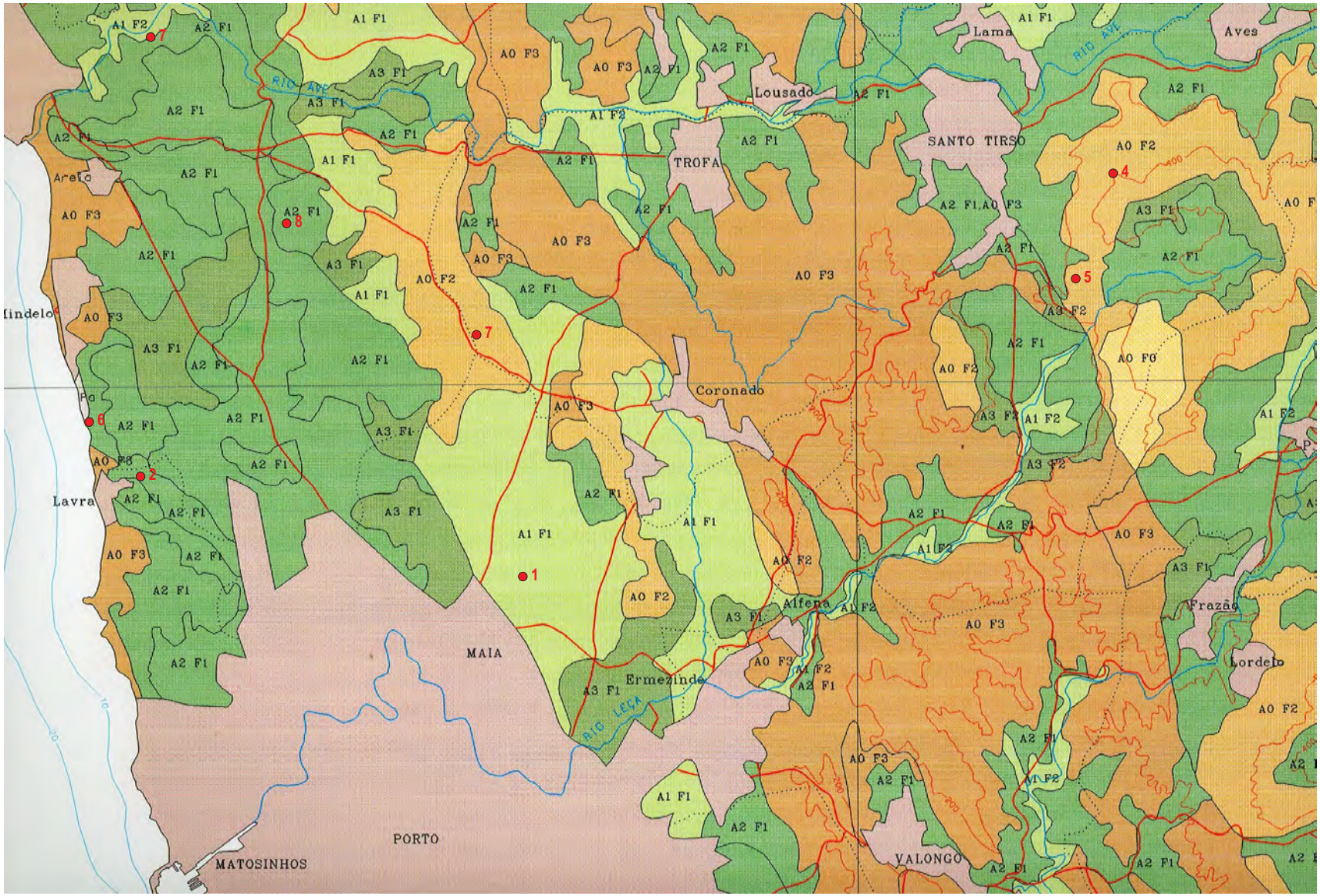
---

[71] Á área em estudo compreende 339,206 km^2, a que, em abstracto, corresponde a uma distribuição equitativa de 26, 092 km^2, para área potencial de exploração de cada povoado, ou de 30, 836 km^2, se considerarmos o castro de S. Paio, Labruge, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 71), e o Castro do Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações* n.º 41), como povoados de ocupação sazonal. Todavia a sua distribuição e relação de proximidade, assim como as suas características estruturais, designadamente a sua dimensão e o número potencial de habitantes não permite estabelecer uma relação de casualidade baseada em número e espaço.

[72] A definição territórios de exploração tem por base a construção de modelos teóricos aos quais se encontra subjacente o princípio de "mínimo custo" definidos por Vita Finzi e Higgs (FINZI; HIGGS 1970, 1-37). No caso do estudo da proto-história do noroeste peninsular a sua aplicação encontra-se amplamente divulgada tendo originado múltiplos estudos de organização e evolução do povoamento. Este tipo de análise assenta na presunção de que os recursos utilizados por uma determinada comunidade deverão encontrar-se preferencialmente a uma distância do povoado, no caso de sociedades agrícolas seria de aproximadamente de 5 km, que equivaleriam a 1 hora de percurso a pé em torno do respectivo assentamento (MARTINS 1990, 211).

Povoamento proto-histórico

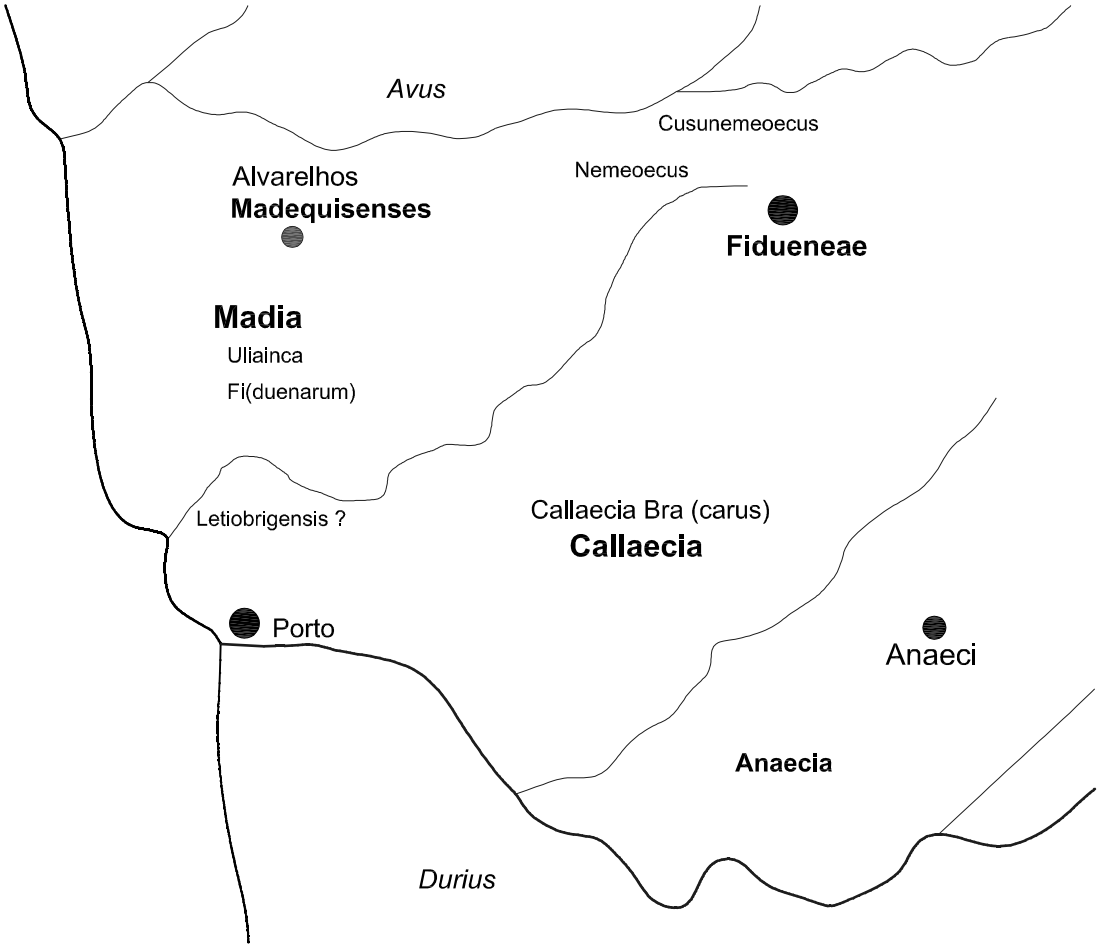
N.º Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. Cartográfica	U. Fisiográfica	Apt. Terreno	Tipo de Solo	Substrato geológico
17.	Monte Castro	Lavra	Matosinhos	25 m	Tipo d	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	Cambissolos districos	Ortognaisses
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Tipo b	Ru5.1	Qgo2	AO/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
41.	Morro da Vela	Monte Córdova	Santo Tirso	472 m	Tipo a	Ru5.1	Qgo2	AO/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio
42.	Monte Padrão	Monte Córdova	Santo Tirso	413 m	Tipo b	Ru5.1	Qgo2	AO/F2	Regossolos umbricos	Granito grão grosseiro
71.	S. Paio	Labruge	Vila do Conde	30 m	Tipo d	Cu3.1	Lgp1	A2/F2	Cambissolos humicos	Depósito de dunas
77.	Retorta	Retorta	Vila do Conde	40 m	Tipo d	Fd2.1	La2	A1/F2	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
78.	Castro	Vairão	Vila do Conde	123 m	Tipo c	Te11.1	Qgs1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses

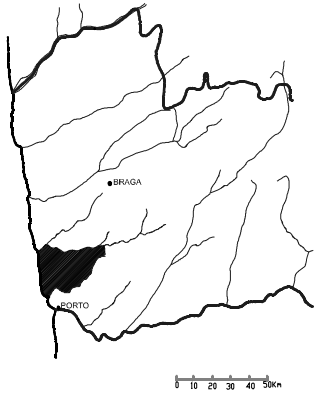


Cartografia - Distribuição dos castros entre Leça e Ave, Carta de aptidão agrícola da terra, Folha 9, Esc. 1/000.000 | Estampa X

Distribuição dos castros entre Leça e Ave
Carta de aptidão agrícola da terra, Folha 9, Esc. 1/100 000

1. *Castro* - Santa Cruz, Barca, Gemunde, Maia
2. *Castro* - Monte Castro, Lavra, Matosinhos
3. *Castro/Vicus* - Monte Grande, Alvarelhos, Trofa
4. *Castro* - Môrro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso
5. *Castro* - Monte do Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
6. *Castro* - S. Paio, Labruge, Vila do Conde
7. *Castro* - Retorta, Vila do Conde
8. *Castro* - Castro Boi/Santo Ovídio, Vairão, Vila do Conde


Avus
Cusunemeoecus
Nemeoecus
Alvarelhos
Madequisenses
Fidueneae
Madia
Uliainca
Fi(duenarum)
Letiobrigensis ?
Callaecia Bra (carus)
Callaecia
Porto
Anaeci
Anaecia
Durius


BRAGA
PORTO
0 10 20 30 40 50Km

Capítulo IV – *A romanização da região e a reorganização do espaço*

4. Alvarelhos e a região

A integração do Noroeste Peninsular no império romano, em comparação com a zona mediterrânea, acontece num período relativamente avançado da história de Roma. Com efeito, apenas após as campanhas militares de Augusto contra Cântabros e Astures se dá por finalizada a conquista bélica e a pacificação de todo o norte e noroeste. No entanto, apesar de se considerar a data de 19 a.C. como marco temporal da conquista de toda a hispânica e definitiva integração do território na administração romana, já anteriormente, em diferentes momentos, se tinham verificado contactos com o mundo romano que se reflectiram na progressiva transformação da Cultura Castreja.

A interpretação de dados de natureza histórica em conjugação com elementos arqueológicos tem permitido várias leituras sobre o impacto das incursões (bélicas e de natureza económica) ocorridas no noroeste a partir de 138 a.C. até à definitiva pacificação do território, ou mesmo sobre o momento de início do processo romanizador.

As fontes de natureza histórica registam fundamentalmente seis momentos de maior importância que, numa perspectiva historiográfica, importa considerar para uma melhor avaliação dos seus efeitos na transformação da cultura indígena.

O primeiro reporta-se à expedição efectuada por *Decimus Junius Brutus*, no terceiro quartel do séc. II a.C., no contexto das guerras celtibéricas e lusitanas, à Galécia, especificamente em 137 a.C., data em que atravessou longitudinalmente o território de Entre-Douro-e-Minho, na qual se terá registado uma única batalha com os *Bracari*.

Os registos desta incursão referenciam dois episódios, consagrados na História Antiga que se relacionam, respectivamente com a batalha travada contra os *Bracari*[73], de que são conhecidas referências de *Paulo Orósio* (MASIA; MESURA 1988, 145), de *Apiano* (MASIA; MESURA 1988, 53-54) e, de forma mais indirecta, de *Publio Ovidio Nason* (MASIA; MESURA 1988, 49), e com o episódio da travessia do rio *Lethes*, mencionado, nomeadamente, por *Tito Livio*, no papiro de Oxirrinco, por *Plutarco* (MASIA; MESURA 1988, 92) e por *Floro* (MASIA; MESURA 1988, 94).

O segundo momento é referente às expedições empreendidas por *Publio Crasso* realizadas entre 96 e 94 a.C., supostamente com propósitos económicos, uma vez que não existem registos concretos sobre qualquer actividade militar na região (TRANOY 1981, 130; MARTINS 1990, 166).

As incursões de *M. Perpena*, lugar-tenente de Sertório, ocorridas em 74 a.C., no âmbito das guerras sertorianas, nas quais sucede a tomada de *Cale*, que, segundo alguns autores, teve como consequência a sublevação da Galécia contra Roma, não terão deixado registos de nota na região (MARTINS 1990, 166).

As expedições de litoral realizadas por *Cesar* em 61 a. C., enquanto governador da Hispânia Ulterior, no âmbito das guerras lusitanas, terão tido fundamentalmente a persecução de interesses económicos uma vez que não se registam na região qualquer tipo de revoltas. Efectivamente, *Cesar* regressa a Roma como general vitorioso, podendo-se considerar a partir desse momento que a Lusitânia se encontra pacificada e a *Gallaecia* acessível pelas novas rotas abertas pelo sul. Este episódio constitui aliás um ponto de viragem da história dos *Callaeci*, uma vez que, se até aqui a sua relação com Roma decorria paralelamente com os desenvolvimentos bélicos mantidos por Roma com a Lusitânia, a partir deste momento a conquista e a pacificação do território estará relacionada com as campanhas mantidas com Cântabros e Astures (MORILLO 1996, 78).

[73] Alain Tranoy considera que a batalha terá ocorrido em 9 de Junho de 137 a. C., cuja data foi comemorada em Roma com a construção de um templo (TRANOY 1981, 128; MARTINS 1990, 166).

Durante cerca de cinco anos, de 29 a 24 a.C., desenvolvem-se as campanhas militares contra Cântabros e Astures com a participação directa de Augusto, mantendo-se, no entanto, uma apertada vigilância na região que regista revoltas permanentes, até 19 a.C., momento em que Agripa reprime uma revolta dos Cântabros, referência a partir da qual se considera a conquista bélica da Hispânia completa e, consequentemente, se regista uma maior abertura à influência romana, nomeadamente, das regiões mais meridionais da *Callaecia*.
As repercussões das movimentações bélicas ao longo deste período (138/136 a.C.-19 a.C.), tem proporcionado elementos de natureza crono-estratigráfica que tem vindo a ser valorizados pelos diferentes autores de distintas formas, reflectindo, em última análise, duas perspectivas de interpretação do processo de romanização e respectivas referências cronológicas, consoante o peso atribuído à maior ou menor influência militar e/ou económica proporcionada pelo respectivo fenómeno.

Assim, as profundas transformações operadas no quadro da Cultura Castreja que o registo arqueológico evidência a partir do séc. I a.C., nomeadamente no âmbito da organização do território, com a emergência de grandes povoados identificados como *lugares centrais*, com soluções construtivas relativamente homogéneas, reveladores de transformações de carácter económico, social, político e religioso encontram-se corporizadas em duas perspectivas – a primeira valoriza uma influência exógena, sem que se diminua a originalidade da dinâmica interna das comunidades proto-históricas regionais (SILVA 1995, 525), enquanto a segunda, valoriza uma raiz autónoma reveladora de um avançado estádio de desenvolvimento civilizacional atingido pelas comunidades proto-históricas relativamente independente ao processo decorrente da conquista romana (MARTINS 1990, 168).
Este período, que se delimita cronologicamente a partir das campanhas de *Decimo Junius Brutus* e as reformas flavianas, identifica a fase III[74] da periodização proposta por Amando Coelho para a Cultura Castreja (SILVA 1986, 66), a que corresponde o auge da cultura castreja, patente em múltiplas manifestações sejam de carácter artístico, tecnológico, urbanístico, económico ou social[75], na qual tem início o processo do surgimento de "capitais" em directa correlação com a emergência da consciência étnica e/ou política, eventualmente motivada pela necessidade de organização de defesa, como sugere Jorge Alarcão (ALARCÃO 1992, 56-61).
A romanização do espaço geográfico em que o presente estudo se desenvolve enquadra-se no âmbito das transformações administrativas operadas por Augusto após a pacificação do noroeste peninsular, concretamente com a criação das cidades capitais de convento e as transformações jurídicas daí decorrentes.

O topónimo medieval, *Albarelios* regista-se a partir de 907 (PMH, DC, n.º 14),[76] e estará provavelmente relacionado com a onomástica germânica tendo derivado de um antropónimo de um possessor de nome, *Alvarus* ou *Albarus* (MACHADO 1993)[77] correspondendo a uma realidade sociológica que não se identifica directamente com o castro ou o *aglomerado urbano secundário* que ai se desenvolveu a partir do segundo

[74] Esta etapa cronológica é subdividida pelo autor em duas fases A e B, correspondendo a primeira (Fase IIIA), a um período definido pelas campanhas de Décimo Junio Bruto (138-136 a.C.), e o final das guerras Cântabras (27-19 a.C.), e o segundo (fase IIIB), após as guerras Cântabras ao início da dinastia dos Flávios (69-96), (SILVA 1986, 66, gráfico 2). Importa no entanto referir que no estudo da proto-história e romanização da bacia média do Cávado os resultados conduziram a uma proposta de periodização distinta. Manuela Martins propõe, designadamente para o período cronológico em análise, duas fases (MARTINS 1990, 113), respectivamente a fase III, compreendida entre finais do séc. II a.C. a meados do séc. I, e uma quarta fase para o período compreendido entre meados do séc. I d.C. ao séc. III, o que sensivelmente significaria uma correspondência entre a Fase III de Armando Coelho com a Fase III de Manuela Martins.
[75] Veja-se, SILVA 1986, 316; 1995, 524-525; ALMEIDA 1996, 163-168, 291; ALARCÃO 1992, 39-71.
[76] Entre outra documentação veja-se, - *Portugalia Monumenta Historica*; n.º 14 (907), 16 (908), 65 (979), 126 (979), 151 (986), 158 (990), 382 (1052), 413 (1059), 603 (1076), 616 (1083), 729 (1089).
[77] Almeida Fernandes opta por uma abordagem distinta argumentando não entender a ligação pelo próprio sufixo *–elhos;* especialmente por se encontrar no plural. A proposta desenvolve-a a partir de «alvar» + *elho* (<lat. *–iculu-)*, no plural, reflectindo um antigo vocábulo **alvarelho*, relativo a uma espécie de carvalho, caracterizadora da região fitoclimática da região norte do País (FERNANDES 1999, 40).

quartel do séc. I. Assim, será de admitir que o seu nome romano se tenha perdido e o de época proto-histórica, como se depreende dos vestígios epigráficos conhecidos, se tenha cristalizado numa estrutura de âmbito regional mais expressiva que em época medieval se consolidou como uma realidade jurídico-administrativa designada por "Terras da Maia". A proposta interpretativa apresentada por Armando Coelho, de significativa consistência linguística e histórica[78] desenvolve-se a partir da identificação da entidade gentilícia dos *Madequisenses* expressa na epígrafe funerária dedicada a *Ladrono Antonius*, que permitiu uma perspectiva de interpretação que identifica o povoado castrejo com o topónimo *Madiae*. Aceitando a veracidade das etimologias dos etnónimos, que se reportam a uma matriz europeia, a interpretação filológica do radical *mad* com significado de "terras húmidas", e a evolução para a forma medieval *Madia*, em paralelo com a realidade arqueológica e as características geomorfológicas da região, atribuem consistência a esta linha interpretativa. Esta perspectiva de análise, quanto a nós a melhor fundamentada do ponto de vista etimológico, linguístico, histórico e arqueológico relaciona e vincula a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* com o castro de Alvarelhos, local em que o monumento epigráfico foi descoberto (SILVA 1980, 84-90; 1986, 278; 1995, 518).

A interpretação do vocábulo *Madequis* com significado de "terra húmida / terra fértil" que formas indo-europeias derivadas do radical *mad* parecem atestar (ERNOUT; MEILLET 1967, 377), etimologicamente concordam com a designação de raiz indo-europeia de *Madia* que é, na essência, o radical encontrado em *Madequis*, concordante com a toponímia medieval[79] para as "Terras da Maia", cujo espaço geográfico se desenvolve entre Leça e Ave, em torno do castro de Alvarelhos, cujas características geomorfológicas concordam com a designação de "terras húmidas".

Assim, atendendo às características estruturais do castro, que indiscutivelmente constitui o principal assentamento identificado entre Leça e Ave, é admissível que se vincule a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* ao povoado, e que este, no decurso da última fase da cultura castreja (Fase II de Alvarelhos), tenha desempenhado funções de capitalidade enquanto "lugar central", na qual se deverá valorizar uma matriz de natureza endógena, derivando a onomástica medieval do etnónimo de matriz indo-europeia para nomear um espaço geográfico que corresponderia ao território dos *Madequisenses*[80], cuja expressão física

---

[78] Existem várias propostas interpretativas do topónimo pré-romano de Alvarelhos (*Avobriga* / *Madiae* / *Mádequis* ou *Madéquis* / *Torebriga* ou *Turebriga*) sobre os quais se impõe uma breve reflexão.

A identificação de Alvarelhos com *Avobriga* (formado a partir do hidrónimo *Avus*, identificado com o actual rio Ave, localizado a cerca de dois quilómetros a norte do povoado) foi ao longo da historiografia recente a proposta mais defendida encontrando-se hoje praticamente posta de parte.

A proposta toponímica que identifica *Torebriga* ou *Turebriga* como sede do "cantão" *Tureia* ou *Turaia*, integrado, no território dos *Callaeci,* é formulada por Jorge Alarcão (ALARCÃO 2000, 48) a partir da interpretação da epígrafe identificada no mosteiro de Santo Tirso consagrada por Lúcio Valério Silvano ao deus indígena *Turiacus*, epíteto que o autor relaciona com o deus *Cosus* (*Nemetati*), *Cosus Turiacus* - divindade protectora do cantão *Tureia* ou *Turaia*. O autor estabelece ainda relação entre Alvarelhos e a paróquia suévica de *Torebria*, que Almeida Fernandes localiza no concelho de Penafiel.

A possibilidade do topónimo se identificar a partir de *Mádequis* ou *Madéquis* é formulada a partir da interpretação da inscrição dedicada pelos *Madequisenses*, que vincula a unidade suprafamiliar ao castro de Alvarelhos.

[79] Da abundante documentação medieva que é mencionada veja-se; Madia – Censual de 1924, 44, 45, 46, 54, 55, 57, 63, 64, 125, 238, 342, 419 / Madya – 60, 65, 344, 419, 421 / Terra de *Madia* – 51, 56, 57, 59, 75, 223, 224, 225, 496 / terra de Madya, 72, 74, 75, 343, 493 / *castellum de Madia*, 71 / *Castelli Madie* - Inquiosítiones (*Portugaliae Monumenta Historica* – 1258), 505 (SILVA 1986, 278, nota 167).

[80] Jorge Alarcão recentemente aventou a hipótese de parte do território a sul do Ave pudesse pertencer aos *Nemetati*, fundamentalmente baseado na ara votiva dedicada a *Neneoecus*, recolhida na capela de S, Bartolomeu, Santo Tirso - DOM(*ino*) DEO / N(*en*)EOEC(*o*) / SEVERV(*s*) / (*s*)ATVRNI/NI [F(*ilius*)] (EX) VO/TO POSV/IT (...) com a seguinte bibliografia; AZEVEDO 1957, 293-301; BLAZQUEZ 1962, 122, fig. 31; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; ALBALAT 1990, 249, nota 14; MOREIRA 1992, 21 - 22, fot. 5 – e na epígrafe proveniente da Quinta do Corgo, S. Simão, Burgães, Santo Tirso - DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T - com a seguinte bibliografia de referência – COELHO 1887, 365, 369; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149,153; 1958, 105, 109; MATOS 1947, p. 57; TOVAR 1950, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397 - 399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1957, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; C.L., II 2375; CIL II, S, 5552; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; H.A.E., 514; TRANOY, 1981, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6.

Veja-se a nota 61.

da sua ascendência política, administrativa e militar sobre a região se encontraria reflectida no *ex C(astello) Madiae*, como muito bem podia ser referido em alternativa à forma adjectivada da inscrição (SILVA 1980, 85).

4.1. A ocupação do espaço. Novas formas de povoamento

No âmbito do estudo da romanização do território, será no domínio da organização e hierarquização do povoamento onde se observa uma maior discrepância de critérios na definição de tipologias e categorias de *sítios*[81], em particular no marco geográfico correspondente ao convento bracaraugustano. A situação resulta fundamentalmente do facto dos vestígios normalmente detectados serem pouco significativos e comparáveis com estações referenciadas noutras áreas do império onde a ocupação romana assumiu pautas mais padronizadas, sendo difícil elaborar uma hierarquização dos sítios a partir da dimensão e natureza dos achados de superfície (LEVEAU 1986, 145-146). No caso vertente, o problema apresenta dois aspectos. O primeiro, como foi referenciado, consiste na definição dos critérios de classificação dos sítios a partir de achados de superfície. O segundo reside na dificuldade de datar precisão os assentamentos, uma vez que, na maior parte dos casos, os materiais detectados se resumem a cerâmicas comuns ou de construção, sendo pouco significativos os casos de identificação de espólio numismático ou epigráfico, que permita uma referência cronológica com alguma fiabilidade. Esta dificuldade foi sentida de forma generalizada em praticamente todos os trabalhos realizados no marco cronológico aqui abordado, como, por exemplo, no estudo da proto-história e romanização da bacia do curso médio do Cávado (MARTINS 1990, 223), no estudo da ocupação romana entre Sousa e Tâmega (SOEIRO 1984, 24-31), no estudo do povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental (LEMOS 1993, 456), na abordagem da ocupação tardo-romana na Galiza (VILAS, 1992, 201-208), no estudo sobre o povoamento do território de *Tongobriga* (DIAS 1997, 290), no estudo do povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho (ALMEIDA 1996, 313) e mais recentemente, no estudo do povoamento romano da fachada ocidental do *Conventus Bracarensis* (CARVALHO 2008).

Ao abordar o estudo da evolução e ordenamento do povoamento romano consideramos sempre uma perspectiva de análise do território conjugando a geografia física e humana enquanto elementos determinantes na construção da paisagem. Assim, como referência de enquadramento geral, temos para o território nacional uma geografia física cujos condicionalismos determinaram a assunção de duas realidades distintas – o norte atlântico e o sul mediterrânico. Este facto, como já foi notado no âmbito do estudo da arte paleocristã em Portugal (MACIEL 1996, 27), mesmo quando devidamente ponderado não deixa de condicionar e dificultar a nossa percepção da antiguidade clássica do noroeste peninsular devido à enorme diferença socio-económico e cultural existente em relação aos contextos mediterrânicos. O noroeste possuiu uma individualidade própria, moldada pela geografia física e vincada pela geografia humana, onde o crescimento demográfico se tornou mais dinâmico e deu origem a um modelo particular de ocupação do território do qual resultou uma identidade própria que importa ter presente no momento de interpretar os vestígios arqueológicos.

Relativamente à definição de critérios de classificação dos sítios consideramos os seguintes tipos;

a) Povoados (*vici*) / aglomerados secundários de média dimensão – Tipo A
b) Povoados (*castella*) / aldeias de média dimensão – Tipo B
c) Villae

[81] Com frequência, em trabalhos de menor envergadura, verifica-se a falta de explicitação metodológica para a inventariação e catalogação dos sítios (ALMEIDA 1990).

d) Casais (*aedificiae*)
e) Necrópoles

4.1.1. Povoados (*vici*) / aglomerados urbanos secundários

No âmbito da classificação das novas formas de povoamento encontramos, recorrentemente, a designação de *vicus* atribuído a assentamentos romanos de dimensão média que, hierarquicamente corresponderão ao escalão inferior das cidades, cujas características estruturais e posicionamento no quadro do povoamento e economia se encontram ainda relativamente mal conhecidas. Se em relação à função que desempenhariam na administração romana, identificada como sendo eminentemente de carácter económico e religioso (LE ROUX 1993, 151-160), parece haver consenso, já o mesmo não acontece no que respeita à sua identificação, definição e caracterização estrutural, certamente decorrentes de um deficiente conhecimento arqueológico[82]. Outra dificuldade reside na avaliação da sua importância na estrutura do povoamento romano do noroeste Peninsular, território que a historiografia consagra como sendo uma região onde o fenómeno de urbanização encontrou pouca expressão[83]. Esta dificuldade resulta directamente da natureza dos vestígios, que, por norma, são pouco expressivos comparativamente aos modelos identificados noutras regiões do império, assim como pela diversidade estrutural que assumem, reflectindo diferentes realidades regionais que dificultam a criação de uma classificação que permita, com propriedade, a atribuição do termo latino de *vicus*.

Do ponto de vista da sua definição o primeiro aspecto que importa realçar, enquanto elemento diferenciador deste tipo de *aglomerado urbano secundário*, por oposição às cidades, núcleo urbano por excelência, consiste na ausência de iniciativa política na sua edificação e, consequentemente, no facto de não constituírem locais de concentração e exercício político, sendo preponderante a sua componente endógena, de raiz indígena, ou melhor, como referiu Perez Losada, galaico-romana (LOSADA 1997, 190), a que se pode acrescentar a inexistência de uma fundação ritual, fraca extensão e ausência de estatuto municipal (MARTINS 1995, 91).
Se relativamente à iniciativa de construção e posicionamento hierárquico no ordenamento do povoamento parece não haver especial dificuldade, quanto à sua natureza já não se pode pensar o mesmo. Os autores clássicos que abordaram o assunto (Festo e Isidoro de Sevilha)[84] esclarecem alguns dos aspectos cruciais para o seu entendimento.
Relativamente aos *vici* rurais, que são os que aqui importam, Festo, para além dos aspectos de carácter jurídico-administrativo, característicos deste tipo de assentamentos, menciona a vertente económica como elemento identificador destes espaços.

> (…) Denominam-se *vici* os estabelecimentos gerados nos campos que não tenham *villae*, tal como acontece entre os Marsos e os Pelignos. Entre estes *vici*, alguns formam uma comunidade pública e tem jurisdição própria, outras carecem de ambas as coisas; para além disto, a sua origem e principal ocupação consiste em serem locais de mercado periódico, e nomeiam cada ano, à semelhança dos *pagi*, os seus *magistri*[85]. Em segundo lugar, também se chama assim aos grupos de edifícios

[82] A este propósito, a título ilustrativo, merece especial referência a proposta de Jorge Alarcão quando aborda a problemática dos aglomerados urbanos secundários romanas de Entre-Douro-e-Minho – (…) *Propomos, como um dos critérios para a identificação dos vici, a presença de um número razoável de inscrições funerárias, reveladoras da presença de várias famílias, indicarão um vicus* (…) (ALARCÃO 1995, 389).
[83] Perez Losada, para o feito, considera apenas as capitais – *Bracara*, *Lucus* e *Asturica*, e a segundo nível *Aquae Flaviae* (LOSADA 1997, 189).
[84] Festo (2ª metade do séc. III d.C.), Isidoro (2ª metade do séc. VII).
[85] Espécie de autarcas locais, geralmente dois, investidos de autoridade delegada pela população local, com paralelo na administração municipal aos *duoviri*.

> existentes no interior das cidades, distribuídos à face das ruas conformando uma subdivisão das regiões urbanas; são distintos entre si e, por este motivo, tem diferentes nomes próprios. Em terceiro lugar, o termo designa igualmente um edifício particular dentro de uma cidade, construído em terreno privado, disposto de forma que os inquilinos tenham entrada independente às suas respectivas habitações. A estes não se lhes chama *vicani*, nome reservado para os que habitam os *vici* urbanos e rurais (…)[86].

Por seu turno, Isidoro de Sevilha coloca tónica na sua diminuta dimensão e importância jurídico-administrativa, facto que, segundo o autor, conduz a que sejam atribuídas a cidades maiores. Quanto à sua morfologia, apesar da referência à sua estrutura articulada por ruas, a inexistência de muralhas parece constituir o elemento de maior significado que implica a condição de vice-cidade.

> (…) *Vici, castella* e *pagi* carecem de qualquer classificação como cidade, estão habitados por uma singela reunião de pessoas, e, devido a esta condição menor são atribuídos às cidades maiores. O *vicus* chama-se assim porque é constituído por casas, tem ruas mas não tem muralhas; carecem de protecção que estas proporcionam. Também se denominam *vici* as casas de uma cidade. O *vicus*, portanto, é uma espécie de vice-cidade; conta com ruas mas carece de muralhas (…)[87].

Em síntese, com base na referência dos dois lexicógrafos, do ponto de vista morfo-tipológico um *vicus* rural seria composto por um conjunto agrupado e individualizado de casas, localizado em ambiente rural, estruturado por arruamentos e desprovido de um sistema defensivo composto por muralhas. Estas características, cumulativamente com o facto de possuírem jurisdição própria, constituírem locais de mercado, ou seja, possuírem actividade económica própria coloca-os na condição, como refere Isidoro, de vice-cidades.

Resumidamente, os *vici* são um tipo de assentamento que revelam um universo bastante diversificado, traduzindo diferentes realidades económicas que, do ponto de vista jurídico, representam sempre um aglomerado de natureza fortuita, sem muralhas, correspondendo a uma formação espontânea e sem estatuto municipal (MARTINS 1995, 91) que, em *stritu sensu*, Perez Losada define da seguinte forma;

> (…) *En resume, os vici poderían ser definidos … como unha forma de habitat agrupada certamente relevante e minimamente "urbana", dependentes da cidade capital pêro dotados dun certo grado de autonomia local. As especificidades que os individualizan dentro de um amplo conxunto dos núcleos agrupados secundários semellan ser esencialmente de índole social…: unha organización administrativa própria (magistri, etc.), unha poboación maioritariamente peregrina e, sobre todo, unha xénese endóxena de raiz indíxena, típica e especialmente expandida nas províncias célticas occidentais* (…) (LOSADA 2002, 34).

Um dos aspectos de maior significado e aparentemente comum a este tipo de estrutura consiste na sua génese de natureza indígena e formação espontânea reveladora de um processo de maturação endógeno que resulta num desenvolvimento de tipo orgânico e progressivo, cujo *interface* arqueológico na área do convento bracaraugustano resultou em dois tipos de assentamentos, estruturalmente distintos, embora integráveis na mesma categoria. O primeiro corresponde aos assentamentos de vale implantados

[86] Tradução de (Festus: De verb.sign., voz "*vicus"*), a partir da transcrição e tradução de Perez Losada (LOSADA 2002, 27).
[87] Tradução de Isidóro de Sevilha (Isid. Etimologias, 1973, XV, 2,11-12), a partir da transcrição e tradução Jorge Alarcão e de Perez Losada (ALARCÃO 1995, 388; LOSADA 2002, 27).

directamente sobre as vias, geralmente nas imediações de assentamentos indígenas de maior ou menor importância, mas cuja localização estratégica ou a existência de um determinado recurso específico criou as condições necessárias para o seu surgimento. O segundo compreende os *vici* que resultaram da reestruturação de antigos *castella* indígenas que, por condições excepcionais, de forma cumulativa congregaram os factores necessários para promoverem a transformação do assentamento primitivo, contrariando, em certa medida, o progressivo abandono dos povoados indígenas, em especial os *oppida*[88]. Na área meridional do convento poderíamos citar como exemplo do primeiro tipo o *vicus* termal de *Ocullis Calidarium*, localizado em Caldas de Vizela[89], o *vicus* termal e viário de Caldas das Taipas, Guimarães[90], o *vicus* viário de Meinedo, Lousada[91], o *vicus* viário e termal de Caldas de Canaveses, Marco de Canaveses[92], e o *vicus* termal de S. Vicente do Pinheiro, Penafiel[93]. Relativamente ao segundo tipo, a que correspondem antigos *castella* transformados em *aglomerados urbanos secundários*, integrar-se-iam o *vicus* portuário de Várzea do Douro, Marco de Canaveses[94] o *vicus* viário de Monte Mozinho, Penafiel[95] e o *vicus* viário de Alvarelhos, Trofa.

---

[88] Fermin Perez Losada, a propósito da reconversão de assentamentos indígenas refere alguns exemplos de transformação e continuidade em outras latitudes do império que, de forma paradigmática, ilustram a várias situações – (…) *Non obstante, naqueles casos que servem bem ós interesses romanos, tamén hai claros exemplos de trasnformación e continuidade. Avaricum (Bourges), Vienna (Vienne) ou Samarobriva (Amiens) son reconvertidas en grandes cidades capitais de civitas, Alesia permanece como importante aglomerado secundario urbano e outros oppida menores como Bâle, Berna e Vermand continúan como vici romanos* (…) (LOSADA 2002, 31, nota 28).

[89] Localiza-se no centro da actual povoação de Vizela, sede de concelho. Apesar de não ter sido alvo de qualquer estudo sistemático tem proporcionado inúmeros achados, dos quais se destacam os epigráficos, nomeadamente, duas epígrafes dedicadas ao deus *Bormanicus*, divindade associada ao culto das águas com fins curativos e duas aras dedicadas a *Iupiter*. Identifica-se ainda um lintel epigrafado, provavelmente pertencente a um grande edifício público consagrado no séc. III por *T. Arquelau Claudiano*. Em 1996 nas obras de construção de um parque de estacionamento no recinto da Feira detectou-se um balneário que veio a ser intervencionado parcialmente por Francisco Queiroga. Referências documentais do séc. XI, referem-se à localidade como *Ocullis Calidarum*. Entre a bibliografia mais específica sobre a estação veja-se (HÜBNER 1881, *CIL* II 2408; 5538; CALDAS 1852, 7-15; CARDOZO 1972, 26-27, 64, 88; CASTROVIEJO 1974, 45-51; ENCARNAÇÃO 1975, 143-148; LE ROUX; TRANOY 1979, 57; COSTA 1981, 138; TRANOY 1981, 393; ALARCÃO 1988, 1/315; MARTINS 1995, 92; SILVA 2007, 436, n.º 667-668; CARVALHO 2008, II, 44).

[90] Entre os inúmeros vestígios identificados no local destaca-se uma epigrafe honorifica dedicada a Trajano datada do ano 103 na qual não se expressa o motivo da dedicatória – IMP(*erator*) CAES(*ar*) NERVA / TRAIANUS AUG(*ustus*) GER(*manicus*) DAC(*icus*) / PONT(*ifex*) MAX(*imus*) TRI(*unicia*) POT(*estate*) VII / IMP(*erator*) III CO(*n*) S(*ul*) V P(*ater*) P(*atriae*) – (COLMENERO 1995, 230-233, lám. 45).

A importância do local relaciona-se com o carácter das águas medicinais e a sua relação com a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (*CIL* II, 4796 / 5560; CAPELLA 1985, 119; GUIMARÃES 1978, 411; ALARCÃO 1988, 1/257; MARTINS 1995, 92-93; CARVALHO 2008, II, 41).

[91] Identifica-se com a paróquia suevica de *Magnetum*. Conhecem-se vestígios de superfície na Quinta dos Padrões compostos por materiais cerâmicos que permitem perceber uma longa ocupação que se desenvolve desde o séc. I até meados do séc. V. A importância do local relaciona-se com a sua relação com a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (ALMEIDA 1972, 117; ALARCÃO 1988, 24; DIAS 1997, 302; CARVALHO 2008, II, 68).

[92] Relaciona-se com as águas medicinais sulfúreas e sódicas existentes no local e a sua relação com a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*. Foram descobertos vestígios de um balneário com piscinas cobertas por mosaicos, vestígios de uma necrópole e vários outros de menor significado, nomeadamente numismáticos (VASCONCELOS 1902, 284-285; VASCONCELOS 1935, 2, 10, 40; CASTROVIEJO; BARRAL 1973, 28-54; SOEIRO 1984, 48-49; ALARCÃO 1988, 24; DIAS 1997, 310-311; CARVALHO 2008, 71).

[93] *Vicus* termal. Foi intervencionado um complexo termal que revela uma ampla cronologia a que se associam outros vestígios significativos nas imediações (forno cerâmico) (FORTES 1902; SOEIRO 1984, 67-75; ALARCÃO 1988, 1/473; DIAS 1997, 318; CARVALHO 2008, 78).

[94] Relaciona-se com a via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* e o tráfego naval do rio Douro, podendo ter dispostos de um porto fluvial. Este *vicus*, implantado sobre um castro, possuía uma implantação estratégica de grande significado dispondo também de terrenos de aptidão agrícola elevada nas imediações. Os vestígios de intensa romanização são abundantes, tanto de natureza epigráfica como, numismáticas e de construções (muros, fustes, capitéis e bases de colunas) (BRANDÃO 1960, 185-196; LANHAS; BRANDÃO 1969; SILVA 1992, 165-172; TRANOY 1984, 271; CENTENO 1987, 154; ALARCÃO 1988, 92; DIAS 1997, 312-314; CARVALHO 2008, II, 72).

[95] Povoado fortificado de grandes dimensões, profundamente alterado a partir do séc. I, especialmente a partir da dinastia Flávia. Do ponto de vista arquitectónico merece destaque a existência de uma "praça" na acrópole do povoado que, entre outras funções, poderá ter sido um espaço de mercado. No terceiro quartel do séc. I, foi erigido um templo que implicou a destruição de alguns espaços habitacionais no interior do povoado. Do mesmo período será um templo funerário construído na fase exterior da área amuralhada. O florescimento económico patente ao longo do período alto-imperial associa-se à exploração aurífera da serra das Banjas. A ocupação tardo-romana é extensa e a sua ergologia evidência que o povoado se manteve perfeitamente integrado nas rotas comerciais, observando-se materiais que resultam do comércio inter-provincial, assim como das principais produções artesanais desenvolvidas na esfera económicas de *Bracara Augusta* (MACHADO 1920; PINHO 1931; ALMEIDA 1974a; SOEIRO 1984, 123-299; 1998a, 11-28; 1998b; CARVALHO 1993-1994, 91-112;1998; 2005, 107-120; CARVALHO; QUEIROGA 2005, 121-153)

Povoados de média dimensão – Tipo A

Tipo A (*vici* / aglomerados urbanos secundários)

27. (*Castellum Madiae*) Alvarelhos, Trofa

A transformação do povoado indígena de Alvarelhos (*Castellum Madiae*) num *vicus* é o ponto de partida para a compreensão da estratégia romana de reordenamento territorial e reestruturação jurídico-administrativa da área geográfica compreendida entre Leça e Ave. A questão fulcral, colocada por Jorge Alarcão, referindo-se ao aparecimento dos aglomerados urbanos, consiste na identificação da competência ou iniciativa de fundar cidades novas ou de renovar urbanisticamente os *oppida* pré-romanos (ALARCÃO 1987, 86). Se relativamente à fundação de novas cidades, normalmente centros administrativos – *civitates* –, parece não haver dúvidas quanto à competência e iniciativa da sua construção, emanada do poder central e exercida através do governador de província, que garantia o apoio técnico e financeiro necessário, já o mesmo não sucede aos aglomerados urbanos secundários integrados no *territorium* das *civitates*. Assim, como explicar a emergência de um núcleo urbano, teoricamente à margem da estrutura administrativa? Terá sido a renovação urbanística do *Castellum Madiae* fruto de um dinamismo regional endógeno, correspondendo à maturação de um conjunto de sinergias desenvolvidas ao longo da primeira metade do séc. I no seio das elites indígenas locais perfeitamente identificadas com o modelo económico romano? Ou terá sido a renovação do povoado um projecto de carácter municipal implementado e apoiado pela sede de administração de território (*Cale*) ou mesmo a sede do convento (*Bracara Augusta*)?.
Os exemplos conhecidos no Noroeste Peninsular pouco contribuem para esta reflexão e os casos com algum paralelismo existentes na Lusitânia, mesmo que apenas circunstancial, apenas servem para acentuar as diferentes realidades existentes entre as duas províncias, de que são bons exemplos os casos de Tróia e *Caetobriga* (Setúbal), ambos núcleos urbanos integrados no território de *Salacia* (Alcácer do Sal)[96].

O desenvolvimento de um aglomerado urbano secundário corresponderia certamente à conjugação de um largo conjunto de factores que concorriam para a sua efectivação. Os casos conhecidos no actual território português e na Galiza retratam realidades muito diversificadas, relativamente às características morfológicas e à natureza das funções que desempenharam no panorama económico, político e administrativo. No entanto, pelo menos duas prerrogativas seriam necessárias para a implementação do processo – a primeira relaciona-se com o seu posicionamento geográfico que, naturalmente, beneficiaria locais estrategicamente localizados e de fácil acesso a partir de vias terrestres, fluviais e marítimas, vinculados a aspectos de carácter económico –, a segunda, um nível suficiente de romanização das populações indígenas que reflectisse a sua integração política e um elevado índice socio-económico.
A importância deste tipo deste tipo de *aglomerados urbanos secundários* tem vindo recentemente a ser valorizada, nomeadamente na interpretação da estrutura da economia rural.

Entre os vários factores que contribuíram para a transformação do *castellum Madiae* em *aglomerado urbano secundário* julgamos poderem-se isolar seis de maior importância – ***a)*** características topográficas ***b)***

[96] Jorge Alarcão ao abordar este assunto menciona o exemplo referido evidenciando o facto de que a fundação das duas urbes (Tróia fundada num local onde aparentemente não existiria uma ocupação anterior e Setúbal um *oppidum* pré-romano), terem tido por base motivações puramente económicas, nomeadamente a primeira, cujas condições para a instalação de uma indústria conserveira eram excelentes (ALARCÃO 1987 86-87). No entanto, a natureza das interrogações sobre a competência e/ou iniciativa da sua fundação, no primeiro caso, e renovação no segundo, matem-se sem resposta. Independentemente das possibilidades levantadas – a) projecto estatal b) projecto municipal c) projecto individual ou de agremiação de um conjunto de cidadãos ricos de *Salacia* – parece-nos uma situação não comparável com Alvarelhos, por um largo conjuntos de factores, dos quais destacamos a sua natureza e motivação que poderíamos apelidar de puramente "capitalista".

localização geográfica *c)* recursos naturais *d)* factores sociológicos *e)* dinâmica económica regional *f)* factores políticos e culturais.

Características topográficas

Das múltiplas modificações operadas no âmbito da sociedade galaico-romana a transformação do espaço urbano parece constituir a expressão física mais significativa e com maior impacto na reforma da vida social e económica das populações indígenas e, consequentemente, na implantação de uma nova cultura. A introdução da planta hipodâmica constituiu uma inovação no noroeste Peninsular, que se encontra sempre presente nas estruturas urbanas de época romana, mesmo quando não pôde ser aplicada na sua totalidade. Se por um lado se constata que algumas cidades do noroeste surgiram aparentemente onde não existia uma ocupação anterior, como parece ser o caso de *Bracara Augusta* e *Aquae Flavie* (ALARCÃO 1987, 48), outras existem em que se verifica que as estruturas urbanas se implantaram num espaço anteriormente ocupado, como é o caso de *Tongobriga* e, eventualmente, *Cale*. Percebe-se que, quer num caso, quer no outro, se aplicou o modelo "clássico". Se no primeiro as limitações topográficas apresentaram algumas dificuldades na aplicação rigorosa da planta hipodâmica, no segundo, certamente influenciaram e limitaram decisivamente a sua concretização obrigando a soluções de compromisso que, em certa medida, condicionaram a implementação da concepção ideal[97] tendo obrigado a amplas obras de movimentação de terras[98] de forma a atenuar as condições topográficas adversas. De qualquer da forma, as condições topográficas, embora impusessem alguns condicionalismos, parecem não ter constituindo um factor impeditivo da renovação dos *oppida* pré-romanos, verificando-se, ao invés, uma enorme capacidade de adaptação às condições preexistentes sugerindo, em alguns casos, uma grande flexibilidade na aplicação dos modelos romanos[99] às características regionais e à idiossincrasia dos seus habitantes.

O castro (*Castellum Madiae)*, do ponto de vista geomorfológico não apresenta condições que se adeqúem às prerrogativas de implantação de uma urbe romana. Implantada num dos contrafortes transversais da franja leste do maciço montanhoso da serra de Santa Eufémia, o seu relevo apresenta um pendor com orientação oeste / leste atenuado por duas elevações que contrariam o desnível natural em direcção ao vale. A primeira, denominada localmente por Monte Grande desenvolve uma planta circular com uma cota máxima de 222 m, formando uma plataforma superior relativamente plana, mas pouco extensa. A parte intermédia, que medeia entre as duas elevações, onde se desenvolveu o centro cívico do povoado, forma uma plataforma bastante extensa com orientação sudoeste / nordeste com uma ligeira projecção para norte, sendo definida nos seus extremos por duas linhas de água que delimitam as faces nordeste e sudeste e que marcam topograficamente a planta alongada de toda a estação arqueológica.

Genericamente, a estação forma uma planta alongada, de perfil irregular, marcada por pendores vincados em todas as suas faces à excepção do lado noroeste.

Esta configuração em grande medida condicionou não só o desenvolvimento de uma planta mais rectilínea, como restringiu a eleição dos locais para a instalação dos edifícios públicos, que pressupomos possam

---

[97] Por exemplo, *Tongobriga* apresenta uma estrutura urbana articulada fundamentalmente num eixo (*cardo*) que atravessa longitudinalmente o fórum, não existindo, pelo menos identificado até ao momento, um eixo perpendicular verdadeiramente estruturante da urbe. Da mesma forma, a implantação do fórum e do edifício termal, parece constituir uma solução de compromisso uma vez que se localizam entre duas elevações que lhe retiram visibilidade e preponderância sobre as restantes edificações.

[98] O exemplo de *Aeminium* (Coimbra) parece ser significativo neste campo. As condições particularmente adversas obrigaram a soluções de engenharia significativas. O caso do criptopórtico de dois andares em que assentava o fórum é bastante revelador (ALARCÃO 1987, 89).

[99] Esta "flexibilidade de adequação dos modelos romanos" é particularmente visível no noroeste peninsular e é extensível a praticamente todos os domínios da vida política, social, económica e religiosa.

existir a norte (templo)[100] e a sul (termas)[101] da *Praça*, mas também o desenho e a estrutura dos arruamentos que, neste caso, se desenvolvem de uma forma mais nítida a partir do *decumano* que atravessa longitudinalmente a estação no sentido leste / oeste. Apesar dos condicionalismos referidos, o espaço reuniu condições topográficas suficientes que permitiram a construção de um centro cívico e a criação de um núcleo urbano envolvente de dimensões assinaláveis. Refira-se, nomeadamente, a sua grande amplitude espacial, secundada por uma plataforma intermédia, relativamente plana, também de grande dimensão, a existência de duas nascentes de água no interior do seu perímetro, a sua orientação com excelente exposição solar e o facto de se encontrar protegida dos ventos dominantes.

Localização geográfica

O espaço de entre Leça e Ave conheceu em época romana uma intrincada rede de meios de comunicação terrestres que, em articulação com as vias fluviais, sobretudo os rios Douro e Ave e os portos marítimos associados (Porto, Leixões e Vila do Conde), e ancoradouros existentes na costa (Lavra) impulsionaram decisivamente o desenvolvimento económico da região. A localização estratégica do povoado sobre o cruzamento da via oficial de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* com a estrada de ligação entre a costa e o interior a partir de Lavra em direcção à via secundária que ligava *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta a Emerita* possibilitou a convergência de múltiplos viajantes e comerciantes que encontraram no *vicus* e nas infra-estruturas identificadas nas imediações um espaço privilegiado de negócio.

Do conjunto das vias de comunicação que compunha a rede viária, apenas a via que fazia a ligação de *Bracara Augusta* a *Cale*, é referida no itinerário de Antonino, conhecendo-se em rigor o seu trajecto e vários marcos miliários. Esta via, que acompanha toda a costa atlântica desde *Olisipo* a *Bracara Augusta* constituiu um eixo estratégico de importância inter-provincial e funcionou como um elemento estruturante no ordenamento do território da área meridional do *Convento Bracaraugustano*. A localização geográfica de Alvarelhos na proximidade da via parece ter constituído um factor determinante para o seu desenvolvimento como *aglomerado urbano secundário*. O povoado encontra-se implantado a cerca de 20 milhas[102] de *Bracara Augusta* e cerca de 15 milhas de *Cale*, constituindo, portanto, um ponto intermédio importante. Apesar de não existirem até ao momento evidências arqueológicas que demonstrem uma funcionalidade específica relacionada com a via, este poder-se-á ter constituído como local de prestação de serviço aos viajantes, coincidindo, desta forma, a nível das funções, com as das *mansiones* ou das *mutationes*, se considerarmos, para o efeito, a média de 1,5 milha / hora para 10 / 12 horas de viagem por dia em carro de transporte que perfazia as respectivas 15 / 18 milhas, que corresponde sensivelmente à equidistância dos dois principais centros urbanos que servia.

De resto, a componente viária parece constituir o primeiro factor de desenvolvimento dos aglomerados urbanos desta categoria que não se encontrem directamente relacionados com portos marítimos ou fluviais, à exploração de recursos aquíferos ou mineiros. Assim, a implantação estratégica de Alvarelhos sobre o principal eixo viário lançado de *Olisipo* a *Bracara Augusta* beneficiaria também da proximidade a *Cale*, porto marítimo de excepcional valor estratégico, que beneficiaria de um contacto cruciforme composto pela via já

[100] Os únicos elementos arqueológicos que eventualmente possa ser associado a uma construção desta natureza são um conjunto de seis colunas recolhidas no local, assim como uma base de *podium*.

[101] Em 1997, identificamos um conjunto de estruturas na face sul da plataforma intermédia que revelaram um hipocausto onde se registaram quatro pilastras quadrangulares em granito que farão parte da suspensura de um hipocausto de dimensão assinalável.

[102] O marco miliário identificado em Santiago de Bougado refere a distância de XXI milha a Braga (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 28), sendo, portanto, admissível que o marco miliário identificado na área arqueológica de Alvarelhos, dedicado a Adriano, se reporte à XXII milha. O que significaria dizer que a distância a Braga seria de 32,5 km / 33,26 km e de 26 / 26,6 km ao Porto, utilizando a média estabelecida por Caamaño Gesto nas medições realizadas na via XVIII.

mencionada, pela via marítima e pela via fluvial de penetração para o interior, constituída pelo rio Douro, correspondendo, certamente, a um dos principais portos do convento bracaraugustano.

A importância da via na estruturação do povoamento entre Leça e Ave é inquestionável, tendo constituído aliás o elemento fundamental na transformação do *castellum* indígena em *vicus*, estabelecendo-se como o principal elemento estruturante do novo paradigma político, económico e administrativo. A via estabelecia a comunicação entre pessoas e lugares constituindo um elemento de unificação geográfica e política por excelência que, ao longo do período de domínio romano, desempenhou várias funções facilitadoras do processo de integração e desenvolvimento socio-político e económico da sociedade galaico-romana. Entre as funções mais relevantes que terá desempenhado encontra-se a de carácter administrativo que decorre do estatuto sempre crescente da capital de convento, desde a sua fundação até ao momento em que se assumiu como capital provincial. Neste sentido, as vias que serviam a cidade conheceram uma intensa circulação oficial, designadamente do *cursus publicus*. Também as funções militares, especialmente as que se relacionavam com o recrutamento de tropas auxiliares, terá constituído um dos aspectos mais marcantes, aliás muito bem documentada na epigrafia (ROUX 1980, 43-65), uma vez que a actividade de tipo militar parece não ter conhecido grande expressão na região[103]. Também a angariação de trabalhadores para as obras públicas de grande envergadura, como a reparação das vias, construção de pontes e de edifícios públicos sobre a orientação dos militares, cuja presença na região parece documentar a permanência de um destacamento (*vexillatio*) da *legio VIª Victrix*[104], possivelmente encarregada de promocionar a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como a construção das vias de ligação a *Lucus Augusti, Asturica* e, para sul, a *Cale*, parece ter tido um significado importante.

As funções económicas constituem a principal e mais duradoura função desempenhada pela via, cujos efeitos produziram significativas mudanças na sociedade galaico-romana, nomeadamente na estrutura do povoamento, através da disseminação de unidades populacionais dispersas ao longo da via, ora de natureza preponderantemente económica e comercial como os *vici*, ora na área de serviços específicos relacionados com o tráfego como as *mutatio* e as *mansiones*. Também na crescente intensificação da exploração dos recursos agrícolas da região através instalação de estabelecimentos rurais de tipo *villae* (de vocação agrícola ou artesanal e industrial) e *aedificiae* a via desempenhou o seu papel estruturante, dando razão de ser à implementação de uma produção de excedentes com vista ao abastecimento dos aglomerados urbanos. Seguindo o modelo desenhado por Philipe Leveau, as *villae* integradas na organização territorial de uma cidade distribuem-se num raio de 15 km (LEVEAU 1982, 86), que, *grosso modo*, corresponde ao modelo que definimos para estabelecer a *área de atracção económica* para o *vicus* de Alvarelhos, sensivelmente coincidente no seu limite exterior com o da área da capital de convento a norte e *Cale* a sul[105]. No presente caso a via constituiria o principal meio de circulação de bens de consumo

---

[103] Efectivamente, no âmbito do processo *post* conquista, de integração no espaço político-administrativo provincial das populações indígenas do noroeste, Roma seguiu duas vias de aproximação. A primeira incluía a participação indígena em corpos auxiliares do exército romano e a segunda, a sua inclusão dentro dos diferentes sistemas de exploração mineira (YANGUAS 1997, 109).

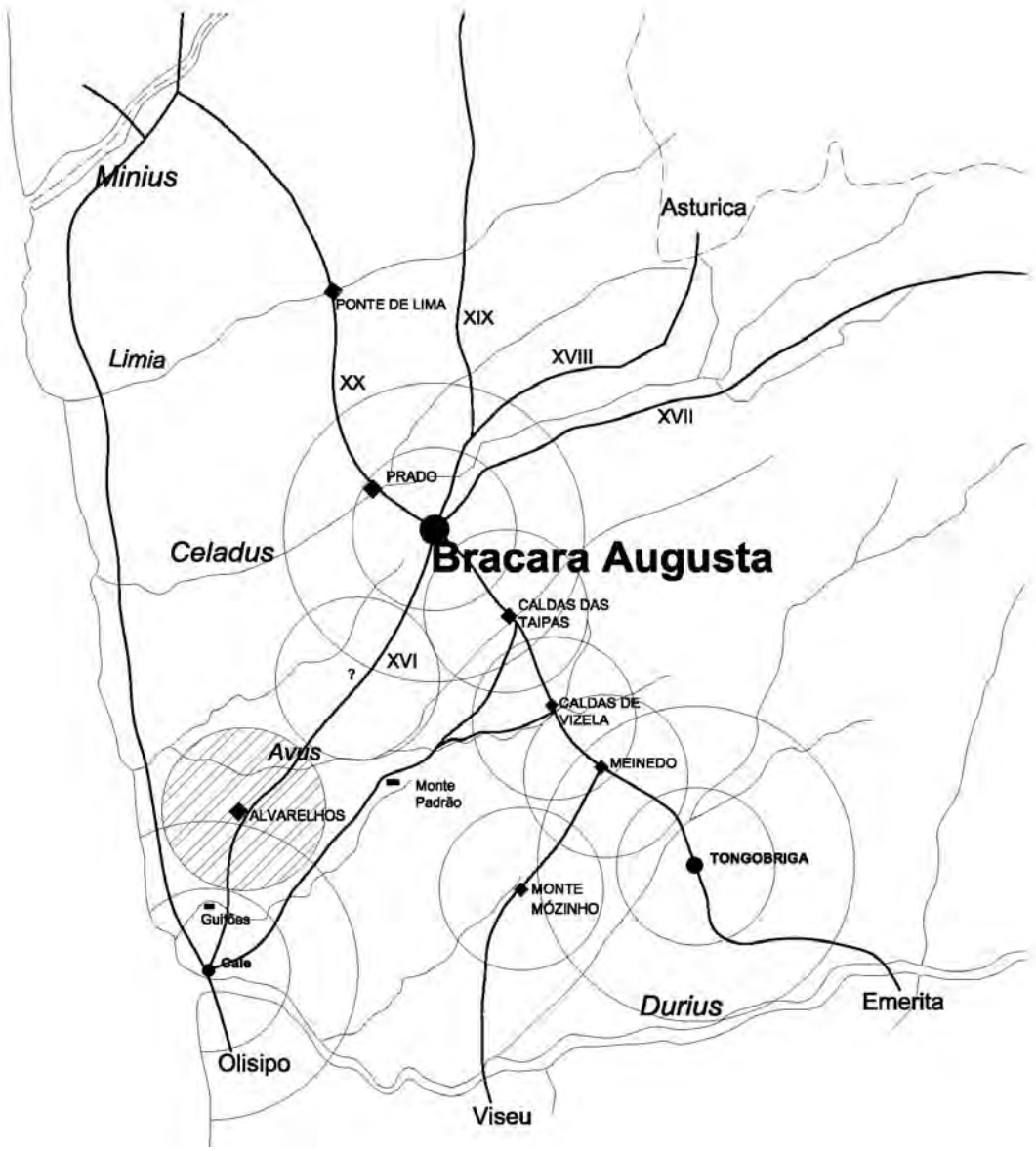
Como é actualmente reconhecido as populações indígenas, tanto Astures como Galaicos e Lusitanos, em termos proporcionais, participaram activamente nas tropas auxiliares romanas. Os militares bracaraugustanos quantificam o número significativo de onze *cohortes* correspondentes ao povo dos *bracari*, ou melhor, a unidades recrutadas em *Bracara Augusta* e nos seus arredores (SALAÑER 1998-1999, 228).

[104] Referimo-nos em concreto à epígrafe votiva dedicada por *Lucius Valerius Silvanus* a *Turiaco* identificada em Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60), assim como à inscrição detectada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da Ponte de Negrelos que regista uma inscrição, indiscutivelmente romana, com a conjugação de dois caracteres – VI.

[105] Villanueva Acuña ao abordar a questão da implantação agrária romana na organização do território na Península Ibérica no baixo-império enuncia os vários aspectos que favoreceram a instalação das *villae* no alto-imperial, nos quais se destacam os seguintes; *a*) riqueza do território que se manifesta na coincidência de factores favoráveis tais como – fertilidade, localização favorável, clima benigno e possibilidade de um bom abastecimento de água nas *villae* agrárias, minas, pesca nas *villae* vocacionadas para a pesca e produção de preparados de peixe *b*) proximidade das vias de comunicação, com o mar, rios navegáveis *c*) existência de cidades na orbita das quais faz sentido o desenvolvimento de *villae* com vocação abastecedora de mercados regulares (ACUÑA 1992, 475).

transaccionados num âmbito inter-provincial, garantindo um fluxo de duplo sentido entre *Bracara Augusta* e os restantes destinos do império, constituindo-se, dessa forma, como uma verdadeira artéria numa "economia de mercado" à escala do império.

A função cultural constituiu um fenómeno indirecto que resultou da actividade gerada pela via na medida em por ela se deslocam pessoas e bens de diferentes origens e proveniências cuja convivência inter-cultural é propiciadora de maior riqueza social, assumindo-se como um espaço privilegiado de circulação de ideias.



Distribuição dos principais assentamentos (*vici*) ao longo da estrutura viária na área meridional do convento bracaraugustano. Destaca-se a localização do *vicus* de Alvarelhos em relação à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* (XVI).

Recursos naturais

Os recursos naturais identificados na área envolvente ao *vicus* de Alvarelhos relacionam-se exclusivamente com a prática da agricultura, embora a proximidade com o mar amplie a gama de recursos naturais, possibilitando uma complementaridade de actividades económicas.

Nas imediações do povoado desenvolvem-se amplas áreas de terreno de elevada aptidão agrícola ao longo do vale da Ribeira da Aldeia, no sopé da face oriental do povoado, assim como na face oeste nos terrenos de aluvião que compõem a freguesia de Guilhabreu (*Infra*, 2.1. *Estrutura geomorfológica. Unidades de terra de aptidão elevada*). O aproveitamento florestal e de pastoreio de gado ter-se-á desenvolvido na Terra Ribeirinha e de Meia Encosta que se desenvolve numa extensa zona que cobre uma área de orientação noroeste / sudeste que corresponde às Unidades Fisiográficas que a constituem a serra de Santa Eufémia, no concelho da Trofa. A exploração de gado bovino, com grande significado económico, de acordo com os vestígios recolhidos, em contextos tardo-romanos (chocalhos) (*Supra*, 6.1.19. *Objectos de ferro. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 3-7), ter-se-á desenvolvido em terrenos de vale nas áreas circundantes do povoado.

As condições do meio envolvente parecem ter constituído um suporte suficientemente amplo e diversificado para permitir o desenvolvimento de uma actividade primária que terá sido excedentária e que estaria na base do desenvolvimento de outro tipo de actividades artesanais que constituiriam o suporte da actividade produtiva do povoado numa dinâmica comercial direccionada para o abastecimento das populações da área do seu "*espaço de atracção económica*"

Factores demográficos e sociológicos

Os factores demográficos e sociológicos constituíram um importante contributo no processo de renovação e crescimento urbano registado no aglomerado urbano. A ocupação populacional pré-romana, quando apreciada no marco espacial a que corresponde a designada cultura castreja, revela uma densidade particularmente forte na planície da várzea litoral da zona nuclear de Entre-Douro-e-Minho (SILVA 1986, 24)[106]. Esta dinâmica demográfica é particularmente expressiva no espaço geográfico em estudo se considerarmos que da área total de 339, 206 km^2, um terço corresponde ao maciço xistento formado pela serra da Agrela, constituindo, portanto, um espaço sem apetência para a instalação de unidades agrícolas, onde, todavia, foram identificados treze assentamentos castrejos, ainda que a sua contemporaneidade não se encontre demonstrada arqueologicamente. Naturalmente, este processo conheceu um incremento assinalável após a reforma flaviana, período em que se verifica uma transformação significativa no ordenamento e ocupação do território, bem documentado epigráfica e arqueologicamente, verificando-se o abandono de uma parte muito significativa dos assentamentos castrejos. A título exemplificativo, refira-se a epígrafe funerária proveniente da *villa* romana do Paiço / Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, onde é mencionado o origo do defunto como procedente do *castellum Fidueneae*, identificado hoje com a Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, assim como o origo dos dedicantes como provenientes do *castellum Uliaincae*, que atesta a mobilidade da população na segunda metade do séc. I. Efectivamente, estes indícios são reveladores que o *aglomerado urbano* poderá ter funcionado como centro polarizador de fixação de indivíduos ou grupos provenientes da região envolvente. Este mesmo contexto poder-se-á atribuir a um conjunto de materiais arqueológicos de diferentes proveniências que, se não atestam directamente a permanência de indivíduos de diversas origens do império, documentam pelo menos o contacto com realidades sociológicas distintas por si só

[106] A elevada densidade populacional na área geográfica ocupada pelos *Callaeci* é confirmada por Plínio, o Velho, que aponta para o convento Bracaraugustano, provavelmente a partir do censo de 73-74, uma população livre de 285 000 pessoas (GUERRA 1995, 64-65).

potenciadoras de desenvolvimento de um elevado índice de romanidade e de predisposição para a assimilação de uma nova realidade socio-económica. Entre outros destaca-se o escudo laténico que corresponde a um modelo tardio de Lá Tène II, datável dos finais do séc. II, a meados do séc. I a.C. (Supra, 6.1.17. *Objectos de bronze. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 7, est. CCI, n.º 7). Constitui uma peça única no noroeste Peninsular e demarca-se claramente do tipo de escudos representados na estatuária castreja[107]. Ao contrário da opinião de alguns autores (SILVA 1986, 181), que consideram a ausência de paralelos regionais como indicadores da escassez de relações célticas do noroeste Peninsular durante a II Idade do Ferro, julgamos ser mais plausível considerar a sua presença em Alvarelhos como resultante de contactos com áreas mais romanizadas a sul ou mesmo com o exército romano (ALMEIDA 1974, 15; SOEIRO 1981, 240). Também a pátera dedicada a Marte (Supra, 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27), constitui uma peça singular, cuja escassez de representações semelhantes indica que poderia ser produto de um centro extra peninsular, fundamentalmente se atendermos à fidelidade de representação do deus adulto com atributos militares. Das condições de enterramento da peça, assim como do seu contexto arqueológico e estratigráfico nada sabemos, o que limita a sua interpretação, uma vez que esta poderia constituir um ex-voto depositado num templo ou, simplesmente, pertencer a um estabelecimento civil integrado num *lararium*.

Dinâmica económica regional

Acompanhando o processo de reforma política e administrativa e o fenómeno de urbanização do *convento* a região em que se integra o *aglomerado urbano*, a *civitas* de *Cale*, aqui entendida como uma entidade geográfica mais abrangente, cujos limites poder-se-iam definir a norte pelo rios Ave / Vizela, a sul pelo rio Douro, a leste pelo Vale do Sousa e Baixo Tâmega e a oeste pelo oceano Atlântico[108], assistiu à diversificação e multiplicação de núcleos de povoamento que exploraram intensivamente as potencialidades do solo, subsolo e os recursos marítimos e fluviais.

A aptidão agrícola da terra desempenhou um papel relevante no reordenamento do povoamento e na economia regional. As rendas e proventos da terra constituíram a principal fonte de rendimento, particularmente a partir do terceiro quartel do séc. I, com a implementação da reforma flaviana, decorrente concessão do *ius latii* à península (73/74 d.C.). A exploração do subsolo na região representou uma importante condição de desenvolvimento e, provavelmente, terá constituído o factor decisivo da adequação da região a uma estrutura administrativa. Os vestígios da actividade mineira na região são particularmente abundantes na serra de Santa Justa e Pias no concelho de Valongo e na serra das Banjas nos concelhos Gondomar e Paredes (SOEIRO 1984, 1986; DOMERGUE 1987, 524-528; PINTO 1991, 287-311)[109]. Os trabalhos de inventário resultaram na identificação e cartografia de vinte e três filões explorados na serra de Pias e um dos mais importantes na serra de Santa Justa – O Fojo das Pombas 27 –, cujo conjunto de galerias que se estendem por 57 ha e que compreendem para além do Fojo das Pombas, o Fojo da Viúva, Fojo Sagrado e o Fojo da Valéria onde foram recolhidos vários objectos que atestam a sua exploração romana (PINTO 1992,

[107] Os paralelos tipológicos provêem de ambientes funerários, nomeadamente de Ampurias (ALMAGRO 1953, 309-310, 319), da necrópole de Cabrera de Mataró (AGUILÓ 1939-40, 78), e da representação do relevo de Osuna (BELLIDO 1947, 238, 243). A estatuária revela também paralelos muito expressivos deste tipo de objecto, em particular a estátua que representa um guerreiro gaulês armado de escudo proveniente de Mondragon (Vaucluse, Avignon),[107] datada do séc. I a.C.

[108] A definição de este espaço geográfico é proposto por Armando Coelho como território da civitas de *Cale*, cuja capital estaria situada no Morro da Sé, no Porto (SILVA 1994, 90).

[109] Da ampla bibliografia produzida a propósito refira-se a resenha histórico-bibliográfica efectuada por Claude Domergue (DORMEGUE 1987), por Teresa Soeiro (SOEIRO 1984; 1986), por J.C. Allan (ALLAN 1965), Jorge Alarcão (ALARCÃO 1973), e, por último, Marcelo Mendes Pinto (PINTO 1991).

294). No concelho de Gondomar distinguem-se, pelas suas dimensões e profundidade, as explorações de Covêlo e Medas, assim como as
das Banjas e Covas de Castromil, no concelho de Paredes. Enquadradas no distrito mineiro de Trás-os-Montes, como pretende Claude Domergue (DOMERGUE 1990, 288-299), ou formando uma unidade mineira autónoma (PINTO 1992, 305; SILVA 1994, 94), é natural que parte das 20.000 libras de ouro produzidas pelas Astúrias, Galécia e Lusitânia, referenciadas por Plínio[110], quando procurador na Tarraconense (73 d.C.), uma parte significativa aqui fosse produzida.

Para além destas explorações de maior expressão são ainda conhecidas referências a sondagens de menores dimensões, nomeadamente no lugar da Cruz, Água Longa, Santo Tirso, onde existem vestígios de mineração antiga de pequena monta, atestando-se a riqueza mineira da zona, nomeadamente de prata, pelos manifestos registados em 1874 e 1875 na Câmara Municipal (PEREIRA 1997, 36). Nas imediações da Póvoa de Varzim, na Lagoa Negra, são também conhecidos vestígios de explorações mineiras de ouro (ALMEIDA 1972, 13-14). A corta de dimensões assinaláveis, hoje convertida em lagoa, é acompanhada por uma volumosa escombreira constituída pelo resultado de explorações de filões quartzos auroantimoníferos (TEIXEIRA; MEDEIROS 1965, 43-44).

A exploração dos recursos marítimos e fluviais desempenhou também um papel de primeira importância na economia local, amplamente documentada pelos inúmeros estabelecimentos industriais de salga de peixe e de produção de sal que constituiriam a componente primordial das *villae* do litoral. Relativamente à primeira, são conhecidos testemunhos em Campanhã[111] (SILVA 1994, 93), em Lavra, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 17 e 18), nas Caxinas, Vila do Conde, no Alto de Martim Vaz, e Estela no concelho da Póvoa de Varzim[112]. Estruturas relacionadas com a produção de sal identificadas na área de estudo apenas se documentam em Lavra, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 17), embora seja admissível a sua existência em todos os locais relacionados com a produção de preparados de peixe. Por exemplo, na foz do rio Leça, em Matosinhos, onde se documentam abundantes salinas na Idade Média, é natural que as excelentes condições tivessem possibilitado a sua exploração na antiguidade na sequência da tradição local de exploração dos recursos marítimos e actividades económicas relacionadas com o mar como atestam as diversas bolsas de conchas identificadas no castro de Guifões[113], Matosinhos (ALMEIDA; SANTOS 1974, 50).

Factores políticos e culturais

A estratégia política de implementação da administração romana nas províncias integradas no império, por norma, não compreendeu o desmembramento dos modelos estabelecidos, desde que estes não colidissem directamente com os seus interesses. Bem pelo contrário, sempre que possível optaram por utilizar os modelos existentes e, através deles, exercerem o seu domínio.

---

[110] Plínio, História Natural, 33, 67, citado em (PINTO 1992, 308, nota 38).

[111] Este estabelecimento romano identificado como *villa*, embora que sem evidências arqueológicas que o demonstrem, é identificado pela onomástica (Campâniana) (SILVA 1994, 93).

[112] Veja-se; FORTES 1905, 113; GONÇALVES 1969, 81, nota 189; ALMEIDA 1972, 31-34.

[113] O castro de Guifões localiza-se na margem esquerda do rio Leça num promontório denominado Monte Castêlo sobranceiro à foz do rio. De dimensões apreciáveis conta com condições naturais de defesa significativos, com excepção da vertente sul. Os materiais recolhidos ao longo dos tempos, enquadrados ou não em intervenções arqueológicas, evidenciam uma ampla cronologia que acompanha a evolução da Idade do Ferro, tendo sido posteriormente romanizado, período do qual conserva amplas estruturas enquadradas cronologicamente no séc. IV e V. Amplamente referenciado na bibliografia arqueológica, conta com alguns trabalhos monográficos realizados na década de 50, 60 e 70. Hoje a estação arqueológica é alvo de intervenções sistemáticas, levadas a efeito por Joel Cleto. Dos trabalhos de maior significado veja-se; VASCONCELOS 1898, 270-272; 1901, 35; 1905, 39; FORTES 1905, n.º 8 a; CORREIA, 1916; CORRÊA 1924; 1928; 1935; PINTO 1927, 24-25; SARMENTO 1933, 165; FELGUEIRAS 1958, 3, 12-15; SANTOS 1962, 111-116; 1962 b; 1963, 136-156;157-166;1995, 25-60; ALMEIDA 1969, 33; SILVA 1986, n.º 369; CLETO 1993, 38-44.

Na área do convento bracaraugustano as evidências arqueológicas demonstram que, pelo menos até à reforma flaviana, o modelo social manteve-se em funcionamento. Teoricamente, poder-se-á admitir que os territórios dos *populi* se enquadrou num quadro sócio-político que evidenciou um grande dinamismo e operacionalidade, bem visível na forma como as elites indígenas[114] participaram na nova administração, facto que justifica o florescimento patente em grande parte dos assentamentos castrejos, especialmente por aqueles que se encontravam providos de "capitalidade", cujas remodelações construtivas demonstram uma profunda influência do modelo das cidades romanas, quer a nível da adopção da planta das cidades, quer na reformulação de símbolos de prestigio como, por exemplo, as muralhas que num período aparentemente pacífico não evidenciam um funcionalidade operativa.

Assim, o contexto social e político indígena da sub-região de entre Douro e Ave é dominado por uma unidade étnica e política – os *Callaeci –,* com uma expressão territorial significativa que, por sua vez, integraria no seu território subunidades étnicas de menor dimensão reflectindo um povoamento estruturado e hierarquizado económica, política e socialmente que constituiu, certamente, um elemento fundamental para a imposição e rápida hegemonia[115] do modelo de organização político e administrativo romano por excelência a *civitate.* O desenvolvimento económico da região, sustentado por uma sociedade aberta à inovação e à influência de produtos e ideias forâneas, suficientemente atestadas arqueologicamente, constituiu também um factor importante em todo o processo de adopção e implementação dos modelos romanos. Este comportamento assume maior expressão na zona costeira, particularmente em áreas que possuíam portos, como é o caso de *Cale*, com natural influência e repercussão na região envolvente. Os materiais recolhidos no Morro da Sé são disso prova incontestável. Refira-se, a título de exemplo, numa pequena intervenção realizada na rua D. Hugo a excepcional quantidade de materiais importados recolhidos, nomeadamente de cerâmica púnica, dois exemplares de cerâmica grega e ainda um fragmento de *amphoriskos* em vidro policromo (SILVA 1994, 76). Desta forma, também o processo de romanização, conheceu no litoral uma outra dinâmica facilmente observável quer pela quantidade e diversidade de materiais que tipificam o comércio inter-provincial do mundo romano, designadamente as ânforas vinárias, quer pela adopção de alguns modelos de estruturas que alguns povoados evidenciam. Refira-se a título de exemplo a adaptação do *cardo* e do *decumano* como elementos estruturantes da organização de alguns povoados, assim como a criação de alguns recintos, cuja funcionalidade alguns autores têm vindo a identificar como recintos de feira (DIAS 1997, 284), designadamente os existentes no castro de Santa Luzia, Viana do Castelo e Monte Mozinho, Penafiel. Compreende-se assim, pela própria natureza do discurso histórico, que as populações da fachada litoral manifestassem uma maior abertura a contactos externos encontrando-se num nível de receptividade superior, e por conseguinte, revelassem uma maior adaptabilidade aos modelos romanos.

O *aglomerado urbano secundário* (*castellum Madiae*) no contexto da administração romana

O conjunto de estruturas de carácter habitacional e público identificadas evidenciam as características de

[114] O exemplo de *Bracara Augusta* parece ser revelador deste processo. O conjunto de inscrições funerárias recentemente estudadas (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 183-226), que abrangem um período cronológico compreendido entre o séc. I e III mostra, inequivocamente, que o corpo social de Braga, num período de aproximadamente dois séculos apenas 23% da população seria constituída por cidadãos romanos, originários em grande parte do meio indígena e peregrinos 51%, e os restantes 26% seriam do meio servil ou liberto (MARTINS; DELGADO 1997, 122).

[115] À semelhança do que se verifica na área territorial entre Lima e Ave, dominada pelos *Bracari* (MARTINS; DELGADO 1997, 121).

um *aglomerado urbano secundário*, vulgarmente denominado por *vicus*[116]. Efectivamente, é neste domínio que a estrutura parece ter desempenhado um papel estruturante na região, podendo deduzir-se que o seu desenvolvimento evidencia um processo endógeno resultante de um acentuado desenvolvimento socio-económico que, apesar da sua natureza espontânea obedeceu a critérios de planeamento, enquadrando as profundas transformações económicas e políticas registados na área meridional do convento bracaraugustano a partir do câmbio de Era[117].
Do conjunto de funções administrativas juridicamente estabelecidas para as cidades com capitalidade[118] os *vici* só possuíam a função religiosa e a económica e, neste sentido, Alvarelhos estaria administrativamente subordinado à *civitas* de *Cale*, e, em última análise, à capital de convento, *Bracara Augusta*.

Funções estruturantes na organização do espaço envolvente

As funções sócio-económicas desempenhadas pelo *vicus* de Alvarelhos enquanto pólo agregador e difusor de desenvolvimento, reflectiu-se na área envolvente podendo-se definir e hierarquizar as seguintes componentes; *a)* Componente económica *b)* Componente de serviços *c)* Componente produtiva *d)* Componente político-administrativa *e)* Componente social.

A componente económica poderá ter constituído a função de maior relevo desempenhada por Alvarelhos enquanto núcleo urbano secundário. Especialmente no campo comercial, o núcleo urbano deverá ter constituído um elemento aglutinador do povoamento disperso, desempenhando uma função importante enquanto centro de transacções de produtos agro-pecuários, produtos relacionados com a indústria de salga de peixe e manufacturas de produção local e regional, bem como centro de armazenamento, de redistribuição de produtos importados e, eventualmente, como difusor de produtos locais, nomeadamente vidros e metais, cuja manufactura se encontra documentada arqueologicamente[119].
A ampla circulação de produtos importados, registada estratigraficamente ao longo de um largo período cronológico, permite-nos perceber o peso significativo do comércio externo na economia local. As redes comerciais e os centros abastecedores preferenciais oscilaram ao longo da história do povoado, no entanto, as suas procedências, atestam uma ligação, ainda que indirecta, com os mais longínquos pontos do império. Com significado semelhante, ao nível de volume de materiais cerâmicos registados, o comércio regional parece revelar um forte dinamismo de determinados centros, em particular de algumas produções específicas, como, por exemplo, as cerâmicas tipo "bracarenses", as *cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável* e as *cerâmicas cinzentas finas tardias*, que sugerem provir de centros produtores da mesma região.

---

[116] Os testemunhos epigráficos de *vici* no noroeste peninsular são relativamente escassos. Do actual território português são conhecidas três epígrafes; Amarante - dedicada pelos *vicani* de *Atucauca*, IOVI MA/XVMO / VICANI /ATUCAUSE(*nses*?) [P](*osuerunt*), *CIL* II, 6287; *ILER* 85; VASCONCELOS 1913, 224, n.º 3; CARDOZO 1972, 50; TRANOY 1981, 316; GARCIA 1991, n.º 324; Valpaços - dedicada pelos *vicani* de *Vagornica*. Da Galiza apenas é conhecido um exemplar de proveniência desconhecida dedicada pelos *vicani Niv* (...) (LOSADA 1997, 197).
[117] Como se refere no texto, julgamos que *o aglomerado urbano* terá organizado na sua área envolvente (espaço de atracção económica) um forte impulso dinamizador da economia. No entanto, importa considerar que a cidade romana, em termos abstractos, não constituía apenas o espaço físico definido pela urbe mas sim, em termos gerais, compreendia para além da cidade o seu território e os seus cidadãos não havendo uma efectiva oposição entre o mundo rural e o mundo urbano (...) *um núcleo, mais ou menos urbanizado, mas, sobretudo, os cidadãos de uma determinada área, com as suas obrigações fiscais, os seus direitos cívicos e o dever de responderem aos serviços da administração romana e ao acatamento da justiça* (...), refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida com base em historiadores clássicos, nomeadamente em Cícero, Isidoro de Sevilha e Santo Agostinho (ALMEIDA 1987, 130).
[118] A definição de cidade ou *civitas* comporta duas realidades complementares. Em primeiro lugar, a própria cidade/*oppidum* e, em segundo, o do território/*territorium* (LE ROUX 1994, 37-51).
[119] A propósito das actividades produtivas, nomeadamente no que se refere à manufactura de objectos de bronze e vidro, assim como as estruturas que lhes estão associadas, bem como a sua localização veja-se os respectivos capítulos.

A estrutura quadrangular[120] identificada como *Praça*, localizada na plataforma intermédia da área arqueológica, que constitui o elemento estruturante de todo o edificado envolvente é por nós interpretada como centro cívico do povoado, corporizando, desta forma, a preponderância da função comercial desenvolvida pelo aglomerado urbano. A estrutura define um espaço útil de 700 m^2 e encontra-se implantada sobre a face sul do *decumano*, que representa, neste caso, o eixo principal da estrutura do povoado. O funcionamento permanente ou periódico de um mercado, ao estilo das *mundinae*, do Norte de África, estaria de acordo com a dinâmica económica de toda a região, reflectindo, em última análise, as vicissitudes da economia regional. A sua função económica possibilitaria uma integração económica dos habitantes dispersos pela paisagem rural, desempenhando simultaneamente uma função "civilizadora" importante em todo o processo que vulgarmente se apelida de romanização.

A componente de serviços não se encontra directamente atestada, no entanto, a sua localização e equidistância entre *Bracara Augusta* e *Cale* sugere que possa ter representado uma função importante neste domínio. Não conhecemos, até ao momento, nenhum testemunho epigráfico que sugira a existência de funcionários do *cursus publicus* e, como tal, o seu reconhecimento como *mansione* oficial[121]. No itinerário de Antonino não há qualquer referência a uma estação intermédia entre os locais acima mencionados, no entanto, como já anteriormente referimos, a distância de 35 milhas entre elas obrigava à existência de um ponto intermédio onde os serviços a viajantes fossem assegurados.

Se aceitarmos como ponto de partida para definir a distância entre *mansiones* o espaço equivalente à distância percorrida numa jornada por um legionário, que oscilaria entre 30 e 36 milhas, assumindo que *Cale* e *Bracara Augusta* teriam cada qual a sua *mansio*, e que haveria, em terreno plano duas *mutationes* (espaçadas 10 a 12 milhas entre elas)[122] parece claro que nas 35 milhas que medeiam entre *Cale* e *Bracara Augusta*, haveria seguramente duas *mutationes*.

Alvarelhos localiza-se a cerca a 15 milhas de *Cale*, pelo que é natural que, no percurso para norte, se tenha constituído como a primeira *mutatio*, exigindo as restantes 20 milhas para *Bracara Augusta* mais uma estação viária, sensivelmente a meio do percurso[123].

Para além dos serviços a prestar de alimentação, dormida, banhos e tratamento dos animais de carga, os serviços termais parecem constituir um denominador comum em espaços desta natureza. Conforme anteriormente referimos, identificamos na face sul da plataforma intermédia um conjunto de estruturas compostas por quatro pilastras quadrangulares formadas por blocos de granito que farão parte, com toda a segurança, de um hipocausto. Apesar de não nos ter sido possível efectuar qualquer intervenção arqueológica de forma a registar a sua interpretação estrutural e crono-estratigráfica, julgamos estar perante um edifício balnear de dimensões razoáveis, cujas características técnicas de construção o relacionam com o principal período de reestruturação da estação que corresponde à nossa Fase IIb-III, sendo, portanto, de admitir que também neste campo o núcleo urbano poderia dispor de um importante serviço aos viajantes e residentes.

[120] A estrutura apresenta uma planta subquadrangular (25 m x 28 m).

[121] As *mansiones* eram locais cujas funções principais seriam a de apoiar as deslocações de altos funcionários da administração romana (LOPES 2000, 238).

[122] Esta média, proposta por Luís Lopes, é considerada para terreno plano, sendo que em terreno montanhoso o intervalo entre *mutationes* poderia reduzir-se para as 7 milhas (LOPES 2000, 238).

[123] Em ensaio sobre a ocupação da região de Braga, Manuela Martins, ao hierarquizar as diferentes categorias de povoamento romano na área meridional do convento bracaraugustano, inclui Alvarelhos na categoria dos *vici*, sugerindo que este poderia inclusivamente ter funcionado como *mansio* (MARTINS 1995, 94). Embora concordemos com a integração de Alvarelhos na categoria dos *vici*, pela interpretação que fazemos da distribuição das estações viárias, parece-nos pouco provável que tenha desempenhado funções propostas.

A componente produtiva encontra-se bem documentada, embora, tanto quanto nos é dado a conhecer até ao momento, não terá tido um peso significativo no desenvolvimento do aglomerado urbano, assim como na dinâmica da economia regional. Quanto a nós, no seguimento da opinião de outros autores (LÓPEZ 1991, 82, 85-91), a produção em larga escala de produtos manufacturados estaria centrada nas grandes cidades ou nas suas imediações, dispersa no meio rural.
Naturalmente, a par da produção de artefactos em bronze e de vidro, de que foram identificados vestígios de fabricação e as estruturas correspondentes, é provável que a produção de cerâmicas de uso comum e de construção para abastecimento próprio e para o mercado local tenha sido uma realidade, ainda que de momento a sua produção não se encontre registada estratigraficamente.
A produção agrícola terá tido um peso significativo na economia local. Os terrenos envolventes, designadamente os do vale da Ribeira da Aldeia, localizados na face leste do assentamento, revelam uma aptidão agrícola elevada e registam um intenso povoamento disperso em pequenos casais cuja produção se admite tenha tido como principal destino o abastecimento do *vicus*.

A componente político-administrativa terá constituído uma função indirecta e não propriamente uma competência do aglomerado urbano. Como anteriormente se referiu a propósito da dinâmica económica regional, a delimitação de uma área geográfica definida a norte pelo rio Ave / Vizela, a sul pelo rio Douro, a leste pelo vale do Sousa e baixo Tâmega e a oeste pelo oceano Atlântico, poderá configurar os limites do *territorium* da *civitate* de *Cale*, eventualmente com a sua capital localizada no Morro da Sé no Porto, como pretende Armando Coelho (SILVA 1994, 87-90), embora sejamos de opinião que os vestígios arqueológicos actualmente conhecidos sejam ainda demasiado fragmentários e pouco significativos para o afirmar peremptoriamente. Jorge Alarcão defendeu recentemente a mesma posição situando a sua capital no Porto (ALARCÃO 1995-96, 26)[124], de acordo com a localização dos *Callaeci* proposta por Alain Tranoy, imediatamente a norte do rio Douro (TRANOY 1981, 65-66). Neste sentido, considerando esta proposta como ponto de partida, nesta conjuntura, o aglomerado urbano de Alvarelhos desempenharia o papel de um núcleo secundário, correspondendo a uma das várias "unidades territoriais" em que esta se dividiria.
Como referiu Jorge Alarcão, a construção de uma cidade ou a urbanização de um *oppidum* implicava investimentos avultados e recursos humanos habilitados consideráveis ao nível da planificação e construção, constituindo, simultaneamente, um repto da administração no sentido de incrementar a vivência citadina das populações indígenas integrando-as no plano económico, social, cultural e religioso (ALARCÃO 1988, 70-71).
Neste sentido, apesar de considerarmos que a urbanização do *castellum madiae*, corresponderá à convergência de um conjunto de sinergias da elite indígena, plenamente integrada na dinâmica económica regional, não é possível entender o processo de urbanização sem que se pondere o contributo financeiro, o incentivo político e, inclusivamente, a arbitragem do conflito de interesses resultante do processo construtivo, por parte da sede político-administrativa da capital de *civitas*, em primeira análise, e da capital de *conventus* numa visão mais abrangente da administração do território.

A componente cultural desempenhada pelos aglomerados urbanos é particularmente relevante, se considerarmos que a cidade constituiu um elemento fundamental enquanto factor impulsionador de todo o processo de "romanização", designadamente na implantação da religião oficial, da difusão da língua, no incremento de uma "economia de mercado" e na difusão do modo de vida romano. As cidades, em termos

[124] Jorge Alarcão, a este propósito, defende que a constituição das *civitates* terá sido implementada pelos imperadores flavianos e não por Augusto, que terá confiado o poder a príncipes indígenas submetidos à administração romana instalada em *Bracara Augusta*. Um dos argumentos apresentados para a identificação das capitais de civitates, consiste no facto de que estas, normalmente se constituírem como *capita viarum*, consistindo, portanto, o ponto a partir do qual se contavam as milhas das estradas.

culturais, forneciam uma linguagem uniforme a todos os habitantes, homogeneizando um conjunto de ritos e códigos de comportamentos conducentes à unificação cultural. Em certa medida, a filosofia de exaltação da vida social organizada e centrada na autoridade administrativa, normalizada, e baseada numa vida privada com qualidade, é observada no aglomerado urbano, tanto nas características arquitectónicas das *domus* como em todo o mobiliário existente.

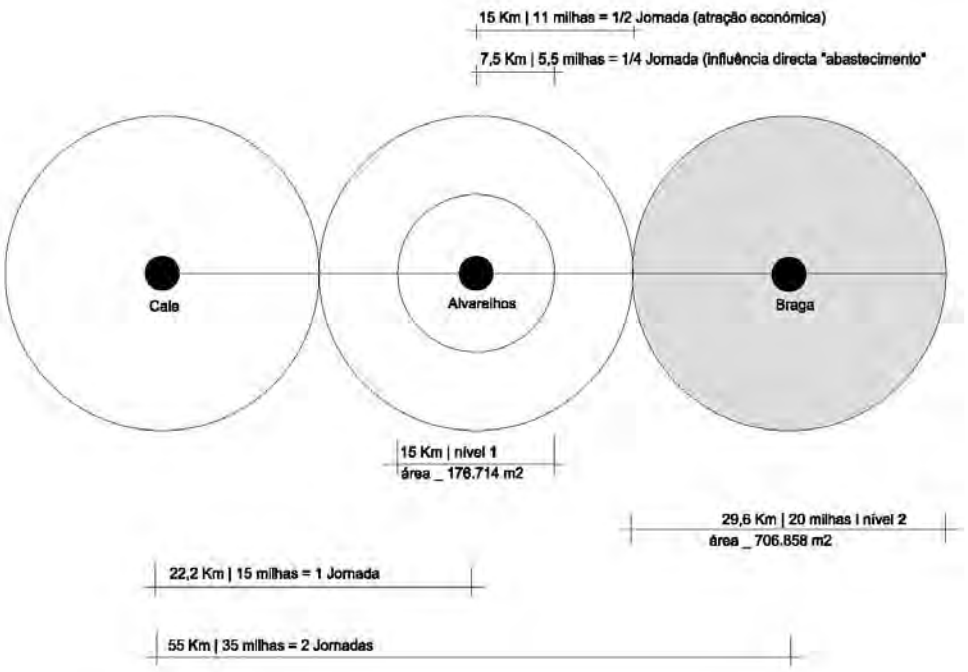
O espaço de atracção económica

Para a efeitos de delimitação da área a considerar como "*espaço de atracção económica",* com correspondência efectiva na área de influência do povoado, tomamos como ponto de partida a distância média percorrida por um carro de transporte[125], uma vez que seria este o meio de transporte por excelência (CASSON 1974). Considerando 1,5 milha como média percorrida por hora, como assinala Landels, tendo por base a informação contida na documentação de época clássica[126], o total de uma jornada permitiria percorrer uma distância de aproximadamente 20 a 22 milhas (29,6 a 32,56 km),[127] num total de 14 a 17 horas de viagem diária, considerando, naturalmente, uma paragem de cerca de sete a dez horas para a dormida, descanso de animais e para as refeições (LANDELS 1978).
Assim, a distância máxima percorrida para aceder a um mercado, considerando-se uma viagem de ida e de regresso, seria aproximadamente de 10/11 milhas, o que equivale a cerca de 14,8 a 16,2 km. Desta forma, o *espaço de atracção económica* seria definido por um raio de sensivelmente 15 km[128]. Se atendermos que a distância do aglomerado urbano a Braga é de sensivelmente 20 milhas / 29,6 km e de 15 milhas / 22,2 km ao Porto e nos basearmos no mesmo princípio a efectivação de um *espaço de atracção económica* resulta sensivelmente nos mesmos 15 km para cada uma das cidades em causa[129].

Por "*espaço de atracção económica"* entendemos a área geográfica em que se concretiza a influência exercida pelo núcleo urbano no desenvolvimento regional no domínio económico, social e cultural.
Neste sentido, o "aglomerado urbano secundário / *vicus*" constituía um sinal externo de permanência e poder que desenvolvia um forte poder de atracção sobre os habitantes da área envolvente, cujo povoamento assume um carácter iminentemente agrícola. À medida que a economia comercial se intensifica a "cidade" afirma-se como local privilegiado de mercado, atenuando a relação de dualidade ou de

[125] Como é evidente, trata-se de apresentar uma informação de carácter geral. Haveria, naturalmente, a considerar que a distância percorrida numa jornada corresponderia, sensivelmente, à distância existentes entre *mutationes*, que parecem efectivamente reflectir a distância de uma jornada de carro de transporte, podendo existir entre as *mutationes* outros pontos intermédios, sempre que a distância ou o relevo do percurso assim o exigisse. Como facilmente se constata, as distâncias, assim como as médias de milha/hora, encontrar-se-iam condicionadas por diversos factores de ordem técnica, como por exemplo, as dificuldades acrescidas pelo relevo (PRECIADO; PRECIADO 1999, 72, nota 67). No entanto, refira-se que, no caso que aqui importa, a via XVI, concretamente no espaço entre Douro e Ave, não regista nenhum tipo de factores condicionantes que impeçam a utilização como base de trabalho a média estabelecida na ordem de 1,5 milha/hora.
[126] Fundamentalmente, Elio Aristides (*Orationes*, 27: 1-8) que, em 165 d.C., faz referência a uma viagem de 42 milhas realizadas num dia sem efectuar paragens e que daria uma média de 1,75 milhas/hora. Por outro lado, Horácio (Sátiras, 1: 5), refere-se a uma viagem em que, com paragens, se percorreram 24 milhas, às quais se deve retirar as respectivas oito horas para a dormida e refeições, que registou uma média de 1,5 milhas hora.
[127] Não pretendemos aprofundar a discussão em torno do valor da milha romana, discutindo os inúmeros trabalhos que versam sobre o assunto (BLÁZQUEZ 1989, 440, 100). Utilizamos o valor métrico proposto por Roldán Hervás (HERVÁS 1972, 553), de uma milha romana / 1480 m (uma milha valeria mil passos de 0,206 m), próxima da proposta de Chevalier – *millia passuum* = 1 481,5 m (CHEVALIER 1971, 36).
[128] Philipe Leveau estabelece a área de influência da cidade a partir da análise da organização do campo por parte dos proprietários, habitantes da cidade numa rede de *villae* no seu entorno. No caso de *Caesarea*, na Mauritânia, estabelece um raio de 15 km (LEVEAU 1982, 86). Lino Augusto, no estudo sobre *Tongobriga*, estabelece também um raio de 15 km como área de influência para o mercado aí instalado (DIAS 1997, 326). Manuela Martins, a propósito da hierarquia do povoamento em época romana e a dinâmica económica de mercado das cidades, refere como área afectada por esta dinâmica um espaço delimitado por meio-dia de marcha que equivaleria a 17 km (MARTINS 1995, 104).
[129] A propósito do estudo dos centros oleiros medievais Mário Barroca considera também uma área de abastecimento entre os 15 e 20 km, designadamente para os cinco grandes centros referenciados no seu trabalho – Centro oleiro do Porto / Gaia; Centro oleiro da Maia; Centro oleiro de Guimarães; Centro oleiro de Prado / Cervães; Centro oleiro de Barcelos (BARROCA 1993, 165, fig.2).

antagonismo entre o espaço rural e espaço urbano que se definem por oposição, em que no primeiro domina a agricultura e no segundo se valoriza a função administrativa e comercial.
Consideramos pois existir uma relação intrínseca entre o "núcleo urbano" e "mundo rural" área sobre a qual a primeira exerce influência e, em certa medida, depende. Julgamos, portanto, não poder distinguir-se a primazia da organização estrutural e funcional do espaço urbano uma vez que a relação causa efeito encontram aqui um duplo efeito.



Esquema de distribuição dos assentamentos relacionados com o apoio viário e definição do principio de "atracção económica" – *Vicus* de Alvarelhos.

4.1.2. Perduração do *habitat* tradicional

Actualmente considera-se que muitos castros sobreviveram à integração da região no império e mantiveram a sua ocupação ao longo do período de dominação romana, apesar das alterações decorrentes da implementação do novo modelo administrativo desenvolvido na região a partir da definitiva conquista da região. Este fenómeno, para além de não evidenciar um desenvolvimento linear e generalizado, compreende ainda diferentes graus de efectivação e nuances de carácter regional directamente relacionados com a realidade social, a geografia física a disponibilidade de recursos da região, assim como da relação de proximidade com de infra-estruturas de comunicação, das quais se destaca a estrutura viária.
Neste sentido, muitos assentamentos indígenas que, de forma cumulativa, congregaram os factores necessários à integração no novo paradigma, sobreviveram, adaptando-se aos novos desígnios económicos, políticos e administrativos, nomeadamente através de uma reestruturação interna, assimilando os novos modelos construtivos e adaptando a arquitectura doméstica aos novos desígnios. Contudo, a avaliação da sua importância no panorama do povoamento romano é ainda difícil de concretizar, devido à falta de investigação sistemática que proporcione informação estratigráfica, cronológica e estrutural.

A designação corrente de "castro romanizado", como já fizeram notar outros autores (MARTINS 1995, 85), corresponde, geralmente, a povoados onde se identificaram materiais cerâmicos de construção e de uso comum romanos, ou mesmo de importação como sigillatas, ânforas e vidros, que, por si só, não permitem caracterizar cronológica e estruturalmente as diferentes realidades arqueológicas, quer na sua extensão e grau de romanização, quer nas eventuais transformações estruturais (arquitectónicas e urbanísticas).
É hoje consensualmente aceite que a partir do início da dinastia Flávia, nomeadamente com a atribuição do *ius latii*[130] a toda a Hispânia, tem início o processo de declínio da cultura castreja incrementando-se significativamente o processo de romanização de todo o território do noroeste. Da mesma forma, o período compreendido entre o segundo quartel do séc. II a.C., tendo como referência a campanha de *Decimus Junius Brutus* (138-136 a.C.) e, *grosso modo,* a segunda metade do séc. I, com referência às reformas flavianas, corresponde ao apogeu da cultura castreja, onde, em paralelo a um fenómeno de desenvolvimento civilizacional de natureza endógena se consolida o novo modelo administrativo romano e tem início o processo de edificação das capitais de convento promovidas por Augusto, a partir do qual se desenvolve um profundo processo de aculturação.
Este processo, consolidado com os imperadores da primeira dinastia, viria a ser fortemente impulsionada com os imperadores Flávios através da municipalização e da publicação do édito de latinidade de Vespasiano que consolidaram o poder romano e proporcionaram um florescimento económico notável, em grande medida sustentado através das elites indígenas que legitimavam o domínio imperial (MARTINS 1995, 81). Todavia, a integração jurídica do noroeste peninsular na esfera romana, com excepção da criação de uma nova estrutura urbana – *Aquae Flaviae* –, não foi acompanhada de uma política de urbanização, mas sim de uma adaptação a uma demografia de raiz indígena, reflectida na estrutura de povoamento concentrado preexistente, assim como na estruturação do povoamento disperso na região segundo modelos latinos.
É na categoria de povoamento concentrado que se inscrevem os *castella*, povoados de origem pré-romana, que sobreviveram ao desmantelamento da estrutura socio-política indígena, assente numa realidade territorial a que "presidia" um povoado hierarquicamente dominante vulgarmente designado na bibliografia

[130] Subjacente à atribuição do *ius latii* à Hispânia, está, segundo alguns autores, o grau de romanização das comunidades indígenas, que permitiria a adopção do modelo das cidades romanas e o direito latino (MENAUT 1983, 211; ALMEIDA 1996, 293).

como "lugar central", para agora se estruturar numa nova rede hierárquica imposta pela administração romana (MARTINS 1995, 83).
Nesta perspectiva, por paradoxal que pareça, o processo de conversão do povoamento incrementado pela atribuição do *ius latii*, em última análise, permitiu às comunidades indígenas se reorganizarem social e politicamente, sem que obrigatoriamente a estrutura física do povoado tenha reflectido essa nova realidade.

Neste sentido, apesar da área meridional do convento bracaraugustano constituir um espaço intensamente romanizado, na região de entre Leça e Ave, alguns *castros* constituíram uma categoria de povoamento concentrado de particular relevância, quer pela sua dimensão e características arquitectónicas quer pelo facto de alguns deles terem assumido um importante papel na estrutura do povoamento, tendo constituído uma alternativa de residência para a população rural, assumindo-se, como sugerem alguns autores, em "aldeias agro-pecuárias" (LOSADA 1998, 170).
A valorização do seu papel no quadro do povoamento romano entre Leça e Ave encontra-se diminuído pela escassez de dados crono-estratigráficos e, naturalmente, do conhecimento das estruturas arquitectónicas associadas, de forma a permitir compreender o seu grau de "romanização" e extensão da área ocupada, podendo discutir-se se os assentamentos que se mantêm activos terão sido ou não abandonados no séc. II e III e, eventualmente, reocupados no séc. IV[131].

Do conjunto de povoados indígenas detectados na área em estudo, identificam-se seis cujos vestígios de ocupação durante o período de dominação romana revelam diferentes características estruturais que permitiram criar três tipos de diferente hierarquia que reflectem a sua natureza e as funções desempenhadas no âmbito do ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave.

Povoados (*castella*) / aldeias de média dimensão – Tipo B

Tipo B
42. Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso

O castro do Padrão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42) ocupa um esporão rochoso do maciço montanhoso conhecido por serra de Monte Córdova, que corresponde a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste. Possui uma implantação de grande destaque na região dominando visualmente para oeste uma extensa faixa da costa marítima, reflectindo um claro domínio sobre as principais vias de comunicação, terrestres e fluviais.
Topograficamente estrutura-se a partir de uma plataforma superior, de planta oval, relativamente plana que se desenvolve por de 183 m de comprimento no sentido norte / sul, e de 101 m no sentido leste / oeste, perfazendo uma área de 14, 776 m^2. Possui condições naturais de defesas propiciadas por uma topografia favorável. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado apresentando-se a vertente do lado leste mais suave e curta, correspondendo a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.
As características pedológicas da área envolvente do castro consistem em terrenos de elevada aptidão agrícola que se distribuem ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, com ligação a terrenos de aptidão agrícola moderada, a que corresponde praticamente toda a área do planalto.

[131] Esta dificuldade, resultante da falta de elementos proporcionados por escavações arqueológicas são também sentidas noutras realidades geográficas em que se abordou o estudo do povoamento romano, como, por exemplo, a região de Chaves (ALARCÃO 1998, 177).

Os elementos estratigráficos e estruturais que aqui importa considerar correspondem à Fase IV e IVa da tabela cronológica definida para a estação, cuja ocupação se desenvolve desde a primeira metade do séc. I a meados do séc. III[132].

Terá sido nesta fase que se assiste à profunda remodelação da área construída, nomeadamente na acrópole do castro, com a destruição das estruturas habitacionais indígenas, a perda da operacionalidade das estruturas defensivas e a construção de um conjunto de edifícios cujas características arquitectónicas revelam uma ruptura com o arquétipo habitacional da sociedade indígena. A partir deste momento o castro sofre uma profunda alteração do ponto de vista da sua realidade construída. O antigo povoado indígena, estruturado em plataformas criadas a partir das suas duas linhas de muralhas e organizado em núcleos familiares com as respectivas casas de planta circular, dá lugar a um conjunto de estruturas com plantas complexas com vários aposentos de funções definidas. O sistema defensivo abandona a sua operacionalidade, uma vez que algumas das novas estruturas habitacionais passam a estar implantadas sobre a muralha.

Até ao momento foram intervencionadas três "domus" na plataforma superior e um outro edifício cuja planta permite admitir uma ligação a actividades de carácter agro-silvo-pastoril. Do conjunto das "domus", apesar de estruturalmente semelhantes, apenas se conhece na íntegra a planta do edifício localizado na face norte da plataforma superior. Esta apresenta uma planta quadrangular, estruturada a partir de um pátio central porticado que formaria uma galeria a partir da qual se distribuem radialmente os diferentes aposentos. Na face norte revela uma estrutura atípica, acrescentada à primeira construção em época tardia, que desvirtua a planta original, conferindo uma linguagem vernacular à arquitectura rígida da primeira construção. Pela distribuição dos edifícios já intervencionados e pela interpretação da topografia do terreno, será de admitir que a ocupação na plataforma superior se distribua de forma generalizada, sendo provável a existência de várias construções estruturalmente afins. Para além da ocupação da plataforma superior são também conhecidos vestígios na plataforma intermédia localizados na face sul do povoado, cujas estruturas revelam construções mais modestas. A complexidade das plantas, aliada à qualidade construtiva dos edifícios, confirma o significativo dinamismo económico do povoado durante o séc. I e início do séc. II, acompanhando a profunda transformação económico-social registada na região.

Neste momento da sua longa ocupação, o povoado revela particularidades que o distinguem do panorama do povoamento romano regional, ilustrando, de forma paradigmática, a considerável diversidade de soluções na estrutura do povoamento romano, quer ao nível da tipologia dos povoados, quer das soluções arquitectónicas adoptadas no domínio privado.

É no decurso da primeira metade do séc. I, concretamente nos reinados de Tibério e Cláudio que, à semelhança de Alvarelhos (Fase IIa), se assiste à remodelação "urbanística" do Padrão. A partir deste momento a cultura material diversifica-se alargando-se exponencialmente o espectro dos materiais importados, nomeadamente de vidros, ânforas, sigillatas gálicas, sudgálicas e hispânicas, assim como de

132

Fase I	900 / 700 a.C. | 500 a.C.
Fase II	500 a.C. | 138/136 a.C.
Fase III	138/136 a. C. | Tibério/Cláudio
Fase IV	Tibério/Cláudio | 1ª metade do séc. II
Fase IV a	1ª metade séc. II | Meados séc. III
Fase V	900 | Finais séc. XII
Fase VI	Finais do séc. XII | Finais do séc. XVI / início do séc. XVII
Fase VII	1738 | ----___

materiais de produção regional como sejam as cerâmicas tipo bracarense, ou as cerâmicas calcíticas pintadas, registando-se também as primeiras ocorrências numismáticas[133].

O enquadramento da transformação operada no castro do Padrão far-se-á, em primeira análise, no contexto da implementação do modelo administrativo criado por Augusto, da subsequente infra-estruturação do convento bracaraugustano e do generalizado desenvolvimento económico do território que, desde cedo, se revelou como um espaço particularmente dinâmico e receptivo a influências exógenas. A partir desse momento tem início o efectivo processo de romanização do território. A criação de uma rede viária que permitisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos viria a constituir-se como o principal elemento modelador do povoamento do território.

A localização privilegiada do castro do Padrão, implantado sobre a via secundária que ligava a cidade de *Bracara Augusta* a *Cal*e, por intermédio da via de ligação de *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* à qual ligava na área de S. João de Ponte, Guimarães, a par dos recursos agrícolas da envolvente, terá constituído um dos principais factores impulsionadores do seu crescimento e desenvolvimento, admitindo-se a possibilidade de, enquanto ponto intermédio, equidistante entre *Cale* e *Ocullis Calidarium*, possa ter prestado serviços na área de apoio à circulação viária próprias de uma *mutatio*, assim como de natureza comercial, enquanto pólo dinamizador da região circundante.

Como elemento fundamental de desenvolvimento, a via originou em todo o seu trajecto uma intensa ocupação de pequenas unidades rurais. Na área geográfica entre Leça e Vizela é possível reconstruir o seu percurso a partir da identificação de um largo conjunto de vestígios de significativa importância. A via, aparentemente relacionada com o couto mineiro da serra de Valongo, terá registado a sua maior importância durante o período de exploração das minas auríferas, registando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III, momento em que se documenta o abandono do povoado.

Distribuição dos principais assentamentos romanos ao longo da estrutura viária da área meridional do convento bracaraugustano. Destaca-se a localização do Monte Padrão em relação à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* através da via *Bracara Augusta – Emerita Augusta.*

[133] Referimo-nos em particular a três exemplares recolhidos nas intervenções realizadas por Carlos Faya Santarém (SANTARÉM 1955, 426; CENTENO 1987, 115-116); 1. As, Claudius I, at. Hispânico, 41 - 54; 10.03 gr.; RIC 2 100 ou 116 – Denário, Vespasianus, 75 ou 76; 1.78 gr. (forrado) RIC 90 ou 101 (2 exemplares).

Povoados (*castella*) / aldeias de pequena dimensão (castros agrícolas) – Tipo C

Tipo C

7. Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia; 17. Monte Castro, Lavra, Matosinhos; 77. Retorta, Retorta, Vila do Conde; 78. Castro Boi, Vairão, Vila do Conde.

Identificam-se sobre a designação de "aldeias de pequena dimensão" castros agrícolas, os povoados que se estruturam segundo os modelos indígenas mas cuja implantação e características topográficas revelam especificidades que os diferenciam dos modelos convencionais, como seja a baixa altitude da implantação, concretizada em zonas de vale de cotas inferires a 150 m, a inexistência de condições naturais de defesa, sistemas defensivos simplificados, compostos apenas por uma muralha, existência de uma única plataforma de ocupação e, de particular importância, a presença na envolvente de terrenos de elevada aptidão agrícola[134].
Estes povoados, eventualmente surgidos num momento adiantado da Fase II, num quadro de desenvolvimento e florescimento cultural, tecnológico e cultural da cultura castreja, em que a romanização manifestava a sua influência na área meridional da cultura castreja[135], ter-se-ão mantido em funcionamento no decurso do séc. I, eventualmente II e muitos deles conheceram um reocupação tardia.

Inscrevem-se nesta categoria os castros de Avioso, Maia (7), o Monte Castro, Lavra, Matosinhos (17), o Castro Boi, Vairão, Vila do Conde (78), e o castro da Retorta, Retorta, Vila do Conde (77).

O castro de Avioso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 7) encontra-se implantado na margem esquerda da ribeira do Arquinho, afluente do rio Leça na sua margem direita. As características topográficas evidenciam a existência de um talude que forma uma plataforma artificial ao nível dos 100 m, provavelmente resultante da construção da sua única muralha. A acrópole do povoado configura uma plataforma de recorte ovalado com cerca de 1 ha. A sua implantação regista a uma cota de 108 m, em pleno vale do ribeiro do Arquinho, não lhe confere especiais condições de defesa nem de protagonismo na paisagem, aproveitando simplesmente as condições topográficas do pequeno promontório onde se encontra implantado. A sua localização garante o acesso a terrenos de aptidão agrícola elevada (A1), que se desenvolvem numa larga extensão à volta do povoado (vol. I, est. XIV, n.º 7). O desenvolvimento da rede viária proporcionou um posicionamento altamente privilegiado uma vez que a via passaria a poucas centenas de metros a oeste, facto que terá seguramente favorecido a manutenção da sua ocupação.
O povoado relaciona-se directamente a necrópole da Forca (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), assim como com o casal de Tipo A do Castêlo da Maia, Santa Maria de Avioso, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 9), identificado a partir de vestígios de superfície compostos por tégulas e cerâmica comum. Ao povoado associa-se ainda o aparecimento de um lote de moedas tardo-romanas, sem cronologia determinada.

O povoado de Lavra, Monte Castro, (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 17), encontra-se implantado na margem esquerda do rio Labruge, aproveitando um pequeno promontório com um *plateau* de planta circular

[134] Este "tipo" foi criado e desenvolvido por Manuela Martins no âmbito do estudo do povoamento proto-histórico e da romanização da bacia do curso médio do Cávado, correspondendo ao Tipo C (MARTINS 1990, 209).
[135] Segundo a opinião de alguns autores este fenómeno terá resultado de uma política emanada da administração romana, que fomentou a deslocação das populações e a sua disseminação pelo *ager,* de forma a organizar e dinamizar a economia num quadro de incremento da actividade agrícola (ALMEIDA 2003, 166), que nos parece anacrónica na medida em muitos dos povoados intervencionados, nomeadamente na bacia do Cávado, evidenciam cronologias integradas na Fase II, encontrando-se a sua génese num fenómeno de natureza endógena resultante de um avançado estádio de desenvolvimento socio-económico que caracterizou a fase final da cultura castreja.

definida pela curva de nível dos 20 m, com cerca de 1 ha de área. Apresenta condições naturais de defesa modestas, nomeadamente nas vertentes sul e sudeste que constituem a zona de ligação à várzea marítima. A existência de um talude, perceptível na topografia da vertente sudeste, poderá corresponder aos vestígios da única muralha que circundaria o castro. Os materiais de superfície evidenciam uma romanização intensa, tendo sido recolhidos vários fragmentos de sigillata hispânica, abundante cerâmica comum e materiais cerâmicos de construção (tégulas e imbrices) (LANHAS; BRANDÃO 1968, 326; ALMEIDA 1969, 34, nota 15).
A sua implantação sobre numa colina suave, desprovida de condições topográficas que constituam suporte para defesas naturais, associados aos claros indícios de romanização, que atestam a sua ocupação ao longo do séc. I e II, indicam claramente a sua vocação agrícola como se depreende da análise da área envolvente à qual correspondem terrenos de aptidão agrícola moderada (A2).

A sua localização geográfica terá favorecido a sua manutenção no quadro da romanização uma vez nas imediações localizar-se-ia o cruzamento de dois eixos de comunicação viária. O primeiro, que se desenvolve paralelamente à costa, composto pela via de ligação da foz do Douro a Vila do Conde cujo traçado provável, após atravessar o rio Leça, junto a Matosinhos, no local onde se construiria em época medieval a ponte de Bouças, desenvolver-se-ia em direcção a Perafita seguindo para Lavra, onde atravessava o rio Labruge, passando seguidamente por Vila Chã e Azurara para cruzar o rio Ave junto à actual cidade de Vila do Conde[136], sendo admissível um papel importante no escoamento dos produtos provenientes da actividade piscatória, da produção de sal e de bens resultantes do comércio de cabotagem desenvolvido através de diferentes pontos de apoio na costa, localizados na foz do Douro, Leixões, Lavra e foz do Ave (*Supra*, 4.1. *Vias de comunicação terrestres*).

O segundo eixo corresponde à via de penetração para o interior que ligava Lavra à Via XVI (*Bracara Augusta – Cale*). O seu traçado encontra-se documentado em época medieval onde é referida como *via vetera* e *strata vetere*. O seu trajecto, a partir do Muro, far-se-ia directamente através do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos, onde transpunha a pequena elevação da serra de Santa Eufémia no lugar de Monte Grande à cota de 200 m, passando por Guilhabreu para se dirigir para sudoeste em direcção a Mosteirô e daí para Vilar do Pinheiro, onde cruzava a via de ligação de *Cale* ao norte através da ponte de Zameiro (Ponte de Ave), seguindo para o lugar de Paiço, junto ao povoado de Monte Castro, já na faixa litoral, próximo de Lavra, onde concluiria o seu trajecto após cruzar a via litoral que ligava a foz do Douro e Vila do Conde (*Supra*, 4.1. *Vias de comunicação terrestres*).

O castro Boi, Vairão, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 78) encontra-se implantado num pequeno promontório que se destaca isolado na planície costeira (123 m de altitude), a sudoeste do mosteiro de S. Bento de Vairão. As características topográficas do monte conferem-lhe um sistema natural de defesa razoável, particularmente na sua face oeste, assim como um amplo campo de visão sobre a várzea marítima. A acrópole tem cerca de 1 ha e a sua planta, pelo que hoje é possível apreciar, teria uma configuração ovalada, com a plataforma superior aplanada e circundada por uma muralha. Num segundo plano desenvolver-se-ia a plataforma inferior envolvida por um talude, que se pode ainda detectar na sua face sudoeste que melhor se conserva. O sistema defensivo é difícil de caracterizar devido à intensa

[136] O itinerário proposto para o espaço entre Ave e Cávado distancia-se ligeiramente da orla marítima passando pela Póvoa de Varzim para, posteriormente, entroncar na via que vinda do sul atravessava o rio Ave na Ponte de Ave. Também neste trajecto os vestígios romanos são significativos. Para apenas mencionar os mais relevantes refira-se a *villa* e necrópole romana das Caxinas, em Vila do Conde (ALMEIDA 1972, 117, nota 13; ALARCÃO 1988, 18, n.º 1/338) a *villa* romana de Martim Vaz, na Póvoa de Varzim (ALMEIDA 1972, 5; FORTES 1905; 1969, 313-341; ALARCÃO 1988, n.º 1/ 287), a *villa* romana de Vila Mendo, Estela (ALMEIDA 1972, 34; ALARCÃO 1988, 16, n.º 1/284), os vestígios romanos de mineração aurífera na Lagoa Negra (TEIXEIRA; MEDEIROS 1965, 43-44; ALMEIDA 1972, 13-14), e, por último, os vestígios da rua da Junqueira na Póvoa de Varzim (GONÇALVES 1969, 81; ALMEIDA 1972, 31, nota 73).

urbanização que se desenvolve desde o topo do monte até à sua base que transfigurou a sua topografia original. Os vestígios de superfície são compostos por cerâmica indígena, cerâmica comum romana e abundante material cerâmico de construção.
Jorge Alarcão adianta a possibilidade de este castro se inscrever no cantão *Labrencio* e que, eventualmente, terá se constituído como "lugar central", assumindo o nome de *castellum Labrensi* (ALARCÃO 200, 48). Inscreve-se na Unidade Cartográfica Te11.1, à Unidade Fisiográfica Qgs1, a que correspondem terrenos de aptidão agrícola elevada que se desenvolvem ao longo de uma extensa área na envolvente do castro. A manutenção da sua ocupação no séc. I e II estará relacionado com o seu posicionamento altamente estratégico, de grande domínio visual sobre a várzea marítima e, fundamentalmente, devido à relação de proximidade com a via de ligação do Porto ao norte através da ponte de Zameiro. Esta via secundária, apelidada de *Karraria Antiqua*, iniciaria o seu percurso na margem direita do Douro, no Porto, após utilizar a mesma travessia que a via oficial que ligava *Bracara Augusta* a *Olisipo*, passando por Cedofeita, Monte dos Burgos e Padrão da Légua, para se dirigir em seguida para a ponte de Barreiros ou Azenha. Após a travessia do Leça, seguia para Moreira, prosseguindo pela divisória de Vilar do Pinheiro e Gemunde, passando por Mosteirô, para chegar a Modivas e daí derivar ligeiramente para leste em direcção a Gião de Baixo, passando a pouca centenas de metros a oeste do Castro Boi e daí seguia para Vilarinho e finalmente cruzaria o Ave, no local onde em época medieval se construiria a ponte de D. Zameiro.

O castro da Retorta, Retorta, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 77), está implantado sobre numa pequena elevação sobranceira ao rio Ave à cota de 40 m, cuja implantação confere razoáveis condições naturais de defesa, particularmente no lado voltado ao rio onde possuí uma vertente de declive bastante acentuado. A sua planta tem uma configuração ovalada, com o seu maior eixo na orientação noroeste / sudeste perfazendo uma superfície aproximada de 1,5 ha.
O sistema defensivo, aparentemente será composto por uma muralha e por um fosso na face sudeste que corresponde ao local de mais fácil acesso.
Regista ocorrências fortuitas de abundantes materiais romanos, alguns deles estudados; quatro fragmentos de vidro – duas taças caneladas (*phiales côteleés*)[137] do séc. I, uma taça também do séc. I[138] e, um último do séc. IV (ALARCÃO 1963, 197; MOREIRA 1997, 29-30, est. XIV, n.º 71-75).
Eugénio de Freitas associa o castro da Retorta com o *Castro Celoria* referido em documentos medievais (FREITAS 1949, 20-21). À superfície recolhe-se abundante material cerâmico de época castreja e romana.
Insere-se na Unidade Cartográfica Fd2.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica La2, com terrenos de aptidão agrícola elevada numa ampla extensão da envolvente do castro.
O seu posicionamento estratégico na margem do rio Ave, a menos de 1 km da foz, um dos mais importantes portos da região relacionado com o comércio de cabotagem de redistribuição dos materiais comercializados à escala inter-provincial e de transacção de matérias-primas locais, assim como a sua relação com os dois

[137] Este tipo de peças é particularmente abundante no conjunto de formas conhecidas no noroeste e, geralmente, são designados por taças caneladas ou na expressão francesa *phiales côtelées*. Correspondem à forma Isings 3 (ISINGS 1957, 17-18, forma 3-b/c/d). A autora subdividiu o tipo em três subtipos; a/b/c; (Tipo A - com a parede baixa e as nervuras alongadas até à base; Tipo B - com a parede profunda e as nervuras igualmente prolongadas até à base; Tipo C - com as nervuras cortadas sobre a parede) A sua datação ocupa todo o séc. I, e constitui sem dúvida a peça de vidro mais abundante em substratos indígenas. Provenientes das áreas intervencionadas em Alvarelhos apenas três exemplares foram identificados (vol. II, 6.1.15. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, est. CXCI, 5-7), respectivamente enquadradas na Fase II e III.
São muitos os paralelos na área meridional do convento bracaraugustano que se enquadram no extenso grupo de taças caneladas; Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 186, fig. LXXXIX n.º 9; 203, fig. XCIV, n.º 12), Castro do Monte de Santa Maria, Vila da Feira (ALARCÃO 1971, 31-33, est. II, n.º 17), Castro de Bagunte, Vila do Conde (ALARCÃO 1971, 31-33, est. II n.º 18 e 19), Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim (ALARCÃO 1971, 34, est. II, n.º 21), Citânia de Briteiros, Guimarães (ALARCÃO; ALARCÃO 1963, 15, est. III n.º 9; 17, est. IV n.º 15; SARMENTO 1905, 11), Joubreira, Guimarães (ALARCÃO 1963, 27-28, est. IV n.º 28), Carvalheiras, Braga (DELGADO; LEMOS 1985, 162, est. IV n.º 17), Citânia de S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988, 222).
[138] Taça soprada em vidro incolor, translúcido, decorada com linhas horizontais gravadas, tipo Isings 12 (ISINGS 1957, 27-29, forma 12), que cronologicamente se enquadra no séc. I/II (MOREIRA 1997, 25-26, est. XV, n.º 72).

eixos viários de ligação do porto marítimo do Douro com o norte (Foz do Douro - Vila do Conde e Porto – Ponte de Zameiro), terão constituído factores que, conjuntamente com a disponibilidade de terrenos agrícolas de elevada aptidão, contribuíram para a sua manutenção durante o período de dominação romana, conforme se depreende pela cronologia dos materiais arqueológicos de superfície.

Povoamento concentrado

Vici / Aglomerados urbanos secundários | Povoados de média dimensão – Tipo A

N.º Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. Cartográfica	U. Fisiográfica	Apt. Terreno	Tipo de Solo	Subst. Geológico
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Tipo A	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	regossolos umbricos	ortognaisses

Povoados (*Castella*) | Aldeias de média dimensão – Tipo B

N.º Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. Cartográfica	U. Fisiográfica	Apt. Terreno	Tipo de Solo	Subst. Geológico
42.	Monte Padrão	Monte Córdova	Santo Tirso	413 m	Tipo B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	regossolos umbricos	granito porfiróide

Povoados (*Castella)* | Aldeias de pequena dimensão – Tipo C

N.º Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. Cartográfica	U. Fisiográfica	Apt. Terreno	Tipo de Solo	Subst. Geológico
7.	Avioso	Stª M.ª de Avioso	Maia	108 m	Tipo c	Te10.1	Qgp1	A1/F1	antrossolos cumulicos	granito
17.	Monte Castro	Lavra	Matosinhos	25 m	Tipo c	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	cambissolos districos	ortognaisses
77.	Retorta	Retorta	Vila do Conde	40 m	Tipo c	Fd2.1	La2	A1/F2	fluvissolos districos	depósitos fluviais
78.	Castro Boi	Vairão	Vila do Conde	123 m	Tipo c	Te11.1	Qgs1	A2/F1	antrossolos cumulicos	ortognaisses

4.1.3. As *villae*

A perspectiva de Alberto Sampaio de um território romano povoado de *villae* (...) *densas malhas de uma rede, as vilas foram um dos principais pontos de apoio da romanização* (...) (SAMPAIO 1979, 111-112), tem vindo sistematicamente a ser revista, nomeadamente na região de Entre-Douro-e-Minho, área que até à relativamente pouco tempo pouco se sabia sobre a paisagem rural romana.

A *villa* enquanto elemento fundamental na estruturação da paisagem rural do mundo romano, conheceu uma larga difusão nas diferentes regiões do império, tendo conhecido uma significativa diversidade de soluções arquitectónicas e de actividades económicas em função das características geográficas e idiossincráticas das diferentes províncias, nem sempre valorizadas pela investigação arqueológica, em grande medida devido ao papel preponderante dos autores latinos na construção de um conceito que transmite uma ideia estereotipada das unidades de produção de tipo *villa*[139].
Nesta perspectiva a abordagem ao estudo da *villa* no mundo romano implica uma dupla abordagem que considere, em primeiro lugar, a definição do conceito latino de *villa* e, em segundo, a adopção de critérios de classificação em função da realidade arqueológica regional.
Relativamente ao primeiro, vários autores abordaram a questão com base em diferentes perspectivas historiográficas inscritas nas fontes que reflectem a profunda complexidade do tema, bem patente nas fontes bibliográficas[140].
Apesar da pouca uniformidade dos textos clássicos na abordagem de aspectos fundamentais para a estruturação do conceito de *villa* e desta reflectir um fenómeno socio-económico que evoluciona ao longo do tempo, obedecendo a condicionantes económicos, sociais e políticos circunstanciais, é relativamente consensual que acepção generalizada dos agrónomos define o conceito de *villa* nos seguintes termos;

> (…) *unha villa é unha construcción romana, rural, illada e de tipo unifamiliar, que debe cumprir duas condicións: por unha banda debe estar ó serviço da explotación da terra, ou sexa, debe ser unha granxa, un estabelecemento agropecuario nunha finca de producción (fundus); por outra, debe ser unha casa, unha construcción doméstica que sirva de vivenda ocasional ou permanente, ó seu proprietario e à sua família. Esta dobre funcionalidade móstrase clara para Varrón ou Columela* (…) (LOSADA 1987, 89)[141].

Esta dupla realidade arquitectónica – urbano e rústico – complementar e indissociável constitui a essência da realidade estrutural e socio-económica que caracteriza por excelência a *villa* que, de forma mais ou menos explicita, se encontra plasmada nos textos clássicos.

A *villa urbana*, na perspectiva historiográfica dos autores clássicos, em última análise traduz a seguinte realidade;

> (…) *na concepción latina enténdese por villa urbana unha residência campestre o mais ampla, cómoda e luxuosa posible, situada en lugares privelixiados pola sua beleza e benignidade, onde a vida resulta*

[139] Entre os vários autores que entre nós abordaram esta temática veja-se; LOSADA 1987, 79-100; MARTINS 1995, 94-100; ALARCÃO 1998, 89-119; ALMEIDA 2003, 318-323; CARVALHO 2008, 45-50.
[140] WHITE 1970; PERCIVAL 1986, 13-15; CASTRO 1982, 22-58; LOSADA 1987, 79-100.
[141] Este conceito apresentado por Firmim Perez Losada tem por base a acepção desenvolvida por Georges Lafaye e Albert Grenier (LAFAYE; GRENIER 1969, 870-871).

> *agradable e tranquila entre estucos e mosaicos, xardíns e galerías, obras de arte e adicacións intelectuais* (…) (LOSADA 1987, 94).

A *villa rustica*, na perpectiva dos autores clássicos, em resumo, traduz a seguinte realidade;

> (…) *defínese e caracteriza-se a villa rustica pola sua dependência directa do fundus, que é quem vai determina-lo seu tamaño e maila sua tipoloxía, así como pola estrica funcionalidade agropecuária dos seus edificios, xerando deste modo construccións altamente características e definitorias* (…)(LOSADA 1987, 97).

Apesar de persistir o princípio, mais ou menos consensual, que as estruturas edificadas das *villae* não constituíram uma realidade estática, evoluindo e tornando-se mais complexas ao longo do tempo, em função da conjuntura económica da exploração agrária. Todavia, o elemento fundamental da sua estrutura fundacional define-se na complementaridade funcional expressa na vocação dos edifícios construídos que reflectem duas realidades que se relacionam com a área habitacional e o complexo rústico de carácter polivalente de apoio à actividade agro-silvo-pastoril[142].

A correlação directa e exclusiva da *villa* com a realidade construída parece conhecer na antiguidade tardia uma nova dimensão que extravasa os aspectos exclusivamente materiais para desenvolver uma visão de conjunto que passa a englobar a zona de exploração – o *fundus* –, não apenas no sentido de campo ou de propriedade, mas que inclui as construções necessárias para a exploração, como explicitamente refere Isidoro de Sevilha[143].
Efectivamente, a transformação socio-económica operada no âmbito do ressurgimento económico registado no séc. IV, originado pelo progressivo arroteamento do campo e a transformação da paisagem rural, aliada às alterações das condições de vida da cidade proporcionaram a transformação da realidade socio-económica das *villae* que passam agora a estar menos dependentes da estrutura viária e, em certa medida, ultrapassam a função de centros produtores para passarem a abastecer as grandes cidades que, em grande medida, constituiu o designo das primeiras instalações na periferia integrando-se na densa malha de povoamento que agrega múltiplas realidades de povoamento[144].

> (…) *Na Antiguidade Tardia, pólo tanto, a verba fundus é empregada para describi-lo conxunto dunha explotación agropecuaria rural formada tanto polas construccións urbanas e rústicas como pola terra obxecto do aproveitamento económico. Deste xeito*, *fundus ou o seu ocasional sinónimo villa*

---

[142] *Grosso modo*, é esse o sentido transmitido na interpretação do termo *villa* no estudo do povoamento do *territorium de Pax Iulia* no qual se considera este tipo de estabelecimento como (…) *uma unidade de exploração agro-pecuária constituída por dois elementos indissociáveis: conjunto de edifícios habitacionais, de armazenamento, de transformação e estábulos e uma propriedade fundiária, continua ou descontínua* (…) (LOPES 2003, 236).

[143] (…) *Fundi appellatione omne aedificium et omnis ager continetur, sed in usu urbana aedificia «aedes», rustica «villae» dicuntur. Locus vero sine aedificio in urbe «área» rure autem «ager» appelatur, idemque ager cum aedificio «fundus» dicitur* (…) (Dix. L, 16, 211).
(…) … com o nome de *fundus* designa-se todo o edifício e todo o campo, ainda que na cidade se costuma falar de *aedes* e no campo de *villlae*. Por outro lado, um terreno sem edificar designa-se *aera* na cidade e *ager* no campo, assim como o mesmo *ager* de um edifício se designa *fundus* (…)
(…) *Fundus dictus quod in eo fundatur vel stabiliatur patrimonium. Fundus autem et urbanum aedificium et rusticum intellegendum est* (…) Isidoro, Etim. XV, 3, 4).
(…) O *fundus* designa-se desta forma porque é nele que se funda e consolida o património. O *fundus*, portanto, deve entender-se como o edifício urbano e parte rústica (…)

[144] A questão da implantação e desenvolvimento da estrutura agrária romana no baixo-império foi abordada por vários autores, entre os quais, por Villanueva Acuña (ACUÑA 1992, 475-488) que defende uma complementaridade entre o desenvolvimento agrário, designadamente do tipo *villa* e a cidade num quadro de desenvolvimento económico que, a partir da criação da nova província, marcou a Hispânia em geral, e a Gallaecia em particular.

> *convértese mais nunha realidade socioeconómica rural característica do baixo Império que na mera evidencia material que representan as casas ou granxas espalladas pólos campos (…)*(LOSADA 1987, 103).

Aclarada a questão conceptual, importa agora compreender a problemática associada a correcta atribuição da designação de *villa* a uma determinada realidade arqueológica, na região específica em que nos encontramos.

Naturalmente, a *villa* enquanto grande equipamento de exploração rural, característico do sul da península, à qual se associa o *fundi* de grandes dimensões, cujo *interface* arqueológico assume uma grande expressão e monumentalidade, não levanta problemas na sua classificação. Estes começam quando se pretende aplicar a classificação a explorações rurais localizadas em regiões cujas características (sociais, morfológicas e económicas) implicaram a existência de *fundi* de menores dimensões a que, naturalmente, corresponderia menor riqueza gerada e, em consequência, uma menor dimensão e monumentalidade da área construída.

Como fez notar Manuela Martins, no noroeste peninsular existem particularidades arquitectónicas regionais que resultam da adaptação dos modelos itálicos às matérias-primas disponíveis, à existência de uma mão-de-obra pouco especializada e a factores de carácter socio-económico, como, por exemplo, o facto de estas unidades não reproduzirem a estrutura esclavagista dos grandes domínios, presumindo-se que, na região, a mão-de-obra escrava tenha sido sempre pouco relevante, como se depreende aliás das evidências epigráficas conhecidas (MARTÍNEZ 1998, 195-205)[145].

> (…) *As particularidades arquitectónicas sugeridas pelos vestígios conhecidos e uma produção agrícola pouco especializada, que abasteceria mercados de âmbito meramente local, sugerem, globalmente, o predomínio da pequena e média exploração agrária, directamente explorada pelo proprietário e respectiva família, utilizando sazonalmente mão-de-obra assalariada. Haveria contudo que perguntar se estes estabelecimentos não merecem a designação de villae, tendo em conta as características de alguns projectos de estabelecimentos conhecidos, que só se tornaram luxuosos no Baixo-império* (…) (MARTINS 1995, 96).

No início dos anos 80 a identificação e classificação de achados de superfície como *villae* residia, fundamentalmente na existência de mosaicos (ALARCÃO 1980, 171-179), tendo originado a partir desse momento um alargado conjunto de critérios identificativos deste tipo de assentamento[146]. No entanto, para a região em estudo, as particularidades regionais e as características geomorfológicas do noroeste, em associação à constatação arqueológica de alguns exemplos de *villae* em que não existiam mosaicos conduziu à alteração deste conceito tornando-o mais abrangente. Manuela Martins, considerou como passíveis de classificação de *villae* locais em que para além da cerâmica comum, fornecessem elementos arquitectónicos – bases de coluna, fustes, capitéis –,[147] e/ou monumentos epigráficos ou tesouros monetários (MARTINS 1990, 224).

---

[145] As fontes epigráficas, apesar de constituírem uma referência que deve ser valorizada com precaução, dão conta da existência de 15 referências a escravos no *Conventus Bracaraugustanus* e a 25 libertos de diferente proveniência (MARTÍNEZ 1998, 204).

[146] Entre os exemplos mais significativos refira-se, para além da alteração do conceito do autor citado, que considera agora que uma *villa* se pode definir pela presença de mosaicos, termas ou pela proximidade de uma inscrição funerária em conjugação com áreas de dispersão de achados (ALARCÃO 1995, 390), a perspectiva de João Bernardes considera poderem classificar-se como *villa* os locais que fornecem elementos arquitectónicos ou artísticos, como mosaicos, termas, esculturas ou, na sua ausência, possuam uma média de dispersão de vestígios entre 1 a 2 ha, que devem incluir cerâmica de importação, pedras de construção, moedas ou inscrições (BERNARDES 1996, 20-21).

[147] No entanto, importa referir que existem casos de construções isoladas de um ou mais edifícios que apresentam os elementos arquitectónicos referidos, sem que por isso possam ser consideradas com *villae*. Um caso bem significativo constitui o "sítio romano da bouça do ouro", em que um dos edifícios apresenta um pequeno pórtico com cinco colunas, mas cuja configuração e dimensão em definitivo o afasta dos modelos arquitectónicos de tipo *villae* (SOEIRO 1998, 5-20).

Trabalhos mais recentes, adoptam praticamente na íntegra este novo conceito de classificação para o noroeste[148], mesmo considerando que este tipo de construções se revestiu de diferentes formas desde o séc. I até o séc. IV (DIAS 1997, 290). Adoptamos esta definição abrangente a que acrescentamos, três elementos importantes que constituíram, em alguns dos casos, factores determinantes para a classificação de um *sítio*, como *villa*, respectivamente a sua implantação topográfica[149], a toponímia do local[150] e, por último, as características geomorfológicas da área envolvente e a possibilidade de acesso a terras de aptidão agrícola elevada nas suas imediações ou outro tipo de recursos de elevada rentabilidade que permitissem a viabilidade de explorações do tipo industrial.
Ao nível da interpretação ou confirmação dos sítios a partir de trabalhos de prospecção arqueológica introduzimos um outro critério apresentado recentemente para a interpretação de "casais / granjas / vilas / aldeias" desenvolvido por Jorge Alarcão, na qual se considera a área de dispersão dos vestígios de superfície como elemento determinante na classificação. No referido estudo as *villae* são consideradas como tal a partir de uma área de dispersão dos vestígios compreendida entre 5 000 a 25 000 m^2 (ALARCÃO 1998, 95). Ponderadas as áreas de dispersão dos vestígios de todos os sítios inventariados, constata-se que, no nosso caso as *villae* na média revelam uma área que varia sensivelmente entre os 8 000 a 10 000 m^2 [151].

Identificamos sete sítios que incluímos nesta categoria – 19. Fontão, Lavra, Matosinhos; 31. Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa; 38. S. Simão / Quinta do Corgo, Burgães, Santo Tirso; 57. Devesa, Santo Tirso; 69. Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde; 75. Mosteirô, Vila do Conde; 79. Igreja, Santa Maria de Vilar, Vila do Conde.

A sua tipologia poder-se-á dividir em dois tipos, considerando para o efeito, a vocação primordial da exploração – Tipo A, constituem as explorações com uma vocação essencialmente agrícola, em que nas imediações predominam terrenos de levada aptidão agrícola, – Tipo B, são explorações agrícolas cujo local de implantação e vestígios detectados permitem admitir a exploração e transformação intensiva de um determinado recurso numa filosofia pré-industrial.

Do primeiro tipo (A), identificamos seis estações que constituem, indiscutivelmente, o denominador comum à ocupação dispersa de entre Leça e Ave em época romana que revela uma orientação preponderante para um tipo de exploração de carácter agro-silvo-pastoril.

A *villa* de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 31), implantada na veiga de Bougado, sobre o ribeiro da Trofa, dominando uma ampla área de terrenos de elevada aptidão agrícola, constitui um bom exemplo de uma escolha criteriosa e orientada para a rentabilização da exploração agrícola, possuindo ainda acesso a recursos fluviais que, apesar de sazonais, permitiriam certamente uma complementaridade importante para a vida económica da propriedade.

---

[148] Inclusivamente, Jorge Alarcão (ALARCÃO 1998, 89-119) reviu a sua posição apresentando agora outros critérios classificativos, em face de novos resultados, nomeadamente de prospecções arqueológicas desenvolvidas na área de Chaves (AMARAL 1993), e na área de Leiria (*Collipo*) (BERNARDES 1996).
[149] Como tem sido constatado em anteriores trabalhos (MARTINS 1990, 226-230; LEMOS 1993, 457; DIAS 1997, 330), a escolha de locais para a implantação das *villae*, obedece a critérios bem definidos, nomeadamente a sua implantação num ponto dominante em relação ao *fundus*. Por outro lado, a escolha dos sítios privilegiava locais com solos de boa aptidão agrícola, abundante em água, boa capacidade de insolação e protecção aos ventos dominantes entre outros.
[150] Referimo-nos concretamente à existência, por exemplo, de um antropónimo de origem latina.
[151] Das raras plantas de *villae* conhecidas na área de entre Douro e Ave, ainda não publicada, a *villa* de Sendim, Felgueiras, intervencionada por Marcelo Mendes Pinto, revelou uma área de dispersão de vestígios de superfície na ordem dos 10 000 m, não ultrapassando a planta uma área de 2 500 m^2, apesar de, aparentemente, se tratar de uma *Domus* de uma certa dimensão, dotada de infra-estruturas de conforto, uma vez que se detectaram mosaicos, termas etc.

A sua única referência cronológica advém dos materiais recolhidos na necrópole que lhe está associada (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30), que apontam para uma datação do séc. III / IV-V. A proximidade da via de ligação a *Bracara Augusta,* que passava a sudeste a não mais de 1 km, terá constituído um importante factor de atracção e implantação da *villa*.

A *villa* de S. Simão, Quinta do Corgo, Burgães (4.2. *O povoamento*. Catálogo das estações, n.º 38), por sua vez, encontra-se implantada a meia encosta, numa ampla e extensa plataforma natural da vertente norte da serra de Monte Córdova. Os terrenos de que dispõe na parte mais baixa da vertente revelam uma aptidão agrícola moderada com uma excelente exposição solar e uma topografia que facilita a drenagem das águas pluviais. Os materiais de superfície permitem admitir uma instalação durante o séc. II e a sua manutenção até finais do séc. IV. Uma vez mais a relação de dependência com a rede viária se faz notar. A sua implantação sobre a via de ligação de *Cale* – à via de ligação de *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta* terá certamente favorecido a sua instalação e desenvolvimento[152].

A *villa* da Devesa, Santo Tirso, constituiu o exemplo que revela menor relação com a proximidade de qualquer uma das vias que cruza o território. Implantada sobre uma plataforma sobranceira ao Ave, orientada a nordeste, integra uma ampla mancha de terrenos de aptidão agrícola moderada, formada pelos vales do rio Sanguinhedo e o ribeiro do Matadouro. Revela um posicionamento equidistante em relação às duas vias mais próximas. A oeste passa a via XVI que cruzaria o rio no lugar da Ervosa, na ponte da Lagoncinha, de que apenas dista cerca de 4 a 5 km e, para leste, sensivelmente à mesma distância, passa a via secundária anteriormente referida. A crer na possibilidade deste ser o local de proveniência da epígrafe que hoje se encontra integrada na parede do claustro do antigo convento beneditino de Santo Tirso, localizado a apenas cerca de 300 a 400 m, dedicada por *Lucius Valerius*, soldado da VI legião a *Turiaco* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 60), garantir-se-ia uma fundação alto-imperial, cuja ocupação se terá mantido até finais do séc. IV, início do séc. V, como sugerem os materiais provenientes da

[152] O mesmo desenvolvimento parece observar-se em Santa Maria de Negrelos, Santo Tirso, local em que se detectou uma *villa,* também localizada a meia encosta, amplamente documentada por achados epigráficos e de materiais de superfície, sobranceira a esta mesma via secundária que ligava *Cale* a *Ocullis Calidarum* (Caldas de Vizela). Não integramos esta *villa* no nosso catálogo por se localizar fora dos limites geográficos definidos para o nosso estudo, no entanto, as similitudes com a *villa* de S. Simão / Quinta do Corgo, Burgães, são significativas no que respeita à sua implantação, assim como à cronologia que se pode apreciar por um assinalável espólio epigráfico, nomeadamente por uma ara votiva dedicada a Júpiter - (*I*) OVI (...) Bibl. - SARMENTO 1887, 185; 1933 309-310, nota 3; GUIMARÃES 1901, 52; VASCONCELOS 1905, 277, nota 3; CARDOZO 1935, 43, n.º 26; 1947 105-106; CIL II, S, 5568; SANTARÉM 1956, 67; MOREIRA 1992, 24, est. III, n.º 7 -, e uma ara, funerária dedicada por Pompeu Flavino a sua irmã – D(*is*) · M(*anibus*) · P(*ompeius*) · FLA/VINUS SOR/ORI · A(*nnorum*) XX – Bibl. - SARMENTO 1887, 187; 1887, 187; 1933, 310-315; GUIMARÃES 1901, 63; CARDOZO 1935, 90, n.º 48; 1947, 105; *CIL* II, S, 5582; MATOS 1947, 78; SANTARÉM 1956, 65-66; MOREIRA 1992, 25-26, est. III, fot. 9. Em S. Martinho do Campo, Santo Tirso, obedecendo aos mesmos critérios referidos, no que concerne à sua implantação topográfica e relação com a via, detectou-se uma provável *villa*, documentada por achados de superfície, um achado epigráfico e por uma ara votiva dedicada à deusa *Abna* – FUSCIN/US FUS(*i*) / D(*ea*) D(*ominae*) A(*ugusteae*) / ABNE M(*erito*) / L(*ibens*) A(*nimo*) / P(osuit). Bibl. - GUIMARÃES 1901, 81-82; VASCONCELOS 1905, 214-215, fig. 89; CUEVILLAS 1933-34, 219; MATOS CARDOZO 1935, 23, n.º 19; SANTARÉM 1956, 64-65; BLAZQUEZ 1962, 219; *CIL* II, 779; ENCARNAÇÃO 1970, 209-211; 1975, 77-78; *ILER* , 704; 1947, 79; TRANOY 1981, 23, 268; MOREIRA 1992, 24-25, est. III, fot. 8. Mais para leste, perto da ponte de S. Martinho do Campo, na freguesia de Vilarinho, achados de superfície e a descoberta de um tesouro, de cerca de 5 mil numismas, datado do séc. III (*O Popular*, 22 de Agosto de 1900 ; AZEVEDO 1900, 342; HIPÓLITO 1960-61, 110-111), parecem indicar a existência de uma outra estrutura similar que, de certa forma, corrobora a perspectiva de considerar como elemento estruturante do povoamento por excelência, a via. A datação deste tesouro, hoje desaparecido, é pouco preciso, uma vez que, a única referência bibliográfica existente apenas nos remete para "moedas dos imperadores Galieno e Probo ", que, considerando o volume do tesouro, é manifestamente pouco relevante, para além do facto de, os tesouros monetários do séc. III conhecidos no convento bracaraugustano não serem abundantes, registando-se apenas quatro na área meridional - 1. Tesouro de Panóias, apenas conhecido pela referência de Mateu y Llopis, que o refere como tesouro de Salonina (MATEU Y LLOPIS 1947-48, 68; MIRA 1995-97, 132-133); 2. Tesouro de Vila Caiz, Amarante, descoberto na década de 40, composto por 54 exemplares de Aureliano, sendo 52 radiados e 2 quarto radiados (CENTENO 1981-82, 121-129; MIRA 1995-97, 142, 167) 3. Tesouro das Fragas do Piago, Salto, Montalegre, descoberto em 1954, é composto por 2.873 unidades, incluindo vários exemplares de DIVO CLAUDIO, sendo os exemplares mais tardios de Tácito (275-276), (RAMÍRES 1995, 75-93; HIPÓLITO 1960-61, 103-105; MIRA 1995-97, 144, 173); 4. Tesouro de CHAVES, descoberto antes de 1929, desconhecendo-se o número exacto de exemplares. Conservam-se apenas 212 exemplares que se repartem entre radiados e radiados reformados de Aureliano e 3 denários de Severina (CENTENO 1991, 99-120; MIRA 1995-97, 145).

necrópole que lhe está associada (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 6). Também neste caso, à semelhança da *villa* de Rorigo Velho a proximidade com o rio Ave, permitiria o acesso a recursos complementares à exploração agrícola, cuja localização indica uma vocação essencialmente agro-pastoril.

A *villa* do Paiço / Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 75), localizada nas imediações do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos e próximo da via XVI, revela um critério de implantação distinto das demais. Apesar de o local nunca ter sido intervencionado de forma sistemática, o amplo conjunto de achados ocorridos[153] revelam-nos um importante complexo de fundação alto-imperial que terá acompanhado a cronologia registada no *vicus*, sensivelmente até meados do séc. V. A sua proximidade indica uma articulação, com o "aglomerado urbano", constituindo-se como potencial centro abastecedor em sintonia com a principal função comercial que julgamos ter sido a deste *aglomerado urbano*. Este tipo de relação foi já constatada em Braga, em que a distribuição dos casais e *villae*, em articulação com a própria cidade, desenvolvendo-se nas suas imediações e/ou sobre as vias que delas derivavam, obedecendo ao "princípio de transporte" (MARTINS 1990, 230).
A sua vocação agro-silvo-pastoril, se atendermos às características da sua localização, encontra-se perfeitamente definida. Implantada num local de transição de terrenos de elevada aptidão agrícola que se desenvolve por uma vasta área para oeste, local para onde se encontra orientada. Para leste os terrenos não revelam aptidão agrícola, mas, em contrapartida, revelam alta aptidão florestal, que atendendo à sua relação de proximidade com Alvarelhos, provavelmente constituiria um importante recurso.

A *villa* de Mosteirô, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 79), evidencia os mesmos critérios de implantação apreciados nas outras *villae*, ainda que os materiais que forneceu não permitem uma avaliação precisa quanto à sua fundação nem relativos à sua dimensão. Inclusivamente, a necrópole de Arões, Vila do Conde, que julgamos poder estar associada (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 74), não forneceu materiais com referência cronológica, assim como o *casal* que provavelmente integraria no seu *fundus* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 76). No entanto, os materiais de superfície permitem, pelo menos, confirmar a sua perduração ao longo do baixo-império. A sua localização, embora próxima a uma via secundária, *via Veteris*, parece indicar uma unidade de vocação agro-silvo-pastoril, relativamente pequena e afastada dos principais centros de povoamento da região.

Situação idêntica verifica-se na *villa* de Santa Maria de Vilar (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 79), cujos elementos arqueológicos conhecidos não permitem uma avaliação precisa. A necrópole que lhe está associada, apenas conserva uma estela funerária cuja epígrafe se encontra ilegível e os elementos decorativos revelam uma cronologia que aponta para o séc. IV. À semelhança da *villa* de Mosteirô, a área de dispersão dos vestígios, assim como a sua natureza, indicam tratar-se de uma unidade agrária de dimensão média com uma implantação semelhante às demais.

Do segundo tipo (B), apenas identificamos a, *villa* de Fontão, Lavra, Matosinhos, cuja implantação sobre o mar possibilita o acesso a recursos marinhos de indiscutível valor económico, cuja exploração e transformação se encontra amplamente documentada, quer na produção de sal como na elaboração de preparados de peixe. Naturalmente, a economia da própria *villa* encontraria na agricultura e criação de gado uma outra fonte de rendimento que se depreende da sua implantação a avaliar pela elevada aptidão agrícola das terras da envolvente, cuja distribuição ao longo da costa é pontual.

[153] Entre outros refira-se o aparecimento de um tesouro monetário, mosaicos, elementos escultóricos, necrópole, *columbarium*, associados a uma ampla área de dispersão de materiais de superfície (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 75).

A sua localização parece assim ter obedecido a critérios bem definidos que pretendiam conjugar a exploração de recursos marítimos e a prática da agricultura. Aliás, a observação das características geomorfológicas da linha de costa permitem apenas identificar dois espaços com estas características. O primeiro, mais a norte desenvolve-se nas imediações de Angeiras, local em que se encontra implantado o castro de S. Paio, Labruge, e o segundo em Lavra, onde se encontra implantada a *villa*. Apesar de não dispormos de elementos crono-estratigráficos seguros que permitam determinar o *terminus* da ocupação do castro de S. Paio e dos elementos cronológicos referenciados para a *villa* de Fontão nos remeterem para o séc. III-IV, é admissível que o estabelecimento da *villa* tenha decorrido em época alto-imperial, verificando-se que, dentro das limitações geomorfológicas da região, a opção do local de implantação pretendeu não interferir com o território teórico de exploração do castro que lhe está próximo, principio aliás, já constatado noutras realidades geográficas, em que se verifica que as *villae* mais antigas parecem não interferir com os territórios de exploração dos povoados fortificados que sobrevivem ao longo do período alto-imperial (MARTINS 1990, 230).

Em termos gerais, os locais de implantação das *villae* responderam a várias prerrogativas comuns ou, dependeram da convergência de um conjunto de factores que, por ordem de importância, se poderiam hierarquizar da seguinte forma; ***a)*** aptidão agrícola dos terrenos envolventes e/ou recursos a existência de suplementares de elevada rentabilidade ***b)*** características topográficas favioráveis ***c)*** proximidade às principais vias ***d)*** inserção na dinâmica económica regional.

a) A apreciação da distribuição dos sítios identificados como *villae*, quando implantados sobre a carta de aptidão da terra revelam, claramente, a preferência de locais de terra de aptidão agrícola elevada e/ou moderada, reflectindo uma selecção criteriosa dos terrenos a utilizar, sendo disso exemplo todos os estabelecimento identificados. A *villa* de Fontão, Lavra, constitui uma situação excepcional uma vez que, para além do acesso a terrenos de boa aptidão agrícola evidencia estruturas que documentam a exploração intensiva dos recursos marítimos, numa clara perspectiva industrial[154].
Em termos gerais, a sua distribuição das *villae* entre Leça e Ave faz-se sobre pequenas veigas de aluvião do rio Ave, que se prolongam para o interior através dos ribeiros seus afluentes, como é o caso de Rorigo Velho; Quinta da Devesa e S. Simão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 31, 57, 38), sobre a várzea marítima que se estende até aos contrafortes da face oeste da serra de Santa Eufémia, como é o caso das *villae* de Fontão, Vila Boa, Mosteirô e Igreja (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 19, 69, 75, 79). A preferência por solos fundos, bem irrigados e com boa capacidade de retenção de água é evidente, não tendo sido identificado nenhum sítio implantado sobre um substrato rochoso de xisto, apesar de este representar uma ampla percentagem dos terrenos da área de estudo (vol. I, est. II-V).
Genericamente, as características de implantação correspondem genericamente às detectadas no Minho Litoral (ALMEIDA 1996, 362), na bacia média do rio Cávado (MARTINS 1990, 226-230), no *territorium* de *Tongobriga* (DIAS 1997, 330), ou mesmo em Trás-os-Montes Oriental (LEMOS, 1993, 457).

b) Com excepção da *villa* de Fontão, Lavra, a implantação topográfica revela um padrão comum a todos os assentamentos. Perfeitamente adaptadas à geomorfologia da região a implantação da *villa urbana* selecciona locais de amplo domínio visual sobre o *fundus*, ocupando plataformas naturais, definidas por

[154] Na costa portuguesa, estão identificadas a norte, entre o rio Douro e o rio Minho, quatro outras estações com idêntica implantação e presumivelmente com a mesma especialização de exploração dos recursos marinhos, admitindo-se que a agricultura seria nestes casos uma actividade complementar – *villa* das Caxinas, Vila do Conde (ALMEIDA 1972, 117, nota 13; 1974, 209-222; ALMEIDA 1995, 62; ALARCÃO 1988, n.º 1/338), *villa* do Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim, *villa* das Baganheiras, Afife, Viana do Castelo (ALARCÃO 1988, 1/61), e *villa* Mendo, Estela, Póvoa de Varzim.

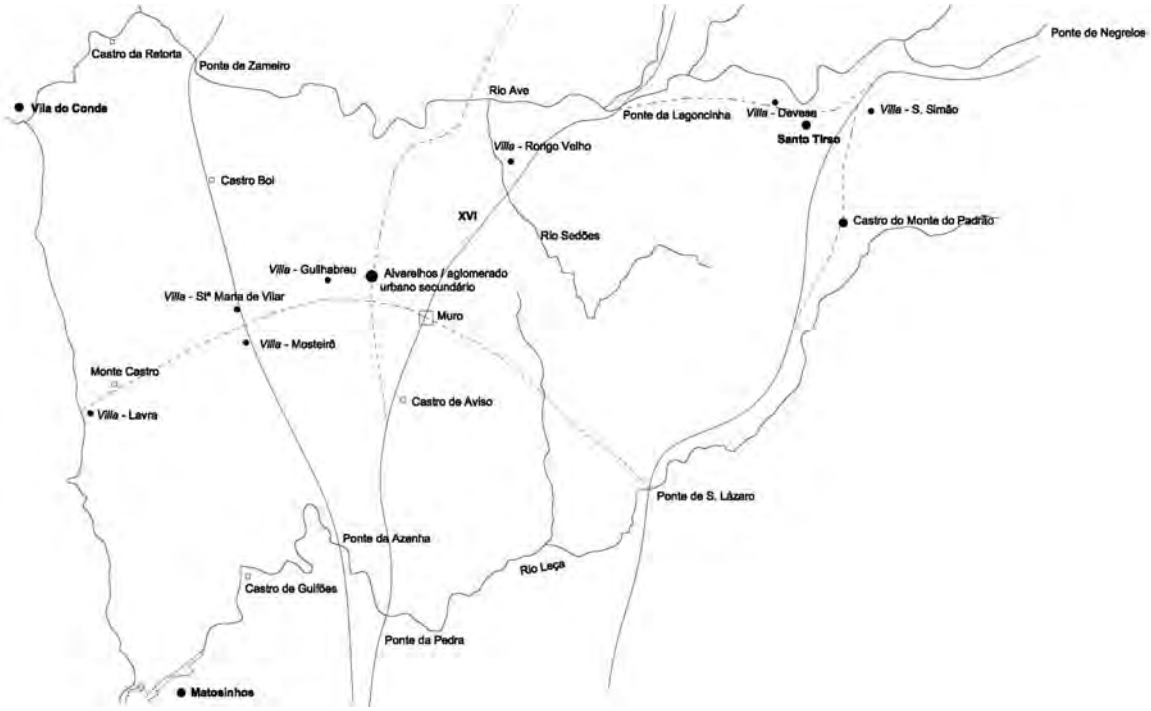
linhas de água, com boa drenagem das águas pluviais, apesar das cotas de implantação não ultrapassar em nenhum dos casos os 145 m.

c) A relação estabelecida entre a instalação das *villae* com a rede viária é uma constatação comum a todos os trabalhos realizados, sendo esta identificada como elemento estruturante no ordenamento do povoamento, atraindo a fixação das populações na sua proximidade.
Na área definida pela bacia média do rio Cávado, onde foram identificadas 19 *villae*, na sua parte norte é particularmente notória a densidade deste tipo de assentamento num aro à volta de *Bracara Augusta* e ao longo das vias XVIII e XIX (MARTINS 1990, 231, fig. 30). No *territorium* de *Tongobriga*, onde foram detectadas 13 *villae*, é perceptível o efeito polarizador da cidade registando uma elevada concentração de *villae* no seu redor, dispersando-se as restantes ao longo de várias vias secundárias (DIAS 1997, 330, 347). O inventário dos assentamentos romanos do Minho Litoral identifica 26 potenciais *villae*, cuja distribuição apresenta uma clara relação com a via XIX, nomeadamente a norte do rio Lima e, simultaneamente, com a via " *Per Loca Marítima* " a partir do rio Cávado para norte (ALMEIDA 1996, fig. 74, 77). O mesmo comportamento verifica-se na distribuição do povoamento rural em torno de Chaves, onde foram identificadas 18 *villae*, estando pelo menos 15 delas na proximidade das vias (ALARCÃO 1998, est. X). Situação idêntica apresenta o aro de povoamento em torno de *Collipo* estando 12 das 20 *villae* identificadas em directa relação com a viação (ALARCÃO 1998, est. XII).
Assim o "princípio de transporte" funcionaria de forma a facilitar a função abastecedora dos grandes centros urbanos que, eventualmente, alguns deste tipo de assentamento poderiam ter desempenhado. No nosso caso, no espaço compreendido entre Leça e Ave, onde se documentam três vias que cruzam transversalmente o território, identificamos o mesmo padrão de distribuição. Assim, as *villae* da Devesa e de S. Simão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57, 38) relacionam-se com a via secundária que ligava *Cale* a S. João da Ponte. Por sua vez, na via XVI de ligação de *Cale* a *Bracara Augusta* identifica-se a *villa* de Rorigo Velho (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 31). Sobre a via *Veteris* encontram-se as *villae* de Mosteirô e Santa Maria de Vilar (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 75, 79). Por último, sobre a via costeira encontra-se a *villa* de Fontão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19). Situação excepcional parece ter desempenhado a *villa* de Vila Boa Paiço (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69), cuja proximidade com *o aglomerado urbano* de Alvarelhos a coloca em posição privilegiada para se assumir como potencial abastecedora do assentamento. Naturalmente, a estrutura da viação romana, por si só, não definiu os contornos do povoamento, mas constituiu certamente um dos principais factores que, em conjugação com a aptidão agrícola da terra e/ou o acesso a outro recurso importante, definiu o critério para a instalação dos assentamentos.

e) O forte dinamismo económico verificado na região terá constituído um elemento facilitador da instalação das *villae* na região na medida em que estas directamente beneficiaram da actividade comercial e económica gerada, incrementando e diversificando as suas actividades produtivas. Na área em estudo destaca-se a actividade comercial associada ao transporte marítimo inter-provincial e de cabotagem que se documenta nos portos marítimos de *Cale*, Leixões, foz do Ave e, eventualmente, em Labruge (*Srupra*, 4.1. *Portos marítimos e vias fluviais*) e na existência de mercados permanentes ou de tipo periódico, tipo feira, ao estilo das *nundinae* norte-africanas, nomeadamente no *aglomerado urbano* de Alvarelhos (*Srupra*, 5. 7. *Áreas públicas*).
A dinâmica económica local terá também beneficiado da proximidade do mar e do estabelecimento de unidades na costa vocacionadas para o aproveitamento dos recursos marítimos (sal, peixe, mariscos), e da produção de preparados de peixe, direccionados para o abastecimento do *interland*, como se documenta em Lavra, Vila do Conde e Póvoa de Varzim. A estas actividades deverá acrescentar-se a actividade

mineira, designadamente da exploração do couto mineiro de Valongo e de pequenas unidades disseminadas na paisagem, ainda pouco valorizadas na investigação arqueológica, de que a Lagoa Negra na Póvoa de Varzim é um bom exemplo.
Por último, destaque-se o papel particularmente importante que fenómeno urbano teve na área envolvente, nomeadamente a norte com a capital do convento, *Bracara Augusta*, e a sul com *Cale*, enquanto capital de civitas ou como *vicus* portuário, enquanto centros polarizadores da actividade económica regional.

As sete *villae* identificadas entre Leça e Ave (6 dos tipo A e 1 do tipo B) revelam a crescente ocupação e transformação da paisagem rural, assim como as alterações ocorridas na economia e sociedade galaico-romana da área meridional do convento bracaraugustano ao longo do período de domínio romano, cujo papel no ordenamento do território deverá ser valorizado em conjugação com os outros tipos de assentamentos que coexistiram temporalmente na região (*vici, castella* e *aedificiae*), de forma a proporcionar uma visão de conjunto mais completa do povoamento da região.
Para além dos factores já identificados como potencialmente propiciadores do estabelecimento de assentamentos de tipo *villa*, importa referir que estes se integram numa densa e diversificada rede núcleos habitacionais que revelam uma densidade populacional significativa que combinou modalidades de povoamento tradicional com novas formas de *habitat* em aparente convivência, revelando tratar-se de um processo progressivo de aculturação, contrário a uma visão de conflito de transformação da sociedade indígena sob domínio romano.
Apesar dos elementos de datação disponíveis (achados monetários, necrópoles, epígrafes e recolhas de superfície) se reportarem fundamentalmente ao séc. IV, com excepção da *villa* de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde e da *villa* da Quinta da Devesa, Santo Tirso, cujo horizonte cronológico se reporta à primeira metade do séc. I, a profunda remodelação dos castros de Alvarelhos e Monte Padrão, em paralelo com um assinalável conjunto de vestígios disseminados nos vários assentamentos que compõem o território, evidenciam já em meados do séc. I uma sociedade com um razoável nível de integração sócio-cultural.



Localização das *villae* entre Leça e Ave com a implantação da estrutura viária

O povoamento disperso

Villae

N.º Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação Tipo		U. Cartográfica	U. Fisiográfica	Aptidão agrícola	Datação	Tipo de Solo	Substrato Geológico
19.	Fontão	Lavra	Matosinhos	13 m	*Villa*	B	Área Social	Àrea Social	Área Social	séc. III-IV	Área social	micaxistos-gnaisse
31.	Rorigo Velho	Santiago de Bougado	Trofa	35 m	*Villa*	A	Cd2.4	Qxp1	A2 / F1	séc. III-IV	Cambissolos districos	xistos "grauvaques"
38.	S. Simão	Burgães	Santo Tirso	130 m	*Villa*	A	Ru5.1	Qgo2	A0 / F2	séc. III-IV	Regossolos umbricos	granito
57.	Devesa	Santo Tirso	Santo Tirso	61 m	*Villa*	A	Área Social	Área Social	Área Social	séc. I-IV	Área social	granito
69.	Vila Boa /Paiço	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	*Villa*	A	Ru5.1	Qgo2	A0 / F2	séc. I-IV	Regossolos umbricos	ortognaisses
75.	Mosteiró	Mosteiró	Vila do Conde	40 m	*Villa*	A	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	séc. IV	Cambissolos districos	micaxistos
79.	Igreja	Stª Maria de Vilar	Vila do Conde	55 m	*Villa*	A	Cu3.1	Lgp1	A2 / F1	séc. IV	Cambissolos Humicos	ortognaisses

Epigrafia votiva

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	U. C.	U. F.	A. A.	Dedicante	Divindade	Correspondência com o Habitat
10.	S. P. de Avioso	Avioso	Maia	104 m	Te10.1	Qgp1	A1/F1	C.S.F.	*Valmus ou Valanis*	---
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F1	*Saturninus*	*Genio*	Aglomerado urbano secundário– Alvarelhos (Cat. n.º 27)
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F1	*Sextus Arquius Saurus*	*Marte ?*	Aglomerado urbanosecundário – Alvarelhos (Cat. n.º 27)
37.	Q. do Corgo	Burgães	Santo Tirso	130 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	*Severus*	*Cusuneneoeco*	*Villa* – Burgães (Cat. n.º 38)
42.	Monte Padrão	Monte Córdova	Santo Tirso	413 m	Ru5.1	Qg02	A0/F2	*Fus* (?)	?	*Castella* – Povados de média dimensão Tipo B – Monte Padrão (Cat. n.º 42)
59.	S. Bartolomeu	Santo Tirso	Santo Tirso	50 m	Te5.1	Qxs1	A2/F1	*Severus*	*Neneoeco*	?
60.	Mosteiro	Santo Tirso	Santo Tirso	50 m	Te5.1	Qxs1	A2/F1	*Lucius Valerius Silvanus*	*Turiaco*	*Villa* – Devesa / Santo Tirso ? (Cat. n.º 57)

Epigrafia funerária

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	U. C.	U. F.	A. A	Dedicante	Defunto	Idade	Datação	Correspondência com o povoamento
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Ru5.1	Qgo2	A0/f1	*Madequisenses*	*Ladrono*	---	---	Aglomerado urbano secundário (Cat. n.º 27)
70.	Vila Boa	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F1	*Ulaincae*	*Lanasus*	LXX	---	*Villa* – Vila Boa, Paiço (Cat. n.º 69)
73.	Modivas de Baixo	Modivas	Vila do Conde	24 m	C.d4.1	La2	A2/F1	---	*Severvs*	XXX	---	---
80.	Igreja	Vilar	Vila do Conde	51 m	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	---	---	---	---	*Villa* – Vilar (Cat. 79

4.1.4. Os *casais*

As pequenas unidades unifamiliares dispersas pela paisagem, hipoteticamente localizadas no interior de explorações agrárias de maiores dimensões ou nos seus limites, correspondem às estruturas habitacionais vulgarmente designadas por *casal*, classificadas como tal a partir da identificação de cerâmica comum, tégulas, mós e, em alguns casos, alinhamentos de muros ou pedra faceada de construção[155].
Neste sentido, os *casais* corresponderiam à categoria inferior dos estabelecimentos rurais de carácter familiar, de modestas dimensões, admitindo-se que pudessem outras actividades produtivas para além das de natureza meramente agro-pecuária, designadamente de carácter artesanal ou florestal.
Apesar da definição da unidade habitacional denominada por – *casal* (*aedeficiae*) – ser genericamente aceite, o facto é que são raros os exemplos em que é conhecida a planimetria integral deste tipo de estabelecimento no noroeste português, para que se possa constituir numa categoria tipo na classificação das unidades que compõem o diversificado conjunto de soluções arquitectónicas e de exploração agrária identificadas no panorama do povoamento romano. Na generalidade dos trabalhos constata-se que esta classificação é, de forma geral, atribuída a todos os vestígios cujos achados de superfície não permitem outra classificação, nomeadamente a de *villa*, como referiu Brochado de Almeida, relativamente à associação feita entre o aparecimento de tégulas com esta categoria de sítio, podendo, muitas vezes, estar-se presente com um vestígio de outra natureza (ALMEIDA 1996, 319-321).

Identificamos vinte e seis sítios que incluímos nesta categoria – 6. Barreiros, Moreira, Maia; 9. Castêlo da Maia, Santa Maria de Avioso, Maia; 11. S. Pedro Fins, Maia; 12.Castro, Vermoim, Maia; 14. Agra da Portela, Vermoim, Maia; 16. Vila Nova da Telha, Maia; 35. Bairros, Santiago de Bougado, Trofa; 36. Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso; 39. Lugar de Vila, S. Mamede do Coronado, Trofa; 40. Monte de N. Sr.ª da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso; 43. Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso; 44. Aldeia/Outeiro, Guidões, Trofa; 45. Cidoi, Guidões, Trofa; 46. Póvoa, Guidões, Santo Tirso; 47. Cerro, Guidões, Trofa; 48. Póvoa/Campelo, Guidões, Trofa; 50. Vermoim, S. Paio Guimarei, Santo Tirso; 54. Grova, Muro, Trofa; 55. Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso; 58. Mosteiro, Santo Tirso; 61. Diniz, St.ª Cristina do Couto, Santo Tirso; 65. Igreja, Fornelo, Vila do Conde; 66. Fornelo, Vila do Conde; 67. Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde; 72. Igreja, Macieira da Maia, Vila do Conde; 76. Arões, Mosteirô, Vila do Conde.

A observação da implantação topocartográfica dos *casais*, conjugada com a análise dos recursos agrícolas das áreas envolventes (aptidão agrícola da terra) permite-nos, ao nível da classificação, estabelecer três tipos a partir dos quais se depreende a principal vocação da exploração.

Tipo A caracterizam-se pela localização em terrenos de aptidão agrícola elevada ou moderada, cuja implantação se relaciona com o vale ou a várzea marítima, reunindo boas condições para a prática intensiva da agricultura e actividades silvo-pastoris. A sua implantação aproveita plataformas naturais definidas por linhas de água com amplo domínio visual sobre o espaço envolvente. Desenvolvem-se em espaços cujas cotas oscilam entre os 81 e os 150 m.

Tipo B caracterizam-se pela sua localização em terrenos de reduzida aptidão agrícola, cuja topografia se relaciona com uma implantação sobre as vertentes sendo a sua instalação preferencial em pequenas plataformas integradas no relevo. Ocupam áreas com cotas que oscilam entre os 111 m e os 420 m.

[155] Mesmo considerando que os *fundi* das *villae* no noroeste Peninsular seria descontínuo, é difícil perceber se estas modestas construções unifamiliares estariam envolvidas na laboração do *fundus* de alguma *villa* ou se, ao invés, tratar-se-iam de pequenas unidades agrícolas independentes.

Distribuem-se em áreas preferencialmente vocacionadas para actividades de carácter silvo-pastoril, sem que, naturalmente, se exclua a possibilidade da utilização de pequenos campos ou leiras nas periferias para a prática de actividades agrícolas de subsistência.

Tipo A / B definem-se pela sua implantação em zonas de transição de meia encosta e vale ou de ligação a zonas semi-planálticas, cuja altimetria se situa entre 178 e 420 m. Constituem zonas intermédias que permitem o acesso a dois tipos distintos de terrenos – de baixa aptidão agrícola, que correspondem a zonas de vertente vocacionadas para a actividade silvo-pastoril e, simultaneamente, a terrenos de aptidão agrícola moderada que possibilitam a prática de agricultura intensiva.

Os casais de Tipo A distribuem-se ao longo das veigas formadas pelos ribeiros afluentes do rio Ave e rio Leça e na várzea marítima. Constituem núcleos de ocupação que se articulam e relacionam com estruturas habitacionais de maiores dimensões de tipo *villae*.
No primeiro núcleo identificam-se dois casais – Dinis, Santa Cristina do Couto e Mosteiro, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 58, 61). Implantam-se na veiga formada pelo rio Sanguinhedo e ribeira do Matadouro. Este núcleo de povoamento parece articular-se em função da *villa* da Devesa, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57). Um segundo núcleo, formado apenas por um casal, localiza-se em Bairros (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 35). Desenvolve-se em terrenos de aluvião na veiga de Santiago de Bougado articulando-se com a *villa* de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 38). A oeste, em torno do castro Boi, Vairão, Vila do Conde, encontram-se implantados três casais (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 65, 66, 72). Ocupam terrenos de elevada aptidão agrícola que se distribuem por Vairão e Macieira da Maia. A veiga do ribeiro do Arquinho engloba um núcleo que se desenvolve nas imediações do castro de Santo Ovídio, que compreende o casal da Agra da Portela e o casal do Castro, ambos em Vermoim, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 12, 14), e outro formado apenas pelo casal do Castêlo da Maia, Santa Maria de Avioso, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 9). Na Várzea marítima apenas se identificam dois casais – o das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia, de que se conhece a necrópole e o de Arões, Mosteirô, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 76), que se relaciona directamente com a *villa* de Mosteirô (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 75). Na veiga dos Coronados, sobre a ribeira de Paredes, identificaram-se dois casais – S. Pedro de Fins, Maia e o de Vila, S. Mamede do Coronado (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 11, 39), que correspondem a uma ocupação dispersa, aproveitando os terrenos de melhor aptidão agrícola. Por último, nas margens do Leça, encontram-se o casal de Barreiros e o casal de Pidre, Água Longa, Pidre (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 26), que corresponde também a este último padrão de assentamento.

Os casais de Tipo B revelam uma tipologia de distribuição semelhante, formando núcleos, mais ou menos densos, em articulação com realidades construídas de nível superior. Implantam-se preferencialmente em zonas de meia encosta em articulação directa com o vale, aproveitando plataformas naturais mais ou menos extensas. Este tipo de assentamento identifica-se apenas na face noroeste do maciço de Monte Córdova, sobranceiro ao rio Ave e na face leste da serra de Santa Eufémia, em relação com o vale da ribeira da Aldeia.
O núcleo formado pelos casais de Santa Cruz, Assunção e Pinguelo (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 36, 40, 55), desenvolvem-se nas imediações da *villa* da Quinta de S. Simão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 38). O segundo núcleo desenvolve-se em articulação com o *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos e ocupa os contrafortes da face leste da serra de Santa Eufémia. É composto por três casais localizados em Cidoi e Póvoa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 45, 46, 48). Por último, os casais Tipo A/B, ocupam zonas intermédias, sejam de ligação a zonas semi-planálticas, como é o caso do casal de

Sobreiral (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 43), ou em zonas de ligação ao vale como é o caso do casal de Vermoim (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 50). Por este facto beneficiam de acesso a terrenos com diferentes aptidões agrícolas. Constituem unidades dispersas sem que se possam relacionar directamente com um outro tipo de estrutura de escalão superior, no entanto, nas imediações de Alvarelhos, encontram-se dois casais que poderão integrar este subtítulo – o casal de Palmazão, Guilhabreu e, mais a norte, o casal de Cidoi, (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 67, 45), podendo, no entanto, considerar-se que o primeiro, se encontre relacionado com a *villa* de Vila Boa, Paiço, Guilhabreu (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69).

A valorização que se pode fazer deste tipo de assentamento no ordenamento do povoamento rural, designadamente no que respeita às relações de dependência com unidades agrárias de um nível superior é limitado devido à escassez de elementos de natureza arqueológica que permitam determinar a sua cronologia, assim como confirmar a vocação de cada exploração sugerida pelo local de implantação. Ao contrário de outras regiões[156] em que o principal pólo aglutinador e estruturante da paisagem é constituído pela cidade, a região entre Leça e Ave é fundamentalmente um espaço rural, não podendo, portanto, depreender-se uma função abastecedora deste tipo de estabelecimentos, assim como estabelecer uma associação directa da sua instalação com a rede viária, até porque, a intensificação do povoamento em função das vias regista-se numa fase adiantada do império, como parece corroborar a referência cronológica das necrópoles que se encontram implantadas nas suas imediações[157]. Da mesma forma, verifica-se que a sua localização privilegia as áreas envolventes dos castros cuja cronologia de ocupação se estende até época tardia, assim como as áreas envolventes das *villae* cuja cronologia se desenvolve em época tardo-romana[158].

Quanto à sua vocação, atendendo à ausência de recursos naturais particulares, assim como de vestígios de actividade de transformação, cremos que a maior parte destas unidades habitacionais corresponderão a exploração agrícolas unifamiliares. Concorre em favor desta análise o facto da implantação da maioria se encontrar instalada em zonas de terrenos de aptidão agrícola modera ou elevada, verificando-se uma ausência total de ocupação em áreas cujas características dos solos não permitiam uma prática agrícola de alta rentabilidade.

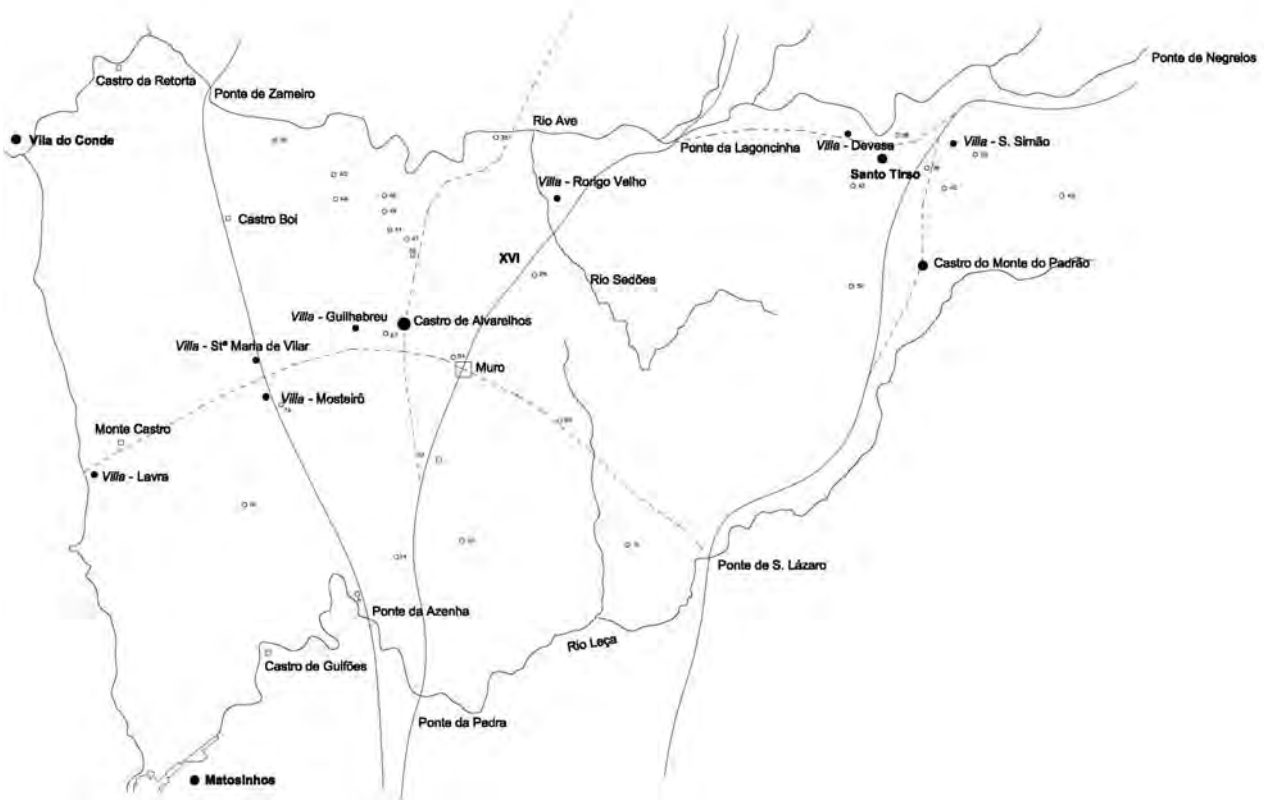
Mais problemático torna-se a definição de uma matriz que equacione uma relação de dependência deste tipo de assentamento com as *villae*.

---

[156] Por exemplo, em Braga a dispersão acentuada deste tipo de estabelecimento à volta da cidade permitiu considerar a sua função abastecedora como primordial, da mesma forma que a sua implantação ao longo das vias, especialmente a XIX, possibilitou que se considerassem de fundação como alto-imperial (MARTINS 1990, 224-225).

[157] Veja-se, Quelha Funda, Gueifães, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 4), Agra da Portela, Vermoim, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 13), Forca, Gemunde, Maia, (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), S. Cristóvão do Muro, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 52), Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 32), Santiago de Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30).

[158] Vejam-se os casos das *villa* de Quinta do Corgo, Burgães, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 38), a *villa* de Devesa, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57), a *villa* de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 31) e a *villa* de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69).

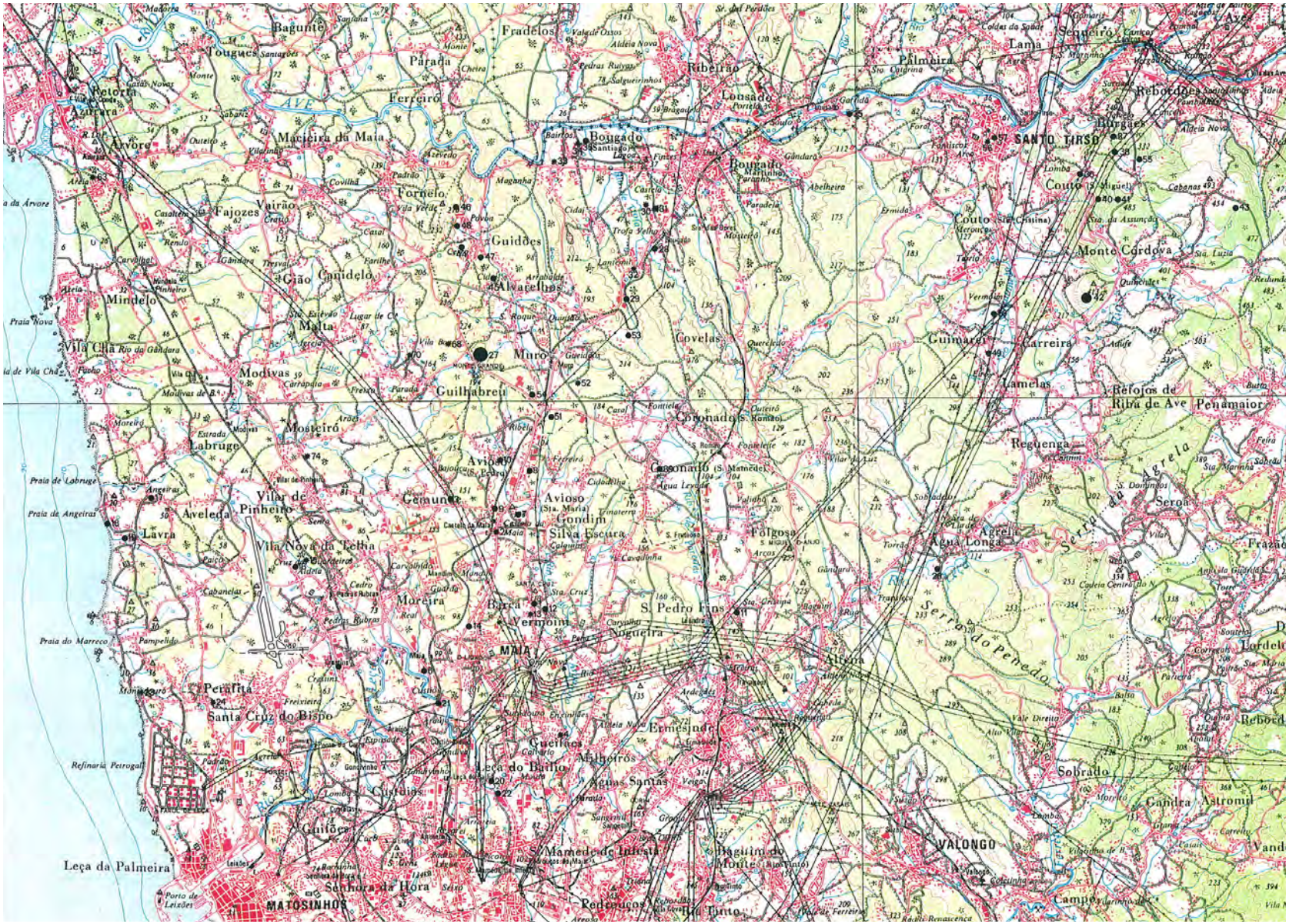


Localização dos *casais* entre Leça e Ave com a implantação da estrutura viária, *villae* e povoados romanizados

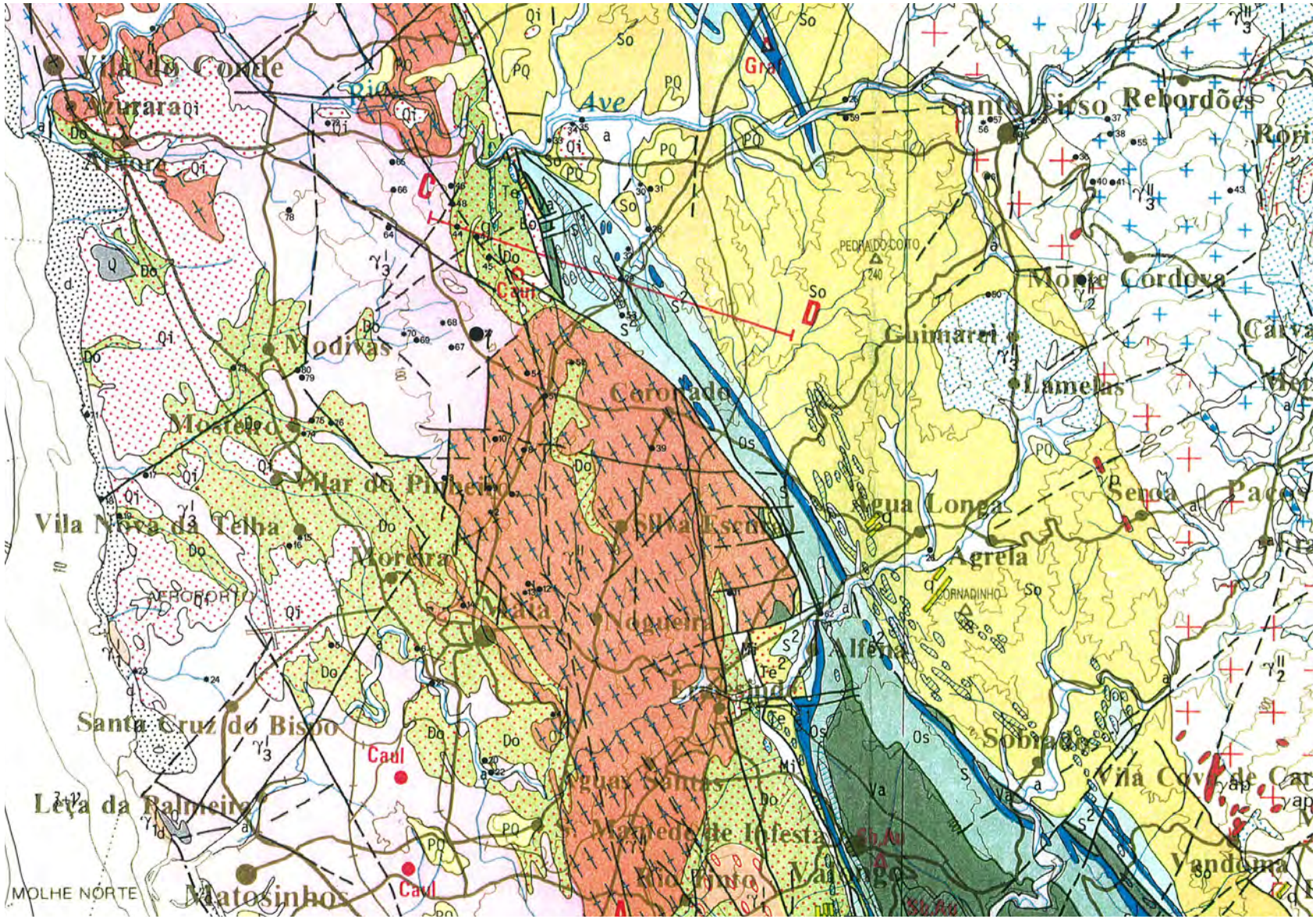
O povoamento disperso

Casais

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	Tipo	U. C.	U. F.	A.A.	Solo	Substrato Geológico
6.	Barreiros	Moreira	Maia	70 m	Casal	A	Área social	Área social	Área social	Área social	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
9.	Castêlo da Maia	Stª M.ª de Avioso	Maia	115 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio / grosseiro
11.	S. Pedro de Fins	S. Pedro de Fins	Maia	145 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
12.	Castro	Vermoim	Maia	105 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio / grosseiro
14.	Agra da Portela	Vermoim	Maia	98 m	Casal	A	Área social	Área social	Área social	Área social	Granito de grão médio / grosseiro
16.	V. N. da Telha	V.N. Telha	Maia	81 m	Casal	A	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
34.	Bairros	Santiago de Bougado	Trofa	26 m	Casal	A	Fd3.1	Qa2	A1/F2	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
36.	Santa Cruz	Burgães	Santo Tirso	309 m	Casal	B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito grão grosseiro porfiróide
39.	Lugar de Vila	S.M. do Coronado	Trofa	121 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio / grosseir
40.	M. da Assunção	Monte Córdova	Santo Tirso	350 m	Casal	B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio porfiróide
43.	Sobreiral	Monte Córdova	Santo Tirso	420 m	Casal	A/B	Ru9.2	Qgs2	A3/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio porfiróide
44.	Aldeia / Outeiro	Guidões	Trofa	84 m	Casal	A/B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
45.	Cidoi	Guidões	Trofa	111 m	Casal	B	Lu2.1	Qxs2	A0/F3	Leptossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos.
46.	Póvoa	Guidões	Trofa	104 m	Casal	B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisse
47.	Cerro	Guidões	Trofa	70 m	Casal	A	Lu2.1	Qxs2	A0/F3	Leptossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
48.	Póvoa /Campelo	Guidões	Trofa	122 m	Casal	B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos
50.	Vermoim	S. Paio Guimarei	Santo Tirso	182 m	Casal	A/B	Te13.2	Qds1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão fino c/ duas micas
54.	Grova	Muro	Trofa	160 m	Casal	A	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio / grosseiro
55.	Pinguelo	Rebordões	Santo Tirso	304 m	Casal	B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio porfiróide
58.	Mosteiro	Santo Tirso	Santo Tirso	69 m	Casal	A	Te5.1	Qxs1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Depósitos fluviais
61.	Dinis	Santo Tirso	Santo Tirso	94 m	Casal	A	Área social	Área social	Área social	Área social	Granito grão grosseiro porfiróide
65.	Igreja	Fornelo	Vila do Conde	112 m	Casal	A	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
66.	Fornelo	Fornelo	Vila do Conde	109 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
67.	Palmazão	Guilhabreu	Vila do Conde	178 m	Casal	A/B	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
72.	Igreja	Macieira da Maia	Vila do Conde	51 m	Casal	A	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
76.	Arões	Mosteirô	Vila do Conde	78 m	Casal	A	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos-gnaisse e migmatitos



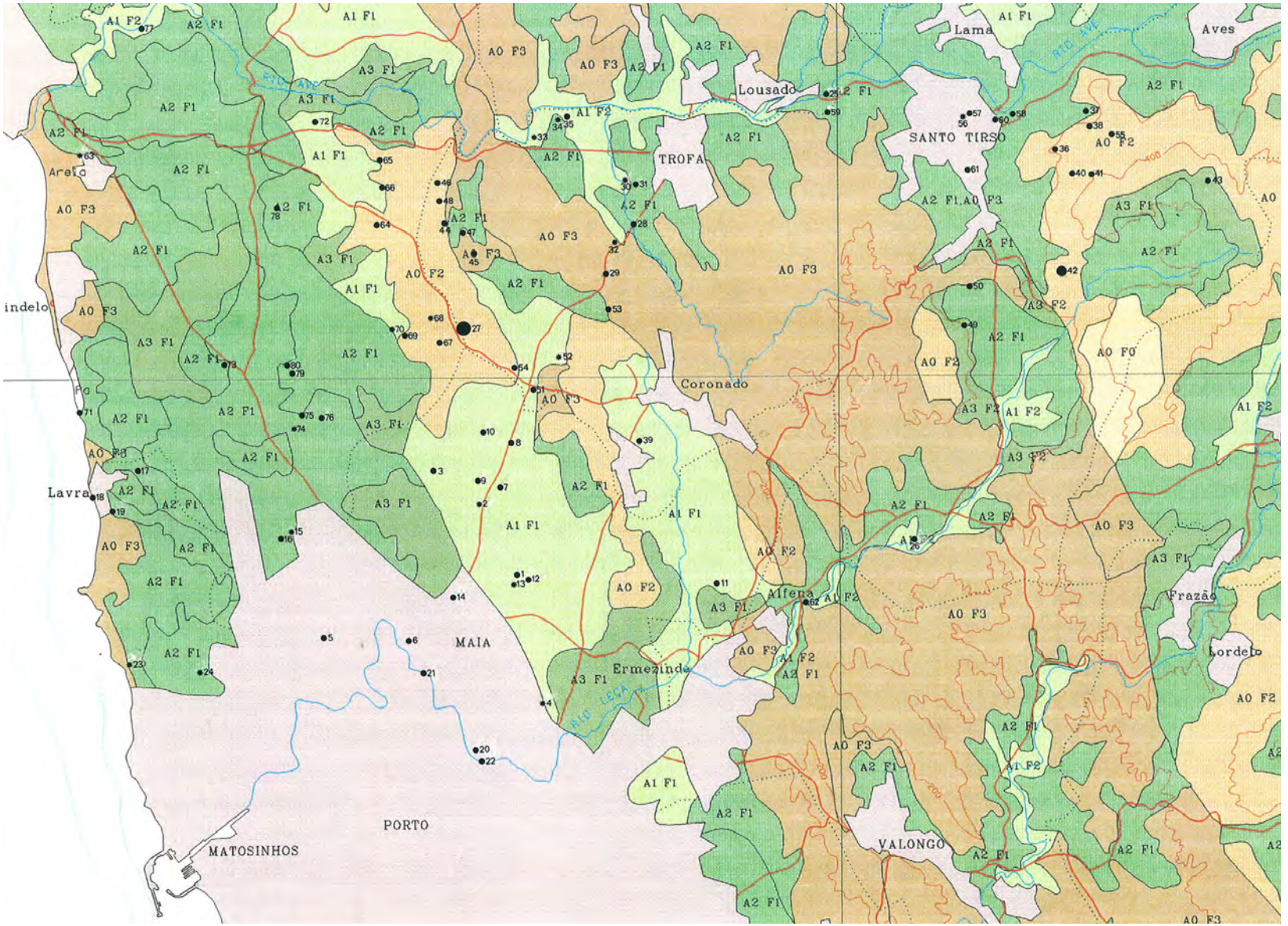
Cartografia - Distribuição dos sítios e achados romanos entre Leça e Ave, Carta de Portugal, folha 9, Esc. Esc. 1/100 000 | Estampa XII



Cartografia - Distribuição dos sítios e achados romanos entre Leça e Ave, Carta Geológica de Portugal, folha 1, Esc. 1/100 000 | Estampa XIII

Distribuição dos sítios e achados romanos entre Leça e Ave
Carta Geológica de Portugal, Folha 1, Esc. 1/100 000

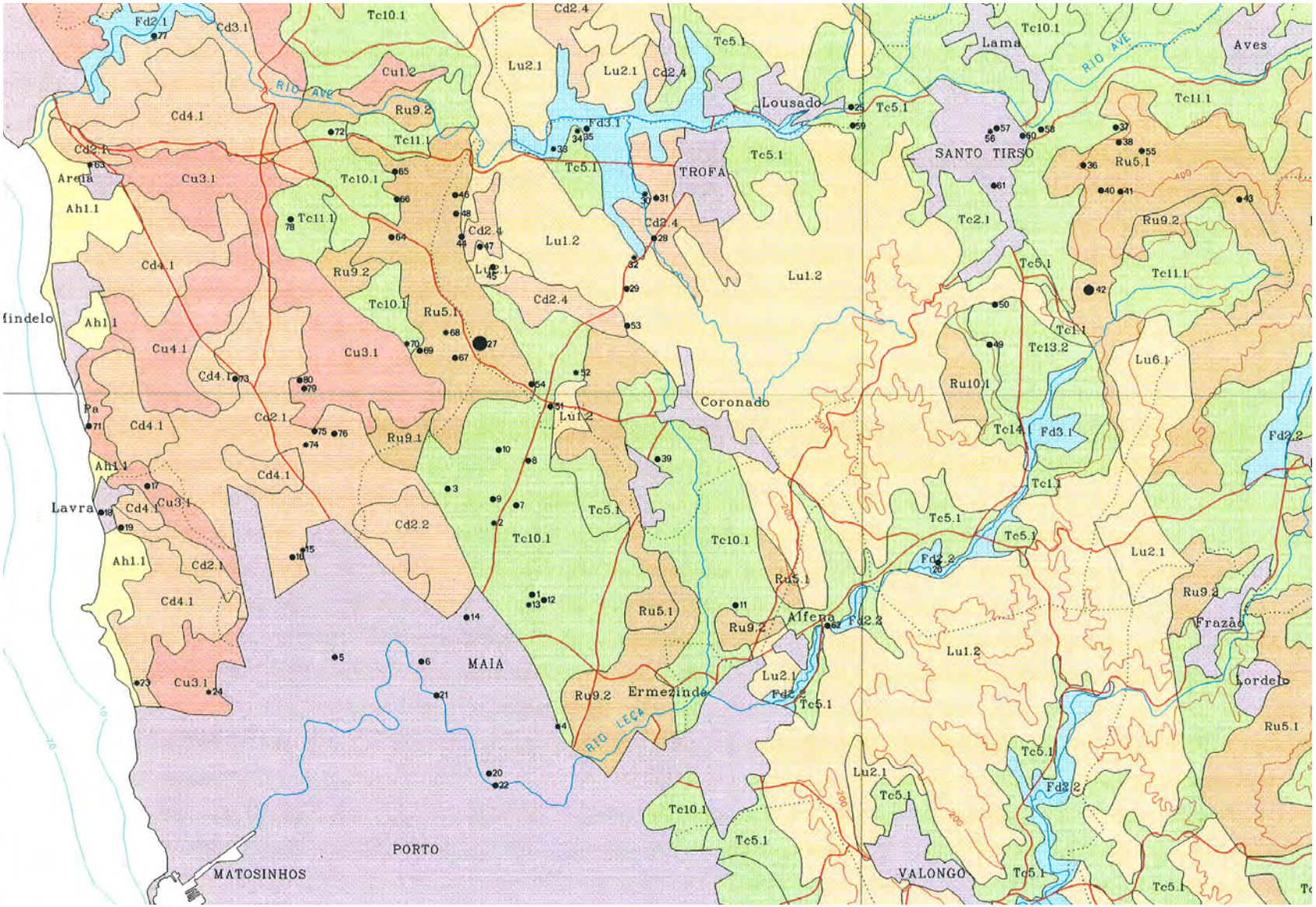
1. *Castro* Santa Cruz, Barca, Gemunde, Maia
2. *Necrópole* Forca, Gemunde, Maia
3. *Castro* Monte faro, Gemunde Maia
4. *Necrópole* Quelha Funda, Gueifães, Maia
5. *Castro* Pedras Rubras, Moreira, Maia
6. *Casal* Barreiros, Moreira, Maia
7. *Castro* Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia
8. *Miliário* Ferrolho, S. Pedro de Avioso, Maia
9. *Casal* Castêlo da Maia, St.ª Maria de Avioso, Maia
10. *Ara votiva* S. Pedro de Avioso, Avioso, Maia
11. *Casal* S. Pedro de Fins, S. Pedro de Fins, Maia
12. *Casal* Castro, Vermoim, Maia
13. *Necrópole* Agra da Portela, Vermoim, Maia
14. Casal Agra da Portela, Vermoim, Maia
15. *Necrópole* Bicas, Vila Nova da Telha, Maia
16. *Casal* Vila Nova da Telha, Vila Nova da Telha, Maia
17. *Castro* Monte Castro, Lavra, Matosinhos
18. *Tanques e salinas* Angeiras, Lavra, Matosinhos
19. *Villa* Fontão, Lavra, Matosinhos
20. *Castro* Recarei, Leça do Balio, Matosinhos
21. *Ponte* Ponte da Azenha, Leça do Balio, Matosinhos
22. *Ponte* Ponte da Pedra, Leça do Balio, Matosinhos
23. *Necrópole* Montedouro, Perafita, Matosinhos
24. *Necrópole* Pampelido, Perafita, Matosinhos
25. *Ponte* Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão
26. *Tesouro* Pidre, Água Longa, Santo Tirso
27. *Castro / Aglomerado urbano secundário* - Monte Grande, Alvarelhos, Trofa
28. *Miliários* Santiago de Bougado, Santiago de Bougado, Trofa
29. *Casal* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
30. *Necrópole* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
31. *Villa* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
32. *Necrópole* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
33. *Necrópole* Maganha, Santiago de Bougado, Trofa
34. *Necrópole* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
35. *Casal* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
36. *Casal* Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso
37. *Ara votiva* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
38. *Villa* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
39. *Casal* Lugar de Vila, S. Mamede do Coronado, Trofa
40. *Casal* Monte da Nossa Sr.ª da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso
41. *Castro* Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso
42. *Castro / Aglomerado urbano secundário* Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
43. *Casal* Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso
44. *Casal* Aldeia / Outeiro, Guidões, Trofa
45. *Casal* Cidói, Guidões, Trofa
46. *Casal* Póvoa, Guidões, Trofa
47. *Casal* Cerro, Guidões, Trofa
48. Casal Póvoa, Campelo, Guidões, Trofa
49. *Tesouro* Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
50. *Casal* Vermoim, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
51. *Miliário* Carriça, Muro, Trofa
52. *Necrópole* Leira do talho, S. Cristóvão do Muro, Trofa
53. *Miliário* Peça Má, Muro, Trofa
54. *Casal* - Grova, Muro, Trofa
55. *Casal* Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso
56. *Necrópole* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
57. *Villa* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
58. *Casal* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
59. *Ara votiva* S. Bartolomeu, Santo Tirso, Santo Tirso
60. *Lápide votiva* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
61. *Casal* Telheira, St.ª Cristina, santo Tirso
62. *Ponte* S. Lázaro, Alfena, Valongo
63. *Necrópole* Areias, Azurara, Vila do Conde
64. *Castro* Farilhe, Canidelo, Vila do Conde
65. *Casal* Igreja, Fornelo, Vila do Conde
66. *Casal* Fornelo, Fornelo, Vila do Conde
67. *Casal* Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde
68. *Necrópole / Columbário*, Guilhabreu, Vila do Conde
69. *Villa* Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde
70. *Necrópole* Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde
71. *Castro* S. Paio, Labruge, Vila do Conde
72. *Casal* Igreja, macieira da Maia, Vila do Conde
73. *Lápide funerária* Modivas de Baixo, Modivas, Vila do Conde
74. *Necrópole* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
75. *Villa* Mosteirô, Mosteiro, Vila do Conde
76. *Casal* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
77. *Castro* Retorta, Retorta, Vila do Conde
78. *Castro* St.º Ovídeo, Vairão, Vila do Conde
79. *Villa* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde
80. *Estela funerária* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde



Cartografia - Distribuição dos sítios e achados romanos entre Ave e Leça, Carta de aptidão da terra, folha 9, Esc. 1.000.000 | Estampa XIV

Distribuição dos sítios e achados romanos entre Leça e Ave
Carta de Aptidão da Terra, Folha 9, Esc. 1/100 000

1. *Castro* Santa Cruz, Barca, Gemunde, Maia
2. *Necrópole* Forca, Gemunde, Maia
3. *Castro* Monte faro, Gemunde Maia
4. *Necrópole* Quelha Funda, Gueifães, Maia
5. *Castro* Pedras Rubras, Moreira, Maia
6. *Casal* Barreiros, Moreira, Maia
7. *Castro* Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia
8. *Miliário* Ferrolho, S. Pedro de Avioso, Maia
9. *Casal* Castêlo da Maia, St.ª Maria de Avioso, Maia
10. *Ara votiva* S. Pedro de Avioso, Avioso, Maia
11. *Casal* S. Pedro de Fins, S. Pedro de Fins, Maia
12. *Casal* Castro, Vermoim, Maia
13. *Necrópole* Agra da Portela, Vermoim, Maia
14. Casal Agra da Portela, Vermoim, Maia
15. *Necrópole* Bicas, Vila Nova da Telha, Maia
16. *Casal* Vila Nova da Telha, Vila Nova da Telha, Maia
17. *Castro* Monte Castro, Lavra, Matosinhos
18. *Tanques e salinas* Angeiras, Lavra, Matosinhos
19. *Villa* Fontão, Lavra, Matosinhos
20. *Castro* Recarei, Leça do Balio, Matosinhos
21. *Ponte* Ponte da Azenha, Leça do Balio, Matosinhos
22. *Ponte* Ponte da Pedra, Leça do Balio, Matosinhos
23. *Necrópole* Montedouro, Perafita, Matosinhos
24. *Necrópole* Pampelido, Perafita, Matosinhos
25. *Ponte* Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão
26. *Tesouro* Pidre, Água Longa, Santo Tirso
27. *Castro / Aglomerado urbano secundário* - Monte Grande, Alvarelhos, Trofa
28. *Miliários* Santiago de Bougado, Santiago de Bougado, Trofa
29. *Casal* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
30. *Necrópole* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
31. *Villa* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
32. *Necrópole* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
33. *Necrópole* Maganha, Santiago de Bougado, Trofa
34. *Necrópole* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
35. *Casal* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
36. *Casal* Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso
37. *Ara votiva* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
38. *Villa* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
39. *Casal* Lugar de Vila, S. Mamede do Coronado, Trofa
40. *Casal* Monte da Nossa Sr.ª da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso
41. *Castro* Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso
42. *Castro / Aglomerado urbano secundário* Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
43. *Casal* Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso
44. *Casal* Aldeia / Outeiro, Guidões, Trofa
45. *Casal* Cidói, Guidões, Trofa
46. *Casal* Póvoa, Guidões, Trofa
47. *Casal* Cerro, Guidões, Trofa
48. Casal Póvoa, Campelo, Guidões, Trofa
49. *Tesouro* Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
50. *Casal* Vermoim, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
51. *Miliário* Carriça, Muro, Trofa
52. *Necrópole* Leira do talho, S. Cristóvão do Muro, Trofa
53. *Miliário* Peça Má, Muro, Trofa
54. *Casal* - Grova, Muro, Trofa
55. *Casal* Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso
56. *Necrópole* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
57. *Villa* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
58. *Casal* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
59. *Ara votiva* S. Bartolomeu, Santo Tirso, Santo Tirso
60. *Lápide votiva* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
61. *Casal* Telheira, St.ª Cristina, santo Tirso
62. *Ponte* S. Lázaro, Alfena, Valongo
63. *Necrópole* Areias, Azurara, Vila do Conde
64. *Castro* Farilhe, Canidelo, Vila do Conde
65. *Casal* Igreja, Fornelo, Vila do Conde
66. *Casal* Fornelo, Fornelo, Vila do Conde
67. *Casal* Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde
68. *Necrópole / Columbário* Guilhabreu, Guilhabreu, Vila do Conde
69. *Villa* Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde
70. *Necrópole* Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde
71. *Castro* S. Paio, Labruge, Vila do Conde
72. *Casal* Igreja, macieira da Maia, Vila do Conde
73. *Lápide funerária* Modivas de Baixo, Modivas, Vila do Conde
74. *Necrópole* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
75. *Villa* Mosteirô, Mosteiro, Vila do Conde
76. *Casal* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
77. *Castro* Retorta, Retorta, Vila do Conde
78. *Castro* St.º Ovídeo, Vairão, Vila do Conde
79. *Villa* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde
80. *Estela funerária* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde


RIO AVE
RIO LEÇA
Lousado
Lama
Aves
SANTO TIRSO
TROFA
Coronado
Alfena
Ermesinde
Frazão
Lordelo
MAIA
PORTO
MATOSINHOS
VALONGO
Lavra
Arcia
Tc10.1
Tc5.1
Tc11.1
Ru9.2
Ru5.1
Lu2.1
Lu1.2
Cd2.4
Fd3.1
Fd2.2
Cd4.1
Cu3.1
Ah1.1
Cd2.1
Cd2.2
Tc2.1
Tc13.2
Lu6.1
Ru10.1
Tc14.1
Ru9.1

Distribuição dos sítios e achados romanos entre Leça e Ave
Carta de Aptidão da Terra, Folha 9, Esc. 1/100 000

1. *Castro* Santa Cruz, Barca, Gemunde, Maia
2. *Necrópole* Forca, Gemunde, Maia
3. *Castro* Monte Faro, Gemunde Maia
4. *Necrópole* Quelha Funda, Gueifães, Maia
5. *Castro* Pedras Rubras, Moreira, Maia
6. *Casal* Barreiros, Moreira, Maia
7. *Castro* Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia
8. *Miliário* Ferrolho, S. Pedro de Avioso, Maia
9. *Casal* Castêlo da Maia, St.ª Maria de Avioso, Maia
10. *Ara votiva* S. Pedro de Avioso, Avioso, Maia
11. *Casal* S. Pedro de Fins, S. Pedro de Fins, Maia
12. *Casal* Castro, Vermoim, Maia
13. *Necrópole* Agra da Portela, Vermoim, Maia
14. Casal Agra da Portela, Vermoim, Maia
15. *Necrópole* Bicas, Vila Nova da Telha, Maia
16. *Casal* Vila Nova da Telha, Vila Nova da Telha, Maia
17. *Castro* Monte Castro, Lavra, Matosinhos
18. *Tanques e salinas* Angeiras, Lavra, Matosinhos
19. *Villa* Fontão, Lavra, Matosinhos
20. *Castro* Recarei, Leça do Balio, Matosinhos
21. *Ponte* Ponte da Azenha, Leça do Balio, Matosinhos
22. *Ponte* Ponte da Pedra, Leça do Balio, Matosinhos
23. *Necrópole* Montedouro, Perafita, Matosinhos
24. *Necrópole* Pampelido, Perafita, Matosinhos
25. *Ponte* Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão
26. *Tesouro* Pidre, Água Longa, Santo Tirso
27. *Castro / Aglomerado urbano secundário* - Monte Grande, Alvarelhos, Trofa
28. *Miliários* Santiago de Bougado, Santiago de Bougado, Trofa
29. *Casal* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
30. *Necrópole* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
31. *Villa* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
32. *Necrópole* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
33. *Necrópole* Maganha, Santiago de Bougado, Trofa
34. *Necrópole* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
35. *Casal* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
36. *Casal* Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso
37. *Ara votiva* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
38. *Villa* S. Simão, Burgães, Santo Tirso
39. *Casal* Lugar de Vila, S. Mamede do Coronado, Trofa
40. *Casal* Monte da Nossa Sr.ª da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso
41. *Castro* Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso
42. *Castro / Aglomerado urbano secundário* Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
43. *Casal* Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso
44. *Casal* Aldeia / Outeiro, Guidões, Trofa
45. *Casal* Cidói, Guidões, Trofa
46. *Casal* Póvoa, Guidões, Trofa
47. *Casal* Cerro, Guidões, Trofa
48. Casal Póvoa, Campelo, Guidões, Trofa
49. *Tesouro* Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
50. *Casal* Vermoim, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
51. *Miliário* Carriça, Muro, Trofa
52. *Necrópole* Leira do talho, S. Cristóvão do Muro, Trofa
53. *Miliário* Peça Má, Muro, Trofa
54. *Casal* - Grova, Muro, Trofa
55. *Casal* Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso
56. *Necrópole* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
57. *Villa* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
58. *Casal* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
59. *Ara votiva* S. Bartolomeu, Santo Tirso, Santo Tirso
60. *Lápide votiva* - Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso
61. *Casal* Telheira, St.ª Cristina, santo Tirso
62. *Ponte* S. Lázaro, Alfena, Valongo
63. *Necrópole* Areias, Azurara, Vila do Conde
64. *Castro* Farilhe, Canidelo, Vila do Conde
65. *Casal* Igreja, Fornelo, Vila do Conde
66. *Casal* Fornelo, Fornelo, Vila do Conde
67. *Casal* Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde
68. *Necrópole / Columbário* Guilhabreu, Guilhabreu, Vila do Conde
69. *Villa* Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde
70. *Necrópole* Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde
71. *Castro* S. Paio, Labruge, Vila do Conde
72. *Casal* Igreja, macieira da Maia, Vila do Conde
73. *Lápide funerária* Modivas de Baixo, Modivas, Vila do Conde
74. *Necrópole* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
75. *Villa* Mosteirô, Mosteiro, Vila do Conde
76. *Casal* Arões, Mosteiro, Vila do Conde
77. *Castro* Retorta, Retorta, Vila do Conde
78. *Castro* St.º Ovídeo, Vairão, Vila do Conde
79. *Villa* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde
80. *Estela funerária* Igreja, St.ª Maria de Vilar, Vila do Conde

4.1.5. As necrópoles

Por necrópoles consideramos estruturas funerárias identificadas em contexto arqueológico, o mobiliário funerário em depósitos em museus cuja proveniência é segura e monumentos epigráficos. No espaço compreendido entre Leça e Ave identificam-se 16 necrópoles, cujo espólio é composto por 130 peças cerâmicas, três peças vítreas e 6 espécies numismáticas.

Necrópoles

2. Forca, Gemunde, Maia; 4. Quelha Funda, Gueifães, Maia; 13. Agra da Portela, Vermoim, Maia; 15. Bicas, Vila Nova da Telha, Maia; 23. Montemuro, Perafita, Matosinhos; 24. Pampelido, Perafita, Matosinhos; 30. Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa; 32. Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa; 33. Maganha, Santiago de Bougado, Trofa; 34. Bairros, Santiago de Bougado, Trofa; 52. S. Cristóvão do Muro, Trofa; 56. Devesa, Santo Tirso; 63. Areias, Azurara, Vila do Conde; 68. Guilhabreu, Vila do Conde; 70. Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde; 74. Arões, Mosteirô, Vila do Conde.

Proporcionalmente ao número de estações arqueológicas identificadas as necrópoles conhecidas correspondem a 20 % do total. Todas elas resultaram de achados fortuitos que ocorreram ao longo do século XX, tendo sido documentado o último achado na década de sessenta. Apesar do seu número relativamente significativo a análise do conjunto dos vestígios constitui um contributo limitado para a interpretação e integração no quadro do povoamento romano[159]. Na maior parte das vezes a sua existência é-nos dada a conhecer exclusivamente através de notícias imprecisas, incompletas e desprovidas de contexto arqueológico. O espólio, quando existente, na maior parte dos casos não representa a totalidade dos materiais recolhidos e encontra-se disperso por várias instituições registando lacunas de informação quanto à sua proveniência e data de exumação. A tipologia das sepulturas, regra geral, nunca é mencionada, assim como outros aspectos relacionados com os enterramentos.
As epígrafes funerárias isoladas, ainda que sem contexto funerário identificado, demonstram a existência de necrópoles. O seu tratamento isolado do conjunto de necrópoles deve-se ao facto de muitas delas não permitirem com rigor identificar os locais de proveniência.

A necrópole da Forca, Santa Maria de Avioso, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), estaria provavelmente relacionada com o castro de Avioso[160], do qual dista cerca de 500 m para nordeste e cujos vestígios de ocupação romana são abundantes. A análise do material ceramológico e numismático permite-nos enquadrar cronologicamente a necrópole no período tardo-romano, abarcando o séc. IV e início do séc. V. Nesse sentido apontam as cerâmicas pintadas e as lucernas (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), abertas tipo Iványi XXI (IVÀNYI 1935, 289)[161], assim como as produções de *cerâmica comum de engobe vermelho não vitrificável* de imitação da forma Hayes 73 B (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), cujas referencias estratigráficas em Alvarelhos apontam para a Fase IV-V, cronologicamente enquadradas no séc. IV e primeira metade do séc. V.

[159] A mesma dificuldade foi constatada em trabalhos efectuados na bacia média do rio Cávado (MARTINS 1990, 229), e Litoral Minhoto (ALMEIDA 1996, 413).
[160] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 9.
[161] Apesar das tipologias estabelecidas referenciarem este tipo de peças na segunda metade do séc. I (IVÁNYI 1935, 289; LOESCHCKE 1919, 312-319; BELCHIOR 1969, 51-52), os exemplares de Alvarelhos remetem-nos para a Fase III (Flávios - Antoninos), e Fase IV-V (séc. IV – primeira metade do séc. V). Em Conímbriga (ALARCÃO; PONTE 1976, 108, est. XXIX, n.º 128), onde é apresentado apenas um exemplar, proveniente de um estrato remexido é seguida também a cronologia proposta por Ivanyi e Loeschcke (IVÁNYI 1935, 289; LOESCHCKE 1919, 318).

A necrópole da Quelha Funda, Gueifães, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 4), foi "descoberta" em 1962 no decurso da abertura de alicerces para uma construção particular, da qual resultou um conjunto de peças[162] e algumas fragmentos metálicos, descritos como "um filete com pregos" actualmente desaparecidos. O proprietário do terreno descreve uma das sepulturas como sendo formada por um "covacho", acrescentando que estava coberto por cinzas e que em toda a área se identificava muita telha. As peças a que tivemos acesso resumem-se a quatro jarros de cronologia tardia. Pela discrição não é possível definir com rigor a natureza dos enterramentos podendo, eventualmente, tratar-se de uma necrópole mista de inumação[163] e de incineração como parecem indicar as informações se considerarmos que as peças metálicas referidas eventualmente possam pertencer a um caixão. O facto de não termos identificado nas proximidades qualquer assentamento que pudesse estar relacionado com a necrópole dificulta a sua precisão temporal, no entanto, pelas características das peças cerâmicas é provável que o local tivesse ainda tido utilização no decurso do séc. IV-V.

A necrópole da Agra da Portela, Vermoim, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 13), apenas se conhece por referências bibliográficas que referem o aparecimento de tégulas e vasilhame em cerâmica comum (ALMEIDA 1969, 42; AZEVEDO 1939, 108, 142).

A necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 15), foi "escavada" em 1908 e relaciona-se directamente com um casal identificado na sua proximidade[164]. Quanto à estrutura das sepulturas apenas se sabe que eram escavadas no saibro e que o seu número era de dez. Do material resgatado, actualmente em depósito no Museu Arqueológico da Faculdade de Ciências do Porto, identificam-se 10 peças, entre as quais se identifica um bordo de copo de vidro. A análise dos materiais permite datar a necrópole nos finais do séc. IV e primeira metade do séc. V, nomeadamente através de uma prateira em *cerâmica comum de engobe vermelho não vitrificável*[165] que imita uma forma de sigillata africana, fabrico C, tipo Hayes 50 B[166], cuja cronologia sugerida para o protótipo se situa entre 350 a 400 d.C., assim como por uma taça[167] pertencente ao mesmo tipo de produção pertencente ao tipo Hayes 52 B da sigillata africana, fabrico D, com cronologia para a produção do modelo balizada entre 280-300 d.C.. O mesmo âmbito cronológico revelam os dois copos de vidro[168], do tipo Isings 106 (MOREIRA 1997, 39).

As necrópoles de Pampelido e Perafita, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 23, 24), são apenas conhecidas através de informações bibliográficas que registam a descoberta de tégulas e mobiliário funerário, não sendo possível relacioná-las com qualquer tipo de assentamento nas proximidades, assim como apontar um horizonte cronológico.

A necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30), foi "escavada" em Maio de 1939 por Mendes Correia e António Cruz (CRUZ 1940, 212-213), após a descoberta acidental de algumas sepulturas que, segundo o relato dos autores, foram posteriormente destruídas.

---

[162] O proprietário do terreno, Fernando Brás da Cunha, referencia várias dezenas, tendo-as distribuído por várias pessoas.
[163] A elaboração da pira de cremação directamente sobre as covas destinadas ao enterramento, para que os restos ósseos não cremados aí se depositassem directamente é também registada noutros casos, como, por exemplo, na necrópole do lugar da Cruz, Gomil, Valença, identificado como local de sepulcro de soldados (ALMEIDA 1996, 413-414).
[164] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 16.
[165] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 15
[166] O enquadramento estratigráfico deste particular tipo de prato/prateira, relativamente abundante, enquadra-se na Fase IV-V. As taças tipo Hayes 52, embora menos abundantes, também se encontram representadas na estratigrafia de Alvarelhos no mesmo horizonte cronológico.
[167] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 15, est. XXI, 6.
[168] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 15, est. XXI, 9-10.

Tratar-se-ia de uma necrópole de incineração (…) *em todas elas o mobiliário assentava em escórias de fogo* (…) sendo as sepulturas escavadas no saibro com uma dimensão média à volta de 80 x 40 cm. Do espólio identificado de que já não existe qualquer referência, destacam-se um conjunto de vidros, um par de brincos em prata e cinco moedas. A datação sugerida, tendo por base a cronologia das moedas, seria o séc. III[169]. Após uma pesquisa em várias instituições museológicas da região e de colecções particulares, foi possível identificar 45 peças. A análise do conjunto dos materiais permite enquadrar cronologicamente a necrópole no séc. IV e 1ª metade do séc. V, nomeadamente através da datação de um prato (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30), de sigillata africana, fabrico D, tipo Hayes 67 (HAYES 1972, 112-116, fig. 19), cuja cronologia se difusão se situa entre 360 e 470[170]. Com o mesmo enquadramento cronológico existem dois exemplares de *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, respectivamente um prato tipo Delgado 59/67 (DELGADO 1993-94, 126, est. VII, n.º 30-34), cuja cronologia se situa entre 350 e 380, privilegiando a semelhança com o tipo 59 A (MARTIM 1997, 99-101),[171] e uma taça da mesma produção do tipo Hayes 52 (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30), cuja cronologia sugerida para a produção do modelo se enquadra entre 280-300 d.C., morfologicamente muito semelhante à taça proveniente da necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 15, est. XXI, 6). Dos vidros referenciados apenas chegou até nós uma pulseira em vidro negro, opaco, de secção plano-convexa, decorada com nervuras que formam gomos verticais, ligeiramente irregulares (MOREIRA 1997, 31, est. XVII, n.º 86). Os exemplares tipologicamente afins dividem-se entre os três tipos conhecidos – decoradas com nervuras verticais, nervuras diagonais e lisas –, que, quando fora de contexto, são particularmente difíceis de datar pela sua ampla pervivência. Harden, a propósito, observa que as pulseiras de Karandis em vidro negro parecem ser de época romana, enquanto os exemplares de vidro em cores mescladas se encontram nos estratos pré e pós romanos, tendo sido identificados naquela estação a partir do início do séc. II até ao séc. V (HARDEN 1969, 283). Da mesma forma, as pulseiras provenientes de Conímbriga (ALARCÃO 1977, 212, est. XLVI, n.º 310-314; FRANÇA 1969, 59-61, est. IV, n.º 24-31), não contribuem para afinar a cronologia uma vez que revelam a mesma amplitude cronológica, assim como as de S. Cucufate (NOLEN 1988, 50, est. V, n.º 134-135). Outros paralelos podem identificar-se em Balsa (NOLEN 1994, 182, est. 41, n.º 124-125)[172]. Também o exemplar proveniente de Alvarelhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 92), que corresponde a um fragmento de pulseira em vidro negro opaco com decoração plástica composta por nervuras verticais e pequenos gomos horizontais, muito semelhante ao da necrópole de Rorigo Velho, é proveniente da área exterior à *Domus da Colher de Prata* de um estrato sem fiabilidade estratigráfica, não contribuindo para qualquer referência cronológica. Julgamos, neste caso, valer o contexto cronológico da maioria dos materiais, não para lhe atribuir uma cronologia tardo-romana, mas sim atestar a sua existência nesse período sem prejuízo que a sua cronologia de fabrico possa ser anterior.

A necrópole encontra-se relacionada com o assentamento que lhe é próximo (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 31), classificado como *villa*. A extensão da necrópole, assim como a qualidade dos materiais que constituíam o mobiliário fúnebre evidenciam um estabelecimento agrícola de considerável dimensão, que

[169] As moedas mencionadas na designação dos autores são; (...) *2 médios bronzes, do Imperador Alexandre Severo (222-234); 1 duplo denário do imperador Galieno (cunhado nos anos 263 a 266); e 1 médio bronze e 1 médio ou grande bronze, romanos imperiais, inclassificáveis* (…) (CRUZ, 1940, 214).

[170] Hayes apresenta uma cronologia geral para a sua difusão entre 360 e 470, que se subdivide em três categorias em função da sua decoração – 360-420 para o estilo A (ii); 400-450 para o estilo A (iii); 450+ para esquemas simplificados com apenas um motivo (HAYES 1972, 112-116, fig. 19). Os materiais estratigraficamente enquadrados em Alvarelhos integram a Fase IV e V, constituindo a forma de maior representação no espectro das sigillatas africanas.

[171] Constitui uma forma particularmente abundante em Alvarelhos em contextos estratigráficos correspondentes à Fase IV e V. Conhecem-se paralelos em contextos habitacionais provenientes de Braga (DELGADO 1993-94, 126, est. VII, n.º 30-34), e do castro de Guifões, Matosinhos (ALMEIDA; SANTOS 1974, 56, grav. 7) embora, neste último caso se encontre erroneamente classificada como tipo Hayes 59.

[172] São três os exemplares da área geográfica envolvente e de diferente procedência que, tipologicamente, se assemelham ao nosso; Meixomil, Paços de Ferreira (CARDOZO 1961, 69; 1970, 13-25, est. I; SILVA 1984, 125-126, est. XXXI, n.º 1), Castro de Fiães, Vila da Feira (CARDOZO 1961, 50-53; 1970, 13-25, est. II), e Castro de Terroso, Vila do Conde (CARDOZO 1961, 50-53; 1970, 13-25, est. III).

manifesta uma certa prosperidade económica no decurso do séc. IV - início do séc. V, reflectindo a elevada aptidão agrícola dos terrenos na sua área envolvente.

Da necrópole de Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 32), detectada no âmbito dos trabalhos de prospecção desenvolvidos neste estudo, não foi recolhido qualquer espólio funerário, apesar de o descobridor nos ter comunicado a existência de pratos e bilhas. A estrutura das sepulturas, de formato rectangular, escavadas sobre o saibro, cujo conteúdo era composto por terra e abundantes carvões, estavam cobertas por tégulas. Com os elementos actualmente disponíveis não nos é possível apontar qualquer referência cronológica para a necrópole, nem tão pouco relacioná-la com qualquer tipo de assentamento, uma vez que nas suas imediações não foram detectados vestígios de carácter habitacional.

A necrópole da Maganha, Santiago de Bougado, Trofa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 33), foi "explorada" em 1937 por Mendes Correia. A informação disponível é transmitida indirectamente por António Cruz (CRUZ 1940, 10-11) que refere a sua descoberta na contextualização do estudo da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado. Foi descoberta no decurso de trabalhos agrícolas realizados na Bouça do Lameiro, no lugar da Maganha, propriedade de António Domingos Pinheiro. A sua estrutura, segundo o relato do autor, era constituída por uma caixa formada por lajes rectangulares em granito com fundo também formado por uma laje, existindo escórias e seixos rolados na área envolvente. Segundo António Cruz, Mendes Correia foi chamado ao local tendo explorado a necrópole e, apesar de não ter identificado qualquer espólio, datou-a do séc. V a VIII d.C. As referências à necrópole são demasiado vagas para que esta possa ser valorizada e, consequentemente, permitir qualquer observação valorativa em relação à sua cronologia, tipologia ou práticas rituais associadas. Perto do local da sua implantação foi detectado um casal (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 35), com que, eventualmente, poderá estar relacionada, no entanto, a falta de um quadro descritivo mais completo quanto às suas características, levanta algumas reservas a esta associação.

A necrópole de Bairros, Santiago de Bougado, Trofa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 34), de que desconhecemos a data exacta de descoberta e destruição, do seu "mobiliário", assim como das características formais das tumulações, apenas chegaram até nós dois aros de ouro, hoje em depósito no Museu Soares dos Reis no Porto. Sobre a sua estrutura apenas se sabe que era formada por tégulas. Os relatos também não permitem perceber se, eventualmente, a sepultura faria ou não parte de uma necrópole, e esta, a existir, teria ou não sido também destruída.
A função dos aros de cabelo, segundo Armando Coelho (SILVA 1986, 224, 263-264, est. CXI, 1-2), poder-se-á aproximar à dos " hair rings" britânicos, sem que, obrigatoriamente, façam parte de uma peça mais elaborada. A cronologia atribuída pelo autor, na ausência de paralelos peninsulares, situa o fabrico das peças em Hallstat D Final por analogia com o aro procedente da tumba de Kappel am Rhein, como, aliás, o faz Blanco Freijeiro atribuindo-lhe uma influência centro-europeia (FREIJEIRO 1957, 16-17), no entanto, López Cuevillas não as inclui no catálogo das jóias castrejas devido ao contexto do seu achado (CUEVILLAS 1951, 91, nota 80).
O enquadramento arqueológico, cuja romanização parece não ser questionável, não será de sobrevalorizar em relação à datação dos aros de cabelo, atendendo à longa pervivência deste tipo de peças, como acontece com outros exemplos portugueses.
Próximo da sua localização apenas se detectou um casal (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 35), mas cuja relação parece pouco provável, atendendo à natureza dos achados.

A necrópole do Muro, localizada na freguesia do Muro, concelho da Trofa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 52), foi referenciada pela primeira vez por Leite de Vasconcelos a propósito da oferta de um conjunto de peças cerâmicas efectuada pelo Abade Sousa Maia a Félix Alves Pereira para o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (VASCONCELOS 1905, 381-382), tendo, posteriormente, sido mencionada por vários outros autores (PINTO 1927, 24-25; CRUZ 1940, 215; ALMEIDA 1969, 44). Apesar de localizado o seu local exacto de implantação, localmente conhecido como Leira do Talho, não temos qualquer conhecimento sobre a estrutura das sepulturas, o seu número e tipologia de enterramento. A análise do espólio que foi possível realizar também não permite efectuar o seu enquadramento cronológico. O único exemplar que possibilita uma referência mais precisa é constituída por uma taça em *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* de imitação da sigillata africana, concretamente do tipo Hayes 52, cuja cronologia sugerida para a produção do modelo se enquadra entre 280-300 d.C., morfologicamente muito semelhante à taça proveniente da necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 15, est. XXI, 6), e também da taça proveniente da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 30). Assim, com prudência, poder-se-á datar a necrópole no séc. IV - primeira metade do séc. V.

A necrópole da Devesa, Santo Tirso (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 56), foi referenciada pela primeira vez por Alberto Pimentel (PIMENTEL 1902, 15) que, apesar de fazer um conjunto significativo de referências a materiais de superfície recolhidos nas imediações, não concretiza aspectos relacionados com a necrópole, nomeadamente o número de sepulturas descoberto e as suas características. O espólio recolhido no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, é constituído por quinze peças, todas em cerâmica comum (5 pratos; 3 copos; 4 jarros e 3 bilhas), que foram alvo de publicação recente (MOREIRA 2004b, 7-50). A necrópole relaciona-se com a *villa* da Devesa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 57), identificada a cerca de 200 m a norte do complexo edificado identificado no local da actual Escola de S. Rosendo, da qual é também conhecido espólio epigráfico (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 60), e abundante material cerâmico e elementos de construção. A amplitude cronológica da sua ocupação e a ausência de características claras do material funerário, não nos permite avançar com uma cronologia precisa para a necrópole, sendo, no entanto, claro a sua utilização no decurso do séc. IV.

A necrópole de Areias, Azurara, Vila do Conde (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 63), é referenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida sem qualquer informação adicional relativa às suas características. Os materiais identificados como provenientes da necrópole resumem-se a um fragmento de uma bilha. Nas suas imediações não foi detectado nenhum vestígio de carácter habitacional com que possa estar directamente relacionado.

O *columbarium* descoberto na década de 60 do séc. XX, em Guilhabreu, Vila do Conde (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 68), nas imediações da *villa* de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 69), descrito com sendo formado por um corredor com nichos nas paredes onde se encontravam depositadas "urnas" em cerâmica, constitui um tipo de enterramento singular na área em estudo. Lamentavelmente, não chegou até nós qualquer vestígio do mobiliário funerário que permitisse datar os enterramentos.

A necrópole de Guilhabreu, corresponde ao espaço funerário da *villa* de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 69), proporcionou abundante espólio cerâmico e epigráfico, parte do qual foi doado pelo Abade de Sousa Maia ao antigo Museu Etnológico, hoje Museu Nacional de Arqueologia, através de Félix Alves Pereira. Do material referenciado apenas foi possível identificar duas

peças cerâmicas, concretamente um prato e um jarro e três aras, das quais duas são anepígrafas e a restante regista uma dedicatória dos habitantes do *castellum Uliancae* a *Lanasus* do *castellum* dos *Fidueneae*. A exiguidade do material e a falta de informação relativa às características dos enterramentos não permite uma apreciação precisa sobre a natureza dos enterramentos, assim como quanto à sua cronologia. No entanto, se considerarmos a ampla cronologia dos materiais e das estações identificadas na área envolvente é provável que se trata de um local de enterramento com uma ampla cronologia, encontrando-se em pleno funcionamento em época tardia, em conformidade com a datação proposta para os monumentos epigráficos.

Da necrópole de Arões, Mosteirô, Vila do Conde, apenas se conhecem referências ao aparecimento de sepulturas (AZEVEDO 1939, 108; ALMEIDA 1969), desconhecendo-se a existência de espólio, assim como suas características estruturais e número. Pela sua localização é natural que se relacione com a *villa* de Mosteirô (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 75).

Pelo aparecimento de epígrafes funerárias è ainda possível considerar a existência de três outras necrópoles que, por dificuldade de identificação, optamos por não as integrar no catálogo. Referimo-nos, em concreto, à estela funerária anepígrafa identificada em Arões, deslocada do seu contexto funerário, por certo relacionada com a *villa* identificada no mesmo local (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 79), à estela funerária de Modivas de Baixo (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 73), consagrada a Severo, filho de Flávio, de que não identificamos nas imediações qualquer tipo de assentamento com que possa estar relacionada, e, por último, à estela funerária dedicada a *Ladronus Antonius* pela unidade gentilícia dos *Madequisenses* identificada em Alvarelhos (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 27).

A interpretação dos vestígios funerários coloca inúmeros problemas devido à dificuldade da sua datação e à imprecisão das referências que, de forma generalizada, caracteriza a informação que chegou até nós. Consequentemente, a valorização que poderemos fazer destes vestígios para a reconstituição do povoamento é limitada. No entanto, numa apreciação genérica, verifica-se que, cronologicamente, o espólio resgatado revela vestígios maioritariamente tardios, correspondentes ao séc. IV e, eventualmente, início ou meados do séc. V, exceptuando, naturalmente, o caso do *columbarium* de Guilhabreu, que não se enquadrar na matriz geral das necrópoles identificadas. Os rituais de enterramento, com base nas referencias bibliográficas, parecem corresponder na totalidade a ritos de incineração, constituindo a necrópole da Quelha Funda, Gueifães (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 4), o único caso em que dispomos de informação para considerar que se trataria de uma necrópole mista, uma vez que foram também identificados vestígios que poderão corresponder a ferragens de caixões.
A análise da sua distribuição na região constitui um elemento que reforça a interpretação do ordenamento do povoamento da área em estudo, que respeita a convergência dos factores considerados basilares na distribuição do povoamento – a proximidade das vias de comunicação e a aptidão agrícola dos solos. Assim, distingue-se claramente um primeiro grupo composto pelas necrópoles de Areias, Modivas de Baixo, Igreja, Arões, Bicas, Pampelido e Montedouro (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 63, 73, 80, 74, 15, 24, 23), que correspondem ao povoamento disperso ao longo da costa marítima, em articulação com a via XVI e a via costeira de ligação do Porto a Vila do Conde. O segundo grupo, composto pelas necrópoles de Guilhabreu, Vila Boa e Alvarelhos (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 68, 70, 27), identificam-se na área circundante do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos, em directa relação com a concentração do povoamento aí registada, conjuntamente com a *villa* de Vila Boa / Paiço, da qual não é possível dissociar a via XVI. Um terceiro grupo, composto por seis necrópoles, Rorigo Velho, Lantemil, Muro, Forca, Quelha Funda e Agra da Portela (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 30, 32, 52, 2, 4, 13), corresponde aos assentamentos que se

desenvolvem ao longo da via oficial, nos terrenos de melhor aptidão agrícola, nomeadamente, na Veiga de Bougado, atravessando transversalmente a face sul da veiga da ribeira da Aldeia e acompanhando longitudinalmente toda a veiga formada pelo Ribeiro do Arquinho que corresponde genericamente à área norte do concelho da Maia. As excepções que não observam esta relação casual – aptidão agrícola / vias –, parecem corresponder as necrópoles de Bairros, Maganha e Devesa (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 34, 33, 56), cuja implantação dos assentamentos respeita à escolha de locais de excepcional aptidão agrícola ainda que " marginais " aos principais eixos de comunicação.

O conjunto de materiais provenientes das diversas necrópoles motivou-nos ao ensaio de a uma sistematização com o intuito de criar uma "tabela de formas" (vol. I, est. XVIII) das cerâmicas comuns para melhor caracterizar as produções da região e completar o panorama das cerâmicas comuns provenientes do *aglomerado urbano* estudas no segundo volume deste trabalho.

As formas

A tabela de formas tem por base o espólio das sete necrópoles apresentadas em catálogo cujos materiais em cerâmica comuns perfazem 130 peças. A expressão percentual de cada necrópole no universo da tabela faz-se da seguinte forma – Necrópole da Forca 42,3%; Necrópole da Quelha Funda 4,6%; Necrópole das Bicas 6,1%; Necrópole de Rorigo Velho 33%; Necrópole do Muro 23%; Necrópole da Devesa 10,7%; Necrópole de Areias 0,7%.
O objectivo da elaboração da tipologia consiste em criar uma primeira base de trabalho que facilite a classificação das peças, assim como o desenvolvimento de uma matriz que constitua a base para o estudo da cerâmica comum romana da área em estudo.
Desenvolvemos a tabela de formas em função da serventia das peças e dos seus principais rasgos morfológicos considerando, para efeito de definição do morfotipo, as características mais marcantes como sejam os fundos, bojos e bordos que resultou na constituição de treze grupos – Copos, Taças, Potes, Pratos, Frigideiras, Bilhas, Garrafas, Púcaros, Jarros simples, Jarros trilobados, *CENV* Prateiras, *CENV* Pratos, *CENV* Taças, *CCFT* Taças.
Encontram-se representados 43 peças que constituem XIII grupos e 33 formas. A sua distribuição percentual é a seguinte; Copos 11,5%, Taças 5,3%, Potes 0,7%, Pratos 23%, Frigideiras 1,5%, Bilhas 11,5%, Garrafas 1,5%, Púcaros 6,9%, Jarros simples 21,5%, Jarros trilobados 9,2%, *CEV* Prateiras 3%, *CEV* Pratos 0,7%, *CEV* Taças 2,3%, *CCFT* Taças 0,7%.

Os fabricos

Por fabrico designamos os diferentes tipos de pastas cerâmicas, processos de fabrico e acabamentos observáveis nos diferentes tipos de peças. A sua caracterização tem como objectivo identificar determinados tipos de produções, se possível relacioná-los com um determinado tipo de formas e, em última análise, compreender a dispersão geográfica dos diferentes tipos de fabrico. Pretende-se ainda proceder à introdução de critérios objectivos na análise das cerâmicas, designadamente nos aspectos que julgamos fundamentais na sua caracterização, de acordo com os seguintes descritores - I. Pasta; II. Elementos não-plásticos; III. Acabamento.

I. Pasta
Coloração - Interior
Exterior

Fractura
Tipo de cozedura
Porosidade

II. Elementos não-plásticos
Tipos
1. Quartzo - Cinzento/Branco / Transparente
(Arredondado / Anguloso) / (Calibrado / Não calibrado)
2. Mica - Negra (biotite)
Branca / Incolor (moscovite)
3. Feldspato
4. Nódulos ferrosos - Restos cerâmicos
5. Restos de carvão
Percentagens
Tamanho
Granulometria

III. Acabamento
Grosseira
Afinada
Brunida
Engobada
Envernizada

Pasta I – Pasta de argila micácea, compacta, de cozedura uniforme com abundantes elementos não-plásticos de diverso calibre compostos por quartzo, feldspato, mica e, em menor percentagem, cerâmica moída. A cor da pasta oscila entre bege-claro e bege-escuro. Superfície de textura áspera com alisamento superficial na qual afloram à superfície grãos de quartzo, coberta com uma simples aguada ou engobe, pouco espesso mas bem aderido.

Pasta II - *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* - Pasta argila micácea, compacta, de cozedura homogénea, com elementos não-plásticos muito abundantes compostos por mica e quartzo de pequeno e médio calibre bem classificados e com distribuição uniforme. Cor terra siena natural (RA47 / 49), e terra siena tostada (P39 e P47), homogénea.
Superfície alisada com polimento irregular pouco cuidado com engobe fino e geralmente muito erudido de cor vermelho-inglês escuro (R 13), cobrindo integralmente a peça no exterior e interior[173].

Pasta III - Pasta de argila micácea, compacta, de cozedura homogénea. Elementos não-plásticos abundantes, compostos essencialmente por graus de quartzo angulosos de pequeno calibre e distribuição uniforme e, em menor percentagem, cerâmica moída. A cor da pasta varia entre bege-claro e bege-escuro. A superfície exterior é bem alisada e polida, conservando um brilho suave e acetinado, geralmente coberta por um engobe mais ou menos espesso ou uma simples aguada.

[173] Este fabrico apresenta significativas semelhanças com o fabrico " Pasta II – 4 " identificado em Braga (DELGADO 1993-94, 121-122).

Pasta IV - *Cerâmica cinzenta fina tardia* - Pasta fina e depurada com abundante matéria não-plástica, bem calibrada, composta por mica e finos grãos de quartzo. O tratamento da superfície externa é integralmente polida e brilhante de tom metálico.

Pasta IVa - *Cerâmica cinzenta fina tardia* - Pasta medianamente depurada com elementos não-plásticos compostos por grãos de quartzo de grão médio. O acabamento é pouco cuidado e sem polimento final da superfície conferindo uma aspecto baço e ligeiramente irregular.

Grupo I – Copos (*pocula*)

Os copos são recipientes de reduzidas dimensões que, à semelhança dos púcaros, serviam para beber. Como formas muito difundidas e de longa duração conheceram inúmeras variantes do ponto de vista morfológico e decorativo, sendo frequentes em época tardo-romana os exemplares pintados com motivos geométricos. Um primeiro ensaio tipológico elaborado a partir dos materiais provenientes das necrópoles de *Bracara Augusta* (MARTINS; DELGADO 1989-1990, 161) considera a existência de três tipos com base no seu perfil. Correspondem a 11,5% das peças identificadas (15 exemplares).

Forma 1 - *Copo de perfil em S*

Colo alto de estrangulamento suave, corpo oval, bordo aberto, exciso e lábio de perfil arredondado. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo em ressalto com fundo côncavo de assentamento lateral, em aresta[174]. Capacidade de referência 334,05 cm^3 / 0,33 L. Dimensões - Altura máxima 115 mm; Diâmetro da base 44 mm; Diâmetro máximo do bordo 57 mm; Diâmetro máximo do corpo 82 mm.
Os copos da Forma 1 não constituem um tipo muito comum sendo a sua expressão percentual nas necrópoles estudadas de 3,8 %, encontrando-se apenas representada em 4 delas (Forca, n.º 22; Rorigo Velho, n.º 22, Muro, n.º 2; Devesa, n.º 6 e 7), com cinco exemplares. Genericamente, poder-se-á caracterizar como um copo de tamanho intermédio, de perfil em S, de bojo oval, colo com estreitamento mediano, bordo vertical ligeiramente projectado para o exterior rematado por um lábio de perfil arredondado levemente espessado. O fundo de formato disciforme apresenta-se plano de assentamento pleno ou côncavo. Integraria o serviço de mesa e a sua função seria para beber.
Constitui uma forma muito comum e vulgarizada em toda a área do convento bracaraugustano, quer em ambientes funerários quer em ambientes habitacionais, apresentando pequenas variantes ao nível do perfil e revelando uma ampla cronologia. Encontram-se paralelos em praticamente todas as necrópoles estudadas entre Sousa e Tâmega e Braga. Com particular proximidade morfológica às peças das necrópoles de entre Leça e Ave referiram-se os exemplares provenientes da necrópole de Vilarinho, Vila Caiz (SOEIRO 1984, 40-41, fig. VIII, n.º 5), da necrópole de Codes, Rio de Moinhos (SOEIRO 1984, 54-55, fig. XIX, n.º 4-6), e da necrópole da Giesta ou Tapada de Barreiros, S. Miguel de Paredes (SOEIRO 1984, 64, fig. XXV, n.º 3, 5-6). Em *Tongobriga* encontram-se exemplares morfologicamente próximos aos nossos elaborados no fabrico que integra o Grupo 5, identificado como Potinho - Forma 1, com cronologia do séc. I (DIAS 1997, 245-246).

[174] Morfotipo criado a partir do copo n.º 22 proveniente da necrópole de Rorigo Velho, S. Martinho do Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XXIV, n.º 22).

Forma 1a - *Copo de perfil em S*

Colo alto e estrangulado e paredes pouco arqueadas rematado por bordo extrovertido com lábio boleado. Fundo com pé em ressalto e base côncava de espessura irregular com espessamento a diminuir para o centro. Capacidade de referência 244,18 cm^3 / 0,24 L. Dimensões - Altura máxima 100 mm; Diâmetro da base 52 mm; Diâmetro máximo 76 mm; Diâmetro do bordo 65 mm.[175]. Reservatório baixo e alargado.

Encontra-se representado por quatro peças – Forca, n.º 24; Devesa, n.º 23, 25; Muro, n.º 1. Constitui uma forma relativamente comum identificando-se a sua presença em três necrópoles, sendo a sua expressão percentual de 3%.

O seu rasgo morfológico mais significativo, que o individualiza dos restantes copos, consiste no perfil periforme do reservatório. As suas dimensões revelam peças bem proporcionadas apresentando um bordo curto, ligeiramente esvasado, perfeitamente adequado para beber.

A sua presença, mais ou menos recorrente em necrópoles datadas do séc. I, início do séc. II, documenta a vulgarização do seu perfil desde o início da romanização efectiva do território, mantendo-se em uso até finais do império. Um dos paralelos documentado em contexto funerário de cronologia alto-imperial encontra-se na necrópole de Gomil, Valença (ALMEIDA; ABREU 1987, 208, est. VI, n.º 2), cujo perfil revela semelhanças assinaláveis com os nossos exemplares, apesar da diferença cronológica.

Todavia, os paralelos de cronologia mais tardia são mais abundantes e exemplificativos da ampla divulgação que esta forma conheceu. Na tipologia elaborada a partir do espólio funerário das necrópoles de Braga, está classificado como Forma 1, sub-tipo 1b, merecendo particular destaque os exemplares n.º 5 e 6 provenientes da sepultura n.º E69, do núcleo da Cangosta da Palha, cuja cronologia se fixa por volta de meados do séc. II - início do séc. III (MARTINS; DELGADO 1989-90, 161-162), e também os exemplares n.º 1-4, provenientes da sepultura II da necrópole do Largo Carlos Amarante com a mesma cronologia de referência, pela semelhança morfológica com os nossos exemplares.

Entre Sousa e Tâmega encontra-se um paralelo na necrópole de Monte Mozinho, Penafiel, cuja cronologia aponta para a 1ª metade do séc. III (SOEIRO 1984, 298, est. CLIV, n.º 3), que revela semelhanças morfológicas como o nosso exemplar, assim como um horizonte cronológico próximo. Identifica-se ainda um exemplar na necrópole de S. Pedro da Lomba, Amarante, cuja cronologia se situa no séc. III - IV (JORGE 1994, 202, est. III, n.º 2).

Os paralelos provenientes de ambientes habitacionais são relativamente escassos, podendo-se, no entanto, indicar exemplares como pertencentes à mesma família as formas integradas no Grupo 5A da cerâmica comum de *Tongobriga*, cujo fabrico se encontra documentado no séc. I (DIAS 1995, 12).

Trata-se, portanto, de uma forma relativamente comum, cuja cronologia cruza transversalmente todo o período imperial tendo-se tornado muito vulgar no decurso do séc. III e IV, apesar de não se documentar a sua presença nos materiais provenientes do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos e do Padrão.

Forma 2 - *Copo de perfil em S*

Colo alto de estrangulamento suave e corpo oval, rematado por bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio ligeiramente arredondado. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo de assentamento pleno. Capacidade de referência 315,79,05 cm^3 / 0,31 L. Dimensões - Altura máxima 120 mm; Diâmetro da base 44 mm, Diâmetro máximo do bordo 65 mm; Diâmetro máximo do corpo 86 mm; Espessura média 4

[175] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 24 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XIX, n.º 24).

mm[176]. Identificam-se quatro exemplares – Forca, n.º 20, 21 e 23; Rorigo Velho, n.º 24 –, corresponde percentualmente a 3% do total das peças.
Constitui uma das formas de maior expressão revelando uma cronologia que abarca todo o período de dominação romana, correspondendo a uma forma intermédia entre os copos de reservatório ovóide (Forma 1) e os copos de desenvolvimento longitudinal (Forma 3). Encontra-se representado em praticamente todas as necrópoles do convento bracaraugustano. A título de contextualização refiram-se os paralelos das necrópoles de entre Sousa e Tâmega, designadamente de Codes, Rio de Moinhos, Penafiel (SOEIRO 1984, 54, fig. XIX, 4-5), de Giesta ou Tapada de Barreiros, S. Miguel de Paredes (SOEIRO 1984, 64, fig. XXV, 6), de Monte Mozinho (SOEIRO 1984, 296, fig. CXLIV, 1, 5). Os paralelos da capital de convento identificam-se na tipologia de Braga como "potinhos", integrando-se na Forma 1, apesar da heterogeneidade formal registada no grupo que acompanha uma ampla cronologia (MARTINS; DELGADO 1989-90, 166, fig. 101)[177]. Identificam-se ainda nas necrópoles do concelho de Paços de Ferreira, na necrópole de Bouçós (SILVA 1986a, 122, est. XXVIII, 2), nas necrópoles de Amarante em Tubirei (PORTELA 1998, 121-122, est. LII, 8, 11), Sanche (PORTELA 1998, 113-114, est. XLV, 3, 5) e Laboriz (PORTELA 1998, 82-83, est. XXVIII, 6-8). Documenta-se ainda de forma expressiva na necrópole do Freixo, Marco de Canaveses (DIAS 1997, 216, 4, 8), na necrópole de Santa Cristina de Longos, Guimarães (GUIMARÃES 1980, est. XXIV, 19) e, na margem esquerda do Douro, na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia (LOBATO 1995, 57, est. XIX, 65-66).

Forma 3 - *Copo de perfil oval*

Perfil em S, pouco pronunciado. Colo alto e alongado com bordo curto de desenvolvimento oblíquo rematado por lábio arredondado. Fundo com pé discóidal, ligeiramente côncavo, de assentamento radial. Capacidade de referência 402,92 cm^3 / 0,40 L. Dimensões - Altura máxima 151 mm; Diâmetro máximo da base 54 mm; Diâmetro máximo 82 mm; Diâmetro do bordo 57 mm[178].
Identifica-se apenas um exemplar – Forca, n.º 25 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
A forma integra o ensaio tipológico desenvolvido sobre os materiais provenientes das necrópoles de *Bracara Augusta* na qual corresponde à Forma 1a, com cronologia de referência da 2ª metade do séc. II - início do séc. III (MARTINS; DELGADO 1989-90, 161).
Todavia, as abundantes referências crono-estratigráficas da forma em contextos datados da segunda metade do séc. I e início do séc. II, como, por exemplo, de Gondomil, Valença (ALMEIDA; ABREU 1987, 207, est. VII, 1-3)[179], assim como das necrópoles do noroeste datadas do séc. IV e primeira metade do séc. V, permitem classificar a forma como de difusão supra-regional com ampla cronologia que cobre todo o período do império. Na área meridional do convento encontra-se relativamente bem documentada podendo afirmar-se que se trata de uma forma que conheceu em época tardo-romana uma razoável difusão, apesar da sua baixa representatividade entre Leça e Ave. Identificam-se paralelos na necrópole das Caxinas, Vila do Conde, datada do séc. II ao IV (ALMEIDA 1973, 221, est. VIII, 1-4)[180], na necrópole Tubirei, Amarante (PORTELA 1998, 121, est. LII, 9), na necrópole de Gatiães, Amarante (PORTELA 1998, 73, est. XXI, 8), ambas do

[176] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 24 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XXII, n.º 24).
[177] (…) *A forma 1 deste grupo é, como se vê, muito menos homogénea que a forma correspondente atribuída ao grupo dos copos. E menos homogénea significa que as diferentes características não se conjugam entre si de modo a justificar, de imediato, um estabelecimento de subtipos* (…) (MARTINS; DELGADO 1989-90, 166)
[178] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 25 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XIX, n.º 25).
[179] Identificado pelos autores como unguentário (ALMEIDA; ABREU 1987, 207).
[180] Identificados pelo autor como unguentário (ALMEIDA 1973, 221).

datadas do séc. IV e nas necrópoles de entre Sousa e Tâmega, nomeadamente na de Monte Mozinho (SOEIRO 1984, 297, fig. CXLIV, 9; CXL, 4, CLI, 2), onde, constitui uma forma com uma duração de produção com poucas alterações desde meados o séc. I até ao séc. IV (SOEIRO 1984, 296).

Forma 4 - *Copo de perfil cilíndrico*

Morfologicamente caracteriza-se por possuir um corpo cilíndrico formado por paredes rectas com bordo curto, extrovertido, em forma de aba rematada por lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo com falso pé com um pequeno ressalto marcado por uma carena externa de estreitamento da base. O fundo interno é côncavo e apresenta uma espessura irregular. Capacidade de referência 244,05 cm^3 / 0,24 L. Dimensões - Altura máxima 123 mm; Diâmetro máximo da base 61 mm; Diâmetro máximo 80 mm; Diâmetro do bordo 99 mm[181]. Identifica-se apenas um exemplar – Forca, n.º 26 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
Constitui uma forma muito particular na panóplia de perfis de copos cujo modelo de inspiração é difícil de identificar. Não conhecemos qualquer paralelo na área geográfica aqui abordada, assim como nas tipologias publicadas relativas à região do noroeste.
Tratar-se-á de uma forma tardia que resulta de uma progressiva evolução formal dos copos que registam uma tendência para a verticalidade em detrimento do reservatório elíptico ou ovóide das formas temporãs, identificando-se uma relação evolutiva entre a Forma 1 para a 1a e da Forma 3 para a Forma 4 (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XVII).

Grupo II – Tigelas (*Patinae* e *Patellae*)

Morfologicamente caracteriza-se pelo seu perfil em calote, geralmente com pé baixo, maciço, ou fundo plano de formato discóidal. O bordo revela uma ampla gama de variações ao nível dos perfis das abas. Também os seus diâmetros oscilam significativamente. Constituem normalmente fabricos mais cuidados, próximos ao de alguns recipientes formalmente semelhantes mas com usos distintos, como, por exemplo, as malgas que eram utilizadas na cozinha na preparação de alimentos, ao invés das tigelas que se destinavam a ir à mesa com comida, ou mesmo para comer sopas ou refeições afins (NOLEN 1985, 93). Encontram-se relativamente mal representadas correspondendo apenas a 5,3% das ocorrências (7 de 130 peças identificadas).

Forma 1 - *Tigela de paredes arqueadas*

Parede arqueada rematada por bordo de projecção oblíqua e lábio arredondado. Fundo discóidal de projecção vertical com espessura regular. Capacidade de referência 414,64 cm^3 / 0,41 L. Dimensões - Altura máxima 54 mm; Diâmetro da base 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 144 mm; Espessura média 5 mm[182].
Identificam-se três exemplares – Forca, n.º 15; Rorigo Velho, n.º 17, 18 –, que representam 2,3% do total de espólio funerário estudado.

[181] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 26 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, est. XIX, n.º 26).
[182] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 17 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 17).

Morfologicamente se caracteriza pelo seu perfil em calote, geralmente com pé baixo, maciço, ou fundo plano de formato discóidal. O bordo revela uma ampla gama de variações ao nível dos perfis e inclinações das abas. O seu diâmetro oscila significativamente (120 a 230 mm).
Do ponto de vista cronológico constitui um morfotipo de longa duração sendo frequente desde o início do séc. I até meados do séc. V. Encontra-se amplamente difundida podendo ser considerada como uma forma supra-regional.
As tigelas provenientes de Alvarelhos, identificadas em contextos habitacionais, encontram-se representadas por três exemplares, n.º 11, 11a, 11b (vol. II, est. CLVIII, n.º 1-11), pertencendo a tigela 11a à Fase III e as 11 e 11b à Fase IV-V, constituindo paralelo para o exemplar em estudo apenas a última[183].

Identifica-se na tipologia de S. Cucufate, Vidigueira, como "Forma III-A-1 *Tigela de bordo direito*", onde ocupa todos os horizontes cronológicos registados (séc. I-V) e para os quais são referidos inúmeros paralelos de diferentes proveniências e cronologias (PINTO 2002, 221-225), entre os quais das necrópoles do Alentejo cujo grupo compreende inúmeras variantes, mas que não constituem um paralelo exacto para este tipo. Configura uma forma particularmente bem representada nas necrópoles da área meridional do convento bracaraugustano, designadamente na região de Amarante, onde se documenta na necrópole de Capelos (PORTELA 1998, 58, est. VII, n.º 3), de Laboriz (PORTELA 1998, 82, est. XXVII, n.º 5), de Tubirei (PORTELA 1998, 119-120, est. L, n.º 5), de Chã de Portela (PORTELA 1998, 65, est. XIV, n.º 3), com cronologia tardo-romana, assim como na região de Paços de Ferreira, onde se registam paralelos na necrópole de S. Brás, Frazão, datada do séc. IV - início do séc. V, associada a um conjunto de pratos de sigillata africana, fabrico D (SILVA 1986b, 127-128, est. XXIII, n.º 1), em Vila do Conde, na necrópole das Caxinas (ALMEIDA 1973-74, 218, est. IV, n.º 5), na região de entre Sousa e Tâmega na necrópole da Giesta (Tapada de Barreiros), S. Miguel de Paredes, Paredes (SOEIRO 1984, 64, fig. XXVI)[184], e na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, com um significativo acervo (LOBATO 1995, 51-54, est. XII-XIV, n.º 35-48).

Forma 1 a - *Tigela de paredes arqueadas*

Bordo de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Fundo constituído por pé de desenvolvimento perpendicular de secção trapezoidal que forma uma base anelar de assentamento directo. Fundo ligeiramente convexo com adelgaçamento progressivo para o fundo. Capacidade de referência 616,11 cm^3 / 0,61 L. Dimensões - Altura máxima 58 mm; Diâmetro da base: 85 mm; Diâmetro máximo do bordo 161 mm[185]. Identifica-se apenas um exemplar - Rorigo Velho, n.º 18 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%. Características morfológicas idênticas à Forma 1, sendo o elemento diferenciador o fundo que, neste caso, é composto por um pé anelar, cuja secção apresenta um perfil rectangular.
Na área meridional do convento bracaraugustano são conhecidos inúmeros paralelos, nomeadamente provenientes da necrópole de S. Brás, Paços de Ferreira (SILVA 1986, 128, est. XXIII, n.º 1), cuja cronologia remete para o final do séc. IV - início do séc. V, da necrópole da Lomba, Amarante (séc. IV) (PORTELA 1998, 93, est. XXXV, 1), e da necrópole de Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 297-299, fig. CLIV, 6).

[183] A tigela 11b (vol. II, est. CLVIII, n.º 11b), constitui a mais elementar forma deste género de recipientes e representa um tipo de ampla cronologia que compreende todo o período de dominação romana. Morfologicamente, poder-se-á admitir como próxima à forma Ritterling 8, cuja inspiração resultou numa simplificação formal, em particular na área do fundo. Apresenta uma calote hemisférica com bordo de desenvolvimento vertical e lábio de secção arredondada. O fundo é composto por um pé discóidal de assentamento pleno. A área central revela um adelgaçamento progressivo para o centro. É proveniente do Ap. I da ocupação da Fase IV-V da *Domus do Tesouro*.
[184] Também na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, constitui uma forma corrente, cujo morfotipo se mostra inalterado "*Tigela – Perfil em calote esférica e com pé de bolacha*" (LOBATO 1995, 52, est. XII, n.º 36-40).
[185] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 16 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 16).

Forma 2 - *Tigela de paredes arqueadas*

Perfil arqueado com bordo formado por aba curva e pendente com aresta vertical de perfil arredondado. Corpo arredondado, ligeiramente assimétrico, com fundo levemente côncavo e pé anelar de perfil triangular de assentamento directo. Capacidade de referência 622,26 cm^3 / 0,62 L. Dimensões - Altura máxima 67 mm; Diâmetro da base 110 mm; Diâmetro máximo 245 mm[186]. Encontra-se representada por dois exemplares – Rorigo Velho, n.º 20 e 21 –, representando 1,5% do total das peças.

Apesar do seu enquadramento crono-estratigráfico remeter para uma cronologia relativamente tardia, este tipo de tigelas foi produzido desde o início do império, como se constata, por exemplo, nos materiais provenientes da necrópole de Torre das Arcas, Beja, com cronologia de meados do séc. II a meados do séc. III (NOLEN 1995-97, 364, n.º 395), ou mesmo de cronologia anterior, como se verifica em Conímbriga (ALARCÃO 1975, 91, est. XXIII, n.º 495). Na tipologia das cerâmicas comuns de S. Cucufate, Vidigueira, identifica-se como "Tigela da variante III-C-2", onde se encontra relativamente bem representada (PINTO 2002, 250-251)[187]. Marca presença de forma residual, em Alvarelhos (vol. II, est. CLVIII, n.º 11) na Fase IV[188]. Encontra-se ainda em *Tongobriga* integrada no Grupo *2*[189] (Corpo tronco-cónico invertido, lábio pendente para o exterior, bordo pontiagudo) com datação do séc. I, até ao fim do reinado dos Flávios (DIAS 1997, 247, 268).

Forma 3 - *Tigela de copa esférica*

Reservatório de perfil em S pouco pronunciado com bordo em forma de aba soerguida com depressão central para assentamento de tampa. Lábio vertical biselado. Fundo plano, ligeiramente côncavo, com espessamento progressivo para o centro. Pé falso resultante de uma pequena concavidade da base. Capacidade de referência 1 070,50 cm^3 / 1,07 L. Dimensões - Altura máxima 90 mm; Diâmetro da base 80 mm; Diâmetro do bordo 192 mm[190].

Regista-se apenas um exemplar – Forca, n.º 17 –, sendo a sua representação percentual de apenas 0,7%.Constitui uma forma pouco difundida, podendo considerar-se residual. Trata-se de uma imitação ou de um modelo inspirado numa produção identificada em *Lucus Augusti* como "*Cuencos engobados com sellos estampillados*" (IRASTORZA 2001, 312)[191]. Os selos identificados inserem-se em cartuchos de recorte rectangular insertos no fundo externo que documentam oficinas da área de Lugo – *Quinti, Rufi, Rufiani, Saturninus, Capito* – sendo que todos os selos vão precedidos de Of(*ficina)* ou, simplesmente, O(*fficina)*. Tratar-se-ia de uma produção local desenvolvida com uma perspectiva comercial circunscrita à região de entre Ebro e Douro, admitindo o autor da tipologia uma certa originalidade na produção, uma vez que, aparentemente, não se trata de recipientes de serviço de mesa mas sim de utilização culinária,

[186] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 20 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 20).

[187] A autora cita alguns paralelos do mesmo horizonte cronológico provenientes do sul de Portugal, dos quais destacamos, pela proximidade morfológica, a peça n.º 41 da Cidade das Rosas, Serpa (CAEIRO 1978, 251, 257).

[188] O exemplar n.º 11 apresenta um perfil esférico com paredes arqueadas. O bordo é formado por uma aba ligeiramente descendente para o exterior rematada por um lábio pontiagudo. O dorso é anguloso e forma uma carena interna pronunciada. A pasta pertence ao grupo A2-53 M. O acabamento é constituído por polimento, encontrando-se a superfície externa revestida com uma aguada espessa. É proveniente do Ap. X do *Complexo Artesanal*, na Fase IV-V.

[189] A descrição do Grupo 2 faz-se nos seguintes moldes – (…) *Pasta rósea-M49,calibre médio acabamento com alisamento, na face exterior geralmente feito na vertical sobre o qual era deitado um engobe vermelho claro-N39* (…). O desenho apresentado regista uma tigela com reservatório em calote com bordo formado por uma aba curta e pendente rematada por um lábio pontiagudo. A base é formada por um fundo anelar de secção rectangular.

[190] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 17 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 17).

[191] (…) *Cuencos de fondo plano, generalmente decorado mediante una acanaladura circular, cuerpo troncocónico ligeiramente arqueado y borde horizontal ranurado* (…)(IRASTORZA 2001, 312).

eventualmente relacionados com a utilização no forno (IRASTORZA 2001, 321). A sua cronologia inscreve-se na primeira centúria e início da segunda.
Na área meridional não se conhecem exemplares integráveis nesta produção nem a existência de selos correspondentes às produções lucences. Todavia identificam-se paralelos formais e imitações, como sugere ser o nosso caso, ainda que se reporte a um horizonte cronológico substancialmente posterior. Na região conhecem-se paralelos morfologicamente próximos em Monte Mozinho (SOEIRO 1984, LXXVIII, 8, 10), e a sul, na necrópole da Valdoca, Aljustrel (ALARCÃO 1966, 76, est. XXV, 361), e na necrópole de Serrones, Elvas, com cronologia tardia (NOLEN 1985, 107)[192].

Grupo III - Potes

Este conjunto de recipientes inclui peças cujas características morfológicas definem perfis de desenvolvimento vertical, com maior diâmetro da parede na parte superior do bojo. O colo é reentrante e o bordo projectado para o exterior, evidenciando inúmeras variantes de perfil. Os lábios, geralmente arredondados ou pontiagudos, apresentam muitas variantes quanto à orientação e secção, podendo apresentar uma aba e carena interna para assentamento de uma tampa. Os fundos são discóidais de assentamento pleno. Em termos gerais, poder-se-á admitir que constitui um grupo de características morfológicas homogéneas cuja forma, com pequenas alterações, se mantém em uso desde o séc. I a meados do séc. V.
A sua dimensão varia de forma em função do seu uso. Como recipientes de cozinha [193] eram utilizados para armazenar comida, ingredientes, restos de refeições ou mesmo para confeccionar determinado tipo de alimentos como sopas ou cozidos (NOLEN 1985, 113).
Encontra uma fraca expressão no mobiliário fúnebre nas necrópoles em estudo onde apenas se identificou um exemplar que corresponde a uma expressão percentual de 0,7%.

Forma 1 - *Pote de perfil em S*

Parede contracurvada rematada por bordo em forma de aba de desenvolvimento oblíquo com leve ressalto interior para assentamento de tampa. Lábio arredondado com espessamento progressivo. Reservatório globular. Fundo discóidal de assentamento pleno com ligeiro espessamento central no interior. Capacidade de referência 779,76 cm^3 / 0,77 L. Dimensões - Altura máxima 121 mm; Diâmetro máximo da base 56 mm; Diâmetro máximo 121 mm; Diâmetro do bordo 113 mm[194].
Regista-se apenas um exemplar – Forca, n.º 19 –, cuja representação percentual é de 0,7%.
Os potes pertencentes a este tipo constituem uma das formas mais difundidas registando uma ampla cronologia que compreende todo o período imperial. As pequenas nuances que se verificam ao nível do bordo não constituem variações morfológicas suficientes para efectuar uma valoração tipológica ou cronológica, observação aliás já efectuada na elaboração tipológica dos materiais provenientes das

[192] A autora refere como paralelo o tipo 624 de Conímbriga do período tardo-romano, sugerindo semelhanças formais com a forma Drag. 46 da TSH do séc. II e ainda o bordo escalonado da prateira tipo Hayes 67 da sigillata africana, datada da segunda metade do séc. IV e séc. V (NOLEN 1985, 107).
[193] Naturalmente, este tipo de recipientes encontrou inúmeras utilizações ao longo dos tempos que extravasam a sua utilização estritamente culinária. Representam inclusivamente um tipo de peça amplamente representada em ambientes funerários.
[194] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 19 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 19).

necrópoles de *Bracara Augusta*, onde este tipo de pote integra o Grupo IV, Forma 1 (MARTINS; DELGADO 1989-90, 167, fig. 101, Forma 2).

Nas necrópoles do Alto Alentejo, com a classificação de Forma 2-e, encontram-se seis potes datados dos finais do séc. I e séc. II (NOLEN 1985, 218, n.º 458 - 464, est. XLIII-XLIV)[195]. Na necrópole de S. André, com a designação de Forma 2, surge num contexto de fins do séc. I - início do séc. II (NOLEN 1985, 23-24). Esta abrangência cronológica verifica-se também no norte, tanto em ambientes funerários como habitacionais. Em Braga, conforme referido, constitui uma forma relativamente bem representada, com quatro exemplares, cuja cronologia se situa entre o séc. I e II[196]. Em *Tongobriga*, onde é frequente a sua produção em diferentes fabricos a sua cronologia é também ampla (Grupo 1, Forma 2 / Grupo 3, Forma 2 - séc. I até aos Flávios; Grupo 3A, Tipo 5 – 325-400 d. C.) (DIAS 1995, 8-10). Em Alvarelhos registam-se em quantidade apreciável, agrupados sob a designação de – *Potes de perfil esférico e bordo contracurvado* –, distribuindo-se de forma generalizada pela Fase III e IV. Refira-se, a título comparativo, a semelhança morfológica da constituição do bordo do pote n.º 51, proveniente da Fase IV-V da *Domus da Lucerna do Cavalo*.

Contudo, a sua presença nas necrópoles da região meridional do convento bracaraugustano não é muito significativa. Contam-se entre as formas mais próximas do nosso exemplar as peças provenientes da necrópole tardo-romana de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, em particular as peças n.º 49-51, agrupados sob a designação de *Bojo sub-esférico e colo de estrangulamento anguloso* (LOBATO 1995, 54). Regista-se ainda a sua presença na necrópole de S. Torcato, Guimarães (GUIMARÃES 1980, est., XXVI, fig. 9, n.º 4). Entre Sousa e Tâmega assinala-se a sua presença na necrópole de Antas, datada da segunda metade do séc. IV (SOEIRO 1984, 90, est. XL, n.º 7), e, por último, na necrópole de Monte Mozinho, em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento, infelizmente, não datado (GUIMARÃES 1980, est., XXVI, fig. 9, n.º 34; SOEIRO 1984, 294, est. CXL, n.º 7). Constata-se que a forma apesar de conhecer subtis variações morfológicas, fundamentalmente ao nível de desenvolvimento do bordo, conservou o essencial dos seus rasgos morfológicos ao longo da sua ampla cronologia. O facto de não constituir um recipiente muito representado no espólio funerário estará, provavelmente, relacionado com critérios de ordem ritual, condicionada pela natureza das oferendas e não por uma eventual menor vulgarização da forma

Grupo IV – Pratos (*Catini e Catilli*)

Os pratos constituem a forma mais simples da cerâmica comum romana e encontram-se representada de forma generalizada em todas as necrópoles e estações romanizadas[197]. Morfologicamente constitui um dos recipientes mais conservador, cujo morfotipo se manteve praticamente inalterado durante todo o império, cujas características genéricas consistem no seu fundo discóidal, reservatório de perfil tronco-cónico composto por parede oblíqua ou arqueada e bordo ligeiramente introvertido. Apesar de se verificarem inúmeras variantes formais, reveladoras da criatividade dos oleiros locais e resultantes das contingências do torneamento rústico deste tipo de produção[198] formalmente manteve-se constante.

---

[195] A proveniência das peças é a seguinte: 458, Necrópole de Torre das Arcas; 459 Serrones; 460-461 Padrãozinho; 462 Horta das Pinas; 463 - 464, n/ mencionado (NOLEN 1985, 218).

[196] O exemplar n.º 36, proveniente da sepultura 18 da necrópole de Maximinos, Braga, encontra-se datado da primeira metade do séc. II; o n.º 37, proveniente da necrópole da Cangosta da Palha do séc. I-II; os restantes não possuem indicação cronológica detalhada (MARTINS; DELGADO 1989-90, 167).

[197] Apresentamos 12 pratos, n.º 1-10 (vol. II, est. CLVII-CLVIII, n.º 1-10), cujas características morfológicas permitem formar um conjunto relativamente uniforme e morfologicamente representativo das formas identificadas em Alvarelhos. Os presentes pratos apenas se encontram representados estratigraficamente na Fase IV-V, mas ilustram a panóplia das formas identificadas em todas as fases.

[198] A cerâmica, em geral, foi alvo de vários trabalhos de sistematização tipológica, merecendo-nos como referência para o estudo dos materiais de Alvarelhos, os estudos produzidos sobre os materiais provenientes de S. Cucufate, Vidigueira (PINTO 2002), sobre as necrópoles do Alentejo (NOLEN 1995-1997, 347-392), de Conímbriga (ALARCÃO 1974a), de *Tongobriga* (DIAS 1997), de Lugo (IRASTORZA 2001) e da região da Rioja (PASCUAL 2002).

São recipientes destinados a conter e a confeccionar alimentos. Trata-se, portanto, uma forma supra-regional de cronologia indefinida, com presença em todas as necrópoles, onde constituem a peça de maior representação percentual na composição do mobiliário funerário[199]. Nas necrópoles aqui estudadas identificam-se 30 exemplares que correspondem a 23% do total das peças.

Forma 1 - *Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo*

Paredes rectas de desenvolvimento oblíquo com bordo ligeiramente exciso e lábio arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo, espessura regular e assentamento pleno. Capacidade de referência 901,75 cm^3 / 0,90 L. Dimensões - Altura máxima 49 mm; Diâmetro da base 135 mm; Diâmetro máximo 202 mm; Espessura média 7 mm[200]. Registam-se cinco exemplares – Forca, n.º 12; Rorigo Velho, n.º 1, 2, 3; Devesa, n.º 5 –, sendo a sua representação percentual de 3,8%.
Constitui a forma mais simples e de maior expressão percentual. Possui uma ampla cronologia, encontrando-se representada em praticamente todos os contextos funerários com cronologias balizadas entre o início do séc. I e meados do séc. V. Na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, identifica-se como Forma simples – *Tronco-cónica, de paredes direitas e bordos boleados, raramente espessados ou flectindo para o interior* (LOBATO 1995, 47-48, est. VI-VII, 1-14). Identificam-se ainda exemplares morfologicamente semelhantes na necrópole da Quinta da Boavista, Penafiel (SOEIRO 1984, 77, fig. XXXIV, 5) e na necrópole de S. Brás, Paços de Ferreira (SILVA 1986a, 119, est. XXIII, 4), entre muitos outros.

Forma 1a - *Prato de paredes esvasadas e bordo introvertido*

Paredes esvasadas e bordo introvertido biselado. Fundo irregular e base plana. Pasta castanho-alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície irregular com polimento incipiente. Capacidade de referência 747,42 cm^3 / 0,74 L. Dimensões - Altura máxima 44 mm; Diâmetro da base: 100 mm; Diâmetro do bordo 145 mm[201]. Regista-se apenas um exemplar – Forca, n.º 2 – , sendo a sua representação percentual de 0,7%.
Constitui a variante de menores dimensões da Forma 1, revelando um bordo levemente projectado para o exterior rematado por lábio pontiagudo. Apresenta uma certa proximidade formal com o tipo 8-a da tipologia de Jannette Nolen (NOLEN 1995-1997, 390, fig. 287), com cronologia semelhante à proposta para a Forma 1.

Forma 2 - *Prato de paredes esvasadas e lábio biselado*

Paredes esvasadas ligeiramente arqueadas e espessadas ao nível do bordo. Lábio vertical, biselado e ligeiramente introvertido, formando uma ligeira carena no arranque. Fundo plano, ligeiramente côncavo. Capacidade de referência 2 696,31 cm^3 / 2,69 L. Dimensões - Altura máxima 62 mm; Diâmetro da base 174

[199] Veja-se, por exemplo, a sua representação na necrópole de Montes Novos, Croca, Penafiel, onde constituem 28% das ocorrências cerâmicas, secundados pelas bilhas (15%), púcaros (26%), jarros (10%), e copos ou pucarinhos (21%) (PINTO 1998, 191).
[200] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 2 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 2).
[201] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 2 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 2).

mm; Diâmetro do bordo 216 mm[202]. Registam-se dois exemplares – Forca, n.º 4, 8. A sua representação percentual é de 1,5%.
Morfologicamente encontra afinidades com o tipo identificado na necrópole Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, como - *Forma subtronco-cónica, de perfil convexo, paredes encurvadas para o interior e bordos boleados geralmente espessados* (LOBATO 1995, 48), identificando-se a nossa forma com os pratos n.º 24 e 25. Cronologicamente revela o mesmo horizonte temporal proposto para a Forma 1 e 1a.

Forma 3 - *Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo*

Paredes rectas com bordo introvertido marcado por carena externa de perfil anguloso, facetado no exterior. Lábio introvertido de projecção oblíqua de perfil arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento integral e espessura regular. Dimensões - Altura máxima 53 mm; Diâmetro da base 137mm; Diâmetro máximo do bordo 209 mm[203].
Registam-se 14 exemplares – Forca, n.º 3 - 6; Bicas, n.º 1; Rorigo Velho, n.º 5 - 7, 10; Devesas, n.º 3, 4 –, com representação percentual de 10,7%.
Identifica-se na tipologia de Jannette Nolen como *Pratel de bordo amendoado* cuja cronologia se desenvolve nas necrópoles do Alentejo entre a dinastia Flávia e meados do séc. III (NOLEN 1995-1997, 371, fig. 5, 247). De acordo com as cronologias propostas para as necrópoles em estudo a forma prolonga-se para o séc. IV e primeira metade do séc. V.
Nas necrópoles do concelho de Amarante identificam-se em Laboriz (PORTELA 1998, 81, est. XXVII, 2-3), Real, (PORTELA 1998, 106, est. XL, 4), Sanche (PORTELA 1998, 112, est. XXVII, 1) e Tubirei (PORTELA 1998, 119, est. XXVII, 1-2). Em Monte Mozinho, na necrópole do séc. IV (SOEIRO 1984, 296, fig. CLII, 5). Em *Tongobriga* integra o Grupo 3a, cuja cronologia se baliza entre 325-400 d.C. (DIAS 1997, 244-245). Em Alvarelhos sob a designação de *Prato de paredes arqueadas e bordo pontiagudo reentrante* identificam-se 6 exemplares n.º 1-5a (vol. II, est. CLVII, n.º 1-5), cujo paralelo mais próximo é o exemplar n.º 4, cronologicamente enquadrável na Fase IV-V, em concordância com a cronologia proposta para os exemplares provenientes de contextos funerários da região de entre Leça e Ave.

Forma 3a - *Prato com paredes arqueadas*

Paredes arqueadas de desenvolvimento oblíquo com bordo reentrante e lábio boleado, ligeiramente facetado na face superior e introvertido. Parede de espessura irregular com espessamento progressivo para a base. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de assentamento integral e espessura regular. Capacidade de referência 863,39 cm^3 / 0,86 L. Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro da base 195 mm; Diâmetro máximo do bordo 205 mm[204]. Identificam-se três exemplares – Bicas, n.º 2, 4; Rorigo Velho, n.º 11 –, sendo a sua representação percentual de 2,3%.
Morfologicamente relaciona-se com o tipo 2-b *Bordo amendoado e ligeiramente biselado*, das necrópoles do Alentejo cuja forma se identifica a partir da segunda metade do séc. I com *terminus* indefinido (NOLEN 1995-1997, 371, fig. 5, 219). Na região norte encontra-se amplamente registado em necrópoles tardo-romanas evidenciando tratar-se uma forma de expressão supra-regional cuja cronologia se desenvolve desde o alvor do império até meados do séc. V. Identificam-se paralelos em Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, nas suas múltiplas variantes e dimensões onde se descreve como *Forma subtronco-cónica, de perfil convexo e*

[202] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 4 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 4).
[203] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 7 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 7).
[204] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 11 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 11).

bordos espessados com lábios reentrantes vincados (LOBATO 1995, 50-51, est. X, 26-31), na necrópole de *Tongobriga*, Marco de Canaveses (DIAS 1997, est. 9e, 8, 12), na necrópole da Lomba, Amarante (PORTELA 1998, 94, est. XXXIV, 4), entre muitas outras.

Forma 4 - *Prato de paredes arqueadas*

Paredes de desenvolvimento oblíquo, ligeiramente arqueadas no interior e planas no exterior. Bordo vertical, facetado no exterior com lábio espessado com face superior plana e aresta pontiaguda para o interior. Parede de espessura irregular marcada por canelura de perfil em U na face inferior. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de assentamento integral, com espessamento progressivo para o centro. Capacidade de referência 663,09 cm^3 / 0,66 L. Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro da base 130 mm; Diâmetro máximo do bordo 178 mm; Espessura média 6 mm[205].
Registam-se cinco exemplares – Forca, n.º 1, 5; Bicas, n.º 3; Rorigo Velho, 4, 9 –, sendo a sua expressão percentual de 3,8%.

Grupo V – Frigideiras / Caçarolas

Atendendo à sua função específica que vincula a forma a actividades de culinária, demonstrada pela existência de fuligem em todos os exemplares, em termos de interpretação de ritual funerário tudo indica que estas peças, apesar da sua utilidade na confecção dos alimentos, também serviam para deles se comer directamente, cumprindo, genericamente, a função de pratos, designadamente os exemplares de menores dimensões. Distinguimos dois tipos em função do desenvolvimento das asas. Apesar de não constituírem um tipo de recipiente de grande expressão encontra-se razoavelmente representada em contextos habitacionais e funerários.
A sua distribuição no convento bracarense em ambientes funerários enquadra cronologias relativas ao séc. IV e V, apesar de se encontrar documentada desde o séc. I em contextos habitacionais, correspondendo, portanto, a uma forma de longa duração e de expressão supra-regional.
Encontra-se mal representada no acervo ceramológico das necrópoles estudadas onde apenas se identificaram dois exemplares a que corresponde uma expressão percentual de 1,4%.

Forma 1 - *Frigideira de paredes rectas e asas rebaixadas*

Frigideira (*patelle subtilis* e *patina*)[206] com duas asas aplicadas. Paredes arqueadas e projectadas para o exterior. Lábio vertical de perfil arredondado. Fundo plano, ligeiramente côncavo, com espessamento progressivo para o centro. Apresenta duas asas cegas paralelas ao bordo de perfil e secção triangular, implantadas no terço superior da parede. Capacidade de referência 410,32 cm^3 / 0,41 L. Dimensões - Altura máxima 37 mm; Diâmetro da base 108 mm; Diâmetro do bordo 174 mm[207]. Regista-se apenas um exemplar – Forca, n.º 13 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.

[205] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 9 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 9).
[206] (…) *O primeiro, com efeito, designa uma receita de Apicius, um recipiente para preparar omeletas, ova spongia ex lacte; patella e patina servem para preparar um esparregado de espargos, patina de asparagis* (…) (ALARCÃO 1974a).
[207] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 13 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 13).

Identificam-se paralelos nas necrópoles tardo-romanas de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia (LOBATO 1995, 51, est. XI, 34), e de Monte Mozinho (SOEIRO 1984, 298, fig. CLVI, 17), e também em contextos habitacionais de cronologia alto-imperial da mesma proveniência, datados do séc. I-II (SOEIRO 1984, 140, fig. LXIII, 6).

Forma 1a – *Frigideira de paredes rectas e asas elevadas*

Frigideira com paredes planas perpendiculares ao fundo. Bordo espessado projectado para o interior ligeiramente soerguido com face superior plana. Lábio reentrante de perfil arredondado com inclinação ligeira para o interior. Apresenta duas asas cegas, planas de perfil e secção triangular prolongadas a partir da face externa do bordo. Fundo plano, irregular, ligeiramente côncavo com espessamento uniforme. Capacidade de referência 1 495,99 cm^3 / 1,49 L. Dimensões - Altura máxima 60 mm; Diâmetro da base 170 mm; Diâmetro do bordo 270 mm[208]. Regista-se apenas um exemplar – Forca, n.º 14 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%. Identificam-se paralelos na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia (LOBATO 1995, 51, est. XI, 33) e em contextos habitacionais em Monte Mozinho, Penafiel, datados do séc. I-II (SOEIRO 1984, 140, fig. LXIII, 4).

Grupo VI – Bilhas (*Ampullae*)

As bilhas (*lagoena* ou *urceus*) constituem uma das formas de maior diversidade morfológica no âmbito do repertório de contentores de cerâmica comum romana. Apresenta uma grande disseminação, facilmente reconhecível na bibliografia, cujos recipientes são sobretudo provenientes de ambientes funerários, sem que, no entanto, exista uma tipologia para o noroeste português que considere as diferentes variantes morfológicas e respectivas cronologias. A sua função consistia em conter e servir líquidos, podendo também associar-se à função de armazenamento em pequena escala.
Morfologicamente define-se por um conjunto de rasgos morfológicos predominantes que consistem no reservatório oval, esférico ou cilíndrico, com colo tubular com carena marcada e bocal circular. A asa em fita desenvolve-se a partir da parte superior do bojo para se unir ao anel do bordo. O pé apresenta um formato discóidal, plano e horizontal. Os motivos decorativos mais frequentes são composições geométricas repetitivas, geralmente pintadas a branco ou ocre, organizadas em bandas.
Encontram-se bem representadas no acervo ceramológico das necrópoles estudadas onde se identificaram quinze exemplares a que corresponde uma expressão percentual de 11,5%.

Forma 1 - *Bilha de perfil em S e corpo globular*

Corpo globular com reservatório globular rebaixado. Gargalo bitronco-cónico e bordo extrovertido rematado por lábio boleado projectado para o exterior. Bocal circular. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical do bojo ao bordo com dedeira entre o bordo e a parte superior da asa. Pé de desenvolvimento vertical com fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular. Capacidade de referência 1

[208] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 14 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 14).

750,87 cm^3 / 1,75 L. Dimensões - Altura máxima 221 mm; Diâmetro da base 86 mm; Diâmetro máximo do bordo 55 mm; Diâmetro máximo do bojo 164 mm[209].
Documentam-se cinco exemplares – Forca, n.º 48, 49; Quelha Funda, n.º 6; Rorigo Velho, n.º 43, 44 –, cuja expressão percentual corresponde a 3,8%.
Enquadra-se na tipologia de Jannette Nolen no tipo 1-c – 1 (*Bilhas de gargalo curto e/ou afunilado*), c (*Bojo ovóide, gargalo moldurado e bordo evasado*), cuja cronologia de referência para as necrópoles do Alentejo se desenvolve entre a dinastia dos Flávios e meados do séc. II?. Todavia, na área meridional do convento bracarense, encontra-se bem documentada em contextos tardios que se prolongam para além do séc. IV, podendo considerar-se como uma peça de difusão de âmbito supra-regional e larga perduração cronológica.
Os paralelos provenientes de contextos funerários são numerosos merecendo particular referência as bilhas provenientes de Paços de Ferreira da necrópole de Outeiro dos Foguetes (SILVA 1986a, 120, est. XXVI, 1) e da Devesa Grande (SILVA 1986a,120, est. XXVI, 2)[210]. Identificam-se ainda outros paralelos no mesmo horizonte cronológico nas necrópoles do concelho de Amarante, nomeadamente em Tubirei (PORTELA 1998, 125, est. LIV-LVI, 19-22) e Ataúdes[211] (PORTELA 1998, 50, est. II, 6), nas necrópoles de Vila Nova de Gaia, em Gulpilhares, onde são identificadas como *Bilhas de bojo sub-esférico, muito alargado, pé em bolacha e boca em anel côncavo* (LOBATO 1995, 64, est. XXVIII, 105-106). Entre Sousa e Tâmega está representada na necrópole de Monte Mozinho, também com datação tardia (SOEIRO 1984, 296, fig. CXLVIII, 1-4). Em *Tongobriga* integra o Grupo 9[212] cuja cronologia se encontra balizada entre finais do séc. IV e o séc. V (DIAS 1997, 251).

Forma 1a - *Bilha de perfil em S*

Corpo ovalado e bojo baixo. Colo alto e pouco estrangulado com gargalo bitronco-cónico marcado por carena de perfil anguloso mas pouco marcado. Bordo escalonado, extrovertido, rematado por lábio boleado com espessamento uniforme em relação à parede do bordo. Fundo discóidal de desenvolvimento vertical e espessura irregular diminuindo progressivamente para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo à carena do gargalo. Capacidade de referência 643,76 cm^3 / 0,64 L. Dimensões - Altura máxima 168 mm; Diâmetro da base 78 mm; Diâmetro máximo 140 mm; Diâmetro do bordo 33 mm[213]. Registam-se dois exemplares – Forca, n.º 51, 52 –, cuja expressão percentual é de 1,5%.
As bilhas de bojo baixo e colo curto constituem recipientes de baixa capacidade cuja forma se adapta ao serviço de mesa na qual se destinavam a conter e servir líquidos. Morfologicamente diferenciam-se das suas congéneres pelas dimensões mais modestas e pelo formato do reservatório. À semelhança da Forma 1 identifica-se nas necrópoles do Alentejo em contextos datados entre a dinastia Flávia e meados do séc. II. No entanto, na área meridional do convento bracarense encontra-se relativamente bem documentada em contextos tardios cuja cronologia se prolonga para além do final do séc. IV, podendo ser considerada como uma forma de difusão supra-regional e larga perduração cronológica. Os paralelos regionais, exclusivamente tardo-romanos, são abundantes e revelam uma ampla distribuição geográfica. Na necrópole

[209] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 43 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 43).
[210] Armando Coelho ao estudar as necrópoles do concelho de Paços de Ferreira subdivide o grupo das bilhas segundo critérios morfo-tipológicos, enquadrando o nosso exemplar na variante A (…) *perfil em S, de pança ovóide, por vezes rebaixada, o colo apertado, bordo em anel côncavo na zona média e fundo razo, às vezes com pé de bolacha, e mais raramente côncavo. Tem habitualmente uma asa em fita a ligar a parte inferior do anel da embocadura à parte superior da pança. (…)*(SILVA 1986a,120).
[211] Ataúdes, Madalena, Amarante - Necrópole de incineração cujo espólio permite uma datação enquadrada entre o séc. II até ao séc. IV (FORTES 1905-1908, 225; DIAS 1995, 250; PORTELA 1998, 50; CARVALHO 2008, II, 64).
[212] (…) *pasta de aspecto gregoso, pouco calibrada, núcleo amarelo avermelhado-M20, faces grosseiramente alisadas de cor castanho /vermelho claro-N35 e vermelho claro (laranja)-N39* (…) (DIAS 1997, 251).
[213] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 51 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 51).

de *Tongobriga*, no mesmo horizonte cronológico que a necrópole da Forca, de onde provêm os nossos exemplares, identificam-se várias *bilhas de colo baixo* (DIAS 1997, 216, 1-9; 217, 1), cujos fabricos evidenciam afinidades significativas com os nossos exemplares ao nível da constituição das pastas e qualidade do acabamento. Reconhecem-se também exemplares na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, de datação equivalente (LOBATO 1995, 63-64, est. XXVII, 102-104)[214]. Nas necrópoles do concelho de Amarante os paralelos são provenientes da necrópole de Real (PORTELA 1998, 109, est. XLII, n.º 11), e Laboriz (PORTELA 1998, 89-90, est. XXXI-XXXII, 26-28)[215]. Por último, nas necrópoles de entre Tâmega e Sousa, em Monte Mozinho (SOEIRO 1984, 296, fig. CXLVIII, n.º 4; CLI, n.º 6)[216].

Forma 2 - *Bilhas de bojo oval, gargalo moldurado*

Perfil globular com corpo oval e colo alto muito estrangulado. Gargalo marcado por carena externa angulosa, mas pouco pronunciada. Vertedouro circular de perfil bitronco-cónico com bordo de desenvolvimento oblíquo e exciso com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena onde conserva uma dedeira de planta oval muito espessa e saliente. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta de ligação ao fundo de perfil arredondado. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular. Capacidade de referência 2 445,29 cm^3 / 2,44 L. Dimensões - Altura máxima 260 mm; Diâmetro máximo do bojo 172 mm[217].
Registam-se 4 exemplares – Forca, n.º 50; Devesa, n.º 11, 12, 13 –, sendo a sua expressão percentual de 3%.
As bilhas de bojo oval de colo curto e moldura no bordo constituem um tipo bem representado que integrava o serviço de mesa onde se destinadas a conter e servir líquidos.
As suas principais características morfológicas consistem no facto de possuírem um reservatório de perfil oval de desenvolvimento simétrico, gargalo curto e afunilado com bordo de perfil em S invertido, rematado por lábio oblíquo de perfil arredondado. A asa de fita de secção plano-convexa é simétrica e apresenta um desenvolvimento vertical, ligando-se à zona superior do gargalo no local em que se desenvolve uma aba de perfil descendente que envolve a totalidade do gargalo rematada por uma dedeira para apoio do polegar na ligação com o lábio. A ligação ao bojo faz-se no terço superior do mesmo. O fundo é discóidal de assentamento pleno.
As decorações, quando existentes, são predominantemente constituídas por pintura e organizam-se em bandas, incluindo por vezes motivos geométricos e ou de cariz vegetalista, sendo as cores predominantes o ocre e o branco surgindo frequentemente conjugadas.
As pequenas variantes morfológicas que se identificam nas diferentes peças não constituem características formais que permitam definir subtipos, uma vez que mantém o conjunto dos rasgos morfológicos definitórios.
Apresenta uma ampla cronologia que abrange o período que medeia entre o séc. I e finais do séc. IV - início do séc. V. Apesar de o gargalo moldado ser considerado característico dos dois primeiros séculos da nossa

[214] Entre os exemplares apresentados destaca-se a bilha n.º 103 com decoração bicromática de duas barras brancas limitadas por traços de cor castanho-avermelhado (Methuen 7D-6) sobrepostas por meandros da mesma cor (LOBATO 1995, 63).
[215] O exemplar n.º 26 apresenta uma decoração característica do séc. IV-V que consiste numa pintura simples de cariz geométrico composta por uma banda branca entre duas vermelhas (PORTELA 1998, 89).
[216] O exemplar n.º 4 encontra-se decorado por uma banda pintada composta por duas linhas na qual se inscrevem pontos. Proveniente do mesmo contexto e enquadramento arqueológico identificam-se ainda outros exemplares de *Bilhas de bojo oval,* que revelam soluções distintas ao nível do bordo, ao contrário da solução mais frequente formada por dois planos escalonados apresenta um bordo vertical.
[217] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 12 da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso (vol. I, est. XXV, n.º 12).

era (NOLEN 1995-97, 367)[218], o facto é que a sua presença neste tipo de recipientes é praticamente constante, encontrando inclusivamente, uma expressão muito significativa em época tardo-romana.
No convento bracaraugustano, esta forma encontra-se amplamente representada em ambientes habitacionais e funerários tardo-romanos, nomeadamente na área meridional. Relativamente ao primeiro, documenta-se a sua produção em *Tongobriga* em diferentes tipos de grupos cerâmicos – Grupo 3 A, Tipo 6 (325-400 d.C.) Grupo 5 D, Tipo 3 (2ª metade séc. III / início séc. IV); Grupo 7 A, Tipo 2 (séc. IV); Grupo 10, Tipo 3 (Finais séc. III / séc. IV), e Grupo 10, Tipo 4 (Finais séc. III / séc. IV) (DIAS 1995) e em Alvarelhos na Fase V.
Os paralelos provenientes de ambientes funerários são mais expressivos relativamente à sua representatividade. Entre Sousa e Tâmega encontram-se na necrópole de Codes, Penafiel, com datação do séc. IV (SOEIRO 1984, 54, fig. XX, n.º 1-2), na necrópole do Outeiro do Dino, Penafiel, sem cronologia precisa (SOEIRO 1984, 60, fig. XXIV, n.º 3), e na necrópole de Monte Mozinho (SOEIRO 1984, 296, fig. CXLVII, n.º 3), provenientes de sepulturas bem datadas, como, por exemplo, a sep. 1, com datação posterior a 354 d.C.[219] (SOEIRO 1984, 297, fig. CL n.º 4).
Mais próximo de nós, na área geográfica compreendida entre Leça e Ave, onde se conhecem materiais provenientes de sete necrópoles, apenas encontramos representada a forma em quatro delas. Provenientes da necrópole da Forca conhecemos dois exemplares, n.º 46 e 47[220], apresentando este último uma pequena variante ao nível do fundo, que se apresenta disciforme, contrariando a predominância do assentamento em aresta (ALMEIDA 1988, 136, est. VI, IX). Da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa, conhecem-se dois paralelos sendo que o primeiro apresenta como motivo decorativo duas caneluras incisas inscritas no terço superior do bordo a marcar o arranque do gargalo.

Forma 3 – *Bilha de gargalo alto*

Bilha fragmentada ao nível do arranque do colo. Gargalo alto de desenvolvimento vertical com estrangulamento. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado e espessamento simétrico. Asa de fita de secção plano-convexa, assimétrica, com pequena depressão central de ligação ao nível inferior do bordo. Dimensões - Altura máxima existente 80 mm; Diâmetro máximo do bordo 47 mm[221]. Identifica-se apenas um exemplar - Areias, n.º 1 –, representando percentualmente 0,7%.
Em termos gerais, caracteriza-se pelo seu gargalo alto e reservatório de perfil esférico ou ovalado alargado a partir do qual se desenvolve um gargalo esguio de perfil cónico rematado por um bordo aberto, marcado por uma carena, com lábio de secção arredondada projectado para o exterior. A asa apresenta um desenvolvimento vertical. O fundo é plano em forma de disco.
Mercedes Vegas agrupa as variantes destas bilhas na Forma 38, para o qual sugere uma cronologia genérica do séc. I (VEGAS 1973, 95, 97, fig. 32).
O contexto das peças provenientes das necrópoles do Alto Alentejo indica claramente uma cronologia alto-imperial, com início de produção em meados do séc. I, estendendo-se até finais do séc. II, confirmando as demais propostas cronológicas. A tipologia proposta apresenta cinco variantes baseados em pequenas

[218] Na revisão da tipologia e cronologia da cerâmica comum do Alto Alentejo a autora apresenta as bilhas de bojo ovóide, gargalo moldurado e bordo esvasado como Tipo 1 - c, sendo a referência cronológica associada ao contexto da sepultura 18 de Serrones, onde o exemplar que nos serve aqui de paralelo (NOLEN 1995-97, 367, fig. 1, n.º 16), surge associado a uma taça de TSH, forma Dragendorff 27, com cronologia de época Flávia até meados séc. II, um jarro de vidro tipo Isings 88, com cronologia de 2ª metade séc. II - início do séc. III, e um copo de vidro da forma Trier 39 com cronologia de época Flávia ao séc. II (NOLEN 1995-97, 35-55).
[219] Entre o espólio exumado destaca-se um conjunto de 10 moedas de Constantino I e Constâncio (330-333 a 351-354), e um copo de vidro incolor tipo Isings 106.
[220] Depósito - Colecção particular, José Cabral.
[221] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 1 da necrópole de Areias, Azurara, Vila do Conde (vol. I, est. XXV, n.º 1).

diferenças morfológicas ao nível do bojo e gargalo. O nosso exemplar enquadra a variante 2b, cuja cronologia sugerida se enquadra entre os reinados de Nero e Vespasiano (NOLEN 1995-97, 368, fig. 2, n.º 64).
A autora do estudo da necrópole da Valdoca enquadra este tipo de bilha na forma que integra 3 subtipos, encontrando-se o nosso exemplar próximo do tipo 2a, próximo do exemplar proveniente da sepultura D11, cuja cronologia aponta para finais do séc. I – início do séc. II (NOLEN 1981, 78, 133, fig. XIX, D11.3). No mesmo horizonte cronológico documenta-se também na necrópole de Santo André (VIEGAS; NOLEN; DIAS 1981, 78-79, C 7.4, E2.1), na necrópole de Serrones (DEUS; LOURO; VIANA 1955, 28, sep. 27, fig. n.º 77), e na necrópole de Horta de Pinas (DEUS; LOURO; VIANA 1955, 50, est. VIII, n.º 82).
De Conímbriga publica-se um exemplar proveniente da escavação das termas enquadrável nesta forma datado do período alto-imperial, em conformidade com as restantes cronologias (ALARCÃO 1974a, 98, fig. XXVII, n.º 581).
Na tipologia de Braga configura a Forma 2a e 2b, cuja variação morfológica é assinalada pelo perfil do reservatório sendo o primeiro ovalado e o segundo ligeiramente carenado ao nível do terço superior. Regista uma variação no gargalo sendo o 1º cilíndrico e o segundo cónico. O exemplar proveniente da necrópole da Rua do Caíres, morfologicamente idêntico ao nosso (MARTNS; DELGADO 1989-90, 59, n.º 20), encontra correspondência na 3ª fase da necrópole de Maximinos, correspondendo a uma cronologia balizada entre a segunda metade do séc. II e finais do séc. III (MARTINS; DELGADO 1989-90, n.º 86).
Materiais provenientes de ambientes habitacionais registam-se no Monte Mozinho, *Tongobriga*, Monte Padrão e Lugo. Os primeiros documentam-se na ocupação alto-imperial, designadamente no Sector A – Núcleo próximo da Avenida – (SOEIRO, 1984, 141, fig. LXV, n.º 21-22), e também num fabrico próximo à designada cerâmica bracarense, no mesmo âmbito cronológico (SOEIRO 1984, 204, fig. XCVII, n.º 6). Em *Tongobriga* identifica-se a sua presença no Grupo 13, cujo fabrico se caracteriza como sendo constituída por - (...) " *Pasta homogénea, pouco compacta, salientando-se areias de maiores dimensões* " (...), em tudo idêntico ao nosso exemplar. A cronologia apontada para esta produção remete a sua produção para meados do séc. I (DIAS 1995, 21, Tipo 3). No castro do Padrão identificou-se na escavação da Domus norte, em associação a materiais datáveis do séc. I-II, designadamente púcaros e copos de cerâmica cinzenta fina polida (SANTARÉM 1954, 424, fig. 2, A).
Nos materiais de cerâmica comum de cozinha e mesa da cidade de Lugo, sob a designação de – *Jarras tempranas* – documentam-se vários exemplares morfologicamente semelhantes, cuja cronologia se enquadra em finais da primeira centúria, sem que se concretize o período de duração da sua produção (IRASTORZA, 2001, 144-147, fig. 63, n.º 5).
Os paralelos regionais provem da necrópole de Bouçós, Paços de Ferreira (SILVA 1986, 129-130, est. XXVII, n.º 1-2), cuja cronologia é apontada para o período compreendido entre o reinado dos Flávios e o final do séc. II.
A necrópole de Monte Mozinho revela dois exemplares morfologicamente idênticos ao nosso, cuja cronologia sugerida, por analogia a materiais provenientes da escavação[222], é do séc. I (SOEIRO 1984, 296-297, fig. CXLVII, 1 e 2). Identifica-se ainda um outro exemplar em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento, proveniente do castro de Prazins, Guimarães (GUIMARÃES 1908, est. XXV, n.º 29).

Forma 4 - *Bilha de perfil de corpo esférico*

Perfil sinuoso, com colo alto e curto muito estrangulado. Gargalo bitronco-cónico com bordo vertical ligeiramente introvertido rematado por lábio vertical de perfil arredondado. Gargalo marcado por carena

[222] A autora refere-se a um exemplar proveniente do Sector A, cuja cronologia se situa na primeira metade do séc. I. Concretamente a peça em causa é uma produção identificada como " ... *o mesmo fabrico que a bracarense* ..." e consiste um fragmento de bordo e gargalo desta forma, apresentando a particularidade de revelar um bordo reentrante (SOEIRO 1984, 203, fig. XCVII, n.º 6).

externa vincada que define o local de aplicação das asas. Fundo plano de desenvolvimento vertical e espessura regular. Asas simétricas de orientação vertical, ligeiramente projectadas para o exterior, implantadas a partir do terço superior do bojo desenvolvendo-se até à carena do gargalo. Capacidade de referência 1 883,09 cm^3 / 1,88 L. Dimensões - Altura máxima 234 mm; Diâmetro da base 80 mm; Diâmetro máximo 177 mm; Diâmetro do bordo 50 mm[223].

Identifica-se apenas um exemplar – Forca, n.º 54 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.

Morfologicamente caracteriza-se pelo seu corpo esférico, bem proporcionado e equilibrado. As asas são simétricas, sobrelevadas, ultrapassando o local de junção com o gargalo, conferindo à peça um aspecto singular de destaque no repertório das cerâmicas comuns romanas.

Não se encontra representado em nenhuma das principais tipologias de cerâmica comum romana portuguesa, quer relativas a contextos funerários, quer a ambientes habitacionais. Ao contrário do que sucede com os cântaros de transporte e armazenagem de água, as bilhas de dupla asa, destinadas a servir, são relativamente raras. Um exemplar conhecido na região, cujas características se aproximam ao nosso, é proveniente do castro de Fiães embora apresente aspectos formais sensivelmente diferentes, como sejam o perfil do gargalo e bordo. Documenta-se ainda outro recipiente, este morfologicamente mais próximo, proveniente da necrópole de Vila Verde, Vila do Conde, cujo único aspecto diferenciador consiste no recorte das asas que não apresentam a elevação dos remates (SEVERO 1908, 430, fig. 21). Encontra-se classificada como sendo uma produção tardo-romana, devido à sua decoração pintada (ALARCÃO 1975, 157, pl. XVI, 18; PALAZON 1986, 421, fig., 162,n.º 835, Forma 47).

Forma 5 - *Bilha de perfil em S e ombros altos*

Corpo ovalado com colo alto e estrangulado. Bojo alto com estreitamento progressivo para o fundo. Gargalo simples rematado por bordo extrovertido e lábio boleado de desenvolvimento oblíquo. O bojo apresenta um pequeno ressalto no limite superior vincado por duas caneluras que marcam o início do colo. Fundo discóidal, ligeiramente côncavo, de desenvolvimento vertical e espessura progressiva para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa com duas nervuras internas de desenvolvimento vertical a partir do terço superior do bojo ao limite inferior do bordo. Conserva a tampa que é formada por um cilindro com perfuração interna guarnecido por aba e pega curta de formato cilíndrico. Capacidade de referência 908,58 cm^3 / 0,90 L. Dimensões - Altura máxima 195 mm; Diâmetro da base 77 mm; Diâmetro máximo 130 mm; Diâmetro do bordo 38 mm[224].

Identifica-se apenas um exemplar – Forca n.º 53 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.

Constitui uma forma de rasgos morfológicos muito característicos que pouco variam dos exemplares conhecidos, embora se possa considerar uma forma relativamente pouco abundante. A sua principal característica reside no facto de apresentar um corpo periforme invertido com ombros altos marcados por uma carena de perfil arredondado. O gargalo é rematado por um bordo escalonado e lábio vertical de perfil arredondado. Destinar-se-ia a armazenar e servir líquidos. O nosso exemplar conserva uma tampa que constitui uma originalidade neste tipo de recipientes.

Encontra-se representado na tipologia das cerâmicas comuns das necrópoles do Alentejo, onde integra o grupo – *Bilhas de gargalo curto e/ou afunilado* (Forma 1-e), com cronologia de referência de época Flávia a meados do séc. II (NOLEN 1995-97, 367). Está presente na necrópole de Padrãozinho (NOLEN 1995-97, 377-378, fig. 1, n.º 24), na necrópole da Horta de Pinas (VIANA; DEUS 1958, 55, est. XX, n.º 156 ; NOLEN 1985, 40, 175, est. IV, n.º

[223] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 54 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 54).
[224] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 53 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 53).

24). Encontra ainda representação na necrópole da Valdoca (ALARCÃO 1966, 57, Sep. 236, est. XVII, n.º 1), onde é sugerida a uma semelhança morfológica com o exemplar de Horta de Pinas. A cronologia da necrópole da Valdoca centra-se entre o início do séc. I e meados do séc. III, facto que permite alargar ligeiramente o âmbito da cronologia sugerido por Jeannette Nolen, se bem que, no caso da sep. 236, o mobiliário se restrinja a duas peças de cerâmica comum sem grande rigor cronológico.
No norte de Portugal, em particularmente na área meridional do convento bracaraugustano, apresenta uma cronologia tardia que poderíamos situar no séc. III - IV, apesar de a sua escassez sugerir que se trata de uma forma que não gozou de particular popularidade, não se registando qualquer outro exemplar, quer no espólio das principais necrópoles da região quer nas tipologias de cerâmicas provenientes de ambientes habitacionais, incluindo o nosso catálogo de materiais provenientes de Alvarelhos.

Forma 6 - *Bilha de perfil sinuoso de corpo carenado*

Colo alto e estrangulado. Gargalo circular de perfil bitronco-cónico marcado por uma carena de perfil anguloso. Bordo de desenvolvimento oblíquo, extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa fragmentada ao nível do arranque no bojo. Reservatório baixo marcado por uma carena baixa e pouco angulosa. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular. Decoração composta por dois conjuntos de três linhas incisas incertas ao nível do bordo, paralelas entre si. Capacidade de referência 1 794,49 cm^3 / 1,79 L. Dimensões - Altura máxima 247 mm; Diâmetro máximo do bojo 160 mm; Diâmetro máximo do fundo 71 mm[225].
Nas necrópoles da área de entre Leça e Ave encontra-se apenas representada por um exemplar na necrópole da Devesa, Santo Tirso – Devesa n.º 14 –, correspondendo a 0,7% do total das peças estudadas. Constitui um tipo bem definido dentro da gama dos recipientes cuja principal função seria de conter e servir líquidos. Corresponde a uma forma relativamente comum que se desenvolveu a partir do séc. II, tendo-se prolongado a sua produção pelo séc. III e IV, conforme se confirma da cronologia dos materiais provenientes das necrópoles de Padrãozinho e Torres das Arcas (NOLEN 1985, 55-56, est. XV, n.º 103-108; 1995-1997, 369, fig. 3, n.º 98, 102 e 105)[226].
No noroeste encontra-se ausente dos principais ensaios tipológicos de cerâmica comum, elaborados a partir de materiais provenientes de contextos habitacionais, designadamente de Lugo (IRASTORZA 2001), e de *Tongobriga* (DIAS 1995). Inclusivamente, na área mais setentrional da Lusitânia, designadamente do extenso *corpus* de cerâmica comum de Conímbriga apenas se identifica uma bilha, proveniente das camadas de destruição do *forum* e das ínsulas, datada de 465 ou 468, cujos rasgos morfológicos gerais se podem aproximar ao nosso exemplar, subsistindo, contudo, algumas diferenças significativas ao nível do bordo e na inexistência da carena no terço inferior do bojo (ALARCÃO 1974, n.º 664, est. XXII).
Os paralelos regionais, relativamente abundantes, encontram maior expressão na área meridional do convento bracaraugustano e provêm de ambientes funerários cujas cronologias são consentâneas com a proposta de datação da necrópole da Quinta da Devesa.
Os primeiros exemplos são provenientes de Braga, especificamente da sepultura 1 da necrópole de Maximinos, datada dos finais do séc. III[227] (MARTINS; DELGADO 1989-90, 56-58, n.º 21,165 -166, Forma 3), e da

[225] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 14 da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso (vol. I, est. XXV, n.º 14).
[226] Morfologicamente o exemplar n.º 105, classificada pela autora como *Bilha de Bojo relativamente baixo e achatado* – Tipo 5g, é o que mais se aproxima à bilha da Quinta da Devesa. É proveniente da sepultura 51 da necrópole de Torre das Arcas que se encontrava associada a uma lucerna tipo Walters 68, com datação do séc. II e uma bilha do tipo 1 - K com datação do séc. II-III ou IV (NOLEN 1985, 153).
[227] O material associado consiste num copo de vidro sem enquadramento tipológico, uma lucerna de canal atípica e um *Nummus* ilegível, posterior a 294 (MARTINS; DELGADO 1989-90, 56-57, fig. 8).

necrópole da Rua do Caires[228]. Do Bairral, Baião, provêm um outro exemplar morfologicamente semelhante ao nosso (SEVERO 1908, 422, fig. 8). Mais próximo, proveniente da necrópole de S. Roque, Paços de Ferreira, procede um exemplar que poder-se-á incluir neste tipo, apesar de apresentar algumas características particulares, como, por exemplo, a ausência de uma carena bem vincada no terço inferior do bojo (SILVA 1986 b, 121, est. XXVI, 3). Apesar de o autor não concretizar uma proposta cronológica para a necrópole, importa referir que, associada à bilha apareceu uma imitação de sigillata hispânica da forma Dragendorff 15 /17. Da necrópole de Corredoura, Valongo, é conhecido um exemplar que se enquadra neste tipo (PINTO 1990/91, 152, fig.2, n.º 1). A proposta de datação apresentada pelo autor para a necrópole situa-se no último quartel do séc. III, baseado na datação de um conjunto de cinco moedas de Gallienus e Claudius II.
De Monte Mozinho, Penafiel, encontramos dois paralelos que foram recolhidos no Museu Municipal, em data anterior a 1974, sendo desconhecido o seu contexto arqueológico (SOEIRO 1984, 294, fig. CXLVII, n.º 4-5)[229]. Da mesma região, nas necrópoles de entre Sousa e Tâmega, encontra-se bem representada, nomeadamente na necrópole de Codes, Penafiel, datada do séc. IV, com dois exemplares (SOEIRO 1984, 54, fig. XX, n.º 4-5), na necrópole de Duas Igrejas, Penafiel, também datada do séc. IV, também com dois exemplares (SOEIRO 1984, 90, fig. XL, n.º 2, 4), e, por último, na necrópole da Quinta da Boa Vista, Penafiel, cuja cronologia não é segura, com um exemplar (SOEIRO 1984, 77-79, fig. XXXIII, n.º 5). Encontram-se em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento três exemplares morfologicamente afins, dois provenientes da necrópole de Moreira de Cónegos, Guimarães (GUIMARÃES 1980, est. XXIV, Armário B, 1 n.º 2), e o terceiro proveniente de Gominhães, Guimarães (GUIMARÃES 1980, est. XXVI, fig., 9, Armário D, n.º 7). Por último assinale-se a presença de um exemplar incompleto identificado na necrópole de Ataúdes, Madalena, Amarante, cuja datação genericamente se enquadra no séc. III (MARQUES; SILVA; AMARAL 1988, 138, fig. 6).

Grupo VII – Garrafas

As garrafas constituem uma forma cuja função se relaciona directamente com a armazenagem e o acto de servir líquidos (água, vinho). Constitui uma peça de ampla representação nas necrópoles do sul do país desde época alto-imperial até ao final do império. No norte são frequentes em contextos tardo-romanos constituindo uma forma que se vulgariza em contextos funerários, tendo sido frequentemente decorada com pintura. A sua forma associa-se directamente à difusão da forma Isings 50 e 51 da produção vidreira com a qual se encontra formalmente vinculada.
Encontra-se mal representada no acervo ceramológico das necrópoles estudadas onde apenas se identificaram dois exemplares, a que corresponde uma expressão percentual de 1,4%.

Forma 1 - *Garrafa de corpo cilíndrico*

Perfil cilíndrico de cantos arredondados com carena superior a marcar a transição para o gargalo. Fundo plano com pé curto, ligeiramente côncavo, de assentamento radial, marcado por canelura de perfil

[228] Actividade Arqueológica 1976-1980, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 52.
[229] A autora refere-se a este tipo de bilha como "almotolia", designação que nos parece pouco apropriada, uma vez que, a designação encerra um significado específico quanto ao seu conteúdo, que no caso referido deveria ser de azeite, como relativo ao suporte em que deveria ser feito – folha ou alumínio –, e ainda, relativo à sua forma - cónica. Nenhuma destas características (suporte, forma e função) se verifica neste tipo de recipiente, pelo que será preferível manter a designação de bilha integrando a sua forma característica nos dos vários subtipos.

arredondado. O exemplar que define o tipo encontra-se fracturado ao nível do arranque do gargalo[230]. Dimensões - Altura máxima 145 mm; Diâmetro da base 70 mm; Diâmetro máximo 104 mm.

Identifica-se apenas um exemplar – Forca, n.º 47 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.

A produção desta forma parece estar documentada, em primeira-mão, em Vidonissa com uma cronologia balizada entre o reinado de Cláudio e a dinastia Flávia[231]. Morfologicamente aproxima-se das produções em vidro tipo Isings 51b[232], cuja datação flaviana parece sugerir uma mútua influência.

Apesar das significativas diferenças morfológicas, que permitiria formar subtipos, a autora da proposta cronológica das cerâmicas das necrópoles alentejanas inclui o conjunto das peças no tipo 4, a que atribui um cronologia situada entre os Flávios e o séc. II (NOLEN 1995-97, 369, fig. 2, n.º 83; fig. 3, n.º 84). Todavia, entre os vários paralelos conhecidos no Alentejo[233], importa mencionar especialmente o exemplar proveniente da Valdoca cuja associação com um prato de sigillata africana, datada da segunda metade do séc. III, claramente evidência a longa duração desta forma (ALARCÃO; ALARCÃO 1966, 59-60, Sep. 244, n.º4, est. XVII). A necrópole de onde provêm o nosso exemplar aponta, indiscutivelmente, para um ambiente tardo-romano que compreende o final do séc. III e o séc. IV.

Apesar de nas necrópoles de entre Leça e Ave ser o único exemplar conhecido, nos contextos funerários da área meridional do convento bracaraugustano é relativamente abundante, cujas cronologias confirmam a manutenção do seu fabrico até início do séc. V. Neste sentido, apontam os exemplares provenientes de Moreira de Cónegos, Guimarães (GUIMARÃES, 1980, est. XXIV, n.º 4, Armário B) e Monte Mozinho (SOEIRO 1984, fig. CXLVI, n.º 3). Na necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, apresentam-se dois exemplares tipologicamente semelhantes, apesar de pequenas diferenças ao nível do bordo e da carena de transição entre o bojo e o gargalo, sendo que o exemplar que mais se aproxima ao nosso é o que apresenta um perfil mais definido, designadamente ao nível da carena superior (n.º 108) (ALARCÃO, 1975, 104, pl. XVI, 21; GUIMARÃES 1993, 41-42, LOBATO 1995, 64, est. XXIX, n.º 108-109).

A partir do exemplar de Gulpilhares Abascal Palazón integrou este tipo de garrafas na Forma 45, da tipologia das cerâmicas comuns pintadas, das produções do baixo-império, associando-a, contudo, à Forma 6 da oficina de Clunia de época alto-imperial, confirmando a cronologia por nós proposta (PALAZON 1986, 421, fig. 163, n.º 836).

Os exemplares conhecidos na região remetem-nos para uma cronologia tardo-romana, momento em que parece ter gozado de alguma popularidade, sendo frequente ser decorado com pintura, com temas geométricos simplificados de linhas de cor ocre e branco, geralmente organizadas em bandas.

Forma 2 - *Garrafa de corpo cilíndrico e gargalo curto*

Perfil recto, corpo tronco-cónico. Colo alto e muito curto de estrangulamento suave. Gargalo bitronco-cónico com bordo introvertido e lábio arredondado projectado para o interior. Gargalo marcado por carena externa vincada com ângulo pronunciado. O bojo, de perfil tronco-cónico invertido, apresenta ombros largos vincados por uma canelura de perfil arredondado. Fundo discóidal, levemente côncavo, de espessura irregular com aumento progressivo para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir do ombro à carena do bordo. Capacidade de referência 908,58 cm^3 / 0,90 L. Dimensões -

[230] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 47 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 47).
[231] ETTLINGER; SIMONETT 1952, 83-84, n.º 530-535, est. 23.
[232] ISINGS 1957, 68-69, tipo 51 b.
[233] Para além do exemplar proveniente da Valdoca, já citado, vejam-se os exemplares provenientes de Aramenha (NEVES 1972, 18, est. IV, n.º 27).

Altura máxima 244 mm; Diâmetro máximo da base 124 mm[234]. Identifica-se apenas um exemplar - Forca, n.º 55 –, que representa 0,7% do total de peças identificado.

Morfologicamente apresenta características muito próprias distinguindo-se claramente dos demais recipientes de transporte, armazenagem e de líquidos. Formaria parte de um serviço de mesa e destinar-se-ia a conter e servir líquidos. É vulgarmente designado nos diferentes estudos por garrafa, apesar da sua dimensão, nomeadamente o diâmetro do seu reservatório a aproximar mais das bilhas do que propriamente das garrafas. Apresenta algumas variantes ao nível do bordo e estrangulamento do gargalo sem que seja possível, a partir desse elemento, efectuar qualquer valoração tipológica ou cronológica. A. Martím ao estudar os materiais provenientes de Arcóbriga refere a associação desta forma com peças de sigillata hispânica de cronologia alto-imperial, com correspondência à Forma 55 de Mesquíriz (MARTÍN 1992, 157).

A datação sugeria pela necrópole da Valdoca, Aljustrel, aponta para uma ampla cronologia que se estende desde a segunda metade do séc. I a finais do séc. IV[235].

Do Alentejo são conhecidos paralelos provenientes de Aramenha (NEVES 1972, 18, est. IV, n.º 28) e da necrópole da Valdoca com dois exemplares com cronologias distintas - o primeiro, data da 2ª metade do séc. I e 1ª metade do séc. II, a segunda, da 2ª metade do séc. III - primeira metade século II (ALARCÃO 1966, 51-53, est. XIV, sep. 198, n.º 2 ; 65-66, est. XVII, sep. 244, n.º 4). São ainda conhecidos paralelos da necrópole de Serrones (VIANA 1955, n.º 137, 153) da Horta de Pinas, Elvas (VIANA 1958, est. XVIII, n.º 176) e Santo André (NOLEN; DIAS; VIEGAS 1981, pp. 82, 128, fig. XXIII, D 15/16.9; fig. XLIV, F3.14).

Os exemplares pintados, provenientes de Clunia integram a forma 5 da tipologia de Abascal Palazón, para as produções alto-imperiais (PALAZÓN 1986, 66-67, 338-343, n.º 192-195, 198-226).

Constitui um exemplar único nas necrópoles de entre Leça e Ave e não se encontra representado no conjunto de materiais provenientes de Alvarelhos.

Os paralelos regionais são relativamente abundantes, designadamente de ambientes funerários, merecendo particular destaque o exemplar procedente da necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, cujas características morfológicas são idênticas ao exemplar da Forca (LOBATO 1995, 64, est. XXX, n.º 107).

Grupo VIII – Púcaros

A designação de púcaro é aqui empregue para classificar um recipiente de mesa cuja função seria a de servir ou para beber, em forma de jarro de pequenas dimensões, podendo apresentar uma ou duas asas. Não constitui uma peça muito abundante na panóplia de formas representadas nas necrópoles estudadas, correspondendo a apenas 6,7% das peças identificadas, ao contrário de outros contextos funerários onde chega a ser preponderante juntamente com os pratos. As suas dimensões oscilam entre 10 e 18 cm de altura máxima.

Ao contrário das necrópoles do sul do País, onde a forma predominante é a que apresenta duas asas, nas necrópoles do norte a sua presença é claramente menor em relação às primeiras.

As duas formas identificadas revelam uma clara predominância da Forma 2, cuja expressão temporal cobre todo o período de dominação romana, sendo frequente, nas versões tardias, ser decorada com pintura.

Encontram-se medianamente representadas no acervo ceramológico onde se identificaram nove exemplares a que corresponde uma expressão percentual de 6,9%.

---

[234] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 53 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 53). O nosso exemplar apresenta como particularidade o facto de estar pintado com faixas ocres organizadas em duas bandas na metade inferior do bojo e na face inferior do colo, imediatamente a seguir à canelura que marca o arranque do colo.

[235] A peça que nos serve de paralelo encontra-se associada a um prato de sigillata africana, tipo Hayes 50, cuja datação se estende desde meados do séc. III a finais do séc. IV. Os autores do estudo da necrópole classificam o exemplar como tipo Lamboglia 40, datado da segunda metade do séc. III (LAMBOGLIA 1963, 147-150).

Forma 1 - *Púcaro de perfil em S de corpo carenado*

Corpo oval, ligeiramente carenado, com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo curto e extrovertido com lábio arredondado, ligeiramente pendente. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura interna de desenvolvimento vertical a partir da carena do reservatório até ao bordo, levemente aberta e soerguida em relação ao nível do bordo. Carena baixa e pouco vincada. Pé de desenvolvimento oblíquo com aresta excisa de perfil arredondado e fundo côncavo de assentamento lateral. Capacidade de referência 667,45 cm^3 / 0,66 L. Dimensões - Altura máxima 155 mm; Diâmetro da base 50 mm; Diâmetro máximo do bordo 62 mm; Diâmetro máximo do corpo 50 mm[236]. Identifica-se apenas um exemplar – Rorigo Velho, n.º 34 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
Morfologicamente caracteriza-se pelo perfil do reservatório que apresenta um recorte oval, carenado, com colo alto de estrangulamento suave. O bocal é redondo e simétrico. O bordo é esvasado e rematado por um lábio de secção arredondada projectado para o exterior[237].
A sua morfologia sugere uma vinculação estética às formas mais evoluídas das bilhas, designadamente a Forma 6 que apresenta um reservatório baixo e carenado, podendo admitir-se tratarem-se de produções afins. Constitui uma forma relativamente mal representada nas necrópoles do norte de Portugal e os exemplares conhecidos são provenientes de contextos tardo-romanos datados do séc. IV – primeira metade do séc. V, como é o caso da necrópole de Rorigo Velho (4.2 *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30).
São escassos os exemplares identificados na área meridional do convento bracaraugustano, podendo apontar-se como paralelo um vaso identificado no Museu da Sociedade Martins Sarmento proveniente da necrópole de Santa Eulália de Barrosas, Guimarães (GUIMARÃES 1980, 26, est. XXV, n.º 15).

Forma 2 - *Púcaro de perfil em S de corpo oval*

Corpo oval com colo de perfil cilíndrico com estrangulamento suave. Bordo curto e aberto com lábio arredondado, ligeiramente pontiagudo, de projecção oblíqua. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura interior, assimétrica. Pé curto de desenvolvimento oblíquo com aresta excisa de perfil arredondado. Fundo côncavo de assentamento lateral. Decorado com duas pequenas linhas incisas, paralelas entre si, na base do colo acima do arranque da asa. Capacidade de referência 679,99 cm^3 / 0,67 L. Dimensões - Altura máxima 141 mm; Diâmetro da base 60 mm; Diâmetro máximo do bordo 69 mm; Diâmetro máximo do corpo 115 mm[238].
Nas necrópoles estudadas encontra-se representado com 8 exemplares - Rorigo Velho, n.ºs 26, 27, 30, 32, 35 e 39; Devesa, n.º 8; Bicas, n.º 7 –, correspondendo a sua representação percentual a 6% do total das peças.
Apresenta ligeiras diferenças morfológicas ao nível do reservatório, que pode oscilar entre um perfil esférico a levemente ovalado, assim como ao nível do gargalo que pode apresentar dimensões e estrangulamentos variados. A sua altura oscila entre 122 mm e 185 mm. Invariavelmente apresenta uma asa de fita de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo até ao bordo. O bordo apresenta um recorte circular e desenvolve-se a partir de um gargalo curto, pouco pronunciado. O fundo é discóidal de assentamento pleno formando um falso pé. As decorações, quando existentes, são compostas por linhas

[236] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 34 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 34).
[237] Refira-se a proximidade formal com os púcaros do tipo 1-a - *Bojo largo e de carena arredondada* -, cuja produção se identifica na necrópole de Serrones em contextos cronológicos datados de meados do séc. I até meados do séc. II (NOLEN 1995-1997, 370, fig. 4, 129).
[238] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 35 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 35).

incisas, paralelas entre si, de demarcação entre o bojo e o arranque do colo ou, nos exemplares tardios, como é o caso da peça n.º 39 de Rorigo Velho, por pintura.
No quadro tipológico apresentado para as necrópoles de Braga integra do Grupo II – *Púcaros, Forma 2* –, cuja cronologia sugerida para o exemplar proveniente da sepultura n.º 15 da Rua Do Caires, Maximinos, se situa no final do séc. I - início do séc. II (MARTINS; DELGADO 1989-90, 163, fig. 101, Púcaros - Forma 2). Constitui uma forma de ampla cronologia encontrando-se documentado em praticamente todas as necrópoles da região, assim como em contextos habitacionais. Por exemplo, em *Tongobriga*, sob a designação de "potinho", identifica-se no fabrico que integra o Grupo 10 B, datado da segunda metade do séc. III – 1º quartel do séc. IV (DIAS 1995, 19). Em Monte Mozinho documenta-se na necrópole (SOEIRO 1984, 296, est. CXLV, 2-7), onde evidenciou pequenas variações morfológicas sem que, no entanto, tenham merecido qualquer valoração de carácter tipológico ou cronológico. Nas necrópoles de entre Sousa e Tâmega regista uma presença assinalável, merecendo destaque um exemplar em cerâmica cinzenta fina polida, proveniente da necrópole de Antas (SOEIRO 1984, 90, fig. XXXVIII, n.º 1). Da mesma produção e horizonte cultural identifica-se um púcaro na necrópole de Gondomil, Valença (ALMEIDA; ABREU 1987, 206, est. III, n.º 1)[239]. São ainda conhecidos paralelos provenientes da necrópole da Giesta, S. Miguel de Paredes, datada do séc. IV (SOEIRO 1984, 64, fig. XXV, n.º 4). Do mesmo horizonte cronológico são os exemplares provenientes de Gulpilhares, que agrupados sob a designação de "cantarinha" são apresentados cinco exemplares morfologicamente muito próximos ao nosso (LOBATO 1995, est. XX, n.º 70-74). No vale do Ave são também abundantes registando-se a sua presença na necrópole de Moreira de Cónegos, Vizela (GUIMARÃES 1980, est. XXIV, n.º 11), Santa Eulália de Barrosas, Felgueiras (GUIMARÃES 1980, est. XXV, n.º 12, 16) e Freixo, Marco de Canaveses (GUIMARÃES 1980, est. XXVI, n.º 24).

Jarros (*Oinochoai*)

Constituem uma forma particularmente comum denotando uma grande variação ao nível do perfil do bojo, no estrangulamento dos lóbulos do bocal e na base de assentamento. A sua cronologia no noroeste acompanha toda a época imperial encontrando-se muito bem documentado[240]. A sua morfologia indica uma função associada à manipulação, transporte e conservação de líquidos. Integraria o serviço de mesa para servir líquidos para recipientes menores, podendo relacionar-se a sua forma ao consumo de água e de vinho, dando assim propriedade ao termo *oinochoai*.
Encontram-se representadas na forma de - *bocal simples* e de *bocal trilobado* -, constituindo no conjunto uma forma de significativa representação com 40 exemplares identificados (bocal simples 28 (21,5%), bocal trilobado 12 (9,2%).

Grupo IX - Jarros de bocal simples

Forma 1 - *Jarro de perfil em S com asa*

Corpo oval e colo alto de perfil cilíndrico com estrangulamento suave. Bordo extrovertido com lábio arredondado e espesso. Asa de fita de secção plano-convexa, assimétrica, de desenvolvimento vertical, ligeiramente aberta e soerguida em relação ao nível do bordo. Pé em ressalto de desenvolvimento vertical

[239] O autor refere como paralelo um exemplar proveniente da necrópole das Caxinas, Vila do Conde (ALMEIDA 1973-74, est. VI, n.º 3).
[240] Na tipologia de Mercedes Vegas apresenta uma datação que tem início no séc. I e chega a ao baixo-império (VEGAS 1973, 109, fig. 39).

com aresta ligeiramente excisa de perfil arredondado. Fundo côncavo. Capacidade de referência 2 379,50 cm^3 / 2,37 L. Dimensões - Altura máxima 239 mm; Diâmetro da base 71 mm; Diâmetro máximo do bordo 77 mm; Diâmetro máximo do corpo 165 mm[241].

Identificam-se 24 exemplares – Forca, n.º 28-34, 36-41; Quelha Funda, n.º 1, 2, 5; Bicas, n.º 8; Rorigo Velho, n.º 28-31; Devesa, n.º 9.

Constitui, sem margem para dúvidas, a forma melhor representada equivalendo percentualmente a 16,1% do total das peças. Corresponderá, porventura, à forma mais comum de jarros com ampla representação em contextos funerários e habitacionais em toda a área meridional do convento bracaraugustano. Encontra-se representada por 23 peças que, à semelhança dos seus congéneres, integraria o serviço de mesa, cuja função seria de conter e servir líquidos.

As suas principais características morfológicas são constituídas pelo perfil em S, corpo oval mais ou menos esférico, com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo circular aberto com lábio arredondado. A asa de fita desenvolve-se na parte superior do bojo e liga-se directamente ao bordo. Pé curto, disciforme, de desenvolvimento vertical e aresta angulosa com fundo plano de assentamento pleno ou ligeiramente côncavo. A sua altura inscreve-se entre os 16 e os 23 cm.

As decorações, quando existentes, resumem-se a caneluras a marcar a diferença entre o bojo e o colo ou, em alguns casos, a pintura em bandas em tons ocres, branco ou em conjugação. Este tipo, nas suas diferentes variantes, documenta-se desde o séc. I até finais do séc. IV - início do séc. IV. São inúmeros os paralelos provenientes de ambientes funerários no horizonte cronológico que aqui interessa. Reportando-nos apenas à área meridional do convento bracaraugustano a forma encontra-se documentada na necrópole de Vilarinho, Amarante, com dois exemplares (SOEIRO 1984, 41, fig. VIII, n.º 1-2), na necrópole da Quinta do Castro, Recezinhos, Penafiel, com um exemplar (SOEIRO 1984, 44-46, fig. XIII, n.º 3)[242], na necrópole da Giesta / Tapada de Barreiros, Paredes, Penafiel, datada do séc. IV, com um exemplar (SOEIRO 1984, fig. XXV, n.º 7), e da necrópole de Monte Mozinho onde se identificam seis exemplares, sendo um deles pintado (n.º 6) (SOEIRO 1984, 296, fig. CXLV, n.º 1-6).

Forma 1a - *Jarros de bojo oval, colo curto e bordo circular envasado*

Jarro de perfil em S de corpo oval. Colo alto e muito curto de estrangulamento suave. Bordo curto de desenvolvimento oblíquo com lábio espessado de perfil arredondado. Vertedouro pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento oblíquo com ligação ao bordo. Fundo plano de assentamento pleno e espessura regular. Capacidade de referência 1 410,09 cm^3 / 1,41 L. Dimensões - Altura máxima 177 mm; Diâmetro máximo do bojo 126 mm; Diâmetro máximo do fundo 60 mm[243].

Identificam-se 3 exemplares – Quinta da Devesa, n.º 56; Necrópole da Forca, n.º 35; Quelha Funda, n.º 4 –, representando percentualmente 2,3 % do total das peças.

Neste subtipo enquadram-se apenas 3 exemplares. Este tipo de jarros, que integraria o serviço de mesa, com a função de conter e servir líquidos, como sugere a sua capacidade média de 1,5 l, apresenta rasgos morfológicos que os individualizam dos restantes. Possui perfil em S e bojo oval simétrico com colo alto e muito curto de estrangulamento suave. O bordo é curto e ligeiramente envasado com lábio espessado de perfil arredondado. O vertedouro é pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. A asa em fita, de secção plano-convexa, apresenta um desenvolvimento oblíquo com ligação directa ao bordo.

[241] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 31 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 31).
[242] A necrópole é datada pela autora com reservas no séc. I-II (SOEIRO 1984, 46).
[243] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 15 da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso (vol. I, est. XXV, n.º 15).

Morfologicamente corresponde à forma evoluída dos *Jarros de perfil em S de bocal simples* com afinidade formal com o esquema evolutivo das formas dos *Jarros trilobados* que se poderia relacionar com a Forma 5. Constitui um recipiente muito comum e amplamente representado em ambientes funerários ao longo do séc. III e IV.
Na área meridional do convento bracaraugustano encontra-se representada em várias necrópoles tardo-romanas, apresentando ligeiras nuances morfológicas mas permitindo o seu enquadramento no mesmo tipo. Entre os exemplares morfologicamente mais próximos destaca-se um jarro proveniente da necrópole de Gatiães, Amarante (PORTELA 1998, 75-76, est. XXII, 15), e da necrópole Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 2993-299, fig. CXL, 2).

Forma 2 - *Jarro de perfil em S, bocal simples sem asa*

Corpo oval e colo moderadamente estrangulado com bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Pé de desenvolvimento vertical com fundo côncavo de espessura irregular de assentamento lateral. Capacidade de referência 2 276,93 cm^3 / 2,27 L. Dimensões - Altura máxima 230 mm; Diâmetro máximo da base 71 mm; Diâmetro máximo do bordo 82 mm; Diâmetro máximo do bojo 162 mm[244]. Identificam-se quatro exemplares – Forca, n.º 27; Quelha Funda, n.º 3; Rorigo Velho, n.º 33, 42 –, que, percentualmente, representam 3% do total das peças.
A capacidade média relativamente elevada e algumas características formais, designadamente a inexistência de asa, relacionam-se com uma função associada a actividades culinárias, especificamente para armazenar e servir líquidos, podendo alguns exemplares, em particular os decorados com pintura, ter integrado o serviço de mesa. Apesar de menos abundantes, formalmente vinculam-se com os *Jarros de perfil em S com asa* (Forma 1), dos quais se distinguem apenas por não possuírem asa. A sua cronologia, à semelhança dos primeiros, desenvolve-se desde o séc. I a finais do séc. IV - início do séc. IV. Não se identificam paralelos afins na área meridional do convento.

Grupo X - Jarros trilobados

Forma 1 - *Jarro de perfil em S de corpo oval simétrico*

Colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido de projecção oblíqua com lábio boleado. Bocal oval com goteira também oval, assimétrica, marcada por depressões longitudinais que se prolongam até ao arranque do bojo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo. O bojo é marcado na face superior por uma carena de perfil arredondado que distingue o arranque do colo. Sensivelmente a meio apresenta uma depressão simétrica marcada por duas ligeiras caneluras paralelas entre si. A asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, implantada a partir da face superior do bojo desenvolve-se até ao bordo. Capacidade de referência 793,81 cm^3 / 0,79 L. Dimensões - Altura máxima 172 mm; Diâmetro da base 56 mm; Diâmetro máximo 120 mm; Diâmetro do bordo 48 mm[245]. Identifica-se apenas um exemplar – Forca, n.º 46 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
A sua pequena capacidade (0,8 l), e as principais características formais relacionam-se com uma função associada ao serviço de mesa, especificamente para servir líquidos, como sugere o formato do vertedouro que permite precisão e um fluxo de líquido reduzido no acto de servir.

[244] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 42 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XIX, n.º 45).
[245] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 46 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 46).

Morfologicamente vincula-se às Formas 3 e 3a com as quais possui afinidades formais e cronológicas, salvaguardando-se a sua inferior dimensão e a existência de uma larga canelura na área central do reservatório que sugere a aplicação de um elemento de preensão relacionado com o acto de servir ou de transporte. A particularidade da canelura incerta no bojo não permite relacioná-la directamente com paralelos regionais, podendo, em traços gerais, referenciarem-se os exemplos citados para os *Jarros trilobados de perfil em S e corpo oval simétrico* (forma 3 e 3a).

Forma 2 - *Jarro trilobado de perfil assimétrico*

Corpo oval e bojo baixo. Colo alto e estrangulado com bordo de projecção oblíqua e lábio arredondado, ligeiramente espessado no exterior. Bocal oval com goteira também oval, levemente descentrada, marcada por duas depressões verticais que se prolongam até meio do colo. Fundo discóidal de desenvolvimento vertical levemente côncavo com espessura a diminuir progressivamente para o centro. Asa de fita arqueada de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, decorada por duas caneluras paralelas verticais com dedeira junto ao bordo. Capacidade de referência 1 877,07 cm^3 / 1,87 L. Dimensões - Altura máxima 230 mm; Diâmetro máximo da base 134 mm; Diâmetro máximo 180 mm; Diâmetro do bordo 45 mm[246]. Identifica-se dois exemplares – Forca, n.º 51,52 –, sendo a sua representação percentual de 1,5%.
A sua capacidade (1,8 l) e características formais relacionam-se com uma função associada ao serviço de mesa para servir líquidos, presente no formato do bocal.
Morfologicamente, sugere uma vinculação formal às formas mais pequenas das bilhas, designadamente a Forma 1a que apresenta um reservatório apoiado numa base discóidal, podendo admitir-se constituírem produções afins. Corresponde, portanto, a um morfotipo desenvolvido em época tardia que conheceu uma limitada difusão no séc. IV e primeira metade do séc. V.
Encontra-se mal representada em contextos funerários que se podem documentar escassos exemplos nas necrópoles da região. Entre outras, identifica-se na necrópole de Bouçós, Paços de Ferreira (SILVA 1986, 120 est. XXV, 4)[247].

Forma 3 - *Jarro trilobado de perfil em S e corpo oval simétrico*

Morfotipo definido através de um colo alto e estrangulado, levemente esvasado, com bordo extrovertido e lábio arredondado de secção arredondada. Fundo discóidal de assentamento pleno e desenvolvimento oblíquo com espessura progressiva para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical e fixação ao bordo ligeiramente soerguida. Bocal de formato oval com goteira marcada por nervuras que se prolongam até a meio do colo. Reservatório de recorte oval, assimétrico e sobrelevado. Colo estrangulado marcado por estrias paralelas. Capacidade de referência 482,27 cm^3 / 0,48 L. Dimensões - Altura máxima 156 mm; Diâmetro da base 54 mm; Diâmetro máximo 115 mm; Diâmetro do bordo 63 mm[248].
Identificam-se quatro exemplares – Forca, n.º 42-44; Quelha Funda, n.º 3 –, correspondendo a 3% do total das peças.
As suas características formais relacionam-se com uma função associada ao armazenamento e serviço de mesa, evidenciadas pelo formato do bocal que permite precisão e um fluxo reduzido no acto de servir.

[246] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 45 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 45).
[247] O paralelo citado, apesar de corresponder à nossa Forma 2, apresenta algumas particularidades formais dissonantes, como, por exemplo, uma dedeira sobrelevada implantada no remate da asa junto ao bordo e uma leve canelura incerta ao nível do bojo que forma a decoração singela da peça.
[248] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 43 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 43).

Cronologicamente a sua ocorrência nas necrópoles de entre Leça e Ave corresponde a um período balizado entre início e finais do séc. IV, sendo gradualmente substituída pela Forma 3a, cujas características morfológicas são afins da Forma 4.
Os paralelos regionais não são abundantes, no entanto, podem identificar-se formas similares do mesmo horizonte cronológico na necrópole de Chã de Portela, Amarante (PORTELA 1998, 68, est. XVII, 11), na necrópole de Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 296, est. CXLVI, 1-2), na necrópole de Antas, Penafiel (SOEIRO 1984, 90, est. XXXIX, 1-4), na necrópole da Estrada, Penafiel (SOEIRO 1984, 85, fig. XXXVI) e necrópole de Cepelos, Amarante (PORTELA 1998, 60, est. IX).

Forma 3a - *Jarro trilobado de perfil em S de corpo globular*

Morfotipo definido por um colo alto de desenvolvimento vertical, levemente esvasado. Bocal trilobado bem definido, assimétrico, com lábio arredondado de espessura irregular. Reservatório de recorte oval com colo pouco estrangulado. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical implantada no bojo e ligação ao bordo, ligeiramente soerguida em relação a este. Na junção da asa ao nível do bordo apresenta uma dedeira de desenho irregular. Fundo discóidal de assentamento pleno com espessura irregular e espessamento progressivo para o centro. As características formais relacionam-se com uma função associada ao armazenamento e, eventualmente, a outro tipo de actividades domésticas, atendendo ao facto do bocal permitir alguma precisão e um fluxo reduzido no acto de servir, podendo ter-se constituído como recipiente de mesa.
Capacidade de referência 1 008,36 cm^3 / 1,00 l. Dimensões - Altura máxima 166 mm; Diâmetro da base 68 mm; Diâmetro máximo do bojo 136 mm[249].
Identificam-se dois exemplares – Forca, n.º 36, 38 –, sendo a sua representação percentual de 1,5%.
À semelhança da Forma 3, da qual constitui uma variante, é uma forma característica da época tardo-romana com cronologia que se desenvolve ao longo do séc. IV e primeira metade do séc. V, verificando-se uma tendência evolutiva no sentido de acentuar o diâmetro do bojo e encurtar o desenvolvimento do colo e gargalo. Constitui uma variante muito abundante e de larga difusão, identificando-se paralelos na necrópole de Vila Verde, Bagunte, Vila do Conde (SEVERO 1908, 430, fig. 20), Monte Penouço, Rio Tinto, Gondomar (SEVERO 1908, 112, fig. 3), Codes, Rio de Moinhos, Penafiel (SOEIRO 1984, est. XXI, 4), Pinheiro, Penafiel (SOEIRO 1984, est. XXIII, 1), Giesta, S. Miguel de Paredes (SOEIRO 1984, est. XXV, 1-2), Quinta da Boavista, Canelas, Penafiel (SOEIRO 1984, est. XXXIII, 6), Estrada, Santa Marta, Penafiel (SOEIRO 1984, est. XXXVI), Duas Igrejas, Penafiel (SOEIRO 1984, est. XXXIX, 1-4; XL, 1, 3) Ordins, Lagares (SOEIRO 1984, est. XLIII, 1), Boavista, Paços de Ferreira (SILVA 1986, 120, est. XXV, 3) Lomba, Amarante (FORTES 1908e, est. XVI, 9) e de Laboriz (PORTELA 1998, 88 est. XXIX, 23), entre outras[250].

Forma 4 - *Jarro trilobado de perfil em S, corpo oval simétrico*

Corpo oval, colo curto e estrangulado com bordo muito extrovertido e lábio arredondado. Bocal trilobado alargado, simétrico, com vertedouro bem recortado. Reservatório alargado, levemente assimétrico. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical. Fundo plano de assentamento lateral. Capacidade de referência 3 125,52 cm^3 / 3,12 L. Dimensões - Altura máxima 228 mm; Diâmetro máximo da base 93 mm; Diâmetro máximo do bojo 187 mm[251]. Da sua forma, capacidade e características formais

[249] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 40 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (vol. I, est. XXII, n.º 36).
[250] Vejam-se ainda os exemplares provenientes da necrópole de Tubirei, Amarante (PORTELA 1998, 124) e da necrópole de Vila Verde, Vila do Conde (SEVERO 1908, 430, fig. 20).
[251] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 30 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (vol. I, est. XXII, n.º 40).

reconhece-se uma função relacionada com o armazenamento, associado às actividades domésticas, eventualmente culinárias, atendendo ao facto do bocal permitir alguma precisão no acto de servir, excluindo-se uma função como recipiente de mesa, atendendo à sua elevada capacidade. Identifica-se apenas um exemplar – Rorigo Velho, n.º 40 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%. Constitui uma forma pouco comum, sem paralelos regionais nem referências nas tipologias da Lusitânia, que corresponderá a um regionalismo desenvolvido em época tardia.

Forma 5 - *Jarro trilobado de perfil em S, corpo oval simétrico*

Morfotipo caracterizado por um colo alto, curto e pouco estrangulado. Bordo curto e extrovertido com lábio boleado, ligeiramente pendente. Bocal trilobado aberto, assimétrico, com vertedouro pouco demarcado. Reservatório de recorte oval de desenvolvimento simétrico. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura central no interior, de desenvolvimento vertical do bojo até ao bordo. Fundo discóidal de assentamento pleno. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, implantadas no nível superior do bojo, junto ao encaixe inferior da asa. Capacidade de referência 904,48 cm^3 / 0,90 L. Dimensões - Altura máxima 193 mm; Diâmetro máximo da base 68 mm; Diâmetro máximo do bojo 140 mm; Espessura média 5 mm[252]. Identificam-se dois exemplares – Rorigo Velho, n.º 37, 41 –, sendo a sua representação percentual de 1,5%. Da sua morfologia deduz-se uma função relacionada com a armazenagem cujas características morfológicas e de acabamento as relacionam com as actividades domésticas e não com o serviço de mesa. Constitui uma forma de cronologia tardia que revela uma degeneração formal progressiva, a partir dos jarros de perfil ovalado, sub-cilindrico, revelando uma simplificação do bocal e da asa. Nas necrópoles alentejanas, cujas formas se aproxima o nosso exemplar, apresentam cronologias posteriores ao séc. III, coincidentes com a datação de referência da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, donde provêm os nossos exemplares. Os paralelos em contextos tardios são relativamente abundantes. Encontra-se amplamente representada na necrópole de Gulpilhares, onde se identifica como *Oinochoai* (*jarros de bocal trilobado*) (LOBATO 1995, 62-63, est. XXV-XXVI, n.º 93-99)[253], na necrópole de Gatiães, Amarante (PORTELA 1998, 75-76, est. XXII, 15), na necrópole de Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 293-299, est. CXL, 2), e na necrópole de Codes, Rio de Moinhos, Penafiel (SOEIRO 1984, 54-55, est. XXI, n.º 4).

Cerâmicas comuns de engobe vermelho não vitrificável

Esta produção revela uma expressiva percentagem de formas cujos protótipos se encontram na sigillata africana, embora se registem também alguns exemplares próximos às formas da terra sigillata hispânica e hispânica tardia. Durante o séc. IV e primeira metade do séc. V, momento em que revela particular dinamismo, a produção não só patenteia formas originais como também morfotipos híbridos com clara combinação de características de diferentes formas[254]. Este tipo de produção encontra-se particularmente bem representada nas necrópoles de entre Leça e Ave, nomeadamente nas formas – Hayes 50, 59, 61, 73

[252] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 41 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (vol. I, est. XXII, n.º 41).

[253] A autora, sem concretizar quais os paralelos em concreto, refere a existência da forma na necrópole de Vila Verde, Bagunte (SEVERO 1908), na necrópole de Monte Penouço, Rio Tinto, Gondomar (SEVERO 1908).

[254] Por exemplo, a forma Tipo 59/67, cujo protótipo é um prato em sigillata africana, encontrado em França, no sítio galo-romano de Lestrade, Mireval – Lauragais (Aude) (MARTIM, 1977, 99-101, fig. 3, n.º 2 e 3, fig. 5, n.º 1) que, segundo o autor, constitui "uma forma bastarda" que aglutina características da forma tipo Hayes 59 A e a forma tipo Hayes 67 que lhe sugeriram uma classificação de tipo 59/67 (...) *Ces quelques remarques m'ont amené à faire provisoirement le type 59/67.* (...) (MARTIM, 1977, 99-101). O autor propõe uma data entre 350-380 para o prato privilegiando a semelhança com o tipo 59 A (320/380-400) e a presença da decoração estampada do estilo A (ii) (50-420). Para além dos exemplares referenciados em Alvarelhos são conhecidas peças provenientes de Braga, um prato proveniente de Guifões, Matosinhos (ALMEIDA; SANTOS 1974, 56, grav. 7) classificado pelo autor com tipo 59 de Hayes, que apresenta todas as características que caracterizam esta forma híbrida.

e TSHT 6 –, revelando ser a produção que colmata a procura das produções forâneas, ora por falta de oferta ora por constituir uma produção mais acessível.
O seu fabrico apresenta uma certa homogeneidade ao nível da constituição das pastas e tratamentos das superfícies. Em termos gerais, a pasta é composta por argila micácea compacta, de cozedura homogénea, com elementos não-plásticos muito abundantes compostos por mica e quartzo de pequeno e médio calibre, bem classificados e com distribuição uniforme. O núcleo revela uma cor Siena natural (RA47 / 49), e terra siena tostada (P39 e P47) homogénea. A superfície é alisada com polimento cuidado revelando um engobe fino, geralmente muito erudido, de cor vermelho-inglês (R 13) que cobre integralmente as peças[255].
Constitui um fabrico relativamente bem representado nas necrópoles de entre Leça e Ave, onde se identificam 9 exemplares (4 prateira (3,15%); 2 pratos (1,4%); 3 taças (2,3%)) onde que representa 6,7% da totalidade das peças.

Grupo XI - Prateiras

Forma 1 - *Prateira tipo Hayes 50 A*

O morfotipo caracteriza-se pelo perfil rectilíneo com paredes planas, ligeiramente esvasadas e perpendiculares ao fundo. Bordo vertical com lábio levemente introvertido de perfil amendoado. Fundo plano com espessamento decrescente para o centro com pé formado por uma fina canelura de perfil trapezoidal e assentamento directo. Corresponde a uma imitação da forma Hayes 50 tipo A da sigillata africana e integra o grupo de cerâmicas que designamos por *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável.* Capacidade de referência 2 321,39 cm^3 / 2,32 l.
Identifica-se apenas um exemplar – Bicas, n.º 5 –, sendo a sua representação percentual de 1,5%.
Os pratos tipo Hayes 50 (HAYES 1972, 69-73, fig. 12), a partir dos quais se desenvolvem as imitações em *CEVNV*, dividem-se em dois grupos A e B. As produções tipo A surgem em 230/240 e as do grupo B a partir de 350. Apesar de pouco abundantes na área meridional do convento bracaraugustano encontra-se representada em Alvarelhos no *Complexo Artesanal* e na *Domus da Lucerna do Golfinho*, na Fase IV-V, em Braga na Zona das Carvalheiras com horizonte cronológico da segunda metade do séc. III (DELGADO; LEMOS 1985, 163, est. VI, 22), em *Tongobriga* na última fase de ocupação das termas (DIAS 1997, 49, 59-60), em que, à semelhança de Conímbriga, parece constituir a forma predominante, num repertório exíguo e pouco abundante.
Os pratos de inspiração da forma tipo Hayes 50 A e B são particularmente frequentes. Em Alvarelhos identificam-se 4 exemplares, n.º 14,15,16 e 18, sendo que o exemplar n.º 14 se aproxima à forma Hayes 50 A e os restantes, de menores dimensões, assemelham-se a forma Hayes 50 B, variante tardia (HAYES 1972, 71-73, n.º 61), cuja cronologia sugerida é balizada entre 350-400. Os contextos crono-estratigráficos a que está associada reflectem um amplo período de produção que compreende a fase final do séc. III e, fundamentalmente o séc. IV - início do séc. IV. Na região não são conhecidos paralelos que traduzam esta frequente ocorrência.
O exemplar proveniente da necrópole das Bicas, n.º 5, reproduz fielmente a forma que lhe serviu de inspiração, tanto no que respeita aos seus principais rasgos morfológicos, quer em termos de dimensão. A prateira proveniente da necrópole da Quinta da Devesa, n.º 3, apresenta um perfil tronco-cónico com parede recta, ligeiramente reentrante e bordo espessado. O lábio biselado apresenta um perfil triangular de desenvolvimento oblíquo. O fundo é plano de assentamento pleno. Não corresponde directamente a

[255] Este fabrico apresenta significativas semelhanças com o fabrico " Pasta II – 4 " identificado em Braga (DELGADO 1993-94, 121-122).

nenhum tipo das produções africanas, podendo, no entanto, aproximar-se ao tipo Hayes 59A que, eventualmente, lhe terá servido de protótipo.
Parece constituir uma forma com alguma expressão em finais do séc. IV. Refira-se, a título ilustrativo da sua difusão supra regional, os paralelos provenientes de Lugo (IRASTORZA 2001, 344-345, tipo EP1, n.º 2).

Forma 2 - *Prateira tipo Hayes 59 B*

Prato de imitação da forma Hayes 59 B da sigillata africana. Paredes arqueadas, em semicírculo, com bordo formado por aba horizontal rematada por lábio de perfil arredondado. Fundo ligeiramente côncavo com pé formado por um pequeno anel de perfil trapezoidal de assentamento directo, marcado por canelura interna. Decoração composta por uma linha incisa circular inscrita na aba junto ao bordo. Identificam-se dois exemplares – Rorigo Velho, n.º 12, 14 –, correspondendo a sua representação percentual a 1,4%.
A forma que serviu de inspiração para a produção desta imitação caracteriza-se morfologicamente pela sua base plana, parede curva e bordo amplo que configura uma aba horizontal ou ligeiramente erguida com lábio arredondado. A prateira é frequentemente decorada no fundo com motivos estampados organizados no interior de círculos. Hayes distingue dois tipos. O primeiro, E1 A com caneluras verticais no exterior da parede que provoca ressaltos no interior. O segundo, E1 B, de parede lisa. A cronologia proposta para o tipo A é de 320-380/400 e para o tipo B 320-420 (HAYES 1972, 100).
A sua representação no noroeste peninsular é relativamente escassa[256]. Encontra-se documentada em Alvarelhos, n.º 19, 20 e 21, na Fase IV-V, coincidindo com a cronologia proposta para a forma tipo Hayes 59 (6.1.6. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, n.º 19-21)[257].
Os paralelos conhecidos são referenciados em Conímbriga (DELGADO 1975, pl. LXXXV/VI, n.º 46-49), com variações formais ao nível da aba e do bordo, como aliás acontece na sigillata africana. Em Braga os exemplares publicados não constituem imitações, mas sim exemplares inspirados nas peças originais.
Mais próximo de nós, provenientes da necrópole da Boavista, Paços de Ferreira[258], são conhecidos dois pratos, um dos quais decorado com palmetas e círculos concêntricos do estilo decorativo A (iii) de Hayes, cujos protótipos tem como cronologia proposta o período compreendido entre 410 a 470 (SILVA 1986 b, 124, est. XXX, n.º 3). Do concelho de Amarante, especificamente da necrópole de Cepelos[259], são conhecidos dois exemplares com perfil muito próximo do protótipo de inspiração (PORTELA 1998, 31, 58, est. VII, 1-2), assim como uma prateira proveniente da necrópole da Lomba[260] (PORTELA 1998, 31, 94, est. XXXIV, 6). Da necrópole tardo-romana das Caxinas, Vila do Conde, identifica-se um prato de fidelidade formal assinalável, com uma gravação no fundo (ALMEIDA 1973-74, 215, est. III, 4). De Monte Mozinho, Penafiel, assinala-se também a

[256] Contam-se na área geográfica da Galiza dois exemplares provenientes de Lugo, do tipo A e B (GASCÓN 1993, 298, fig. 1, 5-6). Na área geográfica que aqui importa regista-se a sua presença em Braga (Zona das Carvalheiras) onde é identificado um fragmento de bordo datado do séc. IV (DELGADO; LEMOS 1985, 162, est. 10). Em *Tongobriga*, em toda a relação de materiais que comporta a leitura estratigráfica dos distintos espaços intervencionados – Fórum, Termas, Áreas habitacionais e Necrópole –, é apenas mencionado um exemplar desta forma do tipo B, da área das termas datadas da 2ª remodelação com cronologia *post* 334 / 336 (corte n.º 5 - Esgoto das termas) (DIAS 1997, 60). Conhece-se ainda um outro prato de perfil completo proveniente do castro de Guifões, Matosinhos, do Tipo Hayes 59 B, mas que também não possui enquadramento estratigráfico (ALMEIDA 1974, 51, grav. 2).
[257] Os pratos tipo Hayes 59, n.º 19, 20 e 21, representam fielmente a forma original e constituem um modelo relativamente bem representado, com uma ampla distribuição geográfica. A forma releva também significativas semelhanças com a Forma 74 da sigillata hispânica tardia (MESQUIRIZ 1985, 164, lám. XXXIX, n.º 6), assim como com a Forma 4 da TSHT de Palol e Cortés, (PALOL; CORTÉS 1974, 124-127, fig. 37), com datação centrada no séc. IV-V.
[258] Freguesia de Frazão, concelho de Paços de Ferreira, distrito do Porto. Coordenadas geográficas: Lat. 41º 15' 50'' N / Long. 8º 24' 30'' W / Alt. 300 m, C.M.P. 1: 25 000, fl. 111 - Paços de Ferreira (SILVA 1986b, 128-129).
[259] Freguesia de Cepelos, concelho de Amarante, distrito do Porto. Coordenadas geográficas: Lat. 41º 15' 54'' N / Long. 8º 04' 45'' W / Alt. 150 m, C.M.P. 1: 25 000, fl. 113 - Amarante (PORTELA 1998, 9).
[260] Freguesia da Lomba, concelho de Amarante, distrito do Porto. Coordenadas geográficas: Lat. 41º 15' 06'' N / Long. 08º 04' 05'' W / Alt. 278 m, C:M:P. 1: 25 000, fl. 113 - Amarante (PORTELA 1998, 12).

presença de dois exemplares provenientes do Sector B, identificados como imitações da Forma 4 da terra sigillata hispânica tardia (SOEIRO 1984, 265, fig. CXXXVIII, n.º 1-2).

Grupo XII – Pratos

Forma 1 - *Prato tipo Hayes 61*

Prato imitação da sigillata africana tipo Hayes 61. Perfil tronco-cónico de parede recta com bordo reentrante e lábio de desenvolvimento oblíquo com perfil pontiagudo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de assentamento pleno com espessamento desproporcional em relação à espessura da parede. Capacidade de referência 836,79 cm^3 / 0,83 L. Dimensões - Altura máxima 41 mm; Diâmetro máximo do bordo 210 mm; Diâmetro máximo do fundo 170 mm[261].
Regista-se apenas um exemplar – Devesa, n.º 2 –, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
Os pratos de imitação, como sucede com a forma de inspiração, são os que encontram maior representação e que melhor reproduzem os originais (HAYES 1972, 102;104 fig. 16-17). O nosso exemplar revela um bordo triangular típico desta produção, apresentando-se pouco desenvolvido e com a face externa muito oblíqua a desenhar uma carena muito marcada na junção com a parede, característica da forma 61A. Exemplares semelhantes são particularmente abundantes em Alvarelhos n.º 22-27 (vol. II, est. CXLII – CXLIII, n.º 22-27)[262] e em Braga onde se identificam nas duas variantes A e B, e formas em intermédias 61 A/B (DELGADO 1993-94, 124, est. V, n.º 21-24). Em Conímbriga os exemplares classificados como tipo Hayes 61 são apenas dois, com a particularidade do exemplar n.º 34 apresentar um lábio boleado e marcado para o exterior o que não é norma nesta forma (DELGADO 1975, 319, pl. LXXXIII, n.º 23-24). Nas necrópoles de Amarante identifica-se em Gondar, Vila Leça e Paneleiros, (PORTELA 1998, 31, est. XXVI, n.º 1). Estratigraficamente os exemplares recolhidos em Alvarelhos provêm da Fase IV-V, em concordância com a cronologia sugerida para o tipo Hayes 61 A (325-400/420) (HAYES 1972, 107). Em Monte Mozinho identifica-se na necrópole (SOEIRO 1984, 296, est. CXLIII, 9).

Grupo XIII - Taças

Forma 1 - *Taça tipo Hayes 73*

Taça de imitação da sigillata africana, tipo Hayes 73[263]. Paredes arqueadas em semicírculo, bordo plano formado por aba horizontal, com lábio espessado, simétrico, com aresta vertical de perfil arredondado. Pé discóidal de projecção vertical com aresta levemente boleada e fundo plano com espessamento progressivo para o centro. Capacidade de referência 440,38 cm^3 / 0,44 L. Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro da base 65 mm; Diâmetro máximo do bordo 142 mm; Espessura média 7 mm[264]. Registam-se dois exemplares – Rorigo Velho, n.º 19; Forca n.º 16 –, sendo a sua representação percentual de 1,4%.

[261] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 2 da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso (vol. I, est. XXV, n.º 2).
[262] Os nossos provenientes de Alvarelhos, n.º 22-27 (vol. II, est. CXLII – CXLIII, n.º 22-27), com bordo triangular típico desta produção, apresentam-se pouco desenvolvidos e com a face externa muito oblíqua formando uma carena muito marcada na junção com a parede, característica da forma Hayes 61 A. A excepção constitui o exemplar n.º 26 (vol. II, est. CXLIII, n.º 26), que possuí um bordo menos oblíquo e mais espesso com lábio arredondado e paredes mais alta e menos reentrante. Apesar de frequentemente decorado com motivos estampados identifica-se apenas o n.º 25 (vol. II, est. CXLIII, n.º 25) que apresenta uma decoração singela de dois círculos concêntricos. Estratigraficamente todos os exemplares provêm da Fase IV-V, em concordância com a cronologia sugerida para o tipo A (325 - 400/420) (HAYES 1972, 107).
[263] HAYES 1972, 107.
[264] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 19 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (vol. I, est. XXII, n.º 19).

A produção da taça tipo Hayes 73A é datada pelo autor entre 325-400/420 (HAYES 1972, 107), e a versão mais tardia, 73B, entre 420 a 475, todavia são conhecidos exemplares em Moosberg, Alemanha, em níveis do final do séc. IV. É uma forma particularmente difundida na Europa continental sendo conhecidos vários exemplos provenientes de Tarragona (CARANDINI; TORTORELLA; SAGUI; TORTORICI 1981, 73), Mérida (VÁZQUEZ 1987, 44), Saragoça (PERALTA 1991, 195, fig. 85, n.º 79), e Conímbriga (DELGADO 1975, 256-257, est. LXXII, n.º 86). Cronologicamente integra a segunda metade do séc. V. As imitações no fabrico de *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* são vulgares, sem que, no entanto, constitua uma forma abundante. A sua presença constitui um elemento cronológico de referência importante para os contextos onde é identificada.
Os nossos exemplares formalmente são muito fiéis ao modelo que lhe serviu de protótipo revelando um acabamento muito cuidado. Os exemplares provenientes de Alvarelhos, constituem um grupo morfológico homogéneo, de boa qualidade, quer ao nível da constituição da pasta, quer do acabamento e engobe, apesar de nenhum dos exemplares ser decorado com as características incisões na face superior do lábio do protótipo original. Identificam-se duas peças (vol. II, est. CXLI, n.º 8, 12), cujo enquadramento estratigráfico se reporta à Fase IV-V, em concordância com a cronologia sugerida, sendo, portanto, contemporânea das peças identificadas em Alvarelhos do fabrico C (vol. I est. CXXXVI, n.º 1).

Forma 2 - *Taça tipo TSHT 6 / Hayes 52 A*

Taça em *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* de imitação da forma Hayes 52 A da sigillata africana, revelando também semelhanças morfológicas à forma Hispânica 6 da Terra sigillata Hispânica Tardia (MEZQUIRIZ 1983, 130 fig. 7; 1985, 144-145, tav. XXV, n.º 11-14). Em Lugo, onde marca uma forte presença, identifica-se como *Tipo I8T – Cuencos imitación de la forma Palol 8* –, revelando uma certa diversidade de soluções ao nível da aba e fundo. A cronologia proposta acompanha a dos protótipos, concretamente de meados do séc. IV e primeira metade do séc. V (IRASTORZA 2001, 373-374).
Morfologicamente apresenta paredes arqueadas de perfil arredondado com bordo formado por aba horizontal com remate biselado. Lábio ligeiramente espessado e anguloso ligeiramente soerguido. Pé discóidal com ligação angulosa à parede do vaso. Eventualmente, corresponderá à mesma produção das peças de imitação ou inspiração da forma tipo Hayes 52 A, identificadas em Alvarelhos, cuja morfologia, cronologia, difusão e enquadramento crono-estratigráfico desenvolvemos no capítulo relativo a essa produção (6.1.6. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 9, n.º 13). Capacidade de referência 1 459,03 cm^3 / 1,45 L. Dimensões - Altura máxima 82 mm; Diâmetro da base 79 mm; Diâmetro do bordo 205 mm[265]. Registam-se dois exemplares – Forca, n.º 18, Bicas, n.º 6 –, cuja representação percentual é de 1,5%.
Os paralelos de âmbito regional são relativamente escassos, no entanto, encontram-se representados nos materiais recolhidos na necrópole de Codes, Penafiel, cujo exemplar apresenta as principais características desta forma e tipo (SOEIRO 1984, 54, fig. XIX, n.º 7), na necrópole da Bouça da Gateira (Paço Velho), Ponte de Lima, que o autor classifica como imitação da forma Hayes 70 (ALMEIDA 1990, 75-77, est. XX, n.º 2). Pela interpretação do desenho a forma parece-nos mais próxima ao tipo Hayes 52, aliás com semelhanças morfológicas ao nosso exemplar n.º 12 proveniente de Alvarelhos (vol. II, est. CXLI, n.º 12).

Cerâmicas cinzentas finas tardias
Grupo XIV - Taças

Forma 1 – *Taça tipo Ritt. 8*

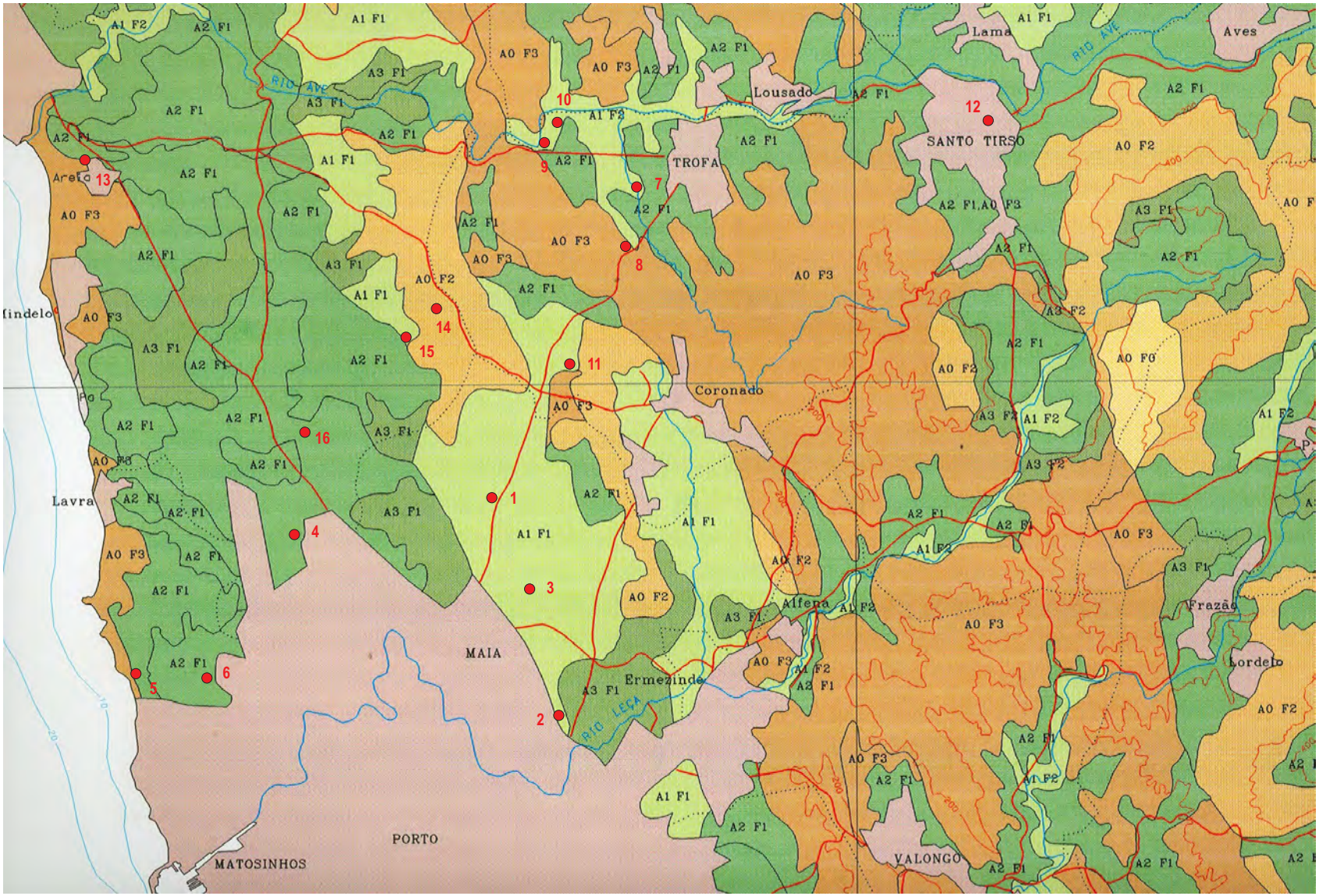
[265] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 16 da necrópole da Forca, Gemunde, Maia (vol. I, est. XIX, n.º 16).

Taça de *cerâmica cinzenta fina tardia*. Parede curvilínea com bordo vertical e lábio arredondado, simples, ligeiramente introvertido. Fundo constituído por pé de perfil trapezoidal de assentamento directo com espessamento progressivo para o centro. Capacidade de referência 853,59 cm^3 / 0,85 L. Dimensões - Altura máxima 62 mm; Diâmetro da base 53 mm; Diâmetro do bordo 125 mm[266].
Regista-se apenas um exemplar - Devesa, n.º 15 -, sendo a sua representação percentual de 0,7%.
Integra o grupo que designamos por *cerâmica cinzenta fina tardia*, que constitui uma produção específica com características morfológicas próprias que, geralmente, não surge individualizada do estudo das restantes produções comuns. A sua pasta constitui um fabrico diferenciado das demais produções que vincula este tipo de cerâmicas às produções das designadas – *Sigillatas paleocristãs cinzentas* –, seja pela reprodução dos modelos, das decorações ou, simplesmente, pela constituição da pastas e tipo de acabamento, designadamente o elevado polimento das superfícies que confere uma tonalidade brilhante em contrastes com o negro de fundo da peça. Em Alvarelhos apenas detectamos produções locais ou regionais que imitam ou se inspiram nas produções originais. A presente taça parece integrar um conjunto de peças que não encontra tipologicamente nenhum vínculo a um tipo já conhecido. Contudo, a constituição da sua pasta e o tratamento da superfície permite que a possamos integrar neste grupo de cerâmicas, cuja forma se encontra representada em Alvarelhos (6.1.12. *Cerâmica cinzenta fina tardia. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, est. CLXXXIIa, n.º 11), com cronologia na Fase IV-V, consentânea com a cronologia sugerida para a presente necrópole, nomeadamente pelos dados fornecidos pelas peças n.º 13 e n.º 19.

[266] Morfotipo definido a partir do exemplar n.º 1 da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (vol. I, est. XXII, n.º 1).

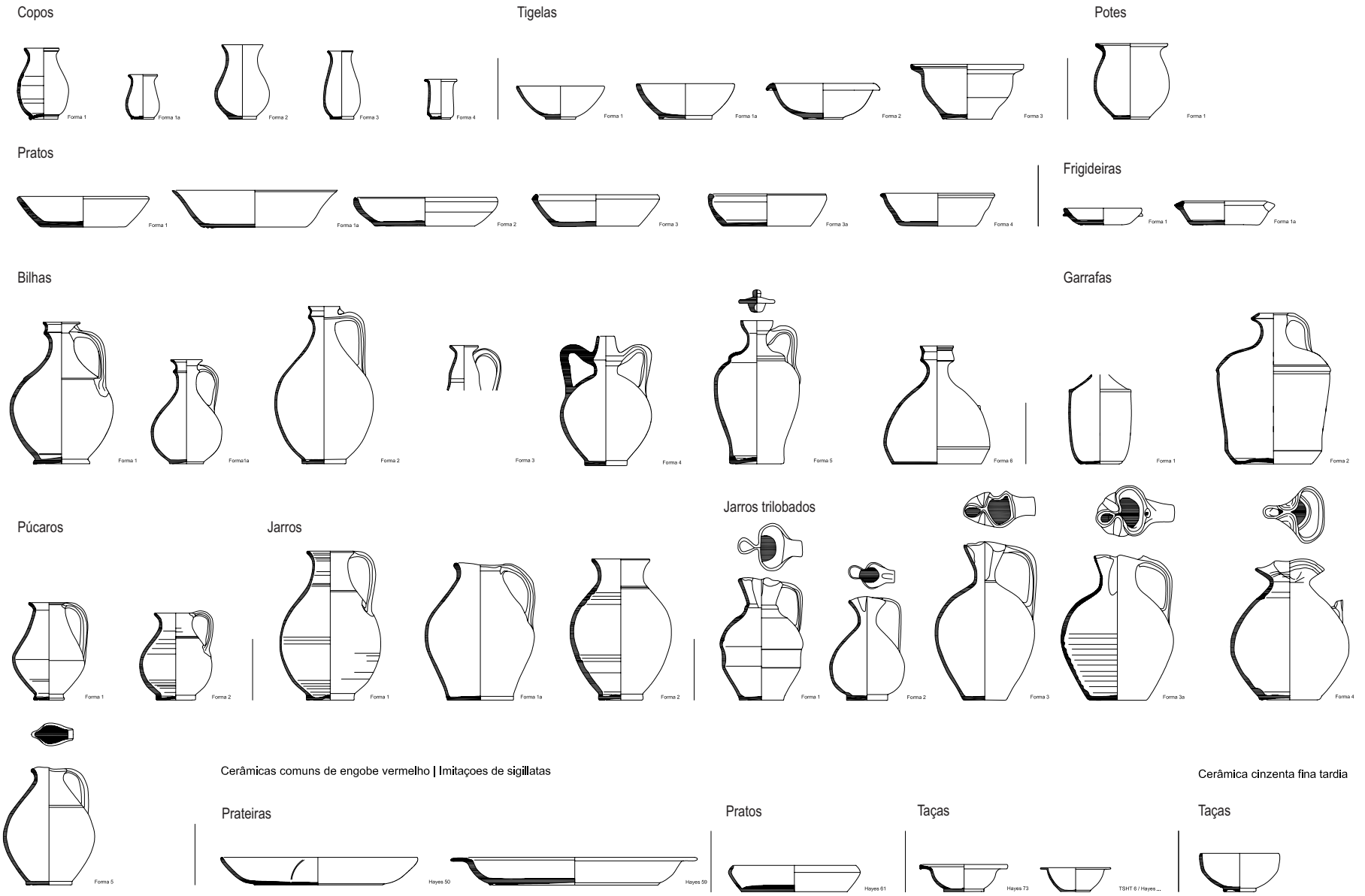
Tabela de correspondência de formas

Prov.	Forca	Quelha Funda	Bicas	Rorigo Velho	Muro	Devesa	Areias	Total
	Cerâmica comum							
Copos								*15(11.5%)*
1	n.º 22	---	---	n.º 22	n.º 2	n.º 6, 7	---	5 (3,8%)
1A	n.º 24	---	n.º 23, 25	n.º 1	---	---	---	4 (3 %)
2	n.º 20, 21, 23	---	n.º 24	---	---	---	---	4 (3 %)
3	n.º 25	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
4	n.º 26	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
Tigelas								*7 (5,3 %)*
1	n.º 15	---	---	n.º 17, 18	---	---	---	3 (2,3 %)
1A	---	---	---	n.º 16	---	---	---	1 (0,7%)
2	---	---	---	n.º 20, 21	---	---	---	2 (1,5%)
3	n.º 17	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
Potes								*1 (0,7 %)*
1	n.º 19	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
Pratos								*30 (23 %)*
1	n.º 12	---	---	n.º 1, 2, 3		n.º 5 ---	---	5 (3,8%)
1A	n.º 2	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
2	n.º 4	---	---	n.º 8	---	---	---	2 (1,5%)
3	n.º 3, 6 - 11	---	n.º 1	n.º 5, 6, 7,10	---	n.º 3, 4	---	14(10,7%)
3A	---	---	n.º 2, 4	n.º 11	---	---	---	3 (2,3%)
4	n.º 1, 5	---	n.º 3	n.º 4 , 9	---	---	---	5 (3,8%)
Frigideiras								*2 (1,5 %)*
1	n.º 13	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
1A	n.º 14	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
Bilhas								*15(11,5%)*
1	n.º 48, 49	n.º 6	n.º 43, 44	---	---	---	---	5 (3,8%)
1A	n.º 51,52	---	---	---	---	---	---	2 (1,5%)
2	n.º 50	---	---	---	n.º 11, 12, 13---		---	4 (3%)
3	---	---	---	---	---	n.º 1	---	1 (0,7%)
4	n.º 54	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
5	n.º 55	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
6	---	---	---	---	n.º 14	---	---	1 (0,7%)
Garrafas								*2 (1,5 %)*
1	n.º 47	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
2	n.º 53	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
Púcaros								*9 (6,9 %)*
1	---	---	n.º 34	---	---	---	---	1 (0,7%)
2	---	---	n.º 7	n.º 26, 27, 30, 32, 35, 39---		n.º 8	---	8 (6%)
Jarros bocal simples								*28(21,5%)*
1	n.º 28 - 34, 36 - 41	n.º 1, 2, 5	n.º 8	n.º 28 – 31	---	n.º 9	---	24 (161%)
1A	n.º 35	n.º 4	---	---	---	n.º 10	---	4 (2,3%)
2	n.º 27	n.º 3	---	n.º 33, 42	---	---	---	4 (3%)
Jarros trilobados								*12 (9,2%)*
1	n.º 46	---	---	---	---	---	---	1 (0,7%)
2	n.º 51, 52	---	---	---	---	---	---	2 (1,5%)
3	n.º 42, 43, 44	n.º 3	---	---	---	---	---	4 (3%)
3ª	n.º 36, 38	---	---	---	---	---	---	2 (1,5%)
4	---	---	---	n.º 40	---	---	---	1 (0,7%)
5	---	---	---	n.º 37, 41	---	---	---	2 (1,5%)
	Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável							
Prateiras								*4 (3,1 %)*
Hayes 50	---	---	n.º 5	---	---	n.º 3	---	2 (1,5%)
Hayes 59	---	---	---	n.º 14	---	---	---	2 (0,7%)
Pratos								*2 (1,4%)*
Hayes 61	---	---	---	---	---	n.º 2	---	1 (0,7%)
Hayes 59 a	---	---	---	n.º 12	---	---	---	1 (0,7%)
Taças								*3 (2,3 %)*
Hayes 73	---	---	---	n.º 19	---	---	---	1 (0,7%)
Hayes 52 A	n.º 18	---	n.º 6	--	---	---	---	2 (1,5%)
	Cerâmica cinzenta fina tardia							
Taças								*1 (0,7 %)*
Ritt. 8	---	---	---	n.º 15	---	---	---	1 (0,7%)
Totais	55 (42,3%)	6 (4,6%)	8 (6,1%)	43 (33%)	3 (2,3%)	14 (10,7%)	1 (0,7 %)	130 (100%)


A1 F2
A2 F1
A1 F1
A0 F3
A3 F1
A0 F2
A2 F1
A1 F2
A3 F2
RIO AVE
RIO LEÇA
Lama
Aves
Lousado
TROFA
SANTO TIRSO
Areia
Coronado
Lavra
Alfena
Frazão
Lordelo
Ermezinde
MAIA
PORTO
MATOSINHOS
VALONGO
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16

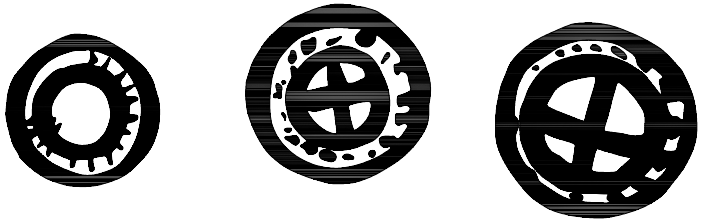
Distribuição das necrópoles entre Leça e Ave
Carta de aptidão agrícola da terra, Folha 9, Esc. 1/100 000

1. *Necrópole* Forca, Gemunde, Maia
2. *Necrópole* Quelha Funda, Gueifães, Maia
3. *Necrópole* Agra da Portela, Vermoim, Maia
4. *Necrópole* Bicas, Vila Nova da Telha, Maia
5. *Necrópole* Montedouro, Perafita, Matosinhos
6. *Necrópole* Pampelido, Perafita, Matosinhos
7. *Necrópole* Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa
8. *Necrópole* Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa
9. *Necrópole* Maganha, Santiago de Bougado, Trofa
10. *Necrópole* Bairros, Santiago de Bougado, Trofa
11. *Necrópole* Leira do talho, S. Cristóvão do Muro, Trofa
12. *Necrópole* - Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso
13. *Necrópole* Areias, Azurara, Vila do Conde
14. *Necrópole / Columbário* Guilhabreu, Guilhabreu, Vila do Conde
15. *Necrópole* Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde
16. *Necrópole* Arões, Mosteiro, Vila do Conde

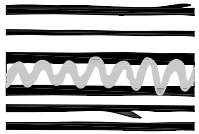


Necrópoles - Quadro tipológico das cerâmicas comuns das necrópoles de entre Leça e Ave, Esc. 1/20 | Estampa XVII

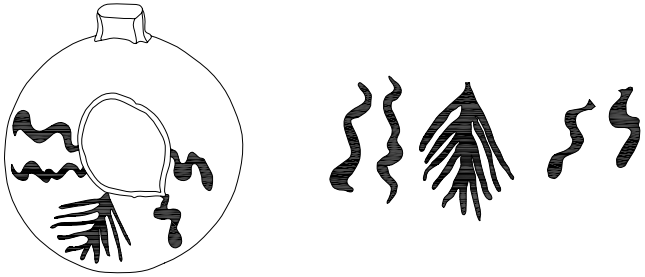
Motivos circulares



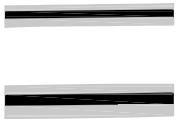
Motivos geométricos / linhas em bandas



Motivos serpentiformes



Motivos geométricos - bandas



Pratos e Prateiras

Frigedeiras

Taças

Potes

Copos

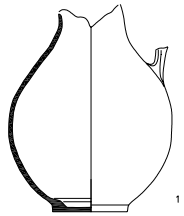
Jarros e Púcaros

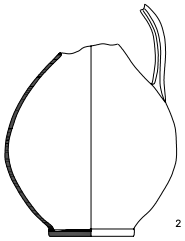
Jarros Trilobados

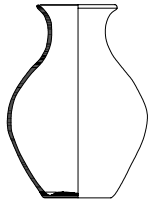
Bilhas

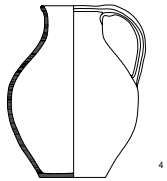
Lucernas

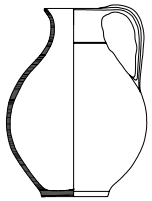
Jarros


1

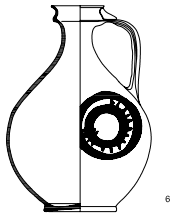

2


3


4

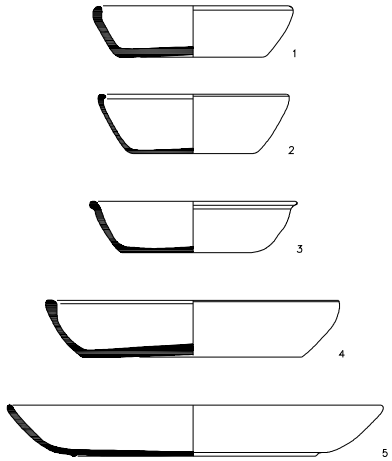

5

Púcaros e Jarros

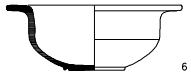

6

Necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia
Cat. n.º 15 / Esc. 1:10

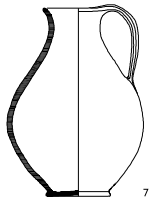
Pratos e prateiras

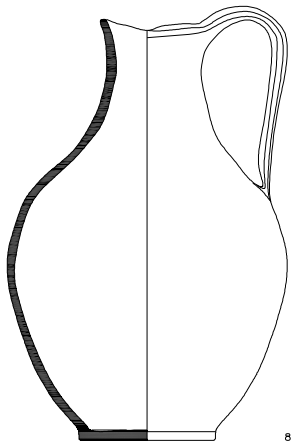


Taças

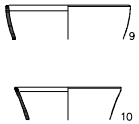


Púcaros

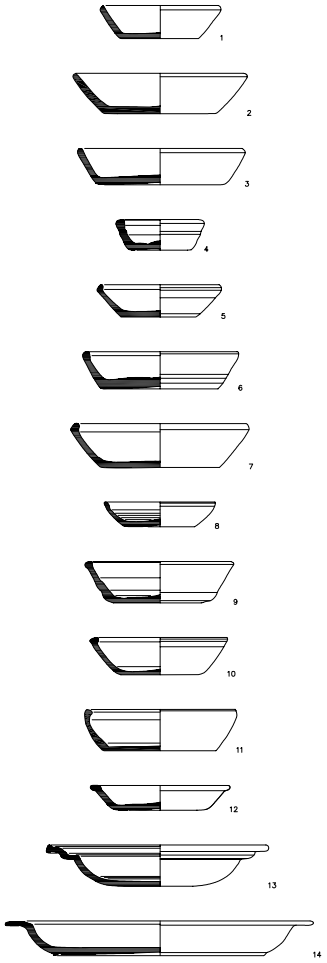




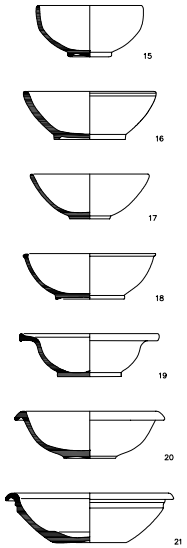
Vidros



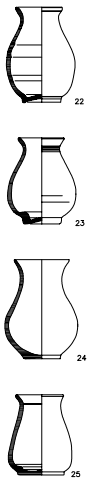
Pratos e Prateleiras



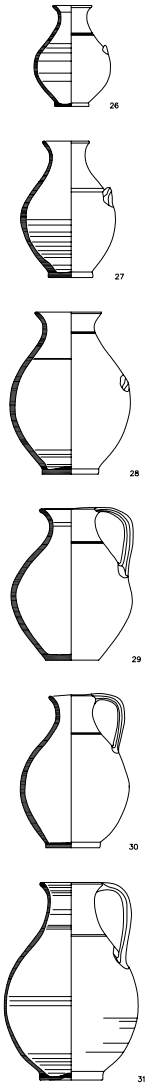
Taças

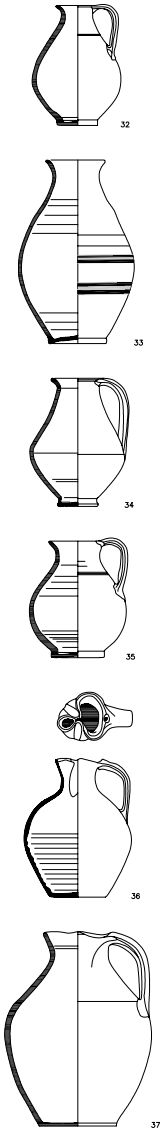


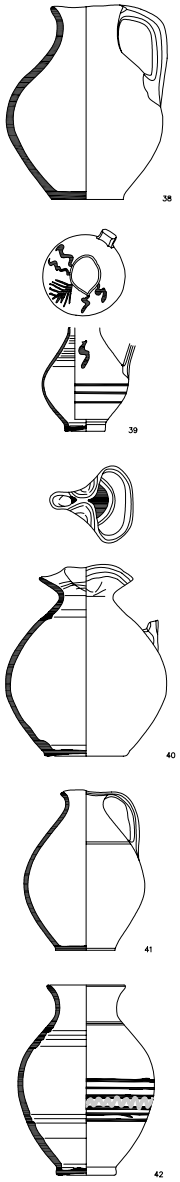
Copos



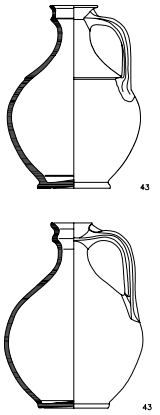
Púcaros e Jarros



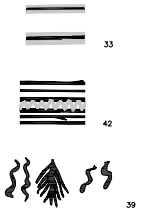




Bilhas

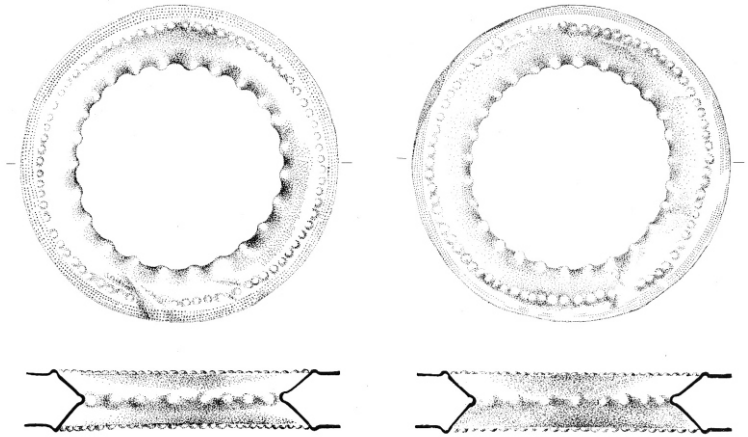


Decorações



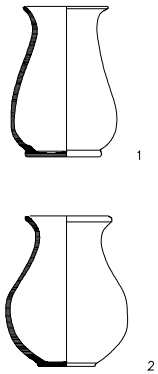
Vidros

Necrópole da Maganha, Santiago do Bougado, Trofa
Cat. n.º 33 / Esc. 1:10

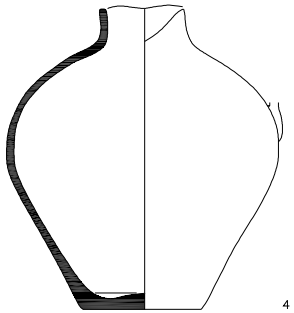


Necrópole de São Cristovão do Muro, Muro, Trofa
Cat. n.º 52 / Esc. 1:10

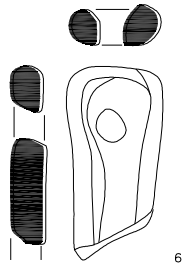
Copos



Jarros

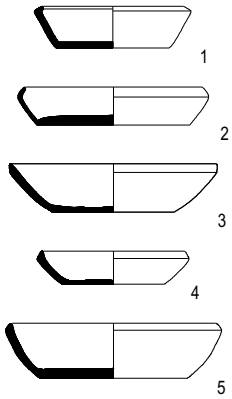


Pesos de tear

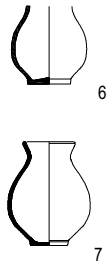


Necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso
Cat. n.º 56 / Esc. 1:10

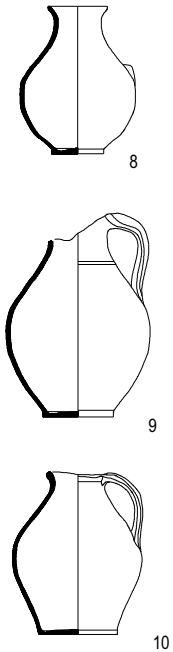
Pratos e prateiras



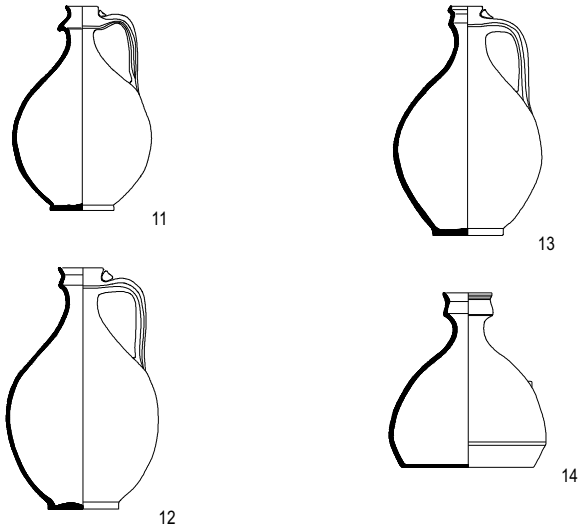
Taças



Púcaros e Jarros



Bilhas



Necrópole de Azurara, Árvore, Vila do Conde
Cat. n.º 63 / Esc. 1:10

Bilhas

4.1.7. Epigrafia funerária

Ao contrário de outras áreas do convento bracaraugustano, onde são abundantes as referências epigráficas de âmbito funerário, a partir das quais é possível abordar o estudo da sociedade, a área entre Leça e Ave, apesar da abundância de necrópoles (16) apenas se conhecem seis monumentos epigráficos funerários, dos quais dois não conservam inscrição. Esta realidade, em aparente contradição com os registos arqueológicos, reveladores um elevado índice de romanização, poderá encontrar explicação no facto de os contextos funerários identificados corresponderem a assentamentos de âmbito rural que, numa primeira fase, correspondem a ambientes de menor índice cultural, ao invés da esfera de núcleos mais populosos, propícios à adopção de hábitos e conceitos estéticos romanos[267]. Outro factor que eventualmente poderá explicar a escassez de epígrafes funerárias decorre da natureza dos achados, na esmagadora maioria de natureza fortuita, na inexistência de assentamentos escavados com metodologias actuais e, também na pequena dimensão da área de estudo.

Nº Inv.	Lugar	Classificação	Dedicante	Defunto	Correspondência com a necrópole
27.	Alvarelhos	Ara	*Madequisenses*	*Ladronus Antonius*	*Aglomerado urbano secundário* / *vicus* de Alvarelhos
70.	Vila Boa, Guilhabreu	Ara	*Uliancae*	*Lanasus*	*Villa* romana de Vila Boa/Paiço
70(1).	Vila Boa, Guilhabreu	Ara (*anepigrafe)*	---	---	*Villa* romana de Vila Boa/Paiço
70(2).	Vila Boa, Guilhabreu	Ara (*anepigrafe)*	---	---	*Villa* romana de Vila Boa/Paiço
73.	Modivas de Baixo	Estela	Severus	Flavius	?
80.	Santa Maria de Vilar	Estela	?	?	*Villa* romana de Santa Maria de Vilar

A lápide recolhida em 1972 no lugar de Sobre-Sá, Alvarelhos, deslocada do seu contexto arqueológico original, erigida pela colectividade dos *Madequisenses*, apesar de fácil leitura, coloca sérias dificuldades de interpretação devido ao facto de se apresentar incompleta na sua fase terminal, criando uma certa indefinição no propósito que justificou a erecção do monumento que, ao longo das últimas três décadas, deu origem a diferentes interpretações.

Numa primeira abordagem, Alain Tranoy e Patrick le Roux (LE ROUX; TRANOY 1974, 252), interpretaram a última linha como constituindo uma referência ao antropónimo - *Almo*[*nis*][268] que, na opinião de Amílcar Guerra, para quem a solução do problema se deve manter em aberto (GUERRA 1998, 189), teria a favor a circunstância de uma expressão como *animo libens* ser típica das inscrições votivas e estranhas a homenagens deste tipo, todavia, devido ao facto da forma onomástica *Almo[nis]* constituir um *hapax*, retira consistência à proposta.

Carlos Faya Santarém, em 1977, apresenta sensivelmente a mesma versão, propondo uma alternativa para a linha 9, identificando o cognome *Almus*, em dativo – *ALMO*.

Armando Coelho, a propósito das organizações gentilícias entre Leça e Ave, concorda genericamente com as leituras anteriores com excepção das linhas 7, 8 e 9 onde, a partir da identificação de pontos de separação entre *Ladrono* e *Camali*, na linha 7, de *Camali* e *f(ilio)* na linha 8, dois outros a separar *A(nimo) de L(ibents)* e este de *MO[NUMENTUM ?]* permitiram ao autor efectuar a seguinte leitura;

[267] A propósito das fontes epigráficas do território de *Aqva Flaviae*, Rodrigues Colmenero aborda um amplo conjunto de referências epigráficas de âmbito funerário cujo horizonte cronológico se desenvolve desde meados do séc. II até ao início do séc. IV, que, na perspectiva do autor, revelam uma autêntica eclosão cultural do mundo indígena, cujas minorias aprendem a escrever revelando-se, a partir dessa fase, não apenas como rígidos imitadores dos estereótipos romanos para se tornarem geradores de uma cultura de fusão, dai que junto a epitáfios com séries nominais, plenamente latinas, se identificam outras de origem autóctone ou mistas (COLMENERO 1987, 258).
[268] Pai de *Antonius* em genitivo.

Made / quis(enses) / statum/erunt / Ladro/no · Ca/mali · f(ílio) / António / a(nimo) · l(ibentes) · mo[numentum ?].

A leitura do epíteto, apesar de incompleto, conforme reconhece o autor (SILVA 1980, 84), permitiu identificar a inscrição como funerária, fundamentalmente pelo seu sentido gramatical e pelos paralelos de formulário, designadamente do verbo *statuerunt …monumentum* para os quais cita inúmeros paralelos.
Neste sentido, a inscrição foi erigida pelos habitantes do castro (*Castellum Madiae*) à memória e em homenagem a *Ladronus Antonius*.

Posteriormente, Alain Tranoy, apresentou uma perspectiva que não considera uma natureza funerária para o monumento interpretando-o como um marco de limite de território, na circunstância, da colectividade dos *Madequisenses* e de uma outra que não é mencionada na epígrafe.

> (…) *Mas o documento mais interessante sobre este aspecto é um cipo de granito encontrado no lugar de Monte do Castro (Alvarelhos, Maia, Porto), no qual o texto faz alusão a uma decisão tomada por uma colectividade em presença de personagens cujo papel não é claro, o texto está incompleto; a aura geral do monumento faz pensar num limite. O seu conteúdo é o seguinte CA/MALI F(ilio) / ANTONIO / ALMO / … . Apesar das lacunas desta inscrição e a ausência de precisão sobre o conteúdo que justifica a medida tomada pelos Madequisenses, expressa pelo verbo statuerunt, proporíamos ver neste documento a marca de um limite do território dos Medequisenses, estabelecido em presenças de representantes do seu grupo e, provavelmente, de uma outra colectividade que não é mencionada sobre o fragmento conservado* (…)(TRANOY 1981, 376).

Em 1992, quando abordamos o estudo da epígrafe, enquadrado na revisão dos documentos latinos do concelho de Santo Tirso (MOREIRA 1992, 19), adoptamos a interpretação de Armando Coelho com base nos critérios paleográficos e na valorização do contexto de proveniência da epígrafe, assim como da interpretação do posicionamento hierárquico do castro de Alvarelhos no quadro do ordenamento do povoamento da proto-história da região maiata e da identificação da comunidade dos *Madequisenses* como colectividade sedeada no castro, cujo assentamento terá desempenhado funções de "lugar central" no decurso da Fase II, que mantemos.

A considerar a datação do monumento segundo o critério paleográfico sugerido por Armando Coelho, que data a epígrafe dos meados do séc. III (SILVA 1980, 85), momento em que o contexto arqueológico do assentamento, agora identificado como *aglomerado urbano secundário* / *vicus*, apresenta uma realidade sociológica se reporta a uma comunidade de elevado índice de romanização, a epígrafe assume uma importância significativa enquanto documento que retrata a sociedade galaico-romana, neste caso expressa na homenagem a *Ladronus Antonius*, individuo cuja onomástica manifesta, pelo nome do pai – *Camalus*[269], e pelo seu próprio – *Ladronus*[270] –, já associado a um gentilício latino – *Antonius –,* a vitalidade e permanência das tradições indígenas num meio profundamente romanizado.

[269] O antropónimo indígena *Camalus*, interpretado como de origem céltica por Untermann (UNTERMANN 1965, 85-86), encontra-se amplamente representado na Galécia e é particularmente típico da região de Braga onde surge 15 vezes (TRANOY 1981, 35)
[270] *Ladronus*, também antropónimo indígena, é menos frequente, mas manifesta-se também em outros monumentos da região.

A ara funerária de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde, identificada em contexto arqueológico do tipo *villa* (4.2. *O povoamento Catálogo das estações*, n.º 70), revela uma leitura extremamente difícil por se tratar de uma gravação de fraca qualidade, muito irregular, em letra cursiva que deu origem a inúmeras interpretações, que não questionaram a natureza funerária indiscutível do altar.

A leitura que adoptamos, de autoria de Armando Coelho (SILVA 1980, 82-83), parece-nos a mais viável tanto do ponto de vista paleográfico como de enquadramento arqueológico no contexto da romanização da área meridional do convento bracaraugustano, no qual se deve valorizar o papel agregador do *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos no contexto do povoamento regional, assim como dos assentamentos de carácter rural com ele relacionados, como é o caso da *villa* romana de Vila Boa / Paiço, de onde provêm a epígrafe e do qual apenas dista cerca de um quilómetro.

(EX) (castro / castello) U/LIAIN/CA(*rum* ?) · LAN / ASUS / MEBDI / (EX) (*castro/castello*) FI(*duenearum* ?) / AN(*norum*) LXX.

Lanasus, filho de *Mebdus*, do castro dos *Fidueneae* (?), falecido aos 70 anos, (aqui está sepultado). Os habitantes do castro dos *Ulaincae* (erigiram este monumento).

A onomástica revela-nos o carácter totalmente indígena dos etnónimos e antropónimos. *Lanasus*, pouco frequente, não encontra paralelos regionais, enquanto, *Mebdus* documenta-se, em pelo menos dois monumentos do convento bracaraugustano[271].
Como é frequente a idade apresenta-se sob a forma de múltiplo de cinco confirmando a tendência generalizada de arredondamento nas idades adultas[272].
De salientar a referência a duas unidades gentilícias, uma das quais nos surge como entidade colectiva a erigir o monumento à memória de um indivíduo originário de uma outra que, poderá ser a dos *Fidueneae*. A sua datação, segundo Armando Coelho, atendendo às características paleográficas e epigráficas poderá situar-se no séc. IV. A sua forma, ao contrário das estelas, que marcavam simplesmente o local da sepultura, evidencia um elevado índice de romanização, uma vez que a ara assume-se como o centro do culto que os vivos prestavam aos deuses *Manes* do defunto.
Alain Tranoy considera que a estrutura do texto sugere que *Lavasus* pertenceu a um grupo distinto ao do seu pai, *Mebsus*, o que justificaria a referência à outra entidade gentilícia, podendo esta corresponder ao resultado de uma acordo *d´hospitium* entre *Lavasus* e os membros desse grupo (TRANOY 1981, 373).
Merecem ainda referência duas outras aras anepígrafas identificadas na mesma necrópole, no aro de influência directa do *vicus*.

A estela proveniente de Modivas (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 73), dedicada a Severo, à qual se não associa directamente qualquer assentamento, representa o tipo de monumento estritamente ligado à população rural autóctone de baixa condição.

D(*is*) M(*anibus*) S(*acrum*) / SEVERO / FLAVI(*i*) F/ILIO AN(*norum*) / XXX S(*ito*) ES (*t*) ....
A Severo, filho de Flávio, de 30 anos. Aqui está sepultado....

[271] Botelhas, Vila Real, *CIL* IIS, 5556 e Carquere, Lamego *CIL* IIS, 5580; *ILER* 4139, (SILVA 1980, 84, nota, n.º 20).
[272] Os valores dos dados etários identificados nas epígrafes funerárias, nomeadamente para a análise da demografia antiga, foi alvo de inúmeros estudos, sendo de considerar que os dados não permitem uma aproximação segura como se vem demonstrando em vários estudos de âmbito regional (REDENTOR 2002, 224).

As suas características formais enquadram o tipo de estela rude, grosseiramente desbastada, onde o lapicida adapta o epitáfio às irregularidades da superfície e do recorte. As características formais da epígrafe, assim como a consagração aos deuses Manes, relativamente tardia na região, leva-nos a considerar que a sua cronologia poderá situar-se no séc. III-IV.

Por último, a estela anepígrafa proveniente de Santa Maria de Vilar (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 80), associa-se ao conjunto de vestígios que se relacionam com a *villa* romana identificada no mesmo local (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 79). Apresenta uma decoração muito delida, composta por um triscelode três braços em baixo relevo, localizado na face superior da estela. No centro, a partir do tríscele, longitudinalmente, desenvolvem-se dois sulcos paralelos entre si, gravados em baixo relevo que sugerem uma divisão do campo epigráfico do monumento.
A inscrição é actualmente ilegível devido ao profundo desgaste da superfície da estela, sendo apenas possível identificar alguns caracteres, já muito pouco marcados, que apenas permitem identificar o tipo de letra como cursiva de cronologia tardia (séc. III-IV).

Necrópoles

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. C.	U. F.	Aptidão agrícola	Correspondência ao *assentamento*
2.	Forca	Stª Maria de Avioso	Maia	90 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1 F1	Castro de Avioso (Cat. n.º 9)
4.	Quelha Funda	Gueifães	Maia	78 m	Necrópole	área social	área social	área social	?
13.	Agra da Portela	Vermoim	Maia	90 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Castro de Avioso (Cat. n.º 1 / 9)
15.	Bicas	V.N. Telha	Maia	60 m	Necrópole	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Casal – Vila Nova da Telha (Cat. n.º 16)
23.	Montedouro	Perafita	Matosinhos	35 m	Necrópole	Cd4.1	Ltp1	A2/F1	?
24.	Pampelido	Perafita	Matosinhos	10 m	Necrópole	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	?
30.	Rorigo Velho	Santiago de Bougado	Trofa	35 m	Necrópole	Fd3.1	Qa2	A1/0F2	*Villa* - Rorigo Velho (Cat. n.º 31)
32.	Lantemil	Santiago de Bougado	Trofa	70 m	Necrópole	Lu1	Lxo2	A0/F3	?
33.	Maganha	Santiago de Bougado	Trofa	49 m	Necrópole	Fd3.1	Qa2	A1/F1	Casal – Bairros ? (Cat. n.º 35)
34.	Bairros	Santiago de Bougado	Trofa	25 m	Necrópole	Te5.1	Qxs1	A2/F1	Casal – Bairros (Cat. n.º 35)
52.	Muro	Muro	Trofa	145 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	?
56.	Devesa	Santo Tirso	Santo Tirso	61 m	Necrópole	Área social	Área social	Área social	*Villa* - Devesa (Cat. nº 57)
63.	Areias	Azurara	Santo Tirso	9 m	Necrópole	Ah1.1	Lrp2	A0/F3	?
68.	Guilhabreu	Guilhabreu	Vila do Conde	159 m	Necrópole	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	*Villa* – Vila Boa / Paiço (Cat. n.º 69)
70.	Vila Boa	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	*Villa* – Vila Boa/ Paiço (Cat. n.º 69)
74.	Arões	Mosteiró	Vila do Conde	80 m	Necrópole	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	*Villa* – Mosteirô (Cat.nº 75)

Epigrafia Funerária

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. C.	U. F.	A. A.	Dedicante	Defunto	Correspondência com a necrópole
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Ara	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	*Madequisenses*	*Ladronus Antonius*	Necrópole de Avarelhos, Cat. 27
70.	Vila Boa	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Ara	Te10.1	Qgp1	A1/F1	*Uliancae*	Lanasus	Necrópole de Vila Boa, Cat. 69
73.	Modivas de Baixo	Modivas	Vila do Conde	24 m	Estela	Cd4.1	Ltp1	A2/F1	?	Severus	?
80.	Igreja	St.ª Maria de Vilar	Vila do Conde	51 m	Estela	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	?	?	?

4.1.6. Epigrafia votiva

Os vestígios epigráficos conhecidos entre Leça e Ave documentam a existência do culto a apenas três divindades romanas (Júpiter / Marte / Génio) e a duas divindades indígenas (*Cosus* / *Turiacus*).

Nº Cat.	Lugar	Freguesia	Concelho	Dedicante	Divindade	Datação	Enquadramento arq.
10.	S. Pedro de Avioso	Avioso	Maia	C.S.F.	Valmus ou Valanis	---	---
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	Saturninus	*Genio*	séc. I	*vicus* (Cat. n.º 27)
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	Arquius Saurus	*Marte*	---	*vicus* (Cat. n.º 27)
37.	Q. do Corgo	Burgães	Sto Tirso	Severus	*Cusuneneoeco*	---	*villa* (Cat. n.º 38)
42.	Monte Padrão	M. Córdova	Sto Tirso	Fus (?)	?	---	*Castellum* (Cat. 42)
59.	S. Bartolomeu	Santo Tirso	Sto Tirso	Severus	*Neneoeco*	---	---
60.	Mosteiro	Santo Tirso	Sto Tirso	Lucius	*Turiaco*	séc. I	*villa* (Cat. n.º 57)
66.	Soutelo	Fornelo	V. do Conde	---	*Jupiter*	--	*villa* (Cat. n.º 66)

Divindades romanas

O culto ao *Genius* não conheceu um particular enraizamento no noroeste peninsular, sendo conhecidas no convento bracaraugustano apenas três dedicatórias oficiais identificadas em Braga[273] e três invocações de entidades locais – *Tongobricences, Laquinenses, Tiauranceaicus* (ENCARNAÇÃO 1985, 43; GARCIA 1991, 357). O culto ao Génio, neste caso invocado a título privado, identifica-se na ara procedente de Alvarelhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27), e na epígrafe da Quinta de Rios de Cima, freguesia de Caires, concelho de Amares[274] constituindo os únicos exemplos de dedicatórias privadas.

A epígrafe de Amares revela algumas particularidades que a distância da epígrafe de Alvarelhos, designadamente a origem do dedicante e algumas características paleográficas, como seja, a menção da divindade no final, após a referência do dedicante. Segundo a leitura de José de Encarnação – Q(*uintus*) · SABI/NVS · FLOR/RVS · GEN/IO · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*) – Quinto Sabínio Floro cumpriu de bom grado o voto ao Génio, digno de merecimento.

A epígrafe de Alvarelhos não apresenta dificuldades de leitura e tem sido unanimemente desdobrada da seguinte forma – GENIO / SATUR/NINVS / CATVR/ONI(*u*)S F(*ilius*) / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo*).

O facto de na epígrafe de Alvarelhos o deus ser mencionado sem qualquer tipo de epíteto indígena tem sido interpretado como sendo um marco no processo de romanização, que aqui é reforçado pelo facto de o dedicante ser indígena e pelas características formais da própria epígrafe designadamente, a estrutura textual e a utilização da fórmula final consacratória - *votum solvit libens animo*, que revelam uma profunda aculturação.

Alain Tranoy ao referir-se ao culto da divindade tutelar romana *Genius*, tece um conjunto de considerações sobre a importância da epígrafe de Alvarelhos, que transcrevemos, por retratarem integralmente a importância documental da mesma, assim como pelo facto de constituírem um importante elemento na fundamentação da importância do *aglomerado urbano secundário* / *vicus* de Alvarelhos em época romana, no quadro do ordenamento do povoamento regional. Assim, a invocação ao Génio do lugar, sem a menção do epíteto, acontece por este ser desnecessário devido ao carácter privado da invocação indiciando, portanto, uma romanização florescente e reflectindo a existência de um importante local de culto integrado obviamente num aglomerado populacional relevante.

---

[273] GENIO / AVGUSTI [...] (CIL II 5123; ILER 550; VASCONCELOS 1905, 326; TRANOY 1981, 328; GARCIA 1991, 379); GENIO / [C]AESARIS / [...] (BELLINO 1904, 101, VASCONCELOS 1905, 326; TRANOY 1981, 328; GARCIA 1991, 379); GENIO / MACELLI / FLAVIVS / VRBICIO / EX VOTO / POSVIT / SACRUM (*CIL* II 2413; ILER 547¸VASCONCELOS 1905, 294; TRANOY 1981, 322; GARCIA 1991, 379).

[274] A ara de Rios de Cima, concelho de Amares, foi identificada em 1983 por José Pedro Ribeiro e publicada em 1985 por José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1985, 41-49).

(...) *Cet autel présente la particularité d'être surmonté d'une pomme de pin à l'emplacement habituel du focus: en invoquant son Genius , Saturninus fait un voeu pour s'attirer les faveurs du dieu et des gages d'immortalité dans l'au – delá, symbolisé par la pomme de pin, décor classique des monuments funéraires. Cet autel est aussi un jalon dans l'évolution des cultes du Nord-Ouest. De nombreux dieux indigènes attestés par l'épigraphie ont un rôle tutélaire qui put être, dans une première étape, assimilé au contenu d'un dieu romain dans des dédicaces mixtes avec un Genius, suivi d'un surnom indigène; l'evolution aboutit à la disparition du surnom local au profit du seul dieu romain: c'est ce processus qui est illustré par l'autel d'Alvarelhos où le Genius recouvre probablement une divinité locale dont le décor rapelle le caractère funeraire.* (....) (TRANOY 1981, 322).

Outra perspectiva de análise sugerida consiste na possibilidade da dedicatória ao Génio constituir a entidade tutelar pessoal do dedicante, neste caso, imanente do próprio indivíduo, como sugere Pierre Grimal (GRIMAL 1992, 183)[275] e Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS 1905, 194)[276].
A personagem que dedica o monumento, *Saturninus,* identifica-se segundo o tradicional sistema onomástico de natureza paleohispânica, através de um patronímico indígena – *Caturonius*[277] –, que se sucede a um nome individual – *Saturninus*[278] – este já latino.

O culto a ***Marte*** documenta-se na pátera de prata proveniente do *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27). A sua interpretação tem levantado inúmeras dificuldades que tem vindo a limitar a sua valorização arqueológica.
A interpretação se *SAVR* (...), como teónimo indígena, ou, em contrapartida, como um cognome desconhecido do dedicante, dividiu as interpretações dos vários autores que se debruçaram sobre o seu estudo.
Contam-se entre os partidários da interpretação de Hübner, Leite de Vasconcelos, Blázquez e Encarnação, que consideram a abreviatura de *SAVR* (...), como correspondente ao nome do deus (VASCONCELOS 1905, 310-311; BLÁZQUEZ 1962, 124; ENCARNAÇÃO 1975, 273). Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Alain Tranoy, valorizando a representação figurativa da pátera, que corresponde iconograficamente a Marte, interpretam SAVR (...), como cognome abreviado do dedicante, em conformidade com a estrutura do texto, conforme com as regras de expressão dos nomes dos libertos, onde, inclusivamente, o nome do dedicante é também abreviado (ALMEIDA 1969, 28-29; TRANOY 1981, 314)[279].
Alain Tranoy cita paralelos de âmbito regional cuja iconografia se assemelha à presente pátera, que, em certa medida, reforçam a interpretação da figura central como Marte, a quem era dedicada. Refere-se, nomeadamente à estatueta proveniente do santuário da N.ª Sr.ª da Piedade, Penafiel[280], e a

[275] (…) *Na mitologia romana, os Genii – Génios – são seres imanentes não só de cada individuo, como, também, a cada lugar, a cada pessoa moral (sociedade, colégio, cidade etc.) cujo ser espiritual simbolizam. Nascem ao mesmo tempo que o homem ou que a coisa a que estão ligados e têm como função essencial conservar a sua existência* (…) (GRIMAL 1992, 183).
[276] (…) *Juntamente com os Lares … os romanos tinham o Genius, que exprime o que há mais subtil na concepção do ser divino … Havia não só Génios de sítios determinados (fontes, etc.), mas de cidades, de indivíduos e de povos* (…) (VASCONCELOS 1905, 194).
[277] É particularmente frequente na onomástica local e regional que tem por base o nome indígena *Caturo* que apresenta uma latinização por aproximação sendo a terminação em *ius*.
[278] Apesar de não ser muito abundante na região regista-se na ara votiva de S. Bartolomeu, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 59), na filiação do dedicante e tem vindo a ser apontado como relacionado com a antroponímia pré-romana (KAJANTO 1982, 18).
[279] Esta interpretação é também seguida, ainda que timidamente, por José Garcia (GARCIA 1991, 527-528, n.º 602). Olivares Pedreño, em estudo recente sobre os deuses indígenas do noroeste, aborda a problemática da interpretação da epígrafe sem, no entanto, definir uma posição (PEDREÑO 2000, 76-77).
[280] A estatueta foi encontrada na abertura dos alicerces da basílica em 1886 (SOEIRO 1984, 86, est. V). A comparação das duas representações revelam semelhanças assinaláveis, nomeadamente nos ícones que identificam o deus. Também neste caso se verifica um capacete do tipo coríntio com penacho, assim como uma túnica que cobre uma couraça anatómica com fechos bem marcados ao nível dos antebraços. As *ocreas* metálicas são idênticas em ambas as peças. A datação apresentada pela autora, que segue Garcia y Bellido, aponta para os séc. II-III da nossa era, justificando-se a sua presença no noroeste pelo seu baixo valor económico em comparação à grande estatuária (SOEIRO 1984, 86).

uma outra em depósito no Museu Soares dos Reis, Porto, de proveniência desconhecida (TRANOY 1981, 314). Jorge Alarcão propõe uma interpretação que considera a possibilidade da pátera ter sido consagrada por uma terceira pessoa, neste caso *Saur,* cujo desdobramento seria de *Saurus*, indivíduo que teria actuado em nome do verdadeiro dedicante, interpretado pelo autor como *Sextus Arquius Cimber* (ALARCÃO 2000, 49). O deus, segundo o mesmo autor, estaria representado na pátera que, atendendo ao enquadramento arqueológico regional poderia ser *Cosus*. A partir desta proposta teríamos como desdobramento;

S(*extus*) · ARQVI(*us*) · CIM(*ber*) // L(*ucius*) · S(*aurus*) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)
Sexto Arquio Cimber através de Lúcio Sauro [a *Cosus*] cumpriu o voto de boa mente.

Seguindo o mesmo raciocínio e aceitando como dado adquirido que a divindade que se encontrada representada de forma figurada, na expressão indígena de *Cosus* ou na expressão romana de *Marte*, quanto a nós a interpretação mais ajustada, atendendo ao simbolismo formal do objecto, será a de admitir dois dedicantes;

S(*extus*) · ARQVI(*us*) · CIM(*ber*) // L(*ucius*) · S(*aurus*) · V(*otum*) · S(*olverunt*) L(*ibentes*) · M(*erito*)
Sexto Arquio Cimber e Lúcio Sauro [a *Cosus* / *Marte*] cumpriram o voto de boa mente.

A pátera constitui uma peça única no noroeste e dada a escassez de representações semelhantes indica que esta poderia ser produto de um centro produtor extra peninsular, eventualmente da Gália, valorizando a fidelidade de representação do deus adulto com atributos militares[281].
Das condições de enterramento da peça, assim como do seu contexto arqueológico e estratigráfico nada sabemos, facto que limita a sua interpretação, uma vez que esta poderia ser um ex-voto depositado num templo ou simplesmente pertencer a um estabelecimento civil integrada num *lararium*.

O culto a ***Iupiter*** no noroeste peninsular ocupa um lugar de particular preponderância. Em termos político-religiosos, na opinião de Cardim Ribeiro, o seu culto assume um papel semelhante ao culto imperial das sociedades urbanas do sul da Península, concluindo-se, pela análise da sua distribuição, que existe uma evidente complementaridade enquanto "instrumento" em prol da integração das populações hispânicas (RIBEIRO 2002, 415).
Apesar de amplamente documentado em todo o convento bracaraugustano[282] na área em estudo apenas se identifica através da estatueta de Soutelo, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 67).
Como detalhadamente se descreve no catálogo o pormenor que verdadeiramente assume um papel relevante na escultura é constituído pela "pedra de raio" que segura na mão direita, iconografia que se adequa à representação do deus detentor do terrifico poder de domínio sobre o fogo primordial – *Iupiter Fulgur, Fulguralis, Fulgurator, Fulminaris, Fulminator, Tonans, Tronitrator ou Tonitrualis* (SEVERO 1899-1903, 129-130; VASCONCELOS 1906, 329; 1913, 227, 232, fig. 104; CORREIA 1928, 288; MATOS 1966, 214-215; ALMEIDA 1969, 25; 1970, 9; 1970a, 77-82 ; CASTROVIEJO 1975, 3-4; FREITAS 1987, n.º 98; ALARCÃO 1988, 18, n.º 1/339; PINTO 2002, 123-125, n.º 1, 603 est. 1; RIBEIRO 2002, 415).

---

[281] Recentemente, Cardim Ribeiro (RIBEIRO 2002, 428-442), valorizando a sua vinculação centro-europeia, propôs uma nova leitura com base na interpretação da primeira sigla com que se inicia a epígrafe que, segundo o autor, remete para a expressão gaulesa *Segomo*, ou para o seu cariz como *numem* protector dos militares, ao ponto de com eles se metamorfosear, *Sagatus*, que prefere, atendendo ao facto de ser uma simples forma adjectival latina e da sua plena adequação à figura de Marte trajado de militar, enquanto o primeiro apelará ao carácter "galo-germânico" do antropónimo *Saurius* que supôs como o gentílico beneficiário do voto. Neste sentido, propõe Cardim Ribeiro - S(*egomoni vel Sagato*) · ARQVI(*us*) · CIM(*ini filius*) L(*ucio*) · SAVR(*io*) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*) – A Segomo ou Sagatus, Arquius filho de Cimin(*i*)us, por Lucius Saurius o voto cumpriu de bom grado e com razão.

[282] Das mais de uma centena de ocorrências registadas por Alain Tranoy verifica-se que o seu culto se revestiu de diferentes manifestações e protagonistas. Identificam-se dedicatórias oficiais de colectividades particulares e de meios romanizados e indígenas, com clara preponderância para esta última (TRANOY 1981, 315-321).

Existem inúmeras ocorrências do culto onde a divindade surge provida de um epíteto ou, como é o caso, associado a uma iconografia concordante por duas vias. A primeira associada à presença militar, mormente ao que respeita ao culto de *Iupiter Optimus Maximus*. A segunda através do possível sincretismo constatado entre esta divindade e a divindade indígena funcionalmente equivalente, certamente *Reva* (RIBEIRO 2002, 415).
A estatueta proveniente de Soutelo, cujo contexto arqueológico se encontra por avaliar, ao qual se associam, para além de vestígios de cerâmica de superfície, um tesouro tardo-romano recentemente descoberto (Jornal "*Público*", 5 de Maio 2002), corresponde a um bom exemplo do culto a Júpiter no meio indígena rural, revelador não só da manutenção de um culto local mas, fundamentalmente, de uma significativa abertura a influências externas em geral e ao mundo romano em particular, constatado no âmbito geográfico do convento bracaraugustano, apesar da significativa concentração de epigrafes junto das áreas de maior densidade populacional de Braga e Chaves (TRANOY 1981, 321).

Divindades indígenas

A interpretação epistemológica da palavra *Turiaco* foi abordada, em primeira mão, por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, cujos estudos se complementam (COELHO 1889, 375-377; VASCONCELOS 1905, 324-325). Segundo Leite de Vasconcelos a palavra seria composta por *Turi* + *acus*, cujo radical de origem céltica se identifica no irlandês *tor*, que representaria o primitivo *tür*, encontrando-se a fórmula *tor* com sentido de «senhor», «nobre» ou de «rei». O sufixo *acus*, também de origem céltica, serviu para formar nome de pessoas, povos e lugares, considerando-se a primitiva significação dos nomes assim formados adjectival possessiva (VASCONCELOS 1905, 253). Neste sentido, numa interpretação literal, poder-se-ia entender a formação de Tur + i + acus, como «nosso senhor» ou «nosso deus».

O deus ***Turiaco*** documenta-se na epígrafe de Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60). A sua interpretação em estudos mais recentes tem vindo a estabelecer duas linhas interpretativas distintas.
A primeira assume a designação da divindade *Turiaco* como um epíteto que corresponderá ao deus *Cosus* com correspondência a Marte no panteão romano. A proposta de Jorge Alarcão (ALARCÃO 2000, 48), que sustenta na possibilidade da existência de um "cantão" *Torebriga* ou *Turebriga* como sede em *Tureia* ou *Turaia*, integrado, segundo o autor, no território dos *Callaeci,* é formulada a partir da interpretação da dedicatória de Lúcio Valério Silvano ao deus indígena *Turiacus*, epíteto que relaciona com o deus *Cosus* (*Nemetati*), - *Cosus Turiacus* -, divindade protectora do cantão *Tureia* ou *Turaia*, eventualmente identificado com Alvarelhos, estabelecendo ainda o autor uma relação com a paróquia suévica – *Torebria* -, que Almeida Fernandes localiza no concelho de Penafiel.
A opinião de Olivares Pedreño, que, à semelhança de Alain Tranoy (TRANOY 1981, 278) e José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1975, 294), não concorda com a identificação de *Turiaco* como divindade aquática defendida por Bláquez (BLÁZQUEZ 1962, 196), afirmando estarmos perante um apelativo cujo teónimo se desconhece que pode não estar relacionado com hidrónimos uma vez que a raiz se encontra em outros epítetos, valorizando o contexto geográfico onde se identificam três epigrafes dedicadas a *Cosus*, ponderando a possibilidade de estarmos perante uma dedicatória a esse deus (PEDREÑO 2000, 71).

A segunda perspectiva de análise, valorizando uma abordagem de carácter regional, identifica o deus *Turiaco* numa óptica Dumeziliana, aceitando uma proposta estruturante da existência de uma tríade funcional, representada de forma simplista pela *sabedoria* (*Jupiter*), da força (*Cosunea*) e da fecundidade (*Turiaco*) (SILVA 1999, 64-65). A proposta interpretativa baseia-se também na interpretação da estrutura do povoamento regional, na presunção de uma hierarquia dos assentamentos e, fundamentalmente, em

aspectos de carácter sócio-cultural, expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, de expressão regional, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populus*. Referimo-nos, em concreto, às epígrafes provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira[283] e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41). Nesta perspectiva, *Turiaco*, assume-se como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade, que, conjuntamente com *Iupiter* e *Cosunea*, esta última explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães, no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na ara de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria uma tríade de divindades superiores.

Recentemente, F. Villar sugeriu que a inscrição poderia eventualmente ser dedicada a *Reve* estando o teónimo subentendido (VILLAR 1993-95, 364-365), sendo *Turiaco* um adjectivo derivado do hidrónimo *Turia*.

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico-arqueológico da *legio VI Victrix* sugeriram a Alain Tranoy uma datação no período Júlio - Cláudio (TRANOY 1980, 278). Patrick le Roux, valorizando o carácter tópico da divindade, relaciona o monumento com a estadia da VI *Victrix* na Hispânia, cuja cronologia se encontra balizada entre o reinado de Augusto e a imposição de Galba, adiantando o período posterior à censura de Cláudio como datação provável da epígrafe, conjecturando que esta teria sido executada no âmbito de uma missão efectuada na região de Braga quando a legião se encontrava na região de Astorga / Leão (LE ROUX 2002, 116). Todavia, não será de desmerecer a possibilidade da sua origem se relacionar com a presença na região de um destacamento (*vexillatio*) da *legio VI Victrix*, possivelmente encarregada de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como as vias de ligação a *Lucus Augusti, Asturica* e, para sul, para *Cale*, como se vem documentando com outras referências epigráficas, nomeadamente a inscrição detectada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da Ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo.

O culto ao deus *Cosus* encontra-se expresso em duas epígrafes da área oriental do concelho de Santo Tirso, concretamente nas aras votiva de Burgães e de S. Bartolomeu (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 37, 59).
Na mesma linha analítica fundamentada na existência de uma estrutura trifuncional o culto a *Cosus* integraria o expressivo grupo da função guerreira, associada com *Mars*, integrando o grande conjunto representativo constituído pelas divindades designadas pelo radial *Cos /Cus* (SILVA 2007, 400).
Neste sentido, a epígrafe de Burgães insere-se no conjunto de referências de formas mais puras, documentadas num processo de aculturação progressivo, definido pelo acréscimo de um complemento em genitivo do plural como indicativo étnico ou como epíteto com o mesmo significado ou de carácter toponímico[284] ou qualificativo – *deo domeno Cusu Nemeoeco*. Neste sentido corre a opinião de Olivares Pedreño acrescentando que a identificação do deus *Cusu* não corresponde a uma categoria geral do tipo *Deus* ou *Genius*, mas sim ao nome da divindade, e que, desta forma, o epíteto provisto do sufixo *eco* não denomina o deus, constituindo sim um adjectivo (PEDREÑO 2000, 62-63).
Um segundo núcleo, a que pertence a epigrafe de S. Bartolomeu, cuja característica fundamental reside no facto de se subentender o teónimo, mantendo-se a referência ao epíteto dedicada ao *dom(ino) deo*

[283] Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[*osi*?]go T/uriaco / Fid(*uenearum*) Ate/nniens/es / l(*ibenter*) a(*nimo*) p(*osuerunt*) / h(*oc*) m(*onumentum*) / ae(*re*) l(*ecto*)?.
[284] Para José D'Encarnação o epíteto relacionar-se-ia com Nine, concelho de Guimarães (ENCARNAÇÃO 1970, 225-228).

Neneoeco, em concordância com a epigrafe de Burgães, apesar da divergência (m/n), observadas no radical que, na análise de Armando Coelho deverá ser entendido como um erro do lapicida (SILVA 2007, 400).

4.1.8. Os tesouros monetários

A monetarização da economia do noroeste peninsular decorreu, entre outros factores, da implementação de uma economia de mercado que maximizava e diversificava a exploração dos recursos com vista à criação de riqueza de forma a responder à tributação imposta por Roma, visto que o único interesse estratégico na região consistia na exploração dos recursos mineiros. Efectivamente, no período que antecede a reorganização administrativa da região, concretizada a partir do reinado de Augusto, as espécies monetárias eram pouco comuns e a sua função relacionava-se mais com questões culturais, constituindo mais um elemento de prestígio, propenso ao entesouramento, do que verdadeiramente a ser utilizado como meio de troca (CENTENO 1987, 281).
Grosso modo, os tesouros monetários, os achados avulsos e as ocorrências em contextos funerários identificados na região documentam dois períodos concretos da história do domínio romano no noroeste peninsular. O primeiro reporta-se à época do reinado de Augusto que se caracteriza por uma grande abundância de tesouros que revelam a insegurança sentida no noroeste[285] que se subdivide em dois momentos – antes 27 a.C. e depois de 27 a.C. –, que resultaram de diferentes motivações. O segundo, genericamente, enquadra um período compreendido entre o último quartel do séc. IV e meados do séc. V, correspondendo a um momento de instabilidade política e militar causada pelas invasões e pelos sucessivos episódios militares documentados na região, entre os quais o ataque a *Bracara Augusta* em 455 promovido por *Theudoricus II*, que culminaria com a captura e a execução de *Rechiarius* em 456, no âmbito de ataques contínuos por parte dos Visigodos a toda a região costeira da região bracarense que resultou na extrema dificuldade de abastecimento de numerário à península (PINTO 1995, 236).

As constantes rebeliões ocorridas na Hispânia no âmbito da depressão económica verificada após a morte de *Caesar* levariam à guerra conduzida por Roma contra Astures e Cântabros a partir do ano 43 a.C., com a participação pessoal de Augusto a partir de 26 a.C., que estabelece várias bases de operações no teatro de guerra, impondo uma presença militar no noroeste peninsular que viveria um período de instabilidade até 19 a.C., momento em que se dá por pacificada a região.
Neste contexto, correspondendo ao primeiro momento do primeiro período, enquadram-se os dois tesouros identificados no *castro* de Alvarelhos (*Castellum Madiae*) (6.1.24 *Numismática. Seriação, classificação e enquadramento crono-estratigráfico, 27(2) e 27(3))*, cujos espécimes mais tardios datam de 27 a.C.. O seu ocultamento relaciona-se directamente com as guerras cântabras, cujo fenómeno de entesouramento se encontra bem documentado na área meridional do noroeste peninsular, tendo originado um significativo número de ocultamentos[286].
Relativo ao segundo momento apenas se conhece um tesouro de sete numismas dos quais apenas quatro se identificam como do tipo *Caius* e *Lucius Caesares* (*Lugdunum*, 2 a.C. / 4 d.C.). Geralmente, os tesouro

[285] Rui Centeno identifica 17 conjuntos monetários no noroeste peninsular, cujos exemplares mais tardios são da época de Augusto que, comparativamente com as outras provinciais da Hispânia, constitui uma concentração muito elevada, apesar da circulação monetária na época ser muito inferior às demais províncias (CENTENO 1987, 210-211).
[286] Entre os vinte e três tesouros datados do reinado de Augusto identificados no nosso território são 6 os que cronologicamente se enquadram no período "Antes 27 a.C.", cujo enquadramento e motivação de ocultamento é o mesmo, aos que se poderiam juntar os 2 tesouros que integram o grupo "32 – 31 a.C." e os três de "32-31 a.C." – Grupo "Antes 32-31 a.C.; Valadares, Porto Baião (30 ex., 101 a.C. - 58 a.C.); Izeda, Bragança (4 ex., 147 a.C. - 46 a.C.); S. Mamede de Ribatua (43 ex., 148 a.C. - 46/45 a.C.). Grupo "32-31 a.C.; Citânia de Monte Mozinho, Penafiel (4 ex., 69 a.C. - 32/31 a.C.); Guiães, Vila Real (10 ex., 91 a.C. - 32/31 a.C.). Grupo "Antes 27 a.C." – Vila de um Santo, Viseu, Cota (29 ex., 118 a.C. – 32/31 a.C.); Monte Pereiro, Beja, Mértola, Corte de Pinto (300 ex., 44 a.C. – 27 a.C.), Carregal, castelo Branco, Penamancor (72 ex.(?), .. – Caesar Augustus); Herdade da Gralheira, Beja, Mértola (126 ex., 169/158 a.C. – 29/27 a.C.) (BARBOSA 1998-2002, 7- 144).

enquadrados cronologicamente neste período são entendidos como resultantes do clima de insegurança e instabilidade que se manteve após a guerra ter terminado, justificando-se assim que mais de metade dos tesouros deste horizonte cronológico recolhidos em território nacional se localizarem no norte do país. No entanto, será de considerar que muitos destes tesouros podem ter sido constituídos por mera necessidade e forma de protecção da economia privada.

Relativo ao segundo período são conhecidos na área de estudo sete ocultamentos dos quais apenas temos conhecimento detalhado do tesouro de Alvarelhos (*castellum Madiae*), cuja referência cronológica do espécime mais tardio (408 d.C.), permite datar o ocultamento da primeira metade do séc. V (6.1.24. *Numismática. Seriação, classificação e enquadramento crono-estratigráfico, 27(4))*, aliás confirmada pelas ocorrências em contexto habitacional.
Para além das ocorrências identificadas entre Leça e Ave, nomeadamente em Pidre (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 26), Alvarelhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 27(4)), Igreja (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 49), Soutelo (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 66), Vila Boa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 69), Chão das Cruzes (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 38), são conhecidas outras ocorrências na área meridional do convento bracaraugustano que correspondem a este período, embora constitua um aspecto da economia tardo-romana relativamente mal conhecida devido à escassez de estudos de classificação e seriação, assim como uma visão de conjunto da circulação monetária deste período.
Da visão geral da composição dos tesouros e da circulação monetária da região de entre Douro – Tâmega e Ave –, em cuja apreciação se insere o tesouro e as ocorrências em contexto arqueológico realizadas em Alvarelhos, do estudo realizado por Marcelo Mendes Pinto (PINTO 1995, 237), destacam-se os seguintes aspectos;

1.º) Abundância de peças para os períodos 335-341 [VI. 335 / 337 - Redução ponderal do *nummus* (passa a 1,61 gr.). Até à morte de Constantinus I (337) | VII. 337 - 341 - *Nummus* com 1,64 gr.. Reinado de Constantinus II, Constantius II e Constans]; 341-348 [VIII. 341 / 348 - As séries VICTORIAE DD AVGG Q NN (Ocidente) e VOT/XX/MVLT/XXX (Oriente)], 351-364 [X. 351 / 353/54 - Redução do Æ3. Expansão do tipo FEL TEMP REPARATIO (FH). Queda de Magnentius e desmonetização dos Æ2 (354) | XI. 354 / 356 - Æ3 FEL TEMP REPARATIO (FH) com 2,5 gr.| XII. 357 / 358 - Æ3 FELT TEMP REPARATIO (FH) com M (+- 2,1 gr.) | XIII. 358 / 361 - Introdução do Æ4. O tipo SPES REIPVBLICE (< 2 gr.) | XIV. 361 / 364 - Reinado de Julianus. Reforma de 363 (Æ3 com 2,9 gr.)];

2º) Acentuada rarefacção do numerário a partir de 364, representando as ocorrências de Valentinianus I e II, Valens, Theodosius I, Arcadius e Honorius uma percentagem ínfima em relação ao total;

3º) Constata-se uma predominância das emissões de Constantino I, Constantius II e Constans, sendo as cecas de Arelate e Roma responsáveis por cerca de 40% das emissões em circulação;

4º) Não se identificam emissões posteriores ao ano 425.
Esta conjuntura e índice de monetização da economia é, *grosso modo*, semelhante com a verificada em áreas do litoral mediterrânico da Tarraconense, tanto em ambientes citadinos como em áreas rurais, onde se verificam semelhanças nas representações percentuais das cecas predominantes, no volume de massa monetária circulante, assim como na escassez de numerário a partir da primeira década do séc. V (CARDONA 2007, 281-307).

Tesouros monetários

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	U. C.	U. F.	A. A.	Data	N.º de moedas	Cronologia	Correspondência ao assentamento
26.	Pidre	Agua Longa	Santo Tirso	140 m	Te5.1	Qgo2	A2/F1	1973	5 (?)	séc. IV	Pidre (Cat., n.º 26)
27(1).	Alvarelhos	Alvarelhos	Trofa	222 m	Cd2.4	Qxp1	A2/F2	1893	7 (?)	2 a.C – 4 d.C.	Alvarelhos (Cat., n.º 27)
27(2).	Alvarelhos	----	----	----	----	----	----	1964	523	---- _32 – 27 a.C	----
27(3).	Alvarelhos	----	----	----	----	----	----	1971	3481	211 a.C – 27 a.C	----
27(4).	Alvarelhos	----	----	----	----	----	----	1992	1500	260 – 408	----
38	Chão das Cruzes	Burgães	Santo Tirso	130 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	1841	Pote (?)	séc. IV-V	S. Simão (Cat., n.º 38)
49.	Igreja	S. Paio de Guimarei	Santo Tirso	196 m	Te13.2	Qds1	A2/F1	?	40 (?)	séc. IV-V	Igreja (Cat., n.º 49)
66.	Soutelo	Fornelo	Vila do Conde	109 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F1	2002	500	séc. IV-V (?)	Soutelo (Cat., n.º 66)
69.	Vila Boa	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	?	(?)	séc. IV-V	Vila Boa (Cat., n.º 69)

Achados avulsos

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	U. C.	U. F.	A. A.	Data	N.º de moedas	Cronologia	Correspondência ao assentamento
44.	Padrão	Monte Córdova	Santo Tirso	412 m	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	1951 – 56	3	Tibério – Vespasiano	Padrão (Cat., n.º 44)

Achados em contextos funerários

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	U. C.	U. F.	A. A.	Data	N.º de moedas	Cronologia	Correspondência ao assentamento
30.	Rorigo Velho	S. M. de Bougado	Trofa	35 m	Cd2.4	Qxp1	A2/F1	1939	5	Severo / Galieno	Rorigo Velho (Cat., n.º 30)
2.	Forca	Gemunde	Maia	90 m	---	---	---	1948 (?)	3	Galieno / Constâncio	Forca (Cat., n.º 2)

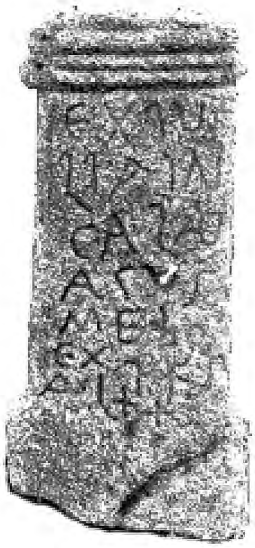
1. Ara votiva dedicada ao *Genio*. Castro de Alvarelhos - Cat. n.º 27

2. Lápide funerária dedicada pelos *Madequisenses*. Castro de Alvarelhos - Cat. n.º 27

3. Ara votiva dedicada a *Cusuneneoeco*. S. Simão, Burgães, Santo Tirso - Cat. n.º 37

4. Ara votiva dedicada a *Nemeoeco*. São Bartolomeu, Santo Tirso - Cat. n.º 59

5. Ara votiva a *Valmus ou Valanis*. S. Pedro de Avioso, Maia - Cat. n.º 10



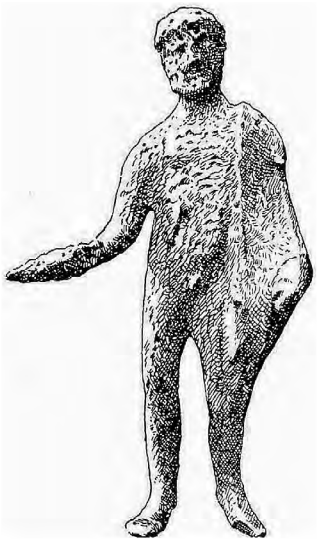
6. Ara funerária dedicada pelos *Ulaincae*. Guilhabreu, Vila do Conde - Cat. n.º 70

7. Lápide votiva dedicada a *Turiaco*. Mosteiro de São Bento, Santo Tirso - Cat. n.º 60

9. Lápide funerária dedicada a *Severo*. Modivas de Baixo, Modivas, Vila do Conde - Cat. n.º 73

10. Estela funerária, ilegível, Igreja de Santa Maria de Vilar, Vila do Conde - Cat. n.º 80

8. Pátera votiva dedicada a *Marte*, Monte Grande, Castro de Alvarelhos - Cat. n.º 27



11. Júpiter. Soutelo, Fornelo, Vila do Conde - Cat. n.º 66

4.1.9. Vias de comunicação terrestes

As vias de comunicação terrestres constituíram um dos principais elementos estruturantes do território e, consequentemente, um dos mais importantes factores de desenvolvimento político, económico e social. Funcionando como uma rede, as vias, permitiram a defesa e a afirmação de Roma sobre os territórios e os povos conquistados, estabelecendo ligações entre os diferentes núcleos populacionais, constituindo, dessa forma, o principal agente modelador das relações ciadade-campo. Em certa medida, como já referiram outros investigadores, o seu conhecimento constitui um dos elementos mais básico e elementar para a aproximação ao mundo romano (GESTO 1978, 80-81).

De certa forma, as vias são causa e efeito do povoamento, na medida em que relacionam as cidades e os núcleos populacionais aos lugares de interesse estratégico, político e económico, ao mesmo tempo que ao longo do seu traçado se desenvolvem novos núcleos habitacionais que aproveitam as facilidades que estas lhes oferecem. Desta interligação resulta que a topografia histórica e a evolução da ocupação do território encontram no conhecimento dos "caminhos" a primeira base para a sua explicação (BELTRÁN 1990, 45).

À semelhança de outras regiões, a principal via que cruza a área geográfica em análise foi alvo de múltiplos estudos e de referências sistemáticas[287], apesar de, só recentemente, ter sido objecto de um exame exaustivo que compreendeu todo o seu traçado (MANTAS 1996). No entanto, as vias secundárias, mais difíceis de identificar pela constante falta de vestígios estruturais e ausência de marcos miliários, mas não menos importantes para o estudo da romanização da região, só pontualmente foram estudadas de forma aprofundada[288].

O espaço geográfico definido entre Leça e Ave conheceu em época romana quatro vias que impulsionaram decisivamente o desenvolvimento económico da região. Apenas uma delas, a que fazia a ligação de *Bracara Augusta* a *Cale*, é referida no itinerário de Antonino, da qual se conhecem marcos miliários. Esta via, que acompanha toda a costa atlântica desde *Olisipo* a *Bracara Augusta* constituiria um eixo estratégico de interesse inter-provincial e terá funcionado como o elemento estruturante da maior importância no ordenamento do território da área meridional do *Conventus Bracaraugustanus*.

Embora seja actualmente possível propor percursos para todas as vias, que cremos aproximados da sua realidade, não se conservam restos visíveis que permitam classificar a sua estrutura de construção[289]. As pontes, elementos da maior importância para o estudo da viação romana, encontram-se globalmente bem preservadas na área de estudo, constituindo aqui um testemunho imprescindível de apoio à interpretação viária.

Via XVI do Itinerário de Antonino (*Bracara Augusta - Cale*)

A via XVI do *Itinerário de Antonino* (*ab Olisipone ad Bracaram Augustam)* efectuava a ligação com a Lusitânia através de um percurso paralelo à costa portuguesa passando por vários núcleos urbanos importantes.

O troço de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* constituía verdadeiramente uma via possuindo uma contagem de milhas contínua a partir da *caput viae – Bracara Augusta* –, até *Cale* num total de 35 milhas. Na área geográfica que definimos para o nosso estudo encontra-se bem delimitada por marcos miliários e por pontes

[287] Refira-se entre as obras generalistas os seguintes trabalhos; D. Rodrigo da Cunha (CUNHA 1634), J. Contador de Argote (ARGOTE 1732), João de Barros (BARROS 1919), Martins Capela (CAPELA 1895, 58-60, 132, 221, 226, 251), e com carácter mais parcelar e maior profundidade de análise, os trabalhos publicados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA 1968, 26-28; 1969, 15-19).

[288] Merece destaque o trabalho de Brochado de Almeida (ALMEIDA 1980, 151-170), que constitui actualmente uma referência incontornável para o estudo da romanização da região. No entanto, já anteriormente outros autores se tinham debruçado sobre o problema viário da região, nomeadamente Eugénio de Andrea e Agostinho de Azevedo (FREITAS 1950, 50-71; AZEVEDO 1939, 119), entre outros.

[289] Vasco Mantas sugere que a via pertenceria à categoria das *viae publicae* e parte do traçado à das *viae glareae strate*, ou seja, coberta de gravilha ou, eventualmente, de lajeado (MANTAS 2000, 59).

de indiscutível fábrica romana tendo sido estudada de forma mais ou menos sistemática, por vários autores (ALMEIDA 1968, 26-27; 1969, 15-19; ALMEIDA 1980, 155-156; LOPES 1995-97, 313-346; MANTAS 2000, 53-87).

Na sua direcção para norte, a partir de *Cale*, passava a poente da igreja de Paranho, seguindo por S. Mamede de Infesta, junto à igreja paroquial, onde foi encontrado um marco miliário dedicado a Adriano[290], e atravessaria o rio Leça na ponte da Pedra, S. Mamede de Infesta, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 22).

Com uma ligeira inflexão a nordeste prosseguia pelos limites das freguesias de Leça do Balio e Gueifães, seguindo pela actual localidade da Maia e Pinta. A partir deste local inflectia à esquerda contornando os terrenos pantanosos da Barca. Seguia por S. Pedro de Avioso pelos actuais limites de Guilhabreu, onde se encontra um marco miliário no lugar de Ferronho (4.2. *O Povoamento, Catalogo das estações*, n.º 8). Daí desceria a Alvarelhos na zona do vale, junto da Quinta do Paiço, onde apareceu e se guarda um marco miliário dedicado a Adriano (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 27).

A partir de Alvarelhos a via inflecte a nordeste, passando por Peça Má, onde se encontrou outro marco miliário dedicado a Marco Aurélio (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 53), seguindo por Lantemil e Trofa Velha para cruzar o Ave na ponte da Lagoncinha (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 25). Neste percurso final para cruzar o Ave identificaram-se quatro marcos miliários. Um em Lantemil (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 29), dedicado a Licínio e, em Santiago de Bougado, junto ao rio Sedões, outros três (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações* n.º 28, I, II e III), um dedicado a Marco Aurélio e dois a Constante.

O seu traçado constitui um dos principais eixos sobre o qual se estrutura o povoamento da região, cujos vestígios acompanham todo o seu trajecto podendo identificar-se núcleos populacionais mais ou menos densos na Maia, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso e, um pouco mais para norte, na veiga de Bougado. Após transpor o rio Ave na ponte da Lagoncinha (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 25), a via passava por Santa Catarina, Cabeçudos[291], para em seguida se dirigir para S. Paio de Antas[292] e, por fim, rumaria a Braga. Também entre Ave e Cávado se verifica uma intensa ocupação nas imediações da via[4].

No seu comprimento máximo a via apresenta 35 milhas, que concordam como os 53 km da EN 14, com a qual coincide em grande parte do seu percurso, de acordo com um marco miliário identificado em Braga, que esteve em depósito no Colégio de S. Paulo[293], lamentavelmente já desaparecido, que indicava o *termini viarum*, não deixando margem para dúvidas que *Bracara Augusta* seria *caput viarum* das estradas da

---

[290] O marco miliário foi descoberto em data anterior a 1894, tendo sido colocado na Igreja de S. Mamede de Infesta, Matosinhos, para ser, posteriormente transferido para o cemitério onde foi desbastado para servir de base de a uma cruz, precisamente no dia anterior em que Martins Capela o procurou. Bibli.: *CIL* II 4735; *ILER* 1846; CAPELA 1985, 58-59; ALARCÃO 1988 b, 24, n.º 1/399; MANTAS 1996, 343-345; COLMENERO; SIERRA, ASOREY, 2004, n.º 556. A reconstituição proposta por Vasco Mantas tem por base exclusivamente a cópia efectuada por Augusto Soromenho (SOROMENHO n.º 20), e a transcrição de Hübner (MANTAS 1996, 343-345) – IMP(*eratori*) . CAESARI / TRAIANO . HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(*ici*)· MAX(*imo*) / TRIB(*unicia*) · POTEST(*ate*) · XVIII / CO(*n*) · S(*uli*) · III · P(*atri*) · P(*atriae*).

Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, pontífice máximo, no seu décimo oitavo poder tribunício, cônsul pela terceira vez, Pai da Pátria.

A datação de 133-134, baseada no exercício do XVIII poder tribunício de Adriano, constatada noutros marcos miliários do troço nortenho da via *Olisipo – Bracara*, marca o período de profundos trabalhos de melhoramento da via na ligação de *Bracara* a *Cale*.

A mesma proposta é a adoptada por investigadores que recentemente abordaram o estudo desta via (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556).

[291] No lugar de Santa Catarina, Cabeçudos, Famalicão, apareceu um marco miliário ilegível (CAPELA 1985, 150; ALMEIDA 1968, 28; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/296).

[292] Nesta zona detectaram-se cinco marcos miliários; um em Lousado, Famalicão, talvez de Magnêncio (SANTOS 1983, 201; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/344), um na Portela de Baixo, dedicado a Caracala (CAPELA 1985, 149; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 294; *CIL* II 4741 / 4740), outro na Devesa Alta, e três perto da residência paroquial de S. Paio de Antas, dois dedicados a Adriano indicando a milha XVIII e a milha XVII (respectivamente, *CIL* II 4737, CIL II 4738), e um dedicado a Trajano sem indicação da milha (*CIL*, II 4739; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/293).

[293] *CIL* (II, 4748). Marco miliário dado a conhecer no séc. XVII por D. Rodrigo da Cunha com bibliografia extensa e leituras recentes das quais transcrevemos duas propostas com ligeiras nuanças.

Vasco Mantas – Imp(*eratori*). Caesari/Traiano. [H]adriano/ Aug(*usto*)/ Pontif(*ici*). Max(*imo*)/ Trib(*unicia*) . Potest(*ate*) . XIX/ Co(*n*)s(*uli*) . III . P(*atri*). P(*atriae*)/ A Bracara · Aug(*usta*) / [a]d [C]al[em] · M(*illia*) · P(*assuum*) · XXXV (MANTAS 2000, 62; 1996, 411-415);

Colmenero; Siera; Asorey – Imp(*eratori*) · caesari/Traiano · [H]adriano/ aug(*usto*) / pontif(*ici*) · max(*imo*)/ trib(*unicia*) · potest(*ate*) · XIX/ co(*n*)s(*uli*) · III · p(*atri*) · p(*atriae*) / a Bracara · Aug(*usta*) / i[n]d [C]ale[m] · m(*illia*) · p(*assuum*) · XXV (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 616, n.º 536).

região. Atendendo à relação quilómetro / millha, poder-se-à considerar que a medida de referência da via corresponde a oito estádios, equivalendo a milha a 1481 m (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 614), revelando uma taxa de encurvamento[294] muito reduzida que não ultrapassa os 7,4%, visto que a distância em linha recta corresponde 32,6 mp e a distância do itinerário 35 mp, correspondendo, portanto, a percurso relativamente rectilíneo se tivermos como referência o percurso entre *Olisipo* e *Cale* (LOPES 1995-1997, 320).

A sua construção encontra-se relacionada com o processo de organização administrativa do noroeste hispânico, associado à estruturação do território, nomeadamente com a criação das capitais de convento e, naturalmente, a rede de infra-estruturas viárias de articulação do território, apesar de não serem conhecidos marcos miliários relativos a esse período. As restantes referências cronológicas são fornecidas pelas fontes epigráficas, relativamente numerosas nesta via de apenas 35 milhas, onde são conhecidos vinte e dois marcos miliários, dos quais, nove encontram-se na área entre Leça e Ave. A cronologia proporcionada pela balizagem da via evidencia três momentos fundamentais, para além do momento da sua construção. A primeira balizagem centra-se no reinado de Adriano na primeira metade do séc. II, a segunda no séc. III centrada no reinado de Caracala e, por fim um significativo número de marcos no séc. IV, de vários imperadores dos quais se destacam Constantino II e Magnencio.

A importância da via XVI na estruturação do povoamento e desenvolvimento do território, conforme anteriormente se referiu, foi da maior importância, tendo provavelmente constituído o factor de maior peso na transformação do povoado indígena (*castellum Madiae)* em *aglomerado urbano secundário*. Contudo, uma vez assimilado no novo paradigma político, económico e administrativo, uma vez que estabelecia a comunicação entre pessoas e lugares constituiu-se como elemento de unificação geográfica e política tendo desempenhado várias funções que facilitaram o processo de integração e desenvolvimento socio-político da sociedade galaico-romana, reflectindo dessa forma a sua importância e estatuto, identificada por alguns autores como *via militaris* (MANTAS 2000, 77)[295].

Entre as funções mais relevantes encontra-se a de carácter administrativo que decorre do crescente estatuto da capital de convento desde a sua fundação até ao momento em que se assumiu como capital provincial. Neste sentido, as vias que serviam a cidade conheceram uma intensa circulação oficial, designadamente do *cursus publicus*.

Também as funções militares, especialmente as que se relacionam com o recrutamento de tropas auxiliares, terão constituído um dos aspectos mais marcantes, aliás bem documentada na epigrafia (LE ROUX 1980, 43-65), uma vez que a actividade militar parece não ter conhecido grande expressão na região. Também a angariação de trabalhadores para as obras públicas, como a reparação das vias, construção de pontes e de edifícios públicos, efectuadas sobre a orientação dos militares, cuja presença na região parece documentar a permanência de um destacamento da *legio VIª Victrix*[296], possivelmente encarregada de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como as vias de ligação a *Lucus Augusti, Asturica* e, para sul, a *Cale*. Efectivamente, no âmbito do processo de integração no espaço político-administrativo das populações indígenas do noroeste Roma seguiu duas vias de aproximação (YANGUAS 1997, 109). A primeira

[294] Conceito introduzido por Luís Seabra com vista à identificação de potenciais erros no Itinerário de Antonino, que permite aferir a diferença entre a distância por estrada e a distância em linha recta entre dois pontos (LOPES 1995-1997, 319).
[295] O autor valoriza o facto das *viae militaris* servirem de esteio ao exercício do *imperium*, necessitando, portanto, de vigilância e conservação por parte da administração, em detrimento da função estritamente militar da designação (MANTAS 2003, 77).
[296] Referimo-nos, em concreto, à epígrafe votiva dedicada por *Lucius Valerius Silvanus* a *Turiaco* identificada em Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60), assim como à inscrição detectada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da Ponte de Negrelos que conserva uma inscrição indiscutivelmente romana que conjuga dois caracteres – VI.

incluía a participação indígena em corpos auxiliares do exército romano e a segunda, a sua inclusão dentro dos diferentes sistemas de exploração mineira.
Como é actualmente reconhecido as populações indígenas, tanto Astures como Galaicos e Lusitanos participaram activamente nas tropas auxiliares romanas[297]. Os militares bracaraugustanos representaram o número significativo de onze *cohortes* correspondentes ao povo dos *bracari*, ou melhor, a unidades recrutadas em *Bracara Augusta* e nos seus arredores (SALAÑER 1998-1999, 228).
No que concerne à mão-de-obra indígena, quer seja de origem escrava quer seja livre, ou de ambos, com revela-se uma ponderação percentual difícil de perceber, o certo é que o estado romano recorreu a todo o tipo de força de trabalho – servil, condenados (*damnati ad metalla*) e contratados (*mercenarii*) –, verificando-se actualmente uma tendência geral dos investigadores para atribuir um papel relevante aos trabalhadores livres nas minas do noroeste, visto que o fisco, provavelmente, procurava maximizar a rentabilidade das explorações num quadro de mudança social e de paradigma económico. Claude Domergue, valorizando as fontes epigráficas, alerta para o facto da discrepância percentual entre homens livres e escravos, se explicar por razões óbvias, considerando aliás, para as explorações mineiras do noroeste um quadro especial com um tipo de mão-de-obra fora de vulgar – (…) *constituée par les populations indigènes, qui, vivant en "autosuffisances", ne coûtaient rien à l´Etat, mais étaient tenues de travailler por lui ; c´etait en tout cas la meilleure façon de rentabiliser l´exploitation de ces mines* (…). (DOMERGUE 1990, 351).
Neste enquadramento, compreende-se que Roma, em relação ao noroeste, se mantivesse fiel ao conceito básico que sempre norteou o seu expansionismo e a exploração dos territórios conquistados – o reconhecimento da sua autoridade com o correspondente pagamento de impostos e a possibilidade de explorar os recursos mineiros dos territórios conquistados dentro de margens de rentabilidade aceitáveis.

A função económica constitui a principal e mais duradoura actividade desempenhada pela via, cujos efeitos produziram significativas mudanças na sociedade galaico-romana, nomeadamente na estrutura do povoamento, através da disseminação de pequenos aglomerados urbanos dispersos ao longo da via, de natureza preponderantemente económica e comercial como os *vici* e de prestação de serviços específicos relacionados com o trânsito da via como as *mutatio* e *mansiones*. Também desempenhou o seu papel estruturante na crescente intensificação da exploração dos recursos agrícolas da região com a instalação de estabelecimentos rurais de tipo *villae* (de vocação agrícola ou artesanal/industrial) e *aedificia*, dando razão de ser à implementação de uma produção de excedentes com vista ao abastecimento dos aglomerados urbanos, para os quais, seguindo o modelo de Philipe Leveau, as *villae* integradas na organização territorial de uma cidade se distribuem num raio de 15 km (LEVEAU 1982, 86), correspondendo ao modelo que definimos para estabelecer a *área de atracção económica* do *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos que, nesta perspectiva seria sensivelmente coincidente no seu limite exterior com o da área da capital do convento a norte e *Cale* a sul[298].
No presente caso a via constituiria o principal eixo de circulação de bens de consumo transaccionados num âmbito inter-provincial, garantindo um fluxo de duplo sentido entre *Bracara Augusta* e os restantes destinos

[297] Os dados epigráficos, numa cronologia balizada entre o séc. I e o séc. III, possibilitam um visão ainda que pálida da participação de bracarenses e lucences no exercito romano. Os soldados legionários de origem galaica, na totalidade vinte e nove, distribuem-se entre a legio VII Gemina (19/21), a X Gemina (2), a II Adiutrix (2), a VI Victrix (2), a IV Macedónica (1), e, possivelmente XXV Victrix. Os soldados auxiliares calaicos, vinte e dois no total, repartem-se entre lucences e bracarenses, com predomínio dos primeiros (YANGUAS 1988, 203-216; SALAÑER 1998-1999, 230).
[298] Villanueva Acuña ao abordar a questão da implantação agrária romana na organização do território na Península Ibérica no baixo-império, introdutoriamente equaciona os aspectos que favoreceram a instalação das *villae* no alto-império nos quais se destacam os seguintes; a) Riqueza do território que se manifesta na coincidência de factores favoráveis tais como – fertilidade, situação favorável, clima benigno e possibilidade de um bom abastecimento de água nas *villae* agrárias e minas e pesca nas *villae* mineiras ou vocacionadas para a pesca e produção de preparados de peixe b) Proximidade das vias de comunicação, com o mar e rios navegáveis c) Existência de cidades na orbita das quais faz sentido o desenvolvimento de *villae* com vocação abastecedora de mercados regulares (ACUÑA 1992, 475).

do império, constituindo-se, dessa forma, como uma verdadeira artéria numa "economia de mercado" à escala do império.

A função cultural constitui um fenómeno indirecto que resulta da actividade gerada pela via na medida em por ela se deslocam pessoas e bens de diferentes origens e proveniências cuja convivência inter-cultural é propiciadora de maior riqueza social, assumindo-se como um espaço privilegiado de circulação de ideias.

Marcos miliários entre Leça e Ave

N. Inv.	Concelho Via	Freguesia Milha	Lugar Observações	Paradeiro	Imperador	Datação
8	Maia XVI	S. Pedro de Avioso	Ferronho *EE VIII 205*	MHEM *	Marco Aurelio Caro	283
27	Trofa XVI	Alvarelhos XXIII	Qt.ª do Paiço *CIL*. - II, 4736	Qt.ª do Paiço	Adriano	133-134
28 (I)	Trofa XVI	Santiago de Bougado XXI(?)	Ponte do rio Sedões *CIL* – II, S., n. 6212	MMAP**	Magnencio	350-353***
28 (II)	Trofa XVI	Santiago de Bougado XXI(?)	Ponte do rio Sedões *CIL* – II, S., n.º 6213	Trofa (?)	Licínio	308-324***
28 (III)	Trofa XVI	Santiago de Bougado XXI	Ponte do rio sedões *CIL* – II, n.º 4742	Trofa (?)	Constantino II	337 - 338
28 (IV)	Trofa XVI	Santiago de Bougado XXI(?)	Ponte do rio Sedões *CIL* – II, S., n.º 6212	Desaparecido	Tácito	275-276***
51	Trofa XVI	S. Cristóvão do Muro XXII	Carriça *CIL* – II, 4743	Desconhecido	Maximiniano	292
53 (I)	Trofa XVI	S. Cristóvão do Muro XXII(?)	Peça Má ---	Trofa	Carino	282-285
53(II)	Trofa XVI	S. Cristóvão do Muro XXII(?)	Peça Má ---	Trofa	Constâncio II	324-361***

* - Museu de História e Etnografia da Maia, Maia
** - Museu municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
*** - Período de reinado

Bracara Augusta a *Cale* através da via de ligação *Bracara Augusta - Emerita Augusta*

A via encontra-se atestada pela existência de duas pontes cujas características construtivas são indiscutivelmente romanas, amplamente documentadas em época medieval[299], sendo, no entanto, o seu traçado de difícil concretização. O seu percurso a partir do Porto desenvolver-se-ia para nordeste em direcção a Ermesinde e Alfena onde cruzaria o rio Leça na Ponte de S. Lázaro (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 62), em direcção a S. Martinho do Campo onde se produzia o atravessamento do rio Vizela seguindo posteriormente para S. João da Ponte onde entroncava com a via de ligação de Braga a Mérida. No seu percurso entre o rio Leça e o rio Vizela contornava a meia encosta a face leste e norte da serra de Monte Córdova, passando próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação indiciam um papel importante como ponto central do trajecto entre S. João da Ponte e o Porto.
Após transpor o Leça para a margem direita a via toma direcção a norte através do vale do rio Sanguinhedo, por Água Longa, Agrela, Reguenga S. Tiago da Carreira, Santa Cristina do Couto, passando a partir desta

[299] Identifica-se como via de ligação Porto-Guimarães. A estrada viria de Ermesinde, cruzava o Leça em Alfena na ponte de S. Lázaro, onde existia uma gafaria. A cerca de 1,5 km, em Ferraria, onde em época medieval tinha lugar a mais antiga feira documentada na zona é descrita na Inquirição da 2ª Alçada como limite de freguesia (…) *interrogatus de terminus ipsus hereditates dixit quod incipiunt in strata Vimaranis* (…) (ALMEIDA 1968, 172). Encontra-se também referenciada em 1048 em S. Paio de Guimarei como "*carrera antiqua*" (MOREIRA 1991c, 10-11).

zona a contornar a meia encosta a face norte do maciço de Monte Córdova acompanhando o perfil do vale do rio Ave, passando por Burgães e Rebordões para posteriormente acompanhar o rio Vizela, cruzando São Tomé e Santa Maria de Negrelos, Roriz, atravessando o rio Vizela em S. Martinho do Campo[300]. Na actualidade a ponte de S. Lázaro é uma notável obra de engenharia medieval, mas a existência de silhares romanos almofadados e marca de *ferrei fórfices*, sugerem a existência de uma construção anterior (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163).

A ponte de Negrelos localiza-se em S. Martinho do Campo, Santo Tirso[301] e constitui um dos melhores exemplos de pontes romanas no norte de Portugal, conservando ainda a sua estrutura original[5]. A ponte possui tabuleiro horizontal assente em três arcos de volta perfeita. Os dois arcos laterais apresentam agulheiros para assentamento do cimbre, enquanto o arco central uma consola saliente. Conserva talhamares de estrutura autónoma, adoçados à estrutura da ponte a montante e a jusante, sendo os primeiros altos de perfil triangular, e os segundos ligeiramente mais baixos e rectangulares. O tabuleiro encontra-se revestido por lajes de granito rectangulares de pequena dimensão dispostos em fiadas regulares (ALMEIDA 1968, 188-189; LOZA; TEIXEIRA 1999, 55). O paramento é formado por um aparelho isódomo ou pseudo-isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte lisos, alguns deles com siglas, embora conserve abundantes silhares da fábrica de origem de métrica regular, almofadados e/ou com marcas de " fórfex ".

À estrada romana sobrepôs-se a estrada medieval de ligação Porto a Guimarães amplamente documentada, aparecendo referenciada num documento medievo como " ponte lapidea " (ALMEIDA 1968, 172-73)[302].

Cale – Ponte de Zameiro (Ponte de Ave)

A via secundária apelidada de *Karraria Antiqua* por Eugénio de Andrea (ANDREA 1950, 51), e posteriormente estudada por outros autores (ALMEIDA 1968, 42; 1969 15-19; ALMEIDA 1980, 159), é de difícil caracterização e implantação cartográfica devido à quase total ausência de elementos estruturais indispensáveis para a sua identificação, como sejam marcos miliários ou restos de áreas pavimentadas.

A ponte da Azenha ou de Barreiros em Esposade, Leça do Balio, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 21), constitui o elemento mais significativo que atesta a sua romanidade, apesar dos restos reminiscentes, após várias reconstruções, serem escassos mas, todavia, inquestionáveis.

Segundo proposta de Brochado de Almeida (ALMEIDA 1980, 164), que subscrevemos praticamente na integra, o seu percurso tinha início na margem direita do Douro, no Porto, após utilizar a mesma travessia que a via oficial que ligava *Bracara Augusta* a *Cale*, passando por Cedofeita, Monte dos Burgos e Padrão da Légua para se dirigir em seguida para a ponte de Barreiros ou Azenha. Após a travessia do Leça, passava ligeiramente a oeste do casal de Barreiros, Moreira, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 6), seguindo para Moreira, onde se documenta em época medieval como *Karraria Antiqua*[303], seguindo pela divisória de Vilar do Pinheiro e Gemunde cruzando a freguesia de Mosteirô, onde, na sua face oeste, se detectou uma necrópole (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 74), e na face leste a respectiva *villa* (4.2. *O*

[300] Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs um outro percurso, sugerindo que a via atravessaria o maciço de Monte Córdova, passando junto à Citânia de Sanfins, para descer novamente em direcção a S. Martinho do Campo (ALMEIDA 1968, 42).

[301] O acesso à ponte, na margem direita, na freguesia de Lordelo, concelho de Guimarães faz-se pela Rua da Ponte, e na margem esquerda, no concelho de Santo Tirso, pela Rua Flor do Campo.

[302] A sua passagem por Água Longa é documentada na Inquirição da segunda alçada e, por último, a sua passagem por S. Paio de Guimarei encontra-se documentada em 1048, como " *carera antiqua* " (FREIRE 1905, 241-247).

[303] D.M.P.D.P., doc. 391; 392 | Dipl. Et Ch., doc. 128. A partir de Modivas o traçado desenhado pela via romana seria o utilizado posteriormente pela estrada velha de Barcelos, já estudada por outros autores e amplamente documentada (AZEVEDO 1939, 119; MARÇAL 1950, 31-35; ALMEIDA 1968, 169; ALMEIDA 1980, 162, nota 50), que corresponde hoje à EN 306.

povoamento. Catálogo das estações, n.º 75), e um pouco mais para leste o *casal* de Arões (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 76), para chegar a Modivas e daí derivar ligeiramente para leste em direcção a Gião de Baixo, passando a oeste do Castro Boi (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 78), e de Vairão, a leste de Vilarinho e finalmente cruzar o Ave no local onde em época medieval se construiria a ponte de Ave ou de D. Zameiro[304].

Foz do Douro – Vila do Conde

Esta via secundária, de difícil implantação cartográfica foi estudada por alguns investigadores, fundamentalmente com base na análise da documentação medieval[305] e na existência de um conjunto alargado de vestígios romanos identificados ao longo da faixa litoral (ALMEIDA 1980, 156-158). Efectivamente, não se conhecem actualmente vestígios estruturais que documentem a sua existência, assim como referências bibliográficas de achados que se lhe associem. A este facto acresce a circunstância de a costa litoral ter sofrido ao longo dos últimos tempos uma ocupação muito intensa que alterou radicalmente a estrutura urbana das povoações, assim como a paisagem rural, não sendo possível identificar eventuais testemunhos que permitam concretizar um possível traçado.

Todavia a proposta apresentada merece que se considere a sua existência como provável, uma vez que a abundância e a natureza dos vestígios encontrados parecem justificar a sua existência.

O seu traçado, após atravessar o rio Leça, junto a Matosinhos, no local onde se construiria em época medieval a ponte de Bouças, far-se-ia em direcção a Perafita, seguindo para Lavra, onde atravessava o rio Donda, passando por Vila Chã e Azurara para cruzar o rio Ave junto à actual cidade de Vila do Conde[306].

Os vestígios arqueológicos nas suas imediações são efectivamente significativos. Ainda na margem esquerda do rio Leça, relativamente próximo do traçado proposto, encontra-se implantado o castro de Guifões cujo índice de romanização se encontra suficientemente documentado por um largo período cronológico. Para norte os primeiros vestígios surgem em Perafita, concretamente com a necrópole de Pampelido (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 24), seguindo-se, na envolvente da povoação de Lavra, o "núcleo" mais significativo de vestígios que compreende a *villa* romana de Fontão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19), o complexo de tanques de salga e as salinas de Angeira (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 18), e por último o povoado de Monte Castro (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 17), cuja romanização se encontra amplamente documentada. O último vestígio detectado neste troço encontra-se junto da localidade de Areias, Árvore, que compreende também uma necrópole (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 63).

---

[304] A ponte de Ave ou ponte de D. Zameiro encontra-se sobre a EN n.º 306. É uma construção medieval, amplamente documentada, embora não conserve a sua traça original pelas múltiplas intervenções de que foi alvo (ALMEIDA 1980, 164, notas 59-64). Actualmente, com cerca de 100 m de comprimento e 3,5 m de largura, possui 8 arcos de diferente configuração e dimensão. O tabuleiro em cavalete apresenta guardas laterais em granito apoiadas no tabuleiro com pequeno friso contínuo e saliente no alinhamento do paramento. Encontra-se revestido a lajes de granito, revela um dorso ligeiramente quebrado ao nível do quarto arco que revela maiores dimensões que os restantes. Conserva talhamares de estrutura autónoma encostados à estrutura da ponte a montante e a jusante, sendo os primeiros mais altos e de perfil triangular, e os segundos rectangulares e ligeiramente mais baixos. O paramento é constituído por um aparelho isódomo ou pseudo-isódomo com silhares de granito lisos de diferentes dimensões, alguns deles conservam siglas.

[305] O autor refere-se em concreto ao doc. XII de Dipl. et Ch., datado de 897, em que se refere uma «Karia» entendida como deturpação de «Karraria» (ALMEIDA 1980, 156, nota 15).

[306] O itinerário proposto para o espaço entre Ave e Cávado distancia-se ligeiramente da orla marítima passando pela Póvoa de Varzim para posteriormente, entroncar na via que vinda do sul atravessava o rio Ave na Ponte de Ave. Também neste trajecto os vestígios romanos são significativos em número e natureza. Para apenas mencionar os mais significativos refira-se a *villa* e necrópole romana das Caxinas, em Vila do Conde (ALMEIDA 1972, 117, nota 13; ALARCÃO 1988, 18, n.º 1/338) a *villa* romana de Martim Vaz, na Póvoa de Varzim (ALMEIDA 1972, 5; FORTES 1905; 1969, 313-341; ALARCÃO 1988, n.º 1/ 287), a *villa* romana de Vila Mendo, Estela (ALMEIDA 1972, 34; ALARCÃO 1988, 16, n.º 1/284), os vestígios romanos de mineração aurífera na Lagoa Negra (TEIXEIRA; MEDEIROS; ASSUNÇÃO 1965, 43-44; ALMEIDA 1972, 13-14), e também os vestígios da Rua da Junqueira na Póvoa de Varzim (GONÇALVES 1969, 81; ALMEIDA 1972, 31, nota 73).

Deste modo, a existência de uma via paralela à costa teria um papel importante no escoamento dos produtos provenientes da actividade piscatória, da produção de sal e particularmente dos produtos marinhos transformados nos complexos de Angeiras e Martim Vaz.

Lavra – Via XVI (*Bracara Augusta – Cale*)

Via secundária de ligação do litoral à via oficial *Bracara Augusta a Cale*. Partia de Lavra junta à costa, onde se identifica a *villa* romana de Fontão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19), e o complexo industrial de Lavra (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 18) em direcção à via oficial à qual entroncava no lugar do Muro, a partir da qual se ligava à capital de convento. O seu traço encontra-se documentado em época medieval onde é referida como *via vetera*[307] e *strata vetere*[308].
O seu trajecto a partir do Muro far-se-ia directamente através do *aglomerado urbano secundário* / *vicus* de Alvarelhos, onde transpunha a pequena elevação da serra de Santa Eufémia no lugar de Monte Grande à cota de 200 m, passando por Guilhabreu onde se identifica a *villa* romana de Vila Boa / Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69), para se dirigir para sudoeste em direcção a Mosteirô onde se identifica uma *villa* romana (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 75). Daí dirigir-se-ia para Vilar do Pinheiro, onde transpunha a via de ligação de *Cale* ao norte através da ponte de Zameiro (Ponte de Ave), relativamente perto onde se localiza o casal e necrópole de Vila Nova da Telha, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 14, 15), seguindo para o lugar de Paiço já no litoral, próximo de Lavra, Matosinhos, onde concluiria o seu trajecto após cruzar a via litoral que ligava a foz do Douro e Vila do Conde.
Para o interior, a partir do Muro far-se-ia a ligação à via secundaria que unia *Cale* a *Bracara Augusta* através da via que da capital partia para Mérida. O seu trajecto é sensivelmente coincidente com o da EN n.º 318 que, a partir do cruzamento da Carriça, desenvolve uma orientação noroeste / sudeste em direcção a S. Romão do Coronado e desta localidade para Água Longa, onde ainda se conservam vestígios da calçada e de uma ponte que em época medieval se construiu sobre o mesmo percurso (MOREIRA 1991c, 7-26).

4.1.10. Portos e vias de comunicação marítimas e fluviais

O tráfego marítimo de longo curso constituiu na antiguidade um dos principais meios de transporte e de comunicação entre as mais longínquas regiões do império. Do ponto de vista comercial a sua importância na economia do noroeste peninsular, em particular do convento bracaraugustano, tem vindo a ser valorizada em recentes estudos[309] que permitem admitir que a rota do eixo atlântico constituiu a principal via de intercâmbio económico entre o finisterra atlântico e o mundo mediterrânico.
No âmbito da circulação inter-provincial de pessoas e bens a rota marítima atlântica constituiu um dos principais eixos de comunicação e comércio da Península Ibérica, claramente facilitada pela morfologia costeira, as correntes e ventos marítimos, assim como pela distribuição e orientação da rede hidrográfica que facilitava a penetração para o interior (MORAIS 2005, 53). O tráfego marítimo era suportado por uma rede de "portos de escala" e de "portos de apoio", cuja localização de embarcadouros e ancoradouros seria determinada pelas condições de navegabilidade e, fundamentalmente, pela dinâmica económica das regiões. Numa perspectiva de âmbito regional é admissível a existência de outros portos de menores dimensões que fariam a ligação aos primeiros, a designada navegação de altura e, naturalmente ligados à

[307] *Portugaliae Monumenta Histórica. Inquisitiones*, II, Lisboa, 1888, n.º 492
[308] *Corpus Codicum*, I, pp. 253.
[309] Veja-se; LÓPEZ 1991; LEMOS 1999; CERDÁN 2003; MORAIS 2005; CARVALHO 2008.

navegação de cabotagem. Na área meridional do convento importa mencionar o porto marítimo da foz do Douro – *Portus Cale* –, pela sua importância económica e estratégica no desenvolvimento económico regional e, particularmente, pela influência directa que teve sobre a via XVI de ligação a *Bracara Augusta* e, dessa forma, sobre o desenvolvimento do *aglomerado urbano secundário* / *vicus* de Alvarelhos[310]. *Cale* terá constituído um porto marítimo – *port of trade* –, importante pela sua situação de charneira entre o litoral e o interior estruturado em dois eixos principais: o primeiro no sentido N-SW de ligação a *Bracara Augusta* e o segundo, no sentido oeste / leste através do rio Douro, a partir do qual se faria a ligação aos principais núcleos populacionais do interior do convento, permitindo um comércio regular e constante de dois sentido[311] a partir de pequenos ancoradouros disseminados ao longo do rio, garantindo-se, dessa forma, a exportação das principais matérias-primas exploradas na área meridional do noroeste[312]. Como refere José Leite de Vasconcelos a propósito da navegabilidade do Douro, tendo por base a referência de Estrabão (III, 3, 3-4) (…) *desde que nasce até à sua foz, anda uma extensão de 1370 estádios, sendo navegável num percurso de 800* (…) (VASCONCELOS 1905, 29). Do ponto de vista da navegação de altura este porto encontrar-se-ia também valorizado pelo facto de a partir de uma etapa ser possível alcançar as zonas portuárias do litoral galego e respectivas zonas portuárias onde se incluiria Vigo, Iria Flávia e o nevrálgico centro de controle da navegação atlântica que seria o porto de *Brigatium* (ALARCÃO 1990a, 433; LÓPEZ 1991, 127; MORAIS 2005, 54). Todavia, não serão de desprezar as dificuldades inerentes a uma barra com as características da do Porto, marcada por abundantes penedias e um assoreamento constante, próprio de uma área estuarina de um rio de caudal marcado por uma marcada sazonalidade que, certamente, para além de naufrágios terá ocasionado dificuldades de acesso mais ou menos intensas.

Na área meridional do convento existem três pontos na costa que terão funcionado como ancoradouros – a foz de Leça, a foz do Ave e Lavra –, o primeiro constituiria um local de transferência das principais funções portuárias da foz do Douro, pelo facto deste apresentar um estuário de menores dimensões, uma barra incerta e um porto inseguro em período de cheias (BLOT 2003, 113). Em contrapartida, o porto da foz do Leça, graças à existência de um quebra mar natural exterior, formado por penedias, actualmente conhecidas como Leixões da foz do Leça, configura um abrigo natural com boas condições sem que tenha obrigatoriamente existido um ancoradouro ou embarcadouro, podendo as embarcações de pequeno porte ter utilizado o areal da margem sul como local de desembarque (MORAIS 2007, 114), uma vez que o rio apenas seria navegável até à antiga ponte de Guifões, no sopé do castro de Guifões. O castro, implantado na margem esquerda do rio Leça sobranceiro à área estuarina, terá beneficiado da sua localização estratégica, para assumir um papel nuclear na área do comércio regional, assumindo-se, desde cedo, como se documenta através de cerâmicas campanienses datáveis do séc. II e do acervo anfórico (Tipo Mañá C2b / Tipo 7.4.3.2.), como centro redistribuídor e entreposto comercial em relação aos povoados da sua área de influência, eventualmente como estatuto de "lugar central" de outros pequenos povoados existentes nas imediações, como pretendem Joel Cleto e José Manuel Pinto Varela (CLETO; VARELA 2000, 142-143).

A foz do Ave, enquanto entreposto comercial e porto marítimo, encontra-se relativamente bem documentado desde a Idade Média, devido à existência de vários complexos portuários de função comercial e infra-

[310] A demonstração arqueológica da importância de *Cale* enquanto núcleo urbano e porto marítimo tem vindo a ser efectuado de forma consistente destacando-se os vestígios identificados na zona alta da cidade na Rua D. Hugo, no Largo do Colégio, na Rua Penaventosa, na Casa-Museu Guerra Junqueiro, na zona portuária na Casa do Infante (SILVA 2000, 99), e no edifício do antigo Aljube (CARVALHO; GUIMARÃES; BARROCA 1996, 119-203).

[311] Refira-a a propósito a identificação de moluscos bivalves marinhos e de estuário em estratigrafias das termas de *Tongobriga*, que ilustra a capacidade e rapidez de navegação desde o litoral até aquela cidade (DIAS 1997, 323).

[312] Segunda a opinião de alguns investigadores uma das possibilidades de escoamento do ouro proveniente de Jales e Trêsminas seria o eixo definido pelo rio Tâmega até ao Douro, deste até ao porto marítimo de *Cale e* depois para a capital do império (ALARCÃO 1993).

estruturas oficinais ligadas à construção naval. As suas características geográficas e o contexto económico na antiguidade tem sido valorizado enquanto potencial embarcadouro cuja actividade de abastecimento e comércio terá tido um papel relevante nas áreas limítrofes ao rio, uma vez que este, eventualmente, seria navegável até ás Caldas das Taipas[313], assim como no abastecimento da capital de convento (LEMOS 1999, 81-82; BLOT 2003, 178; MORAIS 2005, 60).

Neste contexto, o potencial interesse e importância da artéria fluvial para a economia da região e particularmente para o *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos parece flagrante, uma vez que este apenas dista cerca de 2 km do rio, facilmente transponíveis através do vale desenhado pelo percurso do Ribeira de Aldeia que se desenvolve desde o sopé do povoado até à margem esquerda do Ave, em Guidões, onde poderia existir um local de atracagem.

Por último, é ainda admissível a existência de um pequeno ancoradouro na baia recortada de Lavra, onde se identifica a *villa* de Fontão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19) cuja actividade piscatória, relacionada com o processamento de peixe exigia boas condições de atracagem, que, para além das actividades de pesca, possibilitariam a acostagem de navios de pequeno calado, associados ao comércio de cabotagem, a partir do qual se processaria o escoamento dos preparados de peixe produzidos no local, cuja produção deveria satisfazer as necessidades da região, considerando que os principais, consumidores destes artigos se encontrariam nas imediações dos centros transformadores, podendo a unidade industrial recorrer a contentores de pequenas dimensões, manejáveis, já que não se justificaria a utilização de ânforas.

Como elemento facilitador deste processo estaria a rede de comunicações terrestres que permitiria uma ligação directa aos principais aglomerados populacionais da região, assim como aos mercados (*supra,* Vias de comunicação terrestres. Lavra – Via XVI (*Bracara Augusta - Cale*)).

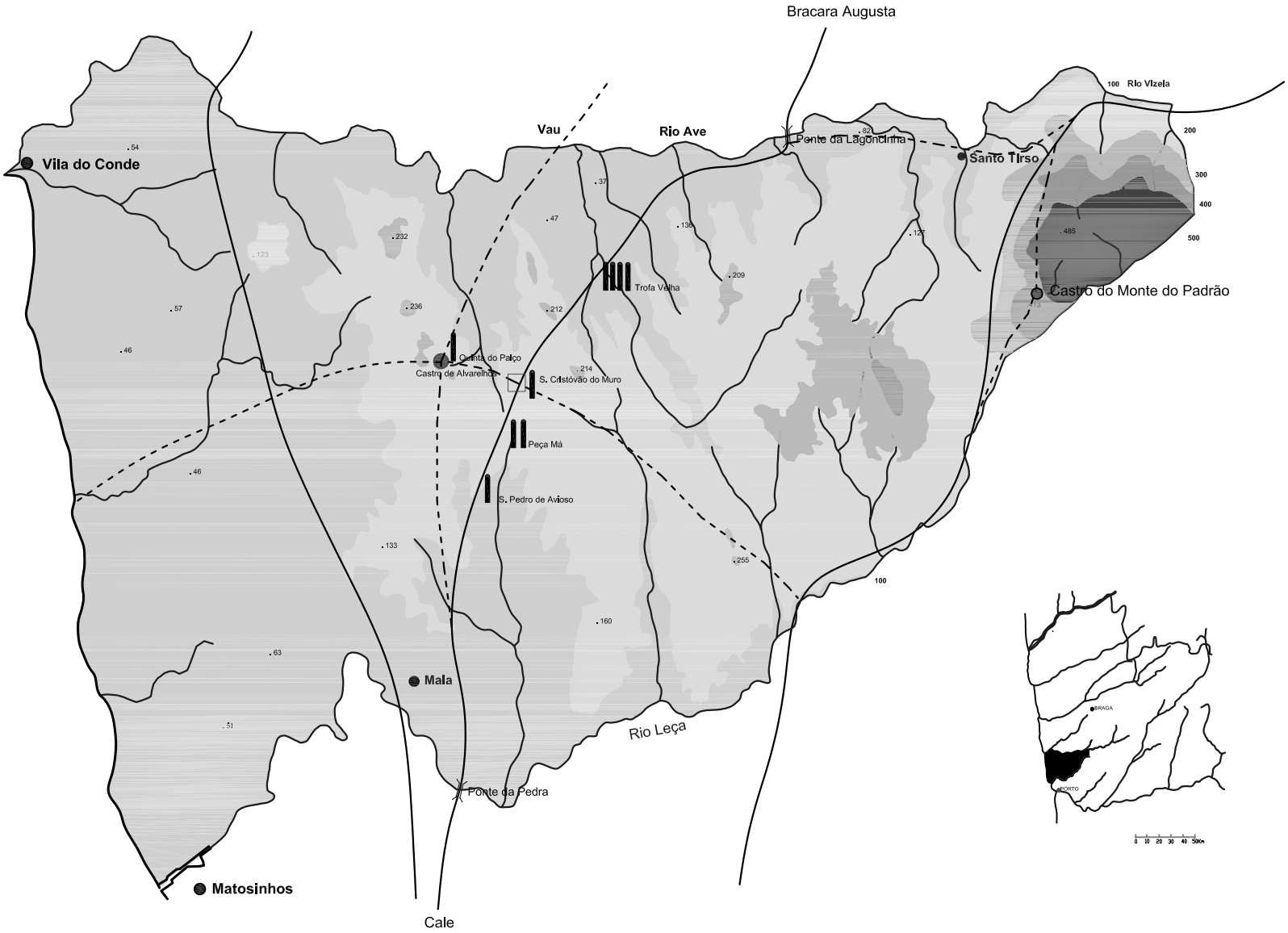
Os assentamentos romanos do litoral de tipo *villa*, nomeadamente aqueles que evidenciam vestígios de produção de preparados de peixe ou que revelam uma ligação directa a actividades económicas relacionadas como o mar, como é o caso da *villa* das Caxinas, Vila do Conde[314], a *villa* de Martim Vaz[315], e *villa* Mendo[316], Póvoa de Varzim, localizam-se sobre pequenas enseadas que configuram abrigos naturais à navegação nos quais é admissível considerar a possibilidade de terem existido ancoradouros.

[313] O rio Ave, com 85 km de comprimento, é actulmente navegável apenas numa curta extensão de 2 km, junto à foz, pois a progressão de embarcações encontra-se limitada pela existências de vários açudes.

[314] Identificaram-se materiais arqueológicos associados a uma ocupação de tipo *villa* (tégulas, pesos de tear, mosaicos, etc.), assim como uma extensa necrópole cuja cronologia se baliza entre o séc. II e o séc. IV (ALMEIDA 1972, 117; 1974, 209-222; 1982, 175; ALARCÃO 1988, 1/338; CARVALHO 2008, 85).

[315] Identifica-se a partir de vários vestígios dispersos na área urbana da cidade da Póvoa de Varzim, em particular no Alto de Martim Vaz, onde foi intervencionado um edifício. Junto à orla marítima, na Rua de Banhos, foram descobertos dois tanques, provavelmente relacionados com a produção de preparados de peixe (FORTES 1905; ALMEIDA 1972, 33; ALARCÃO 1988, 1; CARVALHO 2008, 392).

[316] Localiza-se entre os concelhos de Póvoa de Varzim e Esposende. A intervenção arqueológica realizada em 2002 por Flores Gomes, permitiu identificar um edifício com uma estrutura associada ligada à indústria de preparados de peixe (CARVALHO 2008, 391).


Bracara Augusta
Vau
Rio Ave
Ponte da Lagoncinha
Santo Tirso
Rio Vizela
100
200
300
400
500
Vila do Conde
Trofa Velha
Castro do Monte do Padrão
Quinta do Paço
Castro de Alvarelhos
S. Cristóvão do Muro
Peça Má
S. Pedro de Avioso
Mala
Rio Leça
Ponte da Pedra
Matosinhos
Cale
BRAGA
PORTO
0 10 20 30 40 50Km

Prado
Bracara Augusta
Celadus
Caldas das Taipas
XVI
Caldas de Vizela
Avus
Meinedo
Monte Padrão
Alvarelhos
Tongobriga
Monte Mózinho
Guifões
Cale
Durius
Emerita
Viseu
0
10
20 Km

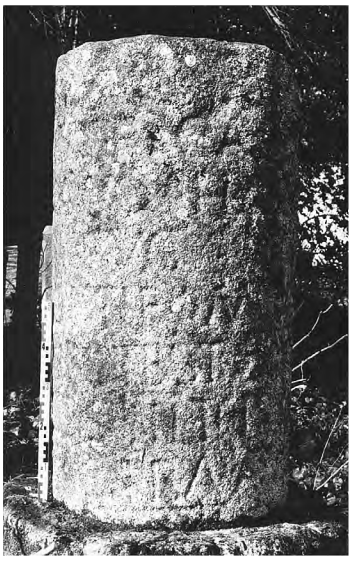
BRAGA
PORTO

1. Marco miliário dedicado a *Constante*. Santiago do Bougado, Trofa.

2. Fragmento de marco miliário, *ilegível*. Santiago do Bougado, Trofa.

5. Marco miliário dedicado a *Carino*, Peça Má, Alvarelhos, Trofa.

4. Marco miliário dedicado a *Marco Aurélio*, S. Pedro de Avioso, Maia



3. Marco miliário dedicado a *Adriano*. Alvarelhos, Trofa.

6. Marco miliário dedicado a *Constâncio II*, Peça Má, Alvarelhos, Trofa.

(CIL, II
6212 *Trofa.* Extat iuxta n. 6209.)

Soromenius:

INP CAES · M · CLAV
DIO TACITO PIO
FEL INVICTO AVG
PON... MAX TRIB
POTEST... ERVS
CONS//
ITOR ORBES...

8. Cópia de transcrição de Soromenho do marco miliário dedicado a Tácito, Santiago de Bougado, Trofa.

4743 *Em uma quinta do Dor Lima Barreto, sita no logar de Carriça, tres legoas e meia do Porto* (ibi prope reperta est n. 2373).

DI
LIO
IANIV
TIF MAX P
II COS III
M P XXIII

Soromenho descripsit mihique dedit.

7. Cópia de transcrição de Soromenho do marco miliário dedicado a Valério Maximiniano, S. Cristovão do Muro, Trofa.

4.2. O povoamento. Catálogo das estações

Critérios de apresentação

Para efeitos de identificação e de inventário dos sítios utilizamos os seguintes critérios de referência: *Topónimo local, freguesia e concelho; Código geográfico nacional*[317]*; Classificação e tipologia do sítio; Coordenadas geográficas segundo o meridiano de Greenwich (latitude, longitude e altitude) com referência à fonte documental; Localização e implantação; Descrição (descrição de espólio e local de depósito); Bibliografia e acervo documental.*

Catálogo das estações

1. Santa Cruz, Barca, Maia. 13. 06. 02
Castro – Tipo C
Lat. - 41º 14' 51'' N
Long. - 8º 36' 04'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 108 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 110 - Maia, 1975)

Encontra-se implantado num pequeno promontório de média dimensão próximo do ribeiro do Arquinho, afluente do rio Leça na sua margem esquerda. As características topográficas conferem condições naturais de defesa relativamente modestas, com excepção da vertente leste que possui um pendor acentuado.
O povoado encontra-se parcialmente destruído. Na vertente leste, a mais escarpada, conserva-se uma área de aproximadamente duzentos metros quadrados que não possui ainda ocupação urbana onde são visíveis duas plataformas que poderão corresponder aos taludes formados pela muralha e respectivas plataformas intermédias. Esta área encontra-se delimitada a norte por uma enorme cratera resultante da extracção de granito, a sul por um conjunto de habitações, a leste pela Rua do Crasto e oeste pelo adro da capela que dá o nome ao monte.
O material cerâmico de superfície não possui características de particular relevo que permitam ter uma noção da cronologia de ocupação. A sua actual configuração não permite perceber a composição das suas estruturas defensivas.

Bibl. – AZEVEDO 1939, 102-105; MOREIRA 1969, 21; SILVA 1980, 79; 1986, n.º 85.

---

[317] Código Geográfico Nacional – Douro Litoral - Maia 13. 06 / Matosinhos 13. 08 / Famalicão 13. 12 / Santo Tirso 13. 14 / Valongo 13. 15 / Vila do Conde 13. 16. A listagem apenas considera as freguesias que integram a área em estudo.
Maia - Águas Santas 13.06.01 - Avioso (Santa Maria) 13.06.11 - Avioso (S. Pedro) 13.06.12 - Barca 13.06.02 - Fins (S. Pedro) 13.06.13 - Folgosa 13.06.03 - Gemunde 13.06.04 - Gondim 13.06.05 - Gueifães 13.06.06 - Maia 13.06.07 - Milheirós 13.06.08 - Moreira 13.06.09 - Nogueira 13.06.10 - Silva Escura 13.06.14 - Vila Nova da Telha 13.06.16 - Vermoim 13.06.15.
Matosinhos - Bispo (Santa Cruz) 13.08.08 - Leça da Palmeira 13.08.05 - Leça do Balio 13.08.04 - Lavra 13.08.03 - Matosinhos 13.08.06 - Perafita 13.08.07.
Famalicão - Lousado 13. 03.12.
Santo Tirso - Agrela 13.14.01 - Água Longa 13.14.02 - Burgães 13.14.08 - Carreira (S. Tiago) 13.14.09 - Couto (S. Cristina) 13.14.12 - Couto (S. Miguel) 13.14.13 – Guimarei (S. Paio) 13.14.16 - Lamelas 13.14.18 - Monte Córdova 13.14.19 - Negrelos (S. Tomé) 13.14.22 - Rebordões 13.14.24 - Refojos de Riba D'Ave 13.14.28 - Reguenga 13.14.25 - Santo Tirso 13.14. 27.
Trofa - Alvarelhos 13.14.03 - Bougado (S. Martinho) 13.14.06 - Bougado (S. Tiago) 13.14.07 - Coronado (S. Romão) 13.14.10. - Coronado (S. Mamede) 13.14.11 - Covelas 13.14.13 - Guidões 13.14.15 - Muro 13.14.20.
Valongo - Alfena 13.15.00; Ermesinde 13.15.03
Vila do Conde - Árvore 13.16.02 - Aveleda 13.16.03 - Azurara 13.16.04 - Canidelo 13.16.06 - Fajozes 13.16.07 - Fornelo 13.16.09 - Gião 13.16. 10 - Guilhabreu 13.16.11 - Labruge 13.16.13 - Macieira da Maia 13.16.14 - Malta 13.16.15 - Mindelo 13.16.16 - Modivas 13.16.17 - Mosteirô 13.16.18 - Retorta 13.16.21 - Vairão 13.16.26 - Vila Chã 13.16.27 - Vilar 13.16.29. - Vilar de Pinheiro 13.16.30.

2. Forca, Gemunde, Maia 13. 06. 04

Necrópole

Lat. - 41º 16' 35'' N

Long. - 8º 36' 50'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 90 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

A necrópole foi detectada nos finais da década de quarenta do século passado no pomar da Sociedade Industrial do Castêlo, junto ao entroncamento da Estrada Nacional n.º 14 com a estrada de acesso à zona industrial da Maia, na freguesia de Gemunde, limite com a freguesia de Santa Maria de Avioso, concelho da Maia.

A necrópole estará provavelmente relacionada com o castro de Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia (*4.2. O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 7), que se situa a cerca de 500 m a norte / nordeste, cujos achados de superfície (tégulas e imbrices), parecem confirmar uma ocupação romana efectiva e intensa.

Foi recolhido espólio composto por cerâmica comum, objectos metálicos e várias moedas (ALMEIDA 1969, 42).

A publicação da necrópole, acompanhada de documentação fotográfica e desenho dos materiais, nas actas do Colóquio Manuel Boaventura, ainda que incompleta dá ideia da amplitude da mesma (ALMEIDA, 1988). Aparentemente, pela descrição das sepulturas e características do mobiliário fúnebre tratar-se-á de uma necrópole de incineração. Os materiais encontram-se hoje em depósito no Museu D. Diogo de Sousa, Braga, no Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães (GUIMARÃES 1980, est. XXVI, armário D), e distribuídas por vários particulares.

Bibli. - ALMEIDA 1953, 188; FERREIRA 1953, 188; ALMEIDA 1969, 42; GUIMARÃES 1980, est. XXVI; ALMEIDA 1988.

Catálogo

Pratos (1-2)

1. Prato com paredes esvasadas muito deformadas rematadas por bordo boleado reentrante com aresta no exterior. Fundo ligeiramente côncavo. Encontra-se bastante deformado desenvolvendo um plano quase oval. Pasta castanha-alaranjada, compacta de cozedura homogénea, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfícies alisadas. Apresenta fuligem no exterior e no interior (vol. I, est. XIX, n.º 1).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XXVII, forma 4).
Dim. - Altura máxima 55 mm; Diâmetro da base 110 mm; Diâmetro do bordo 170 mm.
Capacidade - 853,59 cm^3 / 0,85 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 17094; M.H.E.P. 3447.
Bibli. - /.

2. Prato de paredes esvasadas e bordo biselado levemente introvertido. Fundo irregular e base plana. Pasta castanha, muito compacta, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de médio calibre. Superfície mal alisada a denotar um acabamento imperfeito. Estrias de torneamento muito nítidas no interior. Sinais de fuligem no exterior (vol. I, est. XIX, n.º 2).
Tipologia - Grupo IV, Forma 1a (vol. I, est. XXVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 44 mm; Diâmetro da base 100 mm; Diâmetro do bordo 145 mm.
Capacidade - 747,42 cm^3 / 0,74 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 10994; M.H.E.P. 3437.
Bibli. - /.

3. Prato de paredes levemente arqueadas e bordo boleado extrovertido. Fundo irregular com marcas de torno. Pasta creme-alaranjada, granulosa, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície exterior queimada e com fuligem. Interior com resto de aguada. Acabamento de má qualidade que se traduz na irregularidade da forma e da superfície (vol. I, est. XIX, n.º 3).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 54 mm; Diâmetro da base 135 mm; Diâmetro do bordo 182 mm.
Capacidade - 1 325,32 cm^3 / 1,32 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 12094; M.H.E.P. 3094.
Bibli. - /.

4. Prato de paredes esvasadas ligeiramente arqueadas e espessadas ao nível do bordo. Lábio vertical, biselado e levemente introvertido, formando uma ligeira carena no seu arranque. Fundo plano ligeiramente côncavo. Pasta acastanhada, compacta, de má qualidade. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Apresenta fuligem na face interna e externa. Encontra-se deteriorada no bordo (vol. I, est. XIX, n.º 4).
Tipologia - Grupo IV, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 62 mm; Diâmetro da base 215 mm; Diâmetro do bordo 304 mm.
Capacidade - 2 696,31 cm^3 / 2,69 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 12294; M.H.E.P. 3091.
Bibli. - /.

5. Prato de paredes arqueadas ligeiramente reentrantes rematadas por bordo com lábio biselado formando uma ligeira carena externa. Fundo plano e base côncava. Pasta alaranjada, grosseira, com elementos não-plásticos constituídos por grãos de quartzo de calibre médio a grosso. Apresenta vestígios de fuligem na superfície interna e externa denotando a existência de um engobe ténue de cor avermelhada (vol. I, est. XIX, n.º 5).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XXVII, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 47 mm; Diâmetro da base 98 mm; Diâmetro do bordo 140 mm.
Capacidade - 450,74 cm^3 / 0,45 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 12694; M.H.E.P. 3451.
Bibli. - /.

6. Prato de fundo plano. Paredes arqueadas e esvasadas formando uma ligeira carena externa. Bordo reentrante e lábio biselado. Pasta grosseira de cor castanha com elementos não-plásticos constituídos exclusivamente por quartzo e mica de calibre médio / grosso. Superfície externa rugosa com polimento deficiente, muito queimada e com fuligem em ambas as faces (vol. I, est. XIX, n.º 6).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 46 mm; Diâmetro da base 96 mm; Diâmetro do bordo 148 mm.
Capacidade - 460,09 cm^3 / 0,46 L.
Depósito - M.D.D. S., n.º Inv. 17194; M.H.E.P. 3443.
Bibli. - /.

7. Prato de paredes arqueadas e esvasadas. Bordo boleado, introvertido, formando uma carena angulosa, abaixo da qual tem uma pequena canelura. Lábio biselado perpendicular ao bordo. Fundo plano decorado com um pequeno círculo inciso, apresentando um ligeiro espessamento na parte central. Pasta avermelhada, granulosa, com elementos não-plásticos formados por quartzo e mica de calibre médio. Superfície exterior com polimento deficiente, muito queimada e erosionada na base, coberta interior e exteriormente por fuligem (vol. I, est. XIX, n.º 7).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 47 mm; Diâmetro da base 110 mm; Diâmetro do bordo 188 mm.
Capacidade - 838,89 cm^3 / 0,83 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 23094; M.H.E.P. 3442.
Bibli. - /.

8. Prato de paredes rectas perpendiculares ao fundo. Bordo introvertido com carena exterior muito pronunciada. Lábio biselado e soerguido. Fundo côncavo de base plana. Pasta alaranjada, granulosa, de cozedura homogénea, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Face exterior alisada e queimada conservando fuligem no interior e no exterior (vol. I, est. XIX, n.º 8).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 38 mm; Diâmetro da base 110 mm; Diâmetro do bordo 147 mm.
Capacidade - 411,22 cm^3 / 0,41 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 100994; M.H.E.P. 3093.
Bibli. - /.

9. Prato de paredes arqueadas e esvasadas. Bordo reentrante, ligeiramente soerguido e introvertido, marcado por uma carena exterior muito pronunciada. Lábio arredondado. Fundo plano com espessamento progressivo para o centro. Pasta grosseira de cor castanho-alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e cerâmica moída de calibre médio. Superfície interna polida coberta por uma aguada avermelhada. Face exterior muito queimada. Erosionada na base e coberta de fuligem (vol. I, est. XIX, n.º 9).
Tipologia – Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro da base 118 mm; Diâmetro do bordo 172 mm.
Capacidade - 785,56 cm^3 / 0,78 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 12894; M.H.E.P. 3445.
Bibli. - /.

10. Prato de paredes planas, perpendiculares ao fundo. Bordo soerguido e introvertido marcado por uma carena externa pouco vincada. Lábio arredondado projectado para o interior. Fundo plano de espessura irregular. Pasta de cor alaranjada, grosseira, com elementos não-plásticos

compostos essencialmente por quartzo e mica de calibre irregular. Superfície polida de cor castanho-alaranjada. Conserva fuligem ao nível interno e externo (vol. I, est. XIX, n.º 10).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 51 mm; Diâmetro da base 127 mm; Diâmetro do bordo 160 mm.
Capacidade - 917,73 cm^3 / 0,91 L.
Depósito - M.S.M.S. n.º Inv. Armário E, n.º 14.
Bibli. - /.

11. Prato de paredes rectas ligeiramente esvasadas. Bordo reentrante marcado por carena externa de perfil anguloso. Lábio curto de secção arredondada projectado para o interior. Fundo plano, ligeiramente arqueado, com assentamento na parte central e espessura irregular. Pasta de cor bege, compacta, de cozedura homogénea com abundantes elementos não-plásticos de diferentes calibre, compostos por mica, feldspato e em maior percentagem, quartzo. Superfície deficientemente alisada de textura rugosa. Vestígios de fuligem generalizados por toda a peça (vol. I, est. XIX, n.º 11).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 39 mm; Diâmetro da base 120 mm; Diâmetro do bordo 146 mm.
Capacidade - 468,61 cm^3 / 0,46 L.
Depósito - Colecção particular, Mafalda Cabral.
Bibli. - /.

12. Prato de paredes rectas perpendiculares ao fundo. Bordo vertical com lábio ligeiramente introvertido de perfil arredondado. Fundo plano com espessamento decrescente para o centro. Decoração composta por três linhas incisas, paralelas entre si, sendo a primeira de perfil rectangular. Pasta grosseira de cor castanho-alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre irregular. Superfícies mal alisadas a denotarem um acabamento imperfeito. Estrias de torneamento muito nítidas no interior. Conserva algumas manchas escuras reveladoras de uma cozedura deficiente. Sinais de fuligem em pequenas parcelas da superfície exterior (vol. I, est. XIX, n.º 12).
Tipologia - Grupo IV, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 48 mm; Diâmetro da base 106 mm; Diâmetro do bordo 158 mm.
Capacidade - 660,47 cm^3 / 0,66 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 12794; M.H.E.P. 3092.
Bibli. - /.

Frigideiras (13-14)

13. Frigideira com duas asas. Paredes arqueadas e projectadas para o exterior. Lábio vertical de perfil arredondado. Fundo plano, ligeiramente côncavo, com espessamento progressivo para o centro. Apresenta duas asas cegas paralelas ao bordo de perfil e secção triangular. Pasta grosseira de cor castanha com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Conserva fuligem na superfície interna e externa. Denota a existência de engobe interno que se encontra mal conservado (vol. V, est. XIX, n.º 13).
Tipologia - Grupo V, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 37 mm; Diâmetro da base 108 mm; Diâmetro do bordo 174 mm.
Capacidade - 410,32 cm^3 / 0,41 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. M.H.E.P. 3444.
Bibli. - /.

14. Frigideira com paredes planas perpendiculares ao fundo. Bordo projectado para o interior ligeiramente soerguido com face superior plana. Lábio reentrante de perfil arredondado com caimento ligeiro para o interior. Apresenta duas asas cegas planas prolongadas a partir da face externa do bordo que apresenta um perfil e secção triangular. Fundo ligeiramente côncavo com espessamento regular.
Pasta de qualidade mediana de cor alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de grão fino e médio. As faces encontram-se cobertas por uma aguada de cor avermelhada, que se encontra muito deteriorada. O fundo externo está decorado com duas linhas incisas concêntricas. Apresenta alguns sinais de fuligem no exterior (vol. I, est. XIX, n.º 14).
Tipologia - Grupo V, Forma 1a (vol. I, est. XXVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 60 mm; Diâmetro da base 170 mm; Diâmetro do bordo 208 mm.
Capacidade - 1 495,99 cm^3 / 1,49 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. M.H.E.P. 3438.
Bibli. - /.

Tigelas / Taças (15-18)

15. Tigela hemisférica com paredes arqueadas e pé discóidal. Fundo plano de espessura regular. Bordo vertical de secção arredondada com espessamento progressivo a partir da parede. Lábio vertical de perfil arredondado, ligeiramente facetado na face interior, onde forma uma ligeira carena. Pasta grosseira, de cor alaranjada, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície polida de cor alaranjada com vestígios de aguada acastanhada. Decoração externa do bordo composta por sulcos incisos diagonais (vol. I, est. XIX, n.º 15).

Tipologia - Grupo II, Forma 1 (est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 40 mm; Diâmetro da base 36 mm; Diâmetro do bordo 96 mm.
Capacidade - 150,75 cm^3 / 0,15 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º / Inv. M.H.E.P. 3096.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IV e IX.

16. Taça hemisférica com bordo formado por aba horizontal com remate biselado. Lábio espessado e anguloso levemente soerguido. Pé discóidal muito baixo com ligação angulosa à parede do vaso. Pasta bem depurada de cor alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície irregular alisada. O interior possui uma aguada vermelha, relativamente espessa e bem conservada, de metade da parede para cima, incluindo o bordo e uma faixa de 3 cm no exterior. A parte mais funda não apresenta esta aguada sendo, no entanto, impossível distinguir se nunca a possuiu, ou se terá desaparecido. Corresponde a uma peça de imitação ou inspiração da forma tipo Hayes 52 A[318], integrando morfologicamente o grupo das cerâmicas que designamos por *cerâmica de engobe vermelho de verniz não vitificável* cuja morfologia, cronologia, difusão e enquadramento estratigráfico em Alvarelhos desenvolvemos no capítulo respectivo (6.1.6. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*) (vol. I, est. XIX, n.º 16).
Tipologia - Grupo XIII, Tipo Hayes 52a ou TSHT 6 (vol. I, est. XXVII).
Dimensões - Altura máxima 82 mm; Diâmetro da base 99 mm; Diâmetro do bordo 192 mm.
Capacidade - 1 459,03 cm^3 / 1,45 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 17494; M.H.E.P. 3449.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IV, IX.

17. Tigela de copa esférica e perfil em S pouco pronunciado. Bordo em forma de aba soerguida com depressão central para assentamento de tampa. Lábio vertical biselado. Fundo plano, ligeiramente côncavo, com espessamento progressivo para o centro. Pé falso resultante da concavidade da base. Pasta de cor alaranjada, grosseira, com elementos não-plásticos formados por mica e grãos de quartzo de calibre grosso. Superfícies alisadas e erosionadas. Vestígios de aguada acastanhada no interior. Decorada na face externa por um sulco inciso a meio do bojo. Encontra-se fissurada ao nível da parede (vol. I, est. XIX, n.º 17).
Tipologia - Grupo II, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 90 mm; Diâmetro da base 80 mm; Diâmetro do bordo 195 mm.
Capacidade - 1 070,50 cm^3 / 1,07 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. / M.H.E.P. 3096.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IV e X.

18. Tigela *de engobe vermelho não vitrificável*. Parede arqueada com aba horizontal rematada com bordo espessado. Fundo plano formado por pé discóidal com ligeiro ressalto e espessura uniforme. Pasta muito depurada de cor avermelhada com polimento exterior feito à espátula muito fino e com bom acabamento. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Conserva vestígios de aguada espessa no interior e no exterior. Vestígios de corte por fio no pé e ligeiro ressalto no centro da tigela. Decoração composta por duas linhas incisas delimitando os limites da aba horizontal. Corresponde a uma peça de imitação ou inspiração na forma tipo Hayes 52 A. Morfologicamente integra o grupo das cerâmicas que designamos por *cerâmica de engobe vermelho de verniz não vitrificável* (vol. I, est. XIX, n.º 18).
Tipologia - Grupo XII, Tipo Hayes 52 (est. XXVII, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 63 mm; Diâmetro da base: 70 mm; Diâmetro do bordo 149 mm.
Capacidade - 631,08 cm^3 / 0,63 L.
Depósito – /.
Bibli. - /.

Potes (19)

19. Pote de perfil em S. Parede contracurvada rematada por bordo em forma de aba de desenvolvimento oblíquo com ligeiro ressalto interior para assentamento de tampa. Lábio arredondado com ligeiro espessamento. Reservatório globular. Fundo discóidal de assentamento pleno com ligeiro espessamento central no interior. Pasta depurada de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos bem calibrados de pequeno/médio calibre compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície alisada de textura rugosa com manchas de fuligem (vol. I, est. XIX, n.º 19).
Tipologia - Grupo III, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 121 mm; Diâmetro da base 56 mm; Diâmetro máximo 121 mm; Diâmetro do bordo 113 mm.
Capacidade - 779,76 cm^3 / 0,77 L.
Depósito - Colecção Particular, Mafalda Cabral.
Bibli. - /.

Copos (20-26)

[318] Apresenta também semelhanças morfológicas à forma Hispânica 6 da Terra Sigillata Hispânica Tardia (MEZQUÍRIZ 1983, 130, fig. 7; 1985, 144-145, tav. XXV, n.º 11-14). Entre as peças publicadas, cujas características técnico-morfológicas e cronológicas que mais se aproximam ao nosso exemplar, encontram-se os exemplares provenientes de Acróbriga (JUAN 1992, 137, fig. 1.5.1., n.º 2-3).

20. Copo de perfil em S. Colo alto e pouco estrangulado, bordo extrovertido com lábio de perfil boleado projectado para o exterior e pé de perfil rectangular em ressalto. Fundo côncavo com sinais de corte com fio. Pasta de coloração castanho-alaranjada relativamente bem depurada, com poucos elementos não-plásticos compostos basicamente por mica fina e quartzo de calibre muito fino. Superfícies exteriores bem alisadas, com vestígios de aguada de cor avermelhada (vol. I, est. XIX, n.º 20).
Tipologia - Grupo I, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 118 mm; Diâmetro da base 42 mm; Diâmetro máximo 86 mm; Diâmetro do bordo 61 mm.
Capacidade - 315,79 cm^3 / 0,31 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 12394; M.H.E.P. 3455.
Bibli. - /.

21. Copo de perfil em S. Colo alto e muito estrangulado. Bordo extrovertido com lábio boleado projectado para o exterior e fundo plano, discóidal, com ressalto marcado no arranque do bojo e aumento progressivo de espessura para o centro. Pasta e fabrico idêntico ao anterior. Superfície com polimento acentuado denotando vestígios de aguada castanho-avermelhada na face exterior (vol. I, est. XIX, n.º 21).
Tipologia - Grupo I, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 96 mm; Diâmetro da base 31 mm; Diâmetro máximo 68 mm; Diâmetro do bordo 34 mm.
Capacidade - 174,51 cm^3 / 0,17 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 11894; M.H.E.P. 3097.
Bibli. - /.

22. Copo de perfil em S. Colo alto e estrangulado. Paredes ligeiramente arqueadas rematadas por bordo extrovertido e lábio boleado. Fundo discóidal de espessura regular a formar um pé em ligeiro ressalto que configura uma carena com o corpo. Pasta alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada de cor castanho-alaranjada. Encontra-se fracturada no colo e no bordo (vol. I, est. XIX, n.º 22).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 90 mm; Diâmetro da base 34 mm; Diâmetro do bordo 46 mm; Diâmetro máximo 68 mm.
Capacidade - 156,30 cm^3 / 0,15 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 11094; M.H.E.P. 3453.
Bibli. - /.

23. Copo de perfil em S. Colo alto e estrangulado. Paredes arqueadas e bordo extrovertido com lábio vertical boleado. Fundo discóidal de base côncava e espessura regular. Pasta de cor cinzenta, porosa, com elementos não-plásticos compostos à base de mica e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada e manchada de tons acastanhados. Apresenta várias deformações posteriores ao torneamento (vol. I, est. XIX, n.º 23).
Tipologia - Grupo I, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 96 mm; Diâmetro da base 38 mm; Diâmetro do bordo 47 mm; Diâmetro máximo 69 mm.
Capacidade - 194,58 cm^3 / 0,19 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 22494; M.H.E.P. 3452.
Bibli. - /.

24. Copo de perfil em S. Colo alto de estrangulamento suave. Paredes arqueadas e bordo extrovertido com lábio boleado projectado para o exterior. Fundo com pé em ressalto e base côncava de espessura progressiva para o centro. Pasta compacta de cor creme com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada, deteriorada no bojo e com vestígios de fuligem (vol. I, est. XIX, n.º 24).
Tipologia - Grupo I, Forma 1a (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 100 mm; Diâmetro da base 52 mm; Diâmetro máximo 76 mm; Diâmetro do bordo 65 mm.
Capacidade - 244,18 cm^3 / 0,24 L.
Depósito - Colecção particular, José Cabral
Bibli. - ALMEIDA 1988, 130, est. V, IX.

25. Copo de perfil em S. Colo alto e estrangulado. Paredes levemente arqueadas e bordo extrovertido com lábio boleado. Fundo com pé em ressalto e base côncava de espessura irregular com espessamento a diminuir para o centro. Pasta compacta de cor creme-alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de médio calibre. Superfície alisada de cor acastanhada muito erosionada. Falta-lhe parte do bordo e do colo. Apresenta um grafito na base exterior do fundo, gravado antes da cozedura, composto por linhas rectas cruzadas que compõem um enxadrezado (vol. I, est. XIX, n.º 25).
Tipologia - Grupo I, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 151 mm; Diâmetro máximo da base 54 mm; Diâmetro máximo 82 mm; Diâmetro do bordo 57 mm.
Capacidade - 402,92 cm^3 / 0,40 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 19894; M.H.E.P. 3101.
Bibli. - /.

26. Copo de perfil cilíndrico. Colo alto, vertical, e paredes rectas. Bordo curto, extrovertido, formado por uma aba curta rematada por lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo com pé em ressalto marcado por carena externa com estreitamento na base. Fundo côncavo de espessura irregular. Pasta compacta de cor castanha com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada, com acabamento cuidado revestido por aguada mais clara que a pasta. Encontra-se fragmentada ao nível do bordo, apresentando fissuras ao nível do corpo (vol. I, est. XIX, n.º 26).
Tipologia - Grupo I, Forma 4 (vol. I, est. XXVII, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 123 mm; Diâmetro máximo da base 61 mm; Diâmetro máximo 80 mm; Diâmetro do bordo 99 mm.
Capacidade - 431,85 cm^3 / 0,43 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 17794; M.H.E.P. 3456.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IX.

Jarros (27-41)

27. Jarro de perfil em S de corpo ovalado, colo baixo e estrangulamento suave. Parede arqueada com bordo extrovertido marcado por ligeira carena rematado por lábio boleado de desenvolvimento oblíquo. Fundo discóidal de projecção vertical com espessura progressiva para o centro. Encontra-se decorado por três linhas incisas, paralelas entre si, que marcam o arranque do colo. Pasta compacta, esbranquiçada, com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com acabamento deficiente. Encontra-se coberto de fuligem e apresenta uma mancha ferruginosa na parte inferior. Está ligeiramente fragmentado no bordo (vol. I, est. XIX, n.º 27).
Tipologia - Grupo IX, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 201 mm; Diâmetro máximo da base 71 mm. Diâmetro máximo do bojo 144 mm; Diâmetro máximo do bordo 79 mm.
Capacidade - 1 562,28 cm^3 / 1,56 L.
Depósito - M.S.M.S. n.º Inv.º Armário D, n.º 8.
Bibli. - GUIMARÃES 1980, est. XXVI; ALMEIDA 1988, 123, est. II, VII.

28. Jarro de perfil em S de corpo ovalado. Colo alto e estrangulado. Parede arqueada e bordo extrovertido com lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo discóidal de projecção vertical e espessura regular. Asa em fita de secção plano-convexa com arranque a partir do bojo e ligação ao nível do bordo, ligeiramente sobrelevada ao nível deste. Decoração composta por duas linhas incisas no limite do bojo que marcam o arranque do colo. Pasta compacta, de cor avermelhada, com elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e cerâmica moída. Superfície alisada de cor avermelhada com algumas manchas de cozedura. Superfície alisada com as estrias de torneamento bem vincadas apesar do alisamento posterior (vol. I, est. XIX, n.º 28).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 251 mm; Diâmetro máximo da base 76 mm; Diâmetro máximo do bojo 179 mm; Diâmetro do bordo 102 mm.
Capacidade - 2 737,48 cm^3 / 2,73 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11394; M.H.E.P. 3469.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. III, VIII.

29. Jarro de perfil em S de corpo globular. Colo alto e estrangulado. Parede arqueada e bordo extrovertido com lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo discóidal ligeiramente côncavo, com pé de perfil boleado de espessura irregular com adelgaçamento para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir do bojo até ao bordo. Decoração composta por três linhas incisas, paralelas entre si, inscritas no limite superior do bojo a marcar o arranque do colo. Pasta grosseira, compacta, de cor creme-alaranjada (com manchas alaranjadas). Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície com alisamento externo. Deteriorado ao nível do bordo e do bojo (vol. I, est. XIX, n.º 29).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 234 mm; Diâmetro máximo da base 94 mm; Diâmetro máximo do bojo 183 mm; Diâmetro máxima do bordo 85 mm.
Capacidade - 3 169,75 cm^3 / 3,16 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11294; M.H.E.P. 3459.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VIII.

30. Jarro de perfil em S de corpo globular. Colo alto e estrangulado com paredes muito arqueadas e bordo pouco extrovertido rematado por lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo discóidal com pé de perfil boleado de espessura irregular com aumento progressivo para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir do bojo até ao bordo, ligeiramente soerguida em relação à linha do bordo. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, que marcam o limite superior do bojo e o arranque do colo. Pasta compacta, de cor creme, com manchas alaranjadas. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio / grosso. Superfície com alisamento irregular. Fabrico grosseiro com paredes de espessura maior que outros vasos do mesmo tipo (vol. I, est. XIX, n.º 30).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 156 mm; Diâmetro máximo da base 52 mm; Diâmetro do bordo 41 mm; Diâmetro máximo do bojo 113 mm.
Capacidade - 646,89 cm^3 / 0,64 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11794; M.H.E.P. 3457.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VIII.

31. Jarro de perfil em S de corpo globular. Colo alto e estrangulado com parede arqueada e bordo extrovertido rematado por lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo discóidal de espessura irregular, com vestígios de corte por fio. Asa de fita de secção plano-convexa fragmentada ao nível da face superior do bojo. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, que marcam o arranque do colo. Pasta compacta, de cor creme, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície externa irregular e deteriorada. A coloração é alaranjada, com variações que vão do castanho escuro ao esbranquiçado (vol. I, est. XIX, n.º 31).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 220 mm; Diâmetro máximo da base 74 mm; Diâmetro do bordo 67 mm; Diâmetro máximo do bojo 152 mm.
Capacidade - 1 867,92 cm^3 / 1,86 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 10894; M.H.E.P. 3098.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. I, VII.

32. Jarro de perfil em S de corpo esférico. Colo alto e estrangulado com paredes arqueadas e bordo extrovertido rematado por lábio boleado de desenvolvimento oblíquo e espessado em relação à parede. Fundo discóidal de projecção vertical e espessura irregular. Asa de fita de desenvolvimento vertical com preensão ao nível do bordo. Decoração composta por duas finas linhas incisas que marcam a divisão do bojo e o colo. Pasta grosseira de cor creme-alaranjada, com abundantes elementos não-plásticos compostos por grãos de quartzo, cerâmica moída e biotite de calibre médio. Superfície de coloração alaranjada com sinais de alisamento e espatulamento vertical. Apresenta fuligem na parte frontal e encontra-se levemente deteriorado, com pequenas fracturas. Apresenta dois orifícios circulares no bojo (vol. I, est. XIX, n.º 32).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 245 mm; Diâmetro máximo da base 81 mm; Diâmetro máximo do bojo 172 mm; Diâmetro máximo do bordo 70 mm.
Capacidade - 2 438,30 cm^3 / 2,43 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 21994; M.H.E.P. 3104.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VII.

33. Jarro de perfil em S, de corpo oval. Colo alto, levemente estrangulado e paredes arqueadas. Encontra-se fragmentado ao nível do colo. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo. Da asa apenas é visível o negativo da sua aplicação ao nível superior do bojo. Pasta de cor creme, granulosa, com abundantes elementos não-plásticos compostos por grãos de quartzo, cerâmica moída e biotite de calibre médio. Superfície alaranjada com sinais de alisamento na vertical. Apresenta fuligem na parte frontal e encontra-se levemente deteriorada, especialmente no colo. Fissurado e com ligeiro orifício circular no bojo (vol. I, est. XIX, n.º 33).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 267 mm; Diâmetro máximo da base 106 mm; Diâmetro máximo do bojo 204 mm.
Capacidade - /.
Depósito - M.D.D.S. n.º de Inv. 19994; M.H.E.P. 3462.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. II, VII.

34. Jarro de perfil em S, de corpo esférico. Colo alto e muito estrangulado. Encontra-se fragmentado ao nível do colo não conservando qualquer elemento do bordo. Fundo discóidal de desenvolvimento vertical com sinais de corte por fio. Asa de fita de secção plano-convexa implantada na face superior do bojo fragmentada ao nível do arranque. Pasta de coloração esbranquiçada muito compacta de depuração elevada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfícies alisadas de cor creme. Encontra-se fragmentada ao nível do bojo, com sinais de fractura recente (vol. I, est. XIX, n.º 34).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 170 mm; Diâmetro máximo da base 60 mm; Diâmetro máximo do bojo 134 mm.
Capacidade - /.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11594; M.H.E.P. 3461.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. III, VII.

35. Jarro de perfil em S de formato oval. Colo alto e estrangulado e paredes muito arqueadas rematadas por bordo extrovertido com lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo plano de desenvolvimento vertical com espessura irregular diminuindo progressivamente para o centro. Da asa apenas resta o negativo da sua implantação ao nível superior do colo, assim como o seu local de aplicação ao nível do bordo. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, que diferenciam o bojo do colo. Pasta compacta e grosseira, de cozedura irregular, de cor castanha com manchas. Elementos não-plásticos compostos por grãos de quartzo, mica e cerâmica moída de calibre médio. Superfície alisada de cor alaranjada, ligeiramente erosionada. Deteriorado ao nível do bojo devido a uma fractura recente (vol. I, est. XIX, n.º 35).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 222 mm; Diâmetro da base 95 mm; Diâmetro máximo do bojo 184 mm; Diâmetro máximo do bordo 86 mm.
Capacidade - 2 816,18 cm^3 / 2,81 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 22094; M.H.E.P. 3465.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. III, VIII.

36. Jarro de perfil em S de forma oval. Colo alto e pouco estrangulado com paredes arqueadas e bordo extrovertido rematado por lábio boleado de projecção oblíqua. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo com perfil côncavo e espessura regular. Asa de fita com secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, implantada ao nível superior do colo e fixação ao nível do bordo. Pasta compacta, grosseira, de cor

alaranjada, com elementos não-plásticos à base de quartzo e mica de calibre médio / grosso. Superfície alisada de cor alaranjada (vol. I, est. XIX, n.º 36).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 236 mm; Diâmetro da base 88 mm; Diâmetro máximo do bojo 181 mm; Diâmetro máximo do bordo 95 mm.
Capacidade - 2 831,29 cm^3 / 2,83 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 17594; M.H.E.P. 3464.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VIII.

37. Jarro de perfil em S de formato oval. Colo muito alto e curto de estrangulamento muito suave e paredes arqueadas. Bordo extrovertido com lábio boleado levemente espessado em relação à parede do bordo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo, ligeiramente côncavo, com adelgaçamento progressiva para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa, muito curta, implantada na face superior do bojo com fixação ao nível do bordo. Decoração composta por duas linhas incisas que diferenciam o bojo do colo. Pasta grosseira, compacta, de cor creme com elementos não-plásticos à base de quartzo e mica de calibre médio. Superfície alisada com acabamento deficiente. Apresenta-se parcialmente coberta com fuligem. Falta-lhe parte do bojo e grande parte do bordo. Apresenta um orifício circular próximo do arranque da asa (vol. I, est. XIX, n.º 37).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 199 mm; Diâmetro máximo da base 80 mm; Diâmetro máximo do bojo 160 mm; Diâmetro máximo do bordo 88 mm;
Capacidade - 1 710,16 cm^3 / 1,71 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 22394; M.H.E.P. 3466.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VI, VIII.

38. Jarro de perfil em S e corpo oval. Colo alto e estrangulado e paredes pouco arqueadas. Bordo extrovertido com lábio biselado de projecção oblíqua. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo e aresta boleada. Base côncava com adelgaçamento progressivo para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa, curta, de desenvolvimento vertical, implantada ao nível do bojo e rebaixada em relação ao nível do bordo. Pasta compacta e grosseira de cor creme-acastanhada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre irregular. Superfície alisada, muito irregular, de cor creme-acastanhada. Apresenta deformações no bojo e o exterior encontra-se coberto com fuligem. Peça fragmentada, faltando-lhe parte do gargalo, bojo e colo (vol. I, est. XIX, n.º 38).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 230 mm; Diâmetro máximo da base 90 mm; Diâmetro máximo do bojo 155 mm; Diâmetro máximo do bordo 70 mm.
Capacidade - 2 605,27 cm^3 / 2,60 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 12594; M.H.E.P. 3470.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VII.

39. Jarro de perfil em S e corpo oval. Colo alto e estrangulado e paredes arqueadas a formar um bojo baixo. Bordo extrovertido com lábio boleado de projecção oblíqua e espessado em relação à parede do bordo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com secção de espessura irregular. Asa em fita de secção plano-convexa com uma depressão longitudinal de desenvolvimento vertical implantada ao nível superior do bojo e ao nível do inferior do bordo. Desenvolve uma curvatura muito pronunciado formando um ângulo recto nivelado pelo bordo. Pasta pouco compacta de cor alaranjada com interior cinzento. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de grão médio. Superfície alisada de cor alaranjada. Encontra-se fragmentado ao nível do bojo e do arranque do colo (vol. I, est. XIX, n.º 39).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 225 mm; Diâmetro máximo da base 75 mm; Diâmetro máximo do bojo 150 mm; Diâmetro máximo do bordo 83 mm.
Capacidade - 2 779, 65 cm^3 / 2,77 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11494; M.H.E.P. 3472.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VIII.

40. Jarro de perfil em S de corpo globular. Colo alto e estrangulado e paredes muito arqueadas. Bordo muito extrovertido com lábio boleado e espessado na face exterior formando uma pequena canelura. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo com aresta boleada. Base côncava com espessura irregular com aumento progressivo para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical implantada ao nível superior do bojo e ao nível superior do bordo em relação ao qual se encontra ligeiramente soerguida. Pasta compacta, grosseira, de cor laranja-acastanhada. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de grão médio / grosso. Superfície alisada de cor acastanhada. Apresenta uma marca digitada no arranque inferior da asa. Conserva fuligem em parte da superfície externa. Encontra-se muito deteriorado, faltando-lhe parte do colo e do bordo (vol. I, est. XIX, n.º 40).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 254 mm; Diâmetro máximo da base 111 mm; Diâmetro máximo 192 mm; Diâmetro máximo do bordo 87 mm.
Capacidade - 3 632, 97 cm^3 / 3,63 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 22294; M.H.E.P. 3471.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VI e VIII.

41. Jarro de perfil em S, de corpo globular bem proporcionado. Colo alto e pouco estrangulado com paredes arqueadas de espessura irregular. Bordo extrovertido com lábio boleado de desenvolvimento oblíquo. Fundo discóidal, côncavo, de desenvolvimento oblíquo e espessura regular. Asa de fita de secção plano-convexa que se desenvolve verticalmente a partir da face superior do bojo ao nível do bordo em relação ao qual se

encontra ligeiramente soerguida. Apresenta uma pequena dedeira de preensão junto ao bordo. Pasta compacta, bem depurada, e cozedura uniforme com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfícies bem alisadas, apesar de se notarem as estrias de torneamento. Decoração implantada ao nível do bojo composta por pintura de duas faixas horizontais de cor branca delimitadas por linhas ocres e decoradas internamente por pintas ocres dispostas em linha. Apresenta um orifício circular e a pintura mostra-se já bastante ténue (vol. I, est. XIX, n.º 41).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 176 mm; Diâmetro máximo da base 45 mm; Diâmetro máximo do bojo 125 mm; Diâmetro máximo do bordo 59 mm.
Capacidade - 965,74 cm^3 / 0,96 L.
Depósito - M.S.M.S. n.º Inv. Armário D, n.º 9.
Bibli. - GUIMARÃES 1980, est. XXVI; ALMEIDA 1988, 123, est. I, VII.

Jarros do bocal trilobado (42-46)

42. Jarro trilobado de perfil em S e corpo oval. Colo alto e divergente. Bordo extrovertido com lábio boleado de desenvolvimento oblíquo. Fundo discóidal, ligeiramente côncavo, com aumento progressivo de espessura para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical e aplicação directa ao bordo. Bocal trilobado com goteira oval e lábio arredondado marcado por duas nervuras verticais ao longo do colo. Pasta compacta de cozedura uniforme de cor creme. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada de cor creme-acastanhada com manchas mais claras (vol. I, est. XIX, n.º 42).
Tipologia - Grupo X, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 156 mm; Diâmetro máximo da base 51 mm; Diâmetro máximo do bojo 101 mm; Diâmetro máximo do bordo 50 mm.
Capacidade - 557,44 cm^3 / 0,55 L.
Depósito - Colecção particular, José Cabral.
Bibli. - ALMEIDA 1988, 127, est. V, IX.

43. Jarro trilobado de perfil em S e corpo oval. Colo alto e estrangulado. Bordo extrovertido com lábio arredondado de projecção oblíqua. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com espessura progressiva para o centro com sinais de corte por fio no fundo externo. Asa de fita de de desenvolvimento vertical e fixação ao bordo em relação ao qual se encontra ligeiramente soerguida. Bocal de formato oval com goteira marcada por nervuras que se prolongam até a meio do colo. Pasta compacta, grosseira, de cozedura irregular de cor creme com elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e cerâmica moída de distribuição uniforme. Superfícies externas com alisamento deficiente. Decoração composta por duas linhas incisas paralelas entre si, que marcam o limite do bojo e o arranque do colo. Encontra-se fragmentado ao nível do bordo (vol. I, est. XIX, n.º 43) .
Tipologia - Grupo X, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 156 mm; Diâmetro máximo da base 42 mm; Diâmetro máximo do bojo 92 mm; Diâmetro máximo do bordo 41 mm.
Capacidade - 482,27 cm^3 / 0,48 L.
Depósito - M.H.E.P. n.º Inv. 3100.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. V, IX.

44. Jarro trilobado de perfil em S e corpo oval. Colo alto e muito estrangulado com bordo fragmentado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de espessura regular. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo e aplicação directa no bordo em relação ao qual se encontra ligeiramente soerguida.
Pasta grosseira, porosa, com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície deficientemente alisada de cor acastanhada a cinzenta, coberta por fuligem no exterior. Encontra-se fragmentado ao nível do colo, conservando apenas parte do bordo no local de aplicação da asa (vol. I, est. XIX, n.º 44).
Tipologia - Grupo X, Forma 3 (vol. I, est. XXVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima existente 195 mm; Diâmetro máximo da base 68 mm; Diâmetro máximo do bojo 139 mm.
Capacidade - /.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11194; M.H.E.P. 3467.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. VIII.

45. Jarro trilobado de perfil em S, de corpo oval e bojo baixo. Colo alto e estrangulado. Bordo de projecção oblíqua com lábio arredondado ligeiramente espessado no exterior. Bocal oval com goteira com o mesmo recorte, ligeiramente descentrada, marcada por duas depressões verticais que se prolongam até meio do colo. Fundo discóidal de desenvolvimento vertical ligeiramente côncavo. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, ligeiramente arqueada, decorada por duas caneluras paralelas verticais. Possui junto ao bordo uma pequena dedeira de preensão. Pasta compacta, de cor creme-alaranjada, com abundantes elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio com distribuição uniforme. Superfície alisada com espatulamento na vertical que não encobre as irregularidades da pasta. Decoração composta por pintura no bojo constituida por duas faixas brancas intermitentes delimitadas por riscas ocres. Encontra-se fissurado e falta-lhe uma pequena porção do bordo (vol. I, est. XXI, n.º 45).
Tipologia - Grupo X, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 230 mm; Diâmetro máximo da base 91 mm; Diâmetro máximo do bojo 165 mm; Diâmetro máximo do bordo 82 mm.
Capacidade - 1 877,07 cm^3 / 1,87 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11994; M.H.E.P. 3118.

Bibli. - ALMEIDA 1988, est. I, VII.

46. Jarro trilobado de perfil em S e corpo oval, simétrico. Colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido de projecção oblíqua com lábio boleado. Bocal trilobado com goteira oval, assimétrica, marcada por depressões longitudinais que se prolongam até ao arranque do bojo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo. O bojo é marcado na face superior por uma carena de perfil arredondado que assinala o arranque do colo. Sensivelmente a meio apresenta uma depressão simétrica marcada por duas ligeiras caneluras paralelas entre si. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo. Pasta compacta de cor amarela de boa cozedura com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfícies bem alisadas com polimento acentuado (vol. I, est. XIX, n.º 46).
Tipologia - Grupo X, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 172 mm; Diâmetro máximo da base 62 mm; Diâmetro máximo do bojo 116 mm; Diâmetro máximo do bordo 65 mm.
Capacidade - 793,81 cm^3 / 0,79 L.
Depósito - M.S.M.S. n.º Inv. Armário D, n.º 10.
Bibli. - GUIMARÃES 1980, est. XXVI; ALMEIDA 1988, 123, est. II, IX.

Garrafas (47)

47. Garrafa de corpo cilíndrico. Colo alto com estrangulamento acentuado. Bordo fragmentado. Bojo cilíndrico com canelura de perfil arredondado a marcar o arranque do colo. Fundo côncavo, marcado por um falso pé ligeiramente retraído, com sinais de corte por fio. Pasta compacta de cor creme com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre irregular. Superfície alisada com polimento acentuado. Decoração composta por pintura de duas séries de faixas brancas, delimitadas por riscas ocres. Encontra-se bastante danificado e erosionado, faltando-lhe parte do colo e a totalidade bordo. Apresenta um orifício recente no meio de uma das faixas (vol. I, est. XIX, n.º 47).
Tipologia - Grupo VII, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 145 mm; Diâmetro da base 68 mm; Diâmetro máximo 101 mm.
Capacidade - /.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 22594; M.H.E.P. 3102.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. I, VII.

Bilhas (48-55)

48. Bilha de perfil em S e corpo esférico. Colo alto e curto de estrangulamento suave. Gargalo bitronco-cónico marcado por carena externa de perfil anguloso. Bordo extrovertido com lábio arredondado. Bojo esférico, simétrico, marcado por moldura convexa ao nível do arranque inferior do colo. Fundo plano com pé falso de assentamento radial e espessamento na parte central. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical implantada na face superior do bojo e junto do gargalo onde forma a carena. Pasta compacta de cor bege e cozedura uniforme. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície lisa com polimento acentuado. Conserva uma aguada da cor da pasta espessa e bem conservada (vol. I, est. XIX, n.º 48).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 216 mm; Diâmetro máximo da base 80 mm; Diâmetro máximo 162 mm; Diâmetro do bordo 49 mm.
Capacidade - 1 012,83 cm^3 / 1,01 L.
Depósito - Colecção particular, Mafalda Cabral.
Bibli. - /.

49. Bilha de perfil em S de corpo esférico. Colo alto e curto com estrangulamento acentuado. Gargalo bitronco-cónico marcado por carena externa com lábio boleado, levemente espessado, com projecção oblíqua. Fundo plano de desenvolvimento vertical com espessura irregular. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical implantada na face superior do bojo até à carena do gargalo onde apresenta uma dedeira na união. Pasta compacta de cor castanho-alaranjada com abundantes elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com espatulamento vertical no gargalo e polimento acentuado. Vestígios de aguada espessa e aderente de cor castanha. Apresenta uma fractura na área do bojo paralela ao bordo (vol. I, est. XIX, n.º 49).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 210 mm; Diâmetro máximo da base 72 mm; Diâmetro máximo do bojo 152 mm; Diâmetro máximo do bordo 44 mm.
Capacidade - 1 772,98 cm^3 / 1,77 L.
Depósito - Colecção particular, José Cabral.
Bibli. - ALMEIDA 1988, 136, est. VI, IX.

50. Bilha de perfil em S com corpo ovalado e bojo baixo. Colo alto com estrangulamento acentuado. Gargalo bitronco-cónico marcado por carena externa muito vincada. Bordo extrovertido com lábio recto de projecção oblíqua. Fundo plano de desenvolvimento vertical marcado por ângulo ligeiramente boleado formando um falso pé. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical com nervura interna, implantada no terço superior do bojo ao nível da carena do gargalo.
Pasta compacta de cozedura uniforme de cor castanha com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície exterior alisada de cor castanho-escuro (vol. I, est. XIX, n.º 50).
Tipologia - Grupo VI, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 236 mm; Diâmetro máximo da base 85 mm; Diâmetro máximo 166 mm; Diâmetro do bordo 50 mm.

Capacidade - 2 240,61 cm^3 / 2,24 L.
Depósito - Colecção particular, José Cabral.
Bibli. - ALMEIDA 1988, 136, est. VI, IX.

51. Bilha de perfil em S de corpo ovalado e bojo baixo. Colo alto e pouco estrangulado com gargalo bitronco-cónico marcado por carena de perfil anguloso mas pouco marcada. Bordo extrovertido com lábio boleado com espessamento uniforme em relação à parede do bordo. Fundo discóidal, levemente côncavo, de desenvolvimento vertical e espessura irregular diminuindo para o centro. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo à carena do gargalo. Pasta pouco compacta de cor esbranquiçada, muito porosa, com elementos não-plásticos compostos à base de quartzo e mica de distribuição irregular. Superfície com alisamento deficiente de cor creme clara, com manchas acastanhadas (vol. I, est. XIX, n.º 51).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1a (vol. I, est. XXVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 168 mm; Diâmetro máximo da base 55 mm; Diâmetro máximo do reservatório 114 mm; Diâmetro do bordo 50 mm.
Capacidade - 643,76 cm^3 / 0,63 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 11694, M.H.E.P. 3458.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. III, IX.

52. Bilha de perfil em S e corpo oval. Colo alto e muito estrangulado. Gargalo simples com bordo introvertido e lábio arredondado voltado para o interior. Fundo discóidal, côncavo, muito pronunciado de desenvolvimento vertical e espessura regular. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir da face superior do bojo à face superior do bordo onde apresenta uma dedeira. Pasta compacta de cozedura uniforme de cor creme com abundantes elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície de cor acastanhada com manchas escuras. Alisamento deficiente (vol. I, est. XIX, n.º 52).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1a (vol. I, est. XXVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 180 mm; Diâmetro máximo da base 76 mm; Diâmetro máximo do bojo 159 mm; Diâmetro máximo do bordo 22 mm.
Capacidade - 1 405,71 cm^3 / 1,40 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 17294; M.H.E.P. 3460.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IX.

53. Bilha de perfil em S e corpo ovalado. Colo alto e estrangulado. Bojo alto com estreitamento progressivo para o fundo. Gargalo simples com bordo extrovertido e lábio boleado de desenvolvimento oblíquo. O bojo apresenta um pequeno ressalto no limite superior vincado por duas caneluras que marcam o início do colo. Fundo discóidal, ligeiramente côncavo, de desenvolvimento vertical e espessura progressiva para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa com duas nervuras internas de desenvolvimento vertical implantada no terço superior e desenvolvimento até ao limite inferior do bordo. Conserva a tampa que é formada por um cilindro com perfuração interna guarnecida por uma aba e pega também de formato cilíndrico curta com friso horizontal. Pasta compacta de cor bege. Cozedura uniforme com elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com vestígios de espatulamento vertical de cor bege-acastanhada (vol. I, est. XIX, n.º 53).
Tipologia - Grupo VI, Forma 5 (vol. I, est. XXVII, forma 5).
Dimensões - Altura máxima 195 mm; Diâmetro máximo da base 73 mm; Diâmetro máximo do bojo 115 mm; Diâmetro do bordo 44 mm; Altura da tampa 30 mm; Diâmetro da tampa 49 mm.
Capacidade - 908,58 cm^3 / 0,98 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 22194; M.H.E.P. 3468.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IX.

54. Bilha de perfil sinuoso de corpo esférico. Colo alto e curto muito estrangulado. Gargalo bitronco-cónico com bordo vertical ligeiramente introvertido com lábio vertical de perfil arredondado. Gargalo marcado por carena externa vincada que define o local de preensão das asas. Fundo plano de desenvolvimento vertical e espessura regular. Asas simétricas de desenvolvimento vertical, projectadas para o exterior a partir do terço superior do bojo até à carena do gargalo, em relação ao qual se encontram significativamente soerguidas. Pasta compacta, de cor rosada, com cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com polimento acentuado de cor creme-acastanhada (vol. I, est. XIX, n.º 54).
Tipologia - Grupo VI, Forma 4 (vol. I, est. XXVII, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 234 mm; Diâmetro máximo da base 76 mm; Diâmetro máximo do bojo 165 mm; Diâmetro máximo do bordo 32 mm.
Capacidade - 1 883,09 cm^3 / 1,88 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 23994 [319]; M.H.E.P. 3099
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. II e IX.

55. Bilha de perfil tronco-cónico. Colo alto e muito curto de estrangulamento suave. Gargalo bitronco-cónico com bordo introvertido e lábio arredondado projectado para o interior. Gargalo marcado por carena externa vincada com ângulo pronunciado. O bojo de perfil tronco-cónico invertido apresenta ombros largos, vincados por uma canelura de perfil arredondado. Fundo discóidal, ligeiramente côncavo, de espessura

[319] A indicação de inventário que é referida na descrição de Jorge Almeida, é o n.º 3099, no entanto, a indicação inscrita no fundo da peça é n.º 70 (IPM) que, na lista referente surge – Jarro s/n, proveniência desconhecida –, pelo que optamos por preservar o n.º 3099 e identificá-lo com o número de inventário do Museu D. Diogo de Sousa.

irregular com aumento progressivo para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical do ombro à carena do bordo. A decoração é composta por pintura de faixas ocres organizadas em banda, designadamente na metade inferior do bojo e na face inferior do colo, imediatamente a seguir à canelura que marca o arranque do colo. Pasta compacta de cozedura uniforme de cor bege. Elementos não-plásticos compostos à base de mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento acentuado conservando a aguada de cor bege (vol. I, est. XIX, n.º 55).
Tipologia - Grupo VII, Forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 244 mm; Diâmetro máximo da base 126 mm; Diâmetro máximo do bojo 185 mm; Diâmetro máximo do bordo 48 mm.
Capacidade - 3 535,46 cm^3 / 3,53 L.
Depósito - M.D.D.S., n.º Inv. 11994; M.H.E.P. 3118.
Bibli. - /.

Lucernas (56-57)

56. Lucerna aberta de paredes arqueadas. Bordo envasado e lábio boleado introvertido de desenvolvimento horizontal. Fundo plano. Bocal central cilíndrico que se desenvolve até ao limite superior do bordo, com três fendas verticais ovaladas. Pasta compacta de cozedura uniforme, de cor creme-acinzentada. Elementos não-plásticos compostos à base de quartzo e mica de calibre médio / grosso. Superfície alisada com vestígios de espatulamento. Conserva fuligem no interior e exterior. Bordo fragmentado (vol. I, est. XIX, n.º 56).
Tipologia - Tipo Ivaniy XXI, Loeschcke XIV.
Dimensões - Altura máxima 40 mm; Diâmetro máximo da base 33 mm; Diâmetro máximo do bordo 48 mm; Diâmetro máximo do bojo 68 mm.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. / M.H.E.P. 3095.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IV e XI.

57. Lucerna aberta de perfil tronco-cónico. Bordo ligeiramente extrovertido com lábio aplanado de desenvolvimento vertical. Fundo plano de espessura irregular. Bocal central cilíndrico com três fendas verticais ovaladas que se desenvolvem até ao limite superior do bordo. Asa em fita de perfil oval e secção plano-convexa com três caneluras longitudinais, que se desenvolve do terço inferior do bojo ao limite superior do bordo. Pasta de cor creme, compacta. Elementos não-plásticos compostos à base de quartzo, mica e, em menor percentagem, cerâmica moída, de calibre médio. Superfície alisada com vestígios de espatulamento vertical. Apresenta bastante fuligem no interior e exterior. Apresenta sinais de combustão no interior e no exterior (vol. I, est. XIX, n.º 57).
Tipologia - Tipo Ivaniy XXI, Loeschcke XIV.
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo da base 71 mm; Diâmetro máximo do bordo 87 mm.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 10794; M.H.E.P. 3448.
Bibli. - ALMEIDA 1988, est. IV e XI.

Necrópole da Forca, Gemunde, Maia – *Materiais*

Cerâmicas

N.º Inv.	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo espessado	grosseira	castanha	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 4	M.D.D.S. – 17094	fundo plano, bordo engrossado com carena externa	est. XIX, n.º 1
2.	prato	tronco-cónico	parede recta esvasada	grosseira	castanha	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 1a	M.D.D.S. - 10994	fundo plano com estrias externas, bordo biselado, fuligem	est. XIX, n.º 2
3.	prato	arqueado	parede espessa, bordo reentrante	grosseira	bege	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.D.D.S. - 12094	fundo plano, bordo reentrante com lábio pontiagudo	est. XIX, n.º 3
4.	prato	arqueado	parede arqueada, bordo vertical	grosseira	cinzenta	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 2	M.D.D.S. - 12294	fundo plano, bordo vertical engrossado, facetado	est. XIX, n.º 4
5.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo espessado	grosseira	alaranjada	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 4	M.D.D.S. - 12694	fundo plano, bordo espessado com lábio introvertido	est. XIX, n.º 5
6.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo introvertido	grosseira	castanho	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.D.D.S. - 17194	fundo plano, lábio biselado introvertido	est. XIX, n.º 6
7.	prato	arqueado	parede curva, bordo introvertido	grosseira	alaranjada	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.D.D.S. - 23094	fundo plano, carena ao nível do bordo, lábio biselado	est. XIX, n.º 7
8.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo boleado	grosseira	alaranjada	alisada	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.D.D.S. - 100994	fundo côncavo, carena ao nível do bordo, lábio introvertido	est. XIX, n.º 8
9.	prato	tronco-cónico	parede resta esvasada	grosseira	castanho	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.D.D.S. - 12894	fundo plano espessado, carena ao nível do bordo	est. XIX, n.º 9
10.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo reentrante	grosseira	alaranjada	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	M.S.M.S - 14	fundo plano espessado, carena ao nível do bordo,	est. XIX, n.º 10
11.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo reentrante	média	castanho	rugosa	séc. IV	Grupo IV, forma 3	C.P. - Mafalda Cabra	fundo plano, carena ao nível do bordo	est. XIX, n.º 11
12.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo vertical	média	castanho	alisada	séc. IV	Grupo IV, forma 1	M.D.D.S - 12794	fundo plano adelgassado no centro, estrias externas	est. XIX, n.º 12
13.	frigideira	tronco-cónico	parede recta esvasada	média	castanha	alisada	séc. IV	Grupo V, forma 1	M.D.D.S. - 3444	fundo convexo, asas planas em fita simétricas	est. XIX, n.º 13
14.	frigideira	tronco-cónico	parede recta, bordo reentrante	média	castanha	rugosa	séc. IV	Grupo V, forma 1a	M.D.D.S. - 3438	fundo convexo, asas prolongadas do bordo, faces planas	est. XIX, n.º 14
15.	tigela	hemisférica	parede arqueada, bordo espessado	grosseira	alaranjada	alisada	séc. IV	Grupo II, forma 1	M.H.E.P. - 3096	pé discóidal, fundo plano, bordo espessado com friso interno	est. XIX, n.º 15
16.	malga	hemisférica	parede arqueada, aba horizontal	média	alaranjada	alisada/aguada	séc.IV-V	Grupo XIII, Hayes 52a	M.D.D.S. - 17494	pé discóidal, aba plana descendente, aguada vermelha	est. XIX, n.º 16
17.	taça	arqueado	parede arqueada, aba escalonada	grosseira	alaranjada	alisada/aguada	séc. IV	Grupo II, forma 3	M.H.E.P. - 3096	pé falso, aba soerguida com lábio vertical pontiagudo	est. XIX, n.º 17
18.	taça	hemisférico	parede arqueada, aba plana	média	vermelha	alisada/engobe	séc. IV-V	Grupo XII, Hayes 73	---	cerâ. eng. ver., imitação da forma Hayes 73	est. XIX, n.º 18
19.	pote	globolar	parede arqueada	média	castanha	alisada	séc. IV	Grupo III, forma 1	C.P. - Mafalda Cabral	bordo em aba soerguida com lábio arredondado	est. XIX, n.º 19
20.	copo	em S	parede arqueada, colo alto	fina	castanho	polida	séc. IV	Grupo I, forma 2	M.D.D.S. - 12394	bordo esvasado, labio arredondado, pé facetado curto	est. XIX, n.º 20
21.	copo	em S	parede arqueada, bordo esvasado	fina	castanho	polida	séc. IV	Grupo I, forma 2	M.D.D. S. - 11894	colo alto, bordo esvasado, lábio arredondado	est. XIX, n.º 21
22.	copo	ovóide	parede arqueada, colo alto	fina	castanho	polida	séc. IV	Grupo I, forma 1	M.M.D.S - 11094	colo alto, moldura interna de ligação do fundo	est. XIX, n.º 22
23.	copo	em S	parede pouco arqueada	fina	cinzenta	alisada	?	Grupo I, forma 2	M.D.D.S - 22494	colo alto, bordo esvasado, lábio arredondado, pé discóidal	est. XIX, n.º 23
24.	copo	em S	parede pouco arqueada	fina	castanha	alisada	séc. IV	Grupo I, forma 1a	C.P. - José Cabral	colo alto bordo espessado de perfil arredondado	est. XIX, n.º 24
25.	copo	em S	parede arqueada, oval e alongada	fina	castanha	alisada	séc. IV	Grupo I, forma 3	M.D.D.S - 19894	colo alto, bordo arredondado, pé discóidal	est. XIX, n.º 25
26.	copo	em S	parede recta, esvasada	fina	creme	alisada	séc. IV	Grupo I, forma 4	M.D.D.S. - 17794	colo alto, bordo extrovertido e lábio arredondado	est. XIX, n.º 26
27.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	fina	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 2	M.S.M.S. - Ar. D, 8	colo alto, bordo extrovertido e lábio arredondado, pé discóidal	est. XIX, n.º 27
28.	jarro	em S	parede arquada, corpo oval	média	vermelha	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 11394	colo alto, bordo esvasado e lábio arredondado, asa de fita	est. XIX, n.º 28
29.	jarro	em S	parede arqueada, corpo globular	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 11294	colo alto, bordo curto e esvasado, lábio arredondado, asa de fita	est. XIX, n.º 29
30.	jarro	em S	parede arqueada, corpo globular	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 11794	colo alto, bordo soerguido e lábio arredondado, asa em fita	est. XIX, n.º 30
31.	jarro	em S	parede arqueada, corpo globular	média	castanho	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 10894	colo alto, bordo esvasado e lábio arredondado, asa em fita	est. XIX, n.º 31
32.	jarro	em S	parede arqueada, corpo esférico	grosseira	alaranjado	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 21994	colo alto, bordo esvasado e lábio arredondado, asa em fita	est. XIX, n.º 32
33.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 19994	fragmentado ao nível inferior do colo, asa fragmentada	est. XIX, n.º 33
34.	jarro	em S	parede arqueada, corpo esférico	fina	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 11594	fragmentado ao nível do colo, asa em fita fragmentada	est. XIX, n.º 34
35.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	castanha	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 22094	colo alto, bordo esvasado e lábio arredondado, asa em fita	est. XIX, n.º 35
36.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	alaranjada	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 17594	colo alto, bordo soerguido, asa em fita ao nível do bordo	est. XIX, n.º 36
37.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 22394	colo alto e pouco estrangulado, bordo esvasado, asa em fita	est. XIX, n.º 37
38.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 12594	colo alto, bordo esvasado, asa em fita rebaixada	est. XIX, n.º 38

39.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	alaranjada	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. - 11494	colo alto e pouco estrangulado, bordo esvasado, asa em fita	est. XIX, n.º 39
40.	jarro	em S	parede arqueada, corpo globular	grosseira	castanha	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.D.D.S. – 22294	colo alto, bordo muito esvasado, lábio arredondado espessado	est. XIX, n.º 40
41.	jarro	em S	parede arqueada, corpo globular	média	castanha	alisada	séc. IV	Grupo IX, forma 1	M.S.M.S. – Ar. D, 9	colo alto, bordo esvasado, asa em fita soerguida	est. XIX, n.º 41
42.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	média	creme	alisada	séc. IV	Grupo X, forma 3	C.P. – José Cabral	colo alto de projecção oblíqua, bordo trilobado, asa em fita	est. XIX, n.º 42
43.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	creme	alisada	séc. IV	Grupo X, forma 3	M.E.H.P. – 3100	colo alto de projecção oblíqua, bordo trilobado, asa em fita	est. XIX, n.º 43
44.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	grosseira	castanha	alisada	séc. IV	Grupo X, forma 3	M.D.D.S. – 11194	fragmentado ao nível do colo, asa em fita soerguida	est. XIX, n.º 44
45.	jarro	em S	parede arqueada, corpo oval	média	creme	alisada	séc. IV	Grupo X, forma 2	M.D.D.S. – 11994	colo alto de projecção oblíqua, bordo trilobado, pintado	est. XIX, n.º 45
46.	jarro	em S	parede simétrica, corpo oval	fina	branca	polida	séc. IV	Grupo X, forma 1	M.S.M.S. - Ar. D,10	colo alto de projecção oblíqua, bordo trilobado, canelura no bordo	est. XIX, n.º 46
47.	garafa	recto	parede recta, corpo cilíndrico	fina	creme	polida	séc. IV	Grupo VII, forma 1	M.D.D.S. – 22594	fragmentado ao nível do colo, carena a demarcar o ombro, pintado	est. XIX, n.º 47
48.	bilha	em S	parede recta, corpo esférica	fina	creme	polida	séc. IV	Grupo VI, forma 1	C.P. – José Cabral	colo alto e estrangulado, bocal cilíndrico, asa em fita rebaixada	est. XIX, n.º 48
49.	bilha	em S	parede arqueada, corpo esférico	média	castanha	alisada	séc. IV	Grupo VI, forma 1	C.P. – José Cabral	colo alto e estrangulado, bocal cilíndrico, asa em fita rebaixada	est. XIX, n.º 49
50.	bilha	em S	parede arqueada, corpo oval	média	castanha	alisada	séc. IV	Grupo VI, forma 2	C.P. – José Cabral	colo alto e estrangulado, bocal cilíndrico, asa em fita rebaixada	est. XIX, n.º 50
51.	bilha	em S	parede arqueada, corpo oval	média	branca	alisada	séc. IV	Grupo VI, forma 1a	M.D.D.S. – 11694	colo alto eestrangulado, bordo esvasado, bocal cilíndrico, asa	est. XIX, n.º 51
52.	bilha	em S	parede arqueada, corpo oval	média	creme	alisada	séc. IV	Grupo VI, forma 1a	M.D.D.S. – 17294	colo alto e estrangulado, bordo reentrante, bocal cilíndrico, asa	est. XIX, n.º 52
53.	bilha	em S	parede arqueada, corpo oval	média	creme	alisada	séc. IV	Grupo VI, forma 5	M.D.D.S. – 22194	colo alto e estangulado, bordo de projecção oblíqua, tampa, asa	est. XIX, n.º 53
54.	bilha	em S	parede arqueada, corpo esférico	média	rosa	polida	séc. IV	Grupo VI, forma 4	M.D.D.S. – 23994	colo alto e estangulado, bordo vertical reentrante, asas simétricas	est. XIX, n.º 54
55.	bilha	em S	parede recta, corpo tronco-cónico	fina	creme	polida	séc. IV	Grupo VII, forma 2	---	colo alto e curto, bordo reentrante, bocal cilíndrico, asa em fita	est. XIX, n.º 55

Lucernas

N.º Inv	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
56.	lucerna	arqueado	parede arqueada	média	creme	alisada	séc. IV-V	tipo Ivaniy XXI, Loeschcke XIV	M.H. E. P. - 3095	reservatório globular, bocal central cilíndrico com fendas ovaladas	est. XIX, n.º 56
57.	lucerna	tronco-cónico	corpo tronco-cónico	média	creme	alisada	séc. IV-V	tipo Ivaniy XXI, Loeschcke XIV	M.D.D.S. - 10794	reservatório tronco-cónico, bocal central cilíndrico com fendas vert.	est. XIX, n.º 57

Moedas

Tipo	Anverso	Reverso	Marca	Peso	Diâ.	Eixo	Referências
Roma – 3ª Série, 6ª Officina / 263							
1. *Ant.*	(GALLIENUS AUG) | Cabeça raiada para a direita	VIRTUS-AUG | Soldado de pé, para a esquerda, com escudo e lança	__|VI	2,3 gr.	7 mm	6h	*Ric.* 325; *Thib.* 77; Cun. 1087
Roma – 6ª Série, 10ª Officina / 267 - 268 (emissão do bestiário)							
2. *Ant.*	GALLIENUS AUG | Cabeça raiada para a direita	DIANAE CONS AUG | Veado a caminhar para a esquerda	__|__	2 gr.	21 mm	6h	*Ric*. 179; *Cun*. 1397
Arles – 10ª Officina / 315 - 316							
3. Æ3	IMP CONSTANTINUS PF AUG | Busto à direta	SOLI INV-I-CTO COMITI | Sol de pé, para a esquerda, com a mão direita levantada e o globo na esquerda; *Chlamys* cai-lhe do ombro esquerdo	S | F SARL	3.3 gr.	19 mm	0 h	*Ric.* 239/64; *Com*. 1224
Cyzicus – 2º grupo, 7ª Officina / 347 - 348							
4. Æ4	(DN CONSTA-NS PF AUG) | Cab. dir. diadema pérolas	VOT-XX-MULT-XXX | dentro de coroa de louros	--- SMKZ (?)	1.5 gr.	14 mm	6 h	*oficina inédita (?)*

M.D.D.S. – *Museu D. Diogo de Sousa*, Braga
C.P. – *Colecção particular*
M.H. E.P. – *Museu de História e Etnografia do Porto*, Porto
M.S.M.S. – *Museu da Sociedade Martins Sarmento*, Guimrães

3. Monte Faro , Gemunde, Maia. 13. 06. 04

Castro (?) – Tipo C

Lat. - 41º 16' 50'' N

Long. - 8º 37' 34'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 144 m (C. M 1. 25 000, S.C.E , f. 110 - Maia, 1975)

Encontra-se implantado num pequeno outeiro sobranceiro à veiga formada pelo ribeiro do Arquinho, na sua margem esquerda. Forma uma pequena plataforma horizontal, muito recortada, definida pela curva de nível dos 140 m. Actualmente, a sua topografia encontra-se muito alterada devido à intensa exploração de pedra que originou inúmeras crateras e revolvimento do subsolo.

A sua localização geográfica (Unidade Cartográfica Te10.1 = Unidade Fisiográfica Qgp1 = Aptidão de Terra A1), em plena veiga permitia o acesso a uma extensa mancha de terrenos de elevada aptidão agrícola. O seu posicionamento topograficamente privilegiado, com domínio visual para oeste sobre a Ribeira Donda, conferia ao local alguma importância estratégica.

Apesar de amplamente citado na bibliografia sob a designação de castro uma atenta análise do local não revelou materiais de superfície suficientes que nos permitam, com segurança classificá-lo como castro. No entanto, consideramos a sua inclusão no catálogo pelo facto de se encontrar consagrado na bibliografia.

Bibl. - AZEVEDO 1939, 103; MOREIRA 1969, 21; SILVA 1980, 79; 1986, n.º 371; QUEIROGA 1992, 308.
P.M.H. - Doc. n.º; 163, 266, 267, 321, 323, 331, 411, 427, 430, 482, 522, 528, 554, 597, 723, 783, 878, 879, 523.

4. Quelha Funda, Gueifães, Maia 13. 06. 06

Necrópole

Lat. - 41º 13' 10'' N

Long. - 8º 36' 12'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 78 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 – Maia, 1975)

A necrópole foi "identificada" em 1962 no momento da abertura dos alicerces de uma casa particular tendo sido detectadas e escavadas várias sepulturas.

Segundo o proprietário, Fernando Brás da Cunha, os trabalhadores descobriram as sepulturas na área da garagem a cerca de um metro e meio da actual cota, tendo quebrado a maioria dos vasos para ver se continham moedas, tendo destruído vários vasos. As peças, cerca de duas dezenas na totalidade, foram descobertas em vários conjuntos. Foram recolhidas várias peças pelo proprietário das quais ainda possui quatro, tendo doado ao então Museu da Maia duas peças, uma das quais pintada. Segundo o mesmo todas as peças recolhidas eram exclusivamente de cerâmica comum (bilhas, jarros, potes).

O proprietário observou ainda a existência de uma cova redonda junto á garagem, no actual muro que delimita o jardim, coberta com cinzas e carvão onde foi identificada uma peça em metal, descrita como sendo "um filete com pregos de ambos os lados" que poderá corresponder a uma ferragem.

O espólio actualmente conhecido é composto apenas por seis vasos e vários fragmentos indiferenciados (ALMEIDA 1969, 42). Contudo, apenas tivemos acesso às seis peças que correspondem às que se encontram na posse do proprietário e do Museu de História e Etnologia da Maia, Câmara Municipal da Maia.

Bibl. - PINTO 1929, 159-164; ALMEIDA 1969, 42; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1 / 397.

Catálogo

Jarros

1. Jarro de perfil em S e corpo globular com asa de fita de secção plano-convexa. Pé discóidal de desenvolvimento vertical com base plana de espessura regular, com ressalto no arranque da parede interna. Encontra-se fragmentada ao nível do arranque do colo. Pasta pouco compacta com elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e nódulos de argila de calibre médio (1-2 mm). Superfície alisada, com bom acabamento de cor vermelha (vol. I, est. XX, n.º 1).
Tipologia - Grupo IX, forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima existente 206 mm; Diâmetro da base 70 mm; Diâmetro máximo 150 mm.
Depósito - Colecção particular, Fernando Brás da Cunha.

2. Jarro de perfil em S, de corpo globular com asa de fita de secção plano-convexa de projecção vertical. Pé discóidal de desenvolvimento vertical com base plana com aumento progressivo para o centro. Encontra-se fragmentado ao nível do arranque do colo. Pasta compacta de cor castanha, de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e nódulos de argila de calibre médio (1-3 mm) com elevada concentração. Superfície deficientemente alisada, rugosa, com vestígios de engobe (vol. I, est. XX, n.º 2).
Tipologia - Grupo IX, forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 210 mm; Diâmetro da base 80 mm; Diâmetro máximo 164 mm.
Depósito - Colecção particular, Fernando Brás da Cunha.

3. Jarro de perfil em S de corpo oval. Colo alto e estrangulado. Bordo esvasado de projecção oblíqua com lábio arredondado e ligeiramente espessado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de espessura irregular, com depressão interna no arranque da parede. Pasta compacta de cor castanha, de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e nódulos de argila de calibre médio (1-2 mm). Superfície alisada com vestígios de engobe e manchas de fuligem. Fragmentado no bordo e no do bojo (vol. I, est. XX, n.º 3).
Tipologia - Grupo IX, forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 180 mm; Diâmetro da base 69 mm; Diâmetro do bordo 75 mm; Diâmetro máximo 132 mm.
Capacidade - 1 174,17 cm^3 / 1,17 L.
Depósito - Colecção particular, Fernando Brás da Cunha.

4. Jarro de perfil em S de corpo oval. Colo alto e pouco estrangulado. Bordo de projecção vertical com lábio arredondado e ligeiro espessamento no exterior. Asa de fita assimétrica de secção oval, ligeiramente soerguida em relação ao nível do bordo. Fundo discóidal de base plana e espessura regular. Pasta compacta de cor castanha com cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre fino (0,5-1 mm). Superfície alisada com vestígios de engobe vermelho. Peça restaurada no bojo, colo e asa (vol. I, est. XX, n.º 4).
Tipologia - Grupo IX, forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima existente 160 mm; Diâmetro da base 60 mm; Diâmetro máximo 128 mm.
Capacidade - 942,53 cm^3 / 0,94 L.
Depósito - Colecção particular, Fernando Brás da Cunha.

5. Jarro de perfil em S e corpo oval. Colo alto e pouco estrangulado. Bordo de projecção oblíqua ligeiramente esvasado com lábio de perfil arredondado, ligeiramente espessado em relação à parede do colo. Asa de fita de secção oval ligeiramente soerguida em relação ao bordo. Fundo discóidal de base côncava e espessura regular. Pasta fina e compacta de cor rosada, com cozedura homogénea. Elementos não-plásticos compostos por mica, feldspato, quartzo e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada com espatulamento vertical ao nível do gargalo. Apresenta uma aguada espessa. Encontra-se fracturado ao nível do bordo (vol. I, est. XX, n.º 5).
Tipologia - Grupo IX, forma 2 (vol. I, est. XXVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 175 mm; Diâmetro da base 63 mm; Diâmetro máximo 130 mm.
Capacidade - 999,13 cm^3 / 0,99 L.
Depósito - Museu de História e Etnologia da Terra da Maia (Câmara Municipal da Maia).

6. Bilha de perfil em S e corpo globular com reservatório baixo. Gargalo bitronco-cónico, bordo extrovertido com lábio boleado projectado para o exterior. Bocal circular. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical do bojo ao bordo ligeiramente descentrada do seu perfil de equilíbrio. Apresenta dedeira de perfil convexo na junção da asa com o bordo. Fundo plano, ligeiramente côncavo, com espessura irregular. Pasta fina, muito depurada, de tonalidade bege. Cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por mica e feldspato de calibre médio e distribuição irregular. Superfície alisada e bem polida com vestígios de aguada espessa e aderente de cor bege. A decoração é composta por pintura de três elementos circulares de cor ocre, muito aderente e bem conservada (vol. I, est. XX, n.º 6).
Tipologia - Grupo VI, forma 1 (vol. I, est. XXVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 191 mm; Diâmetro da base 68 mm; Diâmetro máximo 134 mm.
Capacidade - 1 231,20 cm^3 / 1,23 L.
Depósito - Museu de História e Etnologia da Terra da Maia (Câmara Municipal da Maia).

Necrópole da Quelha Funda, Gueifães, Maia – *Materiais*

Cerâmicas

N.º Inv.º	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	jarro	oval	pé discóidal, asa de fita	grosseira/média	bege	irregular	séc. IV-V	Grupo IX, forma 1	C. P. – Fernando Brás	bordo e asa fragmentado, pé discóidal	est. XX, n.º 1
2.	jarro	oval	pé discóidal, asa de fita	grosseira/média	bege	irregular	séc. IV-V	Grupo IX, forma 1	C. P. – Fernando Brás	bordo e colo fragmentado, pé discóidal	est. XX, n.º 2
3.	jarro	em S	fundo plano, bordo esvasado	média	castanha	alisada	séc. IV-V	Grupo IX, forma 2	C. P. – Fernando Brás	lábio arredondado, fundo plano	est. XX, n.º 3
4.	jarro	oval	fundo plano, bordo vertical	média	castanha	rugosa	séc. IV-V	Grupo IX, forma 1	C. P. – Fernando Brás	lábio espessado, asa soerguida	est. XX, n.º 4
5.	jarro	em S	fundo discóidal, asa em fita	fina	rosada	alisada	séc. IV-V	Grupo IX, forma 1	M.H.E.T.M.	lábio arredondado	est. XX, n.º 5
6.	bilha	oval	fundo discóidal côncavo	fina	bege	polida	séc. IV-V	Grupo VI, forma 1	M.H.E.T.M.	lábio arredondado, pintada	est. XX, n.º 6

M.H.E.T.M. – *Museu de História e Etnologia da Terra da Maia*, Maia
C.P. – *Colecção particular*

5. Pedras Rubras, Moreira, Maia 13. 06. 09

Castro – Tipo C

Lat. - 41º 14' 13'' N

Long. - 8º 39' 27'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 74 m (C. M. 1: 25 000, S. C. E., fl. 110 – Maia, 1975)

Encontra-se implantado num pequeno *plateau* próximo do rio Leça, cujo lugar conserva o micro topónimo de *Crestins* / *Monte das Pedras*. Ocupa uma plataforma de planta oval definida pela curva de nível dos 70 m. As duas linhas de água que lhe definem o perfil proporcionam características "defensivas" pela face leste e oeste.

Actualmente encontra-se profundamente urbanizado com a sua topografia completamente alterada sendo difícil de caracterizar do ponto vista arqueológico, topográfico e defensivo.

A análise do local permitiu-nos identificar na sua face nordeste, junto à linha de caminho de ferro (Porto à Póvoa de Varzim), um pequeno pinhal onde é ainda perceptível um talude que poderá, eventualmente, corresponder à sua única linha defensiva. Os poucos materiais de superfície recolhidos no local permitiram identificar alguma cerâmica comum romana e fragmentos de tégula.

Encontra-se integrado numa *Área social*, no entanto, a análise da sua área envolvente permite, com alguma segurança, inseri-lo na Unidade Cartográfica Cd2.1 a que corresponde a Unidade Fisiográfica Lxp1 e terrenos de aptidão agrícola moderada A2, o que significa que os recursos potenciais da área envolvente, do ponto de vista do aproveitamento agrícola, são particularmente favoráveis.

Bibl. - AZEVEDO 1939, 105; SILVA 1980, 79.
P.M.H. - Doc. n.º; 124, 197 (1008), 681, 717, 738.

6. Barreiros - Moreira, Moreira, Maia 13. 06. 09

Casal – Tipo A

Lat. - 41º 14' 20'' N

Long. - 8º 38' 20'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 70 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Identifica-se a partir de vestígios de superfície, nomeadamente fragmentos de tégula e cerâmica comum dispersos ao longo dos terrenos agrícolas localizados à esquerda da estrada municipal que liga a estação de caminho-de-ferro ao lugar de Barreiros, concretamente na Quinta da Boavista.

A topografia do terreno, hoje profundamente alterada por trabalhos de terraceamento para a criação de plataformas para a prática da agricultura, com o consequente aumento da espessura do solo dificulta a avaliação da área de dispersão dos materiais.

A sua localização em vertente suave orientada a oeste, sobranceira ao rio Leça, hoje integra uma *Área social*, pelo que não dispomos de elementos para uma caracterização mais aprofundada, no entanto, pela configuração desenhada pela Unidade Cartográfica Cd2.1, é natural que dela fizesse parte, correspondendo, portanto, à Unidade Fisiográfica Lxp1 com terrenos de aptidão agrícola modera (A2) na sua área de implantação e área envolvente.

Apesar dos parcos vestígios por nós identificados é possível que anteriormente fossem mais abundantes como nos relata Manuel Maia, mas sem que justifiquem a classificação por este apontada. " (...) *Porém, já a época romana (eram evidentes os sinais de romanização junto da margem do Rio Leça no caminho interior que da estação de Barreiros leva a Moreira, Real, onde o Sr. Dr. Cunha e Freitas encontrou pedaços de*

tégulas, etc.). digo, a época romana a desencantou para a ribalta da história. Aparece-nos como Vila Romana. (...) " (MAIA 1954, 15).

Bibl. - MAIA 1954, 15-21; FELGUEIRAS 1958, 15.

7. Avioso (Santo Ovídio), Santa Maria de Avioso, Maia 13. 06. 12
Castro – Tipo C
Lat. - 41º 16' 23'' N
Long. - 8º 36' 45'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 108 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E, fl. 110 - Maia, 1975)

O castro encontra-se implantado no monte de Santo Ovídio, na margem esquerda da ribeira do Arquinho, afluente do rio Leça na sua margem direita. As características topográficas, apesar de profundamente alteradas, evidenciam a existência de um talude que forma uma plataforma artificial ao nível dos 100 m, provavelmente resultante da construção de uma única muralha. A instalação de um caminho de acesso à plataforma superior provocou profundos revolvimentos do subsolo. Na acrópole encontra-se implantada a capela que dá o nome ao monte e um marco geodésico com a cota de 108 m, para além de infra-estruturas de restauração.
A sua implantação em pleno vale do ribeiro do Arquinho não lhe confere especiais condições de defesa nem de protagonismo na paisagem, aproveitando apenas as condições topográficas do pequeno promontório onde se encontra implantado. Integra a Unidade Cartográfica Te10.1 a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgp1 e terrenos de aptidão agrícola elevada A1.
Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere o aparecimento de moedas romanas em meados do séc. XX relacionando este local com a necrópole da Forca (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2).

Bibl. - AZEVEDO 1939, 102-103; ALMEIDA 1969, 33; 1978, 30; MOREIRA 1969, 33; SILVA 1980, 79; 1986, n.º 372; ALARCÃO 1988b, 23; QUEIROGA 1992, 308.
P.M.H. - Doc. n.º, 363, 364, 452, 454, 458, 465, 466, 467, 507, 829 (como castro *amaya* - 520; como castro *avenoso* 323).

8. Ferronho, S. Pedro de Avioso, Maia 13. 06. 12
Marco miliário
Lat. - 41º 16' 47'' N
Long. - 8º 36' 17'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 105 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E, fl. 110 - Maia, 1975)

Marco miliário em granito de formato tronco-cónico. Foi recolhido no lugar de Ferronho em 1894 e "estudado" pela primeira vez pelo Abade Joaquim Pedrosa que, em carta datada de 11 de Maio do mesmo ano, dá conta do achado a Martins Sarmento. (…) *Na 6.ª fui a S. Pedros d'Avioso ver o marco miliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, 'num logar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da Carriça e a 19 m ao poente da estrada de Braga ao Porto.*
Disse-me o dono da caza, que o prazo d'ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades " bouça da pedra d'Anta".Este marco mede d'alto fora da terra 1,40m, é cylindrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior próximo á terra 0,60.
Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas essas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mas dispersas. (…) (LIMA 1940, 206).
Em 1895 foi transferido para a Espinhosa e colocado encostado à edícula de Santo António, na margem da EN 14 de ligação do Porto a Braga, sensivelmente ao km 11, onde se conservou até ao ano 2000, momento

em que foi trasladado para o adro do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, onde presentemente se encontra. Actualmente está praticamente ilegível.
As várias propostas de leitura baseiam-se na cópia efectuada por Martins Capela, que está também na base elaboração da proposta interpretativa de Vasco Mantas, que, pela coerência paleográfica, contextualização arqueológica e concordância com os dados históricos, adoptamos na íntegra. A mesma opção é feita pelos autores galegos que recentemente abordaram o estudo da via XVI do Itinerário de Antonino (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556).
Encontrar-se-á certamente relacionado com o marco miliário identificado no lugar da Peça Má, dedicado a Marco Aurélio Carino seu filho (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 53).

Dim.: Altura máxima - 1,70 m; Diâmetro médio 0,69 m.

[IMP(*eratori*) CAESARI] / [M(*arco*) AVR(*elio*)] CAR[*o*] P(*io*) [F(*elici*)] / [INVICTO] AVG(*usto*) P(*ontifici*) M(*aximo*) / [TRIB(*unicia*) POTEST(*ate*)] II CO(*n*)S(*uli*) [II ...]

Ao imperador César Marco Aurélio Caro, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu segundo poder tribunício, cônsul pela segunda vez (...)

Alt. letras. : *1*: 1:?
2: 1- 4: 2/3
3: 1 - 5: 2/3
4: 1 - 5: 12

Esp. Inter.: 1/4:?; 5: 3,2;

Bibl. - CAPELA 1895, n.º 99, 251; *EE VIII* 205; AZEVEDO 1939, 110; LIMA 1940, 206; ALMEIDA 1969, 17; TRANOY 1981, 207; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1 / 393; MANTAS 1996, n.º 27, 345-348; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556.

9. Castêlo da Maia, Santa Maria de Avioso, Maia. 13. 06. 12
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 15' 34'' N
Long. - 8º 37' 34'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 115 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Vestígios de ocupação romana referenciados pela primeira vez por Carlos Alberto Ferreira de Almeida com base na recolha e análise de materiais de superfície, compostos por tégulas e cerâmica comum. Segundo o autor corresponderia a um assentamento de carácter rural relacionado com a necrópole da Forca (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 2), localizada em Gemunde, no mesmo concelho da Maia. Apesar de identificado o local de aparecimento dos materiais, devido ao elevado índice de urbanização não foi possível confirmar as referências. Integra a Unidade Cartográfica Te10.1, Unidade Fisiográfica Qgp1 a que correspondem terrenos de elevada aptidão agrícola A1.

Bibl. - ALMEIDA 1953, n.º 223-224; ALMEIDA 1969, 43; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/394.

10. S. Pedro de Avioso, Avioso, Maia 13. 06. 13

Ara votiva
Lat. - 41º 16' 40'' N
Long. - 8º 36' 55'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 104 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E, fl. 110 - Maia, 1975)

Ara votiva recolhida em 1963 no decurso de obras de restauro efectuadas na igreja de S. Pedro de Avioso onde integrava o paramento da capela-mor. Actualmente encontra-se depositada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Ara em granito de grão fino da região. Encontra-se fragmentada ao nível inferior do fuste, não se conservando qualquer elemento da base. O capitelapresenta um formato quadrangular, ornamentado por três toros escalonados de perfil arredondado que o demarcam do fuste que, por sua vez, apresenta um formato rectangular e não possui um campo epigráfico delimitado.
A epígrafe é composta por caracteres actuários, relativamente bem vincados, de recorte uniforme, sem inclinação predominante. Paginação equilibrada e simétrica mas de difícil leitura. Apesar de bem conservada a epígrafe apresenta dificuldades assinaláveis na sua interpretação, facto que originou que os poucos autores que se lhe referem tenham produzido leituras muito díspares entre si. A leitura e desdobramento que apresentamos baseiam-se na interpretação de Alain Tranoy (TRANOY 1981, 278), ainda que com ajustamentos.

Dim.: 0,52 / 0,54 x 0,33 (capitel) - 0,23 x 0,27 (fuste) - Camp. Epi.: 0,21 x 0,19

C · S · P / VALMV/S V(*otum*) L(*ibens*) · S(*olvit*) · P(*osuit*)
ou, em alternativa ;
C · S · P / VALAN(i)/S V(*otum*) L (*ibens*) · S(*olvit*) · P(*osuit*)

Alt. Letras: *1*: 1:4,5; 2: 5; 3:6
2: 1:6; 2:6,5; 3:5,5; 4:6; 5:6
3: 1:5,5; 2:6; 3:5; 4:5; 5:5,5

Esp. Inter.: 1: 0,9/1,1; 2: 0,9/1,03

A sua interpretação levanta inúmeras dificuldades, em particular a terminação do nome do deus, que corresponde à transição da segunda para a terceira linha. Inicialmente foi apresentada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA 1969, 26), com as seguintes leituras alternativas – G(*enio*) · S(*ancto*). P(*ublicus*) / VALMI / L(*ibertus*) V(*otum*) L(*ibens*) · S(*olvit*) · P(*osuit*) ou G(*enio*) · S(*ancto*) · P(*ublicus*) / VA(*lerius*) · LMI ? / L(*ibertus*) V(*otum*) L(*ibens*) · S(*olvit*) · P(*osuit*). Na presente interpretação *Valmi* constituiria um teónimo indígena e a dedicação ao Génio encontrar-se-ia reforçada pela relação de proximidade com Alvarelhos sendo a dedicatória ao mesmo deus tópico mencionado na epígrafe dedicada por Saturnino. Leituras posteriores consideram a fórmula inicial como sendo o nome do dedicante representado apenas com as suas iniciais sendo o deus interpretado como VALMUS ou VALANIS (TRANOY 1981, 278). A análise que realizamos ao monumento é clara quanto à leitura da primeira linha que, quanto a nós, terá estado na base da interpretação errónea de Ferreira de Almeida. A identificação da primeira letra como sendo um G deve-se ao facto de o ponto que separa as duas primeiras iniciais se encontrar ligeiramente fragmentado na sua face inferior, sugerindo tratar-se da haste descendente do G, mas, efectivamente, trata-se de um C, pelo que aceitamos a proposta de Alain Tranoy no que respeita à interpretação da primeira linha, no qual identifica o dedicante, aliás em melhor concordância com as regras paleográficas. No que respeita à identificação do

deus a quem é dedicado o altar a leitura da epígrafe não nos sugere outra interpretação que não seja a possibilidade já anteriormente apontada.

Bibl. - ALMEIDA 1969, 26-27; BLAZQUEZ 1970, 65-76; LE ROUX; TRANOY 1973, 214; TRANOY 1981, 278; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/393.

11. S. Pedro de Fins, S. Pedro de Fins, Maia. 13. 06. 13
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 14' 28'' N
Long. - 8º 31' 55'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 145 m (C. M. 1:25000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Encontra-se implantado na margem esquerda da ribeira de Paredes num pequeno *plateau* aplanado de planta oval definido pela curva de nível dos 140 m. Os materiais de superfície (tégulas, imbrices, cerâmica comum e pedras de construção) são muito escassos e o local de maior concentração localiza-se na face sul da plataforma, onde se verifica uma arborização intensa que impede uma visão mais abrangente do local, tendo também contribuído para o encobrimento dos materiais. A sua implantação na vertente orientada a oeste, possibilita um amplo domínio visual sobre o vale que acompanha a ribeira até aos Coronados, local em que o vale se torna mais amplo e mais plano.
Integra a Unidade Cartográfica Te10.1 a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgp.1 cuja aptidão agrícola dos terrenos é elevada A1.

Bibl. - BELLINO 1909, 6; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/395.

12. Castro, Vermoim, Maia. 13. 06. 15
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 14' 30'' N
Long. - 8º 37' 20'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 105 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E. ,fl. 110 - Maia, 1975)

Identifica-se a partir de achados de superfície (cerâmica comum e tégulas) numa área relativamente circunscrita a sudeste da actual igreja matriz de Vermoim. O assentamento encontra-se implantado numa pequena plataforma sobranceira a uma linha de água afluente do ribeiro do Arquinho na sua margem esquerda. A cerca de 1000 m a nordeste encontra-se o castro de Santa Cruz, Barca (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 1), e muito próximo, o casal e necrópole da Agra da Portela (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 13), com o qual certamente estaria relacionado. A sua implantação liga-se directamente à via que passaria a cerca de 500 m a oeste. Corresponde a terrenos de elevada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te 10.1 / Unidade Fisiográfica Qgp1), que formam a veiga do ribeiro do Arquinho.
As referências bibliográficas acrescentam outro tipo de materiais para além dos que tivemos oportunidade de recolher e que, sem dúvida, atestam a natureza da ocupação do local. (…) *Na mesma freguesia junto ao lugar do Castro (junto à Pinta) apareceram restos de tijolos e uma mó de moinho manual giratório* (…) (ALMEIDA 1969, 42).

Bibl. - AZEVEDO 1939, 108-142; ALMEIDA 1969, 42; SILVA 1986, n.º 374; QUEIROGA 1992, 308.

13. Agra da Portela, Vermoim, Maia 13. 06. 15
Casal - Necrópole
Lat. - 41º 14' 37'' N

Long. - 8º 36' 54'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 107 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Os vestígios de superfície, compostos por tégulas cerâmica comum e inúmeras pedras de construção, encontram-se dispersos por uma área de cerca de 2 000m^2. A intervenção arqueológica desenvolvida em 2006 pela empresa "ARCHEOHOJE", no âmbito de trabalhos de minimização de impacto ambiental, apesar de não terem revelado estruturas que permitam identificar o tipo de assentamento, os materiais cerâmicos recolhidos revelam uma ocupação de carácter rural cujas características crono-estratigráficas sugerem uma ocupação tardia, eventualmente contemporânea dos sítios arqueológicos das imediações, designadamente da necrópole da Forca, cuja datação se poderá delimitar na segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. V. A área de dispersão dos materiais ocupa uma pequena elevação que configura uma plataforma relativamente aplanada, de planta oval, cuja cota de 107 m confere algum protagonismo na envolvente permitindo dominar visualmente uma extensa área para norte, nomeadamente a via romana (XVI) desde o Castêlo da Maia até à zona da Laje, Maia. A sua localização, sobranceira à ribeira do Arquinho, na margem esquerda, permitiria o acesso a extensas áreas de terrenos de aptidão agrícola elevada, bem irrigados e protegidos dos ventos dominantes.
A sua área de implantação corresponde a terrenos de levedada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te 10.1 / Unidade Fisiográfica Qgp1), que formam a veiga do ribeiro do Arquinho.
A necrópole, eventualmente associada ao *Casal*, é referida em vários trabalhos sobre a romanização da região (AZEVEDO 1939, 108, 142; ALMEIDA 1969, 42), apesar de não ter chegado até nós qualquer descrição da natureza e enquadramento arqueológico dos achados.

Bibl. - AZEVEDO 1939, 108, 142; ALMEIDA 1969, 42; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/396.

14. Agra da Portela, Vermoim, Maia. 13. 06. 16
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 14' 12'' N
Long. - 8º 37' 46'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 98 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Os materiais de superfície detectados circunscrevem-se a uma área muito restrita no interior da Quinta da Boavista no lugar de Barreiros, junto ao cemitério. Resumem-se a um conjunto de cerâmicas de construção, designadamente tégulas.
A sua área de implantação corresponde a terrenos de levedada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te 10.1 / Unidade Fisiográfica Qgp1) que formam a veiga do Ribeiro do Arquinho.

Bibl. - Inédito, detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica

15. Bicas, Vila Nova da Telha, Maia. 13. 06. 16
Necrópole
Lat. - 41º 14' 52'' N
Long. - 8º 40' 38'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 60 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 – Maia, 1975)

A necrópole foi casualmente descoberta em 1908 na abertura de uma estrada municipal que ligava a estação ferroviária de Pedras Rubras ao largo de Vilar do Senhor[320]. As sepulturas, segundo referência de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que tem por base o relato de Serpa Pinto, eram abertas no saibro e terão sido escavadas de forma pouco rigorosa, conforme se percebe pela descrição "escavaram-se cerca de 10" (ALMEIDA 1969, 42).

Parte do espólio guarda-se no Museu de História Natural e Arqueologia da Faculdade de Ciências do Porto, cuja doação, efectuada por Ana da Silva Moreira, regista a data de 1927[321].

Serpa Pinto faz referência à cerâmica recolhida em Vila Nova da Telha (PINTO 1929, 163).

" (…) *Em 1908 ao abrir-se uma estrada encontrou-se uma necrópole. Cerca de dez sepulturas abertas no solo, sem estruturas. Não houve exploração sistemática e metódica. Russell Cortez atribui a esta necrópole uma peça de "sigillata tardia* (…)*"* (PINTO 1928, 10; CORTEZ 1951, 47).

Refira-se que os materiais mencionados por Rui de Serpa Pinto, Russell Cortez e Carlos Alberto Ferreira de Almeida e os materiais actualmente depositados no Museu de História Natural - Arqueologia da Faculdade de Ciências do Porto, não existe uma correspondência exacta. De facto, o machado de pedra polida, os fragmentos de *dolium*, os vasos de boca trilobada, a cerâmica pintada, a mó de pedra e os metais não se encontram depositados no Museu da Faculdade de Ciências ou qualquer outro da região. Da mesma forma a peça de sigillata publicada por Russell Cortez, não corresponde a nenhuma peça por nós identificado como proveniente da necrópole das Bicas.

Por conseguinte, a imagem que actualmente possuímos da necrópole das Bicas é parcelar e incompleta, que decorre não só do processo da sua centenária descoberta e respectiva escavação, mas, fundamentalmente, do longo percurso dos materiais até à sua incorporação no Museu que terá implicado, de acordo com os relatos, perdas significativas.

Bibl. - PINTO 1928, 53, 10; 1929, 163; AZEVEDO 1939, 140; CORTEZ 1951, 47, fig. 33; ALMEIDA 1969, 42; ALARCÃO, 1988, 32, n.º 1/392; FERREIRA 1995.

Catálogo

Pratos (1-4)

1. Prato de parede recta de desenvolvimento oblíquo. Bordo vertical e lábio de perfil triangular marcado por carena externa. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento integral e espessura regular. Pasta de cozedura irregular de cor bege com o núcleo negro. Elementos não-plásticos compostos por mica e grãos de quartzo de calibre irregular. Acabamento mediano com alisamento irregular conservando-se em alguns pontos vestígios de fuligem (vol. I, est. XXI, n.º 1).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo 85 mm; Espessura do bordo 5 mm.
Capacidade - 617,29 cm^3 / 0,61 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.07.
Bibli. - FERREIRA 1995, 50, fig. 16.

2. Prato de parede recta de desenvolvimento oblíquo. Bordo reentrante formado por aba interna curta com face superior plana e lábio interior de perfil arredondado. Fundo plano de espessura regular de desenvolvimento oblíquo com aresta arredondada. Pasta de cozedura homogénea e textura arenosa de cor alaranjada. Elementos não-plásticos compostos por mica e, em maior percentagem, quartzo de pequeno e médio calibre. Superfícies deficientemente alisadas com vestígios de fuligem (vol. I, est. XXI, n.º 2).

[320] Actualmente, o lugar das Bicas, localizado próximo o aeroporto de Pedras Rubras, encontra-se completamente urbanizado não sendo possível qualquer trabalho de prospecção na área envolvente ao local dos achados.

[321] A referência no "Livro de Entradas" do Museu, efectuada por Rui de Serpa Pinto, regista;
(…) *6. VII. 1927 – Machado polido de fibrolite do lugar das Bicas. V. N. da Telha (Maia). Ofª do sr. A. Da Costa Maia. Vasos, pratos e fragmnetos cerâmicos de necrópole luso-romana (?) de V N da Telha Ofª da Sra D. Ana da Silva Moreira (tendo pertencido ao sr Joaquim Domingues da Silva) por intermédio dos srs A. Da Costa Maia e R. de S. P.* (…).
Posteriormente, incorpora-se o espólio vítreo;
(…) *10. V. 1929 – Dois fragmentos de vasos de vidro do cemº luso-romº do lugar das Bicas* (Vila Nova da Telha) vide pág. 5.(…).

Tipologia - Grupo IV, Forma 3a (vol. I, est. XVII, forma 3a)
Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro máximo 173 mm; Espessura do bordo 7 mm.
Capacidade - 737,86 cm^3 / 0,73 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º de Inv. 27.02.03.
Bibli. - FERREIRA 1995, 36, fig. 12.

3. Prato de parede recta de desenvolvimento oblíquo. Bordo extrovertido em forma de aba curta e ligeiramente pendente. Lábio arredondado marcado por canelura de perfil em U. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com espessura irregular. Pasta de cozedura homogénea de cor acastanhada com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Acabamento cuidado com alisamento e polimento acentuado e aguada integral (vol. I, est. XXI, n.º 3).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XVII, forma 4)
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo 192 mm; Espessura do bordo 5 mm.
Capacidade - 686,55 cm^3 / 0,68 L.
Depósito - M.A.F.C.P. Inv. 27.02.05.
Bibli. - FERREIRA 1995, 40, fig. 14.

4. Prato de paredes arqueadas de desenvolvimento oblíquo. Bordo reentrante e facetado no exterior. Lábio arredondado com espessamento simétrico e aresta interior. Fundo plano, ligeiramente côncavo, de desenvolvimento oblíquo com espessamento progressivo para o centro. Pasta de cozedura homogénea de cor avermelhada. Elementos não-plásticos compostos por quartzo mica e cerâmica moída de calibre médio. Acabamento uniforme com superfície externa alisada (vol. I, est. XXI, n.º 4).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XVII, forma 4)
Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro máximo 250 mm; Espessura do bordo 11 mm.
Capacidade - 1 690,16 cm^3 / 1,6 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.06.
Bibli. - FERREIRA 1995, 50, fig. 15.

Prateira (5)

5. Prateira de paredes planas, perpendiculares ao fundo, levemente esvasadas. Bordo vertical com lábio ligeiramente introvertido de perfil arredondado. Fundo plano com espessamento decrescente para o centro com pé formado por uma fina canelura de perfil trapezoidal com assentamento directo. Pasta compacta de cozedura homogénea de cor castanho-avermelhada. Elementos não-plásticos constituídos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície alisada com polimento acentuado coberta com engobe vermelho em ambas as faces muito espesso e bem aderido.
Corresponde a uma imitação da forma Hayes 50 tipo A da terra sigillata africana e integra o grupo de cerâmicas que designamos por *Cerâmica de engobe vermelho de iverniz não vitrificável* [322] (vol. I, est. XXI, n.º 5).
Tipologia - Grupo XI, Tipo Hayes 50 (vol. I, est. XVII, *Prateiras*)
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo 320 mm; Espessura do bordo 10 mm.
Capacidade - 2 321,39 cm^3 / 2,32 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º de Inv. 27.02.10
Bibli. - CORTEZ 1951, fig. 33; FERREIRA 1995, 50, fig. 17.

Taças (6)

6. Taça hemisférica com bordo formado por aba horizontal de remate biselado. Parede arqueada de perfil em S, com projecção vertical na face superior formando um ângulo de 90º com o arranque da aba. Lábio espessado de perfil arredondado. Fundo plano de espessura uniforme, marcado por canelura excisa de perfil triangular que forma um falso pé sem assentamento directo. A decoração é composta por uma ligeira uma canelura na face intermédia da parede e por uma sequência de caneluras inscritas na face superior do bordo. Pasta bem depurada de cor castanha com abundantes elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento acentuado. Em ambas as faces conserva um engobe vermelho espesso e bem aderido. Face interna corroída (vol. I, est. XXI, n.º 6).
Corresponde a uma peça de imitação ou inspiração na forma tipo Hayes 52 A, integrando morfologicamente o grupo das cerâmicas que designamos por *cerâmica de engobe vermelho de verniz não vetrificável* com abundantes paralelos regionais (6.1.6. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, n.º 9 e 13; Necrópole da Forca, Gemunde, Maia, n.º 15), cuja morfologia, cronologia, difusão e enquadramento estratigráfico em Alvarelhos desenvolvemos no capítulo respectivo.
Tipologia - Grupo XIII, Tipo Hayes 52 (vol. I, est. XVII, *Taças*)
Dimensões - Altura máxima 57 mm; Diâmetro máximo 155 mm; Espessura da aba 3 mm.
Capacidade - 380,71 cm^3 / 0,38 L.

[322] No capítulo referente aos materiais provenientes de Alvarelhos aborda-se o estudo este tipo de prato nas suas diferentes variantes considerando os aspectos morfológicos, enquadramento estratigráfico, associação com outros materiais, paralelos e cronologia. Refira-se, a título de exemplo, as semelhanças morfológicas da presente peça com o exemplar n.º 14 proveniente da Fase IV-V, da *Domus da Lucerna do Golfinho* (6.1.6. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, n.º 14).

Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.04
Bibli. - FERREIRA 1995, 36, 40, fig. 13.

Jarros (7)

7. Jarro de perfil em S de colo alto e corpo oval. Bordo esvasado de projecção oblíqua com lábio arredondado ligeiramente espessado. Asa de fita de secção plano-convexa ligeiramente soerguida em relação ao nível do bordo. Pé discóidal de secção arredondada com fundo plano de espessura uniforme. Pasta compacta de cozedura uniforme. Cor alaranjada com elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Canelura no início do corpo. Superfície alisada com acabamento regular com aguada espessa e aderente (vol. I, est. XXI, n.º 7).
Tipologia - Grupo VIII, forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 165 mm; Diâmetro máximo 62 mm; Espessura máxima 3 mm.
Capacidade - 884, 03 cm^3 / 0,88 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.02.
Bibli. - FERREIRA, 1995, 36, fig. 11.

8. Jarro de perfil em S de corpo oval. Colo alto e estrangulado de projecção vertical. Bordo pouco esvasado com lábio integralmente fragmentado. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical significativamente soerguida em relação ao nível do bordo. Pé discóidal de secção arredondada com fundo plano de espessura regular. Pasta compacta muito homogénea de cor acastanhada. Elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada com acabamento regular (vol. I, est. XXI, n.º 8).
Tipologia - Grupo IX, forma1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 360 mm; Diâmetro máximo 170 mm; Espessura máxima 5 mm.
Capacidade - 7 610,68 cm^3 / 7,6 L.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.01.
Bibli. - FERREIRA 1995, 36, fig. 10.

Vidros (9-10)

9. Copo. Fragmento de bordo e arranque de parede de copo de perfil tronco-cónico com paredes oblíquas. Bordo de projecção oblíqua com lábio ligeiramente reentrante de secção arredondada, engrossado e polido ao fogo. Vidro de cor verde-azeitona com bolhas de ar alongadas e impurezas negras (vol. I, est. XXI, n.º 9).
Tipologia - Tipo Isings 96/106.
Dimensões - Altura máxima 30 mm; Diâmetro máximo 100 mm; Espessura máxima 1,5 mm.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.08.
Bibli. - FERREIRA 1995,48, fig. 21.

10. Copo. Fragmento de bordo e arranque de parede de copo de perfil tronco-cónico. Bordo recto de projecção oblíqua ligeiramente esvasado com lábio de secção recta e arestas vivas. Vidro de cor verde-azeitona, com bolhas de ar alongadas e impurezas negras (vol. I, est. XXI, n.º 10).
Tipologia - Tipo Isings 96/106.
Dimensões - Altura máxima 29 mm; Diâmetro máximo 100 mm; Espessura máxima 1,5 mm.
Depósito - M.A.F.C.P. n.º Inv. 27.02.09
Bibli. - FERREIRA 1995, 48, fig. 21.

Necrópole das Bicas, Vila Nova da Telha, Maia - *Materiais*

Cerâmicas

N.º Inv.º	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	prato	tronco-cónico	bordo reentrante	grosseira/média	bege	rugosa	séc. IV / 1º metade séc. V	Grupo IV, forma 3	M.A.F.C.P. – 27.02.05	vestígios de fuligem	est. XXI, n.º 1
2.	prato	arqueado	bordo reentrante	média	vermelha	engobe	séc. IV - 1º metade séc. V	Grupo IV, forma 3a	M.A.F.C.P. – 27.02.06	vestígios de fuligem	est. XXI, n.º 2
3.	prato	tronco-cónico	bordo em aba	grosseira/média	bege	rugosa	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo IV, forma 4	M.A.F.C.P. – 27.02.07	bordo arredondado	est. XXI, n.º 3
4.	prato	arqueado	bordo arredondado	grosseira	castanha	rugosa	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo IV, forma 4	M.A.F.C.P. – 27.02.10	bordo arredondado	est. XXI, n.º 4
5.	prateira	tronco-cónico	bordo pontiagudo	média	bege	alisada / engobe	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo XI, Tipo Hayes 50	M.A.F.C.P. – 27.02.03	*CEVNV* , Hayes 50 a	est. XXI, n.º 5
6.	taça	semiesférica	bordo em aba horizontal	média/fina	bege	alisada / engobe	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo XIII, Tipo Hayes 52	M.A.F.C.P. – 27.02.04	*CEVNV* , Hayes 52	est. XXI, n.º 6
7.	jarro	oval	bordo aberto	média	bege	alisada	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo VIII, forma 2	M.A.F.C.P. – 27.02.01	bordo arredondado	est. XXI, n.º 7
8.	jarro	oval	bordo aberto	média	bege	alisada	séc. IV – 1ª metade séc. V	Grupo IX, forma1	M.A.F.C.P. – 27.02.02	asa descendente	est. XXI, n.º 8

Vidros

N. Inv.º	Forma	Perfil	Cor	Tecnologia	Decoração	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	copo	tronco-cónico	verde-azeitona	soprado	____	séc. IV – 1ª metade séc. V	Tipo Isings 96/106	M.A.F.C.P. - 27.02.08	bordo polido	est. XXI, n.º 9
2.	copo	tronco-cónico	verde-azeitona	soprado	____	séc. IV – 1ª metade séc. V	Tipo Isings 96/106	M.A.F.C.P. – 27.02.09	bordo em aresta	est. XXI, n.º 10

M.A.F.C.P. – *Museu de História Natural e Arqueologia da Faculdade de Ciências do Porto*
CEVNV – *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*

16. Bicas, Vila Nova da Telha, Maia. 13. 06. 16
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 14' 55'' N
Long. - 8º 39' 52'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 81 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Perto do local da necrópole das Bicas foram identificados e recolhidos por Serpa Pinto (PINTO 1928, 10) vários objectos, nomeadamente uma mó e cerâmica de construção. Carlos Alberto sugere que o local tenha constituído uma área habitacional. A prospecção da área de identificação dos vestígios confirmou a existência de materiais cerâmicos de superfície associados a pedras faceadas que pertenceriam às estruturas. A sua implantação, em suave decline orientado a norte, corresponde a uma plataforma bastante ampla, onde actualmente se encontra o aeroporto de Pedras Rubras, embora os vestígios identificados se encontrem circunscritos a uma pequena parcela de terrenos. Toda a área envolvente ao local em que se encontra implantado corresponde à Unidade Cartográfica Cd2.1 com as características da Unidade Fisiográfica Lxp1, com terrenos de aptidão agrícola moderada.
Almeida Fernandes identifica em Vila Nova da Telha, eventualmente relacionada com os vestígios tardo-romanos, uma paróquia suévica de desmembração, em conformidade com a grande densidade paroecitana no território entre Ave-Vizela e Douro, fundamentado o argumento no título mariano e grande antiguidade da paróquia de Santa Maria de Vila Nova (FERNANDES 1997, 68).

Bibl. - PINTO 1928, 10; ALMEIDA 1969, 43; FERNANDES 1997, 68.

17. Monte Castro, Lavra, Matosinhos. 13. 08. 03
Castro – Tipo C
Lat. - 41º 15' 56'' N
Long. - 8º 42' 49 '' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 25 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E. fl.109 - Matosinhos, 1976)

O castro encontra-se implantado na margem esquerda do rio Labruge, aproveitando um pequeno promontório com um *plateau* de planta circular definida pela curva de nível dos 20 m. As suas condições naturais de defesa são modestas nomeadamente nas vertentes sul e sudeste. A existência de um talude poderá corresponder à única muralha que circundaria o povoado. Os materiais de superfície evidenciam uma romanização intensa, tendo sido recolhidos vários fragmentos de sigillata hispânica (LANHAS; BRANDÃO 1968, 326; ALMEIDA 1969, 34, nota 15). A sua implantação topográfica numa colina suave, desprovida de defesas naturais, assim como os claros indícios de romanização, que atestam a sua ocupação ao longo do séc. I e eventualmente II, indicam claramente a sua vocação agrícola complementada com a exploração de recursos marinhos uma vez que dista do mar apenas cerca de 1 km. Integra a Unidade Cartográfica CU3.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Lgp1, com terrenos de aptidão agrícola moderada A2 em toda a sua envolvência. Na área do castro recolheram-se abundantes materiais tégula e cerâmica comum romana.
A sua proximidade com a *villa* de Fontão, Lavra (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19) sugere uma ligação de continuidade de ocupação e especialização da exploração dos recursos da região, especialmente os marinhos.

Bibl. - RAMOS 1943, 13; FELGUEIRAS 1958, 3, 12-15; ALMEIDA 1969, 34; LANHAS; BRANDÃO 1969, 326; SILVA 1986, n.º 368; QUEIROGA 1992, 309.

18. Angeiras, Lavra, Matosinhos. 13. 08. 03

Tanques de salga e salinas – Complexo Industrial

O presente complexo fabril de produção de preparados de peixe relaciona-se directamente com a *villa* romana de Fontão, Lavra, constituindo um dos raros vestígios do género na costa norte portuguesa[323].

O complexo das cetárias escavadas na rocha da praia de Angeiras forma cinco grupos, que se distribuem por uma área de aproximadamente 400 m – A, B, C, D, E –, segundo a terminologia adoptada pelo autor da última intervenção, cujo levantamento serve de base para a descrição aqui apresentada (CLETO 1995/96, 23-45).

Grupo A

Lat. - 41º 15' 30'' N

Long. - 8º 43' 20'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 5 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

É o conjunto com maior número de cetárias formado por 18 tanques, todas elas escavadas na rocha, num único afloramento de xisto. Os tanques agrupam-se na face leste do afloramento, revelando orientações distintas entre eles que resultam do aproveitamento das características do afloramento. Duas delas (n.º 17-18) encontram-se praticamente destruídas não sendo possível apresentar as suas dimensões. As dezasseis ainda conservadas evidenciam uma capacidade média de cerca de 1,17 m^3, perfazendo um total de 18,72 m^3 para o total do núcleo. Estruturalmente caracterizam-se por possuírem plantas rectangulares ou quadrangulares, assimétricas, a configurarem um trapézio invertido, uma vez que todas elas apresentam o fundo de dimensão inferior ao topo na ordem de 15 a 20 %. Na face superior do afloramento definem-se os muretes que delimitam as cetárias que não revelam qualquer tipo rebaixamento para receber uma tampa. O talhe e tratamento das superfícies são rudimentares apresentando um aspecto rugoso e mal acabado.

Apesar da forte exposição à erosão o conjunto conserva-se estruturalmente intacto.

A caracterização apresentada é sumária e centra a atenção na forma, capacidade e estado de conservação (as medidas do topo e fundo, organizadas pela primeira medida que é a face norte, seguindo-se as restantes pela orientação oeste/leste).

Catálogo

1. Tanque de planta quadrangular de perfil trapezoidal. A face leste revela um fundo mais irregular que na restante estrutura. Orientação - norte / sul.
Dim.: Topo - 1,16m; 1,60 m; 1,30 m; 1,50 m / Fundo - 0,97 m; 1,34 m; 10,5 m; 1,28 m / Profundidade média - 0,86 m / Capacidade aproximada - 1.35 m^3

2. Tanque de planta rectangular de recorte regular. Superfície superior erosionada. Orientação – leste / oeste.
Dim.: Topo - 1.72 m; 1,20 m; 1,76 m; 1,05 m / Fundo - 1,55 m; 0.95 m; 1,55 m; 0.85 m / Profundidade média - 0.70 m / Capacidade aproximada - 1.23 m^3

3. Tanque de planta quadrangular de perfil trapezoidal, assimétrico. Orientação - sudoeste / nordeste.
Dim.: Topo - 1,54 m; 1,20 m; 1,50 m; 1.30 m / Fundo - 1,24 m; 0,90 m; 1,10 m; 0,94 m / Profundidade média - 0,76 m / Capacidade aproximada - 0,84 m^3.

4. Tanque de planta rectangular de perfil trapezoidal assimétrico. Orientação - noroeste / sudeste.
Dim.: Topo - 1,69 m;1,28 m; 1,60 m; 1,22 m / Fundo - 1,27 m; 0,90 m; 1,13 m; 0,85 m / Profundidade média - 0,90 m / Capacidade aproximada - 1,03 m^3.

5. Tanque de planta rectangular de perfil trapezoidal, assimétrico. Orientação - sudoeste / nordeste.

[323] Outras instalações do género são conhecidas na Póvoa de Varzim, Gelfa - Forte do Cão e Vila Praia de Âncora.

Dim.: Topo - 1,23 m; 1,69 m; 1,17 m; 1,75 m / Fundo - 0,82 m; 1,23 m; 0,82 m; 1,23 m / Profundidade média - 0,78 m / Capacidade aproximada - 1,15 m^3.

6. Tanque escavado na rocha de planta quadrangular, assimétrico. Perfil trapezoidal. Cantos arredondados. Orientação - sudoeste / nordeste.
Dim.; Topo - 1,60 m; 1,22 m; 1,38 m; 1,45 m / Fundo - 1,32 m; 1,00 m; 1,10 m; 1,14 m / Profundidade média - 0,70 m / Capacidade - 1,15 m^3.

7. Tanque escavado na rocha de planta rectangular, assimétrica, de perfil trapezoidal. Cantos arredondados e paredes irregulares. Orientação - sudoeste / nordeste.
Dim.: Topo - 1,35 m; 1,65 m; 1,25 m; 1,62 m; / Fundo - 1,07 m; 1,45 m; 1,08 m; 1,38 m / Profundidade média - 0,70 m/ Capacidade aproximada - 1,32 m^3.

8. Tanque escavado na rocha de planta rectangular, assimétrica, com ligeira projecção no canto inferior sudoeste, de recorte irregular. Perfil trapezoidal. Cantos arredondados. Orientação - sudeste / noroeste.
Dim.: Topo -1,57 m; 1,22 m; 1,70 m; 1,29 m / Fundo - 0,89 m; 0,93 m; 1,10 m; 0,89 m / Profundidade média - 0,78 m / Capacidade aproximada - 1,07 m^3.

9. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, ligeiramente assimétrica. Apresenta um perfil acentuadamente trapezoidal, com estreitamento na ordem dos 20%. Orientação - sudoeste / noroeste.
Dim.: Topo - 1,32 m; 1,70 m; 1,25 m; 1,46 m / Fundo - 0,94 m; 1,15 m; 0,96 m 1,00 m / Profundidade média - 0,98 m / Capacidade aproximada - 1,63 m^3.

10. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, ligeiramente assimétrica. Apresenta um perfil trapezoidal, com estreitamento mais acentuado nas suas faces leste e sul. Constitui o reservatório de maior capacidade devido à sua profundidade. Orientação - sudoeste / nordeste.
Dim.: Topo - 1,17 m; 1,68 m; 1,35 m; 1,55 m; / Fundo – 0,88 m; 1,35 m; 0,98 m; 1,30 m / Profundidade média – 1,07 m / Capacidade aproximada – 1,68 m^3.

11. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, assimétrico. Apresenta um perfil acentuadamente trapezoidal com um estreitamento na ordem dos 20 / 25 %. Orientação – oeste / leste.
Dim.: Topo - 1,58 m; 1,38 m; 1,73 m; 1,33 m / Fundo - 1,25 m; 0,93 m; 1,29 m; 1,00; Profundidade média - 0,69 m / Capacidade aproximada - 1,15 m^3.

12. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, ligeiramente assimétrico. Encontra-se implantado na face leste do afloramento, juntamente com o n.º 11, com o qual define o seu alinhamento, divergente de todo o conjunto. Orientação - oeste / leste.
Dim.: Topo - 1,88 m; 1,14 m; 1,92 m; 1,10 m / Fundo - 1,53 m; 0,88 m; 1,62 m; 0,84 m / Profundidade média - 0,75 m / Capacidade aproximada - 1,30 m^3.

13. Tanque escavado na rocha de planta rectangular, assimétrico. Recorte irregular com cantos arredondados. Encontra-se muito destruído na face sul e sudoeste. Orientação - sudoeste / nordeste.
Dim.: Topo - 1,20 m; 0,80 m; ...; ... / Fundo - 1,00 m; 0,60 m; ...; ... / Profundidade média - 0,52 m / Capacidade aproximada - 1,40 m^3.

14. Tanque escavado na rocha de planta rectangular, significativamente assimétrico. Apresenta um recorte irregular. Encontra-se muito destruído na face sul e sudeste. Orientação - leste / oeste.
Dim.: Topo - 1,76 m; 0,90 m; ...; ... / Fundo - 1,45 m; 0,75 m; ...; ... / Profundidade média - 0,57 m / Capacidade média - 0,76 m^3.

15. Tanque escavado na rocha de planta rectangular, ligeiramente assimétrico. Recorte irregular de cantos arredondados. Perfil assimétrico com estreitamento na ordem dos 10%. Orientação norte / sul.
Dim.: Topo - 1,79 m; 1,87 m; 1,86 m; 1,36 m / Fundo 1,67 m; 1,69 m; 1,60 m; 1,32 m / Profundidade média - 0,27 m / Capacidade aproximada - 0,83 m^3.

16. Tanque escavado na rocha de planta quadrangular. Recorte simétrico. Perfil trapezoidal com estreitamento inferior a 10%. Constitui o tanque com a maior área 3,11 m^2, sendo, no entanto, de profundidade média. Orientação - norte / sul.
Dim.: Topo - 1,45 m; 1,55 m; 1,25 m; 1,57 / Fundo - 1,27 m; 1,43 m; 1,20 m; 1,50 m / Profundidade média - 0,43 / Capacidade aproximada - 0,88 m^3.

17. / 18. Tanques escavados na rocha dos quais apenas restas parte de uma das faces. Apresentam com profundidade média 0,70 m e 0, 35 m respectivamente.

Grupo B

Lat. - 41º 15' 40'' N

Long. - 8º 43' 28'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 2 m (C. M 1 : 25 000, S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)
É formado por apenas uma cetária

Grupo C
Lat. - 41º 15' 43'' N
Long. - 8º 43' 20'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 4 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 109 - Matosinhos)
É formada por três cetárias.

Grupo D
Lat. - 41º 15' 43'' N
Long. - 8º 43' 20'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 4 m (C. M. 1 : 25 000 S.C.E., fl. 109 - Matosinhos)
É formado por apenas uma cetária

Grupo E
Lat. - 41º 15' 43 '' N
Long. - 8º 43' 20 '' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 4 m (C. M. 1 : 25 000 S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

É formado por quatro tanques escavados num pequeno afloramento localizado a 100 m a norte do núcleo A, e a poucos metros do núcleo E. Apresentam plantas diferenciadas, mantendo-se, contudo, a tipologia do grupo A que agrupa plantas quadrangulares e rectangulares. As características construtivas são semelhantes ás do grupo A, revelando este conjunto uma maior variedade morfológica. Os perfis revelam estruturas trapezoidais com estreitamento na ordem dos 10 a 20%. A capacidade média deste núcleo centra-se na ordem 1,37 m^3, cerca de 0,20 m^3 superior que o núcleo A.

1. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, assimétrica. Perfil trapezoidal com estreitamento na ordem dos 20%, em maior percentagem no canto inferior sudoeste. Fundo desnivelado em cerca de 0,52 m entre a profundidade mínima e profundidade máxima. Muretes superiores desnivelados. Orientação – norte / sul.
Dim.: Topo - 1,65 m; 1,35 m; 1,70 m; 1,46 m / Fundo - 1,09 m; 0,84 m; 1,21 m; 0,93 m / Profundidade média - 66,5 m / Capacidade aproximada - 1,44 m^3.

2. Tanque escavado na rocha de planta quadrangular de cantos arredondados, assimétrica. Perfil ligeiramente trapezoidal com estreitamento na ordem dos 10 % , em maior percentagem no ângulo nordeste. Fundo desnivelado em cerca de 0,37 m entre a profundidade mínima e a máxima. Muretes desnivelados na superfície. Orientação - sudeste / noroeste.
Dim.: Topo - 1,69 m; 1,74 m; 1,82 m; 1,49 m / Fundo - 1,37 m; 1,40 m; 1,20 m; 1,34 m / Profundidade média - 91, 5 m / Capacidade aproximada - 2,67 m^3.

3. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de cantos arredondados, assimétrica. Recorte muito irregular, particularmente na face nordeste onde apresenta os cantos muito arredondados. Constitui um dos mais pequenos tanques de todo o complexo, apresentando também uma profundidade muito reduzida. O murete da face sudeste, que constitui o elemento de separação com o tanque n.º 4, encontra-se muito erosionado, praticamente ao nível do fundo. Orientação - sudeste / nordeste.
Dim.: Topo - 1,20 m; 0,96 m; 1,29 m; 1,03 m / Fundo - 1,05 m; 0,82 m; 1,20 m; 0,94 m / Profundidade máxima - 0,49 m / profundidade mínima 0,09 m / Capacidade - 0,49 m^3.

4. Tanque escavado na rocha de planta rectangular de canto arredondados, levemente assimétrica. Recorte regular. Perfil trapezoidal com estreitamento das paredes na ordem dos 10%. O murete da face sudeste, que constitui o elemento de separação com o tanque n.º 3, encontra-se muito erosionado, conservando apenas metade da sua altura original. Orientação sudoeste/nordeste.
Dim.: Topo - 1,98 m; ,97 m; 1,90 m; 1,07 m / Fundo - 1,66 m; 0,72 m; 1,70 m; 0,87 m / Profundidade máxima - 0,50 m / Profundidade mínima - 0,19 / Capacidade aproximada - 0,78 m^3.

O complexo salineiro

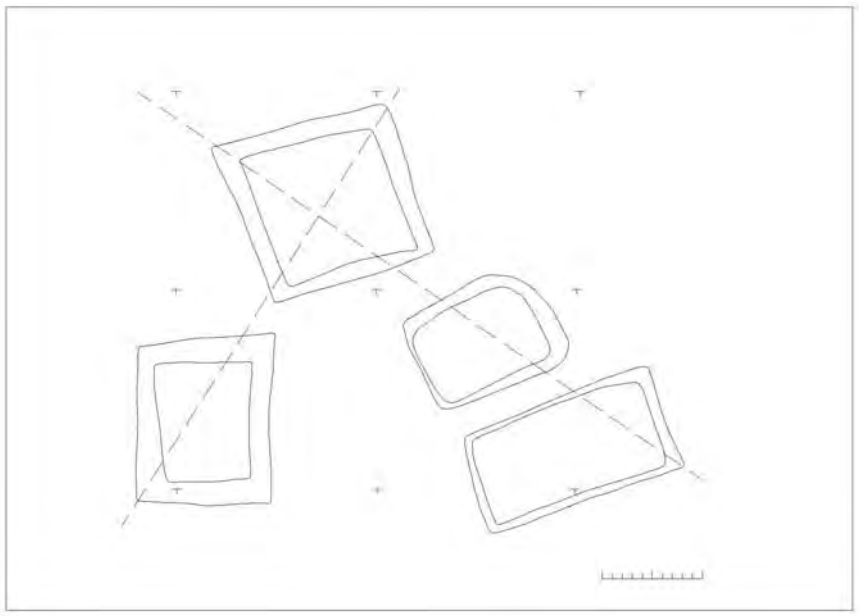
Lat. - 41º 14' 02'' N
Long. - 8º 43' 00'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 10 m (C. M. 1 : 25 000 S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

O complexo salineiro[324] localiza-se a pouco metros do grupo de tanques e constitui o elemento nuclear em toda a estrutura produtiva.
O tanque, no seu estado actual de conservação, é formado por uma estrutura rectangular de 9 m por 20,75 m, pavimentado a seixos rolados de quartzito, de calibre regular, assentes sobre um suporte de barro, delimitado por um murete constituído por pequenas lajes dispostas verticalmente estruturadas com barro e pequenos seixos a preencher os interstícios. Pontualmente verifica-se a existência de um "rodapé", também de seixos, adossado ao murete e pavimento, estruturado como elemento de reforço da estanquicidade da estrutura.
A sua planta, ainda que apenas se conheça parcialmente, sugere uma configuração rectangular com cantos ligeiramente arredondados, como é perceptível no canto nordeste.
A sua actual dimensão, segundo estimativa dos autores da escavação (SILVA; FIGUEIRAL 1985, 108-109, fot. 2) corresponde a cerca de um terço do total.

As cetárias que completariam o complexo industrial foram descobertas na abertura e alicerces para uma construção, no lugar da Bouça da Tapada, lamentavelmente destruídos pelo proprietário, conservando-se apenas, alguns fragmentos do revestimento dos tanques em *opus signinum* em depósito no núcleo arqueológico da igreja paroquial de Lavra, Matosinhos.
Os tanques, segundo o relato de um informador local seriam feitos em "barro", de planta quadrangular, medindo cerca de 80 centímetros de lado e outros tantos de profundidade, dispondo-se em fiadas paralelas, separadas por *"passeios de seixos"*, com cerca de cinquenta centímetros de largura. O fundo dos tanques era igualmente formado por seixos (SILVA; FIGUEIRAL 1986, 178).

Bibl. - ALMEIDA 1969, 38-39; 1972, 6; LANHAS 1969, 318-325; SILVA; FIGUEIRAL 1986, 165-181; ALARCÃO 1988, 32, n.º 1/390; CLETO 95/96, 23-45.

[324] O imóvel encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1970 (D. L. n.º 251 de 3 de Junho de 1970).



Conjunto de setárias - Grupo E (Cleto 1995-96a, 23-45).

19. Fontão, Lavra, Matosinhos. 13. 08. 03

Villa – Tipo B

Lat. - 41º 15' 25'' N

Long. - 8º 43' 20'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 13 m (C. M. 1 25: 000, S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

Encontra-se implantada junto à costa, sendo actualmente visíveis vestígios de superfície numa ampla zona que se estende deste o cemitério paroquial de Lavra até ao caminho pedonal que bordeja a praia.

A *villa* foi identificada pela primeira vez por volta do ano 1900, quando se produziam trabalhos para a fabricação de "maceiras"[325]. Foi recolhido abundante espólio que incluiu, para além do abundante material cerâmico, fragmentos de colunas, capitéis, e restos de mosaicos.

Joaquim Neves dos Santos dedica um trabalho monográfico aos mosaicos da "*villa* de Fontão" e cita João Grave que em 1911 se referia aos achados do seguinte modo;

(...) *Esta afirmação é comprovada por explorações arqueológicas recentemente feitas em Lavra, que desentulharam da movediça aluvião das terras, belos mosaicos duma soberana graça decorativa, que apenas decoravam as vivendas ricas, fragmentos arquitectónicos duma nítida pureza de linhas, fustes de colunas que outrora decerto constituíram pórticos sumptuosos* (...) (SANTOS 1963, 11-12).

Associada à *villa* está o complexo " industrial " de produção de salmouras e preparados de peixe identificado nas imediações, formado por um conjunto de cetárias escavadas na rocha que formam cinco grupos dispersos por uma área de aproximadamente 400 m, ao qual se deverá associar como elemento fundamental em todo o processo a estrutura salineira identificada e intervencionada em 1983 (FIGUEIRAL

[325] A "maceira" é o resultante do processo de rebaixamento da superfície do terreno de modo a aproximá-lo de rochas antigas ou de depósitos de praias antigas sendo, posteriormente, enriquecido o solo superficial com materiais orgânicos e elementos minerais através da aplicação de correctivos orgânicos e adubações, tendo assumido a denominação de "maceira" pela configuração trapezoidal que adoptou.

1986), assim como os tanques em *opus signinum* de formato quadrangular, dispostos em fiadas paralelas separadas por "passeios" (FIGUERAL; SILVA 1986, 178; CLETO 1995-96, 38).

Na igreja paroquial de Lavra, encontram-se em depósito um conjunto de fragmentos de *opus signinum*, que terão pertencido à estrutura referida, assim como um conjunto de fustes de colunas e vários fragmentos de mós rotativas. Do conjunto de mosaicos referenciados apenas identificamos um conjunto de fragmentos já muito deteriorados, actualmente em depósito no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. São seis blocos diferenciados.

Embora nos pareça clara, a vocação da exploração na transformação e processamento dos recursos marítimos, a *villa* de Lavra, devido à sua localização beneficiava também de excelentes recursos para a prática da agricultura. A área envolvente integra a Unidade Cartográfica que hoje corresponde à *Área social* de Lavra, para oeste desenvolve-se a Unidade Cartográfica Cd 4.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Ltp1 e, por sua vez, terrenos de aptidão agrícola moderada A2.

Almeida Fernandes identifica um *pagi* "Labrencio", associado aos vestígios arqueológicos referidos, argumentando que, em favor desta identificação, o remoto fenómeno da redução toponímica, admitindo mesmo que Labrencio se terá formado de Labra, forma antiga de Lavra[326]. Aos factores que concorrem para esta interpretação acresce ainda o título de S. Salvador que condiz com a organização paroecitiana, podendo ainda servir para abonar por aqui esta sede de paroécia (FERNANDES 1997, 74).

Catálogo

1. REF. MDDS 370 - 94

O fragmento apresenta o *rudus* de cor rosa, bastante friável e arenoso devido à grande quantidade de cerâmica moída que o compõe. O *nucleus* é de cor clara de cal com textura fina onde assentam as *tesselas* calcárias de cor branca e negra.

Dada a pequena dimensão do fragmento não é possível identificar qual o motivo decorativo representado, bem como o tipo de *opus* utilizado no assentamento das *tesselas*.

2. REF. MDDS 178-95

O *nucleus* deste fragmento possui as mesmas características do fragmento anterior e as *tesselas* são também calcárias de cor branca e negra. O motivo decorativo apresenta uma composição triangular formado pelas *tesselas* negras, leva-nos a colocar a possibilidade de ter sido utilizado um *opus vermiculatum* na concepção do mosaico.

3. REF. MDDS 180 - 95

O *nucleus* e o *rudus* deste fragmento possuem as mesmas características dos anteriores. As *tesselas* calcárias são também de cor branca e negra, mas aqui surgem duas *tesselas* em cerâmica de cor laranja. O motivo decorativo parece-nos ser o de uma corda. Dada a pequena área que dispomos é igualmente difícil determinar o tipo de *opus.*

4. REF. MDDS 177 - 95

O *nucleus* e o *rudus* deste fragmento possuem as mesmas características dos fragmentos anteriores (MDDS 370-94; MDDS 178-95; MDDS 180-95). As *tesselas* são igualmente calcárias, de cor branca, negra e duas em cerâmica de cor rosa-velho. As *tesselas* negras (8) formam uma linha e as duas tesselas rosa estão colocadas paralelamente às negras. O tipo de *opus* utilizado no assentamento das tesselas poderá ter sido também o *opus vermiculatum*.

5. FER. MDDS 179 - 95

Conjunto composto por três fragmentos, sendo dois de pequenas dimensões e um ligeiramente maior, encontrando-se todos em muito mau estado de conservação. O *nucleus* e o *rudus* possuem as mesmas características dos fragmentos anteriores (MDDS 370-94; MDDS 178-95; MDDS 180-95; MDDS 177-95). As *tesselas* são igualmente calcárias de cor branca e negra. O fragmento maior, provavelmente da orla do mosaico, conserva uma argamassa e fragmentos de telhas inseridas lateralmente que, provavelmente, serão o resultado do processo de levantamento do mosaico. Pelo tipo de *rudus* e *nucleus*, assim como o tamanho das tesselas é provável que todos estes fragmentos tenham pertencido a um mesmo painel.

[326] (…) *monasterium Labra que est fundato ab antiquo in ripa maris* (…) PMH Dipl. Et Char.t, doc. n.º 12; (…) *inter Ave et labrugia … Território Labrense* (…) PMH Dipl. Et Char., doc. n.º 281 (FERNANDES 1997, 74, nota 175).

6. REF. MDDS 176-95
Rudus arenoso de cor clara, com grande percentagem de cal, formando pequenos nódulos. A pasta é pouco friável e possui uma dureza considerável. O *nucleus* de cor clara, com textura fina e compacta, recebeu as *tesselas* calcárias de cor branca, negra e laranja-escuro. O motivo decorativo perceptível neste fragmento é composto por uma faixa de *tesselas* brancas limitada por *tesselas* laranja escuro e negras, junto ás quais parece esboçar-se o desenvolvimento de uma corda composta por tesselas negras e brancas. Em relação aos demais fragmentos este registam-se diferenças ao nível do *rudus*, *nucleus* e mesmo da dimensão de *tesselas* que, neste caso, são bastante irregulares e de menores dimensões.

Bibl. - SEVERO 1905-1908, 403; PEIXOTO 1905-1908, 228; FELGUEIRAS 1958, 13-15; LANHAS; SANTOS 1963, 11; BRANDÃO 1969, 304-313; ALMEIDA 1969, 36-37; 1972, 6; CASTROVIEJO 1974, 30-32; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/391; CLETO; SANTOS 1991.

20. Recarei, Leça do Balio, Matosinhos 13. 08. 04
Castro - Tipo C
Lat. - 41º 13' 38'' N
Long. - 8º 40' 52'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 48 m (C. M. 1 : 25 000 S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

Encontra-se implantado num outeiro na sua margem direita do rio Leça. O promontório configura uma plataforma de reduzidas dimensões de planta oval. As condições naturais de defesa são reduzidas, especialmente na face norte. Actualmente, a topografia do local encontra-se profundamente alterada devido à construção de habitações e terraceamentos agrícolas. O subsolo encontra-se revolvido e a cobertura vegetal existente não permite recolhas de superfície significativas de forma a poder avaliar a natureza dos materiais, assim como a sua área de dispersão.
A sua implantação corresponde a uma *Área Social*, não sendo possível avaliar com rigor as características das unidades pedológicas e de aptidão da terra. No entanto, a configuração da Unidade Cartográfica Te10.1, que corresponde a terrenos de aptidão agrícola elevada (A1/F1) desenvolve-se ao longo da Ribeira do Arquinho permitindo considerar que o castro se encontraria implantado no interior da respectiva Unidade Cartográfica ou nas suas imediações, dispondo, portanto, de recursos significativos para a prática da agricultura.
A sua implantação geográfica, sobranceira à ponte da Pedra (4.2. *o povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42), que corresponde à travessia do Leça da via de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* (via XVI) terá certamente favorecido o seu desenvolvimento em época romana.

Bibl. - SILVA 1986, 85, n.º 370; QUEIROGA 1992, 38.

21. Ponte da Azenha, Leça do Balio, Matosinhos 13. 08. 04
Ponte
Lat. - 41º 13' 34'' N
Long. - 8º 37' 49'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 33 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

A ponte da Azenha ou de Barreiros encontra-se implantada sobre o rio Leça no lugar de Barreiros. O topónimo que a identifica advém da existência de uma azenha que se localiza a montante, implantada na margem direita, no concelho da Maia[327].
Integrava a via secundária que ligava *Cale* ao norte pela ponte de D. Zameiro. O seu traçado, tem início na margem direita do Douro, no Porto. Após utilizar a mesma travessia que a via oficial *Olisipo* / *Bracara*

[327] Também denominada localmente por Ponte dos Ronfos (TEIXEIRA; FONSECA 2004).

Augusta, passava por Cedofeita, Monte dos Burgos e Padrão da Légua para se dirigir em seguida para a ponte de Barreiros ou Azenha. Após a travessia do Leça, passava ligeiramente a oeste do casal de Barreiros, Moreira, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 6), dirigindo-se para Moreira, onde se encontra documentada em época medieval como *Karraria antiqua*[328], seguindo pela divisória de Vilar do Pinheiro e Gemunde passando por Mosteirô, onde, na sua face oeste, se detectou uma necrópole (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 74), na face leste a respectiva *villa* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 75) e, um pouco mais a leste, o casal de Arões (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 76), para chegar a Modivas. A partir deste ponto derivava novamente para leste em direcção a Gião de Baixo, onde passava a oeste do Castro Boi (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 78), e de Vairão, a leste de Vilarinho e finalmente cruzar o Ave, no local onde em época medieval se construiu a Ponte de Ave ou Ponte de D. Zameiro. A partir deste local o traçado desenhado pela via romana seria o utilizado posteriormente pela estrada velha de Barcelos (AZEVEDO 1939, 119; MARÇAL 1950, 31-35; ALMEIDA 1968, 169; ALMEIDA 1980, 162, nota 50).
Esta vestuta via constitui uma das principais ligações do Porto ao norte de Portugal e à Galiza, tendo sido utilizada desde época medieval até aos nossos dias como caminho de peregrinação a Santiago de Compostela.

A implantação da ponte realizou-se num trecho do rio em que este apresenta um trajecto rectilíneo, sem oscilação significativa de cotas, num local em que o leito se apresenta perfeitamente regularizado, portanto, menos susceptível a alterações de caudal e à formação de fortes correntes.
De tipologia claramente romana, apesar das várias intervenções de restauro, a ponte conserva as principais características da sua fábrica de origem. É construída em alvenaria de granito e apresenta um tabuleiro horizontal de perfil longitudinal, assente em três arcos de volta perfeita, iguais entre si.
Os dois arcos laterais apresentam agulheiros para assentamento do cimbre, enquanto que o arco central apresenta uma consola saliente ao nível do saimel. A estrutura de três arcos de volta perfeita, com vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m, apoia-se nos estribos inseridos nas margens e em dois pilares implantados no leito do rio. Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de blocos de granito aparelhados pela face exterior, dispostos em fiadas horizontais.
Os dois pilares, apoiados directamente no afloramento rochoso do leito do rio, apresentam a secção rectangular e conservam talhamares e esporões de construção parcialmente autónoma, adossados à estrutura da ponte a montante e a jusante respectivamente, sendo os primeiros altos de perfil triangular e, os segundos ligeiramente mais baixos e rectangulares. Ambos ultrapassam os arranques dos arcos, encobrindo as primeiras aduelas e invadindo parte dos tímpanos.
O tabuleiro, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, implantado a cerca de 10 m do afloramento granítico do leito do rio, conserva o pavimento revestido de lajes de granito de pequena e média dimensão.
O paramento dos tímpanos e estribos é formado por aparelho isódomo ou pseudo-isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte deles lisos, alguns deles almofadados e/ou com marcas de utilização de "*ferrei fórfices*" da fábrica de origem. A estereotomia do paramento evidenciam uma grande variabilidade na dimensão dos silhares, facto que, associado à existência de um significativo número de

[328] Dois documentos datados de 1112 fazem referência a uma estrada velha em Moreira – (…) *in villa quos vocitant Moraria subtus mons Petras Ruivas discurrent Rio Leza território Portucal… et per longo in illa karraria antiqua et iacet inter vobis illa de Omnega et illa de Villanos … concedimus ad vobis illa larea de Estevata que se leva de illa karrarea antiqua et per in illo monte de longo* (…) –, D.M.P.D.P., doc. 391; 392 | Dipl. Et Ch., doc. 128. A partir de Modivas o traçado desenhado pela via romana seria o que foi posteriormente utilizado pela estrada velha de Barcelos, já estudada por outros autores, encontrando-se amplamente documentada na bibliografia da especialidade (AZEVEDO 1939, 119; MARÇAL 1950, 31-35; ALMEIDA 1968, 169; ALMEIDA 1980, 162, nota 50),

siglas, especialmente localizadas no intradorso dos arcos, documenta as obras de restauro de que foi alvo na Idade Média.

A modelação da obra reflecte uma simetria característica da engenharia romana, perceptível, entre outros aspectos, na distância entre os pilares e respectivos estribos.

A ponte da Azenha apresenta os dois pilares assentes directamente sobre a rocha de base, documentando-se apenas a regularização do afloramento num plano horizontal único para facilitar o assentamento da silharia.

Os três arcos de volta perfeita apresentam vãos regulares reflectindo uma simetria assinalável, sendo as aduelas de perfil trapezoidal e recorte homogéneo, aparelhadas em todas as faces, respeitando uma métrica muito precisa. Alguns dos silhares conservam o "almofadado" característico destas construções, assim como os orifícios de encaixe do fórceps. O lançamento dos arcos efectuou-se a partir da colocação de um cimbre cujas soluções de apoio não deixaram registo na face interior dos pilares.

Os intradorsos dos arcos revelam paramentos regulares, com silhares de dimensão homogénea, dispostos em fiadas alternadas.

Os dois pilares apresentam uma planta rectangular e conservam-se até ao nível do arranque dos arcos, conservando-se o do lado norte estruturalmente inalterado. A sua fundação faz-se directamente sobre o afloramento, que revela um tratamento de nivelamento para assentamento da primeira fiada de silhares. O pilar da margem sul, intervencionado até ao nível do seu apoio, apresenta uma consola ligeiramente saliente reflectindo a intenção de reforço do apoio.

Os talhamares, localizados na face montante, apresentam uma planta triangular e desenvolvem-se para além do arranque dos arcos, invadindo parcialmente os tímpanos, sendo rematados com lajes horizontais, ligeiramente salientes ao paramento dos mesmos. A sua actual configuração resulta de obras de conservação e restauro posteriores ao seu momento de construção, do qual apenas se conserva o terço inferior, perceptível no travamento dos elementos que compõem as estruturas dos pilares que constituem, efectivamente, o prolongamento das fiadas do aparelho original. Não apresentam qualquer esporão ou vestígio da sua existência.

O tabuleiro da ponte, com cerca de 4 m de largura e 30 m de comprimento, sem passeio, conserva o revestimento de lajes de granito, de recorte rectangular de pequena e média dimensão dispostas alternadamente.

As guardas actualmente existentes resultaram da intervenção da década de 90 do séc. XX, revelando um recorte geométrico, claramente em oposição à estereotomia da silharia que compõe o resto do imóvel.

Os tímpanos conservam paramentos regulares, compostos por fiadas horizontais, sensivelmente até ao nível interior dos arcos, local a partir do qual é perceptível a alteração estrutural do paramento com a intromissão de elementos de diferente natureza, calibre e tratamento da superfície. No tímpano da margem norte verifica-se a existência de várias fiadas até ao nível inferior do pavimento do tabuleiro particularmente alteradas, cuja morfologia desvirtua a linguagem expressa pelo paramento do alçado do tímpano da margem norte, que se poderá caracterizar como uniforme e bem proporcionado.

Os estribos constituem os elementos mais sacrificados da obra original, devido à construção de muros de suporte dos terrenos adjacentes. As alterações em ambas as margens são de tal forma significativas que não é possível efectuar uma caracterização da sua composição estrutural. Importa apenas referir que o estribo da margem norte, na face jusante, revela a existência de um esporão em forma de contraforte, de formato semicircular, projectado para além do alinhamento dos pilares. Este facto, por si só, é revelador que o estribo original se prolongaria substancialmente mais para o interior da margem e que, devido ao encurtamento posterior, necessitou de um reforço suplementar.

Em 2004 a ponte sofreu amplos trabalhos de requalificação que implicaram o desmonte parcial da estrutura tendo possibilitado uma melhor caracterização e conhecimento do edificado, nomeadamente das técnicas construtivas, assim como documentar as diferentes acções de restauro de que foi alvo ao longo da sua existência.

Bibl. - FREITAS 1950, 50; ALMEIDA 1968, 167-168; 1969, 18-19; ALMEIDA 1980, 160-161, est. II, n.º 1; MACIEL 1987, 385.

22. Ponte da Pedra, S. Mamede de Infesta, Matosinhos 13. 08. 06

Ponte

Lat. - 41º 12' 24'' N

Long. - 8º 36' 47'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 40 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

A Ponte da Pedra[329] é formada por um tabuleiro horizontal apoiado num arco de volta perfeita. Possui sensivelmente 4 m de largura e 45 m de comprimento, distando o fecho dos arco 10 m do nível médio da linha de água. Encontra-se em estado de degradação assinalável, apresentando a montante o arranque do arco em elevado estado de ruína. Actualmente apresenta o tabuleiro empedrado com lajes de granito de formato rectangular, ao gosto medieval, assim como guardas em granito formadas por silhares rectangulares com a face superior facetada.

Apesar da sua origem romana estar atestada por vários silhares almofadados, e de manter a sua planta original. As obras de restauro realizadas em diferentes momentos descaracterizaram a sua traça original[330].

Bibl. - ALMEIDA 1969, 16; ALMEIDA 1980, 155; MANTAS 2000, 73.
P.D.C. – Doc. XXXVII 1034.

23. Montedouro, Perafita, Matosinhos 13. 08. 07

Necrópole

Lat. - 41º 13' 40'' N

Long. - 8º 42' 18'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 35 m (C. M. 1: 25 000. S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

Sepultura escavada na rocha redescoberta[331] por Rocha Peixoto (PEIXOTO 1908, 288). Posteriormente, foi citada durante a década de cinquenta do século passado (FELGUEIRAS 1958, 12-13; SANTOS 1955, 158-160). As descrições além de sumárias são vagas, no entanto, o aparecimento de materiais romanos nas cercanias, nomeadamente de tégulas, contribuíram para que mantivéssemos a sua referência. Não são conhecidos materiais resultantes de escavações ou achados fortuitos.

Bibl. - PEIXOTO 1908, 288; SANTOS 1955, 158-160; FELGUEIRAS 1958, 12-13.

---

329 Localmente é também designada por ponte de Santa Ana.

330 Vasco Mantas, a partir da análise dos restos construtivos dos paredões defensivos dos encostos contra a corrente aponta uma datação da sua construção para a época de Adriano ou Caracala, de acordo com a cronologia que propõe para os principais momentos de obras e balizagem da via de *Bracara Augusta – Cale* (MANTAS 2000, 73).

331 A necrópole é descrita pela primeira vez em 1880 por Martins Sarmento em carta dirigida a Leite de Vasconcelos, datada de 18 de Junho (…) *Quando ahi estive, o nome Perafita, freguezia que não fica longe de Leça, obrigou-me a ir lácolher informações sobre um menhir que eu sonhava, e de que havia de por força haver ainda tradições. O paracho (Salvador) nada sabia, e remetteu-me para o Cabo do Mundo (sic), onde habitava um padre velho d'aquelles sítios. O padre velho também nada sabia, mas indicou-me uma campas abertas em rocha, uma muito curiosa, mas ameaçada pelos montantes que já se acercavam d'ella e que talvez a estas horas já a tenham posto em hastilhas. Fica no Monte d'ouro (nome que entendo é o mesmo que Monte d'Or entre o Lima e o Ancora). Perto d'esta campa ha ainda uma outra partida (para nascente), perto d'uma leira chamada das Antinhas. Tudo isto é expressivo.* (…). (VASCONCELOS 1900, 88).

24. Pampelido, Perafita, Matosinhos 13. 08. 07
Necrópole
Lat. - 41º 13' 50'' N
Long. - 8º 43' 10'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 10 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 109 - Matosinhos, 1976)

Necrópole composta por duas sepulturas identificadas em data anterior a 1899 (FELGUEIRAS 1958, 12-13). Informações orais recolhidas por Joel Cleto relacionam o local com o aparecimento de materiais romanos, nomeadamente tégulas e cerâmica comum.
Não são conhecidos materiais resultantes de escavações ou achados fortuitos.

Bibl. - PEIXOTO 1908, 288; SANTOS 1955, 158-60; FELGUEIRAS 1958, 12-13.

25. Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão 13. 12. 13
Ponte
Lat. - 41º 20' 55'' N
Long. - 8º 31' 05'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 28 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A ponte da Lagoncinha é actualmente uma notável obra de engenharia medieval[332]. No entanto, o arco da margem esquerda conserva características tipicamente romanas relativas ao momento da primeira construção e ter-se-á mantido por se encontrar fora do leito do rio. Efectivamente, este conserva elementos que o distinguem dos demais arcos sendo o único de volta perfeita e de menores dimensões.
Depois de inúmeras obras de restauro, especialmente a realizada pela Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais em 1952-53[333], o aspecto da construção revela um conjunto de características que a torna difícil de classificar tipologicamente. Actualmente, a ponte possui cerca de 125 m de comprimento e 9 m de largura. Apresenta um tabuleiro quebrado, apoiado em seis arcos de desigual tamanho entre si, sendo três deles apontados (2ª, 3º, 6º), um de volta perfeita (1º) e dois deles ultrapassados (4º e 5º). Apresenta contrafortes com talhamares triangulares e talhantes quadrangulares. Os quebra-mares apontados revelam também diferentes dimensões, assim como os contrafortes que são rectangulares de perfil trapezoidal. As guardas medem cerca de 1, 20 m de altura e são formadas por silhares rectangulares dispostos verticalmente. O tabuleiro quebrado conserva o lajeado em granito.

Obs. - Monumento Nacional, Dec. Lei n.º 32.972 de 18 de Agosto de 1943, Zona Especial de Protecção, Diário do Governo n.º 31 de 6 de Fevereiro de 1961.

---

[332] A ponte foi alvo de várias intervenções anteriores à desenvolvida pela Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais, entre as quais, a mais significativa, terá sido promovida por Dona Gontinha ou Goncinha, de acordo com o relato de Frei Leão de S. Tomás na *Benedictina Lusitana*, mais tarde mencionada nas Memórias Paroquiais de 1758.
(…) *a ponte da Langoncinha no sitio da freguezia de Santa Marinha de Louzado, ponte Romana que a reedificou Dona Goncinha pela qual antiguamente hia a estrada do Porto para Braga cortando pelas fraldas da Serra da Corviam e passando pela freguezia de Esporaes e Coutada dos arcebispos se metia pelo postigo de S. Sebastian da dita cidade de Braga e por ali hera a via militar que de Braga hia para Lisboa e hua das sinco que refere o itenerario de Antonino Pio, a qual ponte há muytos annos a esta parte pouca serventia tem.* (…) (*AP*, vol. II, pp. 312).
[333] Registam-se inúmeras obras de restauro e conservação da ponte a partir do séc. XVI; a primeira intervenção data de 1502, motivado pela queda de um arco, tendo a Câmara do Porto procedido à sua reparação; 1533 e 1536 registam-se novas obras de restauro promovidas pela mesma Câmara; As obras promovidas pela DGEMN em 1952/52 implicaram o desmonte integral da construção, tendo sido reforçadas com cintas de betão os intradorsos dos três arcos a sul e repostos os tímpanos e reconstituídos os contrafortes e quebra-rios e realizado o seu enchimento com betão. Em 1987 foi realizada a limpeza da vegetação, reparação das guardas e tomadas as juntas. As obras de restauro da ponte da Lagoncinha foram alvo de uma obra monográfica cujo repertório fotográfico bem ilustra o volume de obras realizado (*BDGEMN* 87, Famalicão 1957).

Bibl. - *BDGEMN* 1957, n.º 87; ALMEIDA 1968, 28; 1986, 132-145; Tesouros artísticos de Portugal, Lisboa 1976; IPPAR, Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado, *Inventário*, vol. 2, Lisboa, 1993; LOZA; TEIXEIRA 1999, 51.

26. Pidre, Água Longa, Santo Tirso 13. 14. 02
Casal - Tipo A / *Tesouro monetário*
Lat. - 41º 15' 17'' N
Long. - 8º 29' 47 '' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 140 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 111 - Paços de Ferreira, 1976)

Tesouro monetário recolhido em Abril de 1973, juntamente com outros materiais cerâmicos, nomeadamente ânforas, cerâmica comum e " restos de fundição ", num pequeno promontório, implantado sobre o rio Leça, no lugar de Santa Cruz (PEREIRA 1997, 36-37). O seu local de implantação, sobranceiro à veiga da Agrela, com terrenos de elevada aptidão agrícola na sua área envolvente, associada aos materiais recolhidos e aos vestígios de construções à superfície corresponde a um assentamento de tipo casal.
Castro Hipólito, em função da análise de cinco moedas, refere que a datação do tesouro rondará os meados do séc. IV – (...) *Um pote de barro, e um montão de moedas, "do século III e algumas identificadas como sendo do ano 515"??. Moedas de; Constatinus I* (como *Augustus) – 307-337; Constatinus II* (como *Caesar) – 324-327; Crispus (317-326), CII (324-327), ou Cs (324-337)* - como *Caesares ; 1 moeda entre 330 e 346.Tesouro enterrado pelos meados do século IV, disperso sem ter sido examinado.* (...) (HIPÓLITO 1974, 5-6).

Bibl. - HIPÓLITO 1974, 5 - 6; *Moeda*, vol. I, n.º 5, 13 ; ALARCÃO 1988, 24, n.º 1/404; PEREIRA 1997, 36-37.

27. Monte Grande, Alvarelhos, Trofa. 13. 14. 03
Castro (Castellum Madiae), aglomerado urbano secundário / *Vicus* – Tipo A
Lat. - 41º 19' 21'' N
Long. - 8º 37' 10'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 222 m (C.M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantada num dos contrafortes transversais da franja leste da serra de Santa Eufémia que se prolonga com uma orientação sul / norte, desde o lugar da Carriça até Guidões.
As plataformas onde se encontra implantado desenvolvem-se em declive moderado para o vale da ribeira da Aldeia, afluente do rio Ave na sua margem esquerda.
O substrato rochoso é granítico, embora a estação se localize próximo de uma zona de contactos com xistos grauvaques onde é frequente o aparecimento de quartzitos e rochas ftaníticas.
A sua topografia revela um pendor com orientação oeste / leste atenuada por duas elevações que contrariam o desnível natural em direcção ao vale. A primeira, denominada localmente por Monte Grande, desenvolve uma planta circular com uma cota máxima de 222 m, formando uma plataforma superior relativamente plana, mas pouco extensa. As suas faces sul / norte e leste têm um pendor mais marcado definindo um talude, hoje ocupado por um caminho, a que, provavelmente, corresponderá a sua única linha defensiva. A face nordeste possui uma vertente mais suave formando uma plataforma de ligação para o interior do maciço montanhoso, que neste local revela características semi-planálticas.
A segunda elevação, denominada por S. Marçal, frequentemente referida como o topónimo da estação arqueológica, encontra-se na face sudeste da estação. Possui uma configuração cónica com vertentes íngremes, hoje alteradas por um caminho que o circunda até ao topo. A pequena plataforma superior foi aplanada artificialmente para a implantação de uma pequena capela, hoje completamente destruída, cujo orago confere o topónimo à elevação.

A parte intermédia que medeia entre as duas elevações forma uma plataforma bastante extensa de orientação sudoeste / nordeste, com uma ligeira projecção para norte, sendo delimitada nos seus extremos por duas linhas de água que circundam a estação nas faces nordeste e sudeste respectivamente e que marcam topograficamente a planta alongada da área arqueológica.
Genericamente, forma uma planta alongada, de perfil irregular, marcada por pendores moderados em todas as suas faces à excepção do lado noroeste.
Os terrenos em que se encontra implantada são hoje ocupados parcialmente por vegetação arbórea, identificando-se também alguns terrenos agrícolas dispersos pelos vários núcleos habitacionais, nomeadamente em Monte Grande, Sá; Sobre-Sá, Quinta do Paiço e Quinta dos Aidos. Em tempos mais recuados, para além das alterações topográficas que sofreu com a construção de habitações e a criação de plataformas artificiais em socalcos para a prática da agricultura, foi também alvo de exploração esporádica de pedra, provavelmente para a edificação das construções e muros limítrofes, que originaram seis pedreiras, localizadas no Monte Grande e Quinta dos Aidos, que, apesar da sua pequena dimensão, destruíram ruínas e respectivas estratigrafias associadas.
A área arqueológica encontra-se implantada na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola A0. No entanto, nas suas imediações, nomeadamente, para leste desenvolvem-se terrenos de aptidão agrícola moderada e elevada que, genericamente correspondem ao vale desenhado pela Ribeira da Aldeia (a norte, na zona de Alvarelhos, Cidoi e Guidões - Unidade Cartográfica Cd2.4 = Unidade Fisiográfica Qxp1 = aptidão agrícola moderada A2 / a sul na zona de Muro, S. Roque e Quintão – Unidade Cartográfica Te10.1 = Unidade Fisiográfica Qgp1 = terrenos de aptidão agrícola elevada).

Apesar de amplamente mencionada na bibliografia arqueológica, fundamentalmente devido a achados fortuitos, de que é exemplo a pátera de prata que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia e do tesouro monetário de cerca de cinco mil denários de prata recolhido em 1971, o castro ao longo deste século nunca tinha sido alvo de uma abordagem de investigação sistemática, contando apenas com uma intervenção pontual efectuada por José Fortes em 1899, e também uma outra da mesma amplitude realizada por Serpa Pinto, em Setembro de 1926, no lugar dos Aidos, da qual não resultou qualquer memória ou registo. Posteriormente, em 1986 foi desenvolvida uma intervenção enquadrada pelos Serviços Regionais de Arqueologia, sob a responsabilidade científica de Lino Tavares Dias, cujos resultados são abordados no estudo monográfico.
Reunimos o material mais significativo recolhido ao longo dos anos que tem vindo a ser publicado de forma dispersa com o propósito de sistematizar a informação existente sobre a estação prévia à nossa intervenção.

Obs. - Classificado como Monumento Nacional desde 16 de Julho de 1910. Beneficia de uma Zona Especial de Protecção desde 1976 que foi rectificada e ampliada em 1992.

Bibl. - COSTA 1706-08, 366; SARMENTO 1883/1884; 1933, 165, 168; 1970, 48-52; FORTES 1899, 7-28; FERREIRA 1907, 285; 1923, 47; AZEVEDO 1939, 101-102; SANTARÉM 1956, 63-64; 1977, 161-170; TEIXEIRA 1965, 46; ALMEIDA 1969, 31-32; 1973, 207; 1978, 29; TORRES 1978-1979, 15-250; SOEIRO 1980, 237-243; SILVA 1980, 79-90; 1986, 83, n.º 355; CRUZ 1982, 3, nota 2; CENTENO 1987, 34-41, 111; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/350; MOREIRA 1992, 34-47; 2007, 34-41; QUEIROGA 1992, 168, n.º 240; ALMEIDA 1992, P.D.M de Vila do Conde;
P.M.H. - Doc. n.º 14 (907), 16 (908), 65 (979), 126 (979), 151 (986), 158 (990), 382 (1052), 413 (1059), 603 (1076), 616 (1083), 729 (1089).

Achados epigráficos

Lápide funerária

Lápide funerária recolhida em 1972 por Carlos Faya Santarém, no lugar de Sobre-Sá, Alvarelhos. Encontrava-se deslocada do seu contexto arqueológico original, servindo de padieira, na entrada de uma mina de água. Encontra-se actualmente exposta no Museu de História e Etnografia da Maia.
Lápide de granito de grão médio da região, de forma paralelepipédica, ligeiramente irregular. Encontra-se fracturada no extremo inferior, onde há vestígios de existência de mais uma linha. Não existe delimitação do campo epigráfico. Gravação nítida e bem vincada em caracteres actuários regulares de recorte desigual. A paginação é deficiente. No fim da antepenúltima linha, devido à exiguidade de espaço, as letras tiveram que ser mais apertadas e reduzidas na dimensão, assim como os espaços interlineares.

Dim.: 77/80 cm x 28/31 cm x 15/20 cm; Camp. Epig.: 70 cm x 25 cm

MADE/QVIS(*enses*) / STATV/ERVNT / LADRO/NO · CA/MALI · F(*ilio*) / ANTONIO / A(*nimo*) · L(*ibentes*) · MO(*numentum* ?) (...).

Os Madequisenses erigiram de livre vontade este monumento a Ladrono António, filho de Camalo.....

Alt. letras: *1*: 1: 6; 2: 7; 3.4: 7;
2: 1: 7; 2: 5; 3: 5,5; 4: 5;
3: 1: 6; 2: 5,5: 3: 6; 4: 6,5; 5: 5;
4: 1: 4,5; 2: 6,5; 3: 5; 4: 5,5; 5: 6;
5: 1: ?; 2: 5,5; 3: 6,5; 4: 7; 5: 5,5;
6: 1: 6; 2: 5,5; 3: 5,5; 4: 6;
7: 1: 5; 2: 4,5; 3: 5; 4.5: 5;
8: 1.2.3: 5,5; 4: 5; 5: 6; 6: 5,5; 7: 5;
9: 1: 6,5; 2: 5; 3: 5,5; 4: 6;

Esp. Inter. 1. 2: 2; 3: 2/4; 4: 2/3; 5: 2; 6: 2; 7: 1,5/2; 8: 1/3; 9: 1/2

A sua datação poderá ser efectuada segundo um critério paleográfico que o coloca em iguais circunstâncias com a inscrição rupestre da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, datada dos meados do séc. III (inscrição dedicada pelos *Fidueneae* a *Cosunea*, divindade que tem vindo a ser habitualmente identificada com Marte) onde também se nota um alargamento da letra M (SILVA 1980, 85).
O antropónimo indígena *Camalus*, interpretado como de origem céltica por Untermann (UNTERMANN 1965, 85-86), encontra-se amplamente representado na Galécia e é particularmente típico da região de Braga onde surge cerca de 15 vezes (TRANOY 1981, 35), enquanto que, *Ladronus*, também antropónimo indígena, é menos frequente, mas manifesta-se também em outros monumentos da região[334] (*Infra*, 3. *O povoamento proto-histórico)*.

Bibl. - *Jornal de Notícias* 23/1/1973; LE ROUX; TRANOY 1974, 252, n.º 16; *AE* 1977, 451; SANTARÉM 1977, 161-170, est. I; SILVA 1980, 84-86, est. III, V, n.º 2; TRANOY 1981, 376; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/350; MOREIRA 1992, 19, fot. 3.

[334] Veja-se uma epígrafe proveniente de Penafiel (LE ROUX; TRANOY 1974, 251-252), e outra de carácter funerário de Cárquere, Lamego - *CIL* IIS, 5248; *ILER* 4876, que apresenta a leitura *Laron*i, mas que, segundo interpretação de Armando Coelho, dever-se-á ler *Ladroni* (SILVA 1980, 85, nota 26).

Marco miliário

O marco miliário descoberto por Domingos de Oliveira Maia no decurso das obras de construção de um dos dois torreões que compõem actualmente o solar da Quinta do Paiço, segundo informação epistolar do Abade de S. Cristóvão do Muro a Martins Sarmento (SARMENTO 1970, 53-54), sendo, naturalmente, anterior a 1869, quando é publicado pela primeira vez por Emílio Hübner (*CIL* II, n.º 4736).
Coluna cilíndrica de granito bem torneado de diâmetro regular com inscrição relativamente bem conservada, mas incompleta, uma vez que se encontra fragmentado na base. Apresenta uma gravação nítida com caracteres bem vincados e com dimensão regular, apesar de um certo desgaste generalizado. Na face superior revela um pequeno orifício. Apresenta a particularidade pouco comum de utilização da *hedera* nas 1ª, 2ª e 5ª linhas.
Conserva-se no local do seu achamento na Quinta do Paiço, Alvarelhos, Trofa.
Após a confrontação das diferentes versões[335] a leitura e transcrição que propomos corresponde à apresentada por Vasco Mantas e de Rodrigues Colmenero (MANTAS 1996, 353).

Dim.: Alt. - 1,12 m; Diâm. - 1,94 m.

IMP(*eratori*) *(hedera)* · CAESARI / TRAIANO *(hedera)* · HADRIANO / AVG(*usto*) / PONTIF(*ici*) · MAX(*imo*) / TRIB(*unicia*) · POTEST(*ate*) (*hedera*) · XVIII / CO(*n*)S(*uli*) III P(*atri*) P(*atriae*) / A · BRACARA AVG(*usta*) / (...)

Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, Pontífice Máximo, do poder tribunício dezoito vezes, Cônsul três vezes, Pai da Pátria, a Bracara Augusta ....

Alt. letras: *1*: 1 - 10 : 10
2: 1 - 15: 10
3: 1 - 3: 10
4: 1 - 9: 10
5: 1 - 15: 10
6: 1 - 8: 10
7: 1 - 11: 11
8: 1 - 4: (?)

Esp. Inter. 1. 19; 2; 3,5; 3: 3,5; 4: 4; 5: 3,5; 6: 3; 7: 3; 8: 2

Apesar de fragmentado na base, omitindo a distância a *Bracara Augusta*, provavelmente corresponderia à milha XXII ou XXIII, uma vez na Trofa Velha, na ponte do rio Sedões (4.2. *O povoamento. Catalogo das estações*, n.º 28, II), apareceu um miliário dedicado a Constante que refere a XXI milha a *Bracara*.
Adriano exerceu o poder tribunício pela décima oitava vez entre 10/12/133 e 9/12/134, pelo que o miliário deverá ser datado do ano 133.

Rodríguez Colmenero propõe uma 9ª linha na qual se identifica a parte superior dos numerais que registam o número de milhas (XXIII), cuja interpretação integral faz da seguinte forma;

[335] Linha1/2; 4/5 - Martins Capela e Vasco Mantas referem a existência das hederas; Linha 5 – TRIBU POTEST . XVIII (Soromenho e Vasco Mantas) / TRIB. POTEST XVII (Martins Capela); Linha 6 – COS. III.P.P. (Santarém; Vasco Mantas; ILER); Linha 8 é referida por Vasco Mantas.

IMP(*eratori*) *(hedera)* · CAESARI / TRAIANO *(hedera)* · HADRIANO / AVG(*usto*) / PONTIF(*ici*) · MAX(*imo*) / TRIB(*unicia*) · POTEST(*ate*) (*hedera*) · XVIII / CO(*n*)S(*uli*) III P(*atri*) P(*atriae*) / A · BRACARA AVG(*usta*) / [M(*ilia*) · P(*assuum*)] X [X]III.[336]

Bibl. - *CIL* II, 4736; *ILER* 1849; JORDÃO 1859, n.º 737; CAPELA 1895, 132-133, n.º 28; CRUZ 1940, 206; SANTARÉM 1956, 69-70; ALMEIDA 1969, 17; SARMENTO 1970, 48, 53-54; 1982, 33; MANTAS 1996, 352-356; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 631, n.º 554.

Ara votiva

Ara recolhida num terreno agrícola do castro em data anterior a 1893, momento em que, a partir da Quinta do Paiço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmento, tendo sido posteriormente oferecida ao Museu Etnológico Português, pelo abade Sousa Maia em 1905, através de Félix Alves Pereira, que nesse ano efectuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho e obteve inúmeros materiais arqueológicos, entre os quais vários provenientes de Alvarelhos[337]. Encontra-se depositada no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, n.º E 16711).

Ara votiva de grão fino da região, trabalhada nas quatro faces, ligeiramente danificada no fuste, sem prejuízo da leitura da epígrafe. Fuste liso. A inscrição ocupa a totalidade de uma das faces, não havendo qualquer definição do campo epigráfico. A base foi utilizada para a colocação da fórmula final consacratória. Apresenta no local do fóculo uma saliência cónica.
Tendência para alinhamento segundo um eixo de simetria. Inscrição em caracteres actuários bem nítidos e vincados, com inclinação predominante à esquerda. Paginação deficiente. O espaço foi mal calculado, ficando a última linha com caracteres de menores dimensões que os anteriores, assim como os espaços interlineares, particularmente o quinto espaço. Desta forma, foi necessário utilizar a base como suporte para a colocação da fórmula final consacratória.
Muito provavelmente tratar-se a de uma alusão ao génio tutelar de Alvarelhos, facto aliás referido a propósito do local exacto do seu aparecimento[338].

---

[336] Refira-se que os autores apresentam na interpretação da epígrafe a referência numérica de XXIII e na tradução a referência à 24ª milha (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 631, n.º 554).

[337] A carta de agradecimento de Leite Vasconcelos, assim como a promessa de publicação da notícia na revista da instituição, *O Archeólogo Português, é* datada de 28 de Fevereiro de 1905. Esta viria a ser publicada em 1905 (VASCONCELOS 1905, 381-382) e dá conta do conjunto de materiais então recolhidos, que transcrevemos parcialmente, limitando-nos, naturalmente, aos materiais provenientes de Alvarelhos – (...) *Do Ver.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia, ... um fragmento, de forma especial, pertencente talvez a algum vaso do castro de Alvarelhos....; um capitel romano, do castro de Alvarelhos; um machado de pedra, do castro de Alvarelhos; um denário deste mesmo castro, e uma moeda de cobre hispânica; vários pesos de barro, de Alvarelhos;... um fundo de passador e um bico de bilha de barro, de Alvarelhos;... um bordo de vaso ornamentado, com incisões, de Alvarelhos; ... uma ara votiva, do castro de Alvarelhos...* (...) (VASCONCELOS 1905, 381-382). Documenta-se o acontecimento no acervo epistolar de José Leite de Vasconcelos, conforme se aprecia em carta endereçada por este ao Abade de Canidelo, em 28 de Fevereiro de 1905 (BRANCO 1963, 37-38).

[338] No noroeste português o culto ao Génio identifica-se numa ara procedente de Alvarelhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27) e na epígrafe da Quinta de Rios de Cima, freguesia de Caires, concelho de Amares. A ara de Rios de Cima, concelho de Amares, foi identificada em 1983 por José Pedro Ribeiro e publicada em 1985 por José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1985, 41-49). Revela algumas particularidades que a distância da epígrafe de Alvarelhos, designadamente a origem do dedicante e algumas características paleográficas, como sejam, a menção da divindade no final, após a referência do dedicante. Segundo a leitura do autor – Q(*uintus*) . SABI/NIVS · FLOR/RVS · GEN/IO · V(*otum*) · S(olvit) · L(*ibens*) · M(*erito*) – Quinto Sabínio Floro cumpriu de bom grado o voto ao Génio, digno de merecimento –, constituirá um dos únicos exemplares conhecidos no convento bracaraugustano de um altar dedicado a este deus a título privado. A sua leitura não levanta problemas de maior e tem sido ao longo da sua já vasta bibliografia unanimemente desdobrada – GENIO / SATVR/NINVS / CATVR/ONI[V]S F(*ilius*) / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo*). O facto de na epígrafe de Alvarelhos o Génio ser mencionado sem qualquer epíteto indígena tem sido interpretado como sendo um exemplo de um marco no processo de romanização, que aqui é reforçado pelo facto de o dedicante ser indígena e pelas características formais da própria epígrafe, designadamente a estrutura textual e a utilização da fórmula final consacratória - *votum solvit libens animo* –, que revelam uma profunda aculturação. Alain Tranoy, ao referir-se ao culto da divindade tutelar romana *Genius*, acentua a importância do altar, designadamente por constituir um importante elemento de fundamentação da interpretação do estatuto de Alvarelhos (TRANOY 1981, 322).

Dim.: 66 cm x 23 cm x 80 cm; Camp. Epig.: 29 cm x 20 cm

GENIO / SATVR/NINVS / CATVR/ONI*(u)*S F(*ilius*) / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo)*

Saturnino, filho de Caturão, de boamente cumpriu o voto ao Génio.

Alt. letras. : *1*: 1:4;2.3.4.5:4;
2: 1.2.3:5;4:5,5;5:5;
3: 1:5;2:4,5:3.4:4;5:5;
4: 1.2:4,5;3:5,5;4.5:5,5;
5: 1.2.3:3;4:4,5;5:4;
6: 1:4,5;2:5;3.4:5,5;

Esp. Inter.: 1: 1,5/2; 2: 2/2,5; 3: 3; 4: 1,5/2; 5: 1,5; 6: 2.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida este *Genius* tratar-se-ia de um deus local, tópico, polivalente e, por isso, assim genericamente apelidado, subentendendo-se, desta forma, a localidade ou a gentilidade a que pertencia.
Caturonis é um antropónimo particularmente frequente na onomástica local e regional. É construído a partir do antropónimo indígena *Caturo* na medida em que este nome representa um processo de latinização por aproximação aos nomes romanos, neste sentido a terminação deverá ser entendida em - *ius* (TRANOY 1989-90, 218). Constitui para alguns autores um dos antropónimos mais originais desta região com provável interpretação de "guerrilheiro", em clara evocação da importância do latrocínio entre os povos castrejos (MARTINS; SILVA 1984, 39, notas 23-24; SILVA 1986, 269; 2003, 48)[339].

Dos vários exemplos próximos destacam-se três provenientes de Braga.
1) - TARQVINIVS / CATVRONI F(*ilius*) (*annorum*) XI / H(*ic*) · S(*itus*) · E(*st*) [340]
2) - ADRONVS / CATVRONI / P(ou F?) · (?) · CIE · AN(*norum*) (--) / H(*ic*) · S(*itus*) · E(*st*) [341]
3) - ALBVR/A · CAT/VRONIS / F(*ilia*) · (*castellum* ?) · LETI/OBRI? · A/NN(*orum*) · LXX / H(*ic*) · S(*ita*) · E(*st*)[342]

Bibl. - *CIL*, II, 6338 f; *ILER*, 543; GUIMARÃES 1901, 56; PIMENTEL 1902, 311; VASCONCELOS 1905, 296-298, fig. 139; MATOS 1905-1908, 124; 1947, 65; CARDOZO 1935, 46; 1947, 194; LIMA 1940, 43, 58-59; SANTARÉM 1956, 65-66; ALMEIDA 1969, 26; TRANOY 1981, 322; ENCARNAÇÃO 1985, 41-49; ALARCÃO 1988, 19, n.º 17348; GAMER 1989, 227, *DL* 11, est. 60h; GARCIA 1991, n.º 260; MOREIRA 1992, 17-18, fot. 2; RIBEIRO; FERNANDES 2002, 459, n.º 125.

[339] A personagem que dedica o monumento, *Saturninus* é um indígena cuja filiação, *Caturonius*, é particularmente frequente na onomástica local e regional que tem por base o nome indígena *Caturo*. O nome *Saturninus*, apesar de não ser muito abundante regista-se na ara votiva de S. Bartolomeu, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 59), na filiação do dedicante e tem vindo a ser apontado como ligado à antroponímia pré-romana (KAJANTO 1982, 18).
[340] Epígrafe aparecida em Braga, no Largo do Paço ou Campo da Vinha, actualmente desaparecida. Veja-se; *CIL* II, 2430a; *ILER* 2543; SOUSA, 1973, 18; TRANOY 1989-90, 218.
[341] Epígrafe encontrada em Braga, no Largo do Paço, mas pode também provir do Campo da Vinha. Encontra-se mutilada no canto inferior direito. Actualmente desaparecida sem que se conheçam as medidas ou características paleográficas. Veja-se; CIL II, 2430b, TRANOY 1989-90, 217.
[342] Epígrafe encontrada na Rua D. Afonso Henrique, em Braga, que deverá pertencer à via XVII. Estela em granito, fragmentada no fundo, com forma de berço, sem qualquer decoração. Campo epigráfico rebaixado e delimitado por uma bordadura com a mesma forma que a estela. Dim.: 0,79 x 0,40 x 0,21 m. Campo epigráfico Dim.: 0,71 x 0,30 m. Dim. das Letras: 4,5 cm a 6,5 cm. Depositada no Museu da Sé Catedral (LE ROUX; TRANOY 1973, 193, n.º 7; *AE* 1973, 303; SOUSA 1973, 28, n.º 45; YANGUAS, 1984, 20; TRANOY 1989-90, 194).

Pátera

Pátera de prata descoberta em 1861 em terrenos da Quinta do Paiço, Alvarelhos, Trofa. Actualmente encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia, integrada na exposição permanente (MNA, n.º Inv. Au 112).
Fundo de pátera com fundo circular emoldurado por canelura de perfil arredondado que delimita a área do fundo onde se encontra a inscrição e o baixo-relevo figurativo. A aba lateral é recortada com desenho irregular com orientação oblíqua. A inscrição é feita com letras douradas, em caracteres monumentais, bem proporcionados e com distribuição regular. Constituiria seguramente uma oferenda depositada num templo consagrado a *Marte*.
A representação figurada corresponde ao deus romano na sua pose convencional de legionário ou a uma divindade indígena sincretizada com o deus latino. O guerreiro barbado tem elmo com penacho, veste túnica e *ocreae* e usa *coligae*. Na mão esquerda, repousando junto aos pés, segura um escudo oval e na mão direita segura uma lança.

Dim.: Diâmetro interno - 8 cm; Altura máxima - 20,8 cm; Largura máxima - 22,7 cm; Peso 67,49 gr..

S(*extus)* · ARQVI(*us*) · CIM(*bri*) / L(*ibertus*) · SAVR(?) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens)* · M(*erito*)

Alt. letras. : *1*: 1:0,8;2: 0,8; 3:1; 4:1,3; 5: 1,1:6: 1,2;7.8:1; 9:0,9;
2: 1.2.3:0,9;4:1,1;5:1;6:1,2;7:1,3;8:1,1;9:1;

A interpretação de *SAVR*(?) como teónimo indígena ou, em contrapartida, como cognome desconhecido do dedicante, dividiu as interpretações dos vários autores que se debruçaram sobre o estudo da peça, cuja percepção global da legenda não se tem revelado consensual.
Contam-se entre os partidários da interpretação de Hübner, que acima transcrevemos, Leite de Vasconcelos, Blázquez Martinez e José de Encarnação, que consideram a abreviatura de *SAVR*(...), como correspondente ao nome do deus (VASCONCELOS 1905, 310-311; BLÁZQUEZ 1962, 124; ENCARNAÇÃO 1975, 273).
Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Alain Tranoy e Jorge Alarcão, entre outros, valorizando a representação figurada do deus, que corresponde iconograficamente a Marte, interpretam *SAVR*(...), como o cognome abreviado do dedicante, em conformidade com a estrutura do texto onde, inclusivamente, o nome do dedicante é também abreviado (ALMEIDA 1969, 28-29; TRANOY 1981, 314)[343].
Alain Tranoy cita paralelos de âmbito regional cuja iconografia se assemelha à presente que, em certa medida, reforçam a interpretação da figura central, como representando Marte. Refere-se, nomeadamente, à estatueta proveniente do santuário da Nossa Senhora da Piedade em Penafiel[344], e a uma outra em depósito no Museu Soares dos Reis, Porto, de proveniência desconhecida (TRANOY 1981, 314).
Jorge Alarcão propõe uma interpretação que equaciona a possibilidade de a pátera ter sido consagrada por uma terceira pessoa, neste caso *Saur* (*Saurus)*, personagem que teria actuado em nome do verdadeiro dedicante, interpretado pelo autor como *Sextus Arquius Cimber* (ALARCÃO 2000, 49). O deus representado,

[343] Esta interpretação é também seguida, ainda que timidamente, por José Garcia (GARCIA 1991, 527-528, n.º 602). Olivares Pedreño, em estudo recente sobre os deuses indígenas do noroeste, aborda a problemática da interpretação da epígrafe, sem definir uma posição (PEDREÑO 2000, 76-77) .
[344] A estatueta foi encontrada na abertura dos alicerces da basílica em 1886 (SOEIRO 1984, 86, est. V). A comparação das duas representações revelam semelhanças assinaláveis, nomeadamente nos ícones que identificam o deus. Também neste caso se verifica um capacete do tipo coríntio com penacho, assim como uma túnica que cobre uma couraça anatómica, com fechos bem marcados ao nível dos antebraços. As *ocreas* metálicas são idênticas em ambas as peças. A datação apresentada pela autora, que segue Garcia y Bellido, aponta para os séc. II-III da nossa era, justificando-se a sua presença no noroeste pelo seu baixo valor económico em comparação à grande estatuária (SOEIRO 1984, 86).

segundo o mesmo autor, valorizando o enquadramento arqueológico regional, poderia ser *Cosus*. A partir dessa proposta teríamos como leitura da legenda;

S(*extus*) · ARQVI(*vs*) · CIM(*ber*) // L(*ucius*) · SAVR(*vs*) · V(*otvm*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)
Sexto Arquio Cimber através de Lucio Sauro [a *Cosus*] cumpriu o voto de boa mente.

Seguindo o mesmo raciocínio e aceitando o facto que a divindade que se encontra representada de forma figurada na pátera corresponde a uma divindade indígena sincretizada, regionalmente identificada com *Cosus*, ou na expressão romana na forma de *Marte*, de acordo com o simbolismo formal do objecto, a interpretação mais ajustada e, eventualmente, paleograficamente mais correcta, seria a de admitir a existência de dois dedicantes;

S(*extvs*) · ARQVI(*vs*) · CIM(*ber*) / L(*vcivs*) · SAVR(*vs*) · V(*otvm*) · S(*olvervnt*) L(*ibentes*) · M(*erito*)
Sexto Arquio Cimber e Lucio Sauro [a *Cosus* / *Marte*] cumpriram o voto de boa mente.

Recentemente, Cardim Ribeiro propôs uma nova leitura com base na interpretação da primeira sigla com que se inicia a epígrafe, que, segundo o autor, remete para a expressão gaulesa *Segomo*, ou para o seu cariz como *numem* protector dos militares, ao ponto de com eles se metamorfosear, *Sagatus*, que prefere, atendendo ao facto de ser uma forma adjectival latina e da sua plena adequação à figura de Marte trajado de militar, enquanto o primeiro apelará ao carácter "galo-germânico" do antropónimo *Saurius* que supôs como o gentilício beneficiário do voto. Neste sentido, propõe (RIBEIRO 2002, 428-442);

S(*egomoni vel Sagato*) · ARQVI(*us*) · CIM(*ini filius*) L(*ucio*) · SAVR(*io*) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)

A Segomo ou Sagatus, Arquius filho de Cimin(i)us, por Lucius Saurius o voto cumpriu de bom grado e com razão.

A pátera proveniente de Alvarelhos constitui uma peça singular no noroeste e dada a escassez de representações semelhantes, indica que esta poderia ser proveniente de outra área do império, fundamentalmente se atendermos à fidelidade de representação do deus adulto com atributos militares.
Das condições de enterramento da peça, assim como do seu contexto arqueológico e estratigráfico nada sabemos, o que limita a sua interpretação, uma vez que esta poderia tratar-se de um ex-voto depositado num templo ou, simplesmente, pertencer a um estabelecimento civil integrado num *lararium*.
A onomástica inscrita na epígrafe, nomeadamente a que se prende com o primeiro dedicante, como vem sendo demonstrado, expressa uma virtude própria das sociedades guerreiras, neste caso associada à ideia de poder expresso pelo vocábulo *Arquius*, que deriva do étmo *arc* (SILVA 1986, 269).

Bibl. - *CIL* II, n.º 2373; HUBNER 1871, 69; VASCONCELOS 1905, 310-311, fig. 66; SANTARÉM 1956, 63-64; BLAZQUEZ 1962, 124-125; ALMEIDA 1969, 28-29; ENCARNAÇÃO 1975, 270-274, fot. 65; TRANOY 1981, 314; ALARCÃO 1988, 160; GARCIA 1991, 527-528, n.º 602, fot. n.º 602; MOREIRA 1992, 17, fot. 1; RIBEIRO 2002, 428-442.

Grafito

Grafito inscrito na face superior do bojo de uma talha proveniente da *Domus do Grafito*, intervencionada em 1986, pelo então Instituto Português do Património Cultural, sob a responsabilidade científica de Lino Augusto Tavares Dias. A epígrafe foi publicada em primeira mão por José de Encarnação e, posteriormente, em pareceria pelos dois autores. A interpretação proposta apresenta duas possibilidades face a dupla

significância do verbo *emere* que poderá ser interpretado como *comprar* ou *tomar*, sendo que na primeira possibilidade se trataria de um aliciante publicitário e, no segundo, no âmbito mais restrito, familiar, de um conselho amigo de carácter medicinal de um tonificante ou xarope.

Fragmento de bordo e arranque de parede de talha de corpo elíptico. Bordo esvasado de perfil anguloso, com duas faces planas divergentes e carena interna imediatamente abaixo do lábio. No exterior forma uma aba rebaixada com os cantos arredondados. Na separação do arranque da parede com o bordo desenvolve uma carena interna pronunciada e de perfil anguloso. Na parte superior da parede conserva o grafito (6.1.9. *Cerâmica comum. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico,* est. CLXIII, n.º 31).

EME (*hedera*) ME (*hedera*) / BONO (*hedera*) TVO

Toma-me para teu bem.
Ou
Compra-me para teu bem.

Comprimento máximo do grafito – 140 mm; Altura máxima 75 mm.
Altura máxima das letras – 1ª linha / 1; 25: 2;25: 3;30: 4;25: 5;27. mm
2ª linha / 1;20: 2;22: 3;25: 4;32: 5,6;30. mm

Dim.: Comprimento máximo 290 mm; Altura máxima 140 mm; Diâmetro máximo do bordo 608 mm; Espessura máxima do bordo ao nível da carena interna 23 mm
Prov. - Alv. 86, Ig. 3455, Área Habitacional Sudoeste, *Domus do Grafito*, Ap. I, Fase III, corte estratigráfico 2, camada 2.

Bibli. - ENCARNAÇÃO 1992, 10-12, lám. I, fig. 2, lám. II, fig. 1; DIAS; ENCARNAÇÃO, 1993, n.º 203, foto 203; *AE* 1992, 989; *AE* 1993, 1024; *HE* 1995, 1043.

Achados numismáticos - Tesouros monetários

Tesouro monetário de 1893

O primeiro achado ocorrido em Alvarelhos de que há registo é referido pelo Abade Pedrosa (SARMENTO 1883-1884 = 1993, 205, 211), como tendo sido recolhido em 1893.
Em carta datada de 6 de Maio de 1894 o Abade Pedrosa informava Martins Sarmento

(...) *As moedas que appareceram no Castro d'Alvarêlhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas.* (...).

Segundo Rui Centeno (CENTENO 1987, 34), a este tesouro deverá pertencer um lote de sete moedas estudadas por José Fortes (FORTES 1899, 12-13), pouco antes de 1899, no qual aparecem apenas quatro exemplares identificáveis *Caius e Lucius Caesares* (Lugdunum, 2 a.C. - (?) 4 d.C., *RIC* 207).
Paradeiro actual desconhecido.

Bibli. - LIMA 1940, 205; CENTENO 1987, 34.

Tesouro monetário de 1964

Conjunto de 523 denários examinados por Joaquim Torres (TORRES 1979, 30-31), e referenciado posteriormente por Rui Centeno (CENTENO 1987, 35). Provavelmente, pertenceria a um tesouro de maiores dimensões encontrado em Abril de 1964 na área do castro. Os exemplares mais recentes identificados são de *Octavianus / Augustus*, de c. 32-27 a.C.
Actualmente o seu paradeiro é desconhecido.

Bibl. - TORRES 1978-79, 30-31; CENTENO 1987, 35, n.º 20; ALARCÃO 1988, 1 / 348; CERRATO 1993, 65, n.º 9; VOLK 1997, 175, n.º 68; BARBOSA 1998/2002, 69.

Tesouro monetário de 1971, Sobre-Sá, Alvarelhos

Tesouro monetário descoberto em Maio de 1971, no lugar de Castro, na aldeia de Sobre-Sá, no decurso de trabalhos de extracção de pedra. O tesouro encontrava-se depositado num "vaso de barro grosseiro" e, segundo o relato de Joaquim Torres, teria cerca de 5000 moedas (*AR*), e nove bolas de prata, duas delas com o grafito – *CAESAR* –, numa das faces. Rapidamente disperso pelos trabalhadores e populares locais e posteriormente vendido a coleccionadores, o tesouro acabou por desaparecer. Todavia, Joaquim Torres examinou mais de dois terços. Rui Centeno reviu e republicou o catálogo do autor e concluiu que as moedas estudadas eram efectivamente 3476 e não de 3458 conforme refere Joaquim Torres (TORRES, 1979, 16), ou, por engano, como refere na página 238 de 3454. Rui Centeno a este primeiro estudo junta mais cinco exemplares. Assim, o estudo global é composto de 3481 exemplares (3474 denários / 6 Quinários / 1 sestércio)
Transcrevemos o estudo de Rui Centeno (CENTENO 1987, 35-41) no capítulo dedicado à numismática, uma vez que, para além de completar o estudo anterior, acrescentando cinco exemplares, comporta ainda algumas correcções importantes ao catálogo publicado por Joaquim Torres (6.1.24 *Numismática. Seriação, classificação e enquadramento crono-estratigráfico*).

Bibli. - CENTENO 1976, n.º 6; 1977, 93-101, n.º 6; 1979, 105-109; 1987, 35, n.º 21; TORRES 1978-79, 3-250; CERRATO 1988, 137-138; ALARCÃO 1988 1/348, n.º 106; VILLARONGA 1993, 60, 88, n.º 155; VOLK 1997, 175, n.º 69; BARBOSA 1998-2002, 62-63.

Referências arqueológicas (achados fortuitos)

Nereida

Estatueta em bronze recolhida em 1952 no lugar de Sobre-Sá, numa pedreira juntamente com uma outra peça. Encontra-se hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso (6.1.17. *Objectos de bronze*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 21).
A estatueta representa uma nereida cujo corpo se apresenta nu até às ancas, terminando em duas caudas de peixe erguidas sobre uma base que sugere águas ondulantes, estilizadas e forma de ondas. Encontra-se fracturada em dois locais, um dos quais localizado no extremo inferior e outro no seu lado esquerdo, onde lhe falta a extremidade da cauda de peixe.
Peça em bronze maciço, fundida em molde e depois polida. As caudas de peixe foram soldadas posteriormente. No interior da peça existe um orifício cónico de base oval que se prolonga até à base do umbigo, correspondendo a zona inferior ao remate e à base de sustentação da peça. No seu interior revela uma superfície convexa com um pequeno rebordo para fixação. Por detrás das caudas de peixe existem dois orifícios com cerca de 10 mm de profundidade, orientados no sentido da figura.
A escultura desenvolve-se num espaço triangular, de recorte piramidal, em que as formas se conjugam harmoniosamente, sugerindo a ideia de movimento. O objectivo é atingido pela conjugação de um elemento estilizado formado pela linha sinuosa do corpo, provocada pela elevação dos braços que conduz a uma inclinação do corpo para trás que origina uma ligeira torção do tronco e uma maior elevação do cotovelo direito, conferindo à imagem uma posição natural que contraria a composição geométrica da peça.

Possui o tronco levemente inclinado para trás com uma pequena rotação para a direita, que provoca uma ligeira proeminência do ventre, onde o umbigo se faz representar de forma bem vincada. Os braços estão elevados sobre a cabeça, sobre a qual as mãos seguram um objecto de configuração oval.

A posição do corpo inclinada para trás, assim como a maior elevação do cotovelo direito que acompanha a rotação do tronco provoca um esbatimento na representação dos seios que não apresentam pormenores anatómicos vincados. A cabeça está ligeiramente voltada para a direita e levemente inclinada para a frente. A rudeza da face contrasta com a leveza das formas femininas e sensuais da figura. A fronte e o nariz formam linhas rectas em oposição às linhas horizontais e sinuosas que representam as arcadas supraciliares, a boca e o mento. Os olhos, amendoados, bem vincados, onde se notam levemente as pupilas, são o elemento de maior requinte na face, não sendo, no entanto, suficientes para alterar a sua natureza rude e inexpressiva. O penteado é formado por madeixas divididas a meio e levanta-se em poupa de forma simétrica sendo rematado por dois bandós largos e ondulados com puxo entrelaçado, chato e curto.

A figura lembra as estátuas femininas da época praxitiliana. O penteado é o da moda do séc. I, à semelhança da estatueta de Vénus de Roma (ARIES; DUBY 1989, 59).

Iconograficamente representa uma Nereida. A dispersão de vestígios arqueológicos conhecidos na Península Ibérica relacionáveis com o culto a estas divindades evidencia uma profunda relação com a costa marítima e actividades relacionadas com o mar[345]. Geralmente, estas divindades eram representadas sob uma forma híbrida de mulher e peixe, e, como atributo, ostentam uma concha ou búzio, que, no caso vertente, está estilizado em forma de disco oval sustentado por cima da cabeça.

Sem dúvida a peça teria uma função decorativa. Inicialmente, foi interpretada como sendo um elemento decorativo de um vaso metálico (SANTARÉM 1954, 38). Posteriormente, numa segunda análise foi entendida como tendo constituído um remate decorativo de um móvel ou até mesmo de um carro (ALMEIDA 1969, 39).

Em nosso entender a primeira interpretação será a que mais se aproximará à verdadeira função da peça. De facto, através da sua análise identificam-se vários indícios que sugerem esse tipo de funcionalidade. A figura ligeiramente inclinada para fora e a forma convexa da base, com um ligeiro rebordo na parte superior, adaptar-se-ia perfeitamente ao bordo de um vaso. O orifício no interior da peça sugere a possibilidade de existência de um espigão que reforçaria a sua fixação. Por último, como elementos de fixação temos ainda dois pequenos orifícios localizadas no extremo inferior da figura, de forma semicircular, para fixação com rebites.

Desconhecidas as condições de achado e a inexistência de paralelos no mundo romano peninsular, não adiantamos uma cronologia para a peça, embora a sua relação com o tesouro de denários encontrado em 1971, datado da época de Augusto seja por demais evidente.

Dimensões - Comprimento máximo 130 mm; Largura máxima 115 mm; Peso 310 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 256(1).

Bibl. - SANTARÉM 1954, 31-34; ALMEIDA 1969, 39; MOREIRA 1991b, 69-76; 1992, 37-38, est. VI, n.º 1-2; 2007, MMAP 256 (1), 138-139.

Umbo de escudo

Umbo de escudo em bronze elaborado a partir de uma só chapa, com parte central hemisférica e aletas de perfil trapezoidal com orifícios nos vértices para fixação. Tipo Lá Tène II, datável dos finais do séc. II, princípios do I a.C. (6.1.17. *Objectos de bronze*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 7).

Dim.: Comprimento máximo 140 mm; Largura máxima 85 mm; Altura máxima 25 mm; Espessura média 1 mm; Peso 280 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 256.

Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 237-240, est. I; SILVA 1986, 205, est. XC, n.º 6; MOREIRA 1992, 34-47, est. IV, fig. 1; 2007, 137-138, MMAP 256.

Asas de sítula

Referenciadas por Carlos Faya Santarém como tendo aparecido juntamente com a *Nereida* em 1952 (SANTARÉM 1954, 31), numa pedreira no interior do castro.

[345] A epigrafia regista vários exemplos que associa o culto a estas divindades à costa marítima. Em homenagem a *Nereida* por vezes surge o cognome *Neris*, ligado a gentílicios latinos bem conhecidos, com particular predominância em cidades marítimas, como, por exemplo, em Barcelona, onde aparecem lápides com a seguinte leitura; *Cornelia Neris*, mãe de um edil e duúnvirio de Barcelona; *CIL* II, 4523, *ILER* 5555 / *Iulia Neris*, filha de um edil de Barcelona; *CIL* II, 4525, *ILLER* 3955. Identificam-se ainda epígrafes com o cognome de *Neris* em Sagunto e Cartagena. Segundo José D'Encarnação, este antropónimo estará ligado a um extracto populacional relacionado com a actividade marítima e comercial. O exemplo nacional é fornecido pelo mesmo autor. Trata-se de uma lápide funerária proveniente da necrópole romana da Quinta do Arroio, Luz, Tavira, consagrada aos deuses Manes. Aqui jaz Albia Nereida, de sessenta anos, que a terra te seja leve (ENCARNAÇÃO 1984, 40).

1 - Pega de sítula de formato tubular formada por uma folha com abas laterais dobradas. A face interna é aberta e apresenta algumas irregularidades. O interior é formado por um cilindro de chumbo maciço que apresenta nas extremidades dois orifícios cónicos de encaixe da asa (6.1.17. *Objectos de bronze*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 19).
Dimensões - Comprimento máximo 107 mm; Espessura máxima da folha de bronze 3 mm; Diâmetro máximo exterior 30 mm; Comprimento máximo do cilindro de chumbo 97 mm; Diâmetro máximo do cilindro de chumbo 97/99 mm; Peso 480 gr.
Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 247.
Bibli. - MOREIRA 1992, 34-47, est. V, fig. 1; 2007, 134, MMAP 247.

2 - Pega de sítula formada por uma folha de bronze de formato tubular com as abas dobradas e batidas. A face interior é aberta e apresenta um recorte desigual. O interior é formado por um cilindro de chumbo com dois orifícios cónicos nas extremidades laterais para articulação da pega. Asa de secção quadrangular de recorte oval com adelgaçamento progressivo para a extremidade. Remate pontiagudo (6.1.17. *Objectos de bronze*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 20).
Dimensões - Comprimento máximo 102 mm; Espessura máxima da folha de bronze 3/4 mm; Diâmetro máximo exterior 30 mm; Comprimento máximo do cilindro de chumbo 94 mm; Diâmetro máximo do cilindro de chumbo 97/99 mm; Peso 540 gr.
Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 248.
Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992, 34-47, est. V, fig. 1; 2007, 134, MMAP 248.

3 - Sítula em bronze. Dois fragmentos de bordo e arranque de parede de sítula. Folhas de bronze ajustadas por justaposição e aplicação de elementos de união fixados com rebites. Bordo alto e vertical com lábio dobrado para o interior.
Dimensões - Fragmento 1; Comprimento máximo 152 mm; Espessura máxima da folha de bronze 1/2 mm; Largura máxima 57 mm; Peso 90 gr.; Frag. 2; Comprimento máximo 103 mm; Espessura máxima da folha de bronze 1/2 mm; Largura máxima 57 mm; Peso 60 gr.
Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
Bibl. - SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992, 34-47, est. V, fig. 2.

Arreio de cavalo

Peça maciça em bronze formada por dois discos de abas voltadas para o interior soldadas a um eixo de ligação transversal de secção rectangular. Transversalmente ao eixo horizontal desenvolve-se um aro também de secção rectangular e perfil oval. Não conhecemos qualquer paralelo para a peça, assim como desconhecemos exactamente a sua função. Contudo, o polimento acentuado que se verifica no interior do aro de suspensão sugere uma funcionalidade de articulação com um eixo ou uma cadeia articulada, que, eventualmente, pudesse constituir um freio. Nesta perspectiva, poder-se-á identificar a peça como sendo um estribo com asa para preensão do bridão, marcando-se uma separação entre o corpo do estribo e a aselha (6.1.17. *Objectos de bronze. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 6, est. CCI).
Dimensões - Comprimento máximo 54 mm; Altura máxima 64 mm; Diâmetro máximo exterior das rodelas 41 mm; Peso 131,6 gr.
Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 251.

Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992, 34-47; 2007, 136, MMAP 251.

Referências a necrópoles

Necrópole I

Referenciada por José Fortes de forma imprecisa da qual não se conhecem materiais. A localização mencionada " *um quarto de legoa*" poderia, eventualmente, relacionar os achados com a necrópole de Guilhabreu (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 70).
(…) *Não devo, porém, omitir a referencia a um pequeno vaso de barro ordinário de 0,14 m d'altura, sem ansas, e em perfeito estado de conservação, que por mero acaso encontrei no Museu Municipal do Porto. Lê-se n'um quarto de papel, que estava enrolado dentro do vaso, que foi um «achado feito no fim de maio de 1826 »....«a um quarto de legoa afastado do monte em Alvarelhos» e que «apareceram juntamente mais peças todas de barro, que o dono do campo e trabalhadores com receio de moura encantada fizeram em migalhas». Pelas indicações topographicas não é possível identificar o local do achado com a estação, que estudamos. Era no entanto para registrar a referencia que se faz a Alvarelhos. De resto o vaso parece dever*

classificar-se como votivo, podendo crêr-se que estaria em alguma sepultura destruída inconscientemente pelos trabalhadores (…).

Bibl. - FORTES 1899, 22; ALMEIDA 1969, 45, nota 17.

Necrópole II

Referenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida como tendo sido descoberta em 1969, sem concretizar a sua localização nem referir qualquer informação relativa ao espólio ou características dos enterramentos.

Bibl. - ALMEIDA 1969, 45, nota 17; 1970, 9, nota 31.

28. Trofa Velha, Santiago de Bougado, Trofa. 13. 14. 07
Marco miliário – conjunto de 4 miliários
Lat. - 41º 19' 35'' N
Long. - 8º 34' 27'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 38 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Marco miliário I

Marco miliário em granito da região, de pequena dimensão, relativamente bem cilindrado. Encontra-se fragmentado na face inferior, tendo sido reaproveitado para fins diversos durante o período que decorreu da descoberta até à sua colocação na ponte sobre o rio Sedões. Conserva dois espigões em ferro nas extremidades.
Segundo Martins Capela o marco miliário terá sido descoberto na freguesia de Santiago de Bougado, em data pouco precisa, mas balizada entre 1871 e 1888. Terá sido depois colocado sobre o marco miliário dedicado a Licínio, implantado sobre a margem norte da ponte sobre o rio Sedões (km 17,2 / EN 14), na face direita da estrada no sentido Braga-Porto (vol. I, est. XX, n.º 2), local onde permaneceu até 1990, momento em que foi trasladado para o Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde actualmente se conserva (vol, I, est. XX, n.º 2).
Encontra-se em mau estado de conservação devido à prolongada exposição aos elementos atmosféricos e à poluição automóvel, revelando inúmeras falhas na superfície que dificultam a leitura da epígrafe. Actualmente, a inscrição encontra-se ilegível. A sua interpretação faz-se a partir das leituras produzidas por Martins Capela, Martins Sarmento, Faya Santarém, António Cruz, Vasco Mantas e Rodrigues Colmenero, que revelam entre elas divergências significativas[346]. Transcrevemos as leituras de Vasco Mantas e Rodrigues Colmenero que apresentam ligeiras diferenças entre si e introduzem correcções às leituras anteriores, contextualizando o monumento com os outros dois exemplares conhecidos na estrada *Olisipo – Bracara Augusta* (MANTAS 1996, 359-363; COLMENERO;SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551).

[346] As diferentes leituras evidenciam a dificuldade de transcrição da epígrafe devido ao seu elevado estado de degradação (MANTAS 1996, 360).
L1: MP CAESARI DN (Capela); CMP CAESARI DN (EE VIIII 208)
L2: V...ONI. GNER (CIL; Sarmento; Santarém; NO NE (Capela); GN (CRUZ)
L3: IT. ... RIV... RIV. CL (Santarém)

(MANTAS 1996, 359-363)
IMP(*eratori*) CAESARI D(*omino*) N(*ostro*) / [MAGNO MA]GN[ENTIO] / [VICTORI AC TRIVMPHA] / [TORI SEMPER AVG(*usto*)] / [...]

Ao imperador César nosso senhor Magno Magnêncio, vencedor e triunfador, sempre Augusto (...).

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551)
IM(*eratori*) CAESARI D(*omino*) N(*ostro*) / MAGNO MAGNEN/T[I]O [VI]CTORI TRIVMPH/[ATORI] SE[M]P[ER AVGVSTO] ...

Dedicado ao imperador César, nosso senhor, Magno Magnentio, victorioso e triunfador, Augusto perpétuo.

Dim.: Altura máxima existente 0,90 m ; Diâmetro máximo – 0,30/0,40 m.

Alt. letras : 1:9,5; 2:9,5
Esp. inter. : 1: 3,5; 2: 2,?; 3: 70 (até à base)

Apesar da ausência da referência à milha, tratar-se-á, provavelmente, de um dos quatros marcos identificados na milha XXI (Ponte do rio Sedões).

Bibl. - *CIL,* II S, n.º 6212; *EE* VIII 1898, 455, nº 208; *RG*, vol. V, 157; SARMENTO 1888, n.º 40; CAPELA 1895, 251, n.º 98; DISPERSOS 1933, 318, 324-326; LIMA 1940b, 130-132, notas 6, 135-136, 167-168, 170; SANTARÉM 1956, 70-71; ALMEIDA 1969, 17; CRUZ 1982, 16; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, 359-363, n.º 28; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551.

Marco miliário II

Marco miliário de grandes dimensões em granito da região, bem cilindrado. Encontra-se em mau estado de conservação, restando apenas da inscrição original a identificação parcial a quem foi dedicado. Para além de várias lacunas na superfície apresenta um rasgo horizontal, muito profundo, a cerca de 20 cm da face superior, que destruiu a segunda e a terceira linha. Esteve colocado à entrada da ponte sobre o rio Sedões, em Santiago de Bougado, no lado direito da estrada no sentido Braga - Porto (vol. I, est. XX, n.º 2), suportando o marco miliário dedicado a Magnêncio (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, nº 28, I). O seu actual paradeiro, segundo a referência de Rodríguez Colmenero, é o atelier do escultor Baio, na Trofa.
Actualmente, a epígrafe encontra-se praticamente ilegível, restando como base de interpretação as várias leituras produzidas, nomeadamente por Martins Capela, Martins Sarmento, Carlos Faya Santarém, Vasco Mantas e Rodríguez Colmenero, que revelam importantes diferenças de interpretação entre elas[347]. Transcrevemos a leitura de Vasco Mantas e de Rodríguez Colmenero que introduzem correcções às leituras anteriores.

(MANTAS 1996, 363-367)
D(*omino*) N(*ostro*) FLA[VIO] / [VALERIO] / LICINIO / LICINIANO / AVG*(VSTO*) ...

Ao nosso senhor Flávio Licínio Liciniano Augusto ...

[347] (MANTAS 1996, 364).
L1: N F VA (Sarmento; CIL); FLA (Santarém)
L3: CINIO (Sarmento; CIL)
L4: LICINI (Sarmento; CIL)

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 627, n.º 550)
D(*omino*) N(*ostro*) / [IMP(*eratori*) CAES(*ari*)] / [FLAVIO VALERIO] / LICINIO / LICINIA[NO] / AVG(*usto*) …

Dedicado ao nosso senhor, Flávio Valério Licínio Liciniano.

Dim. : Altura máxima 1,52 m; Diâmetro máximo 0,47 m.

Esp. Inter.: /.
Alt. letras. - 1:10; 2:?; 3/5:10,(?);

Apesar da ausência da referência à milha, tratar-se-á de um dos quatros marcos identificados na milha XXI (Ponte do rio Sedões).

Bibl. - *C.I.L. II - S*. 6213; *E.E*., vol. VIII, 454; SARMENTO 1888, n.º 40, 157; 1993, 318, 324, 326; CAPELA 1895, n.º 73, 221-222; CARDOZO 1947, 132, 168, 170; SANTARÉM 1956, 70 - 71; ALMEIDA 1969, 17; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, n.º 29, 363-367; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 627, n.º 550.

Marco miliário III

Coluna de granito da região, relativamente bem conservado, mal cilindrado, revelando um formato ligeiramente tronco-cónico. Foi encontrado na demolição da ponte do rio Sedões juntamente com os marcos dedicados a Licínio, Magnêncio e Tácito, entre 1844 e 1846, em Santiago de Bougado. Encontrava-se colocado na face norte do rio Sedões a marcar o início da guarda da ponte, na margem esquerda da estrada no sentido direcção Braga – Porto (vol. I, est. XX, n.º 1). O seu actual paradeiro, segundo a referência de Rodríguez Colmenero, é o ateliê do escultor Baio, na Trofa (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549).
O seu estado de conservação, segundo os mesmos autores, é relativamente bom, apesar de revelar pequenas lacunas dispersas sobre a epígrafe, que não prejudicam a leitura global. Tal facto, todavia, não impediu diferentes leituras identificando-se pequenas variantes entre as várias propostas dos diferentes autores que abordaram o seu estudo[348]. A legenda apresenta uma paginação regular, apesar do traçado das linhas ser pouco uniforme. As letras são de tipo monumental, gravadas a bisel, com significativa abertura e profundidade. Apresentam diferentes dimensões e inclinações que variam ao longo da epígrafe, revelando uma construção métrica desequilibrada. Apresentamos as leituras de Vasco Mantas (MANTAS 1996, 367-371, n.º 30), e Rodríguez Colmenero (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549), após verificação das divergências de leitura mais significativas. Segundo Vasco Mantas constitui um dos raros exemplos no noroeste de miliários dedicados a Constante[349] que, genericamente, têm vindo a ser interpretados como possuindo uma função honorífica que parece coadunar-se com letreiro conservado neste miliário, sugerindo como data plausível para o seu levantamento o ano 337 ou 338, uma vez que o texto não integra o epíteto honorífico *Sarmaticus* (MANTAS 1996, 370). Rodríguez Colmenero propõe uma leitura diferente, atribuindo a dedicatória a Constantino II, ressalvando uma reconstrução para a terceira linha diferente à que apresenta

[348] L3: I0 (Capela)
L5: VICTORI.ACTRI[.] M (Capela); ATRIVM (Sarmento)
L6: PATORI (Capela; Sarmento)
L8: MAXI (Hübner; Sarmento; Santarém)
L9: NIANI (Santarém)
L10: E BRAC (Capela; Sarmento)
[349] *Flavius Iulius Constans*, César em 333 e Augusto em 337, governou o ocidente entre 340 e 350.

Vasco Mantas, que seria, no caso da dedicatória a Constantino de FL(*avius*) CI(*audius*), ao invés da versão apresentada na leitura, onde se lê FL(*avio*) IUNIO(*ri*).

(MANTAS 1996, 370)
IMPERATORI CAESARI / DOMINO NOSTRO / [FLA]VIO IVNIO CONS/TANTI MAXIMO / VICTORIACTRIVM / FATORI AVGVSTO / DIVI CONSTANTINI / ET VALERI(*i*) MAX[I] / MIANI NEPOTI / DIVI CLAVD(*i*) / PRONEPOTI / A BRACA(*ara*) / M(*illia*) P(*assuum*) XXI.

Ao imperador César nosso senhor Flávio Júnior Constante, máximo vencedor e triunfador, Augusto (filho) do divino Constantino, neto de Valério Maximiniano e bisneto do divino Cláudio. Desde Braga são vinte e uma milhas.

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549)
IMPERATORI CAESARI / DOMINO NOSTRO / [FL]AVIO IVNIO(*ri*) CONS/TAN(*tin*)O MAXIMO / PATORI AVGVSTO / DIVI CONSTANTINI / ET VALERI MA[XI] / MIANI NEPOTI / DIVI CLA[VD]I / PRONEPOTI / A BRAC[ARA] / M(*ília*) P(*assuum*) XXI.

Dedicado ao imperador Augusto, nosso senhor, Flávio Constantino, o moço, máximo vencedor e triunfador, (filho) do divino Constantino, neto de Valério Maximiniano e bisneto do divino Cláudio. Vinte e uma milha desde Braga.

Dim.: Altura máxima 1,70 m; Diâmetro máximo 0,54 m / 0,44 m.

Esp. Inter.: 1:3; 2:2; 3:4; 4:2; 5,6,7:2,5; 8:3; 9:1,5; 10:2; 11:1; 12:3,5; 13:3; 13: 3,9.
Alt. Letras: 1:5,5[350]; 2:6; 3: 6,5; 4:6/7; 5:7; 6: 6,5/7; 7:5,5/6,5; 8:8,5/9; 9:7; 10:5,5; 11:8; 12:9,5; 13:8.

Constitui o marco que identifica a milha XXI, no itinerário *Bracara – Cale* a partir do qual se depreende a métrica dos restantes três marcos recolhidos no mesmo local (Ponte do rio Sedões).

Bibl. – *CIL* II, n.º 4742; *CIL* , II S, n.º 6209; *EE*, vol. VIII, 454; *ILER* 1869; CAPELA 1895, 226-227; CARDOZO 1947, 130-132, notas 5-6, 144-145, 167, 213, notas 2-5, 215; SARMENTO 1933, 318, 324-326, 336;1888, n.º 40, 1890, n.º 42; *RG*, vol. V, 157; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, 367-371, n.º 30; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549.

Marco miliário IV

Marco miliário recolhido na ponte do rio Sedões por volta de 1875, actualmente desaparecido. A leitura adoptada por Vasco Mantas e Rodríguez Colmenero são coincidentes e tiveram por base a transcrição de Augusto Soromenho.

IMP(*eratori*) CAES(*ari*) · CLAV/DIO TACITO PIO / FEL(*ici*) INVICTO / AVG(*usto*) / PON[TIF(*ici*)] MAX(*imo*) TRI(*unicia*) / POTEST[ATIS] [V]ERVS / CONS[VLI P(*atriae*)] RESTI] [T] / VTOR(*i*) ORBES […]

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, revestido do poder tribunício (Verus), cônsul, pai da Pátria, restaurador do universo (…)

[350] O – o, apenas mede 8 cm.

Bibli. - *CIL* II 6212; *EE* VIII 205; Augusto Soromenho (carta a Emílio Hübner)[351]; CARDOZO 1947a, 135, 144; MANTAS 1996, 371-375, n.º 31; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 625, n.º 548.

29. Lantemil, Santiago de Bougado, Santo Tirso 13. 14. 07
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 20' 30'' N
Long. - 8º 39' 50'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 51m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Ocupação identificada a partir da recolha de materiais de superfície. Os vestígios encontram-se dispersos por uma extensa plataforma que acompanha o declive da vertente leste de um pequeno outeiro sobranceiro à via. Os materiais cerâmicos identificados à superfície – tégulas, imbrices, cerâmica comum e fragmentos de talhas –, revelam maior concentração na face norte da plataforma, onde existe um terraço idóneo para implantar a construção.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica LUL.2 à que correspondem terrenos de Aptidão Agrícola marginal (A0/F3).

Bibl. - Identificado no decurso dos trabalhos de prospecção.

30. Rorigo Velho, S. Martinho de Bougado, Trofa. 13. 14. 06
Necrópole
Lat. - 41º 19' 35'' N
Long. - 8º 34' 25'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 35 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A necrópole galaico-romana de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, foi descoberta em 1939 num terreno agrícola localizado a cerca de trezentos metros da EN n.º 14, que liga a cidade do Porto a Braga. Presumivelmente, a estrada neste local seria coincidente com a via romana de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale*, registando-se nas imediações vários locais em que se recolheram materiais de superfície que permitem esboçar o povoamento romano da área envolvente.
Após a identificação dos restos cerâmicos pelo proprietário do terreno no início dos trabalhos de arroteamento do terreno e dado a conhecer a existência de vestígios arqueológicos, foi efectuada uma intervenção arqueológica que teve como responsáveis Mendes Correia e António Cruz, coadjuvados por António Marques de Almeida[352]. A escavação inicialmente consistiu na aberta de uma vala de 9 m por 2 m, tendo sido posteriormente abertas outras valas de 1,5 m.
O relato da escavação, apesar de pouco detalhado, permite perceber que se trataria de uma necrópole de incineração – *o mobiliário assentava em escórias de fogo* – tendo sido escavadas na totalidade oito sepulturas – cinco completas e três parcialmente destruídas, aludindo-se ao facto de as restantes, identificadas pelo aparecimento de cerâmica, terem sido destruídas pelos trabalhos agrícolas.
Segundo os autores, a dimensão das sepulturas rondava 80 x 40 cm, pelo que se presume que configurariam uma planta rectangular, sendo a sua distribuição aleatória. O espólio era composto por cerâmicas, vidros, moedas e um par de brincos em prata. Actualmente, o espólio conhecido encontra-se repartido entre o Museu Municipal Abade Pedrosa, a Faculdade de Ciências do Porto e diversos particulares e é composto por quarenta e cinco peças – quarenta e quatro objectos cerâmicos e uma pulseira de vidro.

[351] MANTAS 1996, 372.
[352] Funcionário do Instituto Antropológico do Porto que participou em inúmeras escavações dirigidas por Mendes Correia.

As cerâmicas dividem-se por cinco grupos formais (pratos, taças, copos, jarros / púcaros, bilhas). Como elemento cronológico de referência para a datação da necrópole merece destaque a alusão à recolha de cinco moedas assim descritas pelos autores - 2 médios bronzes, do imperador Alexandre Severo (222-234); 1 duplo denário do imperador Galieno (263-266); 1 médio bronze e 1 médio ou grande bronze, romanos imperiais, inclassificáveis (CRUZ 1940, 214), e o prato de terra sigillata africana tipo Hayes 67 com cronologia da 2ª metade do séc. IV- 1ª metade do séc. V.

Bibl. - CRUZ 1940, 214; 1982, 26-27; SANTARÉM 1952 a, 105-111; CARDOZO 1961, 50-69; 1970, 13-25; ALMEIDA 1969, 44; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 346; MOREIRA 1995, 85, est. XXIV n.º 85; 2007, 144-145.

Catálogo

Pratos (1-14)

1. Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo com bordo vertical, facetado no exterior e lábio pontiagudo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo e espessura regular. Pasta compacta de cozedura uniforme de cor castanho-clara com elementos não-plásticos compostos por mica e grãos de quartzo de calibre médio. Superfície alisada e textura rugosa. Conserva sinais de fuligem no interior e exterior (vol. I, est. XXII, n.º 1).
Tipologia - Grupo IV, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 40 mm; Diâmetro máximo da base 99 mm; Diâmetro máximo 151 mm; Espessura média 8 mm.
Capacidade - 355,06 cm^3 / 0,35 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

2. Prato de paredes levemente arqueadas de desenvolvimento oblíquo com bordo exciso e lábio arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo, espessura regular e assentamento integral. Pasta compacta de cozedura homogénea de cor vermelha, com pequenas manchas e pigmentos negros. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica, quartzo e cerâmica moída em menor percentagem. Superfície alisada com polimento e engobe vermelho espesso e aderente (vol. I, est. XXII, n.º 2).
Tipologia - Grupo IV, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 49 mm; Diâmetro da base 135 mm; Diâmetro máximo 202 mm; Espessura média 7 mm.
Capacidade - 901,75 cm^3 / 0,90 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

3. Prato de paredes rectas de desenvolvimento vertical com bordo vertical facetado no exterior e lábio boleado com espessamento simétrico. Fundo plano, ligeiramente côncavo, de desenvolvimento oblíquo de assentamento lateral. Espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta de cozedura regular com elementos não-plásticos à base de mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com textura rugosa, coberta por engobe vermelho no exterior e interior (vol. I, est. XXII, n.º 3).
Tipologia - Grupo XI, *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* tipo Hayes 50.
Dimensões - Altura máxima 44 mm; Diâmetro da base 176 mm; Diâmetro do bordo 210 mm.
Capacidade - 752,80 cm^3 / 0,75 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 301; Inv. ROV.1085.
Bibli. - MOREIRA 2007, 151.

4. Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo. Bordo reentrante, facetado no exterior, com lábio introvertido, espessado de perfil pontiagudo. Fundo plano, ligeiramente côncavo, de desenvolvimento oblíquo e assentamento lateral. Espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Decoração composta por uma moldura de perfil arredondado na face superior da parede. Pasta medianamente compacta de cozedura homogénea e cor castanho-claro. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica, feldspato e nódulos de argila de calibre médio. Superfície alisada com textura rugosa (vol. I, est. XXII, n.º 4).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 37 mm; Diâmetro da base 73 mm; Diâmetro máximo 102 mm.
Capacidade - 131,90 cm^3 / 0,13 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 284; Inv. ROV. 942.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

5. Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo. Bordo vertical, facetado no exterior, marcado por carena externa de perfil arredondado com lábio pontiagudo levemente introvertido. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento integral e espessura regular. Pasta

compacta com cozedura homogénea de cor acastanhada. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada, de textura rugosa, apresentando sinais profundos de fuligem no exterior e interior (vol. I, est. XXII, n.º 5).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 39 mm; Diâmetro da base 92 mm; Diâmetro máximo 147 mm.
Capacidade - 351,44 cm^3 / 0,35 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 283; n.º Inv. ROV. 946.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

6. Prato com paredes arqueadas de desenvolvimento oblíquo. Bordo vertical rematado por lábio espessado de perfil arredondado, ligeiramente introvertido. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo, ligeiramente côncavo, de assentamento lateral. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor castanha. Elementos não-plásticos à base de mica, feldspato e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com acabamento irregular que conserva vestígios de fuligem no interior e exterior (vol. I, est. XXII, n.º 6).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo da base 125 mm; Diâmetro do bordo 156 mm; Diâmetro máximo 170 mm.
Capacidade - 629,19 cm^3 / 0,62 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º, 299; n.º Inv. ROV. 945.
Bibli. - MOREIRA 2007, 150.

7. Prato de paredes rectas de desenvolvimento oblíquo. Bordo introvertido marcado por carena externa de perfil anguloso, facetado no exterior. Lábio introvertido de projecção oblíqua de perfil arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento integral e espessura regular. Pasta compacta com cozedura regular de cor castanha-claro. Elementos não-plásticos compostos por quartzo mica e feldspato de calibre médio. Superfície alisada com acabamento irregular conservando o exterior queimado e com fuligem (vol. I, est. XXII, n.º 7).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 53 mm; Diâmetro máximo da base 137mm; Diâmetro máximo do bordo 209 mm.
Capacidade - 1 129,93 cm^3 / 1,12 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 285; n.º Inv. ROV. 941.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

8. Prato de pequenas dimensões com parede arqueada. Bordo de desenvolvimento vertical com lábio arredondado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo ligeiramente côncavo com assentamento lateral e spessamento progressivo para o centro. Decoração composta por um friso de pequenas estrias incisas paralelas ao bordo implantadas na face superior da parede. Pasta medianamente compacta com cozedura uniforme de cor rosada. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície externa alisada com engobe vermelho espesso e bem aderido no interior e exterior da peça. O interior não sofreu qualquer acabamento conservando as estrias de elevação da parede (vol. I, est. XXII, n.º 8).
Tipologia - Grupo IV, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 30 mm; Diâmetro da base 80 mm; Diâmetro máximo do bordo 135 mm.
Capacidade - 209,48 cm^3 / 0,20 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 294, n.º Inv. ROV. 1083.
Bibli. - MOREIRA 2007, 149.

9. Prato de paredes de desenvolvimento oblíquo, ligeiramente arqueadas no interior e planas no exterior. Bordo vertical, facetado no exterior, com lábio espessado, com face superior plana e aresta pontiaguda no interior. Parede de espessura irregular marcada por canelura de perfil em U na face inferior. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento integral e espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta de cozedura homogénea de cor castanha-claro. Elementos não-plásticos de calibre médio à base de mica e quartzo. Superfície com alisamento irregular apresentando sinais de fuligem no exterior (vol. I, est. XXII, n.º 9).
Tipologia - Grupo IV, Forma 4 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 4).
Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro máximo da base 130 mm; Diâmetro máximo do bordo 178 mm; Espessura média 6 mm.
Capacidade - 663,09 cm^3 / 0,66 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

10. Prato de paredes arqueadas de desenvolvimento oblíquo. Bordo reentrante com lábio espessado facetado na face exterior e aresta arredondada no interior. Apresenta uma canelura muito ténue junto ao bordo de perfil em U. Fundo plano de assentamento integral e espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta com cozedura irregular de cor acastanhada. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e feldspato de pequeno calibre. Superfície deficientemente alisada de textura rugosa (vol. I, est. XXII, n.º 10).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro da base 107 mm; Diâmetro máximo do bordo 170 mm.
Capacidade - 536,83 cm^3 / 0,17 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 282; n.º Inv. ROV. 947.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

11. Prato com paredes arqueadas de desenvolvimento oblíquo. Bordo reentrante e lábio introvertido, ligeiramente facetado na face superior, com espessamento simétrico. Parede de espessura irregular com espessamento progressivo para a base. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo de assentamento integral e espessura regular. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor creme. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície externa deficientemente alisada de textura rugosa. O interior conserva estrias de elevação da peça no torno (vol. I, est. XXII, n.º 11).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3a (vol. I, est. XVII, *Pratos*, forma 3a).
Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro da base 195 mm; Diâmetro máximo do bordo 205 mm.
Capacidade - 863,39 cm^3 / 0,86 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 300; n.º Inv. ROV. 944.
Bibli. - MOREIRA 2007, 150.

12. Prato de *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* de imitação do tipo Hayes 59 B (16)[353]. Prato de paredes planas de desenvolvimento oblíquo. Bordo formado por aba curta com face superior plana e lábio de perfil arredondado. Fundo plano, ligeiramente côncavo, de assentamento lateral e espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta com cozedura uniforme de cor castanha. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de calibre médio. Superfície com acabamento homogéneo com polimento acentuado e engobe vermelho bem aderido e espesso (vol. I, est. XXII, n.º 12).
Tipologia - Grupo XII, Hayes 59B (vol. I, est. XVII, *Prateiras*).
Dimensões - Altura máxima 30 mm; Diâmetro máximo da base 135 mm; Diâmetro máximo do bordo 197 mm.
Capacidade - 270,91 cm^3 / 0,27 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 289; n.º Inv. ROV. 1084.
Bibli. - MOREIRA 2007,148.

13. Prateira, *terra sigillata africana* tipo Hayes 67. Paredes arqueadas com aba e bordo moldurado e ascendente. Lábio espessado marcado por um friso interno. Perfil sinuoso com paredes arqueadas e fundo plano marcado por uma estria profunda, formando um pé falso. Apresenta ainda duas linhas concêntricas, paralelas entre si, no fundo interior do prato.
Superfície lisa e homogénea com polimento acentuado e vestígios de engobe no interior e exterior do recipiente. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor rosada. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre (vol. I, est. XXII, n.º 13).
Tipologia - Hayes 67[354].
Dimensões - Altura máxima 50 mm; Diâmetro máximo da base 90 mm; Diâmetro máximo do bordo 262 mm.
Capacidade - 1 206,56 cm^3 / 1,20 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 290; n.º Inv. ROV. 1109.
Bibli. - MOREIRA 2007, 148.

14. Prateira de imitação da forma Hayes 59B da terra sigillata africana. Paredes arqueadas com bordo formado por aba horizontal rematada por lábio de perfil arredondado. Fundo ligeiramente côncavo com pé formado por um pequeno anel de perfil trapezoidal de assentamento directo, marcado por canelura interna. Apresenta uma fractura do bordo ao fundo. Decorado com uma linha incisa circular na aba junto ao bordo. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor bege. Abundantes elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e feldspato de calibre médio. Superfície alisada com polimento uniforme que conserva o engobe em ambas as faces muito espesso e bem aderido (vol. I, est. XXII, n.º 14).
Tipologia - Grupo XI, Hayes 59 (vol. I, est. XVII, *Prateiras*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 42 mm; Diâmetro máximo da base 258 mm; Diâmetro máximo do bordo 394 mm; Espessura média 9 mm.
Capacidade - 2 128,69 cm^3 / 2,12 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

Taças e Tigelas (15-21)

15. Taça de *cerâmica cinzenta fina tardia.* Parede curvilínea com bordo vertical e lábio arredondado, simples, ligeiramente introvertido. Fundo constituído por pé de perfil trapezoidal de assentamento directo. Fundo convexo com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta com cozedura homogénea. Abundantes elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície polida com engobe baço de cor negra[355] (vol. I, est. XXII, n.º 15).

---

[353] A propósito das características morfológicas deste tipo de imitação, assim como, o seu enquadramento crono-estratigráfico em Alvarelhos e difusão regional veja-se o capítulo referente ás cerâmicas que designamos por - *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* -, nomeadamente as peças de imitação da *sigillata africana*, n.º 19-21.
[354] A forma 67 da tipologia de Hayes para a *sigillata africana* corresponde à segunda forma de maior representatividade em Alvarelhos onde identificamos 13 exemplares. À semelhança das formas de maior expressão deste grupo, constitui também uma forma que deu origem a imitações em *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, de que conhecemos um exemplar particularmente fiel à forma original da necrópole galaico-romana de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia (LOBATO 1995, est. XI, n.º 32).
[355] Esta peça integra o grupo que optamos por designar por *cerâmica cinzenta fina tardia*, que constitui uma produção específica com características morfológicas próprias, que, no entanto, geralmente não surge individualizada do estudo das restantes produções comuns. As

Tipologia - Grupo XIV, Ritt. 8 (vol. I, est. XVII, *Taças*)
Dimensões - Altura máxima 62 mm; Diâmetro máximo da base 53 mm; Diâmetro do bordo 125 mm.
Capacidade - 516,81 cm^3 / 0,51 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 279; n.º Inv. ROV. 1115.
Bibli. - MOREIRA 2007, 146, MMAP 279.

16. Tigela de paredes arqueadas com bordo de desenvolvimento oblíquo e lábio arredondado. Fundo constituído por pé de desenvolvimento perpendicular de perfil trapezoidal que forma um anel de assentamento directo. Fundo ligeiramente convexo com adelgaçamento progressivo para o fundo. Pasta compacta com cozedura uniforme de cor rosada. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de médio calibre. Superfície rugosa com alisamento irregular e vestígios de engobe de cor castanho-avermelhado (vol. I, est. XXII, n.º 16).
Tipologia - Grupo II, Forma 1a (vol. I, est. XVII, *Tigelas*, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 58 mm; Diâmetro máximo da base: 85 mm; Diâmetro máximo do bordo 161 mm.
Capacidade - 616,11 cm^3 / 0,61 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º, 292; n.º Inv. ROV. 1082.
Bibli. - MOREIRA 2007, 149.

17. Tigela de paredes arqueadas com bordo de projecção oblíqua e lábio arredondado. Fundo discóidal de projecção vertical com espessura regular. Pasta compacta com cozedura irregular de cor vermelho-acastanhada. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento acentuado e engobe acastanhado com várias manchas (vol. I, est. XXII, n.º 17).
Tipologia - Grupo III, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Tigelas*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 54 mm; Diâmetro da base 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 144 mm; Espessura média 5 mm.
Capacidade – 414,64 cm^3 / 0,41 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

18. Tigela de paredes arqueadas ligeiramente assimétricas. Bordo de projecção oblíqua e lábio espessado de superfície superior plana e aresta interna pontiaguda. Fundo discóidal de projecção vertical, ligeiramente côncavo, com assentamento lateral. Pasta compacta com cozedura irregular.
Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície rugosa com alisamento irregular com vestígios de engobe pouco espesso (vol. I, est. XXII, n.º 18).
Tipologia - Grupo II, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Tigelas*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 55 mm; Diâmetro máximo da base 85 mm; Diâmetro máximo do bordo 165 mm.
Capacidade - 608,37 cm^3 / 0,60 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 293; n.º Inv. ROV. 1081.
Bibli. - MOREIRA 2007, 149.

19. Taça de *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável* de imitação da forma tipo Hayes 73 da sigillata africana[356]. Paredes arqueadas em semicírculo. Bordo plano formado por aba horizontal com lábio espessado, simétrico, com aresta vertical de perfil redondo. Pé discóidal de projecção vertical com aresta levemente boleada e fundo plano com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta com cozedura uniforme de cor vermelha. Elementos não-plásticos pouco abundantes compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento intenso e engobe no interior e exterior, espesso e muito aderido. A decoração é composta por duas linhas incisas delimitando os limites da aba horizontal (vol. I, est. XXII, n.º 19).
Tipologia - Grupo XIII, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Taças*).
Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro máximo da base 65 mm; Diâmetro máximo do bordo 142 mm; Espessura média 7 mm.
Capacidade - 440,38 cm^3 / 0,44 L.
Depósito - Colecção particular, Manuel Sousa.
Bibli. - /.

20. Tigela de paredes arqueadas. Bordo formado por aba curva e pendente com aresta vertical de perfil arredondado. Corpo arredondado ligeiramente assimétrico, com fundo côncavo e pé anelar de perfil triangular de assentamento directo. Pasta compacta e homogénea com elementos não-plásticos de calibre médio composto por mica quartzo e cerâmica moída. Superfície deficientemente alisada com textura rugosa e vestígios de engobe de cor castanho-avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 20).

---

suas características, abordadas noutro capítulo, vinculam este tipo de cerâmicas ás produções das designadas " sigillatas paleocristãs cinzentas" seja por inspiração nos modelos, nas decorações ou, simplesmente, no seu aspecto final. Em Alvarelhos apenas detectamos produções locais ou regionais que imitam ou se inspiram nas produções originais. A presente taça parece integrar um conjunto de peças que não encontra tipologicamente nenhum vínculo a um tipo já conhecido. Contudo, a constituição da pasta e o tratamento da superfície permite que a possamos integrar neste grupo de cerâmicas, uma vez que, a mesma forma se encontra representada em Alvarelhos, cuja cronologia (Fase IV), é coincidente com a datação por nós sugerida para a presente necrópole, nomeadamente pelos dados fornecidos pela peça n.º 13 e n.º 19.

[356] Sobre as características morfológicas e distribuição na área de estudo veja-se o capítulo 6.1.6. *Cerâmicas de engobe vermelho de verniz não vitrificável. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, vol. II.

Tipologia - Grupo II, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Tigelas*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 67 mm; Diâmetro máximo da base 110 mm; Diâmetro máximo do bordo 245 mm.
Capacidade - 622,26 cm^3 / 0,62 L.
Depósito - M.M.A.P., n.º 287; n.º Inv. ROV. 943.
Bibli. - MOREIRA 2007, 148.

21. Tigela de paredes arqueadas de espessura irregular. Bordo com aba curva e pendente com adelgaçamento progressivo até ao lábio que apresenta um perfil arredondado. A aba diferencia-se do corpo por duas caneluras paralelas de perfil em U. Corpo arredondado com fundo ligeiramente côncavo de assentamento lateral. Pasta pouco compacta e porosa com elementos não-plásticos compostos por com mica, feldspato e nódulos de argila de calibre médio. Superfície com alisamento deficiente com textura rugosa e vestígios de engobe de cor castanho-avermelhada (vol. I, est. XXIV, n.º 21).
Tipologia - Grupo II, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Tigelas*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 60 mm; Diâmetro máximo da base 66 mm; Diâmetro máximo do bordo 190 mm.
Capacidade - 856,60 cm^3 / 0,85 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º, 286; n.º Inv. ROV. 1080.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

Copos (22-25)

22. Copo de perfil em S. Colo alto de estrangulamento suave, corpo oval rematado por bordo aberto e lábio de perfil arredondado. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo em ressalto e fundo côncavo de assentamento lateral. A decoração é composta por duas bandas de estrias incisas paralelas ao bordo e na ligação do corpo com o pé. Pasta compacta com cozedura heterogénea. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície com polimento acentuado e acabamento cuidado que conserva um engobe suave de cor castanha (vol. I, est. XXII, n.º 22).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Copos*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 115 mm; Diâmetro da base 44 mm; Diâmetro máximo do bordo 57 mm; Diâmetro máximo do corpo 82 mm.
Capacidade - 334,05 cm^3 / 0,33 L.
Depósito - M.M.A.P., n.º 274; n.º Inv. ROV. 1098.
Bibli. - MOREIRA 2007, 145.

23. Copo de perfil em S e colo alto de estrangulamento pronunciado. Corpo oval e bordo aberto de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Fundo discóidal de desenvolvimento vertical, com acentuado espessamento para o interior ao nível da carena de assentamento lateral. Decoração composta por três bandas de duas linhas incisas inscritas ao nível do colo. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica quartzo e feldspato. Superfície alisada com vestígios de engobe de cor castanho-escuro (vol. I, est. XXII, n.º 23).
Tipologia - Grupo I, Forma 1a (vol. I, est. XVII, *Copos*, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 104 mm; Diâmetro da base 41 mm; Diâmetro máximo do bordo 56 mm; Diâmetro máximo do corpo 80 mm.
Capacidade - 256,53 cm^3 / 0,25 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 276; Inv. ROV. 1097.
Bibli. - MOREIRA 2007, 146.

24. Copo de perfil em S com colo alto de estrangulamento suave. Corpo oval e bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio ligeiramente arredondado. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo de assentamento pleno. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor castanho-alaranjada com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície exterior com alisamento irregular com vestígios de engobe com manchas (vol. I, est. XXII, n.º 24).
Tipologia - Grupo I, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Copos*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 120 mm; Diâmetro da base 44 mm; Diâmetro máximo do bordo 65 mm; Diâmetro máximo do corpo 86 mm; Espessura média 4 mm.
Capacidade - 332,26 cm^3 / 0,33 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

25. Copo de perfil em S, assimétrico. Colo alto de estrangulamento suave, corpo oval e esguio com bordo aberto rematado por lábio arredondado. Fundo discóidal com pé de projecção vertical e assentamento pleno, marcado por canelura na base externa de secção rectangular que forma um círculo. Pasta medianamente compacta com cozedura homogénea. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície deficientemente alisada de textura rugosa com vestígios de fuligem (vol. I, est. XXII, n.º 25).
Tipologia - Grupo I, Forma 1a (vol. I, est. XVII, *Copos*, forma 1a)
Dimensões - Altura máxima 97 mm; Diâmetro da base 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 60 mm; Diâmetro máximo do corpo 77 mm.
Capacidade - 235,78 cm^3 / 0,23 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 277; n.º Inv. ROV.1108.
Bibli. - MOREIRA 2007, 146.

Jarros e Púcaros (26-42)

26. Púcaro de perfil em S com corpo esférico. Colo alto e estrangulado rematado por bordo aberto de desenvolvimento oblíquo, fragmentado ao nível do lábio. Arranque de asa de fita de secção plano-convexa. Fundo discóidal com ressalto de perfil arredondado e assentamento pleno. Decoração composta por um conjunto de três linhas incisas paralelas ao bordo que marcam o arranque do colo. Pasta compacta com cozedura homogénea de cor castanha com manchas irregulares. Elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e feldspato de pequeno calibre (vol. I, est. XXII, n.º 26).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Púcaros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 122 mm; Diâmetro da base 35 mm; Diâmetro máximo do bordo 62 mm; Diâmetro máximo do corpo 122 mm.
Capacidade - 309,10 cm^3 / 0,39 L.
Depósito - M.M.A.P., n.º 273 (1); Inv. ROV. 1095.
Bibli. - MOREIRA 2007, 145.

27. Púcaro de perfil em S com corpo oval e colo estrangulado. Bordo aberto de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. Arranque de asa de fita assimétrica de secção plano-convexa de desenvolvimento do bojo ao bordo. Fundo discóidal, ligeiramente côncavo, com pé de projecção vertical com ressalto de perfil arredondado em ressalto e base plana. Decoração composta por duas linhas incisas paralelas ao bordo inscritas ao nível do terço superior do corpo após o arranque da asa. Pasta bem depurada e compacta de cozedura homogénea. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície deficientemente alisada de textura rugosa com vestígios de engobe de cor castanha-avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 27).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Púcaros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 165 mm; Diâmetro da base 51 mm; Diâmetro máximo do bordo 58 mm; Diâmetro máximo do corpo 117 mm.
Capacidade - 812,77 cm^3 / 0,81 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 288; n.º Inv. ROV. 1092.
Bibli. - MOREIRA 2007, 148.

28. Jarro de perfil em S com corpo oval, simétrico. Colo alto, curto e estrangulado. Bordo aberto de desenvolvimento oblíquo com lábio em bisel com superfície superior plana. Arranque de asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento do corpo ao bordo. Fundo plano de assentamento pleno formado por pé com pequeno ressalto de perfil arredondado. Decoração composta por uma linha incisa, paralela ao bordo, implantada ao nível inferior do colo. Espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta pouco compacta e ligeiramente friável de cozedura pouco homogénea. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície com alisamento deficiente de textura rugosa (vol. I, est. XXII, n.º 28).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 196 mm; Diâmetro da base 66 mm; Diâmetro máximo do bordo 80 mm; Diâmetro máximo do corpo 144 mm.
Capacidade - 1 604,55 cm^3 / 1,60 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 303; n.º Inv. ROV. 1093.
Bibli. - MOREIRA 2007, 151.

29. Jarro de perfil em S com corpo oval. Colo alto e estrangulado, ligeiramente carenado, de desenvolvimento vertical. Bordo extrovertido rematado por lábio boleado com espessamento simétrico. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular. Decoração composta por uma pequena linha incisa irregular no arranque do colo. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, ligeiramente oblíqua, com implantação ao nível do bordo. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica de pequeno calibre. Superfície com alisamento deficiente de cor vermelha com vestígios de engobe (vol. I, est. XXII, n.º 29).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 183 mm; Diâmetro da base 66 mm; Diâmetro máximo do bordo 82 mm; Diâmetro máximo do corpo 148 mm; Espessura média 5 mm.
Capacidade - 1 290,39 cm^3 / 1,29 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

30. Púcaro de perfil em S com corpo oval. Colo alto e estrangulado com bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo e lábio arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, ligeiramente oblíqua e soerguida em relação ao nível do bordo. Fundo discóidal de assentamento pleno e espessura regular formado por pé curto com ligeiro ressalto de perfil arredondado. Decoração composta por uma pequena linha incisa, profunda, implantada na ligação do colo ao bojo. Pasta compacta de cozedura pouco homogénea. Elementos não-plásticos uniformemente espalhados, compostos essencialmente por mica e quartzo de pequeno calibre. Superfície deficientemente alisada com sinais de engobe de cor vermelho-acastanhado e textura rugosa. (vol. I, est. XXII, n.º 30).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 185 mm; Diâmetro máximo da base 64 mm; Diâmetro máximo do corpo 125 mm; Espessura média 5 mm.
Capacidade - 904,48 cm^3 / 0,90 L.

Depósito - Colecção particular, Manuel Sousa[357].
Bibli. - /.

31. Jarro de perfil em S com corpo oval, simétrico. Colo alto de perfil cilíndrico com estrangulamento suave. Bordo extrovertido com lábio arredondado e espesso. Asa de fita de secção plano-convexa, assimétrica, de desenvolvimento vertical, ligeiramente aberta e soerguida em relação ao nível do bordo. Pé em ressalto de desenvolvimento vertical com aresta ligeiramente excisa de perfil arredondado, com fundo côncavo. Decoração composta por duas linhas incisas paralelas ao bordo que diferenciam o corpo do colo. Pasta compacta de cozedura homogéna com abundantes elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por quartzo, mica, feldspato e cerâmica moída. Superfície com alisamento deficiente de textura rugosa (vol. I, est. XXII, n.º 31).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 239 mm; Diâmetro da base 71 mm; Diâmetro máximo do bordo 77 mm; Diâmetro máximo do corpo 165 mm.
Capacidade - 2 379,50 cm^3 / 2,37 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 281; n.º Inv. ROV. 937.
Bibli. - MOREIRA 2007, 147.

32. Púcaro de pequenas dimensões de perfil em S com corpo oval, colo curto e estrangulado. Bordo extrovertido com lábio arredondado com espessura inferior à parede. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, ligeiramente aberta, assimétrica, para a direita e soerguida em relação ao nível do bordo. Pé de desenvolvimento vertical, com aresta ligeiramente excisa de perfil arredondado. Fundo plano de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro. Decoração composta por uma linha incisa paralela ao bordo que diferenciam o corpo e o colo.
Pasta compacta e dura com cozedura homogénea de cor acastanhada com manchas mais claras. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre (vol. I, est. XXII, n.º 32).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 145 mm; Diâmetro da base 46 mm; Diâmetro máximo do bordo 52 mm; Diâmetro máximo do corpo 104 mm.
Capacidade - 567,68 cm^3 / 0,56 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 278; n.º Inv. ROV. 1096.
Bibli. - MOREIRA 2007, 146.

33. Jarro de perfil em S de corpo oval. Colo curto e medianamente estrangulado e bordo extrovertido com lábio arredondado de projecção oblíqua. Apresenta o negativo da implantação da asa ao nível superior do corpo encontra-se fragmentado ao nível do bordo onde se encontraria implantada. Fundo discóidal de perfil côncavo e assentamento lateral, com aresta excisa de perfil arredondado. Peça pintada ao nível do terço superior do corpo com duas bandas paralelas, sendo cada uma das bandas composta de duas linhas brancas e uma ocre no meio. Pasta compacta e dura de cozedura homogénea de cor castanho-avermelhada. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por quartzo e mica. Superfície alisada de textura levemente rugosa com vestígios de aguada de cor castanha (vol. I, est. XXII, n.º 33).
Tipologia - Grupo IX, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 222 mm; Diâmetro da base 69 mm; Diâmetro máximo do bordo 72 mm; Diâmetro máximo do corpo 143 mm.
Capacidade - 1 780 cm^3 / 1,78 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 297; n.º Inv. ROV. 1094.
Bibli. - MOREIRA 2007, 150.

34. Púcaro de perfil em S de corpo oval ligeiramente carenado. Colo alto e muito curto de estrangulamento suave. Bordo curto e extrovertido com lábio arredondado ligeiramente pendente. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura interna de desenvolvimento vertical, ligeiramente aberta e soerguida em relação ao nível do bordo. Carena baixa e pouco vincada. Pé de desenvolvimento oblíquo com aresta excisa de perfil arredondado e fundo côncavo de assentamento lateral. Pasta compacta e dura com elementos não-plásticos de pequena dimensão compostos por mica e quartzo. Superfície alisada de textura ligeiramente rugosa com engobe de cor castanho-avermelhado (vol. I, est. XXII, n.º 34).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Púcaro*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 155 mm; Diâmetro da base 50 mm; Diâmetro máximo do bordo 62 mm; Diâmetro máximo do corpo 50 mm.
Capacidade - 667,45 cm^3 / 0,66 L.
Depósito - M.M.A.P., n.º 296; n.º Inv. ROV. 1110
Bibli. - MOREIRA 2007, 150.

35. Púcaro de pequenas dimensões de perfil em S. Corpo oval com colo de perfil cilíndrico com estrangulamento suave. Bordo curto e aberto com lábio arredondado, ligeiramente pontiagudo, de projecção oblíqua. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura interior, assimétrica à esquerda. Pé curto de desenvolvimento oblíquo com aresta excisa de perfil arredondado e fundo côncavo de assentamento lateral. Decorado com duas pequenas linhas incisas na base do colo acima do arranque da asa. Pasta compacta de dureza média e cozedura homogénea de cor avermelhada. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada de textura ligeiramente rugosa com vestígios de aguada fina de cor avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 35).

[357] Tem a seguinte legenda "encontrada numa necrópole romana em Santiago do Bougado, Santo Tirso ", tendo sido oferecida a Manuel Sousa por José Francisco da Costa.

Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Púcaros*, forma 2)
Dimensões - Altura máxima 141 mm; Diâmetro da base 60 mm; Diâmetro máximo do bordo 69 mm; Diâmetro máximo do corpo 115 mm.
Capacidade - 679,99 cm^3 / 0,67 L.
Depósito - M.M.A.P., n.º 273; Inv. ROV. 939
Bibli. - MOREIRA 2007, 145.

36. Jarro trilobado de perfil em S. Corpo globular com colo alto de desenvolvimento vertical. Bordo trilobado, assimétrico, com lábio arredondado de espessura irregular. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical do bojo ao bordo, ligeiramente soerguida em relação ao bordo. Na junção da asa ao bordo apresenta uma dedeira de desenho irregular. Fundo discóidal de assentamento integral e espessura irregular com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície deficientemente alisada de textura rugosa com vestígios de engobe fino e pouco aderido de cor castanho clara (vol. I, est. XXII, n.º 36).
Tipologia - Grupo X, Forma 3a (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 3a)
Dimensões - Altura máxima 166 mm; Diâmetro da base 68 mm; Diâmetro máximo do bojo 136 mm.
Capacidade - 1 008,36 cm^3 / 1,00 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 298; n.º Inv. ROV. 1114.
Bibli. - MOREIRA 2007, 150.

37. Jarro trilobado de perfil em S. Corpo oval com colo alto e curto e bordo trilobado, assimétrico. Lábio arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa e nervura central interna de desenvolvimento oblíquo, ligeiramente soerguida em relação ao bordo. Na junção ao bordo apresenta com pequena dedeira em negativo formada por pressão. Fundo discóidal de espessura regular e assentamento pleno. Decoração composta por pequena canelura a vincar a transição do colo para o bordo. Pasta friável, pouco compacta com cozedura irregular e núcleo negro. Elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre irregular. Superfície rugosa com alisamento deficiente de cor castanho-escuro (vol. I, est. XXII, n.º 37).
Tipologia - Grupo X, Forma 5 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 5).
Dimensões - Altura máxima 235 mm; Diâmetro da base 70 mm; Diâmetro máximo do bojo 181 mm.
Capacidade - 2 778,06 cm^3 / 2,77 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 302; Inv. ROV. 938.
Bibli. - MOREIRA 2007, 151.

38. Jarro trilobado de perfil em S. Corpo oval com colo alto e muito estrangulado de desenvolvimento vertical com bordo aberto e lábio arredondado. Bocal trilobado com vertedouro aberto e pouco marcado. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, paralela ao nível do bordo, ligeiramente assimétrica, à esquerda, com uma pequena depressão junto a o bordo para formar a dedeira. Fundo discóidal de assentamento integral e espessura uniforme. Decorado com pequena depressão horizontal junto ao encaixe inferior da asa e por um conjunto de três linhas a demarcar o arranque do colo do bojo. Pasta compacta de cozedura uniforme de cor avermelhada. Elementos não-plásticos compostos essencialmente por grãos de mica e quartzo, de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida com aguada de cor alaranjada. Apresenta sinais de fuligem (vol. I, est. XXII, n.º 38).
Tipologia - Grupo X, Forma 3a (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 3a).
Capacidade - 2 773,05 cm^3 / 2,77 L.
Dimensões - Altura máxima 233 mm; Diâmetro da base 91 mm; Diâmetro máximo do bojo 171 mm; Espessura média 6 mm.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

39. Púcaro de perfil em S com corpo oval. Encontra-se fragmentado ao nível do arranque do colo não conservando qualquer elemento relativo ao bordo e fixação da asa. Arranque de asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento oblíquo. Pé discóidal de desenvolvimento vertical com fundo côncavo e assentamento lateral. Decoração composta por três linhas pintadas a ocre ao nível do bojo, paralelas entre si. Apresenta ainda outros dois motivos pintados no arranque para o colo, compostos por duas linhas serpentiformes de cada lado e ao meio um motivo em espinha a ocre. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície deficientemente polida de textura rugosa, de cor avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 39).
Tipologia - Grupo VIII, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Púcaros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 125 mm; Diâmetro da base 48 mm; Diâmetro máximo do bojo 101 mm.
Capacidade - /.
Depósito - M.M.A.P., n.º 275; Inv. ROV. 1111.
Bibli. - MOREIRA 2007, 145.

40. Jarro trilobado de perfil em S com corpo oval. Colo curto e estrangulado com bordo muito extrovertido com lábio arredondado. Bocal trilobado, simétrico, com vertedouro bem desenhado e prolongado. Asa de fita de secção plana de desenvolvimento vertical fragmentada ao nível do arranque, junto ao bojo. Fundo irregular de assentamento lateral. Pasta compacta com cozedura homogénea. Elementos não-plásticos compostos por quartzo, mica e feldspato de pequeno calibre. Superfície com alisamento e polimento irregular de textura rugosa, pouco homogénea, de cor castanho-avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 40).
Tipologia - Grupo X, Forma 4 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 4).

Dimensões - Altura máxima 228 mm; Diâmetro máximo da base 93 mm; Diâmetro máximo do bojo 187 mm.
Capacidade - 3 125,52 cm^3 / 3,12 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 280; n.º Inv. ROV. 1099.
Bibli. - MOREIRA 2007, 146.

41. Jarro trilobado de perfil em S com colo alto e pouco estrangulado. Bordo curto e extrovertido com lábio boleado, ligeiramente pendente. Bocal trilobado, assimétrico, com vertedouro pouco demarcado . Asa de fita de secção plano-convexa com nervura central no interior, de desenvolvimento vertical do bojo ao bordo. Decoração composta por duas linhas incisas paralelas entre si, implantadas no nível superior do bojo, junto ao encaixe inferior da asa. Fundo discóidal de assentamento pleno e espessura regular. Pasta friável de cozedura irregular com elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com polimento deficiente de cor castanho-acinzentada com vestígios de fuligem (vol. I, est. XXII, n.º 41).
Tipologia - Grupo X, Forma 5 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 5).
Dimensões - Altura máxima 193 mm; Diâmetro máximo da base 68 mm; Diâmetro máximo do bojo 140 mm; Espessura média: 5 mm.
Capacidade - 1 618,46 cm^3 / 1,61 L.
Depósito - Colecção particular, Dr. António Miranda.
Bibli. - /.

42. Jarro de perfil em S. Corpo oval e colo moderadamente estrangulado com bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Pé de desenvolvimento vertical com fundo côncavo de assentamento lateral. Pasta compacta com cozedura homogénea. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento cuidado de cor castanho avermelhada. Decorado na base do colo com três linhas incisas paralelas entre si. No bojo encontra-se decorado com seis linhas paralelas horizontais pintadas a ocre sobre o bojo, formando duas bandas. O interior da banda central é preenchido em branco, sobre ela encontra-se uma matriz em V é sobreposta a ocre (vol. I, est. XXII, n.º 42).
Tipologia - Grupo IX, Forma 2 (vol. I, est. XVII, *Jarros*, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 230 mm; Diâmetro máximo da base 71 mm; Diâmetro máximo do bordo 82 mm; Diâmetro máximo do bojo 162 mm.
Capacidade - 2 276,93 cm^3 / 2,27 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 271; Inv. ROV. 1112.
Bibli. - MOREIRA 2007, 144.

Bilhas (43-44)

43. Bilha de perfil em S de corpo globular com reservatório baixo. Gargalo bitronco-cónico e bordo extrovertido com lábio boleado projectado para o exterior. Bocal circular. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com dedeira entre o bordo e a parte superior da asa. Pé de desenvolvimento vertical com fundo plano de assentamento pleno e espessura irregular. A decoração é composta por uma canelura de perfil arredondado que demarca o bojo do colo, ligeiramente acima da implantação da asa. Pasta compacta e dura com cozedura homogénea. Elementos não-plásticos à base de mica e quartzo de calibre médio. Superfície alisada com polimento deficiente de cor castanho-avermelhada (vol. I, est. XXII, n.º 43).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Bilhas*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 221 mm; Diâmetro da base 86 mm; Diâmetro máximo do bordo 55 mm; Diâmetro máximo do bojo 164 mm.
Capacidade - 1 750,87 cm^3 / 1,75 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 291; Inv. ROV. 940.
Bibli. - MOREIRA 2007, 148.

44. Bilha de perfil em S de corpo globular. Reservatório simétrico com gargalo bitronco-cónico e bordo extrovertido com lábio boleado projectado para o exterior. Bocal circular. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com dedeira entre o bordo e a parte superior da asa. Pé curto de desenvolvimento oblíquo com fundo ligeiramente côncavo de assentamento lateral. Pasta homogénea com cozedura uniforme com elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo, feldspato de calibre irregular. Superfície alisada com polimento acentuado e vestígios de engobe de cor castanha (vol. I, est. XXII, n.º 44).
Tipologia - Grupo VI, Forma 1 (vol. I, est. XVII, *Bilhas*, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 224 mm; Diâmetro máximo da base 85 mm; Diâmetro máximo do bordo 51 mm; Diâmetro máximo do bojo 169 mm.
Capacidade - 2 072,25 cm^3 / 2,07 L.
Depósito - M.M.A.P. n.º 272, Inv. ROV. 1113.
Bibli. - MOREIRA 2007, 145.

Vidros (45)

45. Pulseira em vidro de cor negra, opaco, de boa qualidade. Perfil tronco-cónico e secção plano-convexa. Decoração composta por um motivo seriado formado por nervuras transversais que formam gomos oblíquos, ligeiramente irregulares, que compõem um motivo composto por V^s contínuos (vol. I, est. XXII, n.º 45).
Tipologia – /.

Dimensões - Diâmetro mínimo 63 mm; Diâmetro máximo 66 mm; Espessura média 16 mm.
Depósito - M.M.A.P. n.º 295; Inv. ROV. 9.
Bibli. - MOREIRA 1997, 31, est. XVII, n.º 86; 2007, 149.

Necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa

Cerâmica

N.º Inv .	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	prato	tronco-cónico	parede recta, bordo em aresta	grosseira	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 1	C.P. – António Miranda	fundo plano, parede recta	est. XXII, n.º 1
2.	prato	tronco-cónico	parede recta esvasada	grosseira	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 1	C. P. – António Miranda	fundo plano, bordo pontiagudo	est. XXII, n.º 2
3.	prato	tronco-cónico	parede recta recta esvasada	grosseira	engobe	rugosa	séc. III / IV-V	grupo XI, Hayes 50	M.M.A.P – ROV. 1085	*CEV*, bordo arredondado	est. XXII, n.º 3
4.	prato	tronco-cónico	parede recta e bordo reentrante	média	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 4	M.M.A.P. – ROV. 942	fundo oerguido no centro	est. XXII, n.º 4
5.	prato	tronco-cócnico	parede recta e esvasada	grosseira	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 3	M.M.A.P. – ROV. 946	bordo reentrate, lábio arredondado	est. XXII, n.º 5
6.	prato	tronco-cónico	parede recta e esvasada	grosseira	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 3	M.M.A.P. – ROV. 945	fundo arqueado, bordo engrossado	est. XXII, n.º 6
7.	prato	tronco-cónico	parede recta e esvasada	média	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 3	M.M.A.P. – Rov. 941	fundo plano, bordo reentrante	est. XXII, n.º 7
8.	prato	arqueado	parede curva esvasada	média	bege	alisada	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 2	M.M.A.P. – ROV 1083	fundo arqueado e espesso	est. XXII, n.º 8
9.	prato	tronco-cónico	parede recta esvasada	grosseira	cinzento	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 4	C.P. – António Miranda	fundo plano espessado no centro	est. XXII, n.º 9
10.	prato	tronco-cónico	parede recta e esvasada	média	bege	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 3	M.M.A.P. – ROV. 947	fundo plano, bordo reentrante	est. XXII, n.º 10
11.	prato	arqueado	parede curva reentrante	média	bege	alisada	séc. III / IV-V	grupo IV, forma 3a	M.M.A.P. – ROV. 944	bordo reentrante, lábio facteado	est. XXII, n.º 11
12.	prato	arqueado	parede recta, bordo em aba	média	castanho	alisada	séc. III / IV-V	grupo XII, H 59B	M.M.A.P. – ROV. 1084	*CEV*, imitação Hayes 59B	est. XXII, n.º 12
13.	prato	sinuoso	duas abas ascendentes	fina	rosada	polida	360 – 470	*TSA* Hayes 67	M.M.A.P. – ROV. 1109	parede arqueada	est. XXII, n.º 13
14.	prateira	arqueado	parede curva, aba descendente	média	bege	irregular	séc. IV / V-V	grupo XI, H 59	C.P. – António Miranda	*CEV*, imitação tipo Hayes 59/67	est. XXII, n.º 14
15.	tigela	hemisférico	parede curva, bordo vertical	média	cinza	irregular	séc. IV / V-V	grupo XIV, Ritt. 8	M.M.A.P. – ROV 1115	*CCFT*, imitação da forma Ritt. 8.	est. XXII, n.º 15
16.	tigela	arqueada	parede curva, bordo vertical	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo II, forma 1a	M.M.A.P. – ROV 1082	lábio horizontal facetado	est. XXII, n.º 16
17.	tigela	arqueada	parede curva, bordo vetical	média	rosada	alisada	séc. III / IV-V	grupo II, forma 1	C. P. – António Miranda	bordo vertical, pé discóidal	est. XXII, n.º 17
18.	tigela	arqueada	parede curva, assimétrica	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo II, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 1081	face superior plana	est. XXII, n.º 18
19.	taça	arqueada	parede curva com aba	fina	castanho	alisada	séc. IV / V-V	grupo XIII, forma 1	C.P. – Manuel Sousa	*CEV*, imitação tipo Hayes 73	est. XXII, n.º 19
20.	alguidar	arqueada	parede curva, bordo horizontal	média	bege	rugosa	séc. IV / V-V	grupo II, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 943	bordo em aba descaida, fundo plano	est. XXII, n.º 20
21.	alguidar	arqueada	parede curva, moldura interna	média	bege	rugosa	séc. IV / V-V	grupo II, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 1080	bordo em aba revirada	est. XXII, n.º 21
22.	copo	em S	parede eliptica, bordo aberto	média	castanho	alisada	séc.III / IV-V	grupo I, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 1098	bordo aberto com lábio engrossado	est. XXII, n.º 22
23.	copo	em S	parede ovóide, bordo aberto	média	castanho	alisada	séc. III / IV-V	grupo I, forma 1a	M.M.A.P. – ROV. 1097	fundo plano arqueado	est. XXII, n.º 23
24.	copo	em S	parede ovóide, bordo aberto	média	alaranjada	irregular	séc. III / IV-V	grupo I, forma 2	C.P. – António Miranda	bordo com lábio pontiagudo	est. XXII, n.º 24
25.	copo	em S	parede elíptica, bordo aberto	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo I, forma 1a	M.M.A.P. – ROV. 1108	fundo plano com ressalto interior	est. XXII, n.º 25
26.	púcaro	em S	parede eliptica, bordo aberto	fina	castanho	alisada	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	M.M.A.P. - ROV. 1095	decoração no colo	est. XXII, n.º 26
27.	púcaro	em S	parede eliptica, bordo aberto	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 1092	asa de fita fracturada, pé discóidal	est. XXII, n.º 27
28.	jarro	em S	parede esférica, bordo aberto	média	castanho	irregular	séc. III / IV-V	grupo IX, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 1093	pé discóidal, fundo plano	est. XXII, n.º 28
29.	jarro	oval	parede arqueada, colo cilindrico	média	vermelho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IX, forma 1	C. P. – António Miranda	lábio ligeiramente engrossado	est. XXII, n.º 29
30.	púcaro	globular	parede elíptica, colo esvasado	média	vermelho	lisa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	C. P. – Manuel Sousa	pé discóidal, asa de fita soerguida	est. XXII, n.º 30
31.	jarro	esférico	parede esférica, bordo esvasado	média	vermelho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo IX, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 937	pé discóidal com ressalto	est. XXII, n.º 31
32.	púcaro	em S	parede elíptica, bordo esvasado	média	castanho	lisa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	M.M:A.P. – ROV. 1096	asa de fita assimétrica	est. XXII, n.º 32
33.	jarro	em S	parede elíptica, bordo esvasado	média	vermelho	lisa	séc. III / IV-V	grupo IX, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 1094	pintada duas bandas (branco e ocre)	est. XXII, n.º 33
34.	púcaro	em S	parede elíptica, carena intermédia	média	vermelho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 1110	pé discóidal, asa de fita assimétrica	est. XXII, n.º 34
35.	púcaro	em S	bojo ovóide, bordo esvasado	média	vermelho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 939	pé discóidal com ressalto	est. XXII, n.º 35
36.	jarro	em S	bojo ovóide, bordo trilobado	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo X, forma 3a	M.M.A.P. – ROV. 1114	fundo plano, bocal trilobado	est. XXII, n.º 36

37.	jarro	em S	parede elíptica, bordo esvasado	grosseira	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo X, forma 5	M.M.A.P. – ROV. 938	fundo plano, bocal trilobado	est. XXII, n.º 37
38.	jarro	esférico	parede elíptica, bordo trilobado	média	alaranjado	irregular	séc. III / IV-V	grupo X, forma 3a	C.P. – António Miranda	bordo trilobado, asa de fita simétrica	est. XXII, n.º 38
39.	púcaro	em S	parede ovóide, bordo fragmentado	média	bege	lisa	séc. III / IV-V	grupo VIII, forma 2	M.M.A.P. – ROV. 1111	pintado a ocre e motivo abstrato	est. XXII, n.º 39
40.	jarro	ovóide	parede ovóide, bordo trilobado	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo X, forma 4	M.M.A.P. – ROV. 1099	asa fragmentada, bocal simétrico	est. XXII, n.º 40
41.	jarro	ovóide	parede simétrica, colo alto	grosseira	cinzento	rugosa	séc. III / IV-V	grupo X, forma 5	C.P. – António Miranda	fundo plano, bocal trilobado	est. XXII, n.º 41
42.	jarro	em S	parede globular, bordo esvasado	fina	bege	lisa	séc. III / IV-V	grupo IX, forma 2	M.M.A.P. ROV. 1112	pintado com linhas paralelas (ocre)	est. XXII, n.º 42
43.	bilha	ovóide	parede esférica, bocal escalonado	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo VI, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 940	asa em fita assimétrica com dedeira	est. XXII, n.º 43
44.	bilha	ovóide	parede esférica, bocal escalonado	média	castanho	rugosa	séc. III / IV-V	grupo VI, forma 1	M.M.A.P. – ROV. 1113	asa em fita assimétrica com dedeira	est. XXII, n.º 44

Vidros

N.º Inv	Forma	Perfil	Cor	Tecnologia	Decoração	Cronologia	Depósito	Observações	Estampa
45.	pulseira	plano-convexa	negro	moldada	nervuras em gomos verticais	séc. I – V	M.M.A.P. – ROV. 9	vidro opaco de boa qualidade, decoração irregular	est. XXII, n.º 45

CEV - Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável
CCFT - Cêramica cinzenta fina tardia
M.M.A.P. - *Museu Municipal Abade Pedrosa,* Santo Tirso
R.O.V. - *Rorigo Velho, Santiago de Bougado*
C.P. - *Colecção particular*
TSA - Terra sigillata africana

31. Rorigo Velho , Santiago de Bougado, Trofa 13. 14. 07
Villa - Tipo A
Lat. - 41º 19' 35'' N
Long. - 8º 34' 25'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 35 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Referência de António Cruz a propósito da necrópole de Rorigo Velho.

(...) Ficava, pois, a necrópole luso-romana de Rorigo Velho a curta distância da via romana. No mesmo ponto, apareceram, há anos, outros vestígios de ocupação pelo homem: mós manuais, tegulae e algumas moedas, entre elas uma de ouro (sueva (?)), segundo a informação prestada pelo seu possuidor, que é o dono do campo. (...) (CRUZ 1940, 203).

Prospectado o local identificaram-se algumas estruturas que afloram à superfície e abundantes vestígios cerâmicos de material de cobertura, cerâmica comum e abundante pedra de construção dispersa por uma área de sensivelmente 300 m por 300 m. Encontra-se implantada numa pequena plataforma orientada a leste, sobre o vale de Bougado, possuindo excelente posição que permite o acesso a terrenos de elevada aptidão agrícola nas suas imediações.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Cd2.4, e a Unidade Fisiográfica Qxp1, a que correspondem terrenos de Aptidão Agrícola moderada. No entanto, a menos de 200 m desenvolve-se uma extensa mancha de terrenos de aptidão agrícola elevada que corresponde à veiga formada nas margens Ribeira da Trofa e rio Ave (Unidade Cartográfica Fd3.1 = Unidade Fisiográfica Qa2 = Aptidão Agrícola elevada A1).

Bibl. - SARMENTO 1933, 323; CRUZ 1940, 203-215.

32. Lantemil, Santiago de Bougado, Trofa. 13. 14. 07
Necrópole
Lat. - 41º 19' 10'' N
Long. - 8º 34' 40'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 70 m (C. M. 1: 25 000, S. C. E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Sepultura descoberta em 1993 no decurso de trabalhos agrícolas realizados na casa de Alcino Pereira de Sousa, na Rua Irmãos Francisco, n.º 106, Lantemil, Trofa. Pela descrição feita pelo morador, tratar-se-á de uma sepultura aberta no saibro com cobertura em tégulas. Foram recolhidos vários materiais intactos entre os quais um prato, uma taça e vários fragmentos de tégulas.
A sua existência implicará, por certo, a existência de um casal nas imediações, que não foi possível identificar. O seu posicionamento, sobranceiro à veiga formada pela ribeira da Trofa, a que correspondem terrenos de elevada aptidão agrícola, parece constituir uma unidade relacionada com a *villa* de Rorigo Velho, da qual dista cerca de 800 m.

Bibl. - Detectada no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

33. Maganha, Santiago de Bougado, Trofa. 13. 14. 07
Necrópole
Lat. - 41º 20' 20'' N
Long. - 8º 36' 08'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 49 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Necrópole constituída apenas por uma sepultura identificada acidentalmente em 1937 na "Bouça do Lameiro" no lugar da Maganha, Santiago do Bougado, na propriedade de António Domingos Pinheiro, próximo da Casa do Penedo. Na altura, o arqueólogo Mendes Correia foi chamado ao local, tendo identificado os vestígios arqueológicos reminiscentes, para os quais sugeriu uma datação em torno do séc. V - VIII d.C.

As referências de António Cruz não mencionam a inexistência de qualquer tipo de espólio, descrevendo o monumento funerário como sendo uma cista (...) *formada por quatro pedras acomodadas, verticalmente, à volta de uma outra que servia de base e a encontrarem-se no topo.* (...) (CRUZ 1982, 27).

Bibl. - MENDES CORREIA 1937; CRUZ 1940, 10-11; 1982, 27.

34. Bairros, Santiago de Bougado, Trofa 13. 14. 07

Casal – Tipo A

Lat. - 41º 20' 40''

Long. - 8º 35' 25'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 25 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado no extremo oeste da veiga de Bougado, na várzea do rio Ave do qual dista apenas 1000 m. Actualmente, apenas são visíveis materiais cerâmicos à superfície, essencialmente fragmentos de tégulas e cerâmica comum. Os intensos trabalhos agrícolas terão contribuído significativamente para o aumento de espessura do solo e para o encobrimento das estruturas. A área de dispersão dos materiais é relativamente ampla, facto que terá ficado a dever-se ao contínuo e prolongado arrastamento dos materiais devido aos trabalhos agrícolas contínuos e não à diminuta dimensão do assentamento. A área envolvente dispõe de terrenos de elevada aptidão agrícola correspondendo à Unidade Fisiográfica Qa2.

Bibl. - Detectado no desenvolvimento do trabalho de prospecção.

35. Bairros, Santiago de Bougado, Santo Tirso. 13. 14. 07

Necrópole

Lat. - 41 º 20' 30'' N

Long. - 8º 35' 40'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 26 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A primeira referência à necrópole foi feita por José Leite Vasconcelos (VASCONCELOS 1912, 38-39). A sua descoberta acidental no decurso de trabalhos agrícolas, no lugar do *Cabeço da Cortinha*, terá ocorrido no mesmo ano da publicação das *Religiões da Lusitânia*. Não se conservou qualquer tipo de espólio cerâmico, ou outro, apesar de no momento da sua escavação terem sido recolhidos abundantes fragmentos cerâmicos, actualmente desaparecidos (CRUZ 1982, 27-28). Estruturalmente é referida como sendo uma sepultura revestida por tijoleira cerâmica no fundo e nas paredes e coberta por *tegulae* (CRUZ 1940, 10; 1982, 27; ALMEIDA 1969, 44). No entanto, importa referir que Leite de Vasconcelos, o primeiro a reportar-se à sua descoberta, não menciona este aspecto, pelo que à que acautelar esta associação a um contexto cronológico-cultural ao qual, provavelmente, não corresponderão tipologicamente as peças.

O espólio actualmente conhecido é formado unicamente por dois aros em ouro que, segundo Armando Coelho, corresponderiam a elementos decorativos de toucado. A sua função poder-se-á aparentar à dos "hair rings" britânicos sem que, obrigatoriamente tenham feito parte de uma peça mais elaborada. A cronologia atribuída pelo autor, na ausência de paralelos peninsulares, corresponde às peças de Hallstatt D

Final, por analogia com o aro procedente da tumba de Kappel am Rhein, em concordância com a opinião de Blanco Freijeiro, integrando-as no conjunto de peças reveladoras de influências continentais, centro-europeias, que se fazem sentir no noroeste peninsular neste período (SILVA 1986, 224; 2007, 343).
O contexto do seu achado, cuja romanização parece segura, não será de sobrevalorizar, atendendo a longa pervivência deste tipo de peças, como acontece com outros exemplos portugueses.
No entanto, López Cuevillas não as inclui no reportório de jóias castrejas, valorizando o contexto arqueológico do seu achado (CUEVILLAS 1951, 91, nota 80).
Estudos mais recentes (REY 1998, 176), colocam estas duas peças no horizonte da Pré-história recente, apesar da complexidade de execução se destacar claramente do conjunto de materiais agrupados sobre o título – *Adornos e elementos de complemento ou acessórios* - que tecnologicamente apresentam, segundo a autora, as mesmas características que os exemplares de Bairros, apesar de estes nunca terem sido considerados em outros trabalhos de ourivesaria Calcolítica ou do Bronze Antigo Peninsular[358].

Bibl. - VASCONCELOS 1912, 38-39; CRUZ 1940, 203-215; 1982, 27-32; Catálogo Museu Nacional Soares dos Reis 1942, 42; CUEVILLAS 1951, 91; FREIJEIRO 1957, 16-17, lám. III (a-b); ALMEIDA 1969, 44; SILVA 1986, 224, 263-264, est. CXI, 1-2; 2007, 343; ALARCÃO 1988, 19 , n.º 1 / 345; MACEDO 2001, 158-159.

Catálogo dos materiais

Aro 1

Aro largo em forma de coroa circular de secção em V com hastes dobradas e prolongadas em paralelo. Elaborado a partir de uma lâmina de ouro repuxada com decoração de vinte e quatro punções hemisféricas feitas do interior para o exterior no plano do vértice e com distribuição irregular de 1 cm de média entre si. Em cada uma das faces regista um alinhamento circular de idênticas punções em número de setenta e quatro, devendo ter existido mais quatro num espaço deteriorado, numa das faces e em número de setenta e sete na outra. Na periferia surge uma orla de quatro filas de pequenas punções contínuas muito densas. A peça foi elaborada por fundição, sem vestígios de solda, existindo uma película de ouro deslocada numa das zonas devendo tratar-se com certeza de uma rebarba por defeito de fundição, inicialmente com forma de V, que depois foi alterada para a forma final pela aplicação profunda das punções (vol. I, est. XXIII, n.º 1).
Dimensões - Diâmetro externo 112 mm; Diâmetro interno 70,6 mm; Largura máxima 20 mm; Espessura média 0,8 mm; Peso: 52,95 gr.
Composição do ouro: Ag ca. 20, Cu 0.26 / Cu 0.32,Sn 0.088 (SILVA 1986, 263-264)*.
Depósito - Museu Nacional Soares dos Reis - Câmara Municipal do Porto, Inv. 147.

Aro 2

Par da peça anterior, com idêntica forma e decoração, excepto no número de punções, vinte e sete no plano do vértice, setenta e sete numa das faces e oitenta na outra face, onde, à semelhança do par, poderia ter mais quatro num espaço deteriorado. Várias irregularidades no bordo (vol. I, est. XXIII, n.º 2).
Dimensões - Diâmetro externo 111 mm; Diâmetro interno 69,5 mm; Largura máxima 20 mm; Espessura média 0.8 mm; Peso: 53,92 gr.
Depósito - Museu Nacional Soares dos Reis - Câmara Municipal do Porto, Inv. 147
Composição do ouro: Ag ca. 18, Cu 0.25 / Cu 0.31, Sn 0.057.*
* Análises realizadas por Hartmann (n.º de análise 2893-2894) (SILVA 1986, 263-264).

Bibl. - HARTMANN 1971, n.º 2894; SILVA 1986, 224, 263-264, est. CXIX, 1-2; JORGE 1986, 863-864; REY 1998, 89, n.º 101 a e 101 b, fot. 101; PINGEL 1992, 293.

36. Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso. 13. 14. 08
Casal – Tipo B
Lat. - 41º 20' 20'' N
Long. - 8º 25' 20'' W (meridiano de Greenwich)

[358] A autora refere-se, em concreto, às duas aplicações discóidais de Cabeceiras de Bastos (REY 1998, lam. 32, n.º 1 - grupo 4), à aplicação discóidal do Museu de Oviedo (REY 1998, lám. 32, n.º 2 - grupo 4), à lúnula de Cabeceiras de Basto (REY 1998, lám. 32, n.º 3 - grupo 4), e ao braçal de arqueiro de Vila Nova de Cerveira (REY 1998, lám. 32, n.º 4 - grupo 4).

Alt. - 309 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

O *casal* localiza-se a noroeste da aldeia de Santa Cruz e desenvolve-se por uma extensa plataforma cortada pela EM n.º 1105. Os vestígios de superfície ocupam uma área considerável, sendo ainda possível observar alguns alinhamentos à superfície. Do abundante material cerâmico recolhido no local, para além da cerâmica comum e grande número de tégulas é de assinalar um conjunto de fragmentos de terra sigillata hispânica com cronologia compreendida entre a dinastia dos Flávios e final do séc. II.
No campo denominado por "Penedo do Ouro", ao serem abertas valas para a plantação de vides foram remexidos níveis arqueológicos que revelaram muita cerâmica comum romana[359].
Um dos moradores do local informou-nos que, ao abrir os alicerces para construir uma moradia, a cerca de 1,5 m de profundidade recolheu uma bilha em cerâmica fina intacta.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que equivale a Unidade Fisiográfica Qgo2, a que correspondem terrenos sem aptidão agrícola.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

37. Quinta do Corgo / S. Simão, Burgães, Santo Tirso 13. 14. 08
Ara votiva
Lat. - 41º 21' 01'' N
Long. - 8º 26' 48'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 130 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Ara recolhida em Burgães, junto de Santa Cruz, num terreno denominado por "Chão das Cruzes" pertencente à Casa do Corgo, em data anterior a 1841 e depositada na Quinta da Laje em 1847 por Luís Correia de Abreu. Em 1887, foi oferecida à Sociedade Martins Sarmento por António Maria Correia de Abreu, fazendo hoje parte da secção de epigrafia e escultura daquele Museu.
O local onde foi encontrada registou ainda outras ocorrências pontuais, designadamente a de um tesouro monetário recolhido em 1841, supostamente tardo-romano, a fazer fé no relato de um dos seus compradores que se refere ao mesmo nos seguintes termos – (…) *huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas* (…)[360] – conhecendo-se ainda referência à descoberta no mesmo local de materiais de construção e abundante material cerâmico.
A este propósito, Luís Correia de Abreu escreveu nos seus apontamentos históricos manuscritos sob o título, *Descripção das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães* – (...) *... Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) Há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler* Severus. *Este padrão está hoje no jardim da Quinta da Lage* (…) (CORREIA 2000, 12).

Ara votiva de granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces, fracturada na face anterior e no canto superior esquerdo. O capitel tem um recorte quadrangular e encontra-se muito danificado, onde apenas se

[359] Armando Coelho, baseado nas observações de Martins Sarmento (SARMENTO 1887; 1933, 303-304), referencia-o como castro (SILVA 1986, 83, n.º 341), classificação que não corresponde às evidências arqueológicas uma vez que, para além da total ausência de condições topográficas para a implantação de um castro, não se verificam também quaisquer outros vestígios que apontem para uma ocupação da Idade do Ferro, como aliás, foi já referido por outros autores (DINIS 1993, 106, n.º 12 e 13). O mesmo autor referência na mesma freguesia de Burgães, num local muito próximo a Santa Cruz, o Monte de S. João de Carvalhido, como sendo um castro (SILVA 1986, 83, 340). Este local, apesar de reunir características topográficas que correspondem ao estereotipo dos castros, não evidencia qualquer tipo de vestígio, sejam materiais de superfície, de alinhamentos, ou mesmo taludes que indiquem a existência de muralhas.
[360] O tesouro monetário é também referido por Martins Sarmento na "Revista Lusitana" (SARMENTO 1887, 227).

adivinha o fóculo. No lado direito restam vestígios de ter existido um toro. Base de forma quadrangular com moldura constituída por um filete reverso seguido de dois toros.
Caracteres actuários, muito ténues, com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, facto que obrigou o *ordinator* a colocar a fórmula final consacratória, da qual consta o nome do dedicante, na face direita do monumento.

Dim.: 60 cm x 21 cm x 57 cm; Camp. Epig.: 23,5 cm x 19,5 cm.

DEO D/OMEN/O CVSV / NEMEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI / T.
Ao deus Cusunemeoeco erigiu Severo, em cumprimento de voto.

Alt. letras : *1*: 1: 4,5; 2: 5; 3: 4; 4: 4,5;
2: 1: 3,5; 2: 3; 3.4: 4;
3: 1: 3; 2.3: 2,5; 4: 3,5;
4: 1.2: 3,5; 3.4: 3; 5: 4;
5: 1: 3,5; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 4;
6: 1: 3; 2.3: 2,8; 4: 4;
7: 1: 3,8; 2: 4; 3: 3,5; 4: 4,4;
8: 1: 1,4; 2: 3,5; 3.4: 4;
9: 1: 3; 2: 3; 3: 3,3; 4: 4;
10: 1: 4;

Esp. Inter. : 1: 2,5/3; 2: 1; 3.4: 0,5; 5: 0,7; 6: 0,7; 7: 7; 8: 0,8/1; 9: 1; 10: 0,8; 11: 6;

Apesar da sua leitura relativamente fácil originou várias transcrições nos autores que abordaram o seu estudo.
DEO D/OMEN/O CVSE / NENEO/ECO E/X / VOTO SEVE/RVS P/OSVI/T (ALBALAT 1990, 249,n.º 10)

Bibl. - *CIL*, II 2375; *CIL* II, S, 5552; *ILER* 796; *HAE*, 514; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1927, 9; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; COELHO 1887-89, 365, 369; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149,153; 1958, 105, 109; MATOS 1947, 57; TOVAR 1950, 182,189,190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1956, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; TRANOY 1981, 274; SILVA 1986, 288, nota 330; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6; 2007, 93, MMAP 170(1).

38. Quinta do Corgo / S. Simão , Burgães, Santo Tirso 13. 14. 08
Villa – Tipo A
Lat.- 41º 20' 56'' N
Long. - 8º 26' 48'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 130 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantada numa plataforma natural na encosta norte da serra de Monte Córdova, sobranceira ao rio Ave, sobre um ribeiro seu afluente na sua margem esquerda. Os vestígios actualmente visíveis resumem-se a cerâmicas comuns e de construção (tégulas e tijolos) e abundante pedra de construção dispersos por uma área de 200 m por 300 m.
Toda a vertente norte da serra de Monte Córdova evidencia intensa ocupação humana e actividade agrícola. A topografia actual revela intensos trabalhos de terraceamento para a criação de largas plataformas de

cultivo, que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e no consequentemente encobrimento dos vestígios.
Este terá provavelmente sido o local de aparecimento da ara votiva dedicada a *Cusuneneoeco* por Severo (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 37), assim como de um conjunto de moedas hoje na posse de descendentes de Luís Correia de Abreu, então morador da Quinta da Laje, da qual dista apenas 500 a 600 m do local dos achados.
Do ocorrido, uma vez mais, Luís Correia de Abreu nos seus apontamentos sob o título – *Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães* –, dá-nos conta da importância dos achados.

(...) No sítio chamado Cham das Cruzes, próximo (...) do lugar de St.ª Cruz, aparecem tijolos, e varios vestígios, que indicão ruínas de povoação: neste mesmo sítio, escavando na terra no anno de 1841 José das Casas – Novas achou huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas, que se conservão na posse (?) da Casa da Quinta da Lage. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler Severus. (...) (CORREIA 2000, 11).

A recolha do tesouro foi também divulgado por Martins Sarmento (SARMENTO 1933, 304). Inscreve-se no limite norte da Unidade Cartográfica Ru5.1, a que equivale a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola. No entanto, dispõe de amplos terrenos de aptidão agrícola moderada localizados a norte, a apenas 100 / 150 m de distância.

Bibl. - Identificada no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica

39. Lugar de Vila, S. Mamede do Coronado, Trofa 13. 14. 11
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 16' 20'' N
Long. - 8º 34' 00'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 121 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 110 - Maia, 1975)

Encontra-se implantado sobre uma pequena plataforma a sudeste do cemitério do Lugar de Vila. A plataforma, de planta oval, apresenta um talude pronunciado que a destaca da paisagem, especialmente no seu lado sudeste. Com orientação a leste domina visualmente grande parte do vale de Coronado formado pela ribeira de Paredes, assim como beneficia de uma excelente capacidade de insolação. Ainda que integrada numa área de intensa actividade agrícola, os vestígios visíveis concentram-se numa zona arborizada e resumem-se a algumas estruturas que afloram à superfície e abundantes materiais de construção e cerâmicas comuns, que se encontram-se dispersos por uma área de cerca de 200 m por 300 m. A sua localização integra a Unidade Cartográfica Te10.1, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgp1 que possui terrenos de elevada Aptidão Agrícola (A1), em toda a sua envolvente.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

40. Monte da N.ª Sr.ª da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso. 13. 14. 13
Casal – Tipo B
Lat. - 41º 19' 40'' N
Long. - 8º 25' 55'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 350 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Localiza-se na vertente sudoeste do Monte da Assunção a cerca de 500 m para noroeste da "capela velha" da Nossa Senhora da Assunção. Ocupa uma plataforma bastante extensa de planta rectangular que acompanha a topografia da vertente.
Os vestígios de superfície são observáveis numa extensão considerável de terreno, correspondendo a alinhamentos de estruturas quadrangulares e abundantes fragmentos cerâmicos de construção e de uso doméstico. Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e possui terrenos sem aptidão agrícola A0.
A sua implantação de meia encosta e a relativa distância a terrenos de aptidão agrícola revela-nos uma maior apetência para a exploração de recursos silvo-pastoris, sem que, no entanto, se descarte a utilização de terrenos nas imediações para a auto-suficiência doméstica.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

41. Morro da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso. 13. 14. 13
Castro – Tipo A */ Atalaia Medieval*
Lat. - 41º 19' 24'' N
Long. - 8º 26' 30'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 472 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Localiza-se num pequeno promontório da cumeeira oeste da serra de Monte Córdova e ocupa um esporão rochoso onde, à superfície, se verificam grandes afloramentos. Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida em anfibolito, hoje em depósito no Museu Municipal, atestam uma ocupação bastante recuada deste local (SANTARÉM 1952, 106-107; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11). Actualmente não são visíveis quaisquer vestígios de estruturas ou irregularidades no terreno que se associem a taludes que denunciem estruturas defensivas. As cerâmicas recolhidas no local enquadram-se, maioritariamente, em época medieval, embora se tenham também recolhido cerâmicas castrejas em pequeno número.
A ocupação castreja terá sido pouco mais que episódica facto que, aliado às características topográficas do local, o aproximam mais à tipologia de uma atalaia, de ocupação temporária, que propriamente a um castro[361].
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgo2, e a terrenos sem aptidão agrícola.

Bibl. - SANTARÉM 1954-55, 397-429; SILVA 1986, n.º 343; QUEIROGA 1992, 314; DINIS 1993, 105, n.º 10, 11.

42. Monte Padrão , Monte Córdova , Santo Tirso. 13. 14. 13
Castro – Tipo B (Monumento Nacional)
Lat. - 41º 18' 53'' N
Long. - 8º 26' 51'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 413 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E. 1950, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

O castro do Padrão localiza-se na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, a poucos quilómetros a sudeste da sede do concelho. O acesso ao castro pode fazer-se a partir da povoação

[361] Embora seja referenciado como castro em recentes trabalhos de inventário (SILVA 1986, 83, n.º 342 e 343; QUEIROGA 1992, 314), outros autores pelas razões que apontamos, excluem-no deliberadamente (DINIS 1993 105-106, n.º 10, 11).

de Monte Córdova, em direcção ao lugar de Quinçhães, tomando, de seguida, o caminho florestal que dá acesso à capela do Senhor do Padrão, que fica no sopé do castro.
O imóvel encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1910 com a designação de Castro de Monte Córdova (Decreto Lei de 16 de Junho de 1910), tendo sido rectificada a sua designação para Castro do Monte do Padrão em 1951 (6 de Novembro de 1951 – Dec. Lei n.º 38.491, art.º 3).

Implantação e caracterização geomorfológica

O castro ocupa um esporão rochoso da serra de Monte Córdova, que corresponde a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste. Encontra-se implantado na área limite das bacias hidrográficas dos rios Ave[362] e Leça[363], integrando a face norte a rede de drenagem do Ave e a face sul do rio Leça, encontrando-se sobranceiro ao vale do rio Sanguinhedo[364] e à ribeira do Matadouro[365], ambos afluentes da margem esquerda do rio Ave. Para sul, desenvolvem-se as veigas de Refojos e Agrela, que integram a bacia hidrográfica do rio Leça.
Ocupa uma posição topográfica de destaque na região dominando visualmente para oeste uma extensa faixa da costa marítima que se desenvolve desde a cidade do Porto à cidade da Póvoa de Varzim, sendo o seu campo visual mais limitado para leste uma vez que, para o interior, se desenvolve uma zona de ligação à plataforma do planalto[366].

A sua implantação proporciona uma posição de destaque na região reflectindo uma clara intenção de domínio sobre as principais vias naturais de comunicação (terrestres e fluviais).
Topograficamente estrutura-se a partir de uma plataforma superior, de planta oval, relativamente plana, apesar dos frequentes afloramentos graníticos à superfície, definida pela curva de nível dos 400 m, que corresponde, *grosso modo*, à primeira muralha do povoado. A plataforma superior desenvolve-se por um comprimento máximo de 183 m no sentido norte/sul, e de 101 m no sentido este / oeste, perfazendo uma área de 14.776 m^2.
Possui condições naturais de defesas razoáveis propiciadas por uma topografia favorável. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado apresentando-se a vertente do lado leste mais suave e curta, correspondendo a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.

Caracterização ambiental

As características ambientais em que o castro do Padrão se insere correspondem às definidas para a zona climática designada por Terra Temperada – Quente Atlântica, que se caracteriza pela marcada influência

---

362 O rio Ave desenvolve-se ao longo de 94 km apresentando uma orientação predominante no sentido leste / oeste, desde a sua nascente na serra da Cabreira, na freguesia de S. Estêvão de Castelões, concelho de Vieira do Minho, até à foz, no concelho de Vila do Conde (cfr. 2.3. *Bacias hidrográficas*). O local onde se implanta o castro do Padrão corresponde ao tramo médio / final que se desenvolve a partir da ligação com o rio Vizela até à foz.

363 O rio Leça nasce no Lugar de Redundo, freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso e desagua no oceano atlântico entre as freguesias de Leça da Palmeira e Matosinhos. O local onde se encontra o castro corresponde ao tramo superior que é definido desde o local da sua nascente até às quedas da Fervença (cfr. *Bacias hidrográficas*).

364 O rio Sanguinhedo é um dos mais significativos afluentes da margem esquerda do rio Ave no seu tramo médio (cfr. 2.4 *Rede de drenagem*). A sua rede de drenagem configura uma bacia de aproximadamente 18 km^2.

365 Nasce em Monte Córdova junto ao santuário de N.ª Senhora da Assunção a 410 m de altitude. A sua rede de drenagem configura uma bacia hidrográfica de aproximadamente 6,4 km^2 (cfr. 2.4 *Rede de drenagem*).

366 O planalto de Monte Córdova desenvolve-se na face noroeste da serra abrangendo parte do concelho de Santo Tirso e Paços de Ferreira. Apresenta uma planta circular definida pela curva de nível dos 400 m e é delimitada por um conjunto de acidentes orográficos de maior elevação – Pilar, Padrão, Mouro, Costouras e Citânia de Sanfins. As povoações que ocupam a chã são – Monte Córdova, Cabanas, Santa Luzia, Hortal e Redundo. A área é marcada por uma intensa rede de drenagem que configura a nascente do rio Leça. Os terrenos revelam aptidão agrícola elevada.

atlântica, registando uma diminuição gradual da amplitude térmica anual. Os valores médios situam-se entre – 14º de temperatura média anual; 16º temperatura média do mês mais quente; precipitação média anual entre 1200 mm e 1600 mm.

O substrato geológico da região corresponde à grande mancha de granito biotítico da face oriental do concelho de Santo Tirso, apresentando a variedade porfiróide e granosas de grão de diferente calibre como predominantes. Em particular na freguesia de Monte Córdova é frequente o tipo porfiróide (ANDRADE 1952, 303-315).

Na área envolvente do castro existem terrenos de elevada aptidão agrícola[367] ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, que confrontam, na maior parte dos casos, com terrenos de aptidão agrícola moderada a que corresponde praticamente toda a área do planalto de Monte Córdova.

A origem do topónimo

A referência toponímica "Monte do Padrão" surge relacionada com a edificação da capela dedicada ao Senhor do Padrão e documenta-se apenas a partir da sua construção em 1738 como – *Senhor do Padram do Mosteiro Velho* –[368], sendo que as anteriores referências dos vestígios mencionam, de forma mais ou menos vaga, a sua localização em Monte Córdova sem concretizar o local. A origem do topónimo encontra-se documentada numa das muitas lendas de Monte Córdova recolhidas por Carlos Faya Santarém na década de 50 do século passado (SANTARÉM 1951, 53-54)[369].

O referido padrão, supostamente recolhido nas ruínas do castro, consiste numa pequena imagem de Cristo crucificado que integra actualmente a representação do calvário no altar da capela do Senhor do Padrão.

A cruz, de tipologia latina, possui uma base rematada por uma moldura em três das suas quatro faces, a partir da qual se desenvolve um espigão de perfil tronco-cónico que serviria de encaixe na base de um cruzeiro ou pilar. Numa das faces conserva uma imagem em relevo, pintada, de carácter *naif,* de estilo românico. A outra face revela uma imagem, também em relevo, de menor dimensão que a primeira, igualmente de Cristo na cruz, mas esta mais desproporcionada e sem pormenor, não se distinguindo os traços fisionómicos. Este tipo de cruzeiro, de dupla representação, é relativamente comum na região, podendo apreciar-se um exemplar morfologicamente muito semelhante em de S. Pedro de Rates, Vila do Conde (CARNEIRO; GOMES; AMORIM; REAL 2004, 36, n.º 42).

---

[367] O sistema adoptado pela empresa "Agroconsultores e Geometral" na elaboração das cartas de solos e aptidão da terra foi o definido para a classificação de terras para usos diversos (land suitability evaluation), recomendado pela FAO (FAO 1976; 1983). A classificação resulta da ponderação de um conjunto de factores que concorrem para a formação e evolução da terra como, por exemplo, o substrato rochoso, o material orgânico, o clima, o relevo, a vegetação e a acção transformadora do homem ao longo dos tempos. Entre os principais factores de transformação destacam-se os terraceamentos operados em toda a região em zonas de declives superiores a 4-5%, facto que introduz um importante elemento a ter em conta no momento de valorizar os elementos para o estudo de períodos muito recuados (cfr. 2.6. *Os solos e a aptidão agrícola*).

[368] Conforme documento de compra de um moinho e terrenos anexos para prover os rendimentos da respectiva fábrica pelo Juiz e oficiais da respectiva capela (Arquivo Episcopal do Porto s/n.º).

[369] Aparição de S. Miguel Arcanjo A D. Ilduara " (…) *Como a condessa, mãe de S. Rosendo, não podia ter filhos, e, tivesse por esse motivo, grande desgosto, apegou-se em suas orações ao Arcanjo S. Miguel, de que era muito devota, pedindo-lhe que junto de Deus intercedesse para que lhe desse um filho. Para melhor ser ouvida por Deus, a condessa, como penitência, ía, várias vezes por semana, a pé e descalça, da sua vila de Salas até ao alto do Monte para orar na igreja de S. Salvador. Um dia, no Monte, quando orava, apareceu-lhe o Arcanjo S. Miguel dando-lhe a Boa Nova de que ía ser mãe. Conforme o prometido, passado o tempo, nasceu S. Rosendo.* (…).

A identificação e recolha do padrão que origina o topónimo do castro (...) *Quando duma incursão Moura, a Condensa Dona Ilduara ou Aldara, mãe de S. Rosendo, veio da sua Vila de Salas ao alto do Monte para esconder dos mouros o Cristo de Pedra que hoje se venera na Capela do Monte e que, naquele tempo no alto duma coluna, servia de Padrão. Ninguém mais, através dos séculos, teve notícia deste Cristo, até que, um dia, alguém o encontrou, no monte, quando andava a roçar mato. Espalhada a notícia, logo o Povo de Monte Córdova, em sinal de regozijo e veneração, mandou construir a Capela de sua invocação, que ainda hoje existe, fundou uma confraria e passou a fazer-lhe todos os anos uma festa. A partir desta altura o Monte passou a chamar-se do Senhor do Padrão*. (...)

As ruínas do cemitério (…) *No Monte do Padrão existiu um cemitério que todas as noites, por volta da meia-noite, sobre o sítio onde está o marco geodésico, desce e sobe uma estrela muito brilhante, o que é sinal de ali estar enterrado um grande Santo* (...)".

Historiografia do castro do Padrão

O local em que se encontra implantado o castro do Padrão é referenciado, de forma mais ou menos desenvolvida, na bibliografia de hagiógrafos, cronistas, corógrafos e viajantes desde finais do séc. XVI, até poucos anos antes de ser definitivamente abandonado no 2º quartel do séc. XVII, relacionando-o, fundamentalmente, com o nascimento de S. Rosendo e o mosteiro de Monte Córdova[370]. Entre os autores mais representativos contam-se referências de Frei Leão de S. Tomás, André Resende, Carvalho da Costa, D. Rodrigo da Cunha e Gaspar Estaço. Nas respostas ao inquérito de 1758 o cura e reitor de Monte Córdova, Padre Veríssimo de Araújo, contribuiu também para a interpretação dos vestígios medievais do Monte Padrão, assim como, para a história da toponímia local[371].
De Espanha são também conhecidas algumas referências importantes como, por exemplo, o relato do périplo efectuado por Ambrosino de Morales em 1572 (IGLESIAS 1999, 57-58), e, mais tarde, em 1600, com a edição do livro da autoria de Fray Benito de la Cueva "*Historia de los monasterios e priorados anejos a Celanova*" (CUEVA 1991, 93-97). Mais recentemente, encontramos ainda contributos assinaláveis de Alberto Pimentel e Alberto Pires de Lima (PIMENTEL, 1902, 50-54; LIMA 1948, 543).

A partir do início da primeira década do século XX tem início verdadeiramente a história do imóvel enquanto monumento arqueológico. Em 1910, com a classificação como Monumento Nacional, define-se com clareza a sua importância científica e patrimonial. Todavia, seria apenas a partir do início da década de cinquenta do século XX que se desenvolveriam os primeiros trabalhos arqueológicos na estação empreendidos por Carlos Faya Santarém realizados entre 1951 e 1956. A publicação da planta dos edifícios romanos intervencionados na plataforma superior do castro, pela sua singularidade no panorama arqueológico do noroeste Peninsular, faria com que os seus trabalhos fossem recorrentemente citados em trabalhos de síntese relativos ao período de domínio romano[372].
Os registos bibliográficos posteriores ocorrem apenas na década de oitenta e noventa e reflectem já metodologias científicas. Merece particular destaque o trabalho publicado por Manuela Martins em 1985[373], pelo facto de documentar, pela primeira vez, a ocupação relativa ao período do Bronze Final, facto que motivou inúmeras referências à estação arqueológica em trabalhos científicos do mesmo horizonte cronológico.
Bibliograficamente, a década de noventa evidencia uma maior preocupação na conservação e valorização patrimonial do imóvel (VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76), apesar de se registarem trabalhos de carácter científico de significativa importância (MOREIRA 1991, 28-34; 2005b, 255-276; 2005c; 1997a, 83-87; 2007, 32-34; 2008, 129-145).

---

[370] Bibliografia de maior significado para a historiografia da estação arqueológica - RESENDE 1593; Parte II, 403; CUNHA 1623, Parte I, 143; ESTAÇO 1625, 20; TOMÁS 1651, 159-160; ARGAIZ 1675; LEAL; COSTA 1706-1708, 326; LEAL; FERREIRA 1873-1928, v, p. 471-472; VASCONCELOS 1895, 12-13; PIMENTEL 1902, 50-54; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; COUSELO 1973, 7-13; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; CUEVA 1991, 93-97; MOREIRA 1991, 28-30; 2005b, 255-276; 2005c; 1997a, 83-87; 2007, 32-34; 2008, 129-145; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39; ROSADO 1996, 107; VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76.
Ref. Documentais - Inquirições de D. Afonso III, pp. 541, col. 2ª;
[371] Santo Tirso, Boletim Cultural, II, (1952-53), pp. 491.
[372] Veja-se, entre outros; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360.
[373] Veja-se; MARTINS 1985, 217-230.

Os trabalhos de investigação

Os trabalhos de investigação do castro do Padrão compreendem três grandes momentos que, em certa medida, reflectem os principais momentos da arqueologia nacional. O primeiro ocorre com os trabalhos empreendidos por Carlos Faya Santarém realizados entre 1951-1956, que incidiram na face norte da plataforma superior do castro, nos quais foram intervencionados dois edifícios de época romana, uma casa circular da Idade do Ferro e parte da muralha. Registaram-se ainda outras pequenas intervenções não publicadas, tais como a sondagem que revelou parte das estruturas medievais e um outro edifício romano na zona central da face leste da plataforma superior.

A fase seguinte desenvolve-se na década de oitenta e enquadra-se num período de intensa actividade arqueológica, incrementada pelos Serviços Regionais de Arqueologia e diversas Universidades que contou com o forte apoio dos municípios, então em clara fase de afirmação e valorização dos valores patrimoniais concelhios. A ligação à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho intensifica-se em 1984 com a realização dos primeiros trabalhos de limpeza, consolidação e restauro das ruínas postas a descoberto por Carlos Faya Santarém. O trabalho de investigação da estação aprofundar-se-ia com a assinatura de um protocolo de colaboração assinado entre as duas instituições, tendo resultado na realização de cinco pequenas intervenções arqueológicas (1985-1989), entre as quais a que deu origem à publicação dos resultados preliminares das sondagens realizadas em 1985 sob a responsabilidade científica de Manuela Martins.

Após a interrupção do vínculo com a UAUM tem início uma nova etapa no estudo e salvaguarda do castro que coincide, *grosso modo*, com a criação do Gabinete Municipal de Arqueologia concretizada em 25 de Outubro de 1990[374]. A partir desse momento o seu estudo, valorização e musealização passaria a integrar o projecto de investigação de Álvaro Moreira, encontrando-se ainda em desenvolvimento[375].

Caracterização arqueológica

Os elementos estratigráficos e estruturais até ao momento identificados no povoado permitem perceber uma longa ocupação que tem início no Bronze Médio / Final e se prolonga até início do séc. XVII, registando-se um hiato cronologicamente considerável no período que medeia entre o fim da ocupação romana e a primeira ocupação da Alta Idade Média.

O conhecimento das diferentes fases de ocupação não é ainda uniforme sendo difícil, com os elementos disponíveis, efectuar uma caracterização exaustiva da ocupação de cada um dos períodos, quer ao nível da cultura material e estrutural quer ao nível das respectivas áreas de ocupação.

Contudo, os resultados das últimas intervenções permitem esboçar, ainda que provisoriamente, uma periodização das diferentes fases de ocupação do castro.

---

[374] O Gabinete Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso foi criado por deliberação camarária (Acta n.º 26, fl. 54-56, 25 de Outubro de 1990).

[375] O primeiro projecto de investigação submetido à apreciação do então IPPC tinha por título – Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e castro de Alvarelhos – tendo sido aprovado em 2 de Junho de 1992. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia e alterações regulamentares dai decorrentes, foi elaborado novo projecto então com o título – *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Alvarelhos*, cuja aprovação ocorreu em 15 de Junho de 1998. Uma vez terminado o projecto anterior redefinimos o estudo do castro do Padrão agora enquadrado num novo projecto de investigação – Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Saltos – homologado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22, 10, 2004.

No biénio 2002-2004 decorreu, no âmbito do Plano Operacional da Cultura, Medida 3.9, o Projecto de estudo, valorização e dinamização da área arqueológica de Monte Padrão.

Fase I	1000-900/700 a.C. | 500 a.C.
Fase II	500 a.C. | 138/136 a.C.
Fase III	138/136 a. C. | Tibério/Cláudio
Fase IV	Tibério/Cláudio | 1ª Metade do séc. II
Fase IV a	1ª Metade séc. II | Meados séc. III
Fase V	900 | Final do séc. XII
Fase VI	Final do séc. XII | Final do séc. XVI / início do séc. XVII
Fase VII	1738 | ----___

Fase I – 900/700 a.C. - 500 a.C.

Corresponde à etapa do Bronze Final do norte de Portugal, cuja periodização tem vindo a ser definida entre 1000-900 / 700 – 500 a.C., e identificada como a Fase I da Cultura Castreja (MARTINS; JORGE 1992, 356)[376].
A intensa actividade arqueológica desenvolvida no âmbito desta cultura nas duas últimas décadas no norte de Portugal e na Galiza tem permitido definir com rigor, o seu âmbito cronológico, assim como determinar as suas diferentes etapas evolutivas e documentar a cultura material correspondente.
Em termos genéricos, ao nível da organização do território, caracteriza-se pelo surgimento de uma nova estratégia de povoamento que utiliza promontórios com defesas naturais ou mesmo artificiais como locais preferenciais para os novos assentamentos, e pela manutenção dos povoados abertos da primeira fase que, segundo alguns autores, indiciam aspectos relacionados com a definição de hierarquias entre os povoados, podendo determinadas características de implantação corresponder a funções específicas de alguns deles, nomeadamente de controle da produção metálica e na distribuição de produtos de consumo (MARTINS; JORGE 1992, 356).
Amplamente documentada na bacia hidrográfica do Ave e Leça, a Fase I, revela uma alta densidade de povoados com características topográficas e de implantação heterogéneas, cujo enquadramento geográfico, em conjugação com um alargado número de vestígios dispersos, eventualmente conotados com povoados na sua periferia, ainda não identificados, permite esboçar uma visão mais abrangente do quadro do povoamento.
No castro do Padrão esta fase encontra-se documentada na face norte e leste da plataforma superior[377], cujo espólio compreende taças carenadas de fundo umbilical[378], vasos tronco-cónicos, potes e cerâmicas com decoração boquique tipo "Cogotas I"[379] , cerâmicas decoradas tipo "Baiões" e também materiais líticos

[376] As autoras relacionam esta segunda etapa com o aparecimento de um novo tipo de "habitat" em altura dotados de sistemas defensivos naturais, que é acompanhado por um incremento da produção metalúrgica e de sinais de "influência" cultural mediterrânea, no momento em que a cultura tartéssica alcança o seu maior desenvolvimento (MOTES 2000, 223), e também da Meseta Norte. Do ponto de vista da ergologia regista-se uma maior quantidade e diversidade de instrumentos metálicos e de ourivesaria. A cerâmica, para além das produções locais e supra regionais integra frequentemente cerâmicas brunidas, lisas ou decoradas tipo "Baiões" ou tipo Cogotas I.
[377] A intervenção arqueológica levada a efeito por Manuela Martins em 1985 consistiu na execução de 4 sondagens das quais merecem particular relevo as implantadas entre o muro leste da Domus norte e a muralha (MARTINS 1985, 217-230).
[378] (MOREIRA 1991a, 14, est. VI, n.º 3 - Corte D (05) K 29).
[379] As referências a achados cerâmicos morfologicamente enquadráveis no tipo Cogotas I são relativamente escassas no noroeste Português. São conhecidos exemplares provenientes do povoado da Bouça do Frade, Baião (JORGE 1988, 70-71, fig. 37, n.º 1-2), uma taça da necrópole do Tapado da Caldeira, Baião (JORGE 1980, 36-44), um fragmento decorado com incrustação de pasta branca proveniente do Monte da Ínsua, S. João da Ponte, Guimarães (JORGE 1988, 71), um fragmento proveniente do povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 1991-92, 108-109, est. IX, s/n), vários exemplares provenientes do povoado da Lavra, Marco de Canaveses (SANCHES 1988, 129, fig. 3-4).
Os materiais provenientes do castro do Padrão embora não sejam abundantes encontram-se significativamente representados (MARTINS 1985, est. V, n.º 3-7; MOREIRA 1995, 13, est. I, II, n.º 3-4).

– mós de naveta, machados polidos, pesos[380] e lâminas de sílex.

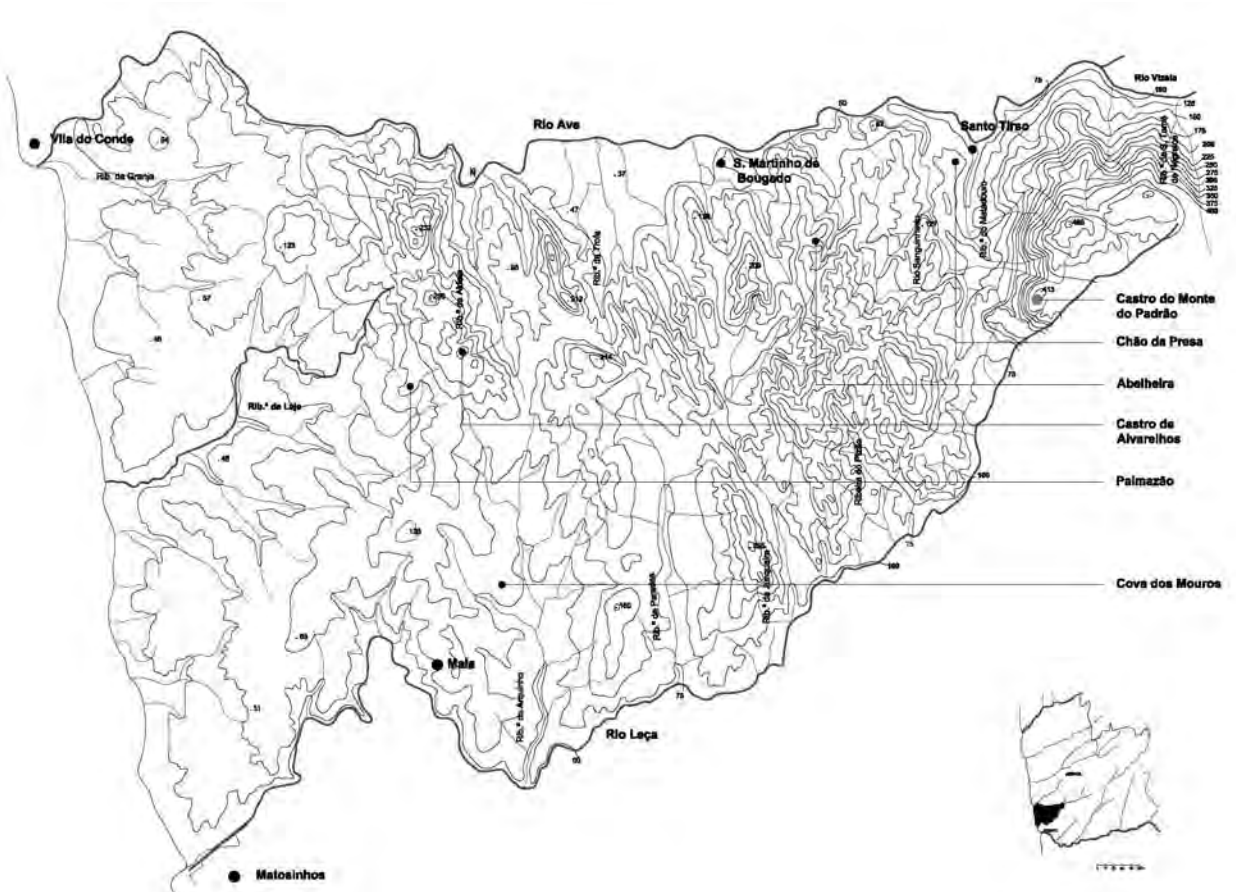
Caracterização das estruturas

Apesar de se terem recolhido materiais praticamente em todas as intervenções realizadas na plataforma superior não foi ainda identificada qualquer estrutura habitacional ou defensiva relacionada directamente com este período. A dispersão e a quantidade dos materiais permite, com alguma segurança, admitir que o povoado teria uma dimensão razoável, cuja ocupação se desenvolveria em toda a face leste da acrópole do castro.

Enquadramento arqueológico regional

Amplamente documentada na bacia hidrográfica do rio Ave, a Fase I, no seu tramo médio e final, encontra-se documentada em seis povoados - Castro da Falperra, Braga, Castro de S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1990, 119), Alto do Crasto, Braga; Castro do Padrão, Santo Tirso, Cividade de Terroso, Vila do Conde (SILVA 1986, 121), Castro de Alvarelhos, Trofa (MOREIRA 1992 b, 39-47; 2007, 34-36), e Castro de Penices, Vila Nova de Famalicão (QUEIROGA 1992, 90). Resultados de prospecções recentes apontam como provável uma ocupação para esta fase de inúmeros outros castros – Castro das Lajes, Braga; Monte Vasconcelos, Braga; Monte da Forca, Guimarães; Monte do Facho, Vila Nova de Famalicão (DINIS 1993, 117-118), sendo ainda admissível, por conexão, relacionar os diversos achados metálicos registados na região com uma hipotética ocupação dos castros de Sabroso, Guimarães e Monte da Soledade, Vila do Conde.
Num âmbito mais localizado, na área regional em que se insere o castro do Padrão e o castro de Alvarelhos, na região entre Leça e Ave, regista-se ocupação, no povoado da Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães, Maia, recentemente descoberto. No que respeita a achados dispersos, conotados com esta fase e eventualmente relacionados com outros povoados, para além do machado de duplo anel, proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o castro de Alvarelhos regista-se o "depósito de fundidor" identificado no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 36 exemplares de machados de talão de dupla face e duplo anel (LIMA 1940; SILVA 1986, Gráfico 4). Um outro achado documentado na região, hoje em depósito no MMAP, do qual também se desconhece o contexto arqueológico, proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso, consiste num machado de talão de duplo anel. Por último, refira-se um machado de alvado de duplo anel proveniente do concelho de Santo Tirso, em depósito no MNA (11039), de proveniência incerta, amplamente referenciado na bibliografia (CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56), enquadrado na tipologia de Monteagudo como Tipo *41 C Santo Tirso.*

[380] Este tipo de peso em quartzito ou arenito, de formato oval e secção plano-convexa, com entalhes laterais de perfil ovalado, são relativamente abundantes em povoados com ocupação no mesmo horizonte cronológico e foram inicialmente interpretados como indicadores da actividade piscícola (BRANDÃO; LANHAS 1971, 581-589), sendo actualmente interpretados com funções mais alargadas, designadamente relacionados com a actividade de tecelagem (CANO PAN 1986).



Esboço topográfico da área geográfica de entre Leça e Ave com a implantação dos vestígios do Bronze Final

Fase II - 500 a.C. | 138 / 136 a.C.

As suas principais características definem-se a partir de influências centro europeias, post-hallstáticas e influências meridionais, designadamente através do comércio púnico e grego, documentado através de cerâmicas gregas e pré-campanienses (SILVA 1986, 37).
No castro do Padrão identifica-se a partir da cultura material associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas, intervencionadas na face nordeste da plataforma superior, nomeadamente a casas VI e VII e uma outra estrutura que, eventualmente, corresponderá à primeira estrutura defensiva (MOREIRA 1991, 5, corte estratigráfico Este A - A', camada 4). As cerâmicas indígenas caracterizam-se por um forte arcaísmo e simplicidade nas formas e técnicas de fabrico.

Caracterização das estruturas

Relativamente a esta fase foram intervencionadas duas estruturas habitacionais (casa VI / VII) e um muro de sustentação de terras que teria a dupla função de nivelamento da plataforma superior, assim como constituiria a primeira linha defensiva. A estrutura desenvolve-se paralelamente à muralha construída na Fase III pela sua face interna a sensivelmente dois metros desta. É composta por blocos graníticos de diferente calibre, dispostos aleatoriamente, não formando uma estrutura muito consistente. O paramento é formado por blocos graníticos de diferente calibre, alguns dos quais dispostos transversalmente, em forma de cunha.

As duas casas circulares identificadas localizam-se no extremo norte da plataforma superior. A primeira implanta-se junto da estrutura defensiva, no lado norte da vala de sondagem. É composta apenas por duas fiadas de pedra aparelhada. Da restante estrutura apenas subsiste o alicerce, formado por um leito de saibro e pedra miúda. A totalidade da estrutura encontrava-se coberta por uma camada de saibro de espessura variável oscilando entre 10 e 15 cm, resultantes de trabalhos posteriores de nivelamento da plataforma. O paramento, aparentemente de dupla face, tem de largura máxima 0,60 m e 2,40 m de diâmetro interno. No seu interior encontra-se um afloramento nivelado pela face da estrutura que apresenta a superfície horizontal, denotando vestígios de trabalho de pico.
A segunda construção identificada localiza-se no extremo sul da área intervencionada. Está implantada directamente no afloramento granítico e conserva apenas uma fracção mínima da totalidade do seu perímetro. Avaliando a curvatura da estrutura existente, partindo do princípio que a construção seria circular, o seu diâmetro interno seria de aproximadamente 3,40 m e a largura máxima do paramento de 0,30 m. Na face sul, local em que a estrutura assenta sobre o afloramento, existe um pequeno sulco que acompanha a curvatura da estrutura com cerca 0,08 m de largura e 0,10 m de profundidade, com perfil em U, cuja função seria o de drenar as águas pluviais, evitando infiltrações no alicerce.
O facto de apenas se terem detectado duas estruturas atribuíveis a esta fase, poderá, eventualmente, ser devido ao facto da área intervencionada não ter atingido as cotas a que estas construções se encontram.

Cultura material

O espólio documentado é composto maioritariamente por cerâmica, instrumentos líticos e, numa expressão muito reduzida, por instrumentos metálicos, exclusivamente de bronze.
As cerâmicas de uso corrente e de armazenamento revelam um forte arcaísmo técnico e formal. Predominam potes e púcaros de perfil em S, maioritariamente de fabrico manual, de cozeduras de ambientes redutores. As pastas, relativamente bem depuradas, apresentam elementos não-plásticos bem calibrados compostos essencialmente por quartzo e, em menor quantidade, por moscovite. Em termos genéricos, o tratamento das superfícies exteriores apresenta um acentuado polimento trazendo à superfície as lâminas de mica que conferem às peças um acentuado brilho e um efeito decorativo inovador, em profundo contraste, com o brunido intenso, de cor negra, brilhante, característico de algumas peças mais cuidadas do Bronze Final. As decorações, pouco frequentes, são constituídas por motivos incisos, organizados em bandas, compondo motivos geométricos padronizados. O reportório das formas é limitado e pouco especializado sendo, no entanto, de assinalar o aparecimento das panelas de asa interior, cuja peculiaridade formal faria com que se transformam-se numa das formas mais emblemáticas desta cultura.
O instrumental lítico é composto por seixos truncados, pesos e mós de naveta.

Enquadramento arqueológico

Apesar de serem conhecidos vários assentamentos castrejos na área envolvente do castro os elementos crono-estratigráficos disponíveis para desenvolver uma análise abrangente da evolução do quadro do povoamento são particularmente escassos. Na área geográfica de entre Leça e Ave não são conhecidos elementos arqueológicos fiáveis que permitam admitir, com segurança, a existência de qualquer outro assentamento com ocupação contemporânea a esta fase, sendo, no entanto, admissível a existência de ocupação nos castros em que se regista ocupação relativa ao Bronze Final, nomeadamente no castro de Alvarelhos.

Fase III – 138/136 a. C. | Tibério/Cláudio

Esta fase define-se a partir dos primeiros contactos directos entre romanos e as populações indígenas, que tiveram início com a campanha de *Decimus Iunius Brutus* e foram seguidos por outros episódios militares que resultaram em amplas movimentações internas e, consequentemente, num contacto mais directo com o mundo indígena, entre as quais se destacam as campanhas sertorianas. É geralmente identificada como a fase de apogeu da Cultura Castreja, no qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes povoados dotados de estruturas proto-urbanas e equipamentos defensivos de grande magnitude aos quais, hipoteticamente, terá correspondido uma certa preponderância militar e política na sua área de influência directa.
Após as guerras cântabras (27-19 a.C.) e a implementação do modelo administrativo romano na área que viria mais tarde a constituir-se como província, documenta-se uma gradual e profunda assimilação cultural.

Caracterização das estruturas

O castro do Padrão regista nesta fase o seu apogeu enquanto povoado castrejo, ao qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na plataforma superior da estação, assim como as estruturas defensivas, que foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação neste período.
No interior do recinto formado pela primeira muralha foram intervencionadas oito estruturas de carácter habitacional. Do conjunto das construções identificam-se duas distintas fases construtivas, estruturalmente e cronologicamente sobrepostas.

Estruturas habitacionais

Da primeira fase construtiva, até ao momento, apenas se identificou uma construção, composta por uma casa e um pequeno muro que configura um avançado. Localizada na face oeste, sensivelmente a meio da área intervencionada.
A casa, de planta ligeiramente oval, tem de diâmetro interno 5 m e a espessura máxima da estrutura é de 0,40 m. Encontra-se interrompida no seu lado sul devido à implantação de um edifício cronologicamente posterior que se sobrepôs. O paramento de dupla face é formado por pedra aparelhada de pequeno calibre formando um aparelho regular. Possui um piso de saibro, bem compactado, uniforme e horizontal, embora danificado no seu lado sul, devido à abertura da vala de fundação para a construção do edifício referido. Na área central, sobreposto ao primeiro, existe um piso de barro muito consolidado, delimitado por uma cinta, também em barro, mas de coloração mais clara e de menor grau de compactação, formando uma área perfeitamente delimitada. Ainda no interior da casa a 0,20 m de distância da estrutura existe uma lareira com protecção composta por 5 lajes dispostas verticalmente, integradas no piso de saibro, ladeada por dois orifícios perfeitamente circulares, para a instalação de uma estrutura de suporte para suspensão de recipientes ao lume. A estrutura anexa à casa desenvolve-se para o seu lado norte.
A construção encontra-se ao nível do alicerce sendo formado por pedras de reduzidas dimensões, não faceadas, aglomeradas com uma argamassa de saibro. Possuía também um piso, ao mesmo nível da casa anteriormente descrita e com o mesmo grau de compactação, constituindo este facto um elemento decisivo para se considerar, em primeira análise, esta estrutura como um avançado da casa IV.
Da segunda fase construtiva foram detectados três construções circulares e um pequeno muro de divisão pertencente a uma estrutura de delimitação de um núcleo habitacional.
As estruturas habitacionais, casas I / II / III ocupam praticamente a totalidade da área intervencionada.

A casa I localiza-se na face norte da área intervencionada e tem de diâmetro interno 4,40 m e de largura máxima 0,60 m. Possui um avançado apenas parcialmente identificado, encontrando-se interrompido onde supostamente existiria a porta, onde se encontra um afloramento com a face superior nivelada pelo alicerce da construção, com polimento intenso que, possivelmente, terá sido utilizado como soleira. O alicerce da casa assenta em terra solta e é composto por 2 fiadas de pedra não faceada. Do aparelho resta apenas uma fiada de pedra faceada. A estrutura do avançado é ligeiramente mais estreita com largura máxima de 0,40 m. O aparelho é ligado com uma argamassa em saibro de grau de compactação médio.
No seu interior, ao nível da primeira fiada de pedra faceada, foram detectados dois pequenos núcleos residuais de pavimento formados por uma primeira camada de saibro e por um piso em barro com motivos decorativos circulares, impressos.

A casa n.º II, de construção idêntica, sobrepõe-se à casa n.º IV da primeira fase construtiva na face sul. A sua estrutura assenta em terra solta a sensivelmente 1 m da rocha de base. É composta apenas por uma fiada de pedra de diferentes dimensões onde alterna o calibre de dimensão média com a pedra miúda. A largura média da estrutura oscila entre 0,60 / 0,80 m e o diâmetro interno é de 4,60 m. Encontra-se danificada no extremo norte no local em que se sobrepõe à casa IV, e é bruscamente interrompida no extremo sul.
Possuía no seu interior um piso em saibro com grau de compactação médio, com dois núcleos residuais de cobertura decorados com motivos impressos formando uma composição geométrica, neste caso motivos rectangulares conjugados com motivos circulares.
A terceira casa desta fase construtiva, encontrava-se praticamente destruída restando apenas no extremo sudeste um segmento de estrutura também muito danificada, mas que permite efectuar a sua reconstrução teórica. À semelhança das outras duas casas desta fase construtiva, a estrutura assenta em terra solta sensivelmente a 1m da rocha de base. A casa possuía no seu interior um enchimento em saibro muito compacto com um piso em barro perfeitamente delimitado, com configuração circular com diâmetro aproximado de 0,80 cm, profusamente decorado com motivos circulares impressos.
Na generalidade as estruturas encontravam-se praticamente destruídas, conservando-se apenas o alicerce, e em casos pontuais, uma ou duas fiadas de pedra aparelhada. Este facto, conjugado com a ausência de níveis de derrube, permite-nos concluir que existiu ao longo dos diferentes momentos de ocupação com aproveitamento contínuo do material construtivo.

Em termos gerais, será de realçar as diferenças existentes nas fases construtivas detectadas em termos de dimensões das habitações e técnicas de construção, verificando-se um aumento gradual da dimensão das casas que, no entanto, não é acompanhada por um melhoramento significativo da técnica de construção, embora se verifique a introdução de um novo elemento na última fase construtiva, a argamassa em saibro, que confere à construção um maior grau de solidez e isolamento.
Na face sul as estruturas identificadas reportam-se a distintos momentos de ocupação, cuja acção se repercutiu na integridade das estruturas. Relativamente à ocupação da Fase III, identificam-se duas estruturas circulares, subjacente às estruturas romanas que configuram a *Domus* sul. Á semelhança das estruturas identificadas na face norte as ruínas reminiscentes resumem-se ao alicerce de base, compostas por pedras de pequeno calibre estruturadas com uma argamassa de saibro.

A estrutura defensiva

Da estrutura defensiva do povoado apenas se conhece parte da primeira muralha e um pequeno segmento de um pano de reforço que se desenvolve transversalmente à primeira localizado na face sul da plataforma superior. Todavia, os taludes e plataformas existentes, perceptíveis pela análise da topografia do terreno, permitem admitir a existência de mais uma linha defensiva, assim como a existência de uma estrutura defensiva complementar composta por um fosso, localizado na face leste do povoado, que corresponde a uma zona de ligação ao interior do planalto, local em que as condições topográficas menos significativas impõem maior vulnerabilidade defensiva.

Estruturalmente, a muralha forma um muro contínuo e uniforme, apresentando uma ligeira inclinação para o interior em toda a sua extensão, intencionalmente criada no momento da sua construção, interrompida por pequenos "covelos" semicirculares dispostos a espaços regulares, como elementos de reforço e de distribuição de tensão.

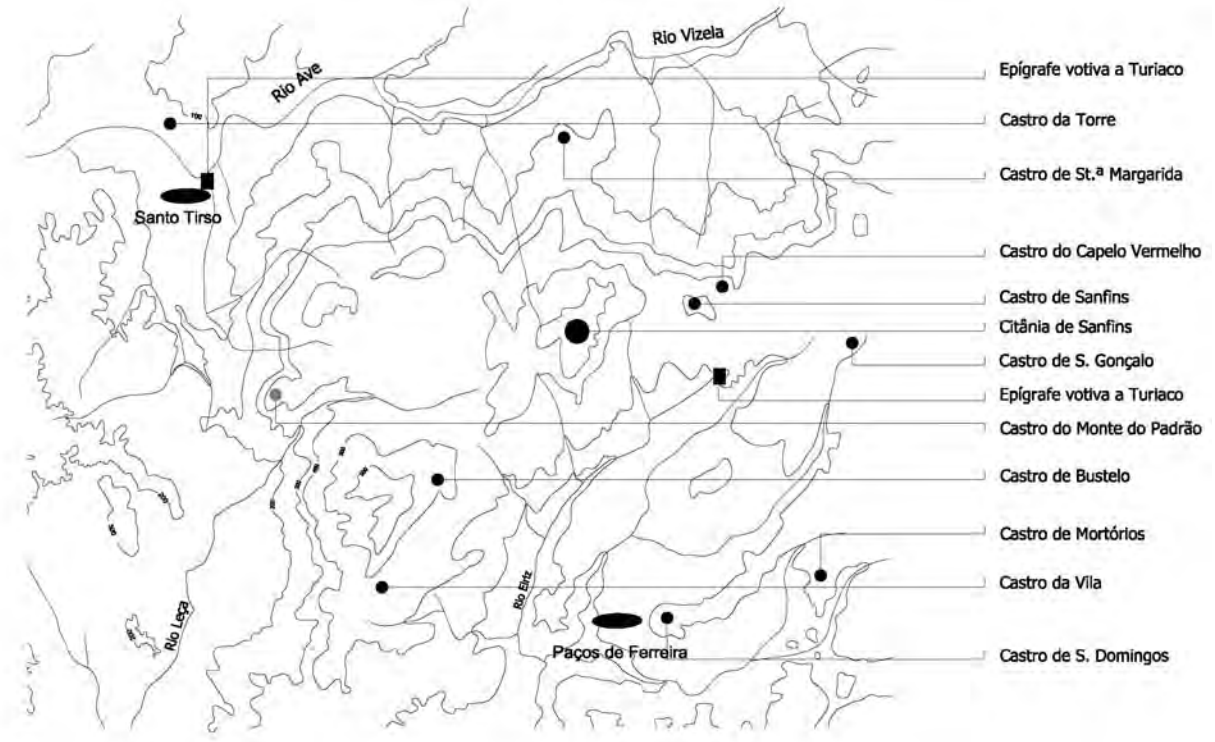
A estrutura é composta por um paramento simples de apenas uma face, em alvenaria de granito, sem travamento. Regista uma técnica construtiva de elevada qualidade. Evidencia um aparelho poligonal, composto por blocos de dimensão média de pedra irregular, justaposta, com junta seca bem ajustada, verificando-se que os poucos interstícios existentes se encontram preenchidos com pequenos elementos, ligeiramente recuados à face. O tratamento da superfície é de pico fino. O paramento apresenta uma superfície muito uniforme revelando uma criteriosa selecção dos elementos e um trabalho descriminado para cada um deles de forma a garantir uma integração e ajuste perfeito em todas as faces, conservando as arestas um perfil anguloso. A sua construção assenta invariavelmente no afloramento granítico.

Enquadramento arqueológico

O enquadramento arqueológico desta fase far-se-á no âmbito dos limites definidos como "território" da Citânia de Sanfins, designadamente no espaço que se desenvolve desde a face oriental do planalto da serra de Monte Córdova até à serra da Agrela[381]. Apesar de não conhecermos o nome da unidade supra-familiar que habitava o castro, sabemos que este integraria um vasto território definido pela serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte e o rio Leça a sul, então territorialmente controlada pela unidade gentílica dos *Fidueneae*, cujo povoado nuclear seria a Citânia de Sanfins em Paços de Ferreira. Esta proposta baseia-se numa relação de proximidade geográfica e de posicionamento na hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspectos de carácter sócio-cultural expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, de expressão regional, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso[382], Paços de Ferreira e Santo Tirso[6] (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41). A sua interpretação tem vindo a ser feita como constituindo uma evocação de uma forma especial de protecção divina relacionada com as actividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade. Juntamente com *Jupiter* e *Cosunea* formaria uma tríade de divindades superiores, identificadas respectivamente com a sabedoria, a força e a fecundidade (SILVA 1999, 64-65).

[381] Este limite, definido transversalmente pela linha de cumeeira da serra da Agrela, confronta com a face oriental do "território" cuja capitalidade seria desempenhada pelo castro de Alvarelhos (*Castellum Madiae*) cujos restantes limites seriam a norte o rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima.

[382] Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[*osi*?]go T/uriaco / Fid(*uenearum*) Ate/nniens/es / l(*ibenter*) a(*nimo*) p(*osuerunt*) / h(*oc*) m(*onumentum*) / ae(*re*) l(*ecto*)?



Distribuição dos castros na área envolvente da Citânia de Sanfins, na qual se destaca o Monte Padrão implantado sobre um esporão na periferia do planalto da serra de Monte Córdova.

Fase IV – Tibério/Cláudio | 1ª Metade do séc. II / Fase IVa – 1ª Metade séc. II | Meados séc. III

Terá sido nesta fase que se assiste à profunda remodelação "urbanística", com o definitivo abandono e destruição das estruturas castrejas (habitacionais e defensivas) e a construção de um conjunto de edifícios na plataforma superior de carácter privado, cujas características arquitectónicas revelam uma ruptura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena, no qual a estrutura social se reflectia na organização estrutural dos povoados.

Caracterização das estruturas

A partir deste momento o povoado sofre uma profunda alteração do ponto de vista da sua realidade construída. O antigo povoado indígena, estruturado em plataformas criadas a partir das suas duas linhas de muralhas e organizado em núcleos familiares com as respectivas casas de planta circular, dá lugar a um conjunto de edifícios de plantas complexas com vários aposentos de funções específicas.
O sistema defensivo abandona a sua operacionalidade uma vez que algumas das novas estruturas habitacionais passam a estar implantadas sobre a muralha da plataforma superior.
Até ao momento foram intervencionadas três "domus" na plataforma superior e um outro edifício cuja planta, pouco ortodoxa, permite admitir uma ligação a actividades de carácter agro-silvo-pastoril. Do conjunto das "domus", apesar de estruturalmente semelhantes, apenas se conhece na íntegra o edifício localizado na face norte da plataforma superior. Apresenta uma planta quadrangular, estruturada a partir de um pátio central, aberto, que formaria uma galeria porticada a partir da qual radialmente se distribuem os diferentes aposentos. Na face norte revela uma estrutura atípica, acrescentada à primeira construção em época tardia, que desvirtua a planta original, conferindo uma linguagem vernacular à arquitectura rígida da primeira

construção. Pela distribuição das "domus" já intervencionadas e pela interpretação da topografia do terreno, será de admitir que a ocupação na plataforma superior se distribua de forma generalizada, sendo provável a existência de mais construções semelhantes. Para além da ocupação da acrópole são também conhecidos vestígios construtivos na plataforma intermédia localizada na face sul do povoado, cujas estruturas revelam construções mais modestas. A complexidade das plantas, aliada à qualidade construtiva dos edifícios, confirma o significativo dinamismo económico do povoado durante o séc. I e início do séc. II, acompanhando a profunda transformação económico-social registada na região.

Neste momento da sua longa ocupação o Monte Padrão revela particularidades que o distinguem do panorama do povoamento romano regional, ilustrando, de forma paradigmática, a considerável diversidade de soluções na estrutura do povoamento ao nível da tipologia dos povoados, assim como das soluções arquitectónicas adoptadas no domínio da arquitectura privada.

O início da dinastia dos Flávios e a atribuição do *ius latii* à Hispânia com Vespasiano, no ano de 73-74, tem vindo a ser interpretado como um momento decisivo no processo de romanização do noroeste ao qual correspondem uma parte muito significativa das obras alto-imperiais identificadas na região. Neste período assiste à continuação da remodelação "urbanística" do Padrão, registando-se obras de ampliação e remodelação dos edifícios existentes.

A cultura material diversifica-se, alargando exponencialmente o espectro dos materiais importados, nomeadamente de vidros[383], ânforas, sigillatas gálicas, sudgálicas e hispânicas -, assim como de materiais de âmbito regional como sejam as cerâmicas bracarenses, ou as cerâmicas calcíticas pintadas incrementando-se também o registo de espécies numismáticas[384].

O enquadramento arqueológico

O enquadramento arqueológico da Fase IV-IVa far-se-á, em primeira análise, na área meridional do convento bracaraugustano que, desde cedo se revelou como um espaço particularmente dinâmico e receptivo a influências exógenas. Após a implementação da nova estrutura administrativa, criada por Augusto, estruturada a partir da capital de convento – *Bracara Augusta* – tem início o efectivo processo de romanização do território. A criação de uma rede viária que permitisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos viria a constituir o principal elemento modelador de uma nova paisagem física e humana.

A localização privilegiada do castro do Padrão em relação à via secundária que ligava a cidade de "*Cal*e" a "*Bracara Augusta*", por intermédio da via *Emerita Augusta* / *Bracara Augusta* à qual entroncava na área de S. João de Ponte, Guimarães, permitiu o seu rápido crescimento e desenvolvimento[385].

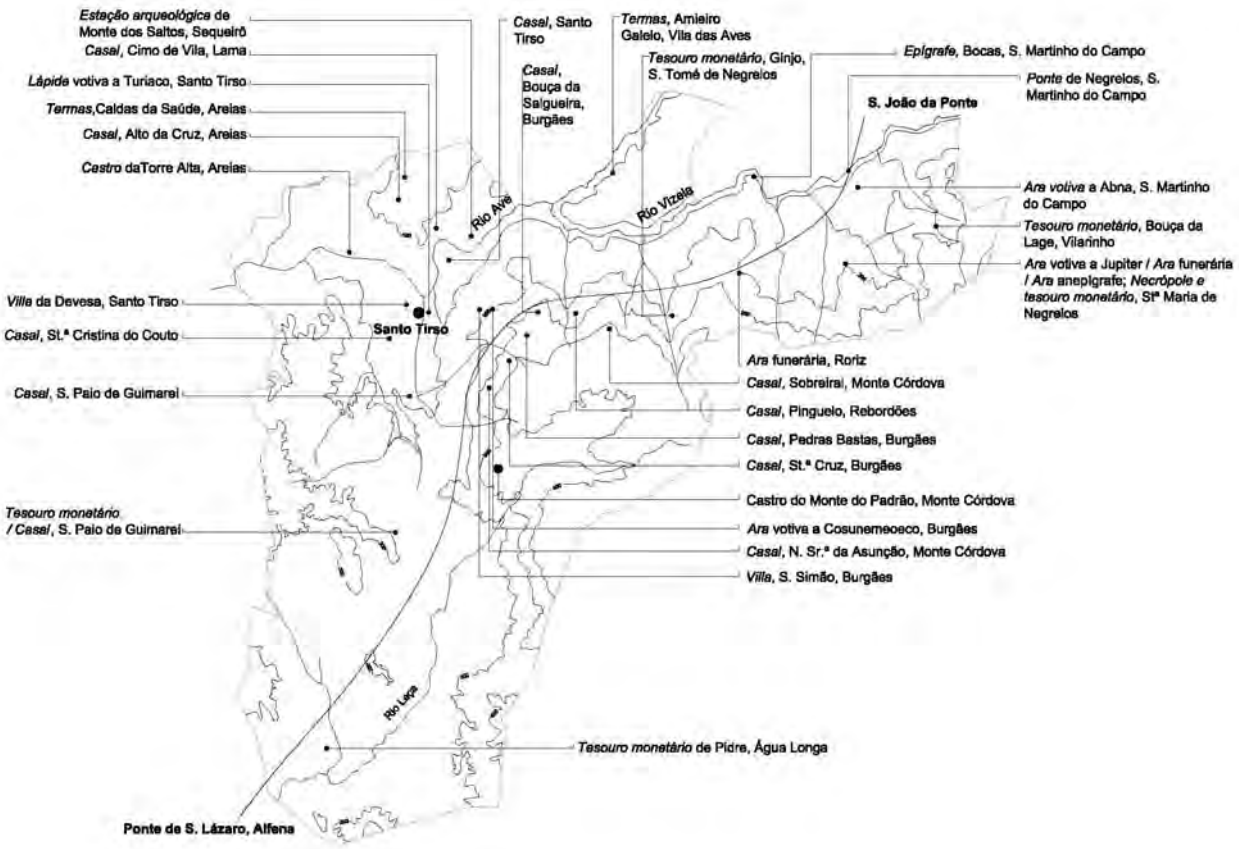
Como elemento fundamental de desenvolvimento, a via originou em todo o seu trajecto uma intensa ocupação de pequenas unidades rurais. No espaço entre Leça e Vizela é possível reconstruir o seu trajecto a partir da identificação de um largo conjunto de vestígios de significativa importância. A via, certamente relacionada com o couto mineiro da serra de Valongo, terá registado a sua maior importância durante o período de exploração das minas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III.

---

[383] Para além de vários exemplares das formas importadas mais comuns, como sejam as garrafas prismáticas tipo Isings 50, ou as taças caneladas – *phiales côtéeles* –, tipo Isings 3, merece particular destaque, pela sua raridade na produção vidreira do noroeste Português, um fragmento de taça elaborado por justaposição com cronologia da 1ª metade do séc. I (MOREIRA 1997, 26, est. XV, n.º 76).

[384] Referimo-nos a três exemplares recolhidas nas intervenções realizadas por Carlos Faya Santarém, entre 1952-53 (SANTARÉM 1955, 426), em que o autor identifica o exemplar de Claudius I. Dos três exemplares apenas dois se conservam no Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso; 1. As, Claudius I, at. Hispânico, 41 - 54; 10.03 gr.; RIC 2 100 ou 116 – Denário, Vespasianus, 75 ou 76; 1.78 gr. (forrado) RIC 90 ou 101 (2 exemplares).

[385] A Porto desenvolver-se-ia para nordeste em direcção a Valongo e Alfena onde cruzava o rio Leça na Ponte de Alfena, seguindo a meia encosta, acompanhando o perfil do Ave, em direcção a S. Martinho do Campo onde transpunha o rio Vizela na Ponte de Negrelos, dirigindo-se posteriormente para S. João de Ponte (4.1.9 *Vias de comunicação terrestres*).



Enquadramento do povoamento romano ao longo da via de ligação de *Cale* à via *Bracara Augusta – Emerita Augusta*.

Fase V – 990 | Finais séc. XII

A ocupação da Alta Idade Média do castro do Padrão remonta ao início do séc. X, momento em que se registam as primeiras referências documentais com correspondência arqueológica. É no contexto do incremento que Afonso III imprimiu ao processo de reconquista, levando a linha de fronteira até às margens do rio Douro, alicerçado numa importante reorganização militar e administrativa, que se compreende o estabelecimento no lugar de Salas da família de S. Rosendo. Entre nós, esta nova fase inaugura-se em 868 com a presúria do Porto por Vímara Peres, acompanhada pela presúria de Chaves pelo Conde D. Odário. O controlo destes dois pontos veio a revelar-se fundamental para a evolução do processo de reconquista do noroeste de Portugal. Em finais do séc. IX, princípios do séc. X, os frequentes ataques de Normandos e Muçulmanos em toda a costa norte terão originado, por motivos de segurança, a mudança do Conde Magno do Porto para o lugar de Salas. Neste sentido, o condado Portucalense, administrado desde 929 por Guterres Mendes, pai de S. Rosendo, esteve, durante um curto período, sedeado no lugar de Salas, convertendo o lugar na "capital" do Condado Portucalense.

Esta conjuntura histórica terá permitido o desenvolvimento de algumas comunidades nos territórios adjacentes, que terão beneficiado da proximidade e segurança proporcionada pela residência do Conde.

Com a fundação do mosteiro cordubense no castro do Padrão assiste-se a um desenvolvimento significativo das comunidades residentes, bem patente nos proveitos recolhidos por Celanova, insistentemente disputados pela coroa portuguesa ao longo de mais de cinco séculos.

Este momento corresponde à fase de construção[386] e ocupação do primeiro mosteiro edificado por S. Rosendo[7]. As lendas do nascimento e baptismo do santo estabelecem uma relação directa com o Monte do Padrão, cujos vestígios arqueológicos tem vindo paulatinamente a corroborara a historiografia religiosa.
A primeira refere a peregrinação da mãe do santo à capela de S. Salvador, localizada no Monte do Padrão, onde se terá registado a aparição de S. Miguel a Santa Ilduara, prometendo-lhe o filho tão desejado. O caminho a partir do lugar de Salas desenvolvia-se até Monte Córdova, com cerca de duas milhas de percurso, ainda hoje se conserva e popularmente é designado pelo caminho da "Condensa".
A segunda lenda relaciona-se com o baptismo do santo que, sucintamente, relata o episódio do insucesso do transporte da pia baptismal do lugar de Salas para Monte Córdova, local em que os pais pretendiam que fosse baptizado, em agradecimento à bênção divina, facto que, segundo a lenda, não se veio a verificar, tendo acontecido o baptismo na igreja de S. Miguel, local em que ainda se conserva a pia baptismal[8]. O mosteiro de Monte Córdova, provavelmente edificado a partir do legado testamentário do pai de S. Rosendo apenas abandonado em finais do séc. XVI.
As evidências arqueológicas, ainda pouco claras, apontam para a existência de uma construção do séc. X, cuja planta integral não é ainda conhecida, ao qual se encontra associado um conjunto de cerâmicas contemporâneas desta fase de ocupação.
O segundo momento registado relaciona-se com a remodelação do primeiro mosteiro que ficaria anexo à igreja, como parece corroborar a extensa necrópole que está associada aos edifícios identificados. Nesta fase não é ainda possível caracterizar estruturalmente os edifícios, sendo, no entanto, claro que a ocupação se verificou principalmente na face leste da plataforma superior, estendendo-se a necrópole para sul.
O definitivo abandono do mosteiro ocorreu em 1597 após uma longa e conturbada existência, onde foram permanentes os pleitos jurídicos entre o mosteiro de Celanova e a coroa portuguesa que, por diversas vezes, interpôs acções no sentido de recuperar os proveitos e rendimentos do mosteiro.

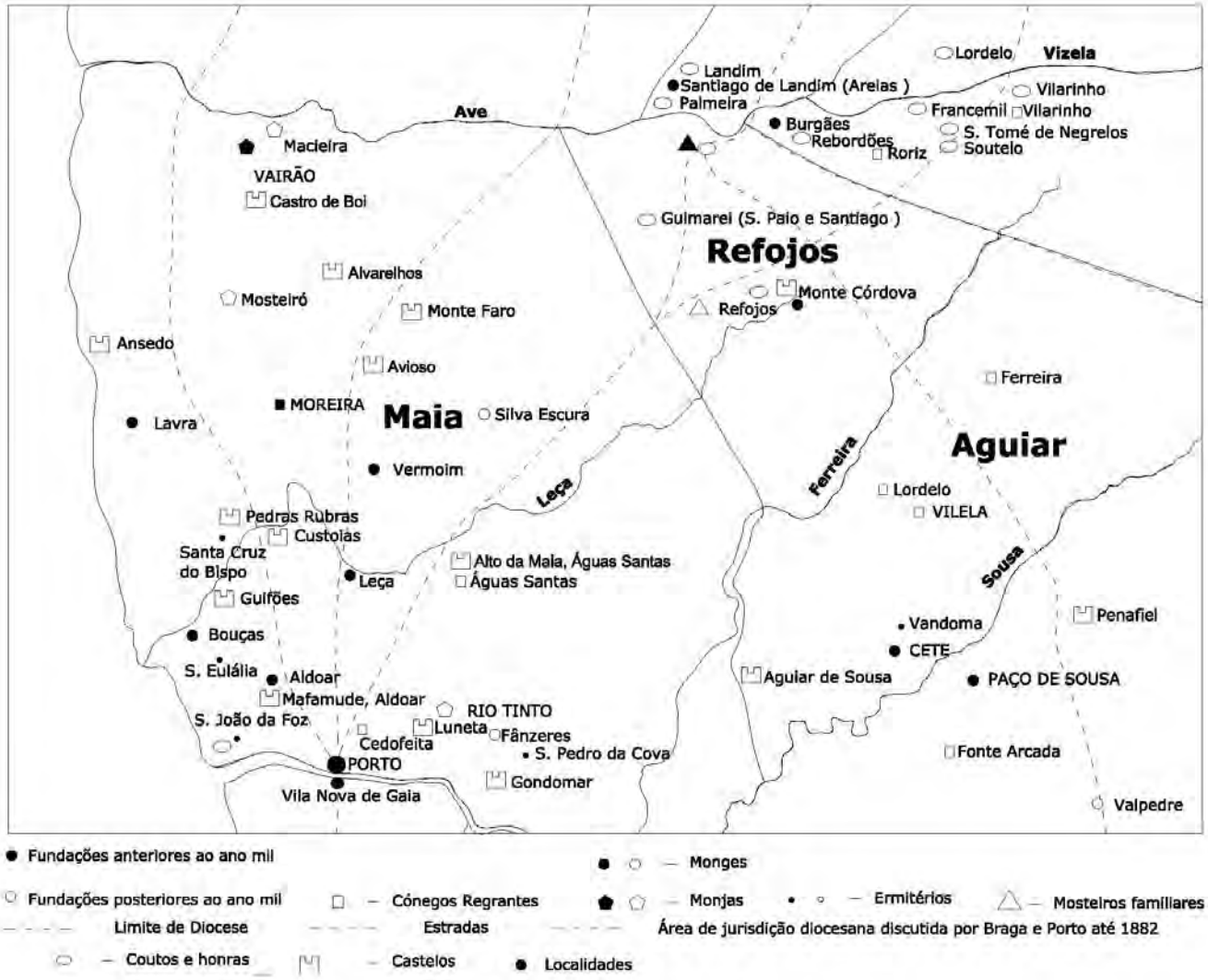
Caracterização das estruturas

A ocupação identificada localiza-se na face leste da plataforma superior. As estruturas intervencionadas até ao momento não permitem ainda compreender a planta integral do edifício. Identifica-se apenas a face leste do muro longitudinal e o cunhal da face sudeste conservando-se, em grande parte, apenas o alicerce. Trata-se de uma estrutura muito sólida cujo paramento de dupla face apresenta um aparelho isódomo ou pseudo-isódomo, com blocos de recorte rectangular, dispostos alternadamente. O interior da estrutura revela uma "cimentação" composta por saibro, pequenas pedras e restos de materiais de construções anteriores (tégula e imbrices). A estrutura adapta-se a um afloramento que se desenvolve para o seu interior, em cima do qual se conserva um fragmento do piso, composto por saibro e argila de grande solidez e consistência, que consistia no pavimento do edifício.

[386] A primeira referência a um primitivo templo é fornecida por Frei Leão de S. Tomás, que, ao aludir à lenda do nascimento de S. Rosendo, ou melhor, às preces dirigidas pela sua mãe para a sua concepção menciona – (...) *E o lugar, em q(ue) mais frequentemente fazia suas orações a Deos, era a Igreja do Salvador edificada no mais alto do monte Corduva, aonde sobia de sua casa a pé, & descalça, & pera q(ue) suas preces fossem mais aceitas à Magestade Divina.* (...), (TOMÁS 1651, 145).

Enquadramento arqueológico

O mosteiro de Monte Córdova integrou uma unidade geo-histórica cuja ancestralidade encontra raízes na proto-história do noroeste peninsular e que se viria a configurar em época medieval a *Terra da Maia*. Esta, por sua vez, no século XII, subdividir-se-ia em vários Julgados e Termos – nomeadamente o de Refojos, à qual o mosteiro cordubense pertenceu até à sua extinção no final do século XVI.
Nesta região são vários os mosteiros de fundação do século X e XI, cuja emergência obedece às mesmas prerrogativas geográficas, assim como ao mesmo enquadramento político, religioso e económico. À semelhança do que sucede com as fortificações pré-românicas, a sua localização estabelece uma relação de proximidade com a rede viária e a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola, a que, naturalmente, estão associados os principais núcleos populacionais, assim com as estruturas defensivas de carácter popular conhecidas no âmbito do fenómeno do *incastellamento*.



Implantação cartográfica das estruturas militares enquadradas no fenómeno de *incastellamento* e as fundações monacais relacionadas com o fenómeno da reconquista e a rede viária.

Fase VI – Finais séc. XII - início do séc. XIII | Finais séc. XVI - início do séc. XVII[387]

Reconstrução e remodelação do primeiro mosteiro. A esta fase encontra-se associada a extensa necrópole que se desenvolve a sul da igreja e do mosteiro. Em 1514, no reinado de D. Manuel, é retirado o priorado de S. Salvador de Monte Córdova ao mosteiro de Celanova, tendo sido nomeado um abade comendatário para administrar o mosteiro[388]. A extinção do mosteiro dar-se-ia em finais do século XVI, mais precisamente em 1597, poucos anos antes da trasladação da igreja paroquial para o local em que actualmente se encontra.

Caracterização das estruturas

O cemitério do Monte do Padrão enquadra-se no fenómeno de emergência dos cemitérios rurais, polarizados em torno das igrejas paroquiais, documentado no Noroeste Peninsular a partir do séc. IX, a que vulgarmente se designa por *tumulatio appud eclesiam*[389].

O cemitério medieval, historicamente enquadra-se no momento que o cemitério cristão se polariza no adro da igreja no qual, a maioria dos *filii ecclesiae* se contenta em ser sepultado no adro da igreja *(...) espaço sagrado, aonde chegava a fortaleza do som dos ritos, o poder da aspersão da água benta e a sombra das cruzes da igreja (*...) (ALMEIDA 1978, 11).

Os vários tipos de sepulcros identificados no Monte Padrão – sarcófagos, sepulturas de tampa única e sepulturas de caixa – revelam uma comunidade cristã de diferentes estratos sociais, com poder aquisitivo diferenciado, polarizada em torno da igreja paroquial e mosteiro anexo, cuja longa cronologia, permite admitir a existência de uma sociedade estabilizada e fortemente hierarquizada.

As sepulturas intervencionadas até ao momento correspondem tipologicamente a dois tipos bem caracterizados e documentados em diferentes realidades arqueológicas da região.

Do primeiro tipo, vulgarmente designado por "sepultura de caixa de tampa única" encontram-se identificadas dois exemplares. Caracteriza-se por possuir uma caixa formada por pequenos blocos de granito, muitas vezes reaproveitados de construções anteriores, dispostos verticalmente com a face orientada para o interior da sepultura, estruturados apenas por encosto das arestas. A sua planta, geralmente rectangular ou trapezoidal, revela sinais evidentes de uma construção cuidada, apresentando um recorte simétrico. As tampas, também de planta trapezoidal, revelam um talhe cuidado, apresentando o contorno bem definido.

Este tipo de sepultura vulgariza-se no séc. XIV e XV e, segundo alguns autores, destinava-se a conservar a tampa à vista, sendo, por isso, frequentes as decorações com motivos relacionados com crenças pagãs, designadamente a cruz de cinco bicos (signo saimão)[390] ou, simplesmente, motivos geométricos. As características da sua construção revelam o estatuto socio-económico dos seus proprietários, claramente de um nível superior das sepulturas simples de caixa.

Este segundo tipo de sepultura corresponde à esmagadora maioria de sepulcros, cuja tipologia se integra nas "sepulturas de caixa".

---

[387] A data do abandono definitivo do Monte Padrão como local de implantação da Igreja do Salvador, como a nomeia Frei Leão de S. Tomás, terá ocorrido, segundo o mesmo autor, em finais do séc. XVI ou início do séc. XVII - (...) *Poucos anos há, que a dita igreja do Salvador se mudou do alto do mote para outra parte da freguezia, aonde parece que ficuava mais accommodada pera serviço dos Parrochianos, que são mais de quatrocentos.* (...), (TOMÁS 1651, 161).

[388] A breve história do mosteiro de Monte Córdova e respectivo priorado de S. Salvador de Monte Córdova é apresentada por Fray Benito de la Cueva, em *Historia de los monasterios y priorados anejos a Celanova* (CUEVA 1991). Fray Benito foi monge em Celanova no período que medeia entre 1613 e 1649.

[389] A emergência do processo de *tumulatio appud ecclesiam* por oposição à *tumulatio ad sanctos*, fenómeno tipicamente urbano, consiste num comportamento tipicamente rural, que se desenvolve a partir do séc. IX, verificando-se, a partir desse momento, a polarização dos cemitérios em torno das igrejas paroquiais (BARROCA 1987, 24).

[390] Dois triângulos equiláteros entrelaçados, em forma de estrela.

Este tipo de sepultura, própria dos estratos mais baixos da sociedade medieval, revela poucos cuidados construtivos devido à falta de recursos dos seus proprietários e ao seu carácter oculto, não revelando qualquer elemento que as individualize, constituindo, por isso, um enterramento anónimo retratando, na expressão de Mário Barroca, "a morte despersonalizada" (BARROCA 1987, 299). Este tipo de enterramento, porventura, terá sido o mais vulgarizado a partir do séc. XII, embora a sua origem se possa situar cronologicamente no séc. X, revelando-se como um fenómeno de longa duração, documentado na região até finais do séc. XVI, como é o caso do Monte Padrão (MOREIRA 1999-2004), e do Convento da Costa e S. Torcato (BARROCA 1987, 301)[391]. A generalização deste tipo de sepultura resulta do facto de serem construções elaboradas a partir de um material abundante, muitas vezes reaproveitados de estruturas de cronologia anterior, não necessitando, por isso, de trabalho especializado e por serem de elementar construção.

O enterramento era efectuado sem qualquer tipo de caixão, sendo o corpo depositado apenas envolvido num sudário, geralmente na posição de *decubito supino* e, posteriormente, coberto com terra. São relativamente abundantes os casos de identificação de moedas no interior das sepulturas, fenómeno que se relaciona com a sobrevivência de determinados cultos pagãos, nomeadamente com o pagamento da "viagem" ou "portagem", conforme as variações regionais das crenças populares, próprias de uma religião cristã não oficial, mas vivida com a convivência de inúmeras crenças pagãs.

Estruturalmente as caixas das sepulturas apresentam paredes definidas por blocos de granito de formato e calibre irregular, sumariamente trabalhadas, muitas vezes reaproveitadas de construções anteriores, dispostas verticalmente, estruturadas por ajuste de encosto simples, com a face orientada para o interior do sepulcro, formando uma planta rectangular, com dimensões que oscilam entre 1,60 m / 1,80 m x 0,60 m / 0,70 m. A cobertura é formada por lajes de dimensões variadas, de formato trapezoidal e recorte irregular, de talhe rudimentar, dispostas horizontalmente, com a face orientada para o interior do sepulcro. As suas plantas subdividem-se em três tipos, sem diferenciação cronológica – a) sub-rectangular, por vezes com as faces laterais abauladas, com os extremos planos; b) de contorno trapezoidal com a face superior mais larga que o fundo; c) de contorno antropomórfico com definição do encaixe da cabeça bem definido. Este último tipo, vulgarizado a partir do séc. XI, tem vindo a ser interpretado por alguns autores como tendo origem na preocupação de imobilizar a cabeça do defunto numa posição vertical, "olhando o céu", pormenor que parece ser solucionado, de forma mais simples, nos restantes tipos de enterramento com a colocação de uma laje "almofada" na base ou na vertical, configurando um contorno antropomórfico que, juntamente com uma das faces laterais da sepultura garantia a manutenção da posição pretendida.

Geralmente as estruturas apresentam elementos de menores dimensões a preencher as lacunas entre os elementos de maiores dimensões, assim como a servirem de elemento de nivelamento para a colocação das lajes de cobertura. Nenhuma das sepulturas, até ao momento, revelou possuir qualquer tipo de revestimento no fundo.

Cronológica e estruturalmente as sepulturas intervencionadas são datadas no período que medeia entre finais do séc. XII / início do séc. XIII aos finais do séc. XVI.

Da sua escavação não resultou qualquer tipo de espólio fúnebre, facto que se explica, nomeadamente, pelas motivações de carácter religioso, de acordo com as orientações escatológicas do cristianismo

[391] São vários os cemitérios intervencionados na área meridional do noroeste português que constituem uma paralelo com o cemitério do Padrão, entre os quais; Vila Chão do Marão, Amarante Freixo, Marco de Canaveses, Igreja paroquial; S. Nicolau, Marco de Canaveses, Igreja Paroquial (BARROCA 1987, 331); Monte Crasto, Vila Boa de Quires, Marco de Canaveses (VASCONCELOS 1916, 327; MIRANDA 1937, 10; AGUIAR 1947, 357; BARROCA 1987, 331), Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira, Citânia de Sanfins (SILVA; CENTENO 1980, 57-78; BARROCA 1987, 332), Cête, Paredes, Mosteiro de Cête (MATTOS 1946, 78-79; BARROCA 1987, 332), Rebordosa, Paredes, Capela de Santa Luzia (BARREIRO 1922, 695; BARROCA 1987, 333), Guilhufe, Penafiel, Mata da Casa do Souto (MIRANDA 1937, 8; BARROCA 1987, 333), Lagares, Penafiel, Igreja Velha (BARROCA 1987, 333-334).

medievo, assim como se não documentam quaisquer vestígios de rituais ou cerimónias litúrgicas associadas com os enterramentos, registados em necrópoles na região no mesmo horizonte cronológico[392].

Refira-se ainda a identificação de quatro sepulturas de criança, cuja resumida expressão, se atendermos ao elevado índice de mortalidade infantil da época, característico das populações medievas, se deve interpretar como resultante da prática generalizada da não tumulação de recém-nascidos e crianças em cemitérios (BOÜARD 1977, 48).

[392] Referimo-nos, em concreto, à necrópole da Citânia de Sanfins, associada à capela dedicada a S. Romão, intervencionada em 1977 e 1978, cuja escavação revelou a existência de um ritual de cremação anterior ao encobrimento do túmulo – (...) *Antes da colocação das lajes de cobertura teria havido lugar a qualquer cerimónia litúrgica em que se procedeu a uma simples fogueira ou a uma cremação de carácter ritual, conforme denuncia existência sistemática de carvões e cinzas sobre a terra de enchimento* (...) (SILVA; CENTENO 1980, 58).

Cartografia simplificada da área medieval intervencionada na acrópole do castro do Padrão. As estruturas correspondem ao templo, mosteiro e necrópole. Na face sul é perceptível parte da estrutura defensiva que configura o primeiro pano de muralha que define a plataforma superior datada da Fase III.

Fase VII – 1738 | ----___

Data da sagração da capela do Senhor do Padrão[9] que corresponde à última intervenção construtiva verificada na área arqueológica, visto que a sua implantação se insere na área de dispersão das ruínas. Da sua construção resultou um interessante processo, sendo ainda hoje possível identificar os prédios que garantiam a fábrica da capela (CORREIA 2004, 4).

A capela do Senhor do Padrão encontra-se implantada na face leste do sopé do castro. Apresenta uma planta rectangular com orientação leste / oeste, de um só corpo com galilé, tendo a sacristia adossada do lado norte. A fachada principal apresenta um arco de volta perfeita apoiado sobre pilastras com base e imposta moldurada. A empena é sobrelevada e rematada por uma cornija moldurada e coroada por uma cruz latina de secção hexagonal apoiada sobre plinto. O entablamento apoia-se sobre as pilastras que definem os cunhais da frontaria, sendo estas rematadas por pináculos piramidais. Na fachada lateral sul, na zona da galilé, abre-se um arco de volta perfeita de menores dimensões que o da fachada principal. Neste ponto desenvolve-se uma porta de lintel recto e uma fresta em rampa.

Sobre o beiral do telhado encontra-se uma pequena sineira de ventana de volta perfeita moldurada sobre pilastras marcadas pela imposta e sobrepujada por cruz latina de secção rectangular tendo como base um pequeno plinto com volutas convexas.

A fachada oeste da capela é cega, rematada por uma cornija moldurada que se apoia sobre o entablamento e este, por sua vez, sobre as pilastras que marcam os cunhais posteriores da construção. A empena é sobrelevada e coroada por uma cruz latina de secção rectangular sobre plinto singelo.

A sacristia, construída posteriormente, encontra-se anexa à fachada na zona do altar, sendo a empena poente cega, rematada por entablamento com a mesma tipologia do da capela e galilé sobre o qual se apoia o telhado.

No corpo da capela sobressai a pilastra que marca a transição para a galilé. Aqui abre-se um arco de volta perfeita com a mesma tipologia do da fachada oposta. Na galilé, cujo pavimento lajeado se prolonga para o interior da capela, na fachada principal surge uma porta de lintel recto no qual se inscreve a data de 1738. Sobre o lintel existe um pequeno frontão triangular moldurado sobrepujado por óculo circular. No lado direito conserva-se um púlpito que cobre um dos postigos que ladeiam a porta da fachada principal (MELO 2004, 95-100). O interior conserva um retábulo de talha dourada policromada e dourada de estilo joanino.

Bibl. - TOMÁS 1651, 159-160; CUNHA 1742, 259; LEAL; FERREIRA 1873 -1928, v, p. 471 - 472; VASCONSELOS 1895, 12-13; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991, 28-30; 2005b, 255-276; 1997a, 83-87; 2005c; 2007, 32-34; 2008, 129-145; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39.

Referências arqueológicas

Fragmento de epígrafe

A epígrafe encontra-se, actualmente desaparecida, apenas se conhece pela referência de Carlos Faya Santarém.

Fus.....

Bibl. - SANTARÉM 1955, 397-429; 1956, 66; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360.

Achados monetários

Quatro moedas recolhidas nas escavações realizadas por Carlos Faya Santarém entre 1952-54, hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso.

1. Moeda
Proveniência – Castro do Monte do Padrão / N.º Inv.º – MMAP 238 (1).
Material – Bronze.
Descrição – *As* – Campanha de P. Carisius, 27 – 25 a. C..
Anverso – [IMP]. AVG. DIVI. F – Cabeça nua de Augusto à esquerda.
Reverso – Escudo (*caetra*) redondo com umbo central.
Eixo / Diâmetro – 0h. / 25 mm | Marca / Peso – __ / 6.8 gr. .
Classificação e cronologia – Villaronga 3 / Monte Padrão – Fase III.
Deposito – MMAP, n.º 238 (1).
Bibliografia – CENTENO 1987, 115-116; MOREIRA 2007, 110.

2. Moeda
Proveniência – Castro do Monte do Padrão, Monte Córdova / N.º Inv.º – MMAP 238 (2).
Material – Bronze.
Descrição – *As* – Cláudio I, 41 – 54, At. Hispânico.
Anverso – TI CLAVDIVS CAESAR [AVG PM TRP IMP] – Busto à esquerda.
Reverso – S|C – Minerva à direita.
Eixo / Diâmetro – 6.30h / 27 mm | Marca / Peso – __ / 10 gr..
Classificação e cronologia – *RIC* 68 / Monte Padrão – Fase IV.
Deposito – MMAP, n.º 238 (2).
Bibli. – SANTARÉM 1954, est. XVII, 149; MOREIRA 2007, 110.

3. Moeda
Proveniência - Castro do Monte do Padrão, Monte Córdova / N.º Inv.º – MMAP 238 (3).
Material – Bronze.
Descrição – *As* – Cláudio I (?), 41 – 54 (?), At. Hispânico (?).
Anverso – [TI CLAVDIVS CAESARAVG PM TRP IMP] – Busto à esquerda.
Reverso – Ilegível.
Eixo / Diâmetro – __ / 29 mm | Marca / Peso – __ / 9.5 gr..
Classificação e cronologia – *RIC* 68 (?) / Monte Padrão – Fase IV.
Bibli. – MOREIRA 2007, 111.

Flávios – Antoninos (69 / 192)

4. Moeda
Proveniência – Castro do Monte do Padrão, Monte Córdova / N.º Inv.º – MMAP 237 (1).
Material – Prata (forrado).
Descrição – *Denarius* – Vespasiano – 75 ou 76.
Anverso – […] – Cabeça laureada para a direita.
Reverso – Ceres sentada, para a esquerda, com espiga de trigo e facho.
Eixo / Diâmetro – 6.00h. / 17.5 mm | Marca / Peso – __ / 1.5 gr..
Classificação e cronologia – *RIC* 90 ou 91 / Monte Padrão – Fase IV.
Bibli. – CENTENO 1987, 116, est. XIX – Castro do Monte Padrão n.º 2; MOREIRA 2007, 110.

Moedas

N.º	Tipo	Material	Imperador	Anverso	Reverso	Atelier	Cronologia	Peso	Referência
1.	*As*	Bronze	Augusto	[IMP] .AVG.DIVI.F – Cabeça nua de Augusto à esquerda	Escudo (*caetra*) redondo com umbo central	Campanha de P. Carisus	27-25 a.C.	6.8 gr.	Villaronga 3
2.	As	Bronze	Claudius I	TI CLAVDIVS CAESAR [AVG PM TRP IMP] – Busto à esquerda	SIC – Minerva à direita	atelier hispânico	41–54	10.03 gr.	*RIC*^{2} 68
3.	As	Bronze	Claudius I (?)	[TI CLAVDIVS CAESAR AVG PM TRP IMP] – Busto à esquerda	Ilegível	atelier hispânico	41–54 (?)	9.5 gr.	*RIC*^{2} 68
4.	Denário	Prata (forrado)	Vespasianus	[…] – Busto à direta	Ceres sentada, para a esquerda, com espiga de trigo e facho - - -		75–76	1.5 gr.	*RIC 90 ou 91*

Depósito – Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso.

43. Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso 13. 14. 19
Casal – Tipo A/B
Lat. - 41º 20' 15'' N
Long. - 8º 24' 30'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 420 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado numa plataforma intermédia da face noroeste da serra de Monte Córdova. O local de implantação consiste num *plateau* elevado e extenso sobranceiro aos rios Ave e Vizela, que domina visualmente uma ampla região. Os vestígios de superfície ocupam uma vasta área onde se observam abundantes fragmentos de cerâmica comum e tégulas, assim como taludes que denunciam a existência de muros e abundantes alinhamentos de estruturas que se distribuem por uma zona de sensivelmente 200 m por 200 m, revelando maior concentração na face leste.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru9.2, correspondente à Unidade Fisiográfica Qgs2, com terrenos de aptidão agrícola marginal A3, embora nas imediações, para sul, se desenvolva uma ampla mancha de terrenos de aptidão agrícola moderada (Unidade Cartográfica Te11.1 = Unidade FisiográficaQgs1 = terrenos de aptidão agrícola moderada A2).
O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa, que na altura detectou alguns alicerces de habitações.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

44. Aldeia / Outeiro, Guidões, Trofa 13. 14. 15
Casal – Tipo A/B
Lat. - 41º 19' 30'' N
Long. - 8º 37' 32'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 84 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A área de dispersão dos vestígios de superfície ocupa uma pequena plataforma da encosta da vertente leste da serra de Santa Eufémia. Os materiais recolhidos, em quantidade significativa, distribuem-se por uma área de cerca de 50 m por 70 m e são constituídos na sua maioria por cerâmicas comuns e materiais de construção. Recolheram-se também alguns fragmentos de sigillata hispânica e dois fragmentos de sigillata africana. Nos limites dos terrenos, hoje com aproveitamento agrícola, encontra-se abundante pedra faceada que provavelmente será originária das estruturas.
A apreciação dos materiais recolhidos sugere uma longa ocupação que se terá prolongado até época tardo-romana.
A sua implantação, no sopé da vertente, incluída na Unidade Cartográfica Ru5.1, corresponde a terrenos sem aptidão agrícola. No entanto, confronta a sul com uma mancha de terrenos de aptidão agrícola moderada que corresponde à Unidade Cartográfica Cd2.4, que, provavelmente, terá constituído à área de exploração agrícola deste casal.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

45. Cidoi, Guidões, Trofa 13. 14. 15
Casal –Tipo B
Lat. - 41º 15' 52 '' N
Long. - 8º 37' 05'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 111 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Casal identificado a partir da recolha de materiais de superfície e identificação de alinhamentos de estruturas à superfície. Os materiais são constituídos exclusivamente por um conjunto de cerâmicas comuns e tégulas que se identificam ao longo de um campo agrícola com cerca de 100 m por 30 m.
A área de dispersão dos vestígios ocupa uma plataforma da encosta leste da serra de Santa Eufémia, sobranceira ao Ribeiro da Aldeia, afluente do rio Ave, na sua margem esquerda. À semelhança do *casal* do Outeiro, encontra-se implantada na Unidade Cartográfica Ru5.1 que corresponde à Unidade Fisiográfica Mxo2 a que pertencem terrenos sem aptidão agrícola. No entanto, encontra-se próximo de terrenos de aptidão agrícola moderada que corresponde à Unidade Cartográfica Cd2.4, que terá constituído, provavelmente a área de exploração agrícola preferencial deste casal.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

46. Póvoa, Guidões, Trofa 13. 14. 15
Casal – Tipo B
Lat. - 41º 39' 33'' N
Long. - 8º 37' 36'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 104 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Casal identificado pela recolha de um conjunto de cerâmicas de construção e cerâmica comum. A intensa cobertura vegetal, que propiciou uma acumulação significativa de material orgânico, terá certamente contribuído para o aumento da espessura do solo e, consequentemente, para o encobrimento dos vestígios. A área de dispersão em que os vestígios foram identificados é particularmente reduzida. A sua implantação ao nível da cota dos 100 m, no interior da serra de Santa Eufémia (Unidade Cartográfica Ru5.1 = Unidade Fisiográfica Mxo2 = terrenos sem aptidão agrícola) a uma distância significativa de terrenos de aptidão agrícola, neste caso a Unidade Cartográfica Cd2.4, sugere tratar-se de um assentamento de vocação essencialmente pastoril.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

47. Cerro, Guidões, Trofa 13. 14. 15
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 19' 19'' N
Long. - 8º 36' 12'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 70 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado numa plataforma sobranceira ao vale da Ribeira da Aldeia, que se destaca ligeiramente na paisagem formando uma zona de ligação para o contraforte da serra da Agrela que se denomina por S. Gens de Cidai. Integra a Unidade Cartográfica Lu2.1 que corresponde à Unidade Fisiográfica Qxs2 e a terrenos sem aptidão agrícola. Confronta com os terrenos de aptidão agrícola moderada de que já aludimos a propósito dos *casais* de Cidoi e Outeiro (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 44 e 45), que terão constituído a área privilegiada de exploração agrícola potencial deste casal.
Os materiais arqueológicos que permitiram a sua identificação são particularmente abundantes e formam um conjunto homogéneo de cerâmicas comuns de características tardo-romanas que são acompanhadas por inúmeros fragmentos de terra sigillata africana e *cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável*.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

48. Póvoa / Campelo, Guidões, Trofa 13. 14. 15
Casal – Tipo B
Lat. - 41º 37' 34'' N
Long. - 8º 37' 34'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 122 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado numa pequena plataforma relativamente próxima do *casal* da Póvoa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 46). Constitui também um *casal* de vocação silvo-pastoril, cuja identificação se depreende a partir da análise da sua implantação topográfica e distanciamento relativo a unidades de terra de elevada aptidão agrícola. Os materiais de superfície que permitiram a sua identificação são abundantes, embora apenas se encontrem representadas cerâmicas comuns e fragmentos de tégula. A sua área de dispersão não permite avaliar com rigor a dimensão da estrutura uma vez que não revela nenhuma zona específica de concentração. A sua implantação à cota de 100 m, no interior do maciço de Santa Eufémia, à semelhança do *casal* agrícola da Póvoa, Guidões (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 46), (Unidade Cartográfica Ru5.1 = Unidade Fisiográfica Mxo2 = terrenos sem aptidão agrícola A0), e a distância relativamente significativa à unidade de terrenos de aptidão agrícola mais próxima, que é constituída pela Unidade Cartográfica Cd2.4, permite-nos considerar o assentamento como de vocação essencialmente pastoril.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

49. Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso. 13. 14. 16
Casal – Tipo A / *Tesouro monetário*
Lat. - 41º 18' 07'' N
Long. - 8º 28' 36'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 196 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Do aparecimento do tesouro monetário de cerca de 40 moedas apenas temos referências orais recolhidas por um dos achadores do "tesouro" que, pela descrição, corresponderá a um conjunto numismático de cronologia tardo-romana. O local é contíguo à actual igreja paroquial de S. Paio de Guimarei, no qual, ainda hoje, na sua face norte é possível recolher materiais cerâmicos à superfície (telhas e cerâmica comum). A sua implantação, num pequeno esporão aplanado, sobranceiro ao vale do rio Sanguinhedo, pela exiguidade de espaço não permitiria uma ocupação muito extensa. Apesar dos recentes trabalhos de terraceamento para atenuar o declive em relação ao vale na vertente leste conserva ainda um pendor assinalável. A face oeste, de ligação ao interior do maciço, revela uma zona relativamente plana com boas condições para a actividade agrícola. A sua implantação numa zona de aptidão agrícola moderada, A2, correspondente à Unidade Fisiográfica Qds1, confere-lhe uma boa localização para a prática de actividades agrícolas e silvo-pastoris.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

50. Vermoin, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso. 13. 14. 16
Casal – Tipo A/B
Lat. - 41º 18' 48'' N
Long. - 8º 28' 28'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 192 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado num pequeno promontório no lugar de Barreiro, sobranceiro ao rio Sanguinhedo na face leste e à ribeira de Covas no lado oeste. Corresponde a um dos contrafortes da face leste da serra da Agrela, que se encontra nesta zona integrada no vale. A elevação demarca-se na paisagem e a sua topografia revela uma planta oval com a plataforma superior plana, ressaltada por um talude que a circunda integralmente. Os vestígios cerâmicos à superfície são particularmente abundantes nomeadamente, telhas e cerâmica comum, detectando-se também pedra de construção. Na face leste da plataforma superior são ainda visíveis dois alinhamentos à superfície. A área de dispersão de materiais restringe-se à plataforma superior.
Insere-se numa zona em que se diferenciam duas realidades pedológicas dominantes. A face norte e leste correspondem ao maciço xistento da serra da Agrela cujo substrato não revela aptidão agrícola. A face sul corresponde à Unidade Fisiográfica Qds1 que equivale a terrenos de aptidão agrícola moderada.

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

51. Carriça (Passal / Quinta de Lima Barreto), Muro, Trofa 13. 14. 20
Marco miliário
Lat. - 41º 17' 20,5'' N
Long. - 8º 41' 16'' W (Greenwich)
Alt. - 125 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho)

Marco miliário encontrado na Carriça, freguesia do Muro, concelho da Trofa, no lugar conhecido por Quinta do Lima Barreto, em data anterior a 1858, segundo Martins Capela, (CAPELA 1895, 59) destruído em 1894. Apresentamos a leitura de Vasco Mantas que reconstrói a epígrafe a partir do esboço de Soromenho que esteve também na base da leitura de Hübner e Carlos Faya Santarém.

D(*omino*) N(*ostro*) / [M(*arco*) AVRE]LIO [VALERIO] / MAXIM[IANO P(*io*) F(*elici*) INV(*icto*) AVG(*usto*)] / [PON] TIF(*ici*) MAX(*imo*) TRIB(*unicia*) POT(*estate*) / [VI] II CO(*n*)S(*uli*) III P(*atri*) P(*atriae*) / M(*illia*) P(*assuum*) XXIII

Ao nosso Senhor, Marco Aurélio Valério Maximiniano, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu sétimo poder tribunício, cônsul pela terceira vez, Pai da Pátria. Vinte e três milhas.

A datação do monumento, segundo Vasco Mantas, deverá corresponder ao ano 292, momento em que Maximiniano deteve o poder tribunício pela oitava vez, cuja datação coincide com um outro marco miliário, também localizado na estrada *Olisipo-Bracara*, identificado em Tomar (*Sellium*) (*CIL II 4960*) (MANTAS 1996, 352).
A referência à milha XXIII constitui o elemento de maior relevância da epígrafe. A balizagem, seguramente estabelecida a partir de *Bracara Augusta*, parece corresponder na perfeição aos 34 km (XXIII milhas) que distam da freguesia do Muro a Braga, assim como aos 18 km (XII milhas) de que dista ao Porto, permitindo admitir que o miliário terá sido descoberto muito próximo do seu local de origem.

Bibl. - CAPELA 1895, 59; *C.I.L. II* - 4743; SANTARÉM 1956, 72; CARDOZO 1947, 216; ALMEIDA 1969, 17; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 354; MANTAS 1996, n.º 24, 349-352; COLMENERO; SIERRA; ASOREY, 2004, n.º 555, 632.

52. S. Cristóvão do Muro, Muro, Trofa 13. 14. 20
Necrópole
Lat. - 41º 18' 52'' N
Long. - 8º 35' 54'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 145 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A primeira referência bibliográfica que testemunha o aparecimento da necrópole e a recolha de materiais cerâmicos reporta-se a 1905, ano da visita de Félix Alves Pereira, oficial do Museu de Etnologia, à região de Entre-Douro-e-Minho, na qual recolheu um significativo conjunto de materiais, entre os quais, uma colecção oferecida pelo Abade Sousa Maia, noticiada no *Archeólogo Português*, onde constam, entre outros, os materiais provenientes da necrópole de S. Cristóvão do Muro - (...) *um vasinho inteiro e outros mais ou menos mutilados, de um cemitério (de incineração) de S. Cristovão do Muro (Santo Tirso) (...)* ". José Leite de Vasconcelos, em carta dirigida a Domingos de Sousa Maia, *Abade de Canidelo*, datada de 28 de Fevereiro de 1905, agradeceu a oferta do arqueólogo amador (BRANCO 1963, 38, carta n.º 381).
Mais tarde, a necrópole seria referida por Rui de Serpa Pinto, num artigo publicado em 1926 no *Tripeiro* (PINTO 1926), assim como por Carlos Alberto Ferreira de Almeida na *Romanização das Terras da Maia* (ALMEIDA 1969, 44), e António Cruz a propósito da necrópole do estudo da Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (CRUZ 1940, 10).
No decurso do trabalho de levantamento dos materiais em depósito em Museus foi identificado no Museu D. Diogo de Sousa um copo com referência de proveniência de S. Cristóvão do Muro, mais concretamente da "Leira do Talho" inicialmente depositado no Museu Municipal do Porto, que, provavelmente, pertencerá ao espólio desta necrópole.

Bibl. - VASCONCELOS 1905, 381-382; CRUZ 1940, 10; PINTO 1925-26; BRANCO 1963, 38, nota 1; ALMEIDA 1969, 45; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/ 352; VASCONCELOS, 1905, 381.

Catálogo dos materiais

Copos (1-2)

1. Copo de perfil em S e corpo oval. Colo alto e estrangulado. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Pé discóidal de desenvolvimento vertical com fundo plano de assentamento pleno e ressalto com depressão no arranque das paredes internas. Pasta compacta de cozedura homogénea. Elementos não-plásticos abundantes compostos por quartzo, mica e feldspato de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento deficiente com textura rugosa e vestígios de engobe de cor castanha, fino e pouco aderido (vol. I, est. XXIV, n.º 1).
Tipologia - Grupo I, Forma 1a (vol. I, est. XVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 107 mm; Diâmetro máximo do fundo 51 mm; Diâmetro máximo do bordo 62 mm; Diâmetro máximo do bojo 78 mm.
Capacidade - 288,20 cm^3 / 0,28 L.
Depósito - M.D.D.S. n.º Inv. 19494 (7044).
Bibl. - /.

2. Copo de perfil em S de corpo esférico. Reservatório baixo com colo alto e pouco pronunciado. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Pé muito curto e dissimulado de desenvolvimento vertical. Fundo discóidal de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro e depressão no arranque das paredes internas. Pasta compacta e dura de cozedura homogénea. Elementos não-plásticos pouco abundantes e de pequeno calibre médio compostos essencialmente por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento intenso e uniforme de cor avermelha (vol. I, est. XXIV, n.º 2).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 107 mm; Diâmetro máximo do bordo 60 mm; Diâmetro máximo do fundo 36 mm; Diâmetro máximo do bojo 84 mm.
Capacidade - 301,05 cm^3 / 0,30 L.
Depósito - M.N.A., n.º Inv. 16666.
Bibli. - /.

Jarros (3-4)

3. Jarro trilobado de perfil em S. Corpo ovóide com colo alto e pouco estrangulado. Bocal trilobado, assimétrico, com vertedouro pouco marcado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo, levemente côncavo com assentamento lateral. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical, fragmentada ao nível do arranque no bojo. Pasta de compactação média com elementos não-plásticos de calibre

grosseiro compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície alisada com polimento irregular. Textura rugosa de cor castanho-clara, com vestígios de fuligem e vários orifícios. Bocal e asa fragmentados (n/ilustrado).
Tipologia - Grupo X, Forma 3 (vol. I, est. XVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 185 mm; Diâmetro máximo do fundo 72 mm; Diâmetro máximo do bojo 116 mm; Espessura média 4 mm.
Depósito - M.N.A., n.º Inv. Cont. 887, Vol. 5.
Bibli. - /.

4. Jarro de perfil em S com corpo oval. Reservatório elevado, colo alto e estrangulado de desenvolvimento vertical. Asa de fita de secção plana de desenvolvimento vertical fragmentada ao nível do arranque no bojo. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo e assentamento integral com espessura irregular ao nível da carena e parte central do fundo. Pasta pouco compacta com cozedura irregular conservando o núcleo central de cor negra. Elementos não-plásticos de calibre elevado. Superfície de cor castanho-clara, alisada, com polimento deficiente e textura rugosa conservando ainda significativos vestígios de fuligem. Peça bastante deteriorada sem parte do bordo, colo e bojo (vol. I, est. XXIV, n.º 4).
Tipologia - Grupo X, Forma 3 (vol. I, est. XVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 207 mm; Diâmetro máximo do fundo 51 mm; Diâmetro máximo do bojo 78 mm.
Depósito - M.N.A., n.º Inv. 116657 (Cot. 1382, vol. 8). Peça oferecida pelo Abade Sousa Maia.
Bibli. - /.

Taça (5)

5. Taça. Conservam-se apenas dois fragmentos da parede com perfil convexo. *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*. Pasta compacta de cozedura uniforme com abundantes elementos não-plásticos compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com vestígios de espatulamento e polimento com engobe vermelho-escuro, espesso e muito aderido (n/ilustrada).
Tipologia - /.
Dimensões - /
Depósito - M.N.A., n.º Inv. 116658 (Cont. 13 82, vol. 8). Peça oferecida pelo Abade Sousa Maia.
Bibli. - /.

Diversos (6)

6. Peso de tear fragmentado ao nível do terço superior. Apresenta todas as faces planas ainda que a superior esteja bastante irregular. As faces que não têm orifícios encontram-se polidas e as restantes com muitas depressões e rugosas, consequência de impurezas da pasta. Vértices arredondados (vol. I, est. XXIV, n.º 6)
Tipologia - Grupo 2, Tipo IV, Pasta grupo E (6.1.13. *Pesos de tear*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*)
Dimensões - Comprimento máximo 138 mm; Largura máxima 60 mm; Espessura máxima 18 mm.
Depósito - M.N.A., n.º Inv. 116658 (Cont. 1382, vol. 8). Peça oferecida pelo Abade Sousa Maia.
Bibli. - /.

Necrópole de S. Cristóvão do Muro, Muro, Trofa - *Materiais*

Cerâmicas

N.º Inv.º	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Cronologia	Tipologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	copo	tronco-cónico	bordo reentrante	grosseira/média	bege	rugosa	séc. IV-V	Grupo I, forma 1a.	M.D.D.S - 3133	-----	est. XXIV, n.º 1
2.	copo	tronco-cónico	bordo reentrante	grosseira/ média	bege	irregular	séc. IV-V	Grupo I, forma 1	M.D.D.S - 3136	-----	est. XXIV, n.º 2
3.	jarro	tronco-cónico	bordo boleado	grosseira/fina	acastanhada	alisada/engobe	séc. IV-V	Grupo X, forma 3	M.D.D.S. - 3132	-----	(n/ilustrada)
4.	jarro	convexo	bordo reentrante	grosseira/média	acastanhada	irregular	séc. IV-V	----	M.D.D.S. - 3134	----	est. XXIV, n.º 4
5.	taça	convexo	bordo reentrante	grosseira	cinzenta	engobe vermelho	séc. IV-V	----	M.N.A. - 3135	*CEVNV*	(n/ilustrada)
6.	peso de tear	--	Grupo II, Tipo IV	----	rosado	irregular	séc. IV-V	Grupo 2, Tipo IV, Pasta E	M.N.A - 1382, vol. 8	-----	est. XXIV, n.º 6

M.N.A. – *Museu Nacional de Arqueologia*, Lisboa
M.D.D.S. – *Museu D. Diogo de Sousa*, Braga
CEVNV – *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*

53. Peça Má, Muro, Trofa. 13. 14. 03

Marco miliário

Lat. - 41º 24' 30'' N

Long. - 8º 34' 30'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 82 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 97, 1950 - Bougado S. Martinho)

Marco miliário II

Fragmento de miliário recolhido perto do lugar da Peça Má entre 1940 e 1967 e dado a conhecer por António Cruz. Segundo a sua descrição, tratar-se-ia apenas de um fragmento da parte superior de um marco miliário. Quanto à inscrição, segundo o autor, os caracteres eram bárbaros, de difícil leitura e referiam o imperador *Marco Aurélio Carino.* Carlos Alberto Ferreira de Almeida localiza-o indistintamente, ora no lugar da Peça Má ora na Trofa Velha, atribuindo-o a Marco Aurélio.

Vasco Mantas aceita a leitura de António Cruz relacionando o presente marco com o de S. Pedro de Avioso dedicado a *Caro* admitindo a possibilidade de este ter sido inicialmente dedicado a *Caro* e regravado após a morte do imperador com o nome do sucessor seu filho *Carino* (MANTAS 1996, 359).

Atendendo ao período de reinado de Marco Aurélio Carino (283-285), e a aceitar a proposta dos dois autores a sua cronologia situar-se-ia entre o reinado de Marco Aurélio Caro e Marco Aurélio Carino (282/285)[393].

Em 2000 foi identificado no jardim da antiga casa de António Cruz, na Trofa, tendo sido relido e descrito com maior precisão por Rodríguez Colmenero (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 629, n.º 552).

Marco miliário em granito da região. Encontra-se fragmentado na superfície superior, inferior e nas faces laterais, apresentando-se a inscrição mutilada na face direita. Caracteres bem vincados de desigual tamanho e orientação irregular revelando uma tendência ascendente. A legenda encontra-se muito deteriorada devido às inúmeras falhas do granito, não dificultando, contudo, a sua leitura.

Dim.: Altura máxima 0,84 m; Diâmetro máximo 0,38/0,44 m.

IM(*eratori*) [*caes(ari)*] / M(*arco*) AVREL(*io*) / CARIN(*o*) / A BRACA[ARA] …

Ao imperador César , marco Aurélio Carino. Desde Braga ….

Alt. letras: *1*: 1 - 2 : 8>12
2: 1 - 4 : 8>12
3: 1 - 5 : 8>11
4: 1 - 5 : 10>12

Esp. Inter. 1. 2; 2; 3,5; 3; 3>6.

Bibli. - CRUZ 1982, 16; ALMEIDA 1968, 27; 1969,17; MANTAS 1996, n.º 27, 358; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 629, n.º 552.

Marco miliário II

[393] Marco Aurélio Carino governou entre 283 e 285 (BERTOLINI 1999, 594-595).

Marco miliário recolhido em data anterior a 1940 pelo Abade Sousa Maia. Encontra-se actualmente depositado em Lantemil na antiga moradia do Abade.
Segundo António Cruz, que refere o marco miliário de forma muito sumária, tratar-se-ia de um "cipo votivo" no qual, em caracteres bárbaros, se lia o nome de Constâncio (CRUZ 1940, 210; 1982,16).
Segundo Vasco Mantas, que não viu o monumento, tratar-se-ia de uma dedicatória a Constâncio Cloro, uma vez que este se encontra representado na via *Olisipo-Bracara* (MANTAS 1996, 356-357).
Trata-se efectivamente de um fragmento da parte superior de um marco miliário de granito de grão fino da região, com diâmetro regular e bem cilindrado. Apresenta caracteres bem vincados de recorte desigual e dimensão irregular. Conserva apenas as três primeiras linhas da epígrafe. A sua leitura não revela dificuldades particulares.

Dim.: Altura máxima 0,53 m; Diâmetro máximo 0,32 m.

D(*omino*) N(*ostro*) FL(*avio*) . IV(*lio*) / CONSTAN/TI AE(*terno*) AV(*gusto*) …

Ao nosso Senhor Flávio Júlio Constâncio, eterno Augusto….

Alt. letras: *1*: 1 - 6 : 9>10
2: 1 - 7: 8>10
3: 1 - 7: 16>10

Esp. Inter. 1. 2; 2; 3,5.

A localização próxima de S. Cristóvão do Muro, onde se identificou um marco miliário dedicado a Valério Maximiniano, na qual se regista a milha XXIII, leva a concluir que, provavelmente, os miliários da Peça Má, nomeadamente este dedicado a Constâncio II, corresponderiam ao mesmo núcleo, identificando, portanto, a mesma milha.

Bibli. - CRUZ 1940, 210; 1982,16; ALMEIDA 1969, 17; MANTAS 1996, n.º 26, 356-357;COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 630, n.º 553.

54. Grova, Muro, Trofa. 13. 14. 03
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 17' 35'' N
Long. - 8º 36' 25'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 160 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 97, 1950 - Bougado S. Martinho)

Ocupação identificada a partir da recolha de materiais de superfície e da observação de alinhamentos de estruturas à superfície. Os materiais encontram-se dispersos por uma extensa plataforma que acompanha o declive da vertente leste da serra de Santa Eufémia em direcção ao vale da ribeira da Aldeia. Os materiais (tégulas, cerâmica comum e fragmentos de talhas) revelam maior concentração na face norte da plataforma superior, local em que existe um terraço artificial, provavelmente criado, para definir uma plataforma para implantar a construção.
Localiza-se no extremo sul da serra de Santa Eufémia, na zona de ligação ao vale, apesar de se inscrever numa área de terras sem aptidão agrícola (Unidade Cartográfica RU5.1 = Unidade Fisiográfica Qgo2) tem para leste uma ampla mancha de terrenos de elevada aptidão agrícola, que corresponde ao início do vale da ribeira do Arquinho (Unidade Cartográfica Te10.1 = Unidade Fisiográfica Qgp1 = Aptidão agrícola A1).

Bibl. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica

55. Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso. 13. 14. 24
Casal – Tipo B
Lat. - 41º 20' 25'' N
Long. - 8º 26' 00'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 304 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Casal localizado a nordeste da aldeia de Santa Cruz, num terreno denominado "Bouça da Salgueira", onde se encontra uma pedreira explorada por José Pereira Santos. Na área próxima à pedreira observam-se à superfície abundantes fragmentos de tégulas. A área de implantação topograficamente aproveita uma plataforma de meia encosta, estreita e alongada, que acompanha a morfologia do terreno. Os vestígios de superfície são constituídos por pedra aparelhada e materiais cerâmicos que, no entanto, se resumem a fragmentos de cerâmica comum e tégulas. A escassez de materiais resultou dos intensos trabalhos de regularização do terreno através da construção de terraços que terão originado a sua destruição ou o seu encobrimento.
No início da década de noventa o proprietário da pedreira pôs a descoberto uma cavidade na rocha natural (saibro), que continha no seu interior bastantes cinzas e alguma cerâmica comum romana que podem indiciar a existência de uma necrópole.
O *casal* inscreve-se na Unidade Cartográfica RU5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola (A0). A sua implantação, a meia encosta, associada à inexistência de terrenos com aptidão agrícola, poderá, eventualmente, indicar uma vocação essencialmente silvo-pastoril.

Bibli. - Detectado no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica

56. Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso. 13. 14. 27
Necrópole
Lat. - 41º 20' 36'' N
Long. - 8º 28' 30'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 61 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

O aparecimento da necrópole da Quinta da Devesa, Santo Tirso, é referenciado pela primeira vez por Alberto Pimentel em 1902 - (...) *existência de um castro-luso romano onde hoje estão as Escolas e quintaes visinhos, havendo talvez povoação ao norte e poente d`esse castro, como se inferiu da apparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestigios de sepulturas antigas e até de uma lapide votiva na parede oriental do claustro.*(…) (PIMENTEL 1902, 15).
Posteriormente, a necrópole foi também referida, ainda que de forma marginal, por Carlos Faya Santarém (SANTARÉM 1955, 169-177; 1956 a, 171) a propósito da necrópole do Corvilho, Santo Tirso. O contexto arqueológico da necrópole far-se-á, em primeira análise, com a *villa* romana da Devesa identificada nas suas imediações, a cerca de 150 m para norte (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57).
A *villa*, actualmente desaparecida, encontrar-se-ia implantada na face norte do perímetro urbano da actual cidade de Santo Tirso e ocupava uma extensa plataforma natural orientada a norte, sobranceira ao rio Ave. Os vestígios distribuíam-se por parte da propriedade denominada por Quinta da Devesa, tendo sido destruídos na construção do Ciclo Preparatório (Escola EB2/3 de S. Rosendo) em 1979.
O espólio recolhido encontra-se hoje em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães e no Museu D. Diogo de Sousa em Braga e é constituído por quinze peças, todas em cerâmica

comum (armários C e E) (GUIMARÃES 1980, 38-72, est. XXV). As formas identificadas morfologicamente enquadram-se em 4 grupos, recorrentemente registadas noutras necrópoles da região, e que são respectivamente: pratos, cinco exemplares; copos, dois exemplares, um deles com forma incompleta; jarros três exemplares; bilhas cinco exemplares.

Catálogo dos materiais

Pratos (1-5)

1. Prato de perfil tronco-cónico. Parede recta com bordo reentrante marcado por carena externa e lábio pontiagudo, ligeiramente sobrelevado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo e assentamento pleno com espessura uniforme. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa (vol. I, est. XXV, n.º 1).
Tipologia - Grupo IV, Forma 3 (vol. I est. XVII, forma 3).
Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo do bordo 170 mm; Diâmetro máximo do fundo 120 mm.
Capacidade - 580,24 cm^3 / 0,58 L.
Depósito - M.S.M.S. n.º Inv. MSA - 3133 (g), (Armário D, n.º 6).
Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 1.

2. Prato de perfil tronco-cónico. Parede recta com bordo reentrante e espessado, rematado por lábio de desenvolvimento oblíquo de perfil pontiagudo. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento desproporcional em relação à espessura da parede. Pasta compacta de cozedura homogénea. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento irregular de cor vermelha com vestígios de engobe no exterior e interior (vol. I, est. XXV, n.º 2).
Tipologia - *Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, Grupo XII, Tipo Hayes 61 (vol. I, est. XVII, Tipo hayes, 61).
Dimensões - Altura máxima 41 mm; Diâmetro máximo do bordo 210 mm; Diâmetro máximo do fundo 170 mm.
Capacidade - 836,79 cm^3 / 0,84 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3136 (g), (Armário D, n.º 9).
Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 2.

3. Prato de perfil tronco-cónico com parede ligeiramente arqueada com bordo oblíquo projectado para o exterior com lábio arredondado. Fundo de desenvolvimento oblíquo com aresta angulosa e assentamento pleno. Espessura regular. Pasta pouco compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento irregular de cor avermelhada com vestígios de engobe da mesma cor, fino e pouco aderido (vol. I, est. XXV, n.º 3).
Tipologia - Grupo XI, Tipo Hayes 50 (vol. I, est. XVII, Tipo Hayes 50).
Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro máximo do bordo 200 mm; Diâmetro máximo do fundo 122 mm; Espessura máxima 4 mm.
Capacidade - 1 167,65 cm^3 / 1,16 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3132 (g), (Armário D, n.º 5).
Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 3.

4. Prato de perfil tronco-cónico com paredes arqueadas e muito abertas. Bordo espessado e reentrante marcado por carena angulosa, facetado no exterior rematado por lábio pontiagudo de orientação oblíqua. Fundo plano de assentamento pleno com ligação à parede de perfil arredondado. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento irregular de cor acastanhada com engobe da mesma cor e vestígios de fuligem (vol. I, est. XXV, n.º 5)
Tipologia - Grupo IV, Forma 1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 36 mm; Diâmetro máximo do bordo 94 mm; Diâmetro máximo do fundo 53 mm.
Capacidade - 441,35 cm^3 / 0,44 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3134 (g), (Armário D, n.º 7).
Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 4.

5. Prato de perfil tronco-cónico com paredes altas e arqueadas, ligeiramente reentrantes. Bordo facetado com carena angulosa a marcar a diferenciação com a parede. Lábio pontiagudo de orientação vertical. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos de calibre médio compostos essencialmente por quartzo e mica. Superfície alisada com polimento irregular de cor castanha com sinais de fuligem no exterior e interior (vol. I, est. XXV, n.º 6).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 213 mm; Diâmetro máximo do fundo 146 mm; Espessura média 6 mm.
Capacidade - 1 317,62 cm^3 / 1,31 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 3135 (g), (Armário D, n.º 8).
Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 6.

Copos (6-7)

6. Copo de perfil em S de corpo oval com colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido fragmentado ao nível do arranque do colo. Pé curto, discóidal, de desenvolvimento vertical com aresta boleada e fundo plano de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro. Pasta compacta de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento regular de cor castanha com manchas mais escuras (vol. I, est. XXV, n.º 6).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 84 mm; Diâmetro máximo do bojo 77 mm; Diâmetro máximo do fundo 45 mm.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1912 (g), (Armário C, n.º 8).
Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 6.

7. Copo de perfil em S de corpo esférico com colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. Pé curto, discóidal, de desenvolvimento vertical com aresta inferior angulosa e ligeiramente excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta de dureza média e cozedura uniforme. Abundantes elementos não-plásticos de pequeno calibre, compostos essencialmente por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente, de cor castanha, com aguada da mesma cor com manchas irregulares (vol. I, est. XXV, n.º 7).
Tipologia - Grupo I, Forma 1 (vol. I, est. XVII, forma 1).
Dimensões - Altura máxima 112 mm; Diâmetro máximo do bojo 86 mm; Diâmetro do fundo 40 mm.
Capacidade - 339,07 cm^3 / 0,33 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1911 (g), (Armário C, n.º 7).
Bibli. - MOREIRA 2004, 10-11, n.º 7.

Púcaros (8)

8. Púcaro de perfil em S de corpo oval com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa fragmentada ao nível do arranque no bojo. Pé curto, discóidal, de desenvolvimento oblíquo para o exterior. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro. Pasta pouco compacta, ligeiramente friável. Elementos não-plásticos abundantes compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa, de cor castanha com vestígios de fuligem (vol. I, est. XXV, n.º 8)
Tipologia - Grupo VIII. Forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 159 mm; Diâmetro máximo do bojo 120 mm; Diâmetro máximo do fundo 55 mm.
Capacidade - 893,61 cm^3 / 0,89 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1910 (g), (Armário C, n.º 6).
Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 8.

Jarros (9-10)

9. Jarro de perfil em S de corpo oval com colo alto e pouco estrangulado. Bordo levemente projectado para o exterior de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado, fragmentado no local de implantação do vertedouro. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura central interna de desenvolvimento oblíquo a partir do bojo ao bordo, ligeiramente soerguida em relação ao nível do bordo. Pé muito curto de desenvolvimento oblíquo com aresta boleada excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular e espessamento progressivo para o centro. Decoração composta por duas linhas incisas implantadas ao nível superior do bojo a marcar o início do colo. Pasta medianamente compacta de cozedura irregular. Abundantes elementos não-plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com polimento deficiente de textura rugosa de cor castanho-claro (vol. I, est. XXV, n.º 9)
Tipologia - Grupo IX, Forma 1a (vol. I, est. XVII, forma 1a).
Dimensões - Altura máxima 219 mm; Diâmetro máximo do bojo 166 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm; Diâmetro do bordo 78 mm.
Capacidade - 1 896,09 cm^3 / 1,89 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1908 (g), (Armário C, n.º 3).
Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 9.

10. Jarro de perfil em S. Corpo oval, simétrico, com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo de desenvolvimento oblíquo com lábio espessado e perfil arredondado. Vertedouro pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento oblíquo com ligação ao bordo. Fundo plano com assentamento pleno e espessura regular. Pasta muito compacta e dura com abundantes elementos não-pláticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente de cor avermelhada (vol. I, est. XXV, n.º 10).
Tipologia - Grupo IX, Forma 1a (vol. I, est. XVII, forma 1a).
Dim ensões - Altura máxima 177 mm; Diâmetro máximo do bojo 126 mm; Diâmetro máximo do fundo 60 mm.
Capacidade - 1 410,09 cm^3 / 1,41 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS - 1913 (g), (Armário C, n.º 9).
Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 10.

Bilhas (11-15)

11. Bilha de perfil globular. Corpo esférico de colo alto e muito estrangulado com gargalo bitronco-cónico marcado por carena externa angulosa e muito vincada. Bordo de desenvolvimento oblíquo, pouco extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena do gargalo onde conserva uma dedeira de planta oval. Pé curto de desenvolvimento oblíquo com aresta de perfil arredondado. Fundo discóidal de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada de cor castanha com polimento intenso e aguada espessa e bem aderida da mesma cor (vol. I, est. XXV, n.º 11).
Tipologia - Grupo VI, Forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 220 mm; Diâmetro máximo do bojo 154 mm; Diâmetro máximo do fundo 69 mm.
Capacidade - 1 622,63 cm^3 / 1,62 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS -1909 (g), (Armário C, n.º 4).
Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 11.

12. Bilha de perfil globular. Corpo oval e colo alto e muito estrangulado. Gargalo marcado por carena externa angulosa mas pouco pronunciada. Gargalo circular de perfil bitronco-cónico com bordo de desenvolvimento oblíquo, exciso, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena onde conserva uma dedeira de planta oval muito espessa e saliente. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta de ligação ao fundo de perfil arredondado. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não-plásticos de calibre médio compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície de cor castanha alisada com polimento mediano e engobe da mesma cor espesso e bem aderido (vol. I, est. XXV, n.º 12)
Tipologia - Grupo VI, Forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 260 mm; Diâmetro máximo do bojo 172 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm.
Capacidade - 2 445,29 cm^3 / 2,44 L.
Depósito - M.S.M.S., Inv. MAS -1907 (g), (Armário C, n.º 2).
Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 12.

13. Bilha de perfil globular de corpo oval. Colo alto e estrangulado com gargalo bitronco-cónico marcado por duas carenas de perfil anguloso mas pouco salientes. Gargalo circular com bordo introvertido e lábio de perfil pontiagudo. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical com ligação ao gargalo ao nível da carena inferior. Apresenta uma dedeira aplicada de planta oval de ligação ao bordo. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta angulosa no fundo. Fundo discóidal de assentamento pleno e espessura regular. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície de cor acastanhada, alisada, com polimento e vestígios de aguada espessa e aderente da mesma cor (vol. I, est. XXV, n.º 13)
Tipologia - Grupo VI, Forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).
Dimensões - Altura máxima 247 mm; Diâmetro máximo do bojo 160 mm; Diâmetro máximo do fundo 71 mm.
Capacidade - 1 956,74 cm^3 / 1,95 L.
Depósito - M.S.M.S., n.º Inv. MAS -1906 (g), (Armário C, n.º 1).
Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 13.

14. Bilha de perfil sinuoso de corpo bicónico com colo alto e estrangulado. Gargalo circular de perfil bitronco-cónico marcado por uma carena de perfil anguloso. Gargalo com bordo de desenvolvimento oblíquo, extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa fragmentada ao nível do arranque no bojo. Reservatório baixo marcado por carena pouco angulosa. Fundo discóidal de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura constante. Decoração composta por dois conjuntos de três linhas incisas ao nível do bordo. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não-plásticos de calibre desigual entre si compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento intenso de cor vermelho escuro com engobe espesso e aderente (vol. I, est. XXV, n.º 14)
Tipologia - Grupo VI, Forma 6 (vol. I, est. XVII, forma 6).
Dimensões - Altura máxima 188 mm; Diâmetro máximo do bojo 169 mm; Diâmetro máximo do fundo 141 mm.
Capacidade - 1 794,49 cm^3 / 1,79 L.
Depósito - M.S.M.S., Inv. MAS - 1915 (g), (Armário C, n.º 5).
Bibli. - MOREIRA 2004, 12-13, n.º 14.

15[394] Bilha de perfil em S de corpo oval com colo alongado e estrangulado. Gargalo bitronco-cónico com carena vincada. Bocal cilíndrico e bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção oval, assimétrica, de desenvolvimento vertical que liga ao nível da carena onde apresenta uma dedeira saliente de planta oval. Pé curto de desenvolvimento vertical com aresta arredondada. Fundo discóidal com assentamento e espessamento progressivo para o centro. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não-plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento acentuado, de cor vermelho-escuro com aguada espessa (n/ilustrado).
Tipologia - Grupo VI, Forma 2 (vol. I, est. XVII, forma 2).

[394] Esta peça pertence ao acervo arqueológico do Museu D. Diogo de Sousa, proveniente do então Museu Etnográfico do Porto. Encontra-se identificada como sendo proveniente de Santo Tirso.

Dimemsões - Altura máxima 289 mm; Diâmetro máximo do bojo 158 mm; Diâmetro máximo do fundo 85 mm; Diâmetro máximo do bordo 57 mm.
Depósito - M.D.D.S., n.º de Inv. 12494 (2435).
Bibli. - MOREIRA 2004, 13, n.º 15.

Necrópole da Devesa, Santo Tirso

Cerâmicas

N.º Inv.º	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor	Superfície	Tipologia	Cronologia	Depósito	Observações	Estampa
1.	prato	tronco-cónico	bordo reentrante	grosseira/média	bege	rugosa	Grupo IV, forma 3	séc. IV ?	M.S.M.S - 3133	-----	est. XXV, n.º 1
2.	prato	tronco-cónico	bordo reentrante	grosseira/ média	bege	irregular	Grupo XII, Hayes 61	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3136	*CEV.* tipo Hayes 61	est. XXV, n.º 2
3.	prato	tronco-cónico	bordo boleado	grosseira/fina	acastanhada	alisada/engobe	Grupo XI, Hayes 50	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3132	*CEV.* tipo Hayes 50	est. XXV, n.º 3
4.	prato	convexo	bordo reentrante	grosseira/média	acastanhada	irregular	Grupo IV, forma 3	séc. IV	M.S.M.S. - 3134	----	est. XXV, n.º 4
5.	prato	convexo	bordo reentrante	grosseira	cinzenta	engobe vermelho	Grupo IV, forma 1	séc. IV ?	M.S.M.S. - 3135	----	est. XXV, n.º 5
6.	copo	em S	bordo esvasado	média	castanha	alisada	Grupo I, forma 1	séc. IV ?	M.S.M.S. - 1991	----	est. XXV, n.º 6
7.	copo	em S, colo alto	bordo esvasado	média	castanha	alisada	Grupo I, forma 1	séc. IV ?	M.S.M.S. - 1911	----	est. XXV, n.º 7
8.	púcaro	elíptico	bordo arredondado	média	castanha	alisada	Grupo VIII, forma 2	séc. IV	M.S.M.S. - 3135	----	est. XXV, n.º 8
9.	jarro	elíptico	bordo esvasado	média	bege	alisada	Grupo IX, forma 1a	séc. IV	M.S.M.S. - 1908	decorada com duas linhas incisas	est. XXV, n.º 9
10.	jarro	elíptico	bordo esvasado	grosseira	bege	rugosa	Grupo IX, forma 1a	séc. IV	M.S.M.S. - 1913	----	est. XXV, n.º 10
11.	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	castanho	rugosa	Grupo VI, forma 2	séc. IV	M.S.M.S. - 1909	asa em fita soerguida com dedeira	est. XXV, n.º 12
12.	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	bege	polida	Grupo VI, forma 2	séc. IV	M.S.M.S. - 1907	asa em fita horizontal com dedeira	est. XXV, n.º 13
13.	bilha	esférico	bordo curto/esvasado	média	bege	polida	Grupo VI, forma 2	séc. IV	M.S.M.S. – 1906	asa em fita horizontal com dedeira	est. XXV, n.º 14
14.	bilha	ovaloide	bordo curto e esvasado	média	bege	polida	Grupo VI, forma 6	séc. IV	M.S.MS.. – 1915	fracturado ao nível do bordo e asa	est. XXV, n.º 15
15.	bilha	oval	bordo curto e esvasado	média	vermelha	polida	Grupo VI, forma 2	séc. IV	M.D.D.S. – 12494	asa em fita com dedeira aplicada	(n/ilustrada)

CEV – Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável
M.S.M.S. – *Museu da Sociedade Martins Sarmento*, Guimarães
M.D.D.S. – *Museu D. Diogo de Sousa*, Braga

57. Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso 13. 14. 27
Villa – Tipo A
Lat. - 41º 20' 36'' N
Long. - 8º 28' 30'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 61 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A *villa* encontrava-se implantada no perímetro da cidade de Santo Tirso, concretamente no interior da propriedade denominada por Quinta da Devesa, cuja ocupação se poderá relacionar com a origem mais remota da cidade de Santo Tirso. A autoria da descoberta deve-se ao Abade Pedrosa que refere, em carta dirigida a Martins Sarmento, a descoberta de muita telha e fragmentos de olaria romana, em desaterros junto ao convento (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de "interesse arqueológico" é também efectuada pelo ilustre Etnólogo José Leite de Vasconcelos que visitou o local em 9 de Janeiro de 1893. A notícia foi publicada no *Jornal de Santo Thyrso* e deu conta da sua visita à vila de Santo Tirso que, acompanhado do abade, terá visitado o local onde existiu outrora o "castro romano"[395], onde recolheu alguns fragmentos de cerâmica romana[396]. Desta visita ficaria ainda uma importante nota de José Leite de Vasconcelos no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a *Turiaco*, descoberta na parede norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua obra de referência, *Religiões da Lusitânia*.

" *(...) Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tegulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, - como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.(...)"* (VASCONCELOS 1905, 325-326).

Em concreto as referências reportam-se à *villa* romana da Quinta da Devesa da qual, infelizmente, apenas conhecemos parte do espólio do seu antigo cemitério, descoberto posteriormente às notícias do Abade Pedrosa e de Leite de Vasconcelos. O aparecimento da necrópole foi noticiado, pela primeira vez, por Alberto Pimentel, em 1902, numa das suas principais obras de carácter monográfico – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*.

" (...) ... existência de um castro luso-romano, onde estão as Escolas e quintaes visinhos, havendo talvez povoação ao norte e poente d'esse castro, como se inferiu da apparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestígios de sepulturas antigas e até de uma lápide votiva na parede oriental do claustro. (...)" (PIMENTEL 1902, 15).

Apesar do pouco detalhe da descrição dos vestígios a referência à existência de materiais de superfície numa área de dispersão tão significativa, associada a um contexto funerário e a vestígios epigráficos é, sem dúvida, indicador da importância do assentamento.
No que respeita à referência da existência de um castro localizado a sudeste do local de aparecimento dos vestígios - *(...) onde estão as Escolas e quintaes visinhos (...)*[397] - aliás, de acordo com a opinião de Leite de Vasconcelos, traduz uma imprecisão de linguagem, uma vez que os materiais cerâmicos recolhidos não se

[395] Erroneamente relacionado por alguns autores com o lugar do Corvilho (CORREIA 2000, 29, nota 99). Efectivamente, o lugar do Corvilho corresponde a uma necrópole cronologicamente datável do Bronze Médio / Final cuja identificação apenas ocorreu em 1915, não sendo, portanto, possível confundir os dois locais, se atendermos à natureza dos vestígios e ao desfasamento de datas.
[396] *Jornal de Santo Thyrso*, n.º 36, 12 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1.
[397] O autor refere-se, naturalmente, à Escola Primária Conde S. Bento, Santo Tirso.

enquadram nesse horizonte cronológico, assim como o local não apresenta as características topográficas características desse tipo de assentamento[398].

O aparecimento da necrópole seria ainda referido por Carlos Faya Santarém[10], ainda que de forma marginal, no momento em que o autor aborda o estudo dos materiais da necrópole do Corvilho[11].

A *villa*, já desaparecida, encontrava-se implantada na face norte da Quinta da Devesa e ocupava uma extensa plataforma natural, com ligeiro pendor para norte, orientada para o rio Ave. Os vestígios distribuíam-se por uma ampla área, tendo sido destruídos nos trabalhos de terraplanagem da construção da Escola EB2/3 de S. Rosendo, em 1979.

Apesar dos extensos trabalhos de construção, que originaram uma profunda alteração da topografia original, nas obras de repavimentação das estradas ou na reparação das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento ainda hoje se identificam materiais arqueológicos, nomeadamente, tégulas, tijolos, cerâmica comum e, em menor número, materiais de importação como sejam ânforas, sigillatas e vidros.

Na altura da sua destruição, para além de vários espaços que integravam os edifícios, foi também destruído um hipocausto que atestava a existência de termas domésticas.

Ocupava uma extensa plataforma natural com ligeiro pendor para norte, sobranceira ao rio Ave inserida numa área de terrenos de aptidão agrícola elevada[399]. Com a *villa* está relacionada a necrópole também denominada como da Devesa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 56), o *casal* identificado no antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 58), a epígrafe que se encontra inserida na parede nordeste do primeiro claustro do mosteiro de S. Bento dedicada a *Turiacus* (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60), assim como um tesouro de moedas recolhido em finais do séc. XIX na cidade de Santo Tirso. O seu aparecimento é citado a título comparativo, por Belchior da Cruz quando se refere ao tesouro aparecido em 1896 no Monte dos Saltos[12], em Sequeirô, na altura da sua escavação pelo Abade Pedrosa[400].

Embora hoje integre a Unidade Cartográfica que corresponde à *Área social* da cidade de Santo Tirso, ocupava a Unidade Cartográfica Te5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qxs1, que compreende terrenos de aptidão agrícola moderada (A2), que compõem a veiga do rio Ave e os seus afluentes, na margem esquerda o rio Sanguinhedo e da ribeira do Matadouro.

Bibl. - VASCONCELOS 1905, 15; PIMENTEL 1902, 15; MOREIRA 2004, 7-54; 2005, 9-25.

58. Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso 13. 14. 27

Casal – Tipo A

Lat. - 41º 20' 48'' N

Long. - 8º 27' 47'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 69 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado num pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave no interior da cerca do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua face nordeste. A pequena elevação possui no topo uma plataforma relativamente extensa e aplanada onde, numa área relativamente localizada, se detectaram

[398] Apesar de existirem diferentes tipos de castros, com significativas diferenças estruturais nos diferentes momentos cronológicos definidos para esta cultura, poder-se-ia afirmar, de forma genérica, que os requisitos indispensáveis para o seu assentamento se prende com a existência de; a) condições naturais de defesa proporcionadas pelo local de implantação; b) amplo controlo visual da envolvente c) existência de recursos naturais nas imediações propiciatórias da actividade agro-silvo-pastoril. Ora, como se facilmente se observa, nenhuma desta condições se regista no local referenciado o que nos leva a crer que a referência à existência de um castro será o resultado de uma interpretação errónea dos vestígios que, no limite, poderiam corresponder a estruturas relacionadas com a *villa*, ou simplesmente, evido a uma imprecisão de linguagem.

[399] Carta de Aptidão da Terra, vol. I, est. VII.

[400] *Economista*, n.º 7, vol. V, 2ª Série, de 25 de Outubro de 1896.

alguns materiais à superfície, nomeadamente cerâmica comum, tégulas e pedra de construção. Pela reduzida concentração e diminuta área de dispersão dos vestígios, sensivelmente 100 m por 50 m, corresponderá, provavelmente, a um *casal* que se encontraria dentro do *dominium* da *villa* da Quinta da Devesa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57).
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Te5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qxs1, que compreendem terrenos de aptidão agrícola moderada (A2), que compõem a veiga do Ave e o seu afluente na margem esquerda, a ribeira do Matadouro.

Bibl. - SANTARÉM 1955, 169-177; 1956 a, 171.

59. S. Bartolomeu, Santo Tirso, Santo Tirso. 13. 14. 27
Ara votiva
Lat. - 41º 20' 55'' N
Long. - 8º 30' 32'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 50 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Ara encontrada na capela de S. Bartolomeu em Santo Tirso[401], onde servia de pia para água benta. Foi retirada em 1952 por Carlos Faya Santarém e colocada no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde actualmente se encontra.

Ara votiva de grão fino, trabalhada nas quatro faces, com arestas muito erosionadas e fracturada na face inferior. Base de forma quadrangular moldurada com três toros. O capitel, de forma paralelepipédica com os cantos arredondados, apresenta uma cruz gravada (dim. 130 mm x 120 mm com sulcos de perfil em U), no seu lado esquerdo e dois pequenos orifícios circulares na face. Fóculo escavado (diâmetro exterior 170 mm; profundidade máxima 650 mm).
Epigrafe composta por caracteres actuários, muito ténues, de recorte desigual, de difícil leitura, com inclinação predominante à direita, paginação muito deficiente, sem qualquer alinhamento ou eixo de simetria. O mau estado de conservação da epígrafe apresenta grande dificuldade de leitura, em particular nas suas últimas linhas, tendo originado diferentes transcrições e interpretações.

Dim.: 82 cm x 24 cm x 24 cm; Camp. Epi.:16,5 cm x 17 cm

DOM (*ino*) DEO / NENEOECO / SEVERV(*s*) / [S]ATVRNI / NI [F(*ilius)*]VO / TO POSV/IT NVMIN (*i*) / ...

Ao deus (Cusu)Neneoeco, Severo, filho de Saturnino, erigiu em cumprimento de voto....

Alt. letras : *1*: 1.2: 1,8; 3: 2; 4.5: 2,5; 6: 2,2;
2: 1: 2,2; 2: ?; 3: ?; 4.5: 2; 6: 2,5; 7: 2,2; 8; ?
3: 1: ?; 2: 2,6; 3: 2; 4:3,3; 5: 3; 6:2; 7:?;
4: 1: ?; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 3; 6: 1,8; 7:?;
5: 1: 2,4; 2: 2; 3.4.5: ?; 6: 1,8; 7:2;

[401] A ermida de S. Bartolomeu esteve implantada no lugar de Ervosa, Santo Tirso, até 1530, tendo sido trasladada para o local em que hoje se encontra entre 1526 e 1530 por iniciativa de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, Abade comendatário de Santo Tirso e Prior comendatário de Landim (CORREIA 1997, 98-100). Na capela encontram-se mais três epígrafes, duas delas renascentistas, contemporâneas da edificação da capela e uma outra medieval, incrustada na parede do corpo da capela na face leste, datada de 1116. D. Miguel da Silva, reconhecidamente um humanista, terá certamente tido o cuidado de recuperar todos os vestígios epigráficos preexistentes agrupando-os na capela de S. Bartolomeu, compreendendo-se assim o aparecimento da epígrafe neste contexto, cuja proveniência não é certamente da região envolvente.

6: 1.2: 2; 3: 2,5; 4: 1,8; 5: 2,5; 6:1,5;
7: 1: 2,5; 2: 2;

Esp. Inter.: 1: 0,5/1; 2: 1/1,5; 3: 1; 4: 0,5; 5: 1,5/2; 6: 2; 7:1,5;

A inscrição apresenta caracteres muito ténues e mal conservados, tendo originado diferentes leituras entre os vários autores que abordaram o seu estudo;

● DOM(*ino*) DEO / NENEOC[O] / SEVERV[*S*] / [S]ATVRNI/NI F(*ilius*) EX VO/TO POSVIT - (ALBALAT 1990, 249, n.º 10b).

● DOM(*ino*) DEO / NENEOECO / SEVERVS / SATVRNINI/NI F(*?*) (*ilius)* EX VOTO POSSVIT ... (...) - (BOUZA BREY 1956, 256). A interpretação parcial das duas últimas linhas, segundo o autor poderiam revelar a a fórmula final consacratória *numini maiestatique eius dicatissimus*.

● *Dom(inus) deus /[2] N(em) eoec(us)*…. (PALAZÓN 1995, 85).

● *Dom(ino) deo / Nen(=m)eoec*[*o*] / *Severu*[*s*] / [*S*]*aturni/ni f(ilius)* [*ex*] *vo/to posu/it numin(i)/…* (SILVA 2007, 438).

Bibl. - *ILER* 896; SANTARÉM 1953, 397-402; BOUZA BREY 1956, 256; *HAE* 514; *AE* 1957, 315; AZEVEDO 1956, 293-301; BLÁZQUEZ 1962, 122; 1975, 32; ENCARNAÇÃO 1975, 164-179; SILVA 1986, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357;fig. 31; ALBALAT 1990, n.º 10b, 249, nota 14; GARCIA 1991, 303, n.º 51; TRANOY 1991, 274; MOREIRA 1992, 21-22, fot. 5; 2007, 93; PALAZÓN 1995, 85; PEDREÑO 2002, n.º 20, 166.

60. Mosteiro, Santo Tirso. 13. 14. 27
Inscrição votiva
Lat. - 41º 20' 48'' N
Long. - 8º 28' 10'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 50 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A lápide encontra-se incrustada na parede norte do 1º claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso. Segundo Carlos Passos, teria sido recolhida nos escombros da velha igreja do séc. XIV, demolida no século XVII, para a construção da actual igreja matriz (PASSOS 1956, 30). Foi dada a conhecer, pela primeira vez, por Jorge Cardoso em 1666 e transcrita, posteriormente, por Carvalho da Costa, em 1706-1708[402], Vilhena Barbosa em 1863 e 1886 e, em 1877 por Pinho Leal, sendo recorrentemente citada a partir desta data[403].
Lápide votiva de granito de grão fino, de tom rosáceo, de formato rectangular. Encontra-se danificada no lado esquerdo com prejuízo da integridade da epígrafe que se apresenta parcialmente danificada. Não apresenta campo epigráfico delimitado.

[402] Carvalho da Costa dá início a um conjunto de equívocos relacionados com deficientes leituras que dariam lugar à mítica referência da lápide que registava o feito do soldado romano que tinha morto Viriato (…) *O Mosteiro Duples de S. Thirso, situado no mesmo Concelho de Refoyos, & Bispado do Porto, cujo Bispo Dom Rodrigo da Cunha chama da Magdalena, fundado junto do rio Ave, que lhe banha a cerca, parece haver sido hum Templo da Gentilidade, por hum sepulchro que nelle se achou com letras, que dizião: Aqui jaz Sylvano Capitão de huma legião Romana.* (…) (COSTA 1706-1708, 326 = FERNANDES 1986, 326).
[403] Veja-se, BARBOSA 1863, 238; 1886; CARDOSO 1666.
Pinho Leal, de forma fantasiosa, refere o contexto da sua descoberta (…) *Quando se andava reedificando a egreja (1650) se achou embutido em uma das suas paredes, um sepulchro de pedra, ainda inteiro, contendo cinzas. Tinha esculpidas as águias imperiaes, e por baixo d'ellas esta inscripção – L. VALERIVS SILVANVS MILES LEG. VI VIXIT VIRIATO. – (Lúcio Valério Silvano, militar da 6ª legião, que venceu Viriato)* (…), (LEAL 1877, 612).

Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada. Apesar de as duas últimas linhas sugerirem uma disposição de texto segundo um eixo de simetria central, as linhas 1 e 2 apresentam alinhamento à esquerda, assim como a terceira, se tivermos em conta que a inscrição nesse local se encontra fracturada. Pontuação bem colocada. Sobre os numerais, apresenta a habitual barra horizontal. A primeira letra da fórmula final consacratória tem vindo a ser apresentada como inexistente de forma que se transcreve dentro de parênteses rectos, leitura que não adoptamos, depois de termos verificado que, apesar de a lápide se encontrar fracturada no local, a haste direita do V ainda é visível.
A sua leitura não apresenta dificuldades de maior, pelo que adoptamos a fórmula corrente a que introduzimos apenas a correcção da leitura da 3ª linha, que vinha a ser interpretada como [DE](*o*) *TVRIACO*, pela existência do que se supunha ser a parte superior do O. Efectivamente, uma observação mais minuciosa limita esta interpretação, não só pelo facto do esboço da letra não ser conclusivo, como também se depreende do alinhamento do monumento no qual a colocação de Turiaco se encontra perfeitamente centrada, obedecendo à paginação rígida de todo o monumento.
Quanto a nós o seu contexto arqueológico estará directamente relacionado com a v*illa* da Devesa, Santo Tirso, (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 5), que dista do local em que se encontra hoje apenas 500 m.

Dim.: 38 cm x 87 cm; Camp. Epig. 32,5 cm x 79,5 cm.

L(*ucius*) · VALERIVS · SILVANVS / MILES · LEG(*ionis*) VI(*sextae*) · VICT(*ricis*) / TVRIACO / V(*otum*) · S (*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*) ·

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião a Vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

Alt. letras: *1*: 1: 7; 2.3: 6,5; 4: 7; 5.6.7: 7,5; 8.9.10: 7; 11: 7,3; 12.13.14.15.16.17:7.
2: 1: 7,3; 2: 7; 3.4: 7,4; 5: 7,5; 6: 7,4; 7.8: 7; 9.10: 6,8; 11.12: 7; 13: 6,5; 14: 7.
3: 1: 7,2; 2:2; 3.4: 7; 5: 6,8; 6.7: 7.
4: 1:7; 2: 7,3; 3.4:7.

Esp. Interl.: 1: 2,5/3; 2: 2; 3.4: 3; 5:5; 6:3 ;

Recentemente F. Villar sugeriu que a inscrição poderia ser dedicada a *Reve* estando o teónimo subentendido (VILLAR 1993-95, 364-365), constituindo *Turiaco* um adjectivo derivado do hidrónimo *Turia*.
A estrutura da epigrafe e o contexto histórico-arqueológico da *legio VI Victrix*[13], permitem, com alguma segurança, datar a epigrafe no período Júlio - Cláudio (TRANOY 1980, 278).
A cúpula onomástica de *Valerius Silvanus* indica, provavelmente, a origem hispânica do dedicante, concretamente da face leste da Península (LE ROUX 1982, 183, nota 27; ALFOLDY 1975, n.os 353-354, 195).
O antropónimo Silvanus parece revelar uma incidência cultural e um expressivo carácter mitonímico – Silvanus deus das florestas –,[404] embora muito pouco vulgar entre nós, são conhecidos alguns exemplos na

[404] *Silvanus*, divindade romana de estatuto secundário no panteão romano. Presidia aos bosques e campos e, em menor grau, à caça e à pastorícia, recebendo, por vezes, o epíteto de *domesticus* e *silvestris*. O seu culto foi bastante popular em época imperial, constituindo na Lusitânia a principal divindade dos meios rurais, constatando-se através dos antropónimos mais frequentes e da a estrutura nominal, que os ofertantes, maioritariamente, seriam escravos ou libertos (FERNANDES 2002, 149-150).
Do ponto de vista iconográfico era frequentemente representado como um velho alegre, coroado de hera e com uma foice na mão (SCHMIDT 1985, 245).

Lusitânia[405] (ENCARNAÇÃO 1984, 797, 838, n.º 435; 636, n.º 570).

Bibl. - CARDOSO 1666; COSTA 1706-1708, 326; BARBOSA 1863, 238; 1886; SARMERNTO 1884, 106; 1885 b, 178-79; 1933, 173, 179, 304, 422; COELHO 1887, 375-377; CARNEIRO 1894, 19-IV-1894; GUIMARÃES 1901, 53; VASCONCELOS 1905, 324-326; CARDOZO 1935, 40, n.º 23; 1947, 127, 149-152; LIMA 1940, 97-99, 100; MATOS 1947, 72-73; TOVAR 1950, 184; PASSOS 1956, 30-31, fig. 3; SANTARÉM 1956, 170; 1955, 66-67; BLAZQUEZ 1962, 196-197; 1957, 182-183; *CIL* II, 2374; II, S,5551; *ILER 945*; ENCARNAÇÃO 1975, 298; UNTERMANN 1980, 350, 360; TRANOY 1980, 278; LE ROUX 1982, 182-183; 2002, 16,107-128, fig. 1; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/358; ALBALAT 1990, 152-153, nota 148; GARCIA 1991, 351, n.º 199; MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; 2005, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; VILLAR 1993-95, 364-365; *H.E*., 1071; PEDREÑO 2000, 71.

61. Dinis, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso. 13. 14. 27
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 20' 12'' N
Long. - 8º 28' 37'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 94 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantado numa pequena elevação a cerca de três quilómetros a sul da cidade de Santo Tirso. No local foram recolhidos materiais cerâmicos (telhas, cerâmica comum, sigillatas hispânicas e *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*) e dois fragmentos de mós. Hoje o local encontra-se no interior da área urbana de Santo Tirso, não sendo possível avaliar a zona de dispersão de materiais e a existência de estruturas. A informação oral fornecida por quem recolheu os materiais (Dr. António Miranda) que os facultou para observação refere ainda a existência de um forno e uma "telheira" associada. A sua localização numa zona de terrenos de aptidão agrícola moderada (Unidade Cartográfica Te2.1; Unidade Fisiográfica Qxs1; Aptidão Agrícola (A2)), e a sua implantação sobre o vale do rio Sanguinhedo, reúne boas condições para o estabelecimento de uma unidade rural vocacionado para a exploração agrícola e silvo-pastoril.

Bibl. - Identificado no âmbito dos trabalhos de prospecção arqueológica

62. S. Lázaro, Alfena, Valongo. 13.15. 00
Ponte
Lat. - 41º 14' 34'' N
Long. - 8º 31' 17'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 95 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

A ponte de S. Lázaro, conhecida localmente por *Ponte Pinta*, encontra-se implantada sobre o rio Leça na freguesia de Alfena, concelho de Valongo.
Nas obras de conservação e restauro realizadas pela Câmara Municipal de Valongo, em 1994, foram detectados alguns elementos arquitectónicos que indiciaram a sua origem romana, em consonância com o traçado de uma via romana secundária que une esta ponte à ponte de Negrelos, em S. Martinho do Campo, sobre o rio Vizela (*Supra*, nota 5). O único elemento detectado de origem romana é constituído por um bloco granítico com trabalho de rústico formando o característico almofadado, com marca dos *ferrei forfices* (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163, est. 3, fot. 3). Actualmente, após múltiplas alterações estruturais em obras de restauro difíceis de precisar no tempo conserva características de uma construção medieval. É formada por dois arcos assimétricos de diferentes dimensões nos quais assenta um tabuleiro anguloso,

[405] Veja-se, por exemplo, a epígrafe conservada na igreja de Idanha-a-Velha, datada do séc. I – Caerius · Dauto/nis · f(*ilius*) . Silvanus / sibi · et · uxori / Silae · Silionis · f(*ilia*) / f(aciendum) c(*uravit*) - (*HAE* 1096; FERREIRA 2004, 82-83, n.º 48, lám. VI, 9: *HE* 346, n.º 897), e a inscrição de Conímbriga - […i]us · Silvanus / [ol]isiponensis / [S] aturnino · f(ílio) / [q(ui)] vix(it)] na (nos) III – (Exposição Permanente no Museu Monográfico de Coimbra. Roteiro 1984, 42).

alteado na zona média, sobre o arco maior. O revestimento do tabuleiro conserva algumas lajes de granito que revelam a sua intensa utilização medieval (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 161-166).

Obs. - Classificado como imóvel de Valor Concelhio (Decreto n.º 129/77 de 29 de Setembro)[406].
Bibl. - ALMEIDA 1968, 171-173; LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 161-166.

63. Areias, Azurara, Vila do Conde. 13. 16. 04
Casal - Necrópole
Lat. - 41º 20' 20'' N
Long. - 8º 44' 08'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 9 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 96 - Vila do Conde, 1975)

A necrópole é referenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA 1969, 38) de forma pouco precisa, sem descrição da natureza e contexto dos achados. Nada sabemos sobre a quantidade e características dos materiais recolhidos, assim como da tipologia das sepulturas e enquadramento arqueológico. Do espólio resta apenas um bordo de uma bilha, actualmente em depósito no Museu Arqueológico de Vila do Conde.
Recentemente, na localidade de Árvore, junto à igreja matriz, na face noroeste, foram efectuadas escavações arqueológicas integradas nas medidas minimizadoras da construção do Metro pela empresa *arqueologia & património*, cujos resultados revelaram uma intensa ocupação romana. Contudo, devido à área circunscrita da escavação, as estruturas identificadas não permitiram classificar a natureza do sítio. Entre os materiais recolhidos, para além da cerâmica de construção, muito abundante, recolheram-se materiais cerâmicos de importação, nomeadamente ânforas, sigillatas, *cerâmica de verniz vermelho não vitrificável*, etc. A amplitude cronológica da generalidade dos materiais permite afirmar que a época tardo-romana terá sido, porventura, o período de maior ocupação.
O local de dispersão dos vestígios desenvolve-se por uma plataforma natural implantada numa vertente suave, na margem esquerda da ribeira de Fajozes, ao longo da várzea marítima que domina visualmente um amplo espaço que se desenvolve desde a foz do Ave até um pouco a norte do castro de S. Paio, Labruge. A sua área envolvente é composta por terrenos de aptidão agrícola moderada - Unidade Cartográfica Cu3.1; Unidade Fisiográfica Lgp1; Aptidão Agrícola moderada (A2).

Bibl. - ALMEIDA 1969, 38.

Catálogo dos materiais

Bilha (1)

1. Bilha fragmentada ao nível do arranque do colo. Gargalo alto de desenvolvimento vertical com estrangulamento para formar o bordo. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo e lábio arredondado com espessamento simétrico. Asa de fita assimétrica de secção plano-convexa com uma pequena depressão central de ligação ao nível inferior do bordo. Decoração composta por duas linhas incisas, paralelas entre si, inscritas ao nível do terço inferior do gargalo. Pasta pouco compacta, ligeiramente friável, com abundantes elementos não-plásticos de médio calibre compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície deficientemente alisada, sem polimento, de textura rugosa, de cor castanho-claro. Superfície irregular e rugosa com alisamento de má qualidade. Encontra-se restaurada ao nível do bordo e da asa.
Tipologia - Grupo VI, Forma 3 (vol. I, est. XVII, *Bilhas*, forma 3).
Dimensões - Altura máxima existente 80 mm; Diâmetro máximo do bordo 47 mm.
Depósito - Gabinete Municipal de Arqueologia de Vila do Conde, n.º 519.

[406] A lei do Património de 2001 introduz uma alteração ao estatuto dos monumentos até aqui classificados como Imóveis de Valor Concelhio para Imóveis de Interesse Municipal, salvo o caso dos imóveis pertencentes à Igreja que passam a integrar a categoria de imóveis de Interesse Público.

Bibliografia - /.

64. Farilhe, Canidelo, Vila do Conde 13. 16. 06
Castro – Tipo C */ Atalaia medieval*
Long. - 41º 22' 30'' N
Lat. - 8º 38' 54'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 160 m (C. M. 1 : 25 000 S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Localiza-se a cerca de 500 m a noroeste de Farilhe. Encontra-se implantado num pequeno cabeço sem características defensivas de relevo. A plataforma superior encontra-se coroada de pedras de pequena dimensão com afeiçoamento revelando a sua utilização como elementos construtivos. Embora em pouca quantidade identifica-se à superfície cerâmica romana e medieval.
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1; Unidade Fisiográfica Qgo2, que compreende terrenos sem aptidão mas nas suas imediações encontra-se uma mancha significativa de terrenos de elevada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te10.1; Unidade Fisiográfica Qgp1; Aptidão Agrícola elevada (A1), que corresponde, genericamente, à veiga da Covilhã e Macieira da Maia.

Bibl. - ALMEIDA, P.D.M., s/p.

65. Igreja, Fornelo Vila do Conde 13. 16. 09
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 20' 05'' N
Long. - 8º 38' 40'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 112 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Na freguesia de Fornelo, a cerca de uma centena de metros a norte da igreja paroquial, localiza-se uma propriedade murada, denominada por Quinta de Vilas Boas, onde foram recolhidos materiais de superfície (tégulas e cerâmica comum). A sua implantação numa plataforma de vertente regista um importante domínio visual sobre a área envolvente. O terreno em que se encontra localizado o *casal*, actualmente utilizado para fins agrícolas revela um profundo revolvimento do subsolo que originou a dispersão dos materiais por uma área relativamente extensa. Nos seus limites são ainda observáveis pedras faceadas que, provavelmente, terão feito parte das estruturas. Encontra-se implantado numa área de transição de terrenos sem aptidão agrícola - Unidade Cartográfica Ru5.1; Unidade Fisiográfica Qgo2; Aptidão Agrícola (A0) - e terrenos de elevada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te10.1; Unidade Fisiográfica Qgp1; Aptidão Agrícola (A1)).

Bibl. - ALMEIDA C.A.B., P.D.M., s/p.

66. Soutelo, Fornelo, Vila do Conde. 13. 16. 09
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 20' 00'' N
Long. - 8º 38' 50'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 109 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Em finais do séc. XIX foi identificada uma estatueta de bronze que representa Júpiter, da qual se desconhece o paradeiro. Recentemente foi noticiado o aparecimento de um tesouro de cerca de 500

moedas encontradas no mesmo local, descritas como "asses", sem que, no entanto, se conheça as condições em que se produziu o achado, nem da identificação de materiais arqueológicos associados[407].
A estatueta, segundo relato de Nunes Pinto (PINTO 2002, 123), terá sido cedida a Ricardo Severo em data que não precisa, pelo seu proprietário, morador da freguesia do local em que foi recolhida.
Segundo o desenho e a descrição de Leite de Vasconcelos, a peça seria de bronze maciço, com aproximadamente 115 mm de altura e 200 gr. de peso. O deus *encontra-se* representado como um homem de pé, seminu, parcialmente coberto por um manto pendente sobre o ombro esquerdo. A peça encontrar-se-ia significativamente desfigurada, apresentando a superfície corroída, com forte oxidação, não permitindo observar os pormenores anatómicos do rosto e da musculatura. A posição do corpo revela uma figura estática, cujo peso do corpo se apoia sobre a perna direita, ligeiramente avançada em relação à perna esquerda que se encontra flectida e levemente erguida, apoiando-se o pé apenas nos dedos. A figura apresenta proporções harmoniosas com a musculatura pouco definida. A cabeça encontra-se ligeiramente flectida à esquerda revelando uma forte cabeleira encaracolada, assim como uma barba espessa. O pescoço é curto e largo de acordo com a robustez da composição. O braço esquerdo, pendente ao longo do corpo, encontra-se coberto por um *chlamys* com leve pragueamento. O braço direito apresenta-se flectido e afastado do corpo, sustentando na mão a "pedra de raio" de recorte fusiforme. O claro protagonismo deste elemento em toda a composição revela o atributo que verdadeiramente o identifica, assumindo-se como *Iupiter Fulgur*, epíteto que remete para o seu poder e domínio sobre o "fogo celeste" (RIBEIRO 2002, 415).
Apesar de identificada a área de aparecimento dos vestígios não nos foi possível efectuar qualquer trabalho de prospecção na zona. No entanto, a análise da envolvente permite verificar a existência de excelentes condições para a implantação de um assentamento de carácter agrícola. A zona inscreve-se numa vertente suave orientada a oeste, definida por duas linhas de água. Encontra-se numa área de transição de terrenos sem aptidão agrícola - Unidade Cartográfica Ru5.1; Unidade Fisiográfica Qgo2; Aptidão Agrícola A0 - mas no seu sopé desenvolve-se uma ampla mancha de terrenos de elevada aptidão agrícola (Unidade Cartográfica Te10.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgp1 e terrenos de elevada Aptidão Agrícola A1).

Bibl. - SEVERO 1899-1903, 129-130; VASCONCELOS 1906, 329; 1913, 227, 232, fig. 104; CORREIA 1928, 288; MATOS 1966, 214-215; ALMEIDA 1969, 25; 1970, 9; 1970a, 77-82; CASTROVIEJO 1975, 3-4; FREITAS 1987, n.º 98; ALARCÃO 1988, 18, n.º 1/339; Jornal " *Público* ", 5 de Maio 2002; PINTO 2002, 123-125, n.º1, 603 est. 1; RIBEIRO 2002, 415.

67. Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde 13. 16. 11
Casal – Tipo A/B
Lat. - 41º 17' 55'' N
Long. - 8º 37' 35'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 178 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado na vertente oeste da serra de Santa Eufémia no lado oposto ao castro de Alvarelhos, do qual dista cerca de 1,5 km, na margem esquerda da estrada municipal que liga Monte Grande a Guilhabreu. Os materiais de superfície recolhidos são compostos por tégulas, cerâmica comum que se distribuem num terreno agrícola ao longo de 100 m por 40 m.
À semelhança do *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos localiza-se numa mancha de terrenos sem aptidão agrícola que corresponde à Unidade Cartográfica Ru5.1; Unidade Fisiográfica Qgo2; Aptidão Agrícola (A0). Em época alto medieval surge referenciada como "villa".

Bibl. - ALMEIDA, P.D.M. s/p; CRUZ; BRITO 1991, 5-13.

[407] Jornal *Público*, 5 de Maio de 2002. Pela descrição do tesouro e características das moedas é provável que se trate de um tesouro tardo-romano.

68. Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde 13. 16. 11
Necrópole – (*Columbarium*)
Lat. - 41º 18' 15'' N
Long. - 8º 38' 10'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 159 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

O monumento foi descoberto casualmente na década de 60 do séc. XX, no decurso de trabalhos agrícolas. Apresentava, segundo o seu achador, a forma de um corredor com seis nichos nas paredes onde se encontravam depositadas pequenas urnas de cerâmica. O local, embora localizado por Carlos Faya Santarém não foi alvo de qualquer intervenção arqueológica. Desconhece-se o paradeiro do espólio. A sua localização, relativamente próxima à *villa* romana de Vila Boa, Guilhabreu (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69) (+- 800 m) sugere uma relação entre os dois espaços. Apesar da proximidade com o *aglomerado urbano secundário / vicus* Alvarelhos possibilitar o mesmo tipo de apreciação.

Bibl. - ALMEIDA 1969, 35; ALARCÃO 1988, 19, n.º 134 **, ALMEIDA P.D.M., s/p;

69. Vila Boa - Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde. 13. 16. 11
Villa – Tipo A
Lat. - 41º 16' 54'' N
Long. - 8º 38' 08'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 145 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantada numa extensa plataforma de planta oval, definida por duas linhas de água. A sua face oeste remata numa vertente acentuada, permitindo uma ampla visão dos terrenos mais baixos de Malta e Guilhabreu. Os campos por onde se distribuem as ruínas, hoje intensamente agricultados, revelam inúmeros vestígios cerâmicos à superfície (tégulas, cerâmica comum, fragmentos de talhas, tijolos, sigillatas, etc.), assim como abundante pedra faceada, que é visível nas imediações do campo, nas construções actuais e muros de divisão de propriedades. A área de dispersão cobre uma zona de sensivelmente 200 m por 100 m.
A sua implantação inscreve-se numa zona de contacto de terrenos sem aptidão agrícola para leste - Unidade Cartográfica Ru5.1; Unidade Fisiográfica Qgo2; terrenos sem Aptidão Agrícola A 0 - e de terrenos de elevada aptidão agrícola para oeste (Unidade Cartográfica Te10.1; Unidade Fisiográfica Qgp1; terrenos de elevada Aptidão Agrícola (A1)) que possibilitaria uma ampla e diversificada gama de recursos para a práctica da agricultura e pecuária.
Ao longo dos anos têm sido recolhidos inúmeros materiais de diferente natureza, hoje dispersos por várias instituições. Os seis fragmentos de mosaicos conhecidos encontram-se em depósito no Museu Municipal de Viana do Castelo, um pequeno tesouro monetário composto por seis *nummus* no Museu Municipal de Vila do Conde e vários materiais cerâmicos no Museu Nacional de Arqueologia, dos quais merece destaque, pela cronologia que nos aponta, um fragmento de sigillata hispânica tardia da forma 37, decorada com círculos raiados com pontos inscritos no interior (RODRIGUEZ 1985, 238, lám. 119, n.º 2.248).
Segundo os registos epistolares do Abade Pedrosa o primeiro a intervir no sítio terá sido um coleccionador e proprietário local – David Ramos –, conforme se depreende da leitura da carta dirigida a Martins Sarmento em 15 de Junho de 1894, a quem o Abade Pedrosa relatou o teor das escavações, assim como a natureza dos materiais identificados.

(…) *Effectivamete o David é collecionador e tem mais antigualhas na casa do Porto e segund diz o Abb.e, tem gasto algum dinheiro em excavações*.[408] (LIMA 1940, 208).

Quatros meses depois, em 5 de Outubro do mesmo ano, referia-se novamente aos achados de Guilhabreu efectuados por David Ramos e por ele mesmo.

(…) *O David Ramos encontrou já á annos num campo a que chamão Villa Boa, da mesma freguezia de Guilhabreu algumas antigualhas romanas, como restos de cerâmica, algumas moedas de cobre, uma talha, mas pequena , mós etc*. (…) (LIMA 1940b, 210).

Por último, em Novembro de 1984, quando visita a "colecção" de David Ramos, de que dá conta a Martins Sarmento em 11 de Novembro do mesmo ano, refere vários achados, nomeadamente de cerâmicas comuns, vidros, moedas, tesselas e, de maior significado e importância arqueológica, uma escultura em mármore, actualmente desaparecida.

(…) *Vi mais o tronco d'uma Vénus, desde o pescoço á cintura, e mede meio palmo , tem também parte da peanha com pé ainda pegado e o logar do outro, o mármore era bom, muito branco e puro, segundo me disse o David é mármore de Pathmos, o que está, é muito estragado do tempo, a esculptura era excelente.* (…) (LIMA 1940, 210).

O local terá também sido escavado pelo Abade Sousa Maia no início do séc. XX, enquanto colaborador do Museu Etnológico Português, cujos materiais terão dado entrada na instituição, sendo o conjunto composto por (...) *espólio funerário, vasos com grafitos e vasos lisos* (…) (VASCONCELOS 1915, 191; BRANCO 1963, 35). As escavações terão provavelmente continuado até finais da década de 20, uma vez que, Serpa Pinto a elas faz referência, ainda que de forma indirecta, em artigo datado de 1928 (PINTO 1929, 159-160).

Bibl. - VASCONCELOS 1906, 371-372; PINTO 1925-26, 164; LIMA 1940, 181-214; ALMEIDA 1969, 35; GORGES 1974, 456; RODRIGUEZ 1985, 238, lám. 119, n.º 2.248; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 340; PINTO 1995, 234, fig. 2;

70. Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde 13. 16. 11
Necrópole
Lat. - 41º 16' 54'' N
Long. - 8º 38' 08'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 145 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

O espólio cerâmico recolhido na necrópole de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, terá sido fruto de uma escavação arqueológica desenvolvida pelo Abade de Sousa Maia, enquanto colaborador do Museu Etnológico Português, realizada em data anterior a 1905, ano em que Félix Alves Pereira, em visita à região, terá recolhido os materiais oferecidos pelo Abade de Canidelo com destino ao Museu Etnológico[409]. O espólio cerâmico foi oferecido com duas aras anepígrafas[410].

408 Refere-se ao Abade de Guilhabreu.

409 Na revista *O Archeólogo Português*, vol. X, nas páginas 381 e 382, relacionado com o assunto referido encontra-se a seguinte notícia " ... *Numa excursão que o Dr. Félix Alves Pereira, Oficial do Museu, fez a Entre-Douro-e-Minho, em Janeiro-Fevereiro de 1905, obteve o seguinte:* (...) *Do Ver.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia ... vasos votivos em fragmentos, de um cemitério (de incineração) de Guilhabreu (Vila do Conde) ... e um vaso ritual com confetti do cemitério romano de Guilhabreu* (...).
Da oferta do Abade de Sousa Maia Leite de Vasconcelos daria conta em carta datada de 28 de Fevereiro de 1905, onde prometia a sua publicação na revista da instituição, como viria a acontecer mais tarde.

410 Actualmente designado por Museu Nacional de Arqueologia.

As aras são fruto de achados anteriores, eventualmente provenientes do mesmo local, que a correspondência epistolar entre Martins Sarmento e o Abade Pedrosa documenta de forma inequívoca (LIMA 1940, 181-214). Em carta datada de 11/05/1894 o Abade, entre outras notícias, dá conhecimento do aparecimento dos três monumentos epigráficos.

(…) *D'ahi fui a Guilhabreu, freguezia a 2 kilometos do Castro d'Alvarelhos, ver umas pedras de que me tinhão falado; encontrei uma ara e dous pilares, que apparecem ao lado da ara, e todas ao alto, numa escavação, que fizeram num campo a qua chamão Agra.*
Teem ellas d'alto 0,90m e a ara no corpo das letras 0,40 m de largo, os pilares, que não teem letras, teem de largo em cada uma das quatro faces nas bazes 0,20m, na parte superior são mais estreitos e terminão ambos por uma espécie de capitel com um orifício no centro, são ambos eguaes (…) (LIMA 1940, 206).

Das características de implantação e extensão da necrópole, assim como do tipo de enterramentos nada sabemos, designadamente o número das sepulturas e respectivo mobiliário fúnebre.
Actualmente apenas constam do inventário do Museu Nacional de Arqueologia três peças cerâmicas provenientes da necrópole e as aras anepígrafas encontram-se sem possibilidade de acesso.

Catálogo de materiais

Jarros (1-3)

1. Jarro. Conjunto de fragmentos de fundo, bojo, colo, bordo e asa de fita de secção plano-convexa que não permitem a reconstituição do perfil da peça. Pasta compacta, de cozedura uniforme, com abundantes elementos não-plásticos de calibre médio compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente com abundantes vestígios de fuligem. Cor castanho-clara (n /ilustrada).
Depósito - M.N.A., Inv.º (contentor 881, vol. 10).
Bibliografia - /.

2. Jarro. Conjunto de fragmentos de fundo, bojo, colo, bordo e asa de fita de secção plano-convexa que não permitem a reconstituição do perfil da peça. Pasta pouco compacta e ligeiramente friável mas de cozedura uniforme. Elementos não-plásticos à base de mica e quartzo. Superfície de cor castanha, alisada e medianamente polida com vestígios de fuligem (n/ilustrada).
Depósito - M.N.A., Inv.º (contentor 881, vol. 10).
Bibliografia - /.

3. Jarro. Conjunto de fragmentos de fundo, bojo, colo, bordo e asa de fita de secção plana que não permitem a reconstituição integral da peça. O gargalo pouco estrangulado conserva o vertedouro que apresenta um perfil pouco marcado. Pasta compacta de cozedura homogénea com abundantes elementos não-plásticos de calibre médio. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa, onde afloram os elementos não-plásticos (n/ilustrada).
Depósito - M.N.A., Inv.º (contentor 881, vol. 10).
Bibliografia - /.

Bibl. - LOPO 1905-1908, 289; VASCONCELOS 1905, 381-382, PINTO 1929, 159-164; LIMA 1940, 181-214; BRANCO 1963, 38; ALMEIDA 1969, 23-24; SILVA 1980, 79-90; ALARCÃO 1988, 19; ALMEIDA, P.D.M., s/p;

Ara funerária

Ara funerária recolhida na necrópole da *villa* de Guilhabreu, no ano de 1893[411], encontrando-se actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia.

[411] O ano de aparecimento é referenciado por Mário Cardoso com base nas informações fornecidas pelo Abade Pedrosa a Martins Sarmento (CARDOZO 1947, 228, nota 5).

Ara de granito de grão médio da região constituída por três corpos, sendo o superior moldurado confundindo-se praticamente com o corpo intermédio e base também moldurada. Fuste rectangular sem campo epigráfico definido. Base rectangular, lisa, fragmentada na face e no canto inferior esquerdo. Capitel rectangular, baixo, moldurado com três toros sendo os dois primeiros simétricos e o superior de maior dimensão. Na face superior conserva o fóculo que se encontra ladeado por dois toros danificados na face superior.
Inscrição em letras cursivas, unciais e capitais, bem vincadas, com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, facto que obrigou o *ordinator* a diminuir progressivamente a dimensão da letra e a colocar a última linha, da qual consta a idade do defunto, na base do monumento, assim como a suprimir a fórmula final consacratória.

Dim.: 98 cm X 44 cm; Camp. Epi.: 60 cm X 35 cm

(EX) (castro / castello) U/LIAIN/CA(*rum* ?). LAN / ASUS / MEBDI / (EX) (*castro/castello*) FI(*duenearum* ?) / AN(*norum*) LXX.

Lanasus, filho de Mebdus, do castro dos *Fidueneae* (?), falecido aos 70 anos (aqui está sepultado). Os habitantes do castro dos *Uliaincae* (erigiram este monumento).

Alt. letras *1:* 1: 6; 2: 7; 3: 9; 4: 6,5;
2: 1: 10; 2: 9; 3: 9; 4: 8;
3: 1: 6; 2: 11; 3: 10; 4.5: 9;
4: 1: 6; 2: 6; 3: 5; 4: 6,5;
5: 1: 5,5; 2: 6; 3: 7; 4: 7; 5: 7;
6: 1: 4; 2: 4; 3: 7; 4: 8; 5: 8;
7: 1.2: 4; 3: 8; 4: 6; 5: 6;

Espaços interliniares de cerca de dois centímetros em todos eles à excepção das duas últimas linhas onde o ordenamento aparece alterado.

Epígrafe de leitura extremamente difícil que originou múltiplas interpretações.

Leite de Vasconcelos, o primeiro autor a apontar uma leitura integral, propôs;
Exiu / litin /ca Lanasus / Mebsi / exi fi(*lius*) / (*a*)na(*norum*) LXX .

Hübner, por sua vez, leu a epígrafe da seguinte forma;
(Ex) (*enturia*) U/lia In/ca Lav/asus / Mebsi / (*ex*) (*enturia*) Fa(*bia?*) (*a*)na(*norum LXX*).

Albertos Firmat na primeira leitura propôs;
(Ex) ULIAINCA, Lavasus Mebdi ex) FI … (?)

Na segunda leitura corrige par;
Ex C(*astello*) VLIAINCA … ex C(*astello*) FI … (?)

Armando Coelho propõe;

(EX) (castro / castello) U/LIAIN/CA(*rum* ?). LAN / ASUS / MEBDI / (EX) (*castro/castello*) FI(*duenearum* ?) / AN(*norum*) LXX.

Amílcar Guerra propõe;
Ex) (castello) V/liain/ca Lan/asus Mebdi/ ex) Fi(duenarum ?) / an[norum] LXX

De salientar a referência a duas unidades gentilícias, uma das quais surge como entidade colectiva a erigir o monumento à memória de um indivíduo originário de outra unidade gentilícia alheia aquela realidade sociológica que poderá ser a dos *Fidueneae* (Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira).
Alain Tranoy considera que a estrutura do texto sugere que o defunto *Lavasus* pertenceu a um grupo distinto ao do seu pai, *Mebsus*, facto que justificaria a referência à outra entidade gentilícia, podendo corresponder ao resultado de uma acordo *d´hospitium* entre *Lanasus* e os membros desse grupo (TRANOY 1981, 373).
A onomástica revela-nos o carácter totalmente indígena dos etnónimos e antropónimos. *Lanasus*, pouco frequente, não encontra paralelos regionais, enquanto, *Mebdus* se encontra documentado, em pelo menos dois monumentos do convento bracaraugustano[412].
A sua datação, segundo Armando Coelho, de quem transcrevemos a leitura e interpretação, poderá situar-se no séc. IV, atendendo às características paleográficas e epigráficas do monumento (SILVA 1980, 84).

Bibl. - GUIMARÃES 1901, 68, n.º LVIII; VASCONCELOS 1905, 381-382; 1906, 371-373; *AP*, vol. X, 371-373; FORTES 1908, 209-210; PINTO 1929, 159-164; LIMA 1940, 209; ALMEIDA 1969, 23-24; CARDOZO 1972, 107, n.º 65; FIRMAT 1975, 33; 1977, 22; SILVA 1980, 82-84; 1977, 22; *EE*, VIII, 398, n.º 110; TRANOY 1981, 373; SILVA 1980, 82-84; 1982, 386-389; *Portugália* 1905-1908, 289; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/340; GUERRA 1998, 156.

71. S. Paio , Labruge, Vila do Conde. 13. 16. 13
Castro – Tipo D
Lat. - 41º 21' 15'' N
Long. - 8º 44' 18'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 30m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 109 - Vila do Conde, 1975)

Pequeno castro localizado sobranceiro ao mar que tem construído na acrópole a capela de S. Paio. Assenta directamente num maciço rochoso desenvolvendo uma plataforma superior de planta circular, razoavelmente aplanada. As suas características naturais de defesa são relativamente modestas, exceptuando as que o mar lhe confere na sua face oeste. Do que é hoje possível apreciar, o sistema defensivo ter-se-á resumido à construção de um talude e fosso, de que ainda existem vestígios na face leste. Das intervenções recentes foram exumadas estruturas habitacionais de planta circular e recolhido espólio cerâmico, genericamente atribuível ao séc. I a.C. O material ilustrado por Fernando Lanhas e Pinho Brandão sugere um tipo de economia mista baseada na exploração dos recursos marinhos e na agricultura.
A sua área envolvente é composta por terrenos de aptidão agrícola moderada - Unidade Cartográfica Cu3.1; Unidade Fisiográfica Lgp1; aptidão agrícola moderada (A2).
Os materiais que hoje se recolhem à superfície sugerem uma ocupação que terá por limite meados do séc. I, não se detectando sinais de uma romanização efectiva.
Encontra-se muito destruído e sujeito à forte erosão própria dos espaços situados junto ao mar.

Bibl. - LANHAS; BRANDÃO 1969, 302, 328-336; SILVA 1986, 83, n.º 334; QUEIROGA 1992, 169, n.º 252; ALMEIDA C. A. B. 1992, P.D.M, DINIS 1993, 101.

[412] Botelhas, Vila Real , *CIL* IIS, 5556 e Carquere, Lamego *CIL* IIS, 5580; *ILER* 4139 (SILVA 1980, 84, nota, n.º 20).

72. Igreja, Macieira da Macieira, Vila do Conde 13. 16. 14
Casal – Tipo A
Lat. - 41º 20' 30 '' N
Long. - 8º 39' 50'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 51m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado a leste do adro da igreja paroquial numa pequena plataforma de planta oval, que se destaca na paisagem. Actualmente encontra-se agricultada e parcialmente ocupada com construções. Apesar de escassos, os materiais de superfície recolhidos são compostos por tégulas, cerâmica comum, bem como pedras faceadas provenientes das estruturas.
Os terrenos são conhecidos localmente por Campos do Pereira onde são observáveis vestígios por uma área de sensivelmente 100 por 70 m.
A sua implantação em plena veiga do rio Ave confere-lhe excepcionais condições de implantação e de acesso a uma gama de recursos variados, relacionados com a agricultura e exploração de recursos fluviais.
Integra a Unidade Cartográfica Te10.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgp1 e terrenos de aptidão agrícola elevada (A1).

Bibl. - ALMEIDA C.A.B., 1992 P.D.M., s/p;

73. Modivas de Baixo, Modivas, Vila do Conde. 13. 16. 17
Lápide funerária
Lat. - 41º 17' 43'' N
Long. - 8º 41' 16'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 24 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Estela funerária de granito de grão médio recolhida em casa de Joaquim Azevedo Lemos. Encontra-se hoje depositada no Museu Arqueológico de Vila do Conde.

Formato paralelepipédico, fracturada na face lateral direita e parte inferior, encontrando-se irremediavelmente danificada a última linha, que, provavelmente, continha a fórmula final consacratória. Não possui campo epigráfico delimitado. Caracteres actuários, relativamente bem vincados, de recorte desigual, com inclinação predominante à direita. Paginação deficiente, sem qualquer alinhamento ou eixo de simetria. A inscrição encontra-se em dativo sendo o dedicante omisso.

Dim.: 37 cm x 33 cm x 13/15 cm
Esp. Inter.: 1 cm / 2 cm
Dim.: Letras: 6 cm / 7 cm

D(*is*) M(*anibus*) S(*acrum*) / SEVERO / FLAVI(*i*) F/ILIO AN(*norum*) / XXX S(*ito*) ES (*t*) ....

A Severo, filho de Flávio, de 30 anos. Aqui está sepultado ....

Dim.: Letras. *1:* 1: 6,5; 2: 4,8; 3: 8,3;
2: 1: 6,3; 2: 6,4; 3: 5,5; 4: 6,8; 5: 5,5; 6: 6,5;
3: 1: 6; 2: 6; 3: 5,5; 4: 5; 5: 4,8; 6: 6,5;
4: 1: 5; 2: 5,5; 3: 4,6; 4: 5,5; 5: 4,1: 6: 4,2

5: 1: 4,5; 2: 4,5; 3: 4,5; 4: 6,5; 5: 6; 6: 5

Esp. Inter. 1: 0.8/1; 2: 0.5/1; 3: 0.6; 4: 0.5; 5: 2/3

Bibl. - Inédita. Detectada no decurso dos trabalhos de prospecção arqueológica.

74. Arões, Mosteirô, Vila do Conde. 13. 16. 18
Necrópole
Lat. - 41º 17' 00'' N
Long. - 8º 39' 00'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 80 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

A necrópole foi referenciada pela primeira vez por Agostinho Azevedo, sem que, no entanto, o autor tivesse concretizado a sua exacta localização, nem especificado que tipos de materiais foram recolhidos (AZEVEDO 1939, 108). Posteriormente, foi citada por diversos autores (ALMEIDA 1969, 45; ALMEIDA, s/p; ALMEIDA 1988, fig. 2, n.º 5). Apesar dos esforços desenvolvidos no âmbito dos trabalhos de prospecção arqueológica, não foi possível identificar o local exacto dos achados, assim como o paradeiro do material recolhido.

Bibl. - AZEVEDO 1939, 108; ALMEIDA 1969, 45; ALMEIDA, 1995, s/p; ALMEIDA 1988,115, fig., 2, n.º 5.

75. Mosteirô, Mosteirô, Vila do Conde. 13. 16. 18
Villa – Tipo A
Lat. - 41º 16' 43'' N
Long. - 8º 40' 05'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 40 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., f. 110 - Maia, 1975)

A área de dispersão dos vestígios ocupa uma ampla plataforma que se destaca na paisagem e domina visualmente uma grande área envolvente. O local de maior concentração de materiais localiza-se a sul da igreja paroquial, local onde apareceram vários tijolos, tégulas e fragmentos de mós rotativas recolhidas pelo Sr. Costa Padrão. Actualmente são ainda visíveis inúmeros vestígios de superfície, nomeadamente cerâmica e pedra pertencente às estruturas, acumuladas nas áreas limítrofes dos campos de cultivo e utilizados nos muros de divisão de propriedade. Entre as cerâmicas distinguem-se algumas sigillatas hispânicas e africanas, assim como imitações de sigillatas em *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*.
A estação inscreve-se na Unidade Cartográfica Cd2.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Lxp1 e terrenos de aptidão agrícola moderada A2.
A sua localização corresponde à parte central da maior mancha de terrenos de aptidão agrícola elevada da área em estudo.

Bibl. - ALMEIDA 1969, 37; ALMEIDA 1995, s/p; ALMEIDA 1988, fig. 2, 12.

76. Arões, Mosteiró, Vila do Conde 13. 16. 18
Casal
Lat. - 41º 17' 03'' N
Long. - 8º 39' 05'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 78 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 110 - Maia, 1975)

O aparecimento de materiais cerâmicos de construção à superfície (tégulas, cerâmica comum) a cerca de três quilómetros a nordeste da *villa* de Mosteirô (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 75) na face sul do lugar de Arões, numa área restrita, permitiu identificar uma pequena unidade agrícola que, provavelmente, integraria o *dominium* da respectiva *villa*. Estará, por certo, relacionada com a necrópole referenciada (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 74).
Inscreve-se na Unidade Cartográfica Cd2.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Lxp1 e terrenos de aptidão agrícola moderada (A2).

Bibl. - ALMEIDA 1995, s/p; AZEVEDO 1939, 108.

77. Retorta , Retorta , Vila do Conde 13. 16. 21
Castro – Tipo C
Lat. - 41º 21' 33'' N
Long. - 8º 43' 21'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 40m (C. M. 1. 25 000, S.C.E, fl. 96 - Vila do Conde, 1975)

O castro está implantado sobre num pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave, a curta distância da actual ponte que serve o Itinerário Complementar n.º 1 (IC 1), cuja topografia confere condições naturais defensivas excepcionais, particularmente no lado voltado ao rio onde se desenvolve uma escarpa bastante acentuada. A sua planta tem uma configuração ovalada, com o seu maior eixo no sentido noroeste / sudeste. O sistema defensivo, embora muito danificado, é composto por duas muralhas em pedra e possivelmente um fosso na face sudeste que corresponde ao local de mais fácil acesso.
De realçar os vestígios de romanização, alguns deles já estudados; quatro fragmentos de vidro - 2 taças caneladas (*phiales côteleés*)[413] do séc. I; 1 taça também do séc. I [414] e um copo do séc. IV (ALARCÃO 1963, 197; MOREIRA 1997, 29-30, est. XIV 71-75).
Eugénio de Freitas associa o castro da Retorta com o *Castro Celoria* referido em documentos medievais (FREITAS 1949, 20-21).
Encontra-se actualmente bastante destruído, pois parte tem utilização agrícola permanente que, ao longo dos tempos provocou o revolvimento das camadas arqueológicas. Á superfície recolhe-se abundante material cerâmico de época castreja e romana, assim como são visíveis abundantes vestígios de material de construção.
Insere-se na Unidade Cartográfica Fd2.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica La2 e terrenos de aptidão agrícola elevada.

[413] Este tipo de peças é particularmente abundante no conjunto das formas conhecidas no noroeste Peninsular sendo geralmente designados por taças caneladas ou, na expressão francesa *phiales côtelées*. Corresponde à forma Isings 3 (ISINGS 1957, 17-18, forma 3-b/c/d). A autora subdividiu o tipo em três subtipos; a/b/c; a)com a parede baixa com as nervuras alongadas até à base; b) com a parede profunda e com as nervuras igualmente prolongadas até à base; c) com as nervuras cortadas sobre a parede.
A sua datação prolonga-se pelo séc. I e constitui, sem dúvida, a peça de referência no noroeste em horizontes indígenas da Fase III. Provenientes das áreas intervencionadas em Alvarelhos, que constam do no nosso catálogo, apenas se identificaram três exemplares (6.1.15. *Vidros. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, est. CXCI, 5-7), respectivamente enquadradas na Fase II e III.
São muitos os paralelos conhecidos, no entanto, na área meridional do convento bracaraugustano identifica-se um extenso grupo de taças caneladas; Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO 1984, 186, fig. LXXXIX n.º 9; 203, fig. XCIV, n.º 12), Castro do Monte de Santa Maria, Vila da Feira (ALARCÃO 1971, 31-33, est. II, n.º 17), Castro de Bagunte, Vila do Conde (ALARCÃO 1971, 31-33, est. II n.º 18 e 19), Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim (ALARCÃO 1971, 34, est. II, n.º 21), Citânia de Briteiros, Guimarães (ALARCÃO 1963, 15, est. III n.º 9; 17, est. IV n.º 15; SARMENTO 1905, 11), Joubreira, Guimarães (ALARCÃO 1963, 27-28, est. IV n.º 28), Carvalheiras, Braga (DELGADO; LEMOS 1984, 162, est. IV n.º 17), Citânia de S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988, 222).
[414] Taça soprada em vidro incolor, translúcido, decorada com linhas horizontais gravadas, tipo Isings 12 (ISINGS 1957, 27-29, forma 12), que se enquadra no séc. I-II (MOREIRA 1997, 25-26, est. XV, n.º 72).

Bibl. - SARMENTO 1883-1884; 1993, 165; SEVERO; CARDOSO 1899-1903, 179-180; FREITAS 1949, 20-27; ALARCÃO; ALARCÃO 1963, 197-199; ALMEIDA 1969, 33; SILVA 1986, 83, n.º 325; QUEIROGA 1992, 170, n.º 253; ALMEIDA , 1995, s/p, DINIS 1993, 93 - 94, MOREIRA 1997, 29-30, est. XIV-XV, n.º 70-73.

78. Castro Boi,Vairão, Vila do Conde 13. 16. 26

Castro – Tipo C

Lat. - 41º 19' 21'' N

Long. - 8º 40' 30'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 123 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E, fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado num promontório que se destaca isolado na planície costeira, a sudoeste do mosteiro de São Bento de Vairão. As características topográficas do monte conferem-lhe um sistema de defesa razoável, particularmente na sua face oeste, assim como um amplo campo de visão sobre a várzea marítima. Apresenta reduzidas dimensões e a sua planta, pelo que hoje é possível apreciar, teria uma configuração ovalada, com a plataforma superior aplanada e circundada por uma muralha. Num plano inferior desenvolver-se-ia uma segunda plataforma envolvida por um talude, que ainda se detecta na sua face sudoeste. O sistema defensivo é difícil de caracterizar devido à intensa urbanização que se desenvolve desde o topo do monte até à sua base que transfigurou a sua topografia original.

O local, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em época medieval teria sido ocupado por um castelo que controlaria a via próxima do mar, a foz do Ave e o Convento de Vairão. Como referência da sua importância estratégica, constitui-se o importante acervo documental composto por mais de quarenta diplomas que integram o *Portugaliae Monumeneta Historica* que a ele se referem, variando a sua denominação entre *castellum de bove*; *Castro de Bove* e *Kastro de bove*.

Apesar de amplamente mencionado na bibliografia arqueológica nunca foi alvo de escavações arqueológicas, restando-nos a referência ao aparecimento de *imbrices* e de alicerces de casas redondas de tipo castrejo (ALMEIDA 1969, 34). Encontra-se parcialmente ocupado por construções, sendo residuais os locais em que se podem recolher alguns materiais de superfície, destacando-se alguns fragmentos cerâmicos de características morfológicas atribuíveis à última fase da sua ocupação castreja e abundante material cerâmico romano.

Jorge Alarcão, em recente ensaio sobre os "cantões proto-históricos do Noroeste de Portugal", aventa a possibilidade de este castro se ter inscrito no cantão *Labrencio* e que, o seu "lugar central", o castro Boi, tenha assumido o nome de *castellum Labrensi* (ALARCÃO 200, 48).

Inscreve-se na Unidade Cartográfica Te11.1, que corresponde à Unidade Fisiográfica Qgs1, e terrenos de aptidão agrícola elevada.

Bibl. - SARMENTO 1883, 1884, 165; 1901, 46-47;1993, 165; FERREIRA 1907, 285; 1923, 47; AZEVEDO 1939, 102; FREITAS 1949, 20; ALMEIDA 1969, 34; 1978, 34; SILVA 1986, 83, n.º 333; QUEIROGA 1992, 170, n.º 254; ALMEIDA 1995, s/p; DINIS 1993, 94-95; ALARCÃO 200, 47-49.

P.M.H. - n.º 16, 24, 112, 198, 216, 249, 281, 308, 318, 321, 333, 352, 353, 414, 415, 453, 460, 461, 462, 480, 483, 489, 495, 497, 501, 510, 518, 520, 524, 527, 529, 530, 571, 629, 795, 814, 846, 861, 881, 932.

79. Igreja, Santa Maria de Vilar, Vila do Conde 13. 16. 29

Villa – Tipo A

Lat. - 41º 17' 25'' N

Long. - 8º 40' 07'' W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 55 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E:, fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A sudeste da igreja paroquial de Santa Maria de Vilar identificam-se abundantes vestígios de ocupação romana, designadamente materiais cerâmicos e de construção compostos e, em menor número, fragmentos de sigillata africana. A área de dispersão dos vestígios desenvolve-se numa plataforma elevada, muito ampla e com controlo visual sobre uma extensa área, nomeadamente para sul.
Integra a Unidade Cartográfica Cu3.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Lgp1, em que se desenvolvem terrenos de aptidão agrícola moderada (A2).
Associada à *villa* existiria uma necrópole de que o único vestígio actualmente conhecido é constituído por uma estela funerária que se encontra integrada na face sul da igreja paroquial.

Bibl. - ALMEIDA 1969, 37; ALMEIDA 1995, s/p.

80. Igreja, Santa Maria de Vilar, Vila do Conde 13. 16. 29
Estela funerária
Lat. - 41º 17' 23'' N
Long. - 8º 40' 07'' W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 51 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Estela funerária integrada na parede sul do cunhal da face oeste da entrada da sacristia da igreja paroquial de Santa Maria de Vilar, cuja data de sagração, inscrita no lintel da porta do alçado principal, regista o ano de 1907. A epígrafe encontra-se apenas parcialmente visível, uma vez que o reboco do paramento se sobrepõe parcialmente sobre o monólito. Os elementos decorativos actualmente visíveis – um trisceloe dois sulcos longitudinais –, supostamente localizados no centro da estela, definiriam um campo epigráfico simétrico, hoje parcialmente seccionado, sugerindo que o monumento terá sido parcialmente cortado no momento da sua inclusão na parede da sacristia.
A estela é de granito de grão fino da região, apresenta um formato rectangular com a face superior quadrangular, com arestas arredondadas. A decoração, identificada apenas numa das faces, é composta por um triscelode três braços em baixo relevo, localizada na face superior da estela. No centro, a partir do tríscele, desenvolvem-se longitudinalmente dois sulcos paralelos entre si, gravados em baixo relevo que, se considerados como elementos originais do momento da construção do monumento e não um acrescento posterior, sugerem uma divisão do campo epigráfico do monumento.
A inscrição é ilegível devido ao profundo desgaste da superfície da estela, sendo apenas possível identificar alguns caracteres, já muito pouco marcados, que apenas permitem identificar o tipo de letra como cursiva.
Este elemento funerário integra um conjunto de vestígios que se relacionam com a *villa* identificada no mesmo local (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 79).

Dim.: Comprimento máximo (visível) 1,70 m; Largura máxima ao nível da cabeceira 0,40 m; Espessura ao nível da cabeceira 0,21/0,23 m.

Bibl. - ALMEIDA 1995, s/p.

4.2. O povoamento. Catálogo das estações

Nº Inv.	Lugar	Freguesia	Concelho	Altitude	Classificação	U. Cartográficas	U. Fisiográficas	A. Agrícola	Tipo de Solo	Substrato Geológico
1.	Santa Cruz	Gemunde	Maia	108 m	Castro	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
2.	Forca	Stª Mª de Avioso	Maia	90 m	Necrópole	Te110.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
3.	Monte Faro	Gemunde	Maia	144 m	Castro	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
4.	Quelha Funda	Gueifães	Maia	78 m	Necrópole	Área social	Área social	Área social	Área social	Micaxistos
5.	Pedras Rubras	Moreira	Maia	74 m	Castro	Área social	Área social	Área social	Área social	Micaxistos
6.	Barreiros	Moreira	Maia	70 m	Casal	Área social	Área social	Área social	Área social	Micaxistos
7.	Avioso	Stª M.ª de Avioso	Maia	108 m	Castro	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
9.	Castêlo da Maia	Stª M.ª de Avioso	Maia	115 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
11.	S. Pedro de Fins	S. Pedro de Fins	Maia	145 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Micaxistos
12.	Castro	Vermoim	Maia	105 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
13.	Agra da Portela	Vermoim	Maia	90 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
14.	Agra da Portela	Vermoim	Maia	98 m	Casal	Área social	Àrea social	Área social	Área social	Granito de grão médio
15.	Bicas	V. N. Telha	Maia	60 m	Necrópole	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos
16.	Vila N. da Telha	V. N. Telha	Maia	81 m	Casal	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos
17.	Monte Castro	Lavra	Matosinhos	25 m	Castro	CU3.1	Lgp1	A2 /F1	Cambissolos districos	Ortognaisse
19.	Fontão	Lavra	Matosinhos	13 m	Villa	Área social	Área social	Àrea social	Cambissolos districos	Micaxistos
20.	Recarei	Leça do Balio	Matosinhos	48 m	Castro	Área social	Área social	Área social	Área social	Micaxistos
23.	Montedouro	Perafita	Matosinhos	35 m	Necrópole	Cd4.1	Ltp1	A2/F1	Cambissolos districos	Restos de depósitos
24.	Pampelido	Perafita	Matosinhos	10 m	Necrópole	Cu3.1	Lgp1	A2/F1	Cambissolos humicos	Ortognaisses
27.	Monte Grande	Alvarelhos	Trofa	222 m	Castro */aglomerad*	Ru5.1	Qgo2	A0/F1	Regossolos umbricos	Ortognaisses
30.	Rorigo Velho	Santiago de Bougado	Trofa	35 m	Necrópole	Fd3.1	Qa2	A1/F2	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
31.	Rorigo Velho	Santiago de Bougado	Trofa	35 m	Villa	Cd2.4	Qxp1	A2/F1	Cambissolos districos	"Gauvaques"
32.	Lantemi	Santiago de Bougado	Trofa	70 m	Necrópole	Lu1.1	Lxo2	A0/F3	Leptossolos umbricos	Xistos cinzentos
33.	Maganha	Santiago de Bougado	Trofa	49 m	Necrópole	Fd3.1	Qa2	A1/F1	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
34.	Bairros	Santiago de Bougado	Trofa	25 m	Necrópole	Te5.1	Qxs1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Restos de depósitos
35.	Bairros	Santiago de Bougado	Trofa	26 m	Casal	Fd3.1	Qa2	A1/F2	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
36.	Santa Cruz	Burgães	Santo Tirso	309 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito grão grosseiro
38.	S. Simão	Burgães	Santo Tirso	130 m	Villa	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio
39.	Lugar de Vila	S. M. do Coronado	Trofa	121 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
40.	Monte de Assunção	Monte Córdova	Santo Tirso	350 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio
41.	Morro da Vela	Monte Córdova	Santo Tirso	472 m	Castro	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio
42.	Monte Padrão	Monte Córdova	Santo Tirso	413 m	Castro	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito grão grosseiro
43.	Sobreiral	Monte Córdova	Santo Tirso	420 m	Casal	Ru9.2	Qgs2	A3/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão médio
44.	Aldeia / Outeiro	Guidões	Trofa	84 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse
45.	Cidoi	Guidões	Trofa	111 m	Casal	Lu2.1	Qxs2	A0/F3	Leptossolos umbricos	Micaxistos-gnaisse
46.	Póvoa	Guidões	Trofa	104 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisse

47.	Cerro	Guidões	Trofa	70 m	Casal	Lu2.1	Qxs2	A0/F3	Leptossolos umbricos	Micaxistos
48.	Póvoa /Campelo	Guidões	Trofa	122 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Micaxistos
50.	Vermoim	S. Paio Guimarei	Santo Tirso	182 m	Casal	Te13.2	Qds1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Granito de grão fino
52.	Muro	Muro	Trofa	145 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Micaxistos
54.	Grova	Muro	Trofa	160 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão médio
55.	Pinguelo	Rebordões	Santo Tirso	304 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Granito de grão
56.	Devesa	Santo Tirso	Santo Tirso	61 m	Necrópole	Área social	Área social	Área social	Área social	Granito grão grosseiro
57.	Devesa	Santo Tirso	Santo Tirso	61 m	Villa	Área social	Área social	Área social	Área social	Granito grão grosseiro
58.	Mosteiro	Santo Tirso	Santo Tirso	69 m	Casal	Te5.1	Qxs1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Depósitos fluviais
61.	Dinis	Santa Cristina	Santo Tirso	94 m	Casal	Área social	Área social	Área social	Área social	Granito grão grosseiro
63.	Areias	Azurara	Santo Tirso	9 m	Necrópole	Ah1.1	Lrp2	A0/F3	Leptossolos umbrico	Restos de depósitos
64.	Farilhe	Canidelo	Vila do Conde	160 m	Castro	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
65.	Igreja	Fornelo	Vila do Conde	112 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
66.	Fornelo	Fornelo	Vila do Conde	109 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
67.	Palmazão	Guilhabreu	Vila do Conde	178 m	Casal	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
68.	Guilhabreu	Guilhabreu	Vila do Conde	159 m	Necrópole	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
69.	Vila Boa /Paiço	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Villa	Ru5.1	Qgo2	A0/F2	Regossolos umbricos	Ortognaisses
70.	Vila Boa	Guilhabreu	Vila do Conde	145 m	Necrópole	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
71.	S. Paio	Labruge	Vila do Conde	30 m	Castro	Cu3.1	Lgp1	A2 /F1	Cambissolos humicos	Depósito de dunas fosseis
72.	Igreja	Macieira da Maia	Vila do Conde	51 m	Casal	Te10.1	Qgp1	A1/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
74.	Arões	Mosteiró	Vila do Conde	80 m	Necrópole	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos
75.	Mosteiró	Mosteiró	Vila do Conde	40 m	Villa	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos
76.	Arões	Mosteiró	Vila do Conde	78 m	Casal	Cd2.1	Lxp1	A2/F1	Cambissolos districos	Micaxistos
77.	Retorta	Retorta	Vila do Conde	40 m	Castro	Fd2.1	La2	A1/F2	Fluvissolos districos	Depósitos fluviais
78.	Castro Boi	Vairão	Vila do Conde	123 m	Castro	Te11.1	Qgs1	A2/F1	Antrossolos cumulicos	Ortognaisses
79.	Igreja	Stª Maria de Vilar	Vila do Conde	55 m	Villa	Cu3.1	Lgp1	A2 /F1	Cambissolos Humicos	Ortognaisses

Capítulo V – *O aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos. *Arquitectura, economia e território.*

5. Introdução

A área arqueológica de Alvarelhos encontra-se classificada como Monumento Nacional desde 16 de Julho de 1910 e beneficia de uma Zona Especial de Protecção desde 1976, posteriormente rectificada e ampliada em 1992. Apesar de amplamente mencionada na bibliografia arqueológica, devido a achados fortuitos de materiais nobres, a estação arqueológica nunca tinha sido alvo de uma intervenção arqueológica sistemática, contando apenas, com duas intervenções pontuais, a primeira efectuada por José Fortes[415] no Monte Grande em 1899[416] e outra, realizada por Serpa Pinto em Setembro de 1926, no lugar dos Aidos[417].
A mais antiga referência bibliográfica à estação é da autoria de António do Carmo Velho de Barbosa efectuada em 1852 na "*Memoria Historica do Mosteiro de Leça, chamado do Bailio; Da ordem a que pertenceu, das diferentes alterações, que teve, e dos primitivos povos, que por estes sítios habitaram*", em que no capítulo décimo - *Breve noticia dos povos, que lá em eras muito remotas, habitaram em Leça, e suas imediações, na distancia d'uma legoa, pouco mais, ou menos –*, após um análise da origem toponímica dos diferentes lugares, quando trata o rio Leça, alude à estrada de ligação de Porto a Braga referenciando o marco miliário identificado na Quinta do Paiço e a existência de ruínas nas imediações que interpreta como local de descanso das tropas romanas quando em deslocação para norte vindas do Porto.

(...) tambem me consta, que na quinta do Painço, freguesia de Alvarelhos, existe uma columna romana, achada não sei aonde, e consagrada ao mesmo imperador Hadriano, e de que tenho copia: Tambem me consta, que ahi em monte proximo, se encontram vestigios de casas, ruas, instrumentos bellicos &c., o que mostra, que alli houve povoação talvez romana; e sendo este sitio tres para quatro legoas distante de Calle, discorro, que ahi seria alguma eestação romana, aonde descançariam as tropas, que d'aquella povoação marchavam para Braga; (...) (BARBOZA 1852, 79).

Apesar de fantasista a referência é de extrema importância revelando-nos que em meados do século passado era ainda possível ver parte das estruturas da estação de forma a distinguir e identificar os vestígios das casas e ruas.

---

[415] José Tomás Ribeiro Fortes Júnior desenvolveu uma intensa actividade arqueológica na região norte do país onde intervencionou vários monumentos, nomeadamente o castro de Guifões, Matosinhos (CLETO 1995-96, 12), a *villa* romana do Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim, tendo publicado várias monografias e artigos científicos (FERREIRA; CARDOSO 1999, 126).

[416] O opúsculo de José Fortes (FORTES 1899) constitui uma das principais referências bibliográficas à área arqueológica que nos legou importantes informações sobre os trabalhos realizados. A primeira nota digna de referência relaciona-se com a caracterização e implantação topográfica do castro que, apesar de circunstanciada, revela algumas incoerências de difícil explicação.

[417] O trabalho apresentado Huet Bacelar (GONÇALVES 1984, 122-123) constitui um texto inédito do autor e dá-nos conta da sua intervenção arqueológica no castro luso-romano de Alvarelhos, como o denomina, em Setembro de 1926, no lugar do Aidos, junto à casa de habitação, ainda hoje aí existente. Lamentavelmente, o autor que coligiu os apontamentos do autor da escavação, nunca publicou os apontamentos que serviram de redacção à breve introdução, assim como os elementos relativos à escavação. A título de *post-scriptum* refere apenas que nos apontamentos existe a menção a dois denários imperiais que, posteriormente, foram estudados por Rui Centeno (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27 - Referências Numismáticas).
Para além das referências bibliográficas sobejamente conhecidas de Martins Capela e de Velho Barboza, os elementos de natureza arqueológica referem-se ao aparecimento de materiais na Quinta dos Aidos.
(...) *No quintal da casa de Aidos, atraz citada, desenterraram há anos, ao fazer uma plantação, um fragmento de coluna dórica-romana, mós manuais e uma soleira de porta* (...).
Apesar das suas lacunas e falta de precisão, este texto constitui uma importante fonte de informação para a reconstrução da história da estação arqueológica. O facto de Serpa Pinto a ter intervencionado, ainda que pontualmente, é, de certa forma, revelador da importância do monumento e testemunho de que os inúmeros achados arqueológicos que se produziram ao longo da sua existência, suscitaram o interesse científico dos mais iminentes arqueólogos de então.

Poucos anos depois, Emílio Hübner inicia um conjunto de referências à área arqueológica no seu acervo epigráfico. Em 1871 nas suas *Notícias Archeologicas de Portugal* [418] a propósito da via romana de ligação de Braga ao Porto refere a Quinta do Paiço como local de aparecimento de duas lápides sepulcrais, assim como uma base de pátera de prata, que descreve e efectua a leitura epigráfica (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27, *Referências Epigráficas*). Estabelece ainda a associação entre o topónimo Paiço com *Paço* ou *palacio* como referência popular a ruínas de antigos edifícios.

Merece particular importância a menção ao aparecimento de duas lápides sepulcrais, copiadas por o Sr. Soromenho, de que nunca mais se teve notícia, pois o único testemunho epigráfico de carácter funerário que actualmente se conhece apenas foi descoberto em 1972, dada a conhecer em primeira mão por Carlos Faya Santarém (4.2. *O povoamento. Catálogo* das estações, n.º 27, *Referências Epigráficas*).

Martins Capela (CAPELA 1895, 132-133), na sua obra sobre a viação romana – *Miliários do Conventus Bracaraugustano em Portugal* –, menciona o marco miliário da Quinta do Paiço, efectua a sua leitura e elabora uma caracterização sumária, mas precisa do monumento (4.2. *O povoamento.* Catálogo das estações, n.º 27. Referências epigráficas). Descreve ainda uma moeda "*bronze de Hadriano*", da sua posse que, embora não mencionando explicitamente como proveniente de Alvarelhos, a organização do texto assim o sugere.

Alberto Pimentel, na sua obra monográfica – *Santo Thyrso de Riba D'Ave* – publicada em 1920, tem por base essencialmente o trabalho realizado por José Fortes, no entanto, identificam-se alguns aspectos curiosos apontados pelo autor, nomeadamente a relação que estabelece entre o topónimo Paiço com Paço contrariando algumas opiniões da época. As restantes referências, algumas delas fantasiosas,[419] pouco ou nada acrescentam ao conhecimento que até então se tinha da estação.

Alguns anos mais tarde Serpa Pinto, num breve artigo de divulgação, em que faz uma resenha histórico-arqueológica da região do Porto, a propósito da exploração arqueológica efectuada por Mendes Correia na necrópole romana em Parada de Todeia, Cette, menciona, a título comparativo a cronologia das necrópoles de Guilhabreu, Alvarelhos e S. Cristóvão do Muro (PINTO 1927, 24-25), não concretizando, no entanto, a localização de nenhuma delas.

Nos finais da década de 30, Agostinho Azevedo, publica a sua obra monográfica sobre a "Terra da Maia", que se viria a revelar-se uma obra de referência e consulta obrigatória para o estudo da ocupação do território, constituindo uma fonte de informação importante para a história de Alvarelhos, ainda que algumas das referências à estação sejam incorrectas, designadamente a interpretação de algumas estruturas. No XVI capítulo, que tem por título *Antiguidades*, faz um inventário exaustivo sobre os vestígios arqueológicos da área geográfica da "Terra da Maia". No subtítulo, *Cividades e Castros*, descreve e documenta com algum pormenor a estação arqueológica, que então designa por *Cividade de Alvarelhos.*

(...) Havia a cividade de Alvarelhos (Alvarelius) que nos documentos antigos aparece também com a designação de Castro. José Fortes publicou um folheto sobre ela, intitulado Estação Arqueológica de Alvarelhos, luso-romana.

Estava situada no Monte de S. Marçal, que é um dos contrafortes da Serra de Santa Eufémia, a sudoeste do vale de Alvarelhos.

---

[418] HÜBNER 1881.

[419] Particularmente curiosa é a menção a Santa Eufémia, local de culto próximo de Alvarelhos que, na opinião do autor, encontra grande contraste entre vida austera da Santa com a romaria que ai se realiza, onde (...) *é tradicional o costume de usar-se uma grande liberdade de linguage*... (...). Assim, para o autor, Santa Eufémia é interpretada como uma das nove filhas de Caio Atílio, que, no segundo século da nossa era, era régulo da cidade de Braga e cônsul da Maya, tendo sido martirizada na cidade de Obobriga, que ficava próxima do Gerez, no local que se chama Rio Caldo.

Esta interpretação pertence às fábulas urdidas sobre os falsos cronicões, na realidade a virgem mártir a que se refere o culto prestado no nosso país, é originária de Calcedónia tendo sido condenada em 307 por Galério. As suas relíquias, posteriormente trasladadas para Santa Sofia de Constantinopla, eram objecto de grande veneração até à chegada dos turcos em 1453.

Ainda se distingue o tecido da muralha cintada na aresta exterior do planalto, feito por blocos irregulares de granito, para defesa militar do castro, não havendo fôsso, como é normal. Lá apareceram moedas de prata com a legenda de César Augusto e um pequeno bronze com a de Constantino, e perto moedas romanas, pedaços de telhas, mós, fragmentos de cerâmica, seixos rolados, etc. (...) (AZEVEDO 1939, 101).

Apesar de algumas incorrecções, como a localização da estação arqueológica no Monte de S. Marçal, que na realidade corresponde apenas a uma pequena parte da estação, o autor fornece algumas informações interessantes, como, por exemplo, a referência à existência de uma muralha e ao aparecimento de alguns materiais arqueológicos. Termina o seu pequeno estudo com a alusão aos documentos inscritos no P.M.H., que lhe fazem menção.

Neste mesmo ano, no mês de Maio, descobrir-se-ia, acidentalmente, a necrópole de Rorigo Velho em Santiago de Bougado, concelho da Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30), tendo sido conduzida a intervenção arqueológica por Mendes Correia e António Cruz. Este último publicaria um artigo intitulado – "*A necrópole Luso – Romana do Rorigo Velho, Santiago de Bougado*" (CRUZ 1940, 214-267), no qual, para além de descrever detalhadamente as características da necrópole e seu espólio, faz referência aos achados arqueológicos da área envolvente, nomeadamente as necrópoles de Guilhabreu, Vila do Conde (4.2. *O povoamento.* Catálogo das estações, n.º 70), S. Cristóvão do Muro, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 52) e de Alvarelhos, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27). Na mesma perspectiva de enquadramento, quanto se refere à via de ligação entre o Porto e Braga, menciona os marcos miliários conhecidos na área geográfica de entre Leça e Ave.

5.1. A intervenção arqueológica
Metodologia e critérios de apresentação

O estudo e salvaguarda da estação arqueológica teve inicio em 1990 com a apresentação de um projecto de investigação científica ao então I.P.P.C., e com a realização das primeiras intervenções arqueológicas. Avaliadas as possibilidades científicas e patrimoniais da estação e assumido o projecto pelo município de Santo Tirso tem início o processo administrativo de aquisição de terrenos e implementação de um conjunto de acções com vista ao estudo, salvaguarda e valorização da área arqueológica de Alvarelhos.

A singularidade da imóvel no panorama da arqueologia do noroeste português fica a dever-se à prolongada ocupação que regista, à dimensão espacial que ocupa no marco temporal a que se reporta o presente trabalho e ao bom estado de conservação que revela, nomeadamente na integridade das estratigrafias que permitiu uma abordagem de carácter monográfico.

Com a implementação do projecto pretendeu-se, em última análise, responder a questões genéricas que permitissem contribuir para a compreensão da ocupação humana e a sua evolução na proto-história e época romana num espaço concreto. Os pontos de reflexão que a implementação do estudo teve por fim responder foram; Quais as características determinantes da área circundante à estação arqueológica que permitiram uma ocupação tão prolongada? Como se articula a relação "sítio" e a região envolvente?; Que papel desempenhava no espaço geográfico envolvente em cada uma das etapas culturais?; Verificam-se na área envolvente os mesmos critérios de ocupação, evolução e abandono?; Qual o ordenamento hierárquico dos diferentes assentamentos na área em estudo nas diferentes etapas culturais e cronológicas?; Quais as motivações de ordem económico-social e/ou política que condicionaram o seu surgimento, evolução e abandono?

Foi neste sentido que surgiu o projecto que teve como objectivo desenvolver um estudo exaustivo e sistemático privilegiando uma perspectiva analítica diacrónica da ocupação da estação, articulando os resultados do estudo de materiais e crono-estratigráficos com dados provenientes de outras estações.
A partir da elaboração de um perfil crono-estratigráfico tipo, com materiais cultural, cronológica e estratigraficamente posicionados procurou-se efectuar um estudo regional articulado, tendo como principal objectivo apreender eventuais diacronias e testar as cronologias já estabelecidas, assim como identificar as cambiantes culturais expressas na ergologia.
Em resumo, pretendeu-se desenvolver um estudo integrado do espaço, partindo de um "ponto-chave", integrando-o no espaço geográfico, morfológico, cultural e político que o envolve.
No que respeita à intervenção arqueológica, atendendo às características da estação em estudo, o enfoque privilegiou quatro aspectos fundamentais; Cronologia e estratigrafia – redobrou-se a atenção às fases transitórias de cada uma das etapas culturais, nomeadamente do Bronze Final à Cultura Castreja, desta à Romanização e, por sua vez, desta à Idade Média. Procurou-se também documentar hiatos cronológicos e alternâncias de ritmos de crescimento e transformação nas etapas culturais em análise, enquadrando os resultados num âmbito histórico e geográfico mais amplo; Cultura material – entendida como reflexo das diferentes actividades artesanais e proto-industriais que directamente reflectem uma vivência socio-económica e cultural foi abordada numa perspectiva antropológica estabelecendo, sempre que possível, uma relação de forma / função, com o intuito de apreender as alterações socio-económicas das diferentes etapas culturais, assim como numa perspectiva tipológica que, por conexão, permita verificar a existência de diferentes *fácies* originados por soluções locais ou regionais, ou provenientes de áreas de influência exteriores. A abordagem seguida, com algumas adaptações é semelhante ao desenvolvido por Randsborg (RANDSBORG 1985, 413-532). Interpretação funcional dos espaços habitacionais e públicos – a análise assume quatro níveis distintos. O micro espaço (habitação), o meso espaço (povoado), e o espaço regional (território), e o macro – espaço (área cultural / circunscrição administrativa); Interpretação geográfica – abordagem ao sistema da evolução da paisagem, tendo em perspectiva um estudo diacrónico, procurando identificar aspectos de continuidade / descontinuidade de forma a estabelecer as unidades físicas fundamentais que constituíram a resposta a necessidades e imperativos de ordem sócio-económica, estratégica e política supostamente distintas nas diferentes fases culturais.

A intervenção arqueológica ao nível da escavação decorreu entre 1991 e 1998, tendo sido realizadas no total 11 campanhas de escavação das quais resultou uma área intervencionada de 1980 m^2.
As intervenções desenvolveram-se em duas zonas distintas que acompanharam o desenrolar das diligências efectuadas para a aquisição de terrenos e a sua disponibilidade para a realização de escavações, não reflectindo nas três primeiras campanhas um critério científico, mas sim a disponibilidade do momento. A partir de 1995, com a aquisição de parte do terreno da plataforma intermédia da estação arqueológica, localizada entre o Monte Grande e o Monte de S. Marçal, designadamente de uma parcela de 4 000 m^2 identificada como "Bouça da Suvidade" e, em 1996, de um outro, contíguo ao anterior, com uma área de 20 000 m^2, desenvolve-se uma intervenção programada em que a selecção das áreas a intervencionar passou a obedecer a critérios mais objectivos.
Assim, em 1992, 93 e 94 desenvolveram-se escavações na área sobranceira ao alto de S. Marçal, no interior da Quinta Paiço, tendo sido intervencionadas respectivamente a *Domus do Tesouro*, a *Domus da Colher de Prata* e parte da *Domus da Lucerna Cristã*. O critério de implantação da escavação de 1992 (*Domus do Tesouro*), definiu-se pela observação de uma conjunto de alinhamentos à superfície e pela existência de abundante material cerâmico de construção. Os resultados da intervenção, particularmente a identificação de um arruamento empedrado, que sugeria ser um dos principais eixos da estrutura do

povoado norteou a implantação da quadrícula para a intervenção das *Domus da Colher de Prata* e *Lucerna Cristã*. A escavação da plataforma intermédia, após a identificação da *Domus da Lucerna do Cavalo* e da *Praça*, teve como objectivo identificar integralmente a *Praça* e o complexo de estruturas que lhe estavam directamente associadas, procurando-se definir um registo estratigráfico que permitisse ter uma visão diacrónica da ocupação do povoado.
O método de escavação utilizado foi o de escavação em área, articulado em quadrados de 4m x 4m mantendo-se, para efeitos de referenciação, a quadrícula estabelecida de 2m x 2m. O processo de escavação decorreu através de uma decapagem horizontal seguindo os estratos naturais.
Os materiais comuns foram posicionados de forma convencional, considerando-se para o efeito a sua camada e quadrado de origem. Os materiais de maior significado cronológico e ou cultural como, por exemplo, objectos metálicos, moedas, vidros e cerâmicas de importação foram posicionados tridimensionalmente, com referencia a uma coordenada, uma abcissa e uma referência altimétrica, conservando-se, contudo, a referencia à camada e quadrado de origem.
A interpretação sequencial das camadas foi efectuada com o apoio de 31 cortes estratigráficos e na leitura dos planos desenhados para cada um dos complexos.

Para efeito de estudo e apresentação da realidade estrutural intervencionada optamos por identificar os diferentes espaços em função da sua utilização, para seguidamente individualizarmos cada um dos edifícios conferindo-lhe uma denominação resultante de um achado de maior significado. Assim teremos;
I - Ocupação pré-romana: *a)* Casa/*Estrutura* I a VII;
II - A ocupação romana: a) Área Habitacional Sudoeste - *Domus do Grafito b)* Espaço Religioso e Complexo Artesanal – *Domus do Complexo Artesanal; c)* Área Habitacional Norte - *Domus da Lucerna do Golfinho; Domus Norte; d)* Área Pública - *Praça e)* Área Habitacional Sudeste - *Domus da Lucerna do Cavalo; Domus da Lucerna Cristã; Domus da Colher de Prata, Domus do Tesouro*.
III - A ocupação medieval a) Espaço Religioso e Complexo Artesanal - *Igreja e necrópole*.

5. 2. Caracterização geomorfológica e topográfica

A estação arqueológica localiza-se na bacia hidrográfica do rio Ave, na sua margem esquerda, no extremo sudoeste do concelho da Trofa, freguesia de Alvarelhos, distrito do Porto.
As coordenadas geográficas do ponto central da estação, segundo a folha 97 da Carta Militar 1: 25 000, dos Serviços Cartográficos do Exercito são as seguintes; 41º 18' 21'' N; 8º 37' 12'' W (Greenwich).
Encontra-se implantada num dos contrafortes transversais de elevação intermédia da franja leste da serra de Santa Eufémia que se desenvolve numa orientação sul / norte e divide a fachada atlântica dos férteis terrenos do vale da Ribeira da Aldeia.
A extensa plataforma onde se encontra implantada desenvolve-se em declive moderado para o vale interior da Ribeira da Aldeia, afluente da margem esquerda do rio Ave.
O substrato rochoso é granítico, embora a estação se localize próximo de uma zona de contactos com xistos grauvaques onde é frequente o aparecimento de quartzitos e rochas ftaníticas.
A sua topografia revela um pendor com orientação oeste / leste atenuada por duas elevações que contrariam o desnível natural em direcção ao vale. A primeira, denominada localmente por Monte Grande, desenvolve uma planta circular com uma cota máxima de 222 m, formando uma plataforma superior relativamente plana, mas pouco extensa. As suas faces sul, norte e leste têm um pendor mais marcado definindo uma linha, hoje ocupada por um caminho a que provavelmente corresponderá a sua única linha

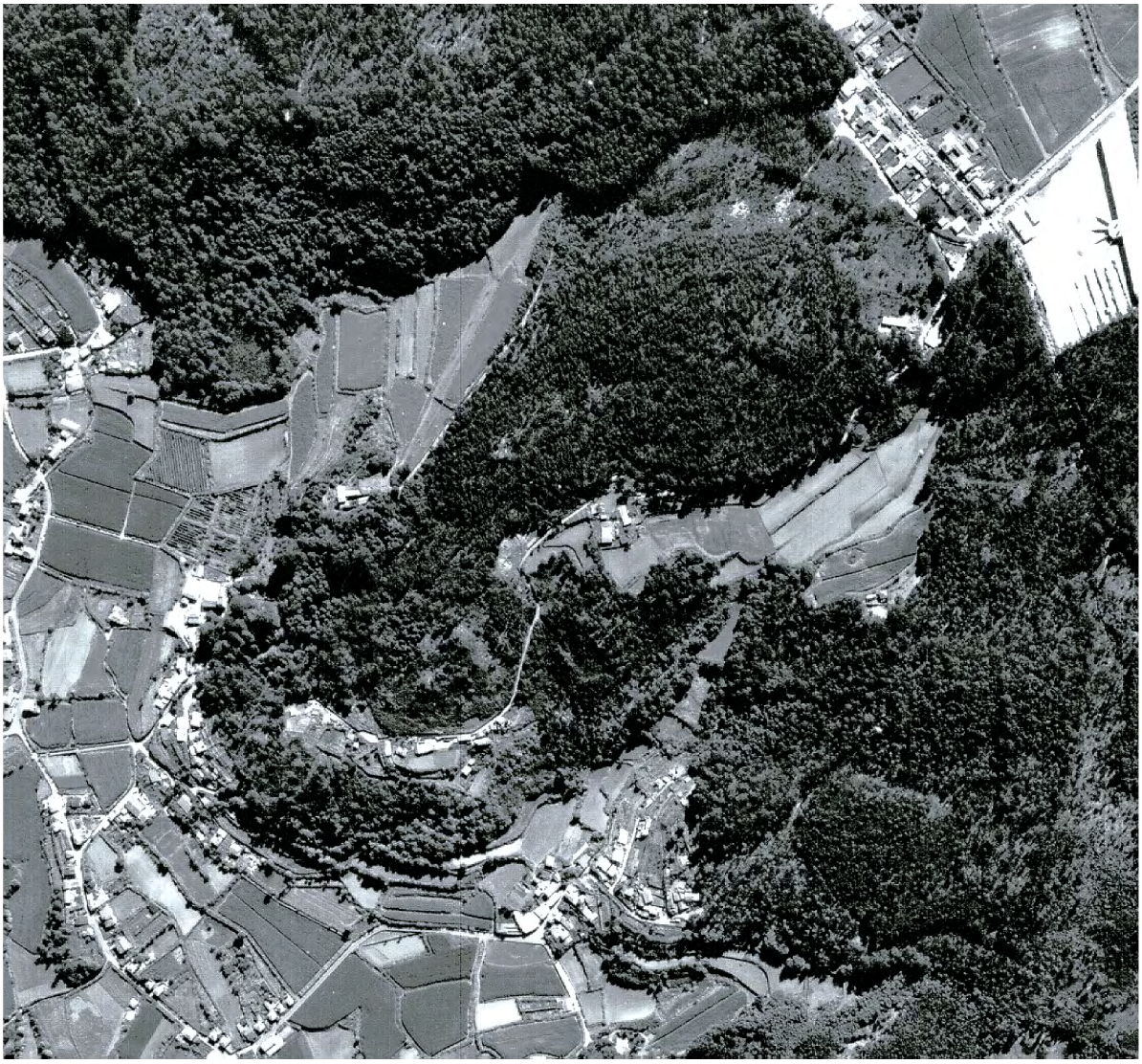
defensiva. A sua face nordeste possui uma vertente mais suave formando uma plataforma para o interior do maciço montanhoso que, neste local, revela características semi-planálticas.

A segunda elevação, denominada por S. Marçal, frequentemente identificada como topónimo do castro encontra-se na face sudeste da estação arqueológica. Possui uma configuração cónica com vertentes íngremes, significativamente alteradas por um caminho que as circunda até ao topo. Na pequena plataforma superior, aplanada artificialmente, encontra-se implantada uma pequena capela dedicada a S. Marçal, hoje completamente destruída.

A parte intermédia que medeia entre as duas elevações forma uma plataforma bastante extensa com orientação sudoeste / nordeste, com uma ligeira projecção para norte, sendo definida nos seus extremos por duas linhas de água que delimitam a estação nas faces nordeste e sudeste respectivamente, desenhando topograficamente a planta alongada da estação. Genericamente, forma uma planta de desenvolvimento longitudinal de perfil irregular, marcada por pendores vincados em todas as suas faces à excepção do lado noroeste.

Os terrenos em que se encontra implantada são hoje ocupados parcialmente por vegetação arbórea, terrenos agrícolas dispersos pelos vários núcleos habitacionais existentes no interior da estação, nomeadamente em Monte Grande, Sá; Sobre – Sá, Quinta do Paiço e Quinta dos Aidos e área construída.

Em tempos mais recuados, para além das agressões físicas e alterações topográficas que sofreu com a construção de habitações e criação de plataformas artificiais em socalcos para a prática da agricultura, foi também alvo de exploração esporádica de pedra, provavelmente para a construção de habitações, que deram origem a seis pedreiras que, apesar da sua pequena dimensão, destruíram algumas ruínas e respectivas estratigrafias associadas.



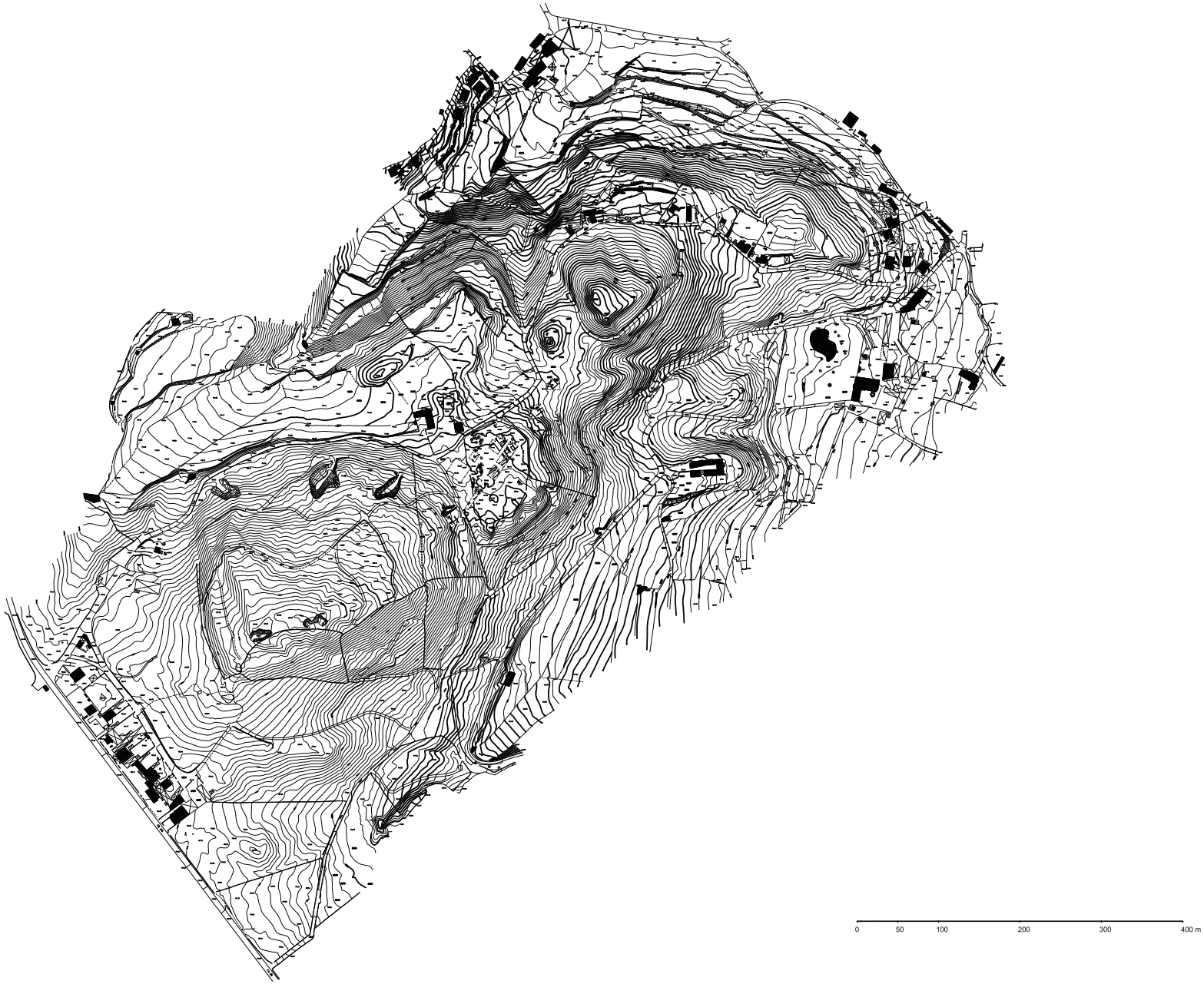
Vista aérea da Área Arqueológica de Alvarelhos (orientação Nordeste / Sudoeste).

Vista aérea parcial da face Sudeste da Área Arqueológica de Alvarelhos, no lugar de Sobre-Sá.

Vista aérea parcial do vale da Ribeira da Aldeia, para jusante da Área Arqueológica de Alvarelhos.

Vista aérea da plataforma superior da Área Arqueológica do Monte do Padrão, Santo Tirso.

Vista aérea da plataforma superior da Área Arqueológica do Monte do Padrão, Santo Tirso.



Topografia / Fotografia / Planimetria - Levantamento topográfico da Área Arqueológica de Alvarelhos | Estampa XXXIV

5.3. Fases de ocupação

De acordo com os resultados das intervenções realizadas foi definida uma cronologia das diferentes fases de ocupação da estação. Neste sentido, apresentamos uma proposta que identifica cada uma das fases estratigraficamente registada que servirá como referência para a descrição e caracterização da realidade crono-estratigráfica da estação nos diferentes momentos de ocupação, e classificação cronológica dos materiais arqueológicos e momentos construtivos dos edifícios intervencionados[420].

Fases de ocupação / Cronologia geral

Fase I	(Bronze Final) _ _ _ 900/700 a. C. | 500 a. C. (início da fase II da cultura castreja)
Fase II	138/136 a.C. (campanha de *Decimus Iunis Brutus*) | 14/54 (reinados de Tibério/Cláudio)
Fase II b	(reinados de Tibério/Cláudio) 14/54 | 69 (Vespasiano / atribuição do *ius latii* à Península)
Fase III	69/74 (atribuição do *ius latii* à Península por Vespasiano) | 284/288 (criação da província da Galécia por Diocleciano)
Fase IV	284/288 (criação da província da Galécia por Dioclesiana) | 409/411 (fixação de Vândalos e Suevos na Galécia)
Fase V	409/411 (fixação de Vândalos e Suevos na Galécia) | 455/459 (guerra civil entre Suevos e Visigodos. Queda do reino Suevo)
Fase VI	séc. IX/X (início da reconquista /*Incastellamento*) | séc. XII/XIII (abandono do castelo / construção da igreja e cemitério paroquial)
Fase VII	séc. XII/XIII (construção da greja e cemitério paroquial) | séc. XVI/ inicio do sé. XVII (abandono da igreja e cemitério paroquial)

As áreas intervencionadas reportam-se aos espaços identificados nas plataformas intermédia e inferior, assumindo cada uma das realidades construídas uma designação individual de acordo com a sua natureza, características arquitectónicas e, no caso dos edifícios privados de época romana, a referência a um objecto diferenciado do espólio exumado.
Algumas das estruturas registaram uma ocupação que se manteve ao longo das várias fases evidenciando uma longa cronologia que não reflecte uma sequência rígida e sequencial das fases cronológicas.

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	●	---	---	---	---	---	---
Casa II	●	---	---	---	---	---	---
Casa III	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura/Casa III	●	●	---	---	---	---	---
Casa IV	●	●	---	---	---	---	---
Casa V	●	●	---	---	---	---	---
Casa VI	●	●	---	---	---	---	---
Casa VII	●	●	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	●	●	●	●	---	---
Decumano	---	●	●	●	●	---	---
Cardo oeste	---	●	●	●	●	---	---
Cardo leste	---	●	●	●	●	---	---
Arruamento "privado"	---	●	●	●	●	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	●	●	---	---	---	---

[420] Excluímos os vestígios arqueológicos documentados no perímetro da estação cuja cronologia e natureza não se enquadra nos parâmetros definidos neste estudo. Referimo-nos em concreto a um túmulo megalítico que se localiza na face sudeste da estação, no sopé da elevação denominada por Monte Grande (MOREIRA 1991, 27, est. I; JORGE 1982, 768, 790, 794). Trata-se de uma mamoa de planta circular, com cerca de 36 m de diâmetro, com cratera de violação, onde são visíveis dois esteios mas cuja estrutura interna se desconhece. São vários os materiais cerâmicos e líticos recolhidos no local que se encontram hoje em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, no Museu do Instituto de Antropologia e na Câmara Municipal de Vila do Conde (Gabinete de Arqueologia). Entre os materiais cerâmicos merecem destaque um vaso hemisférico liso e grupo de fragmentos decorados com técnicas de puncionamento arrastado que Susana Oliveira Jorge enquadra nas organizações temáticas III a e VI (JORGE 1986, 821). Os materiais líticos encontram-se representados por um machado polido de recorte subtriangular, alongado e secção subelíptica.

Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Complexo Artesanal	---	●	●	●	●	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	●	●	●	●	---	---
Domus Norte	---	---	●	●	●	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	●	●	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	●	●	●	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	●	●	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	●	●	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	●

Fase I – 900/700 a.C. – 500 a.C.

Corresponde à etapa do Bronze Final do norte de Portugal, cuja periodização tem vindo a ser definida entre 900/700 – 500 a.C., e identificada como a Fase I da cultura castreja (MARTINS; JORGE 1992, 356)[421].
A intensa actividade arqueológica desenvolvida no âmbito desta cultura nas duas últimas décadas no norte de Portugal e na Galiza tem permitido definir com rigor o seu âmbito cronológico, assim como as suas diferentes etapas evolutivas e ergologia correspondente.
Em termos genéricos, ao nível do povoamento caracteriza-se pelo surgimento de uma nova estratégia de organização do território, cuja novas fundações utilizam promontórios de topografia favorável com defesas naturais e pela manutenção de povoados abertos característicos da primeira fase que, segundo alguns autores, permite definir hierarquias entre os povoados, podendo determinadas características corresponder a funções específicas de alguns deles no controle e produção metálica e na redistribuição de produtos de consumo (MARTINS; JORGE 1992, 356).

Enquadramento regional

Amplamente documentada na bacia hidrográfica do Ave, a Fase I revela uma alta densidade de povoados com características topográficas e de implantações muito heterogéneas, cujo enquadramento em paralelo com um alargado número de vestígios dispersos, eventualmente, conotados com outros povoados na sua periferia, ainda não identificados, permite uma visão abrangente do quadro de povoamento. No âmbito geográfico do nosso estudo, além do castro de Alvarelhos, regista-se ocupação relativa à Fase I, no castro de Monte Padrão (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42), e no povoado Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães, Maia. Este último constitui o único tipo de povoado aberto conhecido na região e compreende uma realidade arqueológica mais abrangente, composta por três monumentos megalíticos e um núcleo de arte rupestre, de que o painel mais conhecido é a *Pedra de Ardegães*. O sítio arqueológico desenvolve-se por aproximadamente 3 ha. Encontra-se implantado numa vertente de meia encosta orientada a nascente, de declive suave, cuja hipsometria varia entre os 101 m e os 120 m. O local foi alvo de várias intervenções encontrando-se já referenciado na bibliografia arqueológica, contudo, recentes descobertas arqueológicas reflectem uma noção mais precisa do horizonte cronológico-cultural, assim como as dimensões e características do povoado (JÚNIOR 1940, 357; 1963, 119-120; TWOHIG 1981, 49-55). Os achados dispersos conotados com este momento cronológico, eventualmente relacionados com outros povoados, ainda não

[421] As autoras relacionam esta segunda etapa com o aparecimento de um novo tipo de *habitat*, em altura dotados de sistemas defensivos naturais, que é acompanhado por um incremento da produção metalúrgica e de sinais de contactos com a cultura tartéssica (MOTES 2000, 223), e com a Meseta Norte. Do ponto de vista da ergologia regista-se uma maior quantidade e diversidade de instrumentos metálicos e de ourivesaria. A cerâmica, para além das produções locais e supra regionais, regista frequentemente cerâmicas brunidas, lisas ou decoradas com motivos tipo "Baiões" ou tipo "Cogotas I" (MARTINS; JORGE 1992, 356).

detectados, para além do machado de duplo anel, proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o castro de Alvarelhos, regista-se o "depósito de fundidor" identificado no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 36 exemplares de machados de talão de dupla face e duplo anel (LIMA 1940; SILVA 1986, Gráfico 4; MOREIRA 2007, 29) cuja localização não permite relacioná-lo com nenhum povoado conhecido na região. Outro achado isolado documentado na região, hoje em depósito no MMAP, do qual também se desconhece o contexto arqueológico é proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso. Consiste num machado de talão de duplo anel (MOREIRA 2007, 53, n.º 33). Identifica-se ainda um machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039) de proveniência incerta, amplamente referenciado na bibliografia (CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56), enquadrado na tipologia de Monteagudo como *Tipo 41 C Santo Tirso*. Por último, provavelmente relacionado com o castro do Padrão, Santo Tirso, referira-se a identificação de um machado plano, em bronze, recolhido em Monte Córdova, que esteve depositado no Museu de Etnologia do Porto, cujo paradeiro actualmente se desconhece (REY, 1998, 89, n.º 102)[422].

A Fase I de Alvarelhos desenvolve-se até ao período definido como a Fase II da cultura castreja (500 a.C. | 138/136 a.C.), cujas principais características se definem a partir de influências centro europeias, post-hallstáticas, influências meridionais, designadamente através do comércio púnico e grego, documentado através de cerâmicas gregas e pré-campanienses (SILVA 1986, 37)[423].

Elementos estratigráficos e estruturais

Os materiais identificados não se encontram documentados estratigraficamente nas áreas intervencionadas, contudo, os materiais cerâmicos e líticos recolhidos permitem, por conexão com realidades arqueológicas próximas, devidamente estratigrafadas, enquadrar cronologicamente os materiais[424].

Sobre a organização do povoado pouco se sabe, uma vez que não foram intervencionados estratos arqueológicos relacionáveis com esta fase, contudo, se atendermos ao padrão de selecção dos locais de implantação dos povoados na bacia média e final do Ave[425] constata-se que a importância estratégica do local, assim como o controle visual das vias naturais de comunicação, desempenharam um papel determinante. Neste sentido, é possível que a ocupação se restringisse à acrópole da principal elevação – Monte Grande –, que, apesar da sua reduzida cota de implantação (222 m), apresenta algumas condições defensivas, naturalmente reforçada por afloramentos graníticos que existem na plataforma superior, assim

[422] Segundo a descrição de Comendador Rey (REY 1998, 89, n.º 102), que tem por base o trabalho de Monteagudo e Mário Cardozo (CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, n.º 66), trata-se de um machado plano de perfil trapezoidal, de talão truncado e lados rectos. Segundo o desenho a secção apresenta-se sub-rectangular com talão pontiagudo e lâmina triangular, de gume simétrico de recorte convexo, com as arestas levemente projectadas para além do desenvolvimento das faces laterais, apresentando uma ligeira curvatura para o interior. As dimensões apresentadas são; Comprimento máximo 90 mm; Largura máxima 43 mm; Espessura máxima 10 mm.

[423] Na área em estudo apenas se identifica no castro do Padrão a partir da cultura material associada ás primeiras estruturas habitacionais pétreas, intervencionadas na face nordeste da plataforma superior, nomeadamente a casas VI e VII e uma outra estrutura que, eventualmente, corresponderá à primeira estrutura defensiva (MOREIRA 1991, 5, corte estratigráfico este A - A', camada 4; 2005, 15; 2007, 25). As cerâmicas indígenas caracterizam-se por um forte arcaísmo e simplicidade nas formas e técnicas de fabrico.

[424] Os materiais foram recolhidos em 1985 no decurso de uma intervenção de emergência realizada no lugar da Quinta dos Aidos e encontram-se hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso. São ainda conhecidas referências a outros materiais de superfície recolhidos por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, designadamente uma taça carenada (DINIS 1997-98, nota 94, est. LI, 2.2).

[425] Na bacia média e final do rio Ave identificam-se seis povoados nos quais se documenta a ocupação da Fase I; castro da Falperra, Braga, castro de S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1990, 119), Alto do Crasto, Braga; castro de Monte Padrão, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo da estações*, n.º 42) Cividade de Terroso, Vila do Conde (SILVA 1986, 121), castro de Alvarelhos, Trofa (4.2. *O povoamento. Catálogo da estações*, n.º 27) e castro de Penices, Vila Nova de Famalicão (QUEIROGA 1992, 90). Resultados de prospecções recentes apontam como provável uma ocupação para esta fase inúmeros outros castros – Castro das Lages, Braga; Monte Vasconcelos, Braga; Monte da Forca, Guimarães; Monte do Facho, Vila Nova de Famalicão (DINIS 1993, 117-118), sendo ainda admissível considerar uma ocupação efectiva nos castros de Sabroso, Guimarães e no castro do Monte da Soledade, Vila do Conde.

como propicia um controle visual assinalável sobre a área envolvente, em particular na face oeste, em que domina visualmente toda a faixa costeira, desde Labruge a Vila do Conde.

Cultura material

Entre o espólio cerâmico destacam-se dois fragmentos que formam um perfil completo de uma taça carenada de fundo umbilical (MARTINS 1990, 128, forma 5), vários fragmentos de produção manual com decoração tipo Baiões e um amplo repertório de instrumentos líticos. Referira-se ainda o aparecimento de um machado de talão e dupla aselha, recolhido nas suas imediações, no lugar de Palmazão, Vila do Conde, que poderá estar directamente ligado à ocupação do Bronze Final deste povoado[426].

As taças carenadas formam um tipo de recipiente com características morfológicas muito características encontrando-se amplamente documentadas em povoados no norte de Portugal que registam ocupação neste quadrante cronológico. São produções com um acabamento muito cuidado, com superfícies externas alisadas e brunidas, constituídas por pastas relativamente bem depuradas com escassos elementos não-plásticos de pequeno calibre. Morfologicamente apresentam a parede em calote com carena média alta, bem vincada, bordo vertical ou levemente esvasado com lábio arredondado. Os fundos podem ser umbilicais ou rasos. As suas dimensões ostentam variações significativas. As variabilidades morfológicas conduziram a uma subdivisão tipológica a que não corresponde uma diferenciação cronológica[427]. A sua cronologia, definida para o castro de S. Julião, Coto da Pena e Castro de Barbudo no séc. X/IX a.C., com base em datações por C14, (MARTINS 1990, 131), em certa medida contraria as cronologias anteriormente propostas (SILVA 1986, 119-120), que relacionava este tipo de produções com a expansão de elementos culturais dos "Campos de Urnas" no centro da Espanha e sul de Portugal.

Os nossos dois exemplares integram a forma 5 A da tipologia proposta por Manuela Martins. Trata-se de duas taças de dimensões médias com parede em calote e carena intermédia bem vincada. O bordo é curto, de desenvolvimento vertical e apresenta uma ligeira curvatura intermédia conferindo à parede um perfil ligeiramente côncavo. O lábio adelgaçado apresenta um perfil arredondado. O fundo em ambos os casos é umbilical. As pastas apresentam uma coloração castanho-clara, de cozedura homogénea, relativamente bem depuradas, com baixa concentração de elementos não-plásticos, constituídos essencialmente por grãos de quartzo de pequeno calibre. As superfícies são espatuladas e bem brunidas com acabamento cuidado.

Os achados líticos em pedra polida e sílex são particularmente abundantes, atendendo ao facto de não se ter intervencionado nenhuma área habitacional correspondente a esta fase, demonstrando, uma vez mais, a perenidade das tradições artesanais anteriores e, simultaneamente, a reduzida expressão de instrumentos metálicos.

Entre os materiais líticos polidos destaca-se um conjunto de dez machados e três lâminas de sílex, sendo uma delas retocada, um fragmento de lasca de dorso preparado e um raspador duplo com gume lateral em *coche*.

---

[426] O machado de bronze foi recolhido num campo agrícola no mesmo local onde se encontra implantado um *casal* (4.2. *O povoamento. Catálogo da estações*, n.º 67). Encontra-se hoje em depósito na Câmara Municipal de Vila do Conde (CRUZ; BRITO 1991, 5-13; AMEIDA 1995, s/n).

[427] Armando Coelho considera 3 variantes em função da dimensão, perfil e localização da carena, existência de asa e características do fundo, às quais faz corresponder *in genere* à forma 8C de G. Marques e M. Andrade (SILVA 1986, 120, Gráfico 3). Manuela Martins considera três tipos (Forma 5 A/B/C) (MARTINS 1990, 127-128, Quadro 10).

Fase II – 138 / 136 a.C. - Tibério/Cláudio

(138/136 a. C. - Campanha de *Decimus Iunis Brutus* / Reinados de Tibério/Cláudio - 14/54)

Define genericamente a etapa que corresponde ao auge da cultura castreja, que parcialmente se desenvolve na esfera do mundo romano. Esta fase tem vindo a ser balizada, de forma de mais ou menos consensual, entre os finais do séc. II a.C. e início do séc. I a.C., para uns (MARTINS 1990, 149), a partir da campanha militar de *Decimus Iunius Brutus* a meados do séc. I para outros (SILVA 1986, 43, Gráfico 2), ou mesmo considerando a mesma campanha militar como início mas balizando o seu *terminus* com o início do reinado de Augusto (MOTES 2000, 231).

Caracteriza-se pelos primeiros contactos directos entre romanos e as populações indígenas que tiveram início com a campanha de *Decimus Iunius Brutus* e que foram seguidos por outros episódios militares ocorridos na península que resultaram em amplas movimentações internas e, consequentemente, num contacto mais directo com o mundo indígena, entre as quais se destacam as campanhas sertorianas.

A este momento corresponde o período de maior desenvolvimento da cultura castreja, cujo nível civilizacional, quer ao nível da ergologia, quer ao nível da estrutura e arquitectura dos povoados, atingiu o seu auge, correspondendo à imagem vulgarmente transmitida sobre a " Cultura Castreja ".

É, geralmente, identificada como a fase de apogeu sócio-cultural, na qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes povoados, dotados de uma organização proto-urbana e estruturas defensivas de grande imponência, ao qual, hipoteticamente, corresponderá uma certa preponderância económica, militar e política na sua área de influência. O florescimento económico, certamente relacionado com a precoce pacificação do noroeste, terá proporcionado uma crescente complexização social, eventualmente estruturada numa sociedade bélica cuja evidência arqueológica se traduz na expressão plástica de estátuas antropomórficas, representativas de chefes guerreiros heroicizados (MARTINS 1989, 10).

Após o término das guerras cântabras e, fundamentalmente, a partir a implementação do modelo administrativo romano da área que viria a ser mais tarde a província da Galécia, documenta-se uma gradual e profunda assimilação cultural, em que as elites indígenas assumem um papel preponderante em todo o processo.

Enquadramento regional

Nesta fase de ocupação o enquadramento arqueológico do castro de Alvarelhos far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos do território do qual terá constituído o "lugar central". A unidade gentilícia que habitava o castro identifica-se a partir da epígrafe dedicada a *Ladronus Antonius*[428], dedicada pelo *Madequisenses*, habitantes residentes da região e naturalmente do castro, admitindo-se que este assumiu a designação de *Castellum Madiae*. O seu território seria definido transversalmente pela linha de cumeeira da serra da Agrela, limitando a leste com o território dos *Fidueneae*[429], a norte o rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima. Esta proposta baseia-se num princípio de estruturação hierárquica do povoamento regional, fundamentada em aspectos de carácter sócio-cultural que noutras áreas se expressaram no

[428] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 27, Referências epigráficas.

[429] O território dos *Fiduenae* cuja capital se identifica na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, no qual se integraria o castro do Padrão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42), identifica-se genericamente como o espaço compreendido entre a face oriental do planalto da serra de Monte Córdova e a Serra da Agrela. Concretamente, definido pela serra da Agrela a oeste (na qual confrontava com o território dos *Madequisenses*), o rio Ave a norte, a este a área superior dos rios Sousa e Ferreira e o rio Leça a sul (SILVA 1999, 64-65; MOREIRA 2005, 33).

domínio religioso, designadamente no culto de divindades tutelares próprias, a partir das quais se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*[430].
No território identificam-se treze assentamentos distribuídos aproximadamente por uma área de 339 km^2. Do conjunto apenas se conhecem referências estratigráficas aos castros de Alvarelhos e Monte Padrão, identificando-se pontualmente elementos cronológicos em alguns deles, todavia insuficientes para uma completa compreensão da evolução do povoamento e respectiva cultura material. No entanto, assinale-se o facto do castro do Padrão registar uma evolução crono-estratigráfica semelhante assinalando nesta fase o seu apogeu enquanto povoado castrejo, à qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na acrópole, assim como as suas estruturas defensivas que nesta fase foram alvo de significativos trabalhos de ampliação e melhoramento (MOREIRA 2005, 27), contrariando, em certa medida, o processo de reordenamento do povoamento estruturado em grandes povoados providos de capitalidade, que alguns autores crêem ter-se concretizado através do abandono de povoados de menores dimensões, localizadas na periferia destes novos grandes assentamentos. Como se depreende da estrutura do povoamento da área de entre Leça e Ave[431], na qual se verifica uma significativa ampliação das áreas ocupadas e a instalação de novos assentamentos, este fenómeno estará seguramente relacionado com um significativo aumento populacional, que terá resultado de um acelerado e profundo crescimento económico, documentado pelos crescentes contactos comerciais com o mundo mediterrânico.

Vestígios estratigráficos e estruturais

No *castellum Madiae* documenta-se a partir de finais do séc. II a.C. desenvolvendo-se até ao reinado de Tibério / Cláudio, momento a partir do qual se registam as primeiras construções romanas integradas numa reforma estrutural planeada que implicou o sacrifício de parte das construções indígenas, designadamente no espaço que viria a ser o centro cívico do povoado.
As estruturas identificadas correspondem apenas a sete casas e a três estruturas individualizadas de difícil caracterização, cujo estado de conservação em conjugação com as limitadas áreas intervencionadas, não permitem conhecer a estrutura do povoado indígena, cuja estratigrafia se limita à última fase ocupacional.

Cultura material

A cultura material documentada nesta fase corresponde ao auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural.
A cerâmica, na fase anterior praticamente limitada a recipientes de perfil em S, modestamente decorados com motivos incisos, amplia o seu reportório de formas registando uma maior adequação na relação forma / função. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas são mais depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros, resultantes de cozeduras oxidantes, de cor bege, rosado e amarelo.

---

[430] Situação que se verifica no território dos *Fidueneae*, no qual se constata a existência de uma divindade tutelar própria – *Turiaco* – reconhecida nas epígrafes de Santo Tirso e de Lamoso, Paços de Ferreira, cuja interpretação tem vindo a ser feita como constituindo uma evocação de uma forma especial de protecção divina relacionada com as actividades produtivas, associadas à produtividade e à fecundidade, que, em conjunto com *Cosunea* (Marte) e *Iupiter*, formaria uma tríade de divindade superiores identificadas respectivamente com a fecundidade, a guerra e a sabedoria (SILVA 1999, 64-65; MOREIRA 2005, 33).
[431] Os dados arqueológicos mais significativos que garantem a continuação de ocupação dos povoados localizados entre Leça e Ave ao longo da primeira metade do séc. I, para além do castro de Alvarelhos e do Monte Padrão, identificam-se no povoado de Monte Castro, Lavra, Matosinhos (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 17), o castro Boi, Vairão, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 78), no castro da Retorta, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 77).

As inovações morfológicas enriqueceram o espectro das formas, registando-se o aparecimento de talhas, panelas de asa de orelha, panelas de asa interior, etc. As decorações, mais abundantes e diversificadas, conjugam frequentemente várias técnicas, sendo agora mais comuns os motivos impressos e as aplicações plásticas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, sendo de salientar a generalização da utilização da mó circular. Os metais conhecem nesta fase uma ampla difusão e registam importantes melhorias no seu processo de fabrico. Todavia, o instrumental metálico identificado é relativamente pobre, merecendo apenas destaque a significativa abundância de vestígios relacionados com a actividade metalúrgica.

No plano comercial verifica-se um forte incremento das importações, nomeadamente de ânforas e, na fase final do séc. I a.C., de vidros e materiais cerâmicos, concretamente de produções de terra sigillata de tipo itálico e sudgálico e, mais tarde de produções hispânicas.

A fachada atlântica da área meridional do noroeste peninsular, precocemente pacificada, revelou nesta fase uma significativa capacidade de assimilação de inovações técnicas e importação de produtos forâneos, designadamente do sul da península, revelando um estádio de desenvolvimento económico[432] e social assinalável que, apesar de poder ser considerado um fenómeno relativamente autónomo, tem lugar num quadro de contactos frequentes com o mundo mediterrâneo, que constituirá um elemento facilitador do processo de romanização que, por este motivo, ser revelará mais precoce e mais profundo na área litoral do convento bracaraugustano.

Fase II – Identificação e evolução crono-estratigráfica

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	●	---	---	---	---	---	---
Casa II	●	---	---	---	---	---	---
Casa III	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	●	---	---	---	---	---	---
Estrutura / Casa III	●	---	---	---	---	---	---
Casa IV	●	---	---	---	---	---	---
Casa V	●	---	---	---	---	---	---
Casa VI	●	---	---	---	---	---	---
Casa VII	●	---	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	---	---	---	---	---	---
Decumano	---	---	---	---	---	---	---
Cardo oeste	---	---	---	---	---	---	---
Cardo leste	---	---	---	---	---	---	---
Arruamento "privado"	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	---	---	---	---	---	---
Domus Norte ---	---	---	---	---		---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	---	---	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	---	---	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	---

[432] Aspecto particularmente documentado na construção de imponentes muralhas dos castros mais importantes, cujo investimento, para além de demonstrar uma grande capacidade tecnológica, torna bem patente a capacidade económica de algumas das comunidades indígenas (MARTINS 1990, 169).

Fase IIb –*Tibério/Cláudio – Flávios*

(*14/54 – Inicio do reinado de Vespasiano / atribuição do ius latii à Península - 69/74)*

Corresponde ao momento de transformação do povoado castrejo em *aglomerado urbano secundário* integrado no âmbito do fenómeno de romanização do noroeste peninsular, iniciado com o ordenamento administrativo implementado por Augusto. Cronologicamente encontra-se definido entre o momento em que se registam as primeiras construções romanas, a partir do qual se consolida o "projecto urbanístico" do povoado, cuja cronologia aponta a primeira metade do séc. I, que marca o início do programa construtivo que viria a prolongar-se pelo período flaviano. Documenta-se na face oeste da plataforma central, na área que se convencionou designar por Área Habitacional Sudeste, Área Pública, Área Habitacional Norte e Área Habitacional Sudoeste.

A evolução crono-estratigráfica revela uma intervenção planeada de reestruturação do povoado, nomeadamente da sua área central que, pelas características que evidencia ao nível do programa e estrutura do complexo edificado, revela ter-se tratado de uma intervenção de âmbito alargado, alicerçada num planeamento administrativo que, seguramente, contou com a intervenção directa de elementos relacionados com a administração, de técnicos de construção, dirigentes e provavelmente militares[433], que não só terão projectado como acompanhado e fiscalizado as obras.

A presença militar na região não conta com muitos vestígios de natureza arqueológica ou epigráfica, todavia, os existentes são particularmente expressivos e parecem evidenciar a presença de um destacamento da *legio VI victrix*[434], possivelmente encarregada de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como as vias de ligação a *Lucus Augusti, Asturica* e, para sul, a via XVI, de ligação à Lusitânia. A acção difusora da cultura romana associada à transmissão de conhecimentos de engenharia civil e técnicas construtivas operada pelo exército ter-se-á difundido directa e indirectamente na região envolvente dos grandes centros urbanos, neste caso *Bracara Augusta*, através da intervenção obras concretas, como, por exemplo, a que se reconhece na *Ponte de Negrelos*[435], ou de âmbito mais alargado em povoados cujo plano de obras implicou uma intervenção de maior envergadura, suportado por um planeamento com a construção de grandes edifícios públicos e privados como é o caso do *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos.

Será neste contexto que se desenvolve a construção da via *Bracara-Cale* que, apesar a primeira balizagem datar do reinado de Adriano, concretamente dos anos 133-134, terá constituído uma das principais acções da organização do noroeste hispânico promovida por Augusto (MANTAS 2000, 65).

Enquadramento regional

Na área em estudo, a primeira metade do séc. I corresponde ao momento em que tem início o processo de transformação do quadro do povoamento e a reestruturação de alguns assentamentos, como é o caso do

---

[433] O plano urbanizador do noroeste implementado por Augusto, baseado na criação de centro urbanos (*Asturica Augusta, Lucus Augusti, Bracara Augusta* e, eventualmente, *Ara Augusta* (Campa de Torres, Gijón), certamente custoso e difícil de implantar pelos condicionantes físicos e hábitos mentais e culturais dos indígenas, assim como pela falta de aliciantes propiciadores de uma imigração de natureza civil teve no exército o seu principal suporte, que teve como missão não só o controle da região, mas também a estruturação da rede viária e a promoção urbana (COLMENERO1991, 100).

[434] Referimo-nos em concreto à epígrafe votiva dedicada por *Lucius Valerius Silvanus* a *Turiaco* identificada em Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 60)

[435] A ponte de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada por *Ponte de Negrelos*, é uma notável obra de engenharia romana que mantém ainda hoje as principais características construtivas da sua fábrica de origem, que, entre outros aspectos característicos das técnicas construtivas romanas, conserva no intradorso do 1º arco da margem esquerda um silhar com a marca VI, de grafia indiscutivelmente romana, que associa a sua construção com militares da *legio VIª Victrix* (cfr, nota de fim, n.º 5).

Monte Padrão, cuja mudança terá efeitos duradouros, registando-se também alterações pontuais em povoados de menor dimensão, como, por exemplo, o castro da Retorta, Vila do Conde (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 77), o povoado Monte Castro (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 17) e do castro Boi, Vairão, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações,* n.º 78), que parecem corresponder a um momento de grande dinamismo e desenvolvimento económico, no qual se vai implantando progressivamente um sistema de matriz monetário[436], que é sentido em toda a área meridional do convento bracaraugustano com repercussão nos assentamentos indígenas ao nível das estruturas habitacionais e defensivas e da própria economia doméstica[437]. Simultaneamente, surgem os primeiros assentamentos de tipo *villa*, como se documenta no caso da Quinta da Devesa, em Santo Tirso (4.2. *O Povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57), e da *villa* de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, cuja diminuta representatividade, provavelmente ficará a dever-se mais ao desconhecimento de outras realidades crono-estratigráficas do que propriamente a um particularismo específico, ora de localização estratégica, fora da área de influência de qualquer povoado, no primeiro caso, ou de directa dependência no segundo.

Elementos estratigráficos e estruturais

Constitui o momento da definição dos principais eixos da estrutura viária que define o ordenamento do complexo edificado (*Decumano*, Cardo oeste, Cardo leste e arruamento privado). No âmbito da arquitectura privada regista-se a construção da *Domus do Grafito*, *Domus do Complexo Artesanal*, *Domus do Golfinho* e, no domínio público, a construção da *Praça*.

A Fase IIb regista ainda a manutenção de construções habitacionais edificadas na Fase II, nas áreas periféricas da plataforma intermédia, como é o caso das Casas V, VI e VII, localizadas na plataforma inferior, localizadas na área de implantação da *Domus do Tesouro*, cuja datação de construção se reporta à Fase IV.

Fase IIb – Identificação e evolução crono-estratigráfica

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	---	---	---	---	---	---	---
Casa II	---	---	---	---	---	---	---
Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura/Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Casa IV	---	●	---	---	---	---	---
Casa V	---	●	---	---	---	---	---
Casa VI	---	●	---	---	---	---	---
Casa VII	---	●	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	●	---	---	---	---	---
Estrutura viária							
Decumano	---	●	---	---	---	---	---
Cardo oeste	---	●	---	---	---	---	---
Cardo leste	---	●	---	---	---	---	---
Arruamento "privado"	---	●	---	---	---	---	---
Área Habitacional Sudoeste							

[436] Veja-se, por exemplo, a expressiva ocorrência de numismas em Braga no lapso temporal que corresponde à dinastia Júlio-Cláudia (MORAIS 2005, 400).

[437] São conhecidos vários contextos arqueológicos de povoados indígenas que estratigraficamente registam este fenómeno interpretado por alguns autores como característicos dos tempos augústeos. Refira-se, a titulo de exemplo, as obras documentadas no Morro da Sé, no Porto, da época de Tibério-Cláudio, no castro de Romariz, Santa Maria da Feira, no castro da Senhora da Saúde, Vila Nova de Gaia e na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (SILVA 1994, 84).

Domus do Grafito	---	●	---	---	---	---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	●	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	●	---	---	---	---	---
Domus Norte	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	---	---	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	---	---	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	---

A cultura material

A nova realidade económica e cultural transformou os hábitos sociais e ampliou as necessidades de consumo, uniformizando práticas e comportamentos. A grande panóplia de materiais de uso quotidiano importados – cerâmicas, vidros e objectos metálicos –, até aqui relativamente escassos, generalizam-se dando origem a produções locais e regionais que permitiram suprir a ampla procura dos novos produtos das mais remotas origens do império. A rotina do quotidiano altera-se transformando os hábitos alimentares e de higiene e o vestuário, comportamentos que, em última análise, reflectem a progressiva aculturação da população que resultou em grande medida da integração e promoção social das comunidades indígenas no esquema organizativo romano, nomeadamente no exército e na actividade mineira[438]. Entre os materiais arqueológicos mais significativos desta nova realidade socio-económica destacam-se as ânforas, cuja presença revela o gosto pelo consumo do vinho e pelos preparados de peixe. A religião transformou os ritos e "romanizou" os deuses indígenas.

No *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos a cultura material diversifica-se aumentando exponencialmente o espectro dos materiais importados, nomeadamente de vidros, ânforas, sigillatas gálicas, sudgálicas e hispânicas, assim como, de materiais de âmbito regional como sejam as cerâmicas bracarenses, ou as cerâmicas calcíticas pintadas. As produções locais ou regionais conhecem neste período uma alteração profunda quer ao nível da tecnologia de fabrico, quer ao nível do reportório de formas que agora revela um elevado grau de especialização, perceptível pela adequação formal dos recipientes às actividades a que eram destinadas. A esta padronização das formas juntam-se aspectos tecnológicos importantes, como sejam a calibração das pastas e o melhor controlo nas cozeduras, que se repercutem na qualidade final dos objectos[439]. O esmero e nível tecnológico patente nas produções cerâmicas encontra paralelo nas técnicas de construção, quer na arquitectura privada quer na construção de edifícios públicos, cujas obras evidenciam uma criteriosa selecção dos materiais, assim como um apurado método construtivo que suporta soluções de engenharia que desenvolvem soluções de conforto, como claramente se aprecia na *Domus do Grafito*.

Fase III – *Flávios – Criação da Província da Gallaecia* (Diocleciano)

(*69/74 - Atribuição do ius latii à Península / Criação da província da Galécia - 284/288)*

[438] De acordo com Santos Yanguas, o processo de integração das populações indígenas no marco político-administrativo romano provincial e conventual foi propiciado por duas vias – através participação indígena em corpos auxiliares do exercito e através da participação nos diferentes sistemas de exploração mineira de ouro –, ainda que a integração tenha sido parcial, permitiria controlar os colectivos indígenas uma vez desactivada a resistência militar (YANGUAS 1997, 109). Este processo terá tido início após a submissão militar de Cântabros, Astures e Vacceos, e claramente incrementado com a concessão do *ius latii* com Vespasiano (SALAÑER 1998-1999, 235).

[439] Predominam produções resultantes de ambientes oxidantes de tonalidades claras com pastas compactas dotadas de elementos não-plásticos à base de quartzo, com cozeduras a altas temperaturas, revelando a cerâmica um certo grau de vitrificação. Os acabamentos são cuidados, frequentemente com a aplicação de aguadas ou engobes. Mesmo os recipientes de maior dimensão revelam os mesmos cuidados decorativos e de acabamento, apesar da relativa simplicidade dos motivos mais frequentes.

Define-se a partir do reinado de Vespasiano, em concreto, com a atribuição do *ius latii* à Península em 73-74, data que tem vindo a ser considerada de forma consensual como o momento a partir do qual se acelera e generaliza o processo de romanização da *Gallaecia*, com repercussões no âmbito da organização administrativa, territorial e militar[440].

A atribuição do *ius latii*[441] configurou-se, entre muitos outros aspectos, como factor mobilizador da transformação da vida das comunidades indígenas, nomeadamente no abandono do modelo tradicional de povoamento e no desaparecimento das formas tradicionais de organização social e política (ACUÑA 1993, 35). O estímulo ao processo de adaptação ao modelo romano proporcionado pela promoção jurídica manifestar-se-á em pleno na organização social e política na medida em que resultará na difusão do modelo da cidade e da respectiva adaptação das elites indígenas dominantes ao carácter das oligarquias que governam essas cidades, constituindo-se em corpos políticos que, graças às magistraturas que passam a exercer, adquirem a cidadania romana, beneficiando a população pelo facto de deixarem de ser estrangeiros, originando uma ruptura definitiva com o paradigma político e social indígena, uma vez que no plano institucional implicou a substituição do arquétipo do modelo de povoamento, representado pelos *castella* – expressão fragmentada de uma soberania superior do *populus* ou *civitas* –, pelos novos modelos romanos cuja expressão física é a cidade, que implicou o desaparecimento do papel dos *castella* na estrutura e organização política, social e cultural do mundo indígena (MENAUT 1983, 211-212). Este processo marcou definitivamente a conversão do mundo indígena tradicional num mundo provincial romanizado. Salvaguardando a imprecisão, própria das grandes generalizações, em termos globais, a partir de meados e finais do séc. I, verifica-se um abandono generalizado da maior parte dos castros que marca o seu desaparecimento ou a passagem a um nível de marginalidade na estrutura de povoamento. Efectivamente, com excepção dos grandes povoados que por motivos de diferente natureza se transformaram e adaptaram à nova dinâmica económica social e política implementada pela administração romana, como é o caso de Monte Mozinho, Alvarelhos, Padrão e Castro das Eiras, só para referir alguns exemplos na área meridional do convento bracaraugustano, que, em paralelo com as cidades e as novas formas de assentamento – *vici*, *villae*, *aedificia* –, terão exercido uma forte atracção e captação dos anteriores habitantes dos castros. Nesta medida, a atribuição do *ius latii* constitui um processo que culminou com a desarticulação da estrutura do povoamento indígena e no consequente desenvolvimento de modelos ocupacionais caracteristicamente romanos que conduziram à integração definitiva das populações do noroeste peninsular na administração romana.

Efectivamente, o forte processo de municipalização implementado pela dinastia Flávia esteve na origem da criação de novos pólos de romanização ancorados em núcleos urbanos, como, por exemplo, *Aquae Flaviae*, ou de *Tongobriga,* que se constituíram como verdadeiros epicentros regionais e, por efeito difusor, conduziram a uma verdadeira estruturação do território. A estabilidade política, económica e social do período Flávio e Antonino proporcionou um florescimento económico e social sem precedentes no noroeste peninsular, que na área meridional do convento bracaraugustano teve como base de sustentação a intensa exploração mineira da "Serra de Valongo" (serra de Santa Justa e Pias no concelho de Valongo, e serra das Banjas nos concelhos de Gondomar e Paredes), que terá justificado a partir do final do séc. I / início do séc. II a existência de um procurador local, *procurator metalli* (SILVA 1994, 95). A exploração mineira ter-se-á mantido até meados do séc. III, momento em que as minas terão sido desactivadas devido à exaustão dos filões ou por questões

[440] Neste domínio assiste-se à transformação do dispositivo militar de Augusto com a saída das legiões da Península à qual só voltaria a *VII Gemina*, que se instalou em Léon, ficando o noroeste apenas guarnecido com unidades auxiliares das quais temos referência dos acampamentos de *Aquis Querquennis* e de Cidadela (*Cohors I Celtiberorum*), com clara função de controle e vigilância da costa e vias interiores (QUIROGA 2005, 30).

[441] Define-se como um conjunto de direitos de tipo privado do cidadão romano, mas que se reconhecem a um grupo ou população alheio à cidade de Roma (ACUÑA 1993, 33).

relacionadas com a falta de mão-de-obra, eventualmente associadas à instabilidade política e militar dessa época de crise.

Enquadramento regional

A este momento corresponde um período de grande dinamismo económico em todo o convento bracaraugustano que se manifestou ao nível da ocupação do território e na exploração dos recursos naturais. No segundo quartel do séc. II, no reinado de Adriano, assiste-se à renovação da via de ligação de *Bracara-Cale*, cujos trabalhos, seguramente financiados pelas populações locais[442], revelam não só a importância estratégica e económica da região como uma densidade populacional verdadeiramente notável para a época[443].

Para alem do *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos documenta-se uma ocupação efectiva, no castro do Padrão (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42), na *villa* da Quinta da Devesa, Santo Tirso (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 57), na *villa* de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 69).

Elementos estratigráficos e arquitectónicas

Nesta fase assiste-se à consolidação do "projecto urbanístico" implementado a partir das Fase IIb que, para além de manter a ocupação dos edifícios já construídos, regista a construção de novas edificações, como é o caso da *Domus da Lucerna Cristã* e da *Domus Norte*, estendendo a área edificada para a plataforma intermédia, reflectindo, dessa forma, o florescimento económico do período Flávio e Antonino, apenas contrariado pela relativa pouca expressão do quantitativo numerário, aliás comum a todo o noroeste que sofreu uma certa escassez monetária que não deve ser valorizada enquanto indicador do estado da economia[444].

Do ponto de vista da arquitectura assiste-se à continuação das boas práticas construtivas cujo critério se define a partir da selecção dos materiais e do trabalho de talhe à construção dos paramentos, como bem ilustra o alçado sul da *Domus da Lucerna Cristã*, levantado em *opus vitattum*, cujos alicerces são talhados na rocha de base com criterioso alinhamento dos blocos, cujo resultado final revela uma esterotomia regular e equilibrada, reforçada pelos elementos maiores que formam os cunhais que apresentam um "almofadado" bem proporcionado (vol. I, est. LXXX).

O segundo momento da Fase III, definido temporalmente entre o final do primeiro quartel e o último quartel do séc. III, regista uma significativa retracção da área de ocupação, observando-se o abandono parcial de algumas construções como se documenta na *Domus da Lucerna do Golfinho* (Alv. 95 B, A4 – corte estratigráfico transversal C-C', vol. I, est. CI).

Fase III – Identificação e evolução crono-estratigráfica

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	---	---	---	---	---	---	---

[442] Situação que se depreende do facto dos miliários da via *Bracara-Cale* se encontrarem em dativo (ao imperador *César Trajano Adriano Augusto*), aspecto que permite considerá-los como um sinal de respeito pelo governante e uma certeza que as obras foram custeadas pelas populações locais apesar da iniciativa da administração provincial das mesmas (MANTAS 2000, 65)

[443] A densidade populacional do convento bracaraugustano, confirmada por Plínio, o Velho, seguramente após o censo de 73-74, corresponderia a uma população livre de 285 000 pessoas (GUERRA 1995, 64-65).

[444] Paradoxalmente, a cidade de Braga revela uma expressiva quantidade de numismas datáveis do período Flávio e Antonino bem revelador da crescente importância da cidade.

Casa II	---	---	---	---	---	---	---
Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura/Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Casa IV	---	---	---	---	---	---	---
Casa V	---	---	---	---	---	---	---
Casa VI	---	---	---	---	---	---	---
Casa VII	---	---	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	---	●	---	---	---	---
Decumano	---	---	●	---	---	---	---
Cardo oeste	---	---	●	---	---	---	---
Cardo leste	---	---	●	---	---	---	---
Arruamento "privado"	---	---	●	---	---	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	---	●	---	---	---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	---	●	---	---	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	---	●	---	---	---	---
Domus Norte	---	---	●	---	---	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	●	---	---	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	---	---	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	---	---	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	---

A cultura material

A cultura material referente à Fase III evidencia uma economia florescente, na qual o *vicus*, à semelhança da maioria dos aglomerados urbanos romanos, independentemente da sua categoria, terá desenvolvido uma economia mista baseada na agricultura, comércio e industria, no presente caso com clara preponderância da primeira, bem documentada por um conjunto significativo de alfaias agrícolas, assim como instrumentos associados à pratica da ganadaria. Todavia, atendendo às características estruturais identificadas no centro cívico do povoado, o comércio parece ter desempenhado um papel fundamental no seu desenvolvimento.

A existência de um mercado periódico *(macellum)*[445], que teria lugar no principal equipamento público do povoado, a *Praça*, terá permitido o desenvolvimento de uma forte actividade comercial regional, onde este assumia claramente o papel de centro redistribuidor de produtos manufacturados localmente e, eventualmente, de produtos de importação de âmbito inter-provincial, facilitado pelo seu posicionamento estratégico sobre uma das principais vias de comunicação e abastecimento de *Bracara Augusta* a partir do entreposto portuário de *Cale*[446], cuja localização reunia todas as condições para que ascendesse na hierarquia urbana, uma vez que, para além de porto marítimo e fluvial se encontrava implantado sobre a fronteira de duas províncias, conjugando as funções de *mansio, traiectus* e *portus*, facto que lhe conferia uma importância singular no sistema de comunicações terrestres, fluviais e marítimas (MANTAS 2000, 63).

Pela análise do material de importação pode constatar-se que o período de maior dinamismo das importações inter-provinciais coincidiu com o período das dinastias Flávia e Antonina, correspondendo,

[445] Apesar do carácter misto da economia do povoado, com forte pendor da agricultura, é provável a existência de um mercado de natureza rotativa (*nundinae*), directamente relacionado com os ciclos agrícolas, destinados a uma população mais abrangente, constituindo um suporte fundamental na economia regional (GABBA 1988, 144-149), eventualmente celebradas de oito em oito dias no mesmo local, depois de uma rotação semanal com outros centros da região.

[446] *Portus Cale* constituiria um porto marítimo de grande relevo na área do convento bracaraugustano, apesar de não ser considerado por alguns autores como porto de escala regular, mas sim como porto de destino (LOPEZ 1991, 127).

portanto, à primeira metade da Fase III[447], para se notar uma clara retracção no período compreendido entre o segundo e terceiro quartel do séc. III, período de crise interna das instituições romanas e de instabilidade[448] regional que, entre outros aspectos, parece ter resultado num certo isolamento comercial da *Gallaecia*, reforçado pela sua vocação de grande centro mineiro (MACIEL 1996, 28).

Do ponto de vista do comércio regional, o povoado encontra-se também perfeitamente integrado na dinâmica económica do convento registando a presença significativa de produções de âmbito regional como sejam as cerâmicas tipo bracarense, ou mesmo as lucernas e os vidros produzidos em Braga. A produção de cerâmica local ou regional, apesar de não se encontrar arqueologicamente documentada, terá seguramente constituído uma realidade muito presente na vida do povoado. Em termos genéricos, assiste-se a uma produção morfologicamente muito uniforme e padronizada, de boa qualidade. As formas revelam uma significativa variedade de modelos de vocação específica, assistindo-se à generalização de formas que se inspiraram em protótipos de cerâmicas de luxo de proveniência forânea, como sejam as sigillatas, os almofarizes ou os contentores metálicos.

Fase IV – *Diocleciano - Início do séc. V*

(*284/288 - Criação da província da Galécia / Fixação de Vândalos e Suevos na Galécia - 409/411).*

O final do séc. III marca uma nova fase no domínio romano do noroeste peninsular que se estenderá por todo o séc. IV e início do séc. V, amplamente documentada em todo o território, cuja riqueza da cultura material evidencia um assinalável ressurgimento económico.

Corresponde ao período em que a *Gallaecia* foi constituída como província, em 284-288, que teve como capital *Bracara Augusta*, tendo-se separado definitivamente da Citerior, integrando os três conventos jurídicos do noroeste e parte do de Clunia (ALARCÃO 1988, 61), readquirindo a partir desse momento uma importância política e económica muito relevante, entretanto perdida com o relativo apagamento registado com a quebra da exploração aurífera, documentado a partir de meados do séc. III (ALMEIDA 1992, 192). Esta medida da importante reforma administrativa de Diocleciano será acompanhada por outras de menor expressão mas cujo efeito será verdadeiramente significativo como sejam, a elaboração de novos cadastros e a nova tributação da terra, concretizada agora em função da aptidão agrícola, dos bens produzidos e sobre as pessoas (*iugatio-capitatio*). Acompanha a reforma uma acção de arranjo das vias que alguns autores associam à retoma da exploração aurífera (MACIEL 1996, 44), relativizada por outros (ALMEIDA 1993, 192). O reflexo do reflorescimento económico do noroeste está patente na profícua quantidade de *milliara* datados deste período que nos dão conta dos trabalhos de conservação das vias e o seu intenso uso, mesmo levando em consideração a intenção política por parte da administração provincial, especialmente patente nos casos que respeitam a imperadores fugazes da segunda metade do séc. IV. A renovação urbana constitui também uma evidência inquestionável, conforme se documenta em todos centros urbanos, nomeadamente Braga[449], mesmo considerando a inferior qualidade dos métodos construtivos.

---

[447] A dinâmica comercial de natureza inter-provincial registada no *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos é, em certa medida, um reflexo do panorama constatado em Braga, cidade que terá beneficiado de uma economia de escala, relativamente bem servido de meios de comunicação, que, à semelhança das outras capitais conventuais do noroeste, terá desempenhado uma função de centro redistribuidor de larga escala (MORAIS 2005, 392).

[448] A instabilidade sentida no séc. III é valorizada por vários autores devido à existência de inúmeros tesouro monetários que poderão testemunhar os ecos da invasão bárbara de 275/276, ou um mesmo devido a um fenómeno semelhante à guerra civil das Gálias do tempo do imperador Probus (MACIEL 1996, 29).

[449] Entre outras referências veja a cronologia das termas públicas do Alto da Cividade (GASPAR; LEMOS; DELGADO 1986, 35-39) e a ocupação da Ínsula das Carvalheiras (DELGADO; DIAS; LEMOS; GASPAR 1984, 159-164; MARTINS 1999, 65). Efectivamente em todas as áreas intervencionadas em *Bracara Augusta* foi possível documentar extensas obras de renovação urbana datadas desta fase, merecendo particular destaque as que se observam sobre a muralha, detectadas, entre outras áreas, na zona do Fujacal (MARTINS 1999, 66-67).

A actividade agrícola encontra neste momento um incremento significativo com a criação de novos assentamentos de carácter rural, ou com a reocupação de outros, cujas particularidades de implantação favoreciam a agricultura, que alguns autores identificam como resultado da reforma administrativa de Diocleciano, designadamente pelas novas exigências fiscais (ALMEIDA 1993, 192). As actividades artesanais conheceram um significativo incremento, bem patente no aumento de produções cerâmicas que atingem uma circulação supra regional, em muitos casos inspiradas em protótipos de origem Tunisina cuja importação assume neste momento uma grande expressão, todavia insuficiente em relação à procura e, como tal, motivadora das produções das imitações das cerâmicas engobadas aqui designadas de *engobe vermelho não vitrificável*. Também o comércio inter-provincial se anima, nomeadamente com a área meridional, bem evidente na expressiva representação de contentores de preparados piscícolas e de vinho, assim como de âmbito geográfico mais alargado com a presença significativa de sigillatas africanas e também de âmbito continental como sugere a presença de vidros tipo *diatetra* de proveniência renana identificados em Braga (CRUZ 2001, 57, est. VIII, 239). Em consequência, a circulação monetária era igualmente expressiva, bem patente ao nível dos tesouros que se prolongam para o séc. V, que regra geral, documentam as emissões mais representativas do séc. IV. Outro aspecto em que está bem patente o assinalável desenvolvimento económico deste período reporta-se à arquitectura privada que, genericamente, regista um incremento significativo de elementos de conforto, apreciável, entre outros aspectos, na proliferação de revestimentos de mosaicos identificados na área de estudo na *villae* de Fontão, Lavra e em Vila Boa, Guilhabreu (2.4. *O povoamento. O catálogo das estações*, n.º 19, 69)[450].

É também no decurso do séc. IV que se assiste à progressiva instalação da "igreja" e ao aumento de comunidades cristãs que terão implicado a organização do território a partir das sedes episcopais em diferentes territórios diocesanos que paulatinamente se vão configurando (QUIROGA; GARCIA 2006, 30-31) e que terão nos *aglomerados urbanos secundários* uma presença cultual paleocristã significativa, como se constata em Alvarelhos através da valorização contextual de um *chrísmon* insculturado num dos elementos pétreos do nível inferior do alicerce do paramento leste da *Domus do Tesouro* (5.9. *Materiais e técnicas construtivas*, est. LXXIX, n.º 13)[451].

O mesmo contexto reflecte a colher (*ligula*) de prata identificada no edifício a que deu o nome, cuja dimensão religiosa esta directamente relacionada com as primeiras comunidades cristãs, associados à prática da eucaristia dos comungantes, à moda do médio oriente, cujo costume se encontra preservado na igreja ortodoxa (BELLIDO 1971, 95), ou mesmo relacionada com o baptismo conforme sugerem algumas inscrições

[450] Para além das *villae* referenciadas identificaram-se mosaicos, na *villa* do Alto de Martim Vaz, Póvoa de Varzim (FORTES 1905), Oleiros, Guimarães (CHAVES 1936, 58; CASTROVIEJO 1974a, 35), a *villa* de Dume, Braga (FONTES 1987, 111-148), e a *villa* de Sendim, Felgueiras (DIAS 1995, 246).

[451] Refira-se, contudo, que a informação arqueológica, para além de pouco abundante é heterogénea, proporcionando elementos aparentemente contraditórios, como se constata pela relativa abundância de necrópoles datadas do séc. IV-V, cujo espólio e rituais de enterramento parecem revelar uma certa reafirmação da religiosidade pagã em contradição com as crenças e práticas do cristianismo.

Efectivamente, são relativamente escassos os vestígios paleocristãos identificados na área meridional do convento bracaraugustano, dos quais, entre os mais significativos, destaca-se o mosaico de Frende, Baião (ALMEIDA 1972, 127-129; 1974; MACIEL 1996, 164-166), o sarcófago da Sé de Braga (MACIEL 1996, 176-171), a necrópole e Beiral, Ponte de Lima (VIANA 1961, 6; LANHAS 1969, 249-260; ALMEIDA 1980, 312; ALMEIDA 1990, 133-139), um disco de lucerna com a inscrição de um *Chrísmon* (SILVA 1996, 97), assim como duas taças de vidro decoradas por abrasão com um *Chrímon* gravado, recolhidas em Braga com cronologia do séc. IV (ALARCÃO 1970, 32; CRUZ 2001, 137-138, n.º 478-479) que enquadram um largo conjunto de vidros gravados por abrasão decorados com motivos cristão ou cristianizados.

identificadas em exemplares tipologicamente idênticos ao nosso[452].

Em síntese, o florescimento económico que atravessa todo o séc. IV, em boa medida, não sofre alterações nas primeiras décadas do séc. V permitindo que um estrato social mantivesse o seu *status* socio-económico e desenvolvesse um conjunto de actividades que sustentaram um desenvolvimento cultural importante, propiciando a emergência de um conjunto de personalidades de grande relevo no contexto político, cultural e religioso que marcaram a realidade sociológica do final do séc. IV e princípio do séc. V.

Enquadramento regional

À área geográfica localizada entre Leça e Ave regista neste momento um excepcional número de vestígios que documenta o florescimento económico registado no séc. IV, cuja principal nota de registo se relaciona com a diversificação do tipo de assentamentos, a sua dispersão na paisagem e a riqueza da cultura material associada.

Ao nível do povoamento concentrado regista-se apenas a ocupação de Alvarelhos, que neste momento evidência a sua maior expressão espacial ao nível da área ocupada e um assinalável florescimento económico patente na cultura material, particularmente evidente na qualidade e quantidade de materiais de importação. Paradoxalmente, em contra ciclo, regista-se o abandono do castro do Padrão cuja localização privilegiada sobre a via secundária que unia a cidade de *Bracara Augusta* a *Cal*e, por intermédio da via *Emerita Augusta -Bracara Augusta* à qual ligava na área de S. João de Ponte, Guimarães, certamente relacionado com a dependência do povoado da dinâmica económica gerada pela via, directamente relacionada com o "couto mineiro" da serra de Valongo, agora em retracção, cujo abandono ou diminuição de actividade, terá estado na origem ou acelerado o processo.

Ao nível do povoamento disperso assinale-se que, das sete *villae* identificadas, todas registam ocupação relativa a este período e, salvo demonstração estratigráfica que contrarie esta evidência, apenas duas delas apresentam elementos que permitem classificá-las como fundações alto-imperiais (Quinta da Devesa, Santo Tirso e Vila Boa, Vila do Conde). Do mesmo período datará o único estabelecimento de tipo B, claramente de vocação industrial. A *villa* de Fontão, Lavra (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 19), constitui um complexo piscatório, dotada de um complexo industrial de transformação de peixe de dimensões assinaláveis[453] que evidenciam uma intensa actividade e prosperidade económica ao longo do séc. IV, importante no panorama do noroeste, como demonstram os elementos de conforto identificados na área residencial (colunas, mosaicos). As restantes *villae* identificadas caracterizam-se por uma vocação marcadamente agrícola, claramente demonstrada pela sua implantação em áreas de elevada aptidão agrícola, cuja relação de dependência com o sistema viário sugere um tipo de produção destinada ao abastecimento dos centros urbanos, nomeadamente de *Cale* e *Bracara Augusta*. Das vinte e seis unidades agrícolas por nós identificadas na

---

[452] As inscrições em aclamativo *vivas in Deo* ou *vivas in Christo*, como, por exemplo, a referência identificada na colher de Terrugem, Elvas (DEUS; LOURO; VIANA 1955, 572, fig. 2, 19-24), é precedido por um nome (*Elias*, no caso da colher de Terrugem), permitindo admitir uma função relacionada com o acto de baptismo, em que o nome do baptizado poderia ser gravado como recordação, assim se explicando o contexto habitacional e funerário de muitos dos exemplares conhecidos. O facto do suporte ser um metal precioso parece valorizar esta perspectiva de análise, uma vez que os exemplares em bronze conhecidos no noroeste não conservarem inscrições do tipo aclamativo. Conhecem-se vários exemplares portugueses em prata, como, por exemplo, o de Terrugem, Elvas (DEUS; LOURO; VIANA 1955, 572, fig. 2, 19-24). Esta colher com concha de formato oval, haste de secção quadrangular, evoluindo para circular com adelgaçamento progressivo, possui como elemento de ligação uma voluta de características naturalistas. Apresenta uma inscrição na face anterior inscrita num campo rebaixado - *AELIAS . VIVASIN* - rematando com a representação de um *chrísmon*. Sobre a haste conserva duas letras A Q. Um outro exemplar proveniente de Nossa Senhora da Luz, Lagos, de características similares, apresenta uma haste de secção circular separada da concha por uma voluta. A decoração inscrita na face exterior da concha desenha uma nervura de uma folha com elementos radiais (VIANA, FORMOSINHO;FERREIRA 1953, 128, lám. IV, 55-55, fig. 7; BELLIDO 1971, 94, fig. 2).

[453] O complexo industrial inclui tanques de salga escavados na rocha, tanques construídos em *opus signinum* e uma unidade de produção de sal (salinas). Vários equipamentos industriais equivalentes identificam-se ao longo da costa minhota, entre os quais merece uma referência o extenso parque de salinas descoberto entre o Forte de Âncora e a Praia de Moledo em Viana do Castelo (SILVA 1994, 93).

área entre Leça e Ave a totalidade conserva referências cronológicas relativas a este período, percebendo-se uma densificação da malha de ocupação que nesta fase preenche todos os nichos do território passíveis de ocupação de que distinguimos três tipos em função da vocação preferencial da exploração, considerando para o efeito a sua localização e a disponibilidade de recursos agrícolas (aptidão agrícola da terra) existentes nas imediações. A intensa ocupação do território encontra-se também patente nas 16 necrópoles identificadas, das quais apenas a de Areias, Azurara, Vila do Conde, e o *columbarium* identificado na proximidade da *villa* de Vila Boa, Guilhabreu (4.2. *O povoamento*. *Catálogo das estações*, n.º 63, 68), não evidenciam elementos classificáveis nesta Fase.

Em síntese, os elementos arqueológicos disponíveis entre Leça e Ave, à semelhança do restante território da área meridional do convento bracaraugustano, ilustram um momento de prosperidade económica, patente na retoma do comércio inter-provincial e na dinamização do mercado regional, alicerçado, entre outros aspectos, em produções artesanais de âmbito regional bem estruturada que implicariam uma organização de carácter proto-industrial de são um bom exemplo a produção de vidros, de *cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável* e de *cerâmicas cinzentas finas tardias*.

Elementos estratigráficos e estruturais

As referências estruturais e estratigráficas registadas nesta fase reflectem, de forma sintomática, o forte dinamismo económico identificado em toda a região. Do ponto de vista da estrutura funcional do povoado, a malha de arruamentos regista uma continuação em relação à Fase III, apesar de se registarem de ajustes pontuais ocasionados pela reconstrução parcial de alguns das principais construções. Todos os edifícios anteriormente ocupados, com excepção da *Domus do Grafito*, que não manteve ocupação nesta fase, conhecem profundas obras de remodelação e alteração do seu programa que implicaram a sua reorganização interna com a construção de novos compartimentos e equipamentos de natureza doméstica, como é o caso dos fornos domésticos que passam a estar presentes em todos os edifícios. Nesta Fase assiste-se também à construção de edifícios de raiz (*Domus da Lucerna do Cavalo*, *Domus da Colher de Prata* e *Domus do Tesouro*), que documentam um momento de crescimento urbano significativo, no qual se amplia a área de construção de características urbanas para espaços marginais ao centro cívico do povoado. Estruturalmente, pela primeira vez no povoado, convivem realidades arquitectónicas que claramente evidenciam estratos económicos distintos patentes na qualidade construtiva dos edifícios e grau de complexização das plantas.

Pertence ainda a este momento a construção da área oficinal integrada na *Domus do Complexo Artesanal*, cujo edifico integra duas realidades funcionais – habitacional e oficinal –, que ilustra o nível de complexização arquitectónica atingida nesta Fase, assim como a clara vocação do povoado enquanto centro produtor e distribuidor de produtos manufacturados. Assinale-se, contudo, que a vocação comercial e artesanal não diminuiu a importância da actividade agrícola e ganadeira na economia do povoado, bem patente no conjunto de alfaias agrícolas e de instrumentos associados à exploração de gado identificados em diferentes edifícios.

Do ponto de estratigráfico constitui a fase mais bem documentada, encontrando-se registada em todas as áreas intervencionadas com excepção da *Domus do Grafito*.

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	---	---	---	---	---	---	---
Casa II	---	---	---	---	---	---	---
Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	---	---	---	---	---	---	---

Estrutura/Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Casa IV	---	---	---	---	---	---	---
Casa V	---	---	---	---	---	---	---
Casa VI	---	---	---	---	---	---	---
Casa VII	---	---	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	---	---	●	---	---	---
Decumano	---	---	---	●	---	---	---
Cardo oeste	---	---	---	●	---	---	---
Cardo leste	---	---	---	●	---	---	---
Arruamento "privado"	---	---	---	●	---	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	---	---	●	---	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	---	---	●	---	---	---
Domus Norte	---	---	---	●	---	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	●	---	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	---	●	---	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	●	---	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	●	---	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	---

A cultura material

A cultural material identificada neste período regista uma grande dinâmica comercial inter-provincial, na qual se destaca uma presença muito significativa de cerâmicas de proveniência tunisina, eventualmente integrada em correntes de relações comerciais privilegiadas com o Norte de África, uma das mais importantes províncias cristãs do baixo-império. Ainda no âmbito do comércio de longo curso merece destaque a presença de contentores anfóricos de preparado piscícola provenientes da Lusitânia, nomeadamente as formas Almagro 51 a-b, e Almagro 51 c (Classe 23) (6.1.8 *Ânforas. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 104-110). As sigillatas hispânicas tardias registam também uma presença assinalável documentando que os canais comerciais com o interior norte se mantinham operacionais e em funcionamento.

Apesar do comércio inter-provincial evidenciar alguma normalidade a procura, certamente superior à oferta, deu origem a um conjunto de produções cerâmicas de âmbito regional morfologicamente inspirada nas produções africanas e gálicas, formalmente bem documentadas, cuja representatividade e área de dispersão progressivamente se vai conhecendo melhor. A sancionar esta perspectiva de desenvolvimento económico encontra-se uma significativa movimentação monetária, muito bem documentada nas referências estratigráficas estudadas, assim como na área envolvente, patente na predominância de emissões do séc. IV nos tesouros identificados no séc. V[454], em consequência da instabilidade provocada pelas invasões e guerras civis subsequentes.

A produção metalúrgica assume nesta fase uma assinalável expressão, seja na quinquilharia doméstica, seja em objectos de maior requinte como as lucernas ou adereços de vestuário e de ourivesaria, merecendo destaque os vestígios de produção de objectos de bronze identificados na área oficinal da *Domus do Complexo Artesanal* e *Domus da Colher de Prata*.

A produção vidreira identificada na *Domus do Complexo Artesanal* concorre também para documentar o já referido dinamismo económico apesar de se reportar exclusivamente a uma lavra de qualidade inferior que,

[454] Veja-se a propósito a representação percentual identificada no tesouro da *Domus do Tesouro* (6.1.24. *Numismática. Seriação, classificação e enquadramento crono-estratigráfico*).

genericamente, se caracteriza por uma simplificação das formas e pelo seu reportório relativamente limitado, acompanhado pela mesma tendência quanto aos motivos decorativos. Predominam formas abertas, essencialmente copos e tigelas e, em menor número, garrafas circulares, geralmente de vidro de pouca qualidade, cujas cores predominantes são o verde-musgo e o amarelo-melado que, atendendo às características técnicas para a sua obtenção revelam uma tendência estética generalizada, à semelhança do que se aprecia nas produções cerâmicas. A relativa exclusividade dos produtos alto-imperiais, associados ao luxo na Fase IV, dá lugar a uma banalização de baixa qualidade cujas características permitem identificar os recipientes de vidro de maior circulação como de pouco valor económico.
Por último, merece também uma referência a identificação de um número significativo de contentores de armazenagem de grandes dimensões cuja padronização formal, constituição das pastas e técnicas de cozedura indicia a existência de uma produção local que, no entanto, não se encontra arqueologicamente registada.

Fase V – *Início do séc. V - Queda do reino Suevo*

(409/411 - Fixação de Vândalos, Suevos e Alanos na Galécia - Guerra civil entre Suevos e Visigodos. Queda do reino Suevo - 455/459)

A Fase V enquadra-se cronologicamente a partir do início da segunda década da centúria de quatrocentos, com a fixação de Vândalos e Suevos na Galécia, prolongando-se até meados do séc. V, concretamente no período balizado entre 455/459, momento que corresponde à avassaladora guerra civil ocorrida entre suevos e visigodos[455]. Esta fase, que abarca a primeira metade do séc. V, caracteriza-se pelo estado de frequente de guerra civil e profunda insegurança, encontrando-se amplamente documentada pelo registo arqueológico, nomeadamente pelo fenómeno de entesouramento.
Segundo Hidácio[456], após um ciclo de pilhagens, os germanos instalaram-se no noroeste peninsular, tendo os Vândalos Hasdingos ocupado o *conventus lucencis* e os Suevos a parte ocidental do *conventus bracarensis*, cuja correspondência, *grosso modo*, seria a da região de Entre-Douro-e-Minho, constituindo a faixa costeira a base política e territorial do reino suevo[457] (QUIROGA 2004, 39-40).
Apesar de hoje consensualmente se considerar que, numa primeira fase, a instalação dos povos germânicos no noroeste peninsular não ter resultado numa ruptura brusca com as especificidades culturais da sociedade galaico-romana, a profunda alteração política com a criação de reinos, sobretudo com o dos Suevos a partir de 419, gerou um profunda instabilidade política e militar que culminaria com a queda do reino suevo na sequência da guerra civil de 455-459, período em que a região do convento bracaraugustano foi particularmente afectada. Entre os episódios mais marcantes contam-se o ataque a *Bracara Augusta* em 455 promovido por *Theudoricus II* que culminaria com a captura e a execução de *Rechiarius* em 456 em *Portucale*, no âmbito de ataques contínuos por parte dos visigodos a toda a região costeira da região bracarense[458]. Os episódios militares prolongar-se-iam até 459, ano em que *Maldras* ataca *Portucale*, tendo vindo a ser eleito rei pelas estirpes suevas agrupadas à volta do Porto, verificando-se a partir desse momento o emergir de um certo protagonismo portucalense que se irá impor ao longo da Alta Idade Média até à formação de Portugal.

---

[455] Efectivamente, foi no Porto que o rei Requiário (448-456) se refugiou, após a derrota infligida pelo rei visigodo Teodorico II, na batalha do rio Orbigo, próximo de Astorga, tendo vindo a ser capturado e executado no Porto (SILVA 1994, 99).
[456] Segundo Hidácio através de um sorteio (…) *sorte ad inhabitandum sibi provinciarum dividunt regiones* (…) (TRANOY 1974, 117-118).
[457] Na expressão de Hidácio (…) *Gallaeciam Vanndali occupant et suevi sita in extrimitate oceani maris occiduai* (…) (TRANOY 1974, 117-118).
[458] Alain Tranoy, com base em referências de Hidácio, que refere o ano 456 como sendo o momento em que, *latrones* pilham a região do conventro bracaraugustano, reforça a gravidade da situação, particularmente penosa para os habitantes da área meridional da Galécia, referindo que a desorganização da administração e a destruição causada pela actividade militar favoreceu o desenvolvimento do banditismo (TRANOY 1981, 446).

Do ponto de vista económico, apesar da conjuntura política e militar extremamente negativa, assiste-se ainda na primeira metade do séc. V à manutenção do dinamismo económico e comercial da Fase anterior, que regista a continuação dos vínculos comerciais com o mediterrâneo oriental, como documentam algumas ocorrências de sigillatas africanas, foceanas e cipriotas tardias (DELGADO 1988, 35-49), assim como de âmbito continental documentado através de sigillatas paleocristãs e de alguns contentores anfóricos provenientes da Bética, como as formas Almagro 50/Keay XVI, a Oriental Tardia e a Africana/Tunisina (MORAIS 1998).

Enquadramento arqueológico

Na área meridional da província, do ponto de vista arqueológico os elementos crono-estratigráficos não são abundantes, mas os existentes são extremamente significativos.
Identificam-se referências estratigráficas documentadas no Morro da Sé, Porto, nos quais, sobre estratos tardo-romanos se regista um nível de incêndio associado a um horizonte de destruição datado do período suevo-visigótico, que se relaciona com os episódios militares referidos (SILVA 1994, 99: REAL; TÁVORA;OSÓRIO; TEIXEIRA 1985-86).
Neste período a cidade de Braga manteve um ritmo de reestruturação assinalável, decorrente do seu estatuto de capital do reino suevo até ao ano 456, cujo registo arqueológico claramente evidencia uma continuidade de ocupação com certas transformações datáveis até ao séc. VII. Os vestígios relativos à primeira metade do séc. V reportam-se a realidades cemiteriais, à arquitectura privada e pública. Quanto aos primeiros, identificam-se enterramentos coevos na necrópole de Cangosta da Palha[459] e na necrópole localizada nas imediações da igreja de S. Victor. Também na arquitectura pública se identificam importantes transformações das quais a mais significativa terá sido o desaparecimento das termas públicas do Alto da Cividade no séc. V, agora convertidas num edifício de natureza privada[460].
Entre os vestígios conhecidos entre Leça e Ave destacam-se as necrópoles de Rorigo Velho, S. Martinho de Bougado e de Vila Nova da Telha, Maia (4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 30, 15), cujas produções cerâmicas de *engobe vermelho não vitrificável*, designadamente da forma Hayes 52 / Hispânica 6 *TSHT*, permitem, com alguma segurança, prolongar a sua cronologia para a primeira metade do séc. V.

Elementos estratigráficos e estruturais

Os elementos estruturais e estratigráficos identificados no *aglomerado urbano secundário / vicus* de Alvarelhos nesta fase são significativos e abundantes, ora registando uma continuação da ocupação da Fase IV, ora evidenciando significativas obras de adaptação e reestruturação do programa dos edifícios preexistentes (dimensão, número e funcionalidade dos aposentos), apresentado por vezes soluções arquitectónicas inovadoras nas quais se identificam novos elementos de conforto.
Neste período a rede de arruamentos interna mantém-se operacional, apesar do plano de obras implementado na Fase IV ter comprometido em parte a sua funcionalidade, uma vez que a ortogonalidade rígida do projecto da Fase IIB e III sofreu reajustamentos em função das obras de remodelação dos edifícios, garantindo-se assim a funcionalidade do centro cívico do povoado.
A ocupação registada compreende a *Praça*, os diversos arruamentos, a *Domus do Complexo Artesanal*, a *Domus da Lucerna do Golfinho*, a *Domus da Lucerna do Cavalo*, a *Domus Norte*, a *Domus da Lucerna Cristã*, a *Domus da Colher de Prata* e a *Domus do Tesouro*. Entre estas merecem destaque as duas *domus*

[459] Identificam-se na necrópole de S. Victor sepulturas prismáticas ou rectangulares feitas à base de elementos cerâmicos (QUIROGA 2004, 72).
[460] Aspecto valorizado por certos autores não como um exemplo de ruptura, mas sim de transformação formalizada num contexto de alteração da concepção de funcionalidade do espaço público urbano (QUIROGA 2004, 75).

que se implantaram nos topos laterais da *Praça* (*Domus da Lucerna do Cavalo* e *Domus do Complexo Artesanal*) pelo facto de aí se terem registado significativas obras de remodelação interna registando-se a criação de novas funcionalidades e a ampliação do número e área dos aposentos.
Em termos genéricos, as intervenções construtivas apresentam alvenarias de qualidade inferior ao nível dos aparelhos, argamassas e acabamentos dos paramentos, assim como do revestimento dos pavimentos, tanto dos lajeados como os de saibro ou terra batida.
Como se constata na leitura estratigráfica a ocupação termina com a destruição do povoado, cujo *interface* estratigráfico corresponde a uma generalizada camada de incêndio que incorpora as coberturas dos edifícios, constituindo uma camada uniforme e espessa que sobrepõe a uma camada onde se regista o espólio relativo a esta última ocupação.

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	---	---	---	---	---	---	---
Casa II	---	---	---	---	---	---	---
Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura II	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura/Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Casa IV	---	---	---	---	---	---	---
Casa V	---	---	---	---	---	---	---
Casa VI	---	---	---	---	---	---	---
Casa VII	---	---	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	---	---	---	●	---	---
Decumano	---	---	---	---	●	---	---
Cardo oeste	---	---	---	---	●	---	---
Cardo leste	---	---	---	---	●	---	---
Arruamento "privado"	---	---	---	---	●	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	---	---	---		---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	---	---	---	●	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	---	---	---	●	---	---
Domus Norte	---	---	---	---	●	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	---	●	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	---	---	●	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	---	●	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	---	●	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	---

A cultura material

O espólio arqueológico associado a esta fase constitui um natural prolongamento da Fase IV ao nível das produções locais e regionais, assim como dos materiais importados, registando-se um significativo incremento das produções de âmbito regional características deste período como, por exemplo, as *cerâmicas cinzentas finas tardias*.
As cerâmicas comuns acentuam as características desenvolvidas na Fase IV que consistem na predominância da utilização de pastas relativamente pouco depuradas, cujos elementos não-plásticos são constituídos por quartzo mal calibrado e de distribuição pouco uniforme. Ao nível dos acabamentos regista-se também um decréscimo na qualidade sendo a solução mais frequente o simples alisamento acompanhado por uma aguada pouco espessa. As decorações simplificam-se passando maioritariamente a ser constituídas por aplicação de cordões ao nível da transição do colo para o bordo, simplesmente

digitados compondo motivos de repetição simples. O reportório das formas diminui progressivamente observando-se um menor requinte formal, assim como uma menor especificidade funcional. Predominam formas abertas de pequena dimensão relacionadas com as actividades do quotidiano (pratos, panelas, potes, tigelas e taças). As formas de armazenamento de média e grande dimensão diminuem de expressão quantitativa.

As cerâmicas de mesa são agora constituídas por produções de imitações designadas por *cerâmica de engobe vermelho não vitrificável*, *cerâmicas cinzentas finas tardias*, sigillatas hispânicas tardias e, em menor número, por sigillatas africanas.

A produção de vidro identificada na área oficinal da *Domus do Complexo Artesanal* mantém-se, consistindo maioritariamente em vidros de pouca qualidade com um reportório de formas limitado, com clara predominância de tigelas, copos e taças[461], produzidas em vidro de cor verde-musgo que, em certa medida, explica a baixa quantidade de formas destinadas a beber produzidas em cerâmica comum.

As produções metálicas não registam alterações significativas sendo apenas de realçar a ocorrências de novos motivos e composições decorativas compostas por círculos, pontilhado e de representações faciais de traços grosseiros que se irão generalizar ao longo do séc. V.

Fase VI – *séc. IX/X - séc. XII/XII (Fenómeno de incastellamento)*

Corresponde à ocupação relacionada com o movimento de reconquista. É no contexto do incremento que Afonso III imprimiu ao processo de reconquista levando a linha de fronteira até às margens do rio Douro, alicerçado numa importante reorganização militar e administrativa, que se compreende a instalação de um reduto defensivo na área de Alvarelhos, eventualmente localizado no monte de S. Marçal. Esta nova fase inaugura-se em 868 com a presúria do Porto por Vimara Peres, acompanhada com a de Chaves pelo Conde D. Odário. O controlo destes dois pontos veio a revelar-se fundamental para a evolução do processo de reconquista do noroeste de Portugal. Em finais do séc. IX, princípios do séc. X, os frequentes ataques de Normandos e Muçulmanos em toda a costa norte terão originado, por motivos de segurança, o fenómeno que na historiografia portuguesa se conhece por *incastellamento*. Este fenómeno, desenvolvido entre nós a partir de finais do séc. IX, até aos princípios do séc. XII[462], está subjacente ao processo da organização defensiva do povoamento e administração do território (ALMEIDA 1978, 27). Estas fortificações de iniciativa popular constituíram a resposta das populações locais às incursões normandas e às investidas muçulmanas. Apesar dos poucos vestígios arqueológicos conhecidos deste tipo de fortificações, anteriores ao castelo românico, a impressão geral formada pela análise dos vestígios conhecidos, permite desenvolver a ideia de que deveriam ser constituídos por construções muito rudimentares, dotadas de estruturas defensivas precárias, cuja implantação privilegiaria espaços onde a morfologia do terreno acentuasse as diferenças de cota entre a área intramuros e a extramuros, assim como a existência de afloramentos rochosos que diminuíssem o esforço de construção. A sua área deveria ser reduzida e adaptada à disponibilidade do espaço existente nos promontórios em que estavam instalados, favorecendo sempre uma implantação que permitisse um amplo domínio visual sobre a área envolvente e, em particular, das vias de comunicação.

Posteriormente, com o incremento da reconquista cristã e a reorganização administrativa do território, nomeadamente com a criação dos *territoriae* e das *civitates* assiste-se à personificação dos destinos militares, concentrados agora num castelo governado por um nobre, mas cuja existência, no imediato, não

[461] As formas mais frequentes são; Copo/Taça Isings 96/106, Isings 106, 116 e taças campaniformes.

[462] Segundo Mário Barroca as referências documentais a essas estruturas defensivas multiplicam-se ao longo do séc. X e encontram a sua máxima expressão no séc. XI (BARROCA 1990-1991, 91).

terá vindo anular o papel das fortalezas de iniciativa local, pelo contrário, veio dar um novo enquadramento ao processo da reconquista, sobretudo nas zonas de fronteira (BARROCA 1990-91, 92).
É neste âmbito que se inscreve a guarnição militar de S. Marçal que encontra paralelo e enquadramento estratégico num conjunto de redutos defensivos identificados na área meridional do noroeste português, que obedecem aos mesmos critérios de implantação, geralmente associados a mosteiros de fundação do séc. X e XI, cuja emergência corresponde às mesmas prerrogativas e observa o mesmo enquadramento político sendo evidente que a sua localização estabelece uma relação de proximidade com a rede viária e a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola, que, naturalmente, estarão directamente relacionados com os principais núcleos populacionais existentes e com as estruturas defensivas a que aludimos.

Enquadramento arqueológico

Na área geográfica aqui considerada, que, *grosso modo*, corresponderá à "Terra da Maia", identificam-se mais de uma dezena de "castelos" cuja implantação nos permite desenhar a distribuição dos núcleos populacionais então existentes e a sua relação com as vias de comunicação em funcionamento.
Alvarelhos é referenciado em 907 (*DC* 14), 990, 1052 e 1076 como *castro* (*DC* 158; DC 382; *DC* 533), e como *monte* em 1059 (*DC* 413), 1083 (*DC* 1083), e 1089 (DC 729)[14]. Este último reporta-se à venda de uma propriedade sita na vila de Guidões por Nantildo e seu sobrinho a Tritesende Gotierizi e esposa Gontronde[463]. Neste exemplo ressalta o facto de, apesar da propriedade em questão se localizar em Guidões, a cerca de dois quilómetros de Alvarelhos, este serve como referência geográfica para a localização da propriedade. Este fenómeno não encontra explicação em hábitos de diplomática dos diferentes cartórios, ou na notoriedade orográfica dos montes a que se referem, mas sim devido ao facto de estes espaços servirem de locais de refúgio da população em momento de perigo. Efectivamente, no caso vertente, este aspecto é bastante evidente, uma vez que, junto a Guidões, existem outras elevações, inclusivamente de maior altitude e com particularidades geomorfológicas que as distinguem das existentes na área envolvente (MOREIRA 1997b, 141-142).

Fortificações alto medievas localizadas na faixa costeira entre Douro e Ave

Alto da Maia, Águas Santas, Maia – Localizado junto da estrada de ligação do Porto a Guimarães. A sua ocupação documenta-se desde época romana, tendo deixado de ser referido depois de meados do séc. XI (ALMEIDA 1978, 29; AZEVEDO 1939, 103).

Avioso, Maia – É mencionado em inúmeros documentos medievos (*DC* 363, 364, 452, 454, 458, 465, 466, 467, 507, 829 como castro *amaya* - 520; como castro *avenoso* 323).
Encontra-se implantado sobre um castro[464], vulgarmente designado por castro de Avioso. De acordo com o *Livro Velho de Linhagens* este castelo terá estado relacionado com a reconquista[465] (AZEVEDO 1939, 102-103; ALMEIDA 1969, 33; 1978, 30; MOREIRA 1969, 33; SILVA 1979, 79; 1986, n.º 372; ALARCÃO 1988, 23). Actualmente não

[463] *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et chartae*, DOC. 413 (1059), vol. I, 1867, (...) *Pactum venditionis praedii cusjusdam in villa Quintones dicta. Quintones dicta. Ex charta autographa, ad Monasterium Morariense pertinente, in Publico Archivo servata, descripsimus.Christus. In dei nomine Ego nantildo una com subrino meo gudino in domino deo eterna salute ámen. Ideo plagui nobis per Bona pacis et uoluntas ut per scritura firmitates vinderemus a uobis tritesendo gotierizi et uxori nestra gontrode sicut et uendimus eridimate; nostra própria que avemus; in uila que uocidant quitones subtus mons alvarelios discurente riuulo quitones prope litore maris teritorio portugalensi in logo predicto.* (...) (MOREIRA 1997, 142).
[464] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 7.
[465] Livro Velho de Linhagens, I, 41.

são visíveis quaisquer vestígios. O pequeno promontório localiza-se na margem esquerda da ribeira do Arquinho afluente do rio Leça na sua margem direita.

Castro Boi, Vilarinho, Vila do Conde - Encontra-se mencionado a partir do início do séc. X, concretamente em 907 (*DC* 14) e, posteriormente, em 974, é referido como castelo (*DC* 112). A sua implantação relaciona-se directamente com a via de ligação a Iria Flávia, de antiga fundação romana, assim como com o mosteiro de Vairão. Está implantado num pequeno morro que se destaca isolado na paisagem, no qual esteve implantado um importante castro, a sudoeste do mosteiro de Vairão, com o qual estaria relacionado[466]. As características topográficas do monte conferem-lhe um sistema natural de defesa razoável, particularmente na sua face oeste. Possui um amplo campo de visão sobre a várzea marítima, assim como para o interior. O promontório apresenta dimensões relativamente modestas e a acrópole revela uma planta ovalada, com a plataforma superior relativamente nivelada.
Como referência da sua importância medieval, registe-se o importante acervo documental que a ele se reporta, constituído por mais de quarenta diplomas, variando a sua denominação entre *castellum de bove*; *Castro de Bove* e *Kastro de bove* (*DC* 16, 24, 112, 198, 216, 249, 281, 308, 318, 321, 333, 352, 353, 414, 415, 453, 460, 461, 462, 480, 483, 489, 495, 497, 501, 510, 518, 520, 524, 527, 529, 530, 571, 629, 795, 814, 846, 861, 881, 932).

Custoias, Matosinhos - Surge mencionado pela primeira vez em 973 (*DC* 109), seguindo-se várias referências, ora como *mons* ora como *castro*. A sua localização estratégica possibilitaria um controle sobre o rio Leça, assim como sobre a estrada de ligação do Porto para norte através da ponte de D. Zameiro. Encontrar-se-ia também relacionado com o antigo mosteiro de Leça do Balio[467] (ALMEIDA 1978, 36).

Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso - A referência a uma estrutura militar, mencionada na circunscrição do Julgado de Refojos de Riba D'Ave, muitas vezes com a designação de Monte Córdova, faria com que vários autores sugerissem a sua localização no castro do Monte do Padrão[468].
Encontra-se referenciado em 1093 (*DC* 796), num contrato de venda de propriedades localizadas em S. Paio de Guimarei, com a designação de *mons* (…) *in uilla uimarei subtus mons cordua território portugalensis discurente ribulo sanguineto.* (…).
A alusão ao castelo de *Pena de Cide* surge pela primeira vez nas Inquirições de 1220. Mais tarde, Costa Veiga, com base de um Nobiliário datado de 1270, concretamente o texto nobiliário II, refere que o (…) *infante Alboazar Ramires, filho do rei Ramiro ao qual porque foi bom por armas, puzeron-lhe nome Cide Alboazar e feze uma torre no monte Córdova que hora chamão Pena de Cide e guerreou dahi os mouros* (…). Costa Veiga admite a veracidade da referência e localiza o castelo, que identifica como *castelo de Refojos*, no maciço do Pilar, actualmente localizado entre a freguesia de Refojos, concelho de Santo Tirso e a freguesia de Pena Maior, hoje no concelho de Paços de Ferreira, com base na análise de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os *magnates* da região, se reuniram em Pena Maior (DC 140) (VEIGA 1936, 132-133). No Livro Velho de

[466] Vairão (S. Salvador), Vila do Conde. A sua fundação é anterior a 974 (PMH, *DC* 112 = *Livro Preto 187*). D. Afonso Henriques, em 1141, conceder-lhe-ia a carta de couto (MATTOSO 1968, 48; MOREIRA 189-90, 86-89; BARROCA 1999, 83-92).
[467] Leça do Balio (S. Salvador), Matosinhos – Mosteiro masculino fundado em finais do séc. X por Tructesindus Osorediz (*DC* 173, 193). O seu couto foi demarcado por D. Afonso Henriques tendo sido entregue aos Hospitalários nos finais do primeiro quartel do séc. XII.
[468] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 42.
António Augusto Pires de Lima, a propósito da referência de Costa Veiga, que sugere a localização do castelo em Pena Maior, Paços Ferreira, comenta – (…) *O argumento não é decisivo, porque a convocação para ali podia ter outra explicação, como a de que o pleito diria respeito a terras de Pena Maior. Eu inclino-me a crer – mera conjectura, porém – que o castelo estivesse situado no lugar do Padrão, onde se estão encontrando vestígios de antigos edifícios, que mais parecem revelar a existência de fortificações do que de uma citânia. É conveniente, porém ponderar que uma fortaleza, onde se concentrava o governo militar e civil de uma terra, não passava, por vezes, de construção provisória e tosca. Por isso, como observa A. Herculano, poucos castelos nos restam desses tempos* (…) (LIMA 1951, 38, nota 1).

Linhagens, a propósito do castelo, agora designado de Monte Córdova, pode ler-se (…) *Reinou depôs el seu filho dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leom, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo[u]quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E desi filhou o castro d'Aveoso a Mouros e deito Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e feze-os ir a crasto Marnel de Riba de Vouga.*
E casou com dona Usco Godins, filha del conde dom Godinho das Astúrias, e ela com seu marido de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba D'Ave (…) (PIEL; MATTOSO 1980, 50).

José Mattoso, por seu turno, ao aludir aos principais castelos de Entre-Douro-e-Minho, inclui o castelo de Monte Córdova no território de entre Ave e Douro, no concelho de Santo Tirso, como centro da terra de Refojos de Riba d'Ave (MATTOSO 1995, 94).

Na mesma linha, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao referir-se ao fenómeno de "*incastellamento*", valorizando a componente toponímica, considera esta passagem como alusiva a uma fortificação, eventualmente, vinculada à família de S. Rosendo, sem contudo precisar a sua localização – (…) *106 – MONTE CÓRDOVA, S^to^ Tirso – Este castelo parece ter visto a sua importância diminuída a partir dos princípios do séc. XI. É referido como uma estratégica fortificação no Livro Velho II (Ed. 1961, p. 41). Não é extremamente ousado ligar este arcaico castelo à família de S. Rosendo* (…) (ALMEIDA 1978, 39).

As evidências arqueológicas conhecidas até ao momento no castro do Monte do Padrão não permitem afirmar com segurança que o castelo de Refojos de Riba d'Ave (*Pena Cide*) possa ter tido aí a sua localização, apesar de ser conhecida a ocupação medieval do povoado, cuja cronologia aponta para uma longa ocupação que se prolonga desde os finais do séc. X até ao segundo quartel do séc. XVII, mas cuja realidade estrutural aponta para uma ocupação relacionada com a igreja paroquial e o mosteiro de Monte Córdova[469].

Todavia, relativamente próximo do Padrão, no lugar do Morro da Vela (4.2. *O povoamento. Catalogo das estações*, n.º 41)[470] identificam-se vestígios estruturais e materiais de superfície cronologicamente consistentes com esta referência arqueológica, que temos vindo a identificar como uma atalaia medieval que poderá, eventualmente, corresponder ao castelo referenciado.

Localiza-se num pequeno promontório da cumeeira oeste do maciço de Monte Córdova e ocupa um esporão rochoso onde, à superfície, se verificam grandes afloramentos. Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida, hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, atestam uma ocupação bastante recuada deste local (PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 169-177; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11; MOREIRA 2007, 46). Actualmente não são visíveis quaisquer vestígios de estruturas ou

[469] A fundação do cenóbio de Monte Córdova enquadra-se num fenómeno de larga expressão geográfica de emergência de mosteiros que parece desempenhar um papel muito relevante na estruturação do povoamento do território ao longo do período da reconquista, designadamente no decurso do séc. X e XI. A sua fundação, segundo Frei Benito de La Cueva, terá ocorrido em 934, por iniciativa de São Rosendo. Frey Benito, arquivista do mosteiro de Celanova, refere-o na sua obra "Cela Nova Ilustrada", fundamentando a sua afirmação com a referência documental no Lib. Gotic fol. 167, no qual é feita a divisão de parte dos bens dos pais de São Rosendo pelos quatro filhos, no qual afirma constar a referência à doação a S. Rosendo da "Yglesia de San Salvador de Monte Corba" e de San Miguel de Salas" (…) *La ess^ra^ de Division está en Lib. Gotic fol 167 y de ella consta que le cupieron a San R^o^ estas Yglesias y la Villa de Castro en la cumbre del Monte leboreyro q^e^ divide a Portugal de Galicia, y es fuerza inexpugnable.* (…) (CUEVA 2007, 76).
Curiosamente, o documento referido (doc. 478, ff. 166r-167v / datado de 11 de Março de 934), (CERNADES 1995, 662-664), apesar de apresentar o arrolamento dos bens distribuídos pelos quatro irmãos, a relação referente aos bens de S. Rosendo não refere qualquer menção à igreja de S, Miguel de Salas (hoje igreja paroquial de S. Miguel do Couto), assim como à igreja de S. Salvador do Monte Corba (hoje igreja paroquial de Monte Córdova).
A extinção do mosteiro ocorreu ainda na primeira metade do séc. XVI, que, apesar de referido no Censual da Mitra do Porto, em 1542, enquanto tal, já se encontraria extinto e reduzido a paróquia (SANTOS 1973, 84-85).

[470] 4.2. *O povoamento. Catalogo das estações*, n.º 41 - Morro da Vela / Alto da Vela, Monte Córdova, Santo Tirso – Castro / Atalaia Medieval - Latitude - 41º 19' 24'' N; Longitude - 8º 26' 30'' W (meridiano de Greenwich), Altitude - 472m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977). Inscreve-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgo2, e a terrenos sem Aptidão Agrícola.

taludes que denunciem a existência de estruturas defensivas. As cerâmicas de superfície recolhidas no local enquadram-se, maioritariamente, na época medieval, embora também se identifiquem cerâmicas castrejas em pequeno número[471].

Faro, Gemunde, Maia – Várias vezes referenciado na documentação do mosteiro de Moreira (*DC* 163, 266, 267, 321, 323, 331, 411, 427, 430, 482, 522, 528, 554, 597, 723, 783, 878, 879; 523). Encontrar-se-ia relacionado com o castelo de Avioso e com o controlo da importante estrada de ligação do Porto a Braga (ALMEIDA 1978, 36-37; AZEVEDO 1939, 103).
Encontra-se implantado num pequeno outeiro sobranceiro à veiga formada pelo ribeiro do Arquinho, na sua margem esquerda. O topo do monte forma um pequeno *plateau* muito recortado, definido pela curva de nível dos 140 m. A sua localização geográfica revela um posicionamento privilegiado, que conferia ao local alguma importância estratégica.

Gueifões, Matosinhos – Referenciado desde o séc. X (*DC* 274, 1032, 319, 1042, 731, 1090). Encontrar-se-ia implantado sobre o antigo castro de Guifões. A sua implantação estratégica possibilitaria o controlo da costa marítima e da produção salineira da foz do Leça (ALMEIDA 1978, 37-38; SANTOS 1995).

Mafamude, Aldoar, Porto – Referenciado no séc. X (*DC* 156, 159, 990, 989). Estará, eventualmente, relacionado com o pequeno cenóbio masculino de S. Martinho de Aldoar[472], fundado em 944 (*DC* 54).

Luneta, Campanhã, Porto – Referenciado no séc. XI (*DC* 500, 1072). Estaria relacionado com o mosteiro de Rio Tinto (S. Cristóvão), Gondomar[473], (1058. ... *monasterio ... in uilla Campaniana* ...) (*DC* 409; 1077), fundado em data anterior a 1058 (*DC* 409).

Pedras Rubras, Moreira, Maia – Referenciado várias vezes ao longo do séc. XI a partir de 1008 (*DC*. 197,124, 681, 717, 738). Estrategicamente localizado em relação à via "*per loca marítima*", estaria relacionado com o mosteiro de Moreira[474].
Encontra-se implantado sobre um antigo castro romanizado[475] instalado sobre um pequeno *plateau*, próximo do rio Leça, identificado localmente com o topónimo de *Crestins* / *Monte das Pedras*. Ocupa uma plataforma de planta oval definida pela curva de nível dos 70 m. As duas linhas de água, que lhe definem o recorte e proporcionam condições "defensivas" razoáveis, são ambas afluentes do rio Leça na sua margem esquerda.

Ansedo, Guilhabreu, Vila do Conde – Referenciado apenas uma vez em 1115 (*DP* 511). Estaria, relacionado com o mosteiro de Lavra[476] fundado em meados do séc. X (MATTOSO 1968, D12, 11-12).

---

[471] Embora surja referenciado como castro nos trabalhos recentes de inventário (SILVA 1986, 83, n.º 342 e 343; QUEIROGA 1992, 314), outros autores excluem-no deliberadamente (DINIS 1993 105-106, n.º 105 e 106).
[472] Aldoar, (S. Martinho), Porto – Pequeno cenóbio masculino fundado em 944 (*DC* 54). Terá passado para o mosteiro de Leça a partir de 1021, e a partir do fim do séc. XI, para o mosteiro da Vacariça (MATTOSO 1968, 3).
[473] Rio Tinto, (S. Cristóvão), Gondomar – Cenóbio feminino fundado em data anterior a 1058 (*DC* 409). As monjas beneditinas do mosteiro de Rio Tinto foram transferidas par o mosteiro de S. Bento no Porto em 1535.
[474] Moreira da Maia (S. Salvador), Maia – O mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia foi fundado em data anterior a 1027 (DC 262) (CARVALHO 1969, *Doc*. n.º 2). Á sagração da segunda igreja alude uma inscrição comemorativa datada de 1112, período em que era Abade do mosteiro D. Mendo, que aliás figura na inscrição do acto fundacional a que terá presidido por D. Hugo, num dos seus primeiros actos públicos enquanto bispo do Porto (BARROCA 1999, 49). O mosteiro em 1113 aderiu à Regra Agostiniana (MATTOSO 1968, 16).
[475] 4.2. *O povoamento. Catálogo das estações*, n.º 5. A análise do local permitiu-nos identificar na sua face nordeste, junto à linha de caminho de ferro de ligação do Porto à Póvoa de Varzim, um pequeno espaço onde é ainda perceptível um talude que poderá, eventualmente, corresponder à sua única linha de muralhas. Os poucos materiais de superfície recolhidos no local permitiram identificar alguma cerâmica comum romana e fragmentos de tégula (AZEVEDO 1939, 105; SILVA 1980, 79).
[476] Lavra (S. Salvador) Matosinhos – Mosteiro fundado em meados do séc. X (MATTOSO 1968, D12, 11-12). Por final do séc. XII seria pertença do mosteiro de Santo Tirso.

Monte Castro, Gondomar – Referenciado a partir de 978 (*DC* 153, 170). Encontra-se implantado sobre um importante castro romanizado. Relaciona-se com o cenóbio masculino de Fânzeres (S. Salvador), Gondomar, identificado a partir de 1032 (*DC* 273), assim como com o ermitério de São Pedro da Cova, Gondomar datado de 1134 (*DR*, 522, ref.ª 39)[477].

Elementos estratigráficos e estruturais

A fortificação de Alvarelhos identifica-se documentalmente a partir de 990 onde é referenciado como *castro* (*DC* 158) e como *monte* em 1059 (*DC* 413) (ALMEIDA 1968, 29). Encontrar-se-ia implantado no promontório no qual foi erigida uma capela por iniciativa do mosteiro de Vairão dedicada a S. Marçal (MOREIRA 2007, 35).
A área intervencionada não contemplou a área de implantação pelo que não se conhece a sua realidade estrutural, assim como a sua cronologia. Os elementos que se recolheram resultaram de uma acção de limpeza e definição da capela de S. Marçal na qual superficialmente se identificaram alguns materiais cerâmicos cronológica e tipologicamente enquadráveis neste período.

Cultura material

Os materiais arqueológicos associados a este momento de ocupação são relativamente pouco significativos compondo-se, fundamentalmente, de cerâmicas utilitárias de armazenamento de dimensões médias. Predominam os potes de perfil em S com base de assentamento discóidal e bordo contracurvado com aba e rebordo interior para assentamento de testo. Os fabricos, geralmente grosseiros, são formados por pastas mal depuradas de aspecto arenoso e friável cujos elementos não-plásticos predominantes são o quartzo e a mica.

Fase VII – *séc. XII/XIII - séc. XVI*

Corresponde, *grosso modo*, à ocupação medieval e pós-medieval. Encontra-se documentada pela igreja de Santa Maria de Alvarelhos e a necrópole que lhe está associada. Os elementos arqueológicos recolhidos, designadamente os numismáticos, sugerem uma cronologia balizada entre o reinado de D. Afonso III (1248-1279), e o reinado de D. João III (1521-1557). A ocupação encontra-se documentada nas Inquirições de D. Afonso XIII (1258) onde se menciona expressamente a igreja que, segundo o documento, a localização original seria outra, tendo a actual sido transladada para o local em data que não se especifica, justificando-se, desta forma, o facto da cruz de sagração do altar se encontrar invertida, conforme se documentou na sua escavação. Relativamente à datação da sua transladação não possuímos elementos crono-estratigráficos seguros, restando-nos a referência do prelado ouvido nas inquirições mencionadas que refere (...) *ouviu muitas vezes dizer a homens muito velhos que a metade dessa igreja pertencia ao Sr. Rei* (...) o que colocaria a possibilidade de a sua trasladação ter ocorrido nos em princípios do séc. XII. O seu abandono e destruição deverão ter acontecido por meados do séc. XVI no reinado de D. João III, conforme sugerem a datação dos numismas recolhidos.

[477] Fânzeres (S. Salvador), Gondomar – Cenóbio masculino referenciado a partir de 1032 (*DC* 273). Viria a transforma-se em igreja paroquial (*CENSUAL* 273) (MATTOSO 1968, 10-11).

O cemitério anexo enquadra-se no fenómeno de emergência dos cemitérios rurais polarizados em torno das igrejas paroquiais, documentado no noroeste peninsular a partir do séc. IX, a que vulgarmente se designa por *tumulatio appud eclesiam*[478].

A igreja de Santa Maria de Alvarelhos constituiria o pólo sacralizador de todo o espaço da *freguesia* que não só abriga e protege os mortos como beneficia os vivos, assumindo-se como a garantia da protecção de Deus e fundamental da paróquia rural que se estrutura a partir do séc. XII-XIII (ALMEIDA 1981a, 202-212)[479].

Enquadramento arqueológico

A ocupação medieval identificada, à semelhança da registada no Monte Padrão, parece corresponder a um prolongamento sequencial da ocupação iniciada na Fase VI que, embora motivada por circunstâncias decorrentes da conjuntura militar, terá originado uma ocupação de carácter religioso assegurando assim a protecção do centro espiritual a partir do qual se garantia a sacralização do território que, por partir da igreja, tinha uma natureza centrífuga e abrangeria todo o espaço no qual se distribuam os fregueses, constituindo-se como o pólo unificador e sacralizador de todo o espaço da freguesia.

O povoamento medieval da área envolvente do povoado, em conformidade com o da região minhota, é disperso, no qual, por sistema, as casas se instalavam entre o *ager* e o monte ou entre campos, juntos dos caminhos, com uma certa proximidade, originando assim minúsculos núcleos de povoamento, designados por lugares que, no seu conjunto configuraram a paróquia.

Explicar-se-ia a manutenção da igreja relativamente afastada da área habitada até um período tardio pelo seu forte poder espiritual e simbólico, assim como pelo papel que desempenhava enquanto elemento estruturante e unificador, hierarquizando os lugares e harmonizando as inter-relações.

A trasladação das igrejas para locais mais próximos e centrais aos núcleos habitacionais, como se depreende das palavras de Frei leão de S. Tomás[480] em relação à transferência da igreja de S. Salvador de Monte Córdova, localizada no Monte Padrão para o local de Quinchães[481], parece decorrer de um processo de natural aproximação da igreja aos fiéis que reflecte também um progressivo aumento populacional e desenvolvimento económico num quadro político-militar estabilizado.

A sacralização dos espaços agora abandonados marcar-se-ia com a edificação de capelas. No caso do

[478] A emergência do processo de *tumulatio appud ecclesiam*, por oposição à *tumulatio ad sanctos*, consiste num fenómeno tipicamente rural que se desenvolve a partir do séc. IX, verificando-se, a partir desse momento, a polarização dos cemitérios em torno das igrejas paroquiais (BARROCA 1987, 24).

[479] Sobre o papel sacralizador e protector do espaço e dos fregueses Carlos Alberto Ferreira de Almeida realça a dimensão estruturante da igreja na organização do território - (…) *A igreja não só abriga e protege os mortos, assegurando-lhes o além, mas também beneficia os vivos e é a garantia da protecção de Deus para os frutos da terra e do exorcismo dos males. Dela saíam as procissões com relíquias e ladainhas, a abençoar os campos e a excomungar as pragas das sementeiras. Ela era o pólo de protecção de deus e dos seus santos para os vivos e seus interesses, com um sino que tudo anunciava e cujo som também sacralizava o espaço paroquial* (…)(ALMEIDA 1981a, 207).

[480] A trasladação da igreja de S. Salvador de Monte Córdova para o lugar de Quinchães terá ocorrido entre 1624 e 1651, momento em que Frei Leão se refere ao processo de transferência da seguinte forma – (…) *Poucos annos há, que a dita igreja do Salvador se mudou do alto do monte para outra parte da freguezia, aonde parece que ficuava mais accommodada pêra serviço dos Parrochianos, que são mais de quatrocentos* (…) (TOMÀS 1651, 161).

[481] O lugar de Quinchães localiza-se nas imediações do povoado e regista ocupação romana, cujo topónimo conservou a referência à sua ancestral ocupação, certamente relacionado com o castro do Padrão, cuja origem etimológica se vincula a um possessor romano (latino) *Villa Quintilianis* (matriz de *Quintum*) - *Quintilianis* / Quintianis / Quinçhães. Evolução fonética por palatização do grupo "ti", após queda do l inter-vocálico.

Monte Padrão dedicado ao Senhor do Padrão[482] e no caso de Alvarelhos a S. Marçal[483].

Elementos estruturais e estratigráficos

A identificação de vestígios arqueológicos atribuíveis à época medieval, datados da 1ª e 2ª dinastia, constitui o natural prolongamento da ocupação registada na Fase VI, correspondendo a um padrão de ocupação muito específico de natureza não habitacional que se aprecia noutros registos na região em estudo, como, por exemplo, no castro do Padrão.
Os vestígios intervencionados localizam-se na plataforma intermédia, que corresponde à face leste da base da elevação que configura a acrópole do castro, designado na microtoponímia como Monte Grande. Os vestígios reportam-se à primeira igreja paroquial de Alvarelhos e respectivo cemitério, cuja cronologia se baliza entre meados do séc. XII e início do século XVI, momento em que se assiste à trasladação da igreja para o local onde actualmente se encontra.

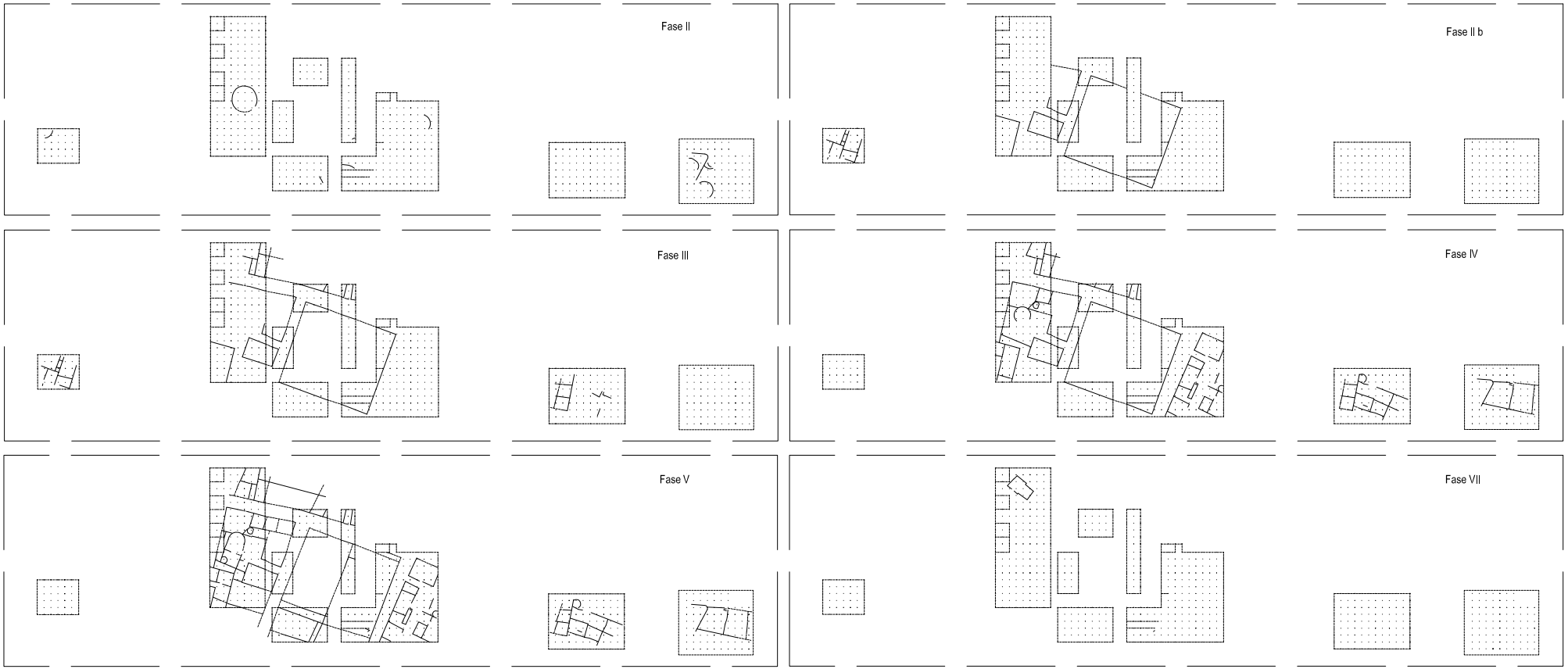
A cultura material

Em termos genéricos, o espólio associado a esta fase é pouco significativo. Para além do acervo cerâmico, regista-se a presença de materiais metálicos associados à construção do edifício e abundantes espécies numismáticas da 1ª e 2ª dinastia.
As cerâmicas, muito pouco abundantes, formam um acervo bastante uniforme ao nível tecnológico, distinguindo-se claramente dois grupos. O primeiro, de fabrico mais grosseiro, é constituído por cerâmicas de armazenamento, sobretudo por potes de perfil em S e bordo em forma de aba. As pastas são mal depuradas de aspecto arenoso e friável. O acabamento é rudimentar, essencialmente elaborado por um polimento incipiente. As decorações, pouco frequentes, são maioritariamente compostos por cordões aplicados ao nível do bordo com depressões de perfil oval. Regista-se ainda a presença de alguns recipientes cerâmicos de proveniência de mercados regionais que damos conta no capítulo relativo ao estudo dos materiais (6.1.14. *Cerâmica medieval. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*).
O segundo grupo é formado por materiais cerâmicos de construção compostos exclusivamente por telha cerâmica de meia cana.
As peças numismáticas, muito numerosas, abarcam uma ampla cronologia que compreende a primeira e a segunda dinastia. O contexto funerário, muito pobre ao nível de espólio, apresenta apenas algumas peças numismáticas.

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Ocupação pré-romana							
Casa I	---	---	---	---	---	---	---
Casa II	---	---	---	---	---	---	---
Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura I	---	---	---	---	---	---	---

[482] A construção da capela do Senhor do Padrão data de 1738. Corresponde à última intervenção construtiva registada na área arqueológica (CORREIA 2004, 4; MOREIRA 2005, 57).
[483] A capela dedicada a S. Marçal foi erigida numa pequena elevação localizada junto da plataforma intermédia. A construção do edifício é datada de 1605 e foi obra de Ana de Mendonça, então abadessa do mosteiro de S. Salvador de Vairão, cujo cenóbio foi detentor do direito de apresentação da reitoria de Alvarelhos até 1834. José Fortes, nos finais do séc. XIX conheceu a ermida em ruínas, aludindo à sua pequena dimensão e a uma inscrição gravada no lintel da porta de entrada, já então deslocada do seu sítio de origem. Segundo a sua transcrição do autor na epígrafe lê-se " ESTA OBRA MANDOU ERIDIFICAR ABBADESA 1605 DONA ANA DE MENDONÇA " (FORTES 1899, 8). Martins Sarmento, que visitou o local e o descreveu com pormenor, refere-se à capela de S. Marçal apenas como estando desprovida de telhado, pelo que deveria ainda conservar-se estruturalmente integra no momento da sua visita, em 1878 (SARMENTO 1970, 49).

Estrutura II	---	---	---	---	---	---	---
Estrutura/Casa III	---	---	---	---	---	---	---
Casa IV	---	---	---	---	---	---	---
Casa V	---	---	---	---	---	---	---
Casa VI	---	---	---	---	---	---	---
Casa VII	---	---	---	---	---	---	---
Área Pública							
Praça	---	---	---	---	---	---	---
Decumano	---	---	---	---	---	---	---
Cardo oeste	---	---	---	---	---	---	---
Cardo leste	---	---	---	---	---	---	---
Arruamento "privado"	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Sudoeste							
Domus do Grafito	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Norte							
Domus do Complexo Artesanal	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna do Golfinho	---	---	---	---	---	---	---
Domus Norte	---	---	---	---	---	---	---
Área Habitacional Sudeste							
Domus da Lucerna do Cavalo	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Lucerna Cristã	---	---	---	---	---	---	---
Domus da Colher de Prata	---	---	---	---	---	---	---
Domus do Tesouro	---	---	---	---	---	---	---
Área Medieval							
Igreja e Necrópole	---	---	---	---	---	---	●


Fase II
Fase II b
Fase III
Fase IV
Fase V
Fase VII

Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XXXVI

Área Habitacional Sudoeste
Domus do Grafito
Domus do Complexo Artesanal

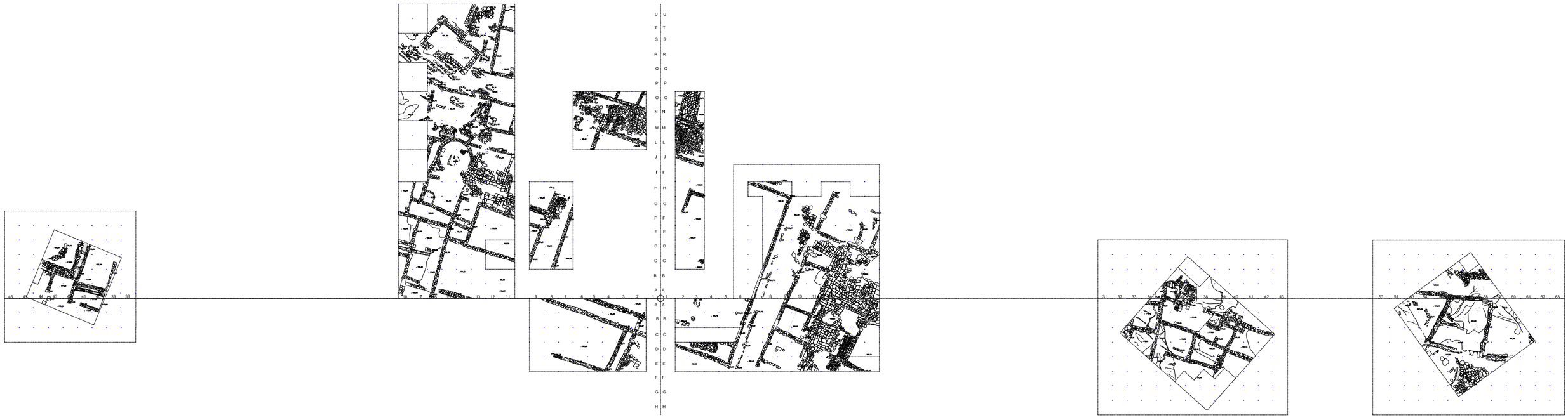
Área Habitacional Norte
Domus da Lucerna do Golfinho
Domus Norte

Área Pública

Praça

Área Habitacional Sudeste

Domus da Lucerna do Cavalo / Domus da Lucerna Cristã / Domus da Colher de Prata / Domus do Tesouro

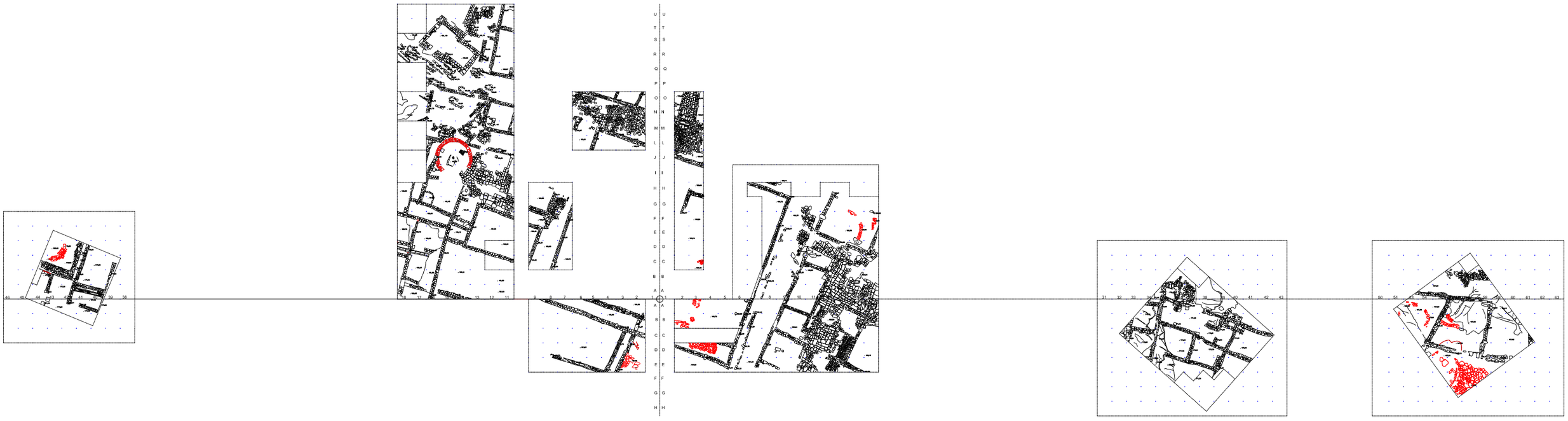


Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase II
Designação dos edifícios e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XXXVII

Casa I
Casa III
Casa IV
Casa V
Casa VI
Casa VII
Estrutura I
Estrutura II



Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase IIb
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XXXVIII

Área Habitacional Sudoeste

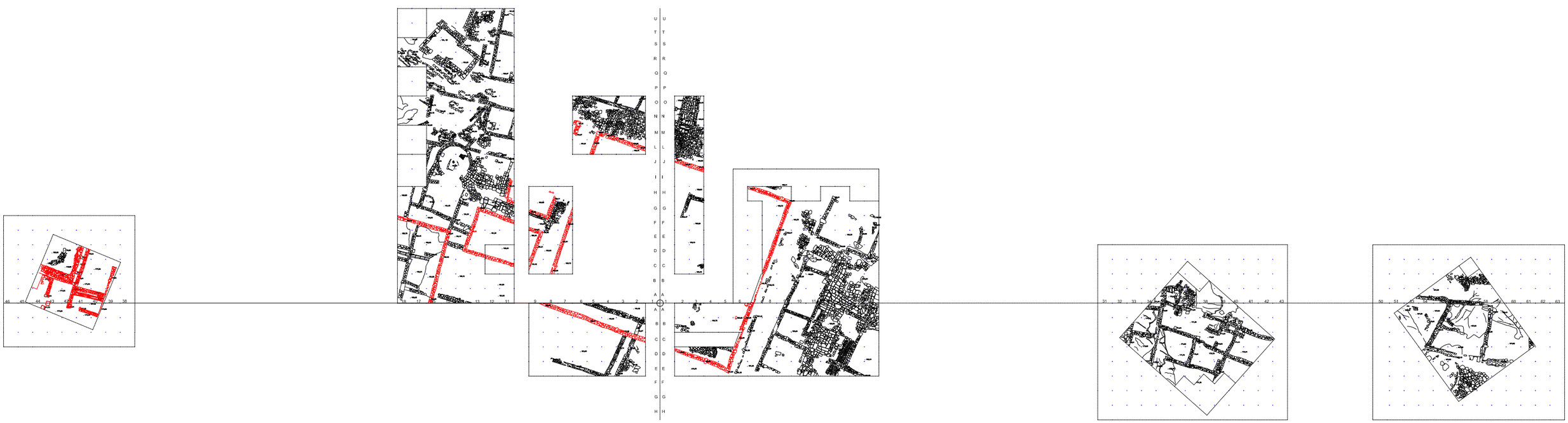
Domus do Grafito
(Área total intervencionada - 74,71 m2)
Aposento I - 16,78 m2
Aposento II - 9,30 m2
Aposento III - 20,32 m2
Aposento IV - 9,18 m2
Aposento V - 19,13 m2

Domus do Complexo Artesanal
(Área total intervencionada - 114,33 m2)
Aposento I - 58,70 m2
Aposento II - 35,57 m2
Aposento III - 11,77 m2
Corredor - 8,29 m2

Área Pública

Praça
(Área total intervencionada - 237 m2)

Estimativa da Área Total - 700 m2



Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase III
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XXXIX

Área Habitacional Sudoeste

Domus do Grafito
(Área total intervencionada - 74,71 m2)

Aposento I - 16,78 m2
Aposento II - 9,30 m2
Aposento III - 20,32 m2
Aposento IV - 9,18 m2
Aposento V - 19,13 m2

Domus do Complexo Artesanal
(Área total intervencionada - 114,33 m2)

Aposento I - 58,70 m2
Aposento II - 35,57 m2
Aposento III - 11,77 m2
Corredor - 8,29 m2

Área Habitacional Norte

Domus da Lucerna do Golfinho
(Área total intervencionada - 57,06 m2)

Aposento I - 19,56 m2
Aposento II - 13,64 m2
Aposento III - 3,19 m2
Aposento IV - 3,86 m2
Pátio - 16,81 m2

Domus Norte
(Área total intervencionada - 2,65 m2)

Aposento I - 2,65 m2

Área Pública

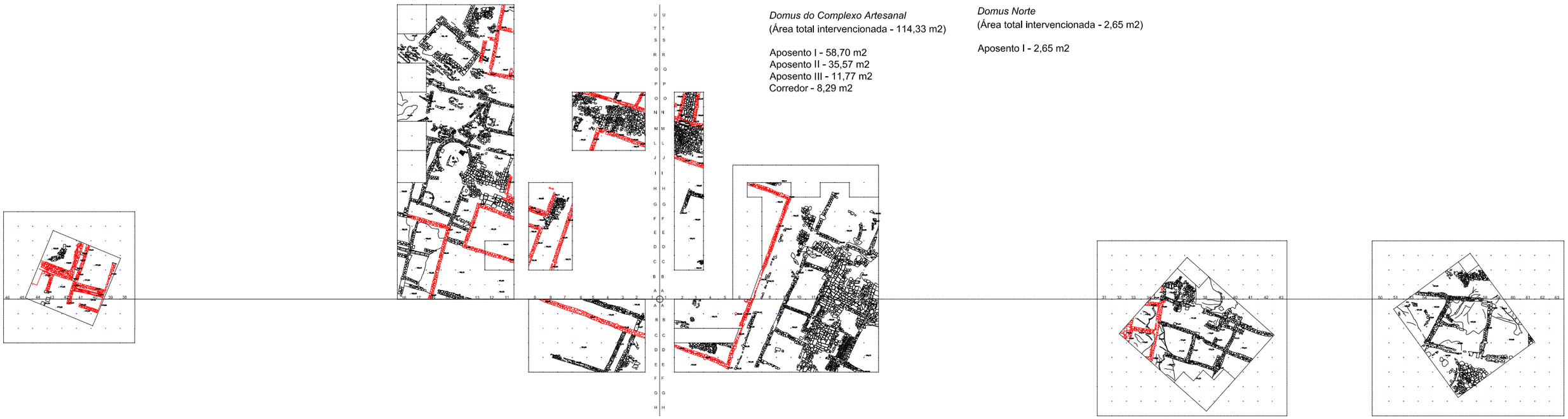
Praça
(Área total intervencionada - 237 m2)

Estimativa da Área Total - 700 m2

Área Habitacional Sudeste

Domus da Lucerna Cristã
(Área total intervencionada - 20,65 m2)

Aposento I - 2,08 m2
Aposento II - 8,78 m2
Aposento III - 8,76 m2
Corredor - 1,03 m2



Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase IV
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XL

Área Habitacional Sudoeste

Domus do Complexo Artesanal
(Área total intervencionada - 114,33 m2)

Aposento I - 58,70 m2
Aposento II - 35,57 m2
Aposento III - 11,77 m2
Corredor - 8,29 m2

Área Habitacional Norte

Domus da Lucerna do Golfinho
(Área total intervencionada - 57,06 m2)

Aposento I - 19,56 m2
Aposento II - 13,64 m2
Aposento III - 3,19 m2
Aposento IV - 3,86 m2
Pátio - 16,81 m2

Domus Norte
(Área total intervencionada - 2,65 m2)

Aposento I - 2,65 m2

Área Pública

Praça
(Área total intervencionada - 237 m2)

Estimativa da Área Total - 700 m2

Área Habitacional Sudeste

Domus da Lucerna do Cavalo
(Área total intervencionada - 263,98 m2)

Corredor - 8,10 m2
Aposento I - 40,65 m2
Aposento II - 7,84 m2
Aposento III - 22,74 m2
Aposento IV - 12,09 m2
Aposento V - 21,56 m2
Aposento VI - 8,54 m2
Aposento VII - 19,90 m2
Aposento VIII - 1,72 m2
Aposento IX - 0,67 m2
Aposento XI - 1,64 m2
Aposento XII - 9,42 m2
Pátio I - 57,78 m2
Pátio II - 51,33 m2

Domus da Lucerna Cristã
(Área total intervencionada - 20,65 m2)

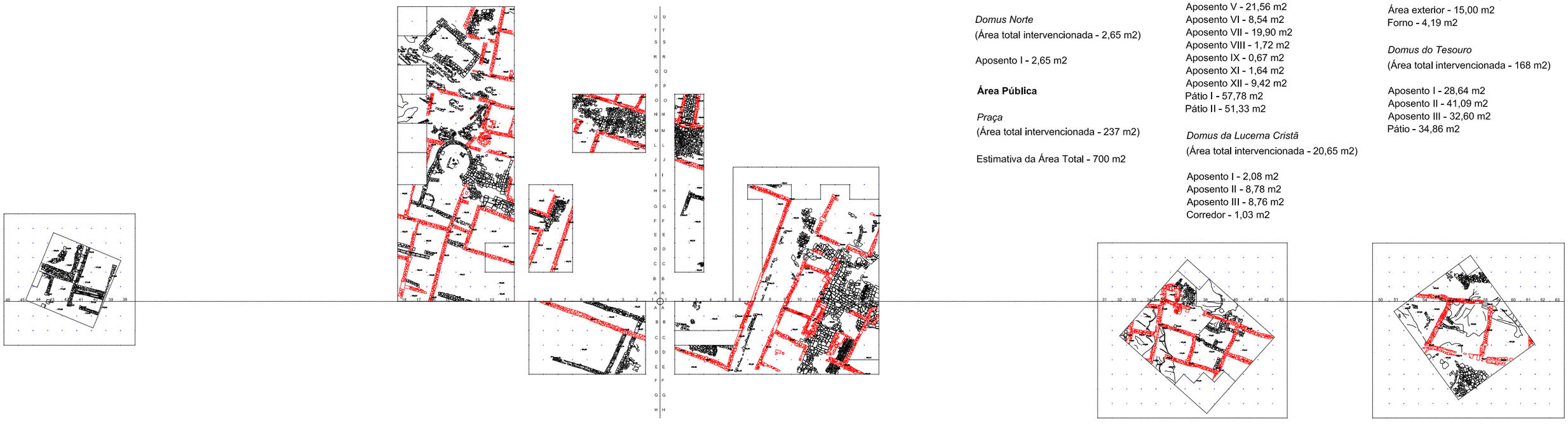
Aposento I - 2,08 m2
Aposento II - 8,78 m2
Aposento III - 8,76 m2
Corredor - 1,03 m2

Domus da Colher de Prata
(Área total intervencionada - 286,17 m2)

Aposento I - 44,59 m2
Aposento II - 16,25 m2
Aposento III - 4,71 m2
Corredor - 14,41 m2
Pátio exterior e forno - 37,61 m2
Área exterior - 15,00 m2
Forno - 4,19 m2

Domus do Tesouro
(Área total intervencionada - 168 m2)

Aposento I - 28,64 m2
Aposento II - 41,09 m2
Aposento III - 32,60 m2
Pátio - 34,86 m2



Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase V
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XLI

Área Habitacional Sudoeste

Domus do Complexo Artesanal
(Área total intervencionada - 114,33 m2)

Aposento I - 58,70 m2
Aposento II - 35,57 m2
Aposento III - 11,77 m2
Corredor - 8,29 m2

Área Habitacional Norte

Domus da Lucerna do Golfinho
(Área total intervencionada - 57,06 m2)

Aposento I - 19,56 m2
Aposento II - 13,64 m2
Aposento III - 3,19 m2
Aposento IV - 3,86 m2
Pátio - 16,81 m2

Domus Norte
(Área total intervencionada - 2,65 m2)

Aposento I - 2,65 m2

Área Pública

Praça
(Área total intervencionada - 237 m2)

Estimativa da Área Total - 700 m2

Área Habitacional Sudeste

Domus da Lucerna do Cavalo
(Área total intervencionada - 263,98 m2)

Corredor - 8,10 m2
Aposento I - 40,65 m2
Aposento II - 7,84 m2
Aposento III - 22,74 m2
Aposento IV - 12,09 m2
Aposento V - 21,56 m2
Aposento VI - 8,54 m2
Aposento VII - 19,90 m2
Aposento VIII - 1,72 m2
Aposento IX - 0,67 m2
Aposento XI - 1,64 m2
Aposento XII - 9,42 m2
Pátio I - 57,78 m2
Pátio II - 51,33 m2

Domus da Lucerna Cristã
(Área total intervencionada - 20,65 m2)

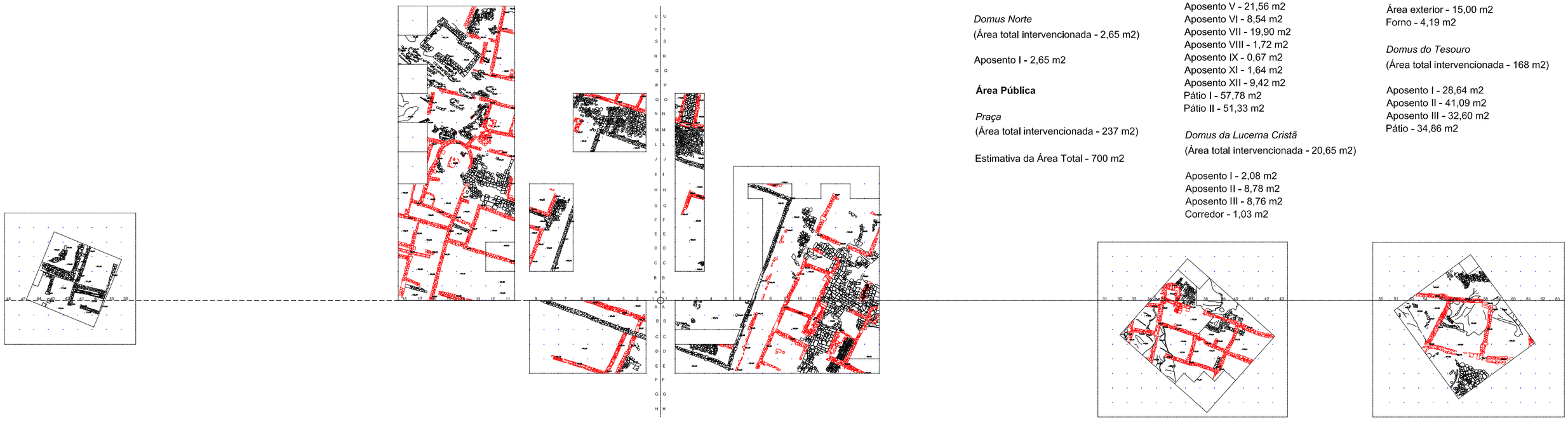
Aposento I - 2,08 m2
Aposento II - 8,78 m2
Aposento III - 8,76 m2
Corredor - 1,03 m2

Domus da Colher de Prata
(Área total intervencionada - 286,17 m2)

Aposento I - 44,59 m2
Aposento II - 16,25 m2
Aposento III - 4,71 m2
Corredor - 14,41 m2
Pátio exterior e forno - 37,61 m2
Área exterior - 15,00 m2
Forno - 4,19 m2

Domus do Tesouro
(Área total intervencionada - 168 m2)

Aposento I - 28,64 m2
Aposento II - 41,09 m2
Aposento III - 32,60 m2
Pátio - 34,86 m2



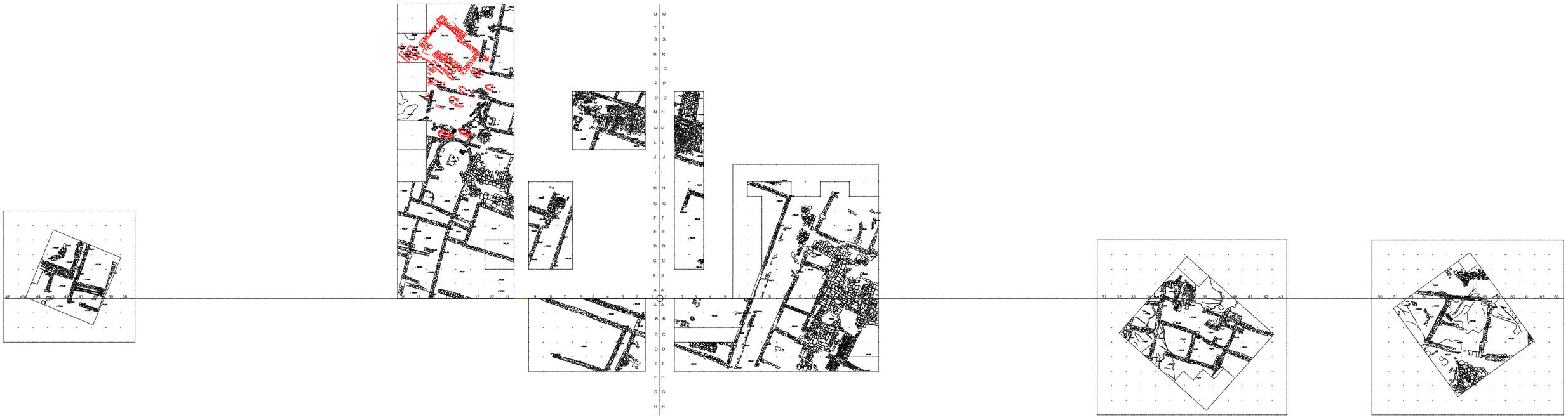
Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria Geral / Fase VII
Designação dos espaços e áreas intervencionadas
Esc. 1:200

Estampa | XLII

Área Medieval

Igreja e Necrópole



Área Arqueológica de Alvarelhos

Planimetria geral
Designação dos edifícios, áreas intervencionadas e arruamentos
Esc. 1:200

Estampa | XLIII

Área Habitacional Sudoeste

Domus do Grafito
Domus do Complexo Artesanal

Espaço Religioso e Área Habitacional Norte

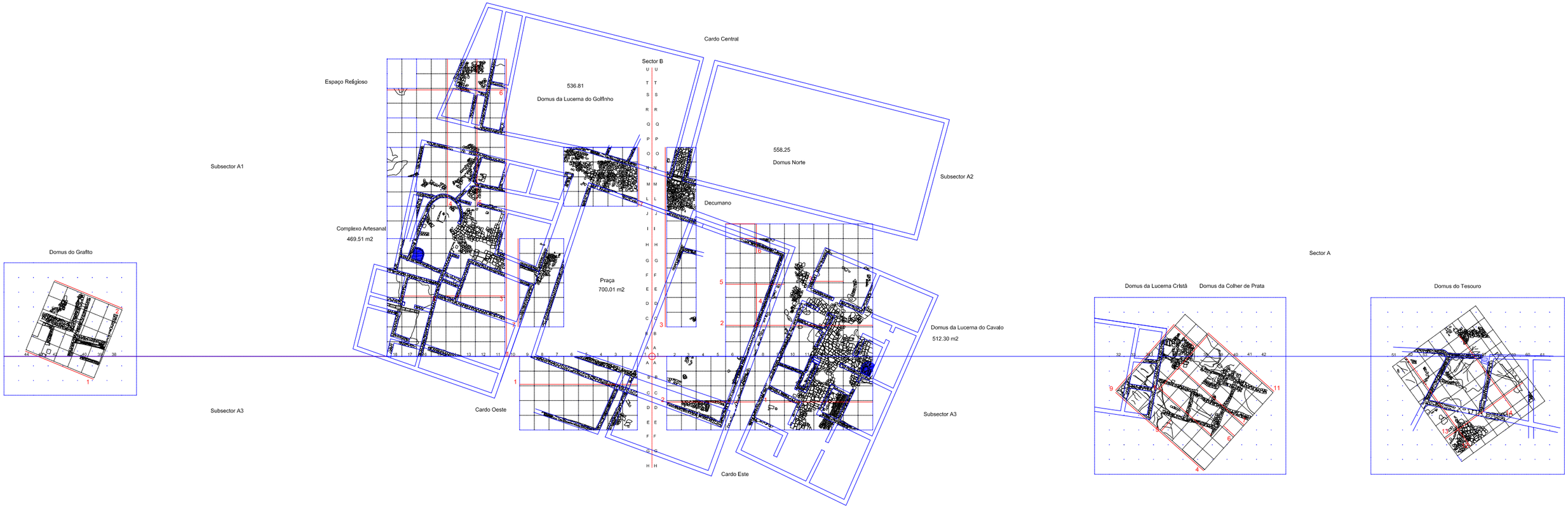
Espaço Religioso / Domus Norte/ Domus da Lucerna do Golfinho

Área Pública

Praça

Área Habitacional Sudeste

Domus da Lucerna do Cavalo / Domus da Lucerna Cristã / Domus da Colher de Prata / Domus do Tesouro



5.4. A ocupação pré-romana

A ocupação pré-romana do *castellum Madiae*, apesar de completamente desconhecida da comunidade científica, quanto à sua realidade construída e composição crono-estratigráfica, não deixou de ser amplamente referenciada em estudos de carácter científico cuja abordagem e enfoque principal se centrou na estruturação do povoamento indígena, integrando inclusivamente alguns arquétipos de ordenamento e hierarquização do povoamento indígena. Entre os mais significativos importa destacar a proposta de Armando Coelho (SILVA 1986, 26), seguido posteriormente por vários outros autores, na qual, no âmbito do ordenamento regional dos povoados, o castro ocupa um lugar de destaque, nomeadamente na sua última fase de ocupação, vulgarmente designada de proto-urbana, na qual se considera ter desempenhado o papel de "lugar central" provido de capitalidade, com as respectivas prerrogativas de natureza militar, política, económica e religiosa, própria deste tipo de assentamento, ao qual corresponderia um território bem definido, adstrito a um grupo étnico – os *Madequisenses*. Pressuposto este que, em coerência com as características estruturais identificadoras deste tipo de povoados, implicaria, entre vários outros requisitos, um posicionamento altamente estratégico, dotado de boas condições de defesa, ao qual corresponderia um proporcional sistema defensivo e uma estrutura proto-urbana.
O actual conhecimento contraria em grande medida estes pressupostos. A sua implantação num dos contrafortes da face leste da serra de Santa Eufémia, cujo modelado se desenvolve de forma descendente para o interior do vale da Ribeira da Aldeia, não lhe permite uma implantação estratégica de controlo visual sobre a região, assim como não lhe confere condições naturais de defesa, bem pelo contrário, uma vez que se localiza numa zona de ligação para o interior da serra. Também as suas características topográficas são contrárias à implantação de um programa construtivo estruturado a partir de uma acrópole aplanada com uma estrutura de arruamentos de desenvolvimento ortogonal como se observa nos restantes povoados apontados como "lugares centrais".
Apesar de, até ao momento, não se encontrar documentada qualquer estrutura defensiva, pelo comportamento da topografia e concentração de elementos construtivos que se relacionaram com uma construção deste tipo, é admissível a existência de apenas uma muralha que se desenvolverá no sopé da elevação designada por Monte Grande.

A ocupação pré-romana encontra-se relativamente bem documentada em toda a área intervencionada, quer nível de estruturas habitacionais, quer ao nível da cultura material. Na totalidade foram identificadas 6 estruturas habitacionais, cuja cronologia se desenvolve no âmbito da Fase II e IIb. Nenhuma das casas foi intervencionada na íntegra, revelando, a maior parte, um elevado estado de destruição. Da mesma forma, a leitura estratigráfica possibilitada pela sua escavação não é esclarecedora quanto à identificação de etapas de ocupação que, na maior parte dos casos, se apresentou fortemente condicionada pela intensa actividade construtiva documentada na área central do povoado ao longo dos períodos cronológicos seguintes.

Casa I – Encontra-se implantada no extremo sudoeste da área intervencionada e foi detectada nos níveis inferiores do Ap. I da *Domus do Grafito*. Da construção inicial apenas subsiste parte do alicerce, composto por um aglomerado de pedras de pequena e média dimensão, estruturadas com uma argamassa de saibro. O alicerce assenta directamente sobre o afloramento que, neste local, apresenta uma inclinação acentuada no sentido nordeste, não conservando nenhum elemento do seu paramento original. A construção terá sido destruída para a instalação da *Domus do Grafito*, tendo-se apenas conservado no nível inferior, local que terá sido aterrado para a criação de uma plataforma nivelada sustentada pelos muros que definem o Ap. I pela face sul e sudeste. A exiguidade dos vestígios existentes não permite reconstruir ao nível da planta a totalidade da casa. A instalação de um pavimento sobre os elementos reminiscentes permitiu selar os

estratos e definir o momento a partir do qual se edificou a *Domus do Grafito* (Corte estratigráfico 2 – Alv. 86B/S.S. A1, Transversal B-B', camada 4 e 5).

Estratigraficamente encontra-se documentada na camada 04 do corte estratigráfico n.º 2 (Alv. 86B, A1 – Corte estratigráfico B-B' / Lado oeste (Ap. I)) que, apesar de algumas perturbações pontuais conserva uma certa uniformidade crono-estratigráfica.

Materiais associados à funcionalidade do espaço
(Fase II – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Tibério / Cláudio)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 62	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
TSI, n.º 14	Tigela	Goud. 13/16	Conter e servir alimentos	Fase II
ANF, n.º 27	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 81	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 39	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 41	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 46	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
TSI, n.º 5	Prato	Goud. 28	Conter e servir alimentos	Fase II
TSI, n.º 15	Tigela	Goud. 16	Conter e servir alimentos	Fase II
ANF, n.º 43	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 1	Ânfora	Dressel 1	Contentor – vinho	Fase II
TSI, n.º 6	Prato	Goud. 28	Conter e servir alimentos	Fase II
TSI, n.º 7	Prato	Goud. 28	Conter e servir alimentos	Fase II
ANF, n.º 9	Ânfora	Laietana 1	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 82	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 61	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II

Estrutura I – É composta por um elemento construtivo associado a um lajeado e um pavimento. Foi identificada no exterior sudoeste da *Praça* em níveis subjacentes à ocupação da mesma. Constitui um testemunho da ocupação da Fase II desactivada com a construção da *Praça* na Fase IIb.

Materiais associados à funcionalidade do espaço
(Fase II – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Tibério / Cláudio)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 3	Ânfora	Dressel 1	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 80	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II

Estrutura II – É composta por um lajeado a que provavelmente estariam associadas uma ou mais construções. Foi identificada no interior da *Praça* no seu extremo sudeste. O lajeado é formado por blocos de média dimensão de recorte desigual, assemelhando-se estruturalmente ao aparelho poligonal. Na sua totalidade revela um polimento acentuado. Os materiais associados à sua fase de ocupação, Fase II, encontram-se na camada 04, selados por um nível de enchimento em saibro, identificado na área da *Praça* (*Domus da Lucerna do Cavalo*, CE, 2 – Alv. 95B/S.S., A4 – Transversal – C – C', camada 4).

Associados a estes vestígios identificam-se ainda elementos pontuais de lajeados e alinhamentos dispostos no interior da *Praça*.

Materiais associados à funcionalidade do espaço
(Fase II – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Tibério / Cláudio)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSI, n.º 1	Prato	Goud. 30 / Pucci VI	Conter e servir alimentos	Fase II
TSI, n.º 21	Tigela	Goud. 27 / Pucci XXV	Beber	Fase II

TSI, n.º 23	Tigela	Goud. 29/31 / Pucci XXXII	Comer / Beber	Fase II
TSI, n.º 22	Tigela	Goud. 27 / Pucci XXV	Beber	Fase II
TSI, n.º 11	Prato	Goud. 39 / Pucci X	Conter e servir alimentos	Fase II
TSI, n.º 12	Prato	Goud. 26 / Pucci X	Conter e servir alimentos	Fase II
LU, n.º 2	Lucerna	Bailey B-III	Iluminação	Fase II

Casa III – Implanta-se na área nordeste da plataforma intermédia, subjacente às estruturas do Ap. I da *Domus da Lucerna do Cavalo*. Conserva apenas um terço da sua estrutura original, encontrando-se o muro resumido à primeira fiada do paramento. A construção assenta directamente sobre o afloramento, detectando-se pontualmente vestígios de trabalho de afeiçoamento para assentamento do aparelho. O paramento, em alvenaria de granito, de dupla face de 0,40 m de largura média, apresenta um aparelho tipo poligonal B, de média qualidade. Devido ao facto de se encontrar subjacente ao nível inferior do pavimento do Ap. I da *Domus da Lucerna do Cavalo*, não conservou qualquer vestígio dos seus pisos de ocupação.
A estrutura conservada permite perceber uma planta circular de dimensões médias. Estimando-se o seu diâmetro interno em cerca de 4,70 m, perfazendo uma área útil de 17.50 m^2.
Na face norte, associada à estrutura, conserva-se ainda um vestígio de muro rectilíneo que, provavelmente, constituiria parte de uma estrutura de um "núcleo familiar", integrando outras construções.
A ocupação registada integra-se na Fase II e IIb, encontrando-se documentada, designadamente na camada inferior do pavimento de ocupação do Ap. I da *Domus da Lucerna do Cavalo*, que apesar de revolvida, conserva materiais contemporâneos destas fases (*Domus da Lucerna do Cavalo*, Alv. 97 B1, A2, Corte Transversal A – A', camada 3).

Casa IV – Implanta-se na área central da plataforma intermédia e foi identificada nos horizontes estratigráficos anteriores à edificação da *Praça*, contemporâneos da *Estrutura II*, realidade construtiva com a qual teria uma relação funcional. Os vestígios detectados consistem num troço de lajeado formado por elementos de média dimensão de recorte desigual, semelhantes ao da *Estrutura II*, revelando um polimento acentuado em toda a sua extensão. Os materiais associados à sua ocupação correspondem à Fase II, e encontram-se documentados no corte – Área Pública e Área Habitacional Norte | 2. Alv. 95 B, A4, Corte estratigráfico Transversal C-C', camada 02.

Casa V – Localiza-se no extremo leste da face intervencionada, no limite da plataforma intermédia no sopé do promontório designado por S. Marçal. Provavelmente, integraria um núcleo familiar com a Casa VI e VII, das quais dista apenas 3 e 4 m, respectivamente. Encontra-se debaixo dos alicerces do muro sul do Ap. II da *Domus do Tesouro*. Foi intervencionada em cerca de dois terços da sua área total, constituindo o exemplo de estrutura habitacional indígena melhor preservado, apesar de apenas se conservar ao nível do pavimento de ocupação. A planta apresenta um desenvolvimento ovalado, permitindo estimar uma área útil de 16 m^2, (comprimento máximo de 5,45 m; largura cerca de 3,60 m). O paramento, de dupla face, apresenta cerca de 0,45 m de largura, revelando um aparelho poligonal tipo B, bem estruturado, que regista uma cimentação interna à base de saibro, estruturada com elementos de menor dimensão. O pavimento de terra batida encontra-se relativamente bem conservado em toda a área interna, apresentando uma elevada percentagem de saibro cuja natureza plástica permitiu criar uma superfície bem compactada e uniforme que conserva pontualmente alguns vestígios da sua face original, revelando um certo grau de impermeabilidade. No exterior da construção, na face sudeste, conserva-se um extenso lajeado em granito cuja composição revela a utilização de materiais de diferente calibre e recorte muito desigual, mas cuja aplicação, relativamente cuidada, com a utilização de elementos de menor dimensão a preencher os interstícios entre os diferentes elementos, permitiu a elaboração de um pavimento regular e bem nivelado.

Estratigraficamente encontra-se documentada na camada 00 e 03 do corte estratigráfico n.º 12, 03 e 04 do corte estratigráfico n.º 13 que, apesar de algumas perturbações pontuais, conserva uma certa homogeneidade crono-estratigráfica.
A área intervencionada abrange um largo período de ocupação que têm início na Fase II e se prolonga até ao início da Fase III.

Materiais associados à funcionalidade do espaço
(Fase II, IIb, III – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Dinastia dos Flávios)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 97	Ânfora	Dressel 7-11 / Haltern 69	Contentor – preparado piscícola	Fase IIb
TSH, n.º 13	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 126	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
VI, n.º 40	Taça	Isings 116	Beber / Comer	Fase V[484]
TSH, n.º 211	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSHT, n.º 12	Taça/Prato	---	Conter e servir alimentos	Fase V[485]
TSH, n.º 128	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 219	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 9	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb-III
TSA, n.º 59	Prato	Hayes 67?	Conter e servir refeições	Fase V[486]
ANF, n.º 64	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
VI, n.º 69	Garrafa	Isings 50 a/b	Contentor – vinho (?)	Fase II-IIb
TSH, n.º 64	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 127	Tigela	Drag. 27(?)	Beber	Fase IIb-III
TSH, n.º 5	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III
TSH, n.º 210	Tigela	Drag. 37	Tigela	Fase III
TSH, n.º 216	Tigela	Drag. 216	Tigela	Fase III
ANF, n.º 37	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 60	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
CO, n.º 4	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase II
TSH, n.º 133	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 16	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase II-IIb
TSH, n.º 161	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase II-IIb
PJ, n.º 18	Peça de jogo	Tipo II	Actividade lúdica	Fase II
PJ, n.º 17	Peça de Jogo	Tipo II	Actividade lúdica	Fase II
TSSG, n.º 50	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 213	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
ANF, n.º 50	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
ANF, n.º 55	Ânfora	Haltern 70	Contentor - vinho	Fase II
TSH, n.º 129	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase II-IIb
TSH, n.º 210	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

Casa VI – A casa VI encontra-se implantada no extremo leste da área intervencionada, subjacente ao edifício habitacional designado por *Domus do Tesouro*, em concreto, no espaço que configura o Ap. II da Fase IV e V. Da estrutura original conserva-se apenas cerca de 1/5 da totalidade do edifício. Aparentemente a estrutura desenha uma planta circular ou ovalada, idêntica às *Casas* IV e V, e desenvolver-se-ia para nordeste, onde terá sido destruída no momento da construção dos muros que delimitam a *Domus do Tesouro* pelo lado norte, acrescendo ao facto de neste local o afloramento sobre o qual estava implantada apresentar uma cota superior à face sudeste da construção. Na sua face sul apresenta uma estrutura de

[484] Perturbação estratigráfica com intromissão de materiais provenientes dos estratos de ocupação da Fase V do Ap. II da *DT*.
[485] Idem.
[486] Idem.

desenvolvimento longitudinal, cuja planta não é totalmente perceptível pelo facto de ter sido destruída pela implantação do muro longitudinal que separa o Ap. I e II, que poderá, eventualmente, corresponder a uma avançado. Cronologicamente contemporâneas e estruturalmente semelhantes as estruturas apresentam um paramento composto por um aparelho poligonal de pequeno médio / calibre, com elementos dispostos de forma alternada de forma a garantir o travamento da estrutura, que se encontra reforçada por uma cimentação interna à base de saibro que integrava elementos de pequeno calibre. Pela proximidade das *Estruturas* IV, V e VI é admissível que estas configurassem um núcleo familiar.
A área intervencionada abrange um largo período de ocupação que têm início na Fase II e se prolonga até ao início da Fase III.

Estratigraficamente encontra-se documentada na camada 00 e 03 do corte estratigráfico n.º 12, 03 e 04 do corte estratigráfico n.º 13 que, apesar de algumas perturbações pontuais, conserva uma certa homogeneidade crono-estratigráfica.

Materiais associados à funcionalidade do espaço
(Fase II, IIb, III – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Dinastia dos Flávios)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 71	Ânfora	Haltern 70	Contentor - vinho	Fase II
ANF, n.º 72	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II

Casa VII – Encontra-se implantada no extremo leste da área intervencionada nos níveis inferiores do Ap. I da *Domus do Tesouro*. Apenas foi intervencionada parcialmente tendo sido escavada até ao limite inferior do alicerce. A estrutura, muito destruída, conservava apenas o seu alicerce composto de saibro muito compactado, assente parcialmente sobre o afloramento, no qual se estruturavam, de forma incipiente, os primeiros elementos do paramento. Este configurava um muro de dupla face de aparelho poligonal de tipo B. O desenvolvimento da estrutura permite identificar uma planta oval com uma área útil de aproximadamente 21,50 m^2. A estrutura foi praticamente arrasada para a instalação do Ap. I da *Domus do Tesouro*, cujo pavimento de ocupação se encontrava praticamente assente sobre o alicerce. Esta área parece não ter conhecido uma ocupação relativa à Fase IIb e III, sendo perceptível que a destruição das estruturas indígenas resultou do aproveitamento da matéria-prima para as construções da Fase IV e V, cujos paramentos de aparelho poligonal de tipo C, com excepção dos primeiros elementos dos muros, naturalmente de maior dimensão, revelam um aparelho cujo calibre de tratamento das faces não deixa margem para dúvidas quanto à sua origem. A área intervencionada abrange um largo período de ocupação que tem início na Fase II e se prolonga até ao início da Fase III.
Estratigraficamente encontra-se documentada na camada 03 e 04 do corte estratigráfico n.º 13 que, apesar de algumas perturbações pontuais, conserva uma certa uniformidade crono-estratigráfica (*Domus do Tesouro* – ALV. 92 A, Corte longitudinal A – A', Camada 03, 04).

Materiais associados à funcionalidade do espaço
*(*Fase II, IIb, III – 138-136 Campanha de *Decimus Iunius Brutus* – Dinastia dos Flávios)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 11	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase II
CCB, n.º 11	Taça	Drag. 35/36	Conter e servir alimentos	Fase III
ANF, n.º 40	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II
TSH, n.º 162	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase II-IIb
TSSG, n.º 44	Tigela	Drag. 24/25 ou 27	Beber	Fase II-IIb
TSH, n.º 15	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
LU, n.º 21	Lucerna	Bico / volutas (?)	Iluminação	Fase II
TSH, n.º 217	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

TSSG, n.º 48	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 169	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos	Fase IIb
ANF, n.º 42	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase II-IIb
TSH, n.º 130	Tigela	Drag. 18/32	Conter e servir alimentos	Fase IIb-III
TSSG, n.º 49	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 214	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 14	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 132	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
VI, n.º 5	Taça canelada	Isings 3 a ou b	Beber / Comer	Fase II-III
CO, n.º 5	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase II
TSI, n.º 7	Tigela	Goud. 27	Beber / Comer	Fase II-IIb
TSH, n.º 10	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir refeições	Fase IIb-III
CCB, n.º 9	Tigela	Imitação – Drag. 36	Conter e servir refeições	Fase III
TSH, n.º 131	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III

5.5. A ocupação de época romana

À ocupação correspondente ao período de domínio romano equivale a um expressivo conjunto de ruínas identificadas na plataforma intermédia e áreas adjacentes, nomeadamente a que ocupa um terraço de cota inferior delimitado pelo monte de S. Marçal e o talude que configura a face leste da plataforma intermédia. A este período corresponde um complexo conjunto de edifícios de carácter habitacional e público distribuídos em função de uma estrutura viária composta por vários eixos que configuram uma estrutura pseudo-hipodâmica, acompanhada pela configuração modular dos principais edifícios que tem por base a *Praça* cujas características arquitectónicas e de implantação constituem o elemento modelador da malha urbana. A área edificada compreende espaços habitacionais dotados de áreas residenciais e oficinais que conheceram realidades arquitectónicas e funcionais distintas ao longo da sua ocupação, em estreita relação com a funcionalidade do edifício identificado como *Praça* e com o posicionamento do povoado na economia e no ordenamento do povoamento regional.
As estruturas revelam uma longa diacronia que se desenvolve desde o reinado de Tibério/Cláudio até meados do séc. V, momento em que a guerra civil entre Suevos e Visigodos causou a destruição do povoado.

5.6. O urbanismo. A estrutura urbana e a rede de arruamentos

Decumano

A estrutura da malha urbana define-se a partir de uma matriz pseudo-hipodâmica, organizada a partir de um eixo principal que convencionamos designar por *Decumano* que se desenvolve longitudinalmente pelo centro do povoado com uma orientação predominante no sentido leste / oeste com acesso directo à *Praça*. Supostamente, terá origem na área oeste do Monte Grande, onde entroncaria com um *derviculatum* da via XVI com inicio na zona de S. Pedro de Avioso, contornando posteriormente a face norte do Monte Grande, ao longo do seu sopé através da Quinta dos Aidos, para chegar à área central da plataforma intermédia junto à *Praça*, desenvolvendo, a partir dai, um perfil rectilíneo até à plataforma inferior, junto da *Domus do Tesouro* e, presumivelmente, progredindo até à zona do vale onde proporcionaria uma ligação à via XVI[487]. Constitui o principal eixo de circulação a partir do qual se define o alinhamento de instalação dos edifícios e

[487] Da extremidade oeste, no limite da *Domus da Lucerna do Golfinho*, à extremidade leste, junto da entrada da *Domus do Tesouro* tem aproximadamente 153,81 m de comprimento por uma largura média 3,70 m, dos quais se encontram escavados cerca de 1/5.

a criação dos acessos transversais. A sua orientação originou um conjunto de arruamentos de menores dimensões que permitem definir uma estrutura de tipo radial.

A cronologia de construção terá relação com o programa de obras iniciado na primeira metade do séc. I, eventualmente aproveitando um alinhamento preexistente da Fase II. No início da Fase IV, num momento de profunda transformação e renovação urbanística, apesar de se ter mantido em funcionamento e inclusivamente ter sido repavimentado em parte do seu traçado, a sua estrutura foi pontualmente alterada devido à construção de novos edifícios ou, em alguns casos, à remodelação dos preexistentes que em alguns pontos não respeitaram o alinhamento inicial tendo originado traçados assimétricos com estreitamentos progressivos. Na Fase V parte do seu traçado foi parcialmente invadido, designadamente com a reconstrução da *Praça*.

Actualmente o seu traçado conserva tramos do alinhamento original com 4 m de largura registando estreitamentos pontuais na ordem dos 80 cm. O pavimento encontra-se integralmente lajeado salvo em zonas cujos revolvimentos e utilizações posteriores interferiram negativamente com a sua conservação como, por exemplo, na área da necrópole e igreja medieval. O lajeado actualmente visível corresponde a restauros tardios efectuados nas Fases IV e V. É composto por lajes de pequeno e médio calibre de recorte irregular com as arestas arredondadas, estruturados por ajuste simples, revelando um polimento acentuado e generalizado sem vestígios evidentes de rodados de carros. Os interstícios são preenchidos com elementos de menor dimensão configurando um lajeado bem estruturado e relativamente impermeável, permitindo admitir que terá também funcionado como a principal artéria de drenagem das águas pluviais. O processo seria facilitado pela evolução da sua cota que possibilitava que recebesse também as águas pluviais da *Praça* e dos edifícios domésticos como sugerem as condutas de água directamente ligadas aos arruamentos, nomeadamente dos dois pátios da *Domus do Complexo Artesanal* e a inexistência de cloacas de drenagem da *Praça*[488]. Constituiria um eixo de grande circulação que terá originado que os acessos às *domus* com o quais confina se fizesse pelos arruamentos transversais mantendo-se apenas a *Praça* como o único edifício cuja entrada se fazia directamente a partir do arruamento, sugerindo tratar-se de um espaço aberto aos transeuntes.

Os restantes arruamentos desenvolvem-se transversalmente ao *decumano.* Na área intervencionada foram identificados dois arruamentos – *cardo* oeste e *cardo* leste –, cuja organização se desenvolve em função da *Praça* e da disposição das *Domus* localizadas na envolvente. Assinala-se ainda um outro arruamento que se desenvolve no sentido sul / norte, na direcção oposta ao acesso da *Praça*, de carácter privado, equipado com uma porta que permitiria o acesso à *Domus da Lucerna do Golfinho* e à *Domus Norte*.

Por último o arruamento de acesso às *Domus da Lucerna do Golfinho e Domus Norte* desenvolve-se transversalmente ao *Decumano* e evolui no sentido aposto à entrada da *Praça*. Trata-se de uma acesso pedonal equipado com uma porta, conforme se depreende pelos negativos de instalação dos eixos de suporte implantados na primeira laje do pavimento de acesso que, provavelmente, definiria os alçados principais dos dois edifícios no qual se encontrariam implantados as respectivas entradas. Encontra-se instalado a uma cota inferior ao nível do pavimento do *Decumano* cujo desnível de cerca de 50 cm se vence através de dois degraus. Na área intervencionada identifica-se apenas em cerca de 4,50 m, no qual conserva uma largura constante de 1,50 m, constituindo, portanto, um acesso exclusivamente pedonal. O seu pavimento de lajeado de granito enquadra o Tipo D, revelando uma boa qualidade construtiva, tanto no que respeita ao calibre dos blocos utilizados como ao seu ajuste e nivelamento.

[488] Este aspecto é ainda reforçado por outros pequenos pormenores construtivos, como, por exemplo, o que se verifica na diferença de cota existente entre a soleira do arruamento "privado" de acesso às *Domus da Lucerna do Golfinho* e *Domus Norte*, e o nível de cota do lajeado do *Decumano*, evidenciando tratar-se de um elemento de contenção que, em certa medida, contraria a topografia natural e a organização dos diferentes elementos construtivos, uma vez que o acesso se faz a partir de dois degraus que descem para uma cota substancialmente inferior à registada no pavimento do *Decumano*.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do *decumano*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
LI, n.º 8	Machado polido	---	---	Fase I
LI, n.º 15	Enxó	---	---	Fase I
LI, n.º 3	Lâmina em sílex	---	---	Fase I
LI, n.º 4	Lasca de sílex	---	---	Fase I
VI, n.º 72	Garrafa	Isings 50	Conter e servir líquidos	Fase III
TSH, n.º 55	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 58	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 57	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 51	Cossoiro	Grupo 5	Fiação	Fase III
CCB, n.º 4	Tigela	Imitação da forma Drag. 24/25	Beber	Fase III
VI, n.º 9	Taça	Isings 115	Comer / Beber	Fase IV-V
TSA, n.º 9	Prato	Hayes 50B	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
TSH, n.º 165	Tigela	Drag. 29	Comer / Beber	Fase IV-V
VI, n.º 27	Copo / Taça	Isings 96/106	Comer / Beber	Fase IV-V
LU, n.º 20	Lucerna	Tipo Tafalla Bc	Iluminação	Fase IV-V
PT, n.º 82	Peso de tear	Grupo 5,	Tecelagem	Fase IV-V
PT, n.º 7	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II	Tecelagem	Fase V

Cardo oeste

O *cardo oeste* evolui paralelamente à face poente da *Praça* e ao alçado principal da *Domus Complexo Artesanal*, definindo o acesso ao edifício. Na área intervencionada identifica-se ao longo de 25 m apresentando uma largura que oscila entre 2,34 m e 2,79 m no sentido norte / sul, revelando, portanto, um ligeiro estrangulamento originado pelo realinhamento das construções da Fase IV-V que não respeitaram os alinhamentos da malha "urbana" criada no programa de obras da Fase IIb, como aliás também se verifica no *cardo* leste. Tratar-se-ia de um arruamento pavimentado do qual apenas resta um pequeno núcleo junto da entrada do *Complexo Artesanal*, tipologicamente enquadrado no Tipo E. Consiste num lajeado lajeado composto por pequenos blocos de granito de diverso calibre sem recorte definido e um tratamento incipiente, revelando, contudo, um intenso polimento. Estrutura-se por encosto simples e é assente sobre um piso de preparação grosseiro composto por saibro e pedra miúda (vol. I, est. LIV, foto 5).

Para além da função óbvia de constituir via de circulação e, como tal, funcionar como elemento estruturante na organização urbanística do povoado, à semelhança dos restantes arruamentos, funcionava simultaneamente como um dos principais "dispositivos" de drenagem de águas pluviais, quer as recolhia directamente como as que recebia provenientes das *domus*, como sucede com o *Complexo Artesanal,* cuja estrutura de drenagem do *Pátio I* conduz as águas directamente para o arruamento através de uma canalização implantada ao nível do pavimento. Ao longo do tramo intervencionado verifica-se uma diferença de cota significativa no sentido sul / norte que permitiria drenar as águas pluviais do arruamento em direcção ao *Decumano* por efeito gravitacional.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do *cardo oeste*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 17	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase IV-V
VI, n.º 87	Conta	---	Adereço	Fase V

Cardo leste

O *cardo leste* desenvolve-se a partir do cunhal nordeste da *Praça* e do cunhal noroeste da *Domus da Lucerna do Cavalo*. Para sul acompanha o alinhamento do alçado leste da *Praça* e o alçado principal da *Domus da Lucerna do Cavalo*, onde se configura o acesso principal do edifício. À semelhança do *cardo* oeste, encontrar-se-ia pavimentado com um lajeado de granito do Tipo E, do qual apenas se conservaram elementos pontuais e núcleos residuais junto da entrada do edifício. Na área intervencionada identifica-se ao longo de 26 m e sua largura varia entre os 4,60 m registados na face norte, junto ao *Decumano*, e os 3,10 m no extremo sul da *Praça*, ficando bem patente o desalinhamento entre as duas construções e a transgressão da área pública, com aliás se verifica no próprio *Decumano*, em que a *Domus da Lucerna do Cavalo* ocupa uma margem significativa. Na Fase V, com a reconstrução e redefinição funcional da *Praça,* cujo alinhamento do alçado leste se faz paralelo à face exterior da primeira construção, a sua dimensão viria a ser significativamente diminuída, admitindo-se que a sua função tenha passado a ser exclusivamente pedonal, uma vez que no local mais estreito a sua largura não excederia os 2,10 m.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do *cardo* leste

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 87	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 75	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb

5.7. Áreas públicas

As áreas públicas aqui consideradas restringem-se a áreas de domínio comum, como sejam os arruamentos e os edifícios públicos, cujo momento de construção, ocupação, destruição ou abandono se identifica no presente quadro.

Áreas identificadas	Fase I	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Praça			●	●	●(reconstrução)	●		
Decumano			●?	●	●	●		
Cardus oeste			●	●	●	●		
Cardus leste			●	●	●			
Arruamento "privado"					●	●		

5.7.1. *Praça*

Fase IIb – (Tibério / Cláudio - Flávios)

Identificação e localização

A *Praça* localiza-se na área central do povoado, mais precisamente na plataforma intermédia localizada entre as elevações do Monte Grande e o Monte de S. Marçal, cujas características topográficas desenham uma extensa área de recorte rectangular, relativamente plana, com orientação transversal em relação ao modelado existente, permitindo uma ligação na sua face norte com a área que compreende a Quinta dos Aidos. A designação genérica do edifício como – *Praça* –, deve-se ao facto da sua planta e estrutura interna sugerir tratar-se de um espaço amplo, desprovido de estruturas no interior, onde, provavelmente, decorreriam actividades de diferente natureza, nomeadamente de âmbito comercial, político, administrativo e judicial, constituindo, em sentido lato, o centro cívico do povoado. Constitui o edifício central da plataforma intermédia a partir da qual se estruturou a rede de arruamentos e respectivos espaços habitacionais. A sua cronologia desenvolve-se a partir da Fase IIb, que corresponde ao período da sua construção, registando uma ocupação contínua até final da Fase III, momento a partir do qual se verifica a sua remodelação em paralelo com os principais edifícios que compunham o núcleo central do povoado.

Este momento, que compreende um lapso de tempo relativamente curto, sugere a existência de um plano de obras que abrangeu toda a área da plataforma intermédia que implicou a destruição das estruturas castrejas, conforme se documenta na estratigrafia relativa à *Casa I* e *Estrutura I e II*, ao contrário de outras áreas do povoado onde a ocupação das estruturas indígenas se prolonga até ao início da Fase III, assim como extensos trabalhos de movimentação de terras que permitissem a definição de uma plataforma com uma cota relativamente uniforme, para a instalação do núcleo central do *aglomerado urbano secundário*.

A sua segunda fase de ocupação acompanha a cronologia dos edifícios habitacionais a partir do início da Fase IV, momento em que conhece uma reforma profunda tendo sido redefinido o seu programa inicial no qual regista significativas alterações estruturais, reforçando a sua função de mercado. A sua estratigrafia regista as profundas alterações que o povoado conheceu na centúria de trezentos, que implicou um novo plano de obras de grande envergadura que abrangeu um elevado número de construções edificadas na Fase IIb e III[489].

[489] A interpretação crono-estratigráfica apoia-se na leitura dos seguintes cortes; Área Pública e Área Habitacional Norte - 1. Alv. 96 B, A3 – Corte estratigráfico transversal A-A`; 2. Alv. 95 B, A4, Corte estratigráfico transversal C-C': 3. Alv. 98 B3, A2 – Corte estratigráfico longitudinal A-A'; 4. Alv. 97 B1, A2, - Corte estratigráfico longitudinal A-A'; 5. Alv. 97 B1, A2 – Corte estratigráfico longitudinal B-B'; 6. Alv. 97 B1, A2, Corte estratigráfico longitudinal B-B'; 7. Corte estratigráfico longitudinal A-A'.

Planta e programa do edifício

Apresenta uma planta subquadrangular com orientação sudeste / noroeste que se apoia directamente no *Decumano*, a partir do qual se faz o acesso ao edifício. A estrutura configura uma área ampla, liberta de estruturas no seu interior, com cerca de 700 m^2 de área útil. A sua única porta localiza-se na face nordeste centrada no alçado norte e possui cerca de dois metros de largura. O nível de cota da soleira encontra-se sobrelevado em relação ao arruamento em cerca de 0,30 m, definindo a cota do pavimento, que, pelo facto da área ter sido amplamente trabalhada do ponto de vista agrícola, se encontrava completamente destruído. A identificação de vários elementos arquitectónicos dispersos nos níveis arqueológicos – bases, fustes e capitéis, lintéis, elementos de apoio ao travejamento – sugerem a possibilidade da existência de uma área porticada na interior apoiada na estrutura perimetral[490]. O pórtico poderia desenvolver-se em todo o perímetro interior ou apenas na sua face nordeste, que corresponde à zona da entrada. Neste sentido, a área coberta desenvolver-se-ia apenas para o interior sendo o muro perimetral rematado por um lintel com moldura convexa (5.9. *Materiais e técnicas de construção*, est. LXXVII, n.º 6).

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Praça	237 m^2	700 m^2	639,65 m	105, 85 m	2,99 m

Interpretação funcional do edifício

A monumentalidade e as características estruturais do edifício permitem admitir tratar-se de um espaço cuja dimensão política, administrativa e comercial se encontra bem patente, entendendo-se este "centro monumental" à escala de um *aglomerado urbano secundário* cujas características não permitem classificá-lo como *forum*[491]. Todavia, a sua centralidade e funcionalidade estruturante no urbanismo do povoado, assim como a sua função nuclear na actividade económica permite adoptar a designação de *centro cívico*[492], que poderá ter funcionado principalmente como *macellum*, cujas características arquitectónicas o relacionam com o modelo de origem grego, de planta central, de que existem inúmeros exemplos hispânicos no mesmo horizonte cronológico[493].

Por ventura, terá sido no sector terciário que a sua função terá assumido uma maior significado, não só pelas actividades artesanais que gerou na envolvente mas, fundamentalmente, por esta constituir uma das principais funções dos aglomerados secundários, nos quais esta função se destinaria fundamentalmente à população rural dispersa na sua área de influência, e não aos seus habitantes em particular, assim se justificando a sua dimensão e características arquitectónicas.

Efectivamente, uma das mais significativas funcionalidades do aglomera urbano terá sido a de se ter constituído como ponto de armazenamento, tráfego, intercâmbio de compra e venda de produtos agrícolas e manufacturados, como se depreende de algumas evidências arqueológicas, para além da própria *Praça*, como sejam a existência de edifícios multifuncionais (habitacionais, artesanais e comerciais), a recolha de um

[490] A estrutura em madeira seria apoiada em elementos de suporte integrados no muro perimetral com suportes recortados para encaixe, conforme se depreende da identificação dos suportes (5.9. *Materiais e técnicas de construção* - Elementos *de construção*, est. LXXVII, n.º 7).

[491] O *fórum*, centro cívico dos aglomerados urbanos providos de capitalidade, apesar de pouco frequente noutros espaços urbanos de estatuto inferior identificam-se em alguns *vici* militares como, por exemplo, os de Windisch e Mirebeau delimitados por pórticos e *tabernae*. *Fora* providos de *basílica* identificam-se em Lausanne, Verdes (Loir-et-Cher), Godmanchester, na Inglaterra (PETIT; MANGIN; BRUNELLA 1994, 29-31)

[492] O conceito de f*orum* incorpora duas perspectivas distintas – espaço arquitectónico / espaço público –, que, geralmente, são coincidentes. A função de espaço público que aqui se pretende valorizar respeita ao aspecto mercantil e de centro cívico, que corresponderia ao sítio mais frequentado do aglomerado, sem um propósito específico e determinado, no qual os habitantes se reuniam para socializarem.

[493] Entre os vários *macella* hispânicos o modelo arquitectónico que mais se aproxima ao edifício será o de *Pompaelo*, cuja planta rectangular (20x15 m) se estrutura em torna de um espaço central porticado com pátio aberto, apesar deste apresentar uma sala quadrangular adossada a presidir a todo o complexo (AZNAR 2007, 477, fig. 5, n.º 1).

grafito inscrito numa talha com uma mensagem claramente de âmbito comercial, e a identificação de três oficinais, uma de produção de objectos de vidro e duas relacionadas com a metalurgia do bronze.

O tipo de transacções produzidas certamente ultrapassaria o simples âmbito local, como sugere o amplo reportório de cerâmicas de âmbito regional e a abundância de materiais provenientes do comércio inter-provincial (sigillatas, vidros, ânforas, etc.), facto a que não será alheio o posicionamento estratégico do povoado na proximidade de um cruzamento de estradas, sendo que uma delas ligava o porto marítimo de *Cale* à capital do convento, constituindo dessa forma, o principal eixo de abastecimento e de ligação ao exterior da capital, caracterizando-se como um comércio de base monetária de compra e venda de mercadorias locais e de produtos importados, como sugere o abundante acervo monetário identificado nos vários contextos intervencionados.

A sua construção documenta a profunda assimilação do sistema económico e social romano, alicerçado na exploração intensiva dos recursos agrícolas, pesqueiros e mineiros, assim como na indústria artesanal que teve por base de expansão e desenvolvimento uma rede viária que alargou os mercados internos. É neste enquadramento que se compreende a existência de dois *macella* em *Bracara Augusta*. O primeiro, localizado a sudeste do fórum Flaviano, de planta rectangular com quatro corpos em torno de um pátio central (MARTINS; DELGADO; ALARCÃO 1994, 303-319; MARTINS; SILVA 1999, 73-81), o segundo localizado na área da catedral, local em que se identificou uma inscrição dedicada ao *Genius Macelli* dedicada por *Flavius Urbicio* (GASPAR 1985, 54, 60-63; MARTINS; DELGADO 1989-90, 18, 24-25)[494].

Todavia, importa ressaltar que a função deste tipo específico de edifício, caracteristicamente urbano, se destinava à prestação de serviços comerciais destinados às necessidades da numerosa população citadina, nomeadamente na venda de bens de consumo diário, entre os quais bens alimentares, dai que a sua estrutura frequentemente integre lojas, constituindo para alguns autores uma condição particular dos *macella*, função que julgamos que a *Praça* | *Macellum* de Alvarelhos não ter tido em exclusivo, fundamentando-se a sua polivalência no facto de se encontrar desprovida de estruturas internas.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade da *Praça*
(Fase IIb - *Tibério / Cláudio - Flávios*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
Praça (exterior)				
LU, n.º 22	Lucerna	---	Iluminação	Fase IIb
TSSG, n.º 55	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 103	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 62	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 58	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 22	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 4	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSI, n.º 16	Tigela	Goud. 13, 16 / Pucci XX	Beber	Fase IIb
TSI, n.º 17	Tigela	Goud. 13, 16 / Pucci XX	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 61	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 5	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 26	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 40	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase IIb
CC, n.º 85	Talha (GD)	---	Armazenar alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 67	Tigela	--- grafito (*R*)	Conter e servir alimentos	Fase IIb
CO, n.º 40	Cossoiro	Grupo II, Tipo 2	Fiação	Fase IIb

[494] Trata-se de um edifício cujas dimensões se estimam em cerca de 80 pés de largura (23,30), por cerca de 100 pés de comprimento (29,50m), no qual, a nascente, se identificou um pórtico vestibular, com cerca de 13 pés (3,80m), cujo remate exterior á composto por um muro baixo que suportaria uma colunata (MARTINS 1999, 63-64, fig. 4).

TSH, n.º 150	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 21	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 144	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
CO, n.º 304	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
TSSG, n.º 54	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 25	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
CO, n.º 54	Cossoiro	Grupo indeterminado	Fiação	Fase IIb
CO, n.º 29	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
ANF, n.º 18	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
TSH, n.º 105	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSI, n.º 2	Prato	Goud. 15 ? / Pucci VIII	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 6	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
PJ, n.º 9	Peça de jogo	Tipo I	Ócio / jogo	Fase IIb
TSSG, n.º 39	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase IIb
TSH, n.º 171	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 22	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 24	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
CCB, n.º 15	Taça	Mayet L	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 23	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 25	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
BR, n.º 35	Alfinete de toucado	Beckmann 114-119	Adereço	Fase IIb
TSH, n.º 143	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 56	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 431	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
BR, n.º 35	Alfinete de toucado	---	Adereço	Fase IIb
PT, n.º 85	Peso de tear	Grupo 5	Tecelagem	Fase IIb
ANF, n.º 44	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 24	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 48	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
Praça (interior)				
VI, n.º 71	Garrafa prismática	Isings 50	Conter e servir líquidos	Fase IIb
CCF, n.º 6	Pote	---	Conter alimentos	Fase IIb
CCF, n.º 1	Copo	---	Beber	Fase IIb
CCF, n.º 2	Copo	---	Beber	Fase IIb
FE, n.º 47	Ferro	---	---	Fase IIb
PJ, n.º 20	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / jogo	Fase IIb
CC, n.º 84	Talha (GD)	---	Armazenar alimentos	Fase IIb
PJ, n.º 5	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / jogo	Fase IIb
CO, n.º 27	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
TSI, n.º 13	Prato	Goud. 39 / Pucci X	Conter e servir alimentos	Fase IIb
VI, n.º 86	Conta de colar	---	Adereço	Fase IIb
BR, n.º 46	Fíbula	Tipo transmontano / Schule 4h	Adereço de vestuário	Fase IIb
PJ, n.º 8	Peça de jogo	Tipo I	Ócio / Jogo	Fase IIb
ANF, n.º 12	Ânfora	Pascual 1	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 38	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 77	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 54	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 76	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 95	Ânfora	Dressel 7-11 / Haltern 69	Contentor – preparado piscícola	Fase IIb
ANF, n.º 20	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 50	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 25	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
TSSG, n.º 15	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 14	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
CO, n.º 21	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
TSSG, nº 41	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb

TSH, n.º 4	Prato	Hisp. 4	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 52	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase IIb
PJ, n.º 19	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / jogo	Fase IIb
CO, n.º 22	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
CO, n.º 23	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase IIb
TSI, n.º 9	Tigela	Goud. 27 ou 28 / Pucci XXV ou IX	Comer / Beber	Fase IIb
ANF, n.º 88	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 74	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 28	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
TSSG, n.º 19	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSSG, n.º 53	Tigela	Drag. 27 ?	Beber	Fase IIb
TSI, n.º 18	Tigela	Goud. 32 ? / Pucci XXIII	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 51	Tigela	Drag. 27 ?	Beber	Fase IIb
TSSG, n.º 100	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade da *Praça* (Fase III – *Flávios – Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 54	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
CO, n.º 52	Cossoiro	Grupo 5	Fiação	Fase ?
Praça (exterior)				
PT, n.º 8	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 235	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 151	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 11	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 167	Tigela	Drag. 29 ou 37	Conte e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 47	Cossoiro	Grupo 3	Fiação	Fase III
TSH, n.º 186	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 139	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSSG, n.º 29	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 236	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 227	Tigela	Drag. 37	Conter e servir aliments	Fase III
TSH, n.º 148	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSSG, n.º 26	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 166	Tigela	Drag. 29 ou 39	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 228	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 7	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
LU, n.º 8	Lucerna	Bico redondo Tafalla C ou D	Iluminação	Fase III
TSH, n.º 30	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 231	Tigela	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 109	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 239	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 48	Cossoiro	Grupo 3	Fiação	Fase III
CCB, n.º 14	Tigela	Imitação da forma Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 146	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
CCB, n.º 1	Prato	Imitação da forma Hisp. 4	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 147	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
CEVNV, n.º 2	Tigela	Imitação da forma Ritt. 8	Beber / Comer	Fase III
LU, n.º 6	Lucerna	Tipo Bailey – I	Iluminação	Fase III
TSH, n.º 36	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 39	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 37	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 32	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 223	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

TSH, n.º 34	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 29	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 23	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 51	Cosssoiro	Grupo 5	Fiação	Fase III
PT, n.º 58	Peso de tear	Grupo 2, Tipo II	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 154	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 229	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH,n.º 224	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 145	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 170	Taça	Drag. 35	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH,n.º 136	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 33	Prato	Dra. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
PT, n.º 59	Peso de tear	Grupo 2, Tipo II	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 35	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 233	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 24	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 26	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase III
TSH, n.º 102	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 115	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III
TSH, n.º 149	Tigela	Drag. 149	Beber	Fase III
LU, n.º 18	Lucerna	Indeterminada	Iluminação	Fase III
TSH, n.º 106	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 37	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 144	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III
TSH, n.º 10	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
ANF, n.º 91	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
FE, n.º 22	Foice	---	Trabalhos agrícolas	Fase III
TSH, n.º 31	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 27	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 141	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 8	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
BR, n.º 37	Alfinete de toucado	---	Adereço	Fase III
TSH, n.º 28	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
ANF, n.º 90	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 36	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 57	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
TSH, n.º 5	Tigela	Ritt. 8	Comer / Beber	Fase III
ANF, n.º 52	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 49	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 45	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 58	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 32	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 78	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 29	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 101	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 79	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 109	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 21	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
LU, n.º 5	Lucerna	*Firmalapen*	Iluminação	Fase III
LU, n.º 11	Lucerna	Ivaniy XXI; Loeschcke XIV	Iluminação	Fase III
ANF, n.º 92	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase III
TSH, n.º 153	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 234	Tigela	Drag. 37	Conter e servir refeições	Fase III
TSH, n.º 140	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSSG, n.º 27	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III

Praça (Interior)				
CO, n.º 25	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase III
TSSG, n.º 57	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
BR, n.º 57	Peso de balança	---	Actividade comercial	Fase III
VI, n.º 54	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase III
TSH, n.º 110	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 230	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 226	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 245	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 38	Cossoiro	Grupo 2, Tipo II	Fiação	Fase III
TSH, n.º 200	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 229	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 1	Pote	Hermet 90.5 / Hisp. 2	Guardar alimentos	Fase III
TSH, n.º 138	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSSG, n,º 180	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 1	Pote	Hermet 90.5 / Hisp. 2	Guardar alimentos	Fase III
TSH, n.º 101	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 136	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 21	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 18	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
LU, n.º 3	Lucerna	Bailey B-III	Iluminação	Fase III

Materiais construtivos

Os materiais construtivos identificados na edificação da *Praça* são exclusivamente compostos por granito e argamassas associadas aos aparelhos, constituídas à base de saibro e cal.

O granito empregue revela uma certa uniformidade morfológica que se caracteriza pelo seu grão fino que permite superfícies regulares e uniformes, denotando um programa de obra contínuo. Foi utilizado nos silharia da alvenaria, nos elementos estruturantes que configuram os cunhais e nos elementos arquitectónicos menores identificados no interior da *Praça* (bases, colunas, capiteis, lintéis, apoios de travejamento, etc.), que constituíram a estrutura do pórtico interno e dos elementos decorativos do edifício.

Para além destes, destaca-se a existência de um pedestal (*5.9. Materiais e técnicas de construção. Elementos arquitectónicos*, est. LXXVIII, n.º 11), que poderá ter recebido um elemento escultórico em tamanho natural que complementaria a monumentalidade e dimensão pública do edifício, assim como um elemento de *podium*, formado por uma base com dupla moldura e soco de perfil rectangular sugerindo ter integrado numa estrutura complexa na qual seria adossada a um outro elemento de forma a desenvolver a base de um *podium*, eventualmente de um templo (*5.9. Materiais e técnicas de construção. Elementos arquitectónicos*, est. LXXVIII, n.º 9). A cobertura da área porticada provavelmente seria em tégulas apesar de não se encontrar registada estratigraficamente nas áreas intervencionadas devido ao facto dos níveis de ocupação do primeiro momento da ocupação terem sido removidos nos trabalhos de nivelamento para instalação do edifício que substituiu a *Praça* da Fase IIb-III.

Aparelhos

Da estrutura original conserva-se apenas cerca de 0,80 m do paramento, com excepção da face sudeste onde este se regista cerca de 1,20 m de altura, devido ao facto de ai se ter verificado o seu reaproveitamento integral na Fase IV.

Os muros revelam uma elevada qualidade construtiva, apresentando um aparelho pseudo-isódomo, bem calibrado, aplicado com argamassa de saibro e cal. Os cunhais são executados em silhares rectangulares

de cerca de 1 m x 0,40 m de comprimento revelando um acabamento rústico, com o típico "almofadado" no exterior (vol. I, est. XLVII, n.º 2) dispostos alternadamente.

O tipo de aparelho usado enquadra o Tipo A (*opus vittatum*), compondo estruturas de duplo paramento em alvenaria de granito com travamento interno, que registam uma técnica construtiva de elevada qualidade, composta por blocos de média dimensão de pedra irregular, justaposta, com junta seca e os poucos interstícios preenchidos com elementos menores recuados à face. O reforço dos panos foi feito através de elementos transversais dispostos regularmente de 4 em 4 m que atravessam integralmente o muro, projectando-se para o exterior do alinhamento em ambas as faces cerca de 10 a 15 cm (vol. I, est. LXXXV, n.º 3-4; XLV, n.º 6; est. XLVI, n.º 1). Apresenta uma técnica construtiva muito característica, revelando um paramento, com cimentação no interior, estruturada por compressão, composta por uma argamassa em saibro e pedras de pequeno calibre. A largura dos muros respeita as medidas mais usuais de aproximadamente dois pés, características de estruturas que requerem um esforço significativo. Os blocos de granito, de planta rectangular, apresentam um calibre regular de aproximadamente 0,40 m x 0, 20 m, revelando a face anterior em forma de cunha, que dá origem a um alinhamento interno desencontrado nas suas duas faces, criando um travamento contínuo ao longo do muro e facilitando a cimentação interna. A sua colocação em linhas horizontais alterna o local de junção de fiada para fiada que resulta numa linha interna sinuosa de ligação dos diferentes blocos sempre desencontrada. Os muros assentam directamente sobre o saibro, revelando ter recebido um tratamento de regularização para o apoio dos primeiros elementos e uma sapata de alicerce mais larga que o muro (vol. I, est. XLVII, fot. 3).

O acabamento consiste na inclusão de pequenos elementos nos interstícios dos blocos com a dupla função de nivelamento e de isolamento do paramento. A esterotomia produzida por este tipo de paramento, provavelmente desprovido de qualquer tipo de revestimento, consiste num reticulado simétrico apenas quebrado pelo efeito de monumentalidade causado pelos grandes blocos que constituíam os cunhais dos edifícios.

Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[495]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	*opus vittatum*	0,48 x 0,52 m	28,31 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IIb	est., XLVIII, fot. 2
Longitudinal 2	*opus vittatum*	0,48 x 0,52 m	27,70 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IIb	est., XLV, fot. 4
Transversal 1	*opus vittatum*	0,48 x 0,52 m	25,09 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IIb	est., XLVIII, fot. 1
Transversal 2	*opus vittatum*	0,48 x 0,52 m	25,22 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IIb	est., XLVII, fot. 3, 4

Fase IV-V – *(Início do séc. IV - Final do séc. IV | Final do séc. IV - Meados séc. V)*

Planta e programa do edifício

No início da Fase IV, no momento em que se regista a grande reforma do edificado existente e o crescimento do povoado para áreas mais periféricas, documenta-se também a reconstrução da *Praça* que implicou uma alteração profunda à estrutura original, na qual perdeu a monumentalidade das fases anteriores, uma vez que passa a articular vários volumes, abandonando o enquadramento rígido dos arruamentos, uma vez que se verifica um desalinhamento geral dos edifícios com prejuízo do espaço das vias. Todavia a sua função ter-se-á mantido inalterada, senão mesmo reforçada, pelo menos no que se reporta à sua condição de mercado.

Os elementos estruturais identificados encontravam-se muito degradados, limitando-se muitos dos alinhamentos ao nível do alicerce ou conservando apenas uma fiada do aparelho original, devido ao facto de

[495] Medidas exteriores dos muros existentes.

este espaço em concreto ter sido utilizado como campo agrícola e sistematicamente "limpo" dos elementos construtivos que foram acumulados junto do muro T1 da *Praça* da Fase II, o que permitiu que nesta área se tenha conservado em bom estado, comparativamente com o resto da construção.

A implantação do novo complexo respeitou apenas parcialmente a preexistência uma vez que os seus alinhamentos transgrediram a área anteriormente definida pela *Praça*. Os muros que configuram o perímetro externo correm agora paralelos a cerca de 0,50 m da face exterior do anterior muro da face leste e norte e cerca de 8 m do muro da face sul, tendo em consideração a largura estimada do Ap. III em função do alinhamento do Ap. IV

A obra não reaproveitou qualquer elemento estrutural da *Praça* da Fase III, tendo sido construídos de raiz a totalidade dos muros que configuram o edifício. A sua planta, cuja configuração integral não conhecemos, desenvolve-se na face leste num espaço rectangular com orientação sul / norte no qual se recortam três espaços rectangulares de diferentes dimensões. O primeiro, localizado na face norte configura uma galeria de planta rectangular, adossada a um espaço intermédio de maiores dimensões, também de planta rectangular, que desenha um espaço central amplo e aberto. A face sul do edifício é também composta por um grande espaço de planta rectangular, aparentemente de menores dimensões que o anterior. A face oeste do edifício, da qual pouco se conhece, aparentemente configura um espaço completamente amplo, desprovido de estruturas internas, com excepção da face sul onde desenvolve um espaço de planta rectangular, eventualmente com as mesmas características estruturais do aposento que lhe é contíguo. A planta dos grandes espaços que configuram o recinto, desprovidos de compartimentação interna, à semelhança das *domus* do mesmo horizonte temporal, perspectiva uma função relacionada com actividades que congregariam um alargado número de pessoas e uma intensa circulação, acentuando-se a polivalência do espaço.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade da *Praça*
*(*Fase IV - V *– Início do séc. IV - final do séc. IV | Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSHT, n.º 17	Taça	?	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
ANF, n.º 109	Ânfora	Almagro 51 C	Contentor – preparado piscícola	Fase IV-V
TSA, n.º 5	Prato / Prateira	Hayes 50A	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
ANF, n.º 110	Ânfora	Almagro 51 C	Contentor – preparado piscícola	Fase IV-V
VI, n.º 67	Taça	Isings 117	Comer / Beber	Fase IV-V
MO, n.º 3514	Moeda	Nummus, Urbs Roma, 335-337	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
MO, n.º 3522	Moeda	Nummus, Fl Augusta, 324-330	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
MO, n.º 3591	Moeda	Nummus, Constâncio Galo, 352-354	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
ANF, n.º 102	Ânfora	Dressel 14	Contentor – preparado piscícola	Fase IV-V
ANF, n.º 103	Ânfora	Dressel 14	Contentor – preparado piscícola	Fase IV-V
PJ, n.º 1	Peça de jogo	Tipo I	Ócio / jogo	Fase IV-V
FE, n.º 30	Prego	---	Elemento de construção	Fase IV-V
FE, n.º 32	Prego	---	Elemento de construção	Fase IV-V
FE, n.º 33	Prego	---	Elemento de construção	Fase IV-V
FE, n.º 31	Prego	---	Elemento de construção	Fase IV-V

Materiais construtivos

Os materiais construtivos identificados reduzem-se à utilização de granito nas alvenarias e argamassas de saibro e cal na cimentação dos muros e da constituição dos pavimentos.

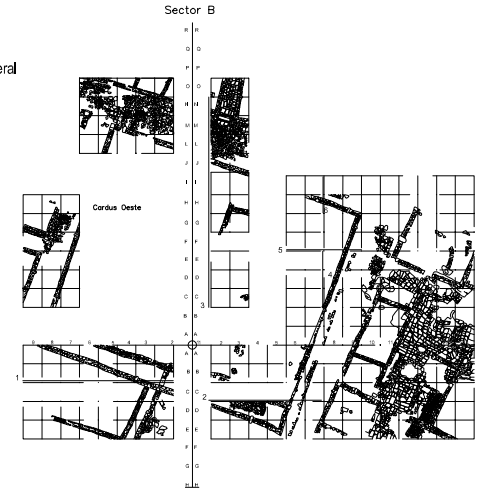
Os muros, conforme anteriormente referimos, restringem-se a alinhamentos definidos pelos alicerces, ou, em alguns casos, à primeira fiada da estrutura, não permitindo uma classificação tipológica. Do ponto de

vista estrutural caracterizam-se pela sua pouca qualidade construtiva, na qual os alicerces se formam a partir de uma sapata de fundação composta por um aglomerado de pedras mais largo que o muro com uma estruturação débil, combinando o emprego de pedras de diferente calibre com blocos de dimensões médias. Os aparelhos combinam pedras de diferentes calibres e recortes, geralmente reaproveitadas de construções anteriores. O aposento que constitui a ala leste (Ap. I, II, III), conforme se documenta na camada 1B do corte estratigráfico n.º 2 (Área Pública e Área Habitacional Norte – 2. Alv. 95 B, A4, Corte Transversal C-C'), encontrar-se-ia coberto por um telhado de tégulas, cujo colapso documenta a última fase de ocupação do edifício.
Os pavimentos, pelas razões apontadas, encontravam-se completamente destruídos na maior parte da área intervencionada. A excepção encontra-se numa pequena faixa paralela ao muro transversal n.º 2, na qual é visível um pavimento em saibro muito compacto e bem nivelado (vol. I, est. XLVII, fot. 6), documentado também no corte n.º 2, no *interface* da camada 1B (Área Pública e Área Habitacional Norte – 2. Alv. 95 B, A4, Corte Transversal C-C').

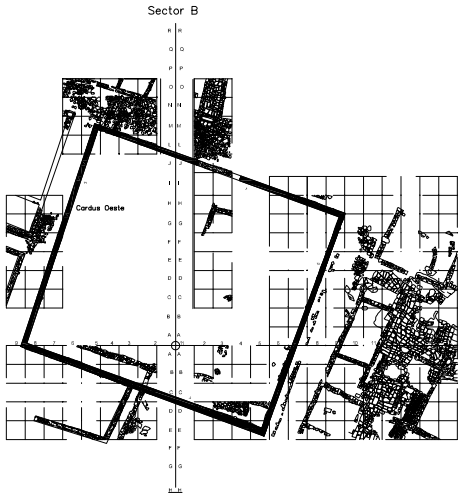
Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[496]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	Alicerce	0,90 m	13,51 ml	Muro interno	Fase IV	est., XLVI, fot. 3
Longitudinal 2	Alicerce	0,60 m	1,84 ml	Muro interno	Fase IV	---
Longitudinal 3	Tipo B	0,60 m	3,43 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IV	---
Longitudinal 4	Tipo C	0,40 x 0,30 m	8,04 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IV	est. XLVII, fot. 3, 4
Transversal 1	Alicerce + Tipo C	0,35 x 0,30 m	14,91 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IV	est. XLVI, fot. 4
Transversal 2	Alicerce	0,60 m	26,42 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IV	est. XLV, fot. 2
Transversal 3	Tipo C	0,40 x 0,30 m	6,56 ml	Estruturante, muro perimetral	Fase IV	---

[496] Medidas exteriores dos muros existentes.

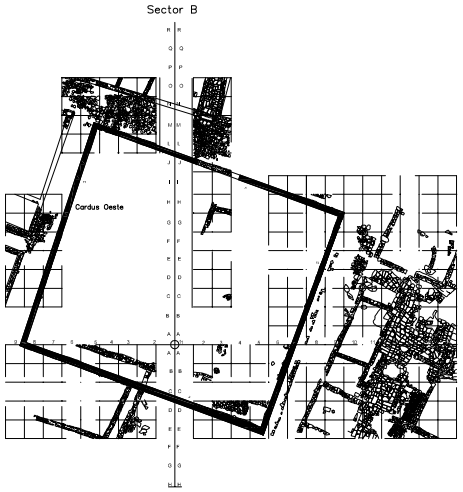
Planta geral



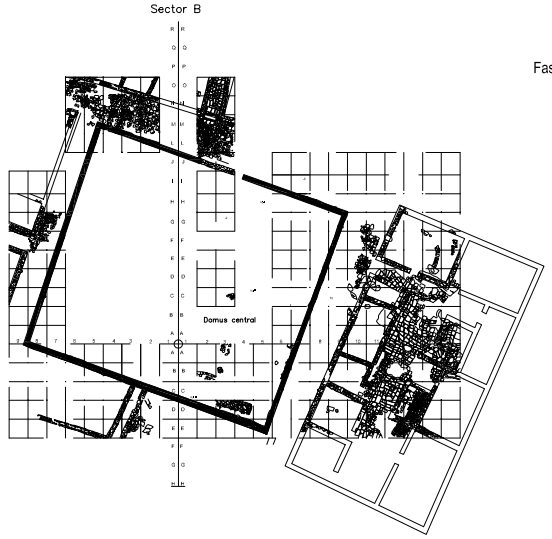
Fase IIB



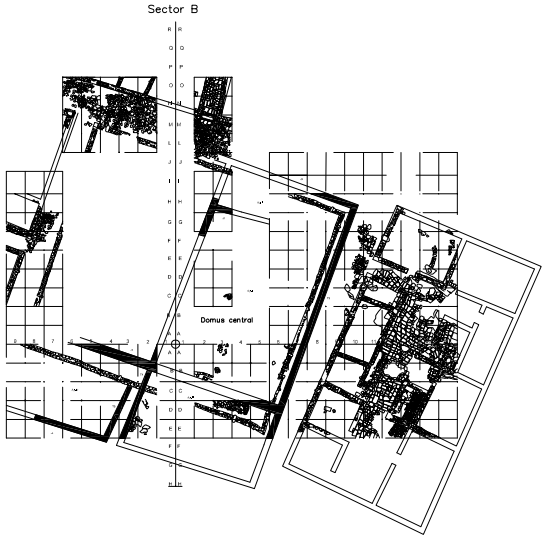
Fase III

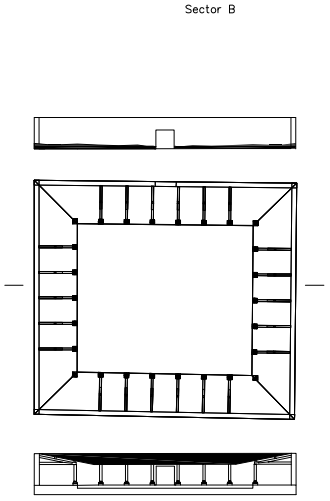


Fase IV

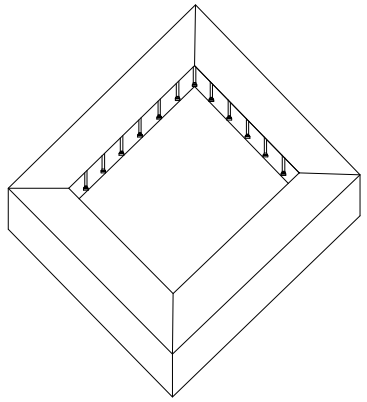


Fase V





Fase IV



1. *Praça*, pormenor da face leste e *Cardo* oeste

2. *Praça*, pormenor cunhal sudeste (Fase III) e alinhamento da face sudeste da *Praça* da Fase IV-V

3. *Praça*, vista aérea do extremo sudeste (Fase IIB/III)

4. *Praça*, pormenor da sequência da sobreposição das estruturas da fase IIB, III e IV

5. *Praça*, vista geral em fase de escavação

6. *Praça*, estratigrafia e estruturas da Fase II

1. *Praça*, vista geral do cunhal sudeste (Fase IIB/III)

2. *Praça*, vista geral da face sul do interior (Fase IIB-III e IV-V)

3. *Praça*, pormenor da estrutura da fase IV-V

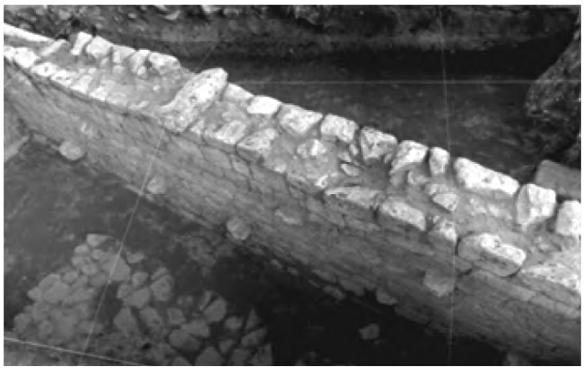
4. *Praça*, vista geral da estrutura (Fase IV-V)

5. *Praça*, face sudeste

6. *Praça*, face exterior da praça

1. *Praça*, face interna do topo nordeste (Fase IIB-III)

2. *Praça*, cunhal sudeste (Fase IIB-III)



3. *Praça*, vista aérea do muro norte

4. *Praça*, vista aérea do interior

5. *Praça*, vista geral do interior norte

6. *Praça*, vestígios remanescentes do pavimento em saibro no interior da praça (Fase IIB-III)

1. *Praça*, cunhal noroeste na ligação do *Cardo* oeste com o *Decumano*. No canto esquerdo da imagem desenvolve-se o cunhal nordeste da *Domus do Complexo Artesanal*.

2. *Praça*, pormenor do cunhal noroeste do *Decumano* e *Cardo* oeste da praça e pavimento em lajeado correspondente à Fase IV-V.

3. *Praça*, pormenor do cunhal noroeste do cunhal da *Domus do Complexo Artesanal*. No canto superior esquerdo é visível o alinhamento do muro sul da *Domus da Lucerna do Golfinho*. No pavimento lajeado do *Decumano*, observa-se uma sepultura de criança que corresponde à estrutura funerária localizada a leste do complexo funerário.

5.8. Áreas habitacionais

As áreas habitacionais identificadas subdividem-se em quatro grandes zonas que assumiram uma designação particular em função da sua localização em relação ao edifício que definiu a estrutura urbana do povoado, individualizando-se por edifícios, conforme sinopticamente abaixo se descrimina.

Áreas identificadas	Fase II	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V	Fase VI	Fase VII
Área Habitacional Sudoeste – *Domus do Grafito*	●	●	●				
Espaço Religioso, Complexo Artesanal e Área Habitacional Norte – *Domus do Complexo Artesanal*			●	●	●		
Área Habitacional Norte – *Domus da Lucerna do Golfinho*			●	●	●		
Espaço Religioso, Complexo Artesanal e Área Espaço Religioso – *Igreja e Necrópole*							●
Área Habitacional Norte – *Domus Norte*				●	●		
Área Habitacional Sudeste – *Domus da Lucerna do Cavalo*	●				●	●	
Área Habitacional Sudeste – *Domus da Lucerna Cristã*			●	●	●		
Área Habitacional Sudeste – *Domus da Colher de Prata*			●	●	●		
Área Habitacional Sudeste – *Domus do Tesouro*	●			●	●		

Área Habitacional Sudoeste

Localiza-se no extremo sudoeste da área intervencionada na base da vertente oeste da elevação identificada como a acrópole do castro (Monte Grande). Ocupa um lugar de destaque na área urbana do povoado cuja estrutura ortogonal se desenvolve a partir da *Praça*. A sua localização privilegiada, designadamente na Fase III, momento em que o centro cívico se encontraria em pleno funcionamento, permitiria o desenvolvimento de actividades de natureza artesanal e comercial em estreita relação com as actividades desenvolvidas no espaço.

A área intervencionada permitiu identificar três fases de ocupação (II, IIb, III), embora não se compreenda integralmente a planta e funcionalidade dos edifícios. A Fase II encontra-se representada pela *Casa* I e a Fase IIb e III pelos quatro aposentos que integram a *Domus do Grafito*, cuja planta completa se desconhece.

5.8.1. *Domus do Grafito*

Fase IIb – *(Tibério /Cláudio – Vespasiano)* Fase III – *(Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação e localização

Ficou a dever a sua designação à identificação de uma talha que tinha inscrito no bordo um grafito com a seguinte legenda – *EME ME BONO TVO* – cujo significado alude a um apelo de cariz publicitário, próprio de um ambiente comercial[497].

Localiza-se na área nordeste da plataforma intermédia e desenvolve-se na vertente sudoeste da elevação que configura a acrópole do castro, tendo sido parcialmente integrada na encosta[498]. Dista

[497] *Cerâmica Comum. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, vol. II, est. CLXIII, n.º 31.

aproximadamente 70 m do centro da *Praça* que implicaria a existência de um arruamento paralelo ao *Cardo oeste*, de interposição entre si e a *Domus do Complexo Artesanal*.
A sua orientação, perfeitamente articulada com toda a estrutura edificada na plataforma central, aliada à sua cronologia de construção, balizada entre os reinados de Tibério e Cláudio, permite admitir que o primeiro "projecto urbanístico" de estruturação do aglomerado urbano se definiu na primeira metade do séc. I, se incrementou a partir do reinado de Vespasiano e se desenvolveu até princípios do séc. II.
A área intervencionada compreende 100 m^2, tendo a planta do edifício sido apenas identificada parcialmente. Apesar deste facto, as suas características construtivas, em conjugação com o material recolhido, permitem admitir uma função mista de área habitacional e área comercial, designadamente nos aposentos fronteiros ao arruamento.
A sua implantação, no sopé da elevação, sujeita a acumulação de água e humidade, pelo facto da drenagem natural da vertente se efectuar no sentido da sua implantação, implicou a adopção de soluções construtivas específicas ao nível da articulação das diferentes estruturas e de sistemas de drenagem, assim como o recurso a soluções de revestimentos parietais singulares em toda a área intervencionada.
A leitura estratigráfica e estrutural regista três momentos cronológicos sequenciais (Fase II/IIb-III), que se reportam a um período de ocupação contínua, no qual não se verificam alterações ao nível das estruturas e pavimentos.
O primeiro, já abordado no capítulo referente à ocupação pré-romana, corresponde a um vestígio residual preservado sobre o afloramento pelo facto de se encontrar implantado numa área que foi aterrada, não se relacionando directamente com a *Domus do Grafito*.

Fase II b / Fase III

Planta

De acordo com o anteriormente referido a planta do edifício é apenas conhecida parcialmente, tendo sido intervencionados cinco aposentos dos quais apenas se definiu integralmente o Ap. IV.
A sua implantação, no limite oeste da plataforma intermédia, no sopé da acrópole do povoado indígena, ocupou parcialmente a vertente tendo possibilitado nesta área criar uma complexo edificado estruturado em diferentes volumes com uma diferença de cota assinalável que permitiria uma implantação com certo protagonismo no edificado envolvente, com claro domínio visual sobre o centro cívico do aglomerado urbano.

Programa do edifício

A estrutura compreende cinco aposentos. O espaço intervencionado de cada um deles é o seguinte;

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Ap. I	16,78 m^2	---	---	16,42 m	---
Ap. II	9,30 m^2	---	---	13.03 m	2,05 m
Ap. III	20,32 m^2	---	---	23,94 m	---
Ap. IV	9,18 m^2	---	9,18 m^2	12,63 m	1,36 m
Ap. V	19,13 m^2	---	---	7,81 m	0,95 m (?)

[498] A sua escavação foi promovida pelo Instituto Português do Património Cultural e decorreram no ano de 1986sob a responsabilidade científica de Lino Augusto Tavares Dias.

A articulação dos vários vestíbulos em torno de uma área aberta que permitia ao acesso aos vários aposentos (Ap. II, III, IV), em conjugação com a existência de drenagens, relacionadas com o escoamento de águas pluviais provenientes de espaços abertos, eventualmente de um pátio interno, permite admitir uma planta de configuração quadrangular ou rectangular estruturada a partir desse espaço central, a partir do qual se distribuíam os vários aposentos que compunham o edifício, representando a área intervencionada um espaço periférico da construção, cujos aposentos corresponderiam a áreas de serviço e armazenagem, como sugere a existência dos drenos à superfície do pavimento, a reduzida salubridade causada pelo elevado nível de humidade existente como sugerem os dispositivos instalados com vista à sua minimização (Ap. II), assim como os materiais de referência cronológica associados à funcionalidade dos aposentos recolhidos no decurso da intervenção.

Interpretação funcional dos aposentos

Ap. I – Localiza-se no extremo noroeste da área intervencionada e foi apenas detectado parcialmente, desconhecendo-se, portanto, a sua planta integral, assim como qual o seu papel no complexo edificado identificado como *Domus do Grafito*. Todavia, o facto de constituir um volume diferenciado, implantado num plano mais elevado, com claro domínio sobre a restante área edificada e como tal com domínio visual sobre o centro cívico do povoado e demais construções privadas, conferiam a este aposento um claro protagonismo na construção que poderia corresponder, conforme também sustentam os materiais de referência cronológica associados à sua funcionalidade, a uma área relacionada com uma função comercial, designadamente às identificas para as *tabernae*, valorizando o conteúdo claramente comercial do grafito identificado no bordo da talha "Toma-me para teu bem" que permitiu nomear a *domus*, cuja proximidade com o centro cívico do povoado parece também concorrer, para o qual se admite um fluxo elevado e frequente de pessoas.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb – *Tibério/Cláudio –Vespasiano* | Fase III – *Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 106	Ânfora	Almagro 51 a-b	Contentor – preparado piscícola	Fase III
CO, n.º 53	Cossoiro	Grupo 6	Fiação	Fase III
TSH, n.º 208	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
CCB, n.º 12	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 1	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 180	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
CCB, n.º 2	Prato	Hisp. 4	Conter e servir alimentos	Fase III
CC, n.º 31	Talha	*eme me bono tvo*	Contentor (vinho)	Fase III
ANF, n.º 5	Ânfora	Marselhesa 7	Contentor – vinho	Fase III
ANF, n.º 4	Ânfora	Marselhesa 7	Contentor – vinho	Fase III
TSSG, n.º 11	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
CO, n.º 3	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase III
CO, n.º 33	Cossoiro	Grupo 2	Fiação	Fase III
LU, n.º 7	Lucerna	bico redondo	Iluminação	Fase III
TSH, n.º 198	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
PT, n.º 75	Peso de tear	Grupo 4 – Tipo I	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 15	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 203	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 3	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 45	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase III
TSSG, n.º 10	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 177	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 181	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III

TSH, n.º 206	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 16	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 168	Tigela	Drag. 33	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 46	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase IIb
TSH, n.º 108	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 2	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 200	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 209	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 13	Tigela	Drag. 35/36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 65	Taça (*CRESTIO*)	---	---	Fase III
ANF, n.º 6	Ânfora	Marselhesa 7	Contentor – vinho	Fase III

Ap. II – Encontra-se situado no extremo sudoeste da área intervencionada. Configura uma planta quadrangular com acesso a partir de uma área comum que nesta zona articula a entrada a pelo menos três aposentos. As suas características estruturais, de salubridade e a inexistência de dispositivos de conforto, associadas às características dos materiais recolhidos, permite admitir que se trataria de uma área de serviços relacionada com as actividades domésticas, designadamente com as que se referem ao armazenamento de produtos alimentares e de artefactos associados à actividade culinária.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb – *Tibério/Cláudio –Vespasiano* | Fase III – *Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 3	Peso de tear	Grupo 1 – Tipo IIA	Tecelagem	Fase III
PT, n.º 39	Peso de tear	Grupo 1- Tipo indeterminado	Tecelagem	Fase III
PT, n.º 4	Peso de tear	Grupo 1 – Tipo II A	Tecelagem	Fase III
TSSG, n.º 12	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 199	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
ANF, n.º 35	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
TSH, n.º 120	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III
PT, n.º 78	Peso de tear	Grupo 4 – Tipo oval	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 7	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 124	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase III
TSH, n.º 5	Tigela	Drag. 35/36	Conter e servir alimentos	Fase III
PT, n.º 5	Peso de tear	Grupo 1 – Tipo II A	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 201	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. III – Constitui uma área comum a partir da qual se define o acesso aos Ap. II e IV, de circulação interna da *domus*, cuja ocupação e utilização estaria condicionada pela existência de um espaço aberto, resultante da implantação de dois muros paralelos, contíguos, de reforço mútuo que estruturam os Ap. I e V, como aliás sugere a escassez de materiais de referência cronológica recolhidos no seu espaço.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb – *Tibério/Cláudio –Vespasiano* | Fase III – *Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
ANF, n.º 70	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb
ANF, n.º 93	Ânfora	Haltern 70	Contentor - vinho	Fase IIb
TSH, n.º 197	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. IV – Constitui o único vestíbulo intervencionado integralmente. A planta, de configuração sub-rectangular, com apenas 9,18 m^2, desenvolve um espaço relativamente modesto adequado às características dos quartos, como também sugere a diminuta expressão de materiais de referências recolhidos no seu interior.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb – Tibério/Cláudio – Vespasiano | *Fase III – Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 160	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. V – Corresponde ao espaço de maiores dimensões identificado no edifício, apesar de apenas ter sido definido parcialmente. O seu acesso, estruturado a partir de uma entrada localizada na face leste, eventualmente a partir do pátio interior, conferir-lhe-ia um certo protagonismo na área habitacional. A sua localização em relação aos restantes aposentos e a identificação de materiais arqueológicos de referência associados a um espaço polivalente permitem admitir que se trataria de um espaço destinado às refeições.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb – *Tibério/Cláudio – Vespasiano* | Fase III – *Flávios - Diocleciano (284-288 Criação da Galécia)*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 6	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb-III
TSH, n.º 202	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 205	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
PT, n.º 68	Peso de tear	Grupo 3 – Tipo I	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 178	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 14	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
ANF, n.º 83	Ânfora	Haltern 70	Contentor	Fase IIb
TSH, n.º 122	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase III
TSH, n.º 125	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase III
TSH, n.º 176	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 182	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 6	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 12	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 96	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 5	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 1	Prato	Hisp. 4	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 598	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 123	Tigela	Drag. 27	Beber / Comer	Fase III
TSH, n.º 204	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 9	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III
TSH, n.º 97	Prato	Drag. 15/17 ou 18/31	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 175	Tigela	Drag. 35/36	Conter e servir alimentos	Fase IIb
TSH, n.º 4	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb
ANF, n.º 31	Ânfora	Haltern 70	Contentor – vinho	Fase IIb

Materiais Construtivos

Os materiais construtivos utilizados foram exclusivamente constituídos por granito, argamassas de saibro e cal e, pontualmente, argila. O granito empregue é o da região apresentando uma constituição uniforme, caracterizando-se por possuir um grão médio / fino, que possibilita um talhe regular e um faceamento uniforme. Foi utilizado na alvenaria, nos elementos estruturantes como as soleiras, ombreiras e lintéis[499], assim como em entulhos e recheios de muros. As argilas e a cal foram utilizadas pontualmente como aglutinantes do saibro. Os materiais cerâmicos identificados são constituídos apenas por tégulas e imbrices,

[499] Verifica-se no acessos aos Ap. II e IV, nos cunhais do muro transversal 2 com o muro longitudinal 3, assim como nos elementos de apoio e travamento da estrutura que compõem o Ap. I e a restante construção, designadamente no muro longitudinal 4 que configura o remate oeste do Ap. V.

tendo as primeiras sido empregues também no revestimento parietal do Ap. II, e nas canalizações implantadas nos pavimentos dos Ap. II, III e IV.

Pavimentos e revestimentos parietais

Com excepção do Ap. I, todos os restantes vestíbulos encontravam-se pavimentados com um piso em saibro, particularmente espesso, compacto e bem nivelado, configurando um nível de ocupação uniforme a uma cota comum, com ligeiro pendor no sentido sudoeste de forma a acompanhar o sistema de drenagem que se desenvolve na área de meação entre os Ap. I e V e nos Ap. II, III e IV.
O saibro revela uma compactação assinalável, ao qual poderá ter sido adicionado cal para aumentar o seu poder de tracção e impermeabilização. A qualidade construtiva dos pavimentos demonstrada é reveladora não só do nível geral da construção, mas, fundamentalmente, das características da área de implantação do edifício e da sua funcionalidade. A sua espessura e forte consistência permitiu a implantação de drenagens rebaixadas revestidas a imbrices no canal e a tégulas na superfície superior a servir de cobertura, assim como a implantação de soleiras como sucede no acesso ao Ap. II.
O reboco, amplamente utilizado, encontra-se no interior do Ap. II, IV e V, constituindo, aparentemente, uma solução restringida ao interior dos aposentos. Consistia numa argamassa elaborada à base de saibro e cal com o qual se preencheram as juntas e se revestiram os blocos de granito que compunham o paramento, permitindo um acabamento final uniforme e regularizado à base de cal de menor espessura. Para além da função estética desempenharia uma função de isolante permitindo uma maior estanquicidade da estrutura de protecção de humidade, reduzindo o processo de deterioração das argamassas.
O sistema de revestimento parietal mais elaborado identificado em todo o povoado registou-se no Ap. II (vol. I, est. XLIX, est. L, fot. n.º 2). O dispositivo consistiu na aplicação de uma argamassa forte de cobertura do paramento ao qual foram aplicadas tégulas na vertical com o rebordo sobre o reboco de forma a criar uma caixa-de-ar, revestida pelo exterior pelo mesmo tipo argamassa. Identificou-se apenas uma fiada de tégulas na face inferior do muro que se prolongavam para o interior do pavimento, não desenvolvendo uma solução construtiva característica dos sistemas de aquecimento que frequentemente se identificam em estabelecimentos termais e balneários privados, não sendo perceptível se o dispositivo se destinava a criar uma espécie de lambrim com cerca de 0,50 m de altura ou se, eventualmente, cobriria o resto do paramento. A solução tinha como propósito efectuar um isolamento, visto que na sua área de implantação se identificaram numerosas canalizações.

Aparelhos

O sistema construtivo empregue na edificação da *Domus do Grafito* revela um elevado nível de selecção dos materiais utilizados, assim como de adopção de criteriosos processos de construção. Na totalidade individualizaram-se oito estruturas cujo sistema construtivo dos paramentos adoptou apenas duas soluções – *opus vittatum* e aparelho poligonal de Tipo A.

Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[500]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	*opus vittatum*	0,40 x 0,25 m	2,82 + 0, 44 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est., L, fot. 3
Longitudinal 2	poligonal - Tipo A	0,40 x 0,35	5,37 ml	Muro perimetral	Fase IIb-III	est., L, fot. 1
Longitudinal 3	*opus viattatum*	0,40 x 0,25 m	3,15 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est. L, fot. 2
Longitudinal 4	poligonal - Tipo A	0,40 x 0,35	5,38 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est. LI, fot. 6
Longitudinal 5	poligonal - Tipo A	0,40 x 0,35	3,84 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est. L, fot. 4

[500] Medidas exteriores dos muros existentes.

Transversal 1	poligonal – Tipo A	0,40 x 0,35	4,92 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est. L, fot. 1
Transversal 2	poligonal – Tipo A	0,40 x 0,35	4,09 ml	Muro perimetral	Fase IIb-III	est. LI, fot. 3
Transversal 3	poligonal – Tipo A	0,40 x 0,35	2,82 ml	Muro interno	Fase IIb-III	est. LI, fot 1

O *opus vittatum* foi utilizado em apenas dois muros internos (longitudinal 1 e 3). Todas as estruturas que utilizam este aparelho apresentam uma construção semelhante, revelando um paramento duplo, com cimentação no interior estruturado por compressão, composta por uma argamassa em saibro e pedras de pequeno calibre. A espessura dos muros respeita as medidas mais usuais em estruturas que requerem pouco esforço, de pé e meio de largura. Os blocos de granito revelam uma face de recorte rectangular e apresentam um calibre uniforme de aproximadamente 0,40 m x 0,20/0,25 m, revelando a face anterior em forma de cunha que, conjugada alternadamente entre as duas faces proporciona uma estrutura com travamento contínuo ao longo do muro.

Os cunhais apresentam blocos de granito de remate. Estes, em ambos os muros, foram dispostos em fiadas horizontais com juntas descentradas de fiada para fiada, cujo acabamento era constituído por pequenos elementos a rematar os interstícios dos blocos com a dupla função de nivelamento e de isolamento do paramento, criando uma estereotomia de grande qualidade e sentido estético.

O aparelho poligonal de Tipo A foi utilizado nos restantes muros identificados, merecendo particular destaque a estrutura que configura o Ap. I pelo facto de apresentar um alicerce construído em cima do afloramento composto por um muro de maior espessura sem face na área interna, tanto no muro transversal 1 com no muro longitudinal 2.

Constituem também estruturas de duplo paramento em alvenaria de granito sem travamento que revelam uma técnica construtiva de elevada qualidade. São composta por blocos de dimensão média de recorte irregular, justapostos, com junta seca e os poucos interstícios existentes preenchidos com pequenos elementos recuados à face. O tratamento da superfície é de pico fino apresentando um granulado médio. O paramento revela uma superfície muito uniforme com um assentamento muito ajustado revelando uma criteriosa selecção dos elementos e um trabalho descriminado para cada um deles de forma a garantir uma integração e ajuste perfeito em todas as faces que, em alguns casos, conservam as arestas angulosas. Os muros apresentam cunhais reforçados, de pedra aparelhada, em blocos de média dimensão. O interior apresenta uma argamassa compacta composta por saibro e pequenas pedras. À semelhança do *opus vittatum*, a largura das estruturas apresenta a dimensão média de um pé e meio.

A construção de um volume num plano mais elevado (Ap. I), cujo alicerce assenta directamente num batólito, implicou o reforço da estrutura cuja solução utilizou como apoio o muro longitudinal 4, através da utilização de três elementos apoiados em ambas estruturas a cotas ligeiramente desencontradas, permitindo um duplo reforço que implicou a constituição de um espaço de meação cuja abertura ao exterior implicou a instalação de um sistema de drenagens de águas pluviais que, acompanhando a topografia do terreno se desenvolveu através do Ap. II e III.

Cobertura

A cobertura dos aposentos intervencionados far-se-ia em telha cerâmica (tégulas e imbrices), conforme se documenta na sequência estratigráfica (Alv. 86 B, S.S. A1 – Corte estratigráfico A-A' [camada 01]; Alv. 86 B, A1 – corte estratigráfico B-B' / lado Este [camada 01]) (est. LI, fot. 6), verificando-se uma incidência massiva da utilização de tégulas de Tipo A, cuja dimensão média se centra entre os seguintes parâmetros; Comprimento máximo

620/630 mm; Largura máxima 415/420 mm; Espessura ao nível do rebordo 65/70 mm; Espessura da superfície interna 25/35 mm[501].

Drenagens

Os sistemas de drenagem identificados revelam aspectos construtivos particulares e únicos em toda a área habitacional intervencionada.
Os dispositivos assinalados (Ap. II, III, IV e área de meação entre o Ap. I e V) reportam-se apenas a sistemas de escoamento de águas pluviais e caracterizam-se por constituírem construções instaladas à superfície dos pavimentos. Compõem um sistema unitário individualizado e exclusivo do edifício, cuja rede de drenagem, de acordo com as restantes situações identificadas, conduz as águas para o arruamento fronteiro. Constitui uma drenagem de Tipo A que se caracteriza pelo facto de se encontrar completamente integrada no pavimento, estruturada com elementos cerâmicos e, pontualmente, com elementos em granito, concretamente nos tramos que se encontram subjacente às estruturas.
A vala, em forma de meia cana, encontra-se rasgada no pavimento de saibro com rebaixamento das faces laterais para acolher uma tampa de cerâmica, no caso fragmentos de tégula. Em alguns tramos identificam-se elementos verticais integrados na vala a estruturar uma conduta mais rectilínea (vol. I, est. XLIX).
O sistema é composto por condutas provenientes de duas áreas distintas que se encontram num dreno único no Ap. III. A canalização localizada na face leste do edifício apresenta uma orientação sudeste / noroeste ultrapassando o muro longitudinal 5, sugerindo que o espaço contíguo aos Ap. IV e V, que correspondem à face sudeste do edifício, poderá corresponder a uma área aberta ao exterior, eventualmente configurando um pátio interno, que poderia constituir o elemento central e estruturante do edifício, a partir do qual, radialmente, se distribuiriam os demais aposentos, como se constata nas demais realidades edificadas no aglomerado urbano. O dreno que se encontra entre os Ap. I e V apresentam uma orientação norte / sul e corresponderá apenas a um sistema de drenagem de águas pluviais resultante da existência de uma volumetria assimétrica que terá originado uma cércea descontínua, com planos de convergentes neste espaço particular.

Complexo Artesanal e Área Habitacional Norte

Identificação e localização

Localiza-se na área nordeste da plataforma intermédia e desenvolve-se até ao sopé da acrópole do castro. Compreende duas realidades construídas que se distinguem em função das actividades que aí se desenvolviam. A área intervencionada constitui uma das mais significativas, uma vez que as actividades artesanais aí identificadas representam um importante contributo para a interpretação do estatuto do próprio povoado. Sob a designação de Complexo Artesanal e Área Habitacional Norte integram-se os seguintes edifícios a) *Domus do Complexo Artesanal* b) *Domus da Lucerna do Golfinho* d) *Domus Norte*.
Do ponto de vista crono-estratigráfico documenta as Fases III, IV e V, registando uma ampla diacronia que se desenvolve desde o início da dinastia Flávia a meados do séc. V, concretamente até 455-459.
A face oeste é constituída pela *Domus do Complexo Artesanal* cuja estrutura revela uma planta de uma *Domus* que inclui um vasto complexo oficinal com várias aposentos e espaços destinados ao funcionamento

[501] O mesmo tipo de tégula foi recolhido no Castro do Padrão, Santo Tirso (4.2 *O povoamento – Catálogo das estações,* n.º 42), enquadrado na Fase IV -IVa da periodização definida para o povoado. Revela as mesmas dimensões médias que obedecem a um padronização de medidas de cerca de dois pés por um pé e meio (MOREIRA 2007, 92, n.º 167-168).

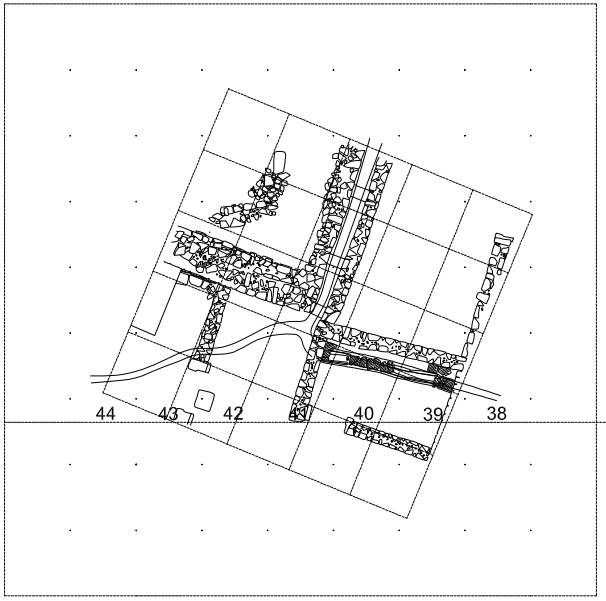
das instalações, de apoio e serviços. A sua estrutura desenvolve-se em sintonia com a função do edifício com que estruturalmente se relaciona e que constitui o principal elemento estruturante e dinamizador da actividade do povoado.

O remate norte da *Praça* compreende duas realidades habitacionais distintas – *Domus da Lucerna do Golfinho e Domus Norte* –, constituindo uma área de significativa importância na estrutura do povoado, perceptível pelo seu protagonismo na malha urbana, assim como pelas actividades artesanais e produtivas que lhe estão associadas em directa correlação com a função da *Praça*. Localiza-se na face norte do centro cívico do povoado, limitada a sul pelo *Decumano*, numa zona de ligeiro declive para norte[502]. As estruturas revelam uma estratigrafia e cronologia coeva com as áreas habitacionais envolventes, designadamente do *Complexo Artesanal*, cuja cronologia de construção se situa na Fase IIb, registando uma significativa reforma na Fase IV e V.

[502] Evolui para norte sobre o caminho municipal que liga o lugar de Monte Grande com o lugar de Sá e Sobre-Sá, na face inferior leste do povoado. O facto de ter sido transversalmente cortada pelo arruamento acarretou graves prejuízos na conservação das ruínas e estratigrafias associadas.

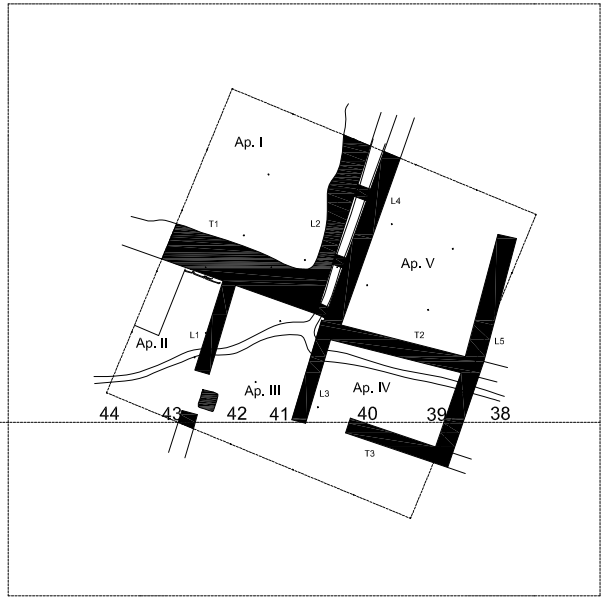
Sector B

Domus do Grafito



J J
I I
H H
G G
F F
E E
D D
C C
B B
A A
A A
B B
C C
D D
E E

Fase IIb-III - *Domus do Grafito*. Evolução estrutural



1. *Domus do Grafito*, vista geral no decurso da escavação, 1986.

2. *Domus do Grafito*, vista final dos trabalhos, Ap. II/III, 1986.

3. *Domus do Grafito*, pormenor do encosto que divide os Ap. II e III, 1986.

4. *Domus do Grafito*, vista final dos trabalhos no Ap. IV, 1986.

5. *Domus do Grafito*, vista final dos trabalhos, estrutura I, 1986.

6. *Domus do Grafito*, vista parcial do travamento dos muros dos Ap. I e V, 1986.

1. *Domus do Grafito*, pormenor do decurso da escavação no Ap. III, 1986.

2. *Domus do Grafito*, pormenor do derrube do Ap. III, 1986.

3. *Domus do Grafito*, pormenor do derrube no corte estratigráfico sul (n.º 2), Ap. II, 1986.

4. *Domus do Grafito*, corte estratigráfico sul (n.º 2), vista geral, 1986.

5. *Domus do Grafito*, derrube do revestimento da parede norte do Ap. III, 1986.

6. Domus do grafito, derrube do telhado no AP. V, 1986.

5.8.2 *Domus do Complexo Artesanal*

Fase IIb - Fase V – (Tibério / Cláudio – Meados do séc. V)

Identificação e localização

A *Domus do Complexo Artesanal* ficou a dever a sua designação à identificação de uma oficina de produção vidreira, assim como uma outra estrutura na qual se detectaram vestígios de actividade da metalúrgica do bronze. Localiza-se na face oeste da *Praça* encontrando-se o alçado principal do edifício definido pelo *Cardo oeste*, a partir do qual tem acesso do exterior.

Constitui um dos edifícios mais característicos do tipo de arquitectura privada identificada no núcleo central do povoado que se define pela sua dupla função na qual se conjuga uma funcionalidade habitacional e outra de índole produtiva e comercial. A sua planta revela uma múltipla compartimentação em cujos vestíbulos se identificam estruturas específicas para as actividades produtivas que aí se desenvolviam, em particular na área norte da *domus* que corresponde ao complexo oficinal.

Pela sua localização e pelas actividades artesanais que aí tiveram lugar poder-se-á concluir que ocupava um lugar de grande destaque no núcleo central do povoado, correspondendo, claramente, a uma fundação contemporânea do plano de estruturação da plataforma central, designadamente da construção da *Praça*, que constitui, conforme já se referiu, o elemento estruturante a partir do qual se definem os arruamentos e, naturalmente, o alinhamento dos edifícios que lhe são contíguos. O edifício conheceu uma ampla cronologia de ocupação que compreendeu as Fases IIb-III, IV e V, tendo sido identificados em todas elas alterações estruturais que implicaram a redefinição parcial do seu programa original e a funcionalidade dos seus aposentos[503]. A área total escavada (294,80 m²) não permitiu definir a sua planta na íntegra, assim como identificar todos os seus aposentos e respectivas funcionalidades. A intervenção centrou-se na face norte da *domus* tendo sido intervencionado na íntegra o complexo oficinal, cuja estrutura revela uma independência funcional da restante área edificada, possuindo, inclusivamente, um acesso directo ao exterior.

À semelhança das restantes construções localizadas na periferia da *Praça*, a sua planta desenvolve um recorte sub-rectangular, com uma orientação sul / norte, cujo projecto de reconstrução da Fase IV transformou a implantação original tendo gerado um desacerto no alinhamento em relação ao *Decumano*, verificando-se uma ocupação parcial na face nordeste do edifício, ao contrário da face leste, na qual se manteve o alinhamento original previamente definido sobre o *cardo* oeste.

A área total intervencionada compreendeu a identificação de três vestíbulos da Fase IIb-III (Ap. I, II, III), onze vestíbulos e dois pátios da Fase IV (Ap. I-XI, Pátio I, II)[504] e dezasseis vestíbulos e dois pátios da Fase V (Ap. I – XVI, Pátio I, II)[505](vol. I, est. LIII).

Correspondência da identificação dos aposentos

Aposento	Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V
Ap. I	Ap. I	Ap. I	Ap. I /II / III / IV	Ap. I / II / III /VI /VII
Ap. II	Ap. II	Ap. II	Ap. V	Ap. VIII
Ap. III	Ap. III	Ap. III	Ap. VI	Ap. XI
Ap. IV	---	---	Ap. IV	Ap. VI / VII
Ap. V	---	---	Ap. V	Ap. VIII
Ap. VI	---	---	Ap. VI	Ap. XI

[503] A leitura da evolução estrutural e cronológica do edifício foi efectuada com o apoio dos seguintes cortes estratigráficos; 1. Alv. 98 B1, A1 – Corte estratigráfico longitudinal C-C'; 2. Alv. 96 B, A1 – Corte estratigráfico transversal B-B'; 3. Alv. 98 B1, A1 – Corte estratigráfico transversal A-A'; 4. Alv. 97 B3, A1 – Corte estratigráfico longitudinal B-B'; 5. Alv. 97 B3, A1 – Corte estratigráfico A-A'; 6. Alv. 97 B3, A1 – Corte estratigráfico transversal A-A'; 7. Alv. 97 B6, A1 – Corte estratigráfico A-A'.

[504] Os Aposentos V, VI, IX e XI foram apenas escavados parcialmente.

[505] Os aposentos VIII, XI, XVI e XIII foram escavados parcialmente, assim como o espaço intramuros identificado entre a face oeste do muro perimetral e a face oeste do Ap. X.

Ap. VII	---	---	Ap. VII	Ap. X / XV
Ap. VIII	---	---	Ap. VIII	Ap. XII
Ap. IX	---	---	Ap. IX	Ap. XIII
Ap. X	---	---	Ap. X	Ap. XIV
Ap. XI	---	---	Ap. XI	Ap. XVI
Ap. XII	---	---	Ap. XII	Ap. X
Ap. XIII	---	---	---	Ap. XIII
Ap. XIV	---	---	---	Ap. XIV
Ap. XV	---	---	---	Ap. XV
Ap. XVI	---	---	---	Ap. XVI
Pátio I	Pátio I	Pátio I	Pátio II	Pátio II
Pátio II	---	---	Pátio I	Pátio I

Fase IIb-III – (*Tibério /Cláudio | Flávios – Diocleciano (284-288 – Criação da Galécia*)

Planta e programa do edifício

A planta identificada correspondente à fase de construção do edifício resume-se a três aposentos correspondendo o Ap. I à área habitacional e os Ap. II e III à área identificada como complexo oficinal na Fase IV e V. A este momento corresponde uma articulação que define uma comunicação entre os dois espaços, cujas estruturas, pela debilidade dos vestígios reminiscentes, não permite admitir a existência de uma actividade de transformação específica identificável por estruturas funcionais ou vestígios detríticos, admitindo-se, no entanto, uma função relacionada com a actividade artesanal e comercial de acordo com a sua localização. Da planta identificada ressalta a ortogonalidade rígida da composição e respectivos compartimentos, articulados em torno de um pátio interno lajeado (Pátio I), cuja função estruturante na composição se manteve ao longo da Fase IV e V.

Do ponto de vista construtivo revela uma similitude significativa com a *Domus do Grafito*, a *Domus da Lucerna do Golfinho* (Fase III) e a *Praça* (Fase IIb-III), quer no que respeita à qualidade e robustez dos aparelhos e pavimentos, quer pela observância do plano geral de urbanização da plataforma intermédia.

Os aposentos identificados revelam uma planta rectangular de desenvolvimento transversal em relação ao alinhamento da planta do edifício. Os Ap. II e III são de diferente dimensão apresentando um alinhamento paralelo que define a entrada do edifício a partir do exterior que forma uma pequena galeria (1,80 x 7,23 m) que dá acesso ao pátio interno, constituindo-se como a única entrada do espaço oficinal. O pavimento do corredor, também lajeado, constituía efectivamente um prolongamento do pátio, no qual estava instalado, ao nível da cota superior, uma canalização paralela ao Ap. III que drenava as águas pluviais do pátio[506].

A área habitacional define-se apenas por um grande vestíbulo intervencionado parcialmente na face sudoeste do edifício, aparentemente com comunicação através de uma passagem definida pelo muro oeste do Ap. II e o muro leste do Ap. I, cuja função não se determinou com exactidão.

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Pátio I	---	---	---	---	---
Ap. I	58,70 m^2	---	---	---	---
Ap. II	35,57 m ^{2}	46,75 m^2	46,75 m^2	31, 68 m	---

[506] Estrutura-se em tramos compostos por blocos de cerca de 0,60 m de comprimento e cerca de 0,40 m de largura por 0,30 m de espessura, de recorte irregular, simplesmente adossados, nos quais, na face superior escavou-se uma conduta em forma de meia-cana com cerca de 10 cm de profundidade. Como indica o rebaixamento da face superior o dispositivo seria revestido na face superior com elementos cerâmicos ou placas de granito.

Ap. III	11,77 m²	17,32 m²	17,32 m	18, 94	---
Corredor	8,29 m²	16,89 m²	16,89 m2	16,81 m	1,89 m

Interpretação funcional dos aposentos

Ap. I – Desenvolve uma planta rectangular ou quadrangular prolongando-se a área edificada para sul e oeste. Constituirá um vestíbulo de grandes dimensões cuja função não foi possível determinar com exactidão, sendo admissível, pelo tipo de materiais identificados, que se trate de a uma área de serviços, eventualmente relacionada com o processamento de alimentos ou como local de refeições.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb-III – Tibério-Cláudio / *Flávios - Diocleciano (284-288 – Criação da Galécia*))

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 46	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 74	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 44	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 48	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 41	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 242	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 241	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 41	Tigela	Drag. 27	Beber	Fase III
TSH, n.º 232	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 241	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. II – Vestíbulo de planta rectangular de desenvolvimento transversal de dimensões médias (8,59 m x 5,43 m | área estimada 35,37 m), localizado no extremo sul do espaço oficinal que, em conjunto com o Ap. III, conforma a entrada do edifício. Constitui o espaço de maiores dimensões do complexo oficinal, cuja função se admite ter sido de apoio ao funcionamento do espaço, local de refeições e, eventualmente, de comércio. O acesso far-se-ia através do Pátio após a porta de acesso ao edifício cujo alinhamento se orientava com o remate da face oeste do Ap. III, conforme documentam os negativos da instalação do eixo de rotação da porta.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb-III – Tibério-Cláudio / *Flávios - Diocleciano (284-288 – Criação da Galécia*))

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 73	Garrafa	Isings 50	Conter e servir líquidos	Fase III
TSH, n.º 42	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IIb-III
TSI, n.º 3	Prato	Goud. 15 / Pucci VIII (var. 2)	Conter e servir alimentos	Fase II-bIII
CCF, n.º 5	Púcaro	---	Beber	Fase III
CCB, n.º 10	Taça	Imitação Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSSG, n.º 33	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos	Fase IIb-III

Ap. III – Aposento de planta rectangular implantado sobre a entrada do edifício oficinal com acesso no interior a partir do Pátio I. À semelhança do Ap. II, admite-se uma função comercial de apoio ao espaço oficinal em paralelo com outras actividades de apoio ao funcionamento do complexo. A sua estrutura manteve-se inalterada ao longo da ocupação do edifício apesar das várias obras de restauro visíveis nos paramentos. O seu acesso far-se-ia directamente através do pátio.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IIb-III – Tibério-Cláudio / *Flávios - Diocleciano (284-288 – Criação da Galécia*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 188	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III

Materiais construtivos

Os materiais construtivos empregues na edificação da *Domus do Complexo Artesanal* consistiram exclusivamente em granito, empregue nas alvenarias e elementos estruturantes (cunhais, soleiras, padieiras, degraus, colunas e canalizações), assim como em entulhos e recheios de muros e em saibro e cal utilizado na constituição das argamassas, revestimentos e pavimentos. O granito empregue é da região apresentando uma constituição uniforme, de grão médio / fino, possibilitando um talhe regular e um faceamento uniforme. Os materiais cerâmicos de construção identificados são constituídos apenas por tégulas e imbrices.

Aparelhos

Ao nível da construção a *Domus do Complexo Artesanal* apresenta um conjunto de soluções construtivas simples que se documentam nos restantes edifícios construídos no mesmo período (*Domus do Grafito*, *Domus da Lucerna do Golfinho* e *Domus da Lucerna Cristã*). Do ponto de vista estrutural conservam-se integralmente os muros erguidos na Fase IIb-III, construídos em aparelho poligonal Tipo B, de boa qualidade, integralmente apoiados sobre o afloramento ou sobre o saibro que, pontualmente, recebeu um tratamento de regularização para o assentamento da sapata de fundação, geralmente mais larga que o alinhamento da estrutura (1. Alv. 98 B1, A1 – Corte estratigráfico C-C'). Os muros revelam um paramento duplo com cimentação interior estruturada por compressão, composta por uma argamassa em saibro e pedras de pequeno calibre. A espessura respeita as medidas mais usuais de cerca de 1 pé e ½. Os blocos de granito apresentam um recorte sub-rectangular de calibre regular de aproximadamente 0,40 m x 0,20 m, revelando a face anterior em forma de cunha, possibilitando desenvolver um paramento desencontrado nas duas faces interiores, criando um travamento contínuo ao longo do muro de forma a garantir uma melhor penetração na argamassa e um duplo travamento. A sua disposição no muro alterna a junção de fiada para fiada, que resulta que no interior do muro se desenvolva uma linha sinuosa de ligação dos diferentes elementos, sempre desencontrada de fiada para fiada.
Os cunhais apresentam blocos de granito de recorte rectangular de maiores dimensões que o resto do paramento (0,90 m-1,05 m), dispostos alternadamente (vol. I, est. LIV, fot. 5; est. LV, fot. 1), garantido o suporte das forças de tensão dos vãos. Como reforço do muro encontram-se, no nível inferior dos pavimentos, espaçadamente a uma distância regular de 4 a 6 m elementos de travamento de maior dimensão que, transversalmente, atravessam o muro, permanecendo salientes em ambas as faces cerca de 0,10 a 0,15 m. O acabamento incluiu a aplicação de pequenos elementos nos interstícios dos blocos com a dupla função de nivelamento e de isolamento do paramento. A estereotomia revelada por este tipo de paramento, desprovido na sua face externa de qualquer tipo de revestimento, consiste num alinhamento dos cunhais que envolvem um mosaico alveolar de recorte regular apenas quebrado pelo efeito de monumentalidade causado pelos silhares rectangulares que constituíam os cunhais. Os muros revelam um calibre bem proporcionado com ajustes perfeitos apesar da irregularidade do recorte dos blocos.

Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[507]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	Tipo B	0,43/0,48 m	10,36 ml	Muro interno (Ap. I)	Fase IIb	est., LV, fot. 6
Longitudinal 2	Tipo B	0,40 m	6,46 ml	Muro interno (Ap. II)	Fase IIb	est., LV, fot.1
Longitudinal 3	Tipo B	0,40/0,45 m	5,97 ml	Muro interno (Ap. III)	Fase IIb	---
Longitudinal 4	Tipo B	0,40 m	5,95 ml	Muro perimetral leste (Ap. II)	Fase IIb	est., LIV, fot.5
Longitudinal 5	Tipo B	0,40/0,45 m	8,59 ml	Muro perimetral leste (Ap. III, --)	Fase IIb	est., LIV, fot. 5
Transversal 1	Tipo B	0,43/0,48 m	7,58 ml	Muro interno (Ap. I)	Fase IIb	---
Transversal 2	Tipo B	0,40 m	7,51 ml	Muro interno (Ap. II)	Fase IIb	est., LV, fot.4
Transversal 3	Tipo B	0,40 m	5,22 ml	Muro interno (Ap. II)	Fase IIb	est., LV, fot. 4
Transversal 4	Tipo B	0,40 m	5,17 ml	Muro interno (Ap. III)	Fase IIb	est., LIV, fot.5
Transversal 5	Tipo B	0,40/0,35 m	3,28 ml	Muro interno (Ap. III)	Fase IIb	---

Cobertura

Os elementos de cobertura recolhidos (tégula e imbrices) são constituídos por elementos residuais que não permitem uma precisão tipológica, sendo seguro que, à excepção do Pátio, os restantes três aposentos se encontravam cobertos.

Pavimentos

Os pavimentos preservados reportam-se exclusivamente a espaços localizados do lajeado do Pátio, que foi profundamente alterado na Fase IV e V, cuja estrutura original revelava um sistema construtivo de Tipo B que se caracteriza pela utilização de blocos de recorte rectangular de calibre médio (0,30/0,35 x 0,25/0,30 m), muito bem ajustados, dispostos em fiadas regulares com juntas alternadas, que conservaram o alinhamento definido pela face oeste do Ap. III (Fase IIb). O seu ajuste cuidado permitiu uma superfície muito regular, pouco permeável, sem recurso à utilização de elementos menores entre os blocos (vol. I, est. LIV, fot. 4), tendo a sua instalação implicado a regularização do pavimento e a utilização de uma camada de saibro na base. As canalizações são compostas por elementos granitos simples com conduta rebaixada em forma de meia-cana, constituindo uma solução exclusiva do *Complexo Artesanal* na Fase IIb-III (vol. I, est. LVII).

Drenagens

Foi identificado um dispositivo de drenagem do Pátio interior, cuja estrutura se manteve operacional ao longo da Fase IV e V, com uma pequena intervenção de restauro realizado na Fase IV que implicou a colocação de um remate de protecção no cunhal do Ap. VI (Fase IV) na ligação com o *cardo oeste*. A canalização efectua a drenagem do Pátio por efeito gravitacional, devido ao facto do pavimento lajeado revelar uma diminuição de cota progressiva no sentido do *fauces* que comunica com o exterior.
A estrutura encontra-se integrada ao nível da cota do lajeado alinhada pelo ao muro sul do Ap. VI (Fase IV) e desenvolve-se ao longo de 6,74 m. Estrutura-se em tramos compostos por sete blocos de cerca de 0,90 m de comprimento, 0,25 m de largura e por 0,30 m de espessura, de recorte irregular, simplesmente adossados entre si, nos quais, na face superior, foi escavada uma conduta em forma de meia-cana com cerca de 10 cm de profundidade e 15 de largura. Na face superior revela um entalhe para encaixe do revestimento superior com rebaixamento de cerca 1,5 cm que percorre longitudinalmente todos os elementos.

[507] Medidas exteriores dos muros existentes.

Fase IV – (*Início do séc. IV - final do séc. IV)*

Planta e programa do edifício

No início da Fase IV a *Domus do Complexo Artesanal* conheceu uma ampla reforma que transformou significativamente o programa do edifício original, que implicou uma maior compartimentação do espaço interno e a instalação de equipamentos destinados a actividades artesanais específicas. Todavia, apesar da área intervencionada apenas considerar uma parte do edifício construído na Fase IIb, estamos em crer que, pela integração e manutenção funcional dos aposentos construídos nessa fase, a área de implantação e volumetria geral do edifício ter-se-á mantido inalterada, apesar de pequenos ajustes de alinhamento dos muros perimetrais. Neste momento o edifício assume o seu carácter oficinal bem evidente na sua estrutura.
A orgânica do edifício desenvolve-se a partir do *Pátio I* cuja centralidade permite que se assuma como espaço de distribuição dos diferentes aposentos, a partir do qual se acedia directamente aos Ap. V, VI, VII, VIII e XII e, a partir destes, para os restantes, criando-se desta forma uma organização funcional do espaço oficinal na qual se desenvolviam duas áreas fundamentais. A primeira, composta pelos Ap. V, XII, VI, VII e Pátio II, que respeita a uma área de serviços de natureza mais genérica, eventualmente ligados à gestão do complexo e à actividade comercial. A segunda compreende concretamente a área oficinal que integra o *Pátio II* e os Ap. VIII, IX, X e XI, destinada a actividades artesanais.
Na face sul, relativamente independente da área produtiva e comercial, desenvolve-se a estrutura habitacional propriamente dita, na qual se identificam parcialmente cinco aposentos (Ap. I, II, III, IV e XIII), cuja reduzida área intervencionada não permite compreender integralmente a orgânica funcional deste espaço. A área escavada compreendeu cerca de 410 m^2. A estrutura integra treze aposentos e dois pátios interiores. Do conjunto dos aposentos apenas foram escavados na íntegra quatro, entre os quais os dois pátios.

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Ap. I	9, 45 m^2	---	---	13,83 m	---
Ap. II	3,25 m^2	---	---	11,43 m	---
Ap. III	4, 03 m^2	---	---	9,58 m	---
Ap. IV	33,87 m^2	---	33,87 m^2	25,39 m	---
Ap. V	34,24 m^2	44,76 m^2	---	32,16 m	1,54 m
Ap. VI	11,81 m^2	18,58 m^2	---	20,0 m	---
Ap. VII	62, 75 m^2	69,97 m^2	---	35,15 m	1,74 m
Ap. VIII	14, 01 m^2	14,74 m^2	---	16,43 m	0,90 m
Ap. IX	0, 30 m^2	26,92 m^2	---	3,24 m	---
Ap. X	11, 81 m^2	11,83 m^2	---	13,49 m	---
Ap. XI	0,14 m^2	31,35 m^2	--	2,23 m	---
Ap. XII	8,17 m^2	---	8,17m^2	11,60 m	1,41 m
Ap. XIII	72,32 m^2	---	---	38,82 m	---
Pátio I	44,91 m^2	45,13 m^2	---	26, 52 m	---
Pátio II	34, 09 m^2	---	34,09 m^2	28,83 m	1,75 m
Corredor e acessos entre muros	8,29 m^2	16,89 m^2	16,89 m2	16,81 m	1, 89 m

Interpretação funcional dos aposentos

Ap. I – Localiza-se na área identificada como área habitacional desenvolvendo-se em parte da área pertencente ao Ap. I da Fase IIb-III. Aparentemente desenvolve uma planta de recorte rectangular de orientação transversal em relação à disposição do edifício. Na face leste desenvolve-se o Ap. IV a sul o Ap.

II. A área intervencionada e a inexistência de materiais de referência devido às obras produzidas na Fase V não permitem identificar a função do vestíbulo.

Ap. II – Ocupa parcialmente a área do Ap. I da Fase III. Corresponde à superfície sudoeste do espaço escavado, tendo sido intervencionado numa área muito reduzida (3,25 m) que, em paralelo com a inexistência de materiais de referência, não permite a atribuição de uma função específica ao vestíbulo. Na face leste desenvolvem-se os Ap. III e IV e a norte o Ap. I. Aparentemente desenvolve uma planta rectangular de desenvolvimento longitudinal em relação à orientação da *Domus*.

Ap. III – Desenvolve-se no extremo sul da área intervencionada no espaço ocupado pelo Ap. I da Fase III tendo sido escavado de forma localizada no qual se definiram as faces norte, leste e oeste que permitem perceber uma planta rectangular de desenvolvimento longitudinal. Confronta a oeste com o Ap. II, a norte com o Ap. IV e a leste com o Ap. XIII. A reduzida área intervencionada e a inexistência de materiais de referência devido às obras realizadas na Fase V não permitem identificar a função do vestíbulo.

Ap. IV – Compartimento escavado na integra com planta rectangular (8,70m x 3,67/ 4,01m | área 33,87 m^2) de desenvolvimento longitudinal. Pelas dimensões e localização na orgânica da estrutura poderá corresponder a uma sala de estar ou de refeições, eventualmente relacionada com Ap. XIII, cuja área e características permitem admitir tratar-se de um espaço interno identificável como *viridarium*, uma vez que não se detectaram quaisquer estruturas, pavimentos ou material de referência relativo à ocupação da Fase IV e V. O compartimento encontrava-se pavimentado com um piso de saibro relativamente compacto e bem preservado.

Ap. V – Corresponde ao Ap. II da Fase IIb e III tendo-se mantido inalterada a sua estrutura e, eventualmente, a sua função original. Configura um aposento de planta rectangular de dimensões médias (8,60 x 5,00 m | área estimada de 34 m^2) localizado no extremo sul do espaço oficinal que, em conjunto com o Ap. VI, conforma a entrada do edifício. Confronta a sul com o Ap. XIII, a norte com o corredor de acesso, a oeste com o Ap. XII e a leste define o alçado principal do edifício (*Cardo* oeste). Constitui o espaço de maiores dimensões do complexo oficinal, cuja função se admite ter sido simultaneamente de apoio ao funcionamento do espaço, local de refeições e, eventualmente, de comércio. O acesso far-se-ia através do *Pátio II*, a uma cota ligeiramente superior do lajeado exterior, imediatamente a seguir à localização da porta de acesso ao exterior cujo alinhamento se desenvolve a partir do remate da face oeste do Ap. VI. Encontrava-se dotado de um pavimento em saibro bem compacto e horizontal (vol. I, est. LV, fot. 4). A sua ocupação estendeu-se pela Fase V[508].

Ap. VI – Corresponde ao Ap. III da Fase IIb e III tendo conservado integra a sua planta e eventualmente mantida a sua função. Apresenta uma planta rectangular (6,39 m x 3,09 | área estimada 18,58 m^2) e encontra-se implantado sobre a entrada do edifício oficinal com acesso no interior a partir do Pátio II. Confronta a oeste com o Pátio II, a norte com o Ap. XI, a sul com o corredor de acesso ao exterior do edifício e a oeste configura o alçado leste que corresponde à fachada principal do edifício (vol. I, est. LIV, fot. 5). De acordo com o referido para o Ap. III na Fase IIb-III, à semelhança do Ap. V admite-se uma função comercial de apoio ao espaço oficinal em paralelo com outras actividades de carácter geral relacionadas com o funcionamento do

[508] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. VIII.

complexo. O aposento encontrava-se pavimentado com um piso de saibro cuja ocupação se manteve ao longo da Fase V[509].

Ap. VII – Configura um espaço amplo de recorte rectangular com acesso directo a partir do Pátio II. Ocupa a área central do complexo artesanal, correspondendo ao aposento de maiores dimensões (10, 54 m x 5,73/6,97 m | área estimada 70 m^2), cuja funcionalidade se admite ter sido de armazenamento e de área de serviços relacionada com o funcionamento do complexo. Apresenta uma planta trapezoidal de desenvolvimento longitudinal. Confronta a norte com o Pátio I, a sul com os Ap. I e IV, a leste com o Ap. XII e o Pátio II e a oeste, aparentemente, conformará o alçado oeste do edifício. Não conservou o seu piso de ocupação devido às profundas alterações produzidas pelas obras da Fase V que, inclusivamente, reaproveitaram o alinhamento de estruturas preexistentes que se encontravam em níveis inferiores ao pavimento, em concreto, o alicerce de uma construção indígena (Casa II).

Ap. VIII – Corresponde a um vestíbulo criado na reforma da Fase IV que ocupa a área central do espaço oficinal. O aposento apresenta uma planta sub-rectangular (6,39/5,09 m x 2,49/2,65 m | área estimada 14,74 m^2) de desenvolvimento transversal, apresentando o remate oeste desalinhado em função da instalação de um forno, cujo alinhamento confere um aspecto pouco ortodoxo à composição da estrutura. O seu acesso far-se-ia directamente através do Pátio II. O aposento encontrava-se pavimentado com um piso em saibro bem compacto e nivelado que se manteve em funcionamento no decurso da Fase V (vol. I, est. LV, n.º 2). Na face noroeste identifica-se uma estrutura reduzida ao nível da primeira fiada do alinhamento que identificamos como sendo os vestígios reminiscentes de um forno dedicado à produção de objectos de vidro cuja cronologia de construção e período de laboração se enquadra na Fase IV e Fase V[510], constituindo uma estrutura singular no convento bracaraugustano[511]. Confronta a oeste com o Pátio I e Ap. VII, a sul com o Pátio I, a norte com o Ap. X e a leste com o Ap. XI.

A estrutura implanta-se no extremo sudoeste do vestíbulo encontrando-se praticamente adossado ao cunhal noroeste. Apresenta uma planta semicircular com a face da boca do forno recta. Estruturalmente revela particularidades construtivas que o afastam dos restantes fornos de função culinária identificados nos vários edifícios do povoado (*Domus da Colher de Prata, Domus da Lucerna do Cavalo*, *Domus do Complexo Artesanal*), mantendo uma utilização específica e exclusiva, relacionada com a produção vidreira. Admite-se que a estrutura até ao nível do lar do forno fosse composta por um muro em alvenaria de granito com uma abertura para a alimentação do forno ao nível do pavimento que poderia funcionar lateralmente ou, com mais probabilidade, directamente através do Pátio I, como sugere a inexistência do alicerce da parede da face oeste ao qual encosta, facto que traria vantagens ao nível da oxigenação da fornalha e também na eliminação do fumo.

No seu estado original o forno desenvolver-se-ia até cerca de um metro de altura, a partir do qual se formaria a cobertura, eventualmente em falsa cúpula. A proposta interpretativa que apresentamos (vol. I, est. LVI) baseia-se na análise de estruturas identificadas no povoado com soluções construtivas próximas, apesar da sua vocação específica, assim como noutros exemplos conhecidos em diferentes locais do

[509] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. XI.

[510] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. XII.

[511] No convento bracaraugustano os escassos vestígios associáveis à produção vidreira identificam-se em Braga, na Rua Santos da Cunha, identificados na intervenção da "casa do poço" realizada em 1966, e na Quinta do Fujacal, Maximinos e Carvalheiras (CRUZ 2001, 30), documentados por abundantes restos de escórias, vidros para reciclar, peças defeituosas, cadinhos e almofarizes relacionados com a trituração do vidro no processo de reciclagem. Mais a sul, outros tipo de vestígios, ainda que indirectos, atestam a fabricação de vidro como, por exemplo, os identificados em Conímbriga (ALARCÃO 1994, 23, n.º 173) que, pelo facto de não se encontrarem associados a estruturas induziu alguns autores a sugerir que a sua produção resultaria de uma actividade sazonal de artesãos itinerantes, cuja actividade deveria ser uma prática corrente a partir dos finais do séc. I.

império, nomeadamente nos fornos da oficina vidreira intervencionada em Avanches (*Aventicum*), localizada na actual Suíça (AMREIN 2001, 90, fig. 90), e no exemplo de Hambach 500, actual Alemanha (GAITZSCH 1991, 42-43, fig. 2).
Estruturalmente, seria composto pelos seguintes elementos; Câmara de combustão; Câmara de fusão; Base da câmara de fusão (grelha); Superfície de trabalho (marma); e cobertura em falsa cúpula.
Os vestígios associados à produção vidreira consistem em quantidades significativas de pasta vítrea disforme formando nódulos arredondados (Vidros. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, n.º 1-2, 97), pingos e escorrências integrados no pavimento e em elementos pétreos da estrutura, cujas análises químicas, elaboradas por espectrometria de fluorescência de Raio X[512], são consistentes com a esmagadora maioria das peças analisadas do mesmo horizonte cronológico, provenientes de várias áreas do povoado.
Foram ainda identificadas pedras com incrustações e escorrências de pasta vítrea e, em menor quantidade, vidro para reciclar que a análise macroscópica permite classificar como sendo da mesma natureza e constituição que a pasta vítrea recolhida.
No ensaio de classificação dos diferentes tipos de resíduos de fabricação elaborada por Price e Cool (PRICE; COOL 1991, 25-26), que consideram quatro tipos – a) fragmentos para reciclar; b) formas irregulares de arestas vivas; c) nódulos; d) calcite coberta com material cerâmico) –, os vestígios identificados integrar-se-iam no tipo c), e, eventualmente, no tipo d), numa interpretação mais abrangente dos vestígios incrustados nas pedras recolhidas nas imediações do forno, constituindo, portanto, resíduos da fornada, apresentando perfis arredondados correspondentes à solidificação de um fluido de consistência pastosa.

Ap. IX – Vestíbulo de planta rectangular de dimensões médias (8,00 m x 3,21 | área estimada 27 m^2) apenas identificado pela escavação dos cunhais nordeste e sudoeste. A reduzida área intervencionada e a inexistência de materiais de referência não permitem identificar a função do vestíbulo, contudo, a sua localização na área oficinal, directamente relacionada com os ateliês de produção vidreira e metalúrgica sugerem que a sua função se relacionaria com a actividade artesanal, ora como local de produção ora como local de armazenagem ou de processamento de matérias-primas que se terá prolongado pela Fase V[513]. Implanta-se sobre o cunhal nordeste definindo o extremo do edifício no cruzamento do *Decumano* com o *Cardo* oeste com confrontação a oeste com o Ap. X, a sul com o Ap. VIII e Ap. XI. A área intervencionada possibilitou a identificação de um pavimento de ocupação em saibro nivelado à cota dos aposentos contíguos.

Ap. X – Localiza-se no topo norte da área oficinal e resulta da intervenção da Fase IV, constituindo o mais pequeno vestíbulo do complexo edificado. Apresenta uma planta subquadrangular (3,44m x 3,58/3,47 m | área estimada 12 m). Confronta a oeste com o Pátio I, a leste com o Ap. IX, a sul com Ap. VIII e a norte com o alçado lateral norte que se desenvolve sobre o *Decumano.* O nível de ocupação era composto por um pavimento em saibro que se encontrava integro por todo o compartimento, cujas referências crono-estratigráficas demonstram que o aposento e respectivas estruturas se mantiveram operacionais ao longo da Fase IV e V[514]. Encontra-se implantada no topo oeste uma estrutura de combustão formada por uma base delimitada por dois elementos pétreos de recorte rectangular com cerca de 0,50 m de comprimento,

[512] Os resíduos de fabricação recolhidos são compostos por nódulos de vidro disforme (945 gr.), com incrustações e impurezas, dos quais analisamos dois exemplares (6.1.15. *Vidros. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico* n.º 1-2), que permitiram definir um grupo de características uniformes (Grupo IV), cuja composição corresponde a um vidro de silicato de cálcio (14%), e sódio (7%), com maganês (2%), ferro (2%), mas praticamente isento de chumbo, estanho, antimónio e cobre (6.1.15. *Vidros. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*).
[513] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. XIII.
[514] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. XIV.

transversais ao muro, aos quais se agrega uma grande laje de recorte rectangular (0,40 m x 1, 05 m) que cinge a estrutura definindo a área de combustão. A identificação de inúmeros vestígios relacionados com a actividade metalúrgica do bronze permite admitir que a função do aposento no quadro das actividades artesanais produzidas no complexo oficinal se relacionava com a produção de artefactos em bronze.
Os vestígios directos da actividade metalúrgica são constituídos por lingotes e nódulos disformes de metal, mais ou menos purificados, para fundição directa. Os restos de bronze, em forma de pingos, são também particularmente abundantes, assim como fragmentos de maiores dimensões que se encontravam integrados no piso ou sobre a camada de incêndio / destruição de todo o aposento.
Em termos de catálogo apresentamos os restos de fundição (*Bronzes. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, vol. II, est. CC, n.º 3) que nos serviram para efectuar análises metalográficas cujos resultados permitiram estabelecer uma base comparativa para a identificação e produção dos restantes materiais[515].

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IV – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
CC, n.º 28	Almofariz	Tipo Santrot 204-207	Preparação de alimentos	Fase IV-V
TSH, n.º 92	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase IV-V

Ap. XI – Vestíbulo de planta sub-rectangular de médias dimensões (6,15 m x 4,55/5,60 m | área estimada 31,35 m^2) de desenvolvimento transversal localizado no centro da área oficinal, confrontando a norte com o Ap. IX, a oeste com o Ap. VIII, Pátio II e a sul com o Ap. VI. Identifica-se apenas pela definição dos cunhais sudoeste e sudeste, definindo-se a planta através da projecção do alinhamento das suas estruturas. O piso de ocupação encontrava-se pavimentado em saibro nivelado à cota do Ap. XI. A reduzida área intervencionada não permitiu a identificação de estruturas associadas a qualquer actividade em particular nem a recolha de materiais arqueológicos específicos que permitam demonstrar a funcionalidade do aposento. Todavia a relação com o espaço oficinal permite que se admita uma função relacionada com a actividade desenvolvida no Ap. VIII, ora como local de processamento de matéria-prima, ora como armazém de peças e ferramentas. A sua estrutura e organização funcional ter-se-á mantida inalterada durante a Fase V[516] uma vez que toda a área do complexo artesanal se manteve em funções até ao definitivo abandono do povoado.

Ap. XII – Pequeno vestíbulo (3,19 m x 2,39 m | área total 8,15 m^2) de planta rectangular com acesso a partir do Pátio II (vol. I, est. LIV, n.º 3) de orientação longitudinal. Encontrava-se pavimentado com um piso em saibro ao nível de cota do lajeado do Pátio II. A sua função identifica-se como um espaço de armazenamento de acordo com os materiais recolhidos que relacionam o aposento com uma área de serviços de apoio ao funcionamento do espaço oficinal, cuja função se manteve inalterada no decurso da Fase V, apesar das obras de remodelação do edifício terem diminuído a sua área na face sul.

Ap. XIII – Espaço integrado na área habitacional, amplo e desprovido de cobertura (1. Alv. 96 B, A3 – Corte estratigráfico transversal A-A'), que se poderá identificar como *viridarium*, uma vez que não se detectaram quaisquer estruturas no interior. No decurso da Fase IV ou V, terá mantido a função original, apesar das alterações estruturais registadas que diminuíram o seu recorte na face sul. Confronta a norte com o Ap. V, a

[515] Nódulo de bronze em forma de lâmina. Apresenta contornos irregulares com arestas arredondadas. Resíduo de fundição com abundantes materiais agregados, nomeadamente grãos de quartzo. Encontra-se integralmente patinado (vol. II, est. CC, n.º 3). Observação ao microscópio óptico - Amostra de cobre com estanho 0,7%, prata 0,5 % e chumbo 8%. Estrutura monofásica com segregação de chumbo (6.1.17. Objectos de *bronzes. Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, vol. II, est. CCXV, fot. n.º 3).
[516] Identificam-se os materiais associados na caracterização estrutural referente à Fase V, com a identificação de Ap. XVI.

oeste define o alçado principal do edifício sobre o *Cardo* oeste e a poente com o Ap. IV com o qual estaria directamente relacionado, valorizando as funções atribuídas ao espaço.

Ap. Pátio I – Localiza-se no extremo da área oficinal definindo o cunhal noroeste do edifício que integra o alçado norte sobre o *Decumano* e o alçado oeste. Apresenta uma planta sub-rectangular de desenvolvimento transversal com recorte irregular (7,54 m x 6,51 m | área total 45 m^2), definido pela configuração do Ap. VIII que integra o forno de produção vidreira. Constituiria uma área de apoio as actividades artesanais podendo, inclusivamente, ter servido como área de alimentação do forno, acomodação de lenha e outros produtos relacionados com a actividade oficinal. Encontrava-se pavimentado com um lajeado que apenas se preservou parcialmente devido à instalação da necrópole medieval que reutilizou os elementos que constituíam o lajeado, sendo, no entanto, perceptível a utilização de dois tipos de soluções construtivas tipologicamente identificáveis como o tipo D e E. A drenagem do espaço far-se-ia por efeito gravitacional, sem recurso a nenhum dispositivo de escoamento, directamente para o *Decumano* através de uma abertura directa no muro instalada ao nível do pavimento, devidamente estruturada. Na Fase V terá mantido a sua função apesar de ter recebido uma cobertura em terra batida que terá permitido instalar uma canalização de drenagem do espaço intramuros resultante da criação do Ap. X e XV da Fase V.

Ap. Pátio II – Elemento estruturante no programa do edifício identificado como espaço oficinal cuja centralidade permite que se assuma como área de distribuição dos diferentes aposentos, a partir do qual se acedia directamente aos Ap. V, VI, VII, VIII e XII e, a partir destes, para os restantes, criando-se, desta forma, uma divisão funcional do espaço oficinal na qual se desenvolviam duas áreas. Conjugaria ainda a funcionalidade de iluminação dos aposentos circundantes assim como de articulação da planta de cobertura de forma a aliviar os vãos, permitindo uma distribuição uniforme da carga nos muros perimetrais. Encontrava-se desprovido de cobertura pelo que as águas pluviais eram drenadas para o exterior do edifício por efeito gravitacional através de um dispositivo de escoamento implantado no pavimento que corria paralelamente ao Ap. VI. O lajeado integra vestígios de três tipos de soluções que documentam o momento da sua construção na Fase IIb-III, as alterações da Fase IV, e as obras de restauro da Fase V[517]. Manteve-se operacional após a intervenção da Fase V[518] com uma ligeira alteração no remate da face oeste que na última ocupação se redefine de forma a garantir o acesso a um novo aposento (Ap. X da Fase V).

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase IV – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 80	Peso de tear	Grupo 5	Tecelagem	Fase IV-V
PT, n.º 50	Peso de tear	Grupo 2, Tipo II	Tecelagem	Fase IV-V
PT, n.º 76	Peso de tear	Grupo 4, Tipo I	Tecelagem	Fase IV-V
LU, n.º 23	Lucerna	---	Iluminação	Fase IV-V
VI, n.º 95	Vidro (reciclagem)	---	Produção vidreira	Fase IV-V

[517] Tipo B – Corresponde ao tipo de pavimento característico da Fase IIb-III. Do ponto de vista construtivo destaca-se a utilização de blocos de recorte rectangular de calibre médio, bem ajustados, dispostos em fiadas regulares com juntas alternadas. O seu ajuste cuidado permite uma superfície muito regular, pouco permeável, sem recurso à utilização de elementos menores entre os blocos (vol. I, est. LIV, fot. 3-4).
Tipo D – Constitui a solução construtiva por excelência na Fase IV e V. Trata-se de uma técnica construtiva que utiliza blocos de diferente calibre e recorte, muitos dos quais reaproveitados de edifícios anteriores, bem ajustados, embora sem talhe específico de encosto, e com os interstícios preenchidos com elementos menores. Conjuga diferentes tipos de granito, mantendo um polimento generalizado nas áreas pavimentadas (vol. I, est. LV, fot. 4).
Tipo E – Constitui uma solução construtiva característica e exclusiva da Fase V. Configura um lajeado composto por pequenos blocos de granito de diverso calibre sem recorte definido e um tratamento da superfície incipiente, revelando, contudo, um intenso polimento nos núcleos onde foi identificado. Estrutura-se por encosto simples e, à semelhança dos demais, é assente sobre um piso de preparação grosseiro composto por saibro e pedra miúda (vol. I, est. LV, fot. 4).
[518] Identificam-se com os materiais associados à caracterização estrutural referente à Fase V.

TSA, n.º 63	Prateira	Hayes	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
MO, n.º 3503	Moeda	Antoniniano, -, (268-270)	Comércio / entesouramento	Fase IV-V
PT, n.º 44	Peso de tear	Grupo 2, Tipo I	Tecelagem	Fase IV-V
PT, n.º 37	Peso de tear	Grupo 1, Tipo III	Tecelagem	Fase IV-V
PT, n.º 54	Peso de tear	Grupo 2, Tipo II	Tecelagem	Fase IV-V
CO, n.º 55	Cossoiro	Grupo, Indeterminado	Fiação	Fase IV-V
PT, n.º 10	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase IV-V
CEVNV, n.º 29	Prateira	Imitação Hayes 67	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
MO, n.º 3488	Moeda	As, Claudius I, (41-54)	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
TSA, n.º 8	Prateira	Hayes 61	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
TSH, n.º 95	Prato	Drag. 15/17 (3º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase IV-V

Materiais construtivos

Os materiais construtivos empregues nas obras realizadas na Fase IV utilizaram os mesmos suportes verificados na sua construção original; granito, saibro e cal, na construção dos muros, na elaboração dos pavimentos e revestimentos parietais, a cerâmica como elemento de cobertura e a madeira com base da estrutura de vigamento e portas.
Em termos genéricos, verifica-se uma perda significativa na qualidade de construção em relação à Fase IIb-III, assim como na configuração dos muros, perceptível desde a selecção dos materiais, ao talhe e aplicação dos blocos e à qualidade das argamassas empregues. Os muros construídos de raiz, ao contrário da fase anterior, não se encontram alicerçados no substrato rochoso, sendo a sua base de sustentação constituída por uma sapata composta por blocos que definem uma estrutura de assentamento mais larga que o muro, que se apoia em terra. Da mesma forma, os pavimentos revelam menor espessura e compactação. Os lajeados perdem o rigor métrico anterior revelando uma estereotomia irregular e menor grau de impermeabilização.

Aparelhos

No seguimento da construção inicial a alvenaria de granito constituiu o sistema construtivo exclusivo registado na Fase IV, permitindo confrontar a diferente qualidade construtiva dos dois momentos, nomeadamente nos muros perimetrais onde se regista uma reutilização parcial dos muros que evidenciam em alguns casos paramentos mistos nos quais claramente se distinguem as intervenções de restauro.

Do ponto de vista das soluções construtivas verifica-se a utilização exclusiva do aparelho Tipo B1 nos muros perimetrais, geralmente de qualidade média, cujos paramentos evidenciam uma estereotomia relativamente uniforme com os interstícios preenchidos com pequenas cunhas revelando uma certa atenção na impermeabilização dos paramentos, especialmente os exteriores, onde, apesar de se não verificar um talhe e ajustamento individualizado, percebe-se um calibre homogéneo na selecção dos blocos de pedra, não se verificando, no entanto, um alinhamento uniforme nos paramentos que evidenciam uma estereotomia irregular. As poucas argamassas preservadas, exclusivamente de saibro e cal, revelam pouco poder de tracção e resistência, verificando-se a utilização recorrente de pedras de pequena e média dimensão e recorte irregular no preenchimento dos muros com o propósito de preencher as lacunas originadas pela irregularidade dos elementos que compõem a alvenaria, de modo a evitar uma excessiva concentração da argamassa, mais susceptível de se deteriorar e de criar debilidades estruturais.
Nos muros interiores, pontualmente, verifica-se a utilização de aparelho de Tipo C cuja qualidade construtiva é significativamente inferior, visível ao nível estrutural dos alicerces, do aparelho, das argamassas e

acabamento. As argamassas utilizadas, exclusivamente constituídas por saibro com baixa percentagem de cal, no momento da escavação apresentaram um elevado estado de meteorização revelando pouco de tracção e impermeabilização. O enchimento dos muros, neste tipo de aparelho, revela a utilização pontual de fragmentos cerâmicos, sobretudo tégulas, frequentemente aparentes no paramento, conjugadas com a utilização de pedras de pequena e média dimensão.
Os paramentos internos revelaram vestígios da utilização de reboco, constituído à base de saibro que, em alguns casos, não se confinou ao preenchimento dos interstícios existentes entre os blocos graníticos, para se assumir como um revestimento integral do paramento, sendo admissível que alguns dos aposentos fossem integralmente revestidos e caiados.

À semelhança de outros exemplos de arquitectura privada, apesar da sua dimensão e complexidade construtiva, a *Domus do Complexo Artesanal* também evidencia uma total ausência de utilização de elementos decorativos integrados na construção, eventualmente devido à polivalência do edifício onde se identificaram três áreas especificas – habitacional, oficinal e comercial –, que lhe confere um carácter rústico, relativamente distante do requinte decorativo característico da arquitectura privada urbana.

Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[519]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	Tipo B1	0,40 m	9,55 ml	Muro perimetral (Ap. VII)	Fase IV	---
Longitudinal 2	Tipo B1	0,40 m	4,88 ml	Muro interno (Ap. I / IV)	Fase IV	est., LV, fot.6
Longitudinal 3	Tipo B1	0,35/0,45 m	4,98 ml	Muro interno (Ap. II / III, IV)	Fase IV	---
Longitudinal 4	Tipo B1	0,40/0,45 m	8,94 ml	Muro interno (Ap. IV / XIII)	Fase IIb-III/IV	est., LV, fot.1
Longitudinal 5	Tipo B 1	0,35/0,45 m	4,25 ml	Muro interno (Ap. VII / XII)	Fase IV	est., LV, fot. 4
Longitudinal 6	Tipo B1	0,43/0,48 m	4,90 ml	Muro interno (Ap. VII/Pátio II)	Fase IV	est., LIV, fot. 2
Longitudinal 7	Tipo B1	0,35/0,40 m	4,05 ml	Muro interno (Pátio I/Ap. VIII/X)	Fase IV	est., LV, fot.2
Longitudinal 8	Tipo B	0,40/0,45 m	6,46 ml	Muro interno (Ap. V/XII,XIII)	Fase IIb-III/IV	est., LV, fot. 4
Longitudinal 9	Tipo B	0,40 m	6,32 ml	Muro interno (Pátio II, Ap. VIII/VI, XI)	Fase IIb-III / IV	est., LV, fot.2
Longitudinal 10	Tipo B1	0,40 m	0,49 ml	Muro interno (Ap. VIII/XI)	Fase IV	---
Longitudinal 11	Tipo B	0,43 m	2,88 ml	Muro interno (Ap. X/IX)	Fase IV	est., LV, fot. 2
Longitudinal 12	Tipo B	0,40/0,45 m	5,98 ml	Muro perimetral (Ap. V)	Fase IIb-III/IV	est., LIV, fot.5
Longitudinal 13	Tipo B	0,40/0,45 m	8,59 ml	Muro perimetral (Ap. VI, XI, IX)	Fase IIb-III / IV	est., LIV, fot. 5
Transversal 1	Tipo B1	0,40/0,45 m	3,67 ml	Muro interno (Ap. III/IV)	Fase IV	est., LV, fot. 6
Transversal 2	Tipo B1	0,35/0,40 m	1,94 ml	Muro interno (Ap. I/II)	Fase IV	---
Transversal 3	Tipo B/B1	0,30/0,40 m	7,18 ml	Muro interno (Ap. I,IV/VII)	Fase IIb-III / IV	est., LV, fot.4
Transversal 4	Tipo B	0,40/0,45 m	2,54 ml	Muro interno (Ap. XII/XIII)	Fase IV	est., LV, fot.4
Transversal 5	Tipo B/B1	0,40/0,45 m	7,51 ml	Muro interno (Ap. XIII/V)	Fase IIb-III / IV	est., LIV, fot. 5
Transversal 6	Tipo B/B1	0,40/0,45 m	5,17 ml	Muro interno (Ap. V/*fauces*)	Fase IIb-III / IV	est., LIV, fot.5
Transversal 7	Tipo B	0,35/0,40 m	1,43 ml	Muro interno (Ap. XII/Pátio II)	Fase IV	est., LV, fot. 4
Transversal 8	Tipo B/B1	0,40/0,45m	7,51 ml	Muro interno (Ap. VI/*Fauces*)	Fase IIb-III / IV	est., LV, fot.5
Transversal 9	Tipo B/B1	0,40/0,45 m	2,94 ml	Muro interno (Ap. VI/XI)	Fase IIb-III/IV	---
Transversal 10	Tipo B/C	0,20/0,40 m	5,49 ml	Muro interno (Ap. VII, Pátio II/VIII)	Fase IV	est., LIV, fot.5
Transversal 11	Tipo B	0,40/0,35 m	5,46 ml	Muro interno (Ap. VII/Pátio I)	Fase IV	est. LIV, fot. 3
Transversal 12	Tipo B	0,40/0,35 m	3,26 ml	Muro interno (Ap. VIII/IX,X)	Fase IV	est. LV, fot. 2
Transversal 13	Tipo B	0,40/0,35 m	12,92 ml	Muro perimetral (Ap. III)	Fase IV	---

Pavimentos

Os pavimentos identificados são constituídos por pisos em saibro e por lajeados em granito. Os primeiros foram identificados em todos os aposentos com excepção dos pátios que evidenciam a mesma técnica construtiva que na fase anterior, embora a solidez e a qualidade dos pavimentos alto-imperiais seja superior

[519] Medidas exteriores dos muros existentes.

à dos da Fase IV. Constituem um elemento de construção simples que revela, em alguns casos, um nível inferior de preparação, desprovido de pedras, compacto e bem nivelado no qual assenta directamente. Geralmente, apresentam uma espessura regular de cerca de 15 a 20 cm e encostam directamente nos muros, local em que exibem maior debilidade devido à concentração de humidade.
Os lajeados identificados correspondem ao Pátio I e II cujas características estruturais nesta fase conjugam aspectos respeitantes ao Tipo B, relativos à construção da Fase IIb-IIII, e ao Tipo D que resulta do restauro da Fase IV, encontrando-se mal conservados devido às inúmeras obras registadas na fase posterior. Trata-se de um pavimento no qual foram utilizados blocos de diferente calibre, de recorte irregular, muitos dos quais reaproveitados de anteriores construções, relativamente bem ajustados, embora sem talhe específico para o ajuste, com os interstícios preenchidos com pedras de menores dimensões (vol. I, est. LIV, fot. 4; est. LV, fot. 4). O pavimento revela um intenso polimento evidenciando um uso continuado e uniforme que corresponde ao período que integra a Fase III, IV e V.

O dispositivo de drenagem de águas pluviais associados ao Pátio I, construído na Fase III, manteve-se em funcionamento durante a Fase IV, tendo sido acrescentado um elemento de protecção sobre a canalização no remate final junto do *Cardo* oeste (vol. I, est. LIV, fot. 5). A drenagem do Pátio II far-se-ia por efeito gravitacional sem recurso a nenhum dispositivo de escoamento directamente para o *Decumano* através de uma abertura estruturada directamente no muro perimetral (T13) ao nível do pavimento.

Cobertura

Toda a área intervencionada, com excepção dos pátios, encontrava-se coberta por um telhado composto por tégulas e imbrices cujo colapso ficou amplamente registado nos cortes que apoiam a leitura estratigráfica (1. Alv. 98 B1, A1- Corte estratigráfico C-C', camada 02); 2. Alv. 96 B, A1 – Corte estratigráfico B-B', camada 02; 3. Alv. 98 B1, A1 – Corte estratigráfico A – A, camada 02; 4. Alv. 97 B3, A1 – Corte estratigráfico longitudinal B-B', camada 02).

Fase V – *(Final do séc. IV - meados séc. V)*

Planta e programa do edifício

A área intervencionada da *Domus do Complexo Artesanal* desenvolve-se por uma superfície de aproximadamente 538 m^2 perfazendo um perímetro de 94,86 m. A configuração actual da *domus* corresponde à última intervenção de restauro e remodelação do edifício realizado no início da Fase V que compreendeu a alteração do programa e a orgânica funcional da área oficinal e da área habitacional. A primeira, em grande medida mantém a estrutura operacional da face nordeste, documentando-se apenas pequenas intervenções de restauro e manutenção, que centrou as alterações de fundo na área circundante ao Pátio II, designadamente no Ap. VII da Fase IV, que vê o seu espaço significativamente reduzido e organizado em dois compartimentos que desenvolvem uma estrutura atípica, que configura uma sala com uma abside assimétrica, e um pequeno vestíbulo equipado com um forno. Para além de vários aspectos construtivos particulares, o plano de obras incluiu a criação de espaços intramuros desactivados, sem qualquer aproveitamento, que foram simplesmente entulhados no decurso das obras. A área habitacional regista também amplas obras de remodelação apesar da orgânica funcional básica se ter mantido. Assiste-se à instalação de dispositivos de drenagem na área habitacional (Ap. V) e na área oficinal, Pátio I.
A funcionalidade dos aposentos que não sofreram obras de adaptação mantêm as funções que desempenhavam na Fase IV, verificando-se, em termos genéricos, um incremento da compartimentação do

edifício e uma melhor adaptação às funções que cada aposento acolhia. A qualidade construtiva regista nesta fase uma significativa perda de qualidade que é perceptível na maior compartimentação de forma a diminuir os vãos e, por consequência, a carga sobre os muros.
Em termos genéricos, do ponto de vista evolutivo, o edifício regista uma progressiva descaracterização arquitectónica desde o seu momento de construção na Fase IIb, onde se observam os princípios básicos de ortogonalidade e uma proporção geométrica na dimensão dos aposentos acompanhada por uma elevada qualidade construtiva, para conhecer na Fase IV uma descaracterização que se regista, desde logo, na área de implantação e na planta do edifício, assim como no recorte e organização dos compartimentos internos. Este processo acentua-se na Fase V, que, apesar de manter a área de implantação do edifício, regista a construção de aposentos estruturalmente atípicos e desproporcionados na organização dos volumes e alçados internos, acompanhada por uma perda qualitativa da construção em termos globais.

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Ap. I	6,94 m²	---	---	10,92 m	---
Ap. II	3,46 m²	---	---	12, 12 m	---
Ap. III	7,22 m²	---	---	11,33 m	---
Ap.IV	2,33 m²	---	---	8,81 m	---
Ap. V	65, 54 m²	---	15,99 m²	33,36 m	---
Ap. VI	15,99 m²	---	---	15,84 m	1,39 m
Ap. VII	13,27 m²	---	13,27 m²	14,63 m	1,39 m
Corredor	2,31 m²	---	---	6,41 m	1,61 m
Ap. VIII	34,16 m²	44,93 m²	---	44,71 m	1,50 m
Ap. IX	5,30 m²	---	5,30 m²	9,14 m	1,35 m
Ap. X	19,86 m²	---	19,86 m²	17,74 m	1,36 m
Ap. XI	11,81 m²	18,58 m²	---	20, 10 m	---
Ap. XII	11,46 m²	12,19 m²	---	16,07 m	0,99 m
Ap. XIII	0,70 m²	26,92 m²	---	6,86 m	---
Ap. XIV	11,82 m²	11,87 m²	---	13,71 m	---
Ap. XV	17,45 m²	---	17,45 m²	19,38 m	1,56 m
Pátio I	36,02 m²	---	36,02 m²	25, 77 m	1,86 m
Pátio II	43, 99 m²	44,18 m²	---	26,50 m	---
AIM 1	5,90 m²	---	5,90 m²	9, 64 m	---
AIM 2	8,62 m²	---	8,62 m²	14,69 m	---
AIM 3	7,39 m²	13,00 m²	---	20,44 m	---

Interpretação funcional dos aposentos

Ap. I – Localiza-se na área identificada como espaço habitacional na face sudoeste da *Domus* e é resultado do plano de obras desenvolvido no início da Fase V. Apresenta uma planta de recorte rectangular de desenvolvimento transversal que, hipoteticamente, conformará o alçado traseiro do edifício junto de um eventual arruamento que se possa desenvolver paralelo ao *Cardo* oeste que, conforme se referiu, configura o alçado principal da *Domus*. Foi apenas intervencionado parcialmente não tendo sido identificado o seu acesso exterior, hipoteticamente localizado na face oeste, assim como a sua relação com os demais aposentos. A marginar o muro da face sul, identifica-se um dispositivo de drenagem instalado ao nível do pavimento interno de drenagem de águas pluviais do espaço identificado como Ap. V que, conforme se referiu se encontrava desprovido de cobertura, podendo a sua função identificar-se como *viridarium*. O Ap. I, pelas suas reduzidas dimensões, ter-se-á constituído como *cubiculum* que a ausência de materiais parece confirmar.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
TSH, n.º 81	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase V
TSH, n.º 82	Prato	Drag. 15/17 (3º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase V
TSH, n.º 83	Prato	Drag. 15/17 (3º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase V

Ap. II – Localiza-se na área habitacional no extremo sul da área intervencionada. Corresponde ao Ap. II da Fase IV ao qual pertence o momento da sua construção. No decurso da Fase V manteve-se inalterado na sua estrutura e função, relacionando-se nesta fase com os Ap. III e VI com os quais confronta na face leste, encontrando-se marginado a norte pelo dispositivo de drenagem de águas pluviais instalado no espaço de permeio com o Ap. I. Conforme se referiu sobre a ocupação relativa à Fase IV, a exiguidade do espaço intervencionado não facultou materiais de relevo que permitam identificar com clareza a função do aposento, no entanto, atendendo à sua localização na planta da casa é admissível que possa ter funcionado como *cubiculum*.

Ap. III – Implanta-se na área habitacional, no extremo sul da área intervencionada e corresponde a uma construção desenvolvida no âmbito do plano de obras da Fase V. Foi escavado parcialmente tendo sido apenas definido o topo norte. Confronta a oeste com o Ap. II, a norte com o Ap. IV e a leste com o Ap. V. O pavimento em saibro encontrava-se em mau estado de conservação agregando materiais da ocupação da Fase IV. Os materiais arqueológicos recolhidos são em pequeno número sugerindo tratar-se de uma área restrita, eventualmente um *cubiculum*.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 57	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V
VI, n.º 58	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V
VI, n.º 28	Copo / Taça	Isings 96 /106	Beber	Fase V

Ap. IV – A sua construção resulta das obras efectuadas na Fase V tendo-se constituído como um novo compartimento da área habitacional cuja função se relaciona com o Ap. III. Definiu-se apenas na face noroeste onde confronta com os Ap. III, VI e V. Encontrava-se pavimentado com um piso em saibro de má qualidade pelo que se trataria de uma área coberta. Os materiais arqueológicos recolhidos apesar de pouco abundantes sugerem tratar-se de uma área de serviços.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
CCFT, n.º 9	Taça	---	Conter e servir alimentos	Fase V
TSA, n.º 5	Prato	Hayes 59 A	Conter e servir alimentos	Fase V

Ap. V – Espaço integrado na área habitacional da *Domus do Complexo Artesanal*, amplo e desprovido de cobertura. Corresponde parcialmente ao Ap. XIII da Fase IV, cujas funções se terão mantido durante a Fase V. As obras realizadas implicaram uma redução substancial da sua área original que resultou da construção do muro que delimita o aposento na face sul (T1), que corresponde ao prolongamento do muro que define o topo norte dos Ap. III e IV. As suas características estruturais e de posicionamento na planta do edifício, assim como o facto de se constituir como um espaço desprovido de cobertura e pavimento de ocupação

permite, conforme se referiu na análise da ocupação da Fase IV, identificá-lo como *viridarium*. Os materiais arqueológicos de referência são pouco significativos e a sua natureza não contraria a corrente interpretação.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
BR, n.º 47	Fíbula anular	Ponte B51.2a	Adereço de vestuário	Fase V
PT, n.º 89	Peso de tear	Grupo V, Tipo V	Tecelagem	Fase V
VI, n.º 68	Jarro	Isings 124	Conter e servir líquidos	Fase V
PT, n.º 63	Peso de tear	Grupo 2, Tipo IV	Tecelagem	Fase V
MO, n.º 3506	Moeda	Nummus, Docletianus (300-305)	Comércio / entesouramento	Fase V
MO, n.º 3570	Moeda	Nummus, Constantius II (341-346)	Comércio / entesouramento	Fase V
LU, n.º 9	Lucerna	Perifome	Iluminação	Fase IV-V
TSA, n.º 1	Prateira	Hayes 50ª	Conter e servir alimentos	Fase V

Ap. VI – Enquadra-se na área habitacional e resultou da nova compartimentação do espaço resultante das obras efectuadas na Fase V, concretamente da divisão operada no Ap. IV da Fase IV. Apresenta uma planta sub-rectangular de desenvolvimento longitudinal evidenciando uma área relativamente modesta (4,28 m x 3,69 m |15,99 m^2). Confronta a norte com o Ap. VII, a oeste com o Ap. II, a sul como Ap. III e a leste com o Ap. V. Integra-se no núcleo de vestíbulos que se desenvolvem em redor do Ap. V (*viridarium*), do qual configura o topo oeste. Integrado no pavimento identifica-se um dispositivo de drenagem que cruza transversalmente o aposento na face norte, paralelo com o muro de meação com o Ap. VII, cujo propósito seria de conduzir as águas pluviais do Ap. V. O seu acesso far-se-ia através do corredor no qual se encontra implantada a canalização que permitia que se configurasse como um espaço intermédio entre os Ap. III e VII. Encontrava-se pavimentado com um piso em saibro no qual se estruturava e alicerçava a canalização. Os materiais recolhidos são em reduzido número não permitindo uma clara associação com a eventual função que possa ter desempenhado na Fase V.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 55	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V

Ap. VII – Integra-se na área habitacional e a sua construção resultou do plano de obras realizado na Fase V. A sua actual configuração resulta da subdivisão do Ap. IV da Fase IV. Apresenta uma planta rectangular de dimensões modestas (3,33 m x 4,01 m | 13,27 m^2) que, parcialmente, aproveita os muros da construção da Fase IIb-III (a norte T5 e a leste L5). O acesso ao vestíbulo faz-se pela face sul através do Ap. VI, que, por sua vez, comunicava com a área central da área habitacional através do corredor. O aposento encontra-se pavimentado com um piso em saibro.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 91	Conta	---	Adereço	Fase V
LI, n.º 13	Enxó	---	---	Fase V
PT, n.º 60	Peso de tear	Grupo 2, Tipo II	Tecelagem	Fase V

Corredor – Área de acesso resultante da reconfiguração da área habitacional da Fase V, designadamente através da diminuição da área do Ap. I e a subdivisão do Ap. IV da Fase IV, que permitiu dotar o Ap. V (*viridarium*) de um dispositivo de drenagem e, simultaneamente, abrir um acesso aos aposentos da área

interior da zona habitacional. Define uma galeria de cerca de 1, 60 m de largura que separa os Ap. I e II e articula a distribuição dos aposentos da face leste da *domus*, concretamente o acesso ao Ap. VI e VII. O piso de ocupação é constituído por um pavimento de saibro no qual se integravam os módulos que compunham a canalização. A ausência de espólio, associado ao nível de pavimento, corrobora o facto de se constituir como um local de passagem.

Ap. VIII – Integra a área oficinal correspondendo a um dos quatro aposentos que se mantiveram íntegros desde a fase de construção do edifício (Fase IIb-III, IV), cuja correspondência se definia pelos Ap. II, V, VIII. Apresenta uma planta rectangular de grandes dimensões (8,59 m x 5,43 m | área estimada 35,37 m^2) de desenvolvimento transversal em relação ao alinhamento do edifício. A sua localização e importância estrutural na planta da *domus*, uma vez que configura o acesso ao exterior definindo o muro perimetral leste (Fase IIb-III /L4; Fase IV/L12; Fase V/L13), condicionou a intervenção no plano geral de obras da Fase IV e V, que mantiveram a estrutura inicial, assim como a função do aposento que, conforme se referiu, se relaciona com o apoio ao funcionamento do complexo oficinal enquanto espaço de refeições e de comércio, cujos materiais arqueológicos de referência revelam a ampla cronologia que abrange a Fase IV e V.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PJ, n.º 10	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / jogo	Fase V
VI, n.º 59	Taça	Campaniforme	Beber / Comer	Fase IV-V
PT, n.º 88	Peso de tear	Grupo 5, Lítico	Tecelagem	Fase V
VI, n.º 66	Taça	Campaniforme	Beber / Comer	Fase IV-V
BR, n.º 5	Botão	---	Adereço de vestuário	Fase V
MO, n.º 3562	Moeda	Nummus, (-), 335-341	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
MO, n.º 3517	Moeda	Nummus, Crispus, 317-326	Comércio / Entesouramento	Fase IV-V
PJ, n.º 11	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V
TSA, n.º 33	Prateira	Hayes 61 A	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
TSH, n.º 84	Prato	Drag. 15/17 (3º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
PT, n.º 18	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase V
PT, n.º 19	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase V
CC, n.º 19	Púcaro	---	Beber / Servir líquidos	Fase V
CC, n.º 18	Púcaro	---	Beber / servir líquidos	Fase V

Ap. IX – Localiza-se na área central da área oficinal com acesso directo através do Pátio II. Corresponde parcialmente ao Ap. XII da Fase IV, cuja intervenção arquitectónica, para além do restauro da estrutura, implicou a sua reconfiguração através da instalação de um muro transversal (T7) no topo sul ao longo do Ap. XII e VII da Fase IV resultou na redução significativa do espaço (2,20 m x 2,40 m | 5,30 m^2), criando uma área desactivada que foi entulhada no momento da obra (vol. I, est. LIV, fot. 5). O vestíbulo encontrava-se pavimentado com um piso em saibro ao nível de cota do lajeado do Pátio II. A sua função, que se manteve inalterada em relação à Fase IV, relaciona-se com a actividade da área oficinal, onde se constituiu como um espaço de armazenagem e de apoio ao funcionamento da actividade artesanal. A diferente natureza dos materiais de referência não contraria esta interpretação verificando-se, inclusivamente, a identificação de materiais cujas cronologias abarcam as duas fases.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 62	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase IV-V

VI, n.º 63	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V
PT, n.º 32	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase V
PT, n.º 30	Teso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase V
CC, n.º 3	Prato	---	Conter e servir alimentos	Fase V

Ap. X – Localiza-se na área central do espaço oficinal ocupando parte o Ap. VII da Fase IV. Corresponde a um espaço edificado de raiz na Fase V que implicou uma alteração substancial do anterior edifício com a modificação de paredes estruturais do edifício, como, por exemplo, do muro que define a face sul do Pátio I (T14) e a criação de áreas desactivadas na face sul estruturadas por um muro (T16/T17) que define o Ap. X e XV. Apresenta um recorte sub-rectangular (5,04 m x 4,58 m | 19,86 m^2), rematado por uma abside na face norte, definindo a entrada na face leste com acesso directo a partir do Pátio II. O aposento encontrava-se pavimentado com um piso em saibro no qual se definia uma lareira localizada no topo norte da abside estruturada com quatro tégulas integradas no pavimento com claros sinais de utilização. Encostados à parede da face oeste identificaram-se dois blocos de recorte irregular integrados no pavimento, devidamente nivelados, que deverão ter servido de suporte de assentamento de uma estrutura de apoio às actividades desenvolvidas no aposento.

A construção do Ap. X revela particularidades ao nível construtivo que permitem admitir que a área agora refeita possa eventualmente ter colapsado, uma vez que nas soluções adoptas se verifica a intenção de reduzir os vãos e adoptar soluções construtivas de maior resistência e de suporte das tensões exercidas pela cobertura, neste caso sugerida por uma construção preexistente do período da Fase II (*Casa* II), cujo alicerce foi parcialmente aproveitado como alicerce da área refeita da abside. A sua construção implicou a destruição parcial do muro sul do Pátio II (T14) e a criação de uma área aberta na face oeste que justificou a construção de um dispositivo de drenagem de águas pluviais que viria a cruzar transversalmente o Pátio II para conduzir as águas para o exterior, neste caso directamente para o *Decumano*.

Os vestígios estruturais identificados, associados aos materiais recolhidos e à proximidade de estruturas relacionadas com a actividade culinária instaladas no Ap. XV (forno culinário), permitem admitir que se trataria de um espaço destinado ao apoio funcional da área oficinal cuja função seria a de sala de refeições e, eventualmente, outras actividades domésticas como a tecelagem, como parece sugerir a identificação de sete *aequipondia*[520].

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 2	Peso de tear	Grupo 1, Tipo I	Tecelagem	Fase V
PT, n.º 26	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II A	Tecelagem	Fase V
PT, n.º 28	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II A	Tecelagem	Fase V
TSA, n.º 54	Prateira	Hayes 67 (2º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase V
VI, n.º 39	Taça	Isings 106	Comer / beber	Fase V
TSA, n.º 84	Prato	Hayes ?, Style A(ii) tardio 82 g	Conter e servir alimentos	Fase V
VI, n.º 7	Taça	Isings 3	Comer / Beber	Fase V ?
CEVNV, n.º 16	Prato	Imitação da forma Hayes 50B	Conter e servir alimentos	Fase V
PT, n.º 33	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II A	Tecelagem	Fase V
CC, n.º 11	Tigela	---	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
TSHT, n.º 9	Tigela	Drag. 37 Tardia	Conter e servir alimentos	Fase V
PJ, n.º 21	Peça de jogo	Tipo Indeterminado	Ócio / jogo	Fase V

[520] Considerando como referência que cada engenho de dimensão média teria duas fileiras de cerca de 10 / 12 pesos cada, de acordo com representações conhecidas (FABRE 1979, 55; FORBES 1956-1964, IV, fig. 2-A, 39-31), ou, como considera M. Hoffmann, 60 ou 70 para os teares verticais de maiores dimensões (HOFFMANN 1964-65, 315), as recolhas efectuadas não permitem objectivamente considerar a possibilidade de existência de um tear, contudo a sua presença è reveladora da actividade de tecelagem no espaço oficinal (6.1.13. *Pesos de tear*. *Estudo tipológico e enquadramento crono-estratigráfico*, vol. II).

CC, n.º 34	Talha	---	Armazenagem de alimentos	Fase V
TSH, n.º 80	Prato	Drag. 15/17 (3º grupo)	Conter e servir alimentos	Fase V
PT, n.º 71	Peso de tear	Grupo 3, Tipo IB	Tecelagem	Fase V
PT, n.º 42	Peso de tear	Grupo 1, Tipo indeterminado	Tecelagem	Fase V
LI, n.º 7	Maça	---	Trituração	Fase V
PT, n.º 65	Peso de tear	Grupo 2, Tipo indeterminado	Tecelagem	Fase V
LU, n.º 19	Lucerna	Tafalla Tipo 2 Ba	Iluminação	Fase V
MO, n.º 3608	Moeda	Æ3, Constantinus (358-361)	Comércio / Entesouramento	Fase V
TSA, n.º 34	Prateira	Hayes 61A	Conter e servir alimentos	Fase V
FE, n.º 24(1)	Cavilha	---	Elemento de construção	Fase V

Ap. XI – Integra a área oficinal. Corresponde a um dos dois aposentos que se mantiveram desde a fase de construção do edifício (Fase IIb-III, IV), cuja equivalência se definia pelos Ap. III, VI, XI. Conforme anteriormente se referiu, apresenta uma planta rectangular de desenvolvimento transversal de média dimensão (3,07 m x 6,03 m | área estimada 18,58 m^2). A sua localização, qualidade construtiva e importância estrutural na planta geral do edifício, uma vez que configura o acesso ao exterior definindo o muro perimetral leste sobre o *Cardo* oeste (Fase IIb-III /L5; Fase IV/L13; Fase V/L14), limitou a intervenção no plano de geral de obras da Fase IV e V a acções de conservação dos muros, assim como a alteração da função do aposento que se admite ter sido de espaço comercial de apoio ao espaço oficinal, cumulativamente com outras actividades de carácter geral de apoio ao funcionamento do complexo (Ap. III da Fase IIb-III, e Ap. VI da Fase IV). O aposento encontrava-se pavimentado com um piso de saibro cuja ocupação se manteve desde a Fase IV.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 76	Garrafa	Isings 126	Conter e servir líquidos	Fase V

Ap. XII – Integra a área oficinal onde constitui um dos principais aposentos que se manteve inalterado desde a sua construção na Fase IV (Ap. VIII) até ao definitivo abandono do povoado, correspondendo a descrição efectuada na caracterização estrutural da Fase IV à realidade estrutural identificada na Fase V. Os vestígios materiais identificados remetem para um horizonte cronológico tardio que permite atestar o funcionamento do equipamento até um período muito avançado da ocupação do povoado[521]. Os resíduos mais significativos da produção de vidro são compostos por nódulos disformes (945 gr.), com incrustações e impurezas, dos quais se analisaram dois exemplares (n.º 1-2), que permitiram definir parâmetros uniformes (Grupo IV), cuja constituição permite classificar o vidro produzido como possuindo uma base de silicato de cálcio na ordem dos 14%, sódio com cerca de 7%, com 2% de maganês e também ferro na ordem de 2%, mas praticamente isento de chumbo, estanho, antimónio e cobre. A percentagem de ferro garante uma produção homogénea ao nível da coloração, muito característica das produções tardias, cujas cores predominantes são constituídas por verdes de diferentes tonalidades e castanho-melado, intencionalmente criados denotando uma tendência estética muito marcada[522].

[521] Valoriza-se a referência cronológica proporcionada pela prateira tipo Hayes 76, para a qual o autor da tipologia propõe uma cronologia balizada entre 425-475, apesar de, intervenções em Cartago documentarem a presença desta forma em estratos datados entre 360 e 440 (CARANDINI; TORTORELLA; SAGUI; TORTORICI 1981, 89).

[522] Os óxidos de ferro integrados na pasta vítrea possuem uma função colorante e existem na matéria-prima, conferindo ao vidro uma tonalidade não intencional, de cor azul-esverdeada. Em combinação com outros óxidos, como, por exemplo, o óxido de cobre ou magnésio, produz uma coloração verde. Consideram-se percentagens intermédias entre 0.4% e 1% como impurezas, e percentagem superiores a 1,4% como colorante.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
MO, n.º 3502	Moeda	Antoniniano, Gallienus (256-268)	Comércio / Entesouramento	Fase V
TSA, n.º 81	Prateira	Hayes 76	Conter e servir alimentos	Fase V
TSHT, n.º 3	Tigela	Drag. 37 Tardia	Conter e servir alimentos	Fase V
VI, n.º 1	nódulo disforme	---	Resto de fundição (reciclagem)	Fase V
VI, n.º 2	nódulos disforme	---	Restos de fundição (reciclagem)	Fase V

Ap. XIII – Integra a área oficinal. Corresponde a um aposento que se manteve desde a Fase IV (Ap. IX), tendo-se mantido estruturalmente inalterado durante a Fase V, conservando a sua planta original (8,00 m x 3,21 | área estimada 27 m^2). As dificuldades de interpretação da sua função relacionam-se com a reduzida área intervencionada e a inexistência de materiais de referência. Todavia, a sua localização na área oficinal, conforme referimos na caracterização estrutural da Fase IV, sugere uma função relacionada com a actividade artesanal.

Ap. XIV – Corresponde ao Ap. X da Fase IV da área oficinal, cuja integridade estrutural e funcionalidade se mantiveram inalteradas desde a Fase IV, tendo, inclusivamente, mantido os seus equipamentos (lareira).

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
CO, n.º 31	Cossoiro	Grupo 1	Fiação	Fase V
TSA, n.º 38	Prateira	Hayes 61a	Conter e servir alimentos	Fase V
FE, n.º 12	Faca	---	Actividade doméstica	Fase V
BR. n.º 3	Nódulo de bronze	---	Fundição	Fase V
FE, n.º 40	elo	---	Elementos de suspensão	Fase V
FE, n.º 41	elo	---	Elementos de suspensão	Fase V

Ap. XV – Localiza-se na área central do espaço oficinal ocupando parte do Ap. VII da Fase IV. Consiste num espaço edificado de raiz na Fase V que implicou a alteração do anterior edifício com a modificação de paredes estruturais, nomeadamente do muro que define a face sul (T6), que originou a criação de uma área desactivada (AIM 2) estruturada por um novo muro (T5/T6). Apresenta uma planta sub-rectangular de desenvolvimento transversal de dimensão média (4,58 m x 3,31/4,16 m | 17,45 m^2), com acesso na face leste para o Pátio II.

No interior, estruturado no cunhal sudoeste (muro longitudinal 4 / muro transversal 6), identifica-se um forno culinário (vol. I, est. LIV, fot. 3; est. LV, fot. 4). Apresenta uma planta semicircular, cuja cobertura configuraria uma falsa cúpula. A estrutura é formada por um murete de cerca de 0,80 m centímetros de altura ao nível da boca do forno, composta por um aparelho poligonal de Tipo B/C, relativamente mal estruturado. O lar do forno é constituído por um piso de saibro muito compacto[523]. Constituiria um espaço destinado ao apoio funcional da área oficinal cuja função específica estaria relacionada com a confecção de alimentos, em estrita relação com o Ap. X, com o qual confronta na face norte, eventualmente destinado a área de refeições.

[523] Estruturalmente é semelhante aos vários fornos identificados nas unidades habitacionais de funções similares (*Domus da Colher de Prata* – Área exterior e Forno; *Domus da Lucerna do Cavalo* – Ap. XII).

Pátio I – Mantêm a sua função no âmbito do programa estrutural da *Domus do Complexo Artesanal* registando nesta fase um programa de obras que alteraram a sua dimensão e composição inicial, designadamente no que respeita ao seu pavimento. Apresenta nesta fase uma planta irregular de recorte sub-rectangular, sensivelmente com a mesma área, originada pela alteração do muro da face sul (T14), com a construção da abside do Ap. X e pela configuração do Ap. VIII que integra o forno de produção vidreira, construída na fase anterior (Fase IV). Apesar de ter mantido a sua função como área de apoio às actividades artesanais do complexo oficinal, assiste a uma alteração no pavimento de ocupação, uma vez que sobre o lajeado da Fase IV se instala um dispositivo de drenagem que cruza transversalmente (sul/norte) todo o pátio cuja estrutura e sistema construtivo de Tipo C, composto por elementos não estruturados, implicaria que estivesse soterrada e coberta, admitindo-se, portanto, que nesta fase o pavimento seria de terra batida[524]. A drenagem do próprio espaço far-se-ia por efeito gravitacional, sem recurso a nenhum dispositivo de escoamento, directamente para o *Decumano* através de uma abertura directa no muro ao nível do pavimento.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 90	Peso de tear	Grupo 5, lítico	Tecelagem	Fase V
MO, n.º 3498	Moeda	Antoniniano, Gallienus (256-268)	Comércio / Entesouramento	Fase V
VI, n.º 93	Peça de jogo	---	Ócio / Jogo	Fase V
PT, n.º 52	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II	Tecelagem	Fase V

Pátio II – Conserva a sua função de elemento estruturante da orgânica do espaço oficinal cuja centralidade se mantêm apesar das obras que implicaram a transformação dos Ap. VII da Fase IV nos Ap. X e XV da Fase V, funcionando como área de distribuição dos aposentos circundantes, criando-se, desta forma, uma divisão funcional do espaço oficinal na qual se desenvolviam as duas áreas – a área oficinal na zona norte do edifício e a área de serviços na face sul –, garantindo uma disposição centralizada. Conforme já referido, conjugaria ainda a função de permitir a iluminação dos aposentos circundantes garantindo a manutenção das características iniciais do modelo que criou um edifício fechado sobre si mesmo que concentrou todas as actividades em torno de um pátio interior. Da mesma forma que na Fase IV, manteve-se desprovido de cobertura pelo que as águas pluviais eram drenadas para o exterior do edifício por efeito gravitacional através de um dispositivo de escoamento implantado no pavimento que corria paralelamente ao Ap. VI. O lajeado que constitui o pavimento foi também alvo de acções de conservação e remodelação sendo perceptível, em contraste com o pavimento da Fase IIb-III (Tipo B) e da Fase IV (Tipo D), pequenos núcleos de pavimento Tipo E, cuja estrutura consiste na utilização de pequenos blocos de granito de diferente calibre e recorte irregular com arestas arredondadas e tratamento da superfície incipiente, mas bem estruturadas (vol. I, est. LV, fot. 4).

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase V – *Final do séc. IV - meados séc. V*)

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
VI, n.º 82	Frasco	Isings 126/127	Conter e servir líquidos	Fase V

[524] Consiste numa estrutura de fraca qualidade construtiva, relativamente mal conservada, devido ao facto de no local terem sido instaladas várias sepulturas medievais, integralmente construídas a partir de materiais reaproveitados, assim como pelo facto de se encontrar instalada directamente sobre o pavimento lajeado da Fase IV (vol. I, est. LIII). Estruturalmente caracteriza-se pela utilização de blocos graníticos de diferentes dimensões, faceados apenas num dos lados, orientados para o interior, simplesmente encostados nas arestas laterais e apoiados sobre uma base composta por fragmentos de tégulas. A face superior era também constituída por fragmentos de tégulas que constituíam a cobertura. A solidez da construção dependia do facto de esta estar integralmente enterrada garantindo-se, desta forma, a sua consistência e integridade estrutural.

PT, n.º 29	Peso de tear	Grupo 1, Tipo IIA	Tecelagem	Fase V
VI, n.º 80	Frasco	Isings 20 ?	Conter e servir líquidos	Fase V
VI, n.º 60	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V
TSA, n.º 1	Prateira	Hayes 56	Conter e servir alimentos	Fase V
PJ, n.º 15	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V
VI, n.º 61	Taça	Campaniforme	Comer / Beber	Fase V
VI, n.º 29	Copo / Taça	Isings 96/106	Comer / Beber	Fase V
PJ, n.º 12	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V
PJ, n.º 16	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V
PJ, n.º 13	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V
CC, n.º 10	Prato	---	Conter e servir alimentos	Fase IV-V
PJ, n.º 15	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V

Materiais construtivos

Os materiais construtivos, como é norma em todas áreas edificadas intervencionadas, são constituídos exclusivamente por granito, argamassas de saibro e cal, cerâmica (tégulas e imbrices), e madeira. O granito constituiu a matéria-prima base de toda a construção tendo sido utilizado em todos os muros e elementos estruturantes – soleiras, ombreiras, padieiras, degraus, canalizações, colunas, base e capiteis –, nos lajeados e como recheio dos muros, em elementos de menor dimensão.
O saibro constituiu a base de todas as argamassas tendo sido empregue na construção dos muros e pavimentos, revelando, em alguns casos, um elevado grau pureza. A cal, ora utilizada como revestimento parietal ora nas argamassas mais finas, constitui um elemento sempre presente em todas as soluções construtivas que envolvessem a utilização de argamassas. A cerâmica foi exclusivamente empregue nas coberturas e na estruturação pontual de lareiras (Ap. X – Fase V). A madeira constituiria seguramente um elemento importante em toda a construção mas, como é natural, os vestígios identificados na intervenção são indirectos e resumem-se aos níveis de incêndio que, pontualmente, preservaram fragmentos carbonizados de maior dimensão, identificados como parte do travejamento, portas e mobiliário diverso.

Pavimentos

Os pavimentos identificados na Fase V são formados por pisos em saibro e por lajeados em granito. Os primeiros foram identificados em todos os aposentos com excepção dos pátios, nos quais se verificaram duas situações distintas. O Pátio II, manteve a sua cobertura em laje de granito cuja constituição evidencia as sucessivas intervenções que sofreu desde a sua construção na Fase IIb, passando pela Fase III, IV e V. As particularidades estruturais nesta fase revelam características respeitantes ao Tipo B, relativos à construção da Fase IIb, III, e ao Tipo D que resultaram do restauro da Fase IV e também de Tipo E que se reportam à intervenção desta Fase. A intervenção contemporânea desta fase consiste no preenchimento de lacunas e restauro de áreas danificadas com um tipo de lajeado composto por pequenos blocos de granito sem recorte definido e um tratamento da superfície incipiente, estruturado por encosto simples (vol. I, est. LIV, fot. 4; est. LV, fot. 4). O pavimento revela um intenso polimento evidenciando um uso continuado e uniforme que corresponde ao longo período de ocupação da *Domus do Complexo Artesanal*. O Pátio I, conforme referido, sofreu nesta fase uma intervenção que resultou na desactivação do lajeado e a criação de um espaço em terra batida.
Os pavimentos em saibro, identificados em todos os aposentos com excepção dos pátios, encontravam-se relativamente preservados, embora a sua construção não revelasse uma qualidade comparável aos pavimentos da Fase IIb, III e mesmo da Fase IV. Constituem uma solução construtiva relativamente simples,

cuja constituição revela um nível inferior de preparação, cuja espessura varia de caso para caso (espessura média de 15 a 20 cm). Os pavimentos, geralmente bem nivelados, apresentam espessuras irregulares e encostam directamente nos muros, sem qualquer tipo de acabamento específico.

Drenagens

São três os dispositivos de drenagem de águas pluviais identificados e em funcionamento durante a Fase V, dois localizados na área oficinal e um na área habitacional.
O dispositivo de drenagem do Pátio II é constituído por uma canalização construída na Fase IIb, cuja estrutura se manteve operacional ao longo da Fase III, IV e V, registando apenas uma pequena intervenção de restauro realizado na Fase IV que resultou na colocação de um remate de protecção no cunhal do Ap. VI (Fase IV) com o *Cardo oeste*, mantendo-se estruturalmente íntegra, cujas características correspondem à descrição relativa à Fase IIb-III.

A instalação do dispositivo de drenagem do Pátio I resultou da profunda transformação estrutural do edifício operada na Fase V, designadamente pela alteração do muro da face sul (T14), com a construção da abside do Ap. X, da qual resultou a criação de um espaço intermédio localizado entre o muro longitudinal 1 e o muro longitudinal 4 (EIM3), que implicou a instalação de um dispositivo de drenagem com o objectivo de, por efeito gravitacional, drenar as águas pluviais. A canalização cruza transversalmente (sul/norte) todo o Pátio I cuja estrutura e sistema construtivo, de Tipo C[525], composto por elementos não estruturados, implicaria que estivesse enterrada e coberta, cujo fluxo de águas desaguava directamente no *Decumano* através de uma abertura directa no muro ao nível do pavimento.

A canalização identificada na área habitacional constitui uma solução semelhante à registada na área oficinal cujo percurso, de acordo com a topografia, conduziria as águas no sentido oeste / leste, cruzando transversalmente a *domus* através do Ap. VI e Ap. V *(viridarium)*, em direcção ao *Cardo* oeste, onde verteria directamente as águas pluviais. A identificação da estrutura revela a existência de um outro espaço aberto, eventualmente um pátio de funções similares ao Pátio II (Fase V) da área oficinal, designadamente como elemento estruturante do programa do edifício.
Trata-se de uma canalização Tipo B1 composta por elementos graníticos escavados em forma de meia cana. Estrutura-se em segmentos formados por blocos graníticos de dimensão regular de aproximadamente 0,80 m de comprimento e cerca de 0,30 de largura. Este tipo não revela qualquer rebordo na face superior para encaixe de uma tampa pelo que se destinava a estar visível ao nível dos pavimentos, instalado numa área marginal de circulação, eventualmente adossada a um muro, como é o caso (vol. I, est. LV, fot. 6).

Aparelhos

A construção da *Domus do Complexo Artesanal* evidencia o recurso a alvenaria de granito de baixa qualidade verificando-se a coexistência de três tipos de aparelho – B, B1 e C –, que colocam bem patente o continuo aproveitamento das preexistências e as intervenções de restauro realizadas na Fase V. As

[525] Tipo C – Consiste numa estrutura integralmente construída a partir de materiais reaproveitados que se caracteriza-se pela utilização de blocos graníticos faceados na construção dos muretes laterais, dispostos com a face orientada para o interior, simplesmente encostados nas arestas laterais, apoiados sobre uma base composta por fragmentos de tégulas. A face superior era também constituída por fragmentos de tégulas como cobertura. A solidez da construção dependia do facto de esta se destinar a estar integralmente enterrada garantindo-se, dessa forma, a sua consistência e integridade, assim como se diminuía a sua fraca estanquecidade.

soluções construtivas mais frequentes são constituídas por aparelhos de Tipo B e B1, limitando-se a utilização do aparelho de Tipo C nos espaços construídos de raiz.
Em termos gerais, as estruturas edificadas na Fase V revelam características construtivas deficientes, cujos alicerces nunca alcançam a rocha de base, não se verificando travamentos que cruzem transversalmente os muros, como é frequente nas construções da Fase III.
Caracterizam-se pela constituição de duplo paramento em alvenaria de granito de cerca de 0,40 / 0,50 m de espessura, sem travamento, compostos por blocos de dimensão irregular, em muitos casos não faceados, justapostos, aparentemente estruturado com uma argamassa pobre e de fracção tracção. O ajuste entre os diferentes elementos é deficiente, sendo abundantes os elementos de calibre médio de preenchimento das juntas. Os paramentos não revelaram a aplicação de qualquer revestimento ou pintura, evidenciando uma estereotomia muito irregular e imperfeita.

Muro	Aparelho	Calibre	Comprimento[526]	Função / Localização	Cronologia	Estampa
Longitudinal 1	Tipo B1	0,40/0,45 m	9,55 ml	Muro perimetral (Intramuros, Pátio I)	Fase IV-V	---
Longitudinal 2	Tipo C	0,30/0,40 m	6,09 ml	Muro interno (Ap. II / III, VI)	Fase V-V	est., LV, fot.6
Longitudinal 3	Tipo B	0,35/0,45 m	3,33 ml	Muro interno (Ap. I / VI)	Fase IV-V	est., LV, fot. 6
Longitudinal 4	Tipo C	0,30/0,49 m	8,54ml	Muro interno (AIM3 / Ap. X / XV)	Fase V	est., LIV, fot.6
Longitudinal 5	Tipo B+B 1	0,35/0,45 m	9,99 ml	Muro interno (Ap. III, VI, VII/IV,V)	Fase IIb-III/IV-V	est., LV, fot. 5
Longitudinal 6	Tipo B	0,43/0,48 m	2,57 ml	Muro interno (Ap. XV / IX)	Fase IV-V	est., LV, fot. 4
Longitudinal 7	Tipo C	0,30/0,40 m	4,48 ml	Muro interno (Pátio II / Ap. X)	Fase V	est., LIV, fot.6
Longitudinal 8	Tipo B	0,40/0,45 m	6,62 ml	Muro interno (Pátio I / Ap. XII, XIV)	Fase IV-V	est., LV, fot. 2
Longitudinal 9	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	5,43 ml	Muro interno (AIM1, Ap. XV / IX)	Fase IIb-III/IV-V	est., LV, fot.2
Longitudinal 10	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	5,72 ml	Muro interno (Ap. XI, XVI / Pátio II)	Fase IIb-III/IV-V	---
Longitudinal 11	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	0,49 ml	Muro interno (Ap. XII / XVI)	Fase IV-V	---
Longitudinal 12	Tipo B+B1	0,43/0,45 m	2,88 ml	Muro interno (Ap. XIV / XIII)	Fase IV-V	est., LV, fot. 2
Longitudinal 13	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	5,98 ml	Muro perimetral (Ap. V/ *Cardo* oeste)	Fase IIb-III/IV-V	est., LIV, fot.5
Longitudinal 14	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	8,59 ml	Muro perimetral (Ap. VI,IX,XI/ *Cardo)*	Fase IIb-III / IV-V	est., LIV, fot. 5
Transversal 1	Tipo C	0,40/0,45 m	7,84 ml	Muro interno (Ap. III,IV / V,VI)	Fase V	est., LV, fot. 6
Transversal 2	Tipo B1	0,35/0,40 m	4,60 ml	Muro interno (Ap. I,VII / VI)	Fase V	est., LV, fot. 6
Transversal 3	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	7,51 ml	Muro interno (Ap. VIII / V)	Fase IIb-III/IV-V	est., LIV, fot. 5
Transversal 4	Tipo C	0,40/0,45 m	2,28 ml	Muro interno (AIM1 / Ap. V)	Fase V	est., LV, fot.4
Transversal 5	Tipo B+B1	0,30/0,40 m	7,18 ml	Muro interno (AIM2 / Ap. I,V)	Fase IIb-III/IV-V	est., LV, fot.4
Transversal 6	Tipo B1+C	0,40/0,45 m	6,09 ml	Muro interno (AIM2 / Ap. XV)	Fase V	est., LIV, fot.5
Transversal 7	Tipo C	0,35/0,40 m	2,40 ml	Muro interno (AIM1 / Ap. IX)	Fase V	est., LV, fot. 4
Transversal 8	Tipo C	0,40/0,45m	1,43 ml	Muro interno (Ap. IX / Pátio II)	Fase IV-V	est., LV, fot.4
Transversal 9	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	5,17 ml	Muro interno (Ap. VIII / *Fauces*)	Fase IIb-III/IV-V	est., LIV, fot.5
Transversal 10	Tipo C	0,20/0,40 m	5,37 ml	Muro interno (Ap. XV / X)	Fase V	est., LIV, fot.6
Transversal 11	Tipo B+B1	0,40/0,45m	7,51 ml	Muro interno (Ap. XI / *Fauces*)	Fase IIb-III/IV-V	est., LV, fot.5
Transversal 12	Tipo B+B1	0,40/0,45 m	2,94 ml	Muro interno (Ap. XI / XVI)	Fase IIb-III/IV-V	---
Transversal 13	Tipo C	0,20/0,40 m	5,49 ml	Muro interno (Ap. Pátio II / XII)	Fase IV-V	est., LIV, fot.5
Transversal 14	Tipo B1	0,40/0,35 m	2,27 ml	Muro interno (Pátio I / AIM3)	Fase V	---
Transversal 15	Tipo B	0,40/0,35 m	3,26 ml	Muro interno (Ap. XII / XIV)	Fase IV-V	est. LV, fot. 2
Transversal 16	Tipo B	0,40/0,35 m	12,92 ml	Muro perimetral (Pátio I,X,IX / Dec.)	Fase IV-V	---

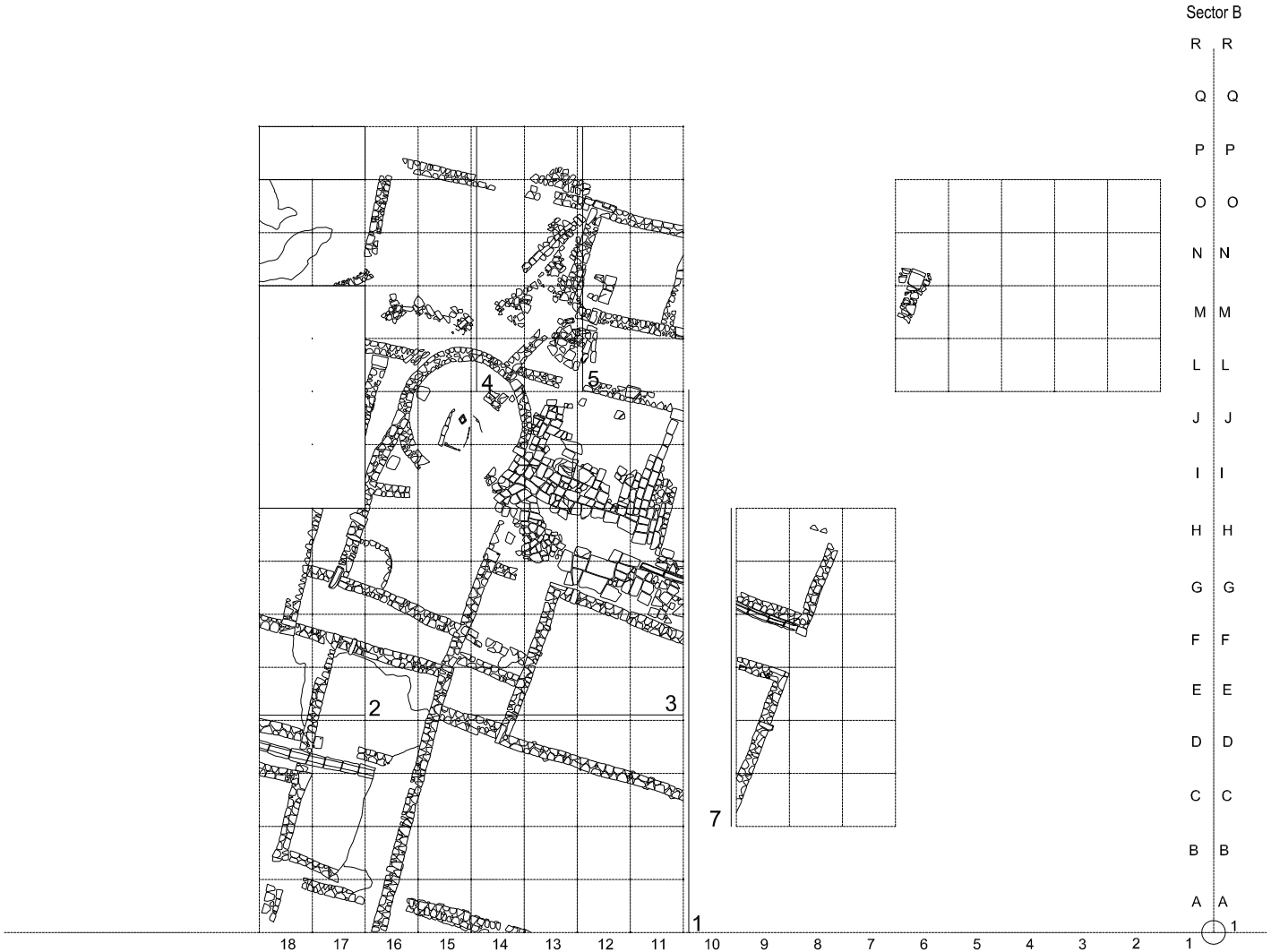
Cobertura

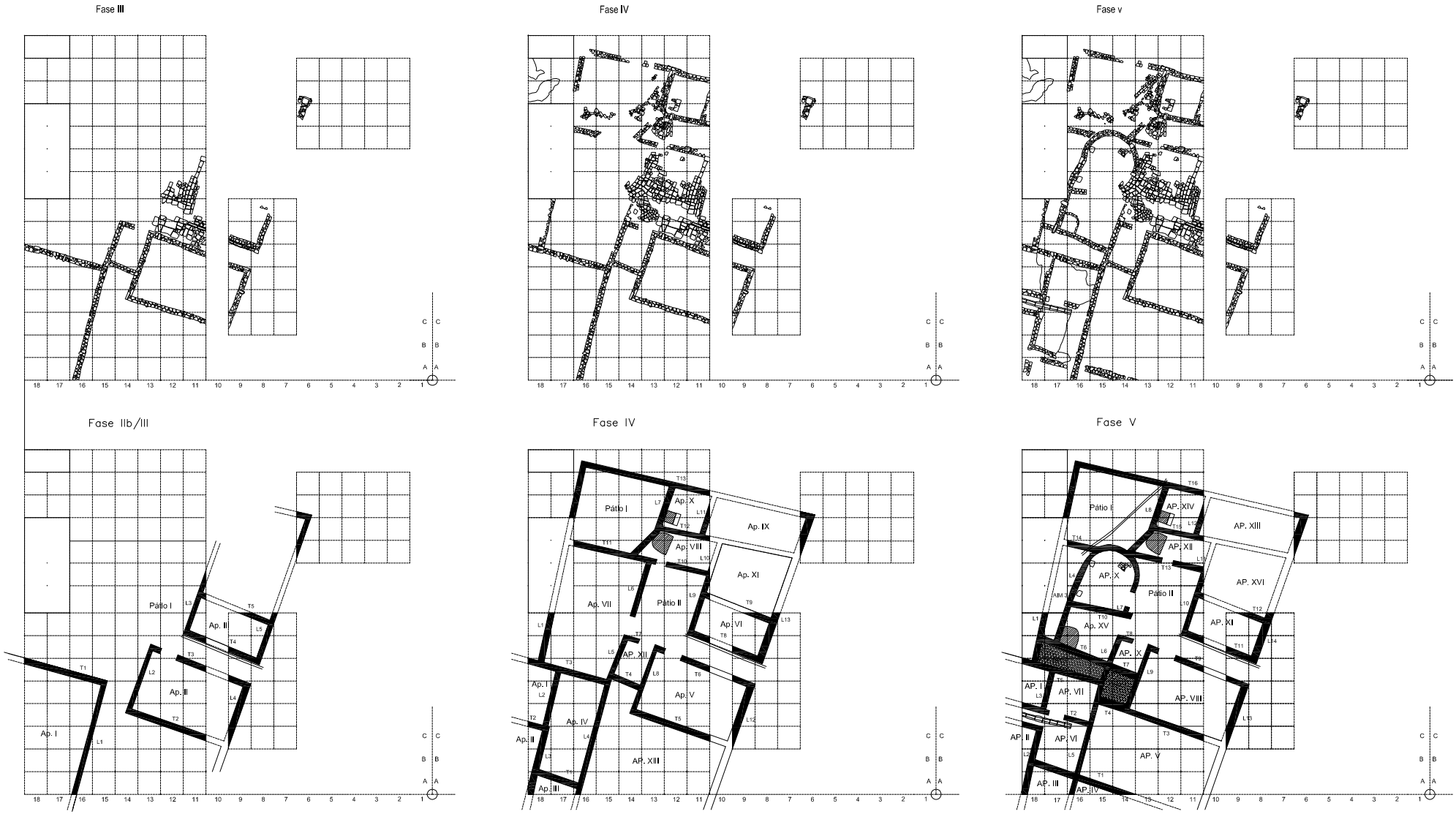
A cobertura do edifício, conforme se constata na estratigrafia, era constituída por um telhado de tégulas e imbrices[527].

[526] Medidas exteriores dos muros existentes.

Em termos genéricos, do ponto de vista morfológico, os exemplares recolhidos enquadram o tipo Cardoso A. As suas dimensões oscilam pouco apresentando como média um comprimento máximo centrado entre 620 e 630 mm, a largura entre os 415 e 420 mm e uma espessura ao nível do rebordo em redor do 65 mm. Do ponto de vista do seu fabrico revelam uma significativa falta de uniformidade. Os imbrices tipologicamente enquadram-se no tipo Cardoso A e as suas dimensões apresentam um comprimento máximo 390 / 420 mm, a largura na ordem dos 250 / 270 mm e a espessura à volta dos 32 / 38 mm. Revela um formato de meia cana, aberta e baixa pela parte inferior, mais alta e também aberta pela parte superior. A espessura, normalmente, é irregular e evolui da extremidade mais larga para a mais estreita.

[527] Espaço religioso, Complexo Artesanal e Área Habitacional Norte - 1. Alv. 98 B1, A1, Corte longitudinal C-C', camada 02; 2. Alv. 98 B, A1, Corte estratigráfico B-B', camada 02; 3. Alv. 98 B1, A1, Corte estratigráfico A-A', camada 02; 4. Alv. 97 B3, A1, Corte estratigráfico B-B', camada 02; 5. Alv. 97 B3, A1, Corte estratigráfico longitudinal A-A', camada 01 /02.


Sector B
R R
Q Q
P P
O O
N N
M M
L L
J J
I I
H H
G G
F F
E E
D D
C C
B B
A A
1 1
18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1
1
2
3
4
5
7



Topografia / Fotografia / Planimetria - Proposta interpretativa da *Domus do Complexo Artesanal* (área habitacional / área oficinal) | Estampa LIII

1. *Complexo Artesanal*, vista de enquadramento.

2. *Complexo Artesanal*, pormenor da abside do Ap. X.

3. *Complexo Artesanal*, vista geral do Pátio II e Ap. X.

4. *Complexo Artesanal*, estrutura do espaço que articula o Ap. IX e X.

5. *Complexo Artesanal*, pormenor da entrada a partir do *Cardo* oeste.

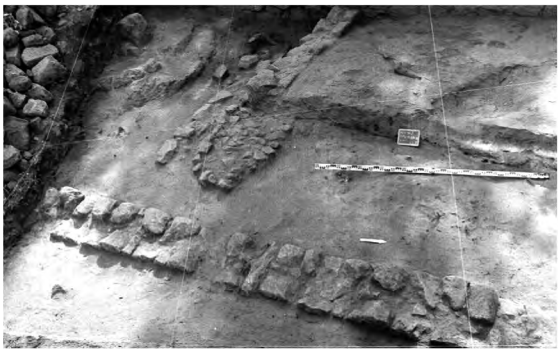
6. *Complexo Artesanal*, pormenor do Ap. X onde se distinguem duas lareiras na zona da abside e um forno no cunhal interior sudoeste.

1. *Complexo Artesanal*, vista de enquadramento.

2. *Complexo Artesanal*, pormenor do Ap. XIV e pátio I, destaque para a estrutura da lareira onde foi detectada actividade metalúrgica.

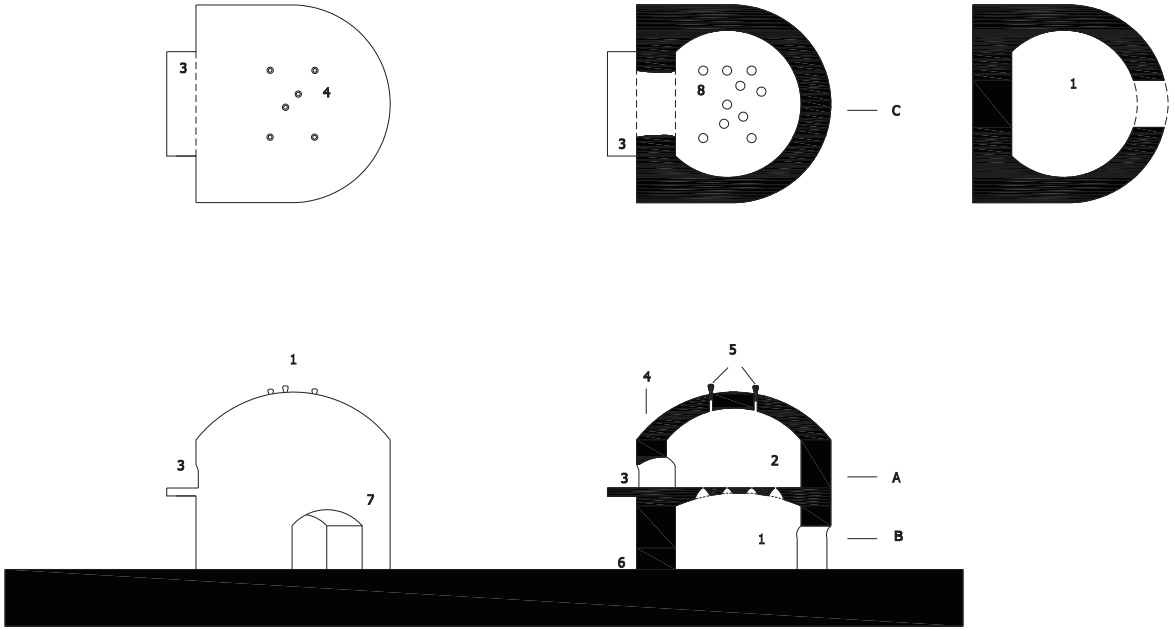
3. *Complexo Artesanal*, pormenor da abside do Ap. X e estruturas funerárias medievais anexas.

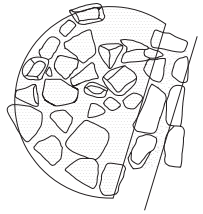
4. *Complexo Artesanal*, pormenor do Ap. IX e Pátio II.



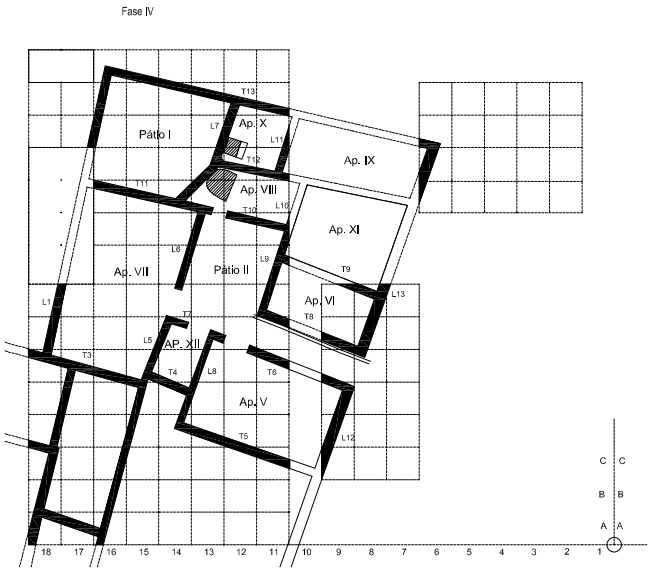
5. *Complexo Artesanal*, vista parcial do Ap. III e Ap. VI.

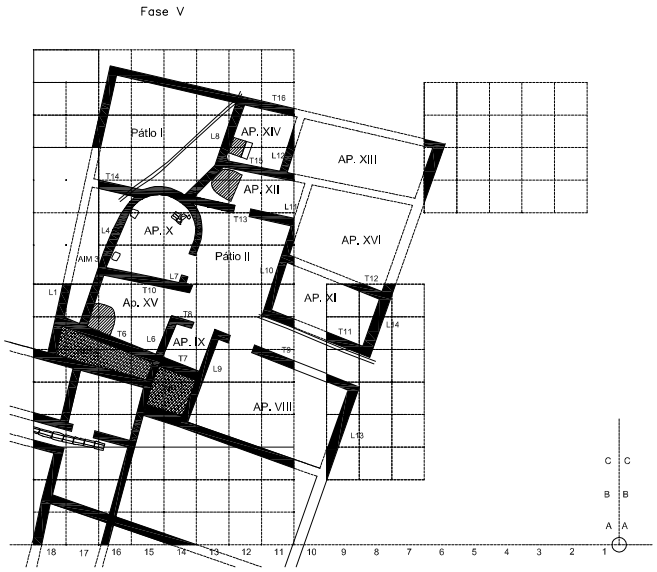
6. *Complexo Artesanal*, vista parcial do Ap. VI com destaque para os pavimentos e canalização instalados na Fase V.

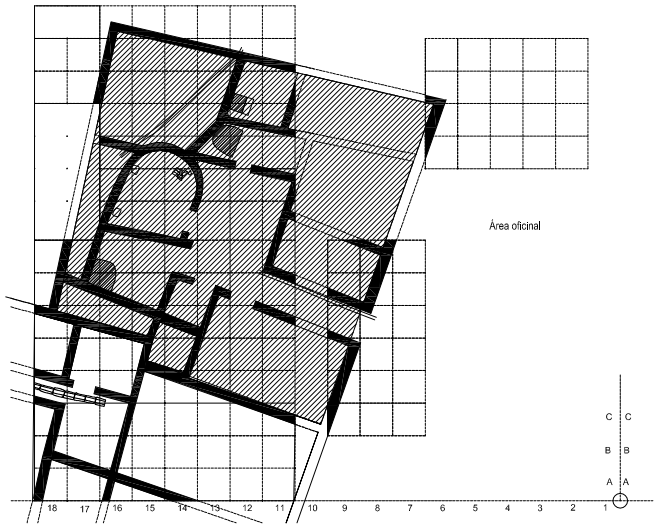


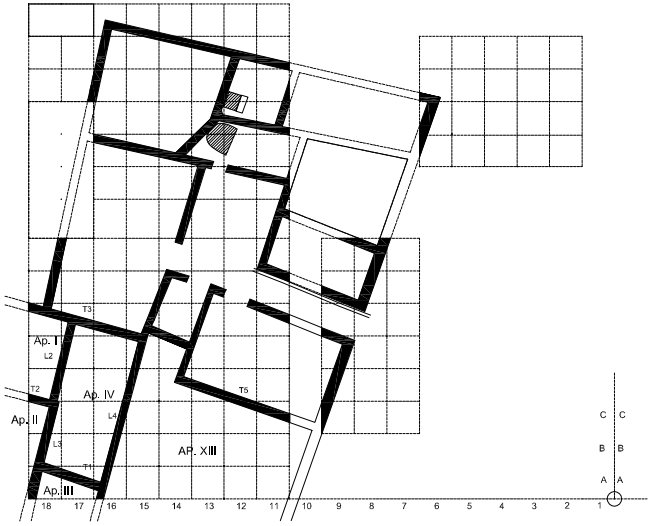


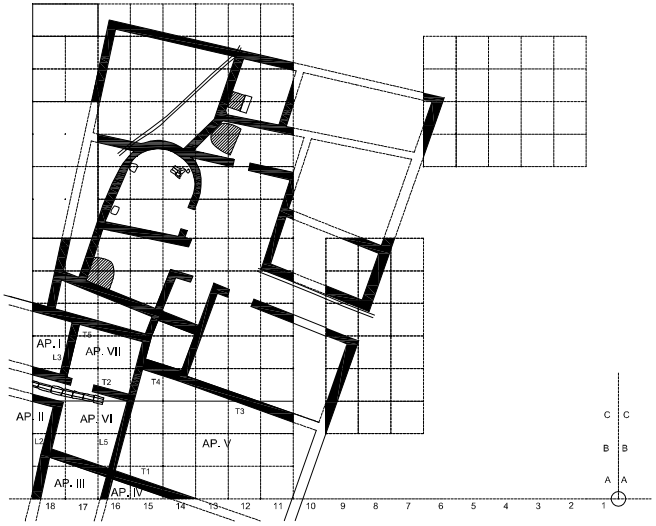
1. Câmara de combustão
2. Câmara de fusão
3. Superfície de trabalho (marma)
4. Cobertura em falsa cupula
5. Orifícios e tampas tronco-cónicas
6. Nível do pavimento
7. Abertura de alimentação do forno
8. Base da câmara de fusão (grelha)

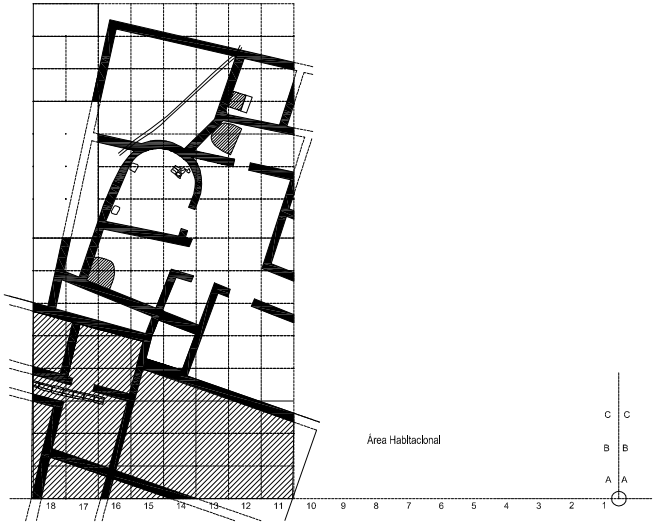












Topografia / Fotografia / Planimetria - Proposta interpretativa da *Domus do Complexo Artesanal* (Área habitacional / Área oficinal)| Estampa LVII

5.8.3. Área Habitacional Norte

Domus da Lucerna do Golfinho

Fase III – (Flávios - Final do séc. II / Início do séc. III)
Fase IV-V – (Início do séc. IV - Final do séc. IV | Final do séc. IV - Meados séc. V)

Identificação e localização

A sua designação ficou a dever-se ao facto de aí ter sido recolhida uma lucerna tipo Dressel 9 B / Bailey A - III[528], com disco amplo, ligeiramente côncavo, decorado com um golfinho à direita (vol. II, est. CXLV, n.º 1). Localiza-se na face sudeste da *Praça* encontrando-se o alçado principal do edifício definido pelo *Decumano*, a partir do qual se produz o acesso para o exterior (vol. I, est. XLII). A face nordeste confronta com o arruamento transversal ao *Decumano*, nivelado a uma cota inferior a este, ao qual se acedia através de dois degraus, eventualmente, com acesso condicionado uma vez que se identificaram os negativos de instalação de uma estrutura que articularia uma porta.
A sua construção ocorreu no início da Fase III tendo-se mantido estruturalmente integra até ao abandono definitivo do povoado, integrando obras significativas na Fase IV que se repercutiram na orgânica funcional do edifício (vol. I, est. LVIII).
A área total escavada compreendeu 85,27 m^2 tendo sido identificados seis aposentos na Fase III e oito na Fase IV-V. Atendendo à reduzida área intervencionada e ao facto de apenas se ter definido o muro perimetral sul e parcialmente os muros leste e oeste não propomos uma interpretação da totalidade da área construída, sugerindo apenas a sua área de implantação, cuja dimensão e área se baseia nos dados interpretativos da *Domus da Lucerna do Cavalo.* As estruturas e estratigrafias associadas encontravam-se bem preservadas, com excepção da área que define o cunhal sudeste, sobre a qual se implantou a igreja medieval e parte do cemitério anexo.

Correspondência da identificação dos aposentos

Fase IIb	Fase III	Fase IV	Fase V
---	Ap. I	Ap. I	Ap. I
---	Ap. II	Ap. III	Ap. III
---	Ap. III	Ap. VI	Ap. VI
---	Ap. IV	Ap. VII	Ap. VII
---	Pátio	Pátio	Pátio
---	---	Ap. II	Ap. II
---	---	Ap. IV	Ap. IV
---	---	Ap. V	Ap. V

Fase III - *(Flávios – 242-288 Criação da província da Galécia)*

Planta

A *Domus da Lucerna do Golfinho* compreende o remate noroeste do edificado envolvente da *Praça*, evidenciando uma implantação de grande protagonismo na estrutura do centro cívico. Encontra-se implantada directamente sobre o *Decumano* a partir do qual desenvolve o seu alçado principal ao longo de cerca de 33 m de comprimento, encontrando-se o remate oeste alinhado com o edifício identificado como

[528] BAILEY 1980, II, 135.

Domus do Complexo Artesanal, cuja planta da última ocupação que corresponde à Fase V, tem por base e orientação a estrutura definida pelos dois edifícios no momento da sua construção (Fase III).
O seu remate leste define-se a partir de um arruamento transversal ao *Decumano* que se encontra alinhado com a entrada da *Praça*, constituindo a separação física com a *Domus Norte*, cuja largura (1,65 m) permite admitir tratar-se de um arruamento pedonal de acesso condicionado.
À semelhança das restantes unidades estruturais identificadas, constitui uma construção de grandes dimensões e estrutura complexa com vários aposentos de funções específicas, de planta rectangular ou sub-rectangular que, à semelhança da *Domus da Colher de Prata*, *Domus da Lucerna do Cavalo* e *Domus do Complexo Artesanal* terá incorporado áreas relacionadas com actividades artesanais em clara associação com uma das principais funções e actividades desenvolvidas na *Praça*, em concreto a de mercado.

Programa do edifício

Área total intervencionada foi de 57.06 m^2, tendo sido identificados quatro aposentos, dos quais apenas o Ap. I foi escavado na íntegra.

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Ap. I	19,56 m^2	----	19,56 m^2	10,47 m	---
Ap. II	13,64 m^2	14,51 m^2	---	16,16 m	---
Ap. III	3,19 m^2	---	---	---	
Ap. IV	3,86 m^2	---	---	9,51 m	---
Pátio	16,81 m^2	---	---	16,62 m	

Neste momento de ocupação do edifício a área identificada resume-se a três vestíbulos e um pátio lajeado, todos eles apenas escavados parcialmente. No entanto, a estrutura que se advinha é muito semelhante aos edifícios da área periférica da *Praça*, cuja planta é definida em função de um pátio central, a partir do qual se dispõem os vários aposentos. A exiguidade da área intervencionada não nos permitiu definir com clareza o tipo de função dos compartimentos, com excepção do Pátio e do Ap. II, cujos materiais recolhidos sugerem tratar-se de uma área de armazenamento. A dificultar a sua interpretação acresce ainda o facto da estrutura medieval se ter sobreposto a uma área considerável do edifício no seu extremo sudeste. As estruturas revelam um estado de conservação razoável, embora, pontualmente, se verifiquem falhas nos muros devido à instalação da necrópole medieval e à utilização dos blocos na construção das caixas das sepulturas. O Ap. II constitui o vestíbulo intervencionado de maiores dimensões cuja integridade estrutural e sequência estratigráfica permite perceber a sua ocupação integral, conservando, inclusivamente, o pavimento relativo à primeira ocupação em bom estado de conservação.

Ap. I – Localiza-se no extremo sudoeste da *domus* correspondendo a uma área periférica do edifício. Encontra-se limitado a norte pelo Pátio e a leste pelo Ap. II. As faces sul e norte correspondem ao remate do edifício, pertencendo a primeira ao alçado que se implanta sobre o *Decumano* e o segundo sobre uma área não edificada. Apresenta uma planta sub-rectangular, condicionada por um estreitamento progressivo para norte que se prolonga pelo Pátio (vol. I, est. LIX, fot. 2). A sua estratigrafia conservou-se apenas na face leste na área que viria a configurar o Ap. II da Fase IV-V, no qual apenas foi identificado o seu pavimento de ocupação na área leste, tendo sido perturbada na restante área devido à implantação da igreja. O seu acesso far-se-ia através do Pátio e a sua funcionalidade, de acordo com os materiais identificados e a sua proximidade com o Pátio e a área de armazém (Ap. II), relacionar-se-ia com o armazenamento de utensilagem doméstica, nomeadamente louças e, eventualmente, como área de refeições.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
*(*Fase III – *Flávios – 284-288 Criação da província da Galécia)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função		Cronologia
TSH, n.º 64	Tigela	Drag. 27	Beber		Fase III
CC, n.º 60	Pote (MD)	---	Cozinhar / Armazenar alimentos		Fase III
CC, n.º 47	Pote (MD)	---	Cozinhar / Armazenar alimentos		Fase III
TSH, n.º 76	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
ANF, n.º 100	Ânfora	Dressel 7-11	Contentor – preparado piscícola		Fase III
TSH, n.º 249	Tigela	---	Conter e servir alimentos		Fase III
CC, n.º 18	Púcaro	---	Conter e servir líquidos		Fase III
CC, n.º 14	Tigela	Imitação Drag. 24/25	Beber		Fase III
CC, n.º 15	Copo	---	Beber		Fase III
TSH, n.º 63	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSSG, n.º 36	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 61	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 70	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 156	Tigela	Drag. 27	Beber		Fase III
CCB, n.º 13	Taça	Imitação – Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 51	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 157	Tigela	Drag. 27	Beber		Fase III
TSH, n.º 190	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSSG, n.º 31	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 56	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 59	Prato	Drag. 15/17 (*Victoris*)	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 196	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSSG, n.º 35	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 189	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 195	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 68	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 66	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 69	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 64	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 74	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 67	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 65	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSSG, n.º 64	Tigela	Drag. 27	Beber		Fase III
LU, n.º 4	Lucerna	*Firmalampan*	Iluminação		Fase III
TSH, n.º 52	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 191	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
VI, n.º 8	Taça	Isings	Comer / Beber		Fase III
TSH, n.º 174	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 50	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
LU, n.º 1	Lucerna	Bailey A – III	Iluminação		Fase III
TSH, n.º 173	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 54	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 192	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 193	Taça	Drag. 36	Conter e servir alimentos		Fase III
TSSG, n.º 32	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 243	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 60	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 158	Tigela	Drag. 27	Beber		Fase III
TSH, n.º 172	Tigela	Drag. 35	Conter e servir alimentos		Fase III
TSH, n.º 78	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III	
TSSG, n.º 43	Tigela	Drag. 24/25	Beber	Fase III	
TSH, n.º 53	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III	

TSSG, n.º 30	Prato	Drag. 18/31	Conter e servir refeições	Fase III
TSH, n.º 77	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
CCB, n.º 7	Tigela	Imitação – Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. II – Localiza-se na face sudoeste do edifício numa área relativamente periférica da *domus*, encontrando-se ladeado pelo Ap. I e o Pátio a oeste, o Ap. IV a norte, definindo o alçado sul com o *Decumano*. Desenvolve uma planta rectangular, perpendicular à orientação da planta do edifício. A sua localização, a uma cota significativamente mais baixa dos pavimentos da área envolvente[529], permite admitir, de acordo com o material arqueológico recolhido, uma função relacionada com adega e área de armazenagem. O rebaixamento da cota do nível de ocupação em relação ao pavimento do edifício e do arruamento exterior sugere a possibilidade de existência de um segundo piso que, à semelhança da *Domus da Lucerna do Cavalo*, estruturaria um alçado de dois pisos, uniformizando a volumetria entre os edifícios envolventes da *Praça*.

O vestíbulo encontrava-se pavimentado com um piso de saibro bem compactado e nivelado e os seus paramentos revelaram um revestimento que conjugou a utilização de um reboco espesso nas juntas com a utilização de uma cobertura em cal que velava integralmente todo o paramento, evidenciando uma preocupação acrescida com o isolamento e salubridade do aposento de acordo com a sua condição de espaço subterrâneo, propenso a infiltrações e concentração de humidade (vol. I, est. LIX, fot. 1, 3). A sua dimensão estimada ronda os 15 m^2 que corresponde a uma dimensão média em relação aos aposentos de funções similares identificadas na *Domus da Lucerna do Cavalo* (Fase IV-V - Ap. IV - 10,50 m; Ap. III - 25 m).

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
*(*Fase III – *Flávios - 284-288 Criação da província da Galécia)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
CC, n.º 54	Pote	---	Cozinhar / Armazenar alimentos	Fase III
CC, n.º 50	Pote (PD)	---	Cozinhar / Armazenar alimentos	Fase III
CC, n.º 29	Almofariz	Dramont 2	Preparar alimentos	Fase III
CC, n.º 43	Balde	---	Armazenar / confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 45	Panela	---	Confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 55	Pote	---	Cozinhar / Armazenar alimentos	Fase III
CC, n.º 57	Pote (MD)	---	Cozinhar / Armazenar alimentos	Fase III
CC, n.º 39	Talha (MD)	---	Armazenamento de alimentos	Fase III
CC, n.º 48	Panela	---	Confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 37	Talha (MD)	---	Armazenamento de alimentos	Fase III
CC, n.º 35	Talha (MD)	---	Armazenamento de alimentos	Fase III
CC, n.º 56	Pote (MD)	---	Cozinhar / Armazenar alimentos	Fase III
CC, n.º 36	Talha (MD)	---	Armazenamento de alimentos	Fase III
CC, n.º 46	Panela	---	Confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 40	Talha (MD)	---	Armazenamento de alimentos	Fase III
CC, n.º 49	Panela	---	Confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 47	Panela	---	Confeccionar alimentos	Fase III
CC, n.º 62	Pote (MD)	---	Cozinhar / armazenar alimentos	Fase III

Ap. III – Localiza-se no extremo sudeste do edifício sobre o acesso que separa a *Domus da Lucerna do Golfinho,* a *Domus Norte* e sobre o *Decumano* (vol. I, est. XXXIX). A área intervencionada corresponde a um vestíbulo que articula dois espaços com comunicação entre si e acesso junto do muro perimetral (muro transversal 7). Constitui um aposento de construção atípica que articula dois espaços contíguos de planta longitudinal de recorte rectangular, aparentemente geminado com um aposento das mesmas dimensões e

[529] Cerca de 1,40 em relação ao pavimento do Pátio.

configuração. Encontrava-se pavimentado com um piso em saibro, bem compacto e nivelado, à cota do pavimento do Ap. II, sugerindo tratar-se também de um espaço localizado num piso inferior, cuja sequência estratigráfica coloca em evidência o hiato cronológico registado no séc. III[530]. A sua diminuta área intervencionada não permite perceber a sua funcionalidade, todavia, os materiais identificados sugerem tratar-se de uma área de serviços (vol. I, est. LVIII).

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
*(*Fase III – *Flávios - 284-288 Criação da província da Galécia)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 87	Peso de tear	Grupo 5	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 187	Tigela	Drag. 36	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 40	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 47	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
PT, n.º 77	Peso de tear	Grupo 4, Tipo I	Tecelagem	Fase III
TSH, n.º 45	Prato	Drag. 15/17	Conter e servir alimentos	Fase III
CCB, n.º 3	Prato	Imitação da forma Hisp. 4	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 251	Prato	--- grafito SV	Conter e servir alimentos	Fase III
TSH, n.º 240	Tigela	Drag. 37	Conter e servir alimentos	Fase III
CCB, n.º 8	Tigela	Drag. 29	Conter e servir alimentos	Fase III

Ap. IV – Localiza-se na área central do edifício correspondendo ao prolongamento natural do Ap. II, encontrando-se contíguo ao Pátio (vol. I, est. LVIII). O seu pavimento de ocupação encontrava-se num plano superior ao do Ap. II, directamente apoiado sobre o afloramento granítico, tendo sido refeito integralmente no decurso da ocupação da Fase IV-V, não tendo, por isso, conservado uma estratigrafia que permita associar os materiais identificados correspondentes a esta fase. Não foi possível determinar a sua função, embora a proximidade com os Ap. I, II (armazém e despensa), e o Pátio sugira tratar-se de uma área de serviços relacionada com um espaço destinado a refeições ou, simplesmente, de estar, eventualmente com acesso e aberta ao Pátio (*viridarium*).

Pátio – Implanta-se na área limítrofe da *domus* na sua face oeste, correspondendo a uma solução arquitectónica semelhante à identificada no *Complexo Artesanal*, no qual o Pátio II se implanta no extremo noroeste do edifício, numa área marginal da planta da *domus,* constituindo-se como um espaço recolhido na traseira da casa, identificável, como *viridarium* (vol. I, est. XXXIX). Encontra-se ladeado pelos Ap. I, II e IV, podendo ter comunicação com este último. Estruturalmente apresenta uma planta sub-rectangular com estreitamento progressivo para norte, de dimensão modesta (vol. I, est. LVIII). Encontrava-se pavimentado com lajes de granito que evidenciam obras em diferentes momentos (tipo D e E), identificando-se, inclusivamente, dois alinhamentos paralelos ao muro transversal 1, integrados no pavimento, cujos muros, construídos na Fase IV ou V, integrariam uma pequena estrutura cuja funcionalidade não foi possível determinar (vol. I, est. LIX, fot. 5). Constituía uma área aberta, desprovida de qualquer cobertura, cuja drenagem das águas pluviais se faria por efeito gravitacional pela face norte do edifico, como sugere a progressiva diminuição de cota no sentido sul / norte.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
(Fase III – *Flávios - 284-288 Criação da província da Galécia)*

[530] Entre outros casos o presente corte estratigráfico documenta o hiato ocupacional, senão total, muito generalizado na área central do povoado, que compreende o período que medeia o entre final do séc. II - início do séc. III e o inicio do séc. IV.

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
CC, n.º 22	Prateira	---	Conter e servir alimentos	Fase III

Fase IV - V – *(Início do séc. IV - Final do séc. IV | Final do séc. IV - meados séc. V)*

A *Domus da Lucerna do Golfinho*, como todas as construções domésticas privadas identificadas na área central do povoado, sofreu na Fase IV profundas obras de remodelação que alteraram o seu programa e organização interna, documentando-se a utilização de técnicas construtivas distintas da Fase III. No entanto, manteve a área de implantação original apesar de registar uma alteração significativa de orientação do muro perimetral que configura o alçado principal sobre o *Decumano*, verificando-se um desajustamento no alinhamento que resultou no estrangulamento do arruamento na face oeste, onde se regista um reajustamento consentâneo com o do *Complexo Artesanal*.
Foram intervencionados sete aposentos e um pátio interior lajeado, num total de 53,55 m^2, sendo que apenas o Ap. I e II foram intervencionados na íntegra.

Aposentos	Área intervencionada	Área estimada	Área total	Perímetro	Acesso
Ap. I	19,56 m^2	---	19,56 m^2	---	---
Ap. II	4,74 m^2	---	4,74 m^2	10,65 m	---
Ap. III	13, 64 m	14,51 m^2	---	16,16 m	---
Ap. IV	1,59 m^2	---	---	---	---
Ap. V	4,16 m^2	---	---	---	---
Ap. VI	4,18 m^2	---	---	---	---
Ap. VII	3,86 m^2	----	---	9,51 m	---
Pátio	16,34 m^2	---	---	---	---

Planta e programa do edifício

A planta do edifício, salvo a alteração verificada na área do Ap. I da Fase III, agora transformada em dois aposentos (Ap. I e II), respeita a planta original e, aparentemente, também o programa do edifício. Desta feita, a interpretação funcional desta área do edifício, relacionada com actividades domésticas, designadamente de armazenamento de produtos alimentares, em associação com um espaço de lazer e uma sala de refeições, surge neste momento reforçada com a construção de um novo espaço contíguo com o Ap. I, que identificamos como despensa (*cella penaria*).

Ap. I – Corresponde parcialmente ao Ap. I da Fase III, ao qual foi reduzida uma área de 4,47 m^2 para a construção de um novo aposento, mantendo na área restante a mesma configuração[531]. A sua função ter-se-á mantido relacionada com a vida doméstica, designadamente com a preparação de refeições e arrecadação de louças e outros artefactos culinários.

Materiais de referência cronológica associados à funcionalidade do aposento
*(*Fase IV - V *– Início do séc. IV - Final do séc. IV | Final do séc. IV - meados séc. V)*

Identificação	Designação	Tipologia	Função	Cronologia
PT, n.º 16	Peso de tear	Grupo 1, Tipo II A	Tecelagem	Fase IV-V
VI, n.º 38	Taça	Isings 106	Beber / Comer	Fase IV-V
VI, n.º 77	Frasco	Isings 62	Conter e armazenar alimentos	Fase IV-V
PJ, n.º 2	Peça de jogo	Tipo II	Ócio / Jogo	Fase IV-V

[531] Aposento preexistente que integrava a construção inicial (Fase III).